

MENSAGEM N° 149

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição e do inciso II do § 2º do art. 35 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2024 e dá outras providências”.

Brasília, 14 de abril de 2023.

## PROJETO DE LEI

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2024 e dá outras providências.

**O CONGRESSO NACIONAL** decreta:

### CAPÍTULO I

#### DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no § 2º do art. 165 da Constituição e na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, as diretrizes orçamentárias da União para 2024, compreendendo:

I - as metas e as prioridades da administração pública federal;

II - a estrutura e a organização dos orçamentos;

III - as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos da União;

IV - as disposições relativas às transferências;

V - as disposições relativas à dívida pública federal;

VI - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais e aos benefícios aos servidores, aos empregados e aos seus dependentes;

VII - a política de aplicação dos recursos das agências financeiras oficiais de fomento;

VIII - as disposições relativas à adequação orçamentária decorrente das alterações na legislação;

IX - as disposições relativas à fiscalização pelo Poder Legislativo e às obras e aos serviços com indícios de irregularidades graves;

X - as disposições relativas à transparência; e

XI - as disposições finais.

### CAPÍTULO II

## DAS METAS E DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

Art. 2º A elaboração e a aprovação do Projeto de Lei Orçamentária de 2024 e a execução da respectiva Lei deverão ser compatíveis com a meta de resultado primário de R\$ 0,00 (zero real) para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais constante do Anexo IV a esta Lei.

§ 1º Para fins da demonstração da compatibilidade referida no **caput**, admite-se intervalo de tolerância com:

I - limite superior equivalente a **superavit** primário de R\$ 28.756.172.359,00 (vinte e oito bilhões setecentos e cinquenta e seis milhões cento e setenta e dois mil trezentos e cinquenta e nove reais); e

II - limite inferior equivalente a **deficit** primário de R\$ 28.756.172.359,00 (vinte e oito bilhões setecentos e cinquenta e seis milhões cento e setenta e dois mil trezentos e cinquenta e nove reais).

§ 2º A obtenção de resultado que exceda ao limite superior de que trata o inciso I do § 1º não implica descumprimento da meta estabelecida no **caput**.

§ 3º A meta de resultado primário e o intervalo de tolerância referidos neste artigo poderão ser adequados pela legislação de que trata o art. 6º da Emenda à Constituição nº 126, de 21 de dezembro de 2022.

§ 4º Não será contabilizado na meta de resultado primário de que trata este artigo o impacto decorrente do disposto nos § 11 e § 21 do art. 100 da Constituição.

§ 5º A projeção de resultado primário dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios será aquela indicada no Anexo de Metas Fiscais constante do Anexo IV, a qual será referência para fins de fixação dos limites para contratação de operações de crédito pelos entes federativos e concessão de garantias da União a essas operações.

Art. 3º A elaboração e a aprovação do Projeto de Lei Orçamentária de 2024 e a execução da respectiva Lei, para o Programa de Dispêndios Globais de que trata o inciso XXII do Anexo II, deverão ser compatíveis com a obtenção da meta de **deficit** primário de R\$ 7.312.117.949,00 (sete bilhões trezentos e doze milhões cento e dezessete mil novecentos e quarenta e nove reais).

§ 1º As empresas do Grupo Petrobras e a Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional - ENBPar não serão consideradas na meta de **deficit** primário, de que trata o **caput**, relativa ao Programa de Dispêndios Globais.

§ 2º Poderá haver, durante a execução da Lei Orçamentária de 2024, com demonstração nos relatórios de que tratam o § 4º do art. 71 e o **caput** do art. 154, compensação entre as metas estabelecidas para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e para o Programa de Dispêndios Globais referido no **caput**.

Art. 4º As prioridades e as metas da administração pública federal para o exercício de 2024 constarão na Lei do Plano Plurianual 2024-2027, e deverão ser consideradas, em caráter indicativo, durante a elaboração, a aprovação e a execução do orçamento.

Parágrafo único. As despesas que contribuem para o atendimento das prioridades e das metas referidas no **caput** serão evidenciadas no Projeto de Lei Orçamentária de 2024 e na respectiva Lei

e acompanhadas de projeções de médio prazo, para o exercício de 2024 e os três exercícios seguintes.

### CAPÍTULO III DA ESTRUTURA E DA ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º Para fins do disposto nesta Lei e na Lei Orçamentária de 2024, entende-se por:

I - subtítulo - o menor nível da categoria de programação, que delimita a localização geográfica da ação e que pode ser utilizado, adicionalmente, para restringir o seu objeto;

II - unidade orçamentária - o menor nível da classificação institucional;

III - órgão orçamentário - o maior nível da classificação institucional, cuja finalidade é agrupar unidades orçamentárias;

IV - concedente - o órgão ou a entidade da administração pública federal direta ou indireta responsável pela transferência de recursos financeiros oriundos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União destinados à execução de ações orçamentárias;

V - conveniente - o órgão ou a entidade da administração pública direta ou indireta, de qualquer esfera de Governo, e a organização da sociedade civil, com os quais a administração pública federal pactue a execução de ações orçamentárias com transferência de recursos financeiros;

VI - unidade descentralizadora - o órgão da administração pública federal direta, a autarquia, a fundação pública ou a empresa estatal dependente detentora e descentralizadora da dotação orçamentária e dos recursos financeiros;

VII - unidade descentralizada - o órgão da administração pública federal direta, a autarquia, a fundação pública ou a empresa estatal dependente recebedora da dotação orçamentária e dos recursos financeiros;

VIII - produto - o bem ou o serviço que resulta da ação orçamentária;

IX - unidade de medida - a unidade utilizada para quantificar e expressar as características do produto; e

X - meta física - a quantidade estimada para o produto no exercício financeiro.

§ 1º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no Projeto de Lei Orçamentária de 2024, na respectiva Lei e nos créditos adicionais, por programas, projetos, atividades ou operações especiais e respectivos subtítulos, com indicação, quando for o caso, do produto, da unidade de medida e da meta física.

§ 2º Ficam vedados, na especificação dos subtítulos:

I - produto diferente daquele informado na ação;

II - denominação que evidencie finalidade divergente daquela especificada na ação; e

III - referência a mais de um beneficiário, localidade ou área geográfica no mesmo subtítulo.

§ 3º A meta física deverá ser indicada em nível de subtítulo e agregada segundo o projeto ou a atividade e estabelecida em função do custo de cada unidade do produto e do montante de recursos alocados.

§ 4º No Projeto de Lei Orçamentária de 2024, um código sequencial, que não constará da respectiva Lei, deverá ser atribuído a cada subtítulo, para fins de processamento, hipótese em que as modificações propostas nos termos do disposto no § 5º do art. 166 da Constituição deverão preservar os códigos sequenciais da proposta original.

§ 5º As ações que possuem a mesma finalidade, consubstanciada em seu título, deverão ser classificadas sob apenas um código, independentemente da unidade orçamentária.

§ 6º O projeto deverá constar de apenas uma esfera orçamentária, sob apenas um programa.

§ 7º A subfunção, nível de agregação imediatamente inferior à função, deverá evidenciar cada área da atuação governamental.

§ 8º A ação orçamentária, entendida como atividade, projeto ou operação especial, deverá identificar a função e a subfunção às quais se vincula e referir-se a apenas um produto.

§ 9º Nas referências ao Ministério Público da União constantes desta Lei, considera-se incluído o Conselho Nacional do Ministério Público.

Art. 6º Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social compreenderão o conjunto das receitas públicas e das despesas dos Poderes, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, de seus fundos, órgãos, autarquias, inclusive especiais, e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dela recebam recursos do Tesouro Nacional, devendo a correspondente execução orçamentária e financeira, da receita e da despesa, ser registrada na modalidade total no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - Siafi.

§ 1º Ressalvada a hipótese prevista no § 3º, ficam excluídos do disposto no **caput**:

I - os fundos de incentivos fiscais, que figurarão exclusivamente como informações complementares ao Projeto de Lei Orçamentária de 2024;

II - os conselhos de fiscalização de profissão regulamentada;

III - as empresas públicas e as sociedades de economia mista que recebam recursos da União apenas em decorrência de:

a) participação acionária;

b) fornecimento de bens ou prestação de serviços;

c) pagamento de empréstimos e financiamentos concedidos; e

d) transferência para aplicação em programas de financiamento, nos termos do disposto na alínea "c" do inciso I do **caput** do art. 159 e no § 1º do art. 239 da Constituição;

IV - a capitalização de empresas ou a integralização de cotas em fundos pela União, autorizadas em lei, que envolvam exclusivamente permuta de ativos, quando da operação não resulte fluxo financeiro ou variação patrimonial; e

V - os atos decorrentes das compensações realizadas a partir das hipóteses previstas nos § 11 e § 21 do art. 100 da Constituição.

§ 2º A empresa pública ou sociedade de economia mista integrante dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social em que a União detenha a maioria do capital social com direito a voto poderá

apresentar plano de sustentabilidade econômica e financeira, com vistas à revisão de sua classificação de dependência, na forma prevista em ato do Poder Executivo federal, quando:

I - não tiver recebido ou utilizado recursos do Tesouro Nacional para pagamento de despesas com pessoal e de custeio em geral; ou

II - as receitas próprias tenham apresentado crescimento contínuo nos últimos três exercícios, tendo a arrecadação atingido, no último ano, valor igual ou superior a oitenta por cento da soma de todas as suas despesas com pessoal e de custeio em geral.

§ 3º Na hipótese de aprovação do plano de sustentabilidade econômica e financeira de que trata o § 2º, a empresa pública ou sociedade de economia mista continuará a integrar os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União durante a sua vigência.

Art. 7º Os Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento discriminarão a despesa por unidade orçamentária, com suas categorias de programação detalhadas no menor nível e dotações respectivas, especificando a esfera orçamentária, o Grupo de Natureza de Despesa - GND, o identificador de resultado primário - RP, a modalidade de aplicação, o identificador de uso - IU e a fonte de recursos.

§ 1º A esfera orçamentária tem por finalidade identificar se o orçamento é Fiscal - F, da Seguridade Social - S ou de Investimento - I.

§ 2º Os GNDs constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme discriminados a seguir:

I - pessoal e encargos sociais (GND 1);

II - juros e encargos da dívida (GND 2);

III - outras despesas correntes (GND 3);

IV - investimentos (GND 4);

V - inversões financeiras, incluídas as despesas referentes à constituição ou ao aumento de capital de empresas (GND 5); e

VI - amortização da dívida (GND 6).

§ 3º A reserva de contingência prevista no art. 13 será classificada no GND 9 ou poderá ter outra classificação caso seja destinada especificamente às necessidades previstas no § 1º do art. 33 e no art. 110.

§ 4º O identificador de RP visa a auxiliar a apuração do resultado primário previsto nos art. 2º e art. 3º, o qual deverá constar do Projeto de Lei Orçamentária de 2024 e da respectiva Lei em todos os GNDs e identificar, de acordo com a metodologia de cálculo das necessidades de financiamento do Governo Central, cujo demonstrativo constará anexo à Lei Orçamentária de 2024, nos termos do disposto no inciso X do Anexo I, se a despesa é:

I - financeira (RP 0);

II - primária e considerada na apuração do resultado primário para cumprimento da meta, sendo:

a) obrigatória, cujo rol deve constar da Seção I do Anexo III (RP 1);

b) discricionária não abrangida pelo disposto na alínea "c" (RP 2); ou

c) discricionária decorrente de dotações ou programações incluídas ou acrescidas por emendas:

1. individuais, de execução obrigatória nos termos do disposto nos § 9º e § 11 do art. 166 da Constituição (RP 6); ou

2. de bancada estadual, de execução obrigatória nos termos do disposto no § 12 do art. 166 da Constituição e no art. 2º da Emenda à Constituição nº 100, de 26 de junho de 2019 (RP 7); ou

III - primária discricionária constante do Orçamento de Investimento e não considerada na apuração do resultado primário para cumprimento da meta (RP 4).

§ 5º Nenhuma ação conterà, simultaneamente, dotações destinadas a despesas financeiras e primárias, ressalvada a reserva de contingência.

§ 6º A Modalidade de Aplicação - MA indica se os recursos serão aplicados:

I - diretamente, pela unidade detentora do crédito orçamentário ou, em decorrência de descentralização de crédito orçamentário, por outro órgão ou entidade integrante do Orçamento Fiscal ou da Seguridade Social;

II - indiretamente, mediante transferência, por outras esferas de Governo, seus órgãos, fundos ou entidades ou por entidades privadas, exceto o caso previsto no inciso III; ou

III - indiretamente, mediante delegação, por outros entes federativos ou consórcios públicos para a aplicação de recursos em ações de responsabilidade exclusiva da União, especialmente nos casos que impliquem preservação ou acréscimo no valor de bens públicos federais.

§ 7º A especificação da modalidade de que trata o § 6º observará, no mínimo, o seguinte detalhamento:

I - Transferências a Estados e ao Distrito Federal (MA 30);

II - Transferências a Municípios (MA 40);

III - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (MA 50);

IV - Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos (MA 60);

V - Aplicações Diretas (MA 90); e

VI - Aplicações Diretas Decorrentes de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (MA 91).

§ 8º O empenho da despesa não poderá ser realizado com modalidade de aplicação “a definir” (MA 99).

§ 9º É vedada a execução orçamentária de programação que utilize a designação “a definir” ou outra que não permita a sua identificação precisa.

§ 10. O IU tem por finalidade indicar se os recursos compõem contrapartida nacional de empréstimos ou de doações, ou se são destinados a outras aplicações, e deverá constar da Lei Orçamentária de 2024 e dos créditos adicionais, no mínimo, pelos seguintes dígitos:

I - recursos não destinados à contrapartida ou à identificação de despesas com ações e serviços públicos de saúde, manutenção e desenvolvimento do ensino (IU 0);

II - contrapartida de empréstimos do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD (IU 1);

2);

III - contrapartida de empréstimos do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID (IU

IV - contrapartida de empréstimos por desempenho ou com enfoque setorial amplo (IU 3);

V - contrapartida de outros empréstimos (IU 4);

VI - contrapartida de doações (IU 5);

VII - recursos para identificação das despesas que podem ser consideradas para a aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012 (IU 6); e

VIII - recursos para identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, observado o disposto nos art. 70 e art. 71 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no âmbito do Ministério da Educação (IU 8).

§ 11. Os IU e o identificador de RP a que se referem a alínea “b” do inciso II e o inciso III do § 4º poderão ser desmembrados ou substituídos por outros, a serem criados pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento e Orçamento, com a finalidade de identificar despesas específicas durante a elaboração e a execução orçamentária.

§ 12. O Projeto de Lei Orçamentária de 2024 e a respectiva Lei poderão conter outros IU e identificadores de RP, observado o disposto no § 11, desde que sua criação seja realizada, quando couber, na forma prevista no referido parágrafo, no prazo de trinta dias, contado da data de publicação da Lei Orçamentária de 2024.

Art. 8º Todo e qualquer crédito orçamentário deverá ser consignado diretamente à unidade orçamentária à qual pertencerem as ações correspondentes, vedada a consignação de crédito a título de transferência a outras unidades orçamentárias integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

§ 1º Não caracteriza infringência ao disposto no **caput** e à vedação a que se refere o inciso VI do **caput** do art. 167 da Constituição a descentralização de créditos orçamentários para execução de ações pertencentes à unidade orçamentária descentralizadora.

§ 2º As operações entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, ressalvado o disposto no § 1º, serão executadas, obrigatoriamente, por meio de empenho, liquidação e pagamento, nos termos do disposto na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, hipótese em que será utilizada a modalidade de aplicação 91.

Art. 9º O Projeto de Lei Orçamentária de 2024, o qual será encaminhado pelo Poder Executivo federal ao Congresso Nacional, e a respectiva Lei serão constituídos de:

I - texto da lei e seus anexos;

II - quadros orçamentários consolidados relacionados no Anexo I;

III - anexo dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com:

a) receitas, discriminadas por natureza, identificando as fontes de recursos correspondentes a cada cota-parte de natureza de receita, o orçamento a que pertencem e a sua natureza financeira (F) ou primária (P), observado o disposto no art. 6º da Lei nº 4.320, de 1964; e

b) despesas, discriminadas na forma prevista no art. 7º e nos demais dispositivos pertinentes desta Lei;

IV - discriminação da legislação da receita e da despesa, referente aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social; e

V - anexo do Orçamento de Investimento a que se refere o inciso II do § 5º do art. 165 da Constituição, na forma prevista nesta Lei.

§ 1º Os quadros orçamentários consolidados e as informações complementares exigidos por esta Lei identificarão, logo abaixo do título respectivo, o dispositivo legal a que se referem.

§ 2º O Projeto de Lei Orçamentária de 2024 e a respectiva Lei conterão anexo específico com a relação dos subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves, cujas execuções observarão o disposto no Capítulo X.

§ 3º Os anexos da despesa prevista na alínea “b” do inciso III do **caput** deverão conter, no Projeto de Lei Orçamentária de 2024, quadros-síntese por órgão e unidade orçamentária, que discriminem os valores por função, subfunção, GNDs e fonte de recursos:

I - constantes da Lei Orçamentária de 2022 e dos créditos adicionais;

II - empenhados no exercício de 2022;

III - constantes do Projeto de Lei Orçamentária de 2023;

IV - constantes da Lei Orçamentária de 2023; e

V - propostos para o exercício de 2024.

§ 4º Na Lei Orçamentária de 2024, serão excluídos os valores a que se refere o inciso I do § 3º e incluídos os valores aprovados para 2024.

§ 5º Os anexos ao Projeto de Lei Orçamentária de 2024, ao seu autógrafo e à respectiva Lei:

I - de que tratam os incisos III e V do **caput** terão as mesmas formatações dos anexos correspondentes à Lei Orçamentária de 2023, exceto quanto às alterações previstas nesta Lei; e

II - não referidos nos incisos III e V do **caput** poderão ser aperfeiçoados, conforme a necessidade, durante o processo de elaboração do Projeto de Lei Orçamentária de 2024.

§ 6º O Orçamento de Investimento deverá contemplar as informações previstas nos incisos I, III, IV e V do § 3º e no § 4º, por função e subfunção.

Art. 10. O Poder Executivo federal encaminhará ao Congresso Nacional, no prazo de quinze dias, contado da data de envio do Projeto de Lei Orçamentária de 2024, exclusivamente em meio eletrônico, demonstrativos, elaborados a preços correntes, com as informações complementares relacionadas no Anexo II.

Art. 11. A mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária de 2024 conterá:

I - resumo da política econômica do País, análise da conjuntura econômica e indicação do cenário macroeconômico para 2024 e suas implicações sobre a proposta orçamentária de 2024;

II - resumo das principais políticas setoriais do Governo;

III - avaliação das necessidades de financiamento do Governo Central relativas aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, explicitando as receitas e as despesas, e os resultados primário e nominal implícitos no Projeto de Lei Orçamentária de 2024, na Lei Orçamentária de 2023 e na sua reprogramação, e aqueles realizados em 2022, de modo a evidenciar:

a) a metodologia de cálculo de todos os itens computados na avaliação das necessidades de financiamento; e

b) os parâmetros utilizados, informando, separadamente, as variáveis macroeconômicas de que trata o Anexo de Metas Fiscais constante do Anexo IV a esta Lei, referidas no inciso II do § 2º do art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, verificadas em 2022 e suas projeções para 2023 e 2024;

IV - indicação do órgão que apurará os resultados primário e nominal e da sistemática adotada para avaliação do cumprimento das metas;

V - demonstrativo sintético dos principais agregados da receita e da despesa;

VI - demonstrativo do resultado primário das empresas estatais federais com a metodologia de apuração do resultado; e

VII - demonstrativo da compatibilidade dos valores máximos da programação constante do Projeto de Lei Orçamentária de 2024 com os limites individualizados de despesas primárias calculados na forma prevista no § 1º do art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 12. O Projeto de Lei Orçamentária de 2024, a respectiva Lei e os créditos adicionais discriminarão, em categorias de programação específicas, as dotações destinadas a:

I - ações descentralizadas de assistência social para cada Estado e seus Municípios e para o Distrito Federal;

II - ações de alimentação escolar;

III - benefícios do Regime Geral de Previdência Social;

IV - benefícios assistenciais custeados pelo Fundo Nacional de Assistência Social;

V - benefícios obrigatórios concedidos aos servidores civis, empregados e militares e aos seus dependentes, relativos às despesas com auxílio-alimentação ou refeição, assistência pré-escolar, assistência médica e odontológica, auxílios-transporte, funeral, reclusão e natalidade e salário-família, inclusive decorrente de reserva para reajuste;

VI - indenização devida a ocupantes de cargo efetivo das carreiras e planos especiais de cargos, em exercício nas unidades situadas em localidades estratégicas vinculadas à prevenção, ao controle, à fiscalização e à repressão dos delitos transfronteiriços (Lei nº 12.855, de 2 de setembro de 2013);

VII - subvenções econômicas e subsídios, que deverão identificar a legislação que autorizou o benefício;

VIII - participação na constituição ou no aumento do capital de empresas;

IX - pagamento de precatórios judiciais e de sentenças judiciais de pequeno valor e cumprimento de sentenças judiciais de empresas estatais dependentes;

X - assistência jurídica a pessoas carentes, nos termos do disposto no § 1º do art. 12 da Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001, no art. 98 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, e no inciso LXXIV do **caput** do art. 5º da Constituição;

XI - publicidade institucional e publicidade de utilidade pública, inclusive quando for produzida ou veiculada por órgão ou entidade da administração pública federal;

XII - complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação

Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb, na forma prevista na legislação;

XIII - despesas de pessoal e encargos sociais decorrentes da concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, inclusive resultante de alteração de estrutura de carreiras e de provimento de cargos, empregos e funções;

XIV - transferências temporárias aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios de que trata a Lei Complementar nº 176, de 29 de dezembro de 2020;

XV - anuidade ou participação regular em organismos de direito internacional público, da seguinte forma:

a) para valores acima de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), ou o equivalente na moeda estrangeira em que o compromisso tenha sido estipulado, conforme taxa de câmbio utilizada como parâmetro na elaboração do Projeto de Lei Orçamentária, deverá ser consignado em programação específica que identifique nominalmente cada beneficiário; e

b) para valores iguais ou inferiores ao previsto na alínea “a”, deverá ser utilizada programação específica ou a ação “00UT - Contribuições Regulares a Organismos de Direito Internacional Público sem Exigência de Programação Específica”;

XVI - anuidade ou participação regular em entidades nacionais e organismos nacionais ou internacionais de direito privado, da seguinte forma:

a) para valores acima de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), ou o equivalente na moeda estrangeira em que o compromisso tenha sido estipulado, conforme taxa de câmbio utilizada como parâmetro na elaboração do Projeto de Lei Orçamentária, deverá ser consignado em programação específica que identifique nominalmente cada beneficiário; e

b) para valores iguais ou inferiores ao previsto na alínea “a”, deverá ser utilizada programação específica, a ação “00PW - Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica” ou a ação “00UU - Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica”;

XVII - realização de eleições, referendos e plebiscitos pela Justiça Eleitoral;

XVIII - doação de recursos financeiros a países estrangeiros e contribuições voluntárias a organismos nacionais e internacionais e entidades nacionais, nominalmente identificados;

XIX - pagamento de compromissos decorrentes de contrato de gestão firmado entre órgãos ou entidades da administração pública e organizações sociais, nos termos do disposto na Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998;

XX - capitalização do Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas;

XXI - pensões indenizatórias de caráter especial ou reparações econômicas decorrentes de legislações específicas ou de sentenças judiciais, inclusive montepio e compensações financeiras por danos provocados pela União a terceiros, em parcelas únicas ou mensais;

XXII - cada categoria de despesa com saúde relacionada nos art. 3º e art. 4º da Lei Complementar nº 141, de 2012, com identificação do respectivo Estado ou do Distrito Federal, quando se referir a ações descentralizadas;

XXIII - seguro-desemprego;

XXIV - ajuda de custo para moradia ou auxílio-moradia, no âmbito dos Poderes, do

Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União; e

XXV - indenização devida a anistiados políticos, nos termos do disposto na Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, e na Lei nº 11.354, de 19 de outubro de 2006, inclusive derivados de sentença judicial.

§ 1º As dotações destinadas à finalidade prevista nos incisos XV e XVI do **caput**:

I - deverão ser aplicadas diretamente pela unidade detentora do crédito orçamentário ou, em decorrência de descentralização de crédito orçamentário, por outro órgão ou entidade integrante dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

II - deverão ser destinadas exclusivamente ao repasse de recursos com a finalidade de cobertura dos orçamentos gerais dos organismos internacionais, admitindo-se ainda:

a) pagamento de taxas bancárias relativas a esses repasses;

b) pagamentos eventuais a título de regularizações decorrentes de compromissos regulamentares; e

c) situações extraordinárias devidamente justificadas; e

III - não se submetem à exigência de programação específica caso o valor referido nos incisos XV e XVI do **caput** seja ultrapassado, na execução orçamentária, em decorrência de variação cambial ou aditamento do tratado, da convenção, do acordo ou de instrumento congêneres.

§ 2º Para fins do disposto no § 1º e nos incisos XV e XVI do **caput**:

I - caberá ao órgão responsável pelo pagamento da despesa realizar a conversão para moeda nacional do compromisso financeiro assumido em moeda estrangeira, a fim de definir o valor a ser incluído no Projeto de Lei Orçamentária de 2024 ou nos créditos adicionais; e

II - caberá à Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento do Ministério do Planejamento e Orçamento, no âmbito do Poder Executivo federal, estabelecer os procedimentos necessários à realização dos pagamentos decorrentes dos atos internacionais a que se refere o inciso XV do **caput**.

Art. 13. A reserva de contingência, observado o disposto no inciso III do **caput** do art. 5º da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, será constituída de recursos do Orçamento Fiscal, que equivalerão, no Projeto de Lei Orçamentária de 2024 e na respectiva Lei, no mínimo, a dois décimos por cento da receita corrente líquida constante do referido Projeto.

§ 1º A reserva de que trata o **caput** poderá receber recursos do Orçamento da Seguridade Social quando for observada a necessidade de redução do total de despesas sujeitas aos limites estabelecidos no art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, demonstrada no relatório de avaliação bimestral de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 2º Para fins do disposto no **caput**, não serão consideradas as eventuais reservas de contingência constituídas:

I - à conta de receitas próprias e vinculadas; e

II - para atender programação ou necessidade específica.

§ 3º Para fins de utilização das reservas de contingência referidas neste artigo, considera-se como evento fiscal imprevisto, a que se refere a alínea "b" do inciso III do **caput** do art. 5º da Lei

Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, a abertura de créditos adicionais para o atendimento de despesas não previstas ou insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária de 2024.

§ 4º Com vistas ao cumprimento de dispositivos constitucionais e legais que estabeleçam metas fiscais ou limites de despesas, as reservas de contingência referidas neste artigo poderão ser classificadas como despesas financeiras ou primárias, e a sua utilização para abertura de créditos adicionais observará o disposto no art. 53.

§ 5º O Projeto de Lei Orçamentária de 2024 conterá reservas específicas para atender a:

I - emendas individuais, em montante correspondente ao previsto no art. 111 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; e

II - emendas de bancada estadual de execução obrigatória, em montante correspondente ao previsto no art. 3º da Emenda à Constituição nº 100, de 2019.

§ 6º No máximo a metade dos valores destinados à reserva prevista no inciso II do § 5º poderá ser identificada com IU 6 e considerada para a aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde no âmbito do Projeto de Lei Orçamentária de 2024.

Art. 14. O Poder Executivo federal enviará ao Congresso Nacional o Projeto de Lei Orçamentária de 2024 com sua despesa regionalizada e apresentará detalhamento das dotações por plano orçamentário e elemento de despesa nas informações disponibilizadas em meio magnético de processamento eletrônico.

Parágrafo único. Para fins do atendimento ao disposto no inciso XXIV do Anexo II, os órgãos dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União deverão informar, adicionalmente ao detalhamento a que se refere o **caput**, os subelementos das despesas de tecnologia da informação e comunicação, inclusive **hardware**, **software** e serviços, conforme relação divulgada previamente pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento e Orçamento.

Art. 15. Até vinte e quatro horas após o encaminhamento à sanção presidencial do autógrafa do Projeto de Lei Orçamentária de 2024, o Poder Legislativo enviará ao Poder Executivo federal, em meio magnético de processamento eletrônico, os dados e as informações relativos ao autógrafa, no qual indicarão, de acordo com os detalhamentos estabelecidos no art. 7º:

I - em relação a cada categoria de programação do projeto original, o total dos acréscimos e o total dos decréscimos realizados pelo Congresso Nacional; e

II - as novas categorias de programação com as respectivas denominações.

Parágrafo único. As categorias de programação modificadas ou incluídas pelo Congresso Nacional por meio de emendas deverão ser detalhadas com as informações a que se refere a alínea “e” do inciso II do § 1º do art. 153.

## CAPÍTULO IV

### DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DA UNIÃO

#### Seção I

#### Diretrizes gerais

Art. 16. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária de 2024 e nos créditos adicionais e a sua execução deverão:

I - atender ao disposto no art. 167 da Constituição e no Novo Regime Fiscal, instituído pelo art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

II - propiciar o controle dos valores transferidos conforme o disposto no Capítulo V e dos custos das ações;

III - quando for o caso, considerar informações sobre a execução física das ações orçamentárias e os resultados de avaliação e monitoramento de políticas públicas e programas de Governo, em observância ao disposto no § 16 do art. 165 da Constituição; e

IV - indicar a localização geográfica da despesa no nível mais detalhado possível, por meio do subtítulo, sem prejuízo de outras formas de regionalização do gasto, de que trata o § 2º.

§ 1º O controle de custos de que trata o inciso II do **caput** será orientado para o estabelecimento da relação entre a despesa pública e o resultado obtido, de forma a priorizar a análise da eficiência na alocação dos recursos e permitir o acompanhamento das gestões orçamentária, financeira e patrimonial.

§ 2º Os órgãos setoriais do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, ou equivalentes, e as respectivas unidades orçamentárias são responsáveis pelas informações que comprovem a observância ao disposto nos incisos II, III e IV do **caput** na elaboração do Projeto de Lei Orçamentária de 2024 e pela regionalização da despesa, quando couber, nos sistemas de acompanhamento da execução orçamentária e financeira.

Art. 17. Os órgãos e as entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento deverão disponibilizar informações atualizadas referentes aos seus contratos no Portal Nacional de Contratações Públicas, de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e às diversas modalidades de transferências operacionalizadas no Transferegov.br, inclusive com o georreferenciamento das obras e a identificação das categorias de programação e fontes de recursos, observadas as normas estabelecidas pelo Poder Executivo federal.

§ 1º Nos casos em que o instrumento de transferência ainda não for operacionalizado no Transferegov.br, as normas deverão estabelecer condições e prazos para a transferência eletrônica dos respectivos dados para a referida plataforma.

§ 2º Os planos de trabalho aprovados que não tiverem sido objeto de convênio até o final do exercício de 2023, constantes do Transferegov.br, poderão ser disponibilizados para ser conveniados no exercício de 2024.

§ 3º Os órgãos e as entidades referidos no **caput** poderão disponibilizar, em seus sistemas, projetos básicos e de engenharia pré-formatados e projetos para aquisição de equipamentos por adesão.

Art. 18. Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas com:

I - início de construção, ampliação, reforma voluptuária, aquisição, novas locações ou arrendamentos de imóveis residenciais funcionais ou oficiais;

II - locação ou arrendamento de mobiliário e equipamento para unidades residenciais funcionais ou oficiais;

III - aquisição de automóveis de representação;

IV - ações de caráter sigiloso;

V - ações que não sejam de competência da União, nos termos do disposto na Constituição;

VI - clubes e associações de agentes públicos ou quaisquer outras entidades congêneres;

VII - pagamento, a qualquer título, a agente público da ativa por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados, à conta de quaisquer fontes de recursos;

VIII - compra de títulos públicos pelas entidades da administração pública federal;

IX - pagamento de diárias e passagens a agente público da ativa por intermédio de convênios ou instrumentos congêneres firmados com entidades de direito privado ou órgãos ou entidades de direito público;

X - concessão, ainda que indireta, de qualquer benefício, vantagem ou parcela de natureza indenizatória a agentes públicos com a finalidade de atender despesas relacionadas a moradia, hospedagem, transporte, bens e serviços de uso residencial ou de interesse pessoal, ou similares, sob a forma de auxílio, ajuda de custo ou qualquer outra denominação;

XI - pagamento, a qualquer título, a empresas privadas que tenham em seu quadro societário servidor público da ativa, empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, do órgão que pretenda contratar, por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados;

XII - transferência de recursos a entidades privadas destinados à realização de eventos, no âmbito do Ministério do Turismo;

XIII - pagamento de diária, para deslocamento a serviço no território nacional, em valor superior a R\$ 700,00 (setecentos reais), incluído nesse valor o montante pago a título de despesa de deslocamento ao local de trabalho ou de hospedagem e vice-versa;

XIV - concessão de ajuda de custo para moradia ou de auxílio-moradia e de auxílio-alimentação, ou de qualquer outra espécie de benefício ou auxílio, sem previsão em lei específica e com efeitos financeiros retroativos ao mês anterior ao da protocolização do pedido;

XV - aquisição de passagens aéreas em desacordo com o disposto no § 7º;

XVI - pavimentação de vias urbanas sem a prévia ou concomitante implantação de sistemas ou soluções tecnicamente aceitas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana ou manejo de águas pluviais, quando necessária; e

XVII - pagamento a agente público de qualquer espécie remuneratória ou indenizatória com efeitos financeiros anteriores à entrada em vigor da respectiva lei que estabeleça a remuneração, a indenização ou o reajuste ou que altere ou aumente seus valores.

§ 1º Desde que o gasto seja discriminado em categoria de programação específica ou comprovada a necessidade de execução da despesa, excluem-se das vedações previstas:

I - nos incisos I e II do **caput**, à exceção da reforma voluptuária, as destinações para:

a) unidades equipadas, essenciais à ação das organizações militares;

b) representações diplomáticas no exterior;

c) residências funcionais, em faixa de fronteira, no exercício de atividades diretamente relacionadas ao combate a delitos fronteiriços, para:

1. magistrados da Justiça Federal;
  2. membros do Ministério Público da União;
  3. policiais federais;
  4. auditores-fiscais e analistas-tributários da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda; e
  5. policiais rodoviários federais;
- d) residências funcionais, em Brasília, Distrito Federal:
1. dos Ministros de Estado;
  2. dos Ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores;
  3. do Procurador-Geral da República;
  4. do Defensor Público-Geral Federal; e
  5. dos membros do Poder Legislativo; e
- e) locação de equipamentos exclusivamente para uso em manutenção predial;
- II - no inciso III do **caput**, as aquisições de automóveis de representação para uso:
- a) do Presidente, do Vice-Presidente e dos ex-Presidentes da República;
  - b) dos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal;
  - c) dos Ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores e dos Presidentes dos Tribunais Regionais e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios;
  - d) dos Ministros de Estado;
  - e) do Procurador-Geral da República;
  - f) do Defensor Público-Geral Federal; e
  - g) dos chefes de representações diplomáticas no exterior;
- III - no inciso IV do **caput**, quando as ações forem realizadas por órgãos ou entidades cuja legislação que as criou estabeleça, entre suas competências, o desenvolvimento de atividades relativas à segurança da sociedade e do Estado, e que tenham como pré-condição o sigilo;
- IV - no inciso V do **caput**, as despesas que não sejam de competência da União, relativas:
- a) ao processo de descentralização dos sistemas de transporte ferroviário de passageiros, urbanos e suburbanos, até o limite dos recursos aprovados pelo Conselho Diretor do Processo de Transferência dos respectivos sistemas;
  - b) ao transporte metroviário de passageiros;
  - c) à malha rodoviária federal, cujo domínio seja descentralizado aos Estados e ao Distrito Federal;
  - d) às ações de segurança pública; e
  - e) à aplicação de recursos decorrentes de transferências especiais, nos termos do disposto no art. 166-A da Constituição;
- V - no inciso VI do **caput**:

- a) às creches; e
- b) às escolas, para o atendimento pré-escolar;

VI - no inciso VII do **caput**, o pagamento pela prestação de serviços técnicos profissionais especializados por tempo determinado, quando os contratados estiverem submetidos a regime de trabalho que comporte o exercício de outra atividade e haja declaração do chefe imediato e do dirigente máximo do órgão de origem da inexistência de incompatibilidade de horários e de comprometimento das atividades atribuídas, desde que:

- a) esteja previsto em legislação específica; ou
- b) refira-se à realização de pesquisas e estudos de excelência:

1. com recursos repassados às organizações sociais, nos termos do disposto nos contratos de gestão; ou

2. realizados por professores universitários na situação prevista na alínea “b” do inciso XVI do **caput** do art. 37 da Constituição, desde que os projetos de pesquisas e os estudos tenham sido devidamente aprovados pelo dirigente máximo do órgão ou da entidade ao qual esteja vinculado o professor;

VII - no inciso VIII do **caput**, a compra de títulos públicos para atividades que forem legalmente atribuídas às entidades da administração pública federal indireta;

VIII - no inciso IX do **caput**, o pagamento a militares, servidores e empregados:

a) pertencentes ao quadro de pessoal do conveniente;

b) pertencentes ao quadro de pessoal da administração pública federal, vinculado ao objeto de convênio, quando o órgão for destinatário de repasse financeiro oriundo de outros entes federativos; ou

c) em atividades de pesquisa científica e tecnológica; e

IX - no inciso X do **caput**, quando:

a) houver lei que discrimine o valor ou o critério para sua apuração;

b) em estrita necessidade de serviço, devidamente justificada; e

c) de natureza temporária, caracterizada pelo exercício de mandato ou pelo desempenho de ação específica.

§ 2º A contratação de serviços de consultoria, inclusive aquela realizada no âmbito de acordos de cooperação técnica com organismos e entidades internacionais, somente será autorizada para execução de atividades que, comprovadamente, não possam ser desempenhadas por servidores ou empregados da administração pública federal, no âmbito do órgão ou da entidade, hipótese em que serão publicadas, no Diário Oficial da União, além do extrato do contrato, a justificativa e a autorização da contratação, da qual constarão, necessariamente, a identificação do responsável pela execução do contrato, a descrição completa do objeto do contrato, o quantitativo médio de consultores, o custo total e a especificação dos serviços e o prazo de conclusão.

§ 3º A restrição prevista no inciso VII do **caput** não se aplica ao servidor que se encontre em licença sem remuneração para tratar de interesse particular.

§ 4º O disposto nos incisos VII e XI do **caput** aplica-se também aos pagamentos à conta de recursos provenientes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, firmados com

órgãos ou entidades de direito público.

§ 5º A vedação prevista no inciso XII do **caput** não se aplica às destinações, no Ministério da Cultura, para realização de eventos culturais tradicionais de caráter público realizados há, no mínimo, cinco anos ininterruptamente, desde que haja prévia e ampla seleção promovida pelo órgão concedente ou pelo ente público conveniente.

§ 6º O valor de que trata o inciso XIII do **caput** aplica-se a qualquer agente público, servidor ou membro dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, até que lei disponha sobre valores e critérios de concessão de diárias e auxílio-deslocamento.

§ 7º Somente serão concedidas diárias e adquiridas passagens para servidores ou membros dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União no estrito interesse do serviço público, inclusive no caso de colaborador eventual.

§ 8º Até que lei específica disponha sobre valores e critérios de concessão, o pagamento de ajuda de custo para moradia ou auxílio-moradia, a qualquer agente público, servidor ou membro dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União fica condicionado ao atendimento cumulativo das seguintes condições, além de outras estabelecidas em lei:

I - não exista imóvel funcional disponível para uso pelo agente público;

II - o cônjuge ou companheiro, ou qualquer outra pessoa que resida com o agente público, não ocupe imóvel funcional nem receba ajuda de custo para moradia ou auxílio-moradia;

III - o agente público ou seu cônjuge ou companheiro não seja ou tenha sido proprietário, promitente comprador, cessionário ou promitente cessionário de imóvel no Município onde for exercer o cargo, incluída a hipótese de lote edificado sem averbação de construção, nos doze meses que antecederem a sua mudança de lotação;

IV - o agente público encontre-se no exercício de suas atribuições em localidade diversa de sua lotação original;

V - a indenização seja destinada exclusivamente ao ressarcimento das despesas referidas no art. 60-A da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; e

VI - natureza temporária, caracterizada pelo exercício de mandato ou pelo desempenho de ação específica.

§ 9º Ficam vedados reajustes, no exercício de 2024, do valor do auxílio-moradia e do auxílio-moradia no exterior.

§ 10. A vedação de que trata o § 9º não se aplica ao valor decorrente da aplicação do percentual constante do art. 60-D da Lei nº 8.112, de 1990.

Art. 19. O Projeto de Lei Orçamentária de 2024 e a respectiva Lei deverão, em observância ao disposto no § 12 do art. 165 da Constituição, atender à proporção mínima de recursos estabelecida no Anexo de Metas Fiscais constante do Anexo IV a esta Lei para a continuidade dos investimentos em andamento.

Parágrafo único. No detalhamento das propostas orçamentárias, os órgãos setoriais do Poder Executivo federal deverão observar a proporção mínima de recursos estabelecida pelo Ministério do Planejamento e Orçamento para a continuidade de investimentos em andamento.

Art. 20. Observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, o Projeto e a Lei Orçamentária de 2024 e os créditos especiais somente incluirão ações ou subtítulos novos se preenchidas as seguintes condições, no âmbito de cada órgão dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União:

I - tiverem sido adequada e suficientemente contemplados:

a) o disposto no art. 4º; e

b) os projetos e os seus subtítulos em andamento;

II - no caso dos projetos, os recursos alocados viabilizarem a conclusão de, no mínimo, uma etapa ou a obtenção de, no mínimo, uma unidade completa, consideradas as contrapartidas de que trata o § 4º do art. 90; e

III - a ação estiver compatível com o Projeto de Lei do Plano Plurianual 2024-2027 e com a respectiva Lei.

§ 1º Entende-se como projeto ou subtítulo de projeto em andamento aquele cuja execução financeira, até 31 de maio de 2023:

I - tenha ultrapassado vinte por cento do seu custo total estimado; ou

II - no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, seja igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), desde que tenha sido iniciada a execução física.

§ 2º Os órgãos setoriais do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, ou equivalentes, e as respectivas unidades orçamentárias são responsáveis pelas informações que comprovem a observância ao disposto neste artigo.

§ 3º A exigência de que trata o inciso I do **caput** não se aplica na hipótese de inclusão de ações ou subtítulos necessários ao atendimento de despesas que constituam obrigações constitucionais ou legais da União constantes das Seções I e II do Anexo III.

Art. 21. Somente poderão ser incluídas no Projeto de Lei Orçamentária de 2024 as dotações relativas às operações de crédito externas contratadas ou cujas cartas-consulta tenham sido autorizadas pela Comissão de Financiamentos Externos - Cofix, no âmbito do Ministério do Planejamento e Orçamento, até 15 de julho de 2023.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica à emissão de títulos da dívida pública federal.

Art. 22. O Projeto de Lei Orçamentária de 2024 e a respectiva Lei poderão conter receitas de operações de crédito e programações de despesas correntes primárias, cujas execuções ficam condicionadas à aprovação do Congresso Nacional, por maioria absoluta, de acordo com o disposto no inciso III do **caput** do art. 167 da Constituição, ressalvada a hipótese prevista no § 3º deste artigo.

§ 1º Os montantes das receitas e das despesas a que se refere o **caput** serão equivalentes à diferença positiva, no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, entre o total das receitas de operações de crédito e o total das despesas de capital.

§ 2º A mensagem de que trata o art. 11 apresentará as justificativas para a escolha das programações referidas no **caput**, a metodologia de apuração e a memória de cálculo da diferença de que trata o § 1º e das respectivas projeções para a execução financeira dos exercícios de 2024 a 2026.

§ 3º Os montantes referidos no § 1º poderão ser reduzidos em decorrência da

substituição da fonte de recursos condicionada por outras fontes, observado o disposto na alínea “a” do inciso III do § 1º do art. 52, inclusive aquela relativa a operação de crédito já autorizada, disponibilizada por prévia alteração de fonte de recursos, sem prejuízo do disposto no art. 64.

Art. 23. Na hipótese de a lei complementar de que trata o art. 6º da Emenda à Constituição nº 126, de 2022, não ser sancionada até 31 de agosto de 2023, o Projeto de Lei Orçamentária de 2024 poderá conter despesas primárias cuja inclusão na Lei Orçamentária de 2024 ficará condicionada à aprovação da referida lei complementar.

Parágrafo único. As despesas referidas no **caput** deverão ser evidenciadas no Projeto de Lei Orçamentária de 2024 e não serão consideradas para fins de demonstração de compatibilidade do Projeto com a meta de resultado primário prevista nesta Lei e com os limites individualizados a que se refere o art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 24. Em atendimento ao disposto no § 4º do art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, na aprovação da Lei Orçamentária de 2024, deverão ser observados os valores máximos de limites individualizados de despesas primárias constantes da mensagem que encaminhar o respectivo Projeto de Lei, admitido o ajuste dos referidos valores, desde que respeitada a projeção atualizada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, informada pelo Poder Executivo, nos termos do disposto no inciso XV do Anexo II a esta Lei.

Art. 25. Observado o disposto no art. 16-C da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, as despesas relativas ao Fundo Especial de Financiamento de Campanha observarão o limite máximo correspondente ao valor autorizado para essas despesas no exercício de 2022.

Parágrafo único. O valor das despesas referidas no **caput** deste artigo que exceder ao montante previsto no inciso I do **caput** do art. 16-C da Lei nº 9.504, de 1997, será custeado à conta da reserva de emendas de bancada estadual, prevista no inciso II do § 5º do art. 13 desta Lei.

Art. 26. Durante a apreciação do Projeto de Lei Orçamentária de 2024 ou de crédito adicional, as receitas encaminhadas no referido Projeto e as despesas de que trata a alínea “a” do inciso II do § 4º do art. 7º somente poderão ter a sua projeção alterada pelo Congresso Nacional se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal, fundamentado em manifestação de órgão técnico competente.

Parágrafo único. A fundamentação de que trata o **caput** deverá ser acompanhada de memória de cálculo com parâmetros atualizados e baseados em estimativas oficiais.

## Seção II

### **Diretrizes específicas para os Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público da União e a Defensoria Pública da União**

Art. 27. Os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União encaminharão à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento e Orçamento, por meio do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - Siop, até 11 de agosto de 2023, suas propostas orçamentárias, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária de 2024, observadas as disposições desta Lei.

§ 1º As propostas orçamentárias dos órgãos do Poder Judiciário encaminhadas nos termos do disposto no **caput** deverão ser objeto de parecer do Conselho Nacional de Justiça, de que trata o art. 103-B da Constituição, a ser encaminhado à Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da

Constituição, até 28 de setembro de 2023, com cópia para a Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento e Orçamento.

§ 2º O disposto no § 1º não se aplica ao Supremo Tribunal Federal e ao Conselho Nacional de Justiça.

Art. 28. Para fins de elaboração de suas propostas orçamentárias para 2024, os Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público da União e a Defensoria Pública da União terão como limites orçamentários para as despesas primárias, excluídas as despesas não recorrentes da Justiça Eleitoral com a realização de eleições, os valores calculados na forma prevista no disposto no art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, sem prejuízo do disposto nos § 3º, § 4º e § 5º deste artigo.

§ 1º Aos valores estabelecidos de acordo com o disposto no **caput** serão acrescidas as dotações destinadas às despesas não recorrentes da Justiça Eleitoral com a realização de eleições.

§ 2º Os limites de que tratam o **caput** e o § 1º serão informados aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União até 18 de julho de 2023.

§ 3º A utilização dos limites a que se refere este artigo para o atendimento de despesas primárias discricionárias, classificadas nos GNDs 3 - Outras Despesas Correntes, 4 - Investimentos e 5 - Inversões Financeiras, somente poderá ocorrer após o atendimento das despesas primárias obrigatórias relacionadas na Seção I do Anexo III, observado, em especial, o disposto no Capítulo VII.

§ 4º As dotações do Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos - Fundo Partidário constantes do Projeto de Lei Orçamentária de 2024 e aprovadas na respectiva Lei corresponderão ao valor pago no exercício de 2016 corrigido na forma prevista no disposto no § 1º do art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

§ 5º O montante de que trata o § 4º integra os limites orçamentários calculados na forma prevista no disposto no **caput**.

Art. 29. No âmbito dos Poderes Judiciário e Legislativo e do Ministério Público da União, os órgãos poderão realizar a compensação entre os limites individualizados para as despesas primárias, para o exercício de 2024, respeitado o disposto no § 9º do art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, por meio da publicação de ato conjunto dos dirigentes dos órgãos envolvidos.

Parágrafo único. Na elaboração da proposta orçamentária para 2024, o ato conjunto de que trata o **caput** deverá ser publicado até a data estabelecida no art. 27.

### **Seção III**

#### **Dos débitos judiciais**

Art. 30. A Lei Orçamentária de 2024 e os créditos adicionais somente incluirão dotações para o pagamento de precatórios cujos processos contenham certidão de trânsito em julgado da decisão exequenda e, no mínimo, um dos seguintes documentos:

- I - certidão de trânsito em julgado:
  - a) da decisão que determinou a expedição de valor incontroverso;
  - b) dos embargos à execução; ou

c) da impugnação ao cumprimento da sentença; e

II - certidão de que não tenham sido opostos embargos ou qualquer impugnação ao cumprimento da sentença.

Art. 31. O Poder Judiciário, inclusive o Conselho Nacional de Justiça e o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, encaminhará à Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição, à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional do Ministério da Fazenda, à Advocacia-Geral da União e aos órgãos e às entidades devedores a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais apresentados até 2 de abril de 2023, conforme estabelecido no § 5º do art. 100 da Constituição, discriminada por órgão ou entidade da administração pública federal e por GNDs, conforme detalhamento constante do art. 7º, na qual especificará:

I - numeração única do processo judicial, número originário, se houver, e data do respectivo ajuizamento;

II - número do processo de execução ou cumprimento de sentença, no padrão estabelecido pelo Conselho Nacional de Justiça, caso diverja do número da ação originária;

III - nome do beneficiário do crédito, e do seu procurador, se houver, com o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ ou no Registro Nacional de Estrangeiros - RNE, conforme o caso;

IV - número do precatório;

V - data da autuação do precatório;

VI - indicação da natureza comum ou alimentícia do crédito;

VII - valor individualizado por beneficiário e valor total do precatório a ser pago, atualizados até 2 de abril de 2022;

VIII - data-base utilizada na definição do valor do crédito;

IX - data do trânsito em julgado da sentença ou do acórdão lavrado na fase de conhecimento do processo judicial;

X - data do trânsito em julgado dos embargos à execução ou da decisão que resolveu a impugnação ao cálculo no cumprimento de sentença ou do decurso do prazo para sua apresentação;

XI - data do trânsito em julgado da decisão que reconheceu parcela incontroversa, se for o caso;

XII - data de nascimento do beneficiário, quando se tratar de crédito de natureza alimentícia e, se for o caso, indicação de que houve deferimento da superpreferência perante o juízo da execução;

XIII - a natureza da obrigação (assunto) a que se refere a requisição, de acordo com a Tabela Única de Assuntos - TUA do Conselho Nacional de Justiça;

XIV - Número de Meses - NM a que se refere a conta de liquidação e o valor das deduções da base de cálculo, caso o valor tenha sido submetido à tributação na forma de Rendimentos Recebidos Acumuladamente - RRA, conforme o art. 12-A da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988;

XV - classificação do precatório, conforme os critérios estabelecidos no § 8º do art. 107-A do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, exceto para os precatórios de que trata o § 2º deste artigo;

XVI - no caso de sucessão ou cessão, o nome do beneficiário originário, com o respectivo número de inscrição no CPF ou CNPJ, conforme o caso;

XVII - identificação do juízo onde o processo tramitou durante a fase de conhecimento, caso divirja daquele de origem da requisição de pagamento;

XVIII - identificação do juízo de origem da requisição de pagamento;

XIX - quando couber, o valor:

a) das contribuições previdenciárias e do órgão previdenciário com o respectivo número de inscrição no CNPJ;

b) da contribuição para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS; e

c) de outras contribuições devidas; e

XX - o órgão a que estiver vinculado o agente público, civil ou militar, da administração pública direta, quando se tratar de ação de natureza salarial.

§ 1º É vedada a inclusão de herdeiro, sucessor, cessionário ou terceiro nos campos destinados à identificação do beneficiário.

§ 2º Os precatórios judiciais decorrentes de demandas relativas à complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - Fundef, que integrarem a relação de que trata o **caput**, deverão ser destacados dos demais, para fins de aplicação da regra específica de parcelamento prevista no art. 4º da Emenda à Constituição nº 114, de 16 de dezembro de 2021.

§ 3º As informações previstas neste artigo serão encaminhadas até 30 de abril de 2023, na forma de banco de dados, por intermédio dos órgãos centrais de planejamento e orçamento, ou equivalentes.

§ 4º Os órgãos centrais de planejamento e orçamento, ou equivalentes, do Poder Judiciário, do Conselho Nacional de Justiça e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios encaminharão lista unificada à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento e Orçamento, na forma e no prazo previstos no § 3º, com a relação de que trata o **caput**, a qual conterá as informações a que se referem os incisos IV, V, VI, VII, X, XI, XIII, XV e XX do **caput**, sem qualquer dado que possibilite a identificação dos respectivos beneficiários.

§ 5º Caberá ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios encaminhar à Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição, à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento e Orçamento, à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional do Ministério da Fazenda, à Advocacia-Geral da União e aos órgãos e às entidades devedores, na forma e no prazo previstos no § 3º, a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais resultantes de causas processadas por aquele Tribunal apresentados até 2 de abril de 2023, discriminada por órgão da administração pública federal direta, autarquia e fundação e por GNDs, conforme detalhamento constante do art. 7º e com as especificações a que se refere este artigo, observado o disposto no § 4º.

§ 6º Caberá ao Conselho Nacional de Justiça encaminhar à Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição, à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento e Orçamento, à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional do Ministério da Fazenda, à Advocacia-Geral da União e aos órgãos e às entidades devedores, na forma e no prazo previstos no § 3º, a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais resultantes de causas processadas pelos Tribunais de Justiça dos Estados, exceto as do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, apresentados até 2 de abril

de 2023, discriminada por órgão da administração pública federal direta, autarquia e fundação e por GNDs, conforme detalhamento constante do art. 7º, com as especificações a que se refere este artigo, observado o disposto no § 4º, e acrescida de campo que identifique o Tribunal que proferiu a decisão exequenda.

§ 7º Adicionalmente, os órgãos centrais de planejamento e orçamento, ou equivalentes, do Poder Judiciário, incluídos o Conselho Nacional de Justiça e o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, encaminharão à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento e Orçamento e à Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição, até 31 de julho de 2023, o montante dos precatórios expedidos em anos anteriores que não tenham sido cancelados, suspensos ou utilizados em acordo direto perante Juízos Auxiliares de Conciliação de Pagamento de Condenações Judiciais contra a Fazenda Pública federal, na forma prevista no § 20 do art. 100 da Constituição ou no § 3º do art. 107-A do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, ou para as finalidades previstas nos § 11 e § 21 do art. 100 da Constituição, e estejam pendentes de pagamento em razão do limite de que trata o § 1º do art. 107-A do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, discriminado por ano de apresentação e em montantes consolidados conforme a classificação adotada para os critérios estabelecidos no § 8º do art. 107-A do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

§ 8º Os órgãos e as entidades devedores referidos no **caput** comunicarão à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento e Orçamento, no prazo máximo de dez dias, contado da data de recebimento da relação dos débitos, eventuais divergências verificadas entre a relação e os processos que originaram os precatórios recebidos.

§ 9º A falta da comunicação a que se refere o § 8º pressupõe a inexistência de divergências entre a relação recebida e os processos que originaram os precatórios, sendo a omissão, quando existir divergência, de responsabilidade solidária do órgão ou da entidade devedora e de seu titular ou dirigente.

§ 10. Na hipótese de, após o encaminhamento da relação dos débitos constantes de precatórios judiciais na forma e no prazo previstos no § 3º, algum requisitório ser cancelado ou suspenso, ou ter alteração no seu valor atualizado até 2 de abril de 2023, o Tribunal competente, ou o Conselho Nacional de Justiça, se for o caso, por intermédio do seu órgão setorial de orçamento, deverá encaminhar lista unificada que contenha essas alterações, até 31 de janeiro de 2024, aos órgãos e às entidades referidos neste artigo.

Art. 32. O limite para alocação dos recursos destinados ao pagamento de precatórios e requisições de pequeno valor no Projeto de Lei Orçamentária de 2024 será calculado pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento e Orçamento, observada a metodologia estabelecida no **caput** do art. 107-A do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

§ 1º Para fins de definição do limite para o pagamento de precatórios previsto no § 1º do art. 107-A do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento e Orçamento calculará a projeção para o pagamento de requisições de pequeno valor a partir da estimativa constante do relatório de avaliação de receitas e despesas primárias, de que trata o art. 71, referente ao segundo bimestre de 2023, atualizada conforme os critérios estabelecidos no **caput** do art. 107-A do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

§ 2º Após a definição do montante previsto no **caput** e a dedução da projeção a que se refere o § 1º, a Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento e Orçamento promoverá a distribuição do limite para o pagamento de precatórios entre os órgãos centrais de planejamento e orçamento, ou equivalentes, do Poder Judiciário, o Conselho Nacional de Justiça e o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, segundo os critérios estabelecidos no § 8º do art. 107-A do Ato das

Disposições Constitucionais Transitórias, consideradas as informações prestadas na forma prevista nos § 4º e § 7º do art. 31 desta Lei, excluídos os precatórios de que trata o art. 4º da Emenda à Constituição nº 114, de 2021, e aqueles que venham a ser parcelados, nos termos do disposto no § 20 do art. 100 da Constituição.

§ 3º Na distribuição de que trata o § 2º, o pagamento da parcela superpreferencial prevista no inciso II do § 8º do art. 107-A do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias independe do ano de requisição e será realizado com prioridade, inclusive, sobre os precatórios pendentes de anos anteriores.

§ 4º A Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento e Orçamento dará conhecimento aos órgãos centrais de planejamento e orçamento, ou equivalentes, do Poder Judiciário, ao Conselho Nacional de Justiça e ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios dos respectivos limites, apurados na forma prevista nos § 2º e § 3º, e dos respectivos valores previstos no Projeto de Lei Orçamentária de 2024 para o pagamento de requisições de pequeno valor, até 30 de setembro de 2023.

Art. 33. Para o pagamento dos precatórios devidos pela Fazenda Pública federal, comporão o Projeto de Lei Orçamentária de 2024, alocados em programações orçamentárias distintas, os valores destinados ao adimplemento:

I - dos precatórios situados no limite previsto no § 1º do art. 107-A do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

II - das parcelas dos precatórios decorrentes de demandas relativas à complementação da União ao Fundef, na forma prevista no art. 4º da Emenda à Constituição nº 114, de 2021, acompanhados da respectiva atualização monetária; e

III - das parcelas ou dos acordos firmados com fundamento no § 20 do art. 100 da Constituição e dos acordos firmados nos termos do disposto no § 3º do art. 107-A do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, acompanhados da respectiva atualização monetária.

§ 1º Será constituída reserva de contingência primária para atendimento da atualização monetária dos precatórios de que trata o inciso I do **caput**.

§ 2º As dotações orçamentárias tratadas neste artigo deverão ser alocadas nas unidades orçamentárias referentes aos Encargos Financeiros da União, com exceção daquelas destinadas ao pagamento dos precatórios de responsabilidade do Fundo do Regime Geral de Previdência Social, do Fundo Nacional de Assistência Social, do Ministério da Saúde e do Ministério da Educação, que poderão ser alocadas nas respectivas unidades orçamentárias.

Art. 34. Caso seja celebrado acordo direto perante Juízos Auxiliares de Conciliação de Pagamento de Condenações Judiciais contra a Fazenda Pública federal, na forma prevista no § 20 do art. 100 da Constituição ou no § 3º do art. 107-A do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para pagamento em 2024, o Tribunal competente, ou o Conselho Nacional de Justiça, se for o caso, por intermédio do seu órgão setorial de orçamento, deverá comunicar o fato à Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição, à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional do Ministério da Fazenda, à Advocacia-Geral da União e à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento e Orçamento com as especificações a que se refere o art. 31 desta Lei acerca do precatório envolvido.

§ 1º A comunicação à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento e Orçamento deverá conter a indicação do valor a ser pago, discriminado por órgão da administração pública federal direta, autarquia e fundação e por GNDs, conforme detalhamento constante do art. 7º e

com as especificações a que se referem os incisos IV, V, VI, VII, X, XI, XIII, XV e XX do **caput** do art. 31, sem qualquer dado que possibilite a identificação dos respectivos beneficiários, acrescida de campo que identifique o Tribunal que proferiu a decisão exequenda.

§ 2º Se houver disponibilidade orçamentária, os recursos necessários ao cumprimento do acordo serão descentralizados ao Tribunal competente, ou ao Conselho Nacional de Justiça, se for o caso.

Art. 35. Observado o respectivo limite para pagamento de precatórios estabelecido nos § 2º e § 3º do art. 32, os órgãos centrais de planejamento e orçamento, ou equivalentes, do Poder Judiciário, o Conselho Nacional de Justiça e o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios encaminharão, na forma de banco de dados, até 8 de março de 2024, à Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição, à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento e Orçamento, à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional do Ministério da Fazenda, à Advocacia-Geral da União e aos órgãos e às entidades devedores, a relação dos precatórios a serem pagos em 2024, na forma prevista no art. 31.

Parágrafo único. Para definição dos precatórios que integrarão a relação de que trata o **caput**, os órgãos do Poder Judiciário darão preferência, observado o disposto no § 3º do art. 32 desta Lei, àqueles que não tiverem sido pagos nos anos anteriores em razão do limite previsto no § 1º do art. 107-A do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, observada a ordem cronológica de apresentação, em atendimento ao disposto no § 2º do referido art. 107-A.

Art. 36. Após a publicação da Lei Orçamentária de 2024 e o encaminhamento da relação de que trata o art. 35, as dotações orçamentárias destinadas ao pagamento dos precatórios serão ajustadas, mediante a abertura de créditos adicionais, para que fiquem alinhadas com a referida relação e tenham as respectivas atualizações monetárias previstas incorporadas à mesma programação, com vistas à descentralização das dotações.

Art. 37. As dotações orçamentárias destinadas ao pagamento de débitos relativos a precatórios e requisições de pequeno valor aprovadas na Lei Orçamentária de 2024 e nos créditos adicionais, ressalvadas aquelas destinadas ao pagamento das requisições de pequeno valor expedidas pelos Tribunais de Justiça dos Estados, deverão ser integralmente descentralizadas pelo órgão central do Sistema de Administração Financeira Federal aos órgãos setoriais de planejamento e orçamento do Poder Judiciário, ou equivalentes, inclusive ao Conselho Nacional de Justiça e ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, que se incumbirão de disponibilizá-las aos Tribunais que proferirem as decisões exequendas, conforme o caso.

§ 1º A descentralização de que trata o **caput** deverá ser feita de forma automática pelo órgão central do Sistema de Administração Financeira Federal, imediatamente após:

I - a publicação da Lei Orçamentária de 2024 e dos créditos adicionais, quanto às dotações destinadas ao pagamento das requisições de pequeno valor; e

II - a abertura do crédito de que trata o art. 36 e dos demais créditos adicionais, quanto às dotações destinadas ao pagamento dos precatórios.

§ 2º A descentralização referente ao pagamento dos precatórios judiciais resultantes de causas processadas pelos Tribunais de Justiça dos Estados, exceto pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, será feita em favor do Conselho Nacional de Justiça, que se incumbirá de disponibilizar os recursos aos Tribunais de Justiça que proferiram as decisões exequendas.

§ 3º Caso a dotação descentralizada seja insuficiente para o pagamento integral do

débito, o Tribunal competente, ou o Conselho Nacional de Justiça, se for o caso, por intermédio do seu órgão setorial de orçamento, deverá providenciar, junto à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento e Orçamento, a complementação necessária, da qual dará conhecimento ao órgão ou à entidade descentralizadora.

§ 4º Se as dotações descentralizadas referentes a precatórios e a requisições de pequeno valor forem superiores ao valor necessário ao pagamento integral dos débitos, o Tribunal competente, ou o Conselho Nacional de Justiça, conforme o caso, por intermédio do seu órgão setorial de orçamento, deverá providenciar a devolução imediata da dotação e da disponibilidade financeira excedentes, do que dará conhecimento ao órgão ou à entidade descentralizadora, à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento e Orçamento e à Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, até 30 de novembro de 2024, exceto se houver necessidade de abertura de créditos adicionais para o pagamento de precatórios e requisições de pequeno valor.

§ 5º As liberações dos recursos financeiros correspondentes às dotações orçamentárias descentralizadas na forma prevista neste artigo deverão ser realizadas diretamente para o órgão setorial de programação financeira das unidades orçamentárias responsáveis pelo pagamento do débito, de acordo com as regras de liberação para os órgãos do Poder Judiciário previstas nesta Lei e a programação financeira estabelecida na forma prevista no disposto no art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, e serão informadas aos beneficiários pela vara de execução responsável.

§ 6º O pagamento da Contribuição para o Regime Próprio de Previdência do Servidor Público, decorrente de precatórios e requisições de pequeno valor devidos pela União, ou por suas autarquias e fundações, será efetuado por meio de programação específica no âmbito de Encargos Financeiros da União.

§ 7º Caso as dotações orçamentárias destinadas ao pagamento de precatórios e requisições de pequeno valor integrem programação de despesa corrente primária condicionada à aprovação de projeto de lei de crédito suplementar ou especial por maioria absoluta do Congresso Nacional, nos termos do disposto no art. 22, as descentralizações previstas neste artigo apenas serão realizadas após a publicação da respectiva lei de abertura do referido crédito ou após a substituição da fonte de receita de operações de crédito condicionada por outras fontes de recursos que possam atender a tais despesas, na forma prevista no § 3º do referido artigo.

Art. 38. Até sessenta dias após a descentralização de que trata o art. 37, as unidades orçamentárias do Poder Judiciário discriminarão, em sistema próprio, e submeterão ao Siafi, por processo de interoperabilidade, as informações necessárias ao registro da relação dos precatórios relativos às dotações a elas descentralizadas de acordo com o disposto no referido artigo, nas quais especificarão a ordem cronológica dos pagamentos, os valores a serem pagos e o órgão ou a entidade em que se originou o débito.

Parágrafo único. As unidades orçamentárias do Poder Judiciário deverão discriminar em sistema próprio a relação das requisições relativas a sentenças de pequeno valor e o órgão ou a entidade em que se originou o débito, no prazo de até sessenta dias, contado da data de sua autuação no Tribunal.

Art. 39. O Poder Judiciário disponibilizará mensalmente, de forma consolidada por órgão orçamentário, à Advocacia-Geral da União e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional do Ministério da Fazenda, a relação dos precatórios e das requisições de pequeno valor autuados e pagos, consideradas as especificações estabelecidas no **caput** do art. 31, com as adaptações necessárias.

Art. 40. Nas discussões e condenações que envolvam a Fazenda Pública federal, para fins de atualização monetária, remuneração do capital e compensação da mora, incidirá, no exercício

financeiro de 2024, apenas uma vez, até o efetivo pagamento, o índice da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - taxa Selic, acumulado mensalmente.

§ 1º A atualização dos precatórios não tributários, no período a que se refere o § 5º do art. 100 da Constituição, será efetuada exclusivamente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial - IPCA-E.

§ 2º Na atualização monetária dos precatórios tributários, no período a que se refere o § 5º do art. 100 da Constituição, deverão ser observados os mesmos critérios pelos quais a Fazenda Pública federal corrige os seus créditos tributários.

§ 3º Após o prazo a que se refere o § 5º do art. 100 da Constituição, caso não haja adimplemento do requisitório, a atualização dos precatórios tributários e não tributários será efetuada pelo índice da taxa Selic, acumulado mensalmente, vedada a sua aplicação sobre a parcela referente à correção realizada durante o referido período.

§ 4º O disposto nos § 1º, § 2º e § 3º deste artigo aplica-se, no que couber, aos precatórios parcelados nos termos do disposto no § 20 do art. 100 da Constituição e no art. 4º da Emenda à Constituição nº 114, de 2021.

§ 5º Os precatórios e as requisições de pequeno valor cancelados nos termos do disposto na Lei nº 13.463, de 6 de julho de 2017, que venham a ser objeto de novo ofício requisitório, inclusive os tributários, conservarão a remuneração correspondente ao período em que estiveram depositados na instituição financeira.

§ 6º Os precatórios e as requisições de pequeno valor expedidos nos termos do disposto no § 5º serão atualizados desde a devolução ao Tesouro Nacional de valores cancelados até o dia do novo depósito, conforme o previsto nos § 1º, § 2º e § 3º.

Art. 41. Aplicam-se as mesmas regras constantes desta Seção quando a execução de decisões judiciais contra empresas estatais dependentes ocorrer mediante a expedição de precatório ou de requisição de pequeno valor, nos termos do disposto no art. 100 da Constituição.

Art. 42. Para fins de definição dos limites orçamentários para atender ao pagamento de pensões indenizatórias decorrentes de decisões judiciais e sentenças judiciais de empresas estatais dependentes, os órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, por intermédio dos órgãos setoriais de planejamento e orçamento ou equivalentes, encaminharão à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério de Planejamento e Orçamento, até 15 de junho de 2023, informações quanto à necessidade de recursos orçamentários para 2024, segregadas por tipo de sentença, unidade orçamentária, grupo de despesa, identificação da Vara ou Comarca de trâmite da sentença objeto da ação judicial, situação processual e valor.

§ 1º Para a elaboração das informações requeridas no **caput**, deverão ser consideradas exclusivamente:

I - as sentenças com trânsito em julgado e em fase de execução, com a apresentação dos documentos comprobatórios; e

II - os depósitos recursais necessários à interposição de recursos.

§ 2º A apresentação de documentos comprobatórios para as pensões indenizatórias decorrentes de decisões judiciais somente será necessária quando se tratar da concessão de indenizações ainda não constantes de leis orçamentárias anteriores.

Art. 43. As dotações orçamentárias destinadas ao pagamento de honorários periciais nas

ações em que o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS figure como parte, aprovadas na Lei Orçamentária de 2024 e nos créditos adicionais, deverão ser integralmente descentralizadas pelo órgão central do Sistema de Administração Financeira Federal ao Conselho da Justiça Federal, que se incumbirá de disponibilizá-las aos Tribunais Regionais Federais.

Parágrafo único. As disposições constantes dos § 3º e § 4º do art. 37 aplicam-se às dotações descentralizadas na forma prevista neste artigo.

Art. 44. Compete ao órgão setorial do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, ou à respectiva unidade orçamentária diretamente responsável pela execução orçamentária e financeira da política pública pertinente ao objeto da decisão de sequestro de verbas da Fazenda Pública, a viabilização dos recursos necessários ao atendimento da ordem judicial.

## Seção IV

### Dos empréstimos, dos financiamentos e dos refinanciamentos

Art. 45. Os empréstimos, financiamentos e refinanciamentos realizados com recursos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social observarão o disposto no art. 27 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 1º Na hipótese de operações com custo de captação não identificado, os encargos financeiros não poderão ser inferiores à Taxa Referencial e a apuração será **pro rata temporis**.

§ 2º Serão de responsabilidade do mutuário, além dos encargos financeiros, eventuais comissões, taxas e despesas congêneres cobradas pelo agente financeiro, exceto as despesas de remuneração previstas no contrato entre o agente e a União.

Art. 46. Nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, as categorias de programação correspondentes a empréstimos, financiamentos e refinanciamentos indicarão a lei que definiu encargo inferior ao custo de captação.

Art. 47. As prorrogações e as composições de dívidas decorrentes de empréstimos, financiamentos e refinanciamentos concedidos com recursos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social ficarão condicionadas à autorização expressa em lei específica.

## Seção V

### Do Orçamento da Seguridade Social

Art. 48. O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social, obedecerá ao disposto no inciso XI do **caput** do art. 167, nos art. 194, art. 195, art. 196, art. 199, art. 200, art. 201, art. 203 e art. 204 e no § 4º do art. 212 da Constituição e contará, entre outros, com recursos provenientes:

I - das contribuições sociais previstas na Constituição, exceto a de que trata o § 5º do art. 212 e aquelas destinadas por lei às despesas do Orçamento Fiscal;

II - da contribuição para o plano de seguridade social do servidor, que será utilizada para despesas com aposentadorias e pensões por morte;

III - do Orçamento Fiscal; e

IV - das demais receitas, inclusive próprias e vinculadas, de órgãos, fundos e entidades, cujas despesas integrem, exclusivamente, o orçamento referido no **caput**, que deverão ser classificadas como receitas da seguridade social.

§ 1º Os recursos provenientes das contribuições sociais de que tratam o art. 40 e a alínea “a” do inciso I e o inciso II do **caput** do art. 195, ambos da Constituição, no Projeto de Lei Orçamentária de 2024 e na respectiva Lei, não se sujeitarão à desvinculação.

§ 2º Todas as receitas do Fundo de Amparo ao Trabalhador, inclusive as financeiras, deverão constar do Projeto e da Lei Orçamentária de 2024.

§ 3º As despesas relativas ao pagamento dos benefícios assistenciais a que se refere o **caput** do art. 40 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, mantidas as suas fontes de financiamento, serão realizadas à conta do Fundo Nacional de Assistência Social.

§ 4º Será divulgado, a partir do primeiro bimestre de 2024, com o relatório resumido da execução orçamentária a que se refere § 3º do art. 165 da Constituição, demonstrativo das receitas e das despesas da seguridade social, na forma prevista no disposto no art. 52 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, do qual constará nota explicativa com memória de cálculo das receitas desvinculadas por força de dispositivo constitucional.

§ 5º Independentemente da opção de custeio ou investimento, as emendas parlamentares que adicionarem recursos a transferências automáticas e regulares a serem realizadas pela União a ente federativo serão executadas em conformidade com atos a serem editados pelos Ministros de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania e da Saúde e publicados no Diário Oficial da União, como acréscimo ao valor financeiro:

I - destinado à Rede do Sistema Único de Assistência Social - Suas, e constituirão valor a ser somado aos repasses para cumprimento de metas por integrantes da referida Rede; ou

II - transferido à rede do Sistema Único de Saúde - SUS, e constituirão valor temporário a ser somado aos repasses regulares e automáticos da referida Rede.

§ 6º Quando se destinarem ao atendimento de consórcios públicos, os recursos oriundos de emendas parlamentares que adicionarem valores aos tetos transferidos à rede do SUS, nos termos do disposto no inciso II do § 5º, serão transferidos aos fundos de saúde, inclusive de gestão estadual, caso o Estado integre a entidade nos termos do disposto no inciso I do § 1º do art. 4º da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, e repassados aos respectivos consórcios.

§ 7º Os recursos derivados de emendas parlamentares que, nos termos do disposto no inciso II do § 5º, adicionarem valores transferidos à Rede do SUS, ficarão sujeitos, quando o atendimento final beneficiar entidades privadas sem fins lucrativos que complementem o sistema de saúde na forma prevista nos art. 24 e art. 26 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, à demonstração de atendimento de metas:

I - quantitativas, para ressarcimento até a integralidade dos serviços prestados pela entidade e previamente autorizados pelo gestor; ou

II - qualitativas, cumpridas durante a vigência do contrato, como aquelas derivadas do aperfeiçoamento de procedimentos ou de condições de funcionamento das unidades.

§ 8º Os gestores deverão efetuar o pagamento dos incentivos financeiros aos estabelecimentos de saúde que prestam assistência complementar ao SUS, até o quinto dia útil após o

crédito efetuado pelo Ministério da Saúde, por meio de depósito na conta bancária do fundo estadual, distrital ou municipal de saúde.

Art. 49. As ações e os serviços de saúde direcionados à vigilância, à prevenção e ao controle de zoonoses e de acidentes causados por animais peçonhentos e venenosos, de relevância para a saúde pública, contemplarão recursos destinados ao desenvolvimento e à execução de ações, atividades e estratégias de controle da população de animais, que devam ser executadas em situações excepcionais, inclusive para a castração e a atenção veterinária.

Art. 50. Em atendimento ao disposto no art. 239 da Constituição, a arrecadação decorrente das contribuições para o Programa de Integração Social - PIS, instituído pela Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970, e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - Pasep, instituído pela Lei Complementar nº 8, de 3 de dezembro de 1970, poderá financiar, de forma indistinta, o programa do seguro-desemprego, as despesas com benefícios previdenciários e o abono salarial, desde que respeitada a destinação de, no mínimo, vinte e oito por cento para o financiamento de programas de desenvolvimento econômico, por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, com critérios de remuneração que preservem o seu valor.

## **Seção VI**

### **Do Orçamento de Investimento**

Art. 51. O Orçamento de Investimento, previsto no inciso II do § 5º do art. 165 da Constituição, abrangerá as empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto, ressalvado o disposto nos § 5º e § 6º, e dele constarão todos os investimentos realizados, independentemente da fonte de financiamento utilizada.

§ 1º Para efeito de compatibilidade da programação orçamentária a que se refere este artigo com a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e suas atualizações, serão consideradas investimento, exclusivamente, as despesas com:

I - aquisição de bens classificáveis no ativo imobilizado, excetuados aqueles que envolvam arrendamento mercantil para uso próprio da empresa ou de terceiros, valores do custo dos empréstimos contabilizados no ativo imobilizado e transferências de ativos entre empresas pertencentes ao mesmo grupo, controladas direta ou indiretamente pela União, cuja aquisição tenha constado do Orçamento de Investimento;

II - benfeitorias realizadas em bens da União por empresas estatais; e

III - benfeitorias necessárias à infraestrutura de serviços públicos concedidos pela União.

§ 2º A despesa será discriminada nos termos do disposto no art. 7º, considerada, para as fontes de recursos, a classificação 1495 - Recursos do Orçamento de Investimento.

§ 3º O detalhamento das fontes de financiamento do investimento de cada entidade referida neste artigo será feito de forma a evidenciar os recursos:

I - gerados pela empresa;

II - de participação da União no capital social;

III - da empresa controladora sob a forma de:

a) participação no capital; e

b) empréstimos;

IV - de operações de crédito junto a instituições financeiras:

a) internas; e

b) externas; e

V - de outras operações de longo prazo.

§ 4º A programação dos investimentos à conta de recursos oriundos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, inclusive mediante participação acionária, observará o valor e a destinação constantes do orçamento original.

§ 5º As empresas cuja programação conste integralmente do Orçamento Fiscal ou do Orçamento da Seguridade Social, de acordo com o disposto no art. 6º, não integrarão o Orçamento de Investimento.

§ 6º Permanecerão no Orçamento de Investimento as empresas públicas e as sociedades de economia mista que tenham recebido do seu controlador ou utilizado recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária, desde que atendidas, cumulativamente, as seguintes condições e observado o disposto em ato do Poder Executivo federal:

I - integrar o Orçamento de Investimento na Lei Orçamentária do exercício anterior;

II - possuir plano de reequilíbrio econômico-financeiro aprovado e vigente; e

III - observar o disposto no § 9º do art. 37 da Constituição.

§ 7º As normas gerais da Lei nº 4.320, de 1964, não se aplicam às empresas integrantes do Orçamento de Investimento no que concerne ao regime contábil, à execução do orçamento e às demonstrações contábeis.

§ 8º O disposto no § 7º não se aplica às disposições dos art. 109 e art. 110 da Lei nº 4.320, de 1964, para as finalidades a que se destinam.

§ 9º As empresas de que trata o **caput** deverão manter atualizada a sua execução orçamentária no Siop, de forma **online**.

§ 10. Para o exercício de 2024, somente as empresas públicas não financeiras e as sociedades de economia mista não financeiras poderão receber aportes da União para futuro aumento de capital.

§ 11. As empresas públicas e as sociedades de economia mista cujos investimentos sejam financiados com a participação da União para futuro aumento de capital serão mantidas no Orçamento de Investimento de forma a compatibilizar a programação orçamentária e o disposto no inciso III do **caput** do art. 2º da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

## Seção VII

### Das alterações na Lei Orçamentária e nos créditos adicionais

Art. 52. As classificações das dotações previstas no art. 7º, as fontes de financiamento do Orçamento de Investimento, as codificações orçamentárias e as suas denominações poderão ser alteradas de acordo com as necessidades de execução, desde que mantido o valor total do subtítulo e observadas as demais condições de que trata este artigo.

§ 1º As alterações de que trata o **caput** poderão ser realizadas, justificadamente, em relação a subtítulos constantes da Lei Orçamentária de 2024 e de créditos especiais ou extraordinários, abertos e reabertos, se autorizadas por meio de:

I - ato dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, quanto à alteração entre os:

a) GNDs “3 - Outras Despesas Correntes”, “4 - Investimentos” e “5 - Inversões Financeiras”, no âmbito do mesmo subtítulo;

b) GNDs “2 - Juros e Encargos da Dívida” e “6 - Amortização da Dívida”, no âmbito do mesmo subtítulo; e

c) GNDs “1 - Pessoal e Encargos Sociais”, “3 - Outras Despesas Correntes”, “4 - Investimentos” e “5 - Inversões Financeiras”, no âmbito do mesmo subtítulo:

1. no Programa “0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais”;

2. das ações orçamentárias referidas nos incisos XXI e XXV do **caput** do art. 12; ou

3. na Unidade Orçamentária “73901 - Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF”; e

d) GNDs de programações incluídas ou acrescidas por emendas, de que trata a alínea “c” do inciso II do § 4º do art. 7º, mediante solicitação ou concordância dos autores das respectivas emendas, observado o disposto no **caput** do art. 78;

II - ato do Secretário de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, quanto ao Orçamento de Investimento para:

a) as fontes de financiamento;

b) os identificadores de uso;

c) os identificadores de resultado primário;

d) as esferas orçamentárias;

e) as denominações das classificações orçamentárias, desde que constatado erro de ordem técnica ou legal; e

f) ajustes na codificação orçamentária decorrentes da necessidade de adequação à classificação vigente, desde que não impliquem mudança de valores e de finalidade da programação; e

III - ato do Secretário de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento e Orçamento, quanto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social para:

a) as fontes de recursos, inclusive aquelas de que trata o § 3º do art. 135, observadas as vinculações previstas na legislação;

b) os IU;

c) os identificadores de RP, exceto para as alterações dos identificadores de despesas primárias discricionárias decorrentes de dotações ou programações incluídas ou acrescidas por emendas, constantes da alínea “c” do inciso II do § 4º do art. 7º;

d) as esferas orçamentárias;

e) as denominações das classificações orçamentárias, desde que constatado erro de ordem técnica ou legal; e

f) ajustes na codificação orçamentária:

1. necessários à correção de erro de ordem técnica ou legal; ou

2. decorrentes da necessidade de adequação à classificação vigente, desde que não impliquem mudança de valores e de finalidade da programação.

§ 2º As modificações a que se refere este artigo também poderão ocorrer na abertura e na reabertura de créditos adicionais e na alteração de que trata o § 5º do art. 167 da Constituição.

§ 3º As alterações das modalidades de aplicação serão realizadas diretamente no Siafi ou no Siop pela unidade orçamentária, observados os procedimentos estabelecidos pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento e Orçamento.

§ 4º A alteração de que trata o § 3º poderá ser realizada pelas unidades orçamentárias, pelos órgãos setoriais ou pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento e Orçamento, quando da indicação de beneficiários pelos autores de emendas individuais, para manter compatibilidade entre o beneficiário indicado e a referida classificação, sem prejuízo de alterações posteriores.

§ 5º Para fins do disposto no § 3º do art. 43 da Lei nº 4.320, de 1964, consideram-se como excesso de arrecadação os recursos do exercício disponibilizados em razão das modificações efetivadas nas fontes de financiamento e de recursos, nos termos do disposto na alínea “a” do inciso II e na alínea “a” do inciso III do § 1º e no § 2º deste artigo e no § 3º do art. 56, mantida a classificação original das referidas fontes.

§ 6º As alterações de que trata o inciso I do § 1º poderão:

I - incluir GNDs, além daqueles aprovados no subtítulo, desde que compatíveis com a finalidade da ação orçamentária correspondente; e

II - contemplar as demais alterações a que se refere este artigo.

Art. 53. A abertura de créditos suplementares e especiais, a reabertura de créditos especiais e a alteração de que trata o § 5º do art. 167 da Constituição serão compatíveis com:

I - a meta de resultado primário estabelecida nesta Lei, quando:

a) não aumentarem o montante das dotações de despesas primárias consideradas na apuração da referida meta; ou

b) na hipótese de aumento do referido montante, o acréscimo estiver:

1. fundamentado no relatório de avaliação de receitas e despesas primárias, elaborado em cumprimento ao disposto no art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, e no art. 71 desta Lei;

2. relacionado à transferência aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios de recursos que tenham vinculação constitucional ou legal; ou

3. demonstrado na exposição de motivos de projeto e lei de crédito suplementar ou especial; e

II - os limites individualizados aplicáveis às despesas primárias, de que trata o **caput** do art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, em observância ao disposto no § 5º do referido artigo, quando:

a) não aumentarem o montante das dotações de despesas primárias sujeitas aos referidos limites; ou

b) na hipótese de aumento do referido montante:

1. os valores das dotações resultantes da alteração, inclusive os créditos em tramitação, descontados os ajustes de caixa ou competência das despesas primárias, e considerados outros ajustes não orçamentários de que trata o § 10 do art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, conforme relatório de avaliação de receitas e despesas primárias de que trata o art. 71 desta Lei, sejam iguais ou inferiores aos limites de que trata o **caput** do art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; e

2. a dotação resultante não ultrapasse o limite máximo de que trata o **caput** do art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, em observância ao disposto no § 5º do referido artigo.

§ 1º As ampliações de que tratam a alínea “b” do inciso I e a alínea “b” do inciso II do **caput** serão destinadas prioritariamente ao atendimento de despesas obrigatórias, em conformidade com o relatório de avaliação bimestral de que trata o art. 71.

§ 2º Na hipótese de as alterações orçamentárias referidas no **caput** se mostrarem incompatíveis com a meta de resultado primário estabelecida nesta Lei ou com os limites individualizados de que trata o **caput** do art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, deverão ser efetuados os cancelamentos compensatórios em anexo específico.

Art. 54. Os projetos de lei relativos a créditos suplementares e especiais serão encaminhados pelo Poder Executivo federal ao Congresso Nacional, também em meio magnético, por Poder, sem prejuízo do disposto no § 11 e no § 13.

§ 1º Cada projeto de lei e a respectiva lei deverão restringir-se a apenas um tipo de crédito adicional, conforme estabelecido nos incisos I e II do **caput** do art. 41 da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 2º O prazo final para o encaminhamento dos projetos referidos no **caput** é 15 de outubro de 2024, exceto se destinados ao atendimento de despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais, de que tratam as Seções I e II do Anexo III, hipótese em que deve ser observado o prazo de 29 de novembro de 2024.

§ 3º Acompanharão os projetos de lei concernentes a créditos suplementares e especiais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos sobre a execução de atividades, projetos, operações especiais e seus subtítulos.

§ 4º As exposições de motivos às quais se refere o § 3º, relativas a projetos de lei de créditos suplementares e especiais destinados ao atendimento de despesas primárias, deverão conter justificativa de que a realização das despesas objeto desses créditos não afeta a obtenção da meta de resultado primário prevista nesta Lei e o atendimento dos limites de despesa de que trata o art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

§ 5º Nas hipóteses de abertura de créditos adicionais que envolva a utilização de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

I - estimativas de receitas constantes da Lei Orçamentária de 2024, de acordo com a

classificação de que trata a alínea “a” do inciso III do **caput** do art. 9º;

II - estimativas atualizadas para o exercício financeiro;

III - parcelas do excesso de arrecadação utilizadas nos créditos adicionais, abertos ou em tramitação;

IV - valores utilizados em outras alterações orçamentárias; e

V - saldos do excesso de arrecadação, de acordo com a classificação prevista no inciso I.

§ 6º Nas hipóteses de abertura de créditos adicionais que envolva a utilização de **superavit** financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

I - **superavit** financeiro do exercício de 2023, por fonte de recursos, de acordo com a classificação aplicável ao exercício de 2024;

II - créditos reabertos no exercício de 2024;

III - valores utilizados nos créditos adicionais, abertos ou em tramitação;

IV - valores utilizados em outras alterações orçamentárias; e

V - saldo do **superavit** financeiro do exercício de 2023, por fonte de recursos.

§ 7º Para fins do disposto no § 6º, a Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda publicará, até 29 de fevereiro de 2024, demonstrativo do **superavit** financeiro de cada fonte de recursos, apurado no balanço patrimonial do exercício de 2023, hipótese em que o **superavit** financeiro de fontes de recursos vinculados deverá ser disponibilizado em sítio eletrônico por fonte detalhada.

§ 8º As aberturas de créditos previstas nos § 5º e § 6º para o aumento de dotações deverão ser compatíveis com o disposto no art. 53 desta Lei e no parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 9º Na hipótese de receitas vinculadas, o demonstrativo a que se refere o § 7º deverá identificar as unidades orçamentárias.

§ 10. Os créditos de que trata este artigo, aprovados pelo Congresso Nacional, serão considerados automaticamente abertos com a sanção e a publicação da respectiva lei.

§ 11. Os projetos de lei de créditos suplementares ou especiais, relativos aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, poderão ser apresentados de forma consolidada.

§ 12. A exigência de encaminhamento de projetos de lei por Poder, de que trata o **caput**, não se aplica quando o crédito for:

I - destinado a atender despesas com pessoal e encargos sociais, benefícios aos servidores civis, empregados e militares e aos seus dependentes constantes da Seção I do Anexo III, indenizações, benefícios e pensões indenizatórias de caráter especial e auxílios-funeral e natalidade; ou

II - integrado exclusivamente por dotações orçamentárias classificadas com RP 6 e RP 7.

§ 13. Serão encaminhados projetos de lei específicos quando os créditos se destinarem ao atendimento de despesas com pessoal e encargos sociais, benefícios aos servidores civis, empregados e militares e aos seus dependentes constantes da Seção I do Anexo III, indenizações, benefícios e pensões indenizatórias de caráter especial e sentenças judiciais, inclusive aquelas relativas a precatórios ou consideradas de pequeno valor.

§ 14. Os projetos de lei a que se refere o § 13 poderão também conter despesas que:

I - constituam obrigações constitucionais ou legais da União, relacionadas nas Seções I e II do Anexo III;

II - decorram da criação de órgãos ou entidades; ou

III - sejam necessárias à manutenção da compatibilidade da despesa autorizada com a meta de resultado primário constante do art. 2º desta Lei e com os limites individualizados de despesas primárias a que se refere o art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

§ 15. Nas hipóteses de abertura de créditos adicionais à conta de recursos de excesso de arrecadação ou de **superavit** financeiro, ainda que envolvam concomitante troca de fontes de recursos, as respectivas exposições de motivos deverão estar acompanhadas dos demonstrativos exigidos pelos § 5º e § 6º.

§ 16. Os projetos de lei de créditos suplementares ou especiais solicitados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, com indicação dos recursos compensatórios, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo de até quarenta e cinco dias, contado da data de recebimento do pedido de alteração orçamentária pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento e Orçamento, exceto aqueles destinados às sentenças judiciais, ao serviço da dívida e às despesas relacionadas nos incisos V, VI, XIII, XXI e XXV do **caput** do art. 12.

§ 17. Na elaboração dos projetos de lei relativos a créditos suplementares e especiais que envolvam mais de um órgão orçamentário no âmbito dos Poderes Judiciário e Legislativo e do Ministério Público da União, deverá ser realizada a compensação entre os limites individualizados para as despesas primárias, para o exercício de 2024, respeitado o disposto no § 9º do art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, por meio da publicação de ato conjunto dos dirigentes dos órgãos envolvidos em data anterior ao encaminhamento das propostas de abertura de créditos à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento e Orçamento, hipótese em que os efeitos da compensação ficarão suspensos até a publicação de cada crédito, em valor correspondente.

§ 18. Considerados os créditos abertos e em tramitação, caso os valores resultantes das categorias de programação a serem cancelados ultrapassem vinte por cento do valor inicialmente estabelecido na Lei Orçamentária de 2024 para as referidas categorias, deverá ser apresentada, além das justificativas mencionadas no § 3º, a demonstração do desvio entre a dotação inicialmente estabelecida na referida Lei e a dotação resultante.

Art. 55. As propostas de abertura de créditos suplementares autorizados na Lei Orçamentária de 2024, ressalvado o disposto no § 1º deste artigo e nos art. 66 e art. 67, serão submetidas ao Presidente da República, acompanhadas de exposição de motivos que inclua a justificativa e a indicação dos efeitos das anulações de dotações, observado o disposto nos § 3º, § 5º, § 6º, § 15 e § 18 do art. 54.

§ 1º Os créditos a que se refere o **caput**, com indicação de recursos compensatórios dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, nos termos do disposto no inciso III do § 1º do art. 43 da Lei nº 4.320, de 1964, serão abertos, no âmbito desses Poderes e órgãos, verificados os procedimentos estabelecidos pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento e Orçamento e o disposto no § 2º, por atos:

I - dos Presidentes da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Tribunal de Contas da União;

II - dos Presidentes do Supremo Tribunal Federal, do Conselho Nacional de Justiça, do Conselho da Justiça Federal, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios; e

III - do Procurador-Geral da República, do Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público e do Defensor Público-Geral Federal.

§ 2º Quando a aplicação do disposto no § 1º envolver mais de um órgão orçamentário, no âmbito dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, os créditos deverão ser abertos por ato conjunto dos dirigentes dos órgãos envolvidos, conforme indicado nos incisos I, II e III do § 1º, respectivamente, no qual também deverá ser realizada a compensação de que trata o **caput** do art. 29.

§ 3º A compensação realizada simultaneamente à abertura do crédito por ato conjunto deverá ser comunicada à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento e Orçamento e à Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda pelo órgão cedente, para que o limite de que trata o art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias dos órgãos envolvidos seja ajustado, com o objetivo de viabilizar a execução orçamentária e financeira por parte do órgão recebedor.

§ 4º Na abertura dos créditos na forma prevista no § 1º, fica vedado o cancelamento de despesas financeiras para suplementação de despesas primárias.

§ 5º Os créditos de que trata o § 1º serão incluídos no Siafi, exclusivamente, por intermédio de transmissão de dados do Siop.

Art. 56. Na abertura de crédito extraordinário, é vedada a criação de novo código e de título para ação existente.

§ 1º O crédito aberto por medida provisória deverá ser classificado, quanto ao identificador de RP, de acordo com o disposto no § 4º do art. 7º.

§ 2º As dotações de créditos extraordinários que perderam eficácia ou foram rejeitados, conforme ato declaratório do Congresso Nacional, deverão ser reduzidas no Siop e no Siafi no montante dos saldos não empenhados durante a vigência da respectiva medida provisória, por ato do Secretário de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento e Orçamento.

§ 3º As fontes de recursos que, em razão do disposto no § 2º, ficarem sem despesas correspondentes, serão disponibilizadas com a mesma classificação e poderão ser utilizadas para a realização de alterações orçamentárias.

Art. 57. Os anexos dos créditos adicionais obedecerão à mesma formatação dos Quadros dos Créditos Orçamentários constantes da Lei Orçamentária de 2024.

Art. 58. As dotações das categorias de programação anuladas em decorrência do disposto no § 1º do art. 55 não poderão ser suplementadas, exceto por remanejamento de dotações no âmbito do próprio órgão ou em decorrência de legislação superveniente.

Parágrafo único. O disposto no **caput** não se aplica às dotações das unidades orçamentárias do Poder Judiciário que exerçam a função de setorial de orçamento, quando anuladas para suplementação das unidades do próprio órgão.

Art. 59. A reabertura dos créditos especiais, conforme disposto no § 2º do art. 167 da Constituição, será efetivada, se necessária, mediante ato dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, após a primeira avaliação de receitas e despesas a que se refere o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal,

observado o disposto nos art. 53 e art. 57 desta Lei.

§ 1º Os créditos reabertos na forma prevista neste artigo, relativos aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, serão incluídos no Siafi, exclusivamente, por intermédio de transmissão de dados do Siop.

§ 2º O prazo previsto no **caput** não se aplica ao Orçamento de Investimento.

§ 3º A programação objeto da reabertura dos créditos especiais poderá ser adequada à programação constante da Lei Orçamentária de 2024, desde que não haja alteração da finalidade das ações orçamentárias.

Art. 60. Fica o Poder Executivo federal autorizado a abrir créditos especiais ao Orçamento de Investimento para o atendimento de despesas relativas a ações em execução no exercício de 2023, por meio da utilização, em favor da correspondente empresa estatal e da respectiva programação, de saldo de recursos do Tesouro Nacional repassados em exercícios anteriores ou inscritos em restos a pagar no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

Art. 61. A reabertura dos créditos extraordinários, conforme disposto no § 2º do art. 167 da Constituição, será efetivada, se necessária, por meio de ato do Poder Executivo federal, observado o disposto no art. 57 desta Lei.

Art. 62. O Poder Executivo federal poderá transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2024 e nos créditos adicionais, em decorrência da extinção, da transformação, da transferência, da incorporação ou do desmembramento de órgãos e entidades e de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, conforme estabelecido no § 1º do art. 5º, inclusive os títulos, os descritores, as metas e os objetivos, assim como o detalhamento por esfera orçamentária, GNDs, fontes de recursos, modalidades de aplicação e IU, e identificador de RP.

Parágrafo único. A transposição, a transferência ou o remanejamento não poderá resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na Lei Orçamentária de 2024 ou nos créditos adicionais, hipótese em que poderá haver, excepcionalmente, adequação da classificação funcional, da esfera orçamentária e do Programa de Gestão, Manutenção e Serviço ao Estado ao novo órgão.

Art. 63. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos autorizada no § 5º do art. 167 da Constituição deverá:

I - ser realizada no âmbito das atividades de ciência, tecnologia e inovação, com o objetivo de viabilizar os resultados de projetos restritos às programações classificadas na função "19 - Ciência e Tecnologia" e subfunções "571 - Desenvolvimento Científico", "572 - Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia" ou "573 - Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico"; e

II - ser destinada a categoria de programação existente.

Art. 64. As alterações orçamentárias de que trata este Capítulo deverão observar as restrições estabelecidas no inciso III do **caput** do art. 167 da Constituição.

§ 1º Enquanto houver receitas e despesas condicionadas, nos termos do disposto no art. 22, as alterações orçamentárias realizadas no âmbito dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União não poderão ampliar a diferença entre as receitas de operações de crédito e as despesas de capital considerada na Lei Orçamentária de 2024.

§ 2º Após a redução do total de despesas condicionadas na forma prevista no § 3º do art.

22, eventual diferença entre as receitas de operações de crédito e as despesas de capital deverá ser adequada até o encerramento do exercício.

§ 3º Para fins do cálculo da diferença mencionada nos § 1º e § 2º, consideram-se:

I - as fontes de recursos de operações de crédito que financiem despesas estabelecidas na Lei Orçamentária de 2024 e nos créditos adicionais; e

II - as despesas de capital estabelecidas na Lei Orçamentária de 2024 e nos créditos adicionais.

Art. 65. Fica a Secretaria de Coordenação das Estatais do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos autorizada a cancelar os saldos orçamentários do Orçamento de Investimento eventualmente existentes, na data em que a empresa estatal federal vier a ser extinta ou tiver o seu controle acionário transferido para o setor privado.

Art. 66. O Presidente da República poderá delegar ao Ministro de Estado do Planejamento e Orçamento e ao Ministro de Estado da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, no âmbito, respectivamente, dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e do Orçamento de Investimento, as alterações orçamentárias que dependam de ato do Poder Executivo federal referidas nesta Seção e no art. 173, exceto quanto ao encaminhamento de projetos de lei de crédito suplementar ou especial ao Congresso Nacional e à abertura de créditos extraordinários.

Art. 67. Os dirigentes indicados no § 1º do art. 55 desta Lei poderão delegar, no âmbito de seus órgãos, vedada a subdelegação, a abertura de créditos suplementares autorizados na Lei Orçamentária de 2024 que contenham a indicação de recursos compensatórios, nos termos do disposto no inciso III do § 1º do art. 43 da Lei nº 4.320, de 1964, desde que observadas as exigências e as restrições constantes do art. 55, especialmente aquelas a que se refere o seu § 4º, e do § 18 do art. 54 desta Lei.

Art. 68. As dotações destinadas à contrapartida nacional de empréstimos internos e externos e ao pagamento de amortização, juros e outros encargos, ressalvado o disposto no parágrafo único, somente poderão ser remanejadas para outras categorias de programação por meio da abertura de créditos adicionais, por projeto de lei ou medida provisória.

Parágrafo único. Os recursos de que trata o **caput** poderão ser remanejados para outras categorias de programação na abertura de créditos suplementares autorizados na Lei Orçamentária de 2024, por ato dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, observados os limites autorizados na referida Lei e o disposto no art. 55, desde que mantida a destinação, respectivamente, à contrapartida nacional e ao serviço da dívida.

Art. 69. Para fins do disposto nos § 10 e § 11 do art. 165 da Constituição, consideram-se compatíveis com o dever de execução das programações as alterações orçamentárias referidas nesta Lei e os créditos autorizados na Lei Orçamentária de 2024 e nas leis de créditos adicionais.

§ 1º O dever de execução de que trata o § 10 do art. 165 da Constituição não vincula a abertura e a reabertura de créditos adicionais e não obsta a escolha das programações que serão objeto de cancelamento e aplicação, por meio das alterações de que trata o **caput**, desde que cumpridos os demais requisitos referidos nesta Lei.

§ 2º Para fins do disposto no inciso I do § 11 do art. 165 da Constituição, os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público da União e a Defensoria Pública da União ficam autorizados a realizar o bloqueio de dotações orçamentárias discricionárias, de que trata a alínea “b” do inciso II do § 4º do art. 7º, no montante necessário ao cumprimento dos limites individualizados

estabelecidos no art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com base nas informações constantes dos relatórios de avaliação de receitas e despesas, referidos no art. 71.

§ 3º Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público da União e a Defensoria Pública da União deverão adotar providências, em relação aos bloqueios efetuados na forma prevista no § 2º, para garantir a adequação das despesas autorizadas na Lei Orçamentária de 2024 aos limites individualizados estabelecidos no art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, até o fim do exercício, ou quando se fizer necessário à observância dos referidos limites.

§ 4º O bloqueio de que trata o § 2º poderá incidir sobre as programações referidas no art. 76, exceto quanto àquelas previstas nos § 11 e § 12 do art. 166 da Constituição, até a proporção aplicável ao conjunto das despesas primárias discricionárias no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, sem prejuízo da aplicação de medidas necessárias ao atendimento do disposto nos art. 110 e art. 111 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, conforme estabelecido em ato do Poder Executivo federal.

## Seção VIII

### Da limitação orçamentária e financeira

Art. 70. Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público da União e a Defensoria Pública da União deverão elaborar e publicar por ato próprio, até trinta dias após a data de publicação da Lei Orçamentária de 2024, cronograma anual de desembolso mensal, por órgão, nos termos do disposto no art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, com vistas ao cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta Lei.

§ 1º No caso do Poder Executivo federal, o ato referido no **caput** e os atos que o modificarem conterão, em milhões de reais:

I - metas quadrimestrais para o resultado primário dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, com demonstração de que a programação atende à meta estabelecida nesta Lei e a outras regras fiscais vigentes aplicáveis;

II - metas bimestrais de realização de receitas primárias, em atendimento ao disposto no art. 13 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, discriminadas pelos principais tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda, as contribuições previdenciárias para o Regime Geral de Previdência Social e o Regime Próprio de Previdência do Servidor Público, a contribuição para o salário-educação, as concessões e as permissões, as compensações financeiras, as receitas próprias e de convênios e demais receitas, identificadas separadamente, as resultantes de medidas de combate à evasão e à sonegação fiscal, da cobrança da dívida ativa, e administrativa;

III - cronogramas ou limites de pagamentos mensais de despesas primárias sujeitas ao controle de fluxo, abertos em fontes de recursos do Tesouro Nacional e fontes próprias;

IV - demonstrativo do montante dos restos a pagar inscritos das despesas primárias sujeitas ao controle de fluxo, por órgão, de modo a separar os processados dos não processados;

V - metas quadrimestrais para o resultado primário das empresas estatais federais, com as estimativas de receitas e despesas que o compõem, de modo a separar, nas despesas, os investimentos;  
e

VI - quadro geral da programação financeira, detalhado em demonstrativos distintos segundo a classificação da despesa em financeira sujeita a controle de fluxo, primária discricionária e primária obrigatória sujeita a controle de fluxo, evidenciados por órgão:

a) a dotação autorizada na Lei Orçamentária de 2024 e nos créditos adicionais, o limite ou valor estimado para empenho, o limite ou valor estimado para pagamento e as diferenças entre montante autorizado e limites ou valores estimados; e

b) o estoque de restos a pagar ao final de 2023 líquido de cancelamentos ocorridos em 2024, o limite ou valor estimado para pagamento, e a respectiva diferença.

§ 2º O Poder Executivo federal estabelecerá no ato de que trata o **caput** as despesas primárias obrigatórias constantes da Seção I do Anexo III que estarão sujeitas a controle de fluxo, com o respectivo cronograma de pagamento.

§ 3º Excetuadas as despesas com pessoal e encargos sociais, precatórios e sentenças judiciais, os cronogramas anuais de desembolso mensal dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União terão como referencial o repasse previsto no art. 168 da Constituição, na forma de duodécimos.

§ 4º Os cronogramas ou limites de pagamento das despesas primárias obrigatórias sujeitas a controle de fluxo e das despesas primárias discricionárias, incluídas as ressalvadas de limitação de empenho e movimentação financeira, de que trata o § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, poderão ter como referência o valor da programação orçamentária do exercício e dos restos a pagar inscritos, limitados ao montante global da previsão das Despesas com Controle de Fluxo do Poder Executivo do exercício constante do Relatório de Avaliação das receitas e despesas primárias, ajustada pelo eventual esforço ou espaço fiscal indicado no referido relatório.

§ 5º Os valores constantes dos cronogramas ou limites de pagamento estabelecidos pelo Poder Executivo federal poderão ser distintos das dotações orçamentárias ou dos limites de movimentação e empenho, inclusive quanto à distribuição por órgão, por fontes de recursos e por classificação da despesa, desde que observado o disposto no § 4º.

§ 6º Os órgãos setoriais do Sistema de Administração Financeira Federal, os seus órgãos vinculados e as suas unidades executoras observarão a oportunidade, a conveniência e a necessidade de execução para garantir a efetiva entrega de bens e serviços à sociedade, quando da distribuição dos recursos financeiros às suas unidades subordinadas.

§ 7º Os cronogramas ou limites de pagamento do Poder Executivo federal aplicam-se tanto ao pagamento de restos a pagar quanto ao pagamento de despesas do exercício e caberá ao órgão setorial, aos seus órgãos vinculados e às suas unidades executoras definir a sua prioridade, observado o disposto no § 6º.

§ 8º Na hipótese de não existir programação orçamentária no exercício corrente, as demandas para pagamento de restos a pagar pelos órgãos setoriais poderão servir de base para a inclusão de valores nos cronogramas ou limites de pagamento do Poder Executivo federal, observado o disposto nos § 4º, § 5º e § 7º.

§ 9º Se houver indicação formal, justificada técnica ou judicialmente, do órgão setorial de que o cronograma ou limite de pagamento das despesas primárias obrigatórias sujeitas ao controle de fluxo e das despesas primárias discricionárias ressalvadas de limitação de empenho e movimentação financeira, de que trata o § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, não será executado, os valores indicados poderão ser remanejados para outras despesas, a critério

do Poder Executivo federal.

§ 10. Após o relatório de avaliação de receitas e despesas de que trata o art. 71, relativo ao 5º bimestre, o Poder Executivo federal, amparado em critérios técnicos apresentados pelo órgão central do Sistema de Administração Financeira Federal, poderá alterar os cronogramas ou limites de pagamento de que trata o § 9º, se identificado que há ou haverá sobra de valores na execução financeira, respeitadas as regras fiscais vigentes.

§ 11. O Poder Executivo federal poderá constituir reserva financeira nos cronogramas ou limites de pagamento, até o valor correspondente aos créditos orçamentários em tramitação e ao montante correspondente a eventual espaço fiscal demonstrado no relatório de avaliação de receitas e despesas primárias, hipóteses em que os recursos deverão ser totalmente liberados até o encerramento do exercício.

§ 12. A obrigatoriedade de liberação dos recursos de que trata o § 11 poderá ser dispensada caso não exista demanda de alteração de cronograma ou limite de pagamento pendente de atendimento.

§ 13. O disposto nos § 4º ao § 12 aplica-se exclusivamente ao Poder Executivo federal.

§ 14. A inscrição ou a manutenção dos restos a pagar subordina-se ao cumprimento de dispositivos constitucionais e legais que estabeleçam metas fiscais ou limites de despesas, observadas as regras de restos a pagar estabelecidas pelo Poder Executivo federal.

Art. 71. Se for necessário efetuar a limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, o Poder Executivo federal apurará o montante necessário e informará a cada órgão orçamentário dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, até o vigésimo quarto dia após o encerramento do bimestre, observado o disposto no § 4º.

§ 1º O montante da limitação a ser promovida pelo Poder Executivo federal e pelos órgãos referidos no **caput** será estabelecido de forma proporcional à participação de cada um no conjunto das dotações orçamentárias iniciais classificadas como despesas primárias discricionárias, identificadas na Lei Orçamentária de 2024 na forma prevista no disposto nas alíneas “b” e “c” do inciso II do § 4º do art. 7º, excluídas as atividades dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União constantes da Lei Orçamentária de 2024 e as despesas ressalvadas de limitação de empenho e movimentação financeira, na forma prevista no § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 2º As alterações orçamentárias realizadas com fundamento na alínea “c” do inciso III do § 1º do art. 52 publicadas até a data de divulgação do relatório de que trata o § 4º deste artigo que decorram de erro material na classificação da Lei Orçamentária de 2024 serão consideradas no cálculo do montante de limitação previsto no § 1º deste artigo.

§ 3º Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público da União e a Defensoria Pública da União, com base na informação a que se refere o **caput**, editarão ato que evidencie a limitação de empenho e movimentação financeira até o trigésimo dia subsequente ao encerramento do respectivo bimestre.

§ 4º Em atendimento ao disposto no **caput**, o Poder Executivo federal divulgará em sítio eletrônico e encaminhará ao Congresso Nacional e aos órgãos referidos no **caput**, no prazo nele previsto, relatório que será apreciado pela Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição, que conterà:

I - a memória de cálculo das novas estimativas de receitas e despesas primárias e a demonstração da necessidade da limitação de empenho e movimentação financeira nos percentuais e montantes estabelecidos por órgão;

II - a revisão dos parâmetros estimados pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, que conterà, no mínimo, as estimativas atualizadas da variação real do Produto Interno Bruto - PIB, da massa salarial dos empregados com carteira assinada, do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI, do IPCA e do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, o preço médio do barril de petróleo, a média da taxa de câmbio do dólar dos Estados Unidos da América, a taxa Selic, o PIB nominal e o salário mínimo;

III - a justificativa das alterações de despesas primárias obrigatórias, com explicitação das providências que serão adotadas quanto à alteração da dotação orçamentária, e os efeitos dos créditos extraordinários abertos;

IV - os cálculos relativos à frustração das receitas primárias, que terão por base os demonstrativos atualizados de que trata o inciso X do Anexo II, e os demonstrativos equivalentes, no caso das demais receitas, justificados os desvios em relação à sazonalidade originalmente prevista;

V - a estimativa atualizada do resultado primário das empresas estatais, acompanhada da memória dos cálculos referentes às empresas que responderem pela variação;

VI - a justificativa dos desvios ocorridos em relação às projeções realizadas nos relatórios anteriores; e

VII - detalhamento das dotações relativas às despesas primárias obrigatórias com controle de fluxo financeiro, a identificação das respectivas ações e dos valores envolvidos, exceto no caso de contribuições a organismos internacionais, que poderão ser informadas de maneira agregada.

§ 5º O Poder Executivo federal poderá elaborar, em caráter excepcional, relatório extemporâneo, observado, no que couber, o disposto no § 4º, e, caso identifique necessidade de limitação de empenho e movimentação financeira, a limitação será aplicável somente ao Poder Executivo federal, que deverá editar o ato respectivo no prazo de sete dias úteis, contado da data do encaminhamento do relatório ao Congresso Nacional.

§ 6º O restabelecimento dos limites de empenho e movimentação financeira poderá ser efetuado a qualquer tempo, hipótese em que o relatório de que tratam os § 4º e § 5º deverá ser divulgado em sítio eletrônico e encaminhado ao Congresso Nacional e aos órgãos referidos no **caput**.

§ 7º O decreto de limitação de empenho e movimentação financeira, ou de restabelecimento desses limites, editado nas hipóteses previstas no **caput** e no § 1º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, e nos § 5º e § 6º deste artigo, conterà as informações de que trata o § 1º do art. 70 desta Lei.

§ 8º O relatório a que se refere o § 4º será elaborado e divulgado em sítio eletrônico também nos bimestres em que não houver limitação ou restabelecimento dos limites de empenho e movimentação financeira, sem prejuízo do disposto no inciso II do § 19.

§ 9º O Poder Executivo federal prestará as informações adicionais para apreciação do relatório de que trata o § 4º deste artigo no prazo de cinco dias úteis, contado da data de recebimento do requerimento formulado pela Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição.

§ 10. Os órgãos setoriais de planejamento e orçamento ou equivalentes manterão atualizado, em seu sítio eletrônico, demonstrativo bimestral com os montantes aprovados e os valores da

limitação de empenho e movimentação financeira por unidade orçamentária.

§ 11. Para os órgãos que possuam mais de uma unidade orçamentária, os prazos para publicação dos atos de restabelecimento de limites de empenho e movimentação financeira, quando for o caso, serão de até:

I - trinta dias após o encerramento de cada bimestre, quando decorrer da avaliação bimestral de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal; ou

II - sete dias úteis após o encaminhamento do relatório previsto no § 6º deste artigo, se não for resultante da referida avaliação bimestral.

§ 12. Observada a disponibilidade de limites de empenho e movimentação financeira, estabelecida na forma prevista neste artigo, os órgãos e as unidades executoras, ao assumirem os compromissos financeiros, não poderão deixar de atender às despesas essenciais e inadiáveis, além da observância ao disposto no art. 4º.

§ 13. Sem prejuízo da aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde e em manutenção e desenvolvimento do ensino, prevista no art. 110 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a limitação de empenho do Poder Executivo federal, a que se referem os § 2º e § 4º deste artigo, e o restabelecimento desses limites, a que se refere o § 6º deste artigo, considerarão as dotações discricionárias passíveis de limitação, nos termos do disposto no § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, e sua distribuição entre os órgãos orçamentários observará a conveniência, a oportunidade e as necessidades de execução e o critério estabelecido no § 12 deste artigo.

§ 14. Os limites de empenho de cada órgão orçamentário serão distribuídos entre suas unidades e programações no prazo previsto no § 15 ou por remanejamento posterior, a qualquer tempo, e observarão os critérios estabelecidos no § 13.

§ 15. Os órgãos orçamentários, no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, detalharão no Siop, com transmissão ao Siafi, até quinze dias após o prazo previsto no **caput**, as dotações indisponíveis para empenho por unidade orçamentária e programação, exceto quanto à limitação incidente sobre dotações ou programações incluídas ou acrescidas por emendas, que deverá observar o disposto no ato de que trata o art. 80.

§ 16. Os limites de empenho das programações classificadas com identificador de RP constante da alínea "c" do inciso II do § 4º do art. 7º poderão ser reduzidos na mesma proporção aplicável ao conjunto das despesas primárias discricionárias do Poder Executivo federal.

§ 17. Os órgãos setoriais do Sistema de Administração Financeira Federal, os seus órgãos vinculados e as suas unidades executoras deverão dar publicidade, bimestralmente, até o décimo dia do mês subsequente ao fim do bimestre, às prioridades e aos pagamentos realizados das despesas primárias discricionárias.

§ 18. Não serão objeto de limitação orçamentária e financeira as despesas relativas às fontes vinculadas ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, na forma prevista no § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, observado o disposto no § 2º do art. 11 da Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007.

§ 19. Durante a execução provisória do Projeto de Lei Orçamentária de 2024, de que trata o art. 72:

I - não se aplica a limitação de empenho e movimentação financeira a que se refere este

artigo, hipótese em que deverá ser observado, até a publicação da Lei Orçamentária de 2024, o disposto no art. 72; e

II - são facultadas ao Poder Executivo federal a elaboração e a divulgação do relatório de avaliação de receitas e despesas a que se refere o § 4º.

§ 20. O disposto nos § 4º a § 13 do art. 70 também se aplica ao contexto de limitação orçamentária e financeira de que trata este artigo e de outras regras fiscais vigentes aplicáveis.

## **Seção IX**

### **Da execução provisória do projeto de Lei Orçamentária**

Art. 72. Na hipótese de a Lei Orçamentária de 2024 não ser publicada até 31 de dezembro de 2023, a programação constante do Projeto de Lei Orçamentária de 2024 poderá ser executada para o atendimento de:

I - despesas com obrigações constitucionais ou legais da União relacionadas nas Seções I e II do Anexo III;

II - ações de prevenção a desastres ou resposta a eventos críticos em situação de emergência ou estado de calamidade pública, classificadas na subfunção “Defesa Civil”, ações relativas a operações de garantia da lei e da ordem, ações de acolhimento humanitário e interiorização de migrantes em situação de vulnerabilidade, ações de fortalecimento do controle de fronteiras e ações emergenciais de recuperação de ativos de infraestrutura na subfunção “Transporte Rodoviário” para garantia da segurança e trefegabilidade dos usuários nos eixos rodoviários;

III - concessão de financiamento ao estudante e integralização de cotas nos fundos garantidores no âmbito do Fundo de Financiamento Estudantil - Fies;

IV - dotações destinadas à aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde classificadas com o IU 6;

V - realização de eleições e continuidade da implementação do sistema de automação de identificação biométrica de eleitores pela Justiça Eleitoral;

VI - despesas custeadas com receitas próprias, de convênios e de doações;

VII - formação de estoques públicos vinculados ao programa de garantia de preços mínimos;

VIII - outras despesas de capital de projetos em andamento, cuja paralisação possa causar prejuízo ou aumento de custos para a administração pública, até o limite de um doze avos do valor previsto para cada órgão no Projeto de Lei Orçamentária de 2024, multiplicado pelo número de meses total ou parcialmente decorridos até a data de publicação da respectiva Lei; e

IX - outras despesas correntes de caráter inadiável não autorizadas nos incisos I a VIII, até o limite de um doze avos do valor previsto para cada órgão no Projeto de Lei Orçamentária de 2024, multiplicado pelo número de meses total ou parcialmente decorridos até a data de publicação da respectiva Lei.

§ 1º Será considerada antecipação de crédito à conta da Lei Orçamentária de 2024 a utilização dos recursos autorizada por este artigo.

§ 2º Os saldos negativos eventualmente apurados entre o Projeto de Lei Orçamentária

de 2024 encaminhado ao Congresso Nacional e a respectiva Lei serão ajustados, considerada a execução prevista neste artigo, por ato do Poder Executivo federal, após a publicação da Lei Orçamentária de 2024, por intermédio da abertura de créditos suplementares ou especiais, mediante o cancelamento de dotações constantes da Lei Orçamentária de 2024, até o limite de vinte por cento do valor do subtítulo, sem prejuízo da realização do referido ajuste por meio de créditos suplementares autorizados na Lei Orçamentária de 2024 ou alterações orçamentárias autorizadas nesta Lei.

§ 3º Ficam autorizadas as alterações orçamentárias previstas no art. 52 e as alterações de GNDs dos recursos liberados na forma prevista neste artigo.

§ 4º O disposto no inciso I do **caput** aplica-se:

I - às alterações realizadas na forma prevista no art. 173; e

II - às obrigações constitucionais e legais que tenham sido criadas ou modificadas após o encaminhamento ao Congresso Nacional do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024 ou durante a execução provisória do Projeto de Lei Orçamentária de 2024, hipótese em que o Poder Executivo federal deverá proceder com a alteração de que trata o art. 173 antes da data de publicação da Lei Orçamentária de 2024.

§ 5º A autorização de que trata o inciso I do **caput** não abrange as despesas a que se refere o inciso IV do **caput** do art. 116.

§ 6º O disposto no **caput** aplica-se às propostas de modificação do Projeto de Lei Orçamentária de 2024 encaminhadas ao Congresso Nacional de acordo com o disposto no § 5º do art. 166 da Constituição.

§ 7º A programação de que trata o art. 22 poderá ser executada na forma prevista no **caput** por meio da substituição das operações de crédito por outras fontes de recursos, de acordo com o disposto no § 3º do referido artigo.

§ 8º Sem prejuízo das demais disposições aplicáveis, até a publicação do cronograma anual de desembolso mensal de que trata o art. 70 desta Lei, o Poder Executivo federal poderá, com vistas ao cumprimento da meta de resultado primário constante do art. 2º desta Lei e dos limites estabelecidos no art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, estabelecer programação orçamentária e financeira provisória que estabeleça limites mensais para:

I - o empenho das despesas de que trata este artigo; e

II - o pagamento das despesas de que trata este artigo e dos restos a pagar, inclusive os relativos a emendas individuais (RP 6) e de bancada estadual (RP 7).

§ 9º Será considerada antecipação de cronograma de pagamento a utilização dos recursos autorizada por este artigo, até que seja publicado o cronograma de execução mensal de desembolso de que trata o art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

## Seção X

### Do regime de execução obrigatória das programações orçamentárias

#### Subseção I

#### Disposições gerais

Art. 73. A administração pública federal tem o dever de executar as programações orçamentárias, por intermédio dos meios e das medidas necessários, com o propósito de garantir a efetiva entrega de bens e serviços à sociedade.

§ 1º O disposto no **caput**:

I - subordina-se ao cumprimento de dispositivos constitucionais e legais que estabeleçam metas fiscais ou limites de despesas e não impede o cancelamento necessário à abertura de créditos adicionais;

II - não se aplica às hipóteses de impedimentos de ordem técnica devidamente justificados;  
e

III - aplica-se exclusivamente às despesas primárias discricionárias, no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

§ 2º Para fins do disposto no **caput**, entende-se como programação orçamentária o detalhamento da despesa por função, subfunção, unidade orçamentária, programa, ação e subtítulo.

§ 3º O dever de execução a que se referem o **caput** deste artigo e o § 10 do art. 165 da Constituição corresponde à obrigação do gestor de adotar, observados os princípios da legalidade, da eficiência, da eficácia, da efetividade e da economicidade, as medidas necessárias para executar as dotações orçamentárias disponíveis, nos termos do disposto no § 2º, referentes a despesas primárias discricionárias, inclusive aquelas resultantes de alterações orçamentárias, e compreende:

I - a emissão do empenho até o término do exercício financeiro, sem prejuízo da reabertura de créditos especiais e extraordinários, de que trata o § 2º do art. 167 da Constituição; e

II - a liquidação e o pagamento, admitida a inscrição em restos a pagar regulamentada em ato do Poder Executivo federal.

Art. 74. Para fins do disposto no inciso II do § 11 do art. 165 e no § 13 do art. 166 da Constituição, entende-se como impedimento de ordem técnica a situação ou o evento de ordem fática ou legal que obste ou suspenda a execução da programação orçamentária.

§ 1º O dever de execução das programações estabelecido no § 10 do art. 165 e no § 11 do art. 166 da Constituição não impõe a execução de despesa na hipótese de impedimento de ordem técnica.

§ 2º São consideradas hipóteses de impedimentos de ordem técnica, sem prejuízo de outras posteriormente identificadas em ato do Poder Executivo federal:

I - a ausência de projeto de engenharia aprovado pelo órgão setorial, ou pela unidade orçamentária, responsável pela programação, nos casos em que for necessário;

II - a ausência de licença ambiental prévia, nos casos em que for necessária;

III - a não comprovação, por parte dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, quando a cargo do empreendimento após a sua conclusão, da capacidade de aportar recursos para sua operação e manutenção;

IV - a não comprovação de que os recursos orçamentários e financeiros sejam suficientes para conclusão do projeto ou de etapa útil, com funcionalidade que permita o imediato usufruto dos benefícios pela sociedade;

V - a incompatibilidade com a política pública aprovada no âmbito do órgão setorial

responsável pela programação;

VI - a incompatibilidade do objeto da despesa com os atributos da ação orçamentária e do respectivo subtítulo; e

VII - os impedimentos cujo prazo para superação inviabilize o empenho no exercício financeiro.

Art. 75. As justificativas para a inexecução das programações orçamentárias primárias discricionárias serão elaboradas pelos gestores responsáveis pela execução das respectivas programações, nos órgãos setoriais e nas unidades orçamentárias, e comporão os relatórios de prestação de contas anual dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União.

Parágrafo único. Faculta-se a apresentação da justificativa referida no **caput** para as programações cuja execução tenha sido igual ou superior a noventa e nove por cento da respectiva dotação, inclusive as classificadas com identificador de RP constante da alínea “c” do inciso II do § 4º do art. 7º.

## Subseção II

### Das dotações ou das programações incluídas ou acrescidas por emendas

Art. 76. Para fins do disposto nesta Lei e na Lei Orçamentária de 2024, entendem-se como dotações ou programações incluídas ou acrescidas por emendas aquelas referentes às despesas primárias discricionárias classificadas com identificador de RP constante da alínea “c” do inciso II do § 4º do art. 7º.

Art. 77. É obrigatória a execução orçamentária e financeira, de forma equitativa e observados os limites constitucionais, das programações decorrentes de emendas individuais (RP 6) e de bancada estadual (RP 7).

§ 1º Considera-se equitativa a execução das programações que observe critérios objetivos e imparciais, independentemente de sua autoria.

§ 2º A obrigatoriedade de execução orçamentária e financeira de que trata o **caput** deste artigo compreende, cumulativamente, o empenho e o pagamento, observado o disposto no § 18 do art. 166 da Constituição.

§ 3º Se for verificado que a reestimativa da receita e da despesa poderá resultar no não cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta Lei, os montantes de execução obrigatória das programações de que tratam as Subseções III e IV poderão ser reduzidos até a mesma proporção da limitação incidente sobre o conjunto das despesas primárias discricionárias.

§ 4º As programações orçamentárias previstas nos § 11 e § 12 do art. 166 da Constituição não serão de execução obrigatória nos casos dos impedimentos de ordem técnica, hipótese em que se aplicará o disposto nos art. 74 e art. 75 desta Lei.

Art. 78. As emendas ao Projeto de Lei Orçamentária de 2024, exceto as emendas de relator-geral destinadas à correção de erros e omissões, somente poderão alocar recursos para programação de natureza discricionária.

Parágrafo único. No processo de apresentação de emendas ao Projeto de Lei

Orçamentária de 2024, de que trata o **caput**, deverão ser observados os seguintes requisitos:

I - quando as emendas dispuserem sobre o início de investimentos com duração superior a um exercício financeiro, deverão corresponder a projetos incluídos no Projeto de Lei do Plano Plurianual 2024-2027 ou na respectiva Lei, nos termos do disposto no § 1º do art. 167 da Constituição;

II - as emendas serão destinadas, prioritariamente, a projetos em andamento, sem prejuízo do disposto no inciso III; e

III - quando as emendas dispuserem sobre o início de investimento com duração superior a um exercício financeiro ou cuja execução já tenha sido iniciada por emenda do autor, deverão ser objeto de emenda pelo mesmo autor, a cada exercício, até a conclusão do investimento.

Art. 79. O identificador da dotação ou programação incluída ou acrescida por emendas, de que trata o art. 76, que constará dos sistemas de acompanhamento da execução financeira e orçamentária, tem por finalidade a identificação do proponente da inclusão ou do acréscimo da programação.

Art. 80. Observado o disposto nesta Seção, os procedimentos e os prazos referentes às programações decorrentes de emendas, inclusive os critérios de publicidade e transparência de sua execução, serão estabelecidos por ato próprio do Poder Executivo federal, no prazo de sessenta dias, contado da data de publicação da Lei Orçamentária de 2024, sem prejuízo do atendimento dos prazos estabelecidos no art. 81.

### **Subseção III**

#### **Das dotações ou das programações incluídas ou acrescidas por emendas individuais nos termos do disposto nos § 9º e § 11 do art. 166 da Constituição**

Art. 81. Em atendimento ao disposto no § 14 do art. 166 da Constituição, para viabilizar a execução das dotações ou programações incluídas por emendas individuais, serão observados os seguintes procedimentos e prazos:

I - até cinco dias para abertura do Siop, contados da data de publicação da Lei Orçamentária de 2024;

II - até quinze dias para que os autores de emendas individuais indiquem beneficiários e ordem de prioridade, contados do término do prazo previsto no inciso I ou da data de início da sessão legislativa de 2024, prevalecendo a data que ocorrer por último;

III - até cento e dez dias para divulgação dos programas e das ações pelos concedentes, cadastramento e envio das propostas pelos proponentes, análise e ajustes das propostas e registro e divulgação de impedimento de ordem técnica no Siop, e publicidade das propostas em sítio eletrônico, contados do término do prazo previsto no inciso II;

IV - até dez dias para que os autores das emendas individuais solicitem no Siop o remanejamento para outras emendas de sua autoria, no caso de impedimento parcial ou total, ou para apenas uma programação constante da Lei Orçamentária de 2024, no caso de impedimento total, contados do término do prazo previsto no inciso III;

V - até trinta dias para que o Poder Executivo federal edite ato para promover os remanejamentos solicitados, contados do término do prazo previsto no inciso IV; e

VI - até dez dias para que as programações remanejadas sejam registradas no Siop, contados do término do prazo previsto no inciso V.

§ 1º Do prazo previsto no inciso III do **caput** deverão ser destinados, no mínimo, dez dias para o envio das propostas pelos beneficiários indicados pelos autores das emendas individuais.

§ 2º As solicitações de que trata o inciso IV do **caput** deste artigo deverão observar os limites estabelecidos na alínea “d” do inciso I e na alínea “a” do inciso II do **caput** do art. 12 da Lei nº 11.540, de 2007, referentes ao FNDCT.

§ 3º Caso haja necessidade de limitação de empenho e pagamento, em observância ao disposto no § 18 do art. 166 da Constituição, os valores incidirão na ordem de prioridade definida no Siop pelos autores das emendas.

§ 4º Não constitui impedimento de ordem técnica a classificação indevida de modalidade de aplicação ou de GNDs.

§ 5º Na abertura de créditos adicionais, não poderá haver redução do montante de recursos orçamentários destinados na Lei Orçamentária de 2024 e nos créditos adicionais, por autor, relativos a ações e serviços públicos de saúde.

§ 6º Inexistindo impedimento de ordem técnica ou tão logo o óbice seja superado, os órgãos e as unidades deverão adotar os meios e as medidas necessários à execução das programações, observados os limites da programação orçamentária e financeira vigente.

Art. 82. O beneficiário das emendas individuais impositivas previstas no art. 166-A da Constituição deverá indicar no Transferegov.br, para o depósito e a movimentação do conjunto dos recursos oriundos de transferências especiais de que trata o inciso I do **caput** do referido artigo, a agência bancária da instituição financeira oficial em que será aberta conta corrente específica.

§ 1º Outras regras necessárias à operacionalização das emendas de que trata o **caput** poderão ser editadas em ato do Poder Executivo federal.

§ 2º O Poder Executivo do ente beneficiado das transferências especiais, a que se refere o inciso I do **caput** do art. 166-A da Constituição, deverá comunicar ao respectivo Poder Legislativo, no prazo de trinta dias, o valor do recurso recebido e o respectivo plano de aplicação, do que dará ampla publicidade.

§ 3º Para fins do disposto no § 16 do art. 37, no art. 163-A e no § 16 art. 165 da Constituição, os entes federativos beneficiários dos recursos previstos neste artigo deverão utilizar o Portal Nacional de Contratações Públicas, de que trata o art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021, para o registro das contratações públicas realizadas.

#### **Subseção IV**

#### **Das dotações ou das programações incluídas ou acrescidas por emendas de bancada estadual nos termos do disposto no § 12 do art. 166 da Constituição**

Art. 83. A garantia de execução referente a dotações ou programações incluídas ou acrescidas por emendas de bancada estadual aprovadas na Lei Orçamentária de 2024 com RP 7 observará o disposto na Emenda à Constituição nº 100, de 2019, e compreenderá, cumulativamente, o empenho e o pagamento, sem prejuízo da aplicação do disposto no § 3º do art. 77.

Parágrafo único. Os procedimentos e os prazos de avaliação e divulgação de impedimentos das emendas de bancada estadual serão estabelecidos por ato do Poder Executivo federal, no prazo de quarenta e cinco dias, contado da data de publicação da Lei Orçamentária de 2024.

## CAPÍTULO V DAS TRANSFERÊNCIAS

### Seção I Das transferências para o setor privado

#### Subseção I Das subvenções sociais

Art. 84. A transferência de recursos a título de subvenções sociais, nos termos do disposto no art. 16 da Lei nº 4.320, de 1964, atenderá as entidades privadas sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de assistência social, saúde ou educação, observado o disposto na legislação, e desde que tais entidades:

I - sejam constituídas sob a forma de fundações incumbidas regimental e estatutariamente para atuarem na produção de fármacos, medicamentos, produtos de terapia celular, produtos de engenharia tecidual, produtos de terapia gênica, produtos médicos estabelecidos em legislação específica e insumos estratégicos na área de saúde; ou

II - prestem atendimento direto ao público e tenham certificação de entidade beneficente, nos termos do disposto na Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021.

Parágrafo único. A certificação de que trata o inciso II do **caput** poderá ser:

I - substituída pelo pedido de renovação da certificação devidamente protocolizado e ainda pendente de análise junto ao órgão competente, nos termos do disposto na legislação; e

II - dispensada, para execução de ações, programas ou serviços em parceria com a administração pública federal, nas seguintes áreas:

- a) atenção à saúde dos povos indígenas;
- b) atenção às pessoas com transtornos decorrentes do uso, do abuso ou da dependência de substâncias psicoativas;
- c) combate à pobreza extrema;
- d) atendimento às pessoas idosas ou com deficiência; e
- e) prevenção de doenças, promoção da saúde e atenção às pessoas com síndrome da imunodeficiência adquirida (**aids**), hepatites virais, tuberculose, hanseníase, malária, câncer e dengue.

#### Subseção II

## Das contribuições correntes e de capital

Art. 85. A transferência de recursos a título de contribuição corrente somente será destinada a entidades sem fins lucrativos que não atuem nas áreas de que trata o **caput** do art. 84, observado o disposto na legislação.

Parágrafo único. A transferência de recursos a título de contribuição corrente, não autorizada em lei específica, dependerá de publicação, para cada entidade beneficiada, de ato de autorização da unidade orçamentária transferidora, o qual conterá o critério de seleção, o objeto, o prazo do instrumento e a justificativa para a escolha da entidade.

Art. 86. A alocação de recursos para entidades privadas sem fins lucrativos, a título de contribuições de capital, fica condicionada à autorização em lei especial anterior, conforme o § 6º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 1964.

### Subseção III

#### Dos auxílios

Art. 87. A transferência de recursos a título de auxílios, previstos no § 6º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 1964, somente poderá ser realizada para entidades privadas sem fins lucrativos e desde que sejam:

I - relacionadas ao atendimento direto e gratuito ao público na área de educação, atendam ao disposto no inciso II do **caput** do art. 84 e sejam destinadas à:

- a) educação especial;
- b) educação básica; ou
- c) educação bilíngue de surdos;

II - registradas no Cadastro Nacional de Entidades Ambientistas - CNEA do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e qualificadas para desenvolver atividades de conservação, preservação ambiental, incluídas aquelas relacionadas à aquisição e instalação de sistemas de geração de energia elétrica solar fotovoltaica, desde que formalizado instrumento jurídico adequado que garanta a destinação de recursos oriundos de programas governamentais a cargo do referido Ministério, e àquelas cadastradas junto ao Ministério para recebimento de recursos de programas ambientais doados por organismos internacionais ou agências governamentais estrangeiras;

III - relativas ao atendimento direto e gratuito ao público na área de saúde e:

- a) obedçam ao estabelecido no inciso II do **caput** do art. 84; ou
- b) sejam signatárias de contrato de gestão celebrado com a administração pública federal, não qualificadas como organizações sociais, nos termos do disposto na Lei nº 9.637, de 1998;

IV - qualificadas ou registradas, e credenciadas como instituições de apoio ao desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica e tenham contrato de gestão, observado o disposto no § 8º do art. 88, ou parceria por meio de instrumento jurídico específico firmado com órgão público;

V - qualificadas para o desenvolvimento de atividades esportivas que contribuam para a

capacitação de atletas de alto rendimento nas modalidades olímpicas e paralímpicas, desde que seja formalizado instrumento jurídico que garanta a disponibilização do espaço esportivo implantado para o desenvolvimento de programas governamentais e seja demonstrada, pelo órgão concedente, a necessidade de tal destinação e sua imprescindibilidade, oportunidade e importância para o setor público;

VI - relacionadas ao atendimento direto e gratuito ao público na área de assistência social, desde que cumpram o disposto no inciso II do **caput** do art. 84 e as suas ações se destinem a:

a) pessoas idosas, jovens, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social ou risco pessoal e social;

b) habilitação, reabilitação e integração de pessoa com deficiência ou doença crônica; ou

c) acolhimento a vítimas de crimes violentos e a seus familiares;

VII - destinadas às atividades de coleta e processamento de material reciclável, e constituídas sob a forma de associações ou cooperativas integradas por pessoas em situação de risco social, na forma prevista em regulamento do Poder Executivo federal, hipótese em que caberá ao órgão concedente aprovar as condições para aplicação dos recursos;

VIII - voltadas ao atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal e social, violação de direitos ou diretamente alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e geração de trabalho e renda, nos casos em que ficar demonstrado o interesse público;

IX - colaboradoras na execução dos programas de proteção a pessoas ameaçadas, com fundamento na Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999;

X - direcionadas às atividades de extrativismo, manejo de florestas de baixo impacto, sistemas agroecológicos, pesca, aquicultura e agricultura de pequeno porte realizadas por povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares, constituídas sob a forma de associações e cooperativas integradas por pessoas em situação de risco social, na forma prevista em regulamento do Poder Executivo federal, hipótese em que caberá ao órgão concedente aprovar as condições para aplicação dos recursos;

XI - canalizadas para atividades humanitárias desenvolvidas por entidade reconhecida por ato do Governo federal como de natureza auxiliar ao Poder Público; ou

XII - voltadas à realização de estudos, pesquisas e atividades que possam subsidiar as políticas públicas de emprego, renda e qualificação profissional.

#### **Subseção IV**

#### **Disposições gerais**

Art. 88. Sem prejuízo das disposições contidas nos art. 84 a art. 87, a transferência de recursos prevista na Lei nº 4.320, de 1964, à entidade privada sem fins lucrativos, nos termos do disposto no § 3º do art. 12 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, dependerá da justificativa pelo órgão concedente de que a entidade complementa de forma adequada os serviços prestados diretamente pelo setor público e ainda de:

I - aplicação de recursos de capital exclusivamente para:

a) aquisição e instalação de equipamentos e obras de adequação física necessárias à

instalação dos referidos equipamentos;

b) aquisição de material permanente; e

c) reformas necessárias à prestação dos serviços pactuados;

II - identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio ou instrumento congênere;

III - execução na modalidade de aplicação “50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos”;

IV - compromisso da entidade beneficiada de disponibilizar ao cidadão, em seu sítio eletrônico ou, na falta deste, em sua sede, consulta ao extrato do convênio ou instrumento congênere, que conterà, no mínimo, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos;

V - apresentação da prestação de contas de recursos anteriormente recebidos, nos prazos e nas condições estabelecidos na legislação, e inexistência de prestação de contas rejeitada;

VI - publicação, pelo Poder respectivo, de normas a serem observadas na concessão de subvenções sociais, auxílios e contribuições correntes, que estabeleçam, entre outros aspectos, critérios objetivos de habilitação e seleção das entidades beneficiárias e de alocação de recursos e prazo do benefício, com previsão de cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade;

VII - comprovação pela entidade da regularidade do mandato de sua diretoria, inscrição no CNPJ e apresentação de declaração de funcionamento regular nos últimos três anos, emitida no exercício de 2024;

VIII - cláusula de reversão patrimonial, válida até a depreciação integral do bem ou a amortização do investimento, constituindo garantia real em favor do concedente em montante equivalente aos recursos de capital destinados à entidade, cuja execução ocorrerá caso se verifique desvio de finalidade ou aplicação irregular dos recursos;

IX - manutenção de escrituração contábil regular;

X - apresentação pela entidade de certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda e à Dívida Ativa da União, certificado de regularidade do FGTS e de regularidade do Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin;

XI - demonstração, por parte da entidade, de capacidade gerencial, operacional e técnica para desenvolver as atividades, com informações acerca da quantidade e qualificação profissional de seu pessoal;

XII - manifestação prévia e expressa do setor técnico e da assessoria jurídica do órgão concedente sobre a adequação dos convênios e dos instrumentos congêneres às normas referentes à matéria; e

XIII - comprovação pela entidade privada sem fins lucrativos de efetivo exercício, durante os últimos três anos, de atividades relacionadas à matéria objeto da parceria.

§ 1º A transferência de recursos públicos a instituições privadas de educação, nos termos do disposto no art. 213 da Constituição, deverá ser obrigatoriamente vinculada ao plano de expansão da oferta pública no nível, na etapa e na modalidade de educação respectivos.

§ 2º A determinação contida no inciso I do **caput** não se aplica aos recursos alocados para

programas habitacionais, conforme previsão em legislação específica, em ações que viabilizem o acesso à moradia, e a elevação de padrões de habitabilidade e qualidade de vida de famílias de baixa renda que vivam em localidades urbanas e rurais.

§ 3º A exigência constante do inciso III do **caput** não se aplica quando a transferência dos recursos ocorrer por intermédio de fundos estaduais, distrital e municipais, nos termos do disposto na legislação pertinente.

§ 4º A destinação de recursos a entidade privada não será permitida nos casos em que agente político dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário ou do Ministério Público ou Defensores Públicos da União, tanto quanto dirigente de órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera governamental, ou seu cônjuge ou companheiro, e parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, seja integrante de seu quadro dirigente, ressalvados os casos em que a nomeação decorra de previsão legal ou que sejam beneficiados:

I - o Conselho Nacional de Secretários de Saúde, o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde, os Conselhos de Secretarias Municipais de Saúde, o Conselho Nacional de Secretários de Educação, a União Nacional dos Dirigentes de Educação, o Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social e o Fórum Nacional de Secretarias de Assistência Social;

II - as associações de entes federativos, limitada à aplicação dos recursos de capacitação e assistência técnica; ou

III - os serviços sociais autônomos destinatários de contribuições dos empregadores incidentes sobre a folha de salários.

§ 5º O disposto nos incisos VII, VIII do **caput** deste artigo, no que se refere à garantia real, X e XI do **caput** não se aplica às entidades beneficiárias de que tratam os incisos VII, VIII e X do **caput** do art. 87.

§ 6º As organizações da sociedade civil, nos termos do disposto no inciso I do **caput** do art. 2º da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, poderão receber recursos oriundos de transferências previstas na Lei nº 4.320, de 1964, por meio dos seguintes instrumentos:

I - termo de fomento ou de colaboração, hipótese em que deverá ser observado o disposto na Lei nº 13.019, de 2014, na sua regulamentação e nas demais legislações aplicáveis; e

II - convênio ou outro instrumento congênere celebrado com entidade filantrópica ou sem fins lucrativos nos termos do disposto no § 1º do art. 199 da Constituição, hipótese em que deverá ser observado o conjunto das disposições legais aplicáveis à transferência de recursos para o setor privado.

§ 7º As entidades qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - Oscip poderão receber recursos oriundos de transferências previstas na Lei nº 4.320, de 1964, por meio dos seguintes instrumentos:

I - termo de parceria, observado o disposto na legislação específica pertinente a essas entidades, e processo seletivo de ampla divulgação;

II - termo de colaboração ou de fomento, observado o disposto na Lei nº 13.019, de 2014, na sua regulamentação e nas demais legislações aplicáveis; e

III - convênio ou outro instrumento congênere celebrado com entidade filantrópica ou sem fins lucrativos nos termos do disposto no § 1º do art. 199 da Constituição, observado o conjunto das disposições legais aplicáveis à transferência de recursos para o setor privado.

§ 8º As entidades qualificadas como Organizações Sociais - OS, nos termos do disposto na Lei nº 9.637, de 1998, poderão receber recursos oriundos de transferências previstas na Lei nº 4.320, de 1964, por meio de contratos de gestão, hipótese em que as despesas serão exclusivamente aquelas necessárias ao cumprimento do programa de trabalho proposto e ao alcance das metas pactuadas, sendo assim classificadas no GND “3 - Outras Despesas Correntes”, observados o disposto na legislação específica aplicável a essas entidades e o processo seletivo de ampla divulgação.

§ 9º Para garantir a segurança dos beneficiários, os requisitos de que tratam os incisos II, IV e V do **caput** considerarão, para o seu cumprimento, as especificidades dos programas de proteção a pessoas ameaçadas.

§ 10. As disposições relativas a procedimentos previstos no art. 91 aplicam-se, no que couber, às transferências para o setor privado.

§ 11. É vedada a destinação de recursos à entidade privada que mantenha, em seus quadros, dirigente que incida em quaisquer das hipóteses de inelegibilidade previstas no inciso I do **caput** do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

§ 12. A comprovação a que se refere o inciso XIII do **caput**:

I - será regulada pelo Poder Executivo federal;

II - alcançará, no mínimo, os três anos imediatamente anteriores à data prevista para a celebração do convênio, termo de parceria ou contrato de repasse, a qual deve ser previamente divulgada por meio do edital de chamamento público ou de concurso de projetos; e

III - será dispensada para entidades sem fins lucrativos prestadoras de serviços ao SUS, habilitadas até o ano de 2014 no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES.

§ 13. A localização física de que trata o inciso I do **caput** do art. 5º independerá da localização geográfica da entidade privada signatária do instrumento administrativo.

Art. 89. Não será exigida contrapartida financeira como requisito para as transferências previstas na forma dos art. 84, art. 85 e art. 87, facultada a contrapartida em bens e serviços economicamente mensuráveis, ressalvado o disposto em legislação específica.

## Seção II

### Das transferências para o setor público

#### Subseção I

##### Das transferências voluntárias

Art. 90. A transferência voluntária é caracterizada como a entrega de recursos correntes ou de capital aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou que seja destinada ao SUS, conforme o disposto no **caput** do art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 1º Sem prejuízo dos requisitos previstos na Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, os entes beneficiados pelas transferências de que trata o **caput** deverão observar

as normas editadas pela União relativas à aquisição de bens e à contratação de serviços e obras, em especial em forma eletrônica, exceto nas hipóteses em que a lei ou a regulamentação específica que dispuser sobre a modalidade de transferência discipline forma diversa para as contratações com os recursos do repasse.

§ 2º Para a realização de despesas de capital, as transferências voluntárias dependerão de comprovação do Estado, do Distrito Federal ou do Município conveniente de que possui as condições orçamentárias para arcar com as despesas dela decorrentes e os meios que garantam o pleno funcionamento do objeto.

§ 3º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão comprovar a existência de previsão na lei orçamentária da contrapartida para recebimento de transferência voluntária da União.

§ 4º A contrapartida de que trata o § 3º, exclusivamente financeira, será estabelecida em termos percentuais do valor previsto no instrumento de transferência voluntária, considerados a capacidade financeira da unidade beneficiada e o seu Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, que terão como limites mínimo e máximo, respectivamente:

I - no caso dos Municípios:

a) um décimo por cento e quatro por cento, para Municípios com até cinquenta mil habitantes;

b) dois décimos por cento e oito por cento, para Municípios com mais de cinquenta mil habitantes localizados nas áreas prioritárias estabelecidas no âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, nas áreas da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene, da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Sudam e da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - Sudeco;

c) um por cento e vinte por cento, para os demais Municípios;

d) um décimo por cento e cinco por cento, para Municípios com até duzentos mil habitantes, situados em áreas vulneráveis a eventos extremos, tais como secas, deslizamentos e inundações, incluídos na lista classificatória de vulnerabilidade e recorrência de mortes por desastres naturais fornecida pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; e

e) um décimo por cento e cinco por cento, para Municípios com até duzentos mil habitantes, situados em região costeira ou de estuário, com áreas de risco provocado por elevações do nível do mar, ou por eventos meteorológicos extremos, incluídos na lista classificatória de vulnerabilidade fornecida pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima;

II - no caso dos Estados e do Distrito Federal:

a) um décimo por cento e dez por cento, se localizados nas áreas prioritárias estabelecidas no âmbito da PNDR, nas áreas da Sudene, da Sudam e da Sudeco; e

b) dois por cento e vinte por cento, para os demais Estados; e

III - no caso de consórcios públicos constituídos por Estados, Distrito Federal e Municípios, um décimo por cento e quatro por cento.

§ 5º Os limites mínimos e máximos de contrapartida estabelecidos no § 4º poderão ser reduzidos ou ampliados mediante critérios previamente estabelecidos ou justificativa do titular do órgão concedente, quando:

I - necessário para viabilizar a execução das ações a serem desenvolvidas;

II - necessário para transferência de recursos, conforme disposto na Lei nº 10.835, de 8 de janeiro de 2004; ou

III - decorrer de condições estabelecidas em contratos de financiamento ou acordos internacionais.

§ 6º As transferências voluntárias priorizarão os entes com os menores indicadores socioeconômicos.

Art. 91. O ato de entrega dos recursos a outro ente federativo a título de transferência voluntária é caracterizado no momento da assinatura do convênio ou instrumento congênere e dos aditamentos que impliquem aumento dos valores a serem transferidos e não se confunde com as efetivas liberações financeiras, as quais devem obedecer ao respectivo cronograma de desembolso.

§ 1º Os prazos para cumprimento das condições suspensivas constantes dos instrumentos de transferências deverão ser regulamentados em ato do Poder Executivo federal.

§ 2º A comprovação de regularidade do ente federativo, para fins de celebração dos instrumentos de que trata o **caput**, será efetivada no momento da assinatura do concedente.

§ 3º No caso de celebração de convênios ou contratos de repasse com cláusula suspensiva, é dispensado o detalhamento de coordenadas geográficas, trechos, ruas, bairros e localidades, entre outros, na proposta, no objeto, na justificativa e no plano de trabalho, devendo essas informações constar do projeto de engenharia apresentado ao concedente ou à mandatária.

Art. 92. As transferências voluntárias ou decorrentes de programação incluída na Lei Orçamentária de 2024 por emendas poderão ser utilizadas para os pagamentos relativos à elaboração de estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental, anteprojetos, projetos básicos e executivos, além das despesas necessárias ao licenciamento ambiental.

Art. 93. A execução orçamentária e financeira, no exercício de 2024, das transferências voluntárias de recursos da União, cujos créditos orçamentários não identifiquem nominalmente a localidade beneficiada, inclusive aquelas destinadas genericamente a Estado, fica condicionada à prévia divulgação em sítio eletrônico, pelo concedente, dos critérios de distribuição dos recursos, considerando os indicadores socioeconômicos da população beneficiada pela política pública, demonstrando o cumprimento do disposto no § 6º do art. 90.

## **Subseção II**

### **Das transferências ao Sistema Único de Saúde**

Art. 94. Para a transferência de recursos no âmbito do SUS, inclusive aquela efetivada por meio de convênios ou instrumentos congêneres, não será exigida a contrapartida dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Art. 95. As transferências no âmbito do SUS destinadas à aquisição de veículo para transporte sanitário eletivo na rede de atenção à saúde serão regulamentadas pelo Ministério da Saúde.

## **Subseção III**

### **Das demais transferências**

Art. 96. A entrega de recursos aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e aos consórcios públicos em decorrência de delegação para a execução de ações de responsabilidade exclusiva da União, especialmente quando resulte na preservação ou no acréscimo no valor de bens públicos federais, não se configura como transferência voluntária e observará as modalidades de aplicação específicas.

§ 1º A destinação de recursos de que trata o **caput** observará o disposto na Subseção I.

§ 2º É facultativa a exigência de contrapartida na delegação de que trata o **caput**.

#### **Subseção IV**

##### **Disposições gerais**

Art. 97. Na hipótese de igualdade de condições entre Estados, Distrito Federal, Municípios e consórcios públicos para o recebimento de transferências de recursos nos termos estabelecidos nesta Seção, os órgãos e as entidades concedentes deverão dar preferência aos consórcios públicos.

Art. 98. É vedada a transferência de recursos para obras e serviços de engenharia que não atendam ao disposto na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

#### **Seção III**

##### **Disposições gerais**

Art. 99. As entidades públicas e privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título estarão submetidas à fiscalização do Poder Público com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

§ 1º O Poder Executivo federal adotará providências com vistas ao registro e à divulgação, inclusive por meio eletrônico, das informações relativas às prestações de contas de instrumentos de parceria, convênios ou congêneres.

§ 2º Na aceitação do projeto e execução da obra, o órgão concedente ou a sua mandatária deverá considerar a observância dos elementos técnicos de acessibilidade, conforme normas vigentes.

Art. 100. As transferências financeiras para órgãos públicos e entidades públicas e privadas serão feitas preferencialmente por intermédio de instituições e agências financeiras oficiais que, na impossibilidade de atuação do órgão concedente, poderão atuar como mandatárias da União para execução e supervisão, e a nota de empenho deve ser emitida até a data da assinatura do acordo, convênio, ajuste ou instrumento congênere.

§ 1º As despesas administrativas decorrentes das transferências previstas no **caput** poderão constar de categoria de programação específica ou correr à conta das dotações destinadas às respectivas transferências, podendo ser deduzidas do valor atribuído ao beneficiário.

§ 2º Os valores relativos à tarifa de serviços da mandatária, correspondentes aos serviços à operacionalização da execução dos projetos e atividades estabelecidos nos instrumentos pactuados, para fins de cálculo e apropriações contábeis dos valores transferidos, compõem o valor da transferência da União.

§ 3º As despesas administrativas decorrentes das transferências previstas no **caput** correrão à conta:

I - prioritariamente, de dotações destinadas às respectivas transferências; ou

II - de categoria de programação específica.

§ 4º A prerrogativa estabelecida no § 3º, referente às despesas administrativas relacionadas às ações de fiscalização, é extensiva a outros órgãos ou entidades da administração pública federal com os quais o concedente ou o contratante venha a firmar parceria com esse objetivo.

§ 5º Os valores relativos às despesas administrativas com tarifas de serviços da mandatária:

I - compensarão os custos decorrentes da operacionalização da execução dos projetos e das atividades estabelecidos nos instrumentos pactuados; e

II - serão deduzidos do valor total a ser transferido ao ente ou entidade beneficiário, conforme cláusula prevista no instrumento de celebração correspondente, quando se tratar de programação de que tratam os § 9º, § 11 e § 12 do art. 166 da Constituição, até o limite de quatro inteiros e cinco décimos por cento.

§ 6º Eventual excedente da tarifa de serviços da mandatária em relação ao limite de que trata o inciso II do § 5º correrá à conta de dotação orçamentária do órgão concedente.

§ 7º Na hipótese de os serviços para operacionalização da execução dos projetos e das atividades e de fiscalização serem exercidos diretamente, sem a utilização de mandatária, fica facultada a dedução de até quatro inteiros e cinco décimos por cento do valor total a ser transferido para custeio desses serviços.

Art. 101. No Projeto de Lei Orçamentária de 2024 e na respectiva Lei, os recursos destinados aos investimentos programados no Plano de Ações Articuladas - PAR deverão priorizar a conclusão dos projetos em andamento com vistas a promover a funcionalidade e a efetividade da infraestrutura instalada.

Art. 102. Os pagamentos à conta de recursos recebidos da União abrangidos pela Seção I e pela Seção II estão sujeitos à identificação, por CPF ou CNPJ, do beneficiário final da despesa.

§ 1º Toda movimentação de recursos de que trata este artigo, por parte de convenientes ou executores, somente será realizada se atendidos os seguintes preceitos:

I - movimentação mediante conta bancária específica para cada instrumento de transferência; e

II - desembolsos por meio de documento bancário, por intermédio do qual se faça crédito na conta bancária de titularidade do fornecedor ou do prestador de serviços, ressalvado o disposto no § 2º.

§ 2º Ato do dirigente máximo do órgão ou da entidade concedente poderá autorizar, mediante justificativa, o pagamento em espécie a fornecedores e prestadores de serviços, considerada a regulamentação em vigor.

Art. 103. As transferências previstas neste Capítulo serão classificadas, obrigatoriamente, nos elementos de despesa “41 - Contribuições”, “42 - Auxílio” ou “43 - Subvenções Sociais”, conforme o caso, e poderão ser feitas de acordo com o disposto no art. 100.

Parágrafo único. A exigência constante do **caput** não se aplica à execução das ações previstas no art. 96.

Art. 104. Os valores mínimos para as transferências previstas neste Capítulo serão estabelecidos por ato do Poder Executivo federal.

## CAPÍTULO VI DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL

Art. 105. A atualização monetária do principal da dívida mobiliária refinanciada da União não poderá superar a variação acumulada:

I - do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M, no período compreendido entre a data de emissão dos títulos que a compõem e o final do exercício de 2019; e

II - do - IPCA, a partir do exercício de 2020.

Art. 106. As despesas com o refinanciamento da dívida pública federal serão incluídas na Lei Orçamentária de 2024, nos seus anexos e nos créditos adicionais separadamente das demais despesas com o serviço da dívida, constando o refinanciamento da dívida mobiliária em programação específica.

Parágrafo único. Para os fins desta Lei, entende-se por refinanciamento o pagamento do principal, acrescido da atualização monetária da dívida pública federal, realizado com a receita proveniente da emissão de títulos.

Art. 107. Será consignada, na Lei Orçamentária de 2024 e nos créditos adicionais, estimativa de receita decorrente da emissão de títulos da dívida pública federal para atender, estritamente, a despesas com:

I - o refinanciamento, os juros e outros encargos da dívida, interna e externa, de responsabilidade direta ou indireta do Tesouro Nacional ou que venham a ser de responsabilidade da União nos termos de resolução do Senado Federal;

II - o aumento do capital de empresas e sociedades em que a União detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto e que não estejam incluídas no programa de desestatização; e

III - outras despesas cuja cobertura com a receita prevista no **caput** seja autorizada por lei ou medida provisória.

Art. 108. Os recursos de operações de crédito contratadas junto aos organismos multilaterais que, por sua natureza, estejam vinculados à execução de projetos com fontes orçamentárias internas deverão ser destinados à cobertura de despesas com amortização ou encargos da dívida pública federal ou à substituição de receitas de outras operações de crédito externas.

Parágrafo único. O disposto no **caput** aplica-se às operações na modalidade enfoque setorial amplo (**sector wide approach**) do BIRD e aos empréstimos por desempenho (**performance driven loan**) do BID.

Art. 109. Serão mantidas atualizadas, em sítio eletrônico, informações a respeito das emissões de títulos da dívida pública federal, compreendendo valores, objetivo e legislação autorizativa, independentemente da finalidade e forma, incluindo emissões para fundos, autarquias, fundações, empresas públicas ou sociedades de economia mista.

## CAPÍTULO VII

### DAS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS E DOS BENEFÍCIOS OBRIGATÓRIOS AOS AGENTES PÚBLICOS E AOS SEUS DEPENDENTES

Art. 110. Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público da União e a Defensoria Pública da União terão como base de projeção do limite para elaboração de suas propostas orçamentárias de 2024, relativas às despesas relacionadas nos incisos V, VI, XIII, XXI e XXV do **caput** do art. 12, a despesa com a folha de pagamento vigente em março de 2023, compatibilizada com as despesas apresentadas até esse mês, e os eventuais acréscimos legais, inclusive o disposto nos art. 116 e art. 124, observados os limites estabelecidos no art. 28.

§ 1º Não constituem despesas com pessoal e encargos sociais, ainda que processadas em folha de pagamento, entre outras, as relacionadas ao pagamento de assistência pré-escolar de dependentes de servidores civis, militares e empregados públicos, saúde suplementar de servidores civis, militares, empregados públicos e seus dependentes, diárias, fardamento, auxílios alimentação ou refeição, moradia, transporte de qualquer natureza, ajuda de custo concernente a despesas de locomoção e instalação decorrentes de mudança de sede e de movimentação de pessoal, de caráter indenizatório no exterior e quaisquer outras indenizações, exceto as de caráter trabalhista previstas em lei.

§ 2º As despesas oriundas da concessão de pensões especiais previstas em leis específicas só serão classificadas como despesas com pessoal se vinculadas a cargo público federal.

§ 3º São consideradas despesas com pessoal e encargos sociais as despesas com pagamento de serviços extraordinários prestados, voluntariamente ou não, por servidores, militares e empregados, nos períodos de folga, repouso remunerado e nas férias e afastamentos, entre outros, no qual o agente público venha a desempenhar as mesmas competências previstas para o seu cargo, independente da denominação, nos termos do disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 4º Para fins de elaboração da proposta orçamentária dos benefícios obrigatórios aos agentes públicos e aos seus dependentes, a projeção deverá estar compatibilizada, quando aplicável, com os totais de beneficiários e valores **per capita** divulgados nos sítios eletrônicos, nos termos do disposto no art. 111, e acrescida do número previsto de ingresso de beneficiários oriundos de posses e contratações ao longo dos anos de 2023 e 2024, que deverá ser informado nas respectivas metas.

§ 5º Nos casos em que o benefício não tenha valor **per capita** fixo e universal, deverá ser utilizado o valor médio praticado no âmbito da unidade orçamentária.

§ 6º O resultado da divisão entre os recursos alocados nas ações orçamentárias relativas aos benefícios relacionados no **caput** e o número previsto de beneficiários deverá corresponder ao valor **per capita** projetado no âmbito de cada órgão ou unidade orçamentária, nos casos em que este for fixo e idêntico para todos os beneficiários, ou ao valor médio praticado no âmbito da unidade orçamentária para os demais casos.

Art. 111. Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público da União e a Defensoria Pública da União disponibilizarão e manterão atualizada, em seus sítios eletrônicos, no Portal da Transparência ou em portal eletrônico similar, preferencialmente na seção destinada à divulgação de informações sobre recursos humanos e seus dependentes, quando for o caso, em formato de dados abertos:

I - tabela, por níveis e denominação, de:

a) quantitativo de cargos efetivos vagos e ocupados por membros de Poder, servidores estáveis e não estáveis e postos militares, segregado por pessoal ativo e inativo;

b) remuneração e subsídio de cargo efetivo, posto e graduação, segregado por pessoal ativo e inativo;

c) quantitativo de cargos em comissão e funções de confiança vagos e ocupados por servidores com e sem vínculo com a administração pública federal;

d) remuneração de cargo em comissão ou função de confiança; e

e) quantitativo de pessoal contratado por tempo determinado, observado o disposto nos § 2º e § 3º do art. 122;

II - tabela com os totais de beneficiários e valores **per capita**, segundo cada benefício referido no inciso XXXIV da Seção I do Anexo III, por órgão e entidade, e os atos legais relativos aos seus valores **per capita**; e

III - os acordos coletivos, convenções coletivas e dissídios coletivos de trabalho aprovados, no caso das empresas estatais dependentes.

§ 1º No caso do Poder Executivo federal, a responsabilidade por disponibilizar e atualizar as informações constantes do **caput** será:

I - do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, no caso do pessoal pertencente aos órgãos da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

II - de cada empresa estatal dependente, no caso de seus empregados;

III - do Ministério da Defesa, no caso dos militares dos Comandos das Forças Armadas;

IV - da Agência Brasileira de Inteligência - Abin e do Banco Central do Brasil, no caso de seus servidores; e

V - de cada Ministério, relativamente às empresas públicas e sociedades de economia mista a ele vinculadas.

§ 2º A tabela a que se refere o **caput** obedecerá a modelo definido pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento e Orçamento e pela Secretaria de Gestão de Pessoas e de Relações do Trabalho do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, em conjunto com os órgãos técnicos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União.

§ 3º Para efeito deste artigo, não serão consideradas como cargos e funções vagos as autorizações legais para a criação de cargos efetivos e em comissão e funções de confiança cuja efetividade esteja sujeita à implementação das condições de que trata o § 1º do art. 169 da Constituição.

§ 4º Caberá ao Conselho Nacional de Justiça editar as normas complementares para a organização e a disponibilização dos dados referidos neste artigo, no âmbito do Poder Judiciário, exceto

o Supremo Tribunal Federal.

§ 5º Caberá aos órgãos setoriais de orçamento das Justiças Federal, do Trabalho e Eleitoral e do Ministério Público da União consolidar e disponibilizar, em seus sítios eletrônicos, as informações divulgadas pelos Tribunais Regionais ou unidades do Ministério Público da União.

§ 6º Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público da União e a Defensoria Pública da União informarão à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento e Orçamento e à Secretaria de Gestão de Pessoas e de Relações do Trabalho do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, até 31 de março de 2024, o endereço do sítio eletrônico no qual for disponibilizada a tabela com as informações a que se refere o **caput**.

§ 7º As informações disponibilizadas nos termos do disposto no § 6º comporão quadro informativo consolidado da administração pública federal a ser divulgado pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, em seu sítio eletrônico, no Portal da Transparência ou em portal eletrônico similar.

§ 8º Os quantitativos físicos relativos aos inativos, referidos no inciso I do **caput**, serão segregados em nível de aposentadoria, reforma, reserva remunerada, instituidor de pensões e pensionista.

§ 9º Nos casos em que as informações previstas nos incisos I a III do **caput** sejam enquadradas como sigilosas ou de acesso restrito, a tabela deverá ser disponibilizada nos sítios eletrônicos com nota de rodapé que contenha a indicação do dispositivo que legitima a restrição, conforme disposto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Art. 112. Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público da União e a Defensoria Pública da União disponibilizarão até o dia 30 de setembro de cada exercício, com a finalidade de possibilitar a avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio de previdência social dos servidores públicos civis, na forma prevista no disposto na alínea "a" do inciso IV do § 2º do art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, base de dados relativa a todos os seus servidores ativos, inativos, pensionistas e dependentes.

§ 1º No caso do Poder Executivo federal, a responsabilidade por disponibilizar as bases de dados previstas no **caput** obedecerá ao disposto nos incisos I e IV, do § 1º, do art. 111 desta Lei.

§ 2º As bases de dados a que se refere o **caput** serão entregues ao Congresso Nacional e à Secretaria de Regime Próprio e Complementar do Ministério da Previdência Social, com conteúdo idêntico, conforme estabelecido em ato da referida Secretaria, que também disciplinará a sua forma de envio.

Art. 113. No exercício de 2024, observado o disposto no art. 169 da Constituição e no art. 116 desta Lei, somente poderão ser admitidos servidores e empregados se, cumulativamente:

I - existirem cargos e empregos públicos vagos a preencher, demonstrados na tabela a que se refere o art. 111; e

II - houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa.

Parágrafo único. Nas autorizações previstas no art. 116, deverão ser considerados os atos praticados em decorrência de decisões judiciais.

Art. 114. No exercício de 2024, a realização de serviço extraordinário, inclusive aqueles constantes no art. 110, § 3º, quando a despesa houver extrapolado noventa e cinco por cento dos limites referidos no art. 20 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, exceto para a hipótese prevista no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição, somente poderá ocorrer quando destinada

ao atendimento de relevantes interesses públicos decorrentes de situações emergenciais de risco ou prejuízo para a sociedade.

Parágrafo único. A autorização para a realização de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo federal, nas condições estabelecidas no **caput**, é de exclusiva competência do Ministro de Estado da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

Art. 115. As proposições relacionadas à criação ou ao aumento de gastos com pessoal e encargos sociais, e com benefícios obrigatórios, de que trata o **caput** do art. 110, deverão ser acompanhadas de:

I - demonstrativo do impacto da despesa com a medida proposta, por Poder ou órgão referido no art. 20 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, destacando ativos, inativos e pensionistas e, quando for o caso, beneficiários, acompanhado de premissas e metodologia de cálculo utilizadas, conforme estabelece o art. 17 da mesma Lei Complementar;

II - comprovação de que a medida, em seu conjunto, não impacta a meta de resultado primário estabelecida nesta Lei, nos termos do disposto no § 2º do art. 17 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, os limites de despesas primárias estabelecidos no art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, tampouco descumprirá os limites estabelecidos no art. 20 da citada Lei Complementar;

III - manifestação do Ministério do Planejamento e Orçamento e do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, no caso do Poder Executivo federal, e dos órgãos próprios dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União sobre o mérito e a adequação orçamentária e financeira; e

IV - parecer ou comprovação de solicitação de parecer do Conselho Nacional de Justiça, de que trata o art. 103-B da Constituição, sobre o cumprimento dos requisitos previstos neste artigo, quando se tratar de projetos de lei de iniciativa do Poder Judiciário, exceto aqueles referentes exclusivamente ao Supremo Tribunal Federal e ao Conselho Nacional de Justiça.

§ 1º As proposições previstas neste artigo e os atos publicados delas decorrentes não poderão conter dispositivo que crie ou aumente despesa com efeitos financeiros anteriores à sua entrada em vigor ou à plena eficácia da norma.

§ 2º É incompatível com o disposto no § 1º do art. 169 da Constituição e com o art. 116 desta Lei a edição de atos derivados das proposições de que trata o **caput** deste artigo, sem a prévia autorização em anexo específico da Lei Orçamentária, quando for o caso, e a demonstração de prévia dotação suficiente para atendimento do pleito.

Art. 116. Para atendimento ao disposto no inciso II do § 1º do art. 169 da Constituição, observados as disposições do inciso I do referido parágrafo, os limites estabelecidos na Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, e as condições estabelecidas nos art. 113 e art. 115 desta Lei, ficam autorizados:

I - a criação de cargos, funções e gratificações por meio de transformação de cargos, funções e gratificações que, justificadamente, não implique aumento de despesa;

II - o provimento em cargos efetivos e empregos, funções, gratificações ou cargos em comissão vagos, que estavam ocupados no mês de março de 2023 e cujas vacâncias não tenham resultado em pagamento de proventos de aposentadoria ou pensão por morte;

III - a contratação de pessoal por tempo determinado, quando caracterizar substituição de

servidores e empregados públicos, desde que comprovada a disponibilidade orçamentária;

IV - a criação de cargos, funções e gratificações, o provimento de cargos efetivos civis ou militares, o aumento de despesas com pessoal relativas à concessão de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração e alterações de estrutura de carreiras, até o montante das quantidades e dos limites orçamentários para o exercício e para a despesa anualizada constantes de anexo específico da Lei Orçamentária de 2024, cujos valores deverão constar de programação orçamentária específica e ser compatíveis com os limites estabelecidos na Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal;

V - a reestruturação de carreiras que não implique aumento de despesa;

VI - o provimento em cargos em comissão, funções e gratificações existentes, desde que comprovada disponibilidade orçamentária; e

VII - a revisão geral anual de que trata o inciso X do **caput** do art. 37 da Constituição, observado o disposto no inciso VIII do **caput** do art. 73 da Lei nº 9.504, de 1997.

§ 1º Para fins do disposto no **caput**, serão consideradas exclusivamente as gratificações que atendam, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

I - cuja concessão, designação, nomeação, retirada, dispensa ou exoneração requeira ato discricionário da autoridade competente; e

II - não componham a remuneração do cargo efetivo, do emprego ou do posto ou da graduação militar, para qualquer efeito.

§ 2º O anexo a que se refere o inciso IV do **caput** terá os limites orçamentários correspondentes discriminados por Poder, pelo Ministério Público da União e pela Defensoria Pública da União e, quando for o caso, por órgão referido no art. 20 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, com:

I - as quantificações para a criação de cargos, funções e gratificações, além das especificações relativas a vantagens, aumentos de remuneração e alterações de estruturas de carreira, com a indicação específica da proposição legislativa correspondente, quando for o caso;

II - as dotações orçamentárias para o exercício de 2024, correspondentes ao valor igual ou superior à metade do impacto orçamentário-financeiro anualizado, constantes de programação específica, nos termos do disposto no inciso XIII do **caput** do art. 12;

III - as quantificações para o provimento de cargos efetivos civis e militares e empregos, exceto se destinados a empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do disposto no inciso II do § 1º do art. 169 da Constituição; e

IV - os valores relativos à despesa anualizada, correspondente ao impacto orçamentário para um exercício, incluindo férias e décimo-terceiro salário, e demais acréscimos legis, quando for o caso.

§ 3º Fica facultada a atualização, pelo Ministério do Planejamento e Orçamento, dos valores previstos nos incisos III e IV do § 2º deste artigo durante a apreciação do Projeto de Lei Orçamentária de 2024 no Congresso Nacional, no prazo estabelecido no § 5º do art. 166 da Constituição.

§ 4º Para fins de elaboração do anexo previsto no inciso IV do **caput**, cada órgão dos Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público da União e a Defensoria Pública da União, e no âmbito do Poder Executivo, o Ministério da Defesa, no que tange aos militares, e o Ministério da Fazenda, referente à forças de Segurança Pública do Distrito Federal custeadas com os recursos do FCDF, e o

Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, para os demais casos, enviarão as informações sobre suas pretensões à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento e Orçamento no prazo estabelecido no art. 27.

Art. 117. Os atos de provimentos e vacâncias de cargos efetivos e comissionados e de funções de confiança, no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, deverão ser, obrigatoriamente, publicados em órgão oficial de imprensa e disponibilizados nos sítios eletrônicos dos órgãos.

Parágrafo único. Na execução orçamentária, deverá ser evidenciada a despesa com cargos em comissão e funções de confiança em subelemento específico.

Art. 118. O pagamento de quaisquer aumentos de despesa com pessoal decorrente de medidas administrativas ou judiciais que não se enquadrem nas exigências dos art. 110, art. 115 e art. 116 dependerá de abertura de créditos adicionais, mediante remanejamento de dotações de despesas primárias, observados os limites estabelecidos no art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 119. Para fins de incidência do limite de que trata o inciso XI do **caput** do art. 37 da Constituição, serão considerados os pagamentos efetuados a título de honorários advocatícios de sucumbência.

Art. 120. As dotações orçamentárias destinadas ao pagamento da despesa com pessoal e encargos sociais, e com benefícios obrigatórios aos agentes públicos e seus dependentes, referentes aos inativos e pensionistas, deverão ser preferencialmente descentralizadas pelo órgão central do Sistema de Administração Financeira Federal ao:

I - Departamento de Centralização de Serviços de Inativos, Pensionistas e Órgãos Extintos da Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, quanto ao pessoal da administração pública federal direta integrante do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - Sipec; e

II - INSS, quanto ao pessoal das autarquias e fundações da administração pública federal.

Art. 121. O relatório resumido da execução orçamentária de que trata o § 3º do art. 165 da Constituição conterá, em anexo, a discriminação das despesas com pessoal e encargos sociais, inclusive o quantitativo de pessoal, de modo a evidenciar os valores despendidos com vencimentos e vantagens fixas, despesas variáveis, encargos com pensionistas e inativos, e encargos sociais para:

I - pessoal civil da administração pública direta;

II - pessoal militar;

III - servidores das autarquias;

IV - servidores das fundações;

V - empregados de empresas que integrem os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

VI - despesas com cargos em comissão; e

VII - contratado por prazo determinado, quando couber.

Parágrafo único. A Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos unificará e consolidará as informações relativas a despesas com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo federal.

Art. 122. Para apuração da despesa com pessoal prevista no art. 18 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, deverão ser incluídas, quando caracterizarem substituição de militares, servidores ou empregados públicos, aquelas relativas à:

I - contratação de pessoal por tempo determinado; e

II - contratação de terceirização de mão de obra e serviços de terceiros, quando se enquadrar na hipótese prevista no art. 18 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 1º Para fins do disposto neste artigo, e sem prejuízo da observância das regras específicas aplicáveis a cada modalidade de contratação, caracterizam-se como substituição de militares, servidores ou empregados públicos aquelas contratações para atividades que sejam:

I - consideradas estratégicas ou envolvam a tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle;

II - relacionadas ao poder de polícia, de regulação, de outorga de serviços públicos e de aplicação de sanção; ou

III - inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou da entidade, exceto disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal.

§ 2º As despesas relativas à contratação de pessoal por tempo determinado:

I - quando caracterizarem substituição de militares, servidores ou empregados públicos, na forma prevista no § 1º, deverão ser classificadas no GND 1 e no elemento de despesa "04 - Contratação por Tempo Determinado"; e

II - quando não caracterizarem substituição de militares, servidores ou empregados públicos, não se constituem em despesas classificáveis no GND 1 e deverão ser classificadas no elemento de despesa "04 - Contratação por Tempo Determinado".

§ 3º As despesas de contratação de terceirização de mão de obra e serviços de terceiros, nos termos do disposto no § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, não se constituem em despesas classificáveis no GND 1 e devem ser classificadas no elemento de despesa "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

Art. 123. As eventuais disponibilidades de dotações orçamentárias classificadas como despesas primárias obrigatórias, relativas aos benefícios aos servidores civis, empregados e militares e aos seus dependentes, fardamento e movimentação de militares, somente poderão ser remanejadas para o atendimento de outras despesas após atendidas todas as necessidades de suplementação das mencionadas dotações no âmbito das unidades orçamentárias, respectivamente, do Poder Executivo federal ou de cada órgão orçamentário dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União.

Art. 124. Os reajustes dos benefícios obrigatórios aos agentes públicos e seus dependentes, quando houver, deverão ter previsão orçamentária em programação específica, nos termos do inciso V do **caput** do art. 12.

Parágrafo único. Fica vedado o reajuste, no exercício de 2024, dos benefícios auxílio-alimentação ou refeição e assistência pré-escolar em percentual superior à variação acumulada do IPCA desde a última revisão de cada um dos benefícios pelos Poderes Executivo, inclusive as estatais dependentes, Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público da União e pela Defensoria Pública da União.

Art. 125. O disposto neste Capítulo aplica-se, no que couber, aos militares das Forças Armadas e às empresas estatais dependentes.

## CAPÍTULO VIII

### DA POLÍTICA DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DAS AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO

Art. 126. As agências financeiras oficiais de fomento terão como diretriz geral a preservação e a geração do emprego e, respeitadas as suas especificidades, as seguintes prioridades para:

I - a Caixa Econômica Federal, redução do **deficit** habitacional e melhoria das condições de vida das populações em situação de pobreza e de insegurança alimentar e nutricional, especialmente quando beneficiem pessoas idosas, pessoas com deficiência, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, vítimas de trabalho escravo, mulheres chefes de família ou em situação de vulnerabilidade social, policiais federais, civis e militares, servidores da Secretaria Nacional de Políticas Penais e militares das Forças Armadas que morem em áreas consideradas de risco ou faixa de fronteira prioritárias estabelecidas no âmbito da PNDR, pessoas vítimas de violência institucional, por meio de financiamentos e projetos habitacionais de interesse social, projetos de investimentos em saneamento básico e desenvolvimento da infraestrutura urbana e rural, inclusive mediante a prestação de serviços de assessoramento técnico, estruturação e desenvolvimento de projetos que propiciem a celebração de contratos de parcerias com os entes públicos para execução de empreendimentos de infraestrutura de interesse do país, e projetos de implementação de ações de políticas agroambientais;

II - o Banco do Brasil S.A., aumento da oferta de alimentos para o mercado interno, especialmente integrantes da cesta básica e por meio de incentivos a programas de segurança alimentar e nutricional, de agricultura familiar, de agroecologia, de agroenergia, e de produção orgânica, a ações de implementação de políticas agroambientais, de fomento para povos indígenas, e povos e comunidades tradicionais, e de incremento da produtividade do setor agropecuário, da oferta de produtos agrícolas para exportação e intensificação das trocas internacionais do país com seus parceiros com vistas a incentivar a competitividade de empresas brasileiras no exterior;

III - o Banco do Nordeste do Brasil S.A., o Banco da Amazônia S.A., o Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal, estímulo à criação de empregos e à ampliação da oferta de produtos de consumo popular por meio do apoio à expansão e ao desenvolvimento das cooperativas de trabalhadores artesanais, do extrativismo sustentável, do manejo de florestas de baixo impacto e da recuperação de áreas degradadas, das atividades desenvolvidas pelos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, da agricultura de pequeno porte, dos sistemas agroecológicos, da pesca, dos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária e das microempresas, pequenas e médias empresas, especialmente daquelas localizadas na faixa de fronteira prioritárias estabelecidas na PNDR, e do fomento à cultura;

IV - o BNDES, estímulo à criação e à preservação de empregos com vistas à redução das desigualdades, à proteção e à conservação do meio ambiente com foco na redução dos efeitos das mudanças climáticas, ao aumento da capacidade produtiva e ao incremento da competitividade da economia brasileira, especialmente, por meio do apoio:

a) à inovação, à difusão tecnológica, às iniciativas destinadas ao aumento da produtividade, ao empreendedorismo, às incubadoras e aceleradoras de empreendimentos e às exportações de bens e serviços;

b) à ampliação e modernização da capacidade produtiva do setor industrial;

c) às microempresas, pequenas e médias empresas;

d) à infraestrutura nacional nos segmentos de energia, inclusive na geração e na transmissão de energia elétrica, no transporte de gás por gasodutos, no uso de fontes alternativas e na eletrificação rural, logística e navegação fluvial e de cabotagem, e mobilidade urbana, dentre outros;

e) à modernização da gestão pública e ao desenvolvimento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e dos serviços sociais básicos, tais como saneamento básico, educação, cultura, saúde e segurança alimentar e nutricional;

f) aos investimentos socioambientais e à descarbonização das atividades econômicas, à agricultura familiar, à agroecologia, às cooperativas e empresas de economia solidária, à inclusão produtiva e ao microcrédito, à reciclagem de resíduos sólidos com tecnologias sustentáveis, aos povos indígenas, e povos e comunidades tradicionais; e

g) à adoção das melhores práticas de governança corporativa e ao fortalecimento do mercado de capitais inclusive mediante a prestação de serviços de assessoramento que propiciem a celebração de contratos de parcerias com os entes públicos para execução de empreendimentos de infraestrutura de interesse do país;

V - a Financiadora de Estudos e Projetos - Finep, promoção do desenvolvimento da infraestrutura e indústria, agricultura e agroindústria, com ênfase no fomento à pesquisa, ao **software** público, **software** livre, à capacitação científica e tecnológica, melhoria da competitividade da economia, estruturação de unidades e sistemas produtivos orientados para o fortalecimento do Mercado Comum do Sul - Mercosul, geração de empregos e redução do impacto ambiental;

VI - o Banco da Amazônia S.A., o Banco do Nordeste do Brasil S.A. e o Banco do Brasil S.A., redução das desigualdades nas Regiões Norte, Nordeste, com ênfase na região do semiárido, e Centro-Oeste do país, observadas as diretrizes estabelecidas na PNDR, mediante apoio a projetos para melhor aproveitamento das oportunidades de desenvolvimento econômico-social sustentável e maior eficiência dos instrumentos gerenciais do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, cujas aplicações em financiamentos rurais deverão ser destinadas preferencialmente ao financiamento da produção de alimentos básicos por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf; e

VII - o Banco da Amazônia S.A., o Banco do Nordeste do Brasil S.A., o Banco do Brasil S.A., o BNDES e a Caixa Econômica Federal, o financiamento de projetos que promovam:

a) modelos produtivos rurais sustentáveis associados às metas da Contribuição Nacionalmente Determinada Pretendida - INDC, aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS e a outros compromissos assumidos na política de clima, especialmente no Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima, destinados à recuperação de áreas degradadas e à redução, de forma efetiva e significativa, da utilização de produtos agrotóxicos, desde que haja demanda habilitada; e

b) ampliação da geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis, especialmente para produção de excedente visando ao aproveitamento por meio de sistema de compensação de energia elétrica.

§ 1º A concessão ou renovação de quaisquer empréstimos ou financiamentos pelas agências financeiras oficiais de fomento não será permitida para:

I - pessoas jurídicas de direito público ou privado que estejam inadimplentes com a União, os órgãos e as entidades da administração pública federal ou o FGTS;

II - aquisição de ativos públicos incluídos no Plano Nacional de Desestatização;

III - importação de bens ou serviços com similar nacional detentor de qualidade e preço equivalentes, exceto se constatada a impossibilidade do fornecimento do bem ou da prestação do serviço por empresa nacional, a ser aferida de acordo com a metodologia definida pela agência financeira oficial de fomento; e

IV - instituições cujos dirigentes sejam condenados por trabalho infantil, trabalho escravo, crime contra o meio ambiente, assédio moral ou sexual, ou racismo.

§ 2º Integrarão o relatório de que trata o § 3º do art. 165 da Constituição demonstrativos consolidados relativos a empréstimos e financiamentos, inclusive operações não reembolsáveis, dos quais constarão, discriminados por região, unidade federativa, setor de atividade, porte do tomador e origem dos recursos aplicados, em consonância com o disposto no inciso XIV do Anexo II:

I - saldos anteriores;

II - concessões no período;

III - recebimentos no período, com discriminação das amortizações e dos encargos; e

IV - saldos atuais.

§ 3º O Poder Executivo federal demonstrará, em audiência pública perante a Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição, em maio e setembro, convocada com antecedência mínima de trinta dias, a aderência das aplicações dos recursos das agências financeiras oficiais de fomento, de que trata este artigo, à política estipulada nesta Lei, e a execução do plano de aplicação previsto no inciso XIV do Anexo II.

§ 4º As agências financeiras oficiais de fomento deverão ainda:

I - observar os requisitos de sustentabilidade, transparência e controle previstos na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, regulamentada pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e nas normas e orientações do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil;

II - observar a diretriz de redução das desigualdades, quando da aplicação de seus recursos;

III - considerar como prioritárias, para a concessão de empréstimos ou financiamentos, as empresas:

a) que desenvolvam projetos de responsabilidade socioambiental ou de atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica;

b) que promovam a aquisição e a instalação, ou adquiram e instalem sistemas de geração de energia elétrica solar fotovoltaica ou eólica;

c) que integrem as cadeias produtivas locais;

d) que empreguem pessoas com deficiência em proporção superior àquela exigida no art. 110 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991;

e) privadas que adotem políticas de participação dos trabalhadores nos lucros; ou

f) que atuem no setor de turismo, podendo ser destinado, inclusive, ao financiamento voltado para a manutenção de emprego e a capital de giro;

IV - adotar medidas que visem à simplificação dos procedimentos relativos à concessão de empréstimos e financiamentos para micro e pequenas empresas;

V - priorizar o apoio financeiro a segmentos de micro e pequenas empresas e a implementação de programas de crédito que favoreçam a criação de postos de trabalho;

VI - publicar bimestralmente, em sítio eletrônico, demonstrativo que discrimine os financiamentos a partir de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) concedidos aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e aos governos estrangeiros, com informações relativas a ente beneficiário e execução financeira;

VII - fazer constar dos contratos de financiamento de que trata o inciso VI cláusulas que obriguem o favorecido a publicar e manter atualizadas, em sítio eletrônico, informações relativas à execução física do objeto financiado; e

VIII - publicar, até o dia 30 de abril de 2024, em seus portais de transparência, nos sítios eletrônicos a que se refere o § 2º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 2011, relatório anual do impacto de suas operações de crédito no combate às desigualdades mencionadas no inciso II deste parágrafo.

§ 5º É vedado o impedimento ao financiamento de qualquer atividade produtiva, comercial ou de serviços legalmente estabelecidas, exceto quando se destinarem a:

I - aquisição de terras e terrenos sem edificações concluídas;

II - aquisição ou reforma de imóveis destinados à locação;

III - intermediação financeira;

IV - jogos de azar de qualquer espécie;

V - saunas, termas e boates;

VI - comercialização de bebidas alcoólicas no varejo ou fracionada; ou

VII - comercialização de fumo.

§ 6º Poderão ser impostas restrições a produtos ou serviços mediante justificativa da agência financeira oficial de fomento, em cada caso.

§ 7º É vedada a imposição de critérios ou requisitos para concessão de crédito pelos agentes financeiros habilitados que não sejam delineados e estabelecidos originalmente pelas agências financeiras oficiais de fomento para as diversas linhas de crédito e setores produtivos.

§ 8º Nas hipóteses de financiamento para redução do **deficit** habitacional e melhoria das condições de vida das pessoas com deficiência, deverá ser observado o disposto no inciso I do **caput** do art. 32 da Lei nº 13.146, de 2015.

§ 9º A vedação de que trata o inciso I do § 1º não se aplica às renegociações previstas no art. 2º da Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016.

§ 10. O disposto na alínea “e” do inciso IV do **caput** aplica-se preferencialmente a Municípios com até cinquenta mil habitantes.

§ 11. O BNDES relacionará e publicará os financiamentos realizados no exercício de 2024 com recursos derivados do Fundo de Amparo ao Trabalhador.

§ 12. As agências financeiras oficiais de fomento devem estabelecer linhas de crédito específicas com objetivo de redução de desigualdades de gênero e raça e mitigação de impactos

ambientais, em especial voltadas para transição energética e mitigação dos efeitos de mudanças climáticas.

§ 13. As agências financeiras oficiais de fomento têm como diretriz geral a inclusão, em seus critérios de análise de propostas de financiamento a empresas, a existência de políticas voltadas para aumento da representação de populações sub representadas (como gênero, raça e etnia).

§ 14. As agências financeiras oficiais de fomento, ao concederem financiamentos com valor superior a R\$ 30 milhões, devem exigir que os tomadores tenham políticas de integridade e conformidade estabelecidas e devidamente estabelecidas.

Art. 127. Os encargos dos empréstimos e financiamentos concedidos pelas agências não poderão ser inferiores aos custos de captação e de administração, ressalvado o disposto na Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989.

## CAPÍTULO IX

### DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO

Art. 128. As proposições legislativas, de que tratam o art. 59 da Constituição, as suas emendas e os atos infralegais que importem renúncia de receitas ou criação ou aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado, nos termos dos art. 14 e art. 17 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, deverão ser instruídos com demonstrativo do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que devam entrar em vigor e nos dois exercícios subsequentes e atender ao disposto neste artigo.

§ 1º O proponente é o responsável pela elaboração e apresentação do demonstrativo a que se refere o **caput**, o qual deverá conter memória de cálculo com grau de detalhamento suficiente para evidenciar as premissas e a consistência das estimativas.

§ 2º A estimativa do impacto orçamentário-financeiro, elaborada com fundamento no demonstrativo de que trata o **caput**, deverá constar:

I - da exposição de motivos ou de documento equivalente que acompanhar a proposição legislativa; e

II - no documento que fundamente a versão final da proposição legislativa aprovada ou do ato infralegal.

§ 3º O atendimento ao disposto nos incisos I e II do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, dependerá, para proposições legislativas e atos infralegais provenientes do Poder Executivo federal, de declaração formal:

I - da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, para as receitas administradas por essa Secretaria; ou

II - do órgão responsável pela gestão da receita objeto da proposta, nos demais casos.

§ 4º Para fins de atendimento ao disposto nos art. 14 e art. 17 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, as medidas para compensar a renúncia de receita ou o aumento de despesa devem integrar a proposição legislativa ou o ato infralegal, com indicação expressa no texto, na exposição de motivos ou no documento que os fundamentarem, hipótese em que será:

I - vedada a referência a outras proposições legislativas em tramitação; e

II - permitida a referência à lei ou a ato infralegal publicados no mesmo exercício financeiro, que registrem de forma expressa, precisa e específica, ainda que na exposição de motivos ou no documento que os tenham fundamentado, os casos em que seus efeitos poderão ser considerados para fins de compensar a redução de receita ou o aumento de despesa.

§ 5º Ficam dispensadas das medidas de compensação as hipóteses de aumento de despesas previstas no § 1º do art. 24 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 6º Quando solicitados por presidente de órgão colegiado do Poder Legislativo, os órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União fornecerão, no âmbito de suas competências, no prazo máximo de sessenta dias, os subsídios técnicos relacionados ao cálculo do impacto orçamentário e financeiro associado à proposição legislativa, para fins da elaboração do demonstrativo a que se refere o **caput**.

§ 7º Para fins de cumprimento do disposto no inciso I do **caput** do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, as proposições legislativas em tramitação que importem ou autorizem renúncia de receita terão seus efeitos considerados na estimativa de receita do Projeto da Lei Orçamentária e da respectiva Lei.

§ 8º O disposto no **caput** aplica-se às proposições legislativas e aos atos infralegais que:

I - contenham remissão a futura legislação, parcelamento de despesa ou postergação do impacto orçamentário-financeiro;

II - estejam em tramitação no Congresso Nacional; ou

III - estejam em fase de sanção.

Art. 129. Com vistas à manifestação sobre a compatibilidade e a adequação orçamentária e financeira, deverão ser encaminhados previamente à sua edição:

I - as proposições legislativas e os decretos relacionados ao disposto no art. 130, no âmbito do Poder Executivo federal, ao Ministério da Fazenda e ao Ministério do Planejamento e Orçamento; e

II - as proposições legislativas e os atos infralegais de que trata o art. 130, no âmbito dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, aos órgãos competentes, inclusive àqueles a que se refere o § 1º do art. 27.

Parágrafo único. O processo que solicitar a manifestação de que trata o **caput** deverá estar instruído com todos os demonstrativos necessários para atestar, no que couber, o atendimento ao disposto no art. 128.

Art. 130. Será considerada incompatível com as disposições desta Lei a proposição que:

I - aumente despesa em matéria de iniciativa privativa, na forma prevista nos art. 49, art. 51, art. 52, art. 61, art. 63, art. 96 e art. 127 da Constituição;

II - altere gastos com pessoal, nos termos do disposto no § 1º do art. 169 da Constituição, para conceder aumento que resulte em:

a) somatório das parcelas remuneratórias permanentes superior ao limite estabelecido no inciso XI do **caput** do art. 37 da Constituição;

b) despesa, por Poder ou órgão, acima dos limites estabelecidos no art. 20 e no parágrafo

único do art. 22 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal; ou

c) descumprimento do limite estabelecido no § 1º do art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

III - crie ou autorize a criação de fundos contábeis ou institucionais com recursos da União e:

a) não contenham normas específicas sobre a gestão, o funcionamento e controle do fundo; ou

b) estabeleçam atribuições ao fundo que possam ser realizadas pela estrutura departamental da administração pública federal; ou

IV - determine ou autorize a indexação ou atualização monetária de despesas públicas, inclusive aquelas a que se refere o inciso V do **caput** do art. 7º da Constituição.

§ 1º Para fins da verificação de incompatibilidade de que trata a alínea “b” do inciso II do **caput** e do cálculo da estimativa do impacto orçamentário-financeiro, será utilizada a receita corrente líquida constante do Relatório de Gestão Fiscal do momento da avaliação.

§ 2º O disposto no inciso III do **caput** não se aplica a proposições que tenham por objeto a transformação ou a alteração da natureza jurídica de fundo existente na data de publicação desta Lei.

Art. 131. As proposições legislativas, de que trata o art. 59 da Constituição, e os atos infralegais que impliquem redução de receitas, que não sejam renúncias previstas nos termos do disposto no art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, ou aumento de despesas, nos termos do disposto no art. 16 da referida Lei Complementar, deverão estar acompanhadas das estimativas de impacto orçamentário e financeiro para o exercício em que entrarão em vigor, e os dois subsequentes, com as premissas e metodologias de cálculo em grau de detalhamento suficiente para evidenciar a pertinência das estimativas elaboradas pelo órgão ou entidade proponente.

Parágrafo único. As proposições legislativas de iniciativa do Poder Executivo, as proposições submetidas à sanção, e os decretos, relacionados ao disposto no **caput**, deverão ser encaminhados para o Órgãos Centrais dos Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, e de Administração Financeira Federal, para fins de verificação da adequação das estimativas e eventuais impactos sobre a meta de resultado primário do exercício e de outras regras fiscais vigentes aplicáveis.

Art. 132. Somente por meio de lei poderá ser concedido aumento de parcelas, fixas ou variáveis, que não se incorporem a vencimentos ou proventos, relativas a férias, abono de permanência, exercício de função eleitoral e outras remuneratórias, de natureza eventual ou não, como retribuições, parcelas ou vantagens com previsão constitucional ou legal.

Art. 133. A proposição legislativa ou o ato normativo regulamentador de norma constitucional ou legal, para constituir transferência obrigatória, deverá conter:

I - critérios e condições para identificação e habilitação das partes beneficiadas;

II - fonte e montante máximo dos recursos a serem transferidos;

III - definição do objeto e da finalidade da realização da despesa; e

IV - forma e elementos pormenorizados para a prestação de contas.

Art. 134. As disposições deste Capítulo aplicam-se também às proposições decorrentes do disposto nos incisos XIII e XIV do **caput** do art. 21 da Constituição.

Art. 135. Na estimativa das receitas e na fixação das despesas do Projeto de Lei Orçamentária de 2024 e da respectiva Lei, poderão ser considerados os efeitos de propostas de emenda à Constituição, projetos de lei e medidas provisórias em tramitação no Congresso Nacional.

§ 1º Se estimada a receita na forma prevista neste artigo, no Projeto de Lei Orçamentária de 2024 serão identificadas:

I - as proposições de alterações na legislação e a variação esperada na receita, em decorrência de cada uma das propostas e de seus dispositivos; e

II - as despesas condicionadas à aprovação das alterações na legislação.

§ 2º O disposto no **caput** e no § 1º aplica-se às propostas de modificação do Projeto de Lei Orçamentária de 2024 encaminhadas ao Congresso Nacional na forma prevista no § 5º do art. 166 da Constituição.

§ 3º A alteração de fontes de recursos condicionadas, constantes da Lei Orçamentária de 2024, pelas respectivas fontes definitivas, cujas alterações na legislação tenham sido aprovadas, será efetuada no prazo de trinta dias após a data de publicação da Lei Orçamentária de 2024 ou das referidas alterações legislativas, hipótese em que prevalecerá a data que ocorrer por último.

Art. 136. As proposições legislativas que vinculem receitas a despesas, órgãos ou fundos deverão conter cláusula de vigência de, no máximo, cinco anos.

§ 1º O disposto no **caput** não se aplica à vinculação de taxas pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços ou pelo exercício do poder de polícia.

§ 2º O disposto no **caput** não se aplica à alteração de vinculação de receitas existente quando a nova vinculação for menos restritiva.

§ 3º Para fins do disposto no parágrafo único do art. 8º e no § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, a mera vinculação de receitas não torna obrigatória a despesa custeada com as referidas receitas e não cria a obrigatoriedade de sua programação.

Art. 137. A proposta de criação ou a alteração de tributos de natureza vinculada será acompanhada de demonstração, devidamente justificada, de sua necessidade para oferecimento dos serviços públicos ao contribuinte ou para exercício do poder de polícia sobre a atividade do sujeito passivo.

Art. 138. As proposições legislativas que concedam, renovem ou ampliem benefícios tributários deverão:

I - conter cláusula de vigência de, no máximo, cinco anos;

II - estar acompanhadas de metas e objetivos, preferencialmente quantitativos; e

III - designar órgão gestor responsável pelo acompanhamento e pela avaliação do benefício tributário quanto à consecução das metas e dos objetivos estabelecidos.

§ 1º O órgão gestor definirá indicadores para acompanhamento das metas e dos objetivos estabelecidos no programa e dará publicidade a suas avaliações.

§ 2º Ficam dispensadas do atendimento ao disposto neste artigo as proposições legislativas que alterem as normas de tributação de investimentos de não residentes no país ou de domiciliados no exterior.

## CAPÍTULO X

## DISPOSIÇÕES SOBRE A FISCALIZAÇÃO PELO PODER LEGISLATIVO E SOBRE AS OBRAS E OS SERVIÇOS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES

Art. 139. O Projeto de Lei Orçamentária de 2024 e a respectiva Lei poderão contemplar subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves, hipótese em que a execução física, orçamentária e financeira de empreendimentos, contratos, convênios, etapas, parcelas ou subtrechos constantes do anexo a que se refere o § 2º do art. 9º desta Lei permanecerá condicionada à deliberação prévia da Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição, sem prejuízo do disposto nos § 1º e § 2º do art. 71 da Constituição e observado o disposto nos § 6º e § 8º do art. 144 desta Lei.

§ 1º Para fins do disposto nesta Lei, entende-se por:

I - execução física - a realização da obra, o fornecimento do bem ou a prestação do serviço;

II - execução orçamentária - o empenho e a liquidação da despesa, inclusive a sua inscrição em restos a pagar;

III - execução financeira - o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar;

IV - indício de irregularidade grave com recomendação de paralisação - IGP - ato ou fato materialmente relevante em relação ao valor total contratado que apresente potencialidade de ocasionar prejuízos ao erário ou a terceiros e que:

a) possa ensejar nulidade de procedimento licitatório ou de contrato; ou

b) configure graves desvios relativamente aos princípios constitucionais a que está submetida a administração pública federal;

V - indício de irregularidade grave com recomendação de retenção parcial de valores - IGR - aquele que, embora atenda ao disposto no inciso IV, permite a continuidade da obra desde que haja autorização do contratado para retenção de valores a serem pagos, ou a apresentação de garantias suficientes para prevenir o possível dano ao erário até a decisão de mérito sobre o indício relatado; e

VI - indício de irregularidade grave que não prejudique a continuidade - IGC - aquele que, embora gere citação ou audiência do responsável, não atenda ao disposto nos incisos IV ou V.

§ 2º Os ordenadores de despesa e os órgãos setoriais de orçamento deverão providenciar o bloqueio, nos sistemas próprios, da execução física, orçamentária e financeira de empreendimentos, contratos, convênios, etapas, parcelas ou subtrechos constantes do anexo a que se refere o § 2º do art. 9º desta Lei, que perdurará até a deliberação em contrário da Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição.

§ 3º Não estão sujeitos ao bloqueio da execução a que se refere o § 2º os casos para os quais tenham sido apresentadas garantias suficientes à cobertura integral dos prejuízos potenciais ao erário, na forma prevista na legislação pertinente, sem prejuízo do disposto nos § 1º e § 2º do art. 71 da Constituição, hipótese em que será permitido apresentar as garantias à medida que sejam executados os serviços sobre os quais recaia o apontamento de irregularidade grave.

§ 4º Os pareceres da Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição acerca de obras e serviços com indícios de irregularidades graves deverão ser fundamentados, de modo a explicitar as razões da deliberação.

§ 5º A inclusão no Projeto de Lei Orçamentária de 2024, na respectiva Lei e nos créditos

adicionais de subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves obedecerá, sempre que possível, à mesma classificação orçamentária constante das leis orçamentárias anteriores, ajustada ao Plano Plurianual, conforme o caso.

§ 6º O disposto neste artigo aplica-se, no que couber, às alterações decorrentes de créditos adicionais e à execução física, orçamentária e financeira de empreendimentos, contratos, convênios, etapas, parcelas ou subtrechos relativos aos subtítulos de que trata o **caput** cujas despesas tenham sido inscritas em restos a pagar.

§ 7º Os titulares dos órgãos e das entidades executoras e concedentes deverão suspender as autorizações para execução física, orçamentária e financeira de empreendimentos, contratos, convênios, etapas, parcelas ou subtrechos relativos aos subtítulos de que trata o **caput**, situação que deverá ser mantida até a deliberação em contrário da Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição, sem prejuízo do disposto nos § 1º e 2º do art. 71 da Constituição e no art. 143 desta Lei.

§ 8º A suspensão de que trata o § 7º, sem prejuízo do disposto nos § 1º e 2º do art. 71 da Constituição, poderá ser evitada, a critério da Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição, caso os órgãos e as entidades executores ou concedentes adotem medidas corretivas para o saneamento das possíveis falhas ou se forem oferecidas garantias suficientes à cobertura integral dos supostos prejuízos potenciais ao erário, nos termos do disposto no § 3º deste artigo.

§ 9º A classificação, pelo Tribunal de Contas da União, dos indícios de irregularidades nas modalidades previstas nos incisos IV e V do § 1º ocorrerá por decisão monocrática ou colegiada, que deve ser proferida no prazo máximo de quarenta dias corridos, contado da data de conclusão da auditoria pela unidade técnica, durante o qual deverá ser assegurada a oportunidade de manifestação preliminar, no prazo de quinze dias corridos, aos órgãos e às entidades aos quais forem atribuídas as supostas irregularidades.

§ 10. O enquadramento na classificação a que se refere o § 9º poderá ser revisto a qualquer tempo mediante decisão posterior, monocrática ou colegiada, do Tribunal de Contas da União, em razão de novos elementos de fato e de direito apresentados pelos interessados.

Art. 140. O Congresso Nacional considerará, na sua deliberação pelo bloqueio ou desbloqueio da execução física, orçamentária e financeira de empreendimentos, contratos, convênios, etapas, parcelas ou subtrechos relativos aos subtítulos de obras e serviços com indícios de irregularidades graves:

I - a classificação dos indícios de irregularidades, na forma prevista nos incisos IV, V e VI do § 1º do art. 139; e

II - as razões apresentadas pelos órgãos e pelas entidades responsáveis pela execução, que deverão abordar, em especial:

a) os impactos sociais, econômicos e financeiros decorrentes do atraso na fruição dos benefícios do empreendimento pela população;

b) os riscos sociais, ambientais e à segurança da população local, decorrentes do atraso na fruição dos benefícios do empreendimento;

c) a motivação social e ambiental do empreendimento;

d) o custo da deterioração ou da perda de materiais adquiridos ou serviços executados;

e) as despesas necessárias à preservação das instalações e dos serviços executados;

- f) as despesas inerentes à desmobilização e ao retorno posterior às atividades;
- g) as medidas efetivamente adotadas pelo titular do órgão ou da entidade para o saneamento dos indícios de irregularidades apontados;
- h) o custo total e o estágio de execução física e financeira de empreendimentos, contratos, convênios, obras ou parcelas envolvidas;
- i) empregos diretos e indiretos perdidos em razão da paralisação;
- j) custos para realização de nova licitação ou celebração de novo contrato; e
- k) custo de oportunidade do capital durante o período de paralisação.

§ 1º A apresentação das razões a que se refere o inciso II do **caput** é de responsabilidade:

I - do titular do órgão ou da entidade da administração pública federal, executor ou concedente, responsável pela obra ou serviço em que se tenha verificado indício de irregularidade, no âmbito do Poder Executivo federal; ou

II - do titular do órgão dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, para as obras e os serviços executados em seu âmbito.

§ 2º As razões de que trata este artigo poderão ser encaminhadas ao Congresso Nacional, por escrito, pelos responsáveis a que se refere o § 1º:

I - para as obras e os serviços constantes da relação de que trata o inciso I do **caput** do art. 141, no prazo a que se refere o art. 10;

II - para as obras e os serviços constantes da relação de que trata o inciso II do **caput** do art. 141, no prazo de quinze dias, contado da data de publicação do acórdão do Tribunal de Contas da União que aprobe a forma final da referida relação; e

III - para as informações encaminhadas na forma prevista no art. 144, no prazo de quinze dias, contado da data de recebimento da decisão monocrática ou da publicação do acórdão a que se refere o § 9º do art. 139.

§ 3º A omissão na prestação das informações, na forma e nos prazos previstos no § 2º, não impedirá as decisões da Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição e do Congresso Nacional, nem retardará a contagem dos prazos de tramitação e deliberação.

§ 4º Para fins do disposto neste artigo, o Tribunal de Contas da União subsidiará a deliberação do Congresso Nacional, com o envio de informações e avaliações acerca de potenciais prejuízos econômicos e sociais advindos da paralisação.

Art. 141. Para fins do disposto no inciso V do § 1º do art. 59 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, e no § 2º do art. 9º desta Lei, o Tribunal de Contas da União encaminhará:

I - à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento e Orçamento e aos órgãos setoriais do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, até 1º de agosto de 2023, a relação das obras e dos serviços com indícios de irregularidades graves, com o banco de dados correspondente, a especificação das classificações institucional, funcional e programática vigentes, os números dos contratos e convênios, na forma prevista no Anexo VI à Lei Orçamentária de 2023, acrescida do custo global estimado de cada obra ou serviço listado e do estágio da execução física, e a data a que se referem essas informações; e

II - à Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição, até cinquenta e cinco dias após o encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária, a relação atualizada de empreendimentos, contratos, convênios, etapas, parcelas ou subtrechos relativos aos subtítulos nos quais sejam identificados indícios de irregularidades graves, classificados na forma prevista nos incisos IV, V e VI do § 1º do art. 139, e a relação daqueles que, embora tenham tido recomendação de paralisação da equipe de auditoria, não tenham sido objeto de decisão monocrática ou colegiada no prazo previsto no § 9º do art. 139, acompanhadas de cópias em meio eletrônico das decisões monocráticas e colegiadas, dos relatórios e votos que as fundamentarem e dos relatórios de auditoria das obras e dos serviços fiscalizados.

§ 1º É obrigatória a especificação dos empreendimentos, contratos, convênios ou editais relativos a etapas, parcelas ou subtrechos nos quais tenham sido identificados indícios de irregularidades graves e da decisão monocrática ou do acórdão a que se refere o § 9º do art. 139.

§ 2º O Tribunal de Contas da União e a Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição manterão as informações sobre obras e serviços com indícios de irregularidades graves de que trata este artigo atualizadas em seu sítio eletrônico.

§ 3º Para fins de atendimento ao disposto no inciso I do § 1º do art. 59 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, o Tribunal de Contas da União enviará subsídios à Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição acerca de fatos e situações que possam comprometer a gestão fiscal e o atingimento das metas previstas nesta Lei, em especial a necessidade de limitação de empenho e pagamento de que trata o art. 9º da referida Lei Complementar.

Art. 142. A seleção das obras e dos serviços a serem fiscalizados pelo Tribunal de Contas da União considerará, entre outros fatores:

I - o valor autorizado e empenhado nos exercícios anterior e atual;

II - a regionalização do gasto;

III - o histórico de irregularidades pendentes obtido a partir de fiscalizações anteriores e a reincidência de irregularidades cometidas, tanto do órgão executor como do ente beneficiado; e

IV - as obras contidas no Anexo VI à Lei Orçamentária em vigor que não tenham sido objeto de deliberação posterior do Tribunal de Contas da União pela regularidade.

§ 1º O Tribunal de Contas da União deverá, adicionalmente, encaminhar informações sobre outras obras ou serviços nos quais tenham sido constatados indícios de irregularidades graves em outros procedimentos fiscalizatórios realizados nos últimos doze meses, contados da data de publicação desta Lei, com o grau de detalhamento estabelecido no § 2º e observado o disposto nos incisos IV, V e VI do § 1º e no § 9º do art. 139.

§ 2º Da seleção referida no **caput** constarão, para cada obra fiscalizada, sem prejuízo de outros dados considerados relevantes pelo Tribunal de Contas da União:

I - as classificações institucional, funcional e programática, atualizadas de acordo com o disposto na Lei Orçamentária de 2023;

II - a localização e a especificação, com as etapas, as parcelas ou os subtrechos e os seus contratos e convênios, conforme o caso;

III - o número de inscrição no CNPJ e a razão social da empresa responsável pela execução da obra ou do serviço nos quais tenham sido identificados indícios de irregularidades graves, na forma prevista nos incisos IV, V e VI do § 1º do art. 139, e o nome do órgão ou da entidade responsável pela contratação;

IV - a natureza e a classificação dos indícios de irregularidades e o pronunciamento acerca da estimativa do valor potencial do prejuízo ao erário e de elementos que recomendem a paralisação preventiva da obra;

V - as providências adotadas pelo Tribunal de Contas da União quanto às irregularidades;

VI - o percentual de execução físico-financeira;

VII - a estimativa do valor necessário à conclusão;

VIII - as manifestações prévias do órgão ou da entidade fiscalizada aos quais tenham sido atribuídas as supostas irregularidades e as decisões correspondentes, monocráticas ou colegiadas, com os relatórios e os votos que as fundamentarem, quando houver;

IX - o conteúdo das alegações de defesa apresentadas e a sua apreciação; e

X - as garantias de que trata o § 3º do art. 139, com a identificação do tipo e do valor.

§ 3º As unidades orçamentárias responsáveis por obras e serviços que constem, em dois ou mais exercícios, do anexo a que se refere o § 2º do art. 9º desta Lei, deverão informar à Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição, no prazo de trinta dias após o encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária de 2024, as medidas adotadas para sanar as irregularidades apontadas em decisão do Tribunal de Contas da União da qual não caiba mais recurso perante aquela Corte.

§ 4º Para fins do disposto no § 6º do art. 144, o Tribunal de Contas da União encaminhará informações das quais constará pronunciamento conclusivo quanto a irregularidades graves que não se confirmaram ou a seu saneamento.

§ 5º Sempre que a informação encaminhada pelo Tribunal de Contas da União, na forma prevista no **caput**, implicar reforma de deliberação anterior, deverão ser evidenciadas a decisão reformada e a decisão reformadora correspondente.

Art. 143. A Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição poderá realizar audiências públicas com vistas a subsidiar as deliberações acerca do bloqueio ou desbloqueio de empreendimentos, contratos, convênios, etapas, parcelas ou subtrechos relativos a subtítulos nos quais tenham sido identificados indícios de irregularidades graves.

§ 1º Serão convidados para as audiências os representantes do Tribunal de Contas da União, dos órgãos e das entidades envolvidos, que poderão expor as medidas saneadoras adotadas e as razões pelas quais as obras sob a sua responsabilidade não devem ser paralisadas, inclusive aquelas a que se refere o art. 140, acompanhadas da justificativa por escrito do titular do órgão ou da entidade responsável pelas contratações e dos documentos comprobatórios.

§ 2º A deliberação da Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição que resulte na continuidade da execução de empreendimentos, contratos, convênios, etapas, parcelas ou subtrechos relativos a subtítulos nos quais tenham sido identificados indícios de irregularidades graves com recomendação de paralisação ainda não sanados dependerá da avaliação das informações recebidas na forma prevista no § 2º do art. 140 e de realização prévia da audiência pública a que se refere o **caput**, quando deverão ser avaliados os prejuízos potenciais da paralisação para a administração pública e a sociedade.

§ 3º A Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição poderá realizar audiências públicas para subsidiar a apreciação do relatório de que trata o § 7º do art. 144.

Art. 144. Durante o exercício de 2024, o Tribunal de Contas da União remeterá ao

Congresso Nacional e ao órgão ou à entidade fiscalizada, no prazo de quinze dias, contado da data da decisão ou do acórdão a que se referem os § 9º e § 10 do art. 139, informações relativas a novos indícios de irregularidades graves identificados em empreendimentos, contratos, convênios, etapas, parcelas ou subtrechos relativos a subtítulos constantes da Lei Orçamentária de 2024, inclusive com as informações relativas às execuções física, orçamentária e financeira, acompanhadas das manifestações dos órgãos e das entidades responsáveis pelas obras que permitam a análise da conveniência e oportunidade de bloqueio das execuções física, orçamentária e financeira.

§ 1º O Tribunal de Contas da União disponibilizará à Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição acesso ao seu sistema eletrônico de fiscalização de obras e serviços.

§ 2º Os processos relativos a obras ou serviços que possam ser objeto de bloqueio na forma prevista nos art. 139 e art. 140 serão instruídos e apreciados prioritariamente pelo Tribunal de Contas da União, hipótese em que a decisão deverá indicar, de forma expressa, se as irregularidades inicialmente apontadas foram confirmadas e se o empreendimento questionado poderá ter continuidade sem risco de prejuízos significativos ao erário, no prazo de quatro meses, contado da data da comunicação prevista no **caput**.

§ 3º A decisão mencionada no § 2º deverá relacionar todas as medidas a serem adotadas pelos responsáveis, com vistas ao saneamento das irregularidades graves.

§ 4º Após a manifestação do órgão ou da entidade responsável quanto à adoção das medidas corretivas, o Tribunal de Contas da União deverá se pronunciar sobre o cumprimento efetivo da decisão de que trata o § 2º, no prazo de três meses, contado da data da entrega da referida manifestação.

§ 5º Na impossibilidade de cumprimento dos prazos previstos nos § 2º e § 4º, o Tribunal de Contas da União deverá apresentar justificativas ao Congresso Nacional.

§ 6º Após a publicação da Lei Orçamentária de 2024, o bloqueio e o desbloqueio da execução física, orçamentária e financeira na forma prevista neste Capítulo ocorrerão por meio de decreto legislativo baseado em deliberação da Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição, à qual compete divulgar, em sítio eletrônico, a relação atualizada dos subtítulos de que trata o **caput**.

§ 7º O Tribunal de Contas da União encaminhará, até 15 de maio de 2024, à Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição o relatório com as medidas saneadoras adotadas e as pendências relativas a obras e serviços com indícios de irregularidades graves.

§ 8º A decisão pela paralisação ou continuidade de obras ou serviços com indícios de irregularidades graves, na forma prevista no § 2º do art. 143 e no **caput** e no § 4º deste artigo, ocorrerá sem prejuízo da continuidade das ações de fiscalização e da apuração de responsabilidades dos gestores que lhes deram causa.

§ 9º O disposto no § 2º do art. 143 aplica-se às deliberações de que trata este artigo.

§ 10. O Tribunal de Contas da União remeterá ao Congresso Nacional, no prazo de trinta dias, contado da data do despacho ou do acórdão que adotar ou referendar medida cautelar fundamentada no art. 276 do Regimento Interno daquele Tribunal, cópia da decisão relativa à suspensão de execução de obra ou serviço de engenharia, acompanhada da oitiva do órgão ou da entidade responsável.

Art. 145. O Tribunal de Contas da União enviará à Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição, no prazo de trinta dias após o encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária de 2024, quadro-resumo relativo à qualidade da implementação e ao alcance de metas e dos objetivos

dos programas e das ações governamentais objeto de auditorias operacionais realizadas para subsidiar a discussão do Projeto de Lei Orçamentária de 2024.

Art. 146. Com vistas à apreciação do Projeto de Lei Orçamentária de 2024 e ao acompanhamento e à fiscalização orçamentária a que se referem o art. 70 e o inciso II do § 1º do art. 166 da Constituição, será assegurado aos membros e aos órgãos competentes dos Poderes da União, inclusive ao Tribunal de Contas da União, ao Ministério Público Federal e à Controladoria-Geral da União, o acesso irrestrito, para consulta, aos seguintes sistemas ou informações, e o recebimento de seus dados, em meio digital:

I - Siafi;

II - Siop;

III - Sistema de Análise Gerencial da Arrecadação, inclusive às estatísticas de dados agregados relativos às informações constantes das declarações de imposto sobre a renda das pessoas físicas e jurídicas, respeitado o sigilo fiscal do contribuinte;

IV - Sistema de Informação das Estatais;

V - Siasg, inclusive ao Portal de Compras do Governo Federal - Compras.gov.br;

VI - Sistema de Informações Gerenciais de Arrecadação - Informar;

VII - cadastro das entidades qualificadas como Oscip, mantido pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública;

VIII - CNPJ;

IX - Sistema de Informação e Apoio à Tomada de Decisão do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT;

X - Transferegov.br;

XI - Sistema de Acompanhamento de Contratos do DNIT;

XII - CNEA do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima;

XIII - Siops;

XIV - Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação - Sioppe;

XV - Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - Siconfi;

XVI - sistemas de informação e banco de dados utilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP;

XVII - sistema utilizado pela Secretaria de Regime Próprio e Complementar do Ministério da Previdência Social para elaboração da avaliação atuarial do Regime Próprio de Previdência Social dos servidores civis;

XVIII - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - Siape;

XIX - Sistema Único de Benefícios - Siube;

XX - Sistema Integrado de Tratamento Estatístico de Séries Estratégicas - Sintese;

XXI - Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência - Cadprev;

XXII - Sistema Informatizado de Controle de Óbitos - Sisobi;

XXIII - Sistema Nacional de Informações de Registros Cíveis - Sirc;

XXIV - Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS;

XXV - Sistema Integrado de Gestão Patrimonial - Siads;

XXVI - Cadastro Integrado de Projetos de Investimentos do Governo Federal - CIPI; e

XXVII - Portal Nacional de Contratações Públicas.

§ 1º Os cidadãos e as entidades sem fins lucrativos, credenciados de acordo com os requisitos estabelecidos pelos órgãos gestores dos sistemas, poderão ser habilitados para consulta aos sistemas e cadastros de que trata este artigo.

§ 2º Para fins de elaboração de avaliação atuarial do Regime Próprio de Previdência Social dos servidores civis da União, a Câmara dos Deputados, o Senado Federal e o Tribunal de Contas da União, no exercício do controle externo, poderão solicitar aos demais órgãos e Poderes da União e às suas entidades vinculadas informações cadastrais, funcionais e financeiras relativas a servidores, inativos e pensionistas.

Art. 147. Em cumprimento ao disposto no **caput** do art. 70 da Constituição, o acesso irrestrito e gratuito a que se refere o art. 146 desta Lei será igualmente assegurado:

I - aos membros do Congresso Nacional, para consulta aos sistemas ou às informações a que se referem os incisos II e IV do **caput** do art. 146, nos maiores níveis de amplitude, abrangência e detalhamento existentes, e por iniciativa própria, a qualquer tempo, aos demais sistemas e cadastros; e

II - aos órgãos de tecnologia da informação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, e a disponibilização, em meio eletrônico, das bases de dados dos sistemas a que se refere o art. 146, ressalvados os dados e as informações protegidos por sigilo legal, em formato e periodicidade a serem estabelecidos em conjunto com o órgão competente do Poder Executivo federal.

## CAPÍTULO XI DA TRANSPARÊNCIA

Art. 148. Os órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União divulgarão e manterão atualizada, no sítio eletrônico do órgão concedente, relação das entidades privadas beneficiadas na forma prevista nos art. 84 ao art. 89, com, no mínimo:

I - nome e número de inscrição no CNPJ;

II - nome, função e número de inscrição no CPF dos dirigentes;

III - área de atuação;

IV - endereço da sede;

V - data, objeto, valor e número do convênio ou instrumento congênere;

VI - órgão transferidor;

VII - valores transferidos e datas de transferência;

VIII - edital do chamamento e instrumento firmado; e

IX - forma de seleção da entidade.

Art. 149. Os órgãos orçamentários manterão atualizados em seu sítio eletrônico a relação dos contratados, com os valores pagos nos últimos três anos, e a íntegra dos contratos, convênios e termos ou instrumentos congêneres vigentes, exceto os sigilosos, na forma prevista na legislação pertinente.

Parágrafo único. Serão também divulgadas as informações relativas às alterações contratuais e penalidades.

Art. 150. Os instrumentos de contratação de serviços de terceiros deverão prever o fornecimento pela empresa contratada de informações com nome completo, número de inscrição no CPF, cargo ou atividade exercida, lotação e local de exercício dos empregados na contratante, para fins de divulgação em sítio eletrônico.

Parágrafo único. Os órgãos e as entidades da administração pública federal deverão divulgar e atualizar quadrimestralmente as informações a que se refere o **caput**.

Art. 151. A divulgação das informações de que tratam os art. 148 e art. 150 deverá ocultar os três primeiros dígitos e os dois dígitos verificadores do número de inscrição no CPF.

Art. 152. Os sítios eletrônicos de consulta a remuneração, subsídio, provento e pensão recebidos por membros de Poder e ocupantes de cargo, posto, graduação, função e emprego público, ativos e inativos, e por pensionistas, disponibilizados pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público da União e pela Defensoria Pública da União, possibilitarão a consulta direta da relação nominal dos beneficiários e dos valores recebidos, além de permitir a gravação de relatórios de planilhas, em formatos abertos e não proprietários, com a integralidade das informações disponibilizadas na consulta.

Parágrafo único. Deverão também ser disponibilizadas as informações relativas ao recebimento de vantagens, gratificações ou outras parcelas de natureza remuneratória, compensatória ou indenizatória.

## Seção I

### Da publicidade na elaboração, na aprovação e na execução dos Orçamentos

Art. 153. A elaboração e a aprovação dos Projetos de Lei Orçamentária de 2024 e dos créditos adicionais, e a execução das respectivas leis, deverão ser realizadas de acordo com os princípios da publicidade e da clareza, além de promover a transparência da gestão fiscal e permitir o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

§ 1º Serão divulgados em sítios eletrônicos:

I - pelo Poder Executivo federal:

a) as estimativas das receitas de que trata o § 3º do art. 12 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal;

b) o Projeto de Lei Orçamentária de 2024, inclusive em versão simplificada, os seus anexos e as informações complementares;

c) a Lei Orçamentária de 2024 e os seus anexos;

d) os créditos adicionais e os seus anexos;

e) até o vigésimo dia de cada mês, o relatório com a comparação da arrecadação mensal, realizada até o mês anterior, das receitas administradas ou acompanhadas pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda, líquida de restituições e incentivos fiscais, com as estimativas mensais constantes do demonstrativo de que trata o inciso X do Anexo II e com as eventuais reestimativas realizadas por força de lei;

f) até o vigésimo quinto dia de cada mês, o relatório com a comparação da receita realizada, mensal e acumulada, com a prevista na Lei Orçamentária de 2024 e no cronograma de arrecadação, e com a discriminação das parcelas primária e financeira;

g) até o sexagésimo dia após a data de publicação da Lei Orçamentária de 2024, o cadastro de ações com, no mínimo, o código, o título e a descrição de cada uma das ações constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, que poderão ser atualizados, quando necessário, observado o disposto nas alíneas "e" e "f" do inciso III do § 1º do art. 52, desde que as alterações não ampliem ou restrinjam a finalidade da ação, consubstanciada no seu título constante da referida Lei;

h) até o trigésimo dia após o encerramento de cada bimestre, os demonstrativos relativos a empréstimos e financiamentos, inclusive a fundo perdido, consolidados por agência de fomento, elaborados de acordo com as informações e os critérios constantes do § 2º do art. 126;

i) até 30 de abril de cada exercício, o relatório anual, referente ao exercício anterior, de impacto dos programas destinados ao combate das desigualdades;

j) o demonstrativo, atualizado mensalmente, de contratos, convênios, contratos de repasse ou termos de parceria referentes a projetos, com a discriminação das classificações funcional e por programas, da unidade orçamentária, da contratada ou do conveniente, do objeto e dos prazos de execução, dos valores e das datas das liberações de recursos efetuadas e a efetuar;

k) a posição, atualizada mensalmente, dos limites para empenho e movimentação financeira por órgão do Poder Executivo federal;

l) o demonstrativo mensal com a indicação da arrecadação, no mês e acumulada no exercício, separadamente, relativa a depósitos judiciais e a parcelamentos amparados por programas de recuperação fiscal da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda, os montantes dessa arrecadação classificados por tributo, os valores, por tributo partilhado, entregues aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, relativamente a parcelas não classificadas, e os valores, por tributo partilhado, entregues aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios em caráter definitivo;

m) o demonstrativo bimestral das transferências voluntárias realizadas, por ente federativo beneficiado;

n) o demonstrativo do fluxo financeiro do regime próprio de previdência dos servidores públicos federais, com a discriminação das despesas por categoria de beneficiário e das receitas por natureza;

o) até o vigésimo dia de cada mês, a arrecadação mensal, realizada até o mês anterior, das contribuições a que se refere o art. 149 da Constituição, destinadas aos serviços sociais autônomos e a sua destinação por entidade beneficiária;

p) o demonstrativo dos investimentos públicos em educação, considerada a definição utilizada no Plano Nacional de Educação, com a sua proporção em relação ao PIB, detalhado por níveis de ensino e com dados consolidados da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

q) as informações do Fundo Nacional de Saúde sobre repasses efetuados aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, com a discriminação das subfunções, dos programas, das ações orçamentárias e, quando houver, dos planos orçamentários; e

r) até 30 de abril, os relatórios anuais referentes ao exercício anterior, relativos à participação no orçamento das Agendas Transversais e Multissetoriais selecionadas, contemplando no mínimo a participação da mulher nas despesas do orçamento e a Agenda Transversal e Multissetorial da Primeira Infância;

II - pela Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição:

a) a relação atualizada dos contratos e convênios nos quais tenham sido identificados indícios de irregularidades graves;

b) o relatório e o parecer preliminar, os relatórios setoriais e final e o parecer final da Comissão, as emendas de cada fase e os pareceres e o autógrafo respectivos, relativos ao Projeto de Lei Orçamentária de 2024;

c) o relatório e o parecer preliminar, o relatório e o parecer final da Comissão, as emendas de cada fase e os pareceres e o autógrafo respectivos, relativos ao projeto desta Lei;

d) o relatório e o parecer da Comissão, as emendas e os pareceres e os autógrafos respectivos, relativos aos projetos de lei e às medidas provisórias sobre créditos adicionais;

e) a relação das emendas aprovadas ao Projeto de Lei Orçamentária de 2024, com a identificação, em cada emenda, do tipo de autor, do número e do ano da emenda, do autor e do respectivo código, da classificação funcional e programática, do subtítulo e da dotação aprovada pelo Congresso Nacional; e

f) até o trigésimo dia após a data de publicação da Lei Orçamentária de 2024, a relação dos precatórios constantes das programações da Lei Orçamentária; e

III - pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público da União e pela Defensoria Pública da União, no sítio eletrônico de cada unidade jurisdicionada ao Tribunal de Contas da União, o relatório de gestão, o relatório e o certificado de auditoria, o parecer do órgão de controle interno e o pronunciamento do Ministro de Estado supervisor, ou da autoridade de nível hierárquico equivalente responsável pelas contas, integrantes das tomadas ou das prestações de contas, no prazo de trinta dias após a data de encaminhamento ao referido Tribunal.

§ 2º Para fins de atendimento ao disposto na alínea “g” do inciso I do § 1º, a Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição deverá encaminhar planilha eletrônica ao Poder Executivo federal, no prazo de quarenta e cinco dias após a data de publicação da Lei Orçamentária de 2024, com as informações relativas às ações que tenham sido incluídas no Congresso Nacional.

§ 3º O não encaminhamento das informações de que trata o § 2º implicará a divulgação somente do cadastro das ações constantes do Projeto de Lei Orçamentária de 2024.

Art. 154. Para fins de realização da audiência pública prevista no § 4º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, o Poder Executivo federal encaminhará ao Congresso Nacional, até três dias antes da referida audiência ou até o último dia dos meses de maio, setembro e fevereiro, o que ocorrer primeiro, relatórios de avaliação do cumprimento da meta de resultado primário, com as justificativas de eventuais desvios e a indicação das medidas corretivas adotadas.

§ 1º Os relatórios previstos no **caput** conterão também:

I - os parâmetros constantes do inciso XV do Anexo II, esperados e efetivamente observados, para o quadrimestre e para o ano;

II - o estoque e serviço da dívida pública federal, comparando o resultado do final de cada quadrimestre com o do início do exercício e o do final do quadrimestre anterior; e

III - o resultado primário obtido até o quadrimestre, comparando com o programado e discriminando, em milhões de reais, receitas e despesas, obrigatórias e discricionárias, no mesmo formato da previsão atualizada para todo o exercício.

§ 2º O relatório referente ao terceiro quadrimestre de 2024 conterà, adicionalmente, demonstrativo do montante das despesas primárias pagas pelos órgãos naquele exercício, incluídos os restos a pagar pagos e demais operações que afetam o resultado primário, com o comparativo entre esse demonstrativo e os limites estabelecidos no § 1º do art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

§ 3º O demonstrativo a que se refere o § 2º será encaminhado, nos prazos previstos no **caput**, aos órgãos a que se referem os incisos II a V do **caput** do art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

§ 4º A Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição poderá, por solicitação do Poder Executivo federal ou iniciativa própria, adiar as datas de realização da audiência prevista no **caput**.

## Seção II

### Disposições gerais

Art. 155. A empresa destinatária de recursos, na forma prevista na alínea “a” do inciso III do § 1º do art. 6º desta Lei, deverá divulgar, mensalmente, em sítio eletrônico, as informações relativas à execução das despesas do Orçamento de Investimento, com a discriminação dos valores autorizados e executados, mensal e anualmente.

Art. 156. As entidades constituídas sob a forma de serviço social autônomo e destinatárias de contribuições dos empregadores incidentes sobre a folha de salários deverão divulgar, trimestralmente, nos respectivos sítios eletrônicos, em local de fácil visualização:

I - os valores arrecadados com as referidas contribuições, a especificação do montante transferido pela União e do arrecadado diretamente pelas entidades;

II - as demonstrações contábeis;

III - a especificação de cada receita e de cada despesa constantes dos orçamentos, discriminadas por natureza, finalidade e região, com destaque para a parcela destinada a serviços sociais e formação profissional; e

IV - a estrutura remuneratória dos cargos e das funções e a relação dos nomes de seus dirigentes e dos demais membros do corpo técnico.

§ 1º As entidades a que se refere o **caput** divulgarão também em seus sítios eletrônicos:

I - seus orçamentos para o ano de 2024;

II - demonstrativos de alcance de seus objetivos legais e estatutários e de cumprimento das

respectivas metas;

III - resultados dos trabalhos de auditorias independentes sobre suas demonstrações contábeis; e

IV - demonstrativo consolidado dos resultados dos trabalhos de suas unidades de auditoria interna e de ouvidoria.

§ 2º Os sítios eletrônicos a que se refere o **caput** permitirão a gravação de relatórios de planilhas, em formatos abertos e não proprietários, com a integralidade das informações disponibilizadas para consulta.

§ 3º O disposto neste artigo aplica-se aos conselhos de fiscalização de profissão regulamentada.

Art. 157. As instituições de que trata o **caput** do art. 100 deverão disponibilizar, em seus sítios eletrônicos, informações relativas à execução física e financeira, inclusive a identificação dos beneficiários de pagamentos à conta de cada convênio ou instrumento congênere, acompanhadas dos números de registro no Transferegov.br e no Siafi, observadas as normas de padronização estabelecidas pelo Poder Executivo federal.

Art. 158. Os órgãos da esfera federal a que se refere o art. 20 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal disponibilizarão, por meio do Siconfi, os relatórios de gestão fiscal, no prazo de trinta dias após o encerramento de cada quadrimestre.

Art. 159. O Poder Executivo federal informará ao Congresso Nacional sobre os empréstimos feitos pelo Tesouro Nacional a banco oficial federal na forma prevista na alínea "e" do inciso V do Anexo II.

Art. 160. O Poder Executivo federal adotará medidas com vistas a:

I - elaborar metodologia de acompanhamento e avaliação dos benefícios tributários, financeiros e creditícios, além de cronograma e periodicidade das avaliações, com base em indicadores de eficiência, eficácia e efetividade;

II - designar os órgãos responsáveis pela supervisão, pelo acompanhamento e pela avaliação dos resultados alcançados pelos benefícios tributários, financeiros e creditícios; e

III - elaborar metodologia de acompanhamento dos programas e das ações destinados às mulheres com vistas à apuração e à divulgação de relatório sobre a participação da mulher nas despesas do orçamento.

Art. 161. O relatório resumido de execução orçamentária a que se refere o § 3º do art. 165 da Constituição conterà demonstrativo da disponibilidade da União por fontes de recursos agregadas, com indicação do saldo inicial de 2024, da arrecadação, da despesa executada no objeto da vinculação, do cancelamento de restos a pagar e do saldo atual.

Art. 162. O Congresso Nacional, na forma prevista no inciso IX do **caput** do art. 49 da Constituição, julgará as contas de 2024 a serem prestadas pelo Presidente da República e apreciará os relatórios de 2024 sobre a execução dos planos de governo até o encerramento da sessão legislativa de 2024.

Art. 163. A União manterá cadastro informatizado para consulta, com acesso público, das obras e dos serviços de engenharia no âmbito dos orçamentos de que tratam os incisos I e III do § 5º do art. 165 da Constituição, que conterà, no mínimo:

I - identificação do objeto, acompanhado de seu programa de trabalho e de seu georreferenciamento;

II - custo global estimado referido à sua data-base; e

III - data de início e execução física e financeira.

Parágrafo único. Ato do Poder Executivo federal poderá definir outros atributos para compor o cadastro, a estrutura e o prazo de envio de dados por parte dos órgãos e das entidades com sistemas próprios de gestão de obras e serviços, além de critérios específicos, para fins de obrigatoriedade de inclusão no cadastro, que considerem, em especial, o custo global, a área de governo e a relevância da obra ou do serviço.

## CAPÍTULO XII DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 164. A execução da Lei Orçamentária de 2024 e dos créditos adicionais obedecerá aos princípios constitucionais da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência na administração pública federal, e não poderá ser utilizada para influenciar na apreciação de proposições legislativas em tramitação no Congresso Nacional.

Art. 165. Em atendimento ao disposto no inciso I do **caput** do art. 57 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e no art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021, para demonstrar a compatibilidade com as metas estabelecidas no Plano Plurianual, poderá ser considerada a adequação dos objetos das contratações aos objetivos expressos no Projeto de Lei do Plano Plurianual 2024-2027 ou na respectiva Lei.

Art. 166. A despesa não poderá ser realizada se não houver comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária para atendê-la, vedada a adoção de qualquer procedimento que viabilize a sua realização sem observar a referida disponibilidade.

§ 1º A contabilidade registrará todos os atos e fatos relativos à gestão orçamentária, financeira e patrimonial, independentemente de sua legalidade, sem prejuízo das responsabilidades e das demais consequências advindas da inobservância ao disposto no **caput**.

§ 2º A realização de atos de gestão orçamentária e financeira, no âmbito do Siafi, após 31 de dezembro de 2024, relativos ao exercício encerrado, não será permitida, exceto quanto aos procedimentos relacionados à inscrição dos restos a pagar, os quais deverão ser efetuados até o trigésimo dia de seu encerramento, na forma prevista pelo órgão central do Sistema de Contabilidade Federal.

§ 3º Com vistas a atender o prazo máximo estabelecido no § 2º, o órgão central do Sistema de Contabilidade Federal poderá definir prazos menores para ajustes a serem efetuados por órgãos e entidades da administração pública federal.

§ 4º Para assegurar o conhecimento da composição patrimonial a que se refere o art. 85 da Lei nº 4.320, de 1964, a contabilidade:

I - reconhecerá o ativo referente aos créditos tributários e não tributários a receber; e

II - segregará os restos a pagar não processados em exigíveis e não exigíveis.

§ 5º Integrarão as demonstrações contábeis consolidadas dos Orçamentos Fiscal e da

Seguridade Social da União somente os órgãos e as entidades cuja execução orçamentária e financeira, da receita e da despesa, seja registrada na modalidade total no Siafi, conforme estabelecido no **caput** do art. 6º.

Art. 167. Para fins do disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal:

I - as exigências nele contidas integrarão:

a) o processo licitatório, de que tratam o art. 38 da Lei nº 8.666, de 1993, e o Capítulo I do Título II da Lei nº 14.133, de 2021; e

b) os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição;

II - no que se refere ao disposto no § 3º do art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, entendem-se como despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites previstos nos incisos I e II do **caput** do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021;

III - no que se refere ao inciso I do § 1º do art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, na execução das despesas na antevigência da Lei Orçamentária de 2024, o ordenador de despesa poderá considerar os valores constantes do respectivo Projeto de Lei; e

IV - os valores e as metas constantes no Projeto de Lei Orçamentária de 2024 e no Projeto de Lei do Plano Plurianual 2024-2027 poderão ser utilizados, até a sanção da respectiva Lei, para demonstrar a previsão orçamentária nos procedimentos referentes à fase interna da licitação.

Art. 168. Para fins do disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou do instrumento congêneres.

Parágrafo único. Na hipótese de contratos administrativos ou instrumentos congêneres de caráter plurianual, incluindo a prestação de serviços existentes e destinados à manutenção da administração pública federal, consideram-se compromissadas apenas as prestações cujos pagamentos devam ser realizados no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

Art. 169. O impacto e o custo fiscal das operações realizadas pelo Banco Central do Brasil na execução de suas políticas serão demonstrados nas notas explicativas dos balanços e dos balancetes trimestrais, para fins do disposto no § 2º do art. 7º da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, divulgados em sítio eletrônico, e conterão:

I - os custos da remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional;

II - os custos de manutenção das reservas cambiais, com demonstração da composição das reservas internacionais com a metodologia de cálculo de sua rentabilidade e do custo de captação; e

III - a rentabilidade de sua carteira de títulos, com destaque para aqueles emitidos pela União.

Parágrafo único. As informações de que trata o **caput** constarão também de relatório a ser encaminhado ao Congresso Nacional, no mínimo, até dez dias antes da reunião conjunta prevista no § 5º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 170. A avaliação de que trata o § 5º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, será efetuada com fundamento no anexo específico sobre os objetivos

das políticas monetária, creditícia e cambial, nos parâmetros e nas projeções para os seus principais agregados e variáveis, e nas metas de inflação estimadas para o exercício de 2024, na forma prevista no § 4º do art. 4º daquela Lei Complementar, observado o disposto no inciso I do **caput** do art. 11 desta Lei.

Parágrafo único. A avaliação de que trata o **caput** incluirá a análise e a justificativa da evolução das operações compromissadas do Banco Central do Brasil no período.

Art. 171. O Poder Executivo federal, por intermédio do seu órgão central do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, deverá atender, no prazo máximo de dez dias úteis, contado da data de recebimento, às solicitações de informações encaminhadas pelo Presidente da Comissão Mista a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição, relativas a aspectos quantitativos e qualitativos de qualquer categoria de programação ou item de receita, incluídos eventuais desvios em relação aos valores da proposta que venham a ser identificados após o encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária de 2024.

Art. 172. Não serão considerados prorrogados os prazos previstos nesta Lei e na Lei Orçamentária de 2024 se o vencimento recair sobre dia em que não houver expediente ou este for encerrado antes ou iniciado depois da hora normal.

Art. 173. Ato do Poder Executivo federal poderá alterar a relação de que trata o Anexo III em razão de emenda à Constituição ou lei que crie ou extinga obrigações para a União.

§ 1º O Poder Executivo federal poderá incluir outras despesas na relação de que trata o **caput**, desde que demonstre que constituem obrigação constitucional ou legal da União.

§ 2º As alterações referidas neste artigo serão publicadas no Diário Oficial da União e a relação de que trata o Anexo III atualizada será incluída no relatório de que trata o § 4º do art. 71, relativo ao bimestre em que ocorrer a publicação.

Art. 174. A retificação dos autógrafos dos Projetos da Lei Orçamentária de 2024 e dos créditos adicionais, na hipótese de ser comprovado erro no processamento das deliberações no âmbito do Congresso Nacional, somente poderá ocorrer, por meio de mensagem ao Presidente da República:

I - até o dia 17 de julho de 2024, no caso da Lei Orçamentária de 2024; ou

II - até trinta dias após a data de sua publicação no Diário Oficial da União e dentro do exercício financeiro, no caso dos créditos adicionais.

§ 1º Encerrados os prazos de que trata o **caput**, ou após o dia 22 de dezembro de 2024, o que ocorrer primeiro, a retificação poderá ser feita, dentro do exercício financeiro, por meio da abertura de créditos suplementares ou especiais, observado o disposto nos art. 54 e art. 55, ou por intermédio das alterações admitidas no art. 52.

§ 2º Caso as retificações previstas nos incisos I e II do **caput** deixem as despesas executadas sem cobertura orçamentária ou com dotação atual insuficiente, poderão ser adotados os procedimentos previstos no § 2º do art. 72.

Art. 175. Os projetos e os autógrafos das leis de que trata o art. 165 da Constituição, e de suas alterações, incluídas aquelas decorrentes do disposto no § 14 do art. 166 da Constituição, deverão ser, reciprocamente, disponibilizados em meio eletrônico, inclusive em bancos de dados, quando for o caso, na forma prevista por grupo técnico integrado por representantes dos Poderes Legislativo e Executivo.

§ 1º A integridade entre os projetos de lei de que trata o **caput**, assim como aqueles decorrentes do disposto no § 14 do art. 166 da Constituição, e os meios eletrônicos é de responsabilidade

das unidades correspondentes do Ministério do Planejamento e Orçamento.

§ 2º A integridade entre os autógrafos referidos neste artigo, assim como as informações decorrentes do disposto no § 14 do art. 166 da Constituição, e os meios eletrônicos é de responsabilidade do Congresso Nacional.

§ 3º O banco de dados com as indicações de remanejamento de emendas individuais enviado pelo Poder Legislativo ao Poder Executivo federal, em razão do disposto no § 14 do art. 166 da Constituição, deverá conter a mesma estrutura do banco de dados das justificativas de impedimentos de ordem técnica.

§ 4º O autógrafo de projetos de lei de créditos adicionais, incluídos os projetos de lei de conversão de medidas provisórias de abertura de créditos extraordinários, deverá ser encaminhado pelo Poder Legislativo em formato previamente acordado com o Poder Executivo federal ou, caso não haja formato acordado, em arquivo do tipo planilha eletrônica, com os dados estruturados em colunas.

Art. 176. Integram esta Lei:

I - Anexo I - Relação dos quadros orçamentários consolidados;

II - Anexo II - Relação das informações complementares ao Projeto de Lei Orçamentária de 2024;

III - Anexo III - Despesas que não serão objeto de limitação de empenho, nos termos do disposto no § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal;

IV - Anexo IV - Metas fiscais;

V - Anexo V - Riscos fiscais; e

VI - Anexo VI - Objetivos das políticas monetária, creditícia e cambial.

Art. 177. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

Brasília, 13 de Abril de 2023

Senhor Presidente da República,

1. Encaminho o anexo Projeto de Lei que “Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2024 e dá outras providências”, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 35, § 2º, inciso II, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

2. A Constituição Federal de 1988 determina que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deve compreender as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecer as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com a trajetória sustentável da dívida pública, orientar a elaboração da Lei Orçamentária Anual, dispor sobre as alterações na legislação tributária, estabelecer a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento, além de definir os limites e parâmetros para os demais Poderes, o Ministério Público da União (MPU) e a Defensoria Pública da União (DPU) elaborarem suas respectivas propostas orçamentárias.

3. A Lei de Responsabilidade Fiscal, por seu turno, detalha os instrumentos que devem ser adotados na LDO para a condução da política fiscal do governo, incluindo o estabelecimento de metas fiscais para cada exercício financeiro. Nesse sentido, deverão ser definidos pela LDO os critérios para a limitação de empenho das dotações aprovadas na Lei Orçamentária Anual (LOA), a serem aplicados aos Poderes, ao MPU e à DPU, explicitada a margem de expansão das despesas primárias obrigatórias de natureza continuada, bem como avaliados os riscos fiscais, e a situação atuarial e financeira dos regimes geral de previdência social e próprio dos servidores públicos, do Fundo de Amparo ao Trabalhador, além de outros fundos e programas dessa natureza.

4. O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024 (PLDO-2024) sinaliza novo modelo de governança para as prioridades e metas da União, que envolve maior integração com o planejamento governamental, além de evidenciar, no Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2024 (PLOA-2024), as despesas que contribuem para o seu alcance, e a elaboração de projeções de médio prazo. Tal formulação visa enfrentar limitações conhecidas do modelo anterior, relacionadas à identificação das despesas correspondentes, à definição de metas para cada prioridade e ao esclarecimento da natureza jurídica das metas. O modelo apresentado sinaliza o caminho a ser perseguido no futuro, em relação ao ciclo orçamentário, em especial, no tocante à elaboração de projeções de médio prazo. Como ocorre costumeiramente no primeiro ano de mandato do Chefe do Poder Executivo, no momento de envio do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, não haverá ainda o Projeto ou a Lei do Plano Plurianual (PPA) para o quadriênio seguinte. Por isso, observadas as regras gerais estabelecidas na LDO, a definição das prioridades e metas de 2024 será atribuída à lei do PPA 2024-2027.

5. Outro aspecto relevante diz respeito às regras sobre a governança de Agendas Transversais e Multissetoriais no orçamento, que incluem: (1) a identificação das programações

relacionadas a essas agendas nas Informações Complementares ao PLOA-2024; e (2) a divulgação de relatórios anuais após a execução do orçamento, até 30 de abril do ano subsequente. Tem-se como objetivo facilitar a gestão orçamentária das referidas Agendas; dar transparência aos compromissos assumidos pelo Governo federal com determinados públicos e temas, ampliando o exercício do controle social; e disponibilizar informações estruturadas que facilitem a apreciação e a alocação de recursos nessas agendas durante a tramitação do PLOA-2024. Cumpre salientar que esse arranjo não afasta as regras sobre disponibilização dos relatórios da Mulher no Orçamento e da Agenda Transversal e Multissetorial da Primeira Infância, presentes na LDO-2023, mas possibilita sua ampliação para outras agendas.

6. Em relação à meta de resultado primário, o PLDO-2024 propõe regra que dialoga diretamente com o novo arcabouço fiscal, citado no art. 6º da Emenda Constitucional nº 126, de 2 de dezembro de 2022. O Projeto estabelece meta de resultado primário de R\$ 0,00 (zero real), para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (OFSS), e prevê intervalo de tolerância em montante equivalente a 0,25% do Produto Interno Bruto (PIB) estimado para 2024, o que corresponde a R\$ 28.756.172.359,00, segundo os parâmetros adotados neste Projeto de Lei.

7. Ademais, uma vez que o art. 6º da citada Emenda prevê o encaminhamento, até 31 de agosto de 2023, de projeto de lei complementar com o objetivo de instituir regime fiscal sustentável, para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, o § 3º do art. 2º do Projeto antevê a possibilidade de que o novo arcabouço fiscal disponha sobre adequação dessa meta fiscal e do intervalo de tolerância, se necessário.

8. No cenário de não haver sanção da lei complementar referida acima, até a data mencionada, o art. 23 do PLDO-2024 pretende possibilitar o envio do PLOA com despesas condicionadas ao novo arcabouço fiscal. Tais despesas não poderiam ser executadas e não seriam consideradas para fins de demonstração de compatibilidade com a meta e o teto de gastos vigentes. Trata-se de sistemática semelhante à estabelecida para a regra de ouro, no art. 23 da LDO-2023 (art. 22 do PLDO-2024), que também prevê o envio no PLOA de despesas condicionadas à aprovação de proposição legislativa prevista na Constituição, pendente de aprovação pelo Congresso Nacional.

9. Conforme o cenário, essa regra poderá ser fundamental para a elaboração do PLOA-2024, dado que a ampliação dos limites individualizados estabelecidos no art. 107 do ADCT, de R\$ 145,0 bilhões, promovida pela EC nº 126, de 2022, aplica-se exclusivamente ao exercício financeiro de 2023, o que, associado às demais regras aplicáveis ao Teto de Gastos para 2024, resultará em espaço orçamentário irrealista, que não é capaz de proporcionar o adequado funcionamento da administração pública federal e a continuidade de políticas públicas essenciais.

10. Em relação ao Programa de Dispêndios Globais, de que trata o inciso XXII do Anexo II do PLDO-2024, o Projeto estabelece meta de déficit primário de R\$ 7.312.117.949,00 (sete bilhões, trezentos e doze milhões, cento e dezessete mil, novecentos e quarenta e nove reais). Além disso, propõe a exclusão das empresas dos Grupos Petrobras e da ENBPar da referida meta, que seguem regras de mercado e são administradas segundo princípios privados, as quais concorrem em igualdade de condições com outras empresas dos respectivos setores. Em anos anteriores, essa exclusão compreendia todas as empresas do Grupo Eletrobras, todavia, por conta do processo de privatização, somente a Eletronuclear permanece como empresa estatal, passando a ser subsidiária integral da ENBPar.

11. No tocante à transição de empresas estatais do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social para o Orçamento de Investimento, o PLDO-2024 propõe a simplificação das condições estabelecidas no § 2º do art. 6º da LDO-2023 para a apresentação de plano de sustentabilidade econômica e financeira. Cumpre observar que tal regra não implica a transferência da empresa estatal dependente para o Orçamento de Investimento, mas possibilita a apresentação de plano estruturado para melhoria de sua situação econômica e financeira e, ao término do prazo, o exame pormenorizado de sua

condição de dependência. Os requisitos atuais para apresentação do plano não criam incentivos adequados para a melhoria da situação econômica e financeira das empresas. Assim, apresenta-se novo critério para a admissibilidade da análise do plano de sustentabilidade, que envolve a comprovação de crescimento contínuo na arrecadação de receitas, e o atingimento de percentual equivalente a 80% da soma de todas as suas despesas de pessoal e custeio em geral.

12. Quanto ao mínimo para investimentos em andamento, o PLDO-2024 estabelece, no PLOA-2024, a proporção mínima de 9,2% do valor total de despesas primárias discricionárias do Poder Executivo para investimentos em andamento. Tal percentual é superior ao previsto na LDO-2023, de 8,8%, e, com base na metodologia adotada, decorre da ampliação desses investimentos em relação ao total de despesas discricionárias em 2023.

13. Outro aspecto relevante do PLDO-2024 diz respeito ao Fundo Especial de Financiamento de Campanhas (FEFC). Em 2024, haverá eleições municipais, e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, a qual estabelece normas para as eleições, dispõe que:

*Art. 16-C. O Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) é constituído por dotações orçamentárias da União em ano eleitoral, em valor ao menos equivalente:*

*(...)*

*II - ao percentual do montante total dos recursos da reserva específica a programações decorrentes de emendas de bancada estadual impositiva, que será encaminhado no projeto de lei orçamentária anual.*

14. O PLDO-2024 propõe estabelecer valor máximo para o FEFC, correspondente ao autorizado para essas despesas no exercício de 2022. Ademais, em sintonia com o disposto na Lei nº 9.504, de 1997, eventual ampliação do montante previsto no inciso I do art. 16-C da Lei em comento, poderá ser realizado com recursos da reserva para emendas de bancada estadual.

15. Cumpre ressaltar, ainda, a regra constante no art. 26 do PLDO-2024, que estabelece requisitos mínimos para a reestimativa de receitas e de despesas obrigatórias, durante a tramitação do PLOA. Como forma de aperfeiçoar e dar efetividade à regra constante no § 3º do art. 166 da Constituição, e orientar a elaboração da LOA-2024, o art. 26 do Projeto dispõe que as receitas e as despesas obrigatórias somente poderão ter a sua projeção alterada pelo Congresso Nacional se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal, fundamentado em manifestação de órgão técnico competente, a qual deverá ser acompanhada de memória de cálculo com parâmetros atualizados e baseados em estimativas oficiais.

16. O PLDO-2024 reforça a diretriz de priorização dos investimentos em andamento, conforme § 12 do art. 165 e § 20 do art. 166 da Constituição, mediante incentivo à alocação de emendas parlamentares nesses investimentos. Assim, para evitar o início e a paralisação de investimentos realizados com recursos decorrentes de emendas, o PLDO prevê que elas sejam destinadas, prioritariamente, a projetos em andamento, e quando dispuserem sobre o início de investimento com duração superior a um exercício financeiro ou cuja execução já tenha sido iniciada por emenda do autor, deverão ser objeto de emenda pelo mesmo autor, a cada exercício, até a conclusão do investimento. Essa regra já está presente na LDO-2023, em relação às emendas de bancada estadual, classificadas com RP 7, e passaria a compreender as outras modalidades de emendas parlamentares, de modo a promover a continuidade dos investimentos.

17. Por fim, o Capítulo IX do PLDO-2024 apresenta novas regras sobre o impacto orçamentário e financeiro de proposições legislativas e atos infralegais, que simplificam as disposições anteriores, sem criar restrições adicionais em relação às medidas compensatórias estabelecidas nos arts. 14 a 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal. De modo geral, a nova redação pretende dar maior clareza às condições para realização de renúncia de receita e aumento de Despesas

Obrigatórias de Caráter Continuado – DOCC. Entre as mudanças, foram excluídas as menções a atos que importem, “direta ou indiretamente”, renúncia ou aumento de despesa, previstas nos arts. 131 e 132 da LDO-2023, uma vez que aumentam a complexidade e reduzem a segurança jurídica. Também foram esclarecidos os procedimentos e requisitos aplicáveis aos atos infralegais, conferindo maior previsibilidade sobre sua análise pelos órgãos competentes.

18. Destaque-se que o presente Projeto de Lei é resultado da participação dos órgãos setoriais do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, ou equivalentes, dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União e dos diversos órgãos técnicos envolvidos no processo de elaboração e execução orçamentária.

19. Finalmente, cabe reiterar a importância do Projeto de Lei em comento para o regramento necessário à elaboração do Projeto e da Lei Orçamentária de 2024, sua aprovação e execução, e a consolidação de bases fiscais necessárias ao alcance do crescimento sustentável do País.

20. Nessas condições, submeto à sua consideração o referido Projeto de Lei, que “Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2024 e dá outras providências.”

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Simone Nassar Tebet*



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil

OFÍCIO Nº 180/2023/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador Rogério Carvalho  
Primeiro Secretário  
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento  
70165-900 Brasília/DF

**Assunto: Projeto de lei.**

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem do Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, relativa ao projeto de lei que “Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2024 e dá outras providências”.

Atenciosamente,

RUI COSTA  
Ministro de Estado da Casa Civil  
da Presidência da República



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 14/04/2023, às 11:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4161662** e o código CRC **C01A36C3** no site:  
[https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

## ANEXO I

### RELAÇÃO DOS QUADROS ORÇAMENTÁRIOS CONSOLIDADOS

I - receita e despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, isoladas e conjuntamente, segundo categorias econômicas, conforme o Anexo I à Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;

II - resumo das receitas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, isolado e conjuntamente, por categorias econômicas;

III - receitas de todas as fontes, por órgão e unidade orçamentária;

IV - resumo das despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, isolado e conjuntamente, por categorias econômicas e grupos de natureza de despesa;

V - despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, isoladas e conjuntamente, segundo o Poder, o órgão e a unidade orçamentária, por fontes de recursos e grupos de natureza de despesa;

VI - despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, isoladas e conjuntamente, segundo a função e a subfunção, e o programa;

VII - fontes de recursos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, isoladas e conjuntamente, por grupos de natureza de despesa;

VIII - despesas que podem ser consideradas para aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, e no art. 110 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com detalhamento dos valores por órgão e unidade orçamentária;

IX - programação referente à manutenção e ao desenvolvimento do ensino em nível de órgão, com detalhamento das fontes de recursos e dos valores por categoria de programação;

X - demonstrativo dos resultados primário e nominal do Governo Central, com detalhamento das receitas e despesas primárias e financeiras e a compatibilidade das despesas primárias orçamentárias com as necessidades de financiamento do Governo Central e os limites estabelecidos no art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

XI - serviço da dívida contratual e mobiliária por órgão e unidade orçamentária, com detalhamento das fontes de recursos e dos grupos de natureza de despesa;

XII - fontes de recursos que financiam as despesas do Orçamento da Seguridade Social, de forma a destacar as transferências do Orçamento Fiscal;

XIII - quadro com relação, em ordem alfabética, das ações classificadas na esfera da seguridade social, com indicação do órgão orçamentário e da dotação orçamentária;

XIV - demonstração da vinculação entre as ações orçamentárias constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e os programas do Plano Plurianual 2024-2027, com especificação das unidades orçamentárias executoras;

XV - relação das programações de que trata o art. 22 desta Lei, à conta de operações de crédito sujeitas à aprovação do Congresso Nacional por maioria absoluta; e

XVI - resumo das fontes de financiamento e da despesa do Orçamento de Investimento, por

órgão, função, subfunção e programa.

## ANEXO II

### RELAÇÃO DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2024

I - detalhamento dos custos unitários médios utilizados na elaboração dos orçamentos para investimentos em obras de infraestrutura, alocados em projetos, com justificativa dos valores adotados;

II - programação orçamentária, com detalhamento por operações especiais, relativa à concessão de empréstimos e aos respectivos subsídios, quando houver, no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

III - as informações sobre gastos por unidade federativa, com indicação dos critérios utilizados para distribuição dos recursos, em relação às áreas de:

- a) assistência social;
- b) educação;
- c) desporto;
- d) habitação;
- e) saúde;
- f) saneamento;
- g) transportes; e
- h) irrigação;

IV - despesa com pessoal e encargos sociais, por Poder, órgão e total, executada nos exercícios de 2021 e 2022, a execução provável em 2023 e o programado para 2024, com a indicação da representatividade percentual do total e por Poder em relação à receita corrente líquida, tal como definida na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, e demonstração da memória de cálculo;

V - memória de cálculo das estimativas para 2024, com indicação dos órgãos e das entidades de competência técnica responsável pela estimativa previstos em regulamento:

a) de cada despesa a seguir relacionada, mês a mês, de modo a explicitar separadamente as hipóteses e as justificativas quanto aos fatores que afetam o seu crescimento, incluídos o crescimento vegetativo e do número de beneficiários, os índices de reajuste dos benefícios vinculados ao salário mínimo e dos demais benefícios:

1. do Regime Geral de Previdência Social, com detalhamento dos benefícios urbanos, rurais e dos decorrentes de sentenças judiciais e da compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes de previdência de servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, assim como do impacto de eventuais medidas administrativas;

- 2. da Lei Orgânica de Assistência Social;
- 3. da renda mensal vitalícia;
- 4. do seguro-desemprego; e
- 5. do abono salarial;

b) do gasto com pessoal e encargos sociais, por órgão, com detalhamento dos valores

correspondentes aos concursos públicos, à reestruturação de carreiras, aos reajustes gerais e específicos, e às demais despesas relevantes;

c) da reserva de contingência e das transferências constitucionais aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios;

d) da complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb;

e) dos subsídios financeiros e creditícios concedidos pela União, que não incluirá os regimes tributários diferenciados de que trata a alínea “d” do inciso III do **caput** do art. 146 da Constituição, relacionados por espécie de benefício, com identificação, para cada um, do órgão gestor, do banco operador, da legislação autorizativa e da região contemplada, em cumprimento ao disposto no § 6º do art. 165 da Constituição, considerados:

1. a discriminação dos subsídios orçamentários, com identificação dos códigos das ações orçamentárias e dos efeitos sobre a obtenção do resultado primário (despesa primária ou financeira);

2. a discriminação dos subsídios não orçamentários, com identificação dos efeitos sobre a obtenção do resultado primário (despesa primária ou financeira);

3. os valores realizados em 2021 e 2022;

4. os valores estimados para 2023 e 2024, acompanhados de suas memórias de cálculo; e

5. o efeito nas estimativas de cada ponto percentual de variação no custo de oportunidade do Tesouro Nacional, quando aplicável; e

f) das despesas com juros nominais constantes do demonstrativo a que se refere o inciso X do Anexo I;

VI - demonstrativo dos efeitos, por região, decorrentes dos benefícios tributários, com indicação, por tributo, da perda de receita que lhes possa ser atribuída;

VII - demonstrativo da receita corrente líquida prevista na Proposta da Lei Orçamentária de 2024, de modo a explicitar a metodologia utilizada;

VIII - demonstrativo da desvinculação das receitas da União, por natureza de receita orçamentária;

IX - demonstrativo do cumprimento da regra de ouro;

X - demonstrativo da receita orçamentária e inclusão do efeito da dedução de receitas extraordinárias ou atípicas arrecadadas no período que servir de base para as projeções, que constarão do demonstrativo pelos seus valores nominais absolutos, de modo a destacar os seguintes agregados:

a) receitas primárias:

1. brutas e líquidas de restituições, administradas pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda, inclusive aquelas referentes à contribuição dos empregadores e trabalhadores para o Regime Geral de Previdência Social, com os exercícios de 2022 a 2024 apresentados mês a mês, de modo a destacar, para 2024, os efeitos da variação de índices de preços, das alterações da legislação, inclusive das propostas de alteração na legislação, que se encontrem em tramitação no Congresso Nacional, de iniciativa do Poder Executivo federal, e dos demais fatores que influenciem as estimativas;

2. concessões e permissões, por serviços outorgados, apresentadas mês a mês;

3. compensações financeiras;
4. receitas próprias e de convênios, apresentadas por órgão; e
5. demais receitas primárias; e

b) receitas financeiras:

1. operações de crédito;
2. receitas próprias, apresentadas por órgão; e
3. demais receitas financeiras;

XI - demonstrativo da previsão por unidade orçamentária, por órgão, por Poder, pelo Ministério Público da União e pela Defensoria Pública da União, e demonstrativo consolidado da União, dos gastos a seguir relacionados, com detalhamento da dotação orçamentária constante do Projeto de Lei Orçamentária de 2024, do número de beneficiários, do custo médio e do valor **per capita** praticado em cada unidade orçamentária, do número e da data do ato legal autorizativo do referido valor **per capita**:

- a) assistência médica e odontológica;
- b) auxílio-alimentação ou refeição;
- c) assistência pré-escolar; e
- d) auxílio-transporte;

XII - estoque da Dívida Ativa da União, no exercício de 2022, e as estimativas para os exercícios de 2023 e 2024, de modo a segregar por item de receita e identificar, separadamente, as informações relativas ao Regime Geral de Previdência Social;

XIII - resultados primários das empresas estatais federais nos exercícios de 2021 e 2022, de modo a destacar as principais empresas das demais, a execução provável para 2023 e a estimada para 2024, com separação, nas despesas, daquelas correspondentes a investimentos;

XIV - estimativas das receitas e das despesas adicionais, decorrentes do aumento do salário mínimo em um ponto percentual e em R\$ 1,00 (um real);

XV - conjunto de parâmetros estimados pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, utilizados na elaboração do Projeto de Lei Orçamentária de 2024, em formato de planilha eletrônica, que contenha, no mínimo, para os exercícios de 2023 e 2024, as variações real e nominal do Produto Interno Bruto - PIB, da massa salarial dos empregados com carteira assinada, do preço médio do barril de petróleo tipo **Brent**, em dólar dos Estados Unidos da América, e das taxas mensais, nesses dois exercícios, da média da taxa de câmbio do dólar dos Estados Unidos da América, da Taxa de Longo Prazo - TLP, das importações, exceto de combustíveis, das aplicações financeiras, do volume comercializado de gasolina e de **diesel**, da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic, do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, cuja atualização será encaminhada, em 22 de novembro de 2023, pelo Ministério do Planejamento e Orçamento ao Presidente da Comissão Mista de que trata o § 1º do art. 166 da Constituição;

XVI - em relação à dívida pública federal:

a) estimativas de despesas com amortização, juros e encargos da dívida pública mobiliária federal interna e da dívida pública federal externa, em 2024, de modo a segregar o pagamento devido ao Banco Central do Brasil e ao mercado;

b) estoque e composição percentual, por indexador, da dívida pública mobiliária federal interna e da dívida pública federal, junto ao mercado e ao Banco Central do Brasil, em 31 de dezembro dos três últimos anos, em 30 de junho de 2023, e as previsões para 31 de dezembro de 2023 e de 2024; e

c) demonstrativo, por identificador de doação e de operação de crédito, das dívidas agrupadas em operações especiais no âmbito dos órgãos “Encargos Financeiros da União” e “Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal”, em formato compatível com as informações constantes do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - Siafi;

XVII - cadastro de ações utilizado na elaboração da proposta orçamentária, em meio magnético, em formato de banco de dados para consulta, com, no mínimo, código, título, descrição, produto e unidade de medida de cada uma das ações;

XVIII - evolução da despesa da União, de acordo com as categorias econômicas e os grupos de natureza de despesa;

XIX - demonstrativo com as medidas de compensação às renúncias de receitas, em observância ao disposto no inciso II do **caput** do art. 5º da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal;

XX - demonstrativo do cumprimento do disposto no art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

XXI - atualização do anexo de riscos fiscais;

XXII - demonstrativo sintético, por empresa, do Programa de Dispêndios Globais, com informação das fontes de financiamento e detalhamento mínimo igual ao estabelecido no § 3º do art. 51 desta Lei e a previsão da sua aplicação;

XXIII - metodologia e estimativa da distribuição da despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social segundo a Classificação por Função de Governo das Nações Unidas (**Classification of Functions of Government**);

XXIV - relação das ações e dos respectivos subtítulos, discriminada por órgão e unidade orçamentária, nos quais serão apropriadas despesas de tecnologia da informação, inclusive **hardware**, **software** e serviços, a qual deverá ser mantida atualizada na internet; e

XXV - resumo e demonstrativo das programações vinculadas às Agendas Transversais e Multissetoriais selecionadas, contemplando no mínimo a participação da mulher nas despesas do orçamento e a Agenda Transversal e Multissetorial da Primeira Infância.

### **ANEXO III**

DESPESAS QUE NÃO SERÃO OBJETO DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 2º DO ART. 9º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000 - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

#### **Seção I**

##### **Das despesas primárias que constituem obrigações constitucionais ou legais da União**

- I - alimentação escolar (Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009);
- II - atenção à saúde da população para procedimentos em média e alta complexidade (Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990);
- III - piso de atenção primária à saúde (Lei nº 8.142, de 1990);
- IV - atendimento à população com medicamentos para tratamento de pessoas com síndrome da imunodeficiência adquirida e outras doenças sexualmente transmissíveis (Lei nº 9.313, de 13 de novembro de 1996);
- V - benefícios do Regime Geral de Previdência Social;
- VI - bolsa de qualificação profissional concedida ao trabalhador com contrato de trabalho suspenso (Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001);
- VII - cota-parte dos Estados e Distrito Federal exportadores na arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI (Lei Complementar nº 61, de 26 dezembro de 1989);
- VIII - Programa Dinheiro Direto na Escola (Lei nº 11.947, de 2009);
- IX - subvenção econômica no âmbito das Operações Oficiais de Crédito e dos Encargos Financeiros da União;
- X - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb (Emenda à Constituição nº 53, de 19 de dezembro de 2006, e Emenda à Constituição nº 108, de 26 de agosto de 2020);
- XI - Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos - Fundo Partidário, até o limite mínimo estabelecido no inciso IV do **caput** do art. 38 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995;
- XII - Fundo Especial de Financiamento de Campanha (art. 16-C da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997);
- XIII - complementação da União ao Fundeb (Emenda à Constituição nº 53, de 2006, e Emenda à Constituição nº 108, de 2020);
- XIV - promoção da assistência farmacêutica e insumos estratégicos na atenção básica em saúde (Lei nº 8.142, de 1990);
- XV - incentivo financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para execução de ações de vigilância sanitária (Lei nº 8.142, de 1990);
- XVI - incentivo financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios certificados para a vigilância em saúde (Lei nº 8.142, de 1990);
- XVII - indenizações e restituições relativas ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - Proagro incidentes a partir da data de entrada em vigor da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991;
- XVIII - pagamento do benefício abono salarial (Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990);
- XIX - pagamento do benefício de prestação continuada à pessoa idosa (Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993);
- XX - pagamento do benefício de prestação continuada à pessoa com deficiência (Lei nº 8.742, de 1993);
- XXI - pagamento do seguro-desemprego (Lei nº 7.998, de 1990);
- XXII - pagamento do seguro-desemprego ao pescador artesanal (Lei nº 10.779, de 25 de

novembro de 2003);

XXIII - pagamento do seguro-desemprego ao trabalhador doméstico (Lei nº 10.208, de 23 de março de 2001);

XXIV - pessoal e encargos sociais, exceto contribuição patronal para o plano de seguridade social do servidor público;

XXV - precatórios, requisições de pequeno valor, sentenças das empresas estatais dependentes, sentenças de anistiados políticos, sentenças de tribunais internacionais e cumprimento da decisão judicial em favor do Instituto Aerus de Seguridade Social (Processo nº 0010295-77.2004.4.01.3400);

XXVI - transferências aos Estados e ao Distrito Federal da cota-parte do salário-educação (§ 5º do art. 212 da Constituição);

XXVII - transferências constitucionais ou legais por repartição de receita;

XXVIII - transferências da receita de concursos de prognósticos (Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 - Lei Pelé, e Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006);

XXIX - benefícios aos servidores civis, empregados e militares e aos seus dependentes, relativos às despesas com auxílio-alimentação ou refeição, assistência pré-escolar, assistência médica e odontológica e auxílios-transporte, funeral, reclusão e natalidade, e salário-família;

XXX - subvenção econômica aos consumidores finais do sistema elétrico nacional interligado (Lei nº 10.604, de 17 de dezembro de 2002);

XXXI - subsídio ao gás natural utilizado para geração de energia termelétrica (Lei nº 10.604, de 2002);

XXXII - contribuição ao Fundo Garantia-Safra (Lei nº 10.700, de 9 de julho de 2003);

XXXIII - complemento da atualização monetária dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001);

XXXIV - manutenção da polícia civil, da polícia militar e do corpo de bombeiros militar do Distrito Federal e assistência financeira para execução de serviços públicos de saúde e educação (Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002);

XXXV - incentivo financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para ações de prevenção e qualificação da atenção em síndrome da imunodeficiência adquirida e outras doenças sexualmente transmissíveis e hepatites virais (Lei nº 8.142, de 1990);

XXXVI - pagamento de renda mensal vitalícia por idade (Lei nº 6.179, de 11 de dezembro de 1974);

XXXVII - pagamento de renda mensal vitalícia por invalidez (Lei nº 6.179, de 1974);

XXXVIII - pagamento do seguro-desemprego ao trabalhador resgatado de condição análoga à de escravo (Lei nº 10.608, de 20 de dezembro de 2002);

XXXIX - auxílio-reabilitação psicossocial aos egressos de longas internações psiquiátricas no sistema único de saúde - Programa de Volta Para Casa (Lei nº 10.708, de 31 de julho de 2003);

XL - apoio para aquisição e distribuição de medicamentos (componentes estratégico e especializado, inclusive hemoderivados) da assistência farmacêutica (Lei nº 8.142, de 1990);

XLI - bolsa-educação especial concedida aos dependentes diretos dos trabalhadores vítimas do acidente ocorrido na Base de Alcântara (Lei nº 10.821, de 18 de dezembro de 2003);

XLII - pagamento de benefícios concedidos em decorrência de previsão em legislação especial, inclusive das pensões especiais indenizatórias, das indenizações a anistiados políticos e das pensões do montepio civil federal;

XLIII - apoio ao transporte escolar (Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004);

XLIV - despesas relativas à aplicação das receitas de outorga de direitos de uso de recursos hídricos, a que se referem os incisos I, III e V do **caput** do art. 12 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997

(Lei nº 10.881, de 9 de junho de 2004);

XLV - transferência temporária aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios (Lei Complementar nº 176, de 29 de dezembro de 2020);

XLVI - ressarcimento às empresas brasileiras de navegação (Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, e Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007);

XLVII - assistência jurídica integral e gratuita ao cidadão carente (inciso LXXIV do **caput** do art. 5º da Constituição);

XLVIII - ressarcimento de recursos pagos pelas concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica (Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009);

XLIX - pagamento de indenização às concessionárias de energia elétrica pelos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou não depreciados (Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013);

L - imunobiológicos e insumos estratégicos para prevenção e controle de doenças (Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, e Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990);

LI - bolsa-educação especial concedida aos dependentes dos militares das Forças Armadas falecidos na República do Haiti (Lei nº 12.257, de 15 de junho de 2010);

LII - remissão de dívidas decorrentes de operações de crédito rural (Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010);

LIII - compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social (Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011);

LIV - fardamento dos militares das Forças Armadas (alínea “h” do inciso IV do **caput** do art. 50 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, art. 2º da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, e art. 61 ao art. 64 do Decreto nº 4.307, de 18 de julho de 2002) e dos ex-Territórios (alínea “d” do inciso I do **caput** do art. 2º e art. 65 da Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002);

LV - indenização devida a ocupantes de cargo efetivo das carreiras e planos especiais de cargos, em exercício nas unidades situadas em localidades estratégicas vinculadas à prevenção, ao controle, à fiscalização e à repressão dos delitos transfronteiriços (Lei nº 12.855, de 2 de setembro de 2013);

LVI - transferência aos Entes Federativos para o pagamento complementar dos vencimentos dos agentes comunitários de saúde (§ 5º, § 7º e § 9º do art. 198 da Constituição e art. 9º-C da Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006);

LVII - transferência aos Entes Federativos para o pagamento complementar dos vencimentos dos agentes de combate a endemias (§ 5º, § 7º e § 9º do art. 198 da Constituição e art. 9º-C da Lei nº 11.350, de 2006);

LVIII - movimentação de militares das Forças Armadas (alíneas “b” e “c” do inciso I do **caput** do art. 2º e inciso X do **caput** e alínea “a” do inciso XI do **caput** do art. 3º da Medida Provisória nº 2.215-10, de 2001) e dos ex-Territórios (alíneas “b” e “c” do inciso I do **caput** do art. 2º e art. 65 da Lei nº 10.486, de 2002);

LIX - auxílio-familiar e indenização de representação no exterior devidos aos servidores públicos e militares em serviço no exterior (alíneas “a” e “b” do inciso III do **caput** do art. 8º da Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972);

LX - Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro - Sisceab (alínea “c” do inciso XII do **caput** do art. 21 da Constituição, incisos I e II do **caput** do art. 18 da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, e art. 8º da Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973);

LXI - Fundo Penitenciário Nacional - Funpen (Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, e Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 347/DF, de 2015);

LXII - despesas do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP (Lei nº 10.201, de 14 de

fevereiro de 2001, Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, Decreto nº 9.609, de 12 de dezembro de 2018, e Medida Cautelar na Ação Cível Originária nº 3.329/DF, de 2019);

LXIII - despesas relacionadas à manutenção e à ampliação da rede de balizamento marítimo, fluvial e lacustre (alínea “d” do inciso XII do **caput** do art. 21 da Constituição, incisos I e II do **caput** do art. 17 da Lei Complementar nº 97, de 1999, art. 2º e art. 6º do Decreto-Lei nº 1.023, de 21 de outubro de 1969, e art. 1º do Decreto nº 70.198, de 24 de fevereiro de 1972);

LXIV - auxílio-inclusão às Pessoas com Deficiência (Lei nº 14.176, de 22 de junho de 2021);

LXV - transferência direta e condicionada de renda às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (Medida Provisória nº 1.164, de 2 de março de 2023);

LXVI - apoio aos entes federativos por meio do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – IGD (Medida Provisória nº 1.164, de 2023);

LXVII - Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (Lei nº 14.399, de 8 de julho de 2022);

LXVIII - habilitação e reabilitação profissional dos segurados, inclusive aposentados, da Previdência Social (art. 90 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991);

LXIX - registro e fiscalização de produtos controlados (Lei nº 10.834, de 29 de dezembro de 2003);

LXX - contribuições regulares estabelecidas por acordo internacional, celebrado entre a República Federativa do Brasil e organismos internacionais, e as integralizações de cotas para a constituição inicial do capital de bancos e fundos internacionais, constituídos de acordo com as normas do direito internacional público, que tenham sido internalizados no ordenamento jurídico brasileiro consoante o rito previsto no inciso I do **caput** do art. 49 e no inciso VIII do **caput** do art. 84 Constituição; e

LXXI - assistência financeira complementar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o Pagamento do Piso Salarial dos Profissionais da Enfermagem (§ 14 do art. 198 da Constituição).

## **Seção II**

### **Das despesas financeiras que constituem obrigações constitucionais ou legais da União**

I - financiamento de programas de desenvolvimento econômico a cargo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (§ 1º do art. 239 da Constituição);

II - contribuição patronal para o plano de seguridade social do servidor público (pessoal e encargos sociais);

III - serviço da dívida; e

IV - financiamentos no âmbito do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO (Lei nº 10.633, de 2002).

## **Anexo IV**

### **Metas Fiscais**

#### **Introdução**

(Art. 4º, § 1º, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000)

---

A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estabelece, em seu artigo 4º, que integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias o Anexo de Metas Fiscais. Em cumprimento a essa determinação legal, o referido Anexo inclui os seguintes demonstrativos:

- a) Avaliação do cumprimento das metas relativas a 2022;
- b) Metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas aos resultados nominal e primário e montante da dívida, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, evidenciando a consistência das metas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional;
- c) Evolução do patrimônio líquido, também nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;
- d) Avaliação de projeções atuariais:
  - do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, elaborada pela Secretaria de Previdência, do Ministério da Previdência Social, SPREV/MPS, com base em modelo demográfico-atuarial, levando em conta a estrutura previdenciária existente, o comportamento demográfico, a trajetória do mercado de trabalho e transições da condição de contribuinte para a inatividade para determinação dos montantes de receita e de despesa;
  - do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Civis, elaborada pela SPREV/MPS;
  - do Regime de Previdência dos Militares, elaborada pelo Ministério da Defesa - MD;
  - dos Benefícios de Prestação Continuada da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, elaborada pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, tomando por base o modelo de concessão de benefícios, sua tendência, a evolução do nível de renda da população e o comportamento demográfico; e
  - do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, considerando o desempenho econômico-financeiro do fundo e as projeções de receitas e despesas;
- e) Demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita; e
- f) Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

**Anexo IV**  
**Metas Fiscais**  
**IV.1 Anexo de Metas Fiscais Anuais**  
(Art. 4º, § 1º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000)

---

**ANEXO DE METAS ANUAIS**

**A) Introdução**

O Anexo de Metas Fiscais integra o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - PLDO, tendo em vista a determinação contida no § 1º do art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. No referido Anexo, são estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

Nesse sentido, são apresentadas as perspectivas econômicas com base no cenário projetado para os exercícios de 2024 a 2026, com a estimativa dos principais parâmetros macroeconômicos necessários à elaboração do cenário fiscal referente a esse período. Com base em tais projeções, são definidos os objetivos e a estratégia de política fiscal para os próximos anos, assim como mencionadas as medidas necessárias para seu atingimento.

Posteriormente, é apresentado o cenário fiscal para os exercícios de 2024 a 2026, contendo as projeções de resultado primário para o setor público não-financeiro consolidado, junto com a estimativa dos principais agregados de receitas e despesas primárias do Governo Central para aqueles anos. Também são explicitados os resultados nominais obtidos no período em questão, dado o cenário estabelecido, bem como a trajetória da dívida pública.

**B) Perspectivas Econômicas**

Em 2022, o PIB variou 2,9%, após alta de 5,0% no ano anterior. A desaceleração no ritmo de atividade ocorreu em todos os setores produtivos. No caso da atividade agropecuária, houve retração de 1,7%, ante alta de 0,3% em 2021. Na Indústria, a atividade desacelerou de 4,8% para 1,6%, enquanto em Serviços a desaceleração foi de 5,2% para 4,2%. Pela ótica da demanda, o consumo das famílias cresceu 4,3%, superior à alta de 3,7% do ano anterior. O consumo do governo, no entanto, desacelerou de 3,5% para 1,5% e a FBCF arrefeceu de 16,5% para 0,9%. As importações desaceleraram para 0,8%, ante 12,0% em 2021, e as exportações variaram 5,5%, ante 5,9% no ano anterior.

A desaceleração da atividade em 2022 ocorreu em paralelo à desaceleração do saldo e das concessões de crédito bancário e ao aumento das taxas de juros. No mercado

de capitais privado, houve redução das emissões de títulos privados e aumento dos *spreads*, e não ocorreram novas emissões primárias de ações ao longo de todo o segundo semestre de 2022.

A redução no ritmo de crescimento deve permanecer sendo observada ao longo de 2023, repercutindo os efeitos defasados do ciclo de elevação dos juros sobre a atividade e mercado de crédito. O alto patamar de endividamento, comprometimento de renda e inadimplência das famílias deve seguir afetando o consumo e as atividades no setor de Serviços, enquanto na Indústria, o alto custo do crédito tende a dificultar a tomada de novos empréstimos para investimentos produtivos. No mercado de crédito, além dos altos juros, deve pesar o aumento da aversão a risco decorrente da reduzida liquidez em âmbito mundial.

Dentre os vetores positivos para a atividade em 2023, destaca-se a perspectiva de safra recorde de grãos, que deve impulsionar o setor agropecuário. A indústria extrativa mineral deverá se beneficiar com as projeções de maior crescimento na China, enquanto algum impulso também poderá ser observado na indústria de construção, com o retorno do Programa de Aceleração do Crescimento e do Minha Casa, Minha Vida.

Vale destacar, ainda, o impacto positivo que as medidas e os programas de proteção social e de facilitação do crédito podem gerar na atividade, contrabalanceando o cenário no mercado de crédito. Destacam-se, nesse sentido, a elevação real do valor do salário-mínimo, a implementação de proposta de maior faixa de isenção de imposto de renda, os novos programas de transferência de renda (Bolsa-Família) e de renegociação de dívidas das famílias (Desenrola) e a extensão do prazo de contratação e carência do Pronampe e PEAC.

A conjunção desses fatores deve levar a um crescimento de 1,6% do PIB em 2023. Para 2024, no entanto, a projeção é de crescimento de 2,34%. O ciclo monetário mais expansionista tanto no cenário doméstico como no internacional deverá trazer contribuições positivas para o ritmo de atividade, ao contrário do esperado para 2023. As reformas tributária, regulatória e fiscal também devem colaborar para impulsionar a atividade econômica, permitindo a redução estrutural dos juros e facilitando decisões de investimento e consumo.

Nos anos seguintes, a economia deverá contar, adicionalmente, com a maturação dos investimentos previstos no Plano de Transição Ecológica que, em consonância com a redução da desigualdade e aumento da inclusão, deverá elevar a taxa de crescimento de longo prazo para um patamar de 2,50% ao ano.

Para a inflação, a expectativa é que o processo de desaceleração em curso se mantenha em 2023. Projeta-se desaceleração do IPCA de 5,8% em 2022 para 5,3% em 2023. O processo de convergência dos preços tem como premissa principal um arrefecimento pronunciado na inflação de alimentação no domicílio e de bens industriais, repercutindo a normalização das cadeias de produção, antes afetadas pela pandemia e pela guerra na Ucrânia. A desinflação em serviços deverá ser mais intensa para serviços subjacentes, em resposta à abertura do hiato do produto. Para os preços monitorados, em contrapartida, a expectativa é de aceleração, repercutindo o retorno

dos impostos em combustíveis e maiores reajustes para tarifas com alguma parcela de indexação.

De 2024 em diante, projeta-se IPCA dentro do intervalo da meta. Em 2024, a variação esperada para o índice é de 3,5% e nos anos posteriores, a previsão é de convergência para o centro da meta, de 3,0%.

Para o INPC, a projeção é de variação de 5,16% em 2023, ante 5,93% em 2022. A desaceleração mais acentuada nos preços de alimentação no domicílio em paralelo à reoneração dos combustíveis explica a menor variação prevista para esse índice comparativamente ao IPCA. Nos anos posteriores, a inflação medida pelo índice deverá girar em torno de 3,10%.

O IGP-DI de 2023 deve fechar em 3,85%, de 5,03% em 2022. A desaceleração deverá ser verificada para todos os subíndices de preço, com destaque para a desinflação do IPA. Nos anos seguintes, a perspectiva é de variação em cerca de 3,50%.

As projeções de taxa over Selic e de câmbio no cenário considerado são similares às medianas do Focus/BCB. Para a Selic, o mercado projeta desaceleração gradual, enquanto para o câmbio, a expectativa é de estabilidade, em torno de R\$/US\$ 5,25-5,30. As cotações consideradas para o Brent seguem as de contratos futuros e evidenciam expectativa de queda gradual dos preços do petróleo, de US\$ 78,06/barril em 2024 para US\$ 73,67/barril em 2025 e US\$ 70,22/barril em 2026.

Para o salário-mínimo, considerou-se correção pelo INPC, em consonância com o previsto no inciso IV do Art. 7º da Constituição Federal, acrescida de ganho real para a base de 2023. Nesse cenário, e ainda considerando expansão média de 3,93% ao ano para o rendimento nominal e de 0,51% ao ano para a população ocupada com carteira, a massa salarial nominal deve variar aproximadamente 4,45% na média de 2024 a 2026.

**Tabela 1: Grade de Parâmetros Macroeconômicos**

| PARÂMETROS                            | 2024     | 2025     | 2026     |
|---------------------------------------|----------|----------|----------|
| PIB real (%)                          | 2,3      | 2,8      | 2,4      |
| PIB nominal (R\$ bilhões)             | 11.502,5 | 12.322,0 | 13.083,0 |
| IPCA acumulado (%)                    | 3,5      | 3,0      | 3,0      |
| INPC acumulado (%)                    | 3,3      | 3,1      | 3,1      |
| IGP-DI acumulado (%)                  | 3,8      | 3,5      | 3,5      |
| Taxa Over - SELIC Acum ano (%)        | 11,1     | 9,4      | 8,8      |
| Taxa de Câmbio Média (R\$/US\$)       | 5,3      | 5,3      | 5,3      |
| Preço Médio do Petróleo (US\$/barril) | 78,1     | 73,7     | 70,2     |
| Valor do Salário Mínimo (R\$ 1,00)    | 1.389    | 1.435    | 1.481    |
| Massa Salarial Nominal (%)            | 5,5      | 4,1      | 3,8      |

Fonte: SPE/MF. Elaboração: SOF/MPO.

## **C) Estratégia de Política Fiscal**

### **C.1) Introdução**

O objetivo central da política fiscal no médio prazo é proporcionar à população o acesso aos serviços públicos garantidos como direitos constitucionais, a manutenção, retomada e inauguração de políticas públicas com foco na melhoria do bem-estar social, a suavização de ciclos econômicos, concomitantemente ao controle da trajetória de crescimento da dívida pública em relação ao Produto Interno Bruto (PIB). Para tanto, o governo federal busca o equilíbrio das contas públicas por intermédio do controle e do monitoramento do crescimento da despesa, bem como o acompanhamento e revisão da arrecadação dos tributos federais, tomando medidas tempestivas para a correção de desvios, maior equidade quanto ao custeamento do Estado de bem-estar social e prevenção quanto à materialização de riscos fiscais com impacto relevante nos curto e médio prazos.

Políticas fiscais bem elaboradas e que tenham componente anticíclico, mas dentro de um arcabouço que prima por responsabilidade fiscal, podem mitigar os problemas sociais que atualmente assolam a população brasileira, como a fome, a precarização dos serviços públicos e a desigualdade.

No contexto atual, uma diretriz importante que a política fiscal deve buscar é mitigar os efeitos adversos das mudanças climáticas e, ao mesmo tempo, aumentar o bem-estar da população. Os efeitos oriundos das mudanças climáticas continuarão a aumentar a frequência e a gravidade dos desastres naturais, além de trazerem impactos adversos para a vida cotidiana da população. Além da perda de vidas humanas, os efeitos das mudanças climáticas podem aumentar a taxa de incidência de determinadas doenças, destruir propriedades comerciais e privadas, danificar a infraestrutura, reduzir a produtividade agrícola e desacelerar o crescimento econômico. Além disso, a perda de receitas fiscais e o aumento dos gastos públicos para mitigação dos efeitos, assistência e reconstrução podem sobrecarregar os orçamentos dos governos. Sem políticas fiscais proativas e de planejamento, esses custos podem impedir ou reverter os ganhos de desenvolvimento obtidos até o momento.

Para criar a capacidade para que a política fiscal possa atender a esses objetivos, o Governo Federal tem o objetivo explícito de conter o déficit público, de modo a criar as condições para a redução da taxa de juros, harmonizando política fiscal e monetária. No que se refere às medidas planejadas pelo governo federal com este intuito, a atuação ocorrerá em três frentes: i) recomposição da carga tributária que foi reduzida em percentual do PIB em 2022 a partir de benefícios tributários e desonerações; ii) revisão e análise de despesas; e iii) definição de um novo arcabouço fiscal, crível e sustentável, para dar sustentabilidade fiscal ao crescimento das despesas e ancorar expectativas acerca da trajetória da dívida pública. A reforma tributária também será um importante pilar da condução da política fiscal, já que prima por promover ganhos de eficiência na economia brasileira e, com isso, impulsionar o crescimento e as receitas. Vale ressaltar

que, do ponto de vista da carga tributária, a reforma da tributação do consumo será fiscalmente neutra.

## **C.2) Recomposição de receitas e revisão e análise de despesas**

Em relação à recomposição de receitas e revisão de despesas, deve-se destacar que ainda no mês de janeiro o Ministério da Fazenda anunciou um primeiro conjunto de iniciativas que, se realizadas em sua totalidade, podem reduzir o déficit fiscal previsto no orçamento de 2023 (de 2,2% do Produto Interno Bruto (PIB) - R\$ 231,6 bilhões).

Do lado da receita, as medidas incluem: (i) reestimativa de receitas em relação ao projetado no Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) de 2023, no montante de R\$ 36,4 bilhões; (ii) ações de receitas permanentes, no valor de R\$ 83,28 bilhões, incluindo medidas relacionadas a PIS/Cofins sobre receita financeira e combustíveis, medidas de redução de litigiosidade no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), entre as quais destacam-se o programa "Litígio Zero" de renegociação de dívidas tributárias e de incentivo a denúncias espontâneas, e exclusão do ICMS da base de cálculo dos créditos do PIS/COFINS, em conformidade com decisão prévia do Supremo Tribunal Federal (STF); e (iii) ações de receitas extraordinárias, no valor de R\$ 73 bilhões, referentes a receitas primárias com ativos do PIS/PASEP e aos impactos das mesmas medidas de redução de litigiosidade no CARF e de incentivo a denúncias espontâneas. O impacto esperado sobre a receita seria da ordem de R\$ 193 bilhões. A seguir, essas medidas serão mais bem detalhadas.

**O Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal (PRLF)**, também conhecido por "**Programa Litígio Zero**", é originário da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1, de 12 de janeiro de 2023. Trata-se de uma medida excepcional de regularização fiscal, podendo ser utilizada por intermédio da realização da transação resolutiva de litígio administrativo tributário no âmbito da Delegacia da Receita Federal de Julgamento (DRJ), no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) e de pequeno valor no contencioso administrativo ou inscrito em Dívida Ativa da União. São os principais objetivos do programa: (i) permitir, mediante concessões recíprocas, a resolução de conflitos sociais; (ii) permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego e da renda dos trabalhadores; (iii) assegurar que a cobrança dos créditos tributários em contencioso administrativo tributário seja realizada de forma a ajustar a expectativa de recebimento à capacidade de geração de resultados dos contribuintes; e (iv) efetivar o princípio constitucional da razoável duração dos processos no âmbito da Administração Tributária Federal. Os créditos serão classificados em ordem decrescente de recuperabilidade, sendo: créditos tipos A (com alta perspectiva de recuperação); créditos tipos B (com média perspectiva de recuperação); créditos tipo C (considerados de difícil recuperação); ou créditos tipo D (considerados irrecuperáveis).

São considerados irrecuperáveis os créditos tributários em contencioso administrativo fiscal, no rito do Decreto nº 70.235/1972, há mais de 10 anos. Além disso, conforme o disposto no Capítulo II da Portaria PGFN nº 6.757/2022, serão considerados irrecuperáveis se, entre outros quesitos, os créditos estiverem inscritos em Dívida Ativa há mais de 15 anos e sem anotação atual de garantia ou suspensão de exigibilidade ou com exigibilidade suspensa por decisão judicial, nos termos do art. 151, IV ou V, da Lei nº 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), há mais de 10 anos. Em relação a um valor mínimo de prestação, qualquer que seja a modalidade de pagamento escolhida, o valor mínimo da prestação será de R\$ 100 para a pessoa física, de R\$ 300 para a microempresa ou a empresa de pequeno porte, e de R\$ 500 para pessoa jurídica, hipótese em que o número de prestações deverá se ajustar ao valor do débito incluído na transação. No que se refere ao prazo de adesão ao PRLF, foi determinado das 8 horas de 1º de fevereiro de 2023 até às 19 horas (horário de Brasília) de 31 de março de 2023.

A Secretaria Especial da Receita Federal poderá oferecer métodos preventivos para a autorregularização de obrigações principais ou acessórias relativas a tributos por ela administrados, e estabelecer programas de conformidade para prevenir conflitos e assegurar o diálogo e a compreensão de divergências acerca da aplicação da legislação tributária. A comunicação ao sujeito passivo, para fins de resolução de divergências ou inconsistências, realizada previamente à intimação, não configura início de procedimento fiscal. Assim, o contribuinte poderá regularizar sua situação fiscal sem a cobrança de multas. Até 30 de abril de 2023, na hipótese de o sujeito passivo confessar e, concomitantemente, efetuar o pagamento do valor integral dos tributos devidos, após o início do procedimento fiscal e antes da constituição do crédito tributário, fica afastada a incidência da multa de mora e da multa de ofício. Isso se refere exclusivamente aos procedimentos fiscais iniciados até a data de entrada em vigor da MP.

No conjunto de medidas anunciadas para a recuperação da situação fiscal, outro destaque foi a situação avaliada pela equipe econômica como insustentável no âmbito do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF)**. O estoque de processos administrativos no Conselho vem oscilando em torno de 100 mil desde 2018. O valor, que girava em torno de R\$ 600 bilhões entre dezembro de 2015 e dezembro de 2019, saltou para mais de R\$ 1 trilhão em outubro de 2022. A Medida Provisória nº 1.160, de 12 de janeiro de 2023, revoga o fim do voto de qualidade no CARF, para que o governo federal tenha o voto final nas decisões do Conselho, ao contrário do que ocorre hoje. Atualmente, na hipótese de empate, o contribuinte vence o embate com a União, o que vai contra os interesses da sociedade.

Além disso, a Medida Provisória nº 1.159, de 12 de janeiro de 2023, exclui o **Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) da incidência e da base de cálculo dos créditos do Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)**. Dessa forma, o

governo federal acata a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) relacionada à matéria.

No Recurso Extraordinário nº 574.706, o STF decidiu que o ICMS não integra a base de cálculo de incidência da contribuição para o PIS/Pasep e Cofins. Essa decisão vincula à administração tributária federal, por força do disposto nos artigos 19 e 19-A da Lei nº 10.522/2002. Dessa forma, quando uma empresa vende uma mercadoria ou presta um dos serviços alcançados pelo imposto, o ICMS relativo a essa operação deixou de ser considerado como receita para fins de apuração das contribuições. No entanto, quando a empresa compra uma mercadoria ou serviço, o ICMS relativo a essa operação ainda seria considerado como parte integrante do crédito das referidas contribuições, distorcendo o regime de apuração não cumulativa e causando o esvaziamento na arrecadação das contribuições, cujo valor é destinado à Seguridade Social. A MP anunciada instrumentaliza a adequação do entendimento relativo à exclusão do ICMS, tanto na incidência sobre as receitas, quanto na base de cálculo dos créditos das contribuições. Além disso, consolida em lei a obrigatoriedade de o contribuinte realizar a exclusão do ICMS da base de cálculo dos créditos das contribuições.

Assim, com essa medida, o objetivo do governo é afastar a insegurança jurídica em relação aos creditamentos. Os tributos PIS/Pasep e Cofins não serão calculados sobre o ICMS e, coerentemente, os créditos tampouco serão computados dessa forma, evitando-se, com isso, o duplo creditamento.

Deve-se destacar que os créditos tributários são decorrentes de tributos pagos a mais ao longo da cadeia produtiva e que podem ser devolvidos às empresas ou usados para o abatimento no pagamento de outros tributos. O governo definiu que os créditos de PIS/Cofins não serão calculados sobre o ICMS, apenas sobre a base de cálculo determinada pelo STF, o que trará aumento de arrecadação para a União.

O governo editou a Medida Provisória nº 1.163, de 28 de fevereiro de 2023, com a reoneração parcial do PIS/COFINS da gasolina e do etanol. Considera-se que a gasolina e o etanol estarão completamente reonerados a partir de julho. Na gasolina, o imposto volta para 47 centavos por litro, comparado a 69 centavos anteriormente, enquanto para o álcool, será de 2 centavos (ante 24 centavos), com uma cobrança menor nesse combustível pelo fato de ser renovável. Além da reoneração parcial, o governo também anunciou um imposto sobre exportações de petróleo cru de 9,2%, a valer por 4 meses, de maneira a compensar a reoneração apenas parcial dos combustíveis.

O quadro fiscal tem se mostrado compatível com o déficit esperado para o ano de 2023. Por um lado, a arrecadação das receitas federais desacelerou de forma mais gradual do que o esperado, permitindo resultados positivos para a União no início do ano. Por sua vez, a reoneração dos tributos federais sobre os combustíveis, ainda que de forma parcial, pode contribuir na recomposição das receitas.

Do lado da despesa, as medidas anunciadas também em janeiro de 2023 levariam a uma redução de cerca de R\$ 50 bilhões, destacando-se a revisão de contratos e programas do governo federal, com economia estimada em R\$ 25 bilhões.

**No que se refere aos Contratos Administrativos e Políticas Públicas**, a Portaria Interministerial nº 01, de 11 de janeiro de 2023, assinada conjuntamente pelo Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento e Orçamento, assim como Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, dispõe sobre a implementação de ações voltadas à avaliação e ao aprimoramento da política de gestão de custos e de programas no âmbito do poder Executivo federal, com o objetivo de aumentar a capacidade de investimentos da União. Essas ações têm como foco a revisão e renegociação de contratos administrativos para a supressão de parcela quantitativa de objeto contratual, bem como a diminuição de valores contratuais mediante acordo entre as partes, observada a legislação. O disposto na portaria se aplica aos contratos administrativos com valores superiores a R\$ 1 milhão.

Os órgãos da Administração direta do Executivo federal deverão avaliar a necessidade de manutenção dos contratos administrativos vigentes que envolvam o dispêndio de recursos financeiros, bem como as condições atualmente ajustadas. Constatada a necessidade de manutenção dos contratos administrativos, os órgãos deverão realizar tratativas para renegociação, observadas as normas e princípios de contratação pública, em especial, quanto à publicidade, eficiência e economicidade. A renegociação dos contratos administrativos deve visar à obtenção de redução dos valores residuais. Uma vez constatada desnecessária a manutenção dos contratos administrativos, deve ser avaliada a possibilidade de extinção por acordo entre as partes, de extinção unilateral ou de escoamento da sua vigência sem nova prorrogação, observadas as hipóteses previstas na legislação.

Os órgãos da Administração direta do Executivo federal deverão, no prazo máximo de 60 dias – a contar da data de publicação da portaria –, encaminhar ao Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (CMAP) relatório intermediário contendo descritivo do estágio em que se encontra a revisão e renegociação. No prazo máximo de 180 dias, encaminhar ao CMAP relatório final contendo informações sobre os instrumentos que foram reduzidos e aqueles que foram extintos, esclarecendo os resultados alcançados em função da renegociação realizada, bem como a economia de recursos produzida em decorrência da respectiva extinção ou revisão.

Por sua vez, o Decreto nº 11.380, de 12 de janeiro de 2023, dispõe sobre a avaliação relacionada à manutenção de **Restos a Pagar** não processados. Determina a implementação de ações, no âmbito da Administração direta do Poder Executivo federal, para avaliação quanto à manutenção de saldo de Restos a Pagar não processados, com o objetivo de avaliar a pertinência e a adequação de sua manutenção. O disposto no decreto se aplica aos Restos a Pagar com valores superiores a R\$ 1 milhão. A Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda promoverá, no prazo de até cinco dias após a data de publicação do decreto, o bloqueio, em contas contábeis específicas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), dos Restos a Pagar não processados dos órgãos do Executivo federal inscritos até o exercício de 2022. Não serão objeto de bloqueio os Restos a Pagar não processados

relativos a despesas do Ministério da Saúde; decorrentes de emendas individuais impositivas discriminadas com identificador de resultado primário 6, cujos empenhos tenham sido emitidos a partir do exercício financeiro de 2016; e aqueles decorrentes de emendas de iniciativa de bancada de parlamentares de estado ou do Distrito Federal impositivas discriminadas com identificador de resultado primário 7, cujos empenhos tenham sido emitidos a partir do exercício financeiro de 2020. As unidades gestoras responsáveis pela execução das despesas poderão desbloquear os Restos a Pagar não processados ou, alternativamente, solicitar o cancelamento dos saldos, na hipótese de inadequação, respectivamente, do bloqueio ou da manutenção dos saldos.

Caso se efetivem parcialmente os impactos esperados de todas as ampliações de receitas e reduções de despesas anunciadas, a estimativa é que o déficit primário do governo central em 2023 deverá situar-se entre 0,5% e 1% do PIB, o que representa uma melhora em relação ao déficit previsto ao final de 2022 de pelo menos 1,2 p.p. do PIB.

### **C.3) Novo Arcabouço de Regras Fiscais**

Desde sua adoção em 2000, a **Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF** (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000) constituiu a pedra angular do arcabouço fiscal institucional no Brasil. A LRF fortaleceu a transparência e a disciplina fiscal em todos os níveis de governo por meio da previsão de tetos para os gastos com pessoal e de metas anuais para o resultado primário.

Não conseguiu, no entanto, impedir aumentos substanciais do gasto primário, especialmente em anos de expansão econômica, e queda relevante dos gastos nos anos de retração econômica, mostrando-se altamente pró-cíclica. Além disso, em anos mais recentes, a LRF não conseguiu conter a expansão da dívida pública em proporção do PIB. Alguns requisitos previstos na LRF não chegaram a ser implementados, incluindo a definição pelo Senado Federal de um teto para a dívida federal em relação às receitas líquidas e a criação de um Conselho de Gestão Fiscal encarregado de garantir transparência e padrões contábeis uniformes em todo o setor público. Com a deterioração do cenário econômico nos anos 2010, que contou com baixa taxa de crescimento real média ao longo da década (1,4% a.a), somada à deterioração do resultado primário dada a rigidez das despesas obrigatórias, a LRF passou a não mais se sustentar como um marco fiscal que servisse de âncora para as expectativas. Assim, o governo federal ficou sem âncora para orientar a condução da política fiscal.

A regra do **Teto de Gastos** instituída pela Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, representou o estabelecimento de um novo marco fiscal no país, que previa disciplinar a expansão das despesas primárias a partir do seu congelamento em termos reais. A EC nº 95 estabeleceu limite para as despesas primárias por um período de vinte exercícios financeiros, corrigido pela taxa de inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

A adoção dessa regra contribuiu para, inicialmente, moderar a trajetória de crescimento dos gastos, mas sua característica pouco flexível mostrou-se inadequada frente à continuidade dos efeitos negativos do pós-pandemia de Covid-19. Embora os gastos primários tenham caído acentuadamente em 2021 em relação ao PIB, refletindo em parte a recuperação do PIB nominal, as pressões sobre a regra se intensificaram, levando à aprovação de aumento de despesas fora do teto estabelecido. Além disso, o cumprimento da regra tem sido alcançado em grande parte por meio de cortes nos investimentos federais, a fim de acomodar a expansão dos gastos obrigatórios e a garantia de espaço para as emendas parlamentares impositivas. A redução do investimento público para os menores patamares da série histórica, a não concessão de ganhos reais ao salário-mínimo, o congelamento dos salários do funcionalismo público, o sub financiamento de gastos sociais importantes como saúde pública, o insucesso na melhoria da eficiência alocativa no Orçamento e o incentivo à concessão de gastos tributários, são características importantes que marcam a inadequação do teto de gastos estabelecido pela EC nº 95. Além disso, a excessiva rigidez, inevitavelmente acompanhada de escapes, fez com que esta regra não cumprisse seu objetivo de ancorar as expectativas dos agentes econômicos em relação à atuação fiscal do Governo Federal.

Esses desenvolvimentos tornaram cada vez mais evidente o fato de que, para permanecer eficaz no longo prazo, um novo arcabouço fiscal precisaria ser apoiado em uma estratégia que evitasse a excessiva rigidez imposta pelo EC nº 95, de modo a recuperar o protagonismo da política fiscal, suavizando ciclos, sem que isso representasse o não cumprimento da regra, permitindo um maior nível de ancoragem das expectativas dos agentes.

O novo arcabouço fiscal do país deve ter o objetivo de fortalecer a credibilidade e o protagonismo da política fiscal, garantir trajetória sustentável da dívida pública e conceder mais flexibilidade e espaço fiscal aos investimentos públicos e programas que reduzam as desigualdades sociais.

A Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022, determina em seu artigo 6º que o Presidente da República deverá encaminhar ao Congresso Nacional, até 31 de agosto de 2023, projeto de lei complementar com o objetivo de instituir regime fiscal crível e sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do país e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico. Em resumo, o equilíbrio fiscal intertemporal é condição necessária para que haja políticas sociais sustentáveis.

Em 30 de março de 2023, o governo federal, por meio do Ministério da Fazenda, anunciou os principais aspectos que irão compor a proposta do novo arcabouço de regras fiscais, em substituição ao Teto de Gastos que vigora desde 2016 e limita o crescimento das despesas ao ano anterior, corrigido pelo IPCA. Em linhas gerais, no novo arcabouço de regras fiscais a ser proposto pelo Poder Executivo, haverá uma combinação de limite de despesas, mais flexível que o Teto de Gastos, com uma meta de resultado primário para o Governo Central. O conjunto de normas deverá garantir a retomada de investimentos e recompor a base econômica com responsabilidades fiscal e social, além de ser essencial para a estabilidade macroeconômica, redução da inflação,

bem como estímulo ao investimento privado e internacional. Destacam-se a seguir os principais aspectos:

(i) crescimento real da despesa primária limitado a 70% da variação real da receita;

(ii) independente da variação real da receita, o crescimento real da despesa primária deve respeitar o limite inferior de 0,6% e o limite superior de 2,5%;

(iii) essa limitação para o crescimento da despesa é um mecanismo de ajuste anticíclico para impedir o aumento exacerbado em momentos de crescimento econômico (e consequente aumento da arrecadação) e queda em caso de baixo crescimento econômico ou recessão (quando a receita tende a ter desempenho igualmente ruim);

(iv) meta de resultado primário do Governo Central terá intervalo de tolerância de 0,25 ponto percentual do PIB para cima e para baixo em cada ano;

(v) aplicação de mecanismos de correção: caso o resultado primário do Governo Central fique abaixo do limite inferior do intervalo de tolerância, o crescimento máximo das despesas no ano seguinte cai de 70% para 50% do crescimento da receita; e

(vi) caso o resultado primário do Governo Central fique acima do limite superior do intervalo de tolerância, o excedente poderá ser usado para investimentos públicos.

#### **C.4) Reforma Tributária**

No Brasil, a elevada complexidade tributária gera distorções alocativas pelos altos custos de conformidade e de transição, resultando em uma enorme quantidade de litígios entre contribuintes e autoridades fiscais, elevando as despesas para as empresas e gerando insegurança jurídica. Além disso, o sistema tributário desencoraja o investimento estrangeiro, e não transfere riqueza para a população mais necessitada. Entre os problemas no formato atual estão a base fragmentada, que resulta em distorções, e a cumulatividade, que não gera créditos e que onera a produção do país de forma heterogênea, prejudicando setores com elevado valor agregado, e distorcendo a competitividade frente ao produto importado, prejudicando a produção nacional. Além disso, o contribuinte brasileiro gasta uma quantidade excessiva de tempo e recursos financeiros para cumprir a legislação tributária em constante alteração, bem como cumprir obrigações acessórias. Essa complexidade tem reflexos na produtividade, no incentivo ao investimento e, consequentemente, no crescimento econômico sustentável, equilibrado e inclusivo. Ainda, a atual estrutura tributária concede uma série de benesses tributárias, tanto às maiores empresas, quanto às pessoas mais ricas, facilitando o planejamento tributário e a elisão fiscal, de modo que reforça as desigualdades sociais.

A reforma tributária, que tem sido discutida de forma simultânea à proposta do novo arcabouço fiscal, terá como foco a simplificação dos impostos indiretos, na direção

de uma tributação do consumo sobre o valor adicionado, no primeiro momento. Estudos mostram que a migração do sistema tributário atual para o novo modelo possibilitará um elevado aumento no potencial de crescimento do país, além do potencial de reduzir a desigualdade. Essa reforma visa a eliminação de redundâncias e ineficiências, no intuito de minimizar esses custos e melhorar o ambiente de negócios. Ao simplificar e modernizar o sistema tributário brasileiro, essa reforma irá gerar efeitos positivos na produtividade e no crescimento econômico. Esse maior crescimento permitirá ao país realizar um menor esforço fiscal para estabilizar a sua dívida pública como proporção do PIB. Um sistema tributário bem desenhado está, em geral, ligado a maior criação de novas empresas e formalização da economia e, portanto, a maior crescimento econômico.

No segundo momento, o foco será a tributação da renda, eliminando distorções atualmente presentes nesse tipo de tributação no Brasil. O sistema tributário também deve se tornar mais progressivo, aumentando a participação dos impostos diretos na carga tributária.

A redução do número de impostos e o fim da cumulatividade, a maior transparência em relação ao que é efetivamente pago de impostos pelo consumidor, o compartilhamento de informações entre as autoridades fiscais e a adoção de sistemas tributários automáticos e universais, com menos espaço para exceções e regimes especiais, podem aumentar a eficiência da arrecadação tributária e estimular o cumprimento. Um sistema tributário mais simples também irá melhorar o ambiente de negócios e aumentará a competitividade, com efeitos positivos na arrecadação de impostos. Em resumo, a Reforma Tributária será uma oportunidade de gerar ganhos de simplificação e de eficiência, podendo colaborar inclusive com a recomposição de receitas a partir de seu efeito sobre o crescimento após aumentos de gastos e desonerações tributárias implementadas em 2022.

### **C.5) Considerações Finais**

Em resumo, a definição de um arcabouço fiscal capaz de garantir a sustentabilidade fiscal crível e sustentável, bem como a implementação de uma agenda de crescimento e eficiência, sob a forma de uma reforma tributária e investimentos, pode produzir condições para um processo mais célere de convergência da taxa de juros para patamares considerados neutros em termos reais, bem como alterar a percepção quanto à capacidade futura de crescimento do PIB.

A agenda econômica que promova estabilidade, previsibilidade, crescimento com maior inserção global da economia brasileira, especialmente no tema ambiental, abre espaço para a continuidade e ampliação de políticas públicas que reduzam as desigualdades sociais, que por sua vez também impulsionam o crescimento econômico, já que dotam de capacidade de consumo aqueles em que a propensão a consumir é maior. O aumento do consumo das famílias amplia a rentabilidade do investimento,

gerando efeitos virtuosos sobre o investimento privado. Esses temas irão interagir com o novo arcabouço de regras fiscais capaz de garantir a sustentabilidade fiscal.

Por fim, as Reformas Tributárias, tanto do consumo quanto da renda, avançarão na direção de um sistema tributário mais simplificado, com menores custos de fornecimento de informações às autoridades fiscais por parte das empresas e diminuição dos litígios tributários, mais eficiente e mais arrecadatário para o fisco, bem como na direção de um instrumento de redução das desigualdades. Essa reforma contribuirá também para impulsionar o crescimento econômico e reduzir as desigualdades, objetivos principais do Governo Federal.

#### **D) Perspectivas fiscais**

Tomando-se como base o cenário macroeconômico projetado, procedeu-se à estimativa dos principais agregados de receitas e despesas primárias, para o período compreendido entre 2024 e 2026. Conforme demonstrado na Tabela 2 a seguir, a projeção para governo central é de resultado primário neutro em 2024, seguido de superávits primários crescentes nos dois anos seguintes.

**Tabela 2: Trajetória estimada do Resultado Primário**

| Esfera de Governo                        | 2024        |       | 2025        |       | 2026        |       |
|--|-------------|-------|-------------|-------|-------------|-------|
|  | R\$ bilhões | % PIB | R\$ bilhões | % PIB | R\$ bilhões | % PIB |
| Governo Central                          | 0,00        | 0,00  | 61,61       | 0,50  | 130,83      | 1,00  |
| Estatais Federais                        | -7,31       | -0,06 | -5,66       | -0,05 | -6,66       | -0,05 |
| Estados, Distrito Federal e Municípios** | -6,00       | -0,05 | 1,00        | 0,01  | 1,10        | 0,01  |
| Setor Público Não Financeiro             | -13,31      | -0,12 | 56,95       | 0,46  | 125,27      | 0,96  |

\*\* Indicativo.

Fonte: SOF/MPO e STN/MF.

Em que pese a expectativa de geração de superávit primário a partir de 2025 no âmbito do Setor Público Não Financeiro, as projeções ainda apontam para crescimento da dívida pública ao longo do próximo triênio, conforme se observa na Tabela 3. Tal quadro é explicado pela projeção de taxas de juros reais acima da taxa estrutural de equilíbrio, levando o custo real de financiamento da dívida pública a ficar superior à taxa real de crescimento da economia, o que dificulta a estabilização da dívida no período sob análise, mesmo à luz de um cenário de superávit primário.

No entanto, em um cenário alternativo, no qual a taxa básica de juros convirja para a taxa estrutural ainda dentro do triênio, possível com a materialização da consolidação fiscal em curso, a trajetória da dívida assumiria contornos mais favoráveis antes do horizonte final das projeções.

**Tabela 3: Projeções de Variáveis Fiscais**

| Variáveis (em % do PIB)  | 2024  | 2025  | 2026  |
|--|-------|-------|-------|
| Projeção de Resultado Primário do Setor Público Não-Financeiro | -0,12 | 0,46  | 0,96  |
| Resultado Nominal do Setor Público Não-Financeiro              | -7,20 | -6,18 | -5,48 |
| Dívida Líquida do Setor Público                                | 64,11 | 66,23 | 67,95 |
| Dívida Bruta do Governo Geral                                  | 77,73 | 78,46 | 79,28 |

Fonte: SOF/MPO e STN/MF.

No que tange especificamente à meta de resultado primário definida para o Governo Central, o art. 2º do PLDO-2024 estabelece uma meta déficit primário de R\$ 0 (zero real) para 2024, levando em consideração o cenário e parâmetros econômicos postos. Mais detalhes das projeções das receitas e despesas que embasaram a estipulação das metas ora apresentadas encontram-se na Tabela 4 abaixo.

**Tabela 4: Detalhamento das Variáveis Fiscais**

LRF, art. 4º, § 1º Preços Correntes

| ESPECIFICAÇÃO  | 2024             |              | 2025            |              | 2026             |              |
|--|------------------|--------------|-----------------|--------------|------------------|--------------|
|  | R\$ Milhões      | % PIB        | R\$ Milhões     | % PIB        | R\$ Milhões      | % PIB        |
| <b>A. GOVERNO CENTRAL</b>  | <b>0,0</b>       | <b>0,00</b>  | <b>61.610,1</b> | <b>0,50</b>  | <b>130.830,1</b> | <b>1,00</b>  |
| I - Receita Primária Total   | 2.682.922,6      | 23,32        | 2.880.059,3     | 23,37        | 3.069.592,6      | 23,46        |
| I.1 - Receita Administrada pela RFB Líquida de Incentivos Fiscais, exceto RGPS | 1.787.382,6      | 15,54        | 1.939.405,2     | 15,74        | 2.078.318,4      | 15,89        |
| I.2 - Arrecadação Líquida para o RGPS  | 636.360,2        | 5,53         | 665.106,5       | 5,40         | 693.022,7        | 5,30         |
| I.3 - Receitas Não Administradas pela RFB                                      | 259.179,7        | 2,25         | 275.547,6       | 2,24         | 298.251,5        | 2,28         |
| II - Transferências por Repartição de Receitas                                 | 533.312,4        | 4,64         | 585.954,7       | 4,76         | 626.760,1        | 4,79         |
| III - Receita Primária Líquida (I - II)  | 2.149.610,1      | 18,69        | 2.294.104,7     | 18,62        | 2.442.832,4      | 18,67        |
| IV - Despesa Primária Total  | 2.149.610,1      | 18,69        | 2.232.494,6     | 18,12        | 2.312.002,4      | 17,67        |
| IV.1 - Benefícios Previdenciários  | 918.310,2        | 7,98         | 959.217,4       | 7,78         | 1.005.085,6      | 7,68         |
| IV.2 - Pessoal e Encargos Sociais  | 385.745,9        | 3,35         | 397.088,8       | 3,22         | 406.056,3        | 3,10         |
| IV.3 - Outras Despesas Obrigatórias  | 309.972,9        | 2,69         | 317.503,5       | 2,58         | 348.073,9        | 2,66         |
| IV.4 - Despesas do Poder Executivo sujeitas à Programação Financeira           | 535.581,2        | 4,66         | 558.684,9       | 4,53         | 552.786,6        | 4,23         |
| IV.4.1 - Obrigatórias com Controle de Fluxo                                    | 339.229,3        | 2,95         | 351.272,8       | 2,85         | 362.018,5        | 2,77         |
| IV.4.2 - Discricionárias   | 196.351,9        | 1,71         | 207.412,0       | 1,68         | 190.768,1        | 1,46         |
| V - Resultado Primário Gov. Central (III - IV)                                 | 0,0              | 0,00         | 61.610,1        | 0,50         | 130.830,1        | 1,00         |
| V.1 Resultado do Tesouro Nacional e Banco Central                              | 281.949,9        | 2,45         | 355.721,0       | 2,89         | 442.893,0        | 3,39         |
| V.2 Resultado da Previdência Social  | -281.949,9       | -2,45        | -294.110,9      | -2,39        | -312.063,0       | -2,39        |
| <b>B - EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS - META DE RESULTADO PRIMÁRIO</b>             | <b>-7.312,1</b>  | <b>-0,06</b> | <b>-5.659,3</b> | <b>-0,05</b> | <b>-6.663,2</b>  | <b>-0,05</b> |
| <b>C - GOVERNO FEDERAL - META DE RESULTADO PRIMÁRIO (A+B)</b>                  | <b>-7.312,1</b>  | <b>-0,06</b> | <b>55.950,8</b> | <b>0,45</b>  | <b>124.166,8</b> | <b>0,95</b>  |
| <b>D - GOVERNOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS - RESULTADO PRIMÁRIO**</b>              | <b>-6.000,0</b>  | <b>-0,05</b> | <b>1.000,0</b>  | <b>0,01</b>  | <b>1.100,0</b>   | <b>0,01</b>  |
| <b>E - SETOR PÚBLICO NÃO FINANCEIRO - RESULTADO PRIMÁRIO (C+D)</b>             | <b>-13.312,1</b> | <b>-0,12</b> | <b>56.950,8</b> | <b>0,46</b>  | <b>125.266,8</b> | <b>0,96</b>  |

Preços Constantes de 2023 (IGP-DI) (R\$ milhões)

| ESPECIFICAÇÃO  | 2024             | 2025            | 2026             |
|--|------------------|-----------------|------------------|
| <b>A. GOVERNO CENTRAL</b>  | <b>0,0</b>       | <b>57.154,9</b> | <b>117.299,6</b> |
| I - Receita Primária Total   | 2.577.905,1      | 2.671.793,9     | 2.752.136,1      |
| I.1 - Receita Administrada pela RFB Líquida de Incentivos Fiscais, exceto RGPS | 1.717.419,2      | 1.799.161,2     | 1.863.379,3      |
| I.2 - Arrecadação Líquida para o RGPS  | 611.451,2        | 617.010,7       | 621.350,4        |
| I.3 - Outras Receitas  | 249.034,7        | 255.621,9       | 267.406,4        |
| II - Transferências por Repartição de Receitas                                 | 512.437,0        | 543.582,6       | 561.940,8        |
| III - Receita Primária Líquida (I - II)  | 2.065.468,1      | 2.128.211,3     | 2.190.195,4      |
| IV - Despesa Primária Total  | 2.065.468,1      | 2.071.056,4     | 2.072.895,7      |
| IV.1 - Benefícios Previdenciários  | 882.364,8        | 889.853,6       | 901.139,9        |
| IV.2 - Pessoal e Encargos Sociais  | 370.646,7        | 368.374,1       | 364.062,0        |
| IV.3 - Outras Despesas Obrigatórias  | 297.839,6        | 294.543,9       | 312.076,2        |
| IV.4 - Despesas do Poder Executivo sujeitas à Programação Financeira           | 514.617,0        | 518.284,7       | 495.617,6        |
| IV.4.1 - Obrigatórias com Controle de Fluxo                                    | 325.950,9        | 325.871,3       | 324.578,7        |
| IV.4.2 - Discricionárias   | 188.666,1        | 192.413,5       | 171.038,9        |
| V - Meta do Resultado Primário Gov. Central (III - IV)                         | 0,0              | 57.154,9        | 117.299,6        |
| V.1 Resultado do Tesouro Nacional e Banco Central                              | 270.913,6        | 329.997,8       | 397.089,1        |
| V.2 Resultado da Previdência Social  | -270.913,6       | -272.842,9      | -279.789,5       |
| <b>B - EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS - META DE RESULTADO PRIMÁRIO</b>             | <b>-7.025,9</b>  | <b>-5.250,1</b> | <b>-5.974,1</b>  |
| <b>C - GOVERNO FEDERAL - META DE RESULTADO PRIMÁRIO (A+B)</b>                  | <b>-7.025,9</b>  | <b>51.904,8</b> | <b>111.325,5</b> |
| <b>D - GOVERNOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS - RESULTADO PRIMÁRIO**</b>              | <b>-5.765,1</b>  | <b>927,7</b>    | <b>986,2</b>     |
| <b>E - SETOR PÚBLICO NÃO FINANCEIRO - RESULTADO PRIMÁRIO (C+D)</b>             | <b>-12.791,0</b> | <b>52.832,5</b> | <b>112.311,7</b> |

\*\* Indicativo.  
Fonte: Órgãos Diversos. Elaboração: SOF/MPO.

A meta de resultado primário do Governo Central para o PLDO-2024 foi acrescida de intervalo de tolerância, semelhante ao mecanismo em discussão no novo arcabouço fiscal, mas passível de implementação independente de aprovação da proposta. Nesse sentido, o PLDO-2024 fixa a meta de resultado primário para o Governo Central em R\$ 0,00 (zero real) em 2024, admitindo, como limite superior, superávit primário de R\$ 28.756.172.359,00, e, como limite inferior, déficit primário no mesmo montante, equivalentes a 0,25% do PIB projetado para 2024. A obtenção de resultado primário

acima do limite superior do intervalo não implicaria descumprimento da meta estabelecida.

Quanto ao Teto de Gastos introduzido pela EC nº 95, regra ainda vigente, o PLDO-2024 prevê a possibilidade de envio do PLOA-2024 com despesas condicionadas à aprovação da lei complementar de que trata a EC nº 126, caso essa ainda não tenha sido sancionada. Dessa forma, a projeção de despesas primárias constantes da Tabela 4 contempla essa possibilidade, de modo a conciliar a regra vigente – o Teto de Gastos estabelecido pela EC 95/16 – com o novo arcabouço fiscal. Nesse sentido, projeta-se que, para 2024, R\$ 172,0 bilhões ficariam condicionados à aprovação do Projeto de Lei Complementar referente ao novo arcabouço fiscal, o que torna premente a sua aprovação. Para 2025 e 2026, estima-se que o montante de despesas condicionadas crescerá para R\$ 188,0 bilhões e R\$ 188,5 bilhões respectivamente.

Feitas essas considerações, vale ressaltar que as projeções de receitas e despesas primárias e os limites fiscais podem vir a ser ajustados a depender do novo regramento e das novas medidas que surgirem.

#### **E) Previsão de Agregado Fiscal para Investimentos em Andamento**

A EC nº 102/2019 introduziu, no art. 165, o § 12, que estabelece que integrará a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, para o exercício a que se refere e, pelo menos, para os 2 (dois) exercícios subsequentes, anexo com previsão de agregados fiscais e a proporção dos recursos para investimentos que serão alocados na Lei Orçamentária Anual - LOA para a continuidade daqueles em andamento.

Com vistas a cumprir tal disposição e o estabelecido no art. 19 do PLDO 2024, está prevista a proporção de 9,2% do valor total das despesas discricionárias do Poder Executivo para a continuidade dos investimentos em andamento.

Para fins de concepção da proporção para investimentos em andamento para 2024, utilizou-se a participação das dotações em investimentos em ações orçamentárias do tipo projeto no total das despesas discricionárias do Poder Executivo. Nesse cálculo, o numerador é dado pelo somatório dos valores do grupo de natureza de despesa 4 (investimentos) das despesas discricionárias, marcadas com identificador de resultado primário (RP) 2, alocados em ações tipo projeto no âmbito do Poder Executivo no PLOA 2023 e que atendem aos requisitos definidos para investimentos em andamento, nos termos do art. 20 da LDO 2023 (Lei 14.436, de 9 de agosto de 2022). Já o denominador, como mencionado, corresponde ao total das despesas discricionárias do Poder Executivo no PLOA 2023.

O referido percentual incide sobre a previsão para o agregado fiscal referente a valores das despesas discricionárias projetados no item IV.4.2 – Discricionárias da Tabela 5 -Detalhamento das Variáveis Fiscais deste anexo para o período de 2024 a 2026, possibilitando a obtenção das previsões de valores agregados destinados à alocação da

proporção de recursos para investimentos em andamento para cada lei orçamentária do período.

A adoção de um percentual fixo visa preservar a participação dos recursos alocados para tal finalidade no total das despesas discricionárias, tendo em vista o estoque ainda significativo de investimentos em andamento.

Também nessa perspectiva, o art. 20 do PLDO 2024 estabelece regras para a inclusão de novas ações/subtítulos na Lei Orçamentária Anual – LOA. O objetivo é contribuir para que os investimentos em andamento recebam os recursos necessários para a sua conclusão.

## **ANEXO DE METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES**

### **A) Estimativa das Receitas Primárias para 2024 a 2026**

#### **Receita administrada pela RFB**

As receitas primárias administradas pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), em sua maioria, são estimadas tendo como base a arrecadação histórica recente, em geral relativa aos últimos doze meses, com aplicação dos parâmetros macroeconômicos adequados a cada uma.

Consideram ainda o efeito das alterações na legislação tributária, como, para 2024, a recomposição das alíquotas do PIS/Cofins e da CIDE sobre OS combustíveis e a retirada do ICMS da base dos créditos do PIS e da Cofins.

Nas projeções de receitas foram incorporados os efeitos na arrecadação tributária de medidas legislativas que se encontram em discussão no Poder Executivo e que implicaram aumento de R\$ 155,7 bilhões na arrecadação das receitas administradas pela RFB, em 2024.

#### **Arrecadação para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS)**

As receitas previdenciárias também são projetadas em função de uma base de arrecadação, e aplicação de parâmetros macroeconômicos, notadamente referentes ao mercado de trabalho (massa salarial nominal e salário-mínimo). Para 2024, as estimativas consideraram o fim da vigência da desoneração sobre a folha de salários.

#### **Adicional do Frete para Renovação da Marinha Mercante – AFRMM**

As estimativas do AFRMM, para 2024, tomaram como base as projeções da arrecadação para 2023, os efeitos das alterações nos parâmetros macroeconômicos e, principalmente, os resultados esperados do Decreto 11.374/23, que recompôs as alíquotas do Adicional de Frete da Marinha Mercante".

#### **Receitas não administradas pela RFB**

Esse item compreende as receitas com concessões e permissões, complemento para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Contribuição ao Plano de Seguridade do Servidor, Contribuição do Salário-Educação, Exploração de Recursos Naturais, Dividendos e Participações, Receitas Próprias, Convênios, Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia, Taxas por Serviços Públicos, Pensões Militares, entre outras.

As receitas de concessões e permissões consideram contratos vigentes; sendo utilizada a previsão de IPCA constante da grade de parâmetros macroeconômicos da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda (SPE/MF), de 27 de março de 2023, como referência para atualização monetária das parcelas de outorga até sua data de vencimento.

O cálculo da maioria das receitas que constituem o item Contribuição ao Plano de Seguridade do Servidor (CPSS) considera a arrecadação em 2022, atualizada pelo IPCA previsto para o período de 2023 a 2026, conforme a grade de parâmetros da SPE/MF.

A estimativa da Contribuição do Salário-Educação considera os últimos doze meses arrecadados até fevereiro de 2023, corrigidos pela massa salarial nominal.

A Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Hídricos e a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais consideram em suas estimativas a média móvel dos últimos doze meses arrecadados até fevereiro de 2023. Já a Utilização de Recursos Hídricos de Itaipu considera os últimos doze meses arrecadados até fevereiro de 2023, corrigidos pelo câmbio médio e pelo crescimento real do PIB.

No caso da Compensação Financeira – Petróleo e Gás Natural foram utilizados como parâmetros para a elaboração das projeções de royalties e participação especial as informações sobre as estimativas de taxas de câmbio, as expectativas para o Barril de Petróleo Brent e as projeções de produções de petróleo e gás natural fornecidas pelas concessionárias, através do Programa Anual de Produção (PAP), em cumprimento ao disposto na Portaria ANP nº 100/2000.

A estimativa das receitas com Comercialização de Petróleo (excedente em óleo) é elaborada pela empresa estatal Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA) com base nos seguintes parâmetros: Taxa de Câmbio; Preço de Venda – curva de preço spot do petróleo Brent (EPE – Caderno de Preços PDE 2032) com dedução de spread médio US\$ 10,59/bbl para os exercícios de 2024 e 2025, e sem dedução para o exercício de 2026.

Em relação às receitas de Dividendos destaca-se que o valor dos dividendos da Petrobrás em 2023 foi elevado em decorrência do anúncio feito pela empresa em 1º de março de 2023, de pagamento de dividendos complementares na ordem de R\$ 11,0 bilhões para a União, que serão corrigidos pela SELIC até os meses de pagamento, que deverão ocorrer em maio, junho e dezembro.

A estimativa das Receitas Próprias Primárias em sua maioria considera os últimos 12 meses arrecadados, corrigidos pelo IPCA e pelo crescimento real do PIB. Algumas estimativas contaram com a participação dos órgãos e unidades setoriais. Destaca-se: Leilão da Folha do INSS, no valor de R\$ 6,2 bilhões; Serviços de Navegação do Fundo Aeronáutico, no valor de R\$ 1,9 bilhões; Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos do Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT, no valor de R\$ 1,5 bilhão; Contribuição para Fundos de Assistência Médico-Hospitalar e Social do Fundo do

Exército, no valor de R\$ 1,4 bilhão; e Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização do INPI, no valor de R\$ 0,5 bilhão.

As projeções de receitas provenientes de Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia assim como no grupo das próprias, em sua maioria consideram os últimos doze meses arrecadados, corrigidos pelo IPCA e pelo crescimento real do PIB. Algumas estimativas contaram com a participação dos órgãos e unidades setoriais, e outras se basearam na média dos últimos três exercícios ou na média móvel dos últimos 12 meses, a depender das características específicas de cada uma delas.

Em relação às receitas provenientes da Contribuição para o Custeio das Pensões Militares, considera-se a arrecadação em 2022, atualizada pelo IPCA previsto para o período 2023-2026, de acordo com a grade de parâmetros da SPE/MF, de 27/03/2023.

A projeção das “Demais Receitas”, em sua maioria, considera os últimos doze meses arrecadados, corrigidos pelo IPCA e pelo crescimento real do PIB. Merecem destaque: a Restituição de Despesas Primárias de Exercícios Anteriores, estimadas em R\$ 2,6 bilhões; Restituição de Convênios – R\$ 988,9 milhões, Ressarcimento por Operadoras de Seguros Privados de Assistência à Saúde, no valor de R\$ 911,1 milhões; Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa, no valor de R\$ 861,6 milhões; CONDECINE, no valor de R\$ 806,4 milhões; Multas da Legislação Anticorrupção Oriundas de Acordos de Leniência, no valor de R\$ 572,8 milhões; e Transação Resolutiva de Litígios de Receitas Não Administradas pela RFB, no valor de R\$ 544,4 milhões.

## **B) Estimativa das Despesas Primárias para 2024 a 2026**

### **Benefícios Previdenciários**

A despesa com Benefícios Previdenciários engloba os benefícios que compõem o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), como aposentadorias, pensões, demais auxílios, sentenças judiciais e a despesa relativa à compensação entre os regimes de previdência. Os parâmetros que mais influenciam a estimativa desses gastos são as variações na massa salarial, o crescimento vegetativo dos benefícios e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) apurado pelo IBGE, que corrige também o salário mínimo, além do crescimento ou retração do PIB. Cumpre notar que o comportamento da despesa no período recente tem sido afetado por diversos fatores, que atuam em diferentes direções com efeito de majorá-la ou reduzi-la, de que são exemplos: a Emenda Constitucional nº 103/2019, a Lei nº 13.846/2019, a reversão do represamento dos requerimentos de benefícios e a antecipação do pagamento do abono (13º), entre outros fatores. A existência de um importante estoque de requerimentos de benefícios sem análise por parte do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) adiciona um componente de incerteza ao crescimento vegetativo dessa despesa.

### **Pessoal e Encargos Sociais**

As projeções para as despesas com pessoal e encargos sociais consideram o crescimento vegetativo da folha de pagamentos, que decorre de estudos das séries históricas, bem como a incorporação do efeito anualizado, de 2024 a 2026, de incrementos que devem ser realizados em 2023, decorrentes, por exemplo, de contratações temporárias, remanejamento de cargos, retorno dos anistiados de que trata a Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994, inclusão de militares e servidores dos ex-territórios em quadro em extinção da União, prevista nas Emendas Constitucionais nºs 60, de 11 de novembro de 2009, 79, de 27 de maio de 2014, e 98, de 6 de dezembro de 2017, acordos coletivos e dissídios das estatais dependentes e Banco de Professor-Equivalente e o Quadro de Referência dos Cargos de Técnico-Administrativos em Educação, nos termos dos Decretos nºs 7.232, de 19 de julho de 2010; 7.311 e 7.312, ambos de 22 de setembro de 2010; 7.485, de 18 de maio de 2011 e 8.260, de 29 de maio de 2014, além das anualizações das autorizações contidas no Anexo V, da Lei nº 14.535, de 17 de janeiro de 2023, autorizações específicas de que trata o art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição Federal, e o art. 116, inciso IV, da Lei nº 14.436, de 09 de agosto de 2022, LDO-2023, relativas a despesas de pessoal e encargos sociais para 2023, especialmente no que tange à pactuação realizada junto às entidades representativas das servidoras e servidores públicos federais do Poder Executivo civil no âmbito da Mesa Nacional de Negociação Permanente – MNNP, para a concessão de reajuste. No caso dos reajustes dos militares, considera-se os efeitos da anualização da parcela de 2023.

Esse item de despesa abrange também aquelas com sentenças judiciais de Pessoal e Encargos Sociais, projetadas com base nos dados dos requisitórios apresentados pelo Poder Judiciário e conforme novas regras introduzidas pelas Emendas Constitucionais nº 113 e 114/2021, e aquelas com Pessoal e Encargos Sociais do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF).

### Outras Despesas Obrigatórias

Esse agregado compreende o conjunto de despesas obrigatórias cujo rito de execução orçamentária e financeira não se submete à programação mensal dos gastos estabelecidas pelo Poder Executivo. Estão compreendidas as despesas de custeio e investimento primárias dos Poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público da União e Defensoria Pública da União que, apesar de grande parte serem classificadas como despesas discricionárias, na perspectiva do demonstrativo, para o Poder Executivo, têm tratamento de despesas obrigatórias na sua totalidade, haja vista sua condição constitucional disposta no art. 168:

“Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, ser-lhes-ão

entregues até o dia 20 de cada mês, em duodécimos, na forma da lei complementar a que se refere o art. 165, § 9º”.

Além das despesas dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, os principais itens de despesa obrigatórias são:

- (i) Seguro-Desemprego e Abono Salarial: a projeção dessas despesas baseia-se em indicadores do mercado de trabalho e no valor do salário mínimo. No caso do Seguro-Desemprego, cada modalidade tem uma metodologia de projeção distinta, sendo que o cálculo da modalidade trabalhador formal, que responde por 88,43% dos pagamentos realizados, tem como base o estoque de emprego formal divulgado pela base de dados do Cadastro Geral de Empregado e Desempregados - CAGED, referente ao mês de dezembro de 2022, o último disponibilizado para consulta pública. Quanto ao Abono Salarial, o número de trabalhadores beneficiários foi estimado a partir do estoque de emprego obtido pela base de dados da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, referente ao ano de 2021;
- (ii) Sentenças Judiciais: a projeção para este item de despesa considera diferentes metodologias, a depender das características peculiares de cada uma das formas de cumprimento das obrigações de pagar judicialmente impostas à Fazenda Pública federal, conforme os normativos de regência aplicados ao caso, bem como os valores constantes do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias referente ao 1º bimestre de 2023 e o comportamento observado para tal gasto nos exercícios anteriores. Assim sendo, apresentam-se as premissas adotadas para a construção das respectivas projeções:
  - a) Limite para precatórios e requisições de pequeno valor: estimativa para o crescimento do montante a ser alocado no orçamento anual para o pagamento de precatórios e requisições de pequeno valor, das projeções para o gasto com requisições de pequeno valor e, conseqüentemente, do limite para o pagamento de precatórios, calculada a partir da aplicação da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA acumulado no ano anterior, conforme dispõe o caput do art. 107-A do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT.
  - b) Reserva de contingência para atualização monetária dos precatórios sujeitos ao limite: estimada a partir da aplicação do índice da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic, acumulado entre abril do ano anterior e junho do exercício de pagamento.
  - c) Precatórios decorrentes de demandas relativas à complementação da União aos Estados e aos Municípios por conta do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – Fundef: gasto estimado a partir da aplicação da regra específica de parcelamento, prevista no art. 4º da Emenda Constitucional nº 114, de 2021, com a atualização monetária das parcelas pelo IPCA durante o prazo do § 5º do art. 100 da Constituição e Selic após isso, considerando o crescimento

médio de tais precatórios nos últimos dez anos, excluído o montante apresentado em 2021 por divergir de toda a série histórica observada.

- d) Precatórios parcelados pela aplicação do § 20 do art. 100 da Constituição: despesa projetada considerando os precatórios atualmente atingidos por tal regra de parcelamento, com a atualização monetária das parcelas pelo IPCA durante o prazo do § 5º do art. 100 da Constituição e Selic após isso. Não são previstos novos precatórios de grande vulto apresentados no período.
  - e) Acordos com deságio: estimativa considera a adesão de 1% do passivo gerado em função dos precatórios pendentes de pagamento devido ao limite de que trata o § 1º do art. 107-A do ADCT, previsto para o início de cada exercício.
  - f) Demais sentenças: envolve as sentenças devidas e os acordos referentes a passivos atuariais celebrados pelas empresas estatais dependentes, os montantes referentes a retroativos concedidos a anistiados políticos por decisões judiciais, as indenizações a vítimas de violação de obrigações contraídas pela União por meio da adesão a tratados internacionais de Direitos Humanos e outras determinações judiciais exaradas em desfavor da Fazenda Pública federal relativas a obrigações de pagar. Crescimento estimado pela aplicação do IPCA acumulado no ano anterior;
- (iii) Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB): dada a promulgação da Emenda Constitucional nº 108, de 26 de agosto de 2020 considerou-se, no cenário para 2024 a 2026, o aumento da Complementação em questão nos termos da referida emenda, calculada sobre as projeções das receitas que compõem esse fundo atualizadas;
- (iv) Benefício de Prestação Continuada da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV): as projeções de curto prazo fornecem estimativas mensais de variação do número de benefícios pagos com base no fluxo recente de concessões e cessações de benefícios, bem como as informações sobre o estoque de requerimentos pendentes de análise, e expectativas sobre a análise destes requerimentos. A partir do cálculo de benefícios por mês, são calculados os valores totais, considerando ainda os valores pagos no caso de novas concessões, que incluem pagamentos referentes aos meses entre o requerimento e a concessão. Em relação à RMV, a projeção segue o modelo usado nos anos anteriores, aplicando uma taxa de variação ao número de benefícios do mês anterior, baseada na variação média mensal dos doze meses anteriores;
- (v) FCDF – Outras Despesas de Custeio e de Capital (OCC): calculado pela dedução da parte de Pessoal e Encargos Sociais desse fundo de seu total, o qual é projetado pela variação da RCL nos termos da Lei nº 10.633/2002, considerando-se os efeitos do Acórdão nº 1.224/2017 e tendo como base de projeção a RCL realizada de 2022;

- (vi) Transferência a Estados, Distrito Federal e Municípios em decorrência do acordo firmado no âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão nº 25 (ADO-25): conforme valores determinados pela Lei Complementar nº 176, de 2020;
- (vii) Indenizações relativas ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) e os Subsídios e as Subvenções Econômicas: projeções feitas de acordo com a política nacional referente a esses temas e a legislação vigente. Para 2024 e 2025, as tendências são de aumentos, tendo em vista a natureza das contratações do Plano Safra, em que cada operação contratada pode repercutir por até dez anos, à medida que operações de safras antigas vão sendo substituídas por operações por safras mais novas. Isso porque há uma tendência de aumento de volumes equalizados a cada safra. Além disso, o cenário de taxas de juros para as próximas safras está mais elevado em comparação as taxas vigentes em anos anteriores;
- (viii) Fundo Especial de Financiamento de Campanha: despesa realizada apenas em anos eleitorais. O cálculo correspondente à somatória da compensação fiscal que as emissoras comerciais de rádio e televisão receberam pela divulgação da propaganda partidária, em 2016 e 2017, atualizada pelo INPC.

*Despesas do Poder Executivo sujeitas à Programação Financeira - Obrigatórias com Controle de Fluxo:*

Consideram-se nesse grupo as despesas obrigatórias com benefícios aos servidores, militares e seus dependentes, bem como determinadas ações e programas obrigatórios na área da saúde e educação, além dos montantes para atendimento do Bolsa Família. A previsão dessas despesas se dá com base em informações enviadas pelos órgãos responsáveis, que fixam e distribuem as despesas sob seu controle de acordo com a legislação vigente e necessidades apuradas. Para 2024 a 2026, essas despesas foram projetadas, em regra, a partir de dados de 2023, com crescimento equivalente ao IPCA projetado para o exercício.

*Despesas do Poder Executivo sujeitas à Programação Financeira - Discricionárias*

As despesas discricionárias são aquelas sobre as quais se possui flexibilidade quanto ao momento de sua execução e discricionariedade de alocação das dotações orçamentárias de acordo com suas metas e prioridades.

Para fins de demonstrativo, foi incluída nessa linha a Reserva de Contingência contendo os valores reservados às Emendas Individuais e de Bancada projetadas com base, respectivamente, nas Emendas Constitucionais nº 86/2015 e nº 100/2019.

### **C) Comparação das metas e projeções com os anos anteriores**

Após alcançar 21,72% do PIB em 2021, a receita primária total em 2022 elevou-se para 23,33% do PIB, especialmente em razão dos tributos relacionados à lucratividade das empresas e ao desempenho dos fundos e títulos de renda fixa. Adicionalmente, cabe destacar a contribuição das condições vigentes em 2022 do setor de petróleo e gás para as receitas de dividendos e royalties, bem como as receitas de outorga dos novos contratos de concessão de geração de energia elétrica. Para 2023, projeta-se uma receita primária total de 22,18% do PIB, conforme estimativa constante no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias referente ao 1º bimestre. A partir de 2024, espera-se que as receitas se estabilizem entre 23,32% e 23,46% do PIB.

No que tange à despesa, a despesa primária total oscilou de 18,14% do PIB em 2021 para 18,17% do PIB em 2022. Merece destaque as distintas variações entre seus componentes. Por um lado, as despesas relacionadas ao combate à Covid-19 passaram de 1,36% do PIB em 2021 para 0,21% do PIB em 2022, seguidas da redução dos gastos com Pessoal e Encargos Sociais, de 3,70% do PIB em 2021 para 3,41% do PIB em 2022. Por outro lado, as despesas no âmbito do Programa Bolsa Família e Auxílio Brasil passaram de 0,29% do PIB em 2021 para 1,14% do PIB em 2022.

Para os períodos seguintes, a despesa primária total passaria a 18,89% do PIB em 2023 e entraria em trajetória declinante até alcançar o patamar de 17,67% do PIB em 2026. Importante frisar que essa trajetória foi construída considerando a possibilidade de reforma do regramento fiscal vigente disposta no art. 6º da Emenda Constitucional nº 126/2022, o qual determina que o Presidente da República deverá encaminhar ao Congresso Nacional, até 31 de agosto de 2023, projeto de lei complementar com o objetivo de instituir regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País.

Em relação ao resultado primário do Governo Central, observada a ressalva do parágrafo anterior, projeta-se para o período de 2024 a 2026, um resultado nulo em 2024, passando-se para um superávit de 0,50% do PIB em 2025 e de 1,00% do PIB em 2026.

**Tabela 5: Detalhamento das Variáveis Fiscais**

LRF, art.4º, §2º, inciso II

Preços Correntes

| ESPECIFICAÇÃO   | 2021*            |              | 2022*            |             | 2023**            |              | 2024             |              | 2025            |              | 2026             |              |
|---|------------------|--------------|------------------|-------------|-------------------|--------------|------------------|--------------|-----------------|--------------|------------------|--------------|
|   | R\$ Milhões      | %PIB         | R\$ Milhões      | %PIB        | R\$ Milhões       | %PIB         | R\$ Milhões      | %PIB         | R\$ Milhões     | %PIB         | R\$ Milhões      | %PIB         |
| <b>A. GOVERNO CENTRAL</b>   | <b>-35.872,2</b> | <b>-0,40</b> | <b>54.946,7</b>  | <b>0,55</b> | <b>-107.562,0</b> | <b>-1,00</b> | <b>0,0</b>       | <b>0,00</b>  | <b>61.610,1</b> | <b>0,50</b>  | <b>130.830,1</b> | <b>1,00</b>  |
| I - Receita Primária Total  | 1.932.649,7      | 21,72        | 2.313.305,4      | 23,33       | 2.375.647,4       | 22,18        | 2.682.922,6      | 23,32        | 2.880.059,3     | 23,37        | 3.069.592,6      | 23,46        |
| I.1 - Receita Administrada pela RFB Líquida de Incentivos Fiscais, exceto | 1.195.551,8      | 13,44        | 1.389.943,8      | 14,02       | 1.474.320,8       | 13,76        | 1.787.382,6      | 15,54        | 1.939.405,2     | 15,74        | 2.078.318,4      | 15,89        |
| I.2 - Arrecadação Líquida para o RGPS                                     | 462.244,1        | 5,19         | 535.709,9        | 5,40        | 597.453,7         | 5,58         | 636.360,2        | 5,53         | 665.106,5       | 5,40         | 693.022,7        | 5,30         |
| I.3 - Receitas Não Administradas pela RFB                                 | 274.853,7        | 3,09         | 387.651,7        | 3,91        | 303.872,9         | 2,84         | 259.179,7        | 2,25         | 275.547,6       | 2,24         | 298.251,5        | 2,28         |
| II - Transferências por Repartição de Receitas                            | 353.546,8        | 3,97         | 457.203,9        | 4,61        | 459.977,0         | 4,29         | 533.312,4        | 4,64         | 585.954,7       | 4,76         | 626.760,1        | 4,79         |
| III - Receita Primária Líquida (I - II)                                   | 1.579.102,8      | 17,75        | 1.856.101,6      | 18,72       | 1.915.670,4       | 17,88        | 2.149.610,1      | 18,69        | 2.294.104,7     | 18,62        | 2.442.832,4      | 18,67        |
| IV - Despesa Primária Total   | 1.614.170,8      | 18,14        | 1.801.997,8      | 18,17       | 2.023.232,5       | 18,89        | 2.149.610,1      | 18,69        | 2.232.494,6     | 18,12        | 2.312.002,4      | 17,67        |
| IV.1 - Benefícios Previdenciários   | 709.582,5        | 7,97         | 796.976,6        | 8,04        | 858.810,4         | 8,02         | 918.310,2        | 7,98         | 959.217,4       | 7,78         | 1.005.085,6      | 7,68         |
| IV.2 - Pessoal e Encargos Sociais   | 329.347,1        | 3,70         | 337.942,0        | 3,41        | 364.974,1         | 3,41         | 385.745,9        | 3,35         | 397.088,8       | 3,22         | 406.056,3        | 3,10         |
| IV.3 - Outras Despesas Obrigatórias                                       | 306.127,1        | 3,44         | 295.793,0        | 2,98        | 282.669,1         | 2,64         | 309.972,9        | 2,69         | 317.503,5       | 2,58         | 348.073,9        | 2,66         |
| IV.4 - Despesas do Poder Executivo sujeitas à Programação Financeira      | 269.114,1        | 3,02         | 371.286,3        | 3,74        | 516.778,8         | 4,82         | 535.581,2        | 4,66         | 558.684,9       | 4,53         | 552.786,6        | 4,23         |
| IV.4.1 - Obrigatórias com Controle de Fluxo                               | 145.196,1        | 1,63         | 219.143,8        | 2,21        | 322.903,7         | 3,01         | 339.229,3        | 2,95         | 351.272,8       | 2,85         | 362.018,5        | 2,77         |
| IV.4.2 - Discricionárias***   | 123.918,0        | 1,39         | 152.142,5        | 1,53        | 193.875,2         | 1,81         | 196.351,9        | 1,71         | 207.412,0       | 1,68         | 190.768,1        | 1,46         |
| V - Discrepância Estatística e Ajuste Metodológico                        | -804,2           | -0,01        | 842,9            | 0,01        |                   |              |                  |              |                 |              |                  |              |
| VI - Meta/Resultado Primário Gov. Central (III - IV + V)                  | -35.872,2        | -0,40        | 54.946,7         | 0,55        | -107.562,0        | -1,00        | 0,0              | 0,00         | 61.610,1        | 0,50         | 130.830,1        | 1,00         |
| VI.1 Resultado do Tesouro Nacional e Banco Central                        | 211.466,2        | 2,38         | 316.213,3        | 3,19        | 153.794,7         | 1,44         | 281.949,9        | 2,45         | 355.721,0       | 2,89         | 442.893,0        | 3,39         |
| VI.2 Resultado da Previdência Social                                      | -247.338,4       | -2,78        | -261.266,7       | -2,63       | -261.356,7        | -2,44        | -281.949,9       | -2,45        | -294.110,9      | -2,39        | -312.063,0       | -2,39        |
| <b>B - EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS - META DE RESULTADO PRIMÁRIO</b>        | <b>3.567,2</b>   | <b>0,04</b>  | <b>4.753,9</b>   | <b>0,05</b> | <b>-2.394,2</b>   | <b>-0,02</b> | <b>-7.312,1</b>  | <b>-0,06</b> | <b>-5.659,3</b> | <b>-0,05</b> | <b>-6.663,2</b>  | <b>-0,05</b> |
| <b>C - GOVERNO FEDERAL - META DE RESULTADO PRIMÁRIO (A+B)</b>             | <b>-32.304,9</b> | <b>-0,36</b> | <b>59.700,6</b>  | <b>0,60</b> | <b>-109.956,2</b> | <b>-1,03</b> | <b>-7.312,1</b>  | <b>-0,06</b> | <b>55.950,8</b> | <b>0,45</b>  | <b>124.166,8</b> | <b>0,95</b>  |
| <b>D - GOVERNOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS - RESULTADO PRIMÁRIO ****</b>      | <b>38.748,4</b>  | <b>0,44</b>  | <b>66.293,3</b>  | <b>0,67</b> | <b>22.000,0</b>   | <b>0,21</b>  | <b>-6.000,0</b>  | <b>-0,05</b> | <b>1.000,0</b>  | <b>0,01</b>  | <b>1.100,0</b>   | <b>0,01</b>  |
| <b>E - SETOR PÚBLICO NÃO FINANCEIRO - RESULTADO PRIMÁRIO (C+D)</b>        | <b>6.443,5</b>   | <b>0,07</b>  | <b>125.993,9</b> | <b>1,27</b> | <b>-87.956,2</b>  | <b>-0,82</b> | <b>-13.312,1</b> | <b>-0,12</b> | <b>56.950,8</b> | <b>0,46</b>  | <b>125.266,8</b> | <b>0,96</b>  |

\* Dados realizados.

\*\* Com base em valores projetados no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 1º bimestre de 2023.

\*\*\* Inclui a despesa com emendas parlamentares.

\*\*\*\* Indicativo.

Fonte: Órgãos Diversos. Elaboração: SOF/MPO.

Preços Constantes de 2023 (IGP-DI) (R\$ milhões)

| ESPECIFICAÇÃO   | 2021*            | 2022*            | 2023**            | 2024             | 2025            | 2026             |
|---|------------------|------------------|-------------------|------------------|-----------------|------------------|
| <b>A. GOVERNO CENTRAL</b>   | <b>-40.087,0</b> | <b>55.677,8</b>  | <b>-107.562,0</b> | <b>0,0</b>       | <b>57.154,9</b> | <b>117.299,6</b> |
| I - Receita Primária Total  | 2.159.730,2      | 2.344.085,3      | 2.375.647,4       | 2.577.905,1      | 2.671.793,9     | 2.752.136,1      |
| I.1 - Receita Administrada pela RFB Líquida de Incentivos Fiscais, exceto | 1.336.025,6      | 1.408.437,8      | 1.474.320,8       | 1.717.419,2      | 1.799.161,2     | 1.863.379,3      |
| I.2 - Arrecadação Líquida para o RGPS                                     | 516.556,4        | 542.837,8        | 597.453,7         | 611.451,2        | 617.010,7       | 621.350,4        |
| I.3 - Receitas Não Administradas pela RFB                                 | 307.148,2        | 392.809,6        | 303.872,9         | 249.034,7        | 255.621,9       | 267.406,4        |
| II- Transferências por Repartição de Receitas                             | 395.087,5        | 463.287,2        | 459.977,0         | 512.437,0        | 543.582,6       | 561.940,8        |
| III - Receita Primária Líquida (I - II)                                   | 1.764.642,7      | 1.880.798,1      | 1.915.670,4       | 2.065.468,1      | 2.128.211,3     | 2.190.195,4      |
| IV - Despesa Primária Total   | 1.803.831,0      | 1.825.974,5      | 2.023.232,5       | 2.065.468,1      | 2.071.056,4     | 2.072.895,7      |
| IV.1 - Benefícios Previdenciários   | 792.956,3        | 807.580,8        | 858.810,4         | 882.364,8        | 889.853,6       | 901.139,9        |
| IV.2 - Pessoal e Encargos Sociais   | 368.044,4        | 342.438,5        | 364.974,1         | 370.646,7        | 368.374,1       | 364.062,0        |
| IV.3 - Outras Despesas Obrigatórias                                       | 342.096,1        | 299.728,7        | 282.669,1         | 297.839,6        | 294.543,9       | 312.076,2        |
| IV.4 - Despesas do Poder Executivo sujeitas à Programação Financeira      | 300.734,2        | 376.226,5        | 516.778,8         | 514.617,0        | 518.284,7       | 495.617,6        |
| IV.4.1 - Obrigatórias com Controle de Fluxo                               | 162.256,2        | 222.059,6        | 322.903,7         | 325.950,9        | 325.871,3       | 324.578,7        |
| IV.4.2 - Discricionárias***   | 138.478,0        | 154.166,9        | 193.875,2         | 188.666,1        | 192.413,5       | 171.038,9        |
| V- Discrepância Estatística e Ajuste Metodológico                         | -898,7           | 854,2            | 0,0               | 0,0              | 0,0             | 0,0              |
| VI - Meta/Resultado Primário Gov. Central (III - IV + V)                  | -40.087,0        | 55.677,8         | -107.562,0        | 0,0              | 57.154,9        | 117.299,6        |
| VI.1 Resultado do Tesouro Nacional e Banco Central                        | 236.312,9        | 320.420,7        | 153.794,7         | 270.913,6        | 329.997,8       | 397.089,1        |
| VI.2 Resultado da Previdência Social                                      | -276.399,9       | -264.743,0       | -261.356,7        | -270.913,6       | -272.842,9      | -279.789,5       |
| <b>B - EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS - META DE RESULTADO PRIMÁRIO</b>        | <b>3.986,4</b>   | <b>4.817,2</b>   | <b>-2.394,2</b>   | <b>-7.025,9</b>  | <b>-5.250,1</b> | <b>-5.974,1</b>  |
| <b>C - GOVERNO FEDERAL - META DE RESULTADO PRIMÁRIO (A+B)</b>             | <b>-36.100,7</b> | <b>60.494,9</b>  | <b>-109.956,2</b> | <b>-7.025,9</b>  | <b>51.904,8</b> | <b>111.325,5</b> |
| <b>D - GOVERNOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS - RESULTADO PRIMÁRIO****</b>       | <b>43.301,2</b>  | <b>67.175,4</b>  | <b>22.000,0</b>   | <b>-5.765,1</b>  | <b>927,7</b>    | <b>986,2</b>     |
| <b>E - SETOR PÚBLICO NÃO FINANCEIRO - RESULTADO PRIMÁRIO (C+D)</b>        | <b>7.200,5</b>   | <b>127.670,3</b> | <b>-87.956,2</b>  | <b>-12.791,0</b> | <b>52.832,5</b> | <b>112.311,7</b> |

\* Dados realizados.

\*\* Com base em valores projetados no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 1º bimestre de 2023.

\*\*\* Inclui a despesa com emendas parlamentares.

\*\*\*\* Indicativo.

Fonte: Órgãos Diversos. Elaboração: SOF/MPO.

**ANEXO IV.2**

**AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS RELATIVAS AO ANO ANTERIOR**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2024**

**(Art. 4º, § 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000)**

**Anexo de Metas Fiscais**  
**Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024**  
(Art. 4º, § 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000)

---

**Anexo IV.2 – Avaliação do Cumprimento das Metas Relativas ao Ano Anterior – 2022**

A Lei nº 14.194 (Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2022), de 20 de agosto de 2021, estabeleceu uma meta de déficit primário de R\$ 170,5 bilhões para o Governo Central e de déficit primário de R\$ 4,4 bilhões para as Empresas Estatais Federais para o ano de 2022. A LDO 2022 também projetou o déficit primário para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios em R\$ 2,6 bilhões e estabeleceu a possibilidade de compensação entre as metas do Governo Central e das Empresas Estatais Federais, conforme disposto no § 2º do art. 3º da referida Lei. Posteriormente, a Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022 (Lei Orçamentária Anual – LOA 2022), foi publicada prevendo um déficit primário para o Governo Central de R\$ 76,2 bilhões, resultado R\$ 94,3 bilhões superior à meta de resultado primário da LDO 2022.

O art. 61 da LDO 2022 e o art. 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabeleceram que os Poderes, o Ministério Público da União e a Defensoria Pública da União deverão elaborar e publicar por ato próprio, em até trinta dias após a publicação da LOA, cronograma anual de desembolso mensal, por órgão, com vistas ao cumprimento da meta de resultado primário estabelecida naquela Lei. Dessa forma, em 11 de fevereiro de 2022, o Poder Executivo publicou o Decreto nº 10.961, dispondo sobre a programação orçamentária e financeira para 2022, estabelecendo seu cronograma mensal de desembolso, bem como as metas quadrimestrais.

No final do mês de março, foram reavaliadas as estimativas das receitas e despesas primárias do Governo Federal relativamente àquelas apresentadas na LOA 2022, observando-se a arrecadação das receitas primárias e a realização das despesas primárias até o mês de fevereiro de 2022, bem como parâmetros macroeconômicos atualizados, compatíveis com o cenário econômico vigente. Tal reavaliação foi efetuada por meio do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 1º Bimestre de 2022. As projeções apresentadas naquele relatório, em comparação com a posição da LOA 2022, indicaram acréscimo de R\$ 42,0 bilhões na Receita Líquida, resultado da elevação de R\$ 87,5 bilhões verificada nas projeções da Receita Primária, parcialmente compensada por elevação das Transferências por Repartição de Receita no valor de R\$ 45,5 bilhões; e aumento da Despesa Primária em R\$ 32,7 bilhões, principalmente devido ao aumento de Despesas Obrigatórias.

Considerando a meta de resultado primário da LDO 2022 (déficit de R\$ 170,5 bilhões) e os valores previstos de déficit primário (R\$ 66,9 bilhões) na avaliação de receitas e despesas do 1º bimestre, foi indicada a possibilidade de ampliação de empenho e de movimentação financeira de R\$ 103,6 bilhões. No entanto, considerando a necessidade de respeitar também o limite estabelecido no Novo Regime Fiscal, NRF (Teto de Gastos), a ampliação seria restringida pelos limites individualizados para cada Poder. No caso do Poder Executivo, foi constatada necessidade de ajuste, a menor, das despesas primárias submetidas ao Teto de Gastos, no montante de R\$ 1.722,3 milhões. Para os demais Poderes da União, MPU e DPU, o aumento de dotações poderia totalizar R\$ 3.015,6 milhões. No total, isto é, considerando o Teto de Gastos de todos os Poderes e órgãos autônomos, mostrou-se possível o ajuste, a maior, das despesas primárias a ele submetidas, no montante de R\$ 1.293,3 milhões. Desta forma, em 30 de março de 2022, foi publicado o Decreto nº 11.019, formalizando a nova programação decorrente dessa avaliação.

Ao final de maio, a partir dos dados realizados até o mês de abril, bem como dos parâmetros macroeconômicos atualizados, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 2º

Bimestre de 2022 apresentou a reavaliação das receitas e despesas primárias do Governo Federal, conforme art. 9º da LRF e art. 62 da LDO 2022. As projeções apresentadas naquele relatório, em comparação com a avaliação do 1º bimestre, indicaram ampliação de R\$ 36,3 bilhões na Receita Líquida, resultado do aumento nas projeções da Receita Primária e das Transferências a Estados e Municípios, em R\$ 49,1 bilhões e R\$ 12,8 bilhões, respectivamente. Por sua vez, as projeções das Despesas Primárias apresentaram aumento de R\$ 34,9 bilhões em função, principalmente, da ampliação nas Despesas Discricionárias do Poder Executivo, no valor de R\$ 23,9 bilhões, não sujeitas ao Teto de Gastos, referente ao acordo no caso envolvendo a posse e domínio do “Campo de Marte”, em São Paulo, por meio da abertura de crédito especial autorizada pelo PLN nº 4/2022 (convertido na Lei nº 14.409, de 15 de julho de 2022). Os Benefícios Previdenciários também tiveram suas projeções elevadas em R\$ 10,6 bilhões, explicado pela ampliação da projeção de despesas com Sentenças Judiciais e Precatórios relativos ao Regime Geral de Previdência Social.

Como ocorrido no Relatório do 1º bimestre, haveria uma margem para ampliação das despesas discricionárias de R\$ 111,7 bilhões, caso fosse considerada somente a meta de resultado primário. Entretanto, considerando a necessidade de respeitar também o limite estabelecido no NRF, foi constatada necessidade de ajuste, a menor, das despesas primárias submetidas ao Teto de Gastos do Poder Executivo, no montante de R\$ 9.961,4 milhões. Em contrapartida, para os demais Poderes da União, MPU e DPU, o aumento de dotações poderia totalizar R\$ 3.016,0 milhões. No total, isto é, considerando o Teto de Gastos de todos os Poderes e órgãos autônomos, mostrou-se necessário ajuste, a menor, das despesas primárias a ele submetidas, no montante de R\$ 6.945,4 milhões. Assim, em 30 de maio de 2022, foi publicado o Decreto nº 11.086, formalizando a nova programação decorrente dessa avaliação.

Encerrado o 3º bimestre, procedeu-se, em julho, à reavaliação das receitas e despesas primárias do Governo Federal, a partir dos dados realizados até o mês de junho e dos parâmetros macroeconômicos atualizados, em consonância com as metas fiscais vigentes. As projeções apresentadas naquele relatório, em comparação com a avaliação do 2º bimestre, indicaram acréscimo de R\$ 52,0 bilhões nas receitas primárias federais líquidas de transferências. Por sua vez, as projeções das despesas primárias apresentaram um aumento de R\$ 45,8 bilhões, em função, principalmente, da ampliação no âmbito de despesas com créditos extraordinários no montante de R\$ 41,3 bilhões ocasionada pela promulgação da Emenda Constitucional nº 123/2022 (EC nº 123/2022), sendo R\$ 34,9 bilhões na rubrica de Créditos Extraordinários e R\$ 6,3 bilhões na rubrica de Apoio Financeiro aos Estados e Municípios. Cabe mencionar que, por força do próprio texto da Emenda Constitucional acima citada, as despesas dela decorrentes não serão consideradas para fins de apuração do cumprimento da meta de resultado primário, da regra de ouro e dos limites individualizados para as despesas primárias (Teto de Gastos). Outra variação importante diz respeito aos efeitos decorrentes da derrubada do Veto nº 18, em 05/07/2022, relacionado à Lei Complementar nº 195/2022, que implicou ampliação das despesas no valor de R\$ 3,9 bilhões, incorporada à rubrica de Apoio Financeiro aos Estados e Municípios.

Como ocorrido nas avaliações bimestrais anteriores, haveria uma margem para ampliação das despesas discricionárias de R\$ 159,1 bilhões, caso fosse considerada somente a meta de resultado primário. Entretanto, considerando a necessidade de respeitar também o limite estabelecido no NRF, foi constatada necessidade de ajuste, a menor, das despesas primárias submetidas ao Teto de Gastos do Poder Executivo, no montante de R\$ 12.736,7 milhões. Para os demais Poderes da União, MPU e DPU, ao contrário, o aumento de dotações poderia totalizar R\$ 2.737,9 milhões, sem comprometimento do Teto de Gastos e sem prejuízo aos requisitos constitucionais e legais para tal

ampliação. No total, isto é, considerando a soma de todos os limites individualizados, mostrou-se que a projeção das despesas primárias excederia o Teto de Gastos para 2022 no montante de R\$ 9.998,9 milhões. Assim, em 29 de julho de 2022, foi publicado o Decreto nº 11.154, republicado em 1º de agosto de 2022, formalizando a nova programação decorrente das indicações estabelecidas no Relatório do 3º bimestre de 2022.

Ao final de setembro, procedeu-se à reavaliação das receitas e despesas primárias do Governo Federal, a partir dos dados realizados até o mês de agosto e dos parâmetros macroeconômicos atualizados, em consonância com as metas fiscais vigentes. As projeções apresentadas naquele relatório indicaram acréscimo de R\$ 69,9 bilhões nas receitas primárias federais líquidas de transferências. Por sua vez, as projeções das despesas primárias apresentaram uma redução de R\$ 2.953,6 milhões, em função, principalmente, da redução no âmbito do Apoio Financeiro a Estados e Municípios, em R\$ 3.862,0 milhões, de Subsídios, Subvenções e Proagro, em R\$ 2.977,0 milhões, de Créditos Extraordinários, em R\$ 1.611,5 milhões, de Sentenças Judiciais Precatórios (Custeio e Capital), em R\$ 1.126,0 milhões, e de Despesas Discricionárias do Poder Executivo, em R\$ 1.010,0 milhões. Essas reduções foram parcialmente compensadas pelo aumento nas estimativas de Benefícios Previdenciários, no montante de R\$ 5.615,6 milhões, de Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV, em R\$ 1.859,4 milhões, entre outras variações menos significativas.

Haveria uma margem para ampliação das despesas discricionárias de R\$ 230,3 bilhões, caso fosse considerada somente a meta de resultado primário. Entretanto, considerando a necessidade de respeitar também o limite estabelecido no NRF, foi constatada necessidade de ajuste, a menor, das despesas primárias submetidas ao Teto de Gastos do Poder Executivo, no montante de R\$ 10.499,9 milhões. Para os demais Poderes da União, MPU e DPU, ao contrário, o aumento de dotações poderia totalizar R\$ 2.737,9 milhões, sem comprometimento do Teto de Gastos e sem prejuízo aos requisitos constitucionais e legais para tal ampliação. No total, isto é, considerando a soma de todos os limites individualizados, mostrou-se que a projeção das despesas primárias excederia o Teto de Gastos para 2022 no montante de R\$ 7.762,0 milhões. Assim, em 30 de setembro de 2022, foi publicado o Decreto nº 11.216, formalizando a nova programação decorrente das indicações estabelecidas no Relatório do 4º bimestre de 2022.

Encerrado o 5º bimestre, a partir dos dados realizados até o mês de outubro, bem como dos parâmetros macroeconômicos atualizados, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 5º Bimestre apresentou a reavaliação das receitas e despesas primárias do Governo Federal. As projeções apresentadas naquele relatório indicaram acréscimo de R\$ 11.104,1 milhões nas receitas primárias federais líquidas de transferências. As projeções das despesas primárias apresentaram um aumento de R\$ 1.290,6 milhões, em função, principalmente, do aumento nas estimativas de Apoio Financeiro a Estados e Municípios, em R\$ 3.862,0 milhões, em decorrência de decisão judicial que suspendeu os efeitos da Medida Provisória nº 1.135/2022, que adia os repasses da Lei Complementar nº 195/2022 para o próximo exercício, e nas de Benefícios Previdenciários, em R\$ 2.348,7 milhões, entre outras variações menos significativas. Essas ampliações foram parcialmente compensadas pela diminuição nas Despesas Obrigatórias com Controle de Fluxo do Poder Executivo, em R\$ 1.775,8 milhões, nos Subsídios, Subvenções e Proagro, em R\$ 1.290,8 milhões, e nas Despesas Discricionárias do Poder Executivo, em R\$ 845,7 milhões.

Apesar de haver margem para ampliação das despesas discricionárias de R\$ 243,3 bilhões, caso fosse considerada a meta de resultado primário e suas deduções, estimadas naquele momento em R\$ 49.460,4 milhões, o limite estabelecido no NRF indicou a necessidade de ajuste, a menor, das despesas primárias submetidas ao Teto de Gastos do Poder Executivo, no montante de R\$ 15.380,0

milhões. Em contrapartida, para os demais Poderes da União, MPU e DPU, o aumento de dotações poderia totalizar R\$ 2.788,6 milhões. No total, isto é, considerando o Teto de Gastos de todos os Poderes e órgãos autônomos, mostrou-se necessário ajuste, a menor, das despesas primárias a ele submetidas, no montante de R\$ 12.591,4 milhões. Assim, em 30 de novembro de 2022, foi publicado o Decreto nº 11.269, formalizando a nova programação decorrente dessa avaliação.

Com vistas a possibilitar uma melhor alocação orçamentária no encerramento do exercício, foi publicado um relatório Extemporâneo em dezembro, no qual foram reavaliadas as projeções do Relatório do 5º bimestre, considerando os dados realizados, tanto de receitas primárias quanto das principais despesas primárias, até o mês de novembro de 2022. As projeções apresentadas naquele relatório demonstraram uma ampliação da projeção da receita líquida de transferências a estados e municípios por repartição de receita em R\$ 4.935,7 milhões, em relação à projeção contida na avaliação do 5º bimestre. As projeções das despesas primárias apresentaram uma redução de R\$ 5.844,4 milhões, em relação à avaliação anterior, em função, principalmente, da variação negativa de R\$ 4.418,3 milhões nas Despesas Discricionárias, de R\$ 1.424,9 milhões nas despesas com Subsídios, Subvenções e Proagro, entre outras variações menos significativas. Essas reduções foram parcialmente compensadas pelo aumento nas despesas com Benefícios Previdenciários, em R\$ 471,2 milhões, nas Despesas Obrigatórias com Controle de Fluxo do Poder Executivo, em R\$ 131,1 milhões, e na Complementação para o FUNDEB, em R\$ 122,9 milhões.

Apesar de haver margem para ampliação das despesas discricionárias de R\$ 254,1 bilhões, caso fosse considerada somente a meta de resultado primário e suas deduções, estimadas naquele momento em R\$ 49.458,7 milhões, o limite estabelecido no NRF indicou a necessidade de ajuste, a menor, das despesas primárias submetidas ao Teto de Gastos do Poder Executivo, no montante de R\$ 2.791,8. Contudo, este apontamento foi ressalvado em caso de aprovação do PLN nº 39/2022 (convertido na Lei nº 14.513/2022), que permitia a dedução do Teto de Gastos de R\$ 3,9 bilhões relativos à LC nº 195/2022 que não seriam efetivamente pagos até o encerramento do exercício, e da PEC 32/2022 (convertida na EC 126/2022), a qual abriria um espaço fiscal no Teto de Gastos de R\$ 22,9 bilhões em decorrência da excepcionalização do Teto de Gastos do Poder Executivo das despesas com Investimentos limitada a 6,5% do excesso de arrecadação de receitas correntes de 2021. O efeito conjunto dessas duas ressalvas resultou em uma folga de R\$ 24,0 bilhões no Teto do Poder Executivo. Cabe também mencionar a Medida Provisória nº 1.144 de 14 de dezembro de 2022, que permitiu a abertura de crédito extraordinário, excetuado do Teto de Gastos, no valor de R\$ 7.564,5 milhões, para despesas previdenciárias.

Vale salientar que os Poderes Legislativo, Judiciário, o MPU e a DPU exercem seus próprios controles na abertura de créditos adicionais, de tal forma a cumprirem os limites estabelecidos pela EC nº 95 e pela EC nº 113. Assim sendo, poderão elaborar atos ou demonstrativos próprios para evidenciar a gestão orçamentária compatível com os tetos individualizados pelo NRF.

No que se refere à meta fiscal, mencione-se que supracitado Decreto nº 11.269/2022 previu um resultado primário do Governo Federal superavitário no acumulado até o 3º quadrimestre de R\$ 36,3 bilhões, sendo R\$ 38,7 bilhões de superávit para o Governo Central e R\$ 2,5 bilhões de déficit para as Empresas Estatais Federais. Tais valores estão em linha com a LDO 2022, a qual estabeleceu a meta de déficit primário de R\$ 170,5 bilhões para o Governo Central e de déficit primário de R\$ 4,4 bilhões para as Empresas Estatais Federais. Apesar da fixação dessas programações individuais, a LDO 2022 previa possibilidade de abatimento da meta de resultado primário em decorrência da abertura de créditos extraordinários voltados às despesas com Auxílio Emergencial, Pronampe, BEm e com despesas da

Saúde. Além disso, ao longo do exercício, a publicação da Emenda Constitucional nº 123 também ampliou as deduções na regra de resultado primário, conforme mencionado anteriormente. Até dezembro de 2022 as despesas passíveis de dedução para fins de apuração da meta de resultado primário totalizaram R\$ 40,5 bilhões.

Encerrado o mês de dezembro, verificou-se que o Governo Federal apresentou superávit primário de R\$ 59,7 bilhões, superior em R\$ 23,4 bilhões ao superávit previsto para a ano pelo Decreto nº 11.269/2022 (superávit de R\$ 36,3 bilhões). Dessa diferença, R\$ 16,2 bilhões decorrem de maior superávit primário do Governo Central, enquanto R\$ 7,2 bilhões de desvio resultam do superávit registrado pelas Empresas Estatais Federais. Quando se consideram os ajustes na meta em decorrência de todas as deduções (dispostas na EC nº 123 e na Lei nº 14.194), verifica-se que o Governo Federal realizou um resultado R\$ 64,0 bilhões superior à programação ajustada. Quando se analisa o resultado realizado em comparação à meta estabelecida na LDO 2022 (déficit de R\$ 174,9 bilhões) combinada ao total de deduções (R\$ 40,5 bilhões), percebe-se que o Governo Federal apresentou um resultado fiscal de R\$ 275,1 bilhões superior à meta.

Por sua vez, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios acumularam superávit primário de R\$ 66,3 bilhões até dezembro de 2022. Embora seja apresentado esse acompanhamento, o §1º do art. 2º da LDO 2022 estabelece a projeção de déficit primário de R\$ 2,6 bilhões para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios somente para basear o estabelecimento dos limites para contratação de operações de crédito por entes subnacionais e concessão de garantias da União a essas operações, não exigindo, dessa forma, compensação caso houvesse frustração do resultado dos entes subnacionais diante do resultado projetado.

Em relação aos valores previstos no “Anexo IV.1 - Anexo de Metas Fiscais Anuais 2022 a 2024” da LDO 2022, destaca-se que a Receita Primária e Despesa Primária do Governo Central atingiram R\$ 1.856,1 e R\$ 1.802,0 bilhões, respectivamente, contra os valores constantes do Anexo IV.1 de R\$ 1.450,6 bilhões e de R\$ 1.621,0 bilhões, respectivamente. Por sua vez, o Resultado Nominal do Setor Público correspondeu a déficit de R\$ 460,4 bilhões e a Dívida Líquida do Setor Público atingiu R\$ 5.658,0 bilhões, contra os valores constantes do Anexo IV.1 de déficit de R\$ 608,7 bilhões e dívida de R\$ 5.962,8 bilhões, respectivamente. A tabela abaixo apresenta estes valores:

| Discriminação   | 2022        |       |             |       |
|---|-------------|-------|-------------|-------|
|   | LDO 2022    |       | Realizado   |       |
|   | R\$ milhões | % PIB | R\$ milhões | % PIB |
| <b>Anexo IV – Tabela 4</b>                                    |             |       |             |       |
| <b>A - Resultado Primário: Governo Central (I - II + III)</b> | -170.474    | -1,92 | 54.947      | 0,55  |
| <b>I. Receita Primária Líquida</b>                            | 1.450.562   | 16,32 | 1.856.102   | 18,72 |
| <b>II. Despesa Primária Total</b>                             | 1.621.036   | 18,24 | 1.801.998   | 18,17 |
| <b>III. Discrepância Estatística e Ajuste Metodológico</b>    | -           | -     | 843         | 0,01  |
| <b>B - Resultado Primário: Empresas Estatais Federais</b>     | -4.417      | -0,05 | 4.754       | 0,05  |
| <b>C - Resultado Primário: Governo Federal (A + B)</b>        | -174.891    | -1,97 | 59.701      | 0,60  |
| <b>D - Resultado Primário: Governos Estaduais e</b>           | -2.600      | -0,03 |             |       |

|   |           |       |           |       |
|---|-----------|-------|-----------|-------|
| <b>Municipais</b>   |           |       | 66.293    | 0,67  |
| <b>E - Resultado Primário: Setor Público Não Financeiro (C + D)</b> | -177.491  | -2,00 | 125.994   | 1,27  |
| <b>Anexo IV – Tabela 3</b>  |           |       |           |       |
| <b>F - Resultado Nominal: Setor Público Não-Financeiro</b>          | -608.718  | -6,85 | -460.433  | -4,64 |
| <b>G - Dívida Líquida: Setor Público</b>                            | 5.962.774 | 67,10 | 5.658.017 | 57,06 |

Fonte: STN/MF e BCB.

Quantos aos Entes Subnacionais, estes acumularam superávit primário de R\$ 66,3 bilhões em 2022, ou seja, resultado R\$ 68,9 bilhões acima do projetado para o ano na LDO 2022 (déficit de R\$ 2,6 bilhões).

No que se refere ao teto de gastos, a Emenda Constitucional nº 95 (EC 95), de 15 de dezembro de 2016, instituiu o Novo Regime Fiscal (NRF), por meio da inclusão dos artigos 106 a 114 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT. O NRF consiste na fixação de um teto de gastos para as despesas primárias dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, individualizado para o Poder Executivo, os órgãos do Poder Legislativo, os órgãos do Poder Judiciário, o Ministério Público da União - MPU e a Defensoria Pública da União - DPU (art. 107 do ADCT).

Em relação ao exercício de 2022, o limite de gastos, segundo o inciso II do § 1º do art. 107 do ADCT, conforme redação dada pela Emenda Constitucional nº 113, de 8 de dezembro de 2021, é equivalente ao valor do limite referente ao exercício de 2021 corrigido pela estimativa atualizada para a variação do IPCA naquele ano, de 10,18%, o que equivale a uma despesa total de R\$ 1.681,2 bilhões. No exercício de 2022, as despesas que estão englobadas nesse limite de gastos atingiram R\$ 1.642,2 bilhões, o que representa 97,68% do total do limite. Cumpre mencionar que este montante considera a excepcionalização de R\$ 22,9 bilhões de despesas de investimentos, correspondentes ao excesso de arrecadação de receitas correntes do exercício de 2021 (limitado a 6,5% do excesso de arrecadação de receitas correntes de 2021), conforme estabelecido no § 6º-B do art. 107 do ADCT, incluído pela Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022.

Destaca-se que os valores apresentados para o acompanhamento dos limites consideram o acréscimo de R\$ 105,0 milhões à base de cálculo do teto do MPU em 2016, conforme decisão cautelar do Acórdão TCU nº 3.072/2019, bem como o acréscimo de R\$ 294,3 milhões à base de cálculo do teto do Poder Judiciário, conforme decisão do Acórdão TCU nº 362/2020.

Ressalta-se ainda que as despesas sujeitas ao teto de gastos, em 2016, totalizaram R\$ 1.222,3 bilhões. Esse valor é R\$ 1.180,0 milhões maior do que o montante considerado até o exercício de 2021, em virtude da reclassificação das despesas com a formação e manutenção de estoques da Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM e da adoção pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) do modelo de contabilização da despesa de compensação previdenciária (COMPREV) por meio de seus valores brutos, em atendimento à recomendação 9.2.3 do Acórdão nº 1.153/2021-TCU-Plenário.

Por fim, a Constituição Federal, em seu artigo 167, inciso III, estabeleceu a chamada “regra de ouro” que veda “a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta”. No exercício de 2022, foi apurada suficiência no cumprimento da regra de ouro de R\$ 63,8 bilhões.

## Anexo IV Metas Fiscais

### IV.3. Evolução do Patrimônio Líquido

(Art. 4º, § 2º, inciso III, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000)

---

O patrimônio líquido (PL) reflete, em termos monetários, a situação patrimonial líquida da União, ou seja, a diferença entre o total do ativo e do passivo. Conforme o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), integram o patrimônio líquido os seguintes itens:

- a) Patrimônio/Capital Social: Compreende o patrimônio social das autarquias, fundações e fundos e o capital social das demais entidades da administração indireta.
- b) Reservas: Compreende os valores acrescidos ao patrimônio que não transitaram pelo resultado, as reservas constituídas com parcelas do lucro líquido das entidades para finalidades específicas e as demais reservas, inclusive aquelas que terão seus saldos realizados por terem sido extintas pela legislação.
- c) Resultados Acumulados: Compreende o saldo remanescente dos lucros ou prejuízos líquidos das empresas e os superávits ou déficits acumulados da administração direta, autarquias, fundações e fundos. Também integra a conta de Resultados Acumulados a conta Ajustes de Exercícios Anteriores, que registra os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

A evolução do patrimônio líquido da União apresenta uma tendência de aumento do passivo a descoberto ao longo dos três exercícios em análise (2020 a 2022). Quando comparados os exercícios de 2020 e 2021, o patrimônio líquido reduziu 16,64%, aproximadamente, ao passo que comparados os exercícios de 2021 e 2022, houve uma redução de 0,52%, aproximadamente, como mostra a Tabela 1.

**Tabela 1** - Anexo de Metas Fiscais – Demonstrativo da evolução do patrimônio líquido da União nos últimos três exercícios: (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III) (em R\$)

| PATRIMÔNIO LÍQUIDO    | 2022                         | AV (%)        | 2021                         | AV (%)        | 2020                         | AV (%)        |
|-----------------------|------------------------------|---------------|------------------------------|---------------|------------------------------|---------------|
| Patrimônio/Capital    | 50.548.213.532,68            | -0,98         | 48.939.480.165,85            | -0,95         | 47.616.185.844,52            | -1,08         |
| Reservas              | 2.249.310.354,97             | -0,04         | 2.385.815.773,88             | -0,05         | 1.351.402.651,30             | -0,03         |
| Resultados Acumulados | -5.236.470.742.746,03        | 101,54        | -5.208.435.616.462,84        | 101,00        | -4.470.520.705.112,47        | 101,11        |
| <b>TOTAL</b>          | <b>-5.183.673.329.745,14</b> | <b>100,00</b> | <b>-5.157.110.320.523,11</b> | <b>100,00</b> | <b>-4.421.553.116.616,65</b> | <b>100,00</b> |

Fonte: SIAFI

No exercício de 2020, a variação total do PL representou uma redução de aproximadamente R\$ 1.460,2 bilhões. As principais movimentações foram:

- (a) Apuração do resultado patrimonial do exercício, de R\$ 620,9 bilhões negativos;

(b) Ajustes de exercícios anteriores, no valor de R\$ 467,5 bilhões, referentes ao registro do passivo atuarial relacionados aos benefícios pós-emprego dos militares inativos (reserva remunerada ou reforma, afetando negativamente o patrimônio líquido;

(c) Ajustes de exercícios anteriores, no valor de R\$ 249,7 bilhões, referentes à mudança de metodologia no cálculo do ajuste para perdas dos haveres financeiros relacionados aos entes federativos, que passou a ser realizado de acordo com um rating calculado em função da capacidade de pagamento (CAPAG) do ente, afetando negativamente o patrimônio líquido;

(d) Ajustes de exercícios anteriores, no valor de R\$ 122,4 bilhões, referentes ao aprimoramento no cálculo da provisão para pensões militares, que passou a considerar também as pensões a conceder, além das já concedidas, afetando negativamente o patrimônio líquido.

No exercício de 2021, a variação total do PL representou uma redução de aproximadamente R\$ 735,6 bilhões. As principais movimentações foram:

(a) Apuração do resultado patrimonial do exercício, de R\$ 617,6 bilhões negativos;

(b) Ajustes de exercícios anteriores, no valor de R\$ 114,3 bilhões, referentes a ajustes realizados pela Fundação Nacional do Índio (Funai) na conta de bens imóveis, afetando negativamente o patrimônio líquido;

(c) Ajustes de exercícios anteriores, no valor de R\$ 101,3 bilhões, referentes ao reconhecimento de espelhos d'água no Município de Vitória pela Superintendência do Patrimônio da União do Espírito Santo (SPU/ES), afetando positivamente o patrimônio líquido;

(d) Ajustes de exercícios anteriores, no valor de R\$ 88,4 bilhões, referentes à baixa contábil de glebas da Amazônia Legal efetivada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), afetando negativamente o patrimônio líquido.

No exercício de 2022, a variação total do PL representou uma redução de aproximadamente R\$ 26,6 bilhões. As principais movimentações foram:

(a) Apuração do resultado patrimonial do exercício, de R\$ 89,5 bilhões negativos;

(b) Ajustes de exercícios anteriores, no valor de R\$ 98,6 bilhões, referentes ajustes de passivo atuarial realizados pelo Ministério da Defesa relativo às obrigações atuariais do Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas (SPSMFA), afetando positivamente o patrimônio líquido;

(c) Ajustes de exercícios anteriores, no valor de R\$ 48,8 bilhões, referentes ao registro do passivo exigível da Lei Complementar nº 176/2020 relativo a estados e municípios, afetando negativamente o patrimônio líquido.

## **Anexo IV**

### **Metas Fiscais**

#### **IV.4 – Receita de Alienação de Ativos e Aplicação de Recursos**

(Art. 4º, § 2º, inciso III, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000)

---

A Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu art. 44, veda a aplicação de receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.

A Tabela 2, a seguir, conforme disposto no inciso III, § 2º do art. 4º, da LRF, demonstra a receita de capital oriunda da alienação de ativos em 2022, que totalizou R\$ 963,71 milhões, em sua maioria referente a bens móveis. Na aplicação desses recursos, observa-se que houve uma concentração das despesas com amortização/refinanciamento da dívida, no valor aproximado de R\$ 330,71 milhões, que representaram 83,39% do total das despesas com recursos de alienação de ativos, que foi de R\$ 393,71 milhões.

Em relação ao exercício de 2021, houve redução das receitas de alienação de ativos e da aplicação desses recursos, quando houve arrecadação atípica no montante de R\$ 8,22 bilhões com alienação de ativos, sendo gastos R\$ 400,76 milhões com esses recursos. Isso significa que, em 2022, houve redução nas receitas de alienação de ativos na ordem de 88,27%, ao passo que a aplicação desses recursos reduziu em 1,76% em relação ao exercício anterior. Os valores oficiais publicados podem ser visualizados na tabela abaixo.

**Tabela 2 – Demonstrativo da receita de alienação de ativos e aplicação dos recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social 2020, 2021 e 2022**

R\$ milhares

| RREO – Anexo 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III) | JANEIRO A DEZEMBRO DE 2022 |                         |                        | JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021 |                         |                        | JANEIRO A DEZEMBRO DE 2020 |                         |                        |
|--|----------------------------|-------------------------|------------------------|----------------------------|-------------------------|------------------------|----------------------------|-------------------------|------------------------|
|  | PREVISÃO ATUALIZADA (a)    | RECEITAS REALIZADAS (b) | SALDO A REALIZAR (a-b) | PREVISÃO ATUALIZADA (a)    | RECEITAS REALIZADAS (b) | SALDO A REALIZAR (a-b) | PREVISÃO ATUALIZADA (a)    | RECEITAS REALIZADAS (b) | SALDO A REALIZAR (a-b) |
| <b>RECEITAS</b>                                  |                            |                         |                        |                            |                         |                        |                            |                         |                        |
| <b>RECEITAS DE CAPITAL</b>                       |                            |                         |                        |                            |                         |                        |                            |                         |                        |
| Alienação de Ativos                              | 2.405.625                  | 963.709                 | 1.441.916              | 1.852.198                  | 8.217.368               | -6.365.171             | 1.683.248                  | 1.916.354               | -233.106               |
| Alienação de Bens Móveis                         | 2.194.056                  | 447.613                 | 1.746.442              | 1.421.245                  | 7.858.775               | -6.437.531             | 1.453.730                  | 1.586.556               | -132.826               |
| Alienação de Bens Imóveis                        | 211.569                    | 500.931                 | -289.361               | 430.953                    | 344.740                 | 86.213                 | 229.518                    | 325.012                 | -95.494                |
| Alienação de Bens Intangíveis                    | 0                          | 15.165                  | -15.165                | 0                          | 13.853                  | -13.853                | 0                          | 4.786                   | -4.786                 |
| <b>TOTAL</b>                                     | <b>2.405.625</b>           | <b>963.709</b>          | <b>1.441.916</b>       | <b>1.852.198</b>           | <b>8.217.368</b>        | <b>-6.365.171</b>      | <b>1.683.248</b>           | <b>1.916.354</b>        | <b>-233.106</b>        |
| <b>DESPESAS</b>                                  |                            |                         |                        |                            |                         |                        |                            |                         |                        |
| <b>APLICAÇÃO DOS REC. ALIEN. DE ATIVOS</b>       |                            |                         |                        |                            |                         |                        |                            |                         |                        |
| Despesas de Capital                              | 2.211.910                  | 393.709                 | 1.818.201              | 1.459.099                  | 400.753                 | 1.058.346              | 1.471.549                  | 386.103                 | 1.085.447              |
| Investimentos                                    | 61.266                     | 59.155                  | 2.110                  | 49.019                     | 26.644                  | 22.375                 | 52.495                     | 47.870                  | 4.626                  |
| Inversões Financeiras                            | 469.227                    | 3.839                   | 465.388                | 1.396.023                  | 279.378                 | 1.116.644              | 1.400.887                  | 338.233                 | 1.062.654              |
| Amortização/Refin. da Dívida                     | 1.681.417                  | 330.715                 | 1.350.703              | 14.057                     | 94.731                  | -80.673                | 18.167                     | 0                       | 18.167                 |
| Desp. Corr. dos Regimes de Previdência           | 0                          | 0                       | 0                      | 0                          | 0                       | 0                      | 0                          | 0                       | 0                      |
| Regime Geral de Previdência Social               | 0                          | 0                       | 0                      | 0                          | 0                       | 0                      | 0                          | 0                       | 0                      |
| Regime Próprio dos Ser. Públicos                 | 0                          | 0                       | 0                      | 0                          | 0                       | 0                      | 0                          | 0                       | 0                      |
| <b>TOTAL</b>                                     | <b>2.211.910</b>           | <b>393.709</b>          | <b>1.818.201</b>       | <b>1.459.099</b>           | <b>400.753</b>          | <b>1.058.346</b>       | <b>1.471.549</b>           | <b>386.103</b>          | <b>1.085.447</b>       |
| <b>SALDO FINANCEIRO A APLICAR</b>                |                            |                         |                        |                            |                         |                        |                            |                         |                        |
|  | EXERCÍCIO ANTERIOR (e)     | EXERCÍCIO (f) = (b-d)   | SALDO ATUAL (e+f)      | EXERCÍCIO ANTERIOR (e)     | EXERCÍCIO (f) = (b-d)   | SALDO ATUAL (e+f)      | EXERCÍCIO ANTERIOR (e)     | EXERCÍCIO (f) = (b-d)   | SALDO ATUAL (e+f)      |
|  | <b>26.242.087</b>          | <b>7.823.659</b>        | <b>34.065.746</b>      | <b>18.425.472</b>          | <b>7.816.615</b>        | <b>26.242.087</b>      | <b>16.895.220</b>          | <b>1.530.252</b>        | <b>18.425.472</b>      |

Fonte: STN/CCONT/GEINF

(1) Inclui despesas empenhadas mas não efetivamente liquidadas, inscritas em restos a pagar não-processados, consideradas executadas no encerramento do exercício, por força da Lei nº 4.320/64.

## **Anexo IV**

### **Metas Fiscais**

**IV.5 – Projeções Atuariais para o Regime Geral de Previdência Social – RGPS  
(Art. 4º, § 2º, inciso IV, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000)**



## **PROJEÇÕES FINANCEIRAS E ATUARIAIS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RGPS**

**SECRETARIA DE REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL — SRGPS  
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL— MPS**

**Brasília, março de 2023**

## ÍNDICE

|   |           |
|---|-----------|
| <b>1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....</b>  | <b>5</b>  |
| <b>2. PLANO DE BENEFÍCIOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL .....</b>         | <b>7</b>  |
| 2.1 – Aposentadorias programadas .....  | 7         |
| 2.2 Aposentadoria por incapacidade permanente .....                               | 8         |
| 2.3 Auxílio-doença.....   | 9         |
| 2.4 Salário-família .....   | 10        |
| 2.5 Salário-maternidade .....   | 11        |
| 2.6 Pensão por morte .....  | 12        |
| 2.7 Auxílio-reclusão.....   | 14        |
| 2.8 Auxílio-acidente .....  | 15        |
| 2.9 Reabilitação profissional .....   | 16        |
| 2.10 Abono anual .....  | 16        |
| <b>3. TENDÊNCIAS DEMOGRÁFICAS.....</b>  | <b>16</b> |
| <b>4. MODELO DE PROJEÇÕES FISCAIS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL .....</b> | <b>28</b> |
| 4.1 Introdução.....   | 28        |
| 4.2. Aspectos teóricos e experiência internacional.....                           | 30        |
| 4.2.1. Atuária em seguridade social.....  | 30        |
| 4.2.2. Diretrizes e experiência internacional .....                               | 31        |
| 4.3. Metodologia do modelo de projeções do RGPS.....                              | 33        |
| 4.3.1. Abrangência.....   | 33        |
| 4.3.2. Lógica .....   | 34        |
| 4.3.3. Subconjuntos populacionais: quantidades .....                              | 37        |
| 4.3.4. Benefícios previdenciários e assistenciais: quantidades .....              | 39        |
| 4.3.5. Benefícios temporários: auxílios e salário-maternidade .....               | 42        |
| 4.3.6. Pensões por Morte .....  | 43        |
| 4.3.7. Subconjuntos populacionais: rendimentos médios .....                       | 45        |
| 4.3.8. Receitas previdenciárias e crescimento econômico .....                     | 47        |
| 4.3.9. Benefícios previdenciários e assistenciais: valores médios .....           | 47        |
| 4.3.10. Benefícios previdenciários e assistenciais: despesa .....                 | 49        |
| 4.4. Implementação do modelo de projeção.....                                     | 50        |
| 4.4.1. Microsimulação das regras de transição da EC 103/2019.....                 | 50        |
| 4.4.2. Dados utilizados .....   | 51        |
| 4.4.3. Definição de hipóteses.....  | 52        |

|  |           |
|--|-----------|
| 4.4.4. Calibragem.....   | 54        |
| <b>5. PROJEÇÕES FISCAIS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL .....</b>          | <b>55</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>   | <b>60</b> |
| ANEXO I – Lista de siglas e abreviaturas .....                                   | 61        |
| ANEXO II – Descrição dos dados utilizados.....                                   | 64        |
| ANEXO III – Hipóteses de projeção (cenário base).....                            | 66        |
| ANEXO IV – Tábuas de mortalidade específicas para os beneficiários do RGPS ..... | 69        |

## LISTA DE ABREVIATURAS

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

RGPS – Regime Geral de Previdência Social

RPPS – Regimes Próprios de Previdência Social de Estados e Municípios

SPE – Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda

SRGPS – Secretaria de Regime Geral de Previdência Social

## 1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A mudança demográfica em curso no Brasil, pautada pelo aumento da expectativa de vida ao nascer, redução da taxa de mortalidade, contínua e persistente redução da taxa de fecundidade e aumento da expectativa de sobrevivência de pessoas em idades mais avançadas, implicará transformações muito significativas no funcionamento da Previdência Social e, especificamente, do Regime Geral de Previdência Social. Este regime, construído na forma de repartição, terá impactos tanto pelo aumento das despesas com benefícios previdenciários (aumento do número de idosos inativos e maior duração dos benefícios recebidos), quanto pela redução das receitas previdenciárias dos contribuintes decorrente do encolhimento da população economicamente ativa ao longo do tempo e das transformações que vêm ocorrendo nas relações de trabalho. Tais fatores implicam pressão adicional no sistema previdenciário atual, sugerindo a necessidade de avaliar a adequação do sistema à nova realidade demográfica. Tal necessidade é reforçada pela adoção das novas regras de concessão e cálculo de benefícios previdenciários, decorrentes da Emenda Constitucional nº 103 de 2019.

Este documento tem como objetivo apresentar as projeções atuariais do Regime Geral de Previdência Social - RGPS para as próximas décadas, atendendo ao disposto no art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a, da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), assim como prestar informações necessárias: ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), no tocante à elaboração de notas explicativas das demonstrações contábeis do Fundo do Regime Geral de Previdência Social (FRGPS) a serem publicadas no Balanço Geral da União (BGU); e à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), na ocasião da elaboração do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) referente ao mês de dezembro de cada ano.

Além desta breve introdução, o documento é composto por outras quatro seções<sup>1</sup>. Sumariamente, a seção 2 descreve o plano de benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), já contemplando as novas regras estabelecidas na EC nº 103/19. A seção 3 analisa os principais elementos associados à dinâmica demográfica em curso no Brasil. A seção 4 é composta pela nota metodológica do modelo de projeção fiscal do RGPS, do qual são obtidos os resultados

---

<sup>1</sup> A seção com a descrição do modelo de projeção fiscal utilizado para apuração dos resultados encontra-se em fase de revisão, também por necessidade de ajustes para adequação das projeções às novas regras de acesso e de cálculo de valor dos benefícios.

das projeções, e a apresentação das projeções atuariais de receitas e despesas previdenciárias consta na seção 5.

## 2. PLANO DE BENEFÍCIOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Os benefícios oferecidos pelo RGPS têm por objetivo assegurar aos seus contribuintes e a suas famílias meios indispensáveis de reposição da renda, quando da perda da capacidade laborativa, desemprego, idade avançada, encargos familiares e prisão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente.

A descrição do plano de benefícios aborda três aspectos. O primeiro dispõe sobre a fórmula de cálculo do valor do benefício, o segundo, sobre as condições necessárias para que o segurado se habilite ao benefício e o terceiro, sobre a duração do pagamento.

Todos os benefícios do RGPS sujeitam-se a um valor mínimo denominado de piso previdenciário, definido como igual ao salário-mínimo vigente e a um valor máximo, denominado teto de benefício, definido como o valor máximo para o salário-de-contribuição, à exceção do salário-maternidade que se sujeita ao limite previsto pela Constituição Federal em seu art. 37, inciso XI, e aos benefícios de salário-família e auxílio-acidente, que podem ser inferiores ao piso previdenciário.

### 2.1 – Aposentadorias programadas

**Condições para habilitação:** a EC nº 103, de 12 de novembro de 2019, trouxe importantes alterações nas regras de acesso às aposentadorias programadas, com o estabelecimento – dentro da regra permanente – de idade mínima de 62 anos para mulher e 65 anos para os homens<sup>2</sup>, conjuntamente com o tempo mínimo de, respectivamente, 15 anos e 20 anos de contribuição<sup>3</sup>.

Conjuntamente ao estabelecimento dessas novas regras passam a existir três grupos de segurados do RGPS, formado por: a) aqueles que já possuíam direito à aposentadoria antes da EC nº 103/19; b) aqueles que já eram contribuintes do RGPS antes da EC nº 103/19, mas ainda não tinham completado todos os requisitos para aposentadoria e assim se enquadram nas regras de

---

<sup>2</sup> No caso dos contribuintes da clientela rural, incluídos os segurados especiais, a idade mínima para aposentadoria é reduzida para 55 anos entre as mulheres e 60 anos entre os homens. Além disso há necessidade do cumprimento de tempo de contribuição por, no mínimo, 15 anos para ambos os sexos.

<sup>3</sup> Outras exceções são: a) a aposentadoria por tempo de serviço de professor, que passa a valer com idade mínima de 57 anos para as mulheres, 60 anos para os homens e comprovação de 25 anos de atividade docente, para ambos os sexos, na educação infantil ou nos ensinos fundamental e médio; e b) aposentadoria especial para trabalhadores expostos a agentes nocivos, com idade mínima e tempo mínimo de exposição que variam de acordo com o agente nocivo ao qual esteve exposto.

transição; e c) aqueles contribuintes que ingressarem no RGPS após a EC nº 103/19 e se enquadrarão nas regras permanentes<sup>4</sup>.

**Valor do benefício:** o salário-de-benefício, utilizado para o cálculo do valor do benefício, passou a corresponder à média aritmética simples dos salários-de-contribuição realizados desde julho de 1994, atualizados monetariamente. O valor do benefício será de 60% acrescido de dois pontos percentuais para cada ano de contribuição que exceder 15 anos (no caso das mulheres) ou 20 anos (no caso dos homens) aplicado sobre o salário-de-benefício.

Poderão ser excluídas da média as contribuições que resultem em redução do valor do benefício, desde que mantido o tempo de contribuição mínimo, vedada a utilização do tempo excluído para qualquer finalidade.

**Amplitude do benefício:** a duração das aposentadorias programadas se estende até o falecimento do segurado, com possibilidade de conversão em pensão por morte no caso de haver dependentes legalmente habilitados.

## 2.2 Aposentadoria por incapacidade permanente

Nova denominação para a antiga Aposentadoria por Invalidez, benefício concedido para os contribuintes do RGPS, na qualidade de segurado, que for considerado permanentemente incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência tem direito a este benefício.

**Condições para habilitação:** é necessário o cumprimento da carência exigida de 12 contribuições mensais, exceto nos casos decorrentes de acidente de trabalho ou de qualquer natureza. Nestas situações não é exigida a carência.

Independe de carência a concessão deste benefício ao segurado que, após filiar-se ao RGPS, for acometido das seguintes doenças: tuberculose ativa, hanseníase, alienação mental, esclerose múltipla, hepatopatia grave, neoplasia maligna, cegueira, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, estado avançado de doença de Paget (osteíte deformante), Síndrome da Deficiência Imunológica

---

<sup>4</sup> A partir do estabelecimento da idade mínima, as aposentadorias por tempo de contribuição deixam de existir aos segurados que se enquadrarem nas regras permanentes.

Adquirida (SIDA), ou contaminação por radiação, com base em conclusão da medicina especializada.

Não é concedida aposentadoria por incapacidade permanente ao segurado que, ao filiar-se ao Regime Geral de Previdência Social, já era portador da doença ou da lesão que geraria o benefício, salvo quando a incapacidade decorreu de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão.

**Valor do benefício:** o valor do benefício segue a mesma forma de cálculo das demais aposentadorias, exceto aquelas decorrentes de acidente de trabalho, doenças profissionais e doenças do trabalho, cujo valor será igual a 100% da média dos salários-de-contribuição.

Poderá ser acrescido ao benefício uma parcela de 25% sobre o seu valor caso o beneficiário necessite constantemente de acompanhante em decorrência dos problemas geradores de direito ao benefício.

**Amplitude do benefício:** a duração da aposentadoria por incapacidade permanente se estende até a recuperação da capacidade para o trabalho ou até o falecimento do segurado, com possibilidade de conversão em pensão por morte no caso de haver dependentes legalmente habilitados.

### 2.3 Auxílio-doença

**Valor do benefício:** 91% do salário-de-benefício, calculado pela média aritmética simples dos salários-de-contribuição desde julho de 1994 corrigidos monetariamente, sendo que o valor não poderá ser superior à média aritmética simples dos últimos 12 salários-de-contribuição registrados.

**Condições para habilitação:** o segurado que estiver incapacitado para seu trabalho ou para sua atividade habitual após 15 dias de afastamento consecutivos.

Para o segurado empregado, incumbe à empresa pagar ao segurado o seu salário durante os primeiros 15 dias, iniciando-se a responsabilidade do RGPS apenas após o 16º dia de afastamento. Nos demais casos, o auxílio-doença será devido a contar da data do início da incapacidade e enquanto ele permanecer incapaz. Quando o benefício for requerido após 30 dias

do afastamento da atividade, o auxílio-doença será devido a contar da data da entrada do requerimento. Quanto à carência, aplicam-se as mesmas regras descritas no subitem anterior.

Não é concedido auxílio-doença ao segurado que, ao filiar-se ao Regime Geral de Previdência Social, já era portador da doença ou da lesão que geraria o benefício, salvo quando a incapacidade decorreu de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão.

**Amplitude do benefício:** fluxo de renda paga mensalmente até que o segurado seja considerado hábil para o desempenho de uma atividade remunerada. Caso isso não ocorra, o segurado será aposentado por incapacidade permanente.

## 2.4 Salário-família

Têm direito ao salário-família os trabalhadores empregados, inclusive o doméstico, e os avulsos. Os contribuintes individuais, segurados especiais e facultativos não recebem salário-família.

**Valor do benefício:** a partir de janeiro de 2023 o valor do salário-família passou a ser de R\$ 59,82 por filho de até 14 anos incompletos ou inválido de qualquer idade, para quem ganhar até R\$ 1.754,185.

**Condições para habilitação:** além da comprovação da existência dos filhos ou equiparados (enteado e menor tutelado), este benefício será concedido e pago ao:

- segurado empregado, pela empresa ou pelo empregador doméstico, com o respectivo salário, e ao trabalhador avulso, pelo órgão gestor de mão-de-obra, mediante convênio;
- segurado empregado, inclusive o doméstico, e trabalhador avulso que esteja recebendo auxílio-doença, juntamente com o benefício;
- segurado empregado, inclusive o doméstico, e trabalhador avulso de qualquer idade que esteja recebendo aposentadoria por incapacidade permanente, juntamente com o benefício;
- segurado trabalhador rural aposentado por idade aos 60 anos, se do sexo masculino, ou 55 anos, se do sexo feminino, juntamente com a aposentadoria;

---

<sup>5</sup> Portaria Interministerial MPS/\*MF nº 26, de 10/01/2023.

- demais segurados empregados e trabalhadores avulsos aposentados quando completarem 65 anos, se do sexo masculino, ou 60 anos, se do sexo feminino, juntamente com a aposentadoria.

**Amplitude do benefício:** renda mensal temporária paga durante o período em que o segurado contribui nas categorias citadas e até que os filhos que não são permanentemente incapazes completem 14 anos, ou no caso do falecimento segurado.

## 2.5 Salário-maternidade

O salário-maternidade é devido à todas as seguradas da previdência social, durante 120 dias, podendo iniciar no período entre 28 dias antes do parto e a data da sua ocorrência, e à segurada ou segurado que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança.

No caso da empregada, o salário-maternidade é pago pela empresa, que efetiva a compensação quando do recolhimento das contribuições incidentes sobre a folha de salários. Para as empregadas do microempreendedor individual, empregadas domésticas, trabalhadoras avulsas, contribuintes individuais, facultativas e seguradas especiais, o pagamento é feito diretamente pela previdência social, assim como nos casos de adoção, independentemente da categoria da segurada ou segurado.

No caso de falecimento da segurada ou segurado que fizer jus ao salário-maternidade, o benefício poderá ser pago, por todo o período ou pelo tempo restante a que seria devido, ao cônjuge ou companheiro sobrevivente que tenha a qualidade de segurado, exceto no caso do falecimento do filho ou de seu abandono, observadas as normas aplicáveis ao benefício.

**Valor do benefício:** No caso de segurada empregada e trabalhadora avulsa, 100% da remuneração integral que vinha percebendo. No caso de segurada empregada doméstica, 100% do último salário-de-contribuição. No caso de segurada especial, 1 (um) salário-mínimo. Para as demais seguradas, inclusive a desempregada, um doze avos da soma dos até 12 últimos salários-de-contribuição, apurados em um período não superior a 15 meses.

Para a empregada doméstica e as seguradas que recolhem na categoria de contribuintes individuais, o valor do salário-maternidade sujeita-se aos limites mínimo e máximo do salário-de-contribuição.

**Condições para habilitação:** comprovação da gravidez, sendo a renda devida a partir do 28º dia antes do parto, ou do nascimento do filho, quando requerido após o parto.

Em se tratando da contribuinte individual e da segurada facultativa, é exigida a carência de 10 (dez) contribuições mensais para concessão do benefício, reduzida no mesmo número de meses em que o parto tenha sido antecipado. No caso de segurada especial, exige-se a comprovação de exercício de atividade rural nos últimos dez meses imediatamente anteriores ao requerimento do benefício, mesmo que de forma descontínua.

De acordo com a legislação vigente à época desta publicação, é de cinco anos o prazo para a segurada requerer o benefício a partir da data do parto.

**Amplitude do benefício:** Renda mensal temporária por 120 dias.

## 2.6 Pensão por morte

**Valor do benefício:** o valor mensal da pensão por morte será de 50% do valor da aposentadoria que o segurado recebia ou daquela a que teria direito se estivesse aposentado por incapacidade permanente na data de seu falecimento, acrescido de 10 pontos percentuais por dependente, limitado a 100% no caso de haver mais de cinco dependentes.

**Condições para habilitação:** não exige carência, apenas a qualidade de segurado do instituidor na data do óbito.

**Amplitude dos benefícios:** a pensão por morte tem duração máxima variável. Para os dependentes o benefício é pago enquanto estes mantiverem esta condição. Nos casos de cônjuges ou companheiro(a) a duração depende da idade ou do tempo de união

Para os filhos, equiparados ou irmãos do falecido (desde que comprovem o direito), o benefício é devido até os 21 (vinte e um) anos de idade, salvo se inválido ou com deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave.

Para o cônjuge, companheiro(a), o cônjuge divorciado ou separado judicialmente ou de fato que recebia pensão alimentícia:

- (i) Duração de quatro meses a contar da data do óbito:
- (ii) Se o óbito ocorrer sem que o segurado tenha realizado 18 contribuições mensais à Previdência ou;

(iii) Se o casamento ou união estável se iniciou em menos de dois anos antes do falecimento do segurado;

(a) Duração variável conforme a Tabela 2.1:

(i) Se o óbito ocorrer depois de vertidas 18 contribuições mensais pelo segurado e pelo menos dois anos após o início do casamento ou da união estável; ou

(ii) Se o óbito decorrer de acidente de qualquer natureza ou de doença profissional ou do trabalho, independentemente da quantidade de contribuições e tempo de casamento/união estável.

**Tabela 2.1 – Duração máxima das pensões ou cota segundo idade do dependente**

| <b>Idade do dependente na data do óbito</b>          | <b>Duração máxima do benefício ou cota</b> |
|--|--|
| menos de 22 (vinte e um) anos                        | 3 (três) anos                              |
| entre 22 (vinte e um) e 27 (vinte e seis) anos       | 6 (seis) anos                              |
| entre 28 (vinte e sete) e 30 (vinte e nove) anos     | 10 (dez) anos                              |
| entre 31 (trinta) e 41 (quarenta) anos               | 15 (quinze) anos                           |
| entre 42 (quarenta e um) e 43 (quarenta e três) anos | 20 (vinte) anos                            |
| a partir de 45 (quarenta e quatro) anos              | Vitalício                                  |

[1] Segundo Art. 1º da Lei nº 13.135/2015 (que altera o Art. 77, § 2º da Lei nº 8.213/91) e Portaria ME 424/2021;

Para o cônjuge se inválido ou com deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave, o benefício será devido enquanto durar a deficiência ou a invalidez, respeitando-se os prazos mínimos descritos na tabela acima.

De acordo com a Medida Provisória nº 871, de 18 de janeiro de 2019, convertida na Lei nº 13.846 de 18 de junho de 2019, que alterou o art. 76, § 3º, da Lei nº 8.213/91, para ex-cônjuge, ex-companheiro ou ex-companheira que receber pensão de alimentos temporários, a pensão por morte será devida pelo prazo remanescente na data do óbito, observados os prazos mínimos descritos na tabela acima.

## 2.7 Auxílio-reclusão

**Valor do benefício:** nos mesmos moldes da pensão por morte, limitado a um salário-mínimo.

Condições para habilitação: de acordo com a Medida Provisória nº 871, de 18 de janeiro de 2019, convertida na Lei nº 13.846 de 18 de junho de 2019, será concedido aos dependentes do segurado de baixa renda recolhido à prisão em regime fechado e desde que este não receba remuneração da empresa nem esteja em gozo de auxílio-doença, pensão por morte, salário-maternidade, aposentadoria e abono de permanência em serviço. Será considerado de baixa renda o segurado cuja renda, apurada pela média dos salários de contribuição de 12 meses anteriores ao da prisão, seja, a partir de 1º de janeiro de 2023, igual ou inferior a R\$ 1.754,186.

**Amplitude do benefício:** o auxílio-reclusão tem duração variável conforme a idade e o tipo de beneficiário. Além disso, caso o segurado seja posto em liberdade, fuga da prisão ou passe a cumprir pena em regime aberto, o benefício é encerrado.

Para o cônjuge, o companheiro(a), o cônjuge divorciado ou separado judicialmente ou de fato que recebia pensão alimentícia:

- (a) Duração de quatro meses a contar da data da prisão:
  - (i) Se a reclusão ocorrer sem que o segurado tenha realizado 18 contribuições mensais à Previdência ou;
  - (ii) Se o casamento ou união estável se iniciar em menos de dois anos antes do recolhimento do segurado à prisão;
- (b) Duração variável conforme a tabela 2.2:
  - (i) Se a prisão ocorrer depois de vertidas 18 contribuições mensais pelo segurado e pelo menos 2 anos após o início do casamento ou da união estável;

Para o cônjuge se inválido ou com deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave: o benefício será devido enquanto durar a deficiência ou a invalidez, respeitando-se os prazos mínimos descritos na tabela acima.

---

<sup>6</sup> Portaria MPS/MF nº 26, de 10/01/2023.

**Tabela 2.2 – Duração máxima do auxílio reclusão segundo idade do dependente**

| <b>Idade do dependente na data da prisão</b>         | <b>Duração máxima do benefício ou cota</b> |
|--|--|
| menos de 21 (vinte e um) anos                        | 3 (três) anos                              |
| entre 21 (vinte e um) e 26 (vinte e seis) anos       | 6 (seis) anos                              |
| entre 27 (vinte e sete) e 29 (vinte e nove) anos     | 10 (dez) anos                              |
| entre 30 (trinta) e 40 (quarenta) anos               | 15 (quinze) anos                           |
| entre 41 (quarenta e um) e 43 (quarenta e três) anos | 20 (vinte) anos                            |
| a partir de 44 (quarenta e quatro) anos              | Vitalício                                  |

Para os filhos, equiparados ou irmãos do segurado recluso (desde que comprovem o direito): o benefício é devido até os 21 (vinte e um) anos de idade, salvo se inválido ou com deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave.

## **2.8 Auxílio-acidente**

**Valor do benefício:** 50% do benefício de aposentadoria por invalidez a que o segurado teria direito.

**Condições para habilitação:** será concedido, como indenização, ao segurado empregado, ao empregado doméstico (neste caso, para acidentes ocorridos a partir de 02 de junho de 2015), ao trabalhador avulso, ao segurado especial e ao médico-residente quando, após a consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultar sequela definitiva que implique em redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exerciam e se enquadrem nas situações discriminadas no Anexo III do Regulamento da Previdência Social (lesões do aparelho visual, traumas acústicos e outras).

**Amplitude do benefício:** fluxo de renda paga mensalmente, enquanto persistirem as condições que deram origem ao benefício, ou até a concessão de uma aposentadoria, solicitação de Certidão de Tempo de Contribuição (CTC) para fins de averbação em Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) ou falecimento do segurado.

## 2.9 Reabilitação profissional

Consiste em um serviço que visa proporcionar aos segurados e dependentes incapacitados para o trabalho (parcial ou totalmente) e às pessoas com deficiência os meios indicados para a reeducação e readaptação profissional e social, de modo que possam voltar a participar do mercado de trabalho.

**Valor do benefício:** custo decorrente do tratamento.

**Condições para habilitação:** ser segurado, aposentado ou dependente incapacitado (total ou parcialmente) ou com deficiência.

**Amplitude do benefício:** atendimento feito por uma equipe multidisciplinar, que envolve médicos, assistentes sociais, psicólogos, sociólogos, fisioterapeutas, entre outros.

## 2.10 Abono anual

**Valor do benefício:** corresponde ao valor da renda mensal do benefício no mês de dezembro, e será devido quando o benefício foi recebido no ano todo, ou seja, durante todos os 12 meses. O recebimento de benefício por período inferior a 12 meses determina o cálculo do abono anual de forma proporcional, devendo ser considerado como mês integral o período igual ou superior a 15 dias, observando-se como base a última renda mensal.

**Condições para habilitação:** ter recebido, durante o ano, auxílio-doença, auxílio-acidente, aposentadoria, pensão por morte, auxílio-reclusão ou salário maternidade.

**Amplitude do benefício:** usualmente pagamento em duas parcelas, nos meses de setembro e dezembro.

## 3. TENDÊNCIAS DEMOGRÁFICAS

O RGPS funciona em regime financiamento por repartição simples, no qual os trabalhadores em atividade financiam os inativos na expectativa de que, no futuro, outra geração de trabalhadores sustentará a sua inatividade. Neste sistema, a taxa de crescimento da população, a evolução de seu perfil etário e a taxa de urbanização são variáveis fundamentais para estimar a evolução dos contribuintes e beneficiários. Esta seção apresenta as projeções demográficas para o período 2019 a 2060 realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

De acordo com o IBGE em sua revisão de 2018 da projeção populacional 2010 - 2060, no período 2019-2060, deverá ser mantida a tendência observada nas últimas décadas de declínio da taxa de crescimento da população com aceleração do envelhecimento populacional. De acordo com dados apresentados no Tabela 3.1, a taxa média anual de crescimento da população, que diminui de 2,9% na década de 60 para 1,4% na primeira década deste século, deverá manter a tendência de queda nos próximos anos, chegando a próximo de zero entre 2040 e 2050 e passando a apresentar variação negativa a partir da década de 2050, momento em que a população começará a diminuir em termos absolutos.

|           |       |
|-----------|-------|
| 1960-1970 | 2,9%  |
| 1970-1980 | 2,5%  |
| 1980-1990 | 1,8%  |
| 1990-2000 | 1,6%  |
| 2000-2010 | 1,4%  |
| 2010-2020 | 0,8%  |
| 2020-2030 | 0,6%  |
| 2030-2040 | 0,3%  |
| 2040-2050 | 0,0%  |
| 2050-2060 | -0,2% |

Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas - Projeção populacional 2010-2060 revisão 2018

Como a redução das taxas de crescimento da população não ocorre de forma idêntica entre as diversas coortes etárias, as pirâmides populacionais brasileiras indicam significativas modificações na estrutura etária com o progressivo envelhecimento populacional. Conforme as projeções do IBGE, base para a construção das pirâmides etárias apresentadas nos Gráficos 3.1, 3.2 e 3.3, observa-se claramente o estreitamento gradual da base da pirâmide demográfica e o alargamento de seu topo entre 1980 e 2060, refletindo os efeitos da redução da proporção da população jovem em relação ao total e o aumento gradativo da população com idade avançada. A marcação em cores diferentes permite uma visualização dos três grandes grupos etários em que pode ser dividida a população. Em amarelo os jovens, entre 0 e 15 anos. Em marrom os adultos em idade produtiva, entre 16 e 59 anos e em verde os idosos, com mais de 60 anos. A relação entre a massa marrom e a massa verde indica a relação entre população ativa e inativa, que é uma das relações relevantes para a análise da sustentabilidade do sistema previdenciário.

Deve ser ressaltado, ainda, o expressivo crescimento da diferença entre sexos existente na população idosa, especialmente entre os idosos com mais de 80 anos, resultado das menores taxas de mortalidade entre as mulheres, acentuada no caso brasileiro pelas elevadas taxas de mortalidade masculina nas idades entre 15 e 29 anos.

O processo de envelhecimento populacional é explicado pela composição de dois fenômenos: o aumento da expectativa de vida e a redução da taxa de fecundidade. O aumento da expectativa de vida e de sobrevivência em idades avançadas da população está relacionado a avanços nas condições gerais de vida, destacando-se a ampliação no acesso a serviços de saúde, bem como nos avanços tecnológicos desses serviços os investimentos em saneamento e educação e a ampliação do nível geral de renda da população. Nas décadas de 30 e 40, a expectativa de sobrevivência para uma pessoa de 40 anos era de 24 anos para homens e 26 anos para mulheres. Já em 2000 ela subiu para 31 e 36 anos para homens e mulheres, respectivamente. A previsão é que essas expectativas de sobrevivência aumentem para 37 e 42 anos em 2020 e atinjam 40 e 45 anos em 2060, respectivamente. No caso de uma pessoa de 60 anos, a expectativa era de 13 anos para homens e 14 anos para mulheres em 1930 e 1940 e de 16 e 19 anos em 2000, chegando à estimativa de 21 e 25 anos em 2020 e 23 e 27 anos em 2060, conforme apresentado na Tabela 3.2. Observa-se, portanto uma tendência de crescimento da expectativa de sobrevivência de 55% para os homens com 40 anos e de 60% para os homens com 60 anos entre 1930/40 e 2020. No caso das mulheres, no mesmo período, o aumento foi da ordem de 63% para a idade de 40 anos e de 75% para a idade de 60 anos.

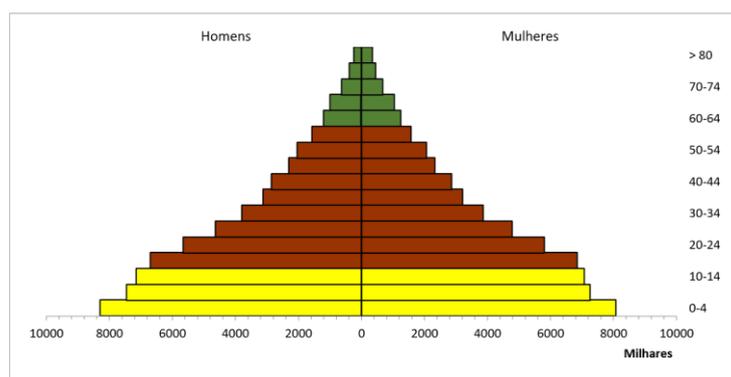
**Tabela 3.2 — Evolução da expectativa de sobrevida no Brasil - 1930/2060**

| Idade | 1930/40 |        | 1970/80 |        | 2000  |        | 2020  |        | 2060  |        |
|-------|---------|--------|---------|--------|-------|--------|-------|--------|-------|--------|
|       | Homem   | Mulher | Homem   | Mulher | Homem | Mulher | Homem | Mulher | Homem | Mulher |
| 0     | 39      | 43     | 55      | 60     | 64    | 72     | 73    | 80     | 78    | 84     |
| 10    | 45      | 48     | 53      | 57     | 58    | 65     | 64    | 71     | 69    | 75     |
| 20    | 38      | 40     | 45      | 48     | 48    | 55     | 55    | 62     | 59    | 65     |
| 30    | 31      | 33     | 37      | 40     | 40    | 46     | 46    | 52     | 50    | 55     |
| 40    | 24      | 26     | 29      | 32     | 31    | 36     | 37    | 42     | 40    | 45     |
| 50    | 18      | 20     | 22      | 24     | 23    | 27     | 29    | 33     | 31    | 36     |
| 55    | 16      | 17     | 19      | 21     | 19    | 23     | 25    | 29     | 27    | 32     |
| 60    | 13      | 14     | 16      | 17     | 16    | 19     | 21    | 25     | 23    | 27     |
| 65    | 11      | 11     | 13      | 14     | 13    | 15     | 17    | 21     | 19    | 23     |
| 70    | 8       | 9      | 11      | 11     | 10    | 12     | 14    | 17     | 16    | 19     |

Fonte: IBGE, tábuas de mortalidade; Elaboração: DRGPS/MPS

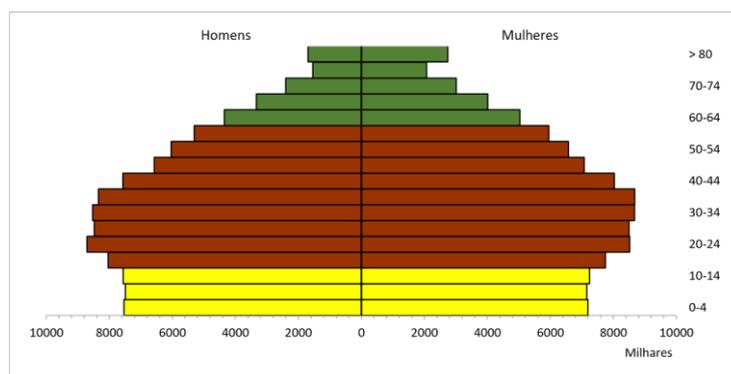
Obs. Valores arredondados para a unidade mais próxima.

**Gráfico 3.1 - Pirâmide Populacional Brasileira 1980**



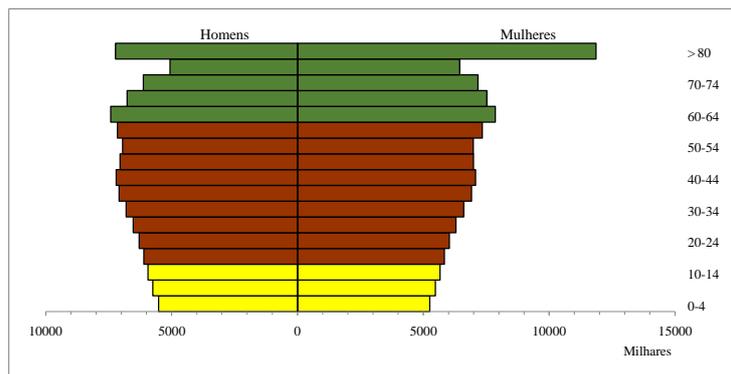
Fonte: IBGE; Elaboração: DRGPS/MPS

**Gráfico 3.2 - Pirâmide Populacional Brasileira 2020**



Fonte: IBGE; Elaboração: DRGPS/MPS

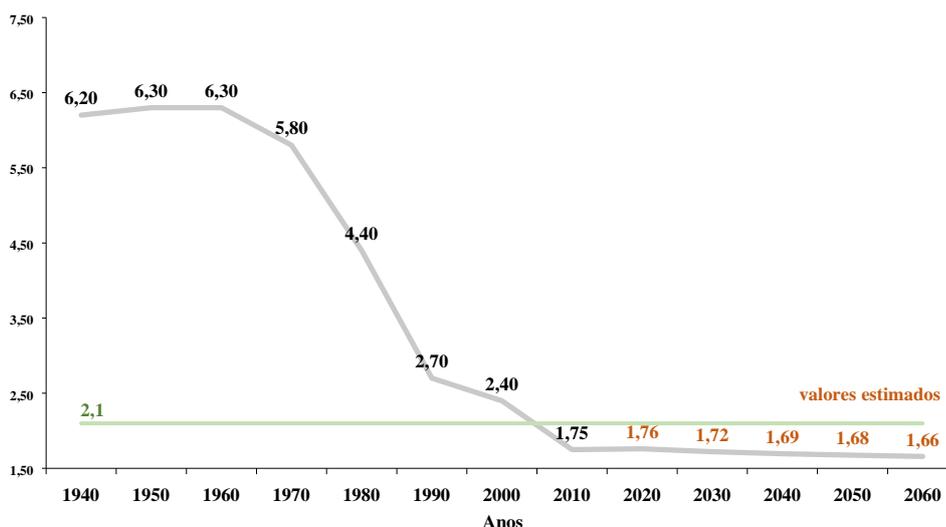
**Gráfico 3.3 - Pirâmide Populacional Brasileira 2060**



Fonte: IBGE; Elaboração: DRGPS/MPS

Além das pessoas estarem, em média, vivendo por mais tempo, o número de filhos por mulher em seu período fértil, mensurado pela taxa de fecundidade, tem declinado de maneira acelerada. Conforme o Gráfico 3.4, enquanto em 1960, cada mulher tinha em média 6,3 filhos, em 2000 esse indicador caiu para 2,4 e em 2010 para apenas 1,75. De acordo com as projeções populacionais, a taxa de fecundidade tenderá a continuar declinando até atingir 1,66 em 2060. A queda nas taxas de fecundidade está associada a aspectos sociais e culturais, como a revisão de valores relacionados à família e o aumento da escolaridade feminina; científicos, como o desenvolvimento de métodos contraceptivos; e econômicos, como o aumento da participação da mulher no mercado trabalho.

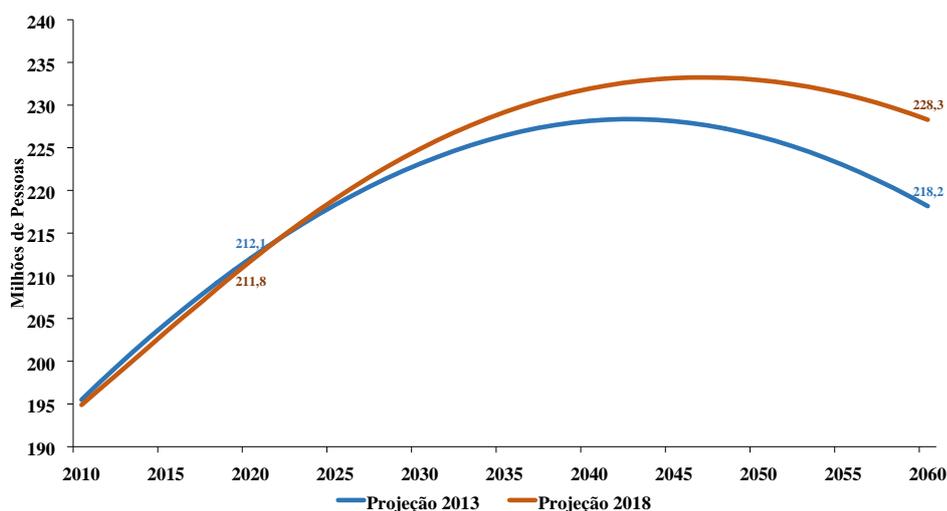
**Gráfico 3.4 Evolução da Taxa de Fecundidade - Brasil - 1940-2060**



Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Elaboração: DRGPS/MPS.

A profundidade do impacto de alterações nas taxas de fecundidade e no aumento da expectativa de vida, quando estendido o período de análise, pode ser percebida na comparação da projeção da população total segundo a revisão 2013 e 2018 do IBGE. A projeção mais atual traz alterações marginais nas taxas de fecundidade e nas expectativas de vida. O resultado dessas alterações reflete-se na estrutura projetada da população brasileira no período 2000 a 2060<sup>7</sup>.

**Gráfico 3.5 - Revisões 2013 e 2018 para a evolução da população brasileira - 2010-2060**



Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Elaboração: DRGPS/MPS.

A revisão de 2018 para as projeções populacionais fez uma correção para cima no nível da população atual, postergando em cinco anos o início da redução em termos absolutos da população brasileira, que passou de 2044 para 2049. Esse ajuste decorreu essencialmente de alterações nas estimativas de comportamento das taxas de fecundidade. Em razão disso, a revisão 2018 prevê uma desaceleração das taxas de crescimento menos acentuada da verificada anteriormente, de forma que as populações futuras projetadas são superiores às da revisão anterior, chegando-se em 2060 com população estimada em 228,3 milhões de pessoas, cerca de 10 milhões a mais que a estimada pela projeção 2013. A postergação do momento e o aumento do nível de máximo da população contido nessa projeção populacional não altera, no entanto, a trajetória da população. Esta continua contemplando uma redução proporcional e absoluta da população em idade ativa e uma redução absoluta no total da população a partir de 2049.

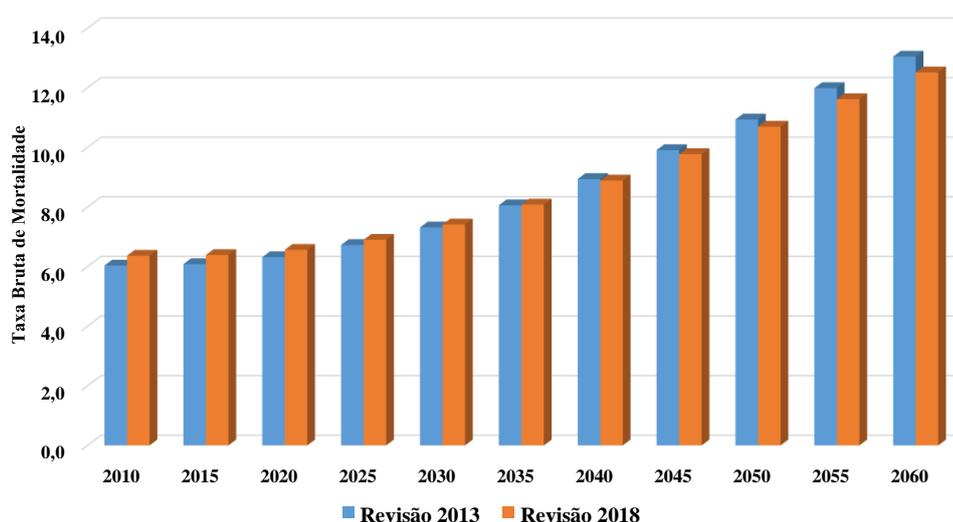
A revisão para cima nos níveis populacionais não decorre somente da melhora na taxa de fecundidade esperada, mas esse efeito está também associado à melhora nas estimativas de

<sup>7</sup> Como a revisão 2004 da projeção populacional tem horizonte temporal até 2050 somente é possível comparar as projeções até esse ano, embora a revisão 2013 se estenda até 2060.

taxas de mortalidade apuradas na revisão 2018, com resultados inferiores aos estimados na revisão 2013, conforme pode ser observado no Gráfico 3.6.

Quanto à população em idade ativa, é importante destacar que a projeção 2018 mantém o padrão observado de redução no tamanho das coortes mais jovens. O resultado do encolhimento desses grupos etários é a redução da população em idade ativa, entre 16 e 59 anos, no futuro próximo. Esse processo terá fortes impactos na estrutura de financiamento da previdência social e na dinâmica da economia brasileira, que não contará mais com o mesmo nível atual de oferta de mão-de-obra. O Gráfico 3.7 apresenta a evolução da população em idade ativa, com destaque para o ano de 2034, momento em que se estima que esta população em idade ativa atingirá seu ponto de máximo com 137,5 milhões de pessoas, caindo de forma monotônica a partir de então.

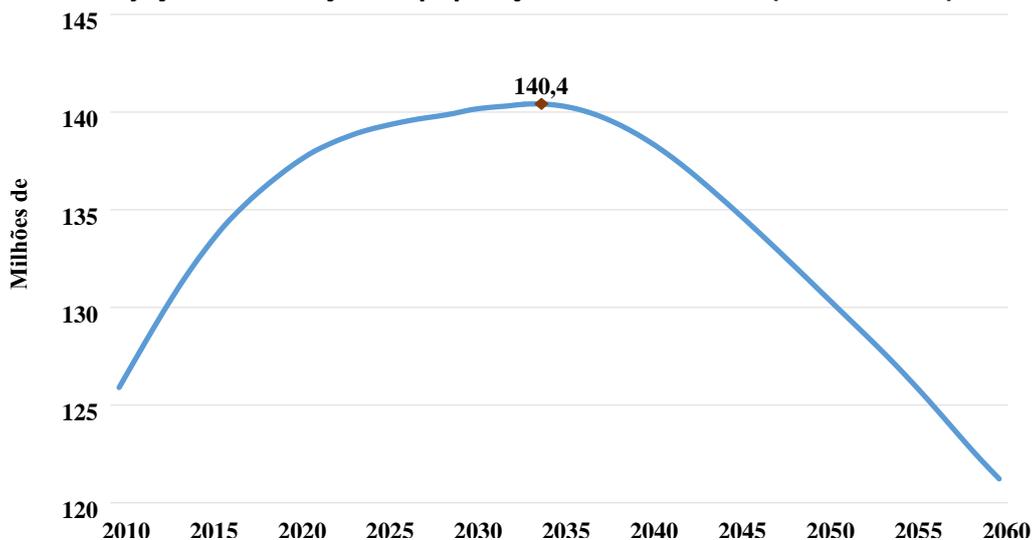
**Gráfico 3.6 - Taxas Brutas de Mortalidade Estimadas no Brasil - 2010 a 2060**



Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Elaboração: DRGPS/MPS.

Ao constatarmos que ao longo do período de 2010 a 2019, a população em idade ativa cresceu em 11,2 milhões de pessoas, e projetarmos que nos 15 anos seguintes, entre 2019 e 2034, ela crescerá apenas 3,9 milhões, é possível perceber que a estrutura populacional brasileira caminha rapidamente para um cenário em que a oferta de mão-de-obra será mais escassa do que no passado.

**Gráfico 3.7 - Projeção da evolução da população em idade ativa (16 a 59 anos) - 2000-2060**



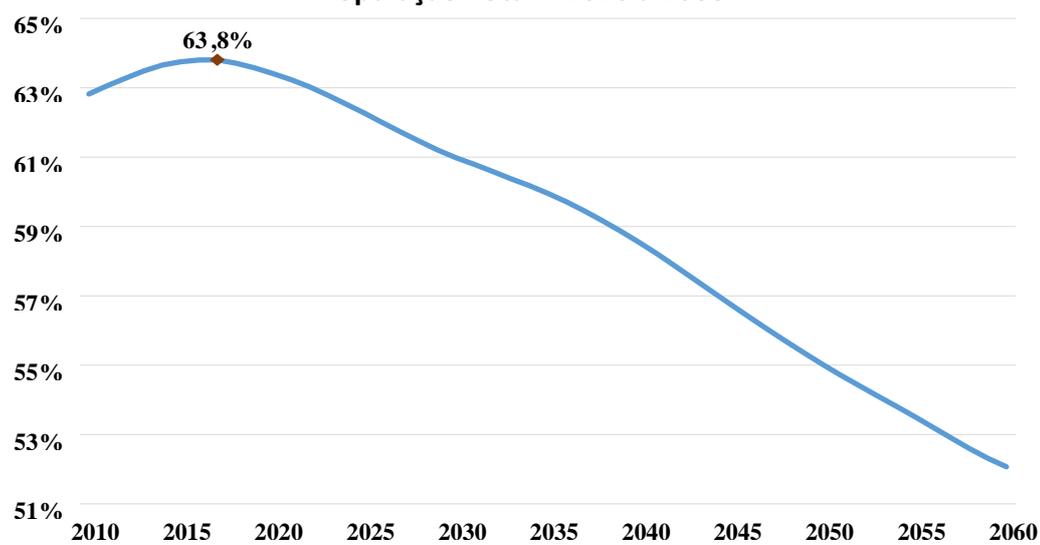
Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Elaboração: DRGPS/MPS

Quando se observa a população em idade ativa como proporção da população total, conforme o Gráfico 3.8, verifica-se que em termos relativos, o ponto de máximo dessa proporção já ocorreu em 2017, quando esse grupo etário respondeu por 63,8% da população total, caindo de forma constante a partir desse ano. Esse resultado revela que no Brasil já ocorreu o esgotamento do bônus demográfico<sup>8</sup>.

O aumento da expectativa de sobrevida e a diminuição da taxa de fecundidade previstos no horizonte da projeção elevam a participação dos idosos na composição da população. Conforme se pode observar no gráfico 3.9, o percentual da população idosa, considerada neste documento como a de idade igual ou superior a 60 anos, deverá aumentar de 13,8% no ano de 2019 para 32,2% em 2060. Esse processo é mais pronunciado entre as mulheres, para as quais o percentual de idosos aumentará quase 20 pontos percentuais no período 2019/2060, passando de 15,1% em 2019 para 34,8% em 2060. Entre os homens, o crescimento da população idosa no período será de 17 pontos percentuais, passando de 12,5% no ano de 2016 para 29,4% em 2050. Isto ocorre em função da expectativa de vida feminina ser maior do que a da masculina.

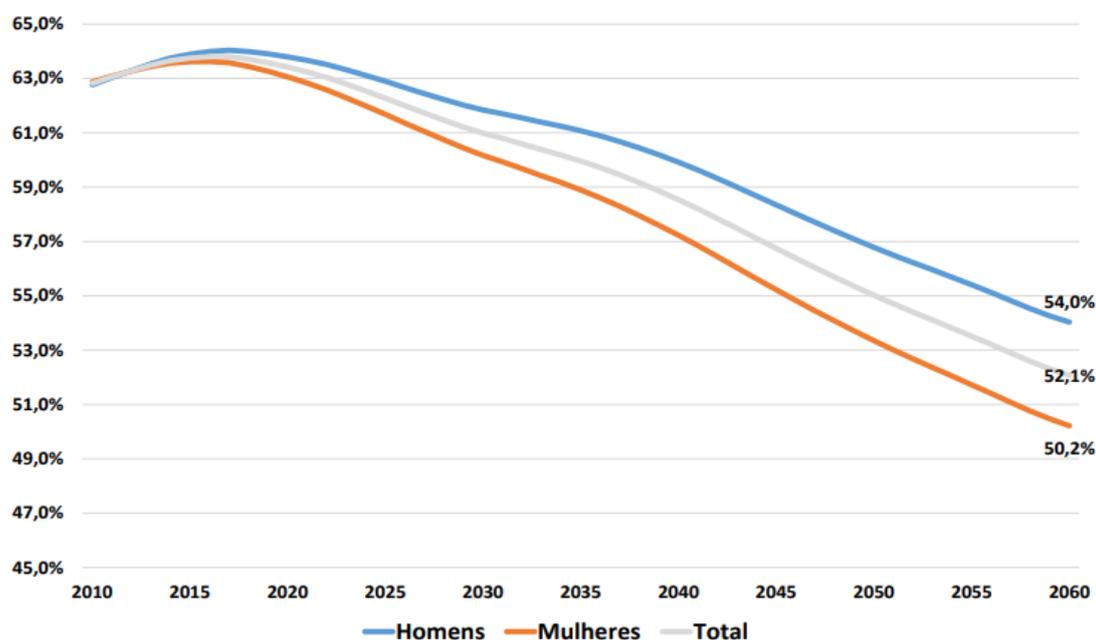
<sup>8</sup> Bônus demográfico pode ser entendido como o resultado do movimento de crescimento da proporção da população em idade ativa (16-59 anos) em relação à população em idade dependente (0-15 anos e 60 anos ou +), decorrente do processo de transição demográfica. Esse bônus, se aproveitado, auxilia a impulsionar o desenvolvimento econômico e social.

**Gráfico 3.8 – Proporção da População em Idade Ativa (16 a 59 anos) sobre a População Total – 2010 a 2060**



Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Elaboração: DRGPS/MPS

**Gráfico 3.9 – Evolução da Proporção da População Idosa (60 anos ou mais) no Brasil por Sexo e Total – 2010 a 2060**

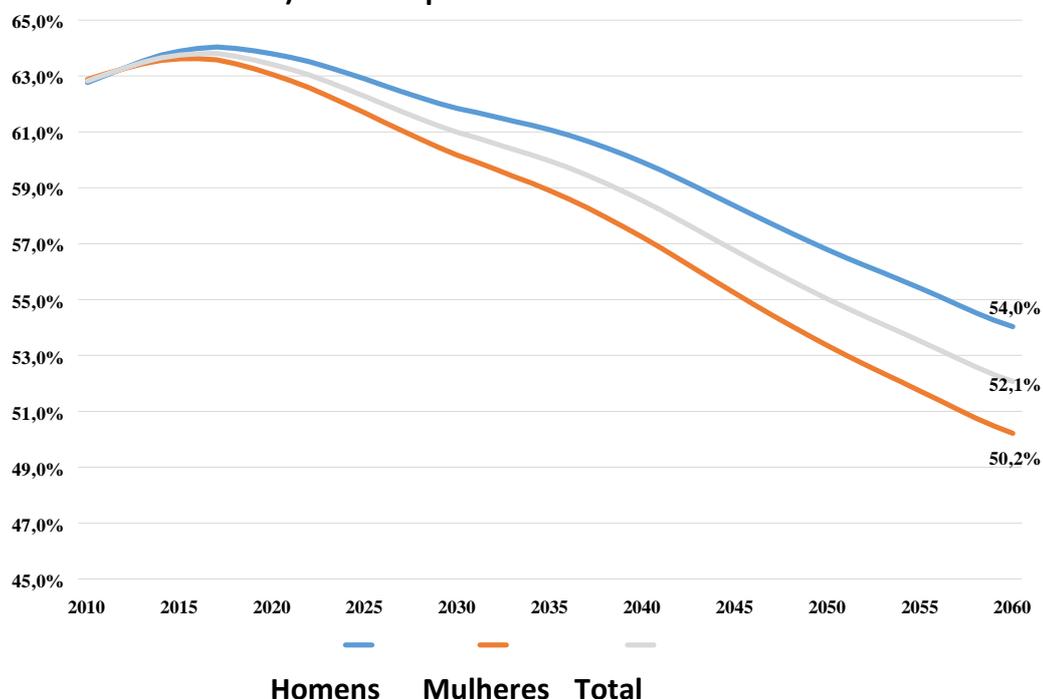


Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Elaboração: DRGPS/MPS

Quando se analisa a evolução da parcela da população com idade entre 16 e 59 anos, observa-se que a participação desse grupo etário na população total terá tendência de queda até 2060, com redução de sua participação de 62,8% em 2010 para 52,1% da população total em

2060. Quando analisada por sexo, verifica-se pelo Gráfico 3.10 que para ambos os casos já se iniciou a queda proporcional, sendo entre os homens em 2018 e entre as mulheres em 2017.

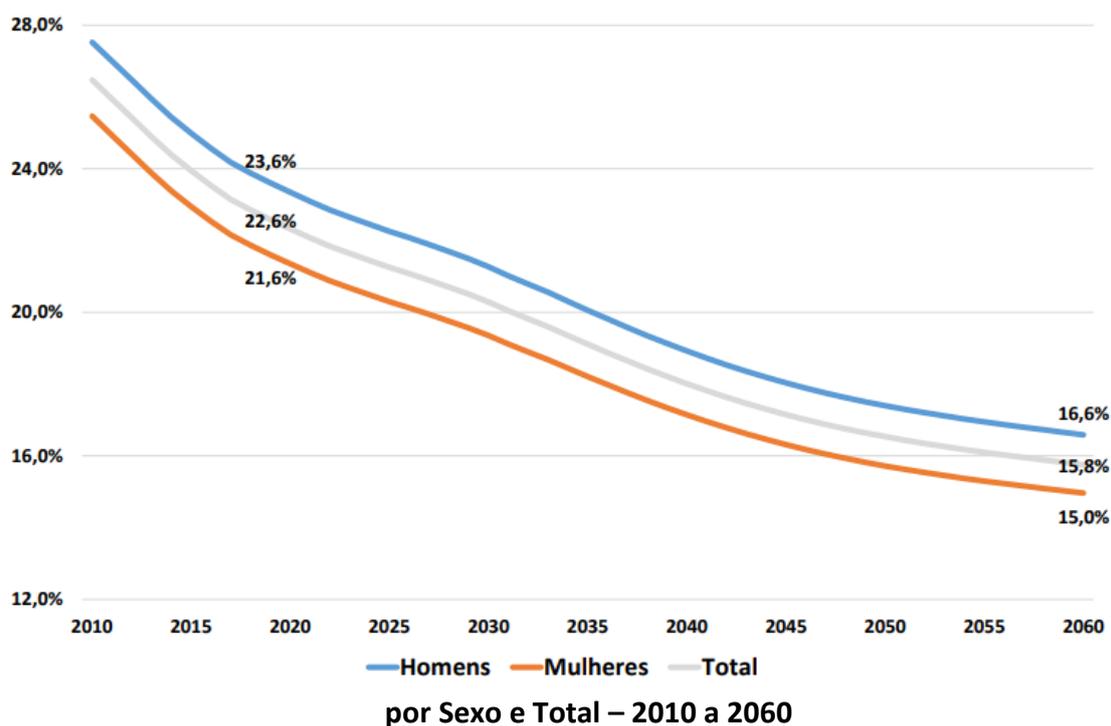
**Gráfico 3.10 – Evolução da Proporção da População em Idade Ativa (de 16 a 59 anos) no Brasil por Sexo e Total – 2010 a 2060**



Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Elaboração: DRGPS/MPS.

A faixa etária inferior a 16 anos apresenta o caminho inverso das faixas analisadas anteriormente, ou seja, observa-se uma trajetória decrescente ao longo de todo o período entre 2010 e 2060. No ano 2019, o percentual de pessoas com menos de 16 anos em relação ao total é de 22,6%, caindo para 15,8% em 2060. Para as mulheres o percentual cai de 21,6% em 2019 para 15,0% em 2060, enquanto para os homens a queda no período vai de 23,6% para 16,6% (Gráfico 3.11).

**Gráfico 3.11 – Evolução da Proporção da População Jovem (de 0 a 15 anos) no Brasil**



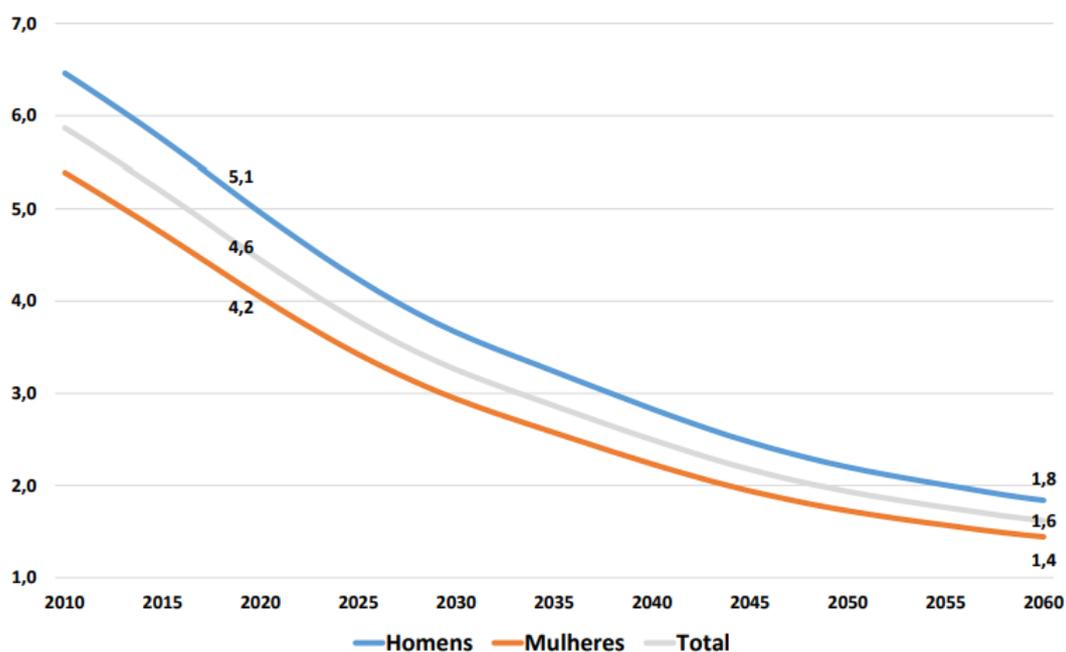
Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Elaboração: DRGPS/MPS

Por meio da divisão entre o número de pessoas com idade entre 16 e 59 anos e o número de pessoas com mais de 60 anos obtém-se a razão de dependência invertida, que é um importante indicador para os sistemas previdenciários que funcionam em regime de repartição. Essa razão nos diz quantas pessoas em idade ativa existem para cada pessoa em idade inativa. As projeções do IBGE demonstram a deterioração desta relação nos próximos anos, conforme espelhado no Gráfico 3.12. No ano 2019, para cada pessoa com mais de 60 anos, havia 4,6 pessoas com idade entre 16 e 59. Em 2060, esta relação deverá diminuir para 1,6.

Em resumo, as projeções demográficas utilizadas neste estudo indicam o progressivo crescimento da participação dos idosos na população até o ano de 2060. Para a Previdência, o incremento do número de idosos é parcialmente compensado pelo fato de que a população em idade ativa entre 16 e 59 anos também deverá crescer, embora a taxas decrescentes, atingindo seu tamanho absoluto máximo em 2034. Em 2060, para cada pessoa com mais de 60 anos, teremos 1,6 pessoa com idade entre 16 e 59 anos. Essa relação é substancialmente inferior à atual, que está em 4,6 indicando um progressivo comprometimento da base de sustentação da previdência social. Cabe observar que o horizonte temporal dessa análise permite visualizar

apenas parte dos impactos que a evolução demográfica terá a partir do início da década de 30 desse século, quando deverá iniciar a redução em termos absolutos da população em idade ativa e da década de 40, quando terá início a queda da população total do país.

**Gráfico 3.12 – Quantidade de Pessoas em Idade Ativa por Pessoa em Idade Inativa por Sexo e Total – 2010 a 2060**



Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Elaboração: DRGPS/MPS.

Embora o Brasil ainda tenha uma estrutura etária relativamente jovem, a forte queda nas taxas de fecundidade associadas às quedas nas taxas de mortalidade levarão a um rápido processo de envelhecimento da população e a uma redução acentuada da participação dos jovens no total da população, gerando grandes pressões por mudanças nas políticas públicas de forma geral e especificamente na previdenciária.

## 4. MODELO DE PROJEÇÕES FISCAIS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

### 4.1 Introdução

A mudança demográfica em curso no Brasil, pautada pelo aumento da expectativa de vida ao nascer, redução da taxa de mortalidade, contínua e persistente redução da taxa de fecundidade e aumento da expectativa de sobrevivência de pessoas em idades mais avançadas<sup>9</sup>, implicará transformações radicais no mecanismo de funcionamento financeiro e atuarial da Previdência Social, tanto pelo aumento das despesas (aumento do número de idosos inativos e maior duração dos benefícios recebidos), quanto pela redução da proporção dos contribuintes decorrente do encolhimento relativo da população economicamente ativa ao longo do tempo. Tais fatores implicam pressão adicional no sistema previdenciário atual, sugerindo a necessidade de avaliar a adequação do sistema à nova realidade demográfica.

Em 2016, técnicos da Secretaria do Tesouro Nacional – STN e da Secretaria de Política Econômica – SPE do Ministério da Economia, em conjunto com a equipe de Previdência Social do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, concluíram o desenvolvimento de um modelo de projeção de receitas e despesas de longo prazo para o Regime Geral de Previdência Social – RGPS. Desde 2016, esse novo modelo foi incorporado pela Secretaria de Previdência (DRGPS) do Ministério do Trabalho e Previdência (MPS), e foi utilizado para realizar as projeções oficiais do Governo Federal de receitas e despesas previdenciárias para diversos propósitos, dentre os quais se destacam:

- Discussão da reforma da previdência entre 2016 e 2018: avaliação da proposta inicial da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 287/2016 e de diversas propostas de alterações em meio às discussões no Congresso Nacional;
- Discussão da reforma da previdência no ano de 2019: avaliação da proposta inicial da PEC 06/2019 e de diversas propostas de alterações em meio às discussões no Congresso Nacional, as quais culminaram com a aprovação da Emenda Constitucional (EC) nº 103, de 2019.

---

<sup>9</sup> Estas são interpretadas como tendências estruturais, assim, mesmo que nos anos da pandemia do COVID-19 tenha ocorrido um maior nível de mortalidade, com consequentes reduções da expectativa de vida ao nascer e em idade avançada, espera-se o retorno, em algum momento, às tendências anteriormente verificadas.

- Elaboração de projeções que fizeram parte de diversos instrumentos orçamentários entre 2016 e 2022, com destaque ao Anexo de Metas Fiscais (IV.6) do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – PLDO, ao Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO da União e ao Balanço Geral da União – BGU (Nota Explicativa);
- Atendimento de inúmeras demandas institucionais de avaliação de impacto fiscal de diversas propostas de alteração da política previdenciária entre 2016 e 2022;

A utilização continuada do modelo e a publicidade dada aos documentos técnicos que o descrevem possibilitou a contribuição de diversos atores em termos de recomendações de aprimoramentos à metodologia utilizada. Nesse sentido, destaca-se, entre 2019 e 2021, o modelo passou pela avaliação de um Grupo de Trabalho formado por especialistas e por diversas auditorias de órgãos de controle, principalmente o Tribunal de Contas da União – TCU.

Entre 2021 e 2022, o modelo passou por diversos aprimoramentos metodológicos no âmbito da DRGPS/MPS, principalmente decorrentes da necessidade de incorporação das novas regras de acesso e de cálculo dos benefícios vigentes após a EC 103/2019 e de atualização de dados.

É importante a compreensão de que a aprovação da EC 103/2019 culminou com importante quebra estrutural em relação à dinâmica do RGPS observada até então. Nesse sentido, fez-se necessário que o modelo fosse completamente atualizado, com a incorporação de novas informações e adaptação da modelagem do cenário base projetado a partir de 2020, de maneira a contemplar o novo arcabouço institucional das regras em vigor e conferir ao modelo flexibilidade analítica suficiente que permita que sejam avaliadas novas propostas de mudança, subsidiando o aperfeiçoamento contínuo da política previdenciária. Assim, foi necessária a elaboração de uma nova versão do modelo de projeção do RGPS, cada vez mais adaptado à complexidade e especificidade da legislação previdenciária vigente e a realidade demográfica e econômica que o País enfrenta.

Contudo, é fundamental ressaltar que o arcabouço metodológico dessa versão atualizada do modelo continua a seguir padrões internacionais, tanto em relação às diretrizes para a prática atuarial em seguridade social, publicadas por instituições como a Organização Internacional do Trabalho – OIT, a *International Social Security Association* – ISSA e a *International Actuarial Association* – IAA, como em relação às metodologias desenvolvidas em meio aos modelos de

projeção utilizados por organismos internacionais, como OIT, Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

É importante ressaltar que, além dos procedimentos metodológicos de formulação matemática, análise e introdução de dados, definição de hipóteses e calibragem para a elaboração de um cenário base de evolução do RGPS, um objetivo essencial da atualização do modelo foi automatizar procedimentos, de modo a conferir maior celeridade no fornecimento de informações necessárias para avaliações tempestivas de eventuais alterações paramétricas da política previdenciária, com o intuito de subsidiar a formulação e discussão dessa importante política pública.

Nesse contexto, a SRGPS/MPS apresenta neste documento descrição detalhada da metodologia de nova versão do modelo de projeção do RGPS, bem como das fontes de dados primários que alimentam o modelo de projeção e as hipóteses utilizadas.

## **4.2. Aspectos teóricos e experiência internacional**

### **4.2.1. Atuária em seguridade social**

A área do conhecimento que lida com a avaliação de sistemas previdenciários, notadamente os públicos, denomina-se atuária em seguridade social, em que se destaca a importância da elaboração e utilização de modelos de projeção. Ao projetar a evolução futura dos sistemas previdenciários e permitir a avaliação dos impactos esperados de reformas previdenciárias, os modelos de projeção fornecem informações valiosas para os formuladores e gestores da política previdenciária em meio à necessidade constante de aperfeiçoamento e de monitoramento contínuo de diversas dimensões da política previdenciária (cobertura, adequação, equidade e sustentabilidade).

Segundo a *International Standard of Actuarial Practice - ISAP* (2019), um modelo é uma representação simplificada de relacionamentos entre organizações ou eventos que utiliza conceitos estatísticos, financeiros, econômicos ou matemáticos. Assim, um modelo apresenta uma especificação a partir de premissas e hipóteses, dados e metodologias, com o objetivo de produzir resultados destinados a informar trajetórias e variações em variáveis de interesse no sistema que representa.

Nesse sentido, o objetivo de um modelo é contemplar o conjunto de incertezas quanto ao desenvolvimento futuro das variáveis que determinam o volume de benefícios previdenciários e suas complexas inter-relações e interações com o ambiente demográfico e socioeconômico.

A complexidade do tema exige uma abordagem interdisciplinar, já que a projeção exige conhecimento de questões demográficas (fecundidade, mortalidade, envelhecimento etc.), econômicas (mercado de trabalho, macroeconomia, finanças públicas etc.), institucionais (regras de acesso e cálculo de benefícios etc.), dimensões que interagem entre si.

A prática atuarial em seguridade social também deve lidar com características intrínsecas aos sistemas previdenciários públicos, os quais comumente se diferenciam dos sistemas ocupacionais e complementares. No caso do RGPS brasileiro, tais especificidades manifestam-se por: organização estatal, participação obrigatória (aos indivíduos que trabalham), ampla cobertura, financiamento por repartição simples. Para tais sistemas, é comum que seja utilizado o *método do grupo aberto* (ou massa aberta), o qual inclui não apenas as receitas e despesas futuras decorrentes dos direitos dos atuais beneficiários e segurados, mas também os direitos das novas gerações que devem participar do sistema no futuro.

#### **4.2.2. Diretrizes e experiência internacional**

Diversos normativos internacionais estabelecem diretrizes orientativas para o trabalho atuarial na área de seguridade social. Dentre os principais documentos, destacam-se:

- Convenção nº 102 da OIT sobre Previdência Social, de 1952: define normas mínimas sobre seguridade social e chama atenção sobre a importância de que “os estudos atuariais e cálculos necessários relativos ao equilíbrio financeiro sejam feitos periodicamente” (Artigo 71.3);
- *International Standard of Actuarial Practice (ISAP) 1*: publicada pela *International Actuarial Association (IAA)* em 2012 (revisada em 2017), com o objetivo de fornecer orientação aos atuários em meio à elaboração de estudos atuariais. De maneira geral, as recomendações proporcionarão aos usuários dos estudos a confiança de que (i) os trabalhos atuariais são realizados com profissionalismo e zelo, (ii) os resultados são relevantes e completos (para as suas necessidades) e apresentados de forma clara e compreensível; e (iii) as premissas e técnicas de modelagem utilizadas são divulgadas de forma adequada.

- *International Standard of Actuarial Practice (ISAP) 2*: também publicada pela IAA em 2013 (revisada em 2018), com destaque às orientações para a prática adequada associada ao tipo de análise financeira, dados, suposições, entre outros.
- *Guidelines on Actuarial Work for Social Security*: publicada em 2016, conjuntamente pela ISSA e pela OIT, reúne os princípios a serem considerados pelas instituições previdenciárias no que se refere ao trabalho atuarial relacionado aos regimes previdenciários, nesse sentido, as diretrizes ajudam as instituições de previdência social a identificar o que é fundamental a considerar, ainda que não sejam apresentadas prescrições detalhadas sobre a execução.

Diversos organismos internacionais vêm desenvolvendo modelos e técnicas para a prática atuarial em seguridade social, com o intuito de avaliar a política previdenciária nos diferentes países, bem como a necessidade e alternativas de reformas. Dentre esses esforços, destacam-se:

- Modelo de Previdência da OIT (ILO-PENS Model): permite a avaliação de sistemas previdenciários a partir de estimativas atuariais de despesas e receitas futuras. Esse modelo integra uma família de modelos quantitativos de análise financeira da OIT e ferramentas que permitem a simulação de custos de programas nacionais de seguridade social, de maneira consistente sob várias circunstâncias econômicas nacionais. A OIT possui larga tradição no tema e publicou em 2021 uma versão atualizada desse modelo;
- Modelo PROST (*Pension Reform Options Simulation Toolkit*) do Banco Mundial: destaca-se por sua flexibilidade, já tendo sido adaptado para mais de 100 países clientes;
- Modelo-padrão do BID: elaborado para realização de atividades de capacitação para os profissionais que trabalham nos sistemas previdenciários da América Latina e Caribe, por meio da Red-Plac, que possibilita a interação e compartilhamento de informações entre seus membros. O intuito é fornecer um guia com orientações para a criação de modelos, tratamento de questões metodológicas fundamentais e possíveis aprimoramentos dos modelos utilizados em cada país.

### 4.3. Metodologia do modelo de projeções do RGPS

#### 4.3.1. Abrangência

O modelo desenvolvido para projeção de receitas e despesas contempla a evolução das quantidades, dos preços e dos valores de diversos grupos de espécie de benefícios previdenciários (RGPS) e quatro (4) benefícios assistenciais, todos descritos na Tabela 1. Além da divisão por grupos de espécie de benefícios, os benefícios previdenciários são especificados por três (3) Clientelas: Rural, Urbana que recebe o piso previdenciário (Urbana-Piso) e Urbana que recebe acima do piso previdenciário (Urbana-Acima).<sup>10</sup> Com exceção do Salário-Maternidade, todo o conjunto de benefícios citados são modelados com diferenciação por sexo (Homem, Mulher). Sucintamente, as interações possíveis entre grupos de espécie de benefícios, clientelas e sexo totalizam um universo de 85 categorias específicas de benefícios modelados (Tabela 4.1).

Destaca-se que o modelo não utiliza informações individuais, mas sim informações de **coortes** (ou classes anuais) populacionais, as quais consistem na unidade demográfica diretamente acima do nível individual. Essas promovem o agrupamento de indivíduos nascidos em mesmo momento do tempo, nesse caso, ano. Na versão atual do modelo, todas as projeções são realizadas por coortes de idade e compreendem o período até 2100, assim, todas as equações do modelo são especificadas pelas 3 dimensões a seguir: Idade =  $i = \{0, 1, \dots, 99, 100+\}$ ; Ano ou exercício =  $t = \{2020, 2021, \dots, 2100\}$ ; Sexo =  $s = \{H, M\}$ :

---

<sup>10</sup> No caso de 2022, os valores de benefício dessa clientela estão entre o SM (R\$ 1.212,00) e o teto do RGPS (7.087,22).

**TABELA 4.1 – Descrição do conjunto de benefícios contemplados no modelo de projeções previdenciárias**

| <i>Benefícios</i>  | <i>Sigla</i>  | <i>Clientela</i> | <i>Sexo</i> | <i>Total</i> |
|--|---------------|------------------|-------------|--------------|
| Aposentadoria Por Idade  | <i>Apid</i>   | 3                | 2           | 6            |
| ATC (B-42)   | <i>Atcn</i>   | 3                | 2           | 6            |
| ATC Professor (B-46)   | <i>Atcp</i>   | 2                | 2           | 4            |
| Aposentadoria Especial   | <i>Atce</i>   | 3                | 2           | 6            |
| Aposentadoria por Incap. Permanente<br>(natureza previdenciária) | <i>Aivp</i>   | 3                | 2           | 6            |
| Aposentadoria por Incap. Permanente<br>(natureza acidentária)    | <i>Aiva</i>   | 3                | 2           | 6            |
| Auxílio por Incap. Temporária<br>(natureza previdenciária)       | <i>Axdp</i>   | 3                | 2           | 6            |
| Auxílio por Incap. Temporária<br>(natureza acidentária)          | <i>Axda</i>   | 3                | 2           | 6            |
| Auxílio-Acidente (natureza previdenciária)                       | <i>Axap</i>   | 3                | 2           | 6            |
| Auxílio-Acidente (natureza previdenciária)                       | <i>Axaa</i>   | 3                | 2           | 6            |
| Auxílio-Reclusão   | <i>Axre</i>   | 2                | 2           | 4            |
| Salário-Maternidade  | <i>Salm</i>   | 3                | 1           | 3            |
| Pensão por Morte (natureza previdenciária)                       | <i>Ppmp</i>   | 3                | 2           | 6            |
| Pensão por Morte (natureza acidentária)                          | <i>Ppma</i>   | 3                | 2           | 6            |
| BPC/Loas Pessoa Idosa  | <i>Bpcido</i> | 1                | 2           | 2            |
| BPC/Loas Pessoa com Deficiência                                  | <i>Bpcdef</i> | 1                | 2           | 2            |
| RMV Idade e Invalidez <sup>11</sup>                              | <i>Rmv</i>    | 2                | 2           | 4            |
| <b>Total</b>   |               |                  |             | <b>85</b>    |

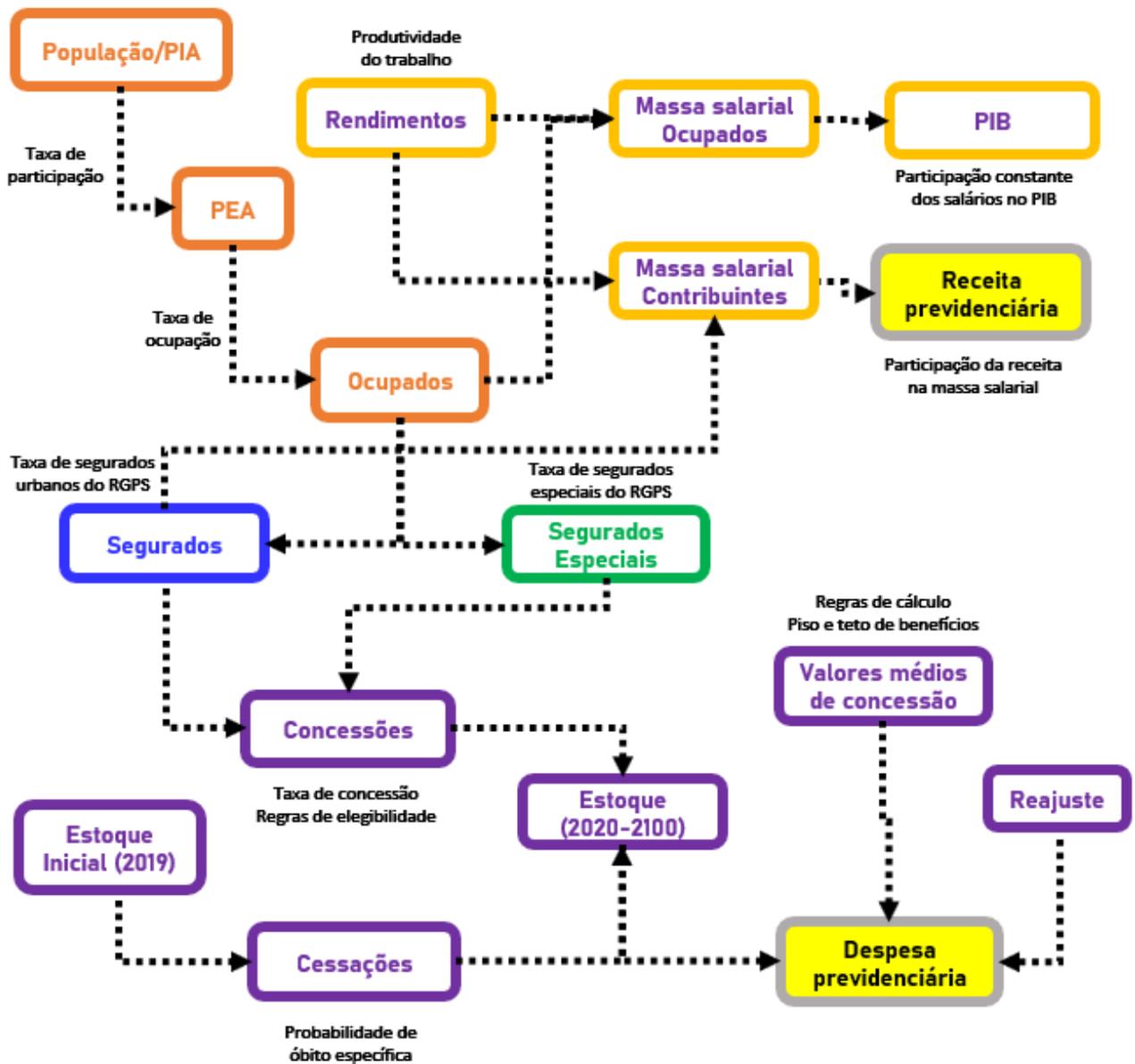
#### 4. 3.2. Lógica

De maneira sucinta, o modelo de projeções fiscais de receitas e despesas previdenciárias e assistenciais funciona de acordo com a Figura 4.1, abaixo. Inicialmente, parte-se da projeção dos segurados, a qual se dá por meio da decomposição do quantitativo da população brasileira em diversos subconjuntos populacionais (PEA, ocupados e contribuintes), a partir de elementos de demografia e mercado de trabalho. Em segundo lugar, são projetados os **rendimentos** médios das subpopulações, além de elementos como massa salarial, crescimento do PIB e receitas previdenciárias. Na sequência, são projetadas as dinâmicas dos **benefícios**. De um lado, são

<sup>11</sup> A Renda Mensal Vitalícia (RMV) encontra-se em extinção desde 1996 (alteração do Art. 40 da Lei nº 8.742/1993). Assim, não existem novas concessões desse benefício.

projetados os fluxos de entradas (concessões) e de saídas (cessações) de benefícios, os quais, por sua vez, refletem a transição demográfica em curso no país. De outro, são projetados os preços fundamentais para o comportamento da despesa previdenciária, ou seja, valores médios de concessão dos benefícios, a partir das diferentes regras de cálculo, e os reajustes dos benefícios. Por fim, são projetados os valores das despesas com benefícios. Destaca-se que o modelo é **determinístico**, ou seja, a partir da fixação de um conjunto de variáveis, o modelo determina de maneira única seus resultados. Tal perspectiva metodológica encontra respaldo na experiência internacional de modelos semelhantes descritos anteriormente.

Figura 1. Esquema da estrutura geral do modelo



### 4.3.3. Subconjuntos populacionais: quantidades

A projeção das **quantidades** de benefícios é realizada por meio de coortes populacionais de idade e sexo ao longo do tempo  $(i,s,t)$ . O primeiro passo é decompor a população nos seguintes subconjuntos populacionais: população em idade ativa (PIA), população economicamente ativa (PEA), em conceito expandido<sup>12</sup>, população ocupada (*Ocup*), em conceito expandido, segurados especiais, segurados do RGPS e não-segurados do RGPS (não-contribuintes, beneficiários e servidores públicos cobertos por RPPS), de acordo com a Figura 2 abaixo. Nota-se que a modelagem da evolução dinâmica do mercado de trabalho é necessária para a estimação da quantidade de segurados passíveis de se tornarem elegíveis aos benefícios previdenciários. Ressalta-se que a modelagem de cada camada da decomposição populacional possui como objetivo permitir uma maior flexibilidade ao modelo, de maneira a possibilitar a simulação dos impactos de diferentes cenários de evolução do mercado de trabalho sobre as projeções fiscais previdenciárias.<sup>13</sup>

Nesse sentido, a partir das respectivas populações de homens e mulheres de uma coorte  $i$  no ano  $t$  ( $P_{s,i,t}$ ), toma-se o subconjunto com idades entre 15 e 64 anos para formar a população em idade ativa (PIA) ( $P_{s,i,t}^{PIA}$ ), conforme equação (1). A partir da PIA, é obtida a população economicamente ativa (PEA) ( $P_{s,i,t}^{PEA}$ ), a partir de estimativas da taxa de participação ( $\mu_{s,i,t}^{PEA}$ ), de acordo com a equação (2). Na sequência, a população ocupada ( $P_{s,i,t}^{Ocup}$ ), em conceito expandido, é calculada por meio da taxa de ocupação ( $\mu_{s,i,t}^{Ocup}$ ). A seguir, a população ocupada é dividida em três subconjuntos, a partir de taxas de cobertura específicas de segurados especiais ( $\mu_{s,i,t}^{SegEsp}$ ) e de segurados ( $\mu_{s,i,t}^{Seg}$ ): subpopulação de segurados especiais ( $P_{s,i,t}^{SegEsp}$ ), subpopulação de segurados urbanos do RGPS ( $P_{s,i,t}^{Seg}$ ) e população não-segurada pelo RGPS. A definição do subconjunto populacional de segurados é de fundamental interesse, pois consiste no montante de potenciais

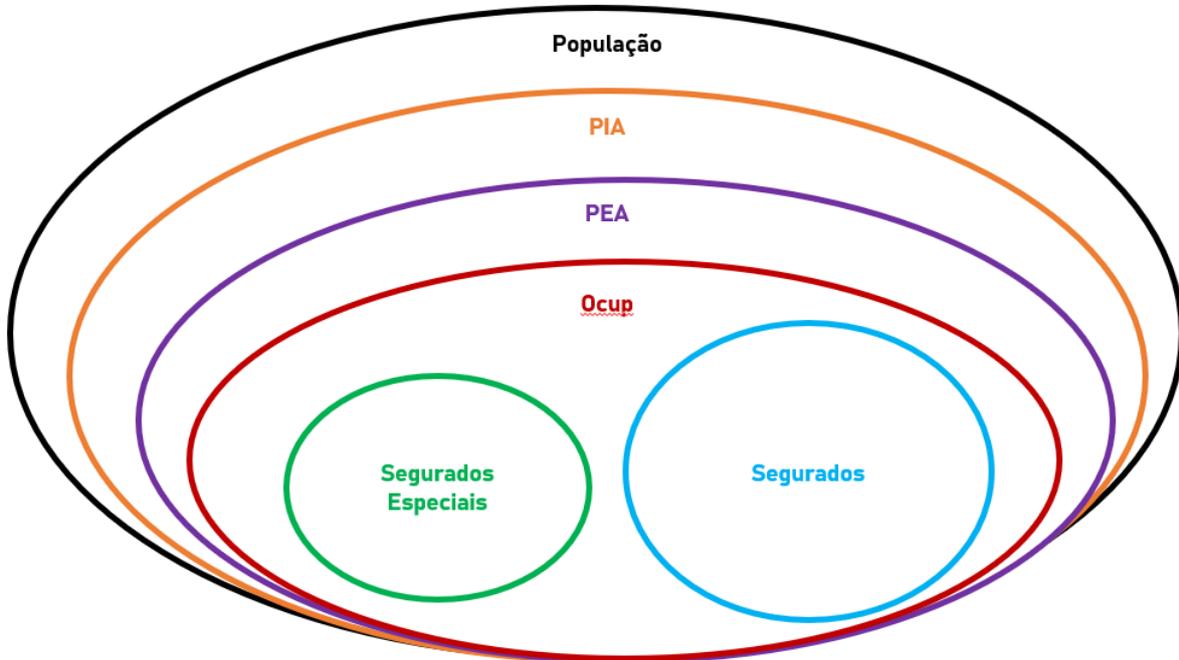
---

<sup>12</sup> O conceito expandido refere-se à inclusão entre a população economicamente ativa e os ocupados dos segurados especiais. Conforme o inciso VII do artigo 11 da lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, é segurado especial quem – entre outras condições – reside em imóvel rural ou urbano próximo a área em que participa, individualmente ou em família, de produção agropecuária, pesca artesanal ou extração vegetal em micro ou pequeno estabelecimento. Tendendo à subsistência, trata-se também de um grupo por definição informal, mas cujos integrantes são segurados obrigatórios “unicamente pelo exercício de sua atividade, sendo contribuintes obrigatórios apenas quando comercializam sua produção” (ANSILIERO, CONSTANZI, FERNANDES 2019, p. 28)

<sup>13</sup> Como referência teórica importante, destaca-se Iyer (2002).

beneficiários futuros do RGPS. No caso dos segurados especiais, tal subpopulação é identificada não pelo local de moradia, mas por critérios de ocupação em atividades agrícolas.<sup>14</sup>

**Figura 2.** Decomposição dos subconjuntos populacionais



Como detalhado nos Anexos II e III, onde são apresentados os detalhamentos das fontes de dados e das hipóteses utilizadas, são utilizados dados históricos anuais do período entre 2010 e 2019 e, assim, as projeções dos subconjuntos populacionais são realizadas a partir de 2020 até o ano de 2100.

A estratégia metodológica adotada em todas as equações do modelo é descrita a seguir. Inicialmente, parte-se de informações históricas a partir de dados populacionais e de mercado para a estimativa de diversas taxas. Em segundo lugar, adota-se uma premissa sobre o comportamento dessas taxas ao longo do tempo. Em terceiro lugar, a partir da projeção populacional até 2100, são aplicadas as taxas estimadas, o que resulta na projeção, por coorte (s, i, t) dos subconjuntos populacionais ao longo do tempo. Tal lógica permeia todas as equações do modelo de projeção, ainda que existam eventuais particularidades.

<sup>14</sup> A descontinuidade da PNAD exigiu o desenvolvimento de uma nova metodologia para utilizar as informações da PNAD Contínua, a qual foi publicada em 2021 pela DRGPS/MPS (CGEET, 2021).

$$P_{s,i,t}^{PIA} = \sum_{i=15}^{64} P_{s,i,t} \quad (1)$$

$$P_{s,i,t}^{PEA} = P_{s,i,t}^{PIA} \cdot \mu_{s,i,t}^{PEA} \quad (2)$$

$$P_{s,i,t}^{Ocup} = P_{s,i,t}^{PEA} \cdot \mu_{s,i,t}^{Ocup} \quad (3)$$

$$P_{s,i,t}^{SegEsp} = P_{s,i,t}^{Ocup} \cdot \mu_{s,i,t}^{SegEsp} \quad (4)$$

$$P_{s,i,t}^{Seg} = P_{s,i,t}^{Ocup} \cdot \mu_{s,i,t}^{Seg} \quad (5)$$

#### 4.3.4. Benefícios previdenciários e assistenciais: quantidades

A projeção da evolução dos estoques dos benefícios segue o *método do fluxo* no caso dos *benefícios permanentes* (aposentadorias, pensões por morte, BPC) e o *método do estoque* no caso dos benefícios temporários (auxílios, salário-família e salário-maternidade). Ressalta-se que os estoques são estimados como posicionados em 31/12 de cada ano. No entanto, para a estimativa do valor monetário da despesa, é utilizada estimativa do estoque médio do ano obtido a partir da média aritmética entre os estoques em 31/12 do ano anterior e em 31/12 do ano em questão.

Aposentadorias, auxílios-acidente/reclusão e benefícios assistenciais

Todas as modalidades de aposentadorias do RGPS (Apid, Atcn, Atcp, Atce, Aivp, Aiva), os auxílios-acidente e auxílio-reclusão (Axaa, Axap, Axre), e os benefícios assistenciais (Bpcido, Bpcdef, Rmv) consistem em benefícios de caráter permanente, sendo modelados pelo *método do fluxo*, em que a evolução dos estoques de benefícios é dada pela dinâmica de entradas e saídas aplicadas aos estoques passados. Todos os benefícios possuem modelagem por idade (i) e sexo(s), enquanto as aposentadorias também possuem subdivisão por clientela (Rural, Urbana-Piso e Urbana-Acima).

A equação (6) é a responsável pela projeção dos estoques de benefícios e possui diferenciação por idade, a depender da idade mínima de acesso ao benefício ( $m$ ) e idade máxima dos dados utilizados ( $w$ ).<sup>15</sup> Basicamente, a quantidade de benefícios associados a beneficiários com idade  $i$  no ano  $t$  (posição em 31/12) ( ${}_{\beta}E_{s,i,t}$ ) é projetada pela estimativa de beneficiários sobreviventes do ano anterior ( ${}_{\beta}E_{s,i-1,t-1} \cdot (1 - {}_{\beta}q_{s,i-1,t-1})$ ), ou seja, excluindo-se as cessações, e somando a isso o fluxo de entrantes, ou seja, a quantidade de concessões (fluxo) de benefícios ( ${}_{\beta}Co_{s,i,t}$ ) na

<sup>15</sup> No modelo, a idade máxima é igual a 100 anos ou mais ( $w = 100+$ ).

idade  $i$  que sobrevivem até o fim do ano  $t$ .<sup>16</sup> A probabilidade de óbito específica (ajustada) ( $\beta q_{s,i,t}$ ) consiste na medida de exposição ao risco de óbito experimentada pelos indivíduos com idade  $i$  no ano  $t$  (chance dele não sobreviver até a idade  $x+1$ ). Observa-se que, no caso dos benefícios nos quais inexistente idade mínima de acesso (Aivp, Aiva, Axaa, Axap, Axre), pode-se assumir que  $m=0$ , e assim  $i > m$ , para todo  $i$ . Por fim, destaca-se que a diferenciação das fórmulas entre as idades visa levar em conta uma particularidade do comportamento etário das concessões nos casos de benefícios que possuem idade mínima. Nesses casos, é bastante comum que a quantidade de concessões em determinada idade e em determinado ano (fluxo) seja bastante inferior ao estoque com mesma idade e no mesmo ano (posição de 31/12), o que decorre do fato de que muitos indivíduos que têm suas concessões registradas em determinada idade  $x$  vêm suas idades aumentadas para  $x+1$  antes do fim do período. Nesse sentido, a utilização dos parâmetros 0,75 (caso  $i = m$ ) e 0,25 (caso  $i = m+1$ ) decorre da avaliação da implementação prática das fórmulas para a projeção de estoques nos casos de idades iguais ou próximas às idades mínimas.

As concessões de benefícios (fluxo) são calculadas pela equação (7) por meio da aplicação de uma taxa de concessão de benefício ( $\beta \rho_{s,i,t}$ ) multiplicada pela quantidade média de segurados/subpopulação potencialmente elegível aos benefícios (segurados ( $P_{s,i,t}^{Seg}$ ), segurados especiais ( $P_{s,i,t}^{Seg}$ ) e população ( $P_{s,i,t}$ )), ou seja, aqueles indivíduos passíveis de atingirem as condições de elegibilidade necessárias para requererem determinado benefício previdenciário ou assistencial.<sup>17</sup>

Basicamente, as taxas de concessão são calculadas para os anos compreendidos entre 2010 e 2019 (a partir de informações administrativas de concessões de benefícios e estimativas de segurados e de contribuintes), e projetadas até 2100 a partir de hipóteses para cada taxa, inferidas a partir da avaliação do comportamento histórico observado (ver Seção 5 e Anexos II e III).

---

<sup>16</sup> Utilizando um exemplo para ajudar a compreensão, tem-se que a quantidade de homens de 68 anos aposentados em 2023 é estimada como sendo igual à quantidade de homens aposentados com 67 anos em 2022 que não tiveram benefício cessado somada às concessões de aposentadorias para homens de 68 anos em 2023.

<sup>17</sup> Nota-se que no caso do auxílio-reclusão, é utilizada como base de incidência de probabilidades os segurados homens, além da idade ser deslocada a fim de evitar a verificação de valores zerados.

$$\beta E_{s,i,t} = \begin{cases} \beta E_{s,i-1,t-1} \cdot (1 - \beta q_{s,i-1,t-1}) \\ + 0,5 \cdot \beta Co_{s,i-1,t} \cdot (1 - 0,5 \cdot \beta q_{s,i-1,t}) \\ + 0,5 \cdot \beta Co_{s,i,t} \cdot (1 - 0,5 \cdot \beta q_{s,i,t}), & \forall i > m + 1 \\ \beta E_{s,i-1,t-1} \cdot (1 - \beta q_{s,i-1,t-1}) \\ + 0,75 \cdot \beta Co_{s,i-1,t} \cdot (1 - 0,5 \cdot \beta q_{s,i-1,t}) \\ + 0,5 \cdot \beta Co_{s,i,t} \cdot (1 - 0,5 \cdot \beta q_{s,i,t}), & i = m \\ \beta E_{s,i-1,t-1} \cdot (1 - \beta q_{s,i-1,t-1}) \\ + 0,5 \cdot \beta Co_{s,i-1,t} \cdot (1 - 0,5 \cdot \beta q_{s,i-1,t}) \\ + 0,25 \cdot \beta Co_{s,i,t} \cdot (1 - 0,5 \cdot \beta q_{s,i,t}), & \forall i = m + 1 \\ \beta E_{s,i,t-1} \cdot (1 - \beta q_{s,i,t}) + \beta E_{s,i-1,t-1} \cdot (1 - \beta q_{s,i-1,t-1}), & i = w \end{cases} \quad (6)$$

$\forall \beta = \{Apid, Atcn, Atce, Atcp, Aivp, Aiva, Axaa, Axap, Axre, Bpcido, Bpcdef\}$

$$\beta Co_{s,i,t} = \begin{cases} \beta \rho_{s,i,t} \cdot P_{s,i,t}^{Seg}, \\ \beta = \{Apid_{Urb}, Atcn_{Urb}, Atce, Atcp, Aivp_{Urb}, Aiva_{Urb}, Axap_{Urb}, Axaa_{Urb}, Axre\} \\ \beta \rho_{s,i,t} \cdot P_{s,i,t}^{SegEsp}, \\ \beta = \{Apid_{Rur}, Atcn_{Rur}, Axap_{Rur}, Axaa_{Rur}, Aivp_{Rur}, Aiva_{Rur}\} \\ \beta \rho_{s,i,t} \cdot P_{s,i,t}, \\ \beta = \{Bpcido, Bpcdef\} \end{cases} \quad (7)$$

### **Estimativas das probabilidades de óbito específicas aos beneficiários do RGPS**

A duração média dos benefícios permanentes é elemento crucial para as projeções previdenciárias de médio e longo prazo. Todavia, o uso das probabilidades de óbito das tábuas da população brasileira (publicadas pela ONU) poderia não refletir as diferenças esperadas, em termos do perfil de mortalidade, entre os beneficiários das clientelas urbana e rural, assim como diferenças entre espécies de benefícios, tais como as aposentadorias programadas, aposentadorias por incapacidade, pensões por morte e BPC. Nesse sentido, foram estimadas probabilidades de óbito específicas aos beneficiários do RGPS, de acordo com as respectivas idades e sexo, com intuito de mensurar de maneira mais adequada a duração média dos benefícios permanentes. O procedimento aplicado encontra-se descrito no Anexo IV.

### **Avaliação das novas regras de acesso introduzidas pela EC 103/2019**

Todo o conjunto de alterações da EC 103/2019 teve seu efeito fiscal avaliado e incorporado a essa versão do modelo. Em relação às regras de acesso das Aposentadorias por Tempo de Contribuição

e Aposentadoria Especial, destaca-se que foi necessária a implementação no modelo de projeção de um simulador específico, descrito na seção 4.1. A partir desse ferramental de microsimulação, todas as concessões estimadas inicialmente pela dinâmica regularmente observada até 2019<sup>18</sup> são postergadas de acordo com a previsão resultante da aplicação do simulador.

#### 4.3.5. Benefícios temporários: auxílios e salário-maternidade

Diferentemente das aposentadorias, auxílios-acidente e auxílio-reclusão, interpretados e modelados como benefícios permanentes, o Auxílio por Incapacidade Temporária de natureza previdenciária (doença - Axdp) ou de natureza acidentária (Axda), e Salário-maternidade (Salmat) são modelados pelo *método do estoque*, de acordo com a equação explicitada em (8). Basicamente, o estoque de benefícios em determinado ano ( ${}_{\alpha}E_{s,i,t}$ ) é igual ao produto entre as concessões ( ${}_{\alpha}Co_{s,i,t}$ ) e a relação entre concessão e estoque observada no(s) ano(s) anterior(es) ( ${}_{\alpha}\delta_{s,i,t-1}$ ). Por sua vez, as concessões do Axdp e Axda são projetadas por meio da aplicação da taxa de pertencimento ou de geração de auxílios à subpopulação de segurados de determinada clientela ( ${}_{\alpha}\phi_{s,i,t}$ ).<sup>19</sup> Já as concessões do Salmat são calculadas por meio da aplicação da taxa de geração do benefício multiplicada pela população de mulheres seguradas, dividida pela taxa de fecundidade em determinado ano ( $\varphi_t$ ). Tal parâmetro é fundamental, uma vez que a redução esperada da taxa de fecundidade levaria ao decréscimo dos nascimentos (principal fato gerador do benefício), mas que pode ser compensado pelo aumento da população segurada elegível ao benefício. No caso do Salmat, ressalta-se que o quantitativo está associado exclusivamente aos benefícios pagos diretamente pelo INSS às seguradas, o que corresponde a somente cerca de 26% do total de beneficiárias em 2019.<sup>20</sup>

Como no caso das aposentadorias, as taxas de concessão são calculadas para os anos compreendidos entre 2010 e 2019 (a partir de informações administrativas de concessões de benefícios e estimativas de segurados e de contribuintes), e projetadas até 2100 a partir de

---

<sup>18</sup> Como a reforma foi publicada somente no final de 2019 (13/11), optou-se, por simplificação, em considerar somente a aplicação das novas regras no ano de 2020.

<sup>19</sup> Logo, a quantidade de homens de 50 anos que terão auxílio concedido em 2023 é estimada como sendo igual a quantidade estimada de homens segurados de 50 anos em 2023 multiplicada pela taxa de geração desse benefício.

<sup>20</sup> A maior parcela da despesa com esse benefício ocorre indiretamente, uma vez que as empresas realizam o pagamento do benefício a suas empregadas e abatem tais montantes do total de suas contribuições previdenciárias.

hipóteses para cada taxa, inferidas a partir da avaliação do comportamento histórico observado (ver Seção 5 e Anexos II e III).

$$\alpha E_{s,i,t} = \alpha C_{o,s,i,t} \cdot \alpha \delta_{s,i,t-1}, \quad \forall \alpha \in \{Axdp, Axda, Salmat\} \quad (8)$$

$$\alpha C_{o,s,i,t} = \begin{cases} \alpha \phi_{s,i,t} \cdot P_{s,i,t}^{Seg}, & \forall \alpha = \{Axdp_{Urb}, Axda_{Urb}\} \\ \alpha \phi_{s,i,t} \cdot P_{s,i,t}^{SegEsp}, & \forall \alpha = \{Axdp_{Rur}, Axda_{Rur}\} \\ \alpha \phi_{M,i,t} \cdot (P_{M,i,t}^{Seg} \cdot \varphi_t), & \alpha = \{Salmat_{Urb}\} \\ \alpha \phi_{M,i,t} \cdot (P_{M,i,t}^{SegEsp} \cdot \varphi_t), & \alpha = \{Salmat_{Rur}\} \end{cases} \quad (9)$$

$$\alpha \delta_{s,i,t-1} = \begin{cases} \alpha C_{o,s,i,t-1} / \alpha E_{s,i,t-1}, & \forall \alpha = \{Axdp, Axda\} \\ \alpha C_{oM,i,t-1} / (\alpha E_{M,i,t-1} \cdot \varphi_{t-1}), & \alpha = \{Salmat\} \end{cases} \quad (10)$$

#### 4.3.6. Pensões por Morte

As projeções dos estoques totais de Pensões ( ${}_p E_{s,i,t}$ ) são dadas pela equação (11), onde se observa uma decomposição entre Pensões do Tipo A ( ${}_{pa} E_{s,i,t}$ ), concedidas antes de 2015, explicitadas na equação (12) e do Tipo B ( ${}_{pb} E_{s,i,t}$ ), concedidas a partir de 2015 e sujeitas às regras da Lei 13.135/2015, conforme a equação (13).

A equação (12) calcula a quantidade de pensões do tipo A ( ${}_{pa} E_{s,i,t}$ ) utilizando o estoque do ano anterior (t-1) da idade anterior (i-1), multiplicando pelo número de sobreviventes que chegaram ao ano t com a idade i, ou seja, excluindo-se as cessações. Observa-se que, por construção, pensões do tipo A consistem em massa fechada, ou seja, sem novas concessões a partir de 2015.

Já a equação (13) calcula a quantidade de pensões do tipo B ( ${}_{pb} E_{s,i,t}$ ) a partir da aplicação do método do fluxo. A partir do estoque do ano anterior são descontadas as saídas provenientes tanto da mortalidade dos beneficiários, mas também como oriundos do mecanismo legal de

cessação automática ( $\sigma_{s,i,t}$ ).<sup>21</sup> Além disso, é somado o fluxo de entrantes anuais ( ${}_{pb}C_{O_{s,i,t}}$ ), ou seja, as concessões de benefícios de pensões por morte daquele ano  $t$  naquela idade  $i$ .<sup>22</sup>

As concessões de pensões do tipo B ( ${}_{pb}C_{O_{s,i,t}}$ ) são calculadas por meio das equações (14) e (15) para homens e mulheres, respectivamente, por meio da aplicação de uma taxa de concessão ( ${}_{pb}\rho_{s,i,t}$ ) sobre a subpopulação potencialmente geradora desses benefícios. No caso das concessões de pensões para crianças e jovens (até 21 anos), a subpopulação potencialmente geradora desses benefícios é dada pelo total de óbitos de segurados (homens e mulheres) com ( $idh$ ) e ( $idm$ ) anos, respectivamente ( ${}_{seg}Q_{H,i+idh,t} + {}_{seg}Q_{M,i+idm,t}$ ). No caso das concessões de pensões para cônjuges (indivíduos com idades superiores a 21 anos)<sup>23</sup>, a subpopulação potencialmente geradora desses benefícios é dada pelo total de óbitos de segurados e de beneficiários de aposentadorias do sexo oposto ( ${}_{seg}Q_{s,i,t} + {}_{Apos}Q_{s,i,t}$ ).<sup>24</sup> Observa-se que a variável ( $dhm$ ) consiste no diferencial de idade entre cônjuges e visa estimar a idade dos cônjuges recebedores do benefício no momento de concessão, a partir do óbito de cônjuges de determinada idade. À princípio, optou-se pela utilização da hipótese para os diferenciais das idades de pais ( $idh$ ) e mães ( $idm$ ) e de diferencial de idades entre cônjuges ( $idm$ ) de 33, 29 e 4 anos, respectivamente, conforme descrito no Anexo III.

Por fim, as saídas decorrentes da cessação automática ( $\sigma_{i,t}^S$ ), em termos absolutos, decorrem tanto da cessação de benefícios para jovens quando atingem os 21 anos de idade como também pela possibilidade de duração limitada das pensões (Lei 13.135/2015).

Basicamente, as taxas de concessão são calculadas para os anos compreendidos entre 2010 e 2019 (a partir de informações administrativas de concessões de benefícios e estimativas de

---

<sup>21</sup> As projeções incorporam o novo ambiente de regras da Lei 13.135/2015, a qual estabeleceu, além das carências de 1,5 ano de tempo de contribuição e de 2 anos de união estável para o acesso ao benefício, a possibilidade de periodicidade limitada do benefício a depender da idade do beneficiário na concessão, ou seja, se a idade do cônjuge for menor do que 22 anos, entre 22 e 27, 28 e 30, 31 e 41, 42 e 44, ou acima de 45 anos, o cônjuge receberá o benefício durante 3, 6, 10, 15, 20 anos ou de maneira vitalícia, respectivamente.

<sup>22</sup> Logo, a quantidade de pensionistas mulheres de 55 anos em 2020 é estimada como sendo igual à quantidade de pensionistas mulheres com 54 anos em 2019 que não tiveram benefício cessado (em virtude de falecimento ou da periodicidade limitada imposta pela Lei 13.135/2015) somadas às concessões de pensões para mulheres de 55 anos em 2020.

<sup>23</sup> Essa consiste em hipótese simplificadora, uma vez que a legislação previdenciária permite a concessão de pensões para cônjuges com idades inferiores a 21 anos.

<sup>24</sup> Ressalta-se que os benefícios assistenciais não possuem natureza previdenciária, assim, no caso de falecimento do beneficiário, não geram direito à Pensão por Morte para eventual dependente.

segurados e de contribuintes) e projetadas até 2100 a partir de hipóteses para cada taxa, inferidas a partir da avaliação do comportamento histórico observado (ver Seção 5 e Anexos II e III).

$$P_t E_{S,i,t} = P_a E_{S,i,t} + P_b E_{S,i,t} \quad (11)$$

$$P_a E_{S,i,t} = P_a E_{S,i-1,t-1} \cdot (1 - q_{S,i-1,t-1}) \quad (12)$$

$$P_b E_{S,i,t} = P_b E_{S,i-1,t-1} \cdot (1 - q_{S,i-1,t-1}) - \sigma_{S,i,t} + 0,5 \cdot P_b C_{O_{S,i-1,t}} \cdot (1 - 0,5 \cdot \beta q_{S,i-1,t}) + 0,5 \cdot P_b C_{O_{S,i,t}} \cdot (1 - 0,5 \cdot \beta q_{S,i,t}), \quad t \geq 2015, \quad (13)$$

$$P_b C_{O_{H,i,t}} = \begin{cases} P_b \rho_{H,i,t} \cdot (Seg Q_{H,i+Idh,t} + Seg Q_{M,i+Idm,t}), & i < 21 \\ P_b \rho_{H,i,t} \cdot (Seg Q_{M,i-dhm,t} + Apos Q_{M,i-dhm,t}), & i \geq 21 \end{cases} \quad (14)$$

$$P_b C_{O_{M,i,t}} = \begin{cases} P_b \rho_{M,i,t} \cdot (Seg Q_{H,i+Idh,t} + Seg Q_{M,i+Idm,t}), & i < 21 \\ P_b \rho_{H,i,t} \cdot (Seg Q_{H,i-dhm,t} + Apos Q_{H,i-dhm,t}), & i \geq 21 \end{cases} \quad (15)$$

#### 4.3.7. Subconjuntos populacionais: rendimentos médios

Definida a projeção da evolução de quantidades das subpopulações de interesse mencionadas anteriormente, faz-se necessária a projeção da evolução de seus rendimentos financeiros médios,<sup>25</sup> e assim, por meio da multiplicação entre preços e quantidades, é possível estimar a evolução das massas salariais dos subconjuntos populacionais.<sup>26</sup>

No caso da população ocupada, seu rendimento médio ( $\omega_{S,i,t}^{Ocup}$ ) cresce à taxa de crescimento real dos rendimentos do trabalho ( $\eta_t$ ), conforme explicitado pela equação (16), e a evolução da massa salarial dessa subpopulação ( $W_{S,i,t}^{Ocup}$ ) é computada a partir do produto entre seu rendimento médio ( $\omega_{S,i,t}^{Ocup}$ ) e a quantidade de ocupados ( $P_{S,i,t}^{Ocup}$ ) para cada clientela, de acordo com a equação (17). Lógica semelhante é empregada para a estimativa de evolução das massas salariais dos segurados contribuintes urbanos ( $W_{S,i,t}^{Seg}$ ), as quais acompanham a evolução das quantidades de suas subpopulações e de seus rendimentos, conforme as equações (18) e (19).

<sup>25</sup> Tal variável é fundamental principalmente para as estimativas dos valores de concessão de benefício daqueles indivíduos que recebem acima do piso previdenciário.

<sup>26</sup> Conforme será visto, as massas salariais de ocupados e de contribuintes permitem projetar a evolução das taxas de crescimento do PIB e das receitas previdenciárias, respectivamente.

Acrescenta-se que o SM, que consiste no valor dos pisos previdenciário e assistencial, evolui de acordo com taxa de crescimento própria ( $\overline{\omega_t^{min}}$ ), conforme a equação (20).<sup>27</sup> A hipótese adotada, conforme o Anexo III, é a de que o SM possui crescimento real a partir de 2025, no montante do crescimento real do PIB defasado em 2 anos.

Nota-se que a taxa de crescimento anual médio dos rendimentos do trabalho ( $\eta_t$ ) é parâmetro importante porque visa avaliar um aspecto determinante do crescimento da despesa previdenciária tipicamente em sistemas públicos financiados por repartição: o valor médio das concessões de benefícios supera o valor médio das cessações. Isso decorre do fato de que é comum que a trajetória salarial na vida laboral de um indivíduo usualmente seja caracterizada por incrementos em termos reais, advindos da incorporação de ganhos de produtividade. Tais rendimentos são utilizados para o cálculo de benefícios. Por outro lado, é comum em sistemas previdenciários que a trajetória de crescimento do valor dos benefícios não presencie ganhos reais, mas sim somente atualização monetária via índice de preços de consumo. Assim, teoricamente, é esperado que o valor médio das concessões de benefícios supere o valor médio das cessações. O modelo trabalha com hipótese de crescimento anual dos rendimentos médios do trabalho em 1,5%.<sup>28</sup>

$$\omega_{s,i,t}^{Ocup} = \omega_{s,i,t-1}^{Ocup} \cdot (1 + \eta_t) \quad (16)$$

$$W_{s,i,t}^{Ocup} = \omega_{s,i,t}^{Ocup} \cdot P_{s,i,t}^{Ocup} \quad (17)$$

$$\omega_{s,i,t}^{Seg} = \omega_{s,i,t-1}^{Seg} \cdot (1 + \eta_t) \quad (18)$$

$$W_{s,i,t}^{Seg} = \omega_{s,i,t}^{Seg} \cdot P_{s,i,t}^{Seg} \quad (19)$$

<sup>27</sup> Entre os anos de 2007 e 2019, houve uma política de valorização do salário-mínimo, a qual fixou uma regra para o reajuste do valor do SM, a partir de uma parcela de reajuste nominal (variação acumulada do INPC) acrescido de outra que visava ao aumento real do SM (taxa de crescimento real anual do PIB de 2 anos anteriores ao ano de referência). Assim, além da preservação do poder de compra do SM (determinado pelo artigo 7º, inciso IV, da Constituição Federal), o crescimento real anual de seu valor era igual ao crescimento defasado do PIB.

<sup>28</sup> O parâmetro utilizado é próximo aos comumente utilizados nos modelos semelhantes por organismos internacionais, os quais adotam estimativas entre 1,5% e 2,5%. No caso brasileiro, o crescimento médio anual da produtividade do trabalho entre 2000 e 2018 foi menor do que o parâmetro de 1,5%. No entanto, verifica-se que, mesmo com hipótese de crescimento da produtividade de 1,5%, o modelo projeta um crescimento do PIB a taxas decrescentes ao longo das próximas décadas, o que é consistente com o observado internacionalmente para os países com estrutura demográfica mais envelhecida.

$$\omega_t^{min} = \omega_{t-1}^{min} \cdot (1 + \overline{\omega_t^{min}}) \quad (20)$$

#### 4.3.8. Receitas previdenciárias e crescimento econômico

As receitas previdenciárias ( $Rec_t$ ) são calculadas segundo a equação (22), utilizando-se como base os valores da massa salarial dos segurados contribuintes urbanos do RGPS ( $W_t^{Seg}$ )<sup>29</sup> e aplicando a ela uma alíquota efetiva média ( $\pi_t$ ).<sup>30</sup>

Ademais, a partir da hipótese de que a proporção dos salários na renda total da economia ( $\psi$ ) mantenha-se constante ao longo do tempo, conforme a equação (23), é possível estimar a taxa de crescimento da massa salarial da subpopulação ocupada ( $\overline{W_t^{Ocup}}$ ) - equação (24) e, assim, a evolução da taxa de crescimento do PIB ( $\overline{Y}_t$ ) - equação (25) e de seu valor monetário ( $Y$ ). Portanto, nota-se que a evolução da massa salarial dos segurados contribuintes determina a evolução da receita previdenciária e a evolução da massa salarial dos ocupados determina a taxa de crescimento econômico.

$$Rec_t = W_t^{Seg} \cdot \pi_t \quad (22)$$

$$(W_t^{Ocup} / Y_t) = (W_{t-1}^{Ocup} / Y_{t-1}) = \psi \quad (23)$$

$$\overline{Y}_t = \overline{W_t^{Ocup}} \quad (24)$$

$$Y_t = Y_{t-1} \cdot (1 + \overline{Y}_t) \quad (25)$$

#### 4.3.9. Benefícios previdenciários e assistenciais: valores médios

Para todos os benefícios previdenciários associados às clientelas Rural e Urbana-Piso, e para os benefícios assistenciais, os valores dos benefícios ( $\beta\varphi_t$ ) são dados pela equação (26), onde o parâmetro ( $\beta\lambda_t$ ) representa a taxa de reajuste em termos reais de cada benefício. Embora esses benefícios tenham tido no passado recente seus valores vinculados ao SM, o estabelecimento de diferenciação entre as taxas de reajuste real por benefício permite que a igualdade entre os valores de benefício nos pisos previdenciário

<sup>29</sup> A massa salarial dos segurados especiais (população rural) não é utilizada para as projeções de arrecadação, tendo em vista que muitos segurados possuem contribuição presumida ou contribuem sobre outras bases de cálculo, tal como a venda de produtos agrícolas, o que torna o volume total bastante reduzido quando comparado à arrecadação proveniente da clientela urbana.

<sup>30</sup> O conceito de receitas previdenciárias utilizado e projetado pelo modelo é o de arrecadação líquida do RGPS. Assim, como as projeções utilizam o histórico recente de arrecadações efetivamente realizadas, não entram no cálculo valores de renúncias fiscais, sonegações e afins, em razão destas não se configurarem em receitas efetivas.

e assistencial e o SM seja interpretada como um caso particular, possibilitando a simulação de eventuais modificações legislativas em qualquer momento do tempo, advindos tanto de mudanças na política de valorização do SM como também de eventuais propostas de desvinculação entre os pisos de benefícios e o valor do SM.<sup>31</sup>

Já a equação (27) apresenta o valor médio mensal (em R\$) de concessões de benefícios previdenciários com idade  $i$  no ano  $t$  ( $\beta VCO_{s,i,t}$ ), o qual consiste no produto entre a taxa de reposição média dos benefícios concedidos com idade  $i$  no ano  $t$  ( $\beta \theta_{s,i,t}$ )<sup>32</sup> e o salário de benefício médio das concessões de benefícios com idade  $i$  no ano  $t$  ( $\beta SB_{s,i,t}$ ).

A estratégia metodológica para a construção do modelo é descrita a seguir. Inicialmente, parte-se do valor médio de concessão para anos anteriores (2011-2019), única informação disponível a partir de registros administrativos agregados por coorte. Em segundo lugar, é possível assumir um tempo de contribuição médio para cada coorte e, com isso, uma taxa de reposição média, uma vez que se sabe a regra de cálculo de cada benefício em cada momento do tempo<sup>33</sup>. Em terceiro lugar, é calculada a estimativa de salário de benefício médio para os anos anteriores a partir da divisão entre o valor médio de concessão e a taxa de reposição média de cada coorte. Em quarto lugar, são feitas hipóteses sobre a evolução dos salários de benefício médios ao longo do tempo e sobre a dinâmica das regras de cálculo para benefício e sexo, o que resulta, por fim, na projeção dos valores médios de concessão no futuro.

$$\beta \varphi_t = \beta \varphi_{t-1} (1 + \beta \lambda_t)$$

$$\beta = \left\{ \begin{array}{l} \text{Apid}_{Urb}, \text{Atcn}_{Urb}, \text{Atce}, \text{Atcp}, \text{Aivp}_{Urb}, \text{Aiva}_{Urb}, \text{Axap}_{Urb}, \text{Axaa}_{Urb}, \text{Axre} \\ \text{Apid}_{Rur}, \text{Atcn}_{Rur}, \text{Axap}_{Rur}, \text{Axaa}_{Rur}, \text{Aivp}_{Rur}, \text{Aiva}_{Rur} \\ \text{Bpcido}, \text{Bpcdef} \\ \text{Ppmp}_{Urb}, \text{Ppma}_{Urb}, \text{Ppmp}_{Rur}, \text{Ppma}_{Rur} \end{array} \right\} \quad (26)$$

$$\beta VCO_{s,i,t} = \beta \theta_{s,i,t} \cdot \beta SB_{s,i,t} \quad (27)$$

<sup>31</sup> Os valores de benefícios acima do SM serão tratados em seção posterior.

<sup>32</sup> No caso deste modelo, a impossibilidade de termos informações sobre a evolução do salário médio de determinada coorte da vida laboral de todos seus indivíduos fez com que tenha sido adotado, por simplificação, o conceito de taxa de reposição (média), o qual consiste na razão entre o valor médio de concessão e o salário médio da mesma coorte ( $i, s, t$ ). Contudo, tal definição distancia-se da conceituação típica de taxa reposição aplicada a indivíduos, onde é comum a definição pela razão entre valor de benefício pelo salário imediatamente anterior ou salário-médio do histórico desse indivíduo.

<sup>33</sup> A utilização de diferentes regras de cálculo para cada benefício é fundamental. No caso das aposentadorias por tempo de contribuição, até o ano de 2019 essas tinham em seu cálculo a obrigatoriedade da aplicação do fator previdenciário, além da possibilidade da regra 85/95 progressiva a partir de 2015.

#### 4.3.10. Benefícios previdenciários e assistenciais: despesa

Para todos os benefícios previdenciários permanentes e os assistenciais, os valores projetados da despesa ( ${}_{\beta}D_{s,i,t}$ ) são calculados por meio da aplicação direta do método de fluxo às despesas, conforme a equação (27).

Basicamente, o valor da despesa com benefícios em determinado ano ( ${}_{\beta}D_{s,i,t}$ ) é dado pelo total da despesa do ano anterior ( ${}_{\beta}D_{s,i-1,t-1}$ ) decrescida pela probabilidade de óbito ( ${}_{\beta}q_{s,i-1,t}$ ) e acrescida por eventual reajustamento real dos valores de benefício ( $\tau_t$ ), somada ao valor anual das novas concessões, calculada pela multiplicação entre a quantidade estimada de concessões ( ${}_{\beta}Co_{s,i,t}$ ), o valor médio mensal das novas concessões ( ${}_{\beta}Vco_{s,i,t}$ ) e quantidade média de parcelas pagas aos novos beneficiários no ano de concessão ( ${}_{\beta}n_t$ )<sup>34</sup>.

Existe diferenciação das expressões conforme a proximidade da idade da coorte em relação à idade mínima de acesso ao benefício. Tal diferenciação decorre do fato comum de que as concessões sejam concentradas nos primeiros meses após completar-se a idade mínima, mas o que não ocorre em relação à composição etária dos estoques de benefícios.

Nota-se que, a dinâmica de incremento das concessões visa obter estimativa da quantidade média anual, ou seja, do total na posição de 30/06 de cada ano, fundamental para o cômputo da despesa esperada anual, enquanto os estoques reportados anteriormente referem-se às informações da posição de 31/12.

Já no caso dos benefícios temporários, é empregado o método do estoque à evolução da despesa, de acordo com a equação (28), em que os totais de despesa com benefícios ( ${}_{\alpha}D_{s,i,t}$ ) são dados pelas concessões de benefícios ( ${}_{\alpha}Co_{s,i,t}$ ) multiplicadas pelo valor médio de concessão ( ${}_{\alpha}Vco_{s,i,t}$ ) e pela duração esperada do benefício em meses ( ${}_{\alpha}\zeta_{s,i,t}$ ).

Ademais, é importante verificar que os valores financeiros futuros da despesa são apresentados em R\$ milhões correntes de 2022, uma vez que, a partir desse ano, os valores dos benefícios são atualizados somente em termos reais (além da inflação). Nesse sentido, é importante o entendimento de que o modelo não utiliza projeções de inflação, assim, os valores de benefícios projetados a partir de 2022 não são atualizados monetariamente pela inflação.

---

<sup>34</sup> Admite-se que as concessões ocorrem de maneira uniforme no decorrer do ano, assim, o número médio esperado de pagamentos recebido pelos novos beneficiários em determinado ano é de 13/2 para aposentadorias e pensões (benefícios que possuem abono anual ou 13ª parcela) e 12/2 para os benefícios assistenciais.

$$\beta D_{s,i,t} = \left\{ \begin{array}{l}
\{ \beta D_{s,i-1,t-1} \cdot (1 + \tau_t) \cdot 10^6 \\
+ [0,5 \cdot \beta Co_{s,i,t} \cdot (1 - 0,5 \cdot \beta q_{s,i,t}) \cdot \beta n_t \cdot \beta Vco_{s,i,t} \cdot (1 - \beta q_{s,i,t}) \\
+ 0,5 \cdot \beta Co_{s,i-1,t} \cdot (1 - 0,5 \cdot \beta q_{s,i-1,t}) \cdot \beta n_t \cdot \beta Vco_{s,i-1,t} \cdot (1 - \beta q_{s,i-1,t}) \\
+ 0,5 \cdot \beta Co_{s,i-1,t-1} \cdot (1 - 0,5 \cdot \beta q_{s,i-1,t-1}) \cdot \beta n_t \cdot \beta Vco_{s,i-1,t-1} \\
+ 0,5 \cdot \beta Co_{s,i-2,t-1} \cdot (1 - 0,5 \cdot \beta q_{s,i-2,t-1}) \cdot \beta n_t \cdot \beta Vco_{s,i-2,t-1} \} \\
\cdot (1 - \beta q_{s,i-1,t}) / 10^{-6}, \quad \forall i > m + 1 \\
\\
\{ \beta D_{s,i-1,t-1} \cdot (1 + \tau_t) \cdot 10^6 \\
+ [0,75 \cdot \beta Co_{s,i,t} \cdot (1 - 0,5 \cdot \beta q_{s,i,t}) \cdot \beta n_t \cdot \beta Vco_{s,i,t} \cdot (1 - \beta q_{s,i,t}) \\
+ 0,5 \cdot \beta Co_{s,i-1,t} \cdot (1 - 0,5 \cdot \beta q_{s,i-1,t}) \cdot \beta n_t \cdot \beta Vco_{s,i-1,t} \cdot (1 - \beta q_{s,i-1,t}) \\
+ 0,5 \cdot \beta Co_{s,i-1,t-1} \cdot (1 - 0,5 \cdot \beta q_{s,i-1,t-1}) \cdot \beta n_t \cdot \beta Vco_{s,i-1,t-1} \\
\cdot (1 - \beta q_{s,i-1,t}) / 10^{-6}, i = m \\
\\
\{ \beta D_{s,i-1,t-1} \cdot (1 + \tau_t) \cdot 10^6 \\
+ [0,5 \cdot \beta Co_{s,i,t} \cdot (1 - 0,5 \cdot \beta q_{s,i,t}) \cdot \beta n_t \cdot \beta Vco_{s,i,t} \cdot (1 - \beta q_{s,i,t}) \\
+ 0,25 \cdot \beta Co_{s,i-1,t} \cdot (1 - 0,5 \cdot \beta q_{s,i-1,t}) \cdot \beta n_t \cdot \beta Vco_{s,i-1,t} \cdot (1 - \beta q_{s,i-1,t}) \\
+ 0,5 \cdot \beta Co_{s,i-1,t-1} \cdot (1 - 0,5 \cdot \beta q_{s,i-1,t-1}) \cdot \beta n_t \cdot \beta Vco_{s,i-1,t-1} \\
+ 0,5 \cdot \beta Co_{s,i-2,t-1} \cdot (1 - 0,5 \cdot \beta q_{s,i-2,t-1}) \cdot \beta n_t \cdot \beta Vco_{s,i-2,t-1} \} \\
\cdot (1 - \beta q_{s,i-1,t}) / 10^{-6}, \quad i = m + 1
\end{array} \right. \quad (27)$$

$$\alpha D_{s,i,t} = \alpha Co_{s,i,t} \cdot \alpha Vco_{s,i,t} \cdot \alpha \zeta_{s,i,t}$$

$$\forall \alpha \in \{Axdp, Axda, Salmat\}$$

2(28)

#### 4.4. Implementação do modelo de projeção

##### 4.4.1. Microsimulação das regras de transição da EC 103/2019

Todo o conjunto de alterações da EC 103/2019 teve seu efeito fiscal avaliado nessa versão do modelo. Em relação às regras de acesso das Aposentadorias por Tempo de Contribuição e Especial, destaca-se que foi necessária a implementação no modelo de projeção de um simulador específico.

É importante a compreensão de que a aprovação da EC 103/2019 culminou com importante quebra estrutural em relação à dinâmica do RGPS observada até então. Nesse sentido, fez-se necessário que o modelo fosse completamente atualizado, com a incorporação de novas informações e adaptação da modelagem do cenário base projetado a partir de 2020, de maneira a contemplar o novo arcabouço institucional das regras em vigor e possuir flexibilidade analítica suficiente para avaliar novas mudanças e subsidiar o aperfeiçoamento contínuo da política previdenciária.

Basicamente, para cada perfil de indivíduos, por sexo, e com determinada idade e tempo de contribuição em novembro de 2019 (cerca de 1.000 perfis considerados), o simulador testa todo o conjunto de regras de transição estabelecidas pela EC 103/2019, de maneira a identificar o momento provável da concessão de aposentadoria daqueles indivíduos de determinado perfil. A partir disso, todas as concessões estimadas inicialmente pela dinâmica regularmente observada até 2018 são postergadas de acordo com a previsão resultante da aplicação do simulador.

#### **4.4.2. Dados utilizados**

Particularmente, a diretriz 2 do *Guidelines on Actuarial Work for Social Security* (ILO e ISSA, 2016), mencionada explicitamente pelas recomendações do TCU, trata da importância dos dados no trabalho atuarial em seguridade social. Sumariamente, é destacada a necessidade da utilização de dados suficientes, adequados e confiáveis para o trabalho atuarial, os quais devem ter características de serem completos, coerentes (internamente e externamente), atualizados e com série histórica suficientemente longa.

Nesse sentido, destaca-se o processo realizado de atualização das informações de registros administrativos de benefícios previdenciários e de mercado de trabalho. Em relação à necessidade de atualização de informações de registros administrativos do RGPS, tais informações foram solicitadas à Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV e posteriormente avaliadas, validadas e tratadas por esta DRGPS.<sup>35</sup> Já em relação à necessidade de atualização de informações de mercado de trabalho, já foram obtidas, tratadas e

---

<sup>35</sup> Como exemplo, foram realizados testes de consistência entre as informações encaminhadas e outras de sistemas utilizados pela DRGPS. Além disso, as informações foram tratadas, como por exemplo, por meio da distribuição dos dados com idades e/ou sexo ignorado, a partir das distribuições estatísticas por idade/ sexo efetivamente observadas.

analisadas informações para os anos do período 2016-2020 a partir da PNADC/IBGE. Ambos os conjuntos de dados foram introduzidos no modelo de projeção do RGPS.

Além disso, seguindo as diretrizes 25 a 28 do *Guidelines on Actuarial Work for Social Security* (ILO e ISSA, 2016), as quais tratam da comunicação e publicação de estudos atuariais em seguridade social, todas as fontes de dados utilizados estão publicizadas no Anexo II, a fim de permitir maior transparência para a sociedade e a interpretação adequada dos resultados apresentados.

#### **4.4.3. Definição de hipóteses**

Já a diretriz 3 do *Guidelines on Actuarial Work for Social Security* (ILO e ISSA, 2016) trata da importância das hipóteses no trabalho atuarial em seguridade social. Nesse âmbito, é destacada a importância de que as hipóteses para o futuro sejam adequadas e reflitam, em larga medida, as tendências históricas. Além disso, seguindo as diretrizes 25 a 28 do mesmo documento, as quais tratam da comunicação e publicação de estudos atuariais em seguridade social, todas as hipóteses adotadas estão publicizadas no Anexo III, a fim de permitir maior transparência para a sociedade e a interpretação adequada dos resultados apresentados.

Sumariamente, em relação à dinâmica demográfica e de mercado de trabalho, a qual define os subconjuntos populacionais, foi utilizada a premissa de simples manutenção das médias das taxas observadas historicamente, opção decorrente das seguintes justificativas. Em primeiro lugar, tanto no momento de elaboração do modelo como nas atualizações posteriores, não foram encontradas pela equipe técnica responsável evidências empíricas ou estudos teóricos que fundamentassem, de maneira inequívoca, tendências estruturais para as variáveis mencionadas ao longo das próximas décadas para o Brasil. Assim, a ausência de fundamentação sólida para hipóteses distintas das utilizadas consistiu em argumento favorável à opção pela manutenção dessas constantes. Todavia, é perfeitamente possível que a eventual verificação futura de bibliografia especializada aponte para a necessidade de modificação das hipóteses utilizadas. Em segundo lugar, a adoção de hipóteses de variáveis constantes possui a vantagem de dar maior simplicidade à interpretação dos resultados gerados, de maneira a atenuar a tamanha complexidade das interações entre demografia, mercado de trabalho e dinâmica de benefícios do RGPS. Em terceiro lugar, as recomendações internacionais para o trabalho atuarial em seguridade social dispõem que modelos de projeção de longo prazo não devem interpretar oscilações

econômicas conjunturais como fenômenos estruturais e duradouros, principalmente no caso de projeções para décadas futuras.

Já em relação às hipóteses utilizadas para as taxas de concessão de benefício, também foi predominantemente utilizada a premissa de simples manutenção das médias das taxas observadas historicamente. Isso é fundamental na medida em que permite reduzir a importância de comportamentos atípicos ocorridos em algum ano particular, decorrente, por exemplo, de eventual greve no INSS, o que poderia acarretar mudança significativa no comportamento anual das concessões. No entanto, ressalta-se que, em alguns casos, optou-se pela manutenção das taxas em níveis similares ao último ano observado. Tal opção decorre da observação de nítido crescimento das taxas ao longo do período observado. No entanto, em meio à incerteza sobre o comportamento futuro e eventual continuidade de crescimento, optou-se pela manutenção das taxas, mas no nível do último ano de dados disponíveis (ao invés da média histórica).

Além dessas afirmações gerais, as hipóteses peculiares a cada variável estão descritas no Anexo III.

No que se refere à taxa de crescimento do PIB, foram utilizadas as projeções para 2023 a 2027 contidas na Grade de Parâmetros Macroeconômicos de 10/03/2023 que é elaborada e atualizada pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda (SPE/MF). Para os anos seguintes, o crescimento real do PIB foi projetado endogenamente por meio do modelo de projeções, de acordo com a seção 3.8. Como, por hipótese do modelo, a taxa de crescimento do PIB é igual à taxa de crescimento da massa salarial dos ocupados, pode-se afirmar que seu crescimento depende, em larga medida, da evolução do mercado de trabalho, pautada pela dinâmica demográfica, tanto em termos de quantidades de indivíduos como em termos de sua composição etária.

Em relação à hipótese de crescimento real do salário-mínimo, foi adotada a hipótese de crescimento real pelo PIB defasado em dois anos a partir de 2028. Assim, foi utilizada a hipótese de que o salário-mínimo não possuirá crescimento real até o ano de 2027 (exceto no ano de 2023, conforme a Grade de Parâmetros da SPE/MF). Já a partir de 2028, foi adotada a hipótese de que o salário-mínimo volte a crescer, em termos reais, com taxa de crescimento anual igual ao crescimento real do PIB defasado em dois anos. Tal opção possui duas justificativas. Primeiramente, é avaliada como de baixíssima probabilidade o cenário de que a ausência de crescimento real do SM se mantenha por um período tão prolongado até 2100, de modo que se

optou por cenário de crescimento real, o que consiste em cenário mais conservador em termos de projeções fiscais previdenciárias. Em segundo lugar, diante da indefinição de regra legal que defina a taxa de crescimento real do SM, optou-se pela utilização de indicador semelhante àquela da política de valorização real que já esteve em vigor até 2019.

#### 4.4.4. Calibragem

O procedimento metodológico usualmente implementado na atualização do modelo é a calibragem, por meio da qual são realizados testes comparativos entre as projeções do modelo e os dados realizados de benefícios, e, a partir disso, são realizados ajustes finos em alguns parâmetros do modelo com o intuito de reduzir os erros de previsão. Ademais, as projeções deverão ser atualizadas à medida em que forem disponibilizadas novas informações mais recentes sobre benefícios, novas projeções de parâmetros macroeconômicos e alterações da legislação previdenciária em vigor.

Nessa versão do modelo, poucos ajustes de calibragem foram realizados, uma vez que existem grande dificuldade na interpretação das estatísticas fiscais (despesa e receita) e de benefícios previdenciários e assistenciais (estoques, concessões e valores médios dos benefícios) nos anos de 2020 e 2021, decorrentes tanto dos impactos socioeconômicos da pandemia de Covid-19 e suas implicações sobre o funcionamento do INSS, como também decorrentes das novas regras previdenciárias impostas pela EC 103/2019.<sup>36</sup> Portanto, novos ajustes de calibragem deverão ser realizados nos próximos anos, com o intuito de ajustar as projeções do modelo aos resultados efetivamente observados e, assim, aumentar a acurácia das projeções.

---

<sup>36</sup> De maneira semelhante ao ano de 2020, a dinâmica fiscal do RGPS em 2021 foi bastante atípica. Por um lado, houve queda real da arrecadação decorrente diretamente do arrefecimento da atividade econômica. Por outro, diversas medidas integrantes do esforço do governo de compensação dos efeitos econômicos e sociais das medidas de combate à pandemia afetaram diretamente a previdência: (i) antecipação do abono anual (13º) dos benefícios previdenciários (prevista para maio e junho); (ii) antecipação de auxílio-doença; (iii) reabertura gradual das Agências da Previdência Social; (iv) suspensão de contratos ou redução de jornada. Além dessas medidas diretamente associadas à pandemia, outras medidas também afetaram a dinâmica previdenciária em 2021: (i) novas regras previdenciárias estabelecidas pela EC 103/2019; (ii) desrepresamento de benefícios requeridos; (iii) Programa Especial para Análise de Benefícios com Índícios de Irregularidade e o Programa de Revisão de Benefícios por Incapacidade, ambos instituídos pela Lei 13.846/2019.

## 5. PROJEÇÕES FISCAIS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Os resultados referentes à evolução das principais variáveis para projeção de longo prazo são apresentados na Tabela 5.1. Já os resultados acerca das projeções da receita, despesa e necessidade de financiamento do RGPS são descritos na Tabela 5.2. A análise dos resultados deve destacar, principalmente, a projeção do comportamento tendencial da situação fiscal do sistema previdenciário (RGPS), uma vez que os resultados obtidos são fortemente influenciados pelas hipóteses relativas à dinâmica da demografia, do mercado de trabalho, do funcionamento do sistema previdenciário (hipóteses comportamentais dos indivíduos) e da própria economia como um todo (PIB, produtividade, inflação).<sup>37</sup> Logo, eventuais revisões nas projeções desses parâmetros ou a observação de resultados no curto prazo diferentes dos projetados implicam, necessariamente, a revisão das projeções de longo prazo.<sup>38</sup>

A Tabela 5.1 apresenta as projeções para a taxa de crescimento da massa salarial dos contribuintes (utilizada para a projeção das receitas), a taxa de crescimento da massa salarial dos ocupados (utilizada para estimar a taxa de crescimento do PIB a partir de 2028), a taxa de crescimento real (vegetativa) da despesa (a qual consolida tanto os incrementos da despesa em termos reais provenientes da pressão demográfica como do aumento de preços em termos reais), a taxa de inflação anual – INPC acumulado (índice utilizado para o reajuste dos valores dos benefícios previdenciários), taxa de crescimento real do PIB (a qual é utilizada para as projeção da taxa de reajuste do SM).<sup>39</sup>

De acordo com a Tabela 5.2, a arrecadação previdenciária estimada para 2023 é de R\$ 580.719 milhões, o que corresponde a 5,42% do PIB. Para 2100, as estimativas apontam para uma arrecadação de R\$ 11.990.079 milhões, ou seja, 4,95% do PIB estimado para aquele ano. No caso da despesa, essa é estimada em 857.631 milhões (8,01% do PIB) em 2024. Quanto a sua dinâmica, observa-se que um declínio da despesa em relação ao PIB nos próximos anos, porém com retomada de crescimento a partir de 2029 e atingindo, em 2100, R\$ 37.218.228 milhões (15,36%

---

<sup>37</sup> Enquanto as mudanças na estrutura demográfica são mais lentas e previsíveis, as alterações na composição da força de trabalho estão cada vez mais aceleradas em razão dos avanços tecnológicos, de mudanças nas relações laborais e da reestruturação dos processos produtivos.

<sup>38</sup> Reforça a observação acima feita o fato de que as projeções são temporalmente encadeadas, ou seja, os resultados de um ano afetam os resultados dos anos seguintes. Em função disso, pequenas variações nos parâmetros podem ter seus efeitos potencializados no longo prazo, gerando variações significativas nos resultados estimados ao final do período.

<sup>39</sup> No caso do RGPS, os benefícios são reajustados conforme a variação da inflação, com exceção dos benefícios equivalentes ao piso previdenciário, que variam de acordo com o reajuste do salário-mínimo.

do PIB). Tal trajetória é pautada, fundamentalmente, pelo acelerado processo de envelhecimento populacional no Brasil. A comparação entre as receitas e despesas revelam uma necessidade de financiamento do RGPS da ordem de R\$ 276.913 milhões em 2023 (2,59% do PIB), a qual deve atingir R\$ 25.228.149 milhões (10,41% do PIB) em 2100.

**Tabela 5.1 — Evolução das principais variáveis para projeção de longo prazo — 2023/2100**

| Exercício | Taxa de Crescimento da Massa Salarial dos Contribuintes | Taxa de Crescimento da Massa Salarial dos Ocupados | Taxa de Crescimento Real (Vegetativa) da Despesa | Taxa de Inflação Anual (INPC Acumulado) | Taxa de Crescimento Real do PIB | Taxa de Reajuste do Salário-Mínimo | Taxa de Reajuste dos Demais Benefícios |
|-----------|---|--|--|---|---------------------------------|------------------------------------|--|
| 2023      | 8,40%   | 8,50%  | 2,12%  | 5,16%                                   | 1,61%                           | 7,43%                              | 5,93%                                  |
| 2024      | 7,52%   | 7,63%  | 1,03%  | 3,30%                                   | 2,34%                           | 6,68%                              | 5,16%                                  |
| 2025      | 5,53%   | 5,65%  | 1,15%  | 3,14%                                   | 2,76%                           | 3,31%                              | 3,30%                                  |
| 2026      | 5,31%   | 5,42%  | 1,63%  | 3,07%                                   | 2,42%                           | 3,21%                              | 3,14%                                  |
| 2027      | 5,15%   | 5,26%  | 2,10%  | 2,99%                                   | 2,49%                           | 3,11%                              | 3,07%                                  |
| 2028      | 4,99%   | 5,11%  | 2,05%  | 2,99%                                   | 2,06%                           | 5,27%                              | 2,99%                                  |
| 2029      | 4,93%   | 5,05%  | 2,91%  | 2,99%                                   | 2,00%                           | 5,18%                              | 2,99%                                  |
| 2030      | 4,88%   | 4,99%  | 2,18%  | 2,99%                                   | 1,94%                           | 5,11%                              | 2,99%                                  |
| 2031      | 4,80%   | 4,91%  | 2,18%  | 2,99%                                   | 1,86%                           | 5,05%                              | 2,99%                                  |
| 2032      | 4,76%   | 4,86%  | 2,88%  | 2,99%                                   | 1,82%                           | 4,99%                              | 2,99%                                  |
| 2033      | 4,71%   | 4,82%  | 2,10%  | 2,99%                                   | 1,77%                           | 4,91%                              | 2,99%                                  |
| 2034      | 4,66%   | 4,76%  | 2,09%  | 2,99%                                   | 1,72%                           | 4,86%                              | 2,99%                                  |
| 2035      | 4,60%   | 4,71%  | 2,83%  | 2,99%                                   | 1,67%                           | 4,82%                              | 2,99%                                  |
| 2036      | 4,54%   | 4,63%  | 2,08%  | 2,99%                                   | 1,60%                           | 4,76%                              | 2,99%                                  |
| 2037      | 4,50%   | 4,59%  | 2,10%  | 2,99%                                   | 1,56%                           | 4,71%                              | 2,99%                                  |
| 2038      | 4,46%   | 4,54%  | 2,85%  | 2,99%                                   | 1,51%                           | 4,63%                              | 2,99%                                  |
| 2039      | 4,40%   | 4,49%  | 2,14%  | 2,99%                                   | 1,46%                           | 4,59%                              | 2,99%                                  |
| 2040      | 4,34%   | 4,43%  | 2,13%  | 2,99%                                   | 1,40%                           | 4,54%                              | 2,99%                                  |
| 2041      | 4,31%   | 4,38%  | 2,83%  | 2,99%                                   | 1,35%                           | 4,49%                              | 2,99%                                  |
| 2042      | 4,27%   | 4,34%  | 2,28%  | 2,99%                                   | 1,31%                           | 4,43%                              | 2,99%                                  |
| 2043      | 4,23%   | 4,30%  | 2,26%  | 2,99%                                   | 1,27%                           | 4,38%                              | 2,99%                                  |
| 2044      | 4,19%   | 4,25%  | 2,72%  | 2,99%                                   | 1,23%                           | 4,34%                              | 2,99%                                  |
| 2045      | 4,14%   | 4,20%  | 2,39%  | 2,99%                                   | 1,18%                           | 4,30%                              | 2,99%                                  |
| 2046      | 4,11%   | 4,16%  | 2,39%  | 2,99%                                   | 1,14%                           | 4,25%                              | 2,99%                                  |
| 2047      | 4,08%   | 4,13%  | 2,61%  | 2,99%                                   | 1,11%                           | 4,20%                              | 2,99%                                  |
| 2048      | 4,05%   | 4,10%  | 2,39%  | 2,99%                                   | 1,08%                           | 4,16%                              | 2,99%                                  |
| 2049      | 4,01%   | 4,07%  | 2,34%  | 2,99%                                   | 1,04%                           | 4,13%                              | 2,99%                                  |
| 2050      | 3,97%   | 4,03%  | 2,47%  | 2,99%                                   | 1,01%                           | 4,10%                              | 2,99%                                  |
| 2051      | 3,95%   | 3,99%  | 2,31%  | 2,99%                                   | 0,97%                           | 4,07%                              | 2,99%                                  |
| 2052      | 3,92%   | 3,97%  | 2,18%  | 2,99%                                   | 0,95%                           | 4,03%                              | 2,99%                                  |
| 2053      | 3,89%   | 3,94%  | 2,14%  | 2,99%                                   | 0,92%                           | 3,99%                              | 2,99%                                  |
| 2054      | 3,85%   | 3,91%  | 2,06%  | 2,99%                                   | 0,89%                           | 3,97%                              | 2,99%                                  |
| 2055      | 3,80%   | 3,87%  | 2,04%  | 2,99%                                   | 0,85%                           | 3,94%                              | 2,99%                                  |
| 2056      | 3,79%   | 3,85%  | 2,77%  | 2,99%                                   | 0,84%                           | 3,91%                              | 2,99%                                  |
| 2057      | 3,76%   | 3,83%  | 2,76%  | 2,99%                                   | 0,82%                           | 3,87%                              | 2,99%                                  |
| 2058      | 3,74%   | 3,82%  | 2,69%  | 2,99%                                   | 0,80%                           | 3,85%                              | 2,99%                                  |
| 2059      | 3,71%   | 3,79%  | 2,58%  | 2,99%                                   | 0,78%                           | 3,83%                              | 2,99%                                  |
| 2060      | 3,67%   | 3,76%  | 2,52%  | 2,99%                                   | 0,74%                           | 3,82%                              | 2,99%                                  |

(continua)

**Tabela 5.1 — Evolução das principais variáveis para projeção de longo prazo — 2023/2100**

| Exercício | Taxa de Crescimento da Massa Salarial dos Contribuintes | Taxa de Crescimento da Massa Salarial dos Ocupados | Taxa de Crescimento Real (Vegetativa) da Despesa | Taxa de Inflação Anual (INPC Acumulado) | Taxa de Crescimento Real do PIB | Taxa de Reajuste do Salário-Mínimo | Taxa de Reajuste dos Demais Benefícios |
|-----------|---|--|--|---|---------------------------------|------------------------------------|--|
| 2061      | 3,70%   | 3,76%  | 2,54%  | 2,99%                                   | 0,75%                           | 3,79%                              | 2,99%                                  |
| 2062      | 3,70%   | 3,76%  | 2,71%  | 2,99%                                   | 0,74%                           | 3,76%                              | 2,99%                                  |
| 2063      | 3,69%   | 3,74%  | 2,78%  | 2,99%                                   | 0,73%                           | 3,76%                              | 2,99%                                  |
| 2064      | 3,67%   | 3,72%  | 2,82%  | 2,99%                                   | 0,71%                           | 3,76%                              | 2,99%                                  |
| 2065      | 3,65%   | 3,70%  | 2,37%  | 2,99%                                   | 0,69%                           | 3,74%                              | 2,99%                                  |
| 2066      | 3,69%   | 3,72%  | 1,26%  | 2,99%                                   | 0,71%                           | 3,72%                              | 2,99%                                  |
| 2067      | 3,70%   | 3,72%  | 0,66%  | 2,99%                                   | 0,71%                           | 3,70%                              | 2,99%                                  |
| 2068      | 3,69%   | 3,72%  | 0,63%  | 2,99%                                   | 0,70%                           | 3,72%                              | 2,99%                                  |
| 2069      | 3,67%   | 3,70%  | 0,59%  | 2,99%                                   | 0,69%                           | 3,72%                              | 2,99%                                  |
| 2070      | 3,64%   | 3,68%  | 1,26%  | 2,99%                                   | 0,67%                           | 3,72%                              | 2,99%                                  |
| 2071      | 3,69%   | 3,71%  | 1,90%  | 2,99%                                   | 0,69%                           | 3,70%                              | 2,99%                                  |
| 2072      | 3,68%   | 3,71%  | 1,82%  | 2,99%                                   | 0,70%                           | 3,68%                              | 2,99%                                  |
| 2073      | 3,67%   | 3,70%  | 1,78%  | 2,99%                                   | 0,69%                           | 3,71%                              | 2,99%                                  |
| 2074      | 3,65%   | 3,69%  | 1,73%  | 2,99%                                   | 0,68%                           | 3,71%                              | 2,99%                                  |
| 2075      | 3,62%   | 3,66%  | 1,69%  | 2,99%                                   | 0,65%                           | 3,70%                              | 2,99%                                  |
| 2076      | 3,66%   | 3,68%  | 1,66%  | 2,99%                                   | 0,67%                           | 3,69%                              | 2,99%                                  |
| 2077      | 3,68%   | 3,70%  | 1,63%  | 2,99%                                   | 0,69%                           | 3,66%                              | 2,99%                                  |
| 2078      | 3,68%   | 3,70%  | 1,62%  | 2,99%                                   | 0,69%                           | 3,68%                              | 2,99%                                  |
| 2079      | 3,66%   | 3,68%  | 1,61%  | 2,99%                                   | 0,67%                           | 3,70%                              | 2,99%                                  |
| 2080      | 3,63%   | 3,65%  | 1,60%  | 2,99%                                   | 0,64%                           | 3,70%                              | 2,99%                                  |
| 2081      | 3,69%   | 3,69%  | 1,58%  | 2,99%                                   | 0,68%                           | 3,68%                              | 2,99%                                  |
| 2082      | 3,71%   | 3,70%  | 1,55%  | 2,99%                                   | 0,69%                           | 3,65%                              | 2,99%                                  |
| 2083      | 3,70%   | 3,70%  | 1,55%  | 2,99%                                   | 0,69%                           | 3,69%                              | 2,99%                                  |
| 2084      | 3,68%   | 3,68%  | 1,54%  | 2,99%                                   | 0,67%                           | 3,70%                              | 2,99%                                  |
| 2085      | 3,64%   | 3,65%  | 1,51%  | 2,99%                                   | 0,64%                           | 3,70%                              | 2,99%                                  |
| 2086      | 3,72%   | 3,70%  | 1,47%  | 2,99%                                   | 0,69%                           | 3,68%                              | 2,99%                                  |
| 2087      | 3,72%   | 3,71%  | 1,43%  | 2,99%                                   | 0,70%                           | 3,65%                              | 2,99%                                  |
| 2088      | 3,71%   | 3,71%  | 1,42%  | 2,99%                                   | 0,70%                           | 3,70%                              | 2,99%                                  |
| 2089      | 3,68%   | 3,69%  | 1,39%  | 2,99%                                   | 0,68%                           | 3,71%                              | 2,99%                                  |
| 2090      | 3,65%   | 3,67%  | 1,36%  | 2,99%                                   | 0,66%                           | 3,71%                              | 2,99%                                  |
| 2091      | 3,72%   | 3,72%  | 1,50%  | 2,99%                                   | 0,71%                           | 3,69%                              | 2,99%                                  |
| 2092      | 3,72%   | 3,74%  | 1,46%  | 2,99%                                   | 0,72%                           | 3,67%                              | 2,99%                                  |
| 2093      | 3,72%   | 3,74%  | 1,45%  | 2,99%                                   | 0,73%                           | 3,72%                              | 2,99%                                  |
| 2094      | 3,70%   | 3,73%  | 1,43%  | 2,99%                                   | 0,72%                           | 3,74%                              | 2,99%                                  |
| 2095      | 3,67%   | 3,70%  | 1,40%  | 2,99%                                   | 0,69%                           | 3,74%                              | 2,99%                                  |
| 2096      | 3,76%   | 3,76%  | 1,38%  | 2,99%                                   | 0,75%                           | 3,73%                              | 2,99%                                  |
| 2097      | 3,77%   | 3,78%  | 1,33%  | 2,99%                                   | 0,77%                           | 3,70%                              | 2,99%                                  |
| 2098      | 3,77%   | 3,78%  | 1,32%  | 2,99%                                   | 0,77%                           | 3,76%                              | 2,99%                                  |
| 2099      | 3,75%   | 3,76%  | 1,30%  | 2,99%                                   | 0,75%                           | 3,78%                              | 2,99%                                  |
| 2100      | 3,71%   | 3,72%  | 1,27%  | 2,99%                                   | 0,71%                           | 3,78%                              | 2,99%                                  |

Fonte: SRGPS/MPS.

Elaboração a partir de dados da Grade de Parâmetros SPE/MF de 27/03/2023 (taxa de crescimento real do PIB, deflator e taxa de inflação — INPC acumulado) para o período entre 2023 e 2027.

**Tabela 5.2 — Evolução da receita, despesa e necessidade de financiamento do RGPS (em R\$ mi correntes e em % do PIB) — 2023/2100**

| Exercício | Receita   | Receita / PIB | Despesa   | Despesa / PIB | Necessidade de Fin. | Necessidade de Fin. / PIB | PIB        |
|-----------|-----------|---------------|-----------|---------------|---------------------|---------------------------|------------|
| 2023      | 580.719   | 5,42%         | 857.631   | 8,01%         | 276.913             | 2,59%                     | 10.711.558 |
| 2024      | 613.367   | 5,33%         | 918.658   | 7,99%         | 305.291             | 2,65%                     | 11.502.469 |
| 2025      | 646.279   | 5,24%         | 959.523   | 7,79%         | 313.244             | 2,54%                     | 12.322.019 |
| 2026      | 680.114   | 5,20%         | 1.005.440 | 7,69%         | 325.326             | 2,49%                     | 13.083.006 |
| 2027      | 714.563   | 5,14%         | 1.057.427 | 7,61%         | 342.864             | 2,47%                     | 13.889.412 |
| 2028      | 750.227   | 5,11%         | 1.111.322 | 7,57%         | 361.094             | 2,46%                     | 14.684.177 |
| 2029      | 787.218   | 5,10%         | 1.177.905 | 7,64%         | 390.686             | 2,53%                     | 15.425.421 |
| 2030      | 825.602   | 5,10%         | 1.239.543 | 7,65%         | 413.941             | 2,56%                     | 16.195.583 |
| 2031      | 865.246   | 5,09%         | 1.304.391 | 7,68%         | 439.145             | 2,58%                     | 16.990.899 |
| 2032      | 906.399   | 5,09%         | 1.382.019 | 7,76%         | 475.620             | 2,67%                     | 17.817.308 |
| 2033      | 949.077   | 5,08%         | 1.453.221 | 7,78%         | 504.143             | 2,70%                     | 18.675.256 |
| 2034      | 993.285   | 5,08%         | 1.528.021 | 7,81%         | 534.736             | 2,73%                     | 19.564.720 |
| 2035      | 1.039.024 | 5,07%         | 1.618.191 | 7,90%         | 579.166             | 2,83%                     | 20.485.471 |
| 2036      | 1.086.238 | 5,07%         | 1.701.195 | 7,94%         | 614.957             | 2,87%                     | 21.434.647 |
| 2037      | 1.135.166 | 5,06%         | 1.788.803 | 7,98%         | 653.637             | 2,92%                     | 22.418.916 |
| 2038      | 1.185.739 | 5,06%         | 1.894.864 | 8,08%         | 709.125             | 3,03%                     | 23.437.609 |
| 2039      | 1.237.933 | 5,05%         | 1.993.253 | 8,14%         | 755.320             | 3,08%                     | 24.490.051 |
| 2040      | 1.291.720 | 5,05%         | 2.096.562 | 8,20%         | 804.842             | 3,15%                     | 25.575.455 |
| 2041      | 1.347.342 | 5,05%         | 2.220.264 | 8,32%         | 872.922             | 3,27%                     | 26.695.492 |
| 2042      | 1.404.837 | 5,04%         | 2.338.860 | 8,40%         | 934.023             | 3,35%                     | 27.853.468 |
| 2043      | 1.464.238 | 5,04%         | 2.463.222 | 8,48%         | 998.984             | 3,44%                     | 29.050.101 |
| 2044      | 1.525.519 | 5,04%         | 2.605.985 | 8,60%         | 1.080.466           | 3,57%                     | 30.285.284 |
| 2045      | 1.588.640 | 5,03%         | 2.748.078 | 8,71%         | 1.159.438           | 3,67%                     | 31.558.479 |
| 2046      | 1.653.862 | 5,03%         | 2.897.950 | 8,82%         | 1.244.089           | 3,78%                     | 32.871.317 |
| 2047      | 1.721.347 | 5,03%         | 3.062.373 | 8,95%         | 1.341.025           | 3,92%                     | 34.230.118 |
| 2048      | 1.791.074 | 5,03%         | 3.229.269 | 9,06%         | 1.438.195           | 4,04%                     | 35.634.234 |
| 2049      | 1.862.985 | 5,02%         | 3.403.626 | 9,18%         | 1.540.641           | 4,15%                     | 37.083.083 |
| 2050      | 1.936.996 | 5,02%         | 3.591.905 | 9,31%         | 1.654.909           | 4,29%                     | 38.575.881 |
| 2051      | 2.013.457 | 5,02%         | 3.784.833 | 9,43%         | 1.771.376           | 4,42%                     | 40.115.282 |
| 2052      | 2.092.442 | 5,02%         | 3.983.013 | 9,55%         | 1.890.571           | 4,53%                     | 41.707.437 |
| 2053      | 2.173.803 | 5,01%         | 4.189.962 | 9,67%         | 2.016.160           | 4,65%                     | 43.351.121 |
| 2054      | 2.257.428 | 5,01%         | 4.403.934 | 9,78%         | 2.146.506           | 4,77%                     | 45.045.508 |
| 2055      | 2.343.183 | 5,01%         | 4.627.911 | 9,89%         | 2.284.728           | 4,88%                     | 46.788.636 |
| 2056      | 2.431.910 | 5,00%         | 4.898.550 | 10,08%        | 2.466.639           | 5,08%                     | 48.590.333 |
| 2057      | 2.523.402 | 5,00%         | 5.184.020 | 10,27%        | 2.660.618           | 5,27%                     | 50.453.722 |
| 2058      | 2.617.697 | 5,00%         | 5.482.664 | 10,47%        | 2.864.967           | 5,47%                     | 52.379.287 |
| 2059      | 2.714.774 | 4,99%         | 5.792.364 | 10,65%        | 3.077.591           | 5,66%                     | 54.365.123 |
| 2060      | 2.814.512 | 4,99%         | 6.115.882 | 10,84%        | 3.301.370           | 5,85%                     | 56.407.050 |

(continua)

**Tabela 5.2 — Evolução da receita, despesa e necessidade de financiamento do RGPS (em R\$ mi correntes e em % do PIB) — 2023/2100**

| Exercício | Receita    | Receita / PIB | Despesa    | Despesa / PIB | Necessidade de Fin. | Necessidade de Fin. / PIB | PIB         |
|-----------|------------|---------------|------------|---------------|---------------------|---------------------------|-------------|
| 2061      | 2.918.572  | 4,99%         | 6.458.508  | 11,04%        | 3.539.936           | 6,05%                     | 58.527.446  |
| 2062      | 3.026.460  | 4,98%         | 6.831.728  | 11,25%        | 3.805.268           | 6,27%                     | 60.725.968  |
| 2063      | 3.138.080  | 4,98%         | 7.231.680  | 11,48%        | 4.093.600           | 6,50%                     | 63.000.085  |
| 2064      | 3.253.284  | 4,98%         | 7.657.694  | 11,72%        | 4.404.410           | 6,74%                     | 65.346.740  |
| 2065      | 3.371.932  | 4,98%         | 8.073.179  | 11,91%        | 4.701.247           | 6,94%                     | 67.763.095  |
| 2066      | 3.496.477  | 4,97%         | 8.419.571  | 11,98%        | 4.923.094           | 7,00%                     | 70.285.075  |
| 2067      | 3.625.793  | 4,97%         | 8.728.920  | 11,97%        | 5.103.126           | 7,00%                     | 72.902.682  |
| 2068      | 3.759.544  | 4,97%         | 9.046.669  | 11,96%        | 5.287.125           | 6,99%                     | 75.611.433  |
| 2069      | 3.897.452  | 4,97%         | 9.372.149  | 11,95%        | 5.474.697           | 6,98%                     | 78.408.320  |
| 2070      | 4.039.254  | 4,97%         | 9.773.838  | 12,02%        | 5.734.584           | 7,05%                     | 81.290.091  |
| 2071      | 4.188.125  | 4,97%         | 10.257.726 | 12,17%        | 6.069.601           | 7,20%                     | 84.302.408  |
| 2072      | 4.342.282  | 4,97%         | 10.757.221 | 12,30%        | 6.414.939           | 7,34%                     | 87.426.876  |
| 2073      | 4.501.571  | 4,97%         | 11.275.638 | 12,44%        | 6.774.067           | 7,47%                     | 90.662.060  |
| 2074      | 4.665.820  | 4,96%         | 11.813.624 | 12,57%        | 7.147.804           | 7,60%                     | 94.005.110  |
| 2075      | 4.834.623  | 4,96%         | 12.372.935 | 12,70%        | 7.538.313           | 7,74%                     | 97.446.029  |
| 2076      | 5.011.755  | 4,96%         | 12.954.887 | 12,82%        | 7.943.132           | 7,86%                     | 101.035.443 |
| 2077      | 5.195.945  | 4,96%         | 13.559.638 | 12,94%        | 8.363.693           | 7,98%                     | 104.769.661 |
| 2078      | 5.386.959  | 4,96%         | 14.191.199 | 13,06%        | 8.804.241           | 8,10%                     | 108.643.980 |
| 2079      | 5.584.145  | 4,96%         | 14.850.652 | 13,18%        | 9.266.507           | 8,23%                     | 112.645.904 |
| 2080      | 5.786.622  | 4,96%         | 15.538.649 | 13,31%        | 9.752.027           | 8,35%                     | 116.756.094 |
| 2081      | 6.000.367  | 4,96%         | 16.255.714 | 13,43%        | 10.255.348          | 8,47%                     | 121.064.317 |
| 2082      | 6.222.849  | 4,96%         | 17.001.477 | 13,54%        | 10.778.628          | 8,59%                     | 125.546.312 |
| 2083      | 6.453.172  | 4,96%         | 17.781.657 | 13,66%        | 11.328.485          | 8,70%                     | 130.185.883 |
| 2084      | 6.690.491  | 4,96%         | 18.594.664 | 13,78%        | 11.904.174          | 8,82%                     | 134.970.522 |
| 2085      | 6.934.125  | 4,96%         | 19.439.013 | 13,90%        | 12.504.888          | 8,94%                     | 139.890.615 |
| 2086      | 7.191.847  | 4,96%         | 20.314.322 | 14,00%        | 13.122.475          | 9,05%                     | 145.066.960 |
| 2087      | 7.459.426  | 4,96%         | 21.220.228 | 14,10%        | 13.760.802          | 9,15%                     | 150.449.004 |
| 2088      | 7.736.113  | 4,96%         | 22.164.348 | 14,21%        | 14.428.236          | 9,25%                     | 156.024.959 |
| 2089      | 8.021.141  | 4,96%         | 23.144.551 | 14,31%        | 15.123.410          | 9,35%                     | 161.784.878 |
| 2090      | 8.313.744  | 4,96%         | 24.160.970 | 14,41%        | 15.847.225          | 9,45%                     | 167.715.671 |
| 2091      | 8.623.275  | 4,96%         | 25.255.853 | 14,52%        | 16.632.578          | 9,56%                     | 173.961.981 |
| 2092      | 8.944.437  | 4,96%         | 26.390.412 | 14,62%        | 17.445.975          | 9,67%                     | 180.461.063 |
| 2093      | 9.276.946  | 4,96%         | 27.573.615 | 14,73%        | 18.296.669          | 9,77%                     | 187.206.234 |
| 2094      | 9.620.318  | 4,95%         | 28.803.234 | 14,83%        | 19.182.916          | 9,88%                     | 194.186.424 |
| 2095      | 9.973.476  | 4,95%         | 30.080.353 | 14,94%        | 20.106.877          | 9,98%                     | 201.374.973 |
| 2096      | 10.348.051 | 4,95%         | 31.406.132 | 15,03%        | 21.058.081          | 10,08%                    | 208.950.315 |
| 2097      | 10.738.658 | 4,95%         | 32.775.620 | 15,11%        | 22.036.963          | 10,16%                    | 216.855.665 |
| 2098      | 11.143.871 | 4,95%         | 34.201.827 | 15,20%        | 23.057.956          | 10,25%                    | 225.063.596 |
| 2099      | 11.561.653 | 4,95%         | 35.682.919 | 15,28%        | 24.121.266          | 10,33%                    | 233.536.086 |
| 2100      | 11.990.079 | 4,95%         | 37.218.228 | 15,36%        | 25.228.149          | 10,41%                    | 242.233.339 |

Fonte: SRGPS/MPS.

Elaboração a partir de dados da Grade de Parâmetros SPE/MF de 27/03/2023 (taxa de crescimento real do PIB, deflator e taxa de inflação — INPC acumulado) para o período entre 2023 e 2027.

## REFERÊNCIAS

- ANSILIERO, G.; COSTANZI, R. N.; FERNANDES, A. Z. A cobertura previdenciária segundo a PNAD Contínua: uma proposta de mensuração da proporção de protegidos entre ocupados e idosos residentes no país. Ipea, Brasília, 2019 (**Texto para Discussão** n. 2469).
- CGEET – Coordenação-Geral de Estudos Previdenciários. Evolução da proteção previdenciária no Brasil 2016 – 2019. **Informe de Previdência Social**, v. 33, n. 3, 2021.
- ELANDT-JOHNSON, R.; JOHNSON, N. **Survival models and data analysis**. New York, Wiley, 1999.
- IAA – International Actuarial Association. **International Standard of Actuarial Practice - ISAP 1: general actuarial practice**. Ottawa: IAA, 2018.
- ILO - International Labour Office; ISSA - International Social Security Association. **Guidelines on Actuarial Work for Social Security**. Genebra: ILO, 2016
- IYER S. **Matemática Atuarial de Sistemas de Previdência Social**. Coleção Previdência Social, v. 16, 2002).
- LUNDQUIST, J. H. *et al.* **Demography: the study of human population**. Long Grove, Waveland Press, 2015.
- PRESTON, S. H. HEUVELINE, P.; GUILLOT, M. **Demography: measuring and modeling population process**. Oxford: Blackwell Publishing, 2001.
- RIBEIRO, A. J. F. ET AL. Tábuas de mortalidade dos aposentados por invalidez pelo Regime Geral da Previdência Social – 1999-2002. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, v. 24, n.1, p. 91-108, 2007.
- RIBEIRO, A. J. F.; REIS, E. A.; BARBOSA, H. B. Construção de tábuas de mortalidade de inválidos por meio de modelos estatísticos bayesianos. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, v. 27, n. 2, p. 317-331, 2010.
- SANTOS C. F. ET AL. Longevidade dos aposentados e duração das aposentadorias por idade. Brasília: **Informe de Previdência Social**, janeiro, 2020.
- SOARES, A. S. D. Nota metodológica: novos parâmetros para o dimensionamento da cobertura previdenciária e assistencial no Brasil. **Informe de Previdência Social**, v. 33, n. 2, 2021.
- SOUZA, M. C. M. **Um Estudo sobre a Mortalidade dos Aposentados Idosos do Regime Geral de Previdência Social do Brasil no período de 1998 a 2002**. UFMG: Dissertação de Mestrado, 2009.
- THOMAS, R. K. **Concepts, methods and practical applications in applied demography: an introductory textbook**. Cham, Springer, 2018.
- WILBERT, M. D.; LIMA, D. V.; GOMES, M. M. F. O Impacto da Utilização de Diferentes Tábuas de Mortalidade nas Estimativas de Pagamento de Benefícios no RGPS, **Revista Brasileira de Risco e Seguros**, v.8, n.16, p. 19-40, 2013.

## ANEXO I – Lista de siglas e abreviaturas

| Notação                 | Descrição  |
|-------------------------|--|
| $\alpha$                | Conjunto de benefícios temporários   |
| $\beta$                 | Conjunto de benefícios permanentes   |
| $P_{s,i,t}^{PIA}$       | população em idade ativa (PIA)   |
| $P_{s,i,t}^{PEA}$       | população economicamente ativa (PEA)   |
| $P_{s,i,t}^{Ocup}$      | população ocupada  |
| $P_{s,i,t}^{SegEsp}$    | segurados especiais do RGPS  |
| $P_{s,i,t}^{Seg}$       | segurados urbanos do RGPS  |
| $\mu_{s,i,t}^{PEA}$     | taxa de participação de trabalho   |
| $\mu_{s,i,t}^{Ocup}$    | taxa de ocupação no mercado de trabalho  |
| $\mu_{s,i,t}^{SegEsp}$  | taxa de cobertura de segurados especiais do RGPS   |
| $\mu_{s,i,t}^{Seg}$     | taxa de cobertura de segurados urbanos do RGPS   |
| $P_{s,i,t}^{SegEsp}$    | subpopulação de segurados especiais do RGPS  |
| $P_{s,i,t}^{Seg}$       | subpopulação de segurados urbanos do RGPS  |
| $\beta_{E,s,i,t}$       | quantidade de benefícios associados a beneficiários com idade $i$ no ano $t$ (posição em 31/12)          |
| $\beta_{Q,s,i,t}$       | probabilidade de óbito específica  |
| $\beta_{CO,s,i,t}$      | quantidade de concessões (fluxo) de benefícios   |
| $\beta_{P,s,i,t}$       | taxa de concessão de benefício   |
| $\alpha_{\delta,s,i,t}$ | relação entre concessão e estoque de benefícios  |
| $\alpha_{\Phi,s,i,t}$   | taxa de pertencimento ou de geração de auxílios  |
| $\varphi_t$             | taxa de fecundidade  |
| $idh$                   | diferencial médio entre as idades de homens segurados ativos geradores de pensões e de seus filhos(as)   |
| $idm$                   | diferencial médio entre as idades de mulheres seguradas ativas geradoras de pensões e de seus filhos(as) |
| $dhm$                   | diferencial de idade entre cônjuges  |
| $\omega_{s,i,t}^{Ocup}$ | rendimento médio da subpopulação ocupada   |
| $\eta_t$                | taxa de crescimento real dos rendimentos do trabalho   |
| $W_{s,i,t}^{Ocup}$      | massa salarial da subpopulação ocupada   |

|                             |  |
|-----------------------------|--|
| $\omega_{s,i,t}^{Seg}$      | rendimento médio dos segurados contribuintes urbanos do RGPS                   |
| $\omega_t^{min}$            | valor monetário do SM  |
| $\overline{\omega_t^{min}}$ | taxa de crescimento do SM  |
| $Rec_t$                     | receitas previdenciárias   |
| $W_t^{Seg}$                 | massa salarial dos segurados contribuintes urbanos do RGPS                     |
| $\pi_t$                     | alíquota efetiva média   |
| $\psi$                      | proporção dos salários na renda total da economia                              |
| $W_t^{Occup}$               | taxa de crescimento da massa salarial da subpopulação ocupada                  |
| $\bar{Y}_t$                 | taxa de crescimento do PIB   |
| $Y_t$                       | Produto Interno Bruto - PIB  |
| $\beta\Phi_t$               | valores dos benefícios   |
| $\beta\lambda_t$            | taxa de reajuste (em termos reais) dos benefícios                              |
| $\beta\Phi_t$               | valores dos benefícios no piso previdenciário/assistencial                     |
| $\beta Vco_{s,i,t}$         | valor médio mensal (em R\$) de concessões de benefícios                        |
| $\beta\theta_{s,i,t}$       | taxa de reposição média dos benefícios concedidos                              |
| $\beta SB_{s,i,t}$          | salário de benefício médio nas concessões de benefícios                        |
| $\beta D_{s,i,t}$           | Despesa previdenciária/assistencial  |
| $\beta n_t$                 | quantidade média de parcelas pagas aos novos beneficiários no ano de concessão |
| $\alpha \zeta_{s,i,t}$      | duração esperada do benefício (em meses)                                       |
| <b>AEPS</b>                 | Anuário Estatístico da Previdência Social                                      |
| <b>Aiva</b>                 | Aposentadoria por Incap. Permanente (natureza acidentária)                     |
| <b>Aivp</b>                 | Aposentadoria por Incap. Permanente (natureza previdenciária)                  |
| <b>Apid</b>                 | Aposentadoria Por Idade  |
| <b>Atce</b>                 | Aposentadoria Especial   |
| <b>Atcn</b>                 | ATC (B-42)   |
| <b>Atcp</b>                 | ATC Professor (B-46)   |
| <b>Axaa</b>                 | Auxílio-Acidente (natureza previdenciária)                                     |
| <b>Axap</b>                 | Auxílio-Acidente (natureza previdenciária)                                     |
| <b>Axda</b>                 | Auxílio por Incap. Temporária (natureza acidentária)                           |
| <b>Axdp</b>                 | Auxílio por Incap. Temporária (natureza previdenciária)                        |

|               |  |
|---------------|--|
| <b>Axre</b>   | Auxílio-Reclusão                                 |
| <b>BGU</b>    | Balanço Geral da União                           |
| <b>BID</b>    | Banco Interamericano de Desenvolvimento          |
| <b>Bpcdef</b> | BPC/Loas Pessoa com Deficiência                  |
| <b>Bpcido</b> | BPC/Loas Pessoa Idosa                            |
| <b>EC</b>     | Emenda Constitucional                            |
| <b>IAA</b>    | International Actuarial Association              |
| <b>IPEA</b>   | Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada         |
| <b>ISAP</b>   | International Standard of Actuarial Practice     |
| <b>ISSA</b>   | International Social Security Association        |
| <b>ME</b>     | Ministério da Economia                           |
| <b>MPS</b>    | Ministério do Trabalho e Previdência             |
| <b>OIT</b>    | Organização internacional do Trabalho            |
| <b>PEC</b>    | Proposta de Emenda Constitucional                |
| <b>PLDO</b>   | Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias       |
| <b>Ppma</b>   | Pensão por Morte (natureza acidentária)          |
| <b>Ppmp</b>   | Pensão por Morte (natureza previdenciária)       |
| <b>RGPS</b>   | Regime Geral de Previdência Social               |
| <b>Rmv</b>    | RMV Idade e Invalidez40                          |
| <b>RREO</b>   | Relatório Resumido de Execução Orçamentária      |
| <b>Rur</b>    | benefícios da clientele rural                    |
| <b>Salm</b>   | Salário-Maternidade                              |
| <b>SM</b>     | Salário mínimo                                   |
| <b>SPE</b>    | Secretaria de Política Econômica                 |
| <b>SRGPS</b>  | Secretaria de Regime Geral de Previdência Social |
| <b>STN</b>    | Secretaria do Tesouro Nacional                   |
| <b>TCU</b>    | Tribunal de Contas da União                      |
| <b>Urb</b>    | benefícios da clientele urbana                   |
| <b>w</b>      | idade máxima dos grupos etários                  |

<sup>40</sup> A Renda Mensal Vitalícia (RMV) encontra-se em extinção desde 1996 (alteração do Art. 40 da Lei nº 8.742/1993). Assim, não existem novas concessões desse benefício.

## ANEXO II – Descrição dos dados utilizados

| Parâmetros   | Definição  | Fonte de dados  |
|--|--|---|
| $P_{s,i,t}$<br>$t = 2010, \dots, 2100$             | População brasileira                             | Projeções para a população brasileira, elaboradas pela ONU para o período entre 2010 a 2100; <sup>41</sup>  |
| $q_{s,i,t}$<br>$t = 2010, \dots, 2100$             | Probabilidade de óbito da população brasileira   | Projeções de tábuas de mortalidade para a população brasileira, elaboradas pela ONU para o período entre 2010 a 2100;   |
| $\varphi_t$<br>$t = 2010, \dots, 2100$             | Taxa de fecundidade da população brasileira      | Projeções de taxa de fecundidade para a população brasileira, elaboradas pela ONU para o período entre 2010 a 2100;   |
| $\mu_{s,i,t}^{PEA}$<br>$t = 2016, \dots, 2019$     | Taxa de participação no mercado de trabalho      | Calculadas pela relação entre a população economicamente ativa (PEA) sobre a população, ambas obtidas a partir da PNADC/IBGE 2016-2019;   |
| $\mu_{s,i,t}^{Ocup}$<br>$t = 2016, \dots, 2019$    | Taxa de ocupação no mercado de trabalho          | Calculadas pela relação entre a população ocupada (conceito expandido) sobre a PEA, ambas obtidas a partir da PNADC/IBGE 2016-2019;   |
| $\mu_{s,i,t}^{SegEsp}$<br>$t = 2016, \dots, 2019$  | Taxa de cobertura de segurados especiais do RGPS | Calculadas pela relação entre o total de segurados especiais do RGPS e a população ocupada (conceito expandido), ambos obtidas a partir da PNADC/IBGE 2016-2019;  |
| $\mu_{s,i,t}^{Seg}$<br>$t = 2016, \dots, 2019$     | Taxa de cobertura de segurados urbanos do RGPS   | Calculadas pela relação entre o total de Contribuintes pessoas físicas do RGPS (disponível no Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS) e a população ocupada (conceito expandido) obtida a partir da PNADC/IBGE 2016-2019; |
| $\omega_{s,i,t}^{Ocup}$<br>$t = 2016, \dots, 2019$ | rendimento médio da subpopulação ocupada         | Calculados a partir da PNADC/IBGE 2016-2019;  |

<sup>41</sup>As informações referem-se às projeções da população no ponto médio de cada ano (30 de junho).

|   |  |  |
|---|--|--|
| $\omega_{s,t}^{Seg}$<br>$t = 2016, \dots, 2019$ | rendimento médio dos segurados contribuintes urbanos do RGPS | Calculados a partir da PNADC/IBGE 2016-2019;   |
| $\omega_t^{min}$<br>$t = 2016, \dots, 2022$     | Salário Mínimo   | SM vigente em cada ano segundo a legislação;   |
| $\beta^{E_{s,t}}$<br>$t = 2011, \dots, 2019$    | Estoque de benefícios  | Dados de registros administrativos de 2011 a 2019: correspondente à quantidade de benefícios por idade simples do beneficiário em cada ano (posição em 31/12); |
| $\beta^{D_{s,t}}$<br>$t = 2011, \dots, 2019$    | Benefícios cessados  | Dados de registros administrativos de 2011 a 2019: correspondente às cessações de benefícios (por óbito) por idade simples do beneficiário em cada ano;        |
| $\beta^{Co_{s,t}}$<br>$t = 2011, \dots, 2019$   | Benefícios concedidos  | Dados de registros administrativos de 2011 a 2019: correspondente às concessões de benefícios por idade simples do beneficiário em cada ano;                   |
| <b>Dhm</b>                                      | Diferencial médio de idade entre cônjuges                    | Estimativa de 4 anos a partir de análise de dados a partir da PNADC/IBGE 2016-2019;  |
| $Rec_t$<br>$t = 2011, \dots, 2019$              | Receita previdenciária                                       | Refere-se ao conceito de arrecadação Líquida do RGPS, com valores obtidos a partir do Fluxo de Caixa do FRGPS;   |

### ANEXO III – Hipóteses de projeção (cenário base)

| Hipóteses de Projeção                    | Descrição   |
|--|---|
| $\mu_{s,i,t}^{PEA}$<br>$t \geq 2020$     | Hipótese de que a taxa de participação a partir de 2020 é estimada como igual à média dos valores computados no período entre 2016 e 2019;  |
| $\mu_{s,i,t}^{Ocup}$<br>$t \geq 2020$    | Hipótese de que a taxa de ocupação a partir de 2020 é estimada como igual à média dos valores computados no período entre 2016 e 2019;  |
| $\mu_{s,i,t}^{SegRur}$<br>$t \geq 2020$  | Hipótese de que a taxa de cobertura de segurados especiais do RGPS a partir de 2020 é igual à média dos valores computados no período entre 2016 e 2019;  |
| $\mu_{s,i,t}^{Seg}$<br>$t \geq 2020$     | Hipótese de que a taxa de cobertura de segurados urbanos do RGPS a partir de 2020 é igual à média dos valores computados no período entre 2016 e 2019;  |
| $\beta P_{s,i,t}$<br>$t \geq 2020$       | Hipótese de que a taxa de concessão de benefícios a partir de 2020 é igual à média dos valores computados no período entre 2011 e 2019 para os benefícios urbanos e assistenciais; e à média do período entre 2016 e 2019 para os benefícios rurais. Destaca-se que, no caso das aposentadorias urbanas, tal padrão de concessões é tratado no modelo a fim de incorporar as novas regras de acesso estabelecidas pela EC 103/2019 (ver Anexo III); |
| $\beta Q_{s,i,t}$<br>$t \geq 2020$       | Hipótese de que a probabilidade de óbito específica de cada coorte de beneficiários do RGPS possui trajetória descendente no mesmo ritmo das projeções da ONU para a população brasileira, mas com diferenciais de níveis para cada subpopulação beneficiária, conforme computado para o período 2012-2019 (Anexo IV);  |
| $\alpha \delta_{s,i,t}$<br>$t \geq 2020$ | Hipótese de relação entre concessão e estoque de benefícios igual à média dos valores computados no período entre 2011 e 2019 para os benefícios urbanos e à média do período entre 2016 e 2019 para os benefícios rurais;  |

| Hipóteses de Projeção  | Descrição   |
|--|---|
| $\propto \Phi_{s,i,t}$ $t \geq 2020$                           | <p>Hipótese de taxa de pertencimento ou de geração de auxílios igual à média dos valores computados no período entre 2011 e 2019 para os benefícios urbanos e à média do período entre 2016 e 2019 para os benefícios rurais;</p>   |
| $\overline{\omega_t^{min}} = 0$ $2023 \geq t \geq 2026$        | <p>Hipótese de que a taxa de crescimento real do SM nula até 2026 (de acordo com o publicado na Grade de Parâmetros da SPE/ME);</p>   |
| $\overline{\omega_t^{min}} = \overline{Y_{t-2}}$ $t \geq 2027$ | <p>Hipótese de que a taxa de crescimento real do SM a partir de 2027 é igual a taxa de crescimento econômico e dois (2) anos anteriores;</p>  |
| $\overline{Y_t}$ $2022 \geq t \geq 2026$                       | <p>Hipótese de que a taxa de crescimento real do PIB seja igual a 2,7% em 2022 e 2,5% entre 2023 e 2026 (de acordo com o publicado na Grade de Parâmetros da SPE/ME);</p>   |
| $\beta \lambda_t = \overline{\omega_t^{min}} =$ $t \geq 2020$  | <p>Hipótese de que a taxa de reajuste em termos reais de cada benefício seja igual à taxa de crescimento real do SM (hipótese de vinculação entre o piso previdenciário e assistencial e o SM);</p>   |
| $\beta \varphi_t$ $t \geq 2020$                                | <p>Hipótese de que o valor do piso previdenciário e assistencial é igual ao valor do SM projetado para cada ano;</p>  |
| $\beta n_t$ $t \geq 2020$                                      | <p>Número médio de pagamentos mensais no ano às novas concessões de benefícios: assume o valor 13/2 para as aposentadorias (benefício com 13ª parcela ou abono anual) e o valor 6 (12/2) para os benefícios assistenciais (benefício sem 13ª parcela ou abono anual).</p> |
| $idh$ $t \geq 2020$  | <p>Hipótese de diferencial médio entre as idades de homens segurados ativos geradores de pensões e de seus filhos(as) no valor de 33 anos;</p>  |
| $idm$ $t \geq 2020$  | <p>Hipótese de diferencial médio entre as idades de mulheres seguradas ativas geradoras de pensões e de seus filhos(as) no valor de 29 anos;</p>  |
| $dhm$ $t \geq 2020$  | <p>Hipótese de diferencial de idade entre cônjuges de 4 anos;</p>   |

| Hipóteses de Projeção          | Descrição   |
|--------------------------------|---|
| $\eta_t = 1,5\%$ $t \geq 2020$ | <p>Hipótese de que a taxa de crescimento real médio dos rendimentos do trabalho será de 1,5% ao ano;</p>      |
| $\beta n_t$ $t \geq 2020$      | <p>Hipótese de que o número médio de pagamentos mensais de cada benefício seja igual aos valores de 2019;</p> |
| $\tau_t = 0$ $t \geq 2020$     | <p>Hipótese de que reajustamento real dos valores de benefício acima do SM seja igual a zero~;</p>            |

## ANEXO IV – Tábuas de mortalidade específicas para os beneficiários do RGPS

### Introdução

Anualmente, o IBGE publica, no início do mês de dezembro, a atualização das Tábuas Completas de Mortalidade (TCM), por sexo e para ambos os sexos, referentes ao ano anterior. Trata-se de uma divulgação oficial do Governo Federal que tem como objetivo apresentar o grau de exposição ao risco de óbito ou mortalidade da população brasileira como um todo.

Contudo, para fins de estimativa da duração média dos benefícios do RGPS no modelo de projeção, o uso das tábuas fornecidas pelo IBGE poderia acabar não refletindo as diferenças esperadas, em termos do perfil de mortalidade, entre os beneficiários da clientela urbana e rural, assim como diferenças entre espécies de benefícios, tais como as aposentadorias programadas, aposentadorias por incapacidade, pensões por morte e BPC. Assim, visando conferir maior acurácia aos resultados do modelo, foram estimadas probabilidades de óbito específicas para os aposentados do RGPS, conforme procedimento detalhado a seguir.

### Estimativa das taxas de mortalidade

As *taxas específicas de mortalidade* correspondem ao risco de morte em cada idade ou grupo etário, sendo obtidas como o quociente entre o total de óbitos, em um determinado ano, em cada idade ou grupo etário e a população correspondente no meio do ano. Ou seja,  $x$  é idade,  $n$  o tamanho do grupo etário,  ${}_nD_{x,t}$  é o total de mortes no ano,  ${}_nP_{x,m}$  é a população no meio do ano (estimativa de pessoas-ano como as pessoas na metade do ano).

Para idades simples, ou seja, grupo etários de tamanho um ( $n=1$ ) e população com idade  $x$  (anos completos) avaliada no fim do ano  $t$  (posição de 31/12)  $P_{x,t}$ , as taxas de mortalidade  ${}_βm_{s,i,t}$  foram estimadas pela aproximação ilustrada pela equação A1, baseada na hipótese de uma mudança linear no tamanho da população ((CASELLI; VALLIN, 2016; PRESTON ET AL, 2001), em que  ${}_βD_{s,i,t}$  refere-se ao total de cessações por óbito e  ${}_βP_{s,i,t}$  refere-se ao estoque de beneficiários do sexo  $s$ , com idade  $i$  (anos completos), avaliada no fim do ano  $t$  (posição de 31/12).

Foram utilizadas informações agregadas por coortes de sexo do beneficiário (homem/ mulher) e idade simples (0,100+), com periodicidade anual no período 2011 a 2019. Dentre os tipos de

informação, foram obtidas informações sobre estoque (quantidade), de concessões (quantidade) e cessações (devido à morte e outros motivos<sup>42</sup>) de diversos grupos de espécie de benefícios.

$$\beta m_{s,i,t} \cong \beta M_{s,i,t} = \frac{\beta D_{s,i,t}}{(\beta P_{s,i,t-1} + \beta P_{s,i+1,t})/2} \quad (A1)$$

$$m_{x,t} \cong M_{x,t} = \frac{D_{x,t}}{\frac{(Co_{x,t} - D_{x,t} - Ce_{x,t})}{2}} \quad (A2)$$

As taxas de mortalidade específicas ( $m$ ) foram computadas por meio da equação A1 para todos os benefícios (API, ATC e AIP) e clientelas (rural, urbana total, urbana – piso previdenciário e urbana – acima do piso) e período entre 2012 e 2017. Observa-se que o ano inicial foi 2012 (e não 2011), uma vez que o cômputo dessas estimativas para determinado ano exige informações do ano anterior. Já em relação ao intervalo etário das estimativas, esses variaram entre os benefícios. Para a aposentadoria por idade (API), benefício que possui idade mínima de elegibilidade na concessão, optou-se pelo cômputo para o intervalo entre a idade mínima e o limite superior do intervalo (90 anos). Assim, como exemplo, no caso da aposentadoria por idade dos homens urbanos, a existência da idade mínima de concessão aos 65 anos faz com que inexistam informações de estoque e cessações por óbito em idades inferiores a essa, assim, as taxas específicas de mortalidade foram computadas para idades iguais e superiores a 65 anos. Já nos casos de benefícios sem idade mínima (ATC e AIP), os limites inferiores foram aqueles em que foi possível computar as taxas de mortalidade para todos os anos do período 2012-2017. Mais precisamente, a aposentadoria por tempo de contribuição (ATC) urbana de homens (mulheres) teve limites inferiores das idades fixadas em 50 e 47 anos, para homens e mulheres, respectivamente, enquanto no caso da aposentadoria por incapacidade permanente (AIP), as idades foram de 25 e 40 anos, para homens e mulheres, respectivamente.

Ressalta-se que, nos casos da aposentadoria por idade (API), as taxas de mortalidade específicas para as idades de acesso ao benefício foram calculadas pela equação (A2) (e não pela equação (A1)), devido à enorme quantidade de concessões nessas idades, assim, visa-se uma aproximação

<sup>42</sup> Como, por exemplo, transformação em outra espécie de benefício, identificação de fraudes ou irregularidades, dentre outros.

ao método de cômputo de taxas de mortalidade para grupos abertos, ou seja, quando existe migração.

### **Estimativa das probabilidades de óbito**

Em demografia, é usual que o denominador das *probabilidades* seja a população exposta no início do intervalo, enquanto no caso de *taxas* seja igual à pessoa-ano de exposição. Este último conceito pode ser aproximado pela população média exposta no início e no final do ano, assumindo uma função de sobrevivência linear, se o intervalo de tempo for de um ano.

A fórmula de conversão de  $m$  em  $q$  é importante quando se calculam os valores iniciais de  $m$  a partir de dados. Usualmente, adota-se  ${}_n a_x = n/2$ , a partir da hipótese implícita de que as mortes entre as idades exatas  $x$  e  $x+1$  são distribuídas de maneira uniforme ao longo do intervalo etário). Para o caso particular de idade simples (grupo etário de dimensão um), temos um estimador para  $q$  (CASELLI; VALLIN, 2016), conforme a equação A3. É interessante observar que, por definição, a diferença entre a taxa e a probabilidade aumenta conforme aumenta o grau de risco, ou seja, a diferença é mínima quando a probabilidade está abaixo de 1%, mas aumenta muito rapidamente, com as taxas sendo bastante superiores às probabilidades para idades mais avançadas.

Essas probabilidades de óbito  $q$  inicialmente computadas para as subpopulações de aposentados serão denominadas *brutas*.

$${}_{\beta} \hat{q}_{s,i,t} = \frac{2 \cdot {}_{\beta} m_{s,i,t}}{2 + {}_{\beta} m_{s,i,t}} \quad (A3)$$

$${}_{\beta} p_{s,i,t} = 1 - {}_{\beta} q_{s,i,t} \quad (A4)$$

### **Graduação das probabilidades de óbito: o modelo logit-relacional de Brass**

Como é comum na estimativa de taxas de mortalidade e probabilidades de óbito a partir de dados observados, os resultados gerados apresentaram elevadas diferenças entre as idades simples sucessivas, o que exigiu a implementação de algum mecanismo de suavização/graduação<sup>43</sup>.

<sup>43</sup> A estimação de probabilidades de óbito ajustadas (graduadas/suavizadas) permite, inclusive, a aplicação de outras funções biométricas usualmente empregadas na elaboração de tábuas de vida/ mortalidade completas, como, por

Teoricamente, é esperado que as probabilidades de óbito suavizadas forneçam melhores informações, visto que refletiriam melhor a variação existente nas verdadeiras e desconhecidas taxas de mortalidade.<sup>44</sup> Na demografia, o processo pelo qual as taxas ou probabilidades de morte são transformadas a partir de uma série irregular de dados observados em uma série regular suavizada denomina-se *graduação*, o qual permite que tanto a mortalidade como outras funções biométricas calculadas a partir dela apresentem a propriedade de serem suaves (CASTRO, 1997; RIBEIRO ET AL, 2010).

No caso da graduação da mortalidade, existem diversos métodos que podem ser utilizados. A literatura especializada é ampla e apresenta como alternativa a utilização de métodos gráficos, de interpolação ou funções *spline*, médias-móveis, referência a um padrão e fórmulas matemáticas, como a de Gompertz, Makeham e Heligman-Pollard (CASTRO, 1997). Os métodos relacionais baseiam-se em suposições bastante plausíveis sobre a evolução etária das taxas de mortalidade, permitindo a suavização daquelas estimativas empíricas. Alguns trabalhos utilizam a abordagem bayesiana no processo de graduação de taxas de mortalidade, na qual a estimação estatística dos parâmetros desconhecidos parte do conhecimento inicial (distribuição a priori) sobre os parâmetros estudados (RIBEIRO ET AL, 2010).

O denominado modelo relacional de Brass consiste num sistema flexível de dois parâmetros para modelar tábuas de mortalidade, elaborado a partir da descoberta de que uma transformação logit das probabilidades de óbito ou sobrevivência de tábuas distintas tornaria a relação entre as essas probabilidades transformadas aproximadamente linear. Tal aproximação é próxima o suficiente para garantir o uso dessa relação para estudar e modelar taxas de mortalidade observadas. Assim, o sistema de modelos é denominado relacional, na medida em que é baseado numa transformação matemática da probabilidade de óbito ( $q_x$ ) ou da função de sobrevivência específica da idade ( $l_x$ ), a qual permite estabelecer relações entre as duas tábuas distintas a partir de uma equação simples.

Segundo Preston *et al* (2001), a estimação dos parâmetros do modelo de mortalidade relacional de Brass pode ser descrita conforme a seguir. Seja  $q_x^s$  a probabilidade de óbito antes da idade  $x$

---

exemplo, o número médio de anos de vida restante na idade exata  $i$  de um indivíduo que sobreviveu até essa idade  $i$  (esperança de vida a partir da idade  $i$ ) ( ${}_i p e_{s,i,t}$ ).

<sup>44</sup> A existência de mudanças bruscas entre as probabilidades de óbito de idades consecutivas acarretaria o distanciamento da hipótese teórica de que essas deveriam ser próximas.

na tábua de mortalidade padrão e  $q_x$  a probabilidade de óbito antes da idade  $x$  na população estudada, parâmetros  $\alpha$  e  $\beta$  e  $\varepsilon$  o termo de erro da seguinte equação:

$$Y_x = \alpha + \beta \cdot Y_x^s + \varepsilon_x \quad (A5)$$

$$Y_x^s = \text{logit}(q_x^s) = \frac{1}{2} \cdot \ln \left[ \frac{q_x^s}{1 - q_x^s} \right] \quad (A6)$$

$$Y_x = \text{logit}(q_x) = \frac{1}{2} \cdot \ln \left[ \frac{q_x}{1 - q_x} \right] \quad (A7)$$

Em linhas gerais, o sistema possui dois parâmetros: um que captura diferenças no nível de mortalidade entre as populações ( $\alpha$ ) e outro que captura a variação entre populações na relação entre mortalidade na infância e na idade adulta ( $\beta$ ), ambos os quais podem ser estimados pelo método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). Observe que caso  $\beta$  seja igual a 1, eventuais mudanças no parâmetro  $\alpha$  levarão ao aumento ou diminuição das probabilidades de óbito em todas as idades, assim, a forma da tábua será a mesma, mas com níveis distintos. Caso  $\alpha$  seja 0 e  $\beta$  varie, devemos esperar que as tábuas resultantes não possuam a mesma forma, tendo cruzamento entre elas. Conforme esperado, mudanças simultâneas de  $\alpha$  e  $\beta$  devem provocar mudanças tanto em nível como na forma das probabilidades de óbito geradas, e por consequência, nas demais funções biométricas.

Portanto, a partir de um conjunto de probabilidade de óbito definidos de uma tábua padrão ( $q_x^s$ ), qualquer série de novas probabilidades podem ser geradas a partir da estimativa dos pares de valores  $\alpha$  e  $\beta$ . Logo, a equação acima pode ser usada para gerar tábuas de vida a partir de uma tábua padrão considerada apropriada.<sup>45</sup>

Uma decisão crucial na implementação desse tipo de método é a *escolha da tabela de vida padrão*, na medida em que, potencialmente, qualquer tábua poderia ser utilizada. No caso de países que não possuem tábuas confiáveis para suas populações, são comumente utilizadas

<sup>45</sup> Além da modelagem de Brass, existem outros sistemas alternativos que também podem desempenhar função semelhante a partir de abordagens distintas. O chamado sistema logit modificado propõe uma alteração no modelo logit relacional a partir da introdução de dois parâmetros adicionais específicos de idade, os quais visam ajustar os níveis de mortalidade/ sobrevivência tanto de crianças de idades inferiores a cinco anos como de adultos em idades avançadas. A estimação de parâmetros adicionais visa capturar com maior acurácia o impacto da mortalidade na infância e na velhice, reduzindo a ocorrência de  $\beta$  diferente de 1 para modelar a relação estrutural entre os padrões de mortalidade como um todo. Outro modelo alternativo consiste no sistema log-quadrático, o qual se baseia em parâmetros derivados dos dados de mortalidade do Banco de Dados de Mortalidade Humana, e dois parâmetros ( $h$  e  $k$ ) a partir dos quais o modelo as estimativas empíricas de mortalidade são ajustadas.

tábuas para outros períodos ou até mesmo de países com características demográficas semelhantes. Além da utilização do modelo relacional para graduação das probabilidades de óbito observadas para determinada população, tal modelo também pode ser utilizado para projeção da mortalidade.

No caso em questão, foi escolhida como tábua padrão a publicada pelas Nações Unidas (ONU) para o Brasil. Tal escolha resultou da necessidade de maior horizonte temporal para as projeções populacionais e das tábuas de mortalidade tendo em vista às diretrizes internacionais de aferição do horizonte temporal de cerca de 75 anos para as projeções previdenciárias. Atualmente, as projeções do IBGE estão disponíveis somente até 2060, enquanto as da ONU se estendem até 2100. No entanto, as tábuas publicadas consistem em versões abreviadas, ou seja, por grupos etários quinquenais. Assim, para a aplicação do modelo relacional, foi necessário procedimento de desabreviação dessas tábuas para as probabilidades de óbito por idade simples, o que se deu por meio da aplicação do método de Elandt-Johnson (ELANDT-JOHNSON, JOHNSON; 1999).

A implementação do método deu-se da seguinte forma. Primeiramente, foram computadas as transformações logit das probabilidades de óbito extraídas da tábua padrão (ONU) por meio da equação (A6) e das probabilidades de óbito *brutas* das subpopulações estudadas por meio da equação (A7). Em segundo lugar, foram estimadas 198 regressões conforme a equação (A5), por meio do software R, de maneira que o método foi aplicado para cada benefício, clientela, sexo e ano (2012-2020).<sup>46</sup> Conforme descrito anteriormente, os parâmetros  $\alpha$  (captura diferenças no nível de mortalidade entre as populações) e  $\beta$  (captura a variação entre populações na relação entre mortalidade na infância e na idade adulta) foram estimados pelo método MQO. Por fim, a partir da estimativa dos pares de valores  $\alpha$  e  $\beta$  em cada regressão, foram geradas novas probabilidade de óbito ajustadas. Portanto, a implementação sistemática do método logit-relacional de Brass permitiu a graduação (suavização) das curvas de probabilidades de óbito de todos as subpopulações estudadas, gerando, assim, as probabilidades de óbito *ajustadas*.

Ainda que tenham sido calculadas probabilidade de óbito para o ano de 2020, optou-se por utilizar informações até 2019, por ser o ano mais recente em que se observou relativa estabilidade no patamar das probabilidades. No caso de 2020, foram observadas grandes mudanças em

---

<sup>46</sup> No caso da aposentadoria por incapacidade permanente (AIP) dos homens, ainda que a idade mínima em que foi possível computar as taxas de mortalidades tenha sido 25 anos, as taxas brutas entre 25 e 40 anos acabaram apresentando variabilidade demasiadamente grande, decorrente do baixo número da população exposta ao risco, assim, para as regressões desse benefício foi utilizado a idade de 40 anos como limite inferior do intervalo etário.

relação ao período anterior, decorrentes, em larga medida, dos efeitos da pandemia de Covid-19 sobre a população brasileira, em especial sobre a mortalidade dos idosos.

Em relação às projeções das probabilidades de óbito específicas, foi calculado o distanciamento médio de 2011 a 2019, em termos percentuais, entre as probabilidades específicas e as da população. Para se obter as probabilidades de óbito específicas estimadas, tais fatores foram aplicados sobre as projeções das probabilidades de óbito da população brasileira para as próximas décadas. Logo, a dinâmica da intensidade e velocidade de redução das probabilidades de óbito é fornecida pelos dados demográficos da ONU, no entanto, tais valores são ajustados em termos de nível, a partir das diferenças aferidas entre as probabilidades de óbito da população como um todo e das subpopulações beneficiárias do RGPS no passado recente (2011-2019). Em outras palavras, caso tenha sido mensurada uma exposição ao risco de morte maior (ou menor) para determinada subpopulação de beneficiários no passado recente (comparativamente ao risco da população), esse diferencial é mantido constante ao longo do tempo, por hipótese, e aplicado às projeções das tábuas para a população como um todo.

## **Anexo IV**

### **Metas Fiscais**

#### **IV.6 – Avaliação Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Civis**

(Art. 4º, § 2º, inciso IV, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000)

---

# **Relatório da Avaliação Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS da União**

**(Servidores, Aposentados e Pensionistas dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário)<sup>1</sup>**

---

<sup>1</sup> Constatam dos Anexos XVIII a XX deste Relatório os Balanços Atuariais e respectivas Notas Técnicas Atuariais, relativos às projeções dos benefícios dos policiais civis e dos policiais e bombeiros militares do Distrito Federal, considerando somente as regras de inatividade, conforme provisões matemáticas elaboradas por solicitação da Secretaria do Tesouro Nacional.

# SUMÁRIO

|  |    |
|--|----|
| INTRODUÇÃO .....   | 5  |
| ELEMENTOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL .....  | 6  |
| BASE NORMATIVA .....   | 6  |
| Plano de Benefícios: critérios de elegibilidade, cálculo e reajustamento dos benefícios.....   | 6  |
| BASES TÉCNICAS ATUARIAIS.....  | 7  |
| Regimes Financeiros e Métodos de Financiamento .....   | 7  |
| Hipóteses Atuariais e Premissas.....   | 8  |
| BASE CADASTRAL.....  | 15 |
| Poder Executivo.....   | 16 |
| Poder Legislativo .....  | 17 |
| Poder Judiciário.....  | 17 |
| Ministério Público .....   | 18 |
| PLANO DE CUSTEIO .....   | 18 |
| RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL.....  | 18 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS.....  | 25 |
| ANEXOS .....   | 27 |
| ANEXO I - GLOSSÁRIO DE TERMOS TÉCNICOS.....  | 28 |
| ANEXO II: BALANÇO ATUARIAL CONSOLIDADO - TODOS OS PODERES - GRUPO FECHADO.....   | 31 |
| ANEXO III-A: PROJEÇÕES ATUARIAIS DO RPPS DA UNIÃO - GRUPO FECHADO.....   | 33 |
| ANEXO III-B: PROJEÇÕES ATUARIAIS DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES CIVIS DA UNIÃO - GRUPO FECHADO (SEM REPOSIÇÃO DE SERVIDORES)..... | 38 |
| ANEXO IV: PROJEÇÕES ATUARIAIS DAS REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS - GRÁFICO.....   | 43 |
| ANEXO V: FINANCIAMENTO DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS - GRÁFICO .....  | 44 |
| ANEXO VI: EVOLUÇÃO DO DÉFICIT FINANCEIRO – GRÁFICO .....   | 45 |
| ANEXO VII: ANÁLISE DE SENSIBILIDADE - TAXA DE JUROS.....   | 46 |
| ANEXO VIII: ANÁLISE DE SENSIBILIDADE – MÉTODO DE FINANCIAMENTO .....   | 48 |
| ANEXO IX: ANÁLISE DE SENSIBILIDADE – TÁBUA DE ENTRADA EM INVALIDEZ .....   | 50 |
| ANEXO X: ANÁLISE DE SENSIBILIDADE – COMPOSIÇÃO FAMILIAR .....  | 52 |
| ANEXO XI: DATA DE APOSENTADORIA DOS “SERVIDORES IMINENTES” (QUE JÁ PODEM REQUERER A APOSENTADORIA) .....                                   | 54 |
| ANEXO XII: SERVIDORES CONSIDERADOS COMO APOSENTADOS .....  | 55 |
| ANEXO XIII: FLUXOS DE RECEITAS E DESPESAS - “RISCOS IMINENTES” .....   | 56 |

|   |     |
|---|-----|
| ANEXO XIV: PROJEÇÕES CONSIDERANDO A PREMISA DE REPOSIÇÃO DOS SERVIDORES .....                                       | 59  |
| ANEXO XV: TESTE DE ADERÊNCIA DAS HIPÓTESES BIOMÉTRICAS .....  | 70  |
| Introdução .....  | 71  |
| Teste de Aderência e Adequação das Tábuas Biométricas .....   | 72  |
| Metodologias de Testes: Conceitos e Aplicações .....  | 74  |
| Dados e Procedimentos .....   | 78  |
| Análises de Aderência das Tábuas Biométricas .....  | 81  |
| Considerações e Proposições .....   | 94  |
| ANEXO XVI: NOTA TÉCNICA ATUARIAL RPPS UNIÃO.....  | 96  |
| Modalidade dos Benefícios Assegurados pelo RPPS e Estrutura dos Benefícios. Critérios de Elegibilidade              | 97  |
| Bases Técnicas Atuariais. Regime Financeiro, Hipóteses Atuariais e Premissas.....                                   | 97  |
| Regimes Financeiros por Benefício Desdobrado por Fase de Cobertura e Método de Financiamento                        | 101 |
| Formulações Matemáticas .....   | 102 |
| Principais Simbologias Utilizadas e Descrições .....  | 108 |
| ANEXO XVII-A: REGRAS PARA CONCESSÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÃO - RPPS DA UNIÃO - APÓS EC N° 103/2019 .....          | 112 |
| ANEXO XVII-B: REGRAS PARA CONCESSÃO DE APOSENTADORIAS - RPPS DA UNIÃO - DIREITO ADQUIRIDO ATÉ A EC N° 103/2019..... | 115 |
| ANEXO XVIII: POLICIAIS CIVIS E MILITARES DO DF - DEMONSTRATIVOS DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS                           | 129 |
| ANEXO XIX: NOTA TÉCNICA ATUARIAL DOS POLICIAIS CIVIS - FCDF .....   | 141 |
| Objetivo .....  | 142 |
| Modalidade dos Benefícios Assegurados pelo RPPS e Estrutura dos Benefícios. Critérios De Elegibilidade. ....        | 142 |
| Bases Técnicas Atuariais. Regime Financeiro, Hipóteses Atuariais e Premissas.....                                   | 142 |
| Regimes Financeiros por Benefício Desdobrado por Fase de Cobertura e Método de Financiamento                        | 146 |
| Formulações Matemáticas .....   | 147 |
| Principais Simbologias Utilizadas e Descrições .....  | 153 |
| ANEXO XX: NOTA TÉCNICA ATUARIAL - POLICIAIS E BOMBEIROS MILITARES - FCDF .....                                      | 157 |
| Objetivo .....  | 158 |
| Modalidade dos Benefícios Assegurados pelo RPPS e Estrutura dos Benefícios. Critérios de Elegibilidade. ....        | 158 |

|   |     |
|---|-----|
| Bases Técnicas Atuariais. Regime Financeiro, Hipóteses Atuariais e Premissas.....                   | 158 |
| Regimes Financeiros por Benefício Desdobrado por Fase de Cobertura e Método de Financiamento<br>164 |     |
| Formulações Matemáticas .....   | 164 |
| Principais Simbologias Utilizadas e Descrições .....  | 169 |

## INTRODUÇÃO

1. Este Relatório tem por objetivo apresentar os resultados da Avaliação Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores civis, aposentados e pensionistas da União, posicionada em 31 de dezembro de 2022, data focal para o cálculo do valor atual dos compromissos futuros do plano de benefícios, das necessidades de custeio e apuração do resultado atuarial.
2. O art. 40 da Constituição Federal de 1988 assegura aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (incluídas suas autarquias e fundações), regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do ente público e dos servidores civis, aposentados e pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.
3. A Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, dispõe sobre as regras gerais para a organização e funcionamento dos RPPS dos entes federativos, e determina no art. 1º que esses regimes devem observar normas gerais de contabilidade e atuária de modo a garantir o equilíbrio financeiro e atuarial. Na forma prevista no inciso I deste artigo, os RPPS devem ainda realizar avaliação atuarial inicial e em cada balanço, utilizando-se parâmetros gerais, estabelecidos para a sua organização e para a revisão do plano de custeio.
4. Em seu art. 9º, a Lei nº 9.717/1998 atribui à União, por intermédio da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho - SEPRT do Ministério da Economia, na redação dada pela Lei nº 13.846/2019, a competência para exercer a orientação, supervisão e acompanhamento dos RPPS, bem como para o estabelecimento e publicação de parâmetros e diretrizes gerais para os regimes. Tais competências são atualmente exercidas pela Secretaria de Regime Próprio e Complementar do Ministério da Previdência Social, conforme Decreto nº 11.356/2023. No que se refere às avaliações e reavaliações atuariais dos RPPS, esses parâmetros gerais estão definidos na Portaria MTP nº 1.467, de 02 de junho de 2022.
5. Em razão da inexistência, na esfera federal, de órgão ou entidade gestora única, na forma do art. 40, § 20, da Constituição Federal, apesar de já terem sido iniciadas as medidas que visam a sua implementação, todas as etapas da avaliação atuarial do RPPS da União vem sendo realizadas pela Secretaria de Regime Próprio e Complementar<sup>2</sup>, em atendimento à solicitação da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento e Orçamento, com a finalidade de integrar anexo do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - PLDO, conforme previsto no art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a", da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)<sup>3</sup>.
6. De igual forma, a avaliação atuarial do RPPS da União atende a demandas da Secretaria do Tesouro Nacional - STN do Ministério da Fazenda para o reconhecimento contábil dos valores das provisões matemáticas previdenciárias no Balanço Geral da União e elaboração do demonstrativo das projeções atuariais do RPPS, que acompanha o Relatório Resumido de Execução Orçamentária do 6º bimestre de cada exercício, na forma prevista pelo art. 53, § 1º, II, da Lei Complementar nº 101/2000.

---

<sup>2</sup> E pelos órgãos que a antecederam na estrutura do extinto Ministério do Trabalho e Previdência.

<sup>3</sup> Para o PLDO 2024 tal solicitação foi formalizada por meio do Ofício SEI nº 736/2023/MPO da Diretoria de Assuntos Fiscais da Secretaria de Orçamento Federal, datado de 16 de março de 2023.

## ELEMENTOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL

7. Os três elementos nos quais se alicerça a elaboração de uma avaliação atuarial são: a base normativa, a base técnica atuarial e a base cadastral.

8. A base normativa do RPPS da União se fundamenta no art. 40 da Constituição Federal, nas alterações promovidas pelas Emendas Constitucionais - EC nº 20/1998, 41/2003, 47/2005, 70/2012, 88/2015 e 103/2019, e pela legislação infraconstitucional, em especial, a Lei Complementar nº 51/1985, Lei Complementar nº 152/2015, Lei nº 9.717/1998, Lei nº 10.887/2004, Lei nº 12.618/2012 e a Lei nº 8.112/1990.

9. Os parâmetros técnicos e os elementos mínimos da base cadastral encontram-se definidos pela Portaria MTP nº 1.467/2022.

## BASE NORMATIVA

### Plano de Benefícios: critérios de elegibilidade, cálculo e reajustamento dos benefícios

10. Foram avaliados os benefícios de aposentadorias e pensões por morte, previstos no art. 40 da Constituição Federal e na legislação referida na seção anterior, com suas respectivas regras de elegibilidade, permanentes e de transição<sup>4</sup>. No Anexo XVI - "Nota Técnica Atuarial RPPS União", são apresentadas, em quadro resumo, as especificações dos critérios de concessão, cálculo e reajustamento dos benefícios.

11. Na estimativa da data provável de aposentadoria dos servidores sujeitos às regras de transição, adotou-se a premissa de que tais servidores optarão por cumprir os requisitos exigidos para se aposentar com paridade e integralidade.

12. A forma de cálculo do valor do benefício e o critério de reajustamento dependem da regra de elegibilidade em que o servidor se enquadrar, considerando o seguinte:

a) aos servidores admitidos antes da Emenda Constitucional nº 41/2003 é assegurado um benefício de aposentadoria equivalente ao valor integral da remuneração de seu cargo, mantendo a paridade com os reajustes concedidos aos que continuam em atividade;

b) os servidores admitidos após a Emenda Constitucional nº 41/2003 e até o dia imediatamente anterior ao início de vigência do regime de previdência complementar terão suas aposentadorias do RPPS calculadas na forma prevista nas regras transitórias ou de transição da EC nº 103/2019. Nesta avaliação atuarial considerou-se que esses servidores se aposentarão na primeira elegibilidade, assim, conforme a idade provável de aposentadoria, foi calculado o valor do benefício e adotado o maior valor entre a média aritmética simples

---

<sup>4</sup> Destaca-se que não foi considerado no cálculo atuarial o custeio do benefício especial para os servidores que fizeram opção pelo regime de previdência complementar previsto no art. 3º da Lei nº 12.618/2012, em razão deste não deter natureza jurídica previdenciária e sim compensatória, conforme Parecer nº 00093/2018/DECOR/CGU/AGU, de 27 de dezembro de 2018, e não ser de responsabilidade do RPPS, conforme § 2º do art. 9º da Emenda Constitucional nº 103/2019. O Parecer citado foi aprovado pela Presidência da República no Parecer nº JL 03, de 18/5/2020, tendo efeito vinculante na Administração Federal, conforme § 1º do art. 10 da Lei Complementar nº 73/1993.

dos salários de contribuição e a média ajustada pelo tempo de contribuição (60% mais 2% para cada ano que exceda 20 anos de contribuição), sendo, em ambos os casos, o benefício reajustado mediante índice de inflação;

c) os servidores admitidos a partir da data de instituição do regime de previdência complementar (04 de fevereiro de 2013, para os servidores dos Poderes Executivo e Legislativo; e 14 de outubro de 2013, para os servidores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União) ou os servidores que fizeram a opção por esse regime, considerou-se que terão suas aposentadorias calculadas conforme a alínea “b”, limitadas ao valor máximo de benefícios pagos pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS, com reajustamento pelo índice de inflação.

## **BASES TÉCNICAS ATUARIAIS**

### **Regimes Financeiros e Métodos de Financiamento**

13. Embora, atualmente, o pagamento dos benefícios e o recebimento de contribuições se processem em regime financeiro de repartição simples (orçamentário), nesta avaliação atuarial foi aplicado o regime financeiro de capitalização, para a aferição dos compromissos do RPPS em relação aos benefícios de aposentadoria e pensão, em conformidade com o previsto no inciso I e parágrafo único do art. 30 da Portaria MTP nº 1.467/2022.

14. O regime financeiro de capitalização, nos termos do Anexo VI da Portaria MTP nº 1.467/2022, é aquele no qual o valor atual de todo o fluxo de contribuições futuras, acrescido ao patrimônio do plano, é igual ao valor atual de todo o fluxo de pagamento de benefícios futuros, fluxo este considerado até sua extinção e para todos os benefícios cujo evento gerador venha a ocorrer no período futuro dos fluxos, requerendo o regime, pelo menos, a constituição: a) de provisão matemática de benefícios a conceder até a data prevista para início do benefício, apurada de acordo com o método de financiamento estabelecido; e b) de provisão matemática de benefícios concedidos para cada benefício do plano a partir da data de sua concessão.

15. Quanto à metodologia de financiamento, informa-se que, até a avaliação atuarial com data focal de 31/12/2020, foi utilizada a metodologia designada por método ortodoxo. Referida metodologia considera, como custo normal, o valor atuarial anual das contribuições, obtido mediante a aplicação das alíquotas de contribuição, instituídas em lei, sobre o valor atuarial das remunerações, percebidas no ano, que integram a base de cálculo da contribuição.

16. Para o cálculo das provisões matemáticas previdenciárias dos servidores civis da União, posicionadas em 31/12/2021, foi utilizado, no horizonte prospectivo, a técnica do valor presente atuarial e o método de financiamento de Crédito Unitário Projetado. A alteração da metodologia teve por finalidade atender às recomendações do Acórdão nº 1.463/2020-TCU/Plenário do Tribunal de Contas da União, que se refere à Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TSP 15, de 18 de outubro de 2018, a qual, em seu item 69, estabelece que deve ser adotado o método de Crédito Unitário Projetado (*Projected Unit Credit - PUC*), em consonância com a Norma Internacional de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (*IPSAS*) 39 - *Employee Benefits*.

17. Em referido cálculo, foi utilizado o método atuarial de financiamento Crédito Unitário Projetado que considerava a data de ingresso no ente federativo (PUC-e). Na época, este método encontrava-se disciplinado em instrução normativa, a IN 4/2018. Atualmente, encontra-se previsto no Anexo VI da Portaria MTP nº 1.467/2022. Pelo art. 19 deste anexo, que trata do PUC-e, entende-se que o Tempo de Serviço Total (TST)

é determinado pelo número de períodos anuais de contribuição que deverá corresponder à diferença, em anos, entre a data de elegibilidade ao benefício e a data de ingresso do segurado no ente federativo como servidor titular de cargo efetivo. O mesmo anexo prevê, em seu art. 20, uma outra modalidade de Crédito Unitário Projetado, a qual se baseia na data de entrada no plano de benefícios (PUC-p).

18. Considerando que ambas as modalidades de Crédito Unitário Projetado não suprem as recomendações constantes no Acórdão nº 1.464/2022-TCU/Plenário do Tribunal de Contas da União, quanto à adoção de providências para que os serviços prestados nos períodos correntes e anteriores, em outros regimes de previdência aos quais os servidores se submeteram, sejam considerados no cálculo da Provisão Matemática referente aos benefícios a conceder do RPPS, em consonância com o disposto no item 59 da NBC TSP 15, nesta Avaliação Atuarial, com data focal em 31/12/2022, embora ainda não normatizado pelo Ministério da Previdência Social, conforme estabelecido pelo art. 9º da Lei nº 9.717/98, é empregado o método de financiamento atuarial Crédito Unitário Projetado em que o TST é calculado com base na data de vinculação ao primeiro regime previdenciário oficial, tratado neste Relatório como método PUC-a.

19. O Anexo VIII deste Relatório contém a análise de sensibilidade dessa mudança do método PUC-e para o método PUC-a, conforme extrato da Nota SEI nº 6/2023/COAT/CGACI/SRPPS/SPREV-MTP, objeto do Processo SEI nº 10133.101554/2022-95.

## Hipóteses Atuariais e Premissas

20. A escolha das hipóteses e premissas utilizadas nesta avaliação atuarial foi fundamentada no relatório final e nos relatórios dos subgrupos criados no âmbito do Grupo de Trabalho<sup>5</sup>, que teve por objetivo avaliar e aperfeiçoar as metodologias de apuração do resultado financeiro e atuarial do RPPS dos servidores públicos civis da União.

21. O Grupo de Trabalho desenvolveu estudos, com base nos dados do SIAPE e de outras fontes, destinados a subsidiar simulações sobre eventos que pudessem resultar em impactos e orientar na escolha das premissas mais adequadas, avaliando a aderência das hipóteses e premissas até então utilizadas no cálculo atuarial do RPPS da União. Os estudos e as análises, realizados conjuntamente por técnicos do antigo Ministério do Trabalho e Previdência e de diversas secretarias dos então Ministérios da Fazenda e Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, com apoio do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, fundamentaram a tomada de decisões para a alteração de algumas das principais premissas e hipóteses, implementadas a partir da avaliação atuarial do exercício de 2018, com data focal em 31/12/2017.

22. Foi efetuado também um estudo complementar, por meio de grupo de trabalho criado por meio da Portaria nº 31, de 16 de agosto de 2019, datada de 19 de agosto de 2019, pela então, naquele momento, Secretaria de Previdência. Este, teve o objetivo de avaliar o modelo de projeções atuariais do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS dos servidores civis da União, visando a recepção de estudos e sugestões no modelo utilizados, para atender à necessidade do aperfeiçoamento contínuo do modelo em que se deve contemplar a adequabilidade do método utilizado, aderência das hipóteses adotadas e a razoabilidade dos

---

<sup>5</sup> Os relatórios produzidos por esse Grupo de Trabalho, criado por meio da Portaria Conjunta nº 01, de 13 de abril de 2017, podem ser consultados em <https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/demonstrativos/grupo-de-trabalho-resultado-financeiro-e-atuarial-do-rpps-da-uniao>.

impactos de possíveis alterações a serem realizadas. Foram designados membros de vários órgãos e entidades não governamentais da área, dentre elas, Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal - SGDP, Secretaria de Política Econômica - SPE, Secretaria do Tesouro Nacional - STN, Instituto de Pesquisa Aplicada - IPEA, Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados - CONOF, Instituto Fiscal Independente - IFI/SF, Associação Nacional dos Auditores Fiscais - ANFIP, Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Além desse Grupo, foram promovidas diversas interações com a SGDP visando a melhoria das bases cadastrais.

23. Nesta avaliação atuarial, com data focal em 31/12/2022, foram adotadas as mesmas hipóteses utilizadas na avaliação anterior, à exceção da tábua de entrada em invalidez e da taxa de juros de desconto.

24. Assim, considerando as disposições do art. 33 da Portaria MTP nº 1.467/2022, segundo o qual devem ser eleitas as hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras adequadas às características da massa de segurados e beneficiários do RPPS para o correto dimensionamento dos compromissos futuros do plano de benefícios, na seção seguinte serão descritas as hipóteses atuariais e demais parâmetros considerados na avaliação atuarial, com base nas descrições constantes da Nota SEI nº 15/2022/COAAT/CGACI/SRPPS/SPREV-MTP do Processo SEI nº 10133.101554/2022-95.

### Tábuas biométricas

25. Foram utilizadas as seguintes tábuas biométricas:

a) sobrevivência de válidos e inválidos: Tábua específica dos servidores civis da União elaborada pelo IPEA, segregada por sexo e por escolaridade do cargo.

b) sobrevivência dos aposentados: Tábua específica dos servidores civis da União elaborada pelo IPEA, segregada por sexo e com escolaridade nível médio.

c) sobrevivência dos pensionistas: Tábua mortalidade geral IBGE 2021 - extrapolada a partir da idade de 80 anos, por sexo.

d) entrada em invalidez: Tábua específica dos servidores civis da União elaborada pelo IPEA, segregada por sexo e por escolaridade do cargo.

### Expectativa de reposição de servidores

26. Em atendimento ao previsto no art. 33 do Anexo VI da Portaria MTP nº 1.467/2022 e na Nota Técnica nº 12/2016/CGACI/DRPSP/SPPS/MF, considerou-se, primeiramente, para a avaliação atuarial posicionada em 31/12/2022, o conceito de grupo fechado, ou seja, sem a reposição de servidores que substituirão os que saírem por aposentadoria, dado que ainda não foram publicados pelo Ministério da Previdência Social critérios para a utilização da hipótese de reposição de servidores<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> As avaliações atuariais dos exercícios de 2012 a 2016 foram processadas com a premissa de novos entrantes, que comporão as gerações futuras de servidores, no conceito de grupo aberto, à taxa de 100% de reposição (ou 1 por 1). Significa que era considerada a substituição de cada servidor que se aposente ou faleça, por outro servidor com as mesmas características cadastrais do servidor substituído. A partir da avaliação atuarial de 2017, com data focal em

27. Nos Anexos II a VI são apresentados os resultados e as projeções que derivam das estimativas utilizadas para determinar os valores das provisões matemáticas registradas no Balanço Geral da União.

28. Em complemento, e com o objetivo de subsidiar análises das projeções de receitas e despesas do RPPS da União, a presente avaliação atuarial apresenta, também, no Anexo XIV, os resultados e fluxos que consideram a adoção da hipótese de reposição dos servidores, que substituirão os que saírem por aposentadoria, para refletir os fluxos de novos servidores e os respectivos compromissos previdenciários, em consonância com a continuidade dos serviços públicos decorrente da perenidade do Estado. Ressalte-se que, conforme as normas de atuária dos RPPS, as projeções dos compromissos desses futuros servidores, ainda não admitidos, não devem impactar o resultado atuarial do regime, pois as estimativas desses compromissos de novos entrantes não representam efetiva obrigação na data focal da avaliação, mas servem para prospecção de cenários futuros e suporte para a estruturação de eventuais medidas corretivas para a sustentabilidade do RPPS.

### Rotatividade

29. Não foi utilizada a hipótese de rotatividade de servidores. Esta premissa reflete a expectativa de demissão ou de pedido de exoneração do cargo efetivo, antes de o servidor se desligar do cargo por motivo de morte ou de concessão de benefício permanente. O efeito isolado dessa hipótese é que, quanto maior a rotatividade considerada na avaliação atuarial, menor será o custo para o RPPS. Vale esclarecer que, para a estruturação dessa hipótese, tem que levar em consideração, de forma conjunta, os efeitos da compensação previdenciária a pagar, relativa ao período compreendido entre a admissão e a demissão do servidor, decorrente da contagem recíproca do tempo de contribuição entre os regimes previdenciários obrigatórios, conforme determinação constitucional.

### Composição familiar

30. Os parâmetros relativos à composição familiar congregam: o percentual do valor da obrigação da pensão concedida, na hipótese de servidores e aposentados que possuem dependentes, quando de seu falecimento; os percentuais, relativos à cota familiar e por dependente, do valor do benefício de pensão, considerando a existência de dependentes; a quantidade e as características dos dependentes, especialmente quanto à diferença etária.

31. Em relação ao percentual de concessão de pensão, para a avaliação atuarial de 2020, posicionada em 31/12/2019, foi considerado, como estimativa do grupo familiar sobrevivente de servidores e aposentados, um cônjuge com a mesma idade do servidor ou servidora falecidos, computando-se, entretanto, o percentual de 76,5% da obrigação da respectiva pensão, como forma de se estimar o efeito, nas projeções atuariais, daqueles servidores que não apresentam dependentes por ocasião de seu falecimento ou que apresentam apenas dependentes temporários.

---

31/12/2016, deixou-se de utilizar a premissa de novos entrantes para estimar os impactos com a reposição de servidores, conforme previsto no § 7º do art. 17 da Portaria MPS nº 403/2008, alterado pela Portaria MPS nº 563/2014. Atualmente, a utilização dessa hipótese deve observar o previsto no art. 37 da Portaria MTP nº 1.467/2022, e a sua repercussão no resultado atuarial está pendente da regulação prevista no art. 33 do Anexo VI da referida Portaria.

32. No entanto, as análises realizadas pela Coordenação-Geral de Atuária, Contabilidade e Investimentos, no intuito de explorar a base dos pensionistas advinda do SIAPE, indicaram que 61,9% dos servidores e aposentados do sexo masculino deixam ao menos um pensionista. Para as servidoras e aposentadas (sexo feminino), esse percentual é de apenas 22,5% (que deixam ao menos um pensionista). A análise agregada indicou que 51,8% dos servidores e aposentados, de ambos os sexos, deixam ao menos um pensionista.

33. Uma vez que os estudos ainda são exploratórios e que foi solicitada atualização desses percentuais ao Ministério do Planejamento e Orçamento, e tendo sido avaliada a sensibilidade dessa premissa, no Anexo X, conforme estatísticas supracitadas, para se verificar os impactos de sua alteração na avaliação atuarial, foi mantido o parâmetro de 76,5% na avaliação atuarial de 2023, cujos dados são posicionados na data focal de 31/12/2022.

34. Em relação ao percentual de cotas familiares totais, para a avaliação atuarial de 31/12/2019, foi definido o percentual de 60% como cota familiar total, para 1 (um) dependente. Esse parâmetro é próximo dos resultados trazidos no Relatório do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria n° 31, de 16 de agosto de 2019, anteriormente citada, que apontou a média de 1,22 dependentes para cada pensão concedida. Apesar disso, e considerando os resultados trazidos no mesmo Relatório, para a avaliação atuarial de 31/12/2022, foram adotados os mesmos percentuais utilizados na avaliação atuarial de 2022, que são os seguintes:

a) para as reversões de aposentadorias em pensão, em relação às aposentadorias programadas a conceder e concedidas e as já concedidas por invalidez: uma cota equivalente a 60% do valor do benefício de pensão calculado; e

b) para as pensões por morte de servidor em atividade e para as reversões de aposentadorias por invalidez a conceder: uma cota equivalente a 70% do valor do benefício de pensão a ser calculado, visto que, há a possibilidade de haver mais de 1 (um) dependente durante a fase laborativa, na hipótese de casais com filhos.

35. Até a avaliação atuarial com data focal em 31/12/2019, não se considerava diferença etária entre os servidores e os aposentados em relação a seus respectivos dependentes. Contudo, o Relatório do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria n° 31, de 16 de agosto de 2019, levantou a possibilidade de inadequação dessa hipótese, na medida em que apontou diferenças etárias onde, em média, os servidores de sexo masculino apresentaram cônjuge de sexo oposto três anos mais jovem, e os servidores do sexo feminino, um cônjuge do sexo oposto dois anos mais velho. As estatísticas e análises apresentadas no mesmo Relatório do GT de 2019 apontaram para diferenças, em média, de 4 anos a mais na idade dos aposentados do sexo masculino em relação a seu cônjuge, e de 2 anos a menos para os aposentados do sexo feminino em comparação à idade do respectivo cônjuge.

36. Assim, referida premissa foi alterada, adotando-se a diferença etária de 3 e 2 anos para os servidores de sexo masculino e feminino e seus respectivos cônjuge de sexo oposto. Para os aposentados a diferença etária usada na avaliação atuarial passou a ser de 4 e 2 anos para esses segurados de sexo masculino e feminino, em relação aos seus cônjuges, respectivamente. Os impactos nas provisões atuariais, decorrentes dessas alterações, encontram-se descritos no Anexo X.

## Taxa de juros real

37. Foi utilizada a taxa real de juros de 4,61% ao ano, no cálculo dos valores presentes atuariais (correspondentes ao desconto dos valores futuros de pagamentos de benefícios e de recebimentos de contribuições), conforme taxa de juros parâmetro de que trata o art. 39 da Portaria MTP nº 1.467/2022.

38. Em atendimento ao § 2º do referido artigo, foi adotada a taxa parâmetro divulgada no art. 4º do Anexo VII da Portaria MTP nº 1.467/2022, acrescido pela Portaria MTP nº 1.837, de 30 de junho de 2022, adequada à duração do passivo do RPPS da União de 13,5 anos, apurada no fluxo atuarial da avaliação do exercício anterior. O detalhamento dos fundamentos para adoção dessa taxa de desconto e de seus impactos consta do Anexo VII, que trata da análise de sensibilidade dessa premissa.

## Taxa real do crescimento da remuneração por mérito e produtividade

39. Para o crescimento da remuneração por mérito, em razão da ausência dessa informação na base de dados, utilizou-se a taxa de 1% ao ano (mínimo prudencial de crescimento real da remuneração estabelecido pelo art. 38 da Portaria MTP nº 1.467/2022) como representativa, em cada carreira, do crescimento esperado da remuneração entre a data da avaliação e a data provável da aposentadoria de cada servidor válido.

40. Não foi utilizada a hipótese de crescimento da remuneração por produtividade, devido à indisponibilidade de informações que possibilitem definir uma taxa a ser aplicada a todos os servidores. Importante destacar que, nos benefícios previdenciários calculados pela média, foi utilizada a taxa real de crescimento da remuneração para descapitalizar o atual salário de contribuição a fim de projetar as contribuições passadas do segurado, conforme Anexo XVI - Nota Técnica Atuarial do RPPS da União.

## Projeção do crescimento real dos benefícios do plano

41. Não foi utilizada a hipótese de crescimento real dos benefícios, devido à indisponibilidade de informações que possibilitassem aferir, para os benefícios concedidos com paridade, o nível de crescimento salarial previsto. Com a intenção de promover adequações nessa hipótese, ainda para a avaliação atuarial de 2020, foi questionado à então Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital (SEDGG) sobre a existência de estudos e informações que pudessem subsidiar uma possível alteração dessa hipótese, contudo foi informado que não havia estudos relativos ao tema.

## Fator de determinação do valor real ao longo do tempo - Taxa de inflação (remunerações e benefícios)

42. Conforme hipóteses adotadas nas avaliações atuariais, não se considera taxa específica de inflação nos cálculos atuariais dos valores presentes atuariais e, conseqüentemente, na elaboração do balanço atuarial, partindo-se do pressuposto de que todas as variáveis financeiras serão influenciadas pela inflação na mesma dimensão e período.

43. Entretanto, no caso das projeções atuariais (fluxo de caixa atuarial), com as receitas e despesas projetadas para cada exercício futuro, são aplicadas taxas de inflação, em conformidade com a Grade de Parâmetros da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, que também são consideradas nas projeções do RGPS.

## Idade de entrada no mercado de trabalho (vinculação a regime previdenciário)

44. Os estudos realizados pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria Conjunta n° 01, de 13 de abril de 2017, apontaram para a alteração da idade de entrada no mercado de trabalho de 18 para 25 anos. Nesse contexto, para depurar a idade de primeira vinculação previdenciária do servidor, adotam-se três critérios:

a) caso a averbação do tempo de serviço resulte na idade de primeiro vínculo, em qualquer regime previdenciário, menor que 14 anos, tal ocorrência é considerada como erro de cadastro. Assim sendo, o tempo relativo ao primeiro vínculo é estimado como sendo o tempo decorrido entre a idade de 25 anos e a idade na data da posse no serviço público;

b) caso a averbação do tempo de serviço resulte na idade de primeiro vínculo, em qualquer regime previdenciário, entre 14 e 25 anos, estima-se o tempo relativo ao primeiro vínculo como sendo o tempo decorrido entre a idade declarada de início de contribuição e a idade na data da posse no serviço público;

c) caso a averbação do tempo de serviço resulte na idade de primeiro vínculo, em qualquer regime previdenciário, superior a 25 anos, estima-se o tempo relativo ao primeiro vínculo pela diferença do tempo decorrido entre a idade de 25 anos e a idade na data da posse no serviço público.

## Compensação previdenciária

45. Embora haja ações no sentido de efetivar a compensação financeira no âmbito do RPPS da União, ainda não se dispõe de informações suficientes que possibilitem a adoção de um parâmetro seguro para essa hipótese, motivo pelo qual não foi considerada na avaliação atuarial de 31/12/2022. Espera-se que, com as tratativas para implementação do órgão ou entidade gestora única, que se iniciaram pela centralização da concessão dos benefícios do Poder Executivo, seja possível a realização de estudos que possibilitem mensurar e computar os respectivos montantes a pagar e a receber na avaliação atuarial da União<sup>7</sup>.

## Diferimento de aposentadorias programadas

46. Para os servidores considerados “não iminentes”, ou seja, aqueles que ainda não cumpriram requisitos para a aposentadoria programada, não foi adotada hipótese de diferimento de aposentadoria. É importante destacar que não há estudos que possam corroborar o uso desta hipótese. Por este motivo, no caso dos servidores “não iminentes”, considera-se que todos irão se aposentar no momento em que atingirem a idade de elegibilidade ao benefício mais vantajoso, na forma das regras previstas na Emenda Constitucional n°

---

<sup>7</sup> Ressalte-se que a Secretaria de Previdência (atual Secretaria de Regime Próprio e Complementar do Ministério da Previdência Social) já realizou estudos dos tempos de contribuição dos servidores e estimativa preliminar dos valores que o RPPS da União teria a receber dos demais regimes (Nota Técnica SEI n° 35648/2020/ME, de 27 de agosto de 2020). Uma extensão desse trabalho envolve projeções de valores a receber e a pagar a título de compensação financeira. A unidade pretende desenvolver um estudo nesses moldes, pois apresenta relação mais direta com a avaliação atuarial. Uma restrição importante para o trabalho é a escassez de informações históricas sobre vínculos, remunerações e filiação aos diferentes regimes de previdência.

103/2019. Já para os ingressos após a mesma Emenda Constitucional, considera-se a primeira idade de elegibilidade.

47. Para os servidores identificados como “iminentes”, ou ainda “riscos iminentes”, considera-se que estes aguardarão sete anos, contados da data de cumprimento da melhor elegibilidade, para os ingressos até a EC nº 41/2003; e a primeira idade de elegibilidade para se aposentar, para os ingressos após referida Emenda.

48. As expressões “iminentes” e “riscos iminentes” referem-se aos servidores que já cumpriram os requisitos de elegibilidade para a aposentadoria e que continuam em atividade, portanto, com direito ao abono de permanência.

49. A adoção dessa hipótese em relação ao grupo dos “iminentes” tem por objetivo melhorar a distribuição do fluxo de concessão das aposentadorias, fundamentada em estudos desenvolvidos no Grupo de Trabalho instituído pela Portaria Conjunta nº 01, de 13 de abril de 2017. Informa-se que, até a avaliação atuarial do exercício de 2017, considerava-se nos cálculos que todos esses segurados iriam exercer, de imediato, o direito à aposentadoria, hipótese conservadora, que não vinha se confirmando no decorrer do tempo, de acordo com a análise a cargo do Grupo de Trabalho. Tal hipótese gerava distorções nas projeções atuariais, pela superestimação dos valores a serem pagos, especialmente nos primeiros anos.

### **Salário-mínimo para 2023**

50. A Medida Provisória nº 1.143, de 12 de dezembro de 2022, reajustou o valor do salário-mínimo de R\$ 1.212,00 para R\$ 1.302,00, valor utilizado nesta avaliação.

### **Teto constitucional para remuneração no serviço público federal**

51. Em relação ao valor do teto do constitucional para remuneração e benefícios pagos pelo serviço público federal nos três Poderes da República, em 21 de dezembro de 2022, o Congresso aprovou os seguintes valores:

- R\$ 41.650,92, a partir de 1º de abril de 2023;
- R\$ 44.008,52, a partir de 1º de fevereiro de 2024; e
- R\$ 46.366,19, a partir de 1º de fevereiro de 2025.

52. Desta forma, e dado as características da ferramenta utilizada para os cálculos atuariais, como teto constitucional para remuneração no serviço público federal adotou-se o valor de R\$ 46.366,19.

### **Teto do Regime Geral de Previdência Social - RGPS**

53. Quanto ao valor do teto dos benefícios do RGPS, aplicado aos servidores sujeitos ao Regime de Previdência Complementar, foi adotado o valor de R\$ 7.612,38, já ajustado pelo INPC de 7,41%, em consonância com o disposto no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2023, enviado pelo governo ao Congresso Nacional em 31 de agosto de 2022.

### **Alíquotas de contribuição**

54. Embora os servidores recolham suas contribuições em conformidade com as alíquotas progressivas previstas no art. 11 da EC nº 103/2019, aplicadas sobre suas respectivas remunerações de contribuição, para

efeito da avaliação atuarial foram consideradas as alíquotas de equilíbrio calculadas pelo método de financiamento PUC, que representam os encargos previdenciários do servidor e do ente.

55. Quanto à alíquota de contribuição dos aposentados e pensionistas, foram adotadas as alíquotas progressivas do art. 11 da EC nº 103/2019, aplicadas sobre o valor do provento ou da pensão que exceder o valor do teto do RGPS.

56. Quanto à alíquota da União (patronal), em conformidade com a Lei nº 10.887/2004, considera-se que corresponde ao dobro da alíquota calculada para o servidor.

57. O quadro a seguir apresenta as alíquotas progressivas e respectivas faixas de contribuição, reajustadas conforme a Portaria Interministerial MTP/ME nº 12, de 17 de janeiro de 2022, vigente em 31/12/2022 (data-focal da avaliação atuarial), ajustadas pelo INPC de 7,41%, em consonância com o disposto no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2023, enviado pelo governo ao Congresso Nacional em 31 de agosto de 2022, e considerando-se o valor do salário-mínimo e do teto do RGPS descritos nos itens anteriores.

| Faixas de Contribuição (R\$) |              | Alíquotas Progressivas |            |             |              |
|------------------------------|--------------|------------------------|------------|-------------|--------------|
| Valor Mínimo                 | Valor Máximo | Ente Federativo        | Servidores | Aposentados | Pensionistas |
| 0,01                         | 1.302,00     | 15,0%                  | 7,5%       | 0,0%        | 0,0%         |
| 1.302,01                     | 2.607,22     | 18,0%                  | 9,0%       | 0,0%        | 0,0%         |
| 2.607,23                     | 3.910,83     | 24,0%                  | 12,0%      | 0,0%        | 0,0%         |
| 3.910,84                     | 7.612,38     | 28,0%                  | 14,0%      | 0,0%        | 0,0%         |
| 7.612,39                     | 13.036,13    | 29,0%                  | 14,5%      | 14,5%       | 14,5%        |
| 13.036,14                    | 26.072,24    | 33,0%                  | 16,5%      | 16,5%       | 16,5%        |
| 26.072,25                    | 50.840,87    | 38,0%                  | 19,0%      | 19,0%       | 19,0%        |
| 50.840,88                    |              | 44,0%                  | 22,0%      | 22,0%       | 22,0%        |

## BASE CADASTRAL

58. As bases de dados cadastrais dos servidores, aposentados e pensionistas foram solicitadas por meio de ofícios encaminhados pela então Secretaria de Previdência aos órgãos e entidades do Poder Executivo, do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e ao Ministério Público, e recebidas pela atual Secretaria de Regime Próprio e Complementar do Ministério da Previdência Social, em arquivos estruturados no leiaute do Sistema Previdenciário de Gestão de Regimes Públicos de Previdência Social (SIPREV/Gestão).

59. Em consonância com § 1º, do art. 47, da Portaria MTP nº 1.467/2022, os dados da base cadastral dos servidores, aposentados e pensionistas, usados no cálculo atuarial, estavam posicionados no mês de julho de 2022.

60. A data focal da avaliação foi fixada em 31 de dezembro de 2022, data na qual todos os compromissos previdenciários apurados encontram-se posicionados, sendo o relatório, demonstrativos e resultados válidos para o exercício de 2023.

61. As bases de dados são compostas de registros pessoais dos servidores, dependentes, aposentados e pensionistas (sexo, estado civil, data de nascimento, composição familiar, dentre outros) e de registros funcionais, retratando: situação atual do servidor; órgão e Poder ao qual se encontra vinculado; data de ingresso no serviço público; data de ingresso na União; data de exercício no último cargo; tipo de vínculo; situação funcional (se é professor, policial, magistrado, membro do Ministério Público ou Tribunal de Contas) e outras da espécie, bem como informações financeiras relacionadas à remuneração, à contribuição ou ao valor do benefício.

62. Referidas bases foram recebidas na forma de arquivos CSV, em leiaute compatível para sua utilização em ferramentas e planilhas de cálculo, desenvolvidas por esta Coordenação-Geral de Atuária, Contabilidade e Investimentos (CGACI), para o processamento da avaliação atuarial.

63. Os quadros seguintes apresentam as estatísticas, elaboradas a partir das bases de dados recebidas, separadas por sexo e grupo previdenciário (quatro grupos), que totalizaram 1.417.795 segurados, representados por 645.692 servidores (45,5%), 471.734 aposentados (33,3%) e 300.369 pensionistas (21,2%).

**a) Poder Executivo:** órgãos abrangidos pelo SIAPE (administrado pela Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia), que incluem a Defensoria Pública da União, além da Agência Brasileira de Inteligência e Banco Central do Brasil, cujas informações são extra-SIAPE.

| Poder Executivo |                         |           |          |           |
|-----------------|-------------------------|-----------|----------|-----------|
| Grupo           | Descrição               | Masculino | Feminino | Geral     |
| Servidores      | Quantidade              | 289.608   | 229.635  | 519.243   |
|                 | Remuneração média (R\$) | 11.232,67 | 9.940,79 | 10.662,15 |
|                 | Idade média (anos)      | 48,82     | 47,35    | 48,17     |
| Aposentados     | Quantidade              | 199.315   | 228.880  | 428.195   |
|                 | Provento médio (R\$)    | 10.606,38 | 8.857,12 | 9.671,39  |
|                 | Idade média (anos)      | 73,81     | 72,32    | 73,01     |
| Pensionistas    | Quantidade              | 17.346    | 268.874  | 286.320   |
|                 | Provento médio (R\$)    | 6.134,26  | 5.982,99 | 6.004,60  |
|                 | Idade média (anos)      | 58,05     | 71,00    | 70,23     |

**b) Poder Legislativo:** Senado Federal, Câmara dos Deputados e Tribunal de Contas da União.

| Poder Legislativo |                         |           |           |           |
|-------------------|-------------------------|-----------|-----------|-----------|
| Grupo             | Descrição               | Masculino | Feminino  | Geral     |
| Servidores        | Quantidade              | 4.580     | 2.182     | 6.762     |
|                   | Remuneração média (R\$) | 22.423,24 | 22.405,57 | 22.417,53 |
|                   | Idade média (anos)      | 50,06     | 48,89     | 49,68     |
| Aposentados       | Quantidade              | 4.469     | 4.116     | 8.585     |
|                   | Provento médio (R\$)    | 32.988,88 | 32.670,39 | 32.836,14 |
|                   | Idade média (anos)      | 71,94     | 70,27     | 71,14     |
| Pensionistas      | Quantidade              | 424       | 2.928     | 3.352     |
|                   | Provento médio (R\$)    | 23.323,49 | 25.664,58 | 25.369,40 |
|                   | Idade média (anos)      | 51,86     | 66,99     | 65,08     |

**c) Poder Judiciário:** Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Superior Tribunal Militar, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, Tribunal Regional Federal, Seções Judiciárias da Justiça Federal, Tribunais Regionais do Trabalho, Tribunais Regionais Eleitorais, Conselho de Justiça Federal, Conselho Nacional de Justiça e Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

| Poder Judiciário |                         |           |           |           |
|------------------|-------------------------|-----------|-----------|-----------|
| Grupo            | Descrição               | Masculino | Feminino  | Geral     |
| Servidores       | Quantidade              | 52.811    | 50.743    | 103.554   |
|                  | Remuneração média (R\$) | 13.159,46 | 13.347,99 | 13.251,89 |
|                  | Idade média (anos)      | 48,16     | 47,17     | 47,68     |
| Aposentados      | Quantidade              | 11.769    | 20.603    | 32.372    |
|                  | Provento médio (R\$)    | 20.435,57 | 19.921,11 | 20.108,05 |
|                  | Idade média (anos)      | 70,83     | 68,24     | 69,18     |
| Pensionistas     | Quantidade              | 1.752     | 7.953     | 9.705     |
|                  | Provento médio (R\$)    | 12.727,49 | 14.842,80 | 14.461,83 |
|                  | Idade média (anos)      | 52,30     | 67,60     | 64,83     |

**d) Ministério Público da União:** Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Ministério Público Federal, Ministério Público Militar, Ministério Público do Trabalho e Conselho Nacional do Ministério Público.

| Ministério Público |                         |           |           |           |
|--------------------|-------------------------|-----------|-----------|-----------|
| Grupo              | Descrição               | Masculino | Feminino  | Geral     |
| Servidores         | Quantidade              | 9.076     | 7.057     | 16.133    |
|                    | Remuneração média (R\$) | 15.276,26 | 15.437,69 | 18.965,53 |
|                    | Idade média (anos)      | 47,00     | 45,47     | 46,33     |
| Aposentados        | Quantidade              | 1.036     | 1.546     | 2.582     |
|                    | Provento médio (R\$)    | 22.350,04 | 18.863,30 | 20.260,70 |
|                    | Idade média (anos)      | 71,05     | 68,90     | 69,77     |
| Pensionistas       | Quantidade              | 179       | 813       | 992       |
|                    | Provento médio (R\$)    | 11.877,50 | 16.182,28 | 15.420,80 |
|                    | Idade média (anos)      | 49,21     | 66,73     | 63,57     |

64. A confiabilidade dos resultados da avaliação atuarial depende da qualidade da base cadastral utilizada. Para aferir a qualidade e a razoabilidade dos dados utilizados na avaliação atuarial e identificar as correções ou distorções e as estimativas necessárias, foram realizados testes de consistência, utilizando-se programas e planilhas eletrônicas como depuradores.

## PLANO DE CUSTEIO

65. Foram utilizadas as alíquotas progressivas previstas no art. 11 da EC nº 103/2019. Considerou o plano de custeio em conformidade com a Lei nº 10.887/2004.

## RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL

66. O Valor Presente Atuarial dos Benefícios Concedidos e a Conceder apurado foi de R\$ 1.641.740.266.289,04 (um trilhão e seiscentos e quarenta e um bilhões e setecentos e quarenta milhões e duzentos e sessenta e seis mil e duzentos e oitenta e nove reais e quatro centavos) e o Valor Presente Atuarial das Contribuições foi de R\$ 237.398.719.951,98 (duzentos e trinta e sete bilhões e trezentos e noventa e oito milhões e setecentos e dezenove mil e novecentos e cinquenta e um reais e noventa e oito centavos).

67. Assim, resultou-se em um deficit atuarial de R\$ 1.404.341.546.337,05 (um trilhão e quatrocentos e quatro bilhões e trezentos e quarenta e um milhões e quinhentos e quarenta e seis mil e trezentos e trinta e sete reais e cinco centavos), sem considerar a premissa de reposição dos servidores. No Anexo XIV constam os resultados e projeções com a adoção dessa premissa.

68. Nos Anexos II, III-A e III-B, encontram-se o Balanço Atuarial, que discrimina tais valores, as projeções atuariais das receitas, despesas e resultado previdenciário, relativas ao período de 2023 a 2097.

69. Faz-se necessário registrar que, até 31/12/2020, as avaliações atuariais do RPPS da União eram elaboradas com fundamento na metodologia de financiamento designada Método Ortodoxo, que considera como custo normal o valor das alíquotas de contribuição instituídas em lei multiplicadas pelo valor atual da folha de remunerações do ano. Na avaliação de 31/12/2021, referida metodologia foi substituída pelo Método de Crédito Unitário Projetado PUC-e, que considera como custo normal o quociente entre o valor atual de benefícios a conceder e o número de anos de atividade laborativa, contados entre a data de ingresso na União e a data provável de aposentadoria, conforme previsto no art. 4º da Instrução Normativa nº 04/2018, vigente à época, expedida pela Secretaria de Previdência. Nesta avaliação com data focal de 31/12/2022, utilizou-se o Método de Crédito Unitário Projetado PUC-a, o qual considera como custo normal o quociente entre o valor atual de benefícios a conceder e o número de anos de atividade laborativa, contados entre a data de vinculação ao primeiro regime previdenciário oficial e a data provável de aposentadoria.

70. As alterações da metodologia atenderam a recomendações do Acórdão nº 1463/2020-TCU/Plenário do Tribunal de Contas da União, do Acórdão nº 1464/2022-TCU/Plenário do Tribunal de Contas da União e às prescrições da Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC TSP 15.

71. Isto posto, a seguir, apresenta-se o comparativo dos Balanços Atuariais com a evolução do deficit atuarial, apurado, nas datas focais de 31/12/2020, 31/12/2021 e 31/12/2022, por meio de avaliações atuariais processadas com a aplicação dos métodos de financiamento Ortodoxo em 31/12/2020, de Crédito Unitário Projetado PUC-e em 31/12/2021 e de Crédito Unitário Projetado PUC-a em 31/12/2022.

### Balanço Atuarial em 31/12/2020, 31/12/2021 e 31/12/2022

#### RPPS da União - Consolidado - Todos os Poderes

#### Grupo Fechado (Geração Atual) - Juros: 5,38%; 4,77% e 4,61% a.a.

Em R\$

| CONTAS DO ATIVO  | 31/12/2020                  | 31/12/2021                  | 31/12/2022                  |
|--|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
|  | Juros: 5,38% aa             | Juros: 4,77% aa             | Juros: 4,61% aa             |
| <b>Valor Presente Atuarial das Contribuições</b>         | <b>418.783.122.120,91</b>   | <b>274.534.642.351,50</b>   | <b>237.398.719.951,99</b>   |
| Sobre salários   | 306.837.845.863,52          | 167.938.026.177,50          | 144.210.918.761,22          |
| Sobre Benefícios   | 111.945.276.257,39          | 106.596.616.174,01          | 93.187.801.190,76           |
| <b>Deficit Atuarial</b>                                  | <b>1.157.593.142.579,39</b> | <b>1.309.624.241.045,19</b> | <b>1.404.341.546.337,05</b> |
| <b>Total</b>   | <b>1.576.376.264.700,30</b> | <b>1.584.158.883.396,69</b> | <b>1.641.740.266.289,03</b> |
| CONTAS DO PASSIVO  | Juros: 5,38% aa             | Juros: 4,77% aa             | Juros: 4,61% aa             |
| <b>Valor Presente Atuarial dos Benefícios Concedidos</b> | <b>833.075.830.823,06</b>   | <b>855.250.751.480,31</b>   | <b>878.367.959.701,91</b>   |
| Aposentadorias   | 612.110.303.451,98          | 625.139.085.218,79          | 632.262.244.397,70          |
| Pensões  | 220.965.527.371,08          | 230.111.666.261,52          | 246.105.715.304,21          |
| <b>Valor Presente Atuarial dos Benefícios a Conceder</b> | <b>743.300.433.877,24</b>   | <b>728.908.131.916,38</b>   | <b>763.372.306.587,13</b>   |

|                |                             |                             |                             |
|----------------|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| Aposentadorias | 594.475.860.672,58          | 576.943.543.127,38          | 601.277.992.775,23          |
| Pensões        | 148.824.573.204,66          | 151.964.588.789,00          | 162.094.313.811,90          |
| <b>Total</b>   | <b>1.576.376.264.700,30</b> | <b>1.584.158.883.396,69</b> | <b>1.641.740.266.289,03</b> |

FONTE: CGACI/DRPSP/SRPC/MPS

72. Na sequência, demonstra-se os valores das provisões matemáticas estimados por meio de avaliação atuarial com data focal em 31/12/2022, com aplicação da taxa de juros de 4,61% a.a., pelo “Método PUC-a”, comparados aos valores da avaliação processada na data focal de 31/12/2021, à taxa de juros de 4,77% a.a., pelo “Método PUC-e”.

73. Considerando o “Método PUC-e” como base de comparação, constata-se o acréscimo de R\$ 64.944.614.943,30 no valor da provisão matemática de benefícios a conceder (conta 2.2.7.2.1.04.00), que, adicionado à variação positiva na provisão matemática de benefícios concedidos (2.2.7.2.1.03.00), que independe de métodos de financiamento, no importe de R\$ 29.772.690.348,55, impactou no aumento do deficit atuarial em 7,23%, que corresponde a R\$ 94.717.305.291,86, visto que passou de R\$ 1.309.624.241.045,19 para R\$ 1.404.341.546.337,05. Registre-se que, neste caso, o deficit atuarial corresponde ao total das provisões matemáticas, visto que o valor dos recursos garantidores de benefícios do RPPS da União é nulo. Confira-se as demais variações no quadro a seguir:

#### Quadro Comparativo das Provisões Matemáticas

**Método PUC-a - 31/12/2022 - Taxa de juros 4,61% a.a.**

**Método PUC-e - 31/12/2021 - Taxa de juros 4,77% a.a.**

Em R\$

| 2.2.7.2.0.00.00 | PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO                                 | PUC-a<br>31/12/2022  | PUC-e<br>31/12/2021  | AH (%)  |
|-----------------|---|----------------------|----------------------|---------|
| 2.2.7.2.1.00.00 | PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO                  | 1.404.341.546.337,05 | 1.309.624.241.045,19 | 7,23    |
| 2.2.7.2.1.03.00 | PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS                           | 819.854.962.511,30   | 790.082.272.162,75   | 3,77    |
| 2.2.7.2.1.03.01 | APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS | 878.367.959.701,91   | 855.250.751.480,31   | 2,70    |
| 2.2.7.2.1.03.03 | (-) CONTRIBUIÇÕES DO INATIVO PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS                    | - 45.280.666.587,33  | - 51.898.781.626,30  | - 12,75 |
| 2.2.7.2.1.03.04 | (-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS                | - 13.232.330.603,27  | - 13.269.697.691,26  | - 0,28  |
| 2.2.7.2.1.04.00 | PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER                           | 584.486.583.825,74   | 519.541.968.882,44   | 12,50   |

|                 |  |   |                     |                      |         |
|-----------------|--|---|---------------------|----------------------|---------|
| 2.2.7.2.1.04.01 |  | APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS A CONCEDER DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS | 763.372.306.587,13  | 728.908.131.916,38   | 4,73    |
| 2.2.7.2.1.04.02 |  | (-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS                       | - 96.081.453.654,99 | - 101.767.781.391,89 | - 5,59  |
| 2.2.7.2.1.04.03 |  | (-) CONTRIBUIÇÕES DO ATIVO PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS                      | - 48.129.465.106,23 | - 66.170.244.785,61  | - 27,26 |
| 2.2.7.2.1.04.04 |  | (-) CONTRIBUIÇÕES DO INATIVO E PENSIONISTA PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS      | - 34.674.804.000,16 | - 41.428.136.856,45  | - 16,30 |

FONTE: CGACI/DRPSP/SRPC/MPS

74. Em complemento ao Quadro Comparativo das Provisões Matemáticas acima, serão apresentados os resultados de simulações matemáticas, para servirem de subsídio à análise das variações nos valores das provisões. No primeiro caso, ambas as avaliações atuariais, de 31/12/2021 e de 31/12/2022, foram reprocessadas pelo método PUC-e, no segundo pelo método PUC-a e, por último, as avaliações foram elaboradas com a mesma data focal 31/12/2022, sendo uma pelo método PUC-e e outra pelo método PUC-a. Os resultados obtidos pelas referidas simulações matemáticas foram os seguintes:

- **Primeiro caso: Simulação com Método PUC-e nas datas focais 31/12/2021 e 31/12/2022.**

75. No quadro a seguir são comparados os valores das provisões matemáticas avaliados pelo “Método PUC-e”, nas datas focais de 31/12/2022 e 31/12/2021. Constata-se o acréscimo de R\$ 19.694.617.823,95 no valor da provisão matemática de benefícios a conceder (conta 2.2.7.2.1.04.00), que, adicionado à variação positiva na provisão matemática de benefícios concedidos (2.2.7.2.1.03.00), que independe de métodos de financiamento, no importe de R\$ 29.772.690.348,56, impactou no aumento do deficit atuarial em 3,78%, que corresponde a R\$ 49.467.308.172,51, visto que passou de R\$ 1.309.624.241.045,19 para R\$ 1.359.091.549.217,70. Registre-se que, neste caso, o deficit atuarial corresponde ao total das provisões matemáticas, visto que o valor dos recursos garantidores de benefícios do RPPS da União é nulo. Confira-se as demais variações no quadro a seguir:

### Quadro Comparativo das Provisões Matemáticas

#### Simulação: Método PUC-e

**Para 31/12/2022: Taxa de juros 4,61% a.a.**

**Para 31/12/2021: Taxa de juros 4,77% a.a.**

Em R\$

| 2.2.7.2.0.00.00 | PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO                | PUC-e<br>31/12/2022 | PUC-e<br>31/12/2021  | AH (%) |
|-----------------|--|---------------------|----------------------|--------|
| 2.2.7.2.1.00.00 | PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO |                     | 1.309.624.241.045,19 | 3,78   |

|                 |  |   |                      |                      |         |
|-----------------|--|---|----------------------|----------------------|---------|
|                 |  |   | 1.359.091.549.217,70 |                      |         |
| 2.2.7.2.1.03.00 |  | PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS                           | 819.854.962.511,31   | 790.082.272.162,75   | 3,77    |
| 2.2.7.2.1.03.01 |  | APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS | 878.367.959.701,91   | 855.250.751.480,31   | 2,70    |
| 2.2.7.2.1.03.03 |  | (-) CONTRIBUIÇÕES DO INATIVO PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS                    | - 45.280.666.587,33  | - 51.898.781.626,30  | - 12,75 |
| 2.2.7.2.1.03.04 |  | (-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS                | - 13.232.330.603,27  | - 13.269.697.691,26  | - 0,28  |
| 2.2.7.2.1.04.00 |  | PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER                           | 539.236.586.706,39   | 519.541.968.882,44   | 3,79    |
| 2.2.7.2.1.04.01 |  | APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS A CONCEDER DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS | 763.371.931.296,65   | 728.908.131.916,38   | 4,73    |
| 2.2.7.2.1.04.02 |  | (-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS                       | - 126.163.542.995,60 | - 101.767.781.391,89 | 23,97   |
| 2.2.7.2.1.04.03 |  | (-) CONTRIBUIÇÕES DO ATIVO PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS                      | - 63.297.025.488,86  | - 66.170.244.785,61  | - 4,34  |
| 2.2.7.2.1.04.04 |  | (-) CONTRIBUIÇÕES DO INATIVO E PENSIONISTA PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS      | - 34.674.776.105,79  | - 41.428.136.856,45  | - 16,30 |

FONTE: CGACI/DRPSP/SRPC/MPS

• **Segundo caso: Simulação com Método PUC-a nas datas focais 31/12/2021 e 31/12/2022.**

76. O quadro abaixo traz a comparação dos valores das provisões matemáticas avaliados pelo “Método PUC-a”, nas datas focais de 31/12/2022 e 31/12/2021. Constata-se o acréscimo de R\$ 25.150.813.890,13 no valor da provisão matemática de benefícios a conceder (conta 2.2.7.2.1.04.00), que, adicionado à variação positiva na provisão matemática de benefícios concedidos (2.2.7.2.1.03.00), que independe de métodos de financiamento, no importe de R\$ 29.772.690.348,55, impactou no aumento do déficit atuarial em 4,07%, que corresponde a R\$ 54.923.504.238,70, visto que passou de R\$ 1.349.418.042.098,35 para R\$ 1.404.341.546.337,05. Registre-se que, neste caso, o déficit atuarial corresponde ao total das provisões matemáticas, visto que o valor dos recursos garantidores de benefícios do RPPS da União é nulo. Confirma-se as demais variações no quadro a seguir:

## Quadro Comparativo das Provisões Matemáticas

**Simulação: Método PUC-a**

**Para 31/12/2022: Taxa de juros 4,61% a.a.**

**Para 31/12/2021: Taxa de juros 4,77% a.a.**

Em R\$

| 2.2.7.2.0.00.00 | PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO                                    | PUC-a<br>31/12/2022  | PUC-a<br>31/12/2021  | AH (%)  |
|-----------------|--|----------------------|----------------------|---------|
| 2.2.7.2.1.00.00 | PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO<br>- CONSOLIDAÇÃO                  | 1.404.341.546.337,05 | 1.349.418.042.098,35 | 4,07    |
| 2.2.7.2.1.03.00 | PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS<br>CONCEDIDOS                           | 819.854.962.511,30   | 790.082.272.162,75   | 3,77    |
| 2.2.7.2.1.03.01 | APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS<br>CONCEDIDOS DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS | 878.367.959.701,91   | 855.250.751.480,31   | 2,70    |
| 2.2.7.2.1.03.03 | (-) CONTRIBUIÇÕES DO INATIVO PARA O PLANO<br>PREVIDENCIÁRIO DO RPPS                    | - 45.280.666.587,33  | - 51.898.781.626,30  | - 12,75 |
| 2.2.7.2.1.03.04 | (-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O PLANO<br>PREVIDENCIÁRIO DO RPPS                | - 13.232.330.603,27  | - 13.269.697.691,26  | - 0,28  |
| 2.2.7.2.1.04.00 | PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A<br>CONCEDER                           | 584.486.583.825,74   | 559.335.769.935,61   | 4,50    |
| 2.2.7.2.1.04.01 | APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS A<br>CONCEDER DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS | 763.372.306.587,13   | 728.908.131.916,38   | 4,73    |
| 2.2.7.2.1.04.02 | (-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO<br>PREVIDENCIÁRIO DO RPPS                       | - 96.081.453.654,99  | - 85.373.113.304,28  | 12,54   |
| 2.2.7.2.1.04.03 | (-) CONTRIBUIÇÕES DO ATIVO PARA O PLANO<br>PREVIDENCIÁRIO DO RPPS                      | - 48.129.465.106,23  | - 42.771.111.820,05  | 12,53   |
| 2.2.7.2.1.04.04 | (-) CONTRIBUIÇÕES DO INATIVO E PENSIONISTA PARA<br>O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS      | - 34.674.804.000,16  | - 41.428.136.856,45  | - 16,30 |

FONTES: CGACI/DRPSP/SRPC/MPS

• **Terceiro caso: Simulação com Método PUC-a e Método PUC-e na data focal 31/12/2022.**

77. No seguinte quadro são comparados os valores das provisões matemáticas avaliados pelo “Método PUC-a” e pelo “Método PUC-e”, na mesma data focal 31/12/2022. Consta-se o acréscimo de R\$ 45.249.997.119,35 no valor da provisão matemática de benefícios a conceder (conta 2.2.7.2.1.04.00), que, adicionado à variação nula na provisão matemática de benefícios concedidos (2.2.7.2.1.03.00), que independe de métodos de financiamento, impactou no aumento do deficit atuarial em 3,33%, que corresponde a R\$ 45.249.997.119,35, visto que passou de R\$ 1.359.091.549.217,70 para R\$ 1.404.341.546.337,05. Registre-se que, neste caso, o deficit atuarial corresponde ao total das provisões matemáticas, visto que o valor dos recursos garantidores de benefícios do RPPS da União é nulo. Confira-se as demais variações no quadro a seguir:

**Quadro Comparativo das Provisões Matemáticas**

**Simulação: Método PUC-a e Método PUC-e**

**Data Focal 31/12/2022: Taxa de juros 4,61% a.a.**

Em R\$

| 2.2.7.2.0.00.00 | PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO                                 | PUC-a 31/12/2022     | PUC-e 31/12/2022     | AH (%) |
|-----------------|---|----------------------|----------------------|--------|
| 2.2.7.2.1.00.00 | PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO                  | 1.404.341.546.337,05 | 1.359.091.549.217,70 | 3,33   |
| 2.2.7.2.1.03.00 | PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS                           | 819.854.962.511,30   | 819.854.962.511,31   | - 0,00 |
| 2.2.7.2.1.03.01 | APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS | 878.367.959.701,91   | 878.367.959.701,91   | -      |
| 2.2.7.2.1.03.03 | (-) CONTRIBUIÇÕES DO INATIVO PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS                    | - 45.280.666.587,33  | - 45.280.666.587,33  | -      |
| 2.2.7.2.1.03.04 | (-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS                | - 13.232.330.603,27  | - 13.232.330.603,27  | -      |
| 2.2.7.2.1.04.00 | PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER                           | 584.486.583.825,74   | 539.236.586.706,39   | 8,39   |
| 2.2.7.2.1.04.01 | APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS A CONCEDER DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS | 763.372.306.587,13   | 763.371.931.296,65   | 0,00   |

|                 |  |  |  |                     |                      |         |
|-----------------|--|--|--|---------------------|----------------------|---------|
| 2.2.7.2.1.04.02 |  |  | (-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS                  | - 96.081.453.654,99 | - 126.163.542.995,60 | - 23,84 |
| 2.2.7.2.1.04.03 |  |  | (-) CONTRIBUIÇÕES DO ATIVO PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS                 | - 48.129.465.106,23 | - 63.297.025.488,86  | - 23,96 |
| 2.2.7.2.1.04.04 |  |  | (-) CONTRIBUIÇÕES DO INATIVO E PENSIONISTA PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS | - 34.674.804.000,16 | - 34.674.776.105,79  | -       |

FONTE: CGACI/DRPSP/SRPC/MPS

78. Os resultados da avaliação atuarial foram obtidos a partir do uso de técnicas atuariais que possuem ampla aceitação e consenso técnico em conformidade com os parâmetros estabelecidos nas normas aplicáveis à elaboração das avaliações atuariais dos RPPS, definidos pela Portaria MTP nº 1.467/2022.

79. Ressalte-se que a precisão dos resultados de uma avaliação atuarial depende fundamentalmente da consistência dos dados cadastrais e da adequação das premissas e hipóteses utilizadas no cálculo atuarial. Eventuais inadequações que tenham remanescido na base cadastral, ou quanto a alguma hipótese atuarial, poderão ser corrigidas à medida que as reavaliações atuariais anuais forem sendo efetuadas e realizados estudos sobre os seus impactos. Importante observar que o acompanhamento permanente da base cadastral e das bases técnicas atuariais são atividades típicas de uma Unidade Gestora do RPPS e que, com a sua implementação, haverá significativos avanços no dimensionamento dos custos e compromissos relativos aos benefícios do RPPS.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

80. Embora o RPPS da União opere em regime financeiro orçamentário ou de repartição simples, os valores das obrigações previdenciárias foram avaliados em regime de capitalização, apurando-se resultado deficitário, para o qual seria necessário definir plano de equacionamento por um dos mecanismos previstos na Portaria MTP nº 1.467/2022.

81. Reitera-se a importância da criação do órgão ou entidade gestora única, nos termos do § 20, do art. 40, da Constituição Federal e do § 6º, do art. 9º, da Emenda Constitucional nº 103/2019, como passo importante para que o RPPS da União seja administrado com observância de critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

82. São essas as nossas considerações. Submete-se às autoridades superiores para apreciação e deliberação.

Brasília-DF, 28 de março de 2023.

**ALAN DOS SANTOS DE MOURA**

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil - Matrícula 1.538.692

**BENEDITO LEITE SOBRINHO**

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil - Matrícula 0.935.753

---

**Coordenação-Geral de Atuária, Contabilidade e Investimentos - CGACI, em 28 de março de 2023.**

1. Ciente. De acordo.
2. À apreciação do Diretor dos Regimes de Previdência no Serviço Público - DRPSP.

**LUIZ GONZAGA MADRUGA COELHO FILHO**

Coordenador-Geral de Atuária, Contabilidade e Investimentos

---

**Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público - DRPSP, em 28 de março de 2023.**

1. Ciente. De acordo.
2. À apreciação do Senhor Secretário de Regime Próprio e Complementar.

**ALLEX ALBERT RODRIGUES**

Diretor do Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público

---

**Secretaria do Regime Próprio e Complementar - SRPC, em 28 de março de 2023.**

1. Ciente. De acordo.
2. Encaminhe-se à Diretoria de Assuntos Fiscais da Secretaria de Orçamento Federal, do Ministério do Planejamento e Orçamento, em atendimento ao Ofício SEI nº 736/2023/MPO, de 16 de março de 2023.

**PAULO ROBERTO DOS SANTOS PINTO**

Secretário do Regime Próprio e Complementar

## **ANEXOS**

### **Relatório da Avaliação Atuarial do RPPS da União**

## ANEXO I - GLOSSÁRIO DE TERMOS TÉCNICOS

Este anexo é integrado pelas seguintes definições básicas dos termos técnicos utilizados neste Relatório da Avaliação Atuarial:

**Atuária.** Ciência que, através da matemática financeira atuarial, estuda os riscos e os cálculos envolvidos em seguros e previdência.

**Avaliação Atuarial.** Estudo técnico desenvolvido pelo atuário, baseado nas características biométricas, demográficas e econômicas da população analisada, com o objetivo principal de estabelecer, de forma suficiente e adequada, os recursos necessários para a garantia dos pagamentos dos benefícios previstos pelo plano.

**Base Cadastral.** Banco de dados cadastrais dos servidores públicos utilizado na avaliação atuarial.

**Bases Técnicas.** Premissas ou hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras utilizadas pelo atuário na confecção da avaliação atuarial, aderentes aos segurados e às características do plano, observando os requisitos normativos.

**Cálculo Atuarial.** Metodologia de cálculo que adota os conceitos das Ciências Atuariais para dimensionamento dos riscos no setor de seguros e previdência.

**Compensação Financeira Previdenciária.** Transferência de fundos entre regimes previdenciários, em razão de contagem recíproca de tempos de contribuição.

**Data Focal.** A data da avaliação atuarial, utilizada para posicionar o cálculo do valor atual dos compromissos futuros do plano de benefícios, das necessidades de custeio e para precificação dos ativos e apuração do resultado atuarial.

**Deficit Atuarial.** Diferença negativa entre os ativos financeiros acumulados pelo RPPS, na data de avaliação, e o passivo atuarial, representado pelas reservas (ou provisões) matemáticas previdenciárias.

**Deficit Financeiro.** Valor da insuficiência financeira entre o fluxo das receitas e o pagamento das despesas do RPPS em cada exercício financeiro.

**Elegibilidade.** Corresponde ao cumprimento de todos os critérios definidos na legislação que rege o RPPS como necessários para obtenção de um benefício previdenciário.

**Ente Federativo.** Ente público: União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

**Equilíbrio Atuarial.** Garantia de equivalência, a valor presente, entre o fluxo das receitas estimadas e das obrigações projetadas, apuradas atuarialmente, no longo prazo.

**Equilíbrio Financeiro.** Garantia de equivalência entre as receitas auferidas e as obrigações do RPPS em cada exercício financeiro.

**Extrapolação.** Estimativa de valores de uma função através do comportamento de outra função.

**Fluxo Atuarial.** Abertura do cálculo atuarial para cada período (t), decomposto das formulações do Valor Atual dos Benefícios Futuros (VABF) e do Valor Atual das Contribuições Futuras (VACF), dos benefícios calculados

pelo regime financeiro de capitalização, que trazidos a valor presente convergem para os resultados do VABF e VACF.

**Geração Atual.** Atuais segurados considerados na avaliação atuarial.

**Gerações Futuras.** Hipótese atuarial que considera na projeção as quantidades e custos de segurados que substituirão os integrantes da geração atual.

**Hipóteses Atuariais.** Premissas ou hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras utilizadas pelo atuário na confecção da avaliação atuarial, aderentes aos segurados e às características do plano, observando os requisitos normativos.

**Método de Financiamento Atuarial.** Metodologia adotada pelo atuário para estabelecer o nível de constituição das reservas necessárias à cobertura dos benefícios estruturados no regime financeiro de capitalização, em face das características biométricas, demográficas, econômicas e financeiras dos segurados e beneficiários do RPPS.

**Método de Crédito Unitário Projetado.** Metodologia de financiamento em que o custo normal anual é equivalente ao quociente entre o valor atual de todo o fluxo de benefícios futuros, posicionado na data focal da avaliação atuarial, e o número de períodos anuais de contribuição, contados entre a data de elegibilidade ao benefício e a data de ingresso do segurado no ente federativo como servidor titular de cargo efetivo.

**Método Ortodoxo.** Metodologia de financiamento que considera como custo normal o valor atuarial anual das contribuições, obtido mediante a aplicação das alíquotas de contribuição instituídas em lei sobre o valor atuarial das remunerações mensais recebidas no ano.

**Nota Técnica Atuarial.** Documento exclusivo de cada RPPS que descreve de forma clara e precisa as características gerais dos planos de benefícios, a formulação para o cálculo do custeio e das reservas matemáticas previdenciárias, as suas bases técnicas e premissas a serem utilizadas nos cálculos.

**Passivo Atuarial.** Montante calculado atuarialmente, em determinada data, que expressa, em valor presente, o total dos recursos necessários ao pagamento dos compromissos do plano de benefícios ao longo do tempo.

**Plano de Benefícios.** O conjunto de benefícios de natureza previdenciária oferecidos aos segurados do RPPS, segundo as regras constitucionais e legais previstas, limitados aos estabelecidos para o Regime Geral de Previdência Social.

**Plano de Custeio.** Definição das fontes de recursos necessárias para o financiamento dos benefícios oferecidos pelo Plano de Benefícios e taxa de administração, representadas pelas alíquotas de contribuições previdenciárias a serem pagas pelo ente federativo, pelos servidores, aposentados e pensionistas ao RPPS, e aportes necessários ao atingimento do equilíbrio financeiro e atuarial, com detalhamento do custo normal e suplementar.

**Plano de Equacionamento.** Decisão do ente federativo quanto às formas, prazos, valores e condições em que se dará o completo reequilíbrio do plano de benefícios do RPPS, observadas as normas legais e regulamentares.

**Provisão Matemática de Benefícios a Conceder.** Corresponde ao valor necessário para o pagamento dos benefícios que serão concedidos pelo RPPS.

**Provisão Matemática de Benefícios Concedidos.** Corresponde ao valor necessário para o pagamento dos benefícios que já foram concedidos pelo RPPS.

**Provisão Matemática.** Corresponde ao valor necessário para o pagamento dos benefícios concedidos e a conceder.

**Regime Financeiro de Capitalização.** Regime em que as contribuições estabelecidas no plano de custeio, a serem pagas pelo ente federativo, pelos servidores, aposentados e pensionistas, acrescidas ao patrimônio existente, às receitas por ele geradas e a outras espécies de aportes, sejam suficientes para a formação dos recursos garantidores a cobertura dos compromissos futuros do plano de benefícios e da taxa de administração.

**Regime Financeiro de Repartição Simples.** Regime em que as contribuições estabelecidas no plano de custeio, a serem pagas pelo ente federativo, pelos servidores, aposentados e pensionistas, em um determinado exercício, sejam suficientes para o pagamento dos benefícios nesse exercício, sem o propósito de acumulação de recursos, admitindo-se a constituição de fundo previdencial para oscilação de risco.

**Tábua Biométrica.** Instrumento estatístico utilizado na avaliação atuarial que expressa as probabilidades de ocorrência de eventos relacionados com sobrevivência, invalidez ou morte de determinado grupo de pessoas vinculadas ao plano.

**Tábua de Mortalidade.** Instrumento utilizado para estimar probabilidade de morte em um plano de previdência ou seguro.

**Taxa de Juros Atuarial, Taxa real de Juros.** É a taxa de juros utilizada na avaliação atuarial para descontar os fluxos futuros de receitas e contribuições, trazendo-os a valor presente. Em geral, nos planos capitalizados, corresponde ao retorno esperado das aplicações financeiras de todos os ativos garantidores do RPPS no horizonte de longo prazo, para o equilíbrio financeiro e atuarial do plano previdenciário.

**Unidade Gestora.** A entidade ou órgão integrante da estrutura da administração pública de cada ente federativo que tenha por finalidade a administração, o gerenciamento e a operacionalização do RPPS, incluindo a arrecadação e gestão de recursos e fundos previdenciários, a concessão, o pagamento e a manutenção dos benefícios.

**Válidos, Inválidos.** Indicação referente à situação laboral dos segurados.

**Valor Atual, Valor Presente.** Valor financeiro apurado em uma determinada data, obtido pela aplicação da taxa de desconto (baseada na taxa de juros) sobre um fluxo futuro de um valor ou de uma série de valores.

## ANEXO II: BALANÇO ATUARIAL CONSOLIDADO - TODOS OS PODERES - GRUPO FECHADO

1. O Balanço Atuarial serve-se da nomenclatura do balanço contábil (Ativo e Passivo) para demonstrar, de forma sintética, os valores presentes dos compromissos previdenciários obtidos na avaliação atuarial, bem como o valor do resultado atuarial, que pode ser superavitário, equilibrado ou deficitário.
2. Todos os valores que constam no Balanço Atuarial estão expressos em moeda corrente nacional de 31 de dezembro de 2022 e foram calculados considerando-se as probabilidades de ocorrência dos eventos determinantes da concessão dos benefícios (sobrevivência, morte, invalidez) e descontados à taxa real de juros igual a 4,61% ao ano, de forma a quantificar o efeito do valor do dinheiro no tempo.
3. No Ativo, estão alocadas as contas que representam o ingresso de recursos ao regime de previdência, representadas pelos valores presentes atuariais das contribuições dos servidores, aposentados, pensionistas e da União. Essas contribuições foram calculadas, para os servidores e para a União, considerando-se as alíquotas de equilíbrio calculadas através do método de financiamento PUC-a, e, para os aposentados e pensionistas, considerando-se as alíquotas progressivas atualmente em vigor, conforme EC nº 103/2019.
4. Verificou-se a redução de R\$ 37,136 bilhões nas contribuições futuras esperadas, o VPACF, que era de R\$ 274,535 bilhões em 2022, passou para R\$ 237,399 bilhões, em 2023. Ressalta-se que, caso fosse mantido o método de financiamento utilizado na avaliação de 2022, o PUC-e, a redução seria de R\$ 8,114 bilhões.
5. No Passivo, foram classificados os encargos do RPPS, representados pelos valores presentes atuariais de benefícios futuros (VPABF) dos benefícios concedidos a aposentados e pensionistas e dos benefícios a conceder a servidores e dependentes que ainda não estão em gozo de qualquer benefício oferecido pelo regime previdenciário.
6. Em comparação com a última avaliação, constata-se um acréscimo no VPABF da ordem de R\$ 57,581 bilhões, que passou de R\$ 1,584 trilhão para R\$ 1,642 trilhão neste exercício.
7. No lado do Ativo, figura a conta de resultado, que registra o deficit atuarial de aproximadamente R\$ 1,404 trilhão, na posição em 31 de dezembro de 2022. O valor do deficit foi obtido pela diferença entre o valor presente atuarial das contribuições futuras - VPACF (R\$ 237,399 bilhões) e o total do valor presente atuarial dos benefícios futuros - VPABF (R\$ 1,642 trilhão).
8. O deficit atuarial calculado para o exercício de 2022, que foi de R\$ 1,310 trilhão, passou, em 2023, para R\$ 1,404 trilhão, computando-se um aumento de R\$ 94,717 bilhões (aproximadamente 7,23%). Ressalta-se que, caso fosse mantido o método de financiamento utilizado na avaliação de 2022, o PUC-e, o deficit atuarial, em 2023, seria de R\$ 1,359 trilhão e o aumento seria de R\$ 49,467 bilhões (aproximadamente 3,78%).
9. Este deficit deve ser entendido como o montante de recursos que seria necessário na data focal para o equilíbrio do regime de previdência, caso este fosse estruturado e operado no regime financeiro de capitalização.

**Balanco Atuarial em 31/12/2022**  
**RPPS da União - Consolidado - Todos os Poderes**  
**Grupo Fechado (Geração Atual) - Juros: 4,61% a.a.**

Em R\$

| ATIVO  |                             | PASSIVO  |                             |
|--|-----------------------------|--|-----------------------------|
| <b>Valor Presente Atuarial das Contribuições</b> | <b>237.398.719.951,99</b>   | <b>Valor Presente Atuarial dos Benefícios Concedidos</b> | <b>878.367.959.701,91</b>   |
| Sobre Salários                                   | 144.210.918.761,22          | Aposentadorias   | 632.262.244.397,70          |
| Sobre Benefícios                                 | 93.187.801.190,76           | Pensões  | 246.105.715.304,21          |
| <b>Deficit Atuarial</b>                          | <b>1.404.341.546.337,05</b> | <b>Valor Presente Atuarial dos Benefícios a Conceder</b> | <b>763.372.306.587,13</b>   |
|  |                             | Aposentadorias   | 601.277.992.775,23          |
|  |                             | Pensões  | 162.094.313.811,90          |
| <b>Total</b>                                     | <b>1.641.740.266.289,03</b> |  | <b>1.641.740.266.289,03</b> |

FONTES: CGACI/DRPSP/SRPC/MPS

## ANEXO III-A: PROJEÇÕES ATUARIAIS DO RPPS DA UNIÃO - GRUPO FECHADO

1. As projeções atuariais, objeto deste Anexo, foram elaboradas em conformidade com o inciso II do § 1º do art. 53 da Lei de Responsabilidade Fiscal, constituindo o Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos, publicado como Anexo 10 do Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO do 6º bimestre do exercício de 2022.
2. As projeções atuariais são apresentadas, ano a ano, sem o efeito do desconto da taxa de juros. Por outro lado, no presente Anexo foi considerado o impacto das taxas de inflação (INPC/IBGE) em conformidade com a Grade de Parâmetros da Secretaria de Política Econômica do então Ministério da Economia, de 09 de dezembro de 2022. Com relação ao PIB, foi utilizada as estimativas do RGPS para os anos de 2023 a 2026, constantes dessa Grade. A partir de 2027, para efeito destas projeções, a taxa de crescimento real do PIB foi considerada nula, aplicando-se apenas o INPC projetado de 3,00% ao ano.
3. Os valores a receber de contribuições futuras (União e servidor) estão descritos na coluna “Receitas Previdenciárias”. Por sua vez, os valores de benefícios a pagar aos atuais e futuros aposentados e pensionistas constam da coluna “Despesas Previdenciárias”. A coluna denominada “Resultado Atuarial” apresenta o valor da diferença entre as receitas e despesas, ano a ano, que corresponde ao deficit atuarial do RPPS da União. Ao lado de cada coluna de Receita, Despesa e Resultado, constam as proporções dessas rubricas em relação ao PIB.

Governo Federal

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos

Orçamento da Seguridade Social

2023 a 2097 (Grupo Fechado)

**(Divulgado no RREO do 6º bimestre de 2022)**

RREO - Anexo 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ milhares

| EXERCÍCIO | RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS |          | DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS |          | RESULTADO PREVIDENCIÁRIO |          |
|-----------|--------------------------|----------|--------------------------|----------|--------------------------|----------|
|           | Valor (a)                | % do PIB | Valor (b)                | % do PIB | Valor (a - b)            | % do PIB |
| 2023      | 17.965.968               | 0,17%    | 101.360.734              | 0,95%    | -83.394.766              | 0,78%    |
| 2024      | 18.753.646               | 0,16%    | 103.834.464              | 0,90%    | -85.080.818              | 0,74%    |
| 2025      | 19.536.930               | 0,16%    | 106.713.750              | 0,87%    | -87.176.820              | 0,71%    |
| 2026      | 20.132.823               | 0,15%    | 110.576.814              | 0,84%    | -90.443.990              | 0,69%    |
| 2027      | 20.889.376               | 0,15%    | 114.734.588              | 0,82%    | -93.845.212              | 0,67%    |
| 2028      | 21.329.207               | 0,15%    | 120.632.328              | 0,82%    | -99.303.121              | 0,68%    |

|      |            |       |             |       |              |       |
|------|------------|-------|-------------|-------|--------------|-------|
| 2029 | 22.119.013 | 0,14% | 126.022.866 | 0,82% | -103.903.853 | 0,68% |
| 2030 | 22.365.915 | 0,14% | 130.843.114 | 0,81% | -108.477.200 | 0,67% |
| 2031 | 22.684.599 | 0,13% | 132.925.747 | 0,79% | -110.241.148 | 0,65% |
| 2032 | 22.784.267 | 0,13% | 135.477.134 | 0,76% | -112.692.867 | 0,63% |
| 2033 | 23.124.520 | 0,12% | 137.193.487 | 0,74% | -114.068.968 | 0,61% |
| 2034 | 23.205.445 | 0,12% | 139.467.381 | 0,72% | -116.261.936 | 0,60% |
| 2035 | 23.209.337 | 0,11% | 141.763.065 | 0,69% | -118.553.729 | 0,58% |
| 2036 | 23.155.651 | 0,11% | 143.996.747 | 0,67% | -120.841.097 | 0,57% |
| 2037 | 23.013.448 | 0,10% | 146.235.427 | 0,65% | -123.221.978 | 0,55% |
| 2038 | 22.817.992 | 0,10% | 148.171.422 | 0,63% | -125.353.430 | 0,54% |
| 2039 | 22.504.212 | 0,09% | 150.342.570 | 0,62% | -127.838.358 | 0,52% |
| 2040 | 22.059.876 | 0,09% | 152.586.264 | 0,60% | -130.526.388 | 0,51% |
| 2041 | 21.524.896 | 0,08% | 154.777.099 | 0,58% | -133.252.203 | 0,50% |
| 2042 | 20.796.299 | 0,07% | 157.141.536 | 0,57% | -136.345.237 | 0,49% |
| 2043 | 19.932.665 | 0,07% | 159.362.043 | 0,55% | -139.429.378 | 0,48% |
| 2044 | 18.912.405 | 0,06% | 161.789.947 | 0,54% | -142.877.542 | 0,47% |
| 2045 | 17.770.326 | 0,06% | 164.127.661 | 0,52% | -146.357.335 | 0,46% |
| 2046 | 16.570.397 | 0,05% | 166.209.144 | 0,51% | -149.638.747 | 0,46% |
| 2047 | 15.267.987 | 0,04% | 168.114.417 | 0,49% | -152.846.431 | 0,45% |
| 2048 | 14.069.209 | 0,04% | 169.377.359 | 0,48% | -155.308.150 | 0,44% |
| 2049 | 12.923.677 | 0,03% | 170.121.639 | 0,46% | -157.197.961 | 0,42% |
| 2050 | 11.843.515 | 0,03% | 170.350.462 | 0,44% | -158.506.947 | 0,41% |
| 2051 | 10.796.665 | 0,03% | 170.157.954 | 0,42% | -159.361.290 | 0,40% |
| 2052 | 9.832.252  | 0,02% | 169.438.407 | 0,41% | -159.606.155 | 0,38% |
| 2053 | 8.963.524  | 0,02% | 168.179.729 | 0,39% | -159.216.206 | 0,37% |
| 2054 | 8.179.131  | 0,02% | 166.436.521 | 0,37% | -158.257.390 | 0,35% |
| 2055 | 7.469.853  | 0,02% | 164.243.856 | 0,35% | -156.774.003 | 0,34% |
| 2056 | 6.866.670  | 0,01% | 161.539.555 | 0,33% | -154.672.885 | 0,32% |
| 2057 | 6.344.025  | 0,01% | 158.406.607 | 0,31% | -152.062.581 | 0,30% |
| 2058 | 5.890.368  | 0,01% | 154.893.931 | 0,30% | -149.003.563 | 0,28% |
| 2059 | 5.485.175  | 0,01% | 151.074.319 | 0,28% | -145.589.144 | 0,27% |
| 2060 | 5.116.955  | 0,01% | 146.994.083 | 0,26% | -141.877.128 | 0,25% |

|      |           |       |             |       |              |       |
|------|-----------|-------|-------------|-------|--------------|-------|
| 2061 | 4.776.370 | 0,01% | 142.692.072 | 0,24% | -137.915.702 | 0,24% |
| 2062 | 4.450.155 | 0,01% | 138.216.376 | 0,23% | -133.766.221 | 0,22% |
| 2063 | 4.138.191 | 0,01% | 133.578.854 | 0,21% | -129.440.663 | 0,21% |
| 2064 | 3.834.222 | 0,01% | 128.807.662 | 0,20% | -124.973.440 | 0,19% |
| 2065 | 3.538.419 | 0,01% | 123.912.789 | 0,18% | -120.374.370 | 0,18% |
| 2066 | 3.252.149 | 0,00% | 118.901.507 | 0,17% | -115.649.358 | 0,16% |
| 2067 | 2.975.815 | 0,00% | 113.784.519 | 0,16% | -110.808.704 | 0,15% |
| 2068 | 2.709.404 | 0,00% | 108.574.632 | 0,14% | -105.865.229 | 0,14% |
| 2069 | 2.454.380 | 0,00% | 103.281.707 | 0,13% | -100.827.327 | 0,13% |
| 2070 | 2.211.072 | 0,00% | 97.920.313  | 0,12% | -95.709.241  | 0,12% |
| 2071 | 1.980.688 | 0,00% | 92.504.155  | 0,11% | -90.523.467  | 0,11% |
| 2072 | 1.763.721 | 0,00% | 87.051.048  | 0,10% | -85.287.327  | 0,10% |
| 2073 | 1.560.779 | 0,00% | 81.580.588  | 0,09% | -80.019.809  | 0,09% |
| 2074 | 1.372.299 | 0,00% | 76.114.943  | 0,08% | -74.742.644  | 0,08% |
| 2075 | 1.198.538 | 0,00% | 70.678.676  | 0,07% | -69.480.138  | 0,07% |
| 2076 | 1.039.574 | 0,00% | 65.298.586  | 0,06% | -64.259.012  | 0,06% |
| 2077 | 895.311   | 0,00% | 60.003.235  | 0,06% | -59.107.924  | 0,06% |
| 2078 | 765.481   | 0,00% | 54.822.330  | 0,05% | -54.056.849  | 0,05% |
| 2079 | 649.652   | 0,00% | 49.786.025  | 0,04% | -49.136.373  | 0,04% |
| 2080 | 547.248   | 0,00% | 44.924.091  | 0,04% | -44.376.843  | 0,04% |
| 2081 | 457.566   | 0,00% | 40.265.064  | 0,03% | -39.807.498  | 0,03% |
| 2082 | 379.797   | 0,00% | 35.835.336  | 0,03% | -35.455.539  | 0,03% |
| 2083 | 313.050   | 0,00% | 31.658.330  | 0,02% | -31.345.280  | 0,02% |
| 2084 | 256.368   | 0,00% | 27.753.650  | 0,02% | -27.497.282  | 0,02% |
| 2085 | 208.756   | 0,00% | 24.136.464  | 0,02% | -23.927.708  | 0,02% |
| 2086 | 169.202   | 0,00% | 20.817.015  | 0,01% | -20.647.813  | 0,01% |
| 2087 | 136.705   | 0,00% | 17.800.428  | 0,01% | -17.663.723  | 0,01% |
| 2088 | 110.296   | 0,00% | 15.086.591  | 0,01% | -14.976.295  | 0,01% |
| 2089 | 89.061    | 0,00% | 12.670.465  | 0,01% | -12.581.403  | 0,01% |
| 2090 | 72.165    | 0,00% | 10.542.456  | 0,01% | -10.470.292  | 0,01% |
| 2091 | 58.849    | 0,00% | 8.688.860   | 0,00% | -8.630.012   | 0,00% |
| 2092 | 48.443    | 0,00% | 7.092.501   | 0,00% | -7.044.058   | 0,00% |

|      |        |       |           |       |            |       |
|------|--------|-------|-----------|-------|------------|-------|
| 2093 | 40.361 | 0,00% | 5.733.476 | 0,00% | -5.693.115 | 0,00% |
| 2094 | 34.103 | 0,00% | 4.590.032 | 0,00% | -4.555.929 | 0,00% |
| 2095 | 29.251 | 0,00% | 3.639.372 | 0,00% | -3.610.121 | 0,00% |
| 2096 | 25.465 | 0,00% | 2.858.485 | 0,00% | -2.833.020 | 0,00% |
| 2097 | 22.475 | 0,00% | 2.224.786 | 0,00% | -2.202.311 | 0,00% |

FONTE: CGACI/DRPSP/SRPC/MPS

Notas:

1 - A avaliação atuarial relativa aos benefícios previdenciários do RPPS dos servidores civis da União utilizou como base normativa para definição das regras de benefícios as disposições da Constituição Federal, com as alterações das Emendas Constitucionais nº 20/1998, nº 41/2003, nº 47/2005 e nº 103/2019.

2 - A avaliação atuarial considerou o grupo fechado (sem taxa de reposição) e rotatividade nula.

3 - Com relação à idade de entrada no mercado de trabalho, foram adotadas 3 (três) premissas:

a) No caso da averbação do tempo de serviço resultar na idade de primeiro vínculo em qualquer regime previdenciário menor que 14 anos, tal ocorrência é considerada como erro de cadastro. Assim sendo, o tempo relativo ao primeiro vínculo é estimado como sendo o tempo decorrido entre a idade de 25 anos e a idade na data da posse no serviço público;

b) caso a averbação do tempo de serviço resultar na idade de primeiro vínculo em qualquer regime previdenciário entre 14 e 25 anos, estima-se o tempo relativo ao primeiro vínculo como sendo o tempo decorrido entre a idade declarada de início de contribuição e a idade na data da posse no serviço público;

c) se a averbação do tempo de serviço resultar na idade de primeiro vínculo a qualquer regime previdenciário superior a 25 anos, estima-se o tempo relativo ao primeiro vínculo pela diferença do tempo decorrido entre a idade de 25 anos e a idade na data da posse no serviço público.

4 - Não foram considerados nas estimativas de receitas e de despesas os valores de compensação financeira entre regimes previdenciários, a receber ou a pagar.

5 - Data provável de aposentadoria: Para os servidores com direito adquirido à aplicação das regras de transição da Emenda Constitucional nº 41/2003 considerou-se que estes aguardarão a regra mais vantajosa para se aposentar, independentemente do tempo de espera. Para os demais servidores abrangidos pelas regras da Emenda Constitucional nº 103/2019, considerou-se que a aposentadoria se dará na data da primeira elegibilidade desse benefício.

6 - Considerou-se que os servidores que já cumpriram todos os requisitos para se aposentar, mas que ainda não o fizeram permanecerão recebendo o abono de permanência pelo prazo de sete anos contados da data provável de sua aposentadoria. Este critério utilizado no cálculo atuarial visa o melhor dimensionamento do fluxo de concessão de benefícios do grupo de servidores classificados como riscos iminentes.

7 - Na avaliação atuarial não foi considerada a hipótese de crescimento por produtividade, apenas por mérito, de 1% real ao ano.

8 - Para a atualização monetária dos fluxos financeiros foi adotado como indexador inflacionário o INPC projetado de 4,90% para 2023 (conforme Grade de Parâmetros disponibilizada pela Secretaria de Política de Econômica do Ministério da Economia de 09/12/2022), 3,00% para 2024, 3,00% para 2025, 3,00% para 2026 em diante foi considerado o índice de 3,00% ao ano, conforme projeções adotadas para o RGPS.

9 - Foram considerados os valores do PIB, conforme Grade de Parâmetros disponibilizada pela Secretaria de Política de Econômica do Ministério da Economia de 09/12/2022, nos anos de 2023 a 2026. A partir de 2027, a taxa de crescimento real do PIB foi considerada nula, aplicando-se apenas o INPC projetado de 3,00% ao ano.

10 - As alíquotas de contribuição vigentes em 31/12/2022, data focal da Avaliação Atuarial, previstas na Emenda Constitucional nº 103/2019, foram utilizadas para apuração dos valores das contribuições futuras sobre benefícios. Contudo, para a apuração dos valores das contribuições futuras de servidores em atividade e ente, utilizou-se o método PUC.

11 - Para cálculo das contribuições progressivas dos aposentados e pensionistas, conforme EC nº 103/2019, foi considerada a parcela do benefício excedente a R\$ 7.612,38, pois o cálculo foi anterior à publicação da Portaria Interministerial MT/MF nº 26, de 10 de janeiro de 2023, e utilizou-se, na ocasião, a estimativa do Índice Nacional de Preço ao Consumidor - INPC acumulado para 2022 de 7,41% contida no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2023, enviado pelo governo ao Congresso em 31 de agosto de 2022.

12 - As receitas e despesas previdenciárias projetadas referem-se aos benefícios de aposentadorias e pensões.

13 - Método de Financiamento: Crédito Unitário Projetado (Projected Unit Credit - PUC).

14 - Tábuas Biométricas:

a) Sobrevivência dos servidores válidos e inválidos: Tábua específica dos servidores civis da União, segregada por sexo e por escolaridade inerente ao cargo, subdivida nos níveis superior e médio;

b) Sobrevivência dos aposentados válidos e inválidos: Tábua específica dos servidores civis da União, segregada por sexo e com escolaridade de nível médio;

c) Sobrevivência dos pensionistas válidos e inválidos: Tábua mortalidade geral IBGE 2021 - extrapolada a partir da idade de 80 anos, por sexo; e

d) Taxas de entrada em invalidez: Tábua específica dos servidores civis da União, segregada por sexo e por escolaridade inerente ao cargo, subdivida nos níveis superior e médio.

15 - Quanto à composição familiar:

a) mantido o percentual de 76,5% da obrigação da respectiva pensão, como forma de se estimar o efeito, nas projeções atuariais, daqueles servidores que não apresentam dependentes por ocasião de seu falecimento, ou que apresentam apenas dependentes temporários;

b) com relação ao percentual de cotas familiares: para as reversões de aposentadorias em pensão, utilizou-se uma cota equivalente a 60% do valor do benefício de pensão calculado e para as pensões por morte de servidor em atividade, uma cota equivalente a 70% do valor do benefício de pensão a ser calculado;

c) com relação à diferença etária entre servidor e dependente, em atenção às recomendações do Acórdão nº 1463/2020-TCU, adotou-se para os servidores do sexo masculino um cônjuge do sexo oposto 3 anos mais novo, e para os servidores do sexo feminino um cônjuge do sexo oposto 2 anos mais velho;

d) com relação à diferença etária entre aposentado e dependente, em atenção às recomendações do Acórdão nº 1463/2020-TCU, adotou-se uma diferença média de 4 anos a mais na idade dos aposentados do sexo masculino em relação a seu cônjuge, e de, em média, 2 anos dos aposentados do sexo feminino em relação a seu cônjuge.

16 - Registre-se que as análises de sensibilidade para outras premissas significativas, tais como a taxa de juros, são apresentadas como anexos ao Relatório da Avaliação Atuarial que será encaminhado à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério da Economia, com a finalidade de integrar anexo do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - PLDO. Além disso, também é apresentado como anexo ao referido relatório, o resultado atuarial e as projeções segregando as obrigações e haveres dos servidores considerados como "riscos iminentes", ou seja, que já cumpriram os requisitos para sua aposentação.

17 - Estão incluídos nesta avaliação atuarial os benefícios concedidos e a conceder para os militares dos Ex-Territórios.

## ANEXO III-B: PROJEÇÕES ATUARIAIS DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES CIVIS DA UNIÃO - GRUPO FECHADO (SEM REPOSIÇÃO DE SERVIDORES)

1. As projeções atuariais, objeto deste Anexo, foram obtidas com a mesma sistemática das projeções do Anexo III-A, contudo, consideram a Grade de Parâmetros da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, de 17 de março de 2023, e o valor do PIB utilizado no Relatório da Avaliação Atuarial do RGPS.

Governo Federal

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos

Orçamento da Seguridade Social

2023 a 2097 (Grupo Fechado)

RREO - Anexo 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ milhares

| EXERCÍCIO | RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS |          | DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS |          | RESULTADO PREVIDENCIÁRIO |          |
|-----------|--------------------------|----------|--------------------------|----------|--------------------------|----------|
|           | Valor (a)                | % do PIB | Valor (b)                | % do PIB | Valor (a - b)            | % do PIB |
| 2023      | 18.009.844               | 0,17%    | 101.608.272              | 0,95%    | -83.598.428              | 0,78%    |
| 2024      | 18.854.146               | 0,16%    | 104.390.905              | 0,91%    | -85.536.760              | 0,74%    |
| 2025      | 19.666.808               | 0,16%    | 107.423.164              | 0,87%    | -87.756.356              | 0,71%    |
| 2026      | 20.279.442               | 0,16%    | 111.382.097              | 0,85%    | -91.102.655              | 0,70%    |
| 2027      | 21.037.729               | 0,15%    | 115.549.412              | 0,83%    | -94.511.683              | 0,68%    |
| 2028      | 21.480.683               | 0,15%    | 121.489.036              | 0,85%    | -100.008.354             | 0,70%    |
| 2029      | 22.276.098               | 0,15%    | 126.917.857              | 0,86%    | -104.641.759             | 0,71%    |
| 2030      | 22.524.753               | 0,15%    | 131.772.338              | 0,87%    | -109.247.585             | 0,72%    |
| 2031      | 22.845.700               | 0,15%    | 133.869.761              | 0,86%    | -111.024.060             | 0,71%    |
| 2032      | 22.946.076               | 0,14%    | 136.439.267              | 0,85%    | -113.493.191             | 0,70%    |
| 2033      | 23.288.746               | 0,14%    | 138.167.810              | 0,83%    | -114.879.064             | 0,69%    |
| 2034      | 23.370.246               | 0,14%    | 140.457.853              | 0,82%    | -117.087.607             | 0,69%    |
| 2035      | 23.374.165               | 0,13%    | 142.769.840              | 0,81%    | -119.395.675             | 0,68%    |
| 2036      | 23.320.098               | 0,13%    | 145.019.386              | 0,80%    | -121.699.288             | 0,67%    |
| 2037      | 23.176.885               | 0,12%    | 147.273.963              | 0,79%    | -124.097.078             | 0,66%    |
| 2038      | 22.980.041               | 0,12%    | 149.223.708              | 0,78%    | -126.243.667             | 0,66%    |
| 2039      | 22.664.033               | 0,11%    | 151.410.275              | 0,76%    | -128.746.242             | 0,65%    |

|      |            |       |             |       |              |       |
|------|------------|-------|-------------|-------|--------------|-------|
| 2040 | 22.216.541 | 0,11% | 153.669.903 | 0,75% | -131.453.362 | 0,64% |
| 2041 | 21.677.762 | 0,10% | 155.876.298 | 0,74% | -134.198.536 | 0,64% |
| 2042 | 20.943.990 | 0,10% | 158.257.526 | 0,73% | -137.313.536 | 0,63% |
| 2043 | 20.074.223 | 0,09% | 160.493.803 | 0,72% | -140.419.579 | 0,63% |
| 2044 | 19.046.717 | 0,08% | 162.938.949 | 0,71% | -143.892.232 | 0,63% |
| 2045 | 17.896.527 | 0,08% | 165.293.265 | 0,70% | -147.396.738 | 0,62% |
| 2046 | 16.688.077 | 0,07% | 167.389.530 | 0,69% | -150.701.453 | 0,62% |
| 2047 | 15.376.417 | 0,06% | 169.308.335 | 0,67% | -153.931.918 | 0,61% |
| 2048 | 14.169.126 | 0,05% | 170.580.246 | 0,66% | -156.411.119 | 0,60% |
| 2049 | 13.015.459 | 0,05% | 171.329.811 | 0,64% | -158.314.352 | 0,59% |
| 2050 | 11.927.625 | 0,04% | 171.560.260 | 0,63% | -159.632.634 | 0,58% |
| 2051 | 10.873.340 | 0,04% | 171.366.384 | 0,61% | -160.493.044 | 0,57% |
| 2052 | 9.902.079  | 0,03% | 170.641.727 | 0,59% | -160.739.648 | 0,55% |
| 2053 | 9.027.181  | 0,03% | 169.374.111 | 0,56% | -160.346.930 | 0,53% |
| 2054 | 8.237.217  | 0,03% | 167.618.522 | 0,54% | -159.381.305 | 0,52% |
| 2055 | 7.522.903  | 0,02% | 165.410.286 | 0,52% | -157.887.383 | 0,50% |
| 2056 | 6.915.436  | 0,02% | 162.686.779 | 0,50% | -155.771.344 | 0,48% |
| 2057 | 6.389.080  | 0,02% | 159.531.581 | 0,47% | -153.142.502 | 0,45% |
| 2058 | 5.932.201  | 0,02% | 155.993.959 | 0,45% | -150.061.759 | 0,43% |
| 2059 | 5.524.130  | 0,02% | 152.147.221 | 0,42% | -146.623.091 | 0,41% |
| 2060 | 5.153.294  | 0,01% | 148.038.008 | 0,40% | -142.884.713 | 0,39% |
| 2061 | 4.810.291  | 0,01% | 143.705.444 | 0,38% | -138.895.154 | 0,37% |
| 2062 | 4.481.760  | 0,01% | 139.197.963 | 0,36% | -134.716.204 | 0,34% |
| 2063 | 4.167.580  | 0,01% | 134.527.506 | 0,33% | -130.359.926 | 0,32% |
| 2064 | 3.861.451  | 0,01% | 129.722.430 | 0,31% | -125.860.978 | 0,30% |
| 2065 | 3.563.548  | 0,01% | 124.792.794 | 0,29% | -121.229.246 | 0,28% |
| 2066 | 3.275.245  | 0,01% | 119.745.923 | 0,27% | -116.470.678 | 0,26% |
| 2067 | 2.996.948  | 0,01% | 114.592.595 | 0,25% | -111.595.647 | 0,25% |
| 2068 | 2.728.646  | 0,01% | 109.345.709 | 0,23% | -106.617.064 | 0,23% |
| 2069 | 2.471.811  | 0,01% | 104.015.195 | 0,22% | -101.543.384 | 0,21% |
| 2070 | 2.226.775  | 0,00% | 98.615.725  | 0,20% | -96.388.950  | 0,19% |
| 2071 | 1.994.755  | 0,00% | 93.161.102  | 0,18% | -91.166.347  | 0,18% |

|      |           |       |            |       |             |       |
|------|-----------|-------|------------|-------|-------------|-------|
| 2072 | 1.776.247 | 0,00% | 87.669.268 | 0,17% | -85.893.021 | 0,16% |
| 2073 | 1.571.864 | 0,00% | 82.159.958 | 0,15% | -80.588.095 | 0,15% |
| 2074 | 1.382.045 | 0,00% | 76.655.498 | 0,14% | -75.273.452 | 0,13% |
| 2075 | 1.207.050 | 0,00% | 71.180.623 | 0,12% | -69.973.573 | 0,12% |
| 2076 | 1.046.957 | 0,00% | 65.762.325 | 0,11% | -64.715.367 | 0,11% |
| 2077 | 901.669   | 0,00% | 60.429.367 | 0,10% | -59.527.698 | 0,10% |
| 2078 | 770.917   | 0,00% | 55.211.668 | 0,09% | -54.440.751 | 0,09% |
| 2079 | 654.266   | 0,00% | 50.139.596 | 0,08% | -49.485.330 | 0,08% |
| 2080 | 551.135   | 0,00% | 45.243.133 | 0,07% | -44.691.999 | 0,07% |
| 2081 | 460.816   | 0,00% | 40.551.019 | 0,06% | -40.090.203 | 0,06% |
| 2082 | 382.494   | 0,00% | 36.089.832 | 0,05% | -35.707.338 | 0,05% |
| 2083 | 315.273   | 0,00% | 31.883.161 | 0,04% | -31.567.888 | 0,04% |
| 2084 | 258.189   | 0,00% | 27.950.751 | 0,04% | -27.692.562 | 0,04% |
| 2085 | 210.239   | 0,00% | 24.307.877 | 0,03% | -24.097.638 | 0,03% |
| 2086 | 170.404   | 0,00% | 20.964.854 | 0,03% | -20.794.450 | 0,03% |
| 2087 | 137.676   | 0,00% | 17.926.844 | 0,02% | -17.789.168 | 0,02% |
| 2088 | 111.079   | 0,00% | 15.193.733 | 0,02% | -15.082.654 | 0,02% |
| 2089 | 89.694    | 0,00% | 12.760.448 | 0,01% | -12.670.754 | 0,01% |
| 2090 | 72.677    | 0,00% | 10.617.327 | 0,01% | -10.544.650 | 0,01% |
| 2091 | 59.267    | 0,00% | 8.750.567  | 0,01% | -8.691.300  | 0,01% |
| 2092 | 48.787    | 0,00% | 7.142.871  | 0,01% | -7.094.083  | 0,01% |
| 2093 | 40.648    | 0,00% | 5.774.194  | 0,01% | -5.733.546  | 0,01% |
| 2094 | 34.345    | 0,00% | 4.622.630  | 0,00% | -4.588.284  | 0,00% |
| 2095 | 29.459    | 0,00% | 3.665.218  | 0,00% | -3.635.759  | 0,00% |
| 2096 | 25.646    | 0,00% | 2.878.785  | 0,00% | -2.853.139  | 0,00% |
| 2097 | 22.635    | 0,00% | 2.240.586  | 0,00% | -2.217.951  | 0,00% |

FONTE: CGACI/DRPSP/SRPC/MPS

Notas:

1 - A avaliação atuarial relativa aos benefícios previdenciários do RPPS dos servidores civis da União utilizou como base normativa para definição das regras de benefícios as disposições da Constituição Federal, com as alterações das Emendas Constitucionais nº 20/1998, nº 41/2003, nº 47/2005 e nº 103/2019.

2 - A avaliação atuarial considerou o grupo fechado (sem taxa de reposição) e rotatividade nula.

3 - Com relação à idade de entrada no mercado de trabalho, foram adotadas 3 (três) premissas:

a) No caso da averbação do tempo de serviço resultar na idade de primeiro vínculo em qualquer regime previdenciário menor que 14 anos, tal ocorrência é considerada como erro de cadastro. Assim sendo, o tempo relativo ao primeiro vínculo é estimado como sendo o tempo decorrido entre a idade de 25 anos e a idade na data da posse no serviço público;

b) caso a averbação do tempo de serviço resultar na idade de primeiro vínculo em qualquer regime previdenciário entre 14 e 25 anos, estima-se o tempo relativo ao primeiro vínculo como sendo o tempo decorrido entre a idade declarada de início de contribuição e a idade na data da posse no serviço público;

c) se a averbação do tempo de serviço resultar na idade de primeiro vínculo a qualquer regime previdenciário superior a 25 anos, estima-se o tempo relativo ao primeiro vínculo pela diferença do tempo decorrido entre a idade de 25 anos e a idade na data da posse no serviço público.

4 - Não foram considerados nas estimativas de receitas e de despesas os valores de compensação financeira entre regimes previdenciários, a receber ou a pagar.

5 - Data provável de aposentadoria: Para os servidores com direito adquirido à aplicação das regras de transição da Emenda Constitucional nº 41/2003 considerou-se que estes aguardarão a regra mais vantajosa para se aposentar, independentemente do tempo de espera. Para os demais servidores abrangidos pelas regras da Emenda Constitucional nº 103/2019, considerou-se que a aposentadoria se dará na data da primeira elegibilidade desse benefício.

6 - Considerou-se que os servidores que já cumpriram todos os requisitos para se aposentar, mas que ainda não o fizeram permanecerão recebendo o abono de permanência pelo prazo de sete anos contados da data provável de sua aposentadoria. Este critério utilizado no cálculo atuarial visa o melhor dimensionamento do fluxo de concessão de benefícios do grupo de servidores classificados como riscos iminentes.

7 - Na avaliação atuarial não foi considerada a hipótese de crescimento por produtividade, apenas por mérito, de 1% real ao ano.

8 - Para a atualização monetária dos fluxos financeiros foi adotado como indexador inflacionário o INPC projetado de 5,16% para 2023 (conforme Grade de Parâmetros disponibilizada pela Secretaria de Política de Econômica do Ministério da Economia de 17/03/2023), 3,30% para 2024, 3,14% para 2025, 3,07% para 2026, 2,99% para 2026 em diante foi considerado o índice de 3,00% ao ano, conforme projeções adotadas para o RGPS.

9 - Foram considerados os valores do PIB, conforme Grade de Parâmetros disponibilizada pela Secretaria de Política de Econômica do Ministério da Economia de 17/03/2023, nos anos de 2023 a 2027. A partir de 2028, a taxa de crescimento real do PIB foi considerada nula, aplicando-se apenas o INPC projetado de 3,00% ao ano.

10 - As alíquotas de contribuição vigentes em 31/12/2022, data focal da Avaliação Atuarial, previstas na Emenda Constitucional nº 103/2019, foram utilizadas para apuração dos valores das contribuições futuras sobre benefícios. Contudo, para a apuração dos valores das contribuições futuras de servidores em atividade e ente, utilizou-se o método PUC.

11 - Para cálculo das contribuições progressivas dos aposentados e pensionistas, conforme EC nº 103/2019, foi considerada a parcela do benefício excedente a R\$ 7.612,38, pois o cálculo foi anterior à publicação da Portaria Interministerial MT/MF nº 26, de 10 de janeiro de 2023, e utilizou-se, na ocasião, a estimativa do Índice Nacional de Preço ao Consumidor - INPC acumulado para 2022 de 7,41% contida no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2023, enviado pelo governo ao Congresso em 31 de agosto de 2022.

12 - As receitas e despesas previdenciárias projetadas referem-se aos benefícios de aposentadorias e pensões.

13 - Método de Financiamento: Crédito Unitário Projetado (Projected Unit Credit - PUC).

14 - Tábuas Biométricas:

a) Sobrevivência dos servidores válidos e inválidos: Tábua específica dos servidores civis da União, segregada por sexo e por escolaridade inerente ao cargo, subdivida nos níveis superior e médio;

b) Sobrevivência dos aposentados válidos e inválidos: Tábua específica dos servidores civis da União, segregada por sexo e com escolaridade de nível médio;

c) Sobrevivência dos pensionistas válidos e inválidos: Tábua mortalidade geral IBGE 2021 - extrapolada a partir da idade de 80 anos, por sexo; e

d) Taxas de entrada em invalidez: Tábua específica dos servidores civis da União, segregada por sexo e por escolaridade inerente ao cargo, subdivida nos níveis superior e médio.

15 - Quanto à composição familiar:

a) mantido o percentual de 76,5% da obrigação da respectiva pensão, como forma de se estimar o efeito, nas projeções atuariais, daqueles servidores que não apresentam dependentes por ocasião de seu falecimento, ou que apresentam apenas dependentes temporários;

b) com relação ao percentual de cotas familiares: para as reversões de aposentadorias em pensão, utilizou-se uma cota equivalente a 60% do valor do benefício de pensão calculado e para as pensões por morte de servidor em atividade, uma cota equivalente a 70% do valor do benefício de pensão a ser calculado;

c) com relação à diferença etária entre servidor e dependente, em atenção às recomendações do Acórdão nº 1463/2020-TCU, adotou-se para os servidores do sexo masculino um cônjuge do sexo oposto 3 anos mais novo, e para os servidores do sexo feminino um cônjuge do sexo oposto 2 anos mais velho;

d) com relação à diferença etária entre aposentado e dependente, em atenção às recomendações do Acórdão nº 1463/2020-TCU, adotou-se uma diferença média de 4 anos a mais na idade dos aposentados do sexo masculino em relação a seu cônjuge, e de, em média, 2 anos dos aposentados do sexo feminino em relação a seu cônjuge.

16 - Estão incluídos nesta avaliação atuarial os benefícios concedidos e a conceder para os militares dos Ex-Territórios.

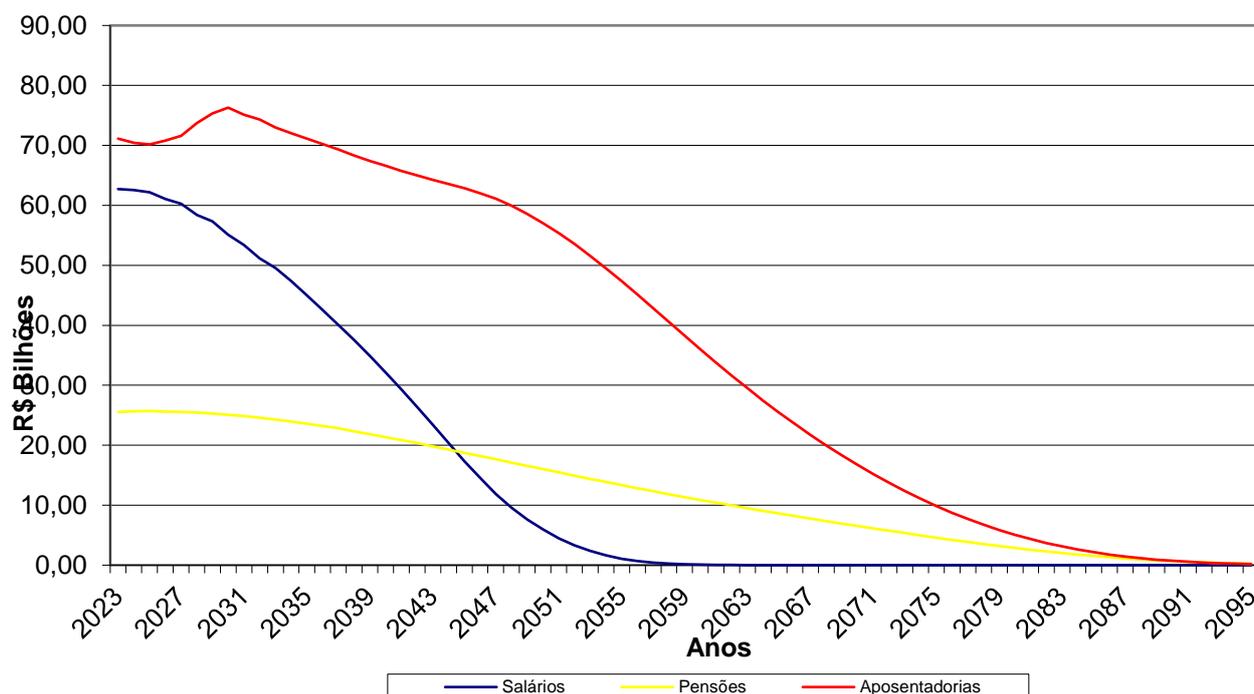
## ANEXO IV: PROJEÇÕES ATUARIAIS DAS REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS - GRÁFICO

1. No gráfico abaixo é apresentada a projeção de evolução da folha de remuneração dos servidores e das folhas de benefícios de aposentadorias e pensões, sem reposição (apenas geração atual), sem o efeito do desconto da taxa de juros e sem o impacto de taxas de inflação.

### Projeções Atuariais das Remunerações e Benefícios

RPPS da União - Consolidado - Todos os Poderes

Grupo Fechado (Geração Atual) - Juros: 4,61% a.a.



FONTE: CGACI/DRPSP/SRPC/MPS

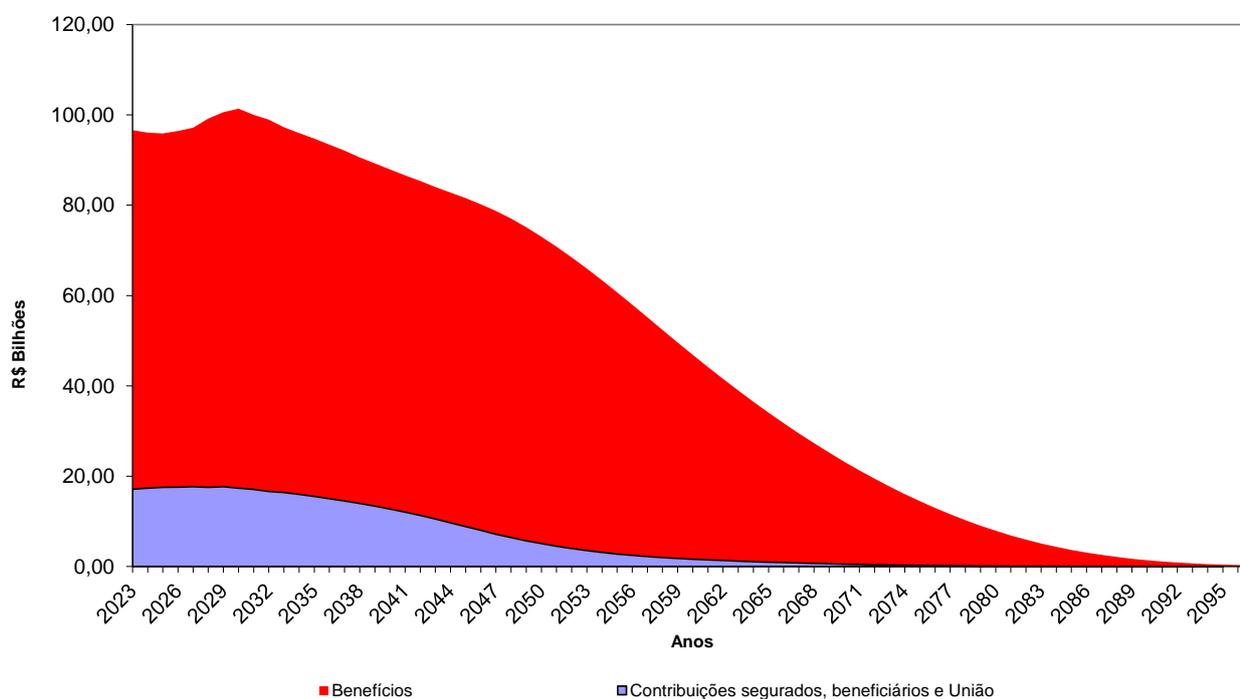
## ANEXO V: FINANCIAMENTO DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS - GRÁFICO

1. O gráfico abaixo apresenta a evolução dos valores estimados das contribuições de servidores, aposentados e pensionistas filiados ao RPPS e da União (patronal) e dos valores dos benefícios a serem pagos, para a massa atual de segurados, sem reposição (apenas geração atual), em valores nominais, sem o efeito do desconto da taxa de juros e sem o impacto de taxas de inflação.

### Projeções Atuariais das Contribuições e Benefícios

RPPS da União - Consolidado - Todos os Poderes

Grupo Fechado (Geração Atual) - Juros: 4,61% a.a.

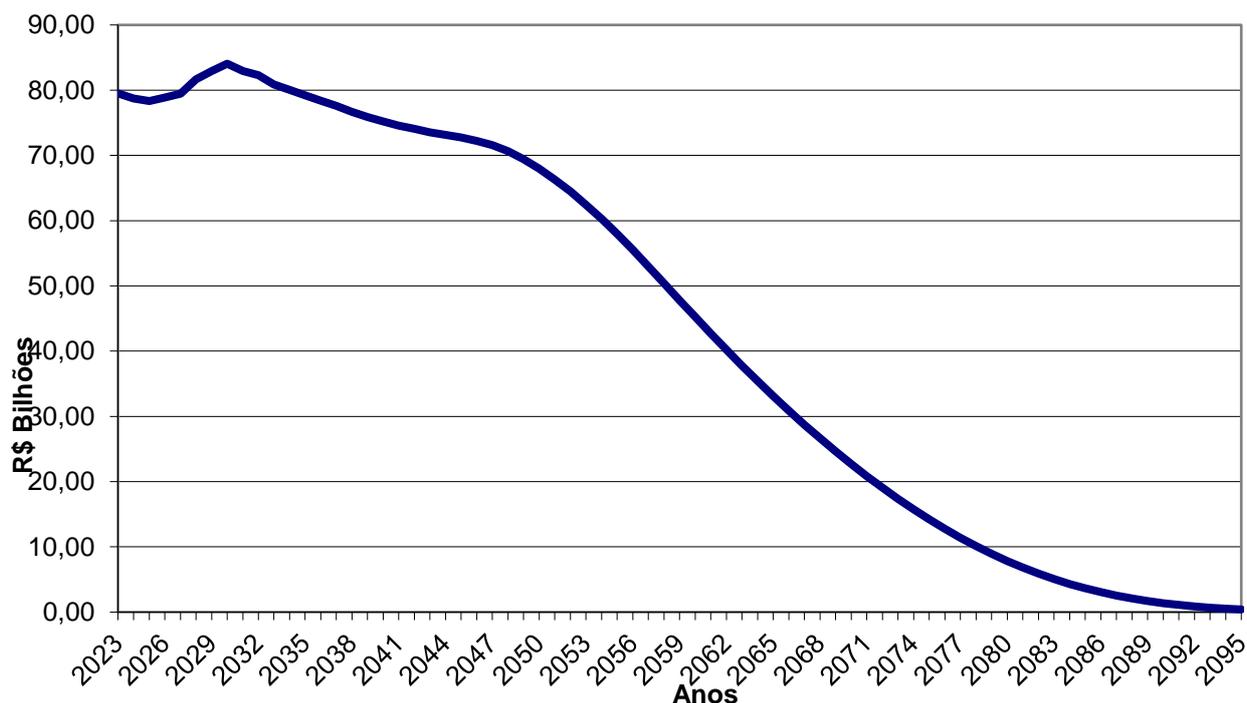


FONTE: CGACI/DRPSP/SRPC/MPS

## ANEXO VI: EVOLUÇÃO DO DÉFICIT FINANCEIRO – GRÁFICO

1. O gráfico abaixo representa a evolução do deficit financeiro do RPPS da União, sem o efeito da inflação, decorrente da insuficiência das receitas de contribuições estimadas para o pagamento dos benefícios, considerando o grupo fechado composto pela atual massa de segurados.

**Projeções Atuariais do Deficit Financeiro**  
**RPPS da União - Consolidado - Todos os Poderes**  
**Grupo Fechado (Geração Atual) - Juros: 4,61% a.a.**



FONTE: CGACI/DRPSP/SRPC/MPS

## ANEXO VII: ANÁLISE DE SENSIBILIDADE - TAXA DE JUROS

- O quadro a seguir apresenta os impactos, para efeito de análise de sensibilidade, em decorrência da mudança da taxa real de juros verificada na avaliação atuarial com data focal em 31/12/2022 comparada à avaliação posicionada em 31/12/2021.
- Referida alteração da taxa de juros, de 4,77% a.a., em 31/12/2021, para 4,61% a.a., em 31/12/2022, considerando a aplicação do método de financiamento PUC-a em ambas as avaliações e mantidas constantes as demais hipóteses, resultou no aumento de 4,07% na estimativa do déficit atuarial para 2023, conforme demonstrado a seguir:

**Balanco Atuarial em 31/12/2021 e 31/12/2022**  
**Comparativo das Taxas de Juros pelo Método PUC-a**  
**RPPS da União - Consolidado - Todos os Poderes**  
**Grupo Fechado (Geração Atual) - Juros: 4,77% e 4,61% a.a.**

Em R\$

| CONTAS DO ATIVO  | 31/12/2021                  | 31/12/2022                  | VARIÇÃO<br>(B-A)         | %           |
|--|-----------------------------|-----------------------------|--------------------------|-------------|
|  | TAXA 4,77% aa.<br>(A)       | TAXA 4,61% aa.<br>(B)       |                          |             |
| <b>Valor Presente Atuarial das Contribuições</b>         | <b>234.740.841.298,34</b>   | <b>237.398.719.951,99</b>   | <b>2.657.878.653,64</b>  | <b>1,13</b> |
| Sobre salários   | 128.144.225.124,33          | 144.210.918.761,22          | 16.066.693.636,89        | 12,54       |
| Sobre Benefícios   | 106.596.616.174,01          | 93.187.801.190,76           | - 13.408.814.983,25      | - 12,58     |
| <b>Deficit Atuarial</b>                                  | <b>1.349.418.042.098,35</b> | <b>1.404.341.546.337,05</b> | <b>54.923.504.238,70</b> | <b>4,07</b> |
| <b>Total</b>   | <b>1.584.158.883.396,69</b> | <b>1.641.740.266.289,03</b> | <b>57.581.382.892,35</b> | <b>3,63</b> |
| CONTAS DO PASSIVO  | TAXA 4,77% aa.<br>(A)       | TAXA 4,61% aa.<br>(B)       | VARIÇÃO<br>(B-A)         | %           |
| <b>Valor Presente Atuarial dos Benefícios Concedidos</b> | <b>855.250.751.480,31</b>   | <b>878.367.959.701,91</b>   | <b>23.117.208.221,60</b> | <b>2,70</b> |
| Aposentadorias   | 625.139.085.218,79          | 632.262.244.397,70          | 7.123.159.178,91         | 1,14        |
| Pensões  | 230.111.666.261,52          | 246.105.715.304,21          | 15.994.049.042,69        | 6,95        |
| <b>Valor Presente Atuarial dos Benefícios a Conceder</b> | <b>728.908.131.916,38</b>   | <b>763.372.306.587,13</b>   | <b>34.464.174.670,75</b> | <b>4,73</b> |
| Aposentadorias   | 576.943.543.127,38          | 601.277.992.775,23          | 24.334.449.647,85        | 4,22        |
| Pensões  | 151.964.588.789,00          | 162.094.313.811,90          | 10.129.725.022,90        | 6,67        |
| <b>Total</b>   | <b>1.584.158.883.396,69</b> | <b>1.641.740.266.289,03</b> | <b>57.581.382.892,35</b> | <b>3,63</b> |

FONTE: CGACI/DRPSP/SRPC/MPS

3. Com o objetivo de subsidiar a análise de sensibilidade quanto ao impacto produzido no resultado atuarial em razão da alteração da taxa de juros, procedeu-se à diversas simulações com os dados da avaliação posicionada em 31/12/2022, com as taxas de juros de 0% a 4,77% ao ano, mantendo-se constantes as demais hipóteses. À medida que as taxas tendem a zero, verificam-se significativas variações no valor do deficit apurado, em relação ao resultado atuarial apurado com a taxa de juros de 4,61% ao ano (coluna HIPÓTESE 2023), conforme demonstra a tabela abaixo:

**Balanço Atuarial em 31/12/2022**  
**Comparativo entre as Diversas Taxas de Juros**  
**RPPS da União - Consolidado - Todos os Poderes**  
**Grupo Fechado (Geração Atual)**

Em R\$ bilhões

| CONTAS DO ATIVO                                      | SIMULAÇÃO    | SIMULAÇÃO    | SIMULAÇÃO    | SIMULAÇÃO    | SIMULAÇÃO    | SIMULAÇÃO    | HIPÓTESE 2023 |
|--|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|---------------|
|  | TAXA 0,00%aa | TAXA 1,00%aa | TAXA 2,00%aa | TAXA 3,00%aa | TAXA 4,00%aa | TAXA 4,77%aa | TAXA 4,61%aa  |
| <b>Valor Presente das Contribuições</b>              | <b>416</b>   | <b>362</b>   | <b>318</b>   | <b>283</b>   | <b>253</b>   | <b>234</b>   | <b>237</b>    |
| Sobre salários                                       | 233          | 208          | 186          | 168          | 153          | 142          | 144           |
| Sobre Benefícios                                     | 183          | 154          | 132          | 114          | 100          | 91           | 93            |
| <b>Deficit Atuarial</b>                              | <b>3.218</b> | <b>2.596</b> | <b>2.140</b> | <b>1.797</b> | <b>1.535</b> | <b>1.373</b> | <b>1.404</b>  |
| <b>Total</b>   | <b>3.634</b> | <b>2.958</b> | <b>2.458</b> | <b>2.080</b> | <b>1.788</b> | <b>1.607</b> | <b>1.642</b>  |
| CONTAS DO PASSIVO                                    | TAXA 0,00%aa | TAXA 1,00%aa | TAXA 2,00%aa | TAXA 3,00%aa | TAXA 4,00%aa | TAXA 4,77%aa | TAXA 4,61%aa  |
| <b>Valor Presente Benef Concedidos</b>               | <b>1.415</b> | <b>1.257</b> | <b>1.127</b> | <b>1.018</b> | <b>927</b>   | <b>866</b>   | <b>878</b>    |
| Aposentadorias                                       | 1.004        | 896          | 806          | 731          | 667          | 624          | 632           |
| Pensões  | 411          | 361          | 321          | 288          | 261          | 243          | 246           |
| <b>Valor Presente Atuarial dos Benef. a Conceder</b> | <b>2.219</b> | <b>1.701</b> | <b>1.331</b> | <b>1.061</b> | <b>861</b>   | <b>740</b>   | <b>763</b>    |
| Aposentadorias                                       | 1.731        | 1.332        | 1.045        | 834          | 678          | 583          | 601           |
| Pensões  | 488          | 369          | 286          | 227          | 183          | 157          | 162           |
| <b>Total</b>   | <b>3.634</b> | <b>2.958</b> | <b>2.458</b> | <b>2.080</b> | <b>1.788</b> | <b>1.607</b> | <b>1.642</b>  |

FONTE: CGACI/DRPSP/SRPC/MPS

## ANEXO VIII: ANÁLISE DE SENSIBILIDADE – MÉTODO DE FINANCIAMENTO

1. Considerando o processo de convergência à Norma Internacional de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (IPSAS) 39 - *Employee Benefits*, para a qual convergiu a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP) 15 e em atenção às recomendações do Acórdão nº 1463/2020-TCU/Plenário do Tribunal de Contas da União e do Acórdão nº 1464/2022-TCU/Plenário do Tribunal de Contas da União, relativas ao método de financiamento Crédito Unitário Projetado (Projected Unit Credit – PUC), conforme descrito na Nota SEI nº 15/2022/COAAT/CGACI/SRPPS/SPREV-MTP, constante no Processo SEI 10133.101554/2022-95, foi adotado o método de financiamento do Crédito Unitário Projetado na avaliação atuarial posicionada em 31/12/2022, que considera como custo normal o quociente entre o valor atual de benefícios a conceder e o número de anos de atividade laborativa, contados entre a data de vinculação ao primeiro regime previdenciário oficial e a data provável de aposentadoria.
2. Válido destacar que até o exercício de 2021, nas avaliações atuariais do RPPS da União era adotada a metodologia de financiamento designada por “Método Ortodoxo”, que considera como custo normal as alíquotas de contribuição instituídas em lei, multiplicadas pelo valor atual das remunerações futuras a serem recebidas pelo servidor, durante sua fase laborativa.
3. Na última Avaliação Atuarial, foi utilizado o método atuarial de financiamento Crédito Unitário Projetado que considerava a data de ingresso no ente federativo (PUC-e), que, à época, encontrava-se disciplinado em instrução normativa, a IN 4/2018, e, atualmente, no Anexo VI da Portaria MTP nº 1.467, de 02 de junho de 2022. No art. 19 deste anexo é estabelecido que o Tempo de Serviço Total (TST) é determinado pelo número de períodos anuais de contribuição que deverá corresponder à diferença, em anos, entre a data de elegibilidade ao benefício e a data de ingresso do segurado no ente federativo como servidor titular de cargo efetivo. O mesmo anexo prevê uma outra modalidade de Crédito Unitário Projetado, a qual se baseia na data de entrada no plano de benefícios (PUC-p).
4. Considerando que ambas as modalidades de Crédito Unitário Projetado constantes do anexo da Portaria não suprem as mencionadas recomendações expedidas pelo Tribunal de Contas da União, razão pela qual, conforme destacado no preâmbulo deste Anexo, nesta Avaliação Atuarial, com data focal em 31/12/2022, é empregado o método de financiamento atuarial Crédito Unitário Projetado em que o TST é calculado com base na data de vinculação ao primeiro regime previdenciário oficial. Esta modalidade é tratada como método PUC-a.
5. No quadro a seguir, são apresentados os resultados da avaliação atuarial elaborada pelo “Método PUC-a”, comparada à avaliação pelo “Método PUC-e”, ambas processadas à taxa de juros de 4,61% a.a. e posicionadas na mesma data focal de 31/12/2022. Considerando o “Método PUC-e” como base de comparação, constata-se o acréscimo de R\$ 45.249.997.119,35 nas provisões matemáticas de benefícios a conceder (2.2.7.2.1.04.00). Referida variação impactou no aumento do deficit atuarial em 3,33%, que passou de R\$ 1.359.091.549.217,70 para R\$ 1.404.341.546.337,05. Registre-se que, neste caso, o deficit atuarial corresponde ao total das provisões matemáticas, visto que o valor dos recursos garantidores de benefícios do RPPS da União é nulo.

**Quadro comparativo “Método PUC-a” versus “Método PUC-e”**

**Avaliações atuariais com a mesma data focal: 31/12/2022**

**RPPS da União - Consolidado - Todos os Poderes**

**Grupo Fechado (Geração Atual)**

**Juros: 4,61% a.a.**

**Em R\$**

| 2.2.7.2.0.00.00 | PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO                                 | PUC-a<br>31/12/2022  | PUC-e<br>31/12/2022  | AH (%)  |
|-----------------|---|----------------------|----------------------|---------|
| 2.2.7.2.1.00.00 | PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO                  | 1.404.341.546.337,05 | 1.359.091.549.217,70 | 3,33    |
| 2.2.7.2.1.03.00 | PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS                           | 819.854.962.511,30   | 819.854.962.511,31   | - 0,00  |
| 2.2.7.2.1.03.01 | APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS | 878.367.959.701,91   | 878.367.959.701,91   | -       |
| 2.2.7.2.1.03.03 | (-) CONTRIBUIÇÕES DO INATIVO PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS                    | - 45.280.666.587,33  | - 45.280.666.587,33  | -       |
| 2.2.7.2.1.03.04 | (-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS                | - 13.232.330.603,27  | - 13.232.330.603,27  | -       |
| 2.2.7.2.1.04.00 | PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER                           | 584.486.583.825,74   | 539.236.586.706,39   | 8,39    |
| 2.2.7.2.1.04.01 | APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS A CONCEDER DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS | 763.372.306.587,13   | 763.371.931.296,65   | 0,00    |
| 2.2.7.2.1.04.02 | (-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS                       | - 96.081.453.654,99  | - 126.163.542.995,60 | - 23,84 |
| 2.2.7.2.1.04.03 | (-) CONTRIBUIÇÕES DO ATIVO PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS                      | - 48.129.465.106,23  | - 63.297.025.488,86  | - 23,96 |
| 2.2.7.2.1.04.04 | (-) CONTRIBUIÇÕES DO INATIVO E PENSIONISTA PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS      | - 34.674.804.000,16  | - 34.674.776.105,79  | -       |

FONTE: CGACI/DRPSP/SRPC/MPS

## ANEXO IX: ANÁLISE DE SENSIBILIDADE – TÁBUA DE ENTRADA EM INVALIDEZ

- Em atenção às recomendações do Acórdão Nº 1463/2020 - TCU – Plenário, emanadas pelo Tribunal de Contas da União no âmbito do TC-037.722/2019-0, a então Secretaria de Previdência, hoje: Secretaria do Regime Próprio e Complementar, por meio do Acordo de Cooperação Técnica, requereu ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA a construção de tábua de entrada em invalidez específica para os servidores civis da União, a qual foi concluída e entregue no final de 2021. Na época, foram comparados os resultados da avaliação atuarial posicionada em 31/12/2021, que utilizou a tábua de entrada em invalidez “Álvaro Vindas”, com os resultados da avaliação processada, na mesma data focal, com a tábua de entrada em invalidez específica elaborada pelo IPEA, mantendo-se constantes todas as demais premissas e hipóteses. Referida alteração da tábua biométrica geraria um aumento de 0,33% na estimativa do deficit atuarial para 2022.
- Com a adoção dos mesmos procedimentos, para a avaliação atuarial posicionada em 31/12/2022, a alteração geraria o mesmo aumento percentual de 0,33% na estimativa do déficit atuarial para 2023, conforme tabela abaixo:

### Balanço Atuarial em 31/12/2022

#### Comparativo entre Tábuas de Entrada em Invalidez

#### RPPS da União - Consolidado - Todos os Poderes

#### Grupo Fechado (Geração Atual) - Juros: 4,61% a.a.

Em R\$

| CONTAS DO ATIVO                                  | 2023                        | 2023                        | VARIACÃO<br>(B-A)       | %           |
|--|-----------------------------|-----------------------------|-------------------------|-------------|
|  | Tábua Álvaro Vindas<br>(A)  | Tábua do IPEA<br>(B)        |                         |             |
| <b>Valor Presente Atuarial das Contribuições</b> | <b>235.913.014.391,32</b>   | <b>237.398.719.951,99</b>   | <b>1.485.705.560,67</b> | <b>0,63</b> |
| Sobre salários                                   | 142.982.535.747,88          | 144.210.918.761,22          | 1.228.383.013,35        | 0,86        |
| Sobre Benefícios                                 | 92.930.478.643,44           | 93.187.801.190,76           | 257.322.547,32          | 0,28        |
| <b>Deficit Atuarial</b>                          | <b>1.399.663.176.075,93</b> | <b>1.404.341.546.337,05</b> | <b>4.678.370.261,12</b> | <b>0,33</b> |
| <b>Total</b>                                     | <b>1.635.576.190.467,24</b> | <b>1.641.740.266.289,03</b> | <b>6.164.075.821,79</b> | <b>0,38</b> |

| CONTAS DO PASSIVO  | Tábua Álvaro Vindas<br>(A) | Tábua do IPEA<br>(B)      | VARIACÃO<br>(B-A) | %           |
|--|----------------------------|---------------------------|-------------------|-------------|
| <b>Valor Presente Atuarial dos Benefícios Concedidos</b> | <b>878.367.959.701,91</b>  | <b>878.367.959.701,91</b> | <b>0,00</b>       | <b>0,00</b> |
| Aposentadorias   | 632.262.244.397,70         | 632.262.244.397,70        | 0,00              | 0,00        |

|  |                             |                             |                         |             |
|--|-----------------------------|-----------------------------|-------------------------|-------------|
| Pensões  | 246.105.715.304,21          | 246.105.715.304,21          | 0,00                    | 0,00        |
| <b>Valor Presente Atuarial dos Benefícios a Conceder</b> | <b>757.208.230.765,34</b>   | <b>763.372.306.587,13</b>   | <b>6.164.075.821,79</b> | <b>0,81</b> |
| Aposentadorias   | 596.849.279.429,88          | 601.277.992.775,23          | 4.428.713.345,34        | 0,74        |
| Pensões  | <b>160.358.951.335,46</b>   | <b>162.094.313.811,90</b>   | <b>1.735.362.476,45</b> | 1,08        |
| <b>Total</b>   | <b>1.635.576.190.467,24</b> | <b>1.641.740.266.289,03</b> | <b>6.164.075.821,79</b> | <b>0,38</b> |

FONTE: CGACI/DRPSP/SRPC/MPS

## ANEXO X: ANÁLISE DE SENSIBILIDADE – COMPOSIÇÃO FAMILIAR

1. No Relatório da presente avaliação atuarial de 2023, posicionada em 31/12/2022, considerou-se que 76,5% dos servidores e aposentados, de ambos os sexos, deixam ao menos um pensionista. Caso fosse adotado nesta avaliação atuarial o percentual de 51,8%, indicado pela análise estatística elaborada pela Coordenação-Geral de Atuária, Contabilidade e Investimentos, mantendo-se constantes todas as demais premissas e hipóteses, haveria a diminuição de 3,19% na estimativa do déficit atuarial para 2023. Vide comparativo:

### Balanço Atuarial em 31/12/2022

#### Comparativo entre Percentuais de Concessão de Pensão

#### RPPS da União - Consolidado - Todos os Poderes

#### Grupo Fechado (Geração Atual) - Juros: 4,61% a.a.

Em R\$

| CONTAS DO ATIVO                                  | 2023                                 | 2023                                 | VARIÇÃO<br>(B-A)          | %            |
|--|--------------------------------------|--------------------------------------|---------------------------|--------------|
|  | Percentual Concessão<br>76,5%<br>(A) | Percentual Concessão<br>51,8%<br>(B) |                           |              |
| <b>Valor Presente Atuarial das Contribuições</b> | <b>237.398.719.951,99</b>            | <b>229.930.362.638,24</b>            | <b>-7.468.357.313,75</b>  | <b>-3,15</b> |
| Sobre salários                                   | 144.210.918.761,22                   | 138.455.882.885,64                   | -5.755.035.875,58         | -3,99        |
| Sobre Benefícios                                 | 93.187.801.190,76                    | 91.474.479.752,59                    | -1.713.321.438,17         | -1,84        |
| <b>Deficit Atuarial</b>                          | <b>1.404.341.546.337,05</b>          | <b>1.359.473.569.648,79</b>          | <b>-44.867.976.688,26</b> | <b>-3,19</b> |
| <b>Total</b>                                     | <b>1.641.740.266.289,03</b>          | <b>1.589.403.932.287,02</b>          | <b>-52.336.334.002,01</b> | <b>-3,19</b> |

| CONTAS DO PASSIVO  | Percentual Concessão<br>76,5%<br>(A) | Percentual Concessão<br>51,8%<br>(B) | VARIÇÃO<br>(B-A)          | %            |
|--|--------------------------------------|--------------------------------------|---------------------------|--------------|
| <b>Valor Presente Atuarial dos Benefícios Concedidos</b> | <b>878.367.959.701,91</b>            | <b>878.367.959.701,91</b>            | <b>0,00</b>               | <b>0,00</b>  |
| Aposentadorias   | 632.262.244.397,70                   | 632.262.244.397,70                   | 0,00                      | 0,00         |
| Pensões  | 246.105.715.304,21                   | 246.105.715.304,21                   | 0,00                      | 0,00         |
| <b>Valor Presente Atuarial dos Benefícios a Conceder</b> | <b>763.372.306.587,13</b>            | <b>711.035.972.585,12</b>            | <b>-52.336.334.002,01</b> | <b>-6,86</b> |
| Aposentadorias   | 601.277.992.775,23                   | 601.277.992.775,23                   | 0,00                      | 0,00         |
| Pensões  | 162.094.313.811,90                   | 109.757.979.809,89                   | -52.336.334.002,01        | -32,29       |
| <b>Total</b>   | <b>1.641.740.266.289,03</b>          | <b>1.589.403.932.287,02</b>          | <b>-52.336.334.002,01</b> | <b>-3,19</b> |

FONTE: CGACI/DRPSP/SRPC/MPS

2. Em relação à diferença etária entre servidores, aposentados e dependentes, que consiste na adoção das diferenças de 4 anos a mais e de 2 anos a menos para os aposentados do sexo masculino e feminino, em relação aos seus cônjuges, respectivamente, demonstra-se o impacto financeiro dessa alteração, com e sem a aplicação dessas diferenças etárias, mantendo-se constantes todas as demais premissas e hipóteses, que acarretou diminuição de 0,91% na estimativa do deficit atuarial.

### Balanço Atuarial em 31/12/2022

#### Comparativo da Diferença Etária entre Servidores, Aposentados e seus Dependentes

RPPS da União - Consolidado - Todos os Poderes

Grupo Fechado (Geração Atual) - Juros: 4,61% a.a.

Em R\$

| CONTAS DO ATIVO                                  | 31/12/2022                  | 31/12/2022                  | VARIÇÃO<br>(B-A)          | %            |
|--|-----------------------------|-----------------------------|---------------------------|--------------|
|  | Com Diferença Etária<br>(A) | Sem Diferença Etária<br>(B) |                           |              |
| <b>Valor Presente Atuarial das Contribuições</b> | <b>237.398.719.951,99</b>   | <b>235.868.041.029,53</b>   | <b>-1.530.678.922,46</b>  | <b>-0,64</b> |
| Sobre salários                                   | 144.210.918.761,22          | 143.235.479.303,60          | -975.439.457,63           | -0,68        |
| Sobre Benefícios                                 | 93.187.801.190,76           | 92.632.561.725,93           | -555.239.464,83           | -0,60        |
| <b>Deficit Atuarial</b>                          | <b>1.404.341.546.337,05</b> | <b>1.391.569.443.215,66</b> | <b>-12.772.103.121,39</b> | <b>-0,91</b> |
| <b>Total</b>                                     | <b>1.641.740.266.289,03</b> | <b>1.627.437.484.245,18</b> | <b>-14.302.782.043,85</b> | <b>-0,87</b> |

| CONTAS DO PASSIVO  | Com Diferença Etária<br>(A) | Sem Diferença Etária<br>(B) | VARIÇÃO<br>(B-A)          | %            |
|--|-----------------------------|-----------------------------|---------------------------|--------------|
| <b>Valor Presente Atuarial dos Benefícios Concedidos</b> | <b>878.367.959.701,91</b>   | <b>878.367.959.701,91</b>   | <b>0,00</b>               | <b>0,00</b>  |
| Aposentadorias   | 632.262.244.397,70          | 632.262.244.397,70          | 0,00                      | 0,00         |
| Pensões  | 246.105.715.304,21          | 246.105.715.304,21          | 0,00                      | 0,00         |
| <b>Valor Presente Atuarial dos Benefícios a Conceder</b> | <b>763.372.306.587,13</b>   | <b>749.069.524.543,28</b>   | <b>-14.302.782.043,85</b> | <b>-1,87</b> |
| Aposentadorias   | 601.277.992.775,23          | 601.277.992.775,23          | 0,00                      | 0,00         |
| Pensões  | 162.094.313.811,90          | 147.791.531.768,05          | -14.302.782.043,85        | -8,82        |
| <b>Total</b>   | <b>1.641.740.266.289,03</b> | <b>1.627.437.484.245,18</b> | <b>-14.302.782.043,85</b> | <b>-0,87</b> |

FONTE: CGACI/DRPSP/SRPC/MPS

## ANEXO XI: DATA DE APOSENTADORIA DOS “SERVIDORES IMINENTES” (QUE JÁ PODEM REQUERER A APOSENTADORIA)

- Até a avaliação atuarial do exercício de 2017, considerava-se que todos os servidores identificados com direito ao recebimento do abono de permanência exerceriam de imediato o direito à aposentadoria. Hipótese esta que, na prática, não vinha se confirmando e gerava distorções nas projeções atuariais.
- Por essa razão, referida hipótese foi revista e passou-se adotar a hipótese em que referidos servidores, reconhecidos como “riscos iminentes”, aguardarão sete anos, contados da data do cumprimento da melhor elegibilidade ao benefício, para se aposentar. O balanço atuarial dos servidores nesta situação é apresentado no seguinte demonstrativo:

### Balanço Atuarial em 31/12/2022

#### Servidores iminentes - Hipótese de Postergação da Aposentadoria em Sete Anos

#### RPPS da União - Consolidado - Todos os Poderes

#### Grupo Fechado (Geração Atual) - Juros: 4,61% a.a.

Em R\$

| ATIVO                                     |                           | PASSIVO   |                           |
|---|---------------------------|---|---------------------------|
| Valor Presente Atuarial das Contribuições | 11.766.331.157,37         | Valor Presente Atuarial dos Benefícios Concedidos | 0,00                      |
| Sobre Salários                            | 0,00                      | Aposentadorias                                    | 0,00                      |
| Sobre Benefícios                          | 11.766.331.157,37         | Pensões   | 0,00                      |
| Deficit Atuarial                          | 162.527.737.698,01        | Valor Presente Atuarial dos Benefícios a Conceder | 174.294.068.855,38        |
|   |                           | Aposentadorias                                    | 157.960.647.446,61        |
|   |                           | Pensões   | 16.333.421.408,78         |
| <b>Total</b>                              | <b>174.294.068.855,38</b> |   | <b>174.294.068.855,38</b> |

FONTE: CGACI/DRPSP/SRPC/MPS

## ANEXO XII: SERVIDORES CONSIDERADOS COMO APOSENTADOS

1. Este Anexo refere-se ao grupo de servidores reconhecidos como “riscos iminentes”, que já aguardaram mais de sete anos, contados da data de cumprimento da melhor elegibilidade, para se aposentar.
2. Assim, na data focal desta avaliação, foi considerada a hipótese que tais servidores, com direito ao abono de permanência, aposentar-se-ão no início de 2023. O balanço atuarial dos servidores nesta situação é apresentado no seguinte demonstrativo:

### Balanço Atuarial em 31/12/2022

#### Servidores Com Mais de Sete Anos de Postergação da Aposentadoria

#### RPPS da União - Consolidado - Todos os Poderes

#### Grupo Fechado (Geração Atual) - Juros: 4,61% a.a.

Em R\$

| ATIVO                                     |                          | PASSIVO  |                          |
|---|--------------------------|--|--------------------------|
| Valor Presente Atuarial das Contribuições | 4.716.847.183,09         | Valor Presente Atuarial dos Benefícios Concedidos        | 0,00                     |
| Sobre Salários                            | 0,00                     | Aposentadorias   | 0,00                     |
| Sobre Benefícios                          | 4.716.847.183,09         | Pensões  | 0,00                     |
| <b>Deficit Atuarial</b>                   | <b>76.367.509.978,73</b> | <b>Valor Presente Atuarial dos Benefícios a Conceder</b> | <b>81.084.357.161,82</b> |
|   |                          | Aposentadorias   | 73.532.942.747,17        |
|   |                          | Pensões  | 7.551.414.414,66         |
| <b>Total</b>                              | <b>81.084.357.161,82</b> |  | <b>81.084.357.161,82</b> |

FONTE: CGACI/DRPSP/SRPC/MPS

## ANEXO XIII: FLUXOS DE RECEITAS E DESPESAS - “RISCOS IMINENTES”

- Este anexo trata dos valores, expressos sob a forma de projeções do fluxo de caixa atuarial, em relação à hipótese atuarial que versa sobre a postergação da aposentadoria em sete anos, relativa ao grupo de servidores classificados como “riscos iminentes” que, não obstante terem cumprido os requisitos para a aposentação, ainda não exerceram tal direito, conforme constatado na data focal da avaliação atuarial. O não exercício da faculdade de se aposentar, de imediato, logo na data de aquisição desse direito, poderia ser explicado pela questão financeira, a exemplo do incentivo gerado pelo abono de permanência, ou ainda, por outros fatores individuais.
- Esta hipótese tem por finalidade indicar uma melhor distribuição das aposentadorias a serem concedidas a esse grupo de servidores no fluxo de caixa atuarial. Reitera-se que a adoção da hipótese de postergação restringe-se exclusivamente a esses servidores que já cumpriram os requisitos constitucionais para se aposentar e, até a data focal da avaliação atuarial, ainda não o fizeram.
- O quadro abaixo demonstra os valores anuais, sem a adoção da hipótese de espera de 7 anos para o grupo de servidores considerados “riscos iminentes”, e com a aplicação da hipótese de espera de 7 anos a esse mesmo grupo. Ao lado, são listadas as colunas que apresentam os valores totais, que abrange todos os segurados que foram objeto da avaliação atuarial de 31/12/2022.

### Governo Federal

#### Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos

#### Impacto da Premissa de 7 anos de Postergação de Aposentadoria

2023 a 2097

RREO - Anexo 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

Em Milhares R\$

| EXERCÍCIO | RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS |              |               |           | DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS |               |                |           | RESULTADO PREVIDENCIÁRIO |                |                 |           |
|-----------|--------------------------|--------------|---------------|-----------|--------------------------|---------------|----------------|-----------|--------------------------|----------------|-----------------|-----------|
|           | Com 7 anos               | Sem 7 Anos   | Fluxo 2023    | Avaliação | Com 7 anos               | Sem 7 Anos    | Fluxo 2023     | Avaliação | Com 7 anos               | Sem 7 Anos     | Fluxo 2023      | Avaliação |
| 2023      | 41.078,96                | 1.091.834,16 | 18.009.843,72 |           | 658.625,05               | 15.883.078,63 | 101.608.271,60 |           | -617.546,09              | -14.791.244,47 | -83.598.427,88  |           |
| 2024      | 133.586,20               | 1.120.803,12 | 18.854.145,62 |           | 2.099.733,61             | 16.321.306,39 | 104.390.905,24 |           | -1.966.147,41            | -15.200.503,27 | -85.536.759,62  |           |
| 2025      | 253.222,30               | 1.148.099,53 | 19.666.808,19 |           | 3.873.581,32             | 16.737.458,97 | 107.423.164,06 |           | -3.620.359,01            | -15.589.359,44 | -87.756.355,88  |           |
| 2026      | 411.935,94               | 1.174.527,83 | 20.279.441,98 |           | 6.140.995,42             | 17.143.391,38 | 111.382.096,94 |           | -5.729.059,48            | -15.968.863,56 | -91.102.654,95  |           |
| 2027      | 612.895,92               | 1.199.814,38 | 21.037.728,69 |           | 9.050.114,12             | 17.535.259,19 | 115.549.411,96 |           | -8.437.218,20            | -16.335.444,81 | -94.511.683,27  |           |
| 2028      | 856.067,23               | 1.224.911,34 | 21.480.682,59 |           | 12.655.074,52            | 17.927.136,82 | 121.489.036,28 |           | -11.799.007,29           | -16.702.225,48 | -100.008.353,69 |           |
| 2029      | 1.157.045,44             | 1.249.524,30 | 22.276.097,98 |           | 16.805.430,46            | 18.314.907,44 | 126.917.856,73 |           | -15.648.385,02           | -17.065.383,14 | -104.641.758,75 |           |
| 2030      | 1.326.460,19             | 1.273.512,99 | 22.524.753,20 |           | 19.169.482,24            | 18.696.692,69 | 131.772.337,74 |           | -17.843.022,04           | -17.423.179,69 | -109.247.584,54 |           |
| 2031      | 1.350.763,44             | 1.296.723,26 | 22.845.700,47 |           | 19.557.484,20            | 19.070.393,60 | 133.869.760,95 |           | -18.206.720,76           | -17.773.670,35 | -111.024.060,48 |           |
| 2032      | 1.374.094,48             | 1.318.986,52 | 22.946.076,19 |           | 19.935.250,54            | 19.433.675,99 | 136.439.267,22 |           | -18.561.156,05           | -18.114.689,47 | -113.493.191,02 |           |
| 2033      | 1.396.263,03             | 1.340.119,49 | 23.288.745,77 |           | 20.300.139,28            | 19.783.956,88 | 138.167.809,96 |           | -18.903.876,25           | -18.443.837,39 | -114.879.064,19 |           |
| 2034      | 1.417.063,19             | 1.359.923,97 | 23.370.245,80 |           | 20.649.235,56            | 20.118.392,78 | 140.457.852,87 |           | -19.232.172,36           | -18.758.468,80 | -117.087.607,07 |           |
| 2035      | 1.436.273,52             | 1.378.187,02 | 23.374.165,29 |           | 20.979.341,05            | 20.433.870,42 | 142.769.840,43 |           | -19.543.067,53           | -19.055.683,41 | -119.395.675,14 |           |
| 2036      | 1.453.657,43             | 1.394.681,33 | 23.320.098,07 |           | 21.286.966,98            | 20.727.001,09 | 145.019.385,63 |           | -19.833.309,55           | -19.332.319,76 | -121.699.287,56 |           |

|      |              |              |               |               |               |                |                |                |                 |
|------|--------------|--------------|---------------|---------------|---------------|----------------|----------------|----------------|-----------------|
| 2037 | 1.468.964,00 | 1.409.166,07 | 23.176.885,35 | 21.568.332,08 | 20.994.119,64 | 147.273.963,43 | -20.099.368,07 | -19.584.953,57 | -124.097.078,08 |
| 2038 | 1.481.929,21 | 1.421.388,12 | 22.980.041,42 | 21.819.366,12 | 21.231.289,13 | 149.223.708,16 | -20.337.436,92 | -19.809.901,01 | -126.243.666,74 |
| 2039 | 1.492.278,08 | 1.431.084,16 | 22.664.032,88 | 22.035.725,05 | 21.434.316,34 | 151.410.274,79 | -20.543.446,97 | -20.003.232,19 | -128.746.241,92 |
| 2040 | 1.499.727,28 | 1.437.983,19 | 22.216.541,47 | 22.212.813,01 | 21.598.774,27 | 153.669.903,36 | -20.713.085,73 | -20.160.791,08 | -131.453.361,88 |
| 2041 | 1.503.987,66 | 1.441.809,10 | 21.677.761,79 | 22.345.808,84 | 21.720.028,55 | 155.876.297,56 | -20.841.821,19 | -20.278.219,45 | -134.198.535,78 |
| 2042 | 1.504.768,05 | 1.442.284,28 | 20.943.990,17 | 22.429.710,97 | 21.793.281,50 | 158.257.525,80 | -20.924.942,92 | -20.350.997,21 | -137.313.535,63 |
| 2043 | 1.501.781,18 | 1.439.135,38 | 20.074.223,41 | 22.459.409,15 | 21.813.642,36 | 160.493.802,53 | -20.957.627,97 | -20.374.506,98 | -140.419.579,12 |
| 2044 | 1.494.746,63 | 1.432.096,14 | 19.046.716,89 | 22.429.738,77 | 21.776.179,48 | 162.938.949,10 | -20.934.992,15 | -20.344.083,34 | -143.892.232,21 |
| 2045 | 1.483.398,05 | 1.420.914,31 | 17.896.527,31 | 22.335.583,79 | 21.676.019,69 | 165.293.265,29 | -20.852.185,74 | -20.255.105,38 | -147.396.737,98 |
| 2046 | 1.467.490,29 | 1.405.358,50 | 16.688.076,61 | 22.171.994,83 | 21.508.462,29 | 167.389.529,99 | -20.704.504,54 | -20.103.103,80 | -150.701.453,38 |
| 2047 | 1.446.809,90 | 1.385.228,28 | 15.376.417,06 | 21.934.315,62 | 21.269.100,18 | 169.308.334,60 | -20.487.505,72 | -19.883.871,90 | -153.931.917,54 |
| 2048 | 1.421.186,27 | 1.360.364,89 | 14.169.126,12 | 21.618.354,27 | 20.953.983,79 | 170.580.245,52 | -20.197.168,00 | -19.593.618,90 | -156.411.119,40 |
| 2049 | 1.390.494,86 | 1.330.654,02 | 13.015.459,03 | 21.220.521,62 | 20.559.752,37 | 171.329.810,92 | -19.830.026,75 | -19.229.098,35 | -158.314.351,90 |
| 2050 | 1.354.665,85 | 1.296.033,91 | 11.927.625,09 | 20.738.036,14 | 20.083.829,35 | 171.560.259,50 | -19.383.370,30 | -18.787.795,44 | -159.632.634,41 |
| 2051 | 1.313.690,79 | 1.256.501,56 | 10.873.340,42 | 20.169.128,46 | 19.524.618,79 | 171.366.384,36 | -18.855.437,68 | -18.268.117,23 | -160.493.043,94 |
| 2052 | 1.267.642,74 | 1.212.131,95 | 9.902.079,11  | 19.513.382,24 | 18.881.834,49 | 170.641.727,15 | -18.245.739,50 | -17.669.702,54 | -160.739.648,04 |
| 2053 | 1.216.688,07 | 1.163.089,21 | 9.027.180,85  | 18.772.027,76 | 18.156.782,08 | 169.374.110,61 | -17.555.339,69 | -16.993.692,88 | -160.346.929,77 |
| 2054 | 1.161.075,39 | 1.109.616,12 | 8.237.217,27  | 17.948.004,16 | 17.352.418,24 | 167.618.522,12 | -16.786.928,77 | -16.242.802,12 | -159.381.304,85 |
| 2055 | 1.101.141,73 | 1.052.040,03 | 7.522.902,78  | 17.046.255,95 | 16.473.636,10 | 165.410.285,86 | -15.945.114,22 | -15.421.596,07 | -157.887.383,08 |
| 2056 | 1.037.341,67 | 990.800,07   | 6.915.435,73  | 16.074.110,88 | 15.527.621,47 | 162.686.779,32 | -15.036.769,21 | -14.536.821,40 | -155.771.343,59 |
| 2057 | 970.247,56   | 926.447,16   | 6.389.079,56  | 15.041.331,49 | 14.523.893,02 | 159.531.581,16 | -14.071.083,93 | -13.597.445,86 | -153.142.501,59 |
| 2058 | 900.550,67   | 859.644,46   | 5.932.200,65  | 13.959.944,28 | 13.474.125,93 | 155.993.959,32 | -13.059.393,61 | -12.614.481,48 | -150.061.758,67 |
| 2059 | 829.032,68   | 791.140,55   | 5.524.129,93  | 12.843.775,42 | 12.391.705,21 | 152.147.221,19 | -12.014.742,74 | -11.600.564,66 | -146.623.091,26 |
| 2060 | 756.539,72   | 721.744,59   | 5.153.294,43  | 11.707.887,89 | 11.291.183,08 | 148.038.007,73 | -10.951.348,17 | -10.569.438,50 | -142.884.713,30 |
| 2061 | 683.970,20   | 652.314,55   | 4.810.290,75  | 10.568.201,61 | 10.187.910,98 | 143.705.444,29 | -9.884.231,41  | -9.535.596,42  | -138.895.153,54 |
| 2062 | 612.247,50   | 583.731,24   | 4.481.759,56  | 9.440.919,48  | 9.097.488,45  | 139.197.963,25 | -8.828.671,98  | -8.513.757,21  | -134.716.203,69 |
| 2063 | 542.289,10   | 516.868,76   | 4.167.580,14  | 8.341.915,50  | 8.035.175,99  | 134.527.506,44 | -7.799.626,41  | -7.518.307,23  | -130.359.926,30 |
| 2064 | 474.973,69   | 452.563,38   | 3.861.451,48  | 7.286.136,03  | 7.015.321,62  | 129.722.429,92 | -6.811.162,34  | -6.562.758,24  | -125.860.978,44 |
| 2065 | 411.106,97   | 391.580,96   | 3.563.547,72  | 6.287.004,47  | 6.050.791,15  | 124.792.794,16 | -5.875.897,51  | -5.659.210,19  | -121.229.246,44 |
| 2066 | 351.392,00   | 334.588,79   | 3.275.245,29  | 5.355.931,84  | 5.152.499,48  | 119.745.923,28 | -5.004.539,84  | -4.817.910,69  | -116.470.677,99 |
| 2067 | 296.401,54   | 282.129,31   | 2.996.948,32  | 4.501.903,03  | 4.329.015,42  | 114.592.595,33 | -4.205.501,49  | -4.046.886,11  | -111.595.647,01 |
| 2068 | 246.556,91   | 234.600,13   | 2.728.645,52  | 3.731.201,01  | 3.586.299,13  | 109.345.709,28 | -3.484.644,10  | -3.351.699,00  | -106.617.063,76 |
| 2069 | 202.114,61   | 192.241,41   | 2.471.810,89  | 3.047.278,92  | 2.927.582,24  | 104.015.194,83 | -2.845.164,31  | -2.735.340,84  | -101.543.383,94 |
| 2070 | 163.162,17   | 155.132,06   | 2.226.774,73  | 2.450.791,15  | 2.353.401,08  | 98.615.725,11  | -2.287.628,98  | -2.198.269,02  | -96.388.950,38  |
| 2071 | 129.623,74   | 123.195,33   | 1.994.754,85  | 1.939.779,31  | 1.861.779,23  | 93.161.102,32  | -1.810.155,58  | -1.738.583,90  | -91.166.347,47  |
| 2072 | 101.275,03   | 96.213,18    | 1.776.246,96  | 1.509.995,67  | 1.448.542,22  | 87.669.268,44  | -1.408.720,65  | -1.352.329,04  | -85.893.021,48  |
| 2073 | 77.766,68    | 73.848,81    | 1.571.863,76  | 1.155.337,09  | 1.107.738,53  | 82.159.958,38  | -1.077.570,40  | -1.033.889,72  | -80.588.094,62  |
| 2074 | 58.653,16    | 55.674,29    | 1.382.045,25  | 868.343,45    | 832.121,81    | 76.655.497,63  | -809.690,29    | -776.447,52    | -75.273.452,39  |
| 2075 | 43.425,63    | 41.202,04    | 1.207.050,00  | 640.730,46    | 613.665,39    | 71.180.623,20  | -597.304,83    | -572.463,35    | -69.973.573,20  |

|      |           |           |              |            |            |               |             |             |                |
|------|-----------|-----------|--------------|------------|------------|---------------|-------------|-------------|----------------|
| 2076 | 31.544,70 | 29.916,10 | 1.046.957,26 | 463.900,15 | 444.054,40 | 65.762.324,58 | -432.355,46 | -414.138,31 | -64.715.367,32 |
| 2077 | 22.470,83 | 21.301,04 | 901.669,09   | 329.393,07 | 315.120,37 | 60.429.366,66 | -306.922,24 | -293.819,34 | -59.527.697,57 |
| 2078 | 15.690,47 | 14.866,82 | 770.917,28   | 229.265,15 | 219.202,68 | 55.211.667,78 | -213.574,68 | -204.335,86 | -54.440.750,50 |
| 2079 | 10.734,92 | 10.166,69 | 654.265,89   | 156.344,66 | 149.393,58 | 50.139.595,91 | -145.609,74 | -139.226,88 | -49.485.330,02 |
| 2080 | 7.193,43  | 6.809,47  | 551.134,56   | 104.407,85 | 99.705,09  | 45.243.133,44 | -97.214,41  | -92.895,62  | -44.691.998,89 |
| 2081 | 4.718,65  | 4.464,62  | 460.815,52   | 68.237,51  | 65.122,87  | 40.551.018,96 | -63.518,86  | -60.658,25  | -40.090.203,44 |
| 2082 | 3.027,87  | 2.863,40  | 382.494,47   | 43.609,73  | 41.591,58  | 36.089.832,35 | -40.581,86  | -38.728,18  | -35.707.337,89 |
| 2083 | 1.899,66  | 1.795,52  | 315.273,23   | 27.232,57  | 25.954,13  | 31.883.161,09 | -25.332,90  | -24.158,60  | -31.567.887,86 |
| 2084 | 1.163,42  | 1.099,00  | 258.189,10   | 16.583,12  | 15.792,34  | 27.950.751,22 | -15.419,71  | -14.693,34  | -27.692.562,12 |
| 2085 | 693,18    | 654,38    | 210.238,70   | 9.810,02   | 9.333,88   | 24.307.876,57 | -9.116,84   | -8.679,50   | -24.097.637,86 |
| 2086 | 399,90    | 377,24    | 170.403,66   | 5.610,35   | 5.332,66   | 20.964.853,52 | -5.210,45   | -4.955,42   | -20.794.449,86 |
| 2087 | 222,08    | 209,38    | 137.675,89   | 3.088,18   | 2.932,70   | 17.926.843,75 | -2.866,10   | -2.723,32   | -17.789.167,86 |
| 2088 | 119,67    | 112,74    | 111.078,94   | 1.642,43   | 1.558,10   | 15.193.733,31 | -1.522,76   | -1.445,36   | -15.082.654,37 |
| 2089 | 63,98     | 60,23     | 89.693,77    | 863,87     | 818,42     | 12.760.447,99 | -799,89     | -758,19     | -12.670.754,22 |
| 2090 | 32,77     | 30,82     | 72.677,17    | 432,54     | 409,21     | 10.617.326,87 | -399,77     | -378,40     | -10.544.649,70 |
| 2091 | 15,85     | 14,89     | 59.266,85    | 203,76     | 192,53     | 8.750.567,11  | -187,91     | -177,64     | -8.691.300,26  |
| 2092 | 7,26      | 6,82      | 48.787,43    | 90,79      | 85,77      | 7.142.870,78  | -83,53      | -78,95      | -7.094.083,35  |
| 2093 | 3,17      | 2,98      | 40.647,80    | 37,57      | 35,51      | 5.774.194,03  | -34,40      | -32,53      | -5.733.546,23  |
| 2094 | 1,62      | 1,52      | 34.345,26    | 18,45      | 17,41      | 4.622.629,70  | -16,83      | -15,89      | -4.588.284,44  |
| 2095 | 0,76      | 0,72      | 29.458,59    | 8,17       | 7,69       | 3.665.217,84  | -7,40       | -6,98       | -3.635.759,24  |
| 2096 | 0,38      | 0,36      | 25.646,12    | 4,04       | 3,80       | 2.878.785,26  | -3,66       | -3,45       | -2.853.139,14  |
| 2097 | 0,17      | 0,16      | 22.634,90    | 1,85       | 1,75       | 2.240.586,29  | -1,68       | -1,59       | -2.217.951,39  |

FONTE: CGACI/DRPSP/SRPC/MPS

Observação: Seguiu-se os apontamentos das Notas do Anexo III-B.

## ANEXO XIV: PROJEÇÕES CONSIDERANDO A PREMISSE DE REPOSIÇÃO DOS SERVIDORES

1. Conforme previsto no art. 37 da Portaria MTP nº 1.467/2022, a alteração do perfil da massa de segurados por reposição de servidores em decorrência de falecimento, rotatividade, invalidez e entrada em aposentadoria:

a) não poderá resultar em aumento da massa considerada na posição da avaliação atuarial;

b) deverá ser utilizada exclusivamente sob a lógica de reposição de servidores, considerando-se um novo entrando com características funcionais e previdenciárias semelhantes às do segurado que substituiu para efeito de projeção, especialmente quanto à estimativa de idade de início em algum regime previdenciário, de ingresso no serviço público e de remuneração inicial desses segurados repostos para fins de projeções atuariais;

c) deverá considerar, obrigatoriamente, um período de reposição de 75 (setenta e cinco) anos futuros, projetando-se o fluxo de receitas e despesas previdenciárias correspondentes até o falecimento de todo o grupo de reposição.

2. Além dos parâmetros citados acima, a Portaria MTP nº 1.467/2022, através do inciso V de seu art. 37 e do art. 33 de seu Anexo VI, prevê que a utilização da hipótese de reposição de segurados somente poderá impactar os valores dos compromissos e o resultado atuarial, para fins de definição do plano de custeio de equilíbrio do RPPS, quando atendidos os critérios a serem definidos pelo MTP.

3. Assim, são apresentados a seguir os resultados e projeções considerando a adoção da premissa de reposição dos servidores, para possibilitar uma melhor compreensão da situação financeira e atuarial do RPPS, especialmente para subsidiar a gestão do RPPS, a partir dos fluxos de receitas e despesas futuras projetadas.

4. Vale destacar que após a instituição do regime de previdência complementar, todos os servidores que ingressaram no serviço público federal a partir de 2013 terão seus benefícios limitados ao valor do teto dos benefícios pagos pelo Regime Geral de Previdência Social e sujeitos ao cálculo pela média. Tal medida contribuirá para a diminuição dos encargos previdenciários da União no médio e longo prazo, quando começarem a ser pagos esses benefícios.

5. A hipótese adotada para a reposição de servidores é que o novo ingressante contará com as mesmas características funcionais e previdenciárias do servidor a ser substituído. Adotou-se, também, a razão de reposição de um novo servidor para cada servidor que vier se aposentar, sem que haja aumento na massa de segurados, conforme prescrito em normas.

6. Ademais, cabe informar que, no processamento desta avaliação atuarial, com data focal 31/12/2022, ao se considerar a reposição de servidores, foi utilizado o método de financiamento ortodoxo, inobstante nas demais projeções atuariais ter sido empregado o método de financiamento de crédito unitário projetado, pois a utilização desse último método considerando a geração futura, ainda necessita de atualização da ferramenta de cálculo.

7. Nos quadros a seguir são apresentados o balanço atuarial e as projeções atuariais, ano a ano, que mostram os resultados da avaliação atuarial elaborada no conceito de grupo aberto, que abrange a geração atual e as gerações futuras, mediante a adoção da hipótese de reposição dos servidores.

**Balanço Atuarial em 31/12/2022**  
**RPPS da União - Consolidado - Todos os Poderes**  
**Separação dos Compromissos da Geração Atual e das Gerações Futuras**  
**Grupo Aberto (Geração Atual e Gerações Futuras) - Juros: 4,61% a.a.**

Em R\$

| ATIVO                                     |                             | PASSIVO   |                             |
|---|-----------------------------|---|-----------------------------|
| Recursos Garantidores                     | 0,00                        | Valor Presente Atuarial dos Benefícios Concedidos | 878.367.959.701,91          |
| Valor Presente Atuarial das Contribuições | <b>553.917.203.467,75</b>   | Aposentadorias                                    | 632.262.244.397,70          |
| Sobre Salários                            | <b>460.729.430.171,36</b>   | Pensões   | 246.105.715.304,21          |
| Geração Atual                             | 245.085.394.297,74          | Valor Presente Atuarial dos Benefícios a Conceder | <b>938.284.657.902,58</b>   |
| Servidor                                  | 81.695.131.432,58           | Geração Atual                                     | <b>763.372.306.587,13</b>   |
| Ente                                      | 163.390.262.865,16          | Aposentadorias                                    | 601.277.992.775,23          |
| Gerações Futuras                          | 215.644.035.873,63          | Programadas                                       | 597.634.465.625,67          |
| Servidor                                  | 71.881.345.291,21           | Por Invalidez                                     | 3.643.527.149,56            |
| Ente                                      | 143.762.690.582,42          | Pensões   | 162.094.313.811,90          |
| Sobre Benefícios                          | <b>93.187.773.296,39</b>    | Servidores  | 73.006.830.340,53           |
| Geração Atual                             | 93.187.773.296,39           | Aposentados                                       | 89.087.483.471,37           |
| Gerações Futuras                          | 0,00                        | Gerações Futuras                                  | <b>174.912.351.315,45</b>   |
| Compensação Financeira                    | <b>0,00</b>                 | Aposentadorias                                    | 166.894.514.436,24          |
| Sobre Benefícios a Conceder               | 0,00                        | Programadas                                       | 166.894.514.436,24          |
| Sobre Benefícios Concedidos               | 0,00                        | Por Invalidez                                     | 0,00                        |
| Parcelamentos                             | <b>0,00</b>                 | Pensões   | 8.017.836.879,22            |
| Déficit Atuarial                          | <b>1.262.735.414.136,73</b> | Servidores  | 8.017.836.879,22            |
|   |                             | Aposentados                                       | 0,00                        |
| <b>Total</b>                              | <b>1.816.652.617.604,49</b> | <b>Total</b>                                      | <b>1.816.652.617.604,49</b> |

FONTE: CGACI/DRPSP/SRPC/MPS

**Governo Federal**  
**Relatório Resumido da Execução Orçamentária**  
**Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos**  
**Orçamento da Seguridade Social 2023 a 2097**  
**(Grupo Aberto – Com Reposição)**

LRF, art. 53, § 1º, inciso II - Anexo XIII

R\$ milhares

| EXERCÍCIO | RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS |                               |                    | DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS   |                              |                    | RESULTADO PREVIDENCIÁRIO   |                               |                    |
|-----------|--------------------------|-------------------------------|--------------------|----------------------------|------------------------------|--------------------|----------------------------|-------------------------------|--------------------|
|           | Fluxo:<br>Geração Atual  | Fluxo:<br>Gerações<br>Futuras | Total<br>(GA e GF) | Fluxo:<br>Geração<br>Atual | Fluxo:<br>Gerações<br>Futura | Total<br>(GA e GF) | Fluxo:<br>Geração<br>Atual | Fluxo:<br>Gerações<br>Futuras | Total<br>(GA e GF) |
| 2023      | 29.866.987               | 4.599.131                     | 34.466.118         | 101.608.272                | 0                            | 101.608.272        | -71.741.284                | 4.444.369                     | -67.296.915        |
| 2024      | 30.711.246               | 4.871.463                     | 35.582.710         | 104.390.905                | 145                          | 104.391.050        | -73.679.659                | 4.699.419                     | -68.980.240        |
| 2025      | 31.471.064               | 5.158.224                     | 36.629.288         | 107.423.164                | 427                          | 107.423.591        | -75.952.100                | 4.982.729                     | -70.969.371        |
| 2026      | 31.992.085               | 5.506.050                     | 37.498.135         | 111.382.097                | 945                          | 111.383.042        | -79.390.012                | 5.457.666                     | -73.932.346        |
| 2027      | 32.625.138               | 6.013.977                     | 38.639.115         | 115.549.412                | 176.029                      | 115.725.441        | -82.924.274                | 5.697.277                     | -77.226.997        |
| 2028      | 32.894.899               | 6.498.838                     | 39.393.737         | 121.489.036                | 243.717                      | 121.732.754        | -88.594.138                | 6.287.988                     | -82.306.150        |
| 2029      | 33.496.911               | 7.175.902                     | 40.672.813         | 126.917.857                | 324.811                      | 127.242.668        | -93.420.946                | 6.715.162                     | -86.705.783        |
| 2030      | 33.453.308               | 7.719.459                     | 41.172.768         | 131.772.338                | 411.020                      | 132.183.358        | -98.319.029                | 7.309.839                     | -91.009.191        |
| 2031      | 33.425.524               | 8.495.325                     | 41.920.850         | 133.869.761                | 509.244                      | 134.379.005        | -100.444.237               | 7.770.050                     | -92.674.186        |
| 2032      | 33.131.051               | 9.007.465                     | 42.138.516         | 136.439.267                | 1.111.016                    | 137.550.283        | -103.308.216               | 7.976.585                     | -95.331.631        |
| 2033      | 33.062.663               | 9.945.000                     | 43.007.663         | 138.167.810                | 1.476.819                    | 139.644.629        | -105.105.147               | 8.453.308                     | -96.651.839        |
| 2034      | 32.654.298               | 10.640.439                    | 43.294.737         | 140.457.853                | 1.906.035                    | 142.363.888        | -107.803.555               | 8.916.053                     | -98.887.502        |
| 2035      | 32.089.822               | 11.588.056                    | 43.677.878         | 142.769.840                | 2.334.197                    | 145.104.037        | -110.680.019               | 9.201.089                     | -101.478.930       |
| 2036      | 31.442.853               | 12.576.656                    | 44.019.510         | 145.019.386                | 2.790.924                    | 147.810.310        | -113.576.532               | 9.729.196                     | -103.847.336       |
| 2037      | 30.662.039               | 13.553.627                    | 44.215.666         | 147.273.963                | 3.545.418                    | 150.819.381        | -116.611.925               | 9.946.607                     | -106.665.317       |
| 2038      | 29.816.308               | 14.717.349                    | 44.533.657         | 149.223.708                | 4.196.082                    | 153.419.791        | -119.407.400               | 10.451.097                    | -108.956.303       |
| 2039      | 28.815.013               | 15.892.847                    | 44.707.860         | 151.410.275                | 4.940.077                    | 156.350.352        | -122.595.262               | 10.808.295                    | -111.786.967       |
| 2040      | 27.662.605               | 17.204.373                    | 44.866.978         | 153.669.903                | 5.718.258                    | 159.388.161        | -126.007.298               | 11.246.578                    | -114.760.720       |
| 2041      | 26.413.211               | 18.601.657                    | 45.014.868         | 155.876.298                | 6.546.927                    | 162.423.225        | -129.463.086               | 11.670.816                    | -117.792.271       |
| 2042      | 24.952.270               | 19.929.469                    | 44.881.740         | 158.257.526                | 7.991.887                    | 166.249.413        | -133.305.255               | 11.700.927                    | -121.604.328       |
| 2043      | 23.368.314               | 21.741.070                    | 45.109.383         | 160.493.803                | 9.095.252                    | 169.589.055        | -137.125.489               | 12.257.053                    | -124.868.436       |
| 2044      | 21.652.386               | 23.525.611                    | 45.177.997         | 162.938.949                | 10.301.072                   | 173.240.021        | -141.286.563               | 12.769.205                    | -128.517.358       |
| 2045      | 19.865.671               | 25.465.358                    | 45.331.028         | 165.293.265                | 11.484.945                   | 176.778.211        | -145.427.595               | 13.265.186                    | -132.162.408       |
| 2046      | 18.095.698               | 27.447.631                    | 45.543.329         | 167.389.530                | 12.743.998                   | 180.133.528        | -149.293.832               | 13.991.374                    | -135.302.459       |
| 2047      | 16.311.289               | 29.229.026                    | 45.540.315         | 169.308.335                | 14.848.202                   | 184.156.537        | -152.997.046               | 14.373.535                    | -138.623.511       |
| 2048      | 14.723.292               | 31.439.841                    | 46.163.133         | 170.580.246                | 16.483.752                   | 187.063.998        | -155.856.953               | 15.006.152                    | -140.850.801       |

|      |            |             |             |             |             |             |              |             |              |
|------|------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|--------------|-------------|--------------|
| 2049 | 13.277.640 | 33.381.856  | 46.659.496  | 171.329.811 | 18.226.619  | 189.556.430 | -158.052.171 | 15.417.311  | -142.634.860 |
| 2050 | 11.975.527 | 35.227.713  | 47.203.239  | 171.560.260 | 20.300.087  | 191.860.347 | -159.584.733 | 15.563.504  | -144.021.229 |
| 2051 | 10.774.563 | 37.064.740  | 47.839.302  | 171.366.384 | 22.543.266  | 193.909.650 | -160.591.822 | 15.446.131  | -145.145.691 |
| 2052 | 9.727.924  | 38.536.368  | 48.264.292  | 170.641.727 | 25.815.518  | 196.457.245 | -160.913.803 | 14.606.368  | -146.307.435 |
| 2053 | 8.828.068  | 40.453.271  | 49.281.339  | 169.374.111 | 28.690.110  | 198.064.221 | -160.546.042 | 14.189.427  | -146.356.616 |
| 2054 | 8.036.575  | 42.049.016  | 50.085.591  | 167.618.522 | 31.884.008  | 199.502.530 | -159.581.947 | 13.238.675  | -146.343.272 |
| 2055 | 7.352.628  | 43.673.859  | 51.026.487  | 165.410.286 | 35.096.066  | 200.506.352 | -158.057.658 | 11.982.276  | -146.075.383 |
| 2056 | 6.782.344  | 45.124.187  | 51.906.531  | 162.686.779 | 38.625.567  | 201.312.346 | -155.904.435 | 10.647.616  | -145.256.819 |
| 2057 | 6.289.091  | 46.426.900  | 52.715.990  | 159.531.581 | 42.699.714  | 202.231.295 | -153.242.490 | 8.490.173   | -144.752.317 |
| 2058 | 5.862.954  | 47.969.180  | 53.832.134  | 155.993.959 | 46.535.450  | 202.529.410 | -150.131.005 | 6.719.759   | -143.411.246 |
| 2059 | 5.481.077  | 49.367.085  | 54.848.162  | 152.147.221 | 50.612.310  | 202.759.531 | -146.666.144 | 4.695.271   | -141.970.873 |
| 2060 | 5.127.522  | 50.718.808  | 55.846.330  | 148.038.008 | 55.025.630  | 203.063.638 | -142.910.485 | 2.179.581   | -140.730.904 |
| 2061 | 4.794.077  | 52.155.771  | 56.949.848  | 143.705.444 | 59.464.338  | 203.169.782 | -138.911.367 | -332.131    | -139.243.498 |
| 2062 | 4.470.956  | 53.190.820  | 57.661.776  | 139.197.963 | 65.256.285  | 204.454.248 | -134.727.007 | -3.797.071  | -138.524.078 |
| 2063 | 4.160.714  | 54.978.651  | 59.139.365  | 134.527.506 | 70.375.007  | 204.902.514 | -130.366.792 | -6.582.593  | -136.949.385 |
| 2064 | 3.857.353  | 56.444.515  | 60.301.868  | 129.722.430 | 75.860.561  | 205.582.991 | -125.865.077 | -9.663.297  | -135.528.374 |
| 2065 | 3.561.461  | 58.084.997  | 61.646.458  | 124.792.794 | 81.374.217  | 206.167.011 | -121.231.333 | -12.822.286 | -134.053.619 |
| 2066 | 3.274.319  | 59.658.317  | 62.932.636  | 119.745.923 | 87.003.415  | 206.749.339 | -116.471.605 | -15.970.116 | -132.441.720 |
| 2067 | 2.996.418  | 61.260.397  | 64.256.815  | 114.592.595 | 93.168.620  | 207.761.215 | -111.596.177 | -19.435.842 | -131.032.020 |
| 2068 | 2.728.628  | 63.101.453  | 65.830.080  | 109.345.709 | 99.008.679  | 208.354.388 | -106.617.081 | -22.325.673 | -128.942.754 |
| 2069 | 2.471.816  | 64.858.042  | 67.329.859  | 104.015.195 | 105.107.428 | 209.122.623 | -101.543.378 | -25.580.573 | -127.123.952 |
| 2070 | 2.226.785  | 66.717.890  | 68.944.675  | 98.615.725  | 111.257.577 | 209.873.302 | -96.388.940  | -28.659.341 | -125.048.281 |
| 2071 | 1.994.764  | 68.679.674  | 70.674.438  | 93.161.102  | 117.745.904 | 210.907.006 | -91.166.338  | -31.692.644 | -122.858.982 |
| 2072 | 1.776.255  | 69.792.177  | 71.568.432  | 87.669.268  | 126.840.654 | 214.509.922 | -85.893.014  | -36.476.122 | -122.369.135 |
| 2073 | 1.571.871  | 72.637.501  | 74.209.372  | 82.159.958  | 134.292.865 | 216.452.824 | -80.588.088  | -39.917.137 | -120.505.225 |
| 2074 | 1.382.051  | 74.770.882  | 76.152.933  | 76.655.498  | 141.868.331 | 218.523.829 | -75.273.447  | -43.780.618 | -119.054.065 |
| 2075 | 1.207.055  | 77.059.028  | 78.266.083  | 71.180.623  | 149.470.138 | 220.650.762 | -69.973.569  | -48.090.637 | -118.064.206 |
| 2076 | 1.046.961  | 79.253.291  | 80.300.252  | 65.762.325  | 157.217.860 | 222.980.184 | -64.715.364  | -51.921.609 | -116.636.972 |
| 2077 | 901.672    | 81.406.722  | 82.308.394  | 60.429.367  | 165.954.356 | 226.383.722 | -59.527.695  | -56.726.822 | -116.254.517 |
| 2078 | 770.919    | 83.968.449  | 84.739.368  | 55.211.668  | 174.336.862 | 229.548.530 | -54.440.748  | -60.904.844 | -115.345.592 |
| 2079 | 654.268    | 86.578.763  | 87.233.030  | 50.139.596  | 182.815.253 | 232.954.849 | -49.485.328  | -65.380.356 | -114.865.684 |
| 2080 | 551.136    | 89.134.050  | 89.685.186  | 45.243.133  | 191.352.668 | 236.595.801 | -44.691.998  | -69.654.964 | -114.346.962 |
| 2081 | 460.816    | 91.755.510  | 92.216.326  | 40.551.019  | 200.100.800 | 240.651.819 | -40.090.203  | -74.485.278 | -114.575.481 |
| 2082 | 382.495    | 93.850.395  | 94.232.890  | 36.089.832  | 210.646.304 | 246.736.136 | -35.707.337  | -80.252.878 | -115.960.216 |
| 2083 | 315.274    | 97.431.807  | 97.747.081  | 31.883.161  | 219.551.897 | 251.435.058 | -31.567.887  | -84.306.653 | -115.874.541 |
| 2084 | 258.189    | 100.177.572 | 100.435.761 | 27.950.751  | 229.011.238 | 256.961.989 | -27.692.562  | -89.401.289 | -117.093.851 |

|      |         |             |             |            |             |             |             |              |              |
|------|---------|-------------|-------------|------------|-------------|-------------|-------------|--------------|--------------|
| 2085 | 210.239 | 103.329.999 | 103.540.238 | 24.307.877 | 237.915.665 | 262.223.541 | -24.097.638 | -94.113.915  | -118.211.552 |
| 2086 | 170.404 | 106.501.874 | 106.672.277 | 20.964.854 | 246.744.547 | 267.709.400 | -20.794.450 | -98.070.289  | -118.864.739 |
| 2087 | 137.676 | 109.466.770 | 109.604.446 | 17.926.844 | 256.340.837 | 274.267.681 | -17.789.168 | -103.600.589 | -121.389.756 |
| 2088 | 111.079 | 113.130.139 | 113.241.218 | 15.193.733 | 264.899.468 | 280.093.202 | -15.082.654 | -107.400.525 | -122.483.179 |
| 2089 | 89.694  | 116.511.650 | 116.601.343 | 12.760.448 | 273.466.034 | 286.226.482 | -12.670.754 | -111.219.522 | -123.890.276 |
| 2090 | 72.677  | 120.020.958 | 120.093.636 | 10.617.327 | 282.040.143 | 292.657.470 | -10.544.650 | -115.342.319 | -125.886.969 |
| 2091 | 59.267  | 123.690.591 | 123.749.857 | 8.750.567  | 290.060.640 | 298.811.207 | -8.691.300  | -118.697.503 | -127.388.803 |
| 2092 | 48.787  | 126.543.679 | 126.592.466 | 7.142.871  | 300.928.563 | 308.071.434 | -7.094.083  | -124.138.681 | -131.232.765 |
| 2093 | 40.648  | 131.012.831 | 131.053.479 | 5.774.194  | 309.471.666 | 315.245.860 | -5.733.546  | -127.190.910 | -132.924.457 |
| 2094 | 34.345  | 134.860.934 | 134.895.279 | 4.622.630  | 318.518.212 | 323.140.842 | -4.588.284  | -130.688.380 | -135.276.664 |
| 2095 | 29.459  | 139.203.530 | 139.232.988 | 3.665.218  | 326.786.799 | 330.452.017 | -3.635.759  | -133.746.608 | -137.382.367 |
| 2096 | 25.646  | 143.035.535 | 143.061.182 | 2.878.785  | 336.048.069 | 338.926.855 | -2.853.139  | -137.305.050 | -140.158.190 |
| 2097 | 22.635  | 146.400.777 | 146.423.411 | 2.240.586  | 347.686.054 | 349.926.640 | -2.217.951  | -141.579.209 | -143.797.160 |

FONTE: CGACI/DRPSP/SRPC/MPS

Observação: Seguiu-se os apontamentos das Notas do Anexo III-B, à exceção da adoção da hipótese de reposição de servidores e do método de financiamento, que aqui é o método ortodoxo.

**Governo Federal**  
**Relatório Resumido da Execução Orçamentária**  
**Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos**  
**Orçamento da Seguridade Social 2023 a 2097**  
**(Grupo Aberto – Com Reposição)**

LRF, art. 53, § 1º, inciso II - Anexo XIII

R\$ milhares

| EXERCÍCIO | RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS |          | DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS |          | RESULTADO PREVIDENCIÁRIO |          |
|-----------|--------------------------|----------|--------------------------|----------|--------------------------|----------|
|           | Valor<br>(a)             | % do PIB | Valor<br>(b)             | % do PIB | Valor<br>(a-b)           | % do PIB |
| 2023      | 34.466.118               | 0,32%    | 101.608.272              | 0,95%    | -67.296.915              | 0,63%    |
| 2024      | 35.582.710               | 0,31%    | 104.391.050              | 0,91%    | -68.980.240              | 0,60%    |
| 2025      | 36.629.288               | 0,30%    | 107.423.591              | 0,87%    | -70.969.371              | 0,58%    |
| 2026      | 37.498.135               | 0,29%    | 111.383.042              | 0,85%    | -73.932.346              | 0,57%    |
| 2027      | 38.639.115               | 0,28%    | 115.725.441              | 0,83%    | -77.226.997              | 0,56%    |
| 2028      | 39.393.737               | 0,28%    | 121.732.754              | 0,85%    | -82.306.150              | 0,58%    |
| 2029      | 40.672.813               | 0,28%    | 127.242.668              | 0,86%    | -86.705.783              | 0,59%    |
| 2030      | 41.172.768               | 0,27%    | 132.183.358              | 0,87%    | -91.009.191              | 0,60%    |
| 2031      | 41.920.850               | 0,27%    | 134.379.005              | 0,86%    | -92.674.186              | 0,59%    |
| 2032      | 42.138.516               | 0,26%    | 137.550.283              | 0,85%    | -95.331.631              | 0,59%    |
| 2033      | 43.007.663               | 0,26%    | 139.644.629              | 0,84%    | -96.651.839              | 0,58%    |
| 2034      | 43.294.737               | 0,25%    | 142.363.888              | 0,83%    | -98.887.502              | 0,58%    |
| 2035      | 43.677.878               | 0,25%    | 145.104.037              | 0,82%    | -101.478.930             | 0,58%    |
| 2036      | 44.019.510               | 0,24%    | 147.810.310              | 0,82%    | -103.847.336             | 0,57%    |
| 2037      | 44.215.666               | 0,24%    | 150.819.381              | 0,81%    | -106.665.317             | 0,57%    |
| 2038      | 44.533.657               | 0,23%    | 153.419.791              | 0,80%    | -108.956.303             | 0,57%    |
| 2039      | 44.707.860               | 0,23%    | 156.350.352              | 0,79%    | -111.786.967             | 0,56%    |
| 2040      | 44.866.978               | 0,22%    | 159.388.161              | 0,78%    | -114.760.720             | 0,56%    |
| 2041      | 45.014.868               | 0,21%    | 162.423.225              | 0,77%    | -117.792.271             | 0,56%    |
| 2042      | 44.881.740               | 0,21%    | 166.249.413              | 0,77%    | -121.604.328             | 0,56%    |
| 2043      | 45.109.383               | 0,20%    | 169.589.055              | 0,76%    | -124.868.436             | 0,56%    |
| 2044      | 45.177.997               | 0,20%    | 173.240.021              | 0,75%    | -128.517.358             | 0,56%    |
| 2045      | 45.331.028               | 0,19%    | 176.778.211              | 0,75%    | -132.162.408             | 0,56%    |

|      |            |       |             |       |              |       |
|------|------------|-------|-------------|-------|--------------|-------|
| 2046 | 45.543.329 | 0,19% | 180.133.528 | 0,74% | -135.302.459 | 0,56% |
| 2047 | 45.540.315 | 0,18% | 184.156.537 | 0,73% | -138.623.511 | 0,55% |
| 2048 | 46.163.133 | 0,18% | 187.063.998 | 0,72% | -140.850.801 | 0,54% |
| 2049 | 46.659.496 | 0,18% | 189.556.430 | 0,71% | -142.634.860 | 0,54% |
| 2050 | 47.203.239 | 0,17% | 191.860.347 | 0,70% | -144.021.229 | 0,52% |
| 2051 | 47.839.302 | 0,17% | 193.909.650 | 0,69% | -145.145.691 | 0,51% |
| 2052 | 48.264.292 | 0,17% | 196.457.245 | 0,67% | -146.307.435 | 0,50% |
| 2053 | 49.281.339 | 0,16% | 198.064.221 | 0,66% | -146.356.616 | 0,49% |
| 2054 | 50.085.591 | 0,16% | 199.502.530 | 0,65% | -146.343.272 | 0,47% |
| 2055 | 51.026.487 | 0,16% | 200.506.352 | 0,63% | -146.075.383 | 0,46% |
| 2056 | 51.906.531 | 0,16% | 201.312.346 | 0,61% | -145.256.819 | 0,44% |
| 2057 | 52.715.990 | 0,16% | 202.231.295 | 0,60% | -144.752.317 | 0,43% |
| 2058 | 53.832.134 | 0,15% | 202.529.410 | 0,58% | -143.411.246 | 0,41% |
| 2059 | 54.848.162 | 0,15% | 202.759.531 | 0,57% | -141.970.873 | 0,40% |
| 2060 | 55.846.330 | 0,15% | 203.063.638 | 0,55% | -140.730.904 | 0,38% |
| 2061 | 56.949.848 | 0,15% | 203.169.782 | 0,53% | -139.243.498 | 0,37% |
| 2062 | 57.661.776 | 0,15% | 204.454.248 | 0,52% | -138.524.078 | 0,35% |
| 2063 | 59.139.365 | 0,15% | 204.902.514 | 0,51% | -136.949.385 | 0,34% |
| 2064 | 60.301.868 | 0,15% | 205.582.991 | 0,49% | -135.528.374 | 0,33% |
| 2065 | 61.646.458 | 0,14% | 206.167.011 | 0,48% | -134.053.619 | 0,31% |
| 2066 | 62.932.636 | 0,14% | 206.749.339 | 0,47% | -132.441.720 | 0,30% |
| 2067 | 64.256.815 | 0,14% | 207.761.215 | 0,46% | -131.032.020 | 0,29% |
| 2068 | 65.830.080 | 0,14% | 208.354.388 | 0,45% | -128.942.754 | 0,28% |
| 2069 | 67.329.859 | 0,14% | 209.122.623 | 0,43% | -127.123.952 | 0,26% |
| 2070 | 68.944.675 | 0,14% | 209.873.302 | 0,42% | -125.048.281 | 0,25% |
| 2071 | 70.674.438 | 0,14% | 210.907.006 | 0,41% | -122.858.982 | 0,24% |
| 2072 | 71.568.432 | 0,14% | 214.509.922 | 0,41% | -122.369.135 | 0,23% |
| 2073 | 74.209.372 | 0,14% | 216.452.824 | 0,40% | -120.505.225 | 0,22% |
| 2074 | 76.152.933 | 0,14% | 218.523.829 | 0,39% | -119.054.065 | 0,21% |
| 2075 | 78.266.083 | 0,14% | 220.650.762 | 0,38% | -118.064.206 | 0,21% |
| 2076 | 80.300.252 | 0,14% | 222.980.184 | 0,38% | -116.636.972 | 0,20% |
| 2077 | 82.308.394 | 0,13% | 226.383.722 | 0,37% | -116.254.517 | 0,19% |

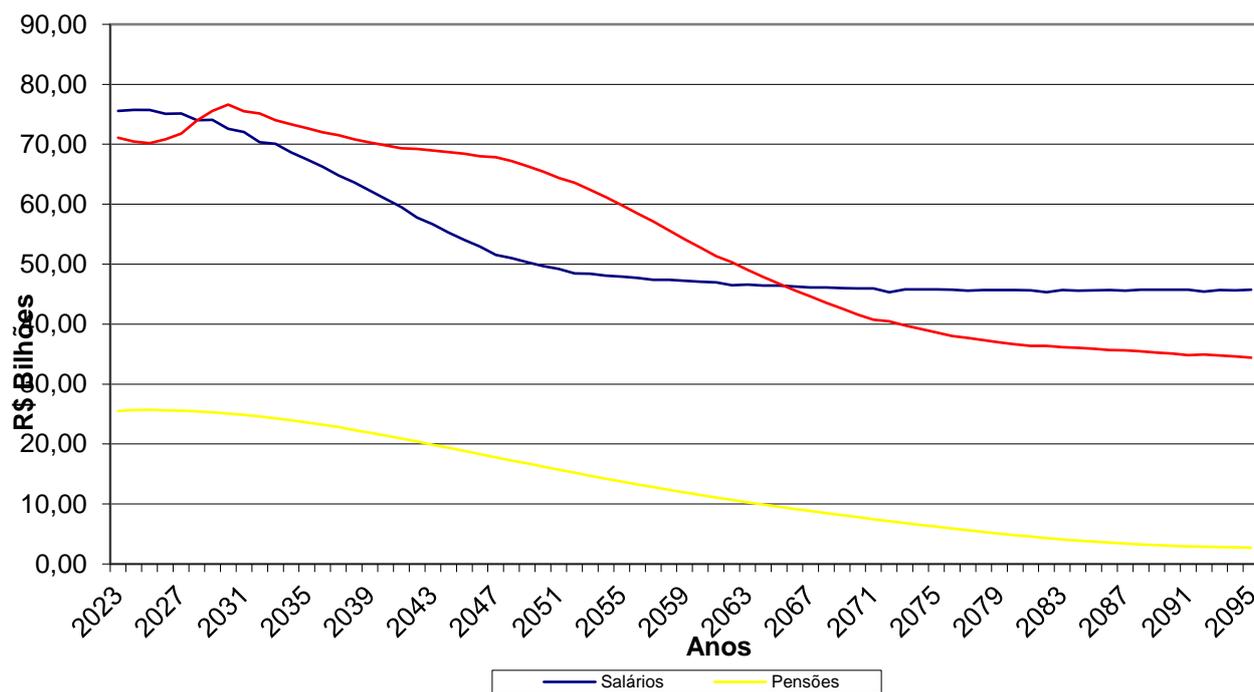
|      |             |       |             |       |              |       |
|------|-------------|-------|-------------|-------|--------------|-------|
| 2078 | 84.739.368  | 0,13% | 229.548.530 | 0,37% | -115.345.592 | 0,18% |
| 2079 | 87.233.030  | 0,13% | 232.954.849 | 0,36% | -114.865.684 | 0,18% |
| 2080 | 89.685.186  | 0,13% | 236.595.801 | 0,35% | -114.346.962 | 0,17% |
| 2081 | 92.216.326  | 0,13% | 240.651.819 | 0,35% | -114.575.481 | 0,17% |
| 2082 | 94.232.890  | 0,13% | 246.736.136 | 0,35% | -115.960.216 | 0,16% |
| 2083 | 97.747.081  | 0,13% | 251.435.058 | 0,34% | -115.874.541 | 0,16% |
| 2084 | 100.435.761 | 0,13% | 256.961.989 | 0,34% | -117.093.851 | 0,16% |
| 2085 | 103.540.238 | 0,13% | 262.223.541 | 0,34% | -118.211.552 | 0,15% |
| 2086 | 106.672.277 | 0,13% | 267.709.400 | 0,34% | -118.864.739 | 0,15% |
| 2087 | 109.604.446 | 0,13% | 274.267.681 | 0,33% | -121.389.756 | 0,15% |
| 2088 | 113.241.218 | 0,13% | 280.093.202 | 0,33% | -122.483.179 | 0,14% |
| 2089 | 116.601.343 | 0,13% | 286.226.482 | 0,33% | -123.890.276 | 0,14% |
| 2090 | 120.093.636 | 0,13% | 292.657.470 | 0,33% | -125.886.969 | 0,14% |
| 2091 | 123.749.857 | 0,13% | 298.811.207 | 0,32% | -127.388.803 | 0,14% |
| 2092 | 126.592.466 | 0,13% | 308.071.434 | 0,32% | -131.232.765 | 0,14% |
| 2093 | 131.053.479 | 0,13% | 315.245.860 | 0,32% | -132.924.457 | 0,14% |
| 2094 | 134.895.279 | 0,13% | 323.140.842 | 0,32% | -135.276.664 | 0,13% |
| 2095 | 139.232.988 | 0,13% | 330.452.017 | 0,32% | -137.382.367 | 0,13% |
| 2096 | 143.061.182 | 0,13% | 338.926.855 | 0,32% | -140.158.190 | 0,13% |
| 2097 | 146.423.411 | 0,13% | 349.926.640 | 0,32% | -143.797.160 | 0,13% |

FONTE: CGACI/DRPSP/SRPC/MPS

Observação: Seguiu-se os apontamentos das Notas do Anexo III-B, à exceção da adoção da hipótese de reposição de servidores e do método de financiamento, que aqui é o método ortodoxo.

8. No gráfico a seguir é apresentada a projeção de evolução da folha de remuneração dos servidores e das folhas de benefícios de aposentadorias e pensões, com reposição (geração atual e gerações futuras), sem o efeito do desconto da taxa de juros e sem o impacto de taxas de inflação.

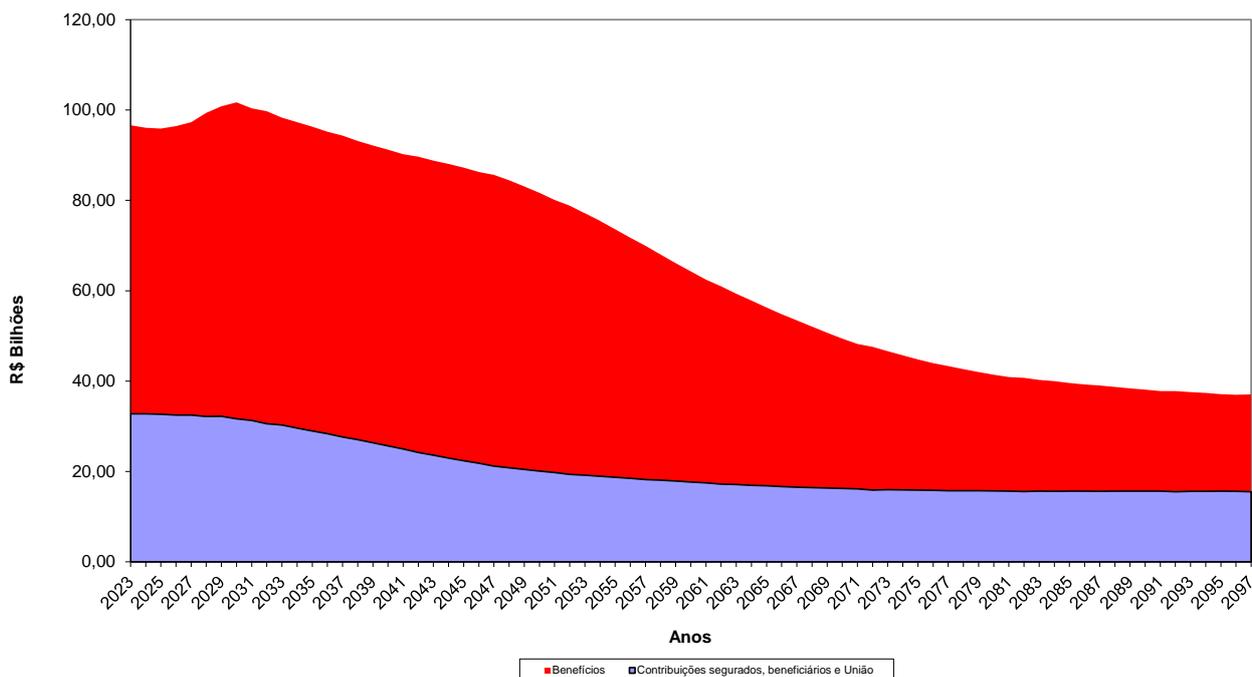
**Projeções Atuariais das Remunerações e Benefícios**  
**RPPS da União - Consolidado - Todos os Poderes**  
**Grupo Aberto (Geração Atual e Gerações Futuras) - Juros: 4,61% a.a.**



FONTE: CGACI/DRPSP/SRPC/MPS

9. O gráfico abaixo apresenta a evolução dos valores estimados das contribuições de servidores, aposentados e pensionistas filiados ao RPPS e da União (patronal) e dos valores dos benefícios a serem pagos, para a massa atual de segurados, com reposição (geração atual e gerações futuras), em valores nominais, sem o efeito do desconto da taxa de juros e sem o impacto de taxas de inflação.

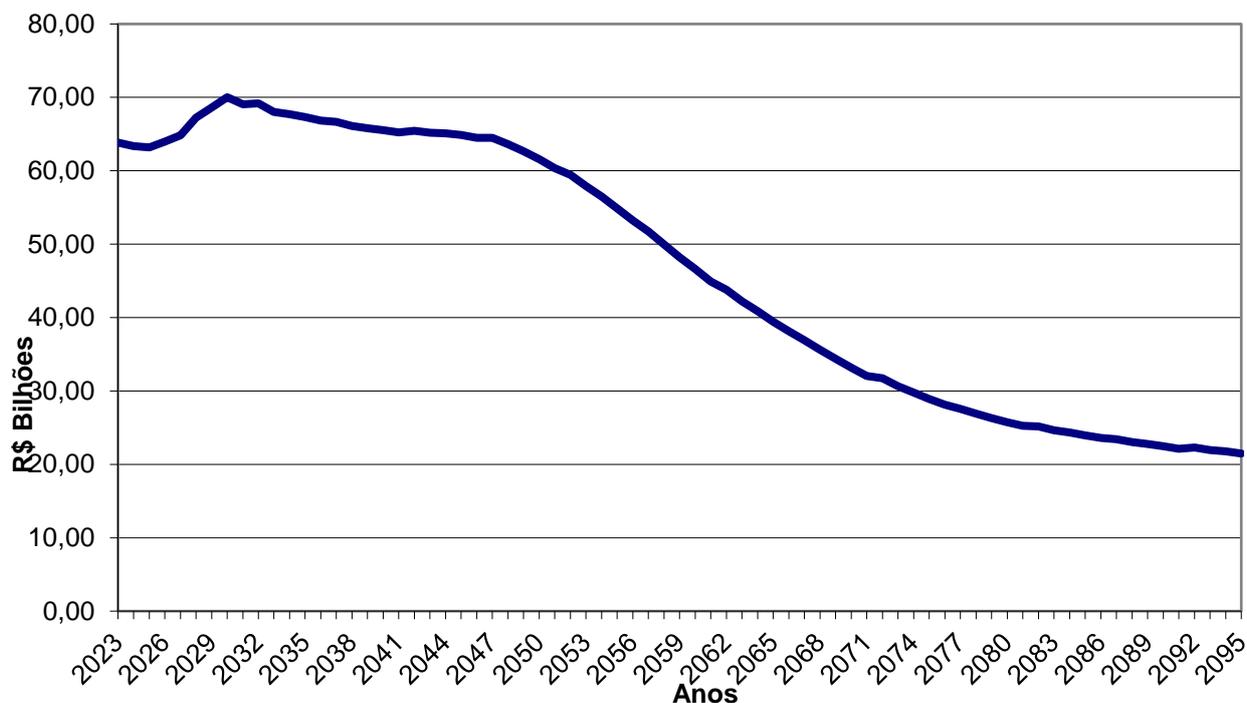
**Projeções Atuariais das Contribuições e Benefícios**  
**RPPS da União - Consolidado - Todos os Poderes**  
**Grupo Aberto (Geração Atual e Gerações Futuras) - Juros: 4,61% a.a.**



FONTE: CGACI/DRPSP/SRPC/MPS

10. O gráfico abaixo representa a evolução do deficit financeiro do RPPS da União, sem o efeito da inflação, decorrente da insuficiência das receitas de contribuições estimadas para o pagamento dos benefícios, considerando a atual e futura massa de segurados (geração atual e gerações futuras).

**Projeções Atuariais do Deficit Financeiro**  
**RPPS da União - Consolidado - Todos os Poderes**  
**Grupo Aberto (Geração Atual e Gerações Futuras) - Juros: 4,61% a.a.**



FONTE: CGACI/DRPSP/SRPC/MPS

## **ANEXO XV: TESTE DE ADERÊNCIA DAS HIPÓTESES BIOMÉTRICAS**

### **RELATÓRIO DE ANÁLISE DAS HIPÓTESES BIOMÉTRICAS**

#### **AVALIAÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES, APOSENTADOS E PENSIONITAS DA UNIÃO 2022**

## Introdução

1. O Relatório de Análise das Hipóteses é um dos documentos obrigatórios previsto no art. 17 da Portaria MF nº 464/2018, que deverá contemplar no mínimo as hipóteses e premissas relativas à “taxa de sobrevivência de válidos e inválidos e de entrada em invalidez”, “taxa real de crescimento das remunerações” e “taxa atuarial de juros”, e ser conclusivo quanto à manutenção ou à necessidade de alteração das hipóteses.
2. Este Relatório é peça importante na definição das premissas e hipóteses adotadas para a realização da avaliação atuarial, que, conforme dispõe o art. 15 da Portaria MF nº 464/2018, devem ser elegidas pela Unidade Gestora e pelo atuário responsável. Destaca-se, entretanto, que, diante da inexistência de Unidade Gestora e de atuário responsável pelo RPPS da União para conduzir a realização de tal estudo, esta Secretaria de Previdência, que tem a competência legal de supervisionar, orientar, acompanhar e fiscalizar cerca de dois mil RPPS, ao longo dos anos, a título de colaboração, executa todas as etapas da avaliação atuarial do RPPS da União, inclusive a elaboração deste Relatório de Análise das Hipóteses.
3. Na elaboração da avaliação atuarial são adotados os parâmetros mínimos estabelecidos na Portaria MF nº 464/2018. Para os casos em que há estudos que sustentem a adoção de outros parâmetros, conforme prevê o § 3º do art. 15 dessa Portaria, elegem-se os mais aderentes, ou adequados, às características da massa de segurados como pede o caput.
4. Com isso, destaca-se de início que, quanto à “taxa real de crescimento das remunerações”, considerando a ausência de estudos que corroborem a alteração dessa premissa, para a avaliação atuarial utiliza-se 1% (um por cento) como taxa de crescimento anual por mérito, e zero de crescimento por produtividade, seguindo-se os parâmetros mínimos estabelecidos pela norma e relatado na Nota SEI nº 12/2021/COAAT/CGACI/SRPPS/SPREV/SEPRT-ME.
5. De todo modo, o Relatório do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 31, de 16 de agosto de 2019, mesmo que tenha produzido estudo exploratório e ainda superficial, apontou-se que um servidor médio, para alcançar o topo da carreira, precisaria de uma taxa anual de crescimento de 1,2%, em 32 anos de serviço.
6. De forma simplificada, pelas análises procedidas no GT supracitado, essa taxa seria suficiente para representar a evolução salarial dos servidores do poder executivo. Todavia, o relatório ainda pontuou que essa taxa não é significativamente diferente da premissa de 1%, adotada como parâmetro mínimo estabelecido pela Portaria nº 464/2018.
7. No que tange à “taxa atuarial de juros”, o art. 26 da Portaria nº 464/2018 define que essa será determinada pelo menor valor entre o “I - do valor esperado da rentabilidade futura dos investimentos dos ativos garantidores do RPPS, conforme meta prevista na política anual de investimentos aprovada pelo conselho deliberativo do regime” e “II - da taxa de juros parâmetro cujo ponto da Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média seja o mais próximo à duração do passivo do RPPS.”.
8. Ocorre que o RPPS da União não possui, ainda, órgão ou entidade gestora única, motivo pelo qual também não possui ativos garantidores constituídos que possam ser aplicados para rentabilização. Nesse sentido, fica prejudicada a comparação que determina o art. 26 da Portaria nº 464/2018, bem como o que estabelece o §1º do art. 5º da Instrução Normativa nº 09/2018, restando a aplicação do que trata o inciso II do art. 26 Portaria nº 464/2018.

9. Com isso, para fins de apuração da taxa real de juros pelo inciso II do art. 26 Portaria nº 464/2018, seguem-se as orientações da Instrução Normativa nº 02, de 21 de dezembro de 2018, que determina a forma de cálculo para apuração da duração do passivo e definição da taxa de juros parâmetro.

10. Alinhado a isso, a Secretaria de Previdência edita anualmente a portaria na qual divulga a taxa de juros parâmetro a ser utilizada nas avaliações atuariais dos Regimes Próprios de Previdência Social, em concordância com a duração do passivo atuarial. Para as avaliações atuariais de 2022, com data base em 31/12/2021, foi editada a Portaria SPREV nº 6.132, de 25 de maio de 2021, que deve ser utilizada como base para determinação da taxa real de juros.

11. Dessa forma, com base no inciso II do art. 26 Portaria nº 464/2018, considerando as orientações da Instrução Normativa nº 02/2018, foi determinada a duração do passivo atuarial do RPPS da União, que figurou em 13,2 anos. Com essa duração, e com base na Portaria SPREV nº 6.132/2021, determinou-se a taxa real de juros correspondente a 4,77% a.a.

12. Uma vez que a “taxa real de crescimento das remunerações” e a “taxa atuarial de juros” foram tratadas anteriormente, salienta-se que este Relatório contemplará apenas os testes de aderência e adequação das “taxas de sobrevivência de válidos e inválidos e de entrada em invalidez”, que foram possíveis de serem verificadas, embora, com limitações, sendo o que se apresenta nas sessões a seguir.

## Teste de Aderência e Adequação das Tábuas Biométricas

13. A presente seção tem o intuito de avaliar a aderência das tábuas biométricas, aplicadas aos servidores válidos e inválidos utilizadas na Avaliação Atuarial da União, visando sua adequação à massa de beneficiários. Nesse sentido, são apresentados a seguir os insumos utilizados para essa avaliação, as metodologias adotadas, os resultados dos testes de aderência e demais considerações.

14. As principais tábuas utilizadas para a Avaliação Atuarial da União são decorrentes da experiência de mortalidade vivenciada por essa mesma massa de beneficiários ao longo do tempo, produzidas por meio de Acordo de Cooperação Técnica com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Para fins dessa avaliação atuarial, conforme Nota SEI nº 12/2021/COAT/CGACI/SRPPS/SPREV/SEPRT-ME, as tábuas biométricas são aplicadas aos seguintes grupos, conforme segue:

a) Sobrevivência dos servidores válidos e inválidos: tábua específica dos servidores civis da União, segregada por sexo e por escolaridade do cargo (nível médio e nível superior);

b) Sobrevivência dos aposentados válidos e inválidos: tábua específica dos servidores civis da União, segregada por sexo e com escolaridade nível médio;

c) Sobrevivência dos pensionistas válidos e inválidos: tábua de mortalidade geral IBGE 2020 - extrapolada a partir da idade de 80 anos, por sexo;

d) Taxas de entrada em invalidez: taxas definidas na tábua “Álvaro Vindas”.

15. Em relação à alínea “c”, por falta de dados necessários para a elaboração de testes de aderência, não foi possível a avaliação da adequação da tábua biométrica aplicada à sobrevivência dos pensionistas válidos e inválidos. Desta forma, para referido grupo foi aplicada a tábua de mortalidade gral IBGE 2020 – extrapolada

a partir da idade de 80 anos, por sexo, por ser o limite mínimo permitido pela Portaria MF nº 464/2018, art. 21, inciso I, alínea “a”.

16. Quanto às alíneas “a” e “b”, embora as tábuas biométricas aplicadas para a sobrevivência dos servidores e dos aposentados sejam fruto da experiência de mortalidade vivenciada pela mesma massa de segurados ao qual se aplica as tábuas, o acompanhamento de sua aderência, quanto ao nível e padrão de mortalidade (que remetem à sobrevivência, dada pela expectativa vida, e ao comportamento da mortalidade em cada idade, que determina o formato da curva de mortalidade, respectivamente), é imprescindível para se verificar a necessidade de ajustes nessas tábuas, uma vez que o nível e padrão da mortalidade podem mudar ao longo do tempo, especialmente tratando-se de uma população aberta e com dinâmica particular.

17. Dessa forma, os testes estatísticos, também denominados de testes de hipóteses, e outros, auxiliam nesse sentido, possibilitando se aferir com algum nível de significância o quanto que as tábuas biométricas empregadas estão prevendo os eventos nessa massa de beneficiários, indicando o grau de aceitabilidade dessas tábuas e suas necessidades de adequação. Esses testes fazem uso, em geral, do histórico de eventos, com base em uma análise retrospectiva, comparativamente aos eventos estimados pelas tábuas biométricas em função da massa de beneficiários.

18. O Teste de Hipóteses consiste em fazer inferência sobre determinada afirmação, tida como hipótese, sobre uma população, indicando se essa é verdadeira. O procedimento é realizado por meio de técnicas estatísticas, tomando por base uma amostra. O teste requer a definição das hipóteses a serem testadas, denominadas de hipótese nula ( $H_0$ ) e hipótese alternativa ( $H_1$ ). Em geral, o princípio do teste é rejeitar  $H_1$  em favor de  $H_0$ , ainda que essa ordem possa mudar a depender do teste utilizado e de sua formulação. Uma vez que os resultados estimados, com base na amostra, sejam significativamente divergentes do observados, estatisticamente, considera-se que há evidências suficientes para rejeitar a hipótese nula. No entanto, se o contrário ocorrer, e os resultados estimados forem significativamente similares aos observados, estatisticamente, considera-se que há evidências suficientes para não rejeição da hipótese nula.

19. Com isso, as análises dispendidas visam aferir com algum nível de significância a aderência de hipóteses sob os seguintes aspectos:

a) averiguar se as tábuas em análise possuem distribuição dos eventos estatisticamente similar à distribuição efetivamente observada para a massa de beneficiários em estudo;

b) averiguar se as tábuas em análise estimam, em relação ao número de eventos, o quantitativo estatisticamente similar ao efetivamente observado para a massa de beneficiários em estudo;

c) visualizar graficamente, e por meio de índices estatísticos, o comportamento dos eventos observados, comparativamente aos eventos esperados, para identificar diferenças estatisticamente significantes;

d) visualizar e apurar o grau de relação estatística entre os eventos estimados, com base nas tábuas, e os eventos efetivamente observados para a massa de beneficiários em estudo (com base nas estatísticas disponíveis).

20. De todo o modo, ressalta-se que os testes e procedimentos expostos a seguir, que possuem aplicações distintas com níveis de significância ou confiança distintos, possibilitam analisar tendências e comportamentos em um contexto estatístico com base no histórico de eventos observados e estimados, sendo indicativos quanto ao uso das tábuas biométricas, em função dos resultados dos testes, cabendo ao corpo técnico, com

base no art. 15 da Portaria MF nº 464/2018, o emprego de outras metodologias para se promover adequações nesses parâmetros, quando houver evidências conclusivas de sua necessidade. Ainda assim, esses testes e procedimentos são pontos importantes de análise e possibilitam se aferir minimamente quanto à aderência, comportamento e tendência, o que viabiliza o direcionamento das medidas a serem empregadas quanto aos parâmetros em análise.

## Metodologias de Testes: Conceitos e Aplicações

21. Os testes, estatísticas e procedimentos apresentados a seguir foram utilizados para avaliar a adequação das tábuas biométricas específicas dos servidores civis da União, segregada por sexo e por escolaridade do cargo (nível médio e nível superior), adotadas como parâmetros para a sobrevivência dos servidores e aposentados válidos e inválidos, e da tábua “Álvaro Vindas” que foi adotada como premissa para as taxas de entrada em invalidez.

### Kolmogorov-Smirnov

22. O teste de Kolmogorov-Smirnov,  $K - S$ , teste não paramétrico, é utilizado para analisar se duas amostras foram extraídas de uma mesma população. No caso da aderência é utilizado para testar a hipótese de que um conjunto de dados provém, ou não, de uma mesma distribuição. Quanto às tábuas biométricas, a comparação é feita considerando-se a função acumulada de distribuição empírica, observada, e a função acumulada de distribuição teórica, esperada, para os valores amostrais<sup>8</sup>. Para esse teste utiliza-se como estatística de teste a diferença máxima observada entre as funções de distribuição acumulada<sup>9</sup>.

23. O primeiro passo para se realizar um teste de hipóteses é a definição das hipóteses a serem testadas, motivo que, para as tábuas biométricas em análise, definem-se as seguintes hipóteses:

$H_0$ : A tábua biométrica em análise ajusta-se à distribuição dos dados;

$H_1$ : A tábua biométrica em análise não se ajusta à distribuição dos dados.

24. A aplicação do teste de  $K - S$  requer a construção de duas funções cumulativas, uma para a distribuição empírica e outra para a distribuição teórica. A distribuição empírica decorre dos eventos observados para a amostra extraída e, no caso da distribuição teórica, essa é obtida a partir dos eventos gerados pela aplicação das probabilidades de ocorrência decorrentes das tábuas em análise sobre a população exposta.

25. Considerando  $P_1(x)$  e  $P_2(x)$  como as funções de distribuição de duas amostras aleatórias independentes de tamanhos  $n$  e  $m$ , respectivamente. Considerando também que  $S_1(x)$  equivale à função de distribuição acumulada empírica, tomando por base a amostra de tamanho  $n$ , e  $S_2(x)$  equivale à função de

---

<sup>8</sup>MORETTIN, Pedro Alberto, Estatística Básica/Pedro A. Morettin, Wilton O. Bussab. – 6. ed. – São Paulo: Saraiva, 2010.

<sup>9</sup>Estatística Não-Paramétrica para Ciências do Comportamento, 2ª edição, Sidney Siegel e N. John Castellan, Jr., Artmed, 2006, 448 p.

distribuição acumulada teórica, com base na amostra de tamanho  $m$ , a estatística de teste de  $K - S$ , para o teste Unilateral<sup>10</sup>, denotada por  $D_{Calculado}$  será dada como:

$$D_{Calculado} = [\max[S_1(x) - S_2(x)]] \quad (1)$$

26. No teste de  $K - S$ , a distribuição amostral de  $D_{Calculado}$  é conhecida, e determina-se a região de rejeição com base em valores tabelados. Com isso, a rejeição de  $H_0$  se dá quando existem evidências de que as amostras não pertencem a uma mesma população, nesse caso  $D_{Calculado} > D_{Tabelado}$ . Ainda assim, as conclusões desse teste de hipóteses podem também fazer uso da comparação entre o  $p - valor$  calculado e o nível de significância,  $\alpha$ , definido, dado que, se o  $p - valor$  for inferior ao nível de significância, então rejeita-se  $H_0$ . No caso em análise, espera-se dos resultados que a hipótese nula não seja rejeitada, o que significa dizer que existem evidências de que a tábua em análise se ajusta à distribuição dos dados.

27. O teste de  $K - S$  possui larga aplicação nas ciências estatísticas e em muitas outras áreas do conhecimento. Há vasta literatura que aprofundam as aplicações desse teste, quanto à sua base matemática, procedimentos metodológicos e de análise que podem ser consultados livremente.

### **X<sup>2</sup> - Qui-Quadrado**

28. O teste  $X^2 - Qui - Quadrado$  objetiva analisar se o número de eventos gerados pela aplicação das tábuas biométricas sobre a população exposta é estatisticamente equivalente ao número de eventos observados na massa de beneficiários, partindo do pressuposto de que as tábuas biométricas analisadas são aderentes à massa de beneficiários em estudo.

29. Muito embora esse teste não permita aferir a hipótese de aderência das tábuas biométricas, o que ocorre somente no teste de  $K - S$ , ele permite inferir com algum nível de significância estatística se há compatibilidade entre o quantitativo de eventos estimados e os efetivamente observados no período de análise definido. O teste afere se há independência entre duas variáveis mensuradas nas mesmas unidades experimentais, as tábuas biométricas e o quantitativo de eventos observados para a massa de beneficiários. Desse modo, definem-se as seguintes hipóteses para esse teste:

$H_0$ : O número esperado de eventos, ao utilizar a tábua em análise, é estatisticamente igual ao número observado de eventos;

$H_1$ : O número esperado de eventos, ao utilizar a tábua em análise, não é estatisticamente igual ao número observado de eventos.

30. A aplicação do teste  $X^2 - Qui - Quadrado$  requer o cálculo do valor da estatística de teste  $X^2$ , que é obtida aplicando-se a formulação<sup>11</sup> a seguir:

---

<sup>10</sup>Utiliza-se o teste Unilateral para se testar a diferença na direção de  $H_1$ . Nos testes que consideram as tábuas biométricas testa-se a probabilidade de a distribuição empírica observada ser menor ou igual à distribuição teórica esperada.

<sup>11</sup> A dedução das formulações e outras especificidades podem ser consultadas no livro "MORETTIN, Pedro Alberto, Estatística Básica/Pedro A. Morettin, Wilton O. Bussab. – 6. ed. – São Paulo: Saraiva, 2010".

$$X_{Calculado}^2 = \sum_i^r \sum_j^k \frac{(O_{ij} - E_{ij})^2}{E_{ij}} \quad (2)$$

Em que:

$O_{ij}$  – Corresponde ao número observado de eventos categorizados na i-ésima linha e j-ésima coluna;

$E_{ij}$  – Corresponde ao número de eventos esperados na i-ésima linha e j-ésima coluna quando  $H_0$  é verdadeira;

$r$  – Corresponde ao número de Linhas;

$k$  – Corresponde ao número de Colunas.

31. Uma vez definidas as hipóteses e calculada a estatística de teste,  $X_{Calculado}^2$ , é necessário definir o grau de liberdade,  $GL$ , e o nível de significância do teste,  $\alpha$ , aqui fixado em  $\alpha = 0,05$ . O grau de liberdade corresponde à diferença entre o número de classes de resultados e o número de informações da amostra que é necessário para o cálculo dos valores esperados em cada classe. Assim, o  $GL$  pode ser obtido da seguinte maneira:

$$GL = (n^{\circ} \text{ linhas} - 1) \times (n^{\circ} \text{ colunas} - 1) \quad (3)$$

32. Desse modo, o número de linhas e o número de colunas corresponde aos decorrentes da tabela conforme apresentado a seguir. Dado que se trata de uma tabela de contingência  $2 \times 2$ , o grau de liberdade será, nesse caso, igual a “1”. A literatura<sup>12</sup> relata que quando se trabalha com tabelas de contingências nessa escala, uma vez que se incorpora a correção de continuidade, há um ganho quanto à sensibilidade de aproximação para  $X_{Calculado}^2$ .

| Evento         | Massa de Beneficiários | Tábua em análise |
|----------------|------------------------|------------------|
| Ocorrência     | Observadas(A)          | Esperadas(B)     |
| Não ocorrência | Observadas(C)          | Esperadas(D)     |

33. Uma vez estabelecidos o grau de liberdade e o nível de significância, pode-se obter o valor da estatística de teste comparativo,  $X_{Tabelado}^2$ , que corresponde a um valor tabelado que consta da tabela de distribuição acumulada da função Qui-Quadrado. Nesse caso, a distribuição de Qui-Quadrado é conhecida, e a área de rejeição do teste é determinada a partir de valores tabelados.

34. O teste determina se há evidências estatísticas de que a tábua biométrica em análise estima quantitativos diferentes de eventos em relação aos observados, sendo que isso corre quando as estatísticas dos testes resultarem em  $X_{Calculado}^2 > X_{Tabelado}^2$ . A estatística de teste obtida para  $X_{Calculado}^2$  é dada pelo  $p$  – valor, com distribuição Qui-Quadrado com 1 grau de liberdade. Para  $X_{Tabelado}^2$ , considerando uma

---

<sup>12</sup> MORETTIN, Pedro Alberto, Estatística Básica/Pedro A. Morettin, Wilton O. Bussab. – 6. ed. – São Paulo: Saraiva, 2010. 402 p.

distribuição Qui-Quadrado com 1 grau de liberdade a um nível de significância de 5%, o valor será fixo em 3,84.

### RMSE – Root Mean Square Error

35. O RMSE – Root Mean Square Error, Raiz do Erro Quadrático Médio, é uma medida sintética utilizada para se aferir a qualidade de ajuste, comumente utilizado em modelos de regressão, com o objetivo de medir a variabilidade entre conjuntos de dados a partir dos resíduos<sup>13</sup>. A hipótese adotada é que quanto menor a variabilidade entre os dados, maior é a aderência entre o conjunto de dados.

36. Para essa aplicação, o RMSE considerou a distribuição empírica e teórica obtidas do teste de  $K - S$ , que advém de dados da população e tábuas em análise. A formulação do RMSE é expressa pela raiz quadrada do quadrado médio dos desvios entre os valores observados e estimados, da distribuição empírica e teórica.

$$RMSE_k^i = \sqrt{\frac{\sum_{x=0}^n (E_x^{ki} - O_x^k)^2}{n}} \quad (4)$$

Em que:

$RMSE_k^i$  → Corresponde ao indicador calculado para a massa de beneficiários  $k$  e tábua biométrica  $i$ ;

$O_x^k$  → Corresponde aos eventos observados para a massa de beneficiários  $k$  na idade  $x$ ;

$E_x^{ki}$  → Corresponde aos eventos estimados para a massa de beneficiários  $k$  e tábua biométrica  $i$  na idade  $x$ ;

$n$  → Equivale ao número de pontos usados para o cálculo da RMSE, grupos etários ou idades simples.

37. O RMSE<sup>14</sup> possui relação inversa com o Coeficiente de Correlação, pois, quando esse coeficiente é igual a 1, o RMSE é igual a zero, uma vez que todos os pontos em uma linha de regressão se ajustam. Desse modo, quanto menor o valor de RMSE, melhor o ajuste dos dados, o que implica dizer, no caso das tábuas biométricas, que os valores estimados por essas tendem a ser condizentes com os valores observados para a massa de beneficiários em estudo.

---

<sup>13</sup> GOLDFELD, Stephen M. SICHEL, Daniel E. On the misuse of forecast errors to distinguish between level and first difference specifications. *Economics Letters* 23. p. 173-176, Elsevier Science Publishers B.V (North-Holland), Princeton University, Princeton, NJ, USA. 1987.; PLOSSER, C.; G. SCHWERT; WHITE, H. Differencing as a test of specification. *International Economic Review*, Vol. 23, N.3, October 1982.

UMAR, Y. H.; CHUKWUDI, U. J. Modeling Mortality Rates Using Heligman-Pollard and Lee-Carter in Nigeria. *American Journal of Theoretical and Applied Statistics* 2019; 8(6): 221-239.

<sup>14</sup> Barnston, A. G. (1992). Correspondence among the Correlation, RMSE, and Heidke Forecast Verification Measures; Refinement of the Heidke Score. *Weather and Forecasting*, 7(4), 699–709.

38. Um instrumento que auxilia o RMSE são os Diagramas de Dispersão<sup>15</sup>. Esse tipo de gráfico possibilita visualizar o comportamento de uma variável dependente em relação a uma variável independente, ou mesmo para se aferir a dispersão entre dois conjuntos de dados. Com esse instrumento se agrega também o Coeficiente de Determinação, denotado por  $R^2$ , que quantifica a variabilidade nos dados que é explicada por um modelo de regressão ajustado. Na prática, o  $R^2$  indica o quanto que os eventos observados estão ajustados aos eventos estimados. O  $R^2$  resulta valores que variam de 0 a 1, e, quanto mais próximos de 1, melhor a qualidade do ajuste entre os dados.

## Dados e Procedimentos

39. Para a realização dos testes e procedimentos empregados nessa análise foram utilizados, além da tábua biométrica específica dos servidores civis da União, segregada por sexo e por escolaridade do cargo, e da tábua biométrica “Álvaro Vindas”, os dados relativos aos quantitativos de servidores e aposentados e de eventos, óbitos e entrada em invalidez, ocorridos ao longo de 2015 e 2020. Esses dados foram extraídos da base de dados do SIAPE (Sistema Integrado de Administração de Pessoal) que congrega as informações dos servidores do poder executivo civil da União.

40. Destaca-se que a base de dados do SIAPE corresponde à mesma fonte de informação que possibilitou a construção da tábua biométrica específica dos servidores civis da União, segregada por sexo e por escolaridade do cargo, aqui avaliada. Ainda assim, ressalta-se que embora a qualidade das informações relativas ao SIAPE indique ter melhorado ao longo do tempo, ainda se verificam inúmeras inconsistências que requerem algum tipo de validação e correção (como, por exemplo, os *missing* nas informações de escolaridade do cargo, tanto para população, quanto para os óbitos, e a inconsistências das informações de idade nesses dados). Embora sejam pontos importantes de verificação, são quantitativos pouco significantes frente ao universo dos dados, e para essa análise, os dados considerados inconsistentes foram desconsiderados ou reclassificados.

41. É importante salientar que em relação ao quantitativo de servidores e aposentados considerados para a análise aqui pretendida, não há prejuízo quanto aos dados desconsiderados pelos filtros aplicados. No entanto, destaca-se que, no que se refere aos eventos avaliados, óbitos e entrada em invalidez, observa-se que além de informações inconsistentes, acredita-se que esses dados estejam subenumerados, e requerem melhor investigação dos motivos que levam à essa condição.

42. Ainda assim, acredita-se que, por ora, os dados utilizados sejam suficientes para as análises pretendidas, mas sugere-se uma melhor validação das informações por parte da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia, que tratam das informações do SIAPE.

43. Destaca-se que o quantitativo de servidores e aposentados e de óbitos foram avaliados por sexo e nível de escolaridade do cargo, de modo a compatibilizar as análises com o emprego das respectivas tábuas biométricas.

---

<sup>15</sup> GUJARATI, Damodar N. *Econometria Básica*/Damondar Gujarati: tradução de Maria José Cyhlar Monteiro. - Rio de Janeiro: Elsevier, 2006 – 3º.

44. Essas análises enfatizam a necessidade de melhor gestão das informações. A ausência de órgão ou entidade gestora única deixa prejudicado essa questão. Por esse motivo, não foi possível considerar para essa análise as informações relativas aos demais Poderes, uma vez que não há uma forma padronizada e centralizada dessas informações, sendo necessário a requisição individual à cada órgão dos poderes que compõem o RPPS da União, o que não foi possível para esta análise, que se faz apenas com as informações do poder “executivo”.

45. As alterações promovidas no leiaute de solicitação de dados para a avaliação atuarial a partir de 2021, e seguintes, podem contribuir para melhor realização dos testes e validações aqui pretendidos, uma vez que poderão abranger as informações dos demais poderes e órgãos.

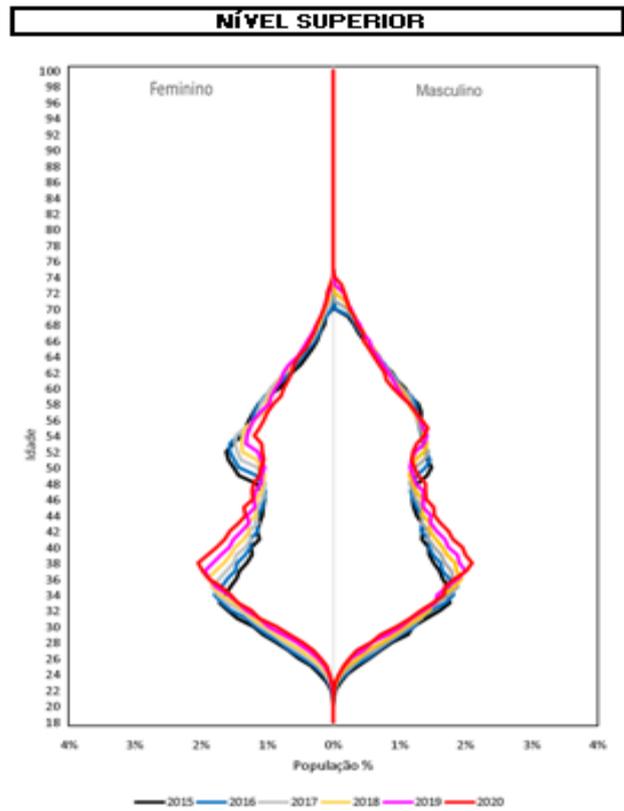
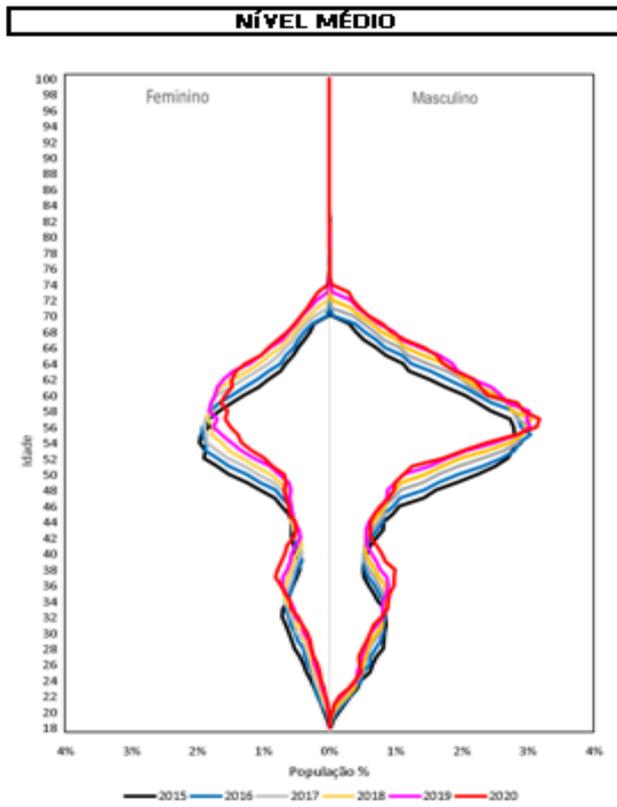
46. É necessário destacar também que, ainda que as análises dispendidas deem indícios estatísticos da aderência das tábuas biométricas, essas análises não são inteiramente conclusivas, mas sim norteadoras do comportamento e tendência em função dos eventos observados e estimados.

47. As alterações decorrentes, indicadas por qualquer teste, devem ser avaliadas cautelosamente pela equipe técnica, ressaltando que são testes indicativos e não conclusivos, que julgará as medidas necessárias a serem adotadas para os ajustes das hipóteses adotadas quanto às tábuas biométricas, considerando a sensibilidade dessa premissa.

48. As metodologias empregadas para os testes de aderência e avaliação das tábuas biométricas são de uso comum, tanto no âmbito acadêmico, quanto no mercado atuarial, motivo pelo qual foram selecionadas para essa análise, ainda que não se esgote outras metodologias e métricas que podem ser agregadas em análises posteriores.

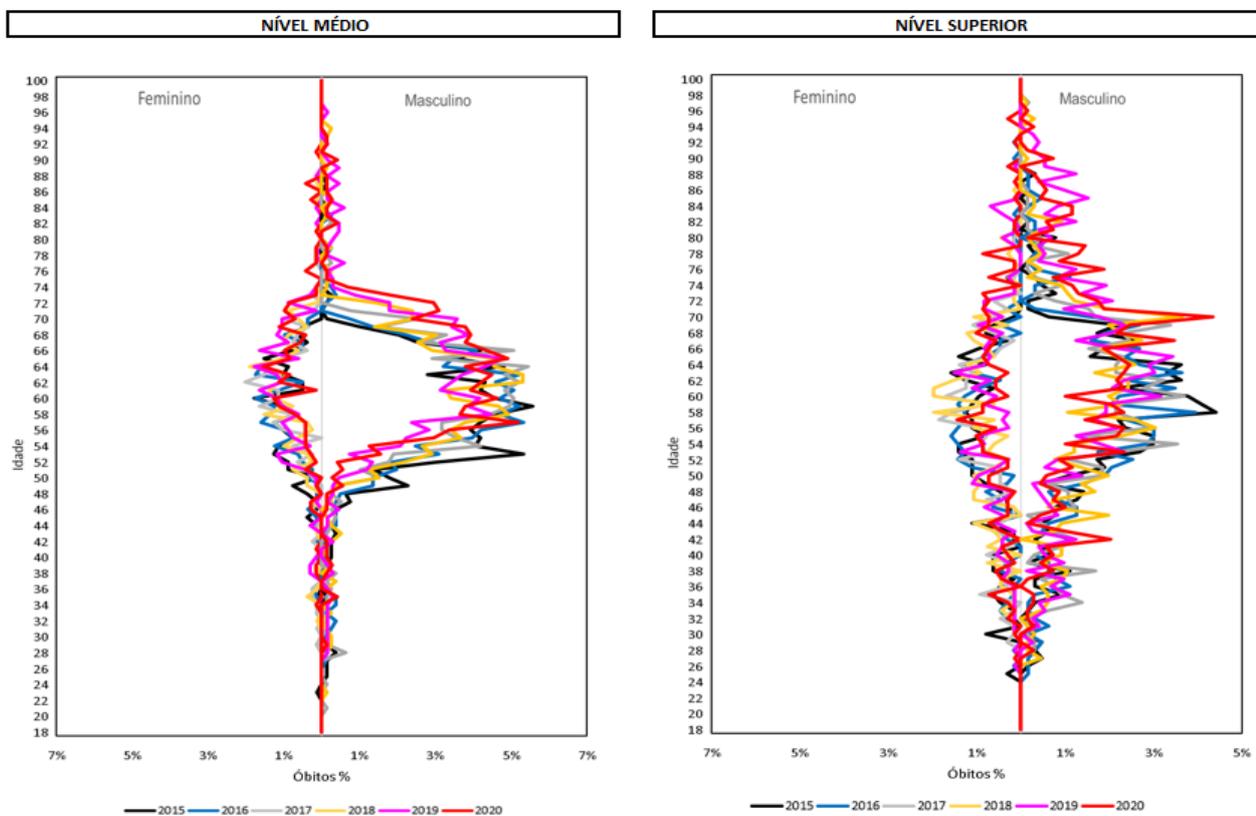
49. Por fim, destaca-se que apesar de constar neste Anexo a descrição sucinta quanto às metodologias e procedimentos metodológicos empregados, há uma vasta literatura de livre acesso na rede mundial de computadores (*internet*), além das aqui referenciadas, que podem dirimir as possíveis dúvidas de suas aplicações, além da dedução das formulações e das teorias estatísticas que originaram essas metodologias e métricas.

## Análise exploratória da distribuição etária e estatísticas dos servidores



(Continuação Figura 1)

### Análise exploratória da distribuição etária e estatísticas dos óbitos dos servidores



Fonte: SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Pessoal (2015 - 2020)

### Análises de Aderência das Tábuas Biométricas

50. Esta seção apresenta os resultados dos testes de aderência das tábuas biométricas e as análises decorrentes.

#### Kolmogorov-Smirnov

51. Os resultados do teste de  $K - S$  estão consolidados da Tabela 1 a seguir, na qual também se apresenta as estatísticas calculadas.

Tabela 1<sup>16</sup> – Resultados do teste de *Kolmogorov-Smirnov*.**SERVIDORES**

| Estatística                   | Feminino                     |                              | Masculino                |                          |
|-------------------------------|------------------------------|------------------------------|--------------------------|--------------------------|
|                               | Nível Médio                  | Nível Superior               | Nível Médio              | Nível Superior           |
| <i>D</i> <sub>Calculado</sub> | 8,84%                        | 5%                           | 10%                      | 11%                      |
| n                             | 162                          | 185                          | 602                      | 468                      |
| m                             | 230                          | 259                          | 905                      | 629                      |
| <i>p</i> -valor               | 22,60%                       | 57,70%                       | 0,11%                    | 0,14%                    |
| <i>Significância</i>          | 5,00%                        | 5,00%                        | 5,00%                    | 5,00%                    |
| <b>Decisão</b>                | Não Rejeitar a Hipótese Nula | Não Rejeitar a Hipótese Nula | Rejeitar a Hipótese Nula | Rejeitar a Hipótese Nula |
| <b>Desvio Médio</b>           | 2,24                         | 2,31                         | 8,63                     | 5,43                     |

**APOSENTADOS**

| Estatística                   | Válido                   |                          | Inválido                     |                              |
|-------------------------------|--------------------------|--------------------------|------------------------------|------------------------------|
|                               | Feminino                 | Masculino                | Feminino                     | Masculino                    |
| <i>D</i> <sub>Calculado</sub> | 10,98%                   | 15,61%                   | 8,69%                        | 2,88%                        |
| n                             | 2985                     | 7277                     | 588                          | 1491                         |
| m                             | 3616                     | 7149                     | 255                          | 611                          |
| <i>p</i> -valor               | 0,00%                    | 0,00%                    | 6,83%                        | 48,68%                       |
| <i>Significância</i>          | 5,00%                    | 5,00%                    | 5,00%                        | 5,00%                        |
| <b>Decisão</b>                | Rejeitar a Hipótese Nula | Rejeitar a Hipótese Nula | Não Rejeitar a Hipótese Nula | Não Rejeitar a Hipótese Nula |
| <b>Desvio Médio</b>           | 34,06                    | 77,57                    | 3,95                         | 10,34                        |

**ENTRADA EM INVALIDEZ**

| Estatística                   | Ambos os sexos |
|-------------------------------|----------------|
| <i>D</i> <sub>Calculado</sub> | 23,69%         |

<sup>16</sup>Da Tabela 1: “n” corresponde ao número de eventos observados; “m” corresponde ao número de eventos estimados pela aplicação das tábuas biométricas.

|                      |                          |
|----------------------|--------------------------|
| <b>n</b>             | 973                      |
| <b>m</b>             | 1365                     |
| <b>p-valor</b>       | 0,00%                    |
| <b>Significância</b> | 5,00%                    |
| <b>Decisão</b>       | Rejeitar a Hipótese Nula |
| <b>Desvio Médio</b>  | 12,35                    |

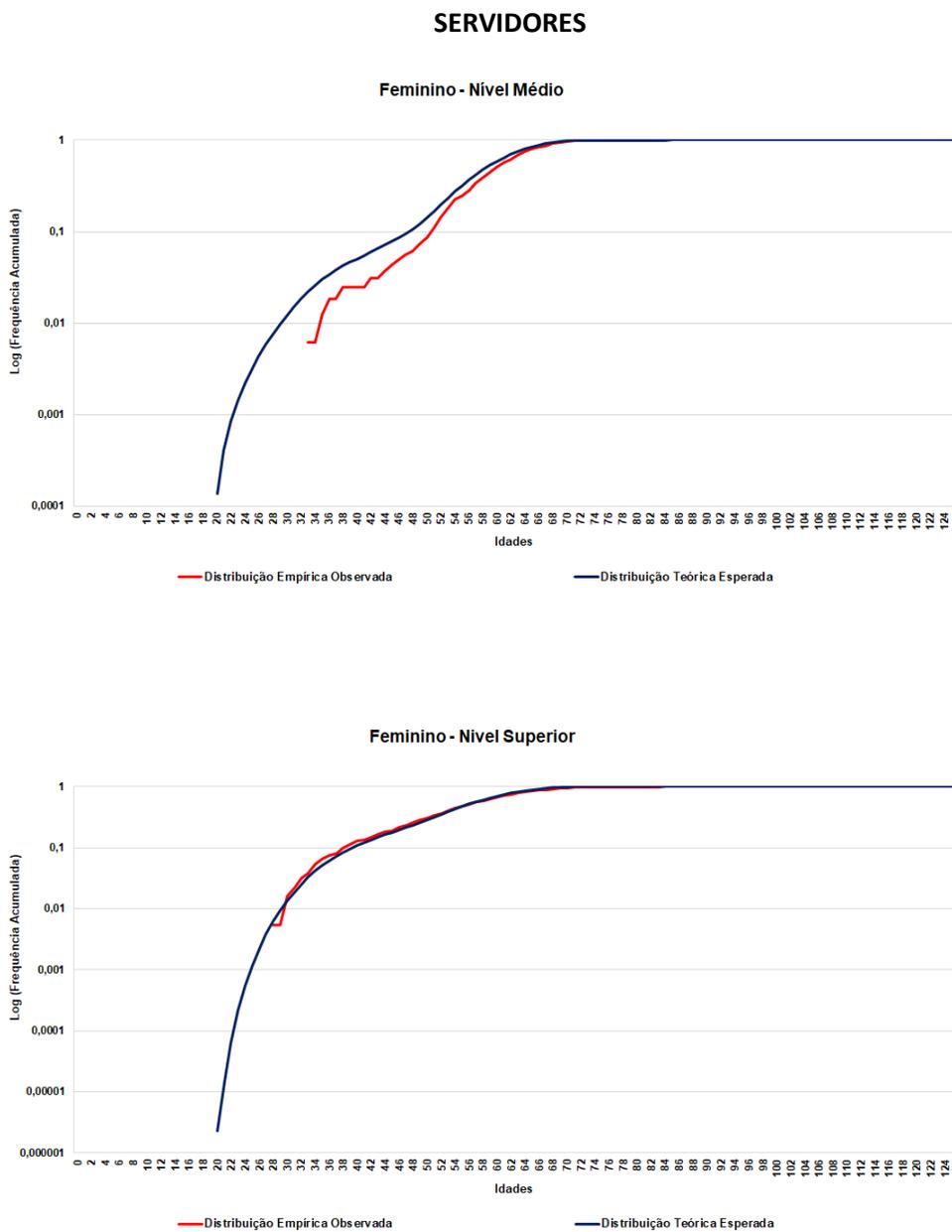
Fonte: SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Pessoal (2015 - 2020)

52. Dos resultados pode-se destacar que:

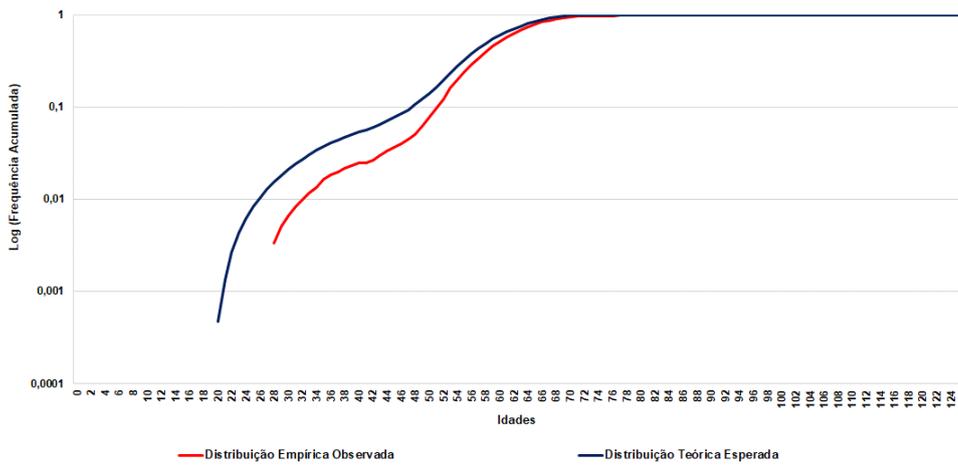
- a) Servidores: a hipótese nula foi rejeitada no caso da tábua relativa aos servidores do sexo masculino para ambas as escolaridades. Isso significa dizer, pelo teste estatístico, que “a tábua biométrica em análise não se ajusta à distribuição dos dados”. Para essas mesmas tábuas constata-se que as estatísticas de “Desvio Médio”, que representam a média do desvio dos dados em relação à sua média, são maiores comparadas às dos servidores do sexo feminino, o que indica uma maior variação entre os dados observados e estimados/esperados pela aplicação das respectivas tábuas;
- b) Aposentados: a hipótese nula foi rejeitada no caso da tábua relativa aos aposentados válidos para ambos os sexos. Isso significa dizer, pelo teste estatístico, que “a tábua biométrica em análise não se ajusta à distribuição dos dados”. Para essas mesmas tábuas constata-se que as estatísticas de “Desvio Médio”, que representam a média do desvio dos dados em relação à sua média, são maiores comparadas às dos aposentados inválidos, o que indica uma maior variação entre os dados observados e estimados/esperados pela aplicação das respectivas tábuas;
- c) Entrada em invalidez: a hipótese nula foi rejeitada. Isso significa dizer, pelo teste estatístico, que “a tábua biométrica em análise não se ajusta à distribuição dos dados”.

53. De forma auxiliar aos resultados dos testes de  $K - S$ , as distribuições acumuladas dos eventos observados e estimados/esperados possibilitam visualizar o comportamento desses eventos em função das idades segundo a aplicação das respectivas tábuas biométricas. Nesse sentido, essas distribuições são apresentadas na Figura 1 a seguir.

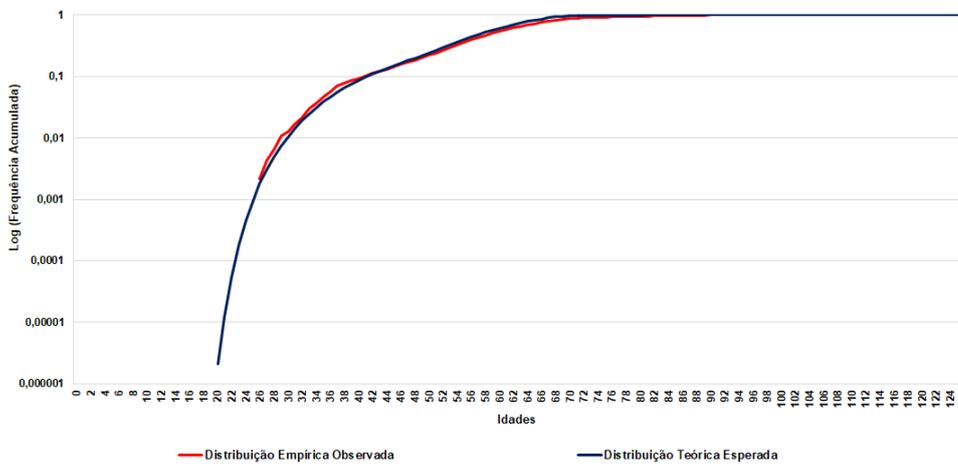
Figura 1 – Distribuição acumulada de eventos observados e esperados em escala logarítmica.



### Masculino - Nível Médio

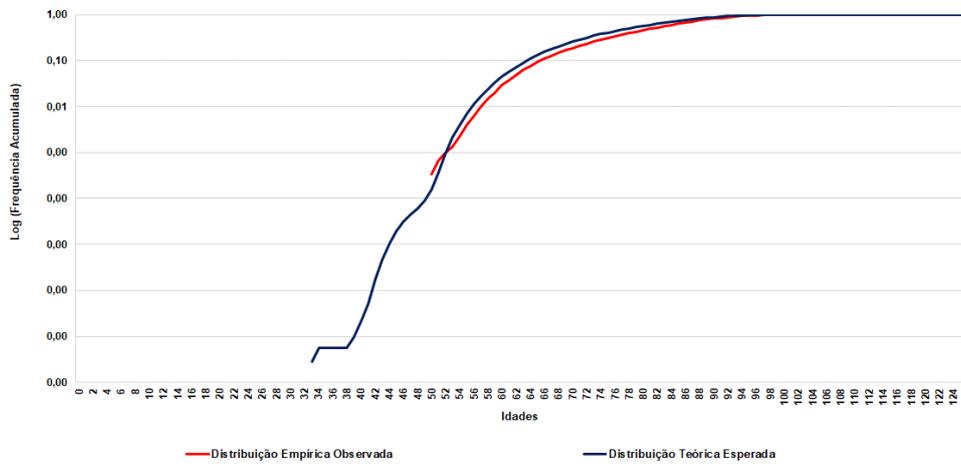


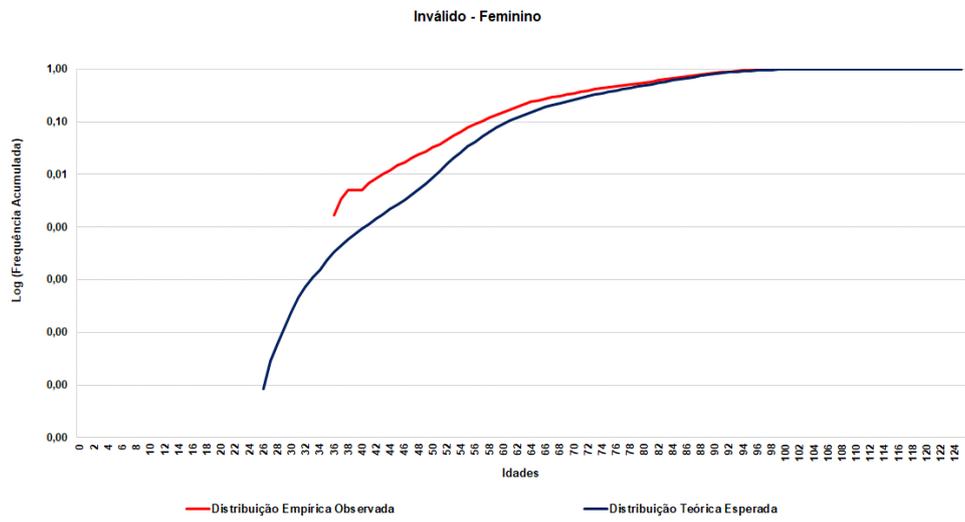
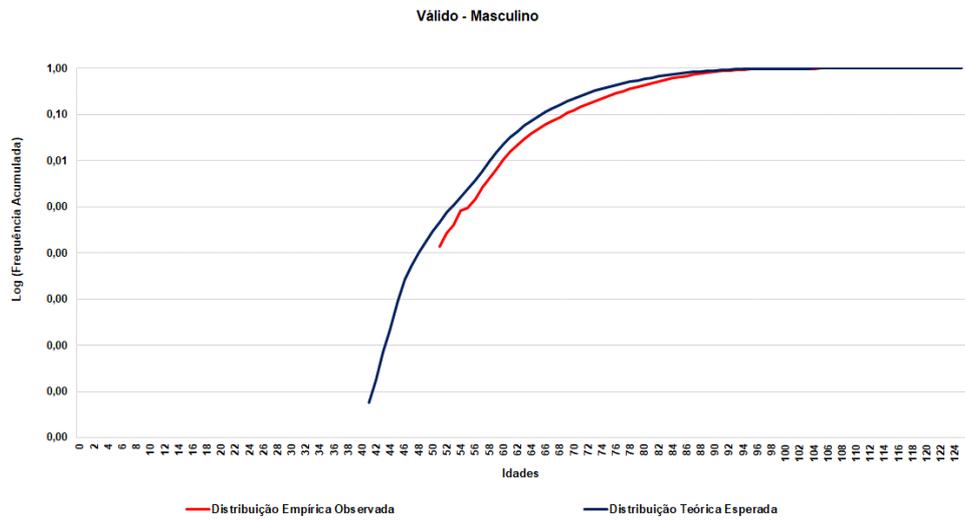
### Masculino - Nível Superior



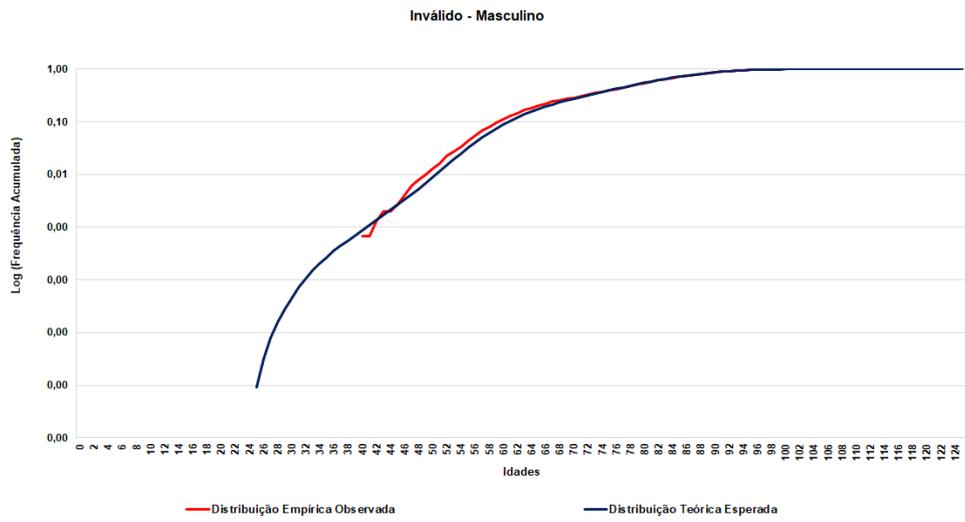
## APOSENTADOS

### Válido - Feminino

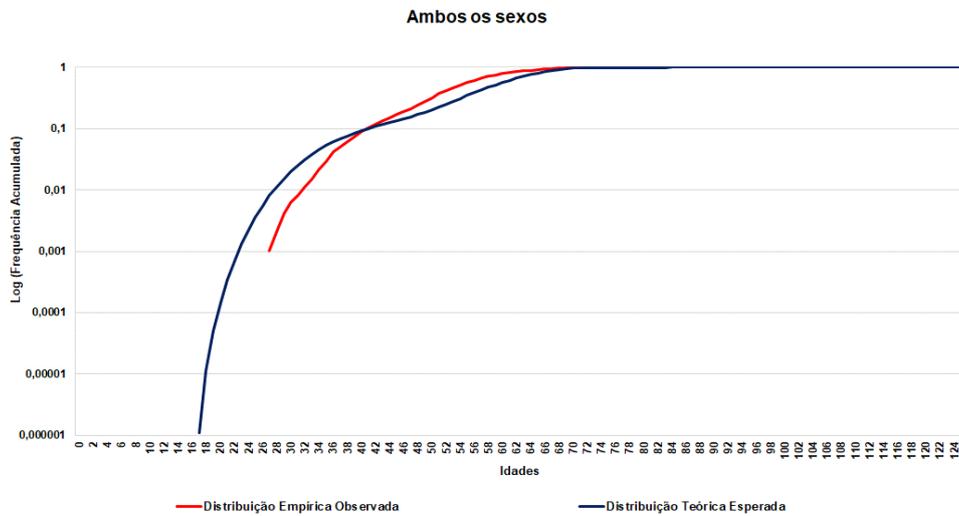




(Continuação Figura 1)



## ENTRADA EM INVALIDEZ



Fonte: SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Pessoal (2015 - 2020)

54. Os gráficos dispostos na Figura 1 mostram que:

- a) Servidores: as distribuições analisadas possuem padrões equivalentes, em que a distribuição dos eventos ao longo das idades é similar entre as curvas. No entanto, quanto ao nível, a distância entre as curvas, observa-se que, em concordância com o teste de  $K - S$ , fica mais evidente as variações relativas para as distribuições que consideram a tábua biométrica dos servidores do sexo masculino de cargo de nível médio.

Pela análise gráfica, as distribuições que consideram a tábua biométrica dos servidores de nível superior são as mais aderentes às suas distribuições observadas;

- b) Aposentados: à exceção da tábua biométrica dos aposentados inválidos do sexo feminino, as distribuições analisadas possuem padrões equivalentes, em que a distribuição dos eventos ao longo das idades é similar entre as curvas. No entanto, quanto ao nível, a distância entre as curvas, observa-se que, em concordância com o teste de  $K - S$ , há uma ligeira variação para as distribuições que consideram as tábuas biométricas dos aposentados válidos.

Pela análise gráfica, as distribuições que consideram a tábua biométrica dos aposentados inválidos do sexo masculino é a mais aderente à sua distribuição observada;

- c) Entrada em invalidez: em concordância com o teste de  $K - S$ , as distribuições analisadas não possuem padrões equivalentes, ou seja, a distribuição dos eventos ao longo das idades não é similar entre as curvas.

Pela análise gráfica, observa-se claramente que, até os 40 anos de idade, as estimativas são razoavelmente superiores aos eventos observados, e que, após os 40 anos de idade, as estimativas passam a ser inferiores às observadas.

55. É importante destacar que as variações nos níveis entre as distribuições não refutam, necessariamente, a hipótese de aderência das tabuas biométricas, uma vez que as deficiências quanto ao nível

podem ser facilmente ajustadas por uso de técnicas atuariais, estatísticas ou demográficas que regulam o nível das taxas das tábuas biométricas. Releva-se ainda que, ao contrário das estimativas das tábuas biométricas, as curvas observadas não são suavizadas, o que reflete as distorções no início das curvas.

56. Desses resultados extrai-se que o teste de  $K - S$  indica que as seguintes tábuas requerem uma análise mais cuidadosa:

- a) tábua dos servidores do sexo masculino de cargo de nível médio, tendo em vista que houve rejeição da hipótese nula e, da análise gráfica, pela distribuição acumulada dos eventos, há variação relativa no nível das distribuições que podem indicar a necessidade de ajuste do nível;
- b) tábua de entrada em invalidez, tendo em vista que houve rejeição da hipótese nula e, da análise gráfica, pela distribuição acumulada dos eventos, há divergência nos padrões das curvas das distribuições.

57. Todos os resultados devem ser cuidadosamente avaliados considerando as deficiências apontadas ao longo deste Anexo, principalmente quanto aos dados utilizados para essas análises que podem enviesar os resultados, cabendo ao corpo técnico discutir as medidas de adequação, se necessário.

58. Destaca-se ainda que o comportamento dos eventos pode mudar no tempo, de modo que qualquer alteração no curto prazo, sem observar a perspectiva da série histórica, podem provocar distorções nos resultados atuariais.

59. Assim, ressalta-se a necessidade de análise aprofundada do comportamento dos dados e eventos no tempo, em especial sob a ótica de métodos e modelos de análise prospectivos. Esse tipo de análise poderá promover melhores ajustes nas tábuas biométricas adotadas na avaliação atuarial.

#### **X<sup>2</sup> - Qui-Quadrado**

60. A Tabela 2 a seguir apresenta os resultados do teste X<sup>2</sup> - Qui-Quadrado, que tem o intuito de aferir se há diferença estatisticamente significativa entre o quantitativo de eventos observados e estimados pelas tábuas biométricas em análise.

Tabela 2<sup>17</sup> – Resultados do teste  $X^2$  - Qui-Quadrado.**SERVIDORES**

| Estatísticas      |           | Feminino                 |                          | Masculino                |                          |
|-------------------|-----------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
|                   |           | Nível Médio              | Nível Superior           | Nível Médio              | Nível Superior           |
| Eventos           | Observado | 162                      | 185                      | 602                      | 468                      |
|                   | Estimado  | 230                      | 259                      | 905                      | 629                      |
| $X^2_{Calculado}$ |           | 11,47                    | 12,05                    | 61,03                    | 23,29                    |
| $\alpha$          |           | 5,00%                    | 5,00%                    | 5,00%                    | 5,00%                    |
| GL                |           | 1                        | 1                        | 1                        | 1                        |
| $X^2_{Tabelado}$  |           | 3,84                     | 3,84                     | 3,84                     | 3,84                     |
| p-valor           |           | 0,07%                    | 0,05%                    | 0,00%                    | 0,00%                    |
| Decisão           |           | Rejeitar a Hipótese Nula |

**APOSENTADOS**

| Estatísticas      |           | VÁLIDOS                  |                              | INVÁLIDOS                |                          |
|-------------------|-----------|--------------------------|------------------------------|--------------------------|--------------------------|
|                   |           | Feminino                 | Masculino                    | Feminino                 | Masculino                |
| Eventos           | Observado | 2.985                    | 7.277                        | 588                      | 1.491                    |
|                   | Estimado  | 3.616                    | 7.149                        | 255                      | 611                      |
| $X^2_{Calculado}$ |           | 61,35                    | 1,18                         | 135,18                   | 396,91                   |
| $\alpha$          |           | 5,00%                    | 5,00%                        | 5,00%                    | 5,00%                    |
| GL                |           | 1                        | 1                            | 1                        | 1                        |
| $X^2_{Tabelado}$  |           | 3,84                     | 3,84                         | 3,84                     | 3,84                     |
| p-valor           |           | 0,00%                    | 27,65%                       | 0,00%                    | 0,00%                    |
| Decisão           |           | Rejeitar a Hipótese Nula | Não Rejeitar a Hipótese Nula | Rejeitar a Hipótese Nula | Rejeitar a Hipótese Nula |

<sup>17</sup> Da Tabela 2: “ $\alpha$ ” corresponde ao nível de significância adotado; “GL” corresponde ao grau de liberdade do teste.

## ENTRADA EM INVALIDEZ

| Estatísticas      |           | Ambos os sexos           |
|-------------------|-----------|--------------------------|
| Eventos           | Observado | 973                      |
|                   | Estimado  | 1.365                    |
| $X^2_{Calculado}$ |           | 65,55                    |
| A                 |           | 5,00%                    |
| GL                |           | 1                        |
| $X^2_{Tabelado}$  |           | 3,84                     |
| p-valor           |           | 0,00%                    |
| Decisão           |           | Rejeitar a Hipótese Nula |

Fonte: SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Pessoal (2015 - 2020)

61. Em decorrência da revisão deste teste de hipótese, tem-se que ao contrário do que constou no Relatório de Análise das Hipóteses Biométricas referente à avaliação atuarial posicionada em 31/12/2021, os resultados obtidos segundo o teste  $X^2$  - Qui-Quadrado, à exceção da “tábua de aposentados válidos do sexo masculino”, indicam a existência de diferença estatisticamente significativa entre o número de eventos esperados e os observados, uma vez que houve rejeição da hipótese nula, revelando a não aderência dessas tábuas biométricas atualmente usadas na avaliação atuarial.

### RMSE – Root Mean Square Error

62. A seguir constam na Tabela 3 as estatísticas decorrentes da medida RMSE, da Correlação de Pearson<sup>18</sup> e do  $R^2$ , obtidas da relação entre os eventos observados e estimados pelas tábuas.

Tabela 3 – Medidas calculadas da relação entre os eventos observados e estimados.

### SERVIDORES

| Estatística           | Feminino    |                | Masculino   |                |
|-----------------------|-------------|----------------|-------------|----------------|
|                       | Nível Médio | Nível Superior | Nível Médio | Nível Superior |
| RMSE                  | 1,36        | 1,55           | 5,45        | 3,69           |
| Correlação de Pearson | 0,9647      | 0,9603         | 0,9856      | 0,9698         |

<sup>18</sup> Essa medida quantifica o grau de relação linear entre duas variáveis ou entre dois conjuntos de dados qualquer, e sua medida varia entre -1 e 1, sendo que, quanto mais próximo o valor das extremidades, maior o grau de associação. Se tende a 1 implica dizer que há uma correlação forte e positiva, e se tende a -1 implica dizer que há uma correlação forte negativa, e se tende a 0 (zero), implica em não ter relação linear entre os dados. (MORETTIN, Pedro Alberto, Estatística Básica/Pedro A. Morettin, Wilton O. Bussab. – 6. ed. – São Paulo: Saraiva, 2010).

|                      |        |        |        |        |
|----------------------|--------|--------|--------|--------|
| <b>R<sup>2</sup></b> | 0,9306 | 0,9221 | 0,9715 | 0,9406 |
|----------------------|--------|--------|--------|--------|

**APOSENTADOS**

| <b>Estatística</b>           | <b>Válido</b>   |                  | <b>Inválido</b> |                  |
|------------------------------|-----------------|------------------|-----------------|------------------|
|                              | <b>Feminino</b> | <b>Masculino</b> | <b>Feminino</b> | <b>Masculino</b> |
| <b>RMSE</b>                  | 13,59           | 34,12            | 4,32            | 12,18            |
| <b>Correlação de Pearson</b> | 0,9656          | 0,9400           | 0,9752          | 0,9910           |
| <b>R<sup>2</sup></b>         | 0,9324          | 0,8836           | 0,9511          | 0,9821           |

**ENTRADA EM INVALIDEZ**

| <b>Estatística</b>           | <b>Ambos os sexos</b> |
|------------------------------|-----------------------|
| <b>RMSE</b>                  | 11,59                 |
| <b>Correlação de Pearson</b> | 0,8276                |
| <b>R<sup>2</sup></b>         | 0,6849                |

Fonte: SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Pessoal (2015 - 2020)

63. As medidas apresentadas na Tabela 3 corroboram com os resultados apresentados nas seções anteriores. O RMSE mostra que as tábuas biométricas relativas aos servidores do sexo masculino de cargo de nível médio e aos aposentados válidos do sexo masculino possuem maiores distorções relativas se comparado aos resultados das demais tábuas. A análise<sup>19</sup> do RMSE é no sentido de que quanto menor o valor do RMSE melhor a precisão dos valores estimados pelas tábuas, uma vez que essa medida considera a distância entre os valores observados e estimados.

64. Em todos os casos, à exceção da tábua de entrada em invalidez, tanto a Correlação de Pearson, quanto o R<sup>2</sup>, estão muito próximos de 1, o que indica forte associação positiva entre os valores observados e estimados pelas tábuas biométricas. Ainda que tenham interpretações distintas, essas duas medidas vão no mesmo sentido de mostrar o grau de relação entre o conjunto de dados.

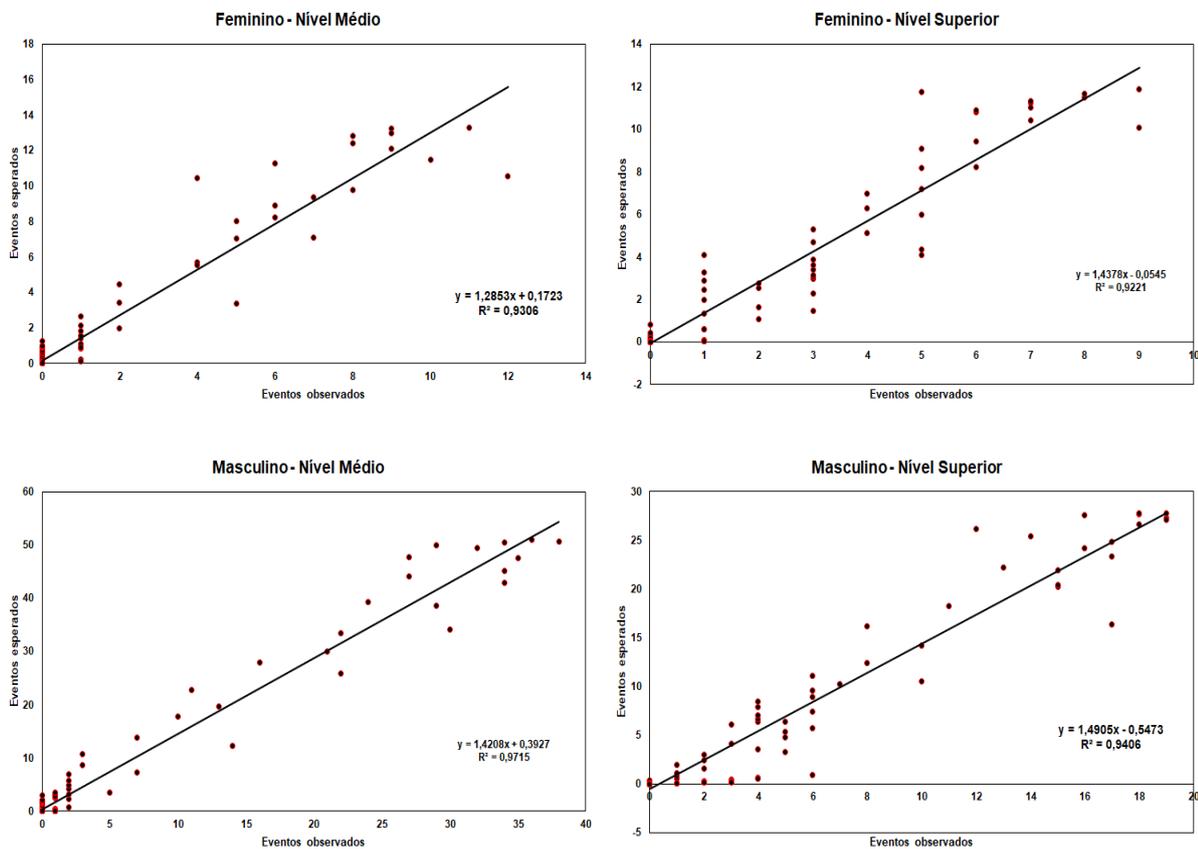
65. De forma visual, a Figura 2 a seguir apresenta os diagramas de dispersão que relacionam os eventos observados e estimados segundo as tábuas biométricas analisadas. Tomando a relação entre esses eventos, pressupondo relação linear, espera-se que quanto mais próximos, centrados na reta de regressão, melhor a qualidade do ajuste, o que indica que melhor é a precisão das tábuas quanto aos eventos estimados. Essa relação também é expressa no indicador R<sup>2</sup> apresentado na tabela anterior.

66. Destaca-se que a dispersão dos dados em torno da reta de regressão depende grandemente do número de eventos relacionados. De qualquer modo, os diagramas, além de indicar o ajuste entre os eventos observados e estimados, possibilitam mensurar o quanto que os eventos estimados estão ajustados aos

eventos observados em função do  $R^2$ . Assim, quanto maior o valor de  $R^2$ , melhor o ajuste entre os eventos estimados e observados.

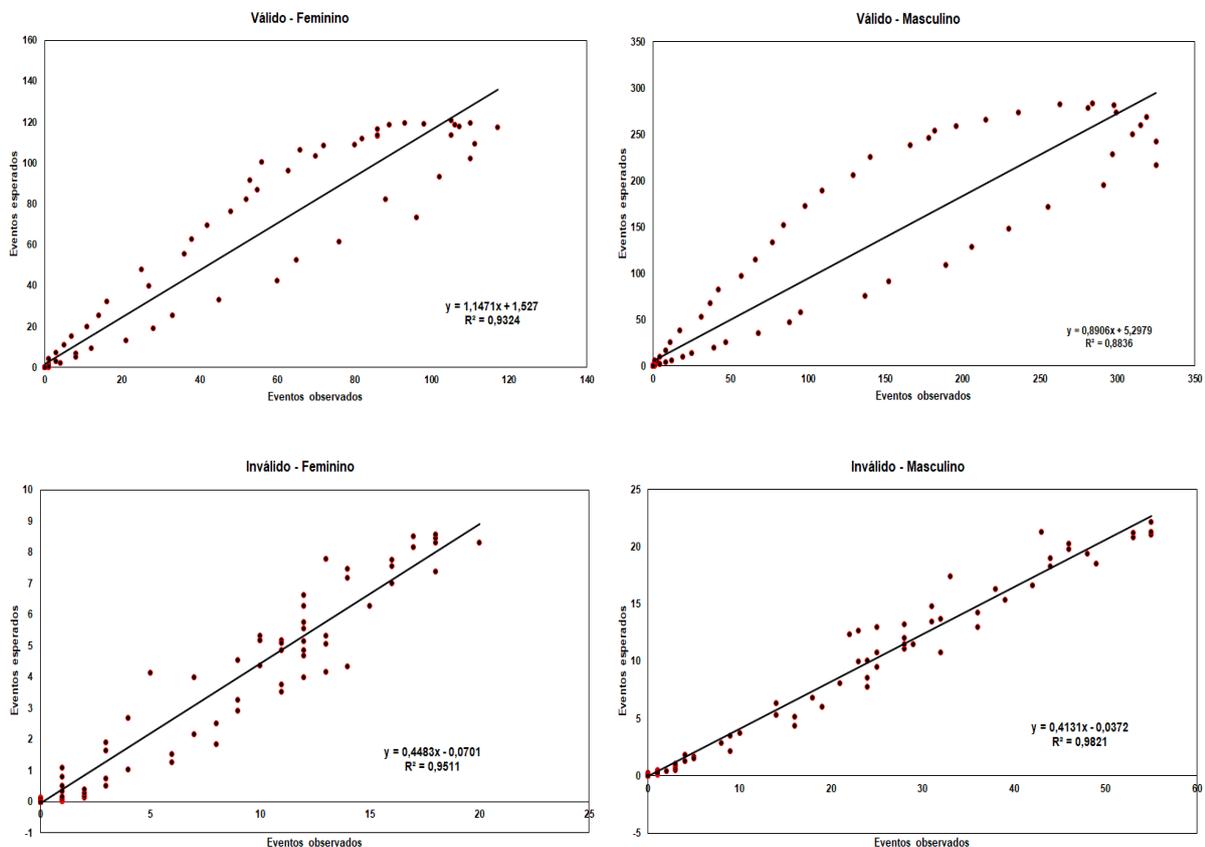
Figura 2 – Diagramas de dispersão dos eventos observados e estimados.

### SERVIDORES

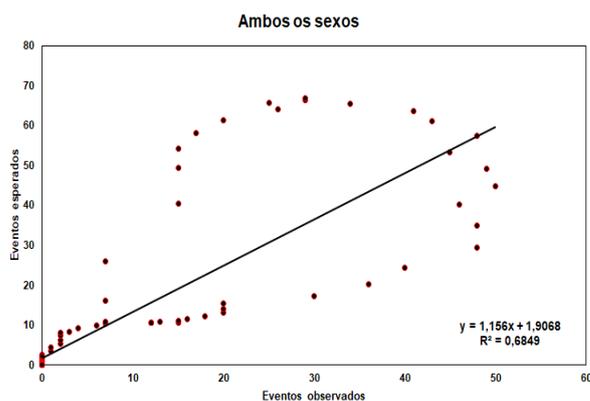


(Continuação Figura 2)

## APOSENTADOS



## ENTRADA EM INVALIDEZ



Fonte: SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Pessoal (2015 - 2020)

67. Dos diagramas de dispersão dispostos acima verifica-se que:

- a) Servidores: embora as métricas apresentadas anteriormente tenham indicado a inadequação das estimativas obtidas através das tábuas biométricas dos servidores do sexo masculino, os comportamentos mais ajustados se referem justamente à essas tábuas. Isso quer dizer que, apesar das estimativas, de uma forma geral, estarem um tanto distantes do que se observa, a relação entre

os eventos ao longo das idades é relativamente consistente, como demonstram seus coeficientes de determinação,  $R^2$ ;

- b) Aposentados: apesar de, em consonância com as métricas apresentadas anteriormente que indicaram a inadequação das estimativas obtidas através da tábua biométrica dos aposentados válidos do sexo masculino, o comportamento menos ajustado se referir à essa tábua, seu coeficiente de determinação,  $R^2$ , muito próximo a 0,9, demonstra que a relação entre os eventos ao longo das idades é relativamente consistente;
- c) Entrada em invalidez: em consonância com as métricas apresentadas anteriormente que indicaram a inadequação das estimativas obtidas através da tábua de entrada em invalidez, o comportamento dessa tábua não é bem ajustado. Isso quer dizer que, além das estimativas, de uma forma geral, estarem um tanto distantes do que se observa, a relação entre os eventos ao longo das idades não é relativamente consistente, como demonstra seu coeficiente de determinação,  $R^2$ .

## Considerações e Proposições

68. Os testes apresentados se constituem como ferramentas importantes para se acompanhar a aderência das tábuas biométricas e, muito embora não sejam conclusivos, indicam tendências e comportamentos que podem direcionar adequações dessas hipóteses. Esses testes tiveram como objetivo averiguar, sob suposições e considerando as informações disponíveis, a aderência das tábuas específicas dos servidores civis da União, segregadas por sexo e por escolaridade do cargo (nível médio e nível superior), e da tábua “Álvaro Vindas”.

69. Ainda que as tábuas específicas dos servidores civis da União, segregadas por sexo e por escolaridade do cargo, advenha da experiência de mortalidade da mesma população para a qual referidas tábuas são aplicadas, o acompanhamento de suas aderências se faz necessário, o que requer a disponibilidade de informações precisas, atualizadas e com o nível de abrangência que contemple toda a massa de beneficiários.

70. No resumo dos resultados dos testes estatísticos constata-se, de modo geral, a inadequação das tábuas de mortalidade, fato este que indica a necessidade de revisão e/ou ajustes, bem como o aprofundamento nos testes e análises, principalmente sob a ótica de modelos mais robustos que possam promover melhorias nas tábuas utilizadas, ajustando-se, quando necessário, o nível da mortalidade dessas tábuas em relação ao comportamento da massa de segurados.

Tabela 4 – Resumo dos Resultados dos testes estatísticos.

### SERVIDORES (Tábuas de Mortalidade Geral IPEA)

| Teste                                  | Feminino           |                    | Masculino      |                |
|--|--------------------|--------------------|----------------|----------------|
|  | Nível Médio        | Nível Superior     | Nível Médio    | Nível Superior |
| <b>Kolmogorov-Smirnov</b>              | Não Rejeitar $H_0$ | Não Rejeitar $H_0$ | Rejeitar $H_0$ | Rejeitar $H_0$ |
| <b><math>X^2</math> - Qui-Quadrado</b> | Rejeitar $H_0$     | Rejeitar $H_0$     | Rejeitar $H_0$ | Rejeitar $H_0$ |

### APOSENTADOS (Tábuas de Mortalidade Geral IPEA)

| Teste                               | Válido         |                    | Inválido           |                    |
|-------------------------------------|----------------|--------------------|--------------------|--------------------|
|                                     | Feminino       | Masculino          | Feminino           | Masculino          |
| <b>Kolmogorov-Smirnov</b>           | Rejeitar $H_0$ | Rejeitar $H_0$     | Não Rejeitar $H_0$ | Não Rejeitar $H_0$ |
| <b>X<sup>2</sup> - Qui-Quadrado</b> | Rejeitar $H_0$ | Não Rejeitar $H_0$ | Rejeitar $H_0$     | Rejeitar $H_0$     |

### ENTRADA EM INVALIDEZ (Álvaro Vindas)

| Teste                               | Ambos os Sexos |
|-------------------------------------|----------------|
| <b>Kolmogorov-Smirnov</b>           | Rejeitar $H_0$ |
| <b>X<sup>2</sup> - Qui-Quadrado</b> | Rejeitar $H_0$ |

Fonte: SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Pessoal (2015 - 2020)

71. Importante relatar que, na avaliação de 31/12/2022, foram utilizadas as tábuas de entrada em invalidez elaboradas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, em substituição à tábua Álvaro Vindas.

72. Serão feitos os ajustes necessários nas tábuas biométricas, conforme resumo dos resultados dos testes indicados na tabela 4, com o objetivo de adequar as probabilidades de morte ao comportamento da massa de segurados para utilização na avaliação atuarial de 31/12/2023, conforme previsto no §2º do art. 35 da Portaria MTP nº 1.467/2022.

## **ANEXO XVI: NOTA TÉCNICA ATUARIAL RPPS UNIÃO**

### **NOTA TÉCNICA ATUARIAL (NTA)**

**Data focal: 31/12/2022**

**Ente Federativo: União**

**Regime Próprio de Previdência Social - RPPS da União**

**Abrangência: servidores civis, aposentados e pensionistas dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário)**

**Atuários:**

**Alan dos Santos de Moura**

**Benedito Leite Sobrinho**

## Objetivo

1. O objetivo desta nota técnica atuarial é apresentar as bases atuariais, critérios e demais elementos basilares para a elaboração da avaliação atuarial do plano de benefícios e custeio aplicado aos servidores, aposentados e pensionistas dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União.

## **Modalidade dos Benefícios Assegurados pelo RPPS e Estrutura dos Benefícios. Critérios de Elegibilidade**

2. Em conformidade com os comandos do art. 40 da Constituição, com as leis vigentes, os benefícios de aposentadoria e pensão do Regime Próprio de Previdência Social da União são estruturados na modalidade “Benefício Definido”.

3. Os critérios de elegibilidade, o cálculo do valor, a forma de atualização e demais requisitos que compõem a estrutura dos benefícios podem ser consultados nos Anexos XVII-A e XVII-B constantes da parte final desta NTA.

4. Primeiramente são apresentados, em quadro sintético, as condicionantes extraídas das novas regras trazidas pela Emenda Constitucional nº 103, publicada em 13/11/2019. Tais regras são aplicáveis ao conjunto de servidores que nessa data ainda não tinham completado os quesitos para se aposentarem. Na sequência, constarão quadros que resumem os critérios disciplinados pelas regras que vigoram até a véspera da Emenda Constitucional nº 103, publicada em 13/11/2019. Os critérios destes quadros são utilizados no dimensionamento das obrigações relativas aos servidores que estão na iminência de se aposentar, visto que já cumpriram todos os requisitos antes da entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 103/2019.

## **Bases Técnicas Atuariais. Regime Financeiro, Hipóteses Atuariais e Premissas**

5. Os benefícios de aposentadoria e pensão assegurados pelo RPPS são avaliados em regime financeiro de capitalização, inobstante, na prática, ainda ser usado o regime financeiro de repartição simples para esses benefícios de prestação continuada e de longa duração. Desta forma, desde o advento da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, as contribuições arrecadadas são integralmente usadas para o pagamento dos benefícios já concedidos sem a formação de fundo capitalizado.

6. A escolha das premissas e hipóteses atuariais utilizadas nesta avaliação atuarial foi fundamentada no relatório final e nos relatórios dos subgrupos criados no âmbito do Grupo de Trabalho, que teve por objetivo avaliar e aperfeiçoar as metodologias de apuração do resultado financeiro e atuarial do RPPS dos servidores públicos civis da União. Tal grupo foi criado por meio da Portaria Conjunta nº 01, de 13 de abril de 2017, publicada no Diário Oficial da União em 17 de abril de 2017, da Secretaria de Previdência (SPREV) e da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) do Ministério da Economia (ME), da Secretaria de Orçamento Federal (SOF), da Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos (SEPLAN) e da Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho no Serviço Público (SEGRT, atual Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP) do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) – com o objetivo de avaliar e aperfeiçoar as metodologias de apuração do resultado financeiro e atuarial do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos Servidores Públicos Civis da União. Os relatórios produzidos por esse Grupo de Trabalho podem ser consultados em <http://www.previdencia.gov.br/regimes-proprios/grupo-de-trabalho-resultado-financeiro-e-atuarial-do-rpps-da-uniao/>.

7. Registre-se que os parâmetros, hipóteses atuariais e premissas selecionadas para a avaliação atuarial que posiciona as obrigações previdenciárias em 31/12/2022, estão consignadas na Nota SEI nº 15/2022/COAAT/CGACI/SRPPS/SPREV-MTP, objeto do Processo SEI nº 10133.101554/2022-95. Seguem-se síntese das principais bases técnicas:

### Tábuas biométricas

8. Mortalidade Geral e Mortalidade de Inválidos: Tábua específica dos servidores civis da União, segregada por sexo e por escolaridade do cargo, elaborada pelo IPEA, por determinação do Tribunal de Contas da União. No cálculo atuarial dos compromissos previdenciários, a aferição da sobrevivência foi efetuada com base nas seguintes tábuas:

9. Para os servidores em atividade: “Tábua de Servidores da União - Homens - Nível Superior - IPEA - 2017”, “Tábua de Servidores da União - Mulheres - Nível Superior - IPEA - 2017”; “Tábua de Servidores da União - Homens - Nível Médio - IPEA - 2017” e “Tábua de Servidores da União - Mulheres - Nível Médio - IPEA - 2017”.

10. Em relação aos aposentados: Tábua de Servidores da União - Homens - Nível Médio - IPEA - 2017” e “Tábua de Servidores da União - Mulheres - Nível Médio - IPEA - 2017”.

11. Pensionistas: Tábua IBGE 2021 - Mulheres e Tábua IBGE 2021 - Homens, ambas extrapoladas<sup>20</sup> a partir da idade 80 anos.

12. Entrada em Invalidez: Tábua específica dos servidores civis da União, segregada por sexo e por escolaridade do cargo, elaborada pelo IPEA.

13. Mortalidade de servidores em atividade (tábua de serviço): para a construção da função de número de vivos da tábua de serviços foram combinados os eventos de morte e invalidez, pelo método Hamza, que trata os referidos eventos multidecrementais. A função biométrica que informa o número de pessoas vivas e válidas dessa tábua de serviço é expressa por  $l_x^{aa} = l_x - l_x^{ii}$ , sendo que, na primeira idade da tábua o número de pessoas com invalidez permanente corresponde a  $l_x^{ii} = 0$  e, nas idades seguintes a quantidade desses inválidos é obtida por:

$$l_{x+1}^{ii} = l_x^{aa} \times i_x \times \left(1 - \frac{q_x^i}{2}\right) + l_x^{ii} \times p_x^i.$$

### Taxa real de juros

14. Em atendimento ao art. 39 da Portaria MTP nº 1.467/2022 foi usada a taxa real de juros de 4,61% ao ano, que, conforme art. 4º do Anexo VII da Portaria MTP nº 1.467/2022, se refere à taxa de juros parâmetro

---

<sup>20</sup> Referidas extrapolações de probabilidades de anuais de morte foram obtidas mediante a aplicação das especificações contidas na “Nota Técnica sobre a Metodologia adotada pelo Ministério da Previdência Social na Extrapolação das Tábuas de Mortalidade IBGE para as idades acima de 80 anos” que pode ser acessada pelo endereço: <http://sa.previdencia.gov.br/site/2015/06/NOTA-TECNICA-ATUARIAL-EXTRAPOLACAO-DA-TABUA-IBGE-MPS.pdf>

correspondente à duração do passivo de 13,5 anos.

### **Taxa real do crescimento da remuneração por mérito**

15. Utilizou-se a taxa real de 1% ao ano, que corresponde à taxa mínima prudencial de crescimento estabelecida pelo art. 38 da Portaria MTP nº 1.467/2022, como representativo do crescimento da remuneração por mérito, em razão da ausência dessa informação na base de dados usada na avaliação.

### **Projeção do crescimento da remuneração por produtividade**

16. Não foi utilizada a hipótese de crescimento da remuneração por produtividade, devido à indisponibilidade de informações que possibilitassem definir uma taxa a ser aplicada a todos os servidores.

### **Projeção de benefícios com base na regra da média**

17. Em face da indisponibilidade da base de dados das remunerações de julho de 1994 até a data focal da avaliação, para efeito da projeção dos benefícios com base na média das remunerações de contribuição, adotou-se o procedimento de projetar, à taxa de 1% ao ano, por meio de fatores financeiros de acumulação, ano a ano, o valor da remuneração (base para contribuição) informada na base cadastral, desde a data focal 31/12/2022, até a data provável da aposentadoria, bem como, projetar, o valor dessa remuneração, da mesma data focal, retroagindo-se à data de vínculo do segurado ao primeiro regime previdenciário (no máximo até julho/1994), mediante o uso de fatores financeiros de desconto calculados à taxa de 1% ao ano. A média procurada é obtida com base em 100% (ou 80% das maiores remunerações de contribuição, no caso de segurado com direito adquirido) desses valores projetados, compreendidos entre a data de vínculo do segurado ao primeiro regime previdenciário (no máximo até julho/1994) e a data provável de aposentadoria.

### **Projeção do crescimento dos benefícios do plano**

18. Não foi utilizada a hipótese de crescimento real dos benefícios, devido à indisponibilidade de informações para se apurar e projetar o percentual de atualização dos valores de benefícios concedidos e a conceder sujeitos à regra de paridade de reajuste dos proventos com os mesmos percentuais aplicados aos vencimentos dos servidores em atividade.

### **Fatores de capacidade de benefícios e salários**

19. O plano de benefícios e custeio aplicados aos segurados do RPPS da União prevê que os benefícios disciplinados pelas regras permanentes, depois de concedidos, serão atualizados anualmente por um índice de inflação acumulado.

20. Assim sendo, os benefícios são concedidos e as prestações mensais permanecem constantes até a data do próximo reajuste, acumulando nesse período a perda de seu poder de compra causado pelo efeito corrosivo da inflação.

21. Desta forma, as provisões matemáticas previdenciárias podem ser ajustadas pelo fator de capacidade dos benefícios (F) para refletirem nas obrigações do fundo de previdência essa defasagem gerada pela inflação.

22. O mesmo raciocínio também é aplicável à perda do poder aquisitivo das remunerações percebidas entre dissídios, de forma que, o fator de capacidade das remunerações (F) serve, do mesmo modo, para gravar

o efeito da corrosão inflacionária nas projeções dos compromissos atuariais.

23. O fator de capacidade dos benefícios e o fator de capacidade das remunerações, ambos representados por (F), calculados pela taxa de inflação projetada para o longo prazo, são designados, respectivamente, em normas e demonstrativos por: “Fator de determinação do valor real ao longo do tempo dos benefícios” e “Fator de determinação do valor real ao longo do tempo dos salários”.

#### **Fator de determinação do valor real ao longo do tempo dos benefícios:**

24. Utilizou-se taxa de inflação de longo prazo nula, portanto  $F = 1$  (ou 100%), para efeito das projeções atuariais dos benefícios.

#### **Fator de determinação do valor real ao longo do tempo dos salários:**

25. Utilizou-se taxa de inflação de longo prazo nula, portanto  $F = 1$  (ou 100%), para efeito das projeções atuariais das remunerações.

#### **Expectativa de reposição de servidores**

26. Na avaliação atuarial posicionada em 31/12/2022 avaliou-se, primeiramente, o grupo como fechado, ou seja, sem reposição de servidores, dado que ainda não foi publicada ato normativo que complementar as orientações sobre a expectativa de reposição de servidores.

27. Entretanto, com o objetivo de subsidiar as análises das projeções de receitas e despesas do RPPS da União, foi adotada, em avaliação atuarial à parte, a hipótese de reposição dos servidores que substituirão os que saírem por aposentadoria programada, para refletir os fluxos de novos servidores e os respectivos compromissos previdenciários, em consonância com a continuidade dos serviços públicos decorrente da perenidade do Estado. As projeções dos compromissos desses futuros servidores, ainda não admitidos, não devem impactar o resultado atuarial do regime, pois as estimativas desses compromissos de novos entrantes não representam efetiva obrigação nesta data, mas podem servir para a avaliação do impacto com base em cenários futuros e dar suporte para a estruturação de eventuais medidas corretivas para a sustentabilidade do RPPS.

#### **Rotatividade**

28. Utilizou-se taxa de rotatividade nula devido a possibilidade de compensação previdenciária, a pagar e a receber, entre os regimes previdenciários.

#### **Composição familiar**

29. Para estimar os compromissos das pensões a serem pagas por morte de segurados admitiu-se que 76,5% dos aposentados e servidores deixarão pensões vitalícias para um cônjuge com diferença etária de 3 e 2 anos para os servidores de sexo masculino e feminino e seus respectivos cônjuge de sexo oposto. Para os aposentados a diferença etária é de 4 e 2 anos para esses segurados de sexo masculino e feminino, em relação aos seus cônjuges, respectivamente. Nesse percentual foram consideradas as pensões temporárias reguladas pela Lei nº 13.135, de 17 de junho de 2015. As obrigações decorrentes das pensões já concedidas foram avaliadas pela fórmula geral de um grupo familiar composto por um pensionista vitalício e outro temporário mais novo entre os menores de 21 anos.

### Idade de vinculação a algum regime previdenciário anterior ao ingresso na União

30. Os estudos realizados pelo Grupo de Trabalho citado anteriormente apontaram para a idade de 25 anos, com sendo a idade provável de um servidor da União ter-se vinculado a algum regime previdenciário antes de ser segurado obrigatório do RPPS da União.

31. A base de dados recebida dos órgãos federais para elaboração da avaliação atuarial não tem apresentado, para todos os servidores, a data real de sua vinculação a algum regime previdenciário anterior ao ingresso na União. Contudo, a mesma base de dados trouxe informações sobre os tempos de serviços já averbados, que são usados na avaliação atuarial caso sejam considerados consistentes em relação à idade 25 e à idade de ingresso no serviço público.

### Alíquotas de contribuição dos servidores, aposentados, pensionistas e ente

| CONTRIBUENTES              | BASE E ALÍQUOTA  |
|----------------------------|--|
| Servidores                 | Foram utilizadas as alíquotas progressivas do art. 11 da EC nº 103/2019, limitado ao Teto do RGPS caso o servidor esteja vinculado ao regime de previdência complementar |
| Aposentados e Pensionistas | Foram utilizadas as alíquotas progressivas do art. 11 da EC nº 103/2019 sobre o valor do provento que ultrapassar o Teto do RGPS   |
| União                      | Em conformidade com a Lei nº 10.887/2004, considerou-se que a União contribui com alíquota igual ao dobro daquela devida pelo servidor.                                  |

### Regimes Financeiros por Benefício Desdobrado por Fase de Cobertura e Método de Financiamento

| PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS (PMBC)                          |                     |               |        |
|--|---------------------|---------------|--------|
| BENEFÍCIOS   | COBERTURA           | REGIME        | MÉTODO |
| Aposentadoria de válidos (por Idade, Tempo de Contribuição e Compulsória)    | Fase pós laborativa | Capitalização | -      |
| Aposentadoria por invalidez  | Fase pós laborativa | Capitalização | -      |
| Pensão a conceder devida a dependente de aposentado válido (reversão)        | Fase pós laborativa | Capitalização | -      |
| Pensão a conceder devida a dependente de aposentado por invalidez (reversão) | Fase pós laborativa | Capitalização | -      |
| Pensão concedida por morte   | Fase pós laborativa | Capitalização | -      |

| PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS (PMBC)                          |                 |               |        |
|--|-----------------|---------------|--------|
| BENEFÍCIOS   | COBERTURA       | REGIME        | MÉTODO |
| PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS a CONCEDER (PMBaC)                         |                 |               |        |
| BENEFÍCIOS   | COBERTURA       | REGIME        | MÉTODO |
| Aposentadoria de válidos (por Idade, Tempo de Contribuição e Compulsória)    | Fase laborativa | Capitalização | PUC    |
| Pensão a conceder a dependente de futuro aposentado válido (reversão)        | Fase laborativa | Capitalização | PUC    |
| Aposentadoria por invalidez  | Fase laborativa | Capitalização | PUC    |
| Pensão a conceder a dependente de futuro aposentado por invalidez (reversão) | Fase laborativa | Capitalização | PUC    |
| Pensão a conceder a dependente em caso de morte de servidor válido           | Fase laborativa | Capitalização | PUC    |

### Formulações Matemáticas

32. As formulações matemáticas utilizadas na avaliação atuarial para o cálculo dos valores das provisões matemáticas relativas aos compromissos previdenciários do RPPS, do ente público, dos aposentados, dos pensionistas e dos servidores são as seguintes:

**Expressões de cálculo do valor atual dos benefícios futuros (VABF), do valor atual das contribuições futuras do servidor, aposentado, pensionista e do ente federativo (VACF), das provisões matemáticas referentes aos benefícios concedidos (PMBC) e benefícios a conceder (PMBaC)**

#### Benefícios Concedidos:

##### Aposentadoria concedida a válidos:

33. Valor Atual dos Benefícios Futuros:

$$VABF_x^{Apv} = f \times B \times a_x \times F$$

34. Valor Atual das Contribuições Futuras:

$$VACF_x^{Apv} = f \times C \times a_x \times F$$

$$Sendo: C = \begin{cases} Se B < Teto\ RGPS\ então: C = 0 \\ Se\ não: C = (B - TetoRGPS) \times Alíquotas\ Progressivas \end{cases}$$

35. Provisão Matemática dos Benefícios Concedidos:

$$PMBC_x^{Apv} = VABF_x^{Apv} - VACF_x^{Apv}$$

**Pensão a conceder em caso de morte do aposentado válido (Reversão):**

36. Valor Atual dos Benefícios Futuros:

$$VABF_x^{PenApv} = f \times B \times p \times (a_y - a_{xy}) \times F$$

37. Valor Atual das Contribuições Futuras:

$$VACF_x^{PenApv} = f \times C \times p \times (a_y - a_{xy}) \times F$$

$$Sendo: C = \begin{cases} Se B < Teto \text{ RGPS então: } C = 0 \\ Se não: C = (B - TetoRGPS) \times Aliquotas \text{ Progressivas} \end{cases}$$

38. Provisão Matemática dos Benefícios Concedidos:

$$PMBC_x^{PenApv} = VABF_x^{PenApv} - VACF_x^{PenApv}$$

**Aposentadoria concedida a inválido:**

39. Valor Atual dos Benefícios Futuros:

$$VABF_x^{Api} = f \times B \times a_x^i \times F$$

40. Valor Atual das Contribuições Futuras:

$$VACF_x^{Api} = f \times C \times a_x^i \times F$$

$$Sendo: C = \begin{cases} Se B < Teto \text{ RGPS então: } C = 0 \\ Se não: C = (B - TetoRGPS) \times Aliquotas \text{ Progressivas} \end{cases}$$

41. Provisão Matemática dos Benefícios Concedidos:

$$PMBC_x^{Api} = VABF_x^{Api} - VACF_x^{Api}$$

**Pensão a conceder em caso de morte do aposentado inválido (Reversão):**

42. Valor Atual dos Benefícios Futuros:

$$VABF_x^{PenApi} = f \times B \times p \times (a_y - a_{x'y}) \times F$$

43. Valor Atual das Contribuições Futuras:

$$VACF_x^{PenApi} = f \times C \times p \times (a_y - a_{x'y}) \times F$$

$$Sendo: C = \begin{cases} Se B < Teto \text{ RGPS então: } C = 0 \\ Se não: C = (B - TetoRGPS) \times Aliquotas \text{ Progressivas} \end{cases}$$

44. Provisão Matemática dos Benefícios Concedidos:

$$PMBC_x^{PenApi} = VABF_x^{PenApi} - VACF_x^{PenApi}$$

**Pensão concedida a válidos e inválidos:**

45. Valor Atual dos Benefícios Futuros:

$$VABF_x^{Pen} = f \times B \times H_x \times F$$

46. Valor Atual das Contribuições Futuras:

$$VACF_x^{Pen} = f \times C \times H_x \times F$$

$$Sendo: C = \begin{cases} Se B < Teto \text{ RGPS então: } C = 0 \\ Se não: C = (B - TetoRGPS) \times \text{Alíquotas Progressivas} \end{cases}$$

47. Provisão Matemática dos Benefícios Concedidos:

**Benefícios a Conceder:**  $PMBC_x^{Pen} = VABF_x^{Pen} - VACF_x^{Pen}$

**Aposentadoria a conceder a válidos:**

48. Valor Atual dos Benefícios Futuros:

$$VABF_x^{Apv} = f \times B_{proj} \times_{r-x} E_x^{aa} \times a_r \times F$$

49. Valor Atual das Contribuições Futuras (Aposentado):

$$VACF_x^{Apv} = f \times C_{proj} \times_{r-x} E_x^{aa} \times a_r \times F$$

$$Sendo: C = \begin{cases} Se B < Teto \text{ RGPS então: } C_{proj} = 0 \\ Se não: C_{proj} = (B - TetoRGPS) \times \text{Alíquotas Progressivas} \end{cases}$$

50. Valor Atual dos Benefícios Futuros Líquido (VABF LÍQUIDO):

$$VABF \text{ LÍQUIDO}_x^{Apv} = VABF_x^{Apv} - VACF_x^{Apv}$$

51. Valor Atual das Contribuições Futuras (Servidor e Ente). Vide expressões constantes desta NTA.

$$VACF_{x \text{ Servidor/ente}}^{Apv} = \frac{r-x}{r-a} \times VABF \text{ LÍQUIDO}_x^{Apv}$$

52. Provisão Matemática dos Benefícios a Conceder:

$$PMBaC_x^{Apv} = VABF \text{ LÍQUIDO}_x^{Apv} - VACF_{x \text{ Servidor/Ente}}^{Apv}$$

**Pensão a conceder em caso de morte de futuro aposentado válido (Reversão):**

53. Valor Atual dos Benefícios Futuros:

$$VABF_x^{PenApv} = f \times B_{proj} \times_{r-x} E_x^{aa} \times p \times (a_y - a_{xy}) \times F$$

54. Valor Atual das Contribuições Futuras:

$$VACF_x^{PenApv} = f \times C_{proj} \times_{r-x} E_x^{aa} \times p \times (a_y - a_{xy}) \times F$$

$$Sendo: C = \begin{cases} Se B < Teto\ RGPS\ então: C_{proj} = 0 \\ Se\ não: C_{proj} = (B - TetoRGPS) \times Alíquotas\ Progressivas \end{cases}$$

55. Valor Atual dos Benefícios Futuros Líquido (VABF LÍQUIDO):

$$VABF\ LÍQUIDO_x^{PenApv} = VABF_x^{PenApv} - VACF_x^{PenApv}$$

56. Valor Atual das Contribuições Futuras (Servidor e Ente). Vide expressões constantes desta NTA:

$$VACF_{x\ Servidor/ente}^{PenApv} = \frac{r-x}{r-a} \times VABFLÍQUIDO_x^{PenApv}$$

57. Provisão Matemática dos Benefícios a Conceder:

$$PMBaC_x^{PenApv} = VABF\ LÍQUIDO_x^{PenApv} - VACF_{x\ Servidor/ente}^{PenApv}$$

### **Aposentadoria a conceder por invalidez:**

58. Valor Atual dos Benefícios Futuros:

$$VABF_x^{Api} = f \times B_l \times F \left( \begin{array}{l} g_1 \times \sum_{t=0}^{r-x-l} {}_t P_x^{aa} \times p_{x+t}^{ai} \times \ddot{a}_{x+l+t}^i \times v^{t+l} \\ + \\ g_2 \times \sum_{t=0}^{r-x-l} \frac{\tau+t}{T} \times {}_t P_x^{aa} \times p_{x+t}^{ai} \times \ddot{a}_{x+l+t}^i \times v^{t+l} \end{array} \right)$$

59. Valor Atual das Contribuições Futuras:

$$VACF_x^{Api} = f \times C \times F \left( \begin{array}{l} g_1 \times \sum_{t=0}^{r-x} {}_t P_x^{aa} \times p_{x+t}^{ai} \times \ddot{a}_{x+l+t}^i \times v^{t+l} \\ + \\ g_2 \times \sum_{t=0}^{r-x} \frac{\tau+t}{T} \times {}_t P_x^{aa} \times p_{x+t}^{ai} \times \ddot{a}_{x+l+t}^i \times v^{t+l} \end{array} \right)$$

$$\text{Sendo: } C = \begin{cases} \text{Se } B < \text{Teto RGPS então: } C = 0 \\ \text{Se não: } C = (B - \text{TetoRGPS}) \times \text{Alíquotas Progressivas} \end{cases}$$

60. Valor Atual dos Benefícios Futuros Líquido (VABF LÍQUIDO):

$$VABF \text{ LÍQUIDO}_x^{Api} = VABF_x^{Api} - VACF_x^{Api}$$

61. Valor Atual das Contribuições Futuras (Servidor e Ente). Vide expressões constantes desta NTA:

$$VACF_x^{Api} \text{ Servidor/ente} = \frac{r-x}{r-a} \times VABFLÍQUIDO_x^{Api}$$

62. Provisão Matemática dos Benefícios a Conceder:

$$PMBaC_x^{Api} = VABF \text{ LÍQUIDO}_x^{Api} - VACF_x^{Api} \text{ Servidor/ente}$$

**Pensão a conceder no caso de morte do futuro aposentado inválido (Reversão):**

63. Valor Atual dos Benefícios Futuros – VABF

$$VABF_x^{PenApi} = f \times B \times F \times \left( \begin{array}{l} g_1 \times \sum_{t=0}^{r-x-1} {}_tP_x^{aa} \times {}_1q_{x+t}^{ai} \times {}_{t+1}P_y \times (\ddot{a}_{y+t+1} - \ddot{a}_{x^i y+t+1}) \times p \times v^{t+1} \\ + \\ g_2 \times \sum_{t=0}^{r-x-1} \frac{\tau+t}{T} \times {}_tP_x^{aa} \times {}_1q_{x+t}^{ai} \times {}_{t+1}P_y \times (\ddot{a}_{y+t+1} - \ddot{a}_{x^i y+t+1}) \times p \times v^{t+1} \end{array} \right)$$

64. Valor Atual das Contribuições Futuras – VACF:

$$VACF_x^{PenApi} = f \times C \times F \times \left( \begin{array}{l} g_1 \times \sum_{t=0}^{r-x} {}_tP_x^{aa} \times {}_1q_{x+t}^{ai} \times {}_{t+1}P_y \times (\ddot{a}_{y+t+1} - \ddot{a}_{x^i y+t+1}) \times p \times v^{t+1} \\ + \\ g_2 \times \sum_{t=0}^{r-x} \frac{\tau+t}{T} \times {}_tP_x^{aa} \times {}_1q_{x+t}^{ai} \times {}_{t+1}P_y \times (\ddot{a}_{y+t+1} - \ddot{a}_{x^i y+t+1}) \times p \times v^{t+1} \end{array} \right)$$

$$\text{Sendo: } C = \begin{cases} \text{Se } B < \text{Teto RGPS então: } C = 0 \\ \text{Se não: } C = (B - \text{TetoRGPS}) \times \text{Alíquotas Progressivas} \end{cases}$$

65. Valor Atual dos Benefícios Futuros Líquido – VABF LÍQUIDO:

$$VABF \text{ LÍQUIDO}_x^{PenApi} = VABF_x^{PenApi} - VACF_x^{PenApi}$$

66. Valor Atual das Contribuições Futuras (Servidor e Ente). Vide expressões constantes desta NTA:

$$VACF_{x \text{ Servidor/ente}}^{PenApi} = \frac{r-x}{r-a} \times VABFLÍQUIDO_x^{PenApi}$$

67. Provisão Matemática dos Benefícios a Conceder – PMBaC:

$$PMBaC_y^{PenApi} = VABF \text{ LÍQUIDO}_y^{PenApi} - VACF_{y \text{ Servidor/ente}}^{PenApi}$$

### Pensão por Morte de Servidor em Atividade:

68. Valor Atual dos Benefícios Futuros – VABF:

$$VABF_y^{PenServAtiv} = f \times B \times \sum_{t=0}^{r-x-1} {}_t p_x^{aa} \times {}_{/1} q_{x+t}^{aa} \times {}_{t+1} p_y \times \ddot{a}_{y+t+1} \times v^{t+1} \times p \times F$$

69. Valor Atual das Contribuições Futuras – VACF:

$$VACF_y^{PenServAtiv} = f \times C \times \sum_{t=0}^{r-x-1} {}_t p_x^{aa} \times {}_{/1} q_{x+t}^{aa} \times {}_{t+1} p_y \times \ddot{a}_{y+t+1} \times v^{t+1} \times p \times F$$

$$\text{Sendo: } C = \begin{cases} \text{Se } B < \text{Teto RGPS então: } C = 0 \\ \text{Se não: } C = (B - \text{TetoRGPS}) \times \text{Alíquotas Progressivas} \end{cases}$$

70. Valor Atual dos Benefícios Futuros Líquido – VABF LÍQUIDO:

$$VABF \text{ LÍQUIDO}_y^{PenServAtiv} = VABF_y^{PenServAtiv} - VACF_y^{PenServAtiv}$$

71. Valor Atual das Contribuições Futuras (Servidor e Ente). Vide expressões constantes desta NTA:

$$VACF_{x \text{ Servidor/ente}}^{PenServAtiv} = \frac{r-x}{r-a} \times VABFLÍQUIDO_x^{PenServAtiv}$$

72. Provisão Matemática dos Benefícios a Conceder – PMBaC:

$$PMBaC_y^{PenServAtiv} = VABF \text{ LÍQUIDO}_y^{PenServAtiv} - VACF_{y \text{ Servidor/ente}}^{PenServAtiv}$$

### Expressão de cálculo do valor atual das remunerações futuras

$$VARF_x = f \times R \times a_{x: r-x}^{aa} \times F$$

## Principais Simbologias Utilizadas e Descrições

| <u>SÍMBOLO</u>   | <u>DESCRIÇÃO</u>  |
|------------------|---|
| $a$              | : Idade de primeira vinculação previdenciária do servidor.  |
| $\ddot{a}_y$     | : Valor atual de uma série de rendas vitalícias anuais devida a um segurado com idade $y$ , com pagamentos efetuados no início de cada período.   |
| $\ddot{a}_{x y}$ | : Valor atual de uma série de rendas anuais devida ao grupo de segurados com idades $x$ e $y$ , enquanto esse grupo não se dissolver pela morte de $x$ ou de $y$ , sendo $x$ inválido, com pagamentos efetuados no início de cada período.                |
| $a_r, a_x, a_y$  | : Valor atual de uma série de rendas vitalícias anuais devida a um segurado com idades subscritas por $r$ , $x$ ou $y$ , com pagamentos efetuados ao final de cada período.   |
| $a_x^i$          | : Valor atual de uma série de rendas vitalícias anuais devida a um segurado inválido com idade $x$ , com pagamentos efetuados ao final de cada período.   |
| $a_{x y}^i$      | : Valor atual de uma série de rendas anuais devida aos segurados com idades $x$ e $y$ , enquanto esse grupo não se dissolver pela morte de $x$ ou de $y$ , sendo $x$ inválido, com pagamentos efetuados ao final de cada período.                         |
| $a_{xy}$         | : Valor atual de uma série de rendas anuais devida aos segurados com idades $x$ e $y$ , enquanto esse grupo não se dissolver pela morte de $x$ ou de $y$ , com pagamentos efetuados ao final de cada período.   |
| $a_{x:r-x}^{aa}$ | : Valor atual de uma série de rendas temporárias anuais devida a um segurado válido com idade $x$ , no período compreendido entre a data da avaliação atuarial e a data provável de sua aposentadoria, com pagamentos efetuados ao final de cada período. |
| $B$              | : Valor do benefício devido ao segurado aposentado ou pensionista.  |

**SÍMBOLO****DESCRIÇÃO**

- $B_1$  : Valor do benefício integral.
- $B_{Proj}$  : Valor do benefício projetado para a data de aposentadoria do servidor.
- $C$  : Valor da contribuição devida pelo segurado aposentado ou pensionista.
- $C_{Proj}$  : Valor da contribuição projetada para a data de aposentadoria do servidor.
- $e$  : Idade do segurado na data de ingresso no ente.
- ${}_{r-x}E_x^{aa}$  : Função de desconto atuarial multidecremental.
- $f$  : Frequência de pagamento de benefícios no ano; usou-se 13.
- $F$  : Fator de determinação do valor real ao longo do tempo das remunerações e dos benefícios.
- $g_1$  : Grupo 1 representado pelo percentual esperado de aposentadorias por invalidez permanente decorrentes de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, com proventos integrais.  $g_1 = 50\%$ .
- $g_2$  : Grupo 2 representado pelo percentual esperado de aposentadorias por invalidez permanente decorrentes das demais causas, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.  $g_2 = 50\%$ .

**SÍMBOLO****DESCRIÇÃO**

- $H_x$  : Fórmula geral aplicável ao pensionista individualmente ou ao seu grupo familiar, que considera pensionistas com rendas temporária para mais novo do grupo com idade inferior a 21 anos e vitalícia para o pensionista inválido ou válido mais longo.  $H_x = a_{\overline{21-z}|} i^{+21-z} a_{y+21-z}$
- $i_x$  : Taxa anual de entrada em invalidez na idade  $x$ .
- $l_x$  : Número de pessoas vivas na idade  $x$  de uma tábua de mortalidade geral.
- $l_x^{aa}$  : Número de pessoas vivas e válidas na idade  $x$  de uma tábua de serviço.
- $l_x^{ii}$  : Número de pessoas vivas e inválidas na idade  $x$  de uma tábua de serviço.
- $p$  : Percentual de pessoas que deixarão alguma pensão.
- $p_x^{aa}$  : Probabilidade de uma pessoa válida com idade  $x$  sobreviver à idade  $x+1$  e continuar válida.
- $p_x^{ai}$  : Probabilidade de uma pessoa válida com idade  $x$  se invalidar e sobreviver à idade  $x+1$ .
- $p_x^i$  : Probabilidade de uma pessoa inválida com idade  $x$  sobreviver à idade  $x+1$ .
- $p_y$  : Probabilidade de uma pessoa com idade  $x$  sobreviver à idade  $x+1$ .
- $q_x^{aa}$  : Probabilidade de uma pessoa válida com idade  $x$  falecer antes de completar a idade  $x+1$ .

**SÍMBOLO****DESCRIÇÃO**

|            |  |
|------------|--|
| $q_x^{ai}$ | : Probabilidade de uma pessoa válida com idade $x$ se invalidar e falecer antes de completar a idade $x+1$ . |
| $q_x^i$    | : Probabilidade de uma pessoa inválida com idade $x$ falecer antes de completar a idade $x+1$ .              |
| $R$        | : Remuneração do Servidor na data da avaliação.  |
| $r$        | : Idade provável de aposentadoria do segurado projetada segundo as normas aplicáveis.                        |
| $v$        | : Fator de desconto financeiro.  |
| $x, y$     | : Idades do segurado na data da avaliação atuarial.  |
| $\tau$     | : Tempo de contribuição acumulado até a data da avaliação.   |
| $T$        | : Tempo total de contribuição acumulado até a data provável da aposentadoria programada.                     |
| Teto RGPS  | : Valor máximo do benefício pago Regime Geral de Previdência Social.   |

Brasília-DF, 31 de dezembro de 2022.

**ALAN DOS SANTOS DE MOURA**

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil - Matrícula 1.538.692

**BENEDITO LEITE SOBRINHO**

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil - Matrícula 0.935.753

**ANEXO XVII-A: REGRAS PARA CONCESSÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÃO - RPPS  
DA UNIÃO - APÓS EC Nº 103/2019**

**Resumo Esquemático dos Critérios de  
Concessão, Cálculo e Reajustamento dos Benefícios**

|  | EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 103, DE 12.112019 |         |                          |  |                      |              |   |          |  |  | RPPS DA UNIÃO   |  |  |
|--|--|---------|--------------------------|--|----------------------|--------------|---|----------|--|--|---|--|--|
|  | Regra de Acesso                            |         |                          |  |                      |              |   |          |  |  | Regra de Cálculo  |  |  |
|  | Idade Mínima                               |         |                          | Tempo de Contribuição  |                      |              | Pontuação Mínima                                      |          |  | Ingresso Até 31.12.2003  | Ingresso até ENTRADA EM VIGOR EMENDA  | Pensão   | Acumulação Benefícios  |
|  | M  | H       | Ajuste                   | M  | H                    | Ajuste       | M   | H        | Ajuste                                   |  |   |  |  |
| <b>REGRAS DE TRANSIÇÃO</b>   |  |         |                          |  |                      |              |   |          |  |  |   |  |  |
| Servidor Federal<br><b>Art. 4º</b>   | 56 a 57                                    | 61 a 62 | Aumento de 1 ano em 2022 | 30 (20 SP e 5 Cargo)   | 35 (20 SP e 5 Cargo) |              | 86 a 100  | 96 a 105 | Aumenta 1 ponto por ano a partir de 2020 | Totalidade Remun. e Paridade 62 (m) 65(h)  | 60% Média SC/Remunerações desde 7/94, ou do início, se posterior, mais 2% por ano que exceder 20 - Reajuste conf. RGPS  | <b>Regra Geral:</b> Pensão <u>sem</u> dependente Invalído ou com deficiência mental, intelectual ou grave:<br><br>Cota familiar de 50%, cota por dependente 10%, sobre aposentadoria recebida ou da que teria direito se aposentado por incapacidade permanente na data do óbito<br><br>Pensão <u>com</u> dependente Invalído ou com deficiência mental, intelectual ou grave: 100% da aposentadoria recebida ou da que teria direito se aposentado por incapacidade permanente na data do óbito até o teto do RGPS. Acima do Teto, cálculo das cotas. | <b>Acumulação Vedada:</b> mais de uma pensão, deixada por cônjuge ou companheiro, no mesmo regime de previdência, salvo cargos acumuláveis na forma do art. 37 da CF.<br><br><b>Acumulação Admitida, com Redução:</b> I) Pensão cônjuge ou companheiro de um regime + Pensão de outro regime ou pensões militares II) Pensão cônjuge/companheiro de um regime mais Aposentadoria do RGPS, RPPS ou Proventos Inatividade Militar III) Pensões Atividade Militar mais Aposentadoria RGPS ou do RPPS. |
| Professor Federal<br><b>Art. 4º</b>  | 51 a 52                                    | 56 a 57 | Aumento de 1 ano em 2022 | 25 (20 SP e 5 Cargo)   | 30 (20 SP e 5 Cargo) |              | 81 a 92   | 91 a 100 | Aumenta 1 ponto por ano a partir de 2020 | Totalidade Remun. e Paridade 57 (m) 60 (h)   | 60% Média SC/Remunerações desde 7/94, ou do início, se posterior, mais 2% por ano que exceder 20 - Reajuste conf. RGPS  |  |  |
| Servidor Federal<br><b>Art.20º</b>   | 57   | 60      |                          | 30 (20 SP e 5 Cargo)   | 35 (20 SP e 5 Cargo) | Pedágio 100% |   |          |  | Totalidade Remun. e Paridade   | Valor apurado na forma da Lei: 100% Média SC/Remunerações desde 7/94, ou do início, se posterior, Reajuste nos termos do RGPS   | <b>Acumulação Vedada:</b> mais de uma pensão, deixada por cônjuge ou companheiro, no mesmo regime de previdência, salvo cargos acumuláveis na forma do art. 37 da CF.<br><br><b>Acumulação Admitida, com Redução:</b> I) Pensão cônjuge ou companheiro de um regime + Pensão de outro regime ou pensões militares II) Pensão cônjuge/companheiro de um regime mais Aposentadoria do RGPS, RPPS ou Proventos Inatividade Militar III) Pensões Atividade Militar mais Aposentadoria RGPS ou do RPPS.   |  |
| Professor Federal<br><b>Art. 20</b>  | 52   | 55      |                          | 25 (20 SP e 5 Cargo)   | 30 (20 SP e 5 Cargo) | Pedágio 100% |   |          |  | Totalidade Remun. e Paridade   | Valor apurado na forma da Lei: 100% Média SC/Remunerações desde 7/94, ou do início, se posterior, Reajuste nos termos do RGPS   |  |  |
| Policial Civil do DF, Policial Federal, Policial Rodoviário Federal, Pol. legisl. Federal / Agentes Federais Penitenciários Socioeduc. <b>Art. 5º , § 3º</b> | 52   | 53      |                          | 25 (15 Cargo)  | 30 (20 Cargo)        | Pedágio 100% | <u>Poderão aposentar-se na forma da LC nº 51/1985</u> |          |  | Totalidade Remuner. e Paridade - Ingresso até 12.11.2019 (Parecer AGU - JL nº 04, de 9.6.2020) | Exceção à Regra Geral para Policiais/Agentes: Pensão por morte decorrente de agressão no exercício ou em razão da função será vitalícia p/ cônjuge/companh. e equivalente à remuneração do cargo          | REDUTORES: a) 60% de 1 SM até 2 SM; b) 40% de 2 SM até 3 SM; c) 20% de 3 SM até 4 SM; d) 10% acima de 4 SM.  |  |
| Policial Civil do DF, Policial Federal Pol. legisl. Federal / Agentes Federais Penitenciários Socioeduc. <b>Art. 5º , Caput</b>                              | 55   |         |                          | 25 (15 Cargo)  | 30 (20 Cargo)        |              | <u>Poderão aposentar-se na forma da LC nº 51/1985</u> |          |  | Totalidade Remuner. e Paridade - Ingresso até 12.11.2019 (Parecer AGU - JL nº 04, de 9.6.2020) | Exceção à Regra Geral para Policiais/Agentes: Pensão por morte decorrente de agressão no exercício ou em razão da função será vitalícia p/ cônjuge/companh. e equivalente à remuneração do cargo          |  |  |
| Especial Nociv. <b>Art. 21</b>   |  |         |                          | Tempo de Contribuição de <b>15, 20 e 25 anos</b> (20 SP e 5 Cargo) |                      |              | Pontos de <b>66, 76 e 86 pontos</b>                   |          |  |  | Valor apurado na forma da Lei: 60% Média SC/Remunerações desde 7/94, ou do início, se posterior, mais 2% por ano que exceder 20 (exceção: por ano que exceder 15 nessa mesma faixa)- Reajuste conf. RGPS. | Idem Geral   |  |

| EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 103, DE 12.112019   |    |        |                       |   |        |  |   |        |   | RPPS DA UNIÃO  |  |  |  |            |
|--|----|--------|-----------------------|---|--------|--|---|--------|---|--|--|--|--|------------|
| Regra de Acesso  |    |        |                       |   |        |  |   |        |   | Regra de Cálculo   |  |  |  |            |
| Idade Mínima   |    |        | Tempo de Contribuição |   |        | Pontuação Mínima                                     |   |        | Ingresso Até 31.12.2003   | Ingresso até ENTRADA EM VIGOR EMENDA   | Pensão   | Acumulação Benefícios  |  |            |
| M  | H  | Ajuste | M                     | H | Ajuste | M  | H | Ajuste |   |  |  |  |  |            |
| <b>Regras de Longo Prazo (até edição de Lei Federal) - DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS</b>  |    |        |                       |   |        |  |   |        |   |  |  |  |  |            |
| Servidor Federal Art. 10   | 62 | 65     |                       |   |        | 25 (10 SP e 5 Cargo)                                 |   |        |   |  | <b>ART 26, § 2º PEC - CAPUT - Cálculo da Média Aritmética: Média Salários Contrib/Remunerações desde 7/94, ou do início das contribuições, se posterior</b><br><b>Cálculo dos Proventos e Reajuste: 60% Média mais 2% por ano que exceder 20 anos (salvo na Apos. por incapacidade decorrente de acidente de trabalho, doença profissional ou do tabalho, quando será 100% da média)</b><br><b>Reajuste conf. RGPS</b> | idem geral   | <b>Acumulação Vedada:</b> mais de uma pensão, deixada por cônjuge ou companheiro, no mesmo regime de previdência, salvo cargos acumuláveis na forma do art. 37 da CF.<br><b>Acumulação Admitida, com Redução:</b> I) Pensão cônjuge ou companheiro de um regime + Pensão de outro regime ou pensões militares II) Pensão cônjuge/companheiro de um regime mais Aposentadoria do RGPS, RPPS ou Proventos Inatividade Militar III) Pensões Atividade Militar mais Aposentadoria RGPS ou do RPPS.<br><b>REDUTORES:</b> a) 60% de 1 SM até 2 SM; b) 40% de 2 SM até 3 SM; c) 20% de 3 SM até 4 SM; d) 10% acima de 4 SM. |            |
| Professor Fed. Art. 10   | 57 | 60     |                       |   |        | 25 (10 SP e 5 Cargo)                                 |   |        |   |  |  | idem geral   |  |            |
| Policial Civil DF, Policial Federal Policial, Policial Rodoviário Federal, Policial legis. Federal / Agentes Federais Penitenciários e Socioeducat. Art. 10  |    | 55     |                       |   |        | 30 (25 Cargo)  |   |        | Ingresso a partir de 13.11.2019   |  |  | Exceção à Regra Geral para Policiais/Agentes: Pensão por morte decorrente de agressão no exercício ou em razão da função será vitalícia p/ cônjuge/companh. e equivalente à remuneração do cargo |  | idem geral |
| Especial Nociv. Art. 10  |    | 60     |                       |   |        | 25 (10 SP e 5  |   |        |   |  |  | idem geral   |  |            |
| Apos. Incap. Perm. Art. 10   |    |        |                       |   |        |  |   |        |   |  |  | idem geral   |  |            |
| Aposentad. Compulsória - Art. 10   |    | 75     |                       |   |        |  |   |        |   | TC/20 limitado a um inteiro  | TC/20 X (Valor apurado na forma do art. 26, § 2º PEC: 60% Média mais 2% por ano que exceder 20 anos)   | idem geral   |  |            |
| Deficientes (Apos. por Idade) - Art. 22  | 55 | 60     |                       |   |        | 15 anos contribuição, como PCD, indenente de (maner) |   |        | Poderão aposentar-se na forma da LC nº 142/2013, inclusive quanto aos critérios | 70% Média das Contribuições apurada nos termos do art. 29 da Lei nº 8.213/91 mais 1% por grupo de 12 contribuições (até 30%).  | idem geral   |  |  |            |
| Deficientes (Apos. por Tempo) Art. 22  |    |        |                       |   |        | 20, 24 e 28 (homem) 25, 20 e 22                      |   |        | Poderão aposentar-se na forma da LC nº 142/2013, inclusive quanto aos critérios | 100% Média das Contribuições apurada nos termos do art. 29 da Lei nº 8.213/91 (80% dos maiores salário de contribuição/remunerações desde 7/94, ou do início se posterior) | idem geral   |  |  |            |
| <i>Observação: A média de que trata o artigo 26 da PEC será limitada ao teto do RGPS para o servidor que ingressou após a instituição do Regime de Previdência Complementar - RPC, ou que fez a opção por este regime.<br/>           Poderão ser excluídas da média as contribuições que resultem em redução do valor do benefício, desde que mantido o tempo mínimo de contribuição exigido, vedada a utilização do tempo excluído para qualquer finalidade.</i> |    |        |                       |   |        |  |   |        |   |  |  |  |  |            |

**ANEXO XVII-B: REGRAS PARA CONCESSÃO DE APOSENTADORIAS - RPPS DA UNIÃO -  
DIREITO ADQUIRIDO ATÉ A EC N° 103/2019**

**Resumos Esquemáticos dos Critérios de  
Concessão, Cálculo e Reajustamento dos Benefícios – Direito Adquirido até a EC n° 103/2019**

## PARTE I – REGRAS PERMANENTES

| <b>APOSENTADORIA POR INVALIDEZ PERMANENTE</b>   |
|---|
| (Art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal, com redação da EC nº 41/2003)<br><br>Aplicável aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações. |
| <b>HOMEM/MULHER</b>   |
| Invalidez permanente comum: proventos proporcionais ao tempo de serviço   |
| Invalidez permanente decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da lei: proventos integrais  |
| Forma de cálculo: Aplicação da média aritmética simples das maiores contribuições efetuadas a partir de julho/1994.   |
| Teto do benefício: Remuneração do servidor no cargo efetivo.  |
| Reajuste do Benefício: dar-se-á nas mesmas datas e com os mesmos índices utilizados para o reajuste dos benefícios do RGPS, para preservação do valor real.   |
| <b>Obs.:</b> Não se aplicou a média aritmética no cálculo dos benefícios concedidos até 19/02/2004, para os quais considerou-se a última remuneração no cargo efetivo   |

| <b>APOSENTADORIA COMPULSÓRIA</b>   |
|--|
| (Art. 40, § 1º, inciso II, da Constituição Federal, com redação da EC nº 41/2003)<br><br>Aplicável aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações. |
| <b>HOMEM/MULHER</b>  |
| Aposentadoria aos setenta e cinco anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição  |
| Forma de cálculo: Aplicação da média aritmética simples das maiores contribuições efetuadas a partir de julho/1994.  |
| Teto do benefício: Remuneração do servidor no cargo efetivo.   |
| Reajuste do Benefício: dar-se-á nas mesmas datas e com os mesmos índices utilizados para o reajuste dos benefícios do RGPS, para preservação do valor real.  |
| <b>Obs.:</b> Não se aplicou a média aritmética no cálculo dos benefícios concedidos até 19/02/2004, para os quais considerou-se a última remuneração no cargo efetivo  |

**APOSENTADORIAS VOLUNTÁRIAS**

(Art. 40, § 1º, inciso III, alíneas “a” e “b” da Constituição Federal, com redação da EC nº 41/2003)

Aplicáveis aos servidores titulares de cargos efetivos da União dos Estados, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que ingressaram no serviço público a partir de 01/01/2004, ou àqueles que não optaram pelas regras dos art. 2º e 6º da EC 41/03 ou do art. 3º da EC 47/04

**POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**

(Art. 40, § 1º, inciso III, “a” da CF, com redação da EC nº 41/2003)

**HOMEM**

| <b>Professor (*)</b>  | <b>Demais Servidores</b>  |
|---|---|
| Tempo de contribuição: 10950 dias (30 anos)<br>Tempo no serviço público: 3650 dias (10 anos)<br>Tempo no cargo: 1825 dias (5 anos)<br>Idade mínima: 55 anos           | Tempo de contribuição: 12775 dias (35 anos)<br>Tempo no serviço público: 3650 dias (10 anos)<br>Tempo no cargo: 1825 dias (5 anos)<br>Idade mínima: 60 anos           |
| Forma de cálculo: Aplicação da média aritmética simples das maiores contribuições efetuadas a partir de julho/1994.   | Forma de cálculo: Aplicação da média aritmética simples das maiores contribuições efetuadas a partir de julho/1994.   |
| Teto do benefício: Remuneração do servidor no cargo efetivo.  | Teto do benefício: Remuneração do servidor no cargo efetivo.  |
| Reajuste do Benefício: dar-se-á nas mesmas datas e com os mesmos índices utilizados para o reajuste dos benefícios do RGPS, para preservação do valor real.           | Reajuste do Benefício: dar-se-á nas mesmas datas e com os mesmos índices utilizados para o reajuste dos benefícios do RGPS, para preservação do valor real.           |
| <b>Obs.:</b> Não se aplicou a média aritmética no cálculo dos benefícios concedidos até 19/02/2004, para os quais considerou-se a última remuneração no cargo efetivo | <b>Obs.:</b> Não se aplicou a média aritmética no cálculo dos benefícios concedidos até 19/02/2004, para os quais considerou-se a última remuneração no cargo efetivo |

**MULHER**

| <b>Professora (*)</b>  | <b>Demais Servidoras</b>  |
|--|---|
| Tempo de contribuição: 9125 dias (25 anos)<br>Tempo no serviço público: 3650 dias (10 anos)<br>Tempo no cargo: 1825 dias (5 anos)<br>Idade mínima: 50 anos | Tempo de contribuição: 10950 dias (30 anos)<br>Tempo no serviço público: 3650 dias (10 anos)<br>Tempo no cargo: 1825 dias (5 anos)<br>Idade mínima: 55 anos |

|   |   |
|---|---|
| Forma de cálculo: Aplicação da média aritmética simples das maiores contribuições efetuadas a partir de julho/1994.   | Forma de cálculo: Aplicação da média aritmética simples das maiores contribuições efetuadas a partir de julho/1994.   |
| Teto do benefício: Remuneração da servidora no cargo efetivo  | Teto do benefício: Remuneração da servidora no cargo efetivo  |
| Reajuste do Benefício: dar-se-á nas mesmas datas e com os mesmos índices utilizados para o reajuste dos benefícios do RGPS, para preservação do valor real.   | Reajuste do Benefício: dar-se-á nas mesmas datas e com os mesmos índices utilizados para o reajuste dos benefícios do RGPS, para preservação do valor real.           |
| <b>Obs.:</b> Não se aplicou a média aritmética no cálculo dos benefícios concedidos até 19/02/2004, para os quais considerou-se a última remuneração no cargo efetivo   | <b>Obs.:</b> Não se aplicou a média aritmética no cálculo dos benefícios concedidos até 19/02/2004, para os quais considerou-se a última remuneração no cargo efetivo |
| (*) <i>reductor conforme § 5º, art. 40 da CF, ou seja, somente para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.</i>              |   |
| <b>POR IDADE</b>  |   |
| (Art. 40 § 1º, inciso III, “b” da CF)   |   |
| <b>HOMEM</b>  |   |
| <b>Todos os servidores</b>  |   |
| Tempo no serviço público: 3650 dias no mínimo (10 anos)   |   |
| Tempo no cargo: 1825 dias (5 anos)  |   |
| Idade mínima: 65 anos   |   |
| Forma de cálculo: Aplicação da média aritmética simples das maiores contribuições efetuadas a partir de julho/1994, limitando-se ao teto da remuneração do servidor no cargo efetivo. Proventos proporcionais ao tempo de contribuição. |   |
| <b>Obs.:</b> Não se aplicou a média aritmética no cálculo dos benefícios concedidos até 19/02/2004, para os quais considerou-se a última remuneração no cargo efetivo   |   |
| Reajuste do Benefício: dar-se-á nas mesmas datas e com os mesmos índices utilizados para o reajuste dos benefícios do RGPS, para preservação do valor real.   |   |
| <b>MULHER</b>   |   |
| <b>Todas as servidoras</b>  |   |
| Tempo no serviço público: 3650 dias no mínimo (10 anos)   |   |
| Tempo no cargo: 1825 dias (5 anos)  |   |
| Idade mínima: 60 anos   |   |

|   |
|---|
| Forma de cálculo: Aplicação da média aritmética simples das maiores contribuições efetuadas a partir de julho/1994, limitando-se ao teto da remuneração da servidora no cargo efetivo. Proventos proporcionais ao tempo de contribuição |
| <b>Obs.:</b> Não se aplicou a média aritmética no cálculo dos benefícios concedidos até 19/02/2004, para os quais considerou-se a última remuneração no cargo efetivo   |
| Reajuste do Benefício: dar-se-á nas mesmas datas e com os mesmos índices utilizados para o reajuste dos benefícios do RGPS, para preservação do valor real.   |

## PARTE II – REGRAS DE TRANSIÇÃO

|   |
|---|
| <b>APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA</b>   |
| (Art. 2º da EC 41/2003)   |
| Aplicável aos servidores titulares de cargos efetivos da União dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que tenham ingressado em cargo efetivo até 16/12/1998  |
| <b>HOMEM</b>  |
| <b>Todos os servidores</b>  |
| Tempo de contribuição: 12775 dias (35 anos)   |
| Tempo no cargo: 1825 dias (5 anos)  |
| Idade mínima: 53 anos   |
| Pedágio: Acréscimo de 20% no tempo que faltava em 16/12/98, para atingir o tempo total de contribuição.   |
| Regra Especial para Professor: Acréscimo de 17% no tempo de efetivo exercício até 16/12/98, desde que se aposente, exclusivamente, com tempo de magistério, incluindo-se o magistério que não seja de educação infantil e do ensino fundamental e médio. Calcula-se primeiro o bônus de 17% e depois o pedágio. |
| Regra Especial para Magistrados, membros do Ministério Público e do TCU: Acréscimo de 17% no tempo de efetivo exercício até 16/12/98. Calcula-se primeiro o bônus de 17% e depois o pedágio.  |
| Forma de cálculo: Aplicação da média aritmética simples das maiores contribuições efetuadas a partir de julho/1994. Posteriormente, aplica-se a tabela de redução.  |
| Teto do benefício: Remuneração do servidor no cargo efetivo.  |
| <b>Obs.:</b> Não se aplicou a média aritmética no cálculo dos benefícios concedidos até 19/02/2004, para os quais considerou-se a última remuneração no cargo efetivo   |
| Reajuste do Benefício: dar-se-á nas mesmas datas e com os mesmos índices utilizados para o reajuste dos benefícios do RGPS, para preservação do valor real.   |
| <b>MULHER</b>   |
| <b>Todos as servidoras</b>  |

|  |
|--|
| Tempo de contribuição: 10950 dias (30 anos)  |
| Tempo no cargo: 1825 dias (5 anos)   |
| Idade mínima: 48 anos  |
| Pedágio: Acréscimo de 20% no tempo que faltava em 16/12/98, para atingir o tempo total de contribuição.  |
| Regra Especial para Professora: Acréscimo de 20% no tempo de efetivo exercício até 16/12/98, desde que se aposente, exclusivamente, com tempo de magistério, incluindo-se o magistério que não seja de educação infantil e ensino fundamental e médio.<br><br>Obs.: calcula-se primeiro o bônus de 20% e depois o pedágio. |
| Forma de cálculo: Aplicação da média aritmética simples das maiores contribuições efetuadas a partir de julho/1994. Posteriormente, aplica-se a tabela de redução.   |
| Teto do benefício: Remuneração da servidora no cargo efetivo.  |
| <b>Obs.:</b> Não se aplicou a média aritmética no cálculo dos benefícios concedidos até 19/02/2004, para os quais considerou-se a última remuneração no cargo efetivo  |
| Reajuste do Benefício: dar-se-á nas mesmas datas e com os mesmos índices utilizados para o reajuste dos benefícios do RGPS, para preservação do valor real.  |

#### APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA

(Art. 6º da EC 41/03)

Aplicável aos servidores titulares de cargos efetivos da União dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que tenham ingressado no serviço público até 31/12/2003

#### HOMEM

| Professor (*)  | Demais servidores  |
|--|--|
| Tempo de contribuição: 10950 dias (30 anos)                                    | Tempo de contribuição: 12775 dias (35 anos)                                    |
| Tempo no serviço público: 7300 dias (20 anos)                                  | Tempo no serviço público: 7300 dias (20 anos)                                  |
| Tempo na carreira: 3650 dias (10 anos)   | Tempo na carreira: 3650 dias (10 anos)   |
| Tempo no cargo: 1825 dias (5 anos)   | Tempo no cargo: 1825 dias (5 anos)   |
| Idade mínima; 55 anos.   | Idade mínima: 60 anos  |
| Forma de cálculo: Aposentadoria integral (última remuneração no cargo efetivo) | Forma de cálculo: Aposentadoria integral (última remuneração no cargo efetivo) |
| Teto do benefício: Remuneração do servidor no cargo efetivo                    | Teto do benefício: Remuneração do servidor no cargo efetivo                    |

|  |  |
|--|--|
| Reajuste do Benefício: Paridade com a remuneração dos servidores | Reajuste do Benefício: Paridade com a remuneração dos servidores |
|--|--|

| <b>MULHER</b>  |  |
|--|--|
| <b>Professora (*)</b>  | <b>Demais servidoras</b>   |
| Tempo de contribuição: 9125 dias (25 anos)   | Tempo de contribuição: 10950 dias (30 anos)                                    |
| Tempo no serviço público: 7300 dias (20 anos)  | Tempo no serviço público: 7300 dias (20 anos)                                  |
| Tempo na carreira: 3650 dias (10 anos)   | Tempo na carreira: 3650 dias (10 anos)   |
| Tempo no cargo: 1825 dias (5 anos)   | Tempo no cargo: 1825 dias (5 anos)   |
| Idade mínima: 50 anos  | Idade mínima: 55 anos  |
| Forma de cálculo: Aposentadoria integral (última remuneração do cargo efetivo)   | Forma de cálculo: Aposentadoria integral (última remuneração do cargo efetivo) |
| Teto do benefício: Remuneração da servidora no cargo efetivo   | Teto do benefício: Remuneração da servidora no cargo efetivo                   |
| Reajuste do Benefício: Paridade com a remuneração dos servidores   | Reajuste do Benefício: Paridade com a remuneração dos servidores               |
| <p><i>(*) redutor conforme § 5º, art. 40 da CF, ou seja, somente para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.</i></p> |  |

| <b>APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA</b>  |
|--|
| (Art. 3º da EC 47/05)  |
| Aplicável aos servidores titulares de cargos efetivos da União dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que tenham ingressado no serviço público até 16/12/1998 |
| <b>TODOS OS SERVIDORES TITULARES DE CARGO EFETIVO, INCLUSIVE PROFESSORES DE QUALQUER NÍVEL DE ENSINO</b>   |
| Tempo de contribuição: 12775 dias (35 anos)  |
| Tempo no serviço público: 7300 dias (25 anos)  |
| Tempo na carreira: 5475 dias (15 anos)   |
| Tempo no cargo: 1825 dias (5 anos)   |
| Idade mínima conforme tabela abaixo:   |

| Tempo de contribuição | Idade mínima | Soma |
|-----------------------|--------------|------|
| 35                    | 60           | 95   |
| 36                    | 59           | 95   |
| 37                    | 58           | 95   |
| 38                    | 57           | 95   |
| ...                   | ...          | 95   |

Forma de cálculo: Aposentadoria integral (última remuneração no cargo efetivo)

Teto do benefício: Remuneração do servidor no cargo efetivo

Reajuste do Benefício: Paridade com a remuneração dos servidores

**Obs.:** As pensões derivadas dos proventos dos servidores que se aposentaram de acordo com esta regra, também serão reajustadas pela paridade.

**TODAS AS SERVIDORAS TITULARES DE CARGO EFETIVO, INCLUSIVE PROFESSORAS DE QUALQUER NÍVEL DE ENSINO**

Tempo de contribuição: 10950 dias (30 anos)

Tempo no serviço público: 9125 dias (25 anos)

Tempo na carreira: 5475 dias (15 anos)

Tempo no cargo: 1825 dias (5 anos)

Idade mínima conforme tabela abaixo:

| Tempo de contribuição | Idade mínima | Soma |
|-----------------------|--------------|------|
| 30                    | 55           | 85   |
| 31                    | 54           | 85   |
| 32                    | 53           | 85   |
| 33                    | 52           | 85   |
| ...                   | ...          | 85   |

Forma de cálculo: Aposentadoria integral (última remuneração no cargo efetivo)

Teto do benefício: Remuneração da servidora no cargo efetivo

Reajuste do Benefício: Paridade com a remuneração dos servidores

**Obs.:** As pensões derivadas dos proventos das servidoras que se aposentaram de acordo com esta regra, também serão reajustadas pela paridade.

### PARTE III – DIREITO ADQUIRIDO

#### 1ª hipótese

| <b>APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA</b>  |  |
|--|--|
| (Art. 3º da EC 41/03)  |  |
| Regras aplicáveis aos servidores titulares de cargos efetivos que preencheram todas as condições de elegibilidade estabelecidas até 31/12/2003 |  |
| <b>APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA – Por idade e Tempo de Contribuição</b>  |  |
| (Art. 40, inciso III, alínea “a” da Constituição Federal na redação dada pela EC nº 20, de 1998)   |  |
| Direito adquirido no período de 16/12/1998 a 31/12/2003  |  |
| <b>HOMEM</b>   |  |
| <b>Professor de ensino fundamental e médio (*)</b>   | <b>Demais servidores inclusive professores que não sejam do ensino fundamental e médio</b>                         |
| Tempo de contribuição: 10950 dias (30 anos)  | Tempo de contribuição: 12775 dias (35 anos)  |
| Tempo no serviço público: 3650 dias (10 anos)  | Tempo no serviço público: 3650 dias (10 anos)  |
| Tempo no cargo: 1825 dias (5 anos)   | Tempo no cargo: 1825 dias (5 anos)   |
| Idade mínima: 55 anos  | Idade mínima: 60 anos  |
| Forma de cálculo: Proventos integrais (última remuneração do cargo efetivo)  | Forma de cálculo: Proventos integrais (última remuneração do cargo efetivo)  |
| Teto do benefício: Remuneração do servidor no cargo efetivo.   | Teto do benefício: Remuneração do servidor no cargo efetivo.   |
| Reajuste do Benefício: Paridade com a remuneração dos servidores   | Reajuste do Benefício: Paridade com a remuneração dos servidores   |
| <b>MULHER</b>  |  |
| <b>Professora de educação infantil e do ensino fundamental e médio ensino fundamental e médio (*)</b>  | <b>Demais servidoras, inclusive professoras que não sejam de educação infantil e do ensino fundamental e médio</b> |

|  |   |
|--|---|
| Tempo de contribuição: 9125 dias (25 anos)<br>Tempo no serviço público: 3650 dias (10 anos)<br>Tempo no cargo: 1825 dias (5 anos)<br>Idade mínima: 50 anos       | Tempo de contribuição: 10950 dias (30 anos)<br>Tempo no serviço público: 3650 dias (10 anos)<br>Tempo no cargo: 1825 dias (5 anos)<br>Idade mínima: 55 anos |
| Forma de cálculo: Proventos integrais correspondentes à última remuneração do cargo efetivo  | Forma de cálculo: Proventos integrais correspondentes à última remuneração do cargo efetivo   |
| Teto do benefício: Remuneração do servidor no cargo efetivo  | Teto do benefício: Remuneração do servidor no cargo efetivo   |
| Reajuste do Benefício: Paridade com a remuneração dos servidores   | Reajuste do Benefício: Paridade com a remuneração dos servidores  |
| <b>(*) redutor conforme § 5º, art. 40 da CF</b>  |   |
| <b>Obs.:</b> Para as pensões decorrentes de morte, ocorrida até 19/02/2004, de aposentado por estas regras, a pensão será igual à última remuneração do servidor |   |

## 2ª hipótese – REGRA DE TRANSIÇÃO

|  |
|--|
| <b>APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE</b><br><br>(Art. 40, inciso III, alínea “b” da Constituição Federal na redação dada pela EC nº 20, de 1998)<br><br>Direito adquirido no período de 16/12/1998 a 31/12/2003 |
| <b>HOMEM</b>   |
| <b>Todos os servidores</b>   |
| Tempo no serviço público: 3650 dias (10 anos)<br><br>Tempo no cargo: 1825 dias (5 anos)<br><br>Idade mínima: 65 anos   |
| Forma de cálculo: Proventos proporcionais ao tempo de contribuição, calculados sobre a última remuneração no cargo efetivo   |
| Teto do benefício: Remuneração do servidor no cargo efetivo  |
| Reajuste do Benefício: Paridade com a remuneração dos servidores   |
| <b>MULHER</b>  |

|   |
|---|
| <b>Todas as servidoras</b>  |
| Tempo no serviço público: 3650 dias (10 anos)   |
| Tempo no cargo: 1825 dias (5 anos)  |
| Idade mínima: 60 anos   |
| Forma de cálculo: Proventos proporcionais ao tempo de contribuição, calculados sobre a última remuneração no cargo efetivo. |
| Reajuste do Benefício: Paridade com a remuneração dos servidores  |

### 3ª hipótese - REGRA DE TRANSIÇÃO

|   |
|---|
| <b>APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA – REGRA DE TRANSIÇÃO</b>  |
| <b>PROVENTOS PROPORCIONAIS</b>  |
| (Art. 8º, § 1º da EC nº 20/98)  |
| Direito adquirido no período de 16/12/1998 a 31/12/2003   |
| <b>HOMEM</b>  |
| <b>Todos os servidores</b>  |
| Tempo de contribuição: 10950 (30 anos)  |
| Tempo no cargo: 1825 (5 anos)   |
| Idade mínima: 53 anos   |
| Pedágio: Acréscimo de 40% no tempo que faltava, em 16/12/98, para atingir o tempo total de contribuição.  |
| Forma de cálculo: Proventos proporcionais equivalentes a 70% do valor máximo que o servidor poderia obter, acrescido de 5% por ano de contribuição que supere o tempo de contribuição de 30 anos acrescido do pedágio. Obs.: Este acréscimo é computado a partir do momento em que o servidor atinge o tempo de contribuição independentemente de ter completado a idade mínima |
| Reajuste do Benefício: Paridade com a remuneração dos servidores  |
| <b>MULHER</b>   |
| <b>Todas as servidoras</b>  |
| Tempo de contribuição: 9125 dias (25 anos)  |
| Tempo no cargo: 1825 dias (5 anos)  |
| Idade mínima: 48 anos   |
| Pedágio: Acréscimo de 40% no tempo que faltava, em 16/12/98, para atingir o tempo total de contribuição.  |

|  |
|--|
| <p>Forma de cálculo: Proventos proporcionais equivalentes a 70% do valor máximo que o servidor poderia obter, acrescido de 5% por ano de contribuição que supere o tempo de contribuição de 25 anos acrescido do pedágio. Obs.: Este acréscimo é computado a partir do momento em que o servidor atinge o tempo de contribuição independentemente de ter completado a idade mínima</p> |
| <p>Reajuste do Benefício: Paridade com a remuneração dos servidores</p>  |

#### 4ª hipótese – REGRA DE TRANSIÇÃO

|  |
|--|
| <p><b>APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA – REGRA DE TRANSIÇÃO</b></p> <p><b>PROVENTOS INTEGRAIS</b></p> <p><i>(Caput do art. 8º da EC nº 20/98)</i></p> <p>Direito adquirido no período de 16/12/1998 a 31/12/2003</p>                               |
| <p><b>HOMEM</b></p>  |
| <p><b>Todos os servidores</b></p>  |
| <p>Tempo de contribuição: 12775 dias (35 anos)</p> <p>Tempo no cargo: 1825 dias (5 anos)</p> <p>Idade mínima: 53 anos</p> <p>Pedágio: Acréscimo de 20% no tempo que faltava, em 16/12/98, para atingir o tempo total de contribuição.</p>  |
| <p>Regra Especial para Professor, inclusive para o que não seja de ensino fundamental e médio: Acréscimo de 17% no tempo exercido até 16/12/98, desde que se aposente, exclusivamente, com tempo de efetivo nas funções de magistério.</p> |
| <p>Regra Especial para Magistrados, membros do Ministério Público e do TCU, se homem: Acréscimo de 17% no tempo exercido até 16/12/98.</p>   |
| <p>Forma de cálculo: Proventos integrais correspondentes à última remuneração do cargo efetivo</p>   |
| <p>Reajuste do Benefício: Paridade com a remuneração dos servidores</p>  |
| <p><b>MULHER</b></p>   |
| <p><b>Todas as servidoras</b></p>  |
| <p>Tempo de contribuição: 10950 dias (30 anos)</p> <p>Tempo no cargo: 1825 dias (5 anos)</p> <p>Idade mínima: 48 anos</p> <p>Pedágio: Acréscimo de 20% no tempo que faltava, em 16/12/98, para atingir o tempo total de contribuição.</p>  |

|  |
|--|
| Regra Especial para Professora, inclusive para a que não seja de ensino fundamental e médio: Acréscimo de 20% no tempo exercido até 16/12/98, desde que se aposente, exclusivamente, com tempo de efetivo nas funções de magistério. |
| Forma de cálculo: Proventos integrais correspondentes à última remuneração do cargo efetivo  |
| Reajuste do Benefício: Paridade com a remuneração dos servidores   |

#### PARTE IV

### TABELAS DE REDUÇÃO PARA CONCESSÃO DE APOSENTADORIA PELA REGRA DE TRANSIÇÃO

(Art. 2º da EC 41/03)

| <b>1 - PARA QUALQUER SERVIDOR QUE COMPLETAR OS REQUISITOS DO ART. 2º da EC 41/2003 ATÉ 31/12/2005, INCLUSIVE PROFESSORES QUE NÃO SEJAM DE EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO.</b> |                                |                    |
|--|--------------------------------|--------------------|
| <b>IDADE HOMEM/MULHER</b>  | <b>% A REDUZIR (3,5% a.a.)</b> | <b>% A RECEBER</b> |
| 53/48  | 24,5%                          | 75,5%              |
| 54/49  | 21%                            | 79%                |
| 55/50  | 17,5%                          | 82,5%              |
| 56/51  | 14%                            | 86%                |
| 57/52  | 10,5%                          | 89,5%              |
| 58/53  | 7%                             | 93%                |
| 59/54  | 3,5%                           | 96,5%              |
| 60/55  | 0%                             | 100%               |

| <b>2 - PARA QUALQUER SERVIDOR QUE COMPLETAR OS REQUISITOS DO ART. 2º da EC 41/2003 APÓS 01/01/2006, INCLUSIVE PROFESSORES QUE NÃO SEJAM DE EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO.</b> |                                |                    |
|---|--------------------------------|--------------------|
| <b>IDADE HOMEM/MULHER</b>   | <b>% A REDUZIR (5,0% a.a.)</b> | <b>% A RECEBER</b> |
| 53/48   | 35%                            | 65%                |
| 54/49   | 30%                            | 70%                |
| 55/50   | 25%                            | 75%                |
| 56/51   | 20%                            | 80%                |
| 57/52   | 15%                            | 85%                |

|       |     |      |
|-------|-----|------|
| 58/53 | 10% | 90%  |
| 59/54 | 5%  | 95%  |
| 60/55 | 0%  | 100% |

**3 - PARA PROFESSORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO QUE COMPLETAREM OS REQUISITOS DO ART. 2º da EC 41/2003 ATÉ 31/12/2005 (\*)**

| <b>IDADE HOMEM/MULHER (**)</b> | <b>% A REDUZIR (3,5% a.a.)</b> | <b>% A RECEBER</b> |
|--------------------------------|--------------------------------|--------------------|
| 53/48                          | 7%                             | 93%                |
| 54/49                          | 3,5%                           | 96,5%              |
| 55/50                          | 0%                             | 100%               |

*\* Para o cálculo dos proventos dos professores, pela regra de transição, não será aplicada a redução de idade e tempo de contribuição prevista no § 5º do art. 40 da CF, apenas o disposto no § 4º do art. 2º da EC 41/2003.*

*\*\* Para o cálculo do redutor previsto no § 1º do art. 2º da EC 41/2003 aplica-se a redução estabelecida no § 5º do art. 40 da CF*

**4 - PARA PROFESSORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO QUE COMPLETAREM OS REQUISITOS DO ART. 2º da EC 41/2003 APÓS 01/01/2006 (\*)**

| <b>IDADE HOMEM/MULHER</b> | <b>% A REDUZIR (5,0% a.a.)</b> | <b>% A RECEBER</b> |
|---------------------------|--------------------------------|--------------------|
| 53/48                     | 10%                            | 90%                |
| 54/49                     | 5%                             | 95%                |
| 55/50                     | 0%                             | 100%               |

*Valem as mesmas observações do quadro n° 03*

## ANEXO XVIII: POLICIAIS CIVIS E MILITARES DO DF - DEMONSTRATIVOS DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

1. Considerando a necessidade do reconhecimento, mensuração e evidenciação do Passivo Atuarial relativo à Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militares do Governo do Distrito Federal, conforme determinações do Acórdão nº 2938, adotado pelo Tribunal de Contas da União em Sessão Extraordinária de 12/12/2018 - Ata nº 50/2018 - Plenário, Relator Ministro José Múcio Monteiro, por meio do qual foi apreciado o processo TC 019.364/2017-2, foi solicitada à Secretaria de Previdência, pela Secretaria do Tesouro Nacional, a elaboração dos cálculos das referidas provisões matemáticas.

2. Dessa forma, em janeiro de 2023, foi elaborada a avaliação atuarial relativa à Polícia Civil e à Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militares do Distrito Federal vinculados ao Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF), com data focal em 31/12/2022.

3. Os quadros seguintes apresentam as estatísticas, elaboradas a partir das bases de dados recebidas, separadas por sexo e grupo previdenciário, que totalizaram 49.772 segurados, representados por 32.299 servidores/militares (64,9%), 8.195 aposentados/inativos (16,5%) e 9.278 pensionistas (18,6%).

### a) GDF - Consolidado:

| GDF - Consolidado    |                         |           |           |           |
|----------------------|-------------------------|-----------|-----------|-----------|
| Grupo                | Descrição               | Masculino | Feminino  | Geral     |
| Servidores/militares | Quantidade              | 28.200    | 4.099     | 32.299    |
|                      | Remuneração média (R\$) | 9.896,31  | 10.056,72 | 9.916,67  |
|                      | Idade média (anos)      | 47,86     | 41,39     | 47,04     |
| Aposentados/Inativos | Quantidade              | 7.027     | 1.168     | 8.195     |
|                      | Provento médio (R\$)    | 14.051,47 | 15.733,24 | 14.291,16 |
|                      | Idade média (anos)      | 65,41     | 60,97     | 64,78     |
| Pensionistas         | Quantidade              | 669       | 8.609     | 9.278     |
|                      | Provento médio (R\$)    | 4.911,25  | 6.508,77  | 6.393,58  |
|                      | Idade média (anos)      | 26,53     | 55,13     | 53,07     |

**b) Polícia Civil do GDF:**

| Polícia Civil do GDF |                         |           |           |           |
|----------------------|-------------------------|-----------|-----------|-----------|
| Grupo                | Descrição               | Masculino | Feminino  | Geral     |
| Servidores           | Quantidade              | 2.733     | 1.159     | 3.892     |
|                      | Remuneração média (R\$) | 14.677,08 | 13.896,57 | 14.444,65 |
|                      | Idade média (anos)      | 45,72     | 43,56     | 45,08     |
| Aposentados          | Quantidade              | 3.210     | 1.053     | 4.263     |
|                      | Provento médio (R\$)    | 16.288,34 | 15.882,05 | 16.187,98 |
|                      | Idade média (anos)      | 63,11     | 61,74     | 62,77     |
| Pensionistas         | Quantidade              | 142       | 1.299     | 1.441     |
|                      | Provento médio (R\$)    | 8.322,58  | 11.911,30 | 11.557,66 |
|                      | Idade média (anos)      | 34,72     | 64,78     | 61,82     |

**c) Polícia Militar e Bombeiros do GDF:**

| Polícia Militar e Bombeiros do GDF |                         |           |           |           |
|------------------------------------|-------------------------|-----------|-----------|-----------|
| Grupo                              | Descrição               | Masculino | Feminino  | Geral     |
| Militares                          | Quantidade              | 25.467    | 2.940     | 28.407    |
|                                    | Remuneração média (R\$) | 9.383,26  | 8.542,99  | 9.296,30  |
|                                    | Idade média (anos)      | 48,09     | 40,53     | 47,31     |
| Inativos                           | Quantidade              | 3.817     | 115       | 3.932     |
|                                    | Provento médio (R\$)    | 12.170,32 | 14.370,63 | 12.234,67 |
|                                    | Idade média (anos)      | 67,35     | 53,98     | 66,96     |
| Pensionistas                       | Quantidade              | 527       | 7.310     | 7.837     |
|                                    | Provento médio (R\$)    | 3.992,07  | 5.548,74  | 5.444,06  |
|                                    | Idade média (anos)      | 24,33     | 53,42     | 51,46     |

4. Neste Anexo são apresentados os valores das provisões matemáticas e das rubricas que as compõem, apurados por meio de avaliações atuariais processadas com a aplicação de métodos de financiamento denominados Método de Crédito Unitário Projetado PUC-a e PUC-e.

5. Faz-se necessário registrar que, até 31/12/2020, as avaliações atuariais do RPPS da União eram elaboradas com fundamento na metodologia de financiamento designada Método Ortodoxo, que considera como custo normal o valor das alíquotas de contribuição instituídas em lei multiplicadas pelo valor atual da folha de remunerações do ano. Na avaliação de 31/12/2021, referida metodologia foi substituída pelo Método de Crédito Unitário Projetado PUC-e, que considera como custo normal o quociente entre o valor atual de benefícios a conceder e o número de anos de atividade laborativa, contados entre a data de ingresso na União e a data provável de aposentadoria/inatividade, conforme previsto no art. 4º da Instrução Normativa nº 04/2018, vigente à época, expedida pela Secretaria de Previdência. Nesta avaliação com data focal de 31/12/2022, utilizou-se o Método de Crédito Unitário Projetado PUC-a, o qual considera como custo normal o quociente entre o valor atual de benefícios a conceder e o número de anos de atividade laborativa, contados entre a data de vinculação ao primeiro regime previdenciário oficial e a data provável de aposentadoria/inatividade.

6. As alterações da metodologia atenderam a recomendações do Acórdão nº 1463/2020-TCU/Plenário do Tribunal de Contas da União, do Acórdão nº 1464/2022-TCU/Plenário do Tribunal de Contas da União e às prescrições da Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC TSP 15.

### **Resultados das Avaliações Atuariais Relativas aos Policiais Civis do DF**

7. O quadro abaixo demonstra os valores das provisões matemáticas estimados por meio de avaliação atuarial com data focal em 31/12/2022, com aplicação da taxa de juros de 4,61% a.a., pelo “Método PUC-a”, comparados aos valores da avaliação processada na data focal de 31/12/2021, à taxa de juros de 4,77% a.a., pelo “Método PUC-e”.

8. Considerando o “Método PUC-e” como base de comparação, constata-se o acréscimo de R\$ 57.007.305,07 no valor da provisão matemática de benefícios a conceder (conta 2.2.7.2.1.04.00), que, adicionado ao acréscimo na provisão matemática de benefícios concedidos (2.2.7.2.1.03.00), que independe de métodos de financiamento, no importe de R\$ 172.905.136,75, impactou no aumento do deficit atuarial em 1,37%, que corresponde a R\$ 229.912.441,82, visto que passou de R\$ 16.733.599.434,53 para R\$ 16.963.511.876,35. Registre-se que, neste caso, o deficit atuarial corresponde ao total das provisões matemáticas, visto que o valor dos recursos garantidores é nulo. Confira-se as demais variações no quadro a seguir:

**Quadro Comparativo das Provisões Matemáticas**  
**Método PUC-a - 31/12/2022 - Taxa de juros 4,61% a.a.**  
**Método PUC-e - 31/12/2021 - Taxa de juros 4,77% a.a.**

Em R\$

| 2.2.7.2.0.00.00 | PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO                                 | PUC-a<br>31/12/2022 | PUC-e<br>31/12/2021 | AH (%)  |
|-----------------|---|---------------------|---------------------|---------|
| 2.2.7.2.1.00.00 | PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO                  | 16.963.511.876,35   | 16.733.599.434,53   | 1,37    |
| 2.2.7.2.1.03.00 | PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS                           | 10.933.937.146,18   | 10.761.032.009,43   | 1,61    |
| 2.2.7.2.1.03.01 | APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS | 12.553.119.182,29   | 12.395.252.169,93   | 1,27    |
| 2.2.7.2.1.03.03 | (-) CONTRIBUIÇÕES DO INATIVO PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS                    | - 1.347.799.366,31  | - 1.379.579.695,53  | - 2,30  |
| 2.2.7.2.1.03.04 | (-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS                | - 271.382.669,80    | - 254.640.464,97    | 6,57    |
| 2.2.7.2.1.04.00 | PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER                           | 6.029.574.730,17    | 5.972.567.425,10    | 0,95    |
| 2.2.7.2.1.04.01 | APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS A CONCEDER DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS | 8.083.027.193,72    | 8.393.674.513,22    | - 3,70  |
| 2.2.7.2.1.04.02 | (-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS                       | - 898.114.560,94    | - 1.104.208.566,52  | - 18,66 |
| 2.2.7.2.1.04.03 | (-) CONTRIBUIÇÕES DO ATIVO PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS                      | - 449.057.280,47    | - 552.104.283,26    | - 18,66 |
| 2.2.7.2.1.04.04 | (-) CONTRIBUIÇÕES DO INATIVO E PENSIONISTA PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS      | - 706.280.622,14    | - 764.794.238,34    | - 7,65  |

FONTE: CGACI/DRPSP/SRPC/MPS

9. Em complemento ao Quadro Comparativo das Provisões Matemáticas acima, serão apresentados os resultados de simulações matemáticas, para servirem de subsídio à análise das variações nos valores das provisões. No primeiro caso, ambas as avaliações atuariais, de 31/12/2021 e de 31/12/2022, foram reprocessadas pelo método PUC-e, no segundo pelo método PUC-a e, por último, as avaliações foram elaboradas com a mesma data focal 31/12/2022, sendo uma pelo método PUC-e e outra pelo método PUC-a. Os resultados obtidos pelas referidas simulações matemáticas foram os seguintes:

• **Primeiro caso: Simulação com Método PUC-e nas datas focais 31/12/2021 e 31/12/2022.**

10. No quadro a seguir são comparados os valores das provisões matemáticas avaliados pelo “Método PUC-e”, nas datas focais de 31/12/2022 e 31/12/2021. Constata-se o decréscimo de R\$ 260.071.895,16 no valor da provisão matemática de benefícios a conceder (conta 2.2.7.2.1.04.00), que, adicionado ao acréscimo na provisão matemática de benefícios concedidos (2.2.7.2.1.03.00), que independe de métodos de financiamento, no importe de R\$ 172.905.136,75, impactou na redução do deficit atuarial em 0,52%, que corresponde a R\$ 87.166.758,42, visto que passou de R\$ 16.733.599.434,53 para R\$ 16.646.432.676,11. Registre-se que, neste caso, o deficit atuarial corresponde ao total das provisões matemáticas, visto que o valor dos recursos garantidores é nulo. Confira-se as demais variações no quadro a seguir:

**Quadro Comparativo das Provisões Matemáticas**

**Simulação: Método PUC-e**

**Para 31/12/2022: Taxa de juros 4,61% a.a.**

**Para 31/12/2021: Taxa de juros 4,77% a.a.**

**Em R\$**

| 2.2.7.2.0.00.00 | PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO                                 | PUC-e<br>31/12/2022 | PUC-e<br>31/12/2021 | AH (%) |
|-----------------|---|---------------------|---------------------|--------|
| 2.2.7.2.1.00.00 | PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO                  | 16.646.432.676,11   | 16.733.599.434,53   | - 0,52 |
| 2.2.7.2.1.03.00 | PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS                           | 10.933.937.146,18   | 10.761.032.009,43   | 1,61   |
| 2.2.7.2.1.03.01 | APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS | 12.553.119.182,29   | 12.395.252.169,93   | 1,27   |
| 2.2.7.2.1.03.03 | (-) CONTRIBUIÇÕES DO INATIVO PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS                    | - 1.347.799.366,31  | - 1.379.579.695,53  | - 2,30 |
| 2.2.7.2.1.03.04 | (-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS                | - 271.382.669,80    | - 254.640.464,97    | 6,57   |
| 2.2.7.2.1.04.00 | PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER                           | 5.712.495.529,94    | 5.972.567.425,10    | - 4,35 |
| 2.2.7.2.1.04.01 | APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS A CONCEDER DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS | 8.083.027.193,72    | 8.393.674.513,22    | - 3,70 |
| 2.2.7.2.1.04.02 | (-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS                       | - 1.109.500.694,43  | - 1.104.208.566,52  | 0,48   |
| 2.2.7.2.1.04.03 | (-) CONTRIBUIÇÕES DO ATIVO PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS                      | - 554.750.347,21    | - 552.104.283,26    | 0,48   |
| 2.2.7.2.1.04.04 | (-) CONTRIBUIÇÕES DO INATIVO E PENSIONISTA PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS      | - 706.280.622,14    | - 764.794.238,34    | - 7,65 |

FONTE: CGACI/DRPSP/SRPC/MPS

• Segundo caso: Simulação com Método PUC-a nas datas focais 31/12/2021 e 31/12/2022.

11. O quadro abaixo traz a comparação dos valores das provisões matemáticas avaliados pelo “Método PUC-a”, nas datas focais de 31/12/2022 e 31/12/2021. Constata-se o decréscimo de R\$ 279.164.933,46 no valor da provisão matemática de benefícios a conceder (conta 2.2.7.2.1.04.00), que, adicionado ao acréscimo na provisão matemática de benefícios concedidos (2.2.7.2.1.03.00), que independe de métodos de financiamento, no importe de R\$ 172.905.136,75, impactou na redução do déficit atuarial em 0,62%, que corresponde a R\$ 106.259.796,71, visto que passou de R\$ 17.069.771.673,06 para R\$ 16.963.511.876,35. Registre-se que, neste caso, o déficit atuarial corresponde ao total das provisões matemáticas, visto que o valor dos recursos garantidores é nulo. Confira-se as demais variações no quadro a seguir:

**Quadro Comparativo das Provisões Matemáticas**

**Simulação: Método PUC-a**

**Para 31/12/2022: Taxa de juros 4,61% a.a.**

**Para 31/12/2021: Taxa de juros 4,77% a.a.**

**Em R\$**

| 2.2.7.2.0.00.00 | PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO                                 | PUC-a<br>31/12/2022 | PUC-a<br>31/12/2021 | AH (%) |
|-----------------|---|---------------------|---------------------|--------|
| 2.2.7.2.1.00.00 | PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO                  | 16.963.511.876,35   | 17.069.771.673,06   | - 0,62 |
| 2.2.7.2.1.03.00 | PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS                           | 10.933.937.146,18   | 10.761.032.009,43   | 1,61   |
| 2.2.7.2.1.03.01 | APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS | 12.553.119.182,29   | 12.395.252.169,93   | 1,27   |
| 2.2.7.2.1.03.03 | (-) CONTRIBUIÇÕES DO INATIVO PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS                    | - 1.347.799.366,31  | - 1.379.579.695,53  | - 2,30 |
| 2.2.7.2.1.03.04 | (-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS                | - 271.382.669,80    | - 254.640.464,97    | 6,57   |
| 2.2.7.2.1.04.00 | PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER                           | 6.029.574.730,17    | 6.308.739.663,63    | - 4,43 |
| 2.2.7.2.1.04.01 | APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS A CONCEDER DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS | 8.083.027.193,72    | 8.393.674.513,22    | - 3,70 |
| 2.2.7.2.1.04.02 | (-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS                       | - 898.114.560,94    | - 880.093.740,83    | 2,05   |
| 2.2.7.2.1.04.03 | (-) CONTRIBUIÇÕES DO ATIVO PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS                      | - 449.057.280,47    | - 440.046.870,42    | 2,05   |
| 2.2.7.2.1.04.04 | (-) CONTRIBUIÇÕES DO INATIVO E PENSIONISTA PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS      | - 706.280.622,14    | - 764.794.238,34    | - 7,65 |

FONTE: CGACI/DRPSP/SRPC/MPS

• **Terceiro caso: Simulação com Método PUC-a e Método PUC-e na data focal 31/12/2022.**

12. No seguinte quadro são comparados os valores das provisões matemáticas avaliados pelo “Método PUC-a” e pelo “Método PUC-e”, na mesma data focal de 31/12/2022. Constata-se o acréscimo de R\$ 317.079.200,23 no valor da provisão matemática de benefícios a conceder (conta 2.2.7.2.1.04.00), que, adicionado à variação nula na provisão matemática de benefícios concedidos (2.2.7.2.1.03.00), que independe de métodos de financiamento, impactou no aumento do deficit atuarial em 1,90%, que corresponde a R\$ 317.079.200,24, visto que passou de R\$ 16.646.432.676,11 para R\$ 16.963.511.876,35. Registre-se que, neste caso, o deficit atuarial corresponde ao total das provisões matemáticas, visto que o valor dos recursos garantidores é nulo. Confira-se as demais variações no quadro a seguir:

**Quadro Comparativo das Provisões Matemáticas**

**Simulação: Método PUC-a e Método PUC-e**

**Data Focal 31/12/2022: Taxa de juros 4,61% a.a.**

**Em R\$**

| 2.2.7.2.0.00.00 | PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO                                 | PUC-a<br>31/12/2022 | PUC-e<br>31/12/2022 | AH (%)  |
|-----------------|---|---------------------|---------------------|---------|
| 2.2.7.2.1.00.00 | PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO                  | 16.963.511.876,35   | 16.646.432.676,11   | 1,90    |
| 2.2.7.2.1.03.00 | PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS                           | 10.933.937.146,18   | 10.933.937.146,18   | -       |
| 2.2.7.2.1.03.01 | APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS | 12.553.119.182,29   | 12.553.119.182,29   | -       |
| 2.2.7.2.1.03.03 | (-) CONTRIBUIÇÕES DO INATIVO PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS                    | - 1.347.799.366,31  | - 1.347.799.366,31  | -       |
| 2.2.7.2.1.03.04 | (-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS                | - 271.382.669,80    | - 271.382.669,80    | -       |
| 2.2.7.2.1.04.00 | PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER                           | 6.029.574.730,17    | 5.712.495.529,94    | 5,55    |
| 2.2.7.2.1.04.01 | APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS A CONCEDER DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS | 8.083.027.193,72    | 8.083.027.193,72    | -       |
| 2.2.7.2.1.04.02 | (-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS                       | - 898.114.560,94    | - 1.109.500.694,43  | - 19,05 |
| 2.2.7.2.1.04.03 | (-) CONTRIBUIÇÕES DO ATIVO PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS                      | - 449.057.280,47    | - 554.750.347,21    | - 19,05 |
| 2.2.7.2.1.04.04 | (-) CONTRIBUIÇÕES DO INATIVO E PENSIONISTA PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS      | - 706.280.622,14    | - 706.280.622,14    | -       |

FONTE: CGACI/DRPSP/SRPC/MPS

13. Os procedimentos, critérios e premissas adotados na avaliação atuarial de 2023, relativa aos benefícios previdenciários dos Policiais Civis do DF, posicionada em 31 de dezembro de 2022, foram similares aos da avaliação do RPPS dos servidores civis da União de que trata o presente Relatório. Registre-se que foram consideradas as regras de transição e transitórias, previstas na Emenda Constitucional nº 103/2019 e na Lei Complementar nº 51/1985, e as mesmas alíquotas do RPPS da União, consoante previsto na Lei Complementar nº 970/2020.

### Resultados das Avaliações Atuariais Relativas aos Policiais e Bombeiros Militares do DF

14. O quadro abaixo demonstra os valores das provisões matemáticas estimados por meio de avaliação atuarial com data focal em 31/12/2022, com aplicação da taxa de juros de 4,67% a.a., pelo “Método PUC-a”, comparados aos valores da avaliação processada na data focal de 31/12/2021, à taxa de juros de 4,77% a.a., pelo “Método PUC-e”.

15. Considerando o “Método PUC-e” como base de comparação, constata-se o acréscimo de R\$ 4.652.671.933,53 no valor da provisão matemática de benefícios a conceder (conta 2.2.7.2.1.04.00), que, adicionado à variação positiva na provisão matemática de benefícios concedidos (2.2.7.2.1.03.00), que independe de métodos de financiamento, no importe de R\$ 667.538.935,85, impactou no acréscimo do deficit atuarial em 13,43%, que corresponde a R\$ 5.320.210.869,38, visto que passou de R\$ 39.619.856.050,73 para R\$ 44.940.066.920,11. Registre-se que, neste caso, o deficit atuarial corresponde ao total das provisões matemáticas, visto que o valor dos recursos garantidores é nulo. Confira-se as demais variações no quadro a seguir:

#### Quadro Comparativo das Provisões Matemáticas

**Método PUC-a - 31/12/2022 - Taxa de juros 4,67% a.a.**

**Método PUC-e - 31/12/2021 - Taxa de juros 4,77% a.a.**

Em R\$

| 2.2.7.2.0.00.00 | PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO                                 | PUC-a<br>31/12/2022 | PUC-e<br>31/12/2021 | AH (%) |
|-----------------|---|---------------------|---------------------|--------|
| 2.2.7.2.1.00.00 | PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO                  | 44.940.066.920,11   | 39.619.856.050,73   | 13,43  |
| 2.2.7.2.1.03.00 | PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS                           | 12.103.953.937,34   | 11.436.415.001,49   | 5,84   |
| 2.2.7.2.1.03.01 | APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS | 13.559.097.544,26   | 12.919.169.339,98   | 4,95   |
| 2.2.7.2.1.03.03 | (-) CONTRIBUIÇÕES DO INATIVO PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS                    | - 756.233.197,65    | - 726.123.699,48    | 4,15   |
| 2.2.7.2.1.03.04 | (-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS                | - 698.910.409,27    | - 756.630.639,01    | - 7,63 |
| 2.2.7.2.1.04.00 | PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER                           | 32.836.112.982,77   | 28.183.441.049,24   | 16,51  |

|                 |  |   |                    |                    |       |
|-----------------|--|---|--------------------|--------------------|-------|
| 2.2.7.2.1.04.01 |  | APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS A CONCEDER DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS | 43.714.177.052,59  | 36.503.463.350,67  | 19,75 |
| 2.2.7.2.1.04.02 |  | (-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS                       | -                  | -                  | -     |
| 2.2.7.2.1.04.03 |  | (-) CONTRIBUIÇÕES DO ATIVO PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS                      | - 7.093.942.408,38 | - 4.613.400.207,40 | 53,77 |
| 2.2.7.2.1.04.04 |  | (-) CONTRIBUIÇÕES DO INATIVO E PENSIONISTA PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS      | - 3.784.121.661,44 | - 3.706.622.094,03 | 2,09  |

FONTE: CGACI/DRPSP/SRPC/MPS

16. Em complemento ao Quadro Comparativo das Provisões Matemáticas acima, serão apresentados os resultados de simulações matemáticas, para servirem de subsídio à análise das variações nos valores das provisões. No primeiro caso, ambas as avaliações atuariais, de 31/12/2021 e de 31/12/2022, foram reprocessadas pelo método PUC-e, no segundo pelo método PUC-a e, por último, as avaliações foram elaboradas com a mesma data focal de 31/12/2022, sendo uma pelo método PUC-e e outra pelo método PUC-a. Os resultados obtidos pelas referidas simulações matemáticas foram os seguintes:

- **Primeiro caso: Simulação com Método PUC-e nas datas focais 31/12/2021 e 31/12/2022.**

17. No quadro a seguir são comparados os valores das provisões matemáticas avaliados pelo “Método PUC-e”, nas datas focais de 31/12/2022 e 31/12/2021. Consta-se o acréscimo de R\$ 3.846.198.841,62 no valor da provisão matemática de benefícios a conceder (conta 2.2.7.2.1.04.00), que, adicionado à variação positiva na provisão matemática de benefícios concedidos (2.2.7.2.1.03.00), que independe de métodos de financiamento, no importe de R\$ 667.538.935,85, impactou no aumento do deficit atuarial em 11,39%, que corresponde a R\$ 4.513.737.777,46, visto que passou de R\$ 39.619.856.050,73 para R\$ 44.133.593.828,19. Registre-se que, neste caso, o deficit atuarial corresponde ao total das provisões matemáticas, visto que o valor dos recursos garantidores é nulo. Confira-se as demais variações no quadro a seguir:

## Quadro Comparativo das Provisões Matemáticas

**Simulação: Método PUC-e**

**Para 31/12/2022: Taxa de juros 4,67% a.a.**

**Para 31/12/2021: Taxa de juros 4,77% a.a.**

**Em R\$**

| 2.2.7.2.0.00.00 | PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO                |   | PUC-e<br>31/12/2022 | PUC-e<br>31/12/2021 | AH (%) |
|-----------------|--|---|---------------------|---------------------|--------|
| 2.2.7.2.1.00.00 | PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO |   | 44.133.593.828,19   | 39.619.856.050,73   | 11,39  |
| 2.2.7.2.1.03.00 |  | PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS                           | 12.103.953.937,34   | 11.436.415.001,49   | 5,84   |
| 2.2.7.2.1.03.01 |  | APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS | 13.559.097.544,26   | 12.919.169.339,98   | 4,95   |
| 2.2.7.2.1.03.03 |  | (-) CONTRIBUIÇÕES DO INATIVO PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS                    | - 756.233.197,65    | - 726.123.699,48    | 4,15   |
| 2.2.7.2.1.03.04 |  | (-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS                | - 698.910.409,27    | - 756.630.639,01    | - 7,63 |
| 2.2.7.2.1.04.00 |  | PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER                           | 32.029.639.890,86   | 28.183.441.049,24   | 13,65  |
| 2.2.7.2.1.04.01 |  | APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS A CONCEDER DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS | 43.714.177.052,59   | 36.503.463.350,67   | 19,75  |
| 2.2.7.2.1.04.02 |  | (-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS                       | -                   | -                   | -      |
| 2.2.7.2.1.04.03 |  | (-) CONTRIBUIÇÕES DO ATIVO PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS                      | - 7.900.415.500,30  | - 4.613.400.207,40  | 71,25  |
| 2.2.7.2.1.04.04 |  | (-) CONTRIBUIÇÕES DO INATIVO E PENSIONISTA PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS      | - 3.784.121.661,44  | - 3.706.622.094,03  | 2,09   |

FONTE: CGACI/DRPSP/SRPC/MPS

• **Segundo caso: Simulação com Método PUC-a nas datas focais 31/12/2021 e 31/12/2022.**

18. O quadro abaixo traz a comparação dos valores das provisões matemáticas avaliados pelo “Método PUC-a”, nas datas focais de 31/12/2022 e 31/12/2021. Constata-se o acréscimo de R\$ 4.327.640.290,50 no valor da provisão matemática de benefícios a conceder (conta 2.2.7.2.1.04.00), que, adicionado à variação positiva na provisão matemática de benefícios concedidos (2.2.7.2.1.03.00), que independe de métodos de financiamento, no importe de R\$ 667.538.935,85, impactou no acréscimo do déficit atuarial em 12,51%, que corresponde a R\$ 4.995.179.226,36, visto que passou de R\$ 39.944.887.693,75 para R\$ 44.940.066.920,11. Registre-se que, neste caso, o déficit atuarial corresponde ao total das provisões matemáticas, visto que o valor dos recursos garantidores é nulo. Confira-se as demais variações no quadro a seguir:

**Quadro Comparativo das Provisões Matemáticas**

**Simulação: Método PUC-a**

**Para 31/12/2022: Taxa de juros 4,67% a.a.**

**Para 31/12/2021: Taxa de juros 4,77% a.a.**

**Em R\$**

| 2.2.7.2.0.00.00 | PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO                                 | PUC-a<br>31/12/2022 | PUC-a<br>31/12/2021 | AH (%) |
|-----------------|---|---------------------|---------------------|--------|
| 2.2.7.2.1.00.00 | PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO                  | 44.940.066.920,11   | 39.944.887.693,75   | 12,51  |
| 2.2.7.2.1.03.00 | PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS                           | 12.103.953.937,34   | 11.436.415.001,49   | 5,84   |
| 2.2.7.2.1.03.01 | APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS | 13.559.097.544,26   | 12.919.169.339,98   | 4,95   |
| 2.2.7.2.1.03.03 | (-) CONTRIBUIÇÕES DO INATIVO PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS                    | - 756.233.197,65    | - 726.123.699,48    | 4,15   |
| 2.2.7.2.1.03.04 | (-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS                | - 698.910.409,27    | - 756.630.639,01    | - 7,63 |
| 2.2.7.2.1.04.00 | PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER                           | 32.836.112.982,77   | 28.508.472.692,27   | 15,18  |
| 2.2.7.2.1.04.01 | APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS A CONCEDER DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS | 43.714.177.052,59   | 36.503.463.350,67   | 19,75  |
| 2.2.7.2.1.04.02 | (-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS                       | -                   | -                   | -      |
| 2.2.7.2.1.04.03 | (-) CONTRIBUIÇÕES DO ATIVO PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS                      | - 7.093.942.408,38  | - 4.288.368.564,38  | 65,42  |
| 2.2.7.2.1.04.04 | (-) CONTRIBUIÇÕES DO INATIVO E PENSIONISTA PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS      | - 3.784.121.661,44  | - 3.706.622.094,03  | 2,09   |

FONTE: CGACI/DRPSP/SRPC/MPs

• **Terceiro caso: Simulação com Método PUC-a e Método PUC-e na data focal 31/12/2022.**

19. No seguinte quadro são comparados os valores das provisões matemáticas avaliados pelo “Método PUC-a” e pelo “Método PUC-e”, na mesma data focal de 31/12/2022. Constata-se o acréscimo de R\$ 806.473.091,91 no valor da provisão matemática de benefícios a conceder (conta 2.2.7.2.1.04.00), que, adicionado à variação nula na provisão matemática de benefícios concedidos (2.2.7.2.1.03.00), que independe de métodos de financiamento, impactou no acréscimo do deficit atuarial em 1,83%, que corresponde a R\$ 806.473.091,92, visto que passou de R\$ 44.133.593.828,19 para R\$ 44.940.066.920,11. Registre-se que, neste caso, o deficit atuarial corresponde ao total das provisões matemáticas, visto que o valor dos recursos garantidores é nulo. Confira-se as demais variações no quadro a seguir:

## Quadro Comparativo das Provisões Matemáticas

Simulação: Método PUC-a e Método PUC-e

Data Focal 31/12/2022: Taxa de juros 4,67% a.a.

Em R\$

| 2.2.7.2.0.00.00 | PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO                |   | PUC-a<br>31/12/2022 | PUC-e<br>31/12/2022 | AH (%)  |
|-----------------|--|---|---------------------|---------------------|---------|
| 2.2.7.2.1.00.00 | PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO |   | 44.940.066.920,11   | 44.133.593.828,19   | 1,83    |
| 2.2.7.2.1.03.00 |  | PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS                           | 12.103.953.937,34   | 12.103.953.937,34   | -       |
| 2.2.7.2.1.03.01 |  | APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS | 13.559.097.544,26   | 13.559.097.544,26   | -       |
| 2.2.7.2.1.03.03 |  | (-) CONTRIBUIÇÕES DO INATIVO PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS                    | - 756.233.197,65    | - 756.233.197,65    | -       |
| 2.2.7.2.1.03.04 |  | (-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS                | - 698.910.409,27    | - 698.910.409,27    | -       |
| 2.2.7.2.1.04.00 |  | PLANO PREVIDENCIÁRIO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER                           | 32.836.112.982,77   | 32.029.639.890,86   | 2,52    |
| 2.2.7.2.1.04.01 |  | APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS A CONCEDER DO PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS | 43.714.177.052,59   | 43.714.177.052,59   | -       |
| 2.2.7.2.1.04.02 |  | (-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS                       | -                   | -                   | -       |
| 2.2.7.2.1.04.03 |  | (-) CONTRIBUIÇÕES DO ATIVO PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS                      | - 7.093.942.408,38  | - 7.900.415.500,30  | - 10,21 |
| 2.2.7.2.1.04.04 |  | (-) CONTRIBUIÇÕES DO INATIVO E PENSIONISTA PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS      | - 3.784.121.661,44  | - 3.784.121.661,44  | -       |

FONTE: CGACI/DRPSP/SRPC/MPS

20. Os procedimentos, critérios e premissas adotados na avaliação atuarial de 31/12/2022, relativa às inatividades e pensões por morte de Policiais e Bombeiros Militares do DF, em grande parte são os mesmos utilizados na avaliação do RPPS dos servidores civis da União, de que trata o presente Relatório, porém com as seguintes especificidades:

a) com relação à base normativa dos benefícios, foram consideradas as regras previstas na Lei nº 6.880/1980, com as alterações promovidas pela Lei nº 13.954/2019, inclusive a regra de transição nela prevista;

b) foi estimado o percentual de aumento na remuneração de 14,76%, para refletir o aumento determinado pelo art. 50 da Lei nº 7.289/1984 e pelo art. 99 da Lei nº 7.479/1986, aplicado **apenas** aos policiais militares e bombeiros do DF, na data de passagem à inatividade; e

c) foram consideradas as alíquotas de contribuição previstas na Lei nº 13.954/2019, para os policiais em atividade, inativos e pensionistas.

## **ANEXO XIX: NOTA TÉCNICA ATUARIAL DOS POLICIAIS CIVIS - FCDF**

### **NOTA TÉCNICA ATUARIAL (NTA)**

**Data focal: 31/12/2022**

**Ente Federativo: União**

**Fundo Constitucional do Distrito Federal**

**Abrangência: Segurados da Polícia Civil do Distrito Federal**

**Atuários:**

**Alan dos Santos de Moura**

**Benedito Leite Sobrinho**

## Objetivo

1. O objetivo desta nota técnica atuarial é apresentar as bases atuariais, critérios e demais elementos basilares para a elaboração da avaliação atuarial do plano de benefícios e custeio aplicado aos segurados (em atividade, aposentados e pensionistas) da Polícia Civil do Distrito Federal vinculados ao Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF).

### **Modalidade dos Benefícios Assegurados pelo RPPS e Estrutura dos Benefícios. Critérios De Elegibilidade.**

2. Em conformidade com os comandos do art. 40 da Constituição, com as leis vigentes, os benefícios de aposentadoria e pensão são estruturados na modalidade “Benefício Definido”.

3. Os critérios de elegibilidade, o cálculo do valor, a forma de atualização e demais requisitos que compõem a estrutura dos benefícios podem ser consultados nos Anexos XVII-A e XVII-B.

4. Primeiramente são apresentados, em quadro sintético, as condicionantes extraídas das novas regras trazidas pela Emenda Constitucional nº 103, publicada em 13/11/2019. Tais regras são aplicáveis ao conjunto de servidores que nessa data ainda não tinham completado os requisitos para se aposentarem. Na sequência, constarão quadros que resumem os critérios disciplinados pelas regras que vigeram até a EC nº 103/2019. Os critérios destes quadros são utilizados no dimensionamento das obrigações relativas aos servidores que estão na iminência de se aposentar, visto que já cumpriram todos os requisitos antes da entrada em vigor da EC nº 103/2019.

### **Bases Técnicas Atuariais. Regime Financeiro, Hipóteses Atuariais e Premissas.**

5. Os benefícios de aposentadoria e pensão assegurados aos policiais civis do Distrito Federal são avaliados em regime financeiro de capitalização, inobstante, na prática, ainda ser usado o regime financeiro de repartição simples para esses benefícios de prestação continuada e de longa duração.

6. Registre-se que os parâmetros, hipóteses atuariais e premissas selecionadas para a avaliação atuarial que posiciona as obrigações previdenciárias em 31/12/2022, estão consignadas na Nota SEI nº 16/2022/COAAT/CGACI/SRPPS/SPREV-MTP, objeto do Processo SEI nº 10133.101554/2022-95. Seguem-se síntese das principais bases técnicas:

#### **Tábuas biométricas**

7. Mortalidade Geral e Mortalidade de Inválidos: Tábua específica dos servidores civis da União, segregada por sexo e por escolaridade do cargo, elaborada pelo IPEA, por determinação do Tribunal de Contas da União. No cálculo atuarial dos compromissos previdenciários, a aferição da sobrevivência foi efetuada com base nas seguintes tábuas:

8. Para os servidores em atividade: “Tábua de Servidores da União - Homens - Nível Superior - IPEA”, “Tábua de Servidores da União - Mulheres - Nível Superior - IPEA”; “Tábua de Servidores da União - Homens - Nível Médio – IPEA” e “Tábua de Servidores da União - Mulheres - Nível Médio - IPEA”.

9. Em relação aos aposentados: Tábua de Servidores da União - Homens - Nível Médio - IPEA” e “Tábua de Servidores da União – Mulheres – Nível Médio – IPEA”.

10. Pensionistas: Tábua IBGE 2021 - Mulheres e Tábua IBGE 2021 - Homens, ambas extrapoladas<sup>21</sup> a partir da idade 80 anos.

11. Entrada em Invalidez: Tábua específica dos servidores civis da União, segregada por sexo e por escolaridade do cargo, elaborada pelo IPEA.

12. Mortalidade de servidores em atividade (tábua de serviço): para a construção da função de número de vivos da tábua de serviços foram combinados os eventos de morte e invalidez, pelo método Hamza, que trata os referidos eventos multidecrementais. A função biométrica que informa o número de pessoas vivas e válidas dessa tábua de serviço é expressa por  $l_x^{aa} = l_x - l_x^{ii}$ , sendo que, na primeira idade da tábua o número de pessoas com invalidez permanente corresponde a  $l_x^{ii} = 0$  e, nas idades seguintes a quantidade desses inválidos é obtida por:

$$l_{x+1}^{ii} = l_x^{aa} \times i_x \times \left( 1 - \frac{q_x^i}{2} \right) + l_x^{ii} \times p_x^i.$$

### Taxa real de juros

13. Em atendimento ao art. 39 da Portaria MTP nº 1.467/2022 foi usada a taxa real de juros de 4,61% ao ano, que, conforme art. 4º do Anexo VII da Portaria MTP nº 1.467/2022, se refere à taxa de juros parâmetro correspondente à duração do passivo de 13,5 anos.

### Taxa real do crescimento da remuneração por mérito

14. Utilizou-se a taxa real de 1% ao ano, que corresponde à taxa mínima prudencial de crescimento estabelecida pelo art. 38 da Portaria MTP nº 1.467/2022, como representativo do crescimento da remuneração por mérito, em razão da ausência dessa informação na base de dados usada na avaliação.

### Projeção do crescimento da remuneração por produtividade

15. Não foi utilizada a hipótese de crescimento da remuneração por produtividade, devido à indisponibilidade de informações que possibilitem definir uma taxa a ser aplicada a todos os servidores.

### Projeção dos benefícios de servidores sujeitos à regra da média

16. Em face da indisponibilidade da base de dados das remunerações de julho de 1994 até a data focal da avaliação, para efeito da projeção dos benefícios com base na média das remunerações de contribuição, adotou-se o procedimento de projetar, à taxa de 1% ao ano, por meio de fatores financeiros de acumulação, ano a ano, o valor da remuneração (base para contribuição) informada na base cadastral, desde a data focal 31/12/2022, até a data provável da aposentadoria, bem como, projetar, o valor dessa remuneração, da mesma data focal, retroagindo-se à data de vínculo do segurado ao primeiro regime previdenciário (no máximo até

---

<sup>21</sup> Referidas extrapolações de probabilidades de anuais de morte foram obtidas mediante a aplicação das especificações contidas na “Nota Técnica sobre a Metodologia adotada pelo Ministério da Previdência Social na Extrapolação das Tábuas de Mortalidade IBGE para as idades acima de 80 anos” que pode ser acessada pelo endereço: <http://sa.previdencia.gov.br/site/2015/06/NOTA-TECNICA-ATUARIAL-EXTRAPOLACAO-DA-TABUA-IBGE-MPS.pdf>

julho/1994), mediante o uso de fatores financeiros de desconto calculados à taxa de 1% ao ano. A média procurada é obtida com base em 100% (ou 80% das maiores remunerações de contribuição, no caso de segurado com direito adquirido) desses valores projetados, compreendidos entre a data de vínculo do segurado ao primeiro regime previdenciário (no máximo até julho/1994) e a data provável de aposentadoria.

### Projeção do crescimento dos benefícios do plano

17. Não foi utilizada a hipótese de crescimento real dos benefícios, devido à indisponibilidade de informações para se apurar e projetar o percentual de atualização dos valores de benefícios concedidos e a conceder sujeitos à regra de paridade de reajuste dos proventos com os mesmos percentuais aplicados aos vencimentos dos servidores em atividade.

### Fatores de capacidade de benefícios e salários

18. O plano de benefícios e custeio aplicados aos segurados do RPPS da União prevê que os benefícios disciplinados pelas regras permanentes, depois de concedidos, serão atualizados anualmente por um índice de inflação acumulado.

19. Assim sendo, os benefícios são concedidos e as prestações mensais permanecem constantes até a data do próximo reajuste, acumulando nesse período a perda de seu poder de compra causado pelo efeito corrosivo da inflação.

20. Desta forma, as provisões matemáticas previdenciárias podem ser ajustadas pelo fator de capacidade dos benefícios (F) para refletirem nas obrigações do fundo de previdência essa defasagem gerada pela inflação.

21. O mesmo raciocínio também é aplicável à perda do poder aquisitivo das remunerações percebidas entre dissídios, de forma que, o fator de capacidade das remunerações (F) serve, do mesmo modo, para gravar o efeito da corrosão inflacionária nas projeções dos compromissos atuariais.

22. O fator de capacidade dos benefícios e o fator de capacidade das remunerações, ambos representados por (F), calculados pela taxa de inflação projetada para o longo prazo, são designados, respectivamente, em normas e demonstrativos por: “Fator de determinação do valor real ao longo do tempo dos benefícios” e “Fator de determinação do valor real ao longo do tempo dos salários”:

### **Fator de determinação do valor real ao longo do tempo dos benefícios:**

23. Utilizou-se taxa de inflação de longo prazo nula, portanto  $F = 1$  (ou 100%), para efeito das projeções atuariais dos benefícios.

### **Fator de determinação do valor real ao longo do tempo dos salários:**

24. Utilizou-se taxa de inflação de longo prazo nula, portanto  $F = 1$  (ou 100%), para efeito das projeções atuariais das remunerações.

### **Expectativa de reposição de servidores**

25. Na avaliação atuarial posicionada em 31/12/2022 avaliou-se, primeiramente, o grupo como fechado, ou seja, sem reposição de servidores, dado que ainda não foi publicada ato normativo que complementar as orientações sobre a expectativa de reposição de servidores.

26. Entretanto, com o objetivo de subsidiar as análises das projeções de receitas e despesas do RPPS da União, foi adotada, em avaliação atuarial à parte, a hipótese de reposição dos servidores que substituirão os que saírem por aposentadoria programada, para refletir os fluxos de novos servidores e os respectivos compromissos previdenciários, em consonância com a continuidade dos serviços públicos decorrente da perenidade do Estado. As projeções dos compromissos desses futuros servidores, ainda não admitidos, não devem impactar o resultado atuarial do regime, pois as estimativas desses compromissos de novos entrantes não representam efetiva obrigação nesta data, mas podem servir para a avaliação do impacto com base em cenários futuros e dar suporte para a estruturação de eventuais medidas corretivas para a sustentabilidade do RPPS.

### **Rotatividade**

27. Utilizou-se taxa de rotatividade nula devido a possibilidade de compensação previdenciária, a pagar e a receber, entre os regimes previdenciários de vinculação obrigatória.

### **Composição familiar**

28. Para estimar os compromissos das pensões a serem pagas por morte de segurados admitiu-se que 76,5% dos aposentados e servidores deixarão pensões vitalícias para um cônjuge com diferença etária de 3 e 2 anos para os servidores de sexo masculino e feminino e seus respectivos cônjuge de sexo oposto. Para os aposentados a diferença etária é de 4 e 2 anos para esses segurados de sexo masculino e feminino, em relação aos seus cônjuges, respectivamente. Nesse percentual foram consideradas as pensões temporárias reguladas pela Lei nº 13.135, de 17 de junho de 2015. As obrigações decorrentes das pensões já concedidas foram avaliadas pela fórmula geral de um grupo familiar composto por um pensionista vitalício e outro temporário mais novo entre os menores de 21 anos.

### **Idade de vinculação a algum regime previdenciário anterior ao ingresso na União**

29. Os estudos realizados pelo Grupo de Trabalho citado anteriormente apontaram para a idade de 25 anos, com sendo a idade provável de um servidor da União ter-se vinculado a algum regime previdenciário antes de ser segurado obrigatório do RPPS.

30. A base de dados recebida dos órgãos federais para elaboração da avaliação atuarial não tem apresentado para todos os servidores a data real de sua vinculação a algum regime previdenciário anterior ao ingresso no ente federativo. Contudo, a mesma base de dados trouxe informações sobre os tempos de serviços já averbados, que são usados na avaliação atuarial caso sejam considerados consistentes em relação à idade 25 e à idade de ingresso no serviço público.

#### Alíquotas de contribuição dos servidores, aposentados, pensionistas e ente

| CONTRIBUINTES              | BASE E ALÍQUOTA   |
|----------------------------|---|
| Servidores                 | A contribuição previdenciária dos servidores, de que trata o art. 54, II, é de 14%, incidente sobre a remuneração-de-contribuição, conforme o disposto no art. 62.  |
| Aposentados e Pensionistas | Em conformidade com a Lei Complementar nº 970/2020, em atenção às determinações da EC 103/2019:<br><br>I – até 1 salário mínimo, ficará isento;<br><br>II – de 1 salário mínimo até o valor vigente do teto dos benefícios pagos pelo Regime de Previdência, incidirá alíquota de 11%;<br><br>III – acima do teto dos benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, incidirá alíquota fixa de 14%.<br><br>§ 1º Quando o beneficiário da aposentadoria ou da pensão for portador de doença incapacitante, a contribuição de que trata o caput incidirá apenas sobre a parcela de provento que supere o dobro do teto dos benefícios pagos pelo Regime Geral de Previdência Social. |
| Patronal                   | Alíquota igual ao dobro daquela devida pelo segurado em atividade.  |

#### Regimes Financeiros por Benefício Desdobrado por Fase de Cobertura e Método de Financiamento

| PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS (PMBC)                          |                     |               |        |
|--|---------------------|---------------|--------|
| BENEFÍCIOS   | COBERTURA           | REGIME        | MÉTODO |
| Aposentadoria de válidos (por Idade, Tempo de Contribuição e Compulsória)    | Fase pós laborativa | Capitalização | -      |
| Aposentadoria por invalidez  | Fase pós laborativa | Capitalização | -      |
| Pensão a conceder devida a dependente de aposentado válido (reversão)        | Fase pós laborativa | Capitalização | -      |
| Pensão a conceder devida a dependente de aposentado por invalidez (reversão) | Fase pós laborativa | Capitalização | -      |

| PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS (PMBC) |                     |               |        |
|---|---------------------|---------------|--------|
| BENEFÍCIOS  | COBERTURA           | REGIME        | MÉTODO |
| Pensão concedida por morte                          | Fase pós laborativa | Capitalização | -      |

| PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS a CONCEDER (PMBaC)                         |                 |               |        |
|--|-----------------|---------------|--------|
| BENEFÍCIOS   | COBERTURA       | REGIME        | MÉTODO |
| Aposentadoria de válidos (por Idade, Tempo de Contribuição e Compulsória)    | Fase laborativa | Capitalização | PUC    |
| Pensão a conceder a dependente de futuro aposentado válido (reversão)        | Fase laborativa | Capitalização | PUC    |
| Aposentadoria por invalidez  | Fase laborativa | Capitalização | PUC    |
| Pensão a conceder a dependente de futuro aposentado por invalidez (reversão) | Fase laborativa | Capitalização | PUC    |
| Pensão a conceder a dependente em caso de morte de servidor válido           | Fase laborativa | Capitalização | PUC    |

### Formulações Matemáticas

31. As formulações matemáticas utilizadas na avaliação atuarial para o cálculo dos valores das provisões matemáticas relativas aos compromissos previdenciários do RPPS, do ente público, dos aposentados, dos pensionistas e dos servidores são as seguintes:

Expressões de cálculo do valor atual dos benefícios futuros (VABF), do valor atual das contribuições futuras do servidor, aposentado, pensionista e do ente federativo (VACF), das provisões matemáticas referentes aos benefícios concedidos (PMBC) e benefícios a conceder (PMBaC)

#### Benefícios Concedidos:

##### Aposentadoria concedida a válidos:

32. Valor Atual dos Benefícios Futuros:

$$VABF_x^{Apv} = f \times B \times a_x \times F$$

33. Valor Atual das Contribuições Futuras:

$$VACF_x^{Apv} = f \times C \times a_x \times F$$

34. Provisão Matemática dos Benefícios Concedidos:

$$PMBC_x^{Apv} = VABF_x^{Apv} - VACF_x^{Apv}$$

**Pensão a conceder em caso de morte do aposentado válido (Reversão):**

35. Valor Atual dos Benefícios Futuros:

$$VABF_x^{PenApv} = f \times B \times p \times (a_y - a_{xy}) \times F$$

36. Valor Atual das Contribuições Futuras

$$VACF_x^{PenApv} = f \times C \times p \times (a_y - a_{xy}) \times F$$

37. Provisão Matemática dos Benefícios Concedidos:

$$PMBC_x^{PenApv} = VABF_x^{PenApv} - VACF_x^{PenApv}$$

**Aposentadoria concedida a inválido:**

38. Valor Atual dos Benefícios Futuros:

$$VABF_x^{Api} = f \times B \times a_x^i \times F$$

39. Valor Atual das Contribuições Futuras:

$$VACF_x^{Api} = f \times C \times a_x^i \times F$$

40. Provisão Matemática dos Benefícios Concedidos:

$$PMBC_x^{Api} = VABF_x^{Api} - VACF_x^{Api}$$

**Pensão a conceder em caso de morte do aposentado inválido (Reversão):**

41. Valor Atual dos Benefícios Futuros:

$$VABF_x^{PenApi} = f \times B \times p \times (a_y - a_{x^i y}) \times F$$

42. Valor Atual das Contribuições Futuras:

$$VACF_x^{PenApi} = f \times C \times p \times (a_y - a_{x^i y}) \times F$$

43. Provisão Matemática dos Benefícios Concedidos:

$$PMBC_x^{PenApi} = VABF_x^{PenApi} - VACF_x^{PenApi}$$

**Pensão concedida a válidos e inválidos:**

44. Valor Atual dos Benefícios Futuros:

$$VABF_x^{Pen} = f \times B \times H_x \times F$$

45. Valor Atual das Contribuições Futuras:

$$VACF_x^{Pen} = f \times C \times H_x \times F$$

46. Provisão Matemática dos Benefícios Concedidos:

$$PMBC_x^{Pen} = VABF_x^{Pen} - VACF_x^{Pen}$$

**Benefícios a Conceder:**

**Aposentadoria a conceder a válidos:**

47. Valor Atual dos Benefícios Futuros:

$$VABF_x^{Apv} = f \times B_{proj} \times_{r-x} E_x^{aa} \times a_r \times F$$

48. Valor Atual das Contribuições Futuras (Aposentado):

$$VACF_x^{Apv} = f \times C_{proj} \times_{r-x} E_x^{aa} \times a_r \times F$$

49. Valor Atual dos Benefícios Futuros Líquido (VABF LÍQUIDO):

$$VABF \text{ LÍQUIDO}_x^{Apv} = VABF_x^{Apv} - VACF_x^{Apv}$$

50. Valor Atual das Contribuições Futuras (Servidor e Ente). Vide expressões constantes desta NTA:

$$VACF_{x \text{ Servidor/ente}}^{Apv} = \frac{r-x}{r-a} \times VABF \text{ LÍQUIDO}_x^{Apv}$$

51. Provisão Matemática dos Benefícios a Conceder:

$$PMBaC_x^{Apv} = VABF \text{ LÍQUIDO}_x^{Apv} - VACF_{x \text{ Servidor / Ente}}^{Apv}$$

**Pensão a conceder em caso de morte de futuro aposentado válido (Reversão):**

52. Valor Atual dos Benefícios Futuros:

$$VABF_x^{PenApv} = f \times B_{proj} \times_{r-x} E_x^{aa} \times p \times (a_y - a_{xy}) \times F$$

53. Valor Atual das Contribuições Futuras:

$$VACF_x^{PenApv} = f \times C_{proj} \times_{r-x} E_x^{aa} \times p \times (a_y - a_{xy}) \times F$$

54. Valor Atual dos Benefícios Futuros Líquido (VABF LÍQUIDO):

$$VABF \text{ LÍQUIDO}_x^{PenApv} = VABF_x^{PenApv} - VACF_x^{PenApv}$$

55. Valor Atual das Contribuições Futuras (Servidor e Ente). Vide expressões constantes desta NTA:

$$VACF_{x \text{ Servidor/ente}}^{PenApv} = \frac{r-x}{r-a} \times VABF \text{ LÍQUIDO}_x^{PenApv}$$

56. Provisão Matemática dos Benefícios a Conceder:

$$PMBaC_x^{PenApv} = VABF \text{ LÍQUIDO}_x^{PenApv} - VACF_{x \text{ Servidor/ente}}^{PenApv}$$

**Aposentadoria a conceder por invalidez:**

57. Valor Atual dos Benefícios Futuros:

$$VABF_x^{Api} = f \times B_l \times F \left( \begin{array}{l} g_1 \times \sum_{t=0}^{r-x-1} {}_t p_x^{aa} \times p_{x+t}^{ai} \times \ddot{a}_{x+l+t}^i \times v^{t+1} \\ + \\ g_2 \times \sum_{t=0}^{r-x-1} \frac{\tau+t}{T} \times {}_t p_x^{aa} \times p_{x+t}^{ai} \times \ddot{a}_{x+l+t}^i \times v^{t+1} \end{array} \right)$$

58. Valor Atual das Contribuições Futuras:

$$VACF_x^{Api} = f \times C \times F \times \left( \begin{array}{l} g_1 \times \sum_{t=0}^{r-x} {}_t p_x^{aa} \times p_{x+t}^{ai} \times \ddot{a}_{x+l+t}^i \times v^{t+1} \\ + \\ g_2 \times \sum_{t=0}^{r-x} \frac{\tau+t}{T} \times {}_t p_x^{aa} \times p_{x+t}^{ai} \times \ddot{a}_{x+l+t}^i \times v^{t+1} \end{array} \right)$$

59. Valor Atual dos Benefícios Futuros Líquido (VABF LÍQUIDO):

$$VABF \text{ LÍQUIDO}_x^{Api} = VABF_x^{Api} - VACF_x^{Api}$$

60. Valor Atual das Contribuições Futuras (Servidor e Ente). Vide expressões constantes desta NTA:

$$VACF_{x \text{ Servidor/ente}}^{Api} = \frac{r-x}{r-a} \times VABFLÍQUIDO_x^{Api}$$

61. Provisão Matemática dos Benefícios a Conceder:

$$PMBaC_x^{Api} = VABF \text{ LÍQUIDO}_x^{Api} - VACF_{x \text{ Servidor/ente}}^{Api}$$

**Pensão a conceder no caso de morte do futuro aposentado inválido (Reversão):**

62. Valor Atual dos Benefícios Futuros – VABF:

$$VABF_x^{PenApi} = f \times B \times F \times \left( \begin{array}{l} g_1 \times \sum_{t=0}^{r-x-1} {}_t p_x^{aa} \times {}_{/1} q_{x+t}^{ai} \times {}_{t+1} p_y \times (\ddot{a}_{y+t+1} - \ddot{a}_{x^i y+t+1}) \times p \times v^{t+1} \\ + \\ g_2 \times \sum_{t=0}^{r-x-1} \frac{\tau+t}{T} \times {}_t p_x^{aa} \times {}_{/1} q_{x+t}^{ai} \times {}_{t+1} p_y \times (\ddot{a}_{y+t+1} - \ddot{a}_{x^i y+t+1}) \times p \times v^{t+1} \end{array} \right)$$

63. Valor Atual das Contribuições Futuras – VACF:

$$VACF_x^{PenApi} = f \times C \times F \times \left( \begin{array}{l} g_1 \times \sum_{t=0}^{r-x} {}_t p_x^{aa} \times {}_{/1} q_{x+t}^{ai} \times {}_{t+1} p_y \times (\ddot{a}_{y+t+1} - \ddot{a}_{x^i y+t+1}) \times p \times v^{t+1} \\ + \\ g_2 \times \sum_{t=0}^{r-x} \frac{\tau+t}{T} \times {}_t p_x^{aa} \times {}_{/1} q_{x+t}^{ai} \times {}_{t+1} p_y \times (\ddot{a}_{y+t+1} - \ddot{a}_{x^i y+t+1}) \times p \times v^{t+1} \end{array} \right)$$

64. Valor Atual dos Benefícios Futuros Líquido – VABF LÍQUIDO:

$$VABF \text{ LÍQUIDO}_x^{PenApi} = VABF_x^{PenApi} - VACF_x^{PenApi}$$

65. Valor Atual das Contribuições Futuras (Servidor e Ente). Vide expressões constantes desta NTA:

$$VACF_{x \text{ Servidor/ente}}^{PenApi} = \frac{r-x}{r-a} \times VABF \text{ LÍQUIDO}_x^{PenApi}$$

66. Provisão Matemática dos Benefícios a Conceder – PMBaC:

$$PMBaC_y^{PenApi} = VABF \text{ LÍQUIDO}_y^{PenApi} - VACF_{y \text{ Servidor/ente}}^{PenApi}$$

### **Pensão por Morte de Servidor em Atividade:**

67. Valor Atual dos Benefícios Futuros – VABF:

$$VABF_y^{PenServAtiv} = f \times B \times \sum_{t=0}^{r-x-1} {}_t p_x^{aa} \times {}_{/1} q_{x+t}^{aa} \times {}_{t+1} p_y \times \ddot{a}_{y+t+1} \times v^{t+1} \times p \times F$$

68. Valor Atual das Contribuições Futuras – VACF:

$$VACF_y^{PenServAtiv} = f \times C \times \sum_{t=0}^{r-x-1} {}_t p_x^{aa} \times {}_{/1} q_{x+t}^{aa} \times {}_{t+1} p_y \times \ddot{a}_{y+t+1} \times v^{t+1} \times p \times F$$

69. Valor Atual dos Benefícios Futuros Líquido – VABF LÍQUIDO:

$$VABF \text{ LÍQUIDO}_y^{PenServAtiv} = VABF_y^{PenServAtiv} - VACF_y^{PenServAtiv}$$

70. Valor Atual das Contribuições Futuras (Servidor e Ente). Vide expressões constantes desta NTA:

$$VACF_{x \text{ Servidor/ente}}^{PenServAtiv} = \frac{r - x}{r - a} \times VABFLÍQUIDO_x^{PenServAtiv}$$

71. Provisão Matemática dos Benefícios a Conceder – PMBaC:

$$PMBaC_y^{PenServAtiv} = VABF \text{ LÍQUIDO}_y^{PenServAtiv} - VACF_{y \text{ Servidor/ente}}^{PenServAtiv}$$

**Expressão de cálculo do valor atual das remunerações futuras**

$$VARF_x = f \times R \times \mathcal{A}_{x: \overline{r-x}|}^{aa} \times F$$

## Principais Simbologias Utilizadas e Descrições

| <u>SÍMBOLO</u>   | <u>DESCRIÇÃO</u>  |
|------------------|---|
| $a$              | : Idade de primeira vinculação previdenciária do servidor.  |
| $\ddot{a}_y$     | : Valor atual de uma série de rendas vitalícias anuais devida a um segurado com idade $y$ , com pagamentos efetuados no início de cada período.   |
| $\ddot{a}_{x:y}$ | : Valor atual de uma série de rendas anuais devida ao grupo de segurados com idades $x$ e $y$ , enquanto esse grupo não se dissolver pela morte de $x$ ou de $y$ , sendo $x$ inválido, com pagamentos efetuados no início de cada período.                |
| $a_r, a_x, a_y$  | : Valor atual de uma série de rendas vitalícias anuais devida a um segurado com idades subscritas por $r$ , $x$ ou $y$ , com pagamentos efetuados ao final de cada período.   |
| $\ddot{a}_x^i$   | : Valor atual de uma série de rendas vitalícias anuais devida a um segurado inválido com idade $x$ , com pagamentos efetuados ao final de cada período.   |
| $a_{x:y}^i$      | : Valor atual de uma série de rendas anuais devida aos segurados com idades $x$ e $y$ , enquanto esse grupo não se dissolver pela morte de $x$ ou de $y$ , sendo $x$ inválido, com pagamentos efetuados ao final de cada período.                         |
| $a_{xy}$         | : Valor atual de uma série de rendas anuais devida aos segurados com idades $x$ e $y$ , enquanto esse grupo não se dissolver pela morte de $x$ ou de $y$ , com pagamentos efetuados ao final de cada período.   |
| $a_{x:r-x}^{aa}$ | : Valor atual de uma série de rendas temporárias anuais devida a um segurado válido com idade $x$ , no período compreendido entre a data da avaliação atuarial e a data provável de sua aposentadoria, com pagamentos efetuados ao final de cada período. |

**SÍMBOLO****DESCRIÇÃO**

- $B$  : Valor do benefício devido ao segurado aposentado ou pensionista.
- $B_I$  : Valor do benefício integral.
- $B_{Proj}$  : Valor do benefício projetado para a data de aposentadoria do servidor.
- $C$  : Valor da contribuição devida pelo segurado aposentado ou pensionista.
- $C_{Proj}$  : Valor da contribuição projetada para a data de aposentadoria do servidor.
- $e$  : Idade do segurado na data de ingresso no ente.
- ${}_{r-x}E_x^{aa}$  : Função de desconto atuarial multidecremental.
- $f$  : Frequência de pagamento de benefícios no ano; usou-se 13.
- $F$  : Fator de determinação do valor real ao longo do tempo das remunerações e dos benefícios.
- $g_1$  : Grupo 1 representado pelo percentual esperado de aposentadorias por invalidez permanente decorrentes de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, com proventos integrais.  $g_1 = 50\%$ .
- $g_2$  : Grupo 2 representado pelo percentual esperado de aposentadorias por invalidez permanente decorrentes das demais causas, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.  $g_2 = 50\%$ .

## SÍMBOLO

## DESCRIÇÃO

- $H_x$  : Fórmula geral aplicável ao pensionista individualmente ou ao seu grupo familiar, que considera pensionistas com rendas temporária para mais novo do grupo com idade inferior a 21 anos e vitalícia para o pensionista inválido ou válido mais longo.  $H_x = a_{\overline{21-z}|i} + {}_{21-z}/a_{y+21-z}$
- $i_x$  : Taxa anual de entrada em invalidez na idade  $x$ .
- $l_x$  : Número de pessoas vivas na idade  $x$  de uma tábua de mortalidade geral.
- $l_x^{aa}$  : Número de pessoas vivas e válidas na idade  $x$  de uma tábua de serviço.
- $l_x^{ii}$  : Número de pessoas vivas e inválidas na idade  $x$  de uma tábua de serviço.
- $p$  : Percentual de pessoas que deixarão alguma pensão.
- $P_x^{aa}$  : Probabilidade de uma pessoa válida com idade  $x$  sobreviver à idade  $x+1$  e continuar válida.
- $P_x^{ai}$  : Probabilidade de uma pessoa válida com idade  $x$  se invalidar e sobreviver à idade  $x+1$ .
- $P_x^i$  : Probabilidade de uma pessoa inválida com idade  $x$  sobreviver à idade  $x+1$ .
- $P_y$  : Probabilidade de uma pessoa com idade  $x$  sobreviver à idade  $x+1$ .
- $q_x^{aa}$  : Probabilidade de uma pessoa válida com idade  $x$  falecer antes de completar a idade  $x+1$ .

**SÍMBOLO****DESCRIÇÃO**

|            |  |
|------------|--|
| $q_x^{ai}$ | : Probabilidade de uma pessoa válida com idade $x$ se invalidar e falecer antes de completar a idade $x+1$ . |
| $q_x^i$    | : Probabilidade de uma pessoa inválida com idade $x$ falecer antes de completar a idade $x+1$ .              |
| $R$        | : Remuneração do Servidor na data da avaliação.  |
| $r$        | : Idade provável de aposentadoria do segurado projetada segundo as normas aplicáveis.                        |
| $v$        | : Fator de desconto financeiro.  |
| $x, y$     | : Idades do segurado na data da avaliação atuarial.  |
| $\tau$     | : Tempo de contribuição acumulado até a data da avaliação.   |
| $T$        | : Tempo total de contribuição acumulado até a data provável da aposentadoria programada.                     |
| Teto RGPS  | : Valor máximo do benefício pago Regime Geral de Previdência Social.   |

Brasília-DF, 31 de dezembro de 2022.

**ALAN DOS SANTOS DE MOURA**

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil - Matrícula 1.538.692

**BENEDITO LEITE SOBRINHO**

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil - Matrícula 0.935.753

## **ANEXO XX: NOTA TÉCNICA ATUARIAL - POLICIAIS E BOMBEIROS MILITARES - FCDF**

### **NOTA TÉCNICA ATUARIAL (NTA)**

**Data focal: 31/12/2022**

**Ente Federativo: União**

**Fundo Constitucional do Distrito Federal**

**Abrangência: Policiais e Bombeiros Militares do Distrito Federal**

Atuários:

Alan dos Santos de Moura

Benedito Leite Sobrinho

## **Objetivo**

1. O objetivo desta nota técnica atuarial é apresentar as bases atuariais, critérios e demais elementos basilares para a elaboração da avaliação atuarial do plano de benefícios e custeio aplicado aos membros da Polícia Militar e Bombeiros do Distrito Federal (militares em atividade, inatividade e pensionistas), vinculados ao Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF).

## **Modalidade dos Benefícios Assegurados pelo RPPS e Estrutura dos Benefícios. Critérios de Elegibilidade.**

2. Os critérios de elegibilidade, o cálculo do valor, a forma de atualização, dos benefícios referentes à passagem para inatividade por transferência para reserva remunerada e reforma, bem como a pensão por morte são disciplinados pela Lei nº 7.289 de 18 de dezembro de 1984. Referidos benefícios encontram-se estruturados na modalidade Benefício Definido.

3. Na estrutura dos benefícios definidos, os valores independem de saldos preexistentes em contas individuais, dado que, de acordo com a Ciência Atuarial que trata de benefícios pagáveis por sobrevivência, opera-se sob a sistemática denominada mutualismo segundo a linguagem do seguro. Nessa sistemática pode ou não haver conta coletiva com recursos previamente constituídos. Na hipótese de existir conta coletiva com recursos vislumbra-se o regime de financeiro de capitalização, caso contrário, tem-se o regime financeiro de repartição. Independente do regime financeiro que se opere, em relação aos segurados da Polícia Militar e Bombeiros do Distrito Federal, objeto desta NTA, cabe ao FCDF a responsabilidade de integral quitação do total das folhas mensais dos benefícios concedidos.

## **Bases Técnicas Atuariais. Regime Financeiro, Hipóteses Atuariais e Premissas.**

4. Os benefícios de renda vitalícia assegurados aos Policiais e Bombeiros Militares do Distrito Federal são avaliados em regime financeiro de capitalização, inobstante, na prática, ainda ser usado o regime financeiro de repartição simples (regime orçamentário) para esses benefícios de prestação continuada e de longa duração.

5. Em breve síntese, informa-se que a elaboração de uma avaliação atuarial envolve a combinação de três insumos essenciais, quais sejam, a legislação que prevê os direitos e as obrigações para o acesso e a manutenção dos benefícios nela previstos, a base de dados cadastrais dos beneficiários em atividade e dos que já se encontrem em fruição dos benefícios assegurados e, por derradeiro, as bases técnicas atuariais.

6. As bases técnicas atuariais, disciplinadas pelas normas vigentes, compreendem, dentre outros, o regime financeiro adotado em relação a cada benefício, as formulações matemáticas para mensurar os valores dos compromissos decorrentes dos pagamentos dos benefícios concedidos e a conceder, bem como as premissas e hipóteses atuariais que exprimem os parâmetros e critérios usados nas fórmulas atuariais.

7. Com o objetivo de suprir a ausência de informações, foram adotadas algumas hipóteses atuariais e premissas empregadas na elaboração da avaliação atuarial dos servidores civis titulares de cargo efetivo da União, bem como as diretrizes da avaliação atuarial contidas na Portaria MTP nº 1.467/2022.

8. Registre-se também que os parâmetros, hipóteses atuariais e premissas selecionadas para a avaliação atuarial que posiciona as obrigações previdenciárias em 31/12/2022, estão consignadas na Nota SEI nº

16/2022/COAAT/CGACI/SRPPS/SPREV-MTP, objeto do Processo SEI nº 10133.101554/2022-95. Segue-se síntese das principais bases técnicas:

### Tábuas biométricas

9. Mortalidade Geral e Mortalidade de Inválidos: Tábua específica dos servidores civis da União, segregada por sexo e por escolaridade do cargo, elaborada pelo IPEA, por determinação do Tribunal de Contas da União. No cálculo atuarial dos compromissos previdenciários, a aferição da sobrevivência foi efetuada com base nas seguintes tábuas:

10. Para os servidores em atividade: “Tábua de Servidores da União - Homens - Nível Superior - IPEA”, “Tábua de Servidores da União - Mulheres - Nível Superior - IPEA”; “Tábua de Servidores da União - Homens - Nível Médio – IPEA” e “Tábua de Servidores da União - Mulheres - Nível Médio - IPEA”.

11. Em relação aos aposentados: Tábua de Servidores da União - Homens - Nível Médio - IPEA” e “Tábua de Servidores da União – Mulheres – Nível Médio – IPEA”.

12. Pensionistas: Tábua IBGE 2021 - Mulheres e Tábua IBGE 2021 - Homens, ambas extrapoladas<sup>22</sup> a partir da idade 80 anos.

13. Entrada em Invalidez: Tábua específica dos servidores civis da União, segregada por sexo e por escolaridade do cargo, elaborada pelo IPEA.

14. Mortalidade de servidores em atividade (tábua de serviço): para a construção da função de número de vivos da tábua de serviços foram combinados os eventos de morte e invalidez, pelo método Hamza, que trata os referidos eventos multidecrementais. A função biométrica que informa o número de pessoas vivas e válidas dessa tábua de serviço é expressa por  $l_x^{aa} = l_x - l_x^{ii}$ , sendo que, na primeira idade da tábua o número de pessoas com invalidez permanente corresponde a  $l_x^{ii} = 0$  e, nas idades seguintes a quantidade

desses inválidos é obtida por:  $l_{x+1}^{ii} = l_x^{aa} \times i_x \times \left(1 - \frac{q_x^i}{2}\right) + l_x^{ii} \times p_x^i$ .

### Taxa real de juros

15. Em atendimento ao art. 39 da Portaria MTP nº 1.467/2022 foi usada a taxa real de juros de 4,67% ao ano, que, conforme art. 4º do Anexo VII da Portaria MTP nº 1.467/2022, se refere à taxa de juros parâmetro correspondente à duração do passivo de 15,6 anos.

---

<sup>22</sup> Referidas extrapolações de probabilidades de anuais de morte foram obtidas mediante a aplicação das especificações contidas na “Nota Técnica sobre a Metodologia adotada pelo Ministério da Previdência Social na Extrapolação das Tábuas de Mortalidade IBGE para as idades acima de 80 anos” que pode ser acessada pelo endereço: <http://sa.previdencia.gov.br/site/2015/06/NOTA-TECNICA-ATUARIAL-EXTRAPOLACAO-DA-TABUA-IBGE-MPS.pdf>

### **Taxa real do crescimento da remuneração por mérito**

16. Utilizou-se a taxa real de 1% ao ano, que corresponde à taxa mínima prudencial de crescimento estabelecida pelo art. 38 da Portaria MTP nº 1.467/2022, como representativo do crescimento da remuneração por mérito, em razão da ausência dessa informação na base de dados usada na avaliação.

### **Projeção do crescimento da remuneração por produtividade**

17. Não foi utilizada a hipótese de crescimento da remuneração por produtividade, devido à indisponibilidade de informações que possibilitem definir uma taxa a ser aplicada a todos os servidores.

### **Projeção dos benefícios de servidores sujeitos à regra da média**

18. Em face da indisponibilidade da base de dados das remunerações de julho de 1994 até a data focal da avaliação, para efeito da projeção dos benefícios com base na média das remunerações de contribuição, adotou-se o procedimento de projetar, à taxa de 1% ao ano, por meio de fatores financeiros de acumulação, ano a ano, o valor da remuneração (base para contribuição) informada na base cadastral, desde a data focal 31/12/2022, até a data provável da aposentadoria, bem como, projetar, o valor dessa remuneração, da mesma data focal, retroagindo-se à data de vínculo do segurado ao primeiro regime previdenciário (no máximo até julho/1994), mediante o uso de fatores financeiros de desconto calculados à taxa de 1% ao ano. A média procurada é obtida com base em 100% (ou 80% das maiores remunerações de contribuição, no caso de segurado com direito adquirido) desses valores projetados, compreendidos entre a data de vínculo do segurado ao primeiro regime previdenciário (no máximo até julho/1994) e a data provável de aposentadoria.

### **Projeção do crescimento dos benefícios do plano**

19. Não foi utilizada a hipótese de crescimento real dos benefícios, devido à indisponibilidade de informações para se apurar e projetar o percentual de atualização dos valores de benefícios concedidos e a conceder sujeitos à regra de paridade de reajuste dos proventos com os mesmos percentuais aplicados aos vencimentos dos servidores em atividade. Contudo, como na passagem para a inatividade dos policiais militares e bombeiros do DF é concedido um posto acima (art. 50 da Lei nº 7.289/1984 e art. 99 da Lei nº 7.479/1986), foi estimado percentual de aumento no benefício, imediatamente, à passagem à reserva/reforma em 14,76% para os policiais militares e bombeiros que possuem em tal data, no mínimo, 30 anos de serviço. Com exceção da Pensão Por Morte de Ativo, todos os benefícios foram calculados com o citado aumento.

### **Fatores de capacidade de benefícios e remuneração**

20. O plano de benefícios e custeio aplicados aos segurados do RPPS da União prevê que os benefícios disciplinados pelas regras permanentes, depois de concedidos, serão atualizados anualmente por um índice de inflação acumulado.

21. Assim sendo, os benefícios são concedidos e as prestações mensais permanecem constantes até a data do próximo reajuste, acumulando nesse período a perda de seu poder de compra causado pelo efeito corrosivo da inflação.

22. Desta forma, as provisões matemáticas previdenciárias podem ser ajustadas pelo fator de

capacidade dos benefícios (F) para refletirem nas obrigações do fundo de previdência essa defasagem gerada pela inflação.

23. O mesmo raciocínio também é aplicável à perda do poder aquisitivo das remunerações percebidas entre dissídios, de forma que, o fator de capacidade das remunerações (F) serve, do mesmo modo, para gravar o efeito da corrosão inflacionária nas projeções dos compromissos atuariais.

24. O fator de capacidade dos benefícios e o fator de capacidade das remunerações, ambos representados por (F), calculados pela taxa de inflação projetada para o longo prazo, são designados, respectivamente, em normas e demonstrativos por: “Fator de determinação do valor real ao longo do tempo dos benefícios” e “Fator de determinação do valor real ao longo do tempo dos salários”:

#### **Fator de determinação do valor real ao longo do tempo dos benefícios:**

25. Utilizou-se taxa de inflação de longo prazo nula, portanto  $F = 1$  (ou 100%), para efeito das projeções atuariais dos benefícios.

#### **Fator de determinação do valor real ao longo do tempo dos salários:**

26. Utilizou-se taxa de inflação de longo prazo nula, portanto  $F = 1$  (ou 100%), para efeito das projeções atuariais das remunerações.

#### **Expectativa de reposição de servidores**

27. Na avaliação atuarial posicionada em 31/12/2022 avaliou-se, primeiramente, o grupo como fechado, ou seja, sem reposição de servidores, dado que ainda não foi publicada ato normativo que complementar as orientações sobre a expectativa de reposição de servidores.

28. Entretanto, com o objetivo de subsidiar as análises das projeções de receitas e despesas do RPPS da União, foi adotada, em avaliação atuarial à parte, a hipótese de reposição dos servidores que substituirão os que saírem por aposentadoria programada, para refletir os fluxos de novos servidores e os respectivos compromissos previdenciários, em consonância com a continuidade dos serviços públicos decorrente da perenidade do Estado. As projeções dos compromissos desses futuros servidores, ainda não admitidos, não devem impactar o resultado atuarial do regime, pois as estimativas desses compromissos de novos entrantes não representam efetiva obrigação nesta data, mas podem servir para a avaliação do impacto com base em cenários futuros e dar suporte para a estruturação de eventuais medidas corretivas para a sustentabilidade do RPPS.

#### **Rotatividade**

29. Utilizou-se taxa de rotatividade nula devido a possibilidade de compensação previdenciária, a pagar e a receber, entre os regimes previdenciários de vinculação obrigatória.

#### **Composição familiar**

30. Para estimar os compromissos das pensões a serem pagas por morte de segurados admitiu-se que 76,5% dos aposentados e servidores deixarão pensões vitalícias para um cônjuge com diferença etária de 3 e 2 anos para os servidores de sexo masculino e feminino e seus respectivos cônjuge de sexo oposto. Para os aposentados a diferença etária é de 4 e 2 anos para esses segurados de sexo masculino e feminino, em

relação aos seus cônjuges, respectivamente. Nesse percentual foram consideradas as pensões temporárias reguladas pela Lei nº 13.135, de 17 de junho de 2015. As obrigações decorrentes das pensões já concedidas foram avaliadas pela fórmula geral de um grupo familiar composto por um pensionista vitalício e outro temporário mais novo entre os menores de 21 anos.

### Idade de vinculação a algum regime previdenciário anterior ao ingresso na União

31. Os estudos realizados pelo Grupo de Trabalho citado anteriormente apontaram para a idade de 25 anos, com sendo a idade provável de um servidor da União ter-se vinculado a algum regime previdenciário antes de ser segurado obrigatório do RPPS da União.

32. A base de dados recebida dos órgãos federais para elaboração da avaliação atuarial não tem apresentado para todos os servidores a data real de sua vinculação a algum regime previdenciário anterior ao ingresso na União. Contudo, a mesma base de dados trouxe informações sobre os tempos de serviços já averbados, que são usados na avaliação atuarial caso sejam considerados consistentes em relação à idade 25 e à idade de ingresso no serviço público.

### Alíquotas de contribuição Segurados da Polícia Militar e Bombeiros do Distrito Federal e

33. As aposentadorias concedidas são integralmente custeadas pelo FCDF, com aportes mensais correspondentes ao valor total da Folha de Benefícios. Para as pensões considerou-se o plano de custeio previsto na Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960, com as alterações introduzidas pela Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019, conforme a seguinte tabela:

| CONTRIBUINTES   | BASE E ALÍQUOTA   |
|---|---|
| <p>Segurados da Polícia Militar e Bombeiros do Distrito Federal, contribuem conforme a Lei nº 13.954/2019 (relativa ao Sistema de Proteção Social dos Militares).</p> | <p>DOS CONTRIBUINTES, DAS CONTRIBUIÇÕES E DOS DESCONTOS<br/> <a href="#">(Redação dada pela Lei nº 13.954, de 2019)</a></p> <p>Art. 1º São contribuintes obrigatórios da pensão militar, mediante desconto mensal em folha de pagamento, os militares das Forças Armadas e os seus pensionistas. <a href="#">(Redação dada pela Lei nº 13.954, de 2019)</a></p> <p>Parágrafo único. O desconto mensal da pensão militar de que trata o <b>caput</b> deste artigo será aplicado, a partir de 1º de janeiro de 2020, para: <a href="#">(Redação dada pela Lei nº 13.954, de 2019)</a></p> <p>I - o aspirante da Marinha, o cadete do Exército e da Aeronáutica e o aluno das escolas, centros ou núcleos de formação de oficiais e de praças e das escolas preparatórias e congêneres; e <a href="#">(Incluído pela Medida provisória nº 2.215-10, de 31.8.2001)</a></p> <p>II - cabos, soldados, marinheiros e taifeiros, com menos de dois anos de efetivo serviço. <a href="#">(Incluído pela Medida provisória nº 2.215-10, de 31.8.2001)</a></p> <p>III - pensionistas.</p> <p>Art. 3º-A. A contribuição para a pensão militar incidirá sobre as parcelas que compõem os proventos na inatividade e sobre o valor integral da quota-parte percebida a título de pensão militar. <a href="#">(Redação dada pela Lei nº 13.954, de 2019)</a></p> |

| CONTRIBUINTES | BASE E ALÍQUOTA   |
|---------------|---|
|               | <p>§ 1º A alíquota de contribuição para a pensão militar é de sete e meio por cento. <a href="#">(Renumerado do parágrafo único pela Lei nº 13.954, de 2019)</a></p> <p>§ 2º A alíquota referida no § 1º deste artigo será: <a href="#">(Incluído pela Lei nº 13.954, de 2019)</a></p> <p>I - de 9,5% (nove e meio por cento), a partir de 1º de janeiro de 2020; <a href="#">(Incluído pela Lei nº 13.954, de 2019)</a></p> <p>II - de 10,5% (dez e meio por cento), a partir de 1º de janeiro de 2021. <a href="#">(Incluído pela Lei nº 13.954, de 2019)</a></p> <p>§ 3º A partir de 1º de janeiro de 2020, além da alíquota prevista no § 1º e dos acréscimos de que trata o § 2º deste artigo, contribuirão extraordinariamente para a pensão militar os seguintes pensionistas, conforme estas alíquotas: <a href="#">(Incluído pela Lei nº 13.954, de 2019)</a></p> <p>I - 3% (três por cento), as filhas não inválidas pensionistas vitalícias; <a href="#">(Incluído pela Lei nº 13.954, de 2019)</a></p> <p>II - 1,5% (um e meio por cento), os pensionistas, excetuadas as filhas não inválidas pensionistas vitalícias, cujo instituidor tenha falecido a partir de 29 de dezembro de 2000 e optado em vida pelo pagamento da contribuição prevista no art. 31 da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001. <a href="#">(Incluído pela Lei nº 13.954, de 2019)</a></p> <p>§ 4º Somente a partir de 1º de janeiro de 2025, a União poderá alterar, por lei ordinária, as alíquotas de contribuição de que trata este artigo, nos termos e limites definidos em lei federal. <a href="#">(Incluído pela Lei nº 13.954, de 2019)</a></p> |

## Regimes Financeiros por Benefício Desdobrado por Fase de Cobertura e Método de Financiamento

| PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS (PMBC)                          |                     |               |        |
|--|---------------------|---------------|--------|
| BENEFÍCIOS   | COBERTURA           | REGIME        | MÉTODO |
| Aposentadoria de válidos (por Idade, Tempo de Contribuição e Compulsória)    | Fase pós laborativa | Capitalização | -      |
| Aposentadoria por invalidez  | Fase pós laborativa | Capitalização | -      |
| Pensão a conceder devida a dependente de aposentado válido (reversão)        | Fase pós laborativa | Capitalização | -      |
| Pensão a conceder devida a dependente de aposentado por invalidez (reversão) | Fase pós laborativa | Capitalização | -      |
| Pensão concedida por morte   | Fase pós laborativa | Capitalização | -      |

| PROVISÃO MATEMÁTICA DE BENEFÍCIOS a CONCEDER (PMBaC)                         |                 |               |        |
|--|-----------------|---------------|--------|
| BENEFÍCIOS   | COBERTURA       | REGIME        | MÉTODO |
| Aposentadoria de válidos (por Idade, Tempo de Contribuição e Compulsória)    | Fase laborativa | Capitalização | PUC    |
| Pensão a conceder a dependente de futuro aposentado válido (reversão)        | Fase laborativa | Capitalização | PUC    |
| Aposentadoria por invalidez  | Fase laborativa | Capitalização | PUC    |
| Pensão a conceder a dependente de futuro aposentado por invalidez (reversão) | Fase laborativa | Capitalização | PUC    |
| Pensão a conceder a dependente em caso de morte de servidor válido           | Fase laborativa | Capitalização | PUC    |

### Formulações Matemáticas

34. As formulações matemáticas utilizadas na avaliação atuarial para o cálculo dos valores das provisões matemáticas relativas aos compromissos do FCDF com os segurados militares do FCDF são as seguintes:

Expressões de cálculo do valor atual dos benefícios futuros (VABF), do valor atual das contribuições futuras do inativo e do ente federativo (VACF), das provisões matemáticas referentes aos benefícios concedidos (PMBC) e aos benefícios a conceder (PMBaC)

### **Benefícios Concedidos:**

#### **Aposentadoria concedida a válidos:**

35. Valor Atual dos Benefícios Futuros

$$VABF_x^{Apv} = f \times B \times a_x \times F$$

36. Valor Atual das Contribuições Futuras

$$VACF_x^{Apv} = f \times C \times a_x \times F$$

37. Provisão Matemática dos Benefícios Concedidos

$$PMBC_x^{Apv} = VABF_x^{Apv} - VACF_x^{Apv}$$

#### **Pensão a conceder em caso de morte do aposentado válido (Reversão):**

38. Valor Atual dos Benefícios Futuros

$$VABF_x^{PenApv} = f \times B \times p \times (a_y - a_{xy}) \times F$$

39. Valor Atual das Contribuições Futuras

$$VACF_x^{PenApv} = f \times C \times p \times (a_y - a_{xy}) \times F$$

40. Provisão Matemática dos Benefícios Concedidos

$$PMBC_x^{PenApv} = VABF_x^{PenApv} - VACF_x^{PenApv}$$

#### **Aposentadoria concedida a inválido:**

41. Valor Atual dos Benefícios Futuros

$$VABF_x^{Api} = f \times B \times a_x^i \times F$$

42. Valor Atual das Contribuições Futuras

$$VACF_x^{Api} = f \times C \times a_x^i \times F$$

43. Provisão Matemática dos Benefícios Concedidos

$$PMBC_x^{Api} = VABF_x^{Api} - VACF_x^{Api}$$

#### **Pensão a conceder em caso de morte do aposentado inválido (Reversão):**

44. Valor Atual dos Benefícios Futuros

$$VABF_x^{PenApi} = f \times B \times p \times (a_y - a_{x'y}) \times F$$

45. Valor Atual das Contribuições Futuras

$$VACF_x^{PenApi} = f \times C \times p \times (a_y - a_{x|y}) \times F$$

46. Provisão Matemática dos Benefícios Concedidos

$$PMBC_x^{PenApi} = VABF_x^{PenApi} - VACF_x^{PenApi}$$

**Pensão concedida a válidos e inválidos:**

47. Valor Atual dos Benefícios Futuros

$$VABF_x^{Pen} = f \times B \times H_x \times F$$

48. Valor Atual das Contribuições Futuras

$$VACF_x^{Pen} = f \times C \times H_x \times F$$

49. Provisão Matemática dos Benefícios Concedidos

$$PMBC_x^{Pen} = VABF_x^{Pen} - VACF_x^{Pen}$$

**Benefícios a Conceder:**

**Aposentadoria a conceder a válidos:**

50. Valor Atual dos Benefícios Futuros

$$VABF_x^{Apv} = f \times B_{proj} \times {}_{r-x}E_x^{aa} \times a_r \times F$$

51. Valor Atual das Contribuições Futuras (Aposentado)

$$VACF_x^{Apv} = f \times C_{proj} \times {}_{r-x}E_x^{aa} \times a_r \times F$$

52. Valor Atual dos Benefícios Futuros Líquido (VABF LÍQUIDO)

$$VABF \text{ LÍQUIDO}_x^{Apv} = VABF_x^{Apv} - VACF_x^{Apv}$$

53. Valor Atual das Contribuições Futuras (Servidor e Ente). Vide expressões constantes desta NTA.

$$VACF_{x \text{ Servidor/ente}}^{Apv} = \frac{r-x}{r-a} \times VABF \text{ LÍQUIDO}_x^{Apv}$$

54. Provisão Matemática dos Benefícios a Conceder

$$PMBaC_x^{Apv} = VABF \text{ LÍQUIDO}_x^{Apv} - VACF_{x \text{ Servidor / Ente}}^{Apv}$$

**Pensão a conceder em caso de morte de futuro aposentado válido (Reversão):**

55. Valor Atual dos Benefícios Futuros

$$VABF_x^{PenApv} = f \times B_{proj} \times_{r-x} E_x^{aa} \times p \times (a_y - a_{xy}) \times F$$

56. Valor Atual das Contribuições Futuras

$$VACF_x^{PenApv} = f \times C_{proj} \times_{r-x} E_x^{aa} \times p \times (a_y - a_{xy}) \times F$$

57. Valor Atual dos Benefícios Futuros Líquido (VABF LÍQUIDO)

$$VABF \text{ LÍQUIDO}_x^{PenApv} = VABF_x^{PenApv} - VACF_x^{PenApv}$$

58. Valor Atual das Contribuições Futuras (Servidor e Ente). Vide expressões constantes desta NTA.

$$VACF_{x \text{ Servidor/ente}}^{PenApv} = \frac{r-x}{r-a} \times VABFLÍQUIDO_x^{PenApv}$$

59. Provisão Matemática dos Benefícios a Conceder

$$PMBaC_x^{PenApv} = VABF \text{ LÍQUIDO}_x^{PenApv} - VACF_{x \text{ Servidor/ente}}^{PenApv}$$

**Aposentadoria a conceder por invalidez:**

60. Valor Atual dos Benefícios Futuros

$$VABF_x^{Api} = f \times B_t \times F \left( \begin{array}{l} g_1 \times \sum_{t=0}^{r-x-1} {}_t p_x^{aa} \times p_{x+t}^{ai} \times \ddot{a}_{x+1+t}^i \times v^{t+1} \\ + \\ g_2 \times \sum_{t=0}^{r-x-1} \frac{\tau+t}{T} \times {}_t p_x^{aa} \times p_{x+t}^{ai} \times \ddot{a}_{x+1+t}^i \times v^{t+1} \end{array} \right)$$

61. Valor Atual das Contribuições Futuras

$$VACF_x^{Api} = f \times C \times F \left( \begin{array}{l} g_1 \times \sum_{t=0}^{r-x} {}_t p_x^{aa} \times p_{x+t}^{ai} \times \ddot{a}_{x+1+t}^i \times v^{t+1} \\ + \\ g_2 \times \sum_{t=0}^{r-x} \frac{\tau+t}{T} \times {}_t p_x^{aa} \times p_{x+t}^{ai} \times \ddot{a}_{x+1+t}^i \times v^{t+1} \end{array} \right)$$

62. Valor Atual dos Benefícios Futuros Líquido (VABF LÍQUIDO)

$$VABF \text{ LÍQUIDO}_x^{Api} = VABF_x^{Api} - VACF_x^{Api}$$

63. Valor Atual das Contribuições Futuras (Servidor e Ente). Vide expressões constantes desta NTA.

$$VACF_{x \text{ Servidor/ente}}^{Api} = \frac{r-x}{r-a} \times VABFLÍQUIDO_x^{Api}$$

64. Provisão Matemática dos Benefícios a Conceder

$$PMBaC_x^{Api} = VABF LÍQUIDO_x^{Api} - VACF_{x \text{ Servidor/ente}}^{Api}$$

**Pensão a conceder no caso de morte do futuro aposentado (Reversão):**

65. Valor Atual dos Benefícios Futuros – VABF

$$VABF_x^{PenApi} = f \times B \times F \times \left( \begin{array}{l} g_1 \times \sum_{t=0}^{r-x-1} {}_t p_x^{aa} \times {}_{/1} q_{x+t}^{ai} \times {}_{t+1} p_y \times (\ddot{a}_{y+t+1} - \ddot{a}_{x^i y+t+1}) \times p \times v^{t+1} \\ + \\ g_2 \times \sum_{t=0}^{r-x-1} \frac{\tau+t}{T} \times {}_t p_x^{aa} \times {}_{/1} q_{x+t}^{ai} \times {}_{t+1} p_y \times (\ddot{a}_{y+t+1} - \ddot{a}_{x^i y+t+1}) \times p \times v^{t+1} \end{array} \right)$$

66. Valor Atual das Contribuições Futuras – VACF

$$VACF_x^{PenApi} = f \times C \times F \times \left( \begin{array}{l} g_1 \times \sum_{t=0}^{r-x} {}_t p_x^{aa} \times {}_{/1} q_{x+t}^{ai} \times {}_{t+1} p_y \times (\ddot{a}_{y+t+1} - \ddot{a}_{x^i y+t+1}) \times p \times v^{t+1} \\ + \\ g_2 \times \sum_{t=0}^{r-x} \frac{\tau+t}{T} \times {}_t p_x^{aa} \times {}_{/1} q_{x+t}^{ai} \times {}_{t+1} p_y \times (\ddot{a}_{y+t+1} - \ddot{a}_{x^i y+t+1}) \times p \times v^{t+1} \end{array} \right)$$

67. Valor Atual dos Benefícios Futuros Líquido – VABF LÍQUIDO

$$VABF LÍQUIDO_x^{PenApi} = VABF_x^{PenApi} - VACF_x^{PenApi}$$

68. Valor Atual das Contribuições Futuras (Servidor e Ente). Vide expressões constantes desta NTA.

$$VACF_{x \text{ Servidor/ente}}^{PenApi} = \frac{r-x}{r-a} \times VABFLÍQUIDO_x^{PenApi}$$

69. Provisão Matemática dos Benefícios a Conceder – PMBaC

$$PMBaC_y^{PenApi} = VABF LÍQUIDO_y^{PenApi} - VACF_{y \text{ Servidor/ente}}^{PenApi}$$

**Pensão por Morte de Servidor em Atividade:**

70. Valor Atual dos Benefícios Futuros – VABF

$$VABF_y^{PenServAtiv} = f \times B \times \sum_{t=0}^{r-x-1} {}_tP_x^{aa} \times {}_{/1}q_{x+t}^{aa} \times {}_{t+1}P_y \times \ddot{a}_{y+t+1} \times v^{t+1} \times p \times F$$

71. Valor Atual das Contribuições Futuros – VACF

$$VACF_y^{PenServAtiv} = f \times C \times \sum_{t=0}^{r-x-1} {}_tP_x^{aa} \times {}_{/1}q_{x+t}^{aa} \times {}_{t+1}P_y \times \ddot{a}_{y+t+1} \times v^{t+1} \times p \times F$$

72. Valor Atual dos Benefícios Futuros Líquido – VABF LÍQUIDO

$$VABF_{LIQUIDO}_y^{PenServAtiv} = VABF_y^{PenServAtiv} - VACF_y^{PenServAtiv}$$

73. Valor Atual das Contribuições Futuras (Servidor e Ente). Vide expressões constantes desta NTA.

$$VACF_x^{PenServAtiv} = \frac{r-x}{r-a} \times VABFLÍQUIDO_x^{PenServAtiv}$$

74. Provisão Matemática dos Benefícios a Conceder – PMBaC

$$PMBaC_y^{PenServAtiv} = VABF_{LIQUIDO}_y^{PenServAtiv} - VACF_y^{PenServAtiv}$$

### Expressão de cálculo do valor atual das remunerações futuras

$$VARF_x = f \times R \times \alpha_{x:r-x}^{aa} \times F ]$$

### Principais Simbologias Utilizadas e Descrições

#### SÍMBOLO

#### DESCRIÇÃO

$a$  : Idade de primeira vinculação previdenciária do servidor.

$\ddot{a}_y$  : Valor atual de uma série de rendas vitalícias anuais devida a um segurado com idade  $y$ , com pagamentos efetuados no início de cada período.

**SÍMBOLO****DESCRIÇÃO**

$\ddot{a}_{x|y}^i$  : Valor atual de uma série de rendas anuais devida ao grupo de segurados com idades  $x$  e  $y$ , enquanto esse grupo não se dissolver pela morte de  $x$  ou de  $y$ , sendo  $x$  inválido, com pagamentos efetuados no início de cada período.

$a_r, a_x, a_y$  : Valor atual de uma série de rendas vitalícias anuais devida a um segurado com idades subscritas por  $r$ ,  $x$  ou  $y$ , com pagamentos efetuados ao final de cada período.

$\ddot{a}_x^i$  : Valor atual de uma série de rendas vitalícias anuais devida a um segurado inválido com idade  $x$ , com pagamentos efetuados ao final de cada período.

$a_{x|y}^i$  : Valor atual de uma série de rendas anuais devida aos segurados com idades  $x$  e  $y$ , enquanto esse grupo não se dissolver pela morte de  $x$  ou de  $y$ , sendo  $x$  inválido, com pagamentos efetuados ao final de cada período.

$a_{xy}$  : Valor atual de uma série de rendas anuais devida aos segurados com idades  $x$  e  $y$ , enquanto esse grupo não se dissolver pela morte de  $x$  ou de  $y$ , com pagamentos efetuados ao final de cada período.

$a_{x:r-x}^{aa}$  : Valor atual de uma série de rendas temporárias anuais devida a um segurado válido com idade  $x$ , no período compreendido entre a data da avaliação atuarial e a data provável de sua aposentadoria, com pagamentos efetuados ao final de cada período.

$B$  : Valor do benefício devido ao segurado aposentado ou pensionista.

$B_I$  : Valor do benefício integral.

$B_{Proj}$  : Valor do benefício projetado para a data de aposentadoria do servidor.

## SÍMBOLO

## DESCRIÇÃO

- $C$  : Valor da contribuição devida pelo segurado aposentado ou pensionista.
- $C_{Proj}$  : Valor da contribuição projetada para a data de aposentadoria do servidor.
- $e$  : Idade do segurado na data de ingresso no ente.
- ${}_{r-x}E_x^{aa}$  : Função de desconto atuarial multidecremental.
- $f$  : Frequência de pagamento de benefícios no ano; usou-se 13.
- $F$  : Fator de determinação do valor real ao longo do tempo das remunerações e dos benefícios.
- $g_1$  : Grupo 1 representado pelo percentual esperado de aposentadorias por invalidez permanente decorrentes de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, com proventos integrais.  $g_1 = 50\%$ .
- $g_2$  : Grupo 2 representado pelo percentual esperado de aposentadorias por invalidez permanente decorrentes das demais causas, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.  $g_2 = 50\%$ .
- $H_x$  : Fórmula geral aplicável ao pensionista individualmente ou ao seu grupo familiar, que considera pensionistas com rendas temporária para mais novo do grupo com idade inferior a 21 anos e vitalícia para o pensionista inválido ou válido mais

**SÍMBOLO**

**DESCRIÇÃO**

longevo.  $H_x = a_{\overline{2l-z}|i} + a_{y+2l-z}$

$i_x$  : Taxa anual de entrada em invalidez na idade  $x$ .

$l_x$  : Número de pessoas vivas na idade  $x$  de uma tábua de mortalidade geral.

$l_x^{aa}$  : Número de pessoas vivas e válidas na idade  $x$  de uma tábua de serviço.

$l_x^{ii}$  : Número de pessoas vivas e inválidas na idade  $x$  de uma tábua de serviço.

$p$  : Percentual de pessoas que deixarão alguma pensão.

$p_x^{aa}$  : Probabilidade de uma pessoa válida com idade  $x$  sobreviver à idade  $x+1$  e continuar válida.

$p_x^{ai}$  : Probabilidade de uma pessoa válida com idade  $x$  se invalidar e sobreviver à idade  $x+1$ .

$p_x^i$  : Probabilidade de uma pessoa inválida com idade  $x$  sobreviver à idade  $x+1$ .

$p_y$  : Probabilidade de uma pessoa com idade  $x$  sobreviver à idade  $x+1$ .

$q_x^{aa}$  : Probabilidade de uma pessoa válida com idade  $x$  falecer antes de completar a idade  $x+1$ .

**SÍMBOLO****DESCRIÇÃO**

|              |  |
|--------------|--|
| $q_x^{ai}$   | : Probabilidade de uma pessoa válida com idade $x$ se invalidar e falecer antes de completar a idade $x+1$ . |
| $q_x^i$      | : Probabilidade de uma pessoa inválida com idade $x$ falecer antes de completar a idade $x+1$ .              |
| $R$          | : Remuneração do Servidor na data da avaliação.  |
| $r$          | : Idade provável de aposentadoria do segurado projetada segundo as normas aplicáveis.                        |
| $v$          | : Fator de desconto financeiro.  |
| $x, y$       | : Idades do segurado na data da avaliação atuarial.  |
| $\tau$       | : Tempo de contribuição acumulado até a data da avaliação.   |
| $T$          | : Tempo total de contribuição acumulado até a data provável da aposentadoria programada.                     |
| $Teto\ RGPS$ | : Valor máximo do benefício pago Regime Geral de Previdência Social.   |

Brasília-DF, 31 de dezembro de 2022.

**ALAN DOS SANTOS DE MOURA**

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil - Matrícula 1.538.692

**BENEDITO LEITE SOBRINHO**

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil - Matrícula 0.935.753

## **Anexo IV**

### **Metas Fiscais**

#### **Anexo IV.7 - Avaliação Atuarial do Sistema de Pensões Militares das Forças Armadas**

(Art. 4º, § 2º, inciso IV, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000)

### **VOLUME I**



# **MARINHA DO BRASIL**

**DIRETORIA DE FINANÇAS DA MARINHA**

**CENTRO DE ANÁLISES DE SISTEMAS NAVAIS**

**VOLUME I DA PROPOSTA DE SUBSÍDIOS PARA O  
PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2024**

**AVALIAÇÃO ATUARIAL DOS PROVENTOS DE MILITARES VETERANOS  
E DOS BENEFÍCIOS DE PENSIONISTAS DE MILITARES**

Rio de Janeiro, 23 de março de 2023.

## SUMÁRIO

|   |          |
|---|----------|
| <b>RESUMO EXECUTIVO .....</b>   | <b>4</b> |
| <b>1. INTRODUÇÃO .....</b>  | <b>5</b> |
| <b>2. METODOLOGIA .....</b>   | <b>5</b> |
| 2.1 Projeções Atuariais .....   | 5        |
| 2.2 Valor Presente Actuarial .....  | 5        |
| <b>3. BASE DE DADOS .....</b>   | <b>6</b> |
| 3.1 Estatísticas Descritivas.....   | 6        |
| 3.1.1 Quantidades .....   | 6        |
| a) Militares Ativos.....  | 6        |
| b) Militares Veteranos .....  | 6        |
| c) Pensionistas Tronco .....  | 7        |
| d) Pensionistas Beneficiários .....   | 7        |
| 3.1.2 Remunerações Médias .....   | 7        |
| a) Militares Ativos.....  | 7        |
| b) Militares Veteranos .....  | 7        |
| c) Pensionistas Tronco .....  | 7        |
| d) Pensionistas Beneficiários .....   | 7        |
| <b>4. BASES LEGAIS .....</b>  | <b>8</b> |
| 4.1 Plano de Custeio.....   | 8        |
| 4.1.1 Militares Veteranos .....   | 8        |
| 4.1.2 Pensão de Militares .....   | 8        |
| 4.2 Plano de Benefício .....  | 8        |
| 4.2.1 Militares Veteranos .....   | 8        |
| 4.2.2 Pensões de Militares.....   | 9        |
| <b>5. PREMISSAS .....</b>   | <b>9</b> |
| 5.1 Crescimento das Remunerações, Proventos e Pensões de Militares .....                                      | 9        |
| 5.1.1 Crescimento Estrutural da Remuneração de Militares Ativos .....   | 9        |
| 5.1.2 Crescimento Estrutural dos Proventos de Militares Veteranos e Pensões de Militares                      | 10       |
| 5.1.3 Recomposição das Remunerações, Proventos e Pensões de Militares (somente nas projeções atuariais) ..... | 10       |

|  |           |
|--|-----------|
| 5.2 Tábuas Biométricas .....   | 11        |
| 5.2.1 Tábuas de Mortalidade (Ativos, Veteranos e Pensionistas válidos) ..... | 11        |
| 5.2.2 Tábua de Entrada em Invalidez .....                                    | 12        |
| 5.2.3 Tábua de Mortalidade de Inválidos .....                                | 13        |
| 5.2.4 Composição Familiar .....  | 13        |
| 5.2.5 Taxa de Rotatividade .....   | 14        |
| 5.2.5.1 Dos dados disponibilizados.....                                      | 14        |
| 5.2.5.2 Metodologia .....  | 14        |
| 5.3 Idade de Entrada nas Forças Armadas .....                                | 14        |
| 5.4 Transferência para a inatividade remunerada .....                        | 15        |
| 5.4.1 Transferência para inatividade por tempo de serviço .....              | 15        |
| 5.4.2 Transferência para inatividade por invalidez .....                     | 15        |
| 5.5 Compensação Financeira.....  | 15        |
| 5.6 Taxa de Inflação.....  | 16        |
| 5.6.1 Taxa de Inflação nas Projeções Atuariais .....                         | 16        |
| 5.6.2 Taxas de Inflação no Valor Presente Actuarial.....                     | 16        |
| 5.7 Taxa de Desconto .....   | 16        |
| 5.7.1 Taxa de Desconto Real das Projeções Atuariais .....                    | 16        |
| 5.7.2 Taxa de Desconto Real do Valor Presente Actuarial.....                 | 16        |
| 5.8 Projeção do Produto Interno Bruto.....                                   | 18        |
| 5.9 Reposição de Militares .....   | 18        |
| 5.9.1 Reposição de Militares nas Projeções Atuariais.....                    | 18        |
| 5.9.2 Reposição de Militares no Valor Presente Actuarial.....                | 18        |
| 5.10 Horizonte Temporal.....   | 18        |
| 5.10.1 Projeções Atuariais .....   | 18        |
| 5.10.2 Valor Presente Actuarial.....   | 18        |
| 5.11 Alíquotas e Base de Contribuição.....                                   | 18        |
| 5.11.1 Proventos de Inatividade.....   | 18        |
| 5.11.2 Pensão de Militares .....   | 19        |
| <b>6. MODELO MATEMÁTICO-ATUARIAL APLICADO.....</b>                           | <b>19</b> |
| <b>7. AVALIAÇÃO ATUARIAL DOS PROVENTOS DE MILITARES VETERANOS .....</b>      | <b>20</b> |
| 7.1 Projeções Atuariais sem reposição de militares .....                     | 20        |

|            |   |           |
|------------|---|-----------|
| 7.1.1      | Projeções Atuariais sem reposição de militares e sem reposição nominal, ao longo do tempo, da inflação nas remunerações e nos proventos de militares veteranos.....     | 20        |
| 7.1.2      | Projeção Actuarial sem reposição de militares e com reposição nominal, ao longo do tempo, da inflação nas remunerações e nos proventos de militares veteranos.....      | 23        |
| 7.1.3      | Análise das projeções sem reposição de militares.....   | 25        |
| 7.2        | Projeção Actuarial com reposição de militares .....   | 27        |
| 7.2.1      | Projeção Actuarial com reposição de militares e sem reposição nominal, ao longo do tempo, da inflação nas remunerações e nos proventos de militares veteranos.....      | 27        |
| 7.2.2      | Projeção Actuarial com reposição de militares e com reposição nominal, ao longo do tempo, da inflação nas remunerações e nos proventos de militares veteranos.....      | 30        |
| 7.2.3      | Análise das Projeções Com Reposição de Militares .....  | 32        |
| 7.3        | Reserva Matemática das Despesas Futuras de Proventos de Militares Veteranos.....  | 33        |
| 7.3.1      | Análise da reserva matemática .....   | 34        |
| <b>8.</b>  | <b>AVALIAÇÃO ATUARIAL DAS PENSÕES DE MILITARES .....</b>  | <b>35</b> |
| 8.1        | Projeções Atuariais sem reposição de militares .....  | 35        |
| 8.1.1      | Projeções Atuariais sem reposição de militares e sem reposição nominal, ao longo do tempo, da inflação nas remunerações, nos proventos e nas pensões de militares ..... | 35        |
| 8.1.2      | Projeção Actuarial sem reposição de militares e com reposição nominal, ao longo do tempo, da inflação nas remunerações, nos proventos e nas pensões de militares .....  | 38        |
| 8.1.3      | Análise das Projeções sem reposição de militares.....   | 40        |
| 8.2        | Projeção Actuarial com reposição de militares .....   | 41        |
| 8.2.1      | Projeção Actuarial com reposição de militares e sem reposição nominal, ao longo do tempo, da inflação nas remunerações, nos proventos e nas pensões de militares .....  | 41        |
| 8.2.2      | Projeção Actuarial com reposição de militares e com reposição nominal, ao longo do tempo, da inflação nas remunerações, nos proventos e nas pensões de militares .....  | 44        |
| 8.2.3      | Análise das projeções com reposição de militares.....   | 47        |
| 8.3        | Reserva matemática de pensões de militares.....   | 48        |
| 8.3.1      | Análise da reserva matemática .....   | 49        |
| <b>9.</b>  | <b>PARECER ATUARIAL .....</b>   | <b>50</b> |
| <b>10.</b> | <b>ANÁLISE DAS DESPESAS PASSADAS COM VETERANOS E PENSÕES DE MILITARES .....</b>   | <b>53</b> |
| <b>11.</b> | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>   | <b>53</b> |
|            | ANEXO A – TÁBUAS BIOMÉTRICAS.....   | 56        |

|   |     |
|---|-----|
| ANEXO B – CÁLCULO DA DURAÇÃO DOS PASSIVOS E TESTE DE SENSIBILIDADE DA TAXA DE JUROS.....                        | 74  |
| ANEXO C – NOTA TÉCNICA ATUARIAL DAS PROJEÇÕES ATUARIAIS DE PROVENTOS DE VETERANOS E PENSÕES DE MILITARES.....   | 83  |
| ANEXO D – NOTA TÉCNICA ATUARIAL DO CÁLCULO DO VALOR PRESENTE ATUARIAL DOS PROVENTOS DE MILITARES VETERANOS..... | 102 |
| ANEXO E – NOTA TÉCNICA ATUARIAL DO CÁLCULO DO VALOR PRESENTE ATUARIAL DAS PENSÕES DE MILITARES.....             | 108 |

## RESUMO EXECUTIVO

A presente Avaliação, em atendimento às recomendações do Tribunal de Contas da União, lança luz sobre os custos futuros de proventos de militares veteranos e pensões de militares, desmistificando narrativas de que o Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas seria responsável por parcela relevante dos déficits primários da União registrados nos últimos anos ou por qualquer outro desequilíbrio macroeconômico. Isso porque a presente Avaliação, seja por meio de valores observados nos últimos cinco anos, seja por estimativas prospectivas para os próximos 75 anos, indica que as reformas anteriores do referido Sistema estão tendo como efeito a redução da proporção de recursos do Produto Interno Bruto (PIB) alocados nas despesas com militares veteranos e pensionistas de militares. Assim, nota-se que, entre 2018 e 2022, a proporção das despesas dos proventos de veteranos e pensões de militares, em relação ao PIB apurado, reduziu de 0,61% para 0,48%. Quando a análise é prospectiva, mesmo na pior hipótese da projeção atuarial (com reposição de pessoal e reposição da inflação nas remunerações ao longo do tempo), as estimativas indicam uma redução de 0,39%, em 2023, para 0,13%, em 2097, implicando em uma previsão de decréscimo de 66,67%. **Dessa forma, verifica-se que não há Risco Fiscal decorrente das despesas futuras com proventos de militares veteranos e pensões de militares.**

Adicionalmente, em razão da recomendação do item 1.7.2 do Acórdão no 1.463/2020/TCU-Plenário, neste documento, foi incluído o cálculo da reserva matemática dos direitos analisados. O resultado encontrado foi de R\$ 456.034.918.416,08 e R\$ 339.224.996.630,88 para as despesas futuras com militares veteranos e pensões de militares, respectivamente.

A reserva matemática apresentada neste documento, de forma simplificada, pode ser interpretada como um valor contábil hipotético que, em 31 de dezembro de 2022, o Tesouro Nacional deveria possuir em uma provisão rentabilizada, a uma determinada taxa de juros, o qual seria suficiente para a total liquidação das despesas futuras dos atuais e futuros direitos de proventos de veteranos e pensões de militares. Ou seja, representa o valor para a União pagar, de uma só vez, na data retromencionada, todos os proventos de veteranos e pensões de militares que deveriam ser pagos em um horizonte temporal de mais de cem anos. Assim, tratar essa reserva matemática como espécie de déficit atual, é um equívoco, pois não há lógica em comparar o valor da reserva matemática com o valor do PIB corrente, pois a reserva matemática soma, a valor presente, as despesas que serão financiadas pelo Tesouro Nacional em mais de um século.

## **1. INTRODUÇÃO**

A pedido do Ministério da Defesa (MD), a fim de subsidiar o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias do ano de 2024, a Diretoria de Finanças da Marinha (DFM) e o Centro de Análises de Sistemas Navais (CASNAV) elaboraram esta avaliação atuarial, a qual abrange direitos do Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas (SPSMFA).

Dessa forma, em cumprimento aos Acórdãos nº 684/2022 e nº 1.464/2022, ambos do Plenário do Tribunal de Contas da União (TCU), o presente trabalho pretende dar transparência às despesas futuras de proventos de militares veteranos e de pensões de militares arcados pelo Tesouro Nacional, bem como verificar se os referidos direitos constituem, ou não, um Risco Fiscal para a União, conforme definição da Secretaria do Tesouro Nacional<sup>1</sup>: *Riscos Fiscais são possibilidades de ocorrências de eventos capazes de afetar as contas públicas, comprometendo o alcance dos resultados fiscais estabelecidos como metas e objetivos.*

## **2. METODOLOGIA**

Para a realização deste trabalho, foi utilizada a técnica de projeções atuariais e de cálculo do valor presente atuarial para a avaliação dos proventos de veteranos e das pensões de militares a conceder e concedidos.

### **2.1 Projeções Atuariais**

As projeções atuariais foram calculadas conforme preconiza a literatura e as práticas atuariais.

### **2.2 Valor Presente Atuarial**

Em atendimento à recomendação do item 1.7.2 do Acórdão 1.463/2020/TCU-Plenário, o cálculo do valor presente atuarial de proventos de militares veteranos e pensões de militares, ambos a conceder e concedidos, considerou a metodologia prevista na Norma Brasileira de Contabilidade NBC-TSP 15. Assim, o cálculo levou em conta a população de militares e pensionistas de massa fechada (sem reposição de militares), utilizando-se o método de financiamento de Crédito Unitário Projetado.

---

<sup>1</sup> Definição constante no Relatório de Riscos Fiscais da União, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional em dezembro de 2020.

### 3. BASE DE DADOS

Os dados históricos e os dados correntes necessários à avaliação atuarial foram fornecidos pelos Comandos Singulares, por meio de *layout* de dados desenvolvido pela DFM e pelo CASNAV. Os dados históricos para elaboração dos estudos estatísticos para a definição das tábuas biométricas abrangeram o período de 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2021. O dados correntes utilizados foram de maio de 2022, extrapolados para a posição de 31 de dezembro de 2022. Ressalta-se que a escolha da base de dados do mês de maio se deu em razão da estabilidade dos dados do referido mês, que, em regra, não são influenciados pelos períodos de transição em que ocorrem as incorporações e desincorporações de pessoal militar. Além disso, justificou-se pelo tempo necessário para a realização de simulações que permitissem a estimação das remunerações e contribuições anuais de cada militar ativo, inativo e pensionista, para os anos de 2023 a 2024, de acordo com as mudanças advindas da publicação da Lei nº 13.954/2019.

#### 3.1 Estatísticas Descritivas

##### 3.1.1 Quantidades

###### a) Militares Ativos

| Oficiais<br>Carreira | Oficiais<br>Temp | Praças<br>Carreira | Praças<br>Temp | Praças Esp<br>Carreira | Praças Esp<br>Temp | Total   |
|----------------------|------------------|--------------------|----------------|------------------------|--------------------|---------|
| 35.539               | 15.282           | 110.620            | 182.523        | 10.050                 | 6.849              | 360.863 |

###### b) Militares Veteranos

| Oficiais | Praças | Total   |
|----------|--------|---------|
| 71.447   | 94.722 | 166.169 |

**c) Pensionistas Tronco**

| Oficiais | Praças | Total   |
|----------|--------|---------|
| 80.660   | 55.266 | 135.926 |

**d) Pensionistas Beneficiários**

| Beneficiário de Oficiais | Beneficiário de Praças | Total   |
|--------------------------|------------------------|---------|
| 128.209                  | 88.737                 | 216.946 |

**3.1.2 Remunerações Médias**

**a) Militares Ativos**

| Oficiais Carreira | Oficiais Temp | Praças Carreira | Praças Temp  | Praças Esp Carreira | Praças Esp Temp |
|-------------------|---------------|-----------------|--------------|---------------------|-----------------|
| R\$ 18.135,87     | R\$ 12.058,02 | R\$ 7.429,16    | R\$ 2.353,64 | R\$ 2.251,24        | R\$ 6.295,12    |

**b) Militares Veteranos**

| Oficiais      | Praças       |
|---------------|--------------|
| R\$ 19.781,07 | R\$ 8.454,29 |

**c) Pensionistas Tronco**

| Oficiais      | Praças       |
|---------------|--------------|
| R\$ 15.653,38 | R\$ 6.567,68 |

**d) Pensionistas Beneficiários**

| Beneficiário de Oficiais | Beneficiário de Praças |
|--------------------------|------------------------|
| R\$ 7.626,43             | R\$ 6.688,03           |

## **4. BASES LEGAIS**

Os proventos de militares veteranos e pensões de militares têm natureza compensatória e fazem parte do Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas (SPSMFA). Destaca-se que os planos atinentes aos proventos de militares são distintos, conforme os regimentos a seguir descritos:

### **4.1 Plano de Custeio**

#### **4.1.1 Militares Veteranos**

Os proventos de militares veteranos são financiados inteiramente pelo Tesouro Nacional, sendo uma despesa Fiscal da União, sem contribuição do militar, sem contribuição patronal e sem qualquer receita de juros decorrente de capitalização. Assim, conforme o art. 53-A da Lei nº 6.880/1980, cabe ao Tesouro Nacional arcar com todos os encargos financeiros atinentes aos proventos desses militares, do mesmo modo que a remuneração dos militares ativos.

#### **4.1.2 Pensão de Militares**

A pensão de militares é um sistema de fluxo de caixa mensal, com contribuições dos militares (ativos e inativos) e pensionistas, sem qualquer tipo de capitalização dessas contribuições, o que implica na ausência de receitas de juros para seu financiamento. Conforme o § 2º-A do art. 71 da Lei nº 6.880/80: *as pensões militares são custeadas com recursos provenientes da contribuição dos militares das Forças Armadas, de seus pensionistas e do Tesouro Nacional*, não havendo nenhum tipo de contribuição patronal ou patrimônio garantidor próprio, haja vista que cabe ao Tesouro Nacional, por Lei, arcar com a parcela de despesas que excede a capacidade de financiamento das contribuições dos militares e de seus pensionistas.

### **4.2 Plano de Benefício**

#### **4.2.1 Militares Veteranos**

Para o estabelecimento do plano de benefício atinente aos proventos de militares veteranos, foram consideradas: a Medida Provisória nº 2.215-10/2001; a Lei nº 6.880/80; e a Lei nº 13.954/2019. Dessa forma, as seguintes regras foram observadas para a realização dos cálculos:

#### **a) Critério de Elegibilidade**

A regra de elegibilidade, em síntese, é materializada por duas possibilidades: (i) o atingimento do tempo de serviço militar mínimo de 35 anos para transferência para a inatividade; e (ii) a reforma, por razões de saúde. Ressalta-se que o item 5.4 detalha o referido critério.

#### **b) Valor dos Proventos de Inatividade**

Para o estabelecimento do valor dos proventos da inatividade, foi considerada a regra descrita no art. 50 da Lei nº 6.880/80.

#### **4.2.2 Pensões de Militares**

Para o estabelecimento do critério de elegibilidade e valor do plano de benefício atinente à pensão de militares, foram consideradas: a Lei nº 3.765/1960; a Medida Provisória nº 2.215-10/2001; a Lei nº 6.880/80; e a Lei nº 13.954/2019. Dessa forma, as seguintes regras foram observadas para a realização dos cálculos:

#### **a) Critério de Elegibilidade**

A regra de elegibilidade da pensão militar é materializada pelo evento de morte do militar combinado com a existência de beneficiário (vitalício ou temporário) habilitado ao recebimento do referido direito. Assim, este trabalho levou em conta as probabilidades de o militar falecer, bem como as probabilidades de, no momento de sua morte, possuir um beneficiário habilitado ao recebimento da pensão militar.

#### **b) Valor da Pensão Militar**

Para o estabelecimento do valor da pensão militar, foi considerada a regra descrita no art. 15 da Lei nº 3.765/60.

### **5. PREMISSAS**

O presente tópico destina-se à descrição de todas as premissas utilizadas nesta Avaliação Atuarial.

#### **5.1 Crescimento das Remunerações, Proventos e Pensões de Militares**

##### **5.1.1 Crescimento Estrutural da Remuneração de Militares Ativos**

Para as projeções e para o cálculo do valor presente atuarial atinente aos militares ativos (benefícios a conceder), foram considerados os efeitos da Lei nº 13.954/2019, os quais elevam os valores remuneratórios individuais anuais até o ano de 2024.

Adicionalmente aos efeitos da referida Lei, em vez da adoção de uma taxa única de crescimento salarial por progressão funcional, foi considerada a evolução salarial individual decorrente das promoções previstas na carreira de cada militar ativo de cada Força.

#### **5.1.2 Crescimento Estrutural dos Proventos de Militares Veteranos e Pensões de Militares**

Para as projeções e o para o cálculo do valor presente atuarial, foram considerados os efeitos da Lei nº 13.954/2019, os quais elevam os proventos individuais anuais até o ano de 2024.

#### **5.1.3 Recomposição das Remunerações, Proventos e Pensões de Militares (somente nas projeções atuariais)**

Para a realização das projeções, a partir do ano de 2025, foram adotados dois cenários de recomposição das remunerações, proventos e pensões de militares, quais sejam: sem e com reposição nominal da inflação. Para o cálculo do Valor Presente Atuarial, tais hipóteses não foram levadas em conta, em razão de terem sido usados valores e taxa de desconto reais.

##### **a) Cenário sem reposição nominal, ao longo do tempo, da inflação nas remunerações, proventos e pensões de militares**

A referida hipótese é válida, pois não há, para os militares e seus pensionistas, uma política de recomposição remuneratória indexada à inflação, muito menos de ganhos reais ao longo do tempo. Por outro lado, é pouco provável que não ocorra algum tipo de recomposição remuneratória no futuro, haja vista que, se isso não ocorrer, a depreciação monetária provocada pela inflação poderá resultar na total perda do poder de compra. Dessa forma, esse cenário pode ser considerado o limite hipotético inferior da estimativa das receitas e despesas futuras de proventos de veteranos e de pensões de militares.

##### **b) Cenário com reposição nominal, ao longo do tempo, da inflação nas remunerações, proventos e pensões de militares**

O referido cenário, em complemento ao anterior, adotou a hipótese de recomposição remuneratória pela taxa de inflação do período anterior. Por ser pouco provável, em razão da situação fiscal do país desde o final de 2014, esse cenário pode ser considerado como o limite hipotético superior da estimativa das receitas e despesas futuras de proventos de veteranos e de pensões de militares.

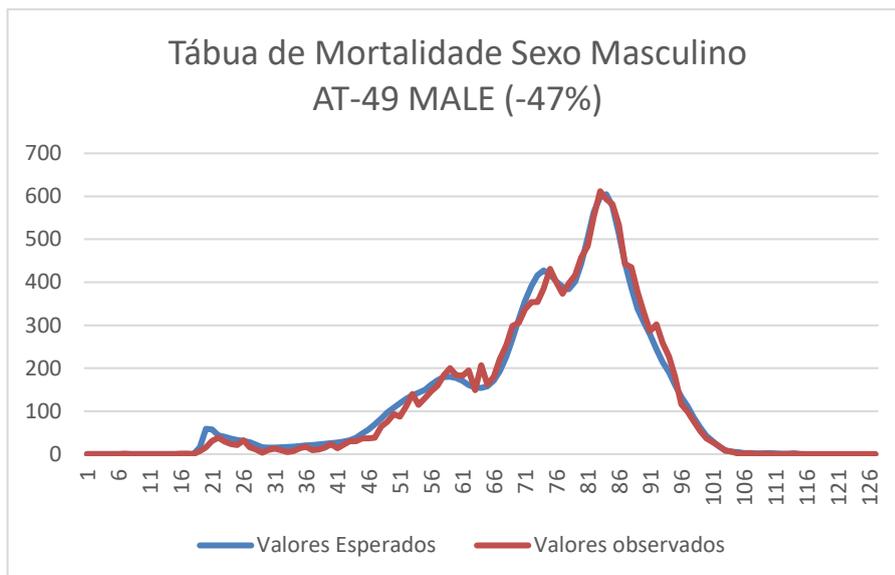
## **5.2 Tábuas Biométricas**

Os dados históricos e os dados correntes necessários à avaliação atuarial foram fornecidos pelos Comandos Singulares, por meio de *layout* de dados desenvolvido pela DFM e pelo CASNAV. Os dados históricos para elaboração dos estudos estatísticos necessários à definição das tábuas biométricas abrangeram o período de 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2021. Os dados correntes utilizados foram de maio de 2022, extrapolados para a posição de 31 de dezembro de 2022.

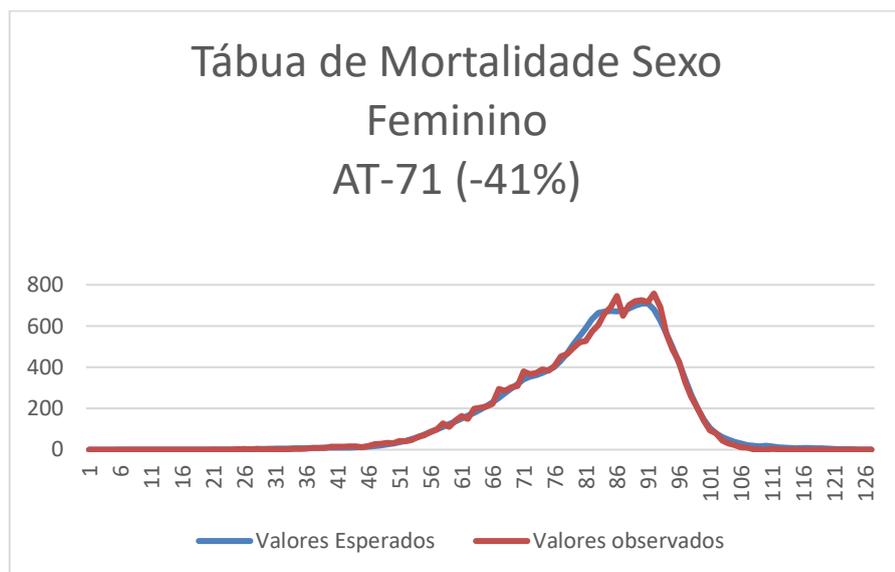
O teste estatístico Kolmogorov-Smirnov (KS) foi o teste realizado para identificar a aderência entre as diversas tábuas biométricas disponíveis no mercado e as probabilidades de ocorrência de morte ou invalidez da população militar. Assim, dentre as tábuas identificadas pelo teste, foi elencada como a mais aderente aquela que gerou o menor Erro Quadrático Médio. Foram verificadas setenta e quatro tábuas de mercado para mortalidade e trinta e três tábuas de entrada em invalidez, em que para cada uma delas foi usado uma faixa de desagravamento e agravamento variando entre -99% a + 99%. Assim, foi possível encontrar, dentre as tábuas cujo teste KS retornou como aderente, aquela que possuía o menor Erro Quadrático Médio. Ressalta-se que, na hipótese de rejeição dos resultados dos testes estatísticos aplicados aos dados recebidos em 2022, foram repetidas as tábuas utilizadas no cálculo do passivo atuarial das pensões de militares do ano de 2021. Tal fato ocorreu com as tábuas de mortalidade de inválidos e entrada em invalidez.

### **5.2.1 Tábuas de Mortalidade (Ativos, Veteranos e Pensionistas válidos)**

Para a mortalidade geral, a tábua mais aderente para os óbitos do sexo masculino foi a AT-49 – MALE suavizada em 47%:

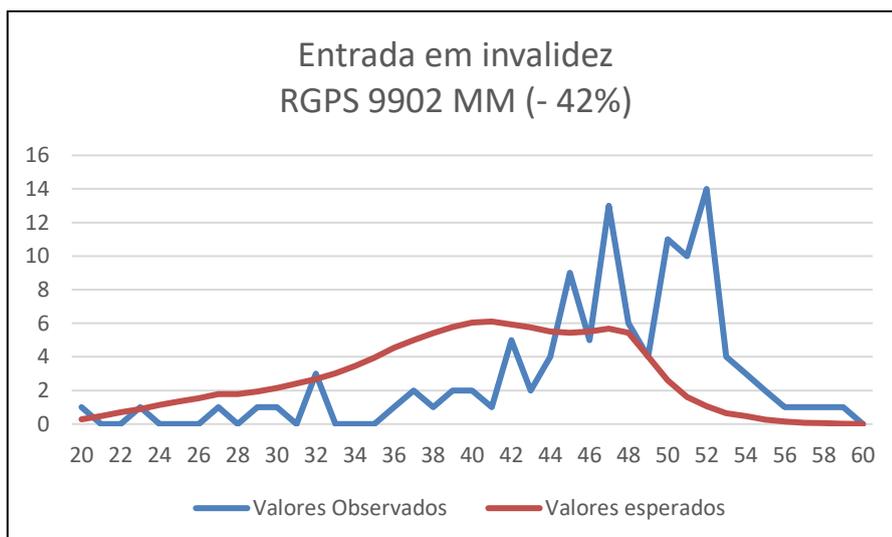


Já para a mortalidade do sexo feminino, a tábua mais aderente foi AT -71 desagradada em 42%:



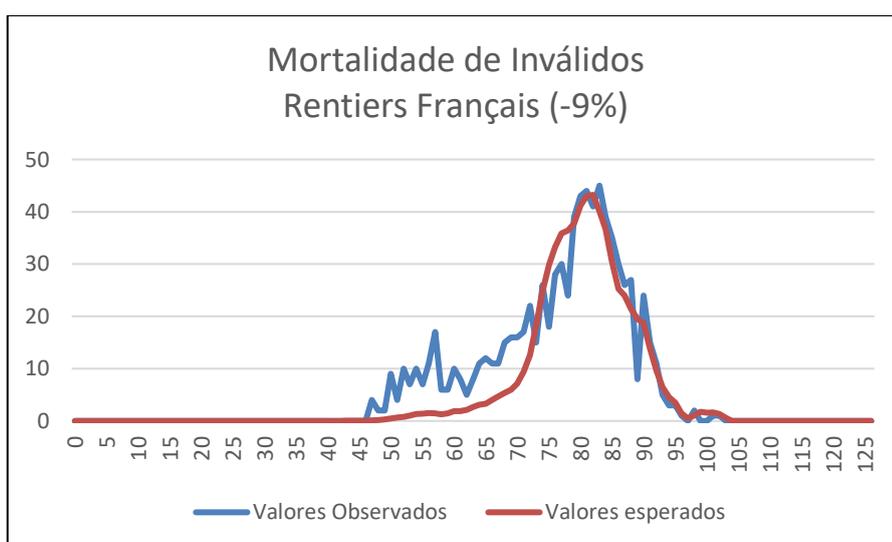
#### 5.2.2 Tábua de Entrada em Invalidez

A Tábua de Entrada em Invalidez selecionada foi a RGPS 9902 MM -42%:



### 5.2.3 Tábua de Mortalidade de Inválidos

Quanto à Tábua de Mortalidade de Inválidos, a selecionada foi a Rentiers Français -9%:



### 5.2.4 Composição Familiar

A tábua de composição familiar visa descrever as probabilidades de os militares, em uma determinada idade: deixarem, de maneira vitalícia ou temporária, pensão por morte decorrente da contribuição normal de 10,5%; e de deixarem pensão por morte por conta da opção de contribuir com 1,5% para manutenção dos direitos de pensão anteriores à MP nº 2215-10/2001.

Destaca-se que, para o presente trabalho, foi considerada a mesma tábua de composição familiar utilizada na avaliação atuarial das pensões de militares do exercício de 2021 (anexa ao PLDO 2023), em face dos seguintes fatos: (i) o estudo técnico sobre composição familiar de militares das Forças Armadas para a avaliação que calculou o passivo atuarial das pensões de militares do exercício de 2021 contou com dados das três Forças Armadas; (ii) em um ano, não ocorrem alterações da característica de uma população; e (iii) as práticas atuariais indicam a possibilidade de realização do estudo de composição familiar a cada três anos (p. ex: inciso I, do art. 35, da Instrução Previc nº 33, de 23 de outubro de 2020).

### **5.2.5 Taxa de Rotatividade**

A tábua de rotatividade visa descrever a probabilidade de um militar, em uma determinada idade, ser desligado do Serviço Ativo das Forças Armadas.

#### **5.2.5.1 Dos dados disponibilizados**

No que tange aos dados históricos necessários à elaboração da Tábua de Rotatividade, foram obtidos os dados históricos das Forças Armadas, do período de 01/01/2017 a 31/12/2021, por meio do preenchimento do *layout* de dados, pelos Comandos Militares.

#### **5.2.5.2 Metodologia**

Considerando o período observacional de 2017 a 2021, os dados históricos foram organizados de forma a contemplar todos os militares e ex-militares que estiveram no Serviço Ativo no referido período.

A partir de tal recorte de dados, foi estabelecida, para cada idade, a quantidade de desligamentos ocorridos em cada ano do período observacional e o total de militares ativos existentes nos mesmos anos. Dessa forma, a taxa de rotatividade foi obtida pela razão entre a quantidade de desligamentos ocorridos em cada ano e o total de militares ativos do mesmo período.

### **5.3 Idade de Entrada nas Forças Armadas**

Para a idade de entrada nas Forças Armadas foi considerada a idade resultante da diferença entre a data de ingresso na Força e a data de nascimento do militar, ambas constantes no banco de dados.

## **5.4 Transferência para a inatividade remunerada**

### **5.4.1 Transferência para inatividade por tempo de serviço**

**a) Regra Geral - militares que não ascenderão ao generalato:** foi considerado o tempo de serviço de 35 anos para transferência para a inatividade; e

**b) Exceção à regra geral - militares que ascenderão ao Generalato:** para promoção ao Generalato, foram sorteados militares ativos, com diferentes tempos de serviço, nas quantidades necessárias para manter constante, ao longo do tempo, a atual quantidade de Oficiais Gerais das carreiras que permitem tal possibilidade. Assim, no grupo de militares ativos, foram sorteados, aleatoriamente, Oficiais para atingir o posto de Oficial General de duas estrelas, em média, aos 36 anos de serviço e com inativação aos 40 anos de serviço. A partir do grupo anterior, novo sorteio foi realizado para determinação daqueles que chegarão ao posto de Oficial-General de três estrelas, em média, aos 40 anos de serviço e com inativação aos 44 anos de serviço. Por último, novo sorteio foi realizado no grupo de Oficiais Gerais de três estrelas para a determinação daqueles que chegarão ao posto de Oficial-General de quatro estrelas, em média, aos 44 anos de serviço e com inativação aos 48 anos de serviço.

### **5.4.2 Transferência para inatividade por invalidez**

Para a transferência para a inatividade por invalidez, foi considerado como parâmetro a probabilidade de o indivíduo militar torna-se inválido, conforme a tábua biométrica de entrada em invalidez, antes de atingir o requisito de elegibilidade para transferência para a inatividade militar descrita na alínea anterior.

## **5.5 Compensação Financeira**

A compensação financeira, entre as contribuições para a pensão militar e os regimes previdenciários, não foi considerada em razão da falta de regulamentação do § 9º-A do art. 201 da CRFB1988.

## **5.6 Taxa de Inflação**

### **5.6.1 Taxa de Inflação nas Projeções Atuariais**

Para as projeções atuariais com recomposição das remunerações, proventos e pensões de militares, pela inflação, a partir de 2025, foi considerado o centro da meta da inflação previsto na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 5.018 de 23 de junho de 2022.

### **5.6.2 Taxas de Inflação no Valor Presente Actuarial**

Não foram considerados os efeitos de inflação, haja vista que todas as variáveis financeiras seriam influenciadas por essa variável na mesma magnitude e período.

## **5.7 Taxa de Desconto**

### **5.7.1 Taxa de Desconto Real das Projeções Atuariais**

Não foi utilizada a taxa de juros real nas projeções atuariais.

### **5.7.2 Taxa de Desconto Real do Valor Presente Actuarial**

Foram considerados os seguintes fundamentos previstos na NBC TSP-15, atinentes à definição da taxa de desconto para o estabelecimento do valor da provisão actuarial:

81. A entidade deve determinar a taxa de desconto e outras premissas financeiras em termos nominais (taxa de inflação inclusa), exceto se as estimativas em termos reais (líquidas da taxa de inflação) forem mais confiáveis, por exemplo, em economia hiperinflacionária ou quando o benefício for indexado e existir mercado estruturado de títulos de dívida indexados na mesma moeda e prazo.

82. As premissas financeiras devem basear-se em expectativas de mercado na data a que se referem as demonstrações contábeis, relativamente ao período ao longo do qual devem ser liquidadas as obrigações.

87. A taxa de desconto deve refletir os prazos estimados dos pagamentos de benefícios. Na prática, a entidade frequentemente consegue isso, aplicando uma única taxa de desconto média ponderada que reflita os prazos estimados e o montante dos pagamentos de benefícios e a moeda em que os benefícios vão ser pagos.

88. A entidade decide se a taxa de desconto que reflete o valor do dinheiro no tempo é a melhor aproximação, tendo por referência os rendimentos de mercado de títulos da dívida pública, títulos da dívida privada com elevados ratings ou por outro instrumento financeiro, a data a que se referem as demonstrações contábeis. Em algumas jurisdições, os rendimentos de mercado dos títulos da

dívida pública fornecem a melhor aproximação do valor do dinheiro no tempo, ao final do período a que se referem as demonstrações contábeis (...)

Na busca pela melhor prática aplicada aos fundamentos encimados, foi identificado, na Portaria nº 1.467, de 22 de junho 2022, alterada pela Portaria nº 1.837, de 30 de junho de 2022, ambas do Ministério do Trabalho e Previdência, o seguinte dispositivo sobre o cálculo da taxa de juros a ser aplicada nas avaliações atuariais do RPPS:

Art. 39. A taxa de juros real anual a ser utilizada como taxa de desconto para apuração do valor presente dos fluxos de benefícios e contribuições do RPPS será equivalente à taxa de juros parâmetro cujo ponto da Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média - ETTJ seja o mais próximo à duração do passivo do RPPS.

§ 1º A ETTJ corresponde à média de 5 (cinco) anos das Estruturas a Termo de Taxa de Juros diárias baseadas nos títulos públicos federais indexados ao Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA, utilizando-se, para sua mensuração, a mesma metodologia aplicada ao regime de previdência complementar fechado.

§ 2º A taxa de juros parâmetro a ser utilizada na avaliação atuarial do exercício utiliza, para sua correspondência aos pontos (em anos) da ETTJ, a duração do passivo calculada na avaliação atuarial com data focal em 31 de dezembro do exercício anterior.

Do excerto anterior, verifica-se, no seu § 1º, a aderência de seu conteúdo aos fundamentos previstos na NBC-TSP 15 para definição da taxa de desconto, em especial aos previstos nos itens 87 e 88 da norma contábil.

Dessa forma, para definição da taxa de desconto do cálculo do passivo atuarial das Forças Armadas, posicionado em 31 de dezembro de 2022, foi escolhida a metodologia prevista na Portaria nº 1.467, de 22 de junho 2022, do Ministério do Trabalho e Previdência.

Assim, foi aplicada a fórmula prevista no art. 35 do Anexo VI da Portaria nº 1.467, de 22 de junho 2022, do Ministério do Trabalho e Previdência, para determinação dos valores de duração dos passivos atuariais e taxas de desconto.

Então, foram encontradas as durações de 15,01 anos para o passivo de militares veteranos e de 17,67 anos para as pensões de militares, conforme descrito no Anexo B, implicando em uma taxa de desconto de 4,66% para as despesas com militares veteranos e de 4,72% para as despesas com pensões de militares.

## **5.8 Projeção do Produto Interno Bruto**

Para o PIB dos anos de 2023 a 2097, foi considerada a estimativa realizada pela Secretaria de Previdência do Ministério do Trabalho e Emprego.

## **5.9 Reposição de Militares**

### **5.9.1 Reposição de Militares nas Projeções Atuariais**

Nos cálculos das projeções atuariais, foram consideradas as hipóteses: sem reposição de pessoal (massa fechada); e com reposição de pessoal (massa aberta). Para a hipótese com reposição de pessoal, foi adotada a reposição de um novo entrante a cada militar que deixa o Serviço Ativo ou morre, seja ele de carreira ou temporário. Destaca-se que esta hipótese é prudencial, visto que as Forças Armadas estão em um processo de redução de efetivos.

### **5.9.2 Reposição de Militares no Valor Presente Atuarial**

Não houve reposição de militares para o cálculo do valor presente atuarial, em razão de ter sido considerada a população militar de massa fechada, conforme preconiza a referida metodologia.

## **5.10 Horizonte Temporal**

### **5.10.1 Projeções Atuariais**

O horizonte temporal das projeções atuariais é de 75 anos.

### **5.10.2 Valor Presente Atuarial**

O horizonte temporal do cálculo do valor presente atuarial abrange todo o período de vida dos atuais recebedores e dos futuros possíveis recebedores de pensões de militares. Estes últimos podem ser dependentes que ainda não são recebedores, uma vez que os cálculos projetam as probabilidades de constituição de futuros recebedores em função da idade do militar.

## **5.11 Alíquotas e Base de Contribuição**

### **5.11.1 Proventos de Inatividade**

Conforme o art. 53-A da Lei nº 6.880/1980, cabe ao Tesouro Nacional arcar com todos os encargos financeiros atinentes aos proventos dos militares veteranos, do mesmo modo que ocorre com a remuneração dos militares ativos. Dessa forma, os proventos de militares

veteranos são financiados inteiramente pelo Tesouro Nacional, sendo uma despesa Fiscal da União, sem contribuição do militar e sem contribuição patronal.

### 5.11.2 Pensão de Militares

Conforme o § 2º-A do art. 71 da Lei nº 6.880/80, *as pensões militares são custeadas com recursos provenientes da contribuição dos militares das Forças Armadas, de seus pensionistas e do Tesouro Nacional*, não havendo nenhum tipo de contribuição patronal. As alíquotas de contribuição para pensão militar dos militares ativos, dos veteranos e de dos pensionistas, utilizadas na presente avaliação, estão previstas no Art. 3º-A da Lei nº 3.765/1960 e art. 31 da MP nº 2215-10/2001, conforme a tabela a seguir:

| Grupo                                  | Contribuição das pensionistas filhas vitalícias válidas | Contribuição decorrente da opção do art. 31 da MP 2215-10/2001) | Contribuição Normal |
|--|---|---|---------------------|
| Ativos                                 | -   | 1,50%   | 10,50%              |
| Veteranos                              | -   |   |                     |
| Pensionistas, exceto filhas vitalícias | -   |   |                     |
| Pensionistas filhas vitalícias         | 3%  | -   |                     |

A base de cálculo para a aplicação das alíquotas acima descritas é a remuneração básica bruta, formada por todas as parcelas remuneratórias permanentes que compõe os direitos remuneratórios do militar no seu período de inatividade.

## 6. MODELO MATEMÁTICO-ATUARIAL APLICADO

Visando o atendimento das metodologias e premissas atuariais adotadas no presente trabalho, o modelo atuarial utilizado é determinístico, recorrente e individual, conforme as descrições matemáticas do cálculo das projeções atuariais e do valor presente atuarial constantes nos Anexos C, D e E, respectivamente.

## 7. AVALIAÇÃO ATUARIAL DOS PROVENTOS DE MILITARES VETERANOS

### 7.1 Projeções Atuariais sem reposição de militares

#### 7.1.1 Projeções Atuariais sem reposição de militares e sem reposição nominal, ao longo do tempo, da inflação nas remunerações e nos proventos de militares veteranos

(R\$ Milhões)

| Ano série | Ano  | Despesa | % Despesa PIB |
|-----------|------|---------|---------------|
| 1         | 2023 | 27.402  | 0,26%         |
| 2         | 2024 | 27.414  | 0,24%         |
| 3         | 2025 | 27.203  | 0,22%         |
| 4         | 2026 | 27.079  | 0,21%         |
| 5         | 2027 | 27.272  | 0,20%         |
| 6         | 2028 | 27.311  | 0,19%         |
| 7         | 2029 | 27.826  | 0,18%         |
| 8         | 2030 | 27.736  | 0,17%         |
| 9         | 2031 | 27.642  | 0,16%         |
| 10        | 2032 | 27.563  | 0,16%         |
| 11        | 2033 | 27.513  | 0,15%         |
| 12        | 2034 | 27.506  | 0,14%         |
| 13        | 2035 | 27.507  | 0,14%         |
| 14        | 2036 | 27.403  | 0,13%         |
| 15        | 2037 | 27.245  | 0,12%         |
| 16        | 2038 | 27.114  | 0,12%         |
| 17        | 2039 | 27.025  | 0,11%         |
| 18        | 2040 | 26.933  | 0,11%         |
| 19        | 2041 | 26.829  | 0,10%         |
| 20        | 2042 | 26.730  | 0,10%         |
| 21        | 2043 | 26.631  | 0,09%         |
| 22        | 2044 | 26.531  | 0,09%         |
| 23        | 2045 | 26.467  | 0,08%         |
| 24        | 2046 | 26.549  | 0,08%         |
| 25        | 2047 | 26.526  | 0,08%         |
| 26        | 2048 | 26.482  | 0,08%         |
| 27        | 2049 | 26.406  | 0,07%         |
| 28        | 2050 | 26.337  | 0,07%         |
| 29        | 2051 | 26.172  | 0,07%         |
| 30        | 2052 | 25.963  | 0,06%         |
| 31        | 2053 | 25.679  | 0,06%         |

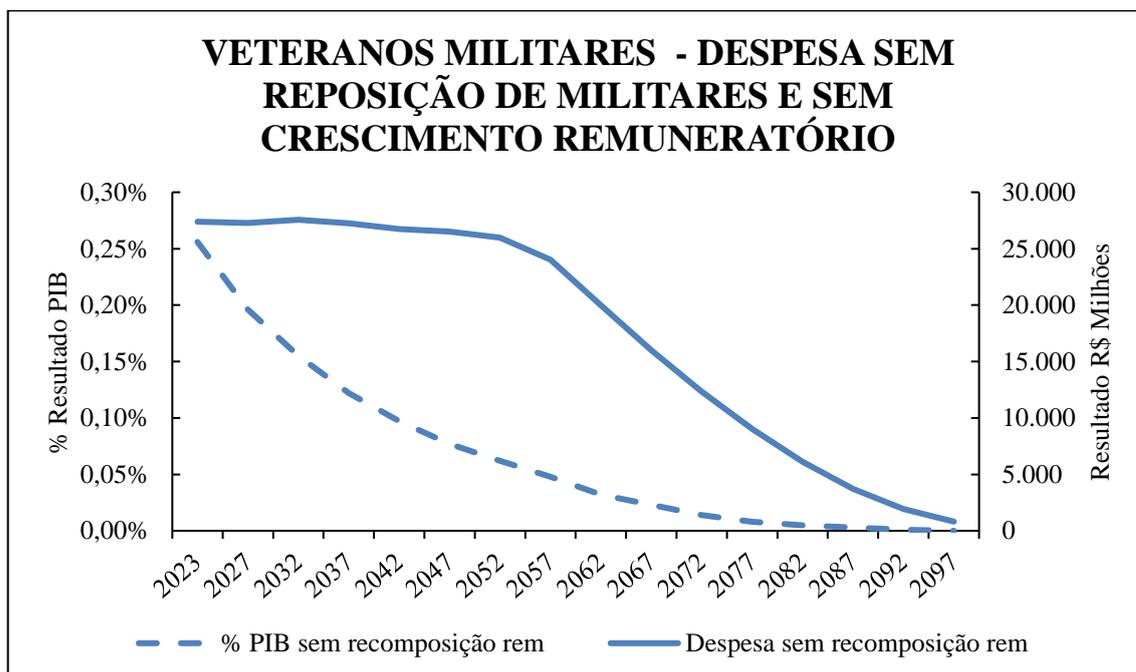
(R\$ Milhões)

| Ano série | Ano  | Despesa | % Despesa PIB |
|-----------|------|---------|---------------|
| 32        | 2054 | 25.295  | 0,06%         |
| 33        | 2055 | 24.906  | 0,05%         |
| 34        | 2056 | 24.434  | 0,05%         |
| 35        | 2057 | 24.035  | 0,05%         |
| 36        | 2058 | 23.228  | 0,04%         |
| 37        | 2059 | 22.415  | 0,04%         |
| 38        | 2060 | 21.599  | 0,04%         |
| 39        | 2061 | 20.784  | 0,04%         |
| 40        | 2062 | 19.968  | 0,03%         |
| 41        | 2063 | 19.159  | 0,03%         |
| 42        | 2064 | 18.354  | 0,03%         |
| 43        | 2065 | 17.557  | 0,03%         |
| 44        | 2066 | 16.770  | 0,02%         |
| 45        | 2067 | 15.995  | 0,02%         |
| 46        | 2068 | 15.233  | 0,02%         |
| 47        | 2069 | 14.485  | 0,02%         |
| 48        | 2070 | 13.751  | 0,02%         |
| 49        | 2071 | 13.033  | 0,02%         |
| 50        | 2072 | 12.328  | 0,01%         |
| 51        | 2073 | 11.639  | 0,01%         |
| 52        | 2074 | 10.964  | 0,01%         |
| 53        | 2075 | 10.304  | 0,01%         |
| 54        | 2076 | 9.658   | 0,01%         |
| 55        | 2077 | 9.027   | 0,01%         |
| 56        | 2078 | 8.411   | 0,01%         |
| 57        | 2079 | 7.811   | 0,01%         |
| 58        | 2080 | 7.227   | 0,01%         |
| 59        | 2081 | 6.660   | 0,01%         |
| 60        | 2082 | 6.113   | 0,01%         |
| 61        | 2083 | 5.585   | 0,00%         |
| 62        | 2084 | 5.079   | 0,00%         |
| 63        | 2085 | 4.595   | 0,00%         |
| 64        | 2086 | 4.136   | 0,00%         |
| 65        | 2087 | 3.701   | 0,00%         |
| 66        | 2088 | 3.292   | 0,00%         |
| 67        | 2089 | 2.910   | 0,00%         |
| 68        | 2090 | 2.555   | 0,00%         |
| 69        | 2091 | 2.227   | 0,00%         |
| 70        | 2092 | 1.926   | 0,00%         |

(R\$ Milhões)

| Ano série | Ano  | Despesa | % Despesa PIB |
|-----------|------|---------|---------------|
| 71        | 2093 | 1.652   | 0,00%         |
| 72        | 2094 | 1.404   | 0,00%         |
| 73        | 2095 | 1.183   | 0,00%         |
| 74        | 2096 | 986     | 0,00%         |
| 75        | 2097 | 813     | 0,00%         |

O gráfico a seguir, considerando os dados da tabela anterior, demonstra, para a hipótese de cálculo sem reposição de militares e sem crescimento remuneratório, a tendência futura das despesas atinentes aos proventos de militares veteranos e o percentual dessa despesa em relação ao PIB:



**7.1.2 Projeção Atuarial sem reposição de militares e com reposição nominal, ao longo do tempo, da inflação nas remunerações e nos proventos de militares veteranos**

**(R\$ Milhões)**

| <b>Ano série</b> | <b>Ano</b> | <b>Despesa</b> | <b>% Despesa PIB</b> |
|------------------|------------|----------------|----------------------|
| 1                | 2023       | 27.402         | 0,26%                |
| 2                | 2024       | 27.414         | 0,24%                |
| 3                | 2025       | 28.202         | 0,23%                |
| 4                | 2026       | 28.915         | 0,22%                |
| 5                | 2027       | 29.994         | 0,22%                |
| 6                | 2028       | 30.939         | 0,21%                |
| 7                | 2029       | 32.468         | 0,21%                |
| 8                | 2030       | 33.334         | 0,21%                |
| 9                | 2031       | 34.217         | 0,20%                |
| 10               | 2032       | 35.143         | 0,20%                |
| 11               | 2033       | 36.132         | 0,19%                |
| 12               | 2034       | 37.206         | 0,19%                |
| 13               | 2035       | 38.324         | 0,19%                |
| 14               | 2036       | 39.324         | 0,18%                |
| 15               | 2037       | 40.270         | 0,18%                |
| 16               | 2038       | 41.280         | 0,18%                |
| 17               | 2039       | 42.378         | 0,17%                |
| 18               | 2040       | 43.500         | 0,17%                |
| 19               | 2041       | 44.633         | 0,17%                |
| 20               | 2042       | 45.801         | 0,16%                |
| 21               | 2043       | 47.001         | 0,16%                |
| 22               | 2044       | 48.230         | 0,16%                |
| 23               | 2045       | 49.556         | 0,16%                |
| 24               | 2046       | 51.201         | 0,16%                |
| 25               | 2047       | 52.693         | 0,15%                |
| 26               | 2048       | 54.184         | 0,15%                |
| 27               | 2049       | 55.648         | 0,15%                |
| 28               | 2050       | 57.168         | 0,15%                |
| 29               | 2051       | 58.513         | 0,15%                |
| 30               | 2052       | 59.787         | 0,14%                |
| 31               | 2053       | 60.908         | 0,14%                |
| 32               | 2054       | 61.797         | 0,14%                |
| 33               | 2055       | 62.672         | 0,13%                |
| 34               | 2056       | 63.328         | 0,13%                |
| 35               | 2057       | 64.163         | 0,13%                |

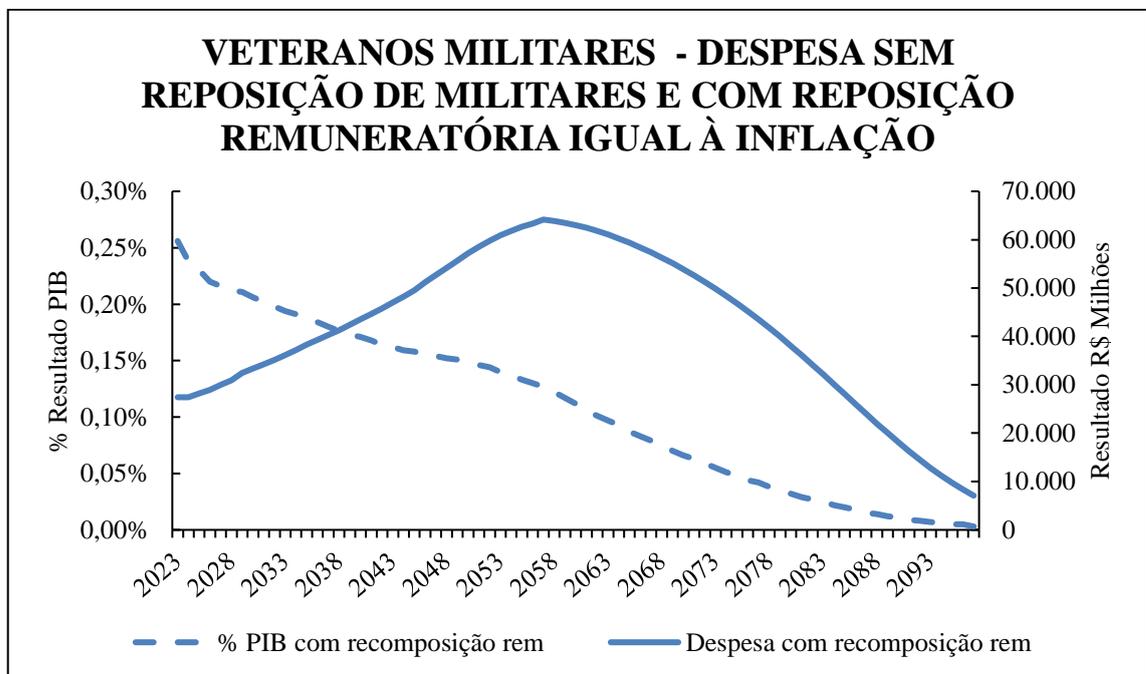
(R\$ Milhões)

| <b>Ano série</b> | <b>Ano</b> | <b>Despesa</b> | <b>% Despesa PIB</b> |
|------------------|------------|----------------|----------------------|
| 36               | 2058       | 63.869         | 0,12%                |
| 37               | 2059       | 63.482         | 0,12%                |
| 38               | 2060       | 63.009         | 0,11%                |
| 39               | 2061       | 62.448         | 0,11%                |
| 40               | 2062       | 61.797         | 0,10%                |
| 41               | 2063       | 61.071         | 0,10%                |
| 42               | 2064       | 60.260         | 0,09%                |
| 43               | 2065       | 59.372         | 0,09%                |
| 44               | 2066       | 58.414         | 0,08%                |
| 45               | 2067       | 57.386         | 0,08%                |
| 46               | 2068       | 56.292         | 0,08%                |
| 47               | 2069       | 55.133         | 0,07%                |
| 48               | 2070       | 53.911         | 0,07%                |
| 49               | 2071       | 52.625         | 0,06%                |
| 50               | 2072       | 51.275         | 0,06%                |
| 51               | 2073       | 49.861         | 0,06%                |
| 52               | 2074       | 48.379         | 0,05%                |
| 53               | 2075       | 46.830         | 0,05%                |
| 54               | 2076       | 45.213         | 0,04%                |
| 55               | 2077       | 43.526         | 0,04%                |
| 56               | 2078       | 41.772         | 0,04%                |
| 57               | 2079       | 39.954         | 0,04%                |
| 58               | 2080       | 38.076         | 0,03%                |
| 59               | 2081       | 36.144         | 0,03%                |
| 60               | 2082       | 34.167         | 0,03%                |
| 61               | 2083       | 32.154         | 0,03%                |
| 62               | 2084       | 30.117         | 0,02%                |
| 63               | 2085       | 28.067         | 0,02%                |
| 64               | 2086       | 26.018         | 0,02%                |
| 65               | 2087       | 23.982         | 0,02%                |
| 66               | 2088       | 21.973         | 0,01%                |
| 67               | 2089       | 20.005         | 0,01%                |
| 68               | 2090       | 18.090         | 0,01%                |
| 69               | 2091       | 16.241         | 0,01%                |
| 70               | 2092       | 14.468         | 0,01%                |
| 71               | 2093       | 12.782         | 0,01%                |
| 72               | 2094       | 11.193         | 0,01%                |
| 73               | 2095       | 9.708          | 0,01%                |
| 74               | 2096       | 8.334          | 0,01%                |

(R\$ Milhões)

| Ano série | Ano  | Despesa | % Despesa PIB |
|-----------|------|---------|---------------|
| 75        | 2097 | 7.077   | 0,00%         |

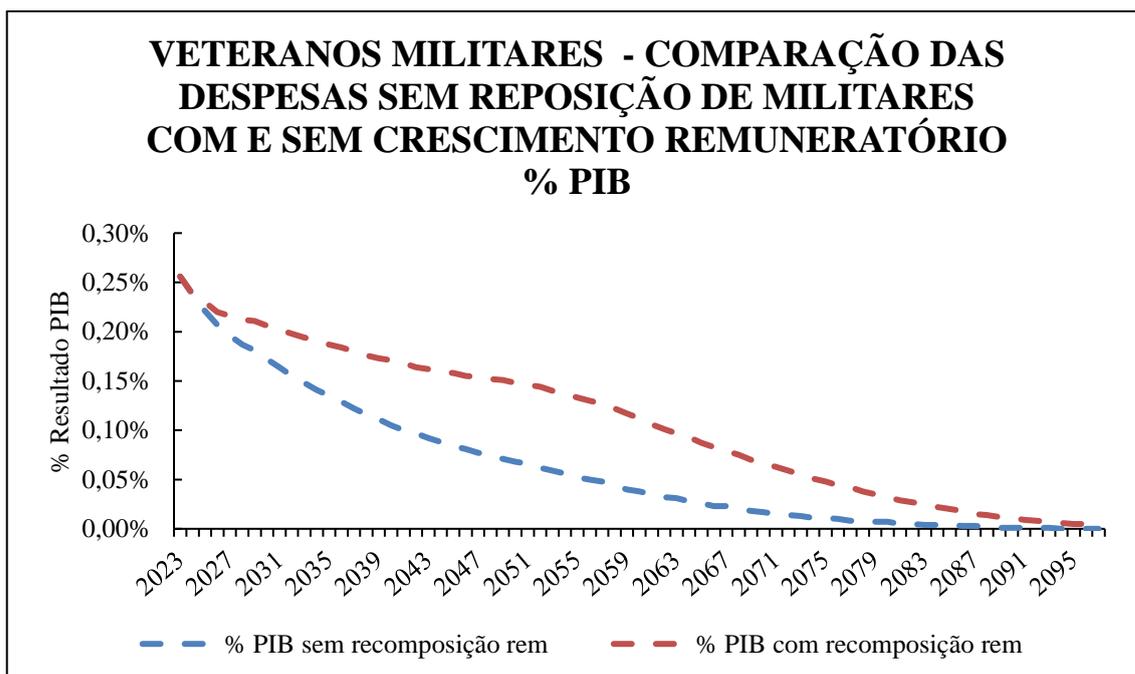
O gráfico a seguir, considerando os dados da tabela anterior, demonstra, para a hipótese de cálculo sem reposição de militares e com crescimento remuneratório, a tendência futura das despesas atinentes aos proventos de militares veteranos e o percentual dessa despesa em relação ao PIB:



### 7.1.3 Análise das projeções sem reposição de militares

Da análise dos itens 7.1.1 e 7.1.2, nota-se, quando a hipótese sem reposição de militares é levada em conta, que o valor das despesas com proventos de militares veteranos é decrescente quando ponderada ao PIB, independentemente se o cenário é de recomposição remuneratória pela inflação ou se não há nenhum reajuste.

O Gráfico a seguir compara, em proporção do PIB, os resultados obtidos nas projeções sem reposição de militares para os diferentes cenários de recomposição remuneratória:



O gráfico acima evidencia, de forma mais clara, que ambos os cenários remuneratórios são decrescentes em relação ao PIB e que o percentual máximo estimado é de 0,26%, no ano de 2023, alcançado 0,00%, na pior hipótese (com reposição da inflação), a partir 2097. Também possibilita a afirmação de que as despesas futuras com proventos de militares veteranos, sem reposição de militares, em relação ao PIB, ao longo do tempo, provavelmente, encontrar-se-á no intervalo entre as duas curvas evidenciadas no Gráfico anterior, pois cada uma delas representa o provável limite inferior (sem reajuste) e o superior da estimativa (com reajuste pela inflação).

## 7.2 Projeção Atuarial com reposição de militares

### 7.2.1 Projeção Atuarial com reposição de militares e sem reposição nominal, ao longo do tempo, da inflação nas remunerações e nos proventos de militares veteranos

(R\$ Milhões)

| Ano série | Ano  | Despesa | % Despesa PIB |
|-----------|------|---------|---------------|
| 1         | 2023 | 27.402  | 0,26%         |
| 2         | 2024 | 27.415  | 0,24%         |
| 3         | 2025 | 27.205  | 0,22%         |
| 4         | 2026 | 27.082  | 0,21%         |
| 5         | 2027 | 27.276  | 0,20%         |
| 6         | 2028 | 27.317  | 0,19%         |
| 7         | 2029 | 27.835  | 0,18%         |
| 8         | 2030 | 27.748  | 0,17%         |
| 9         | 2031 | 27.656  | 0,16%         |
| 10        | 2032 | 27.581  | 0,16%         |
| 11        | 2033 | 27.534  | 0,15%         |
| 12        | 2034 | 27.530  | 0,14%         |
| 13        | 2035 | 27.536  | 0,14%         |
| 14        | 2036 | 27.437  | 0,13%         |
| 15        | 2037 | 27.283  | 0,12%         |
| 16        | 2038 | 27.159  | 0,12%         |
| 17        | 2039 | 27.075  | 0,11%         |
| 18        | 2040 | 26.991  | 0,11%         |
| 19        | 2041 | 26.896  | 0,10%         |
| 20        | 2042 | 26.804  | 0,10%         |
| 21        | 2043 | 26.716  | 0,09%         |
| 22        | 2044 | 26.627  | 0,09%         |
| 23        | 2045 | 26.575  | 0,09%         |
| 24        | 2046 | 26.671  | 0,08%         |
| 25        | 2047 | 26.664  | 0,08%         |
| 26        | 2048 | 26.637  | 0,08%         |
| 27        | 2049 | 26.579  | 0,07%         |
| 28        | 2050 | 26.530  | 0,07%         |
| 29        | 2051 | 26.387  | 0,07%         |
| 30        | 2052 | 26.203  | 0,06%         |
| 31        | 2053 | 25.947  | 0,06%         |
| 32        | 2054 | 25.594  | 0,06%         |
| 33        | 2055 | 25.237  | 0,06%         |

(R\$ Milhões)

| <b>Ano série</b> | <b>Ano</b> | <b>Despesa</b> | <b>% Despesa PIB</b> |
|------------------|------------|----------------|----------------------|
| 34               | 2056       | 24.802         | 0,05%                |
| 35               | 2057       | 24.442         | 0,05%                |
| 36               | 2058       | 24.717         | 0,05%                |
| 37               | 2059       | 24.411         | 0,05%                |
| 38               | 2060       | 24.097         | 0,04%                |
| 39               | 2061       | 23.817         | 0,04%                |
| 40               | 2062       | 23.691         | 0,04%                |
| 41               | 2063       | 23.497         | 0,04%                |
| 42               | 2064       | 23.546         | 0,04%                |
| 43               | 2065       | 23.273         | 0,03%                |
| 44               | 2066       | 22.995         | 0,03%                |
| 45               | 2067       | 22.729         | 0,03%                |
| 46               | 2068       | 22.491         | 0,03%                |
| 47               | 2069       | 22.276         | 0,03%                |
| 48               | 2070       | 22.072         | 0,03%                |
| 49               | 2071       | 21.812         | 0,03%                |
| 50               | 2072       | 21.530         | 0,02%                |
| 51               | 2073       | 21.259         | 0,02%                |
| 52               | 2074       | 21.021         | 0,02%                |
| 53               | 2075       | 20.796         | 0,02%                |
| 54               | 2076       | 20.566         | 0,02%                |
| 55               | 2077       | 20.353         | 0,02%                |
| 56               | 2078       | 20.146         | 0,02%                |
| 57               | 2079       | 19.951         | 0,02%                |
| 58               | 2080       | 19.782         | 0,02%                |
| 59               | 2081       | 19.707         | 0,02%                |
| 60               | 2082       | 19.595         | 0,02%                |
| 61               | 2083       | 19.482         | 0,02%                |
| 62               | 2084       | 19.359         | 0,01%                |
| 63               | 2085       | 19.259         | 0,01%                |
| 64               | 2086       | 19.129         | 0,01%                |
| 65               | 2087       | 18.985         | 0,01%                |
| 66               | 2088       | 18.816         | 0,01%                |
| 67               | 2089       | 18.614         | 0,01%                |
| 68               | 2090       | 18.423         | 0,01%                |
| 69               | 2091       | 18.191         | 0,01%                |
| 70               | 2092       | 18.028         | 0,01%                |
| 71               | 2093       | 18.282         | 0,01%                |
| 72               | 2094       | 18.180         | 0,01%                |

(R\$ Milhões)

| Ano série | Ano  | Despesa | % Despesa PIB |
|-----------|------|---------|---------------|
| 73        | 2095 | 18.087  | 0,01%         |
| 74        | 2096 | 18.024  | 0,01%         |
| 75        | 2097 | 18.066  | 0,01%         |

O gráfico a seguir, considerando os dados da tabela anterior, demonstra, para a hipótese de cálculo com reposição de militares e sem crescimento remuneratório, a tendência futura das despesas atinentes aos proventos de militares veteranos e o percentual dessa despesa em relação ao PIB:



**7.2.2 Projeção Atuarial com reposição de militares e com reposição nominal, ao longo do tempo, da inflação nas remunerações e nos proventos de militares veteranos**

**(R\$ Milhões)**

| <b>Ano série</b> | <b>Ano</b> | <b>Despesa</b> | <b>% Despesa PIB</b> |
|------------------|------------|----------------|----------------------|
| 1                | 2023       | 27.402         | 0,26%                |
| 2                | 2024       | 27.415         | 0,24%                |
| 3                | 2025       | 28.203         | 0,23%                |
| 4                | 2026       | 28.918         | 0,22%                |
| 5                | 2027       | 29.999         | 0,22%                |
| 6                | 2028       | 30.946         | 0,21%                |
| 7                | 2029       | 32.478         | 0,21%                |
| 8                | 2030       | 33.348         | 0,21%                |
| 9                | 2031       | 34.235         | 0,20%                |
| 10               | 2032       | 35.166         | 0,20%                |
| 11               | 2033       | 36.160         | 0,19%                |
| 12               | 2034       | 37.239         | 0,19%                |
| 13               | 2035       | 38.364         | 0,19%                |
| 14               | 2036       | 39.372         | 0,18%                |
| 15               | 2037       | 40.327         | 0,18%                |
| 16               | 2038       | 41.348         | 0,18%                |
| 17               | 2039       | 42.457         | 0,17%                |
| 18               | 2040       | 43.594         | 0,17%                |
| 19               | 2041       | 44.743         | 0,17%                |
| 20               | 2042       | 45.929         | 0,17%                |
| 21               | 2043       | 47.151         | 0,16%                |
| 22               | 2044       | 48.404         | 0,16%                |
| 23               | 2045       | 49.758         | 0,16%                |
| 24               | 2046       | 51.437         | 0,16%                |
| 25               | 2047       | 52.967         | 0,15%                |
| 26               | 2048       | 54.499         | 0,15%                |
| 27               | 2049       | 56.012         | 0,15%                |
| 28               | 2050       | 57.587         | 0,15%                |
| 29               | 2051       | 58.995         | 0,15%                |
| 30               | 2052       | 60.341         | 0,15%                |
| 31               | 2053       | 61.543         | 0,14%                |
| 32               | 2054       | 62.527         | 0,14%                |
| 33               | 2055       | 63.506         | 0,14%                |
| 34               | 2056       | 64.282         | 0,13%                |
| 35               | 2057       | 65.250         | 0,13%                |

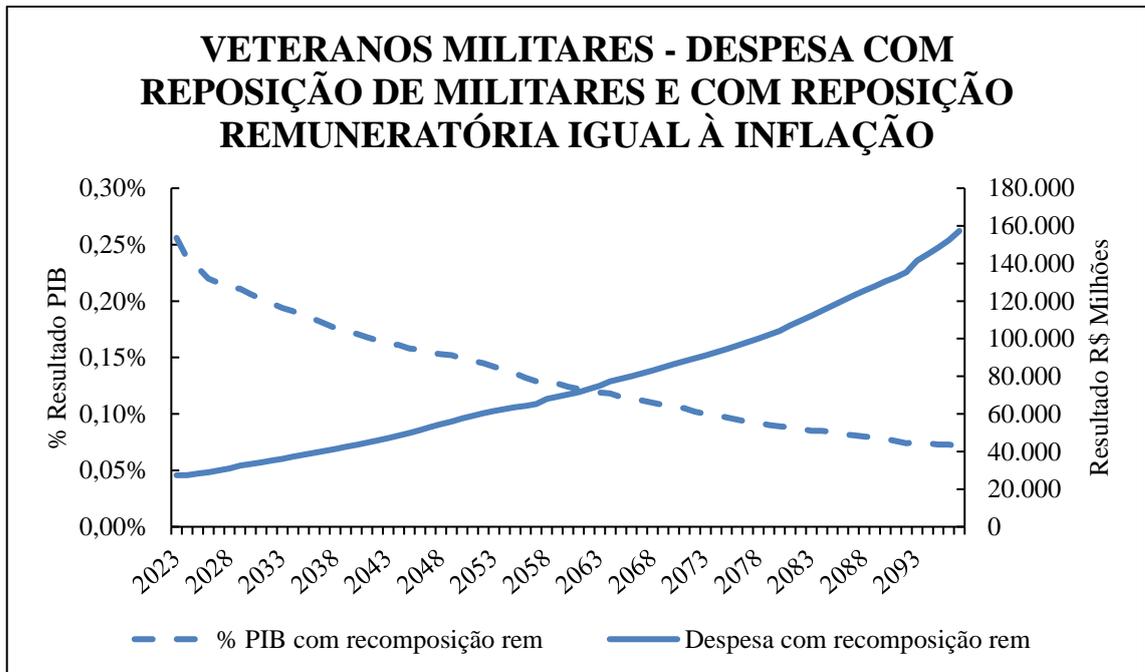
(R\$ Milhões)

| <b>Ano série</b> | <b>Ano</b> | <b>Despesa</b> | <b>% Despesa PIB</b> |
|------------------|------------|----------------|----------------------|
| 36               | 2058       | 67.965         | 0,13%                |
| 37               | 2059       | 69.135         | 0,13%                |
| 38               | 2060       | 70.294         | 0,12%                |
| 39               | 2061       | 71.562         | 0,12%                |
| 40               | 2062       | 73.319         | 0,12%                |
| 41               | 2063       | 74.900         | 0,12%                |
| 42               | 2064       | 77.309         | 0,12%                |
| 43               | 2065       | 78.704         | 0,12%                |
| 44               | 2066       | 80.096         | 0,11%                |
| 45               | 2067       | 81.543         | 0,11%                |
| 46               | 2068       | 83.113         | 0,11%                |
| 47               | 2069       | 84.788         | 0,11%                |
| 48               | 2070       | 86.532         | 0,11%                |
| 49               | 2071       | 88.076         | 0,11%                |
| 50               | 2072       | 89.546         | 0,10%                |
| 51               | 2073       | 91.072         | 0,10%                |
| 52               | 2074       | 92.755         | 0,10%                |
| 53               | 2075       | 94.514         | 0,10%                |
| 54               | 2076       | 96.272         | 0,10%                |
| 55               | 2077       | 98.135         | 0,09%                |
| 56               | 2078       | 100.048        | 0,09%                |
| 57               | 2079       | 102.055        | 0,09%                |
| 58               | 2080       | 104.226        | 0,09%                |
| 59               | 2081       | 106.944        | 0,09%                |
| 60               | 2082       | 109.529        | 0,09%                |
| 61               | 2083       | 112.163        | 0,09%                |
| 62               | 2084       | 114.799        | 0,09%                |
| 63               | 2085       | 117.632        | 0,08%                |
| 64               | 2086       | 120.342        | 0,08%                |
| 65               | 2087       | 123.017        | 0,08%                |
| 66               | 2088       | 125.585        | 0,08%                |
| 67               | 2089       | 127.962        | 0,08%                |
| 68               | 2090       | 130.444        | 0,08%                |
| 69               | 2091       | 132.672        | 0,08%                |
| 70               | 2092       | 135.425        | 0,07%                |
| 71               | 2093       | 141.455        | 0,08%                |
| 72               | 2094       | 144.882        | 0,07%                |
| 73               | 2095       | 148.464        | 0,07%                |
| 74               | 2096       | 152.390        | 0,07%                |

(R\$ Milhões)

| Ano série | Ano  | Despesa | % Despesa PIB |
|-----------|------|---------|---------------|
| 75        | 2097 | 157.325 | 0,07%         |

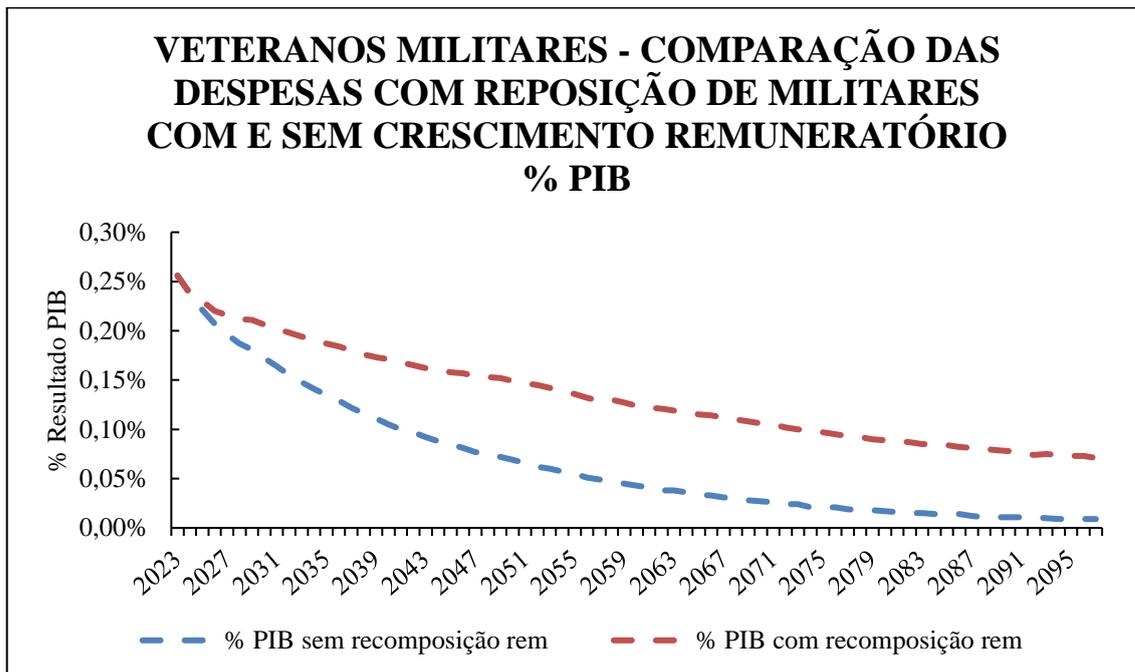
O gráfico a seguir, considerando os dados da Tabela anterior, demonstra, para a hipótese de cálculo com reposição de militares e com crescimento salarial igual a inflação do período anterior, a partir de 2025, a tendência futura das despesas atinentes aos proventos de militares veteranos e o percentual dessa despesa em relação ao PIB:



### 7.2.3 Análise das Projeções com Reposição de Militares

Da análise dos itens 7.2.1 e 7.2.2, nota-se, quando a hipótese com reposição de militares é levada em conta, que o valor das despesas com proventos de militares veteranos, em relação ao PIB, é decrescente, independentemente do cenário de recomposição remuneratória.

O Gráfico a seguir compara, em proporção do PIB, os resultados obtidos nas projeções com reposição de militares para os diferentes cenários de recomposição remuneratória:



O gráfico acima evidencia, de forma mais clara, que ambos os cenários remuneratórios são decrescentes em relação ao PIB e que o percentual máximo estimado é de 0,26%, no ano de 2023, alcançando 0,01%, na pior hipótese (com reposição da inflação), em 2094. Também possibilita a afirmação de que as despesas futuras com proventos de militares veteranos, com reposição de militares, em relação ao PIB, ao longo do tempo, provavelmente, encontrar-se-á no intervalo entre as duas curvas evidenciadas no Gráfico anterior, pois cada uma delas representa o provável limite inferior (sem reajuste) e o superior da estimativa (com reajuste pela inflação).

### 7.3 Reserva Matemática das Despesas Futuras de Proventos de Militares Veteranos

Considerando as três Forças Armadas agregadas, a tabela a seguir demonstra o valor presente atuarial da reserva matemática (provisão) das Despesas Futuras de Proventos de Militares Veteranos calculada por meio do método de financiamento de Crédito Unitário Projetado:

|  |                               |
|--|-------------------------------|
| <b>RESERVA MATEMÁTICA</b>                                | <b>R\$ 456.034.918.416,08</b> |
| Resultado de Proventos de veteranos concedidos           | R\$ 331.136.042.364,99        |
| Resultado de Proventos de veteranos militares a conceder | R\$ 124.898.876.051,09        |

No que se refere ao cálculo da reserva matemática, esse foi realizado em atendimento à recomendação do item 1.7.2 do Acórdão 1.463/2020/TCU-Plenário, visando à evidenciação contábil do referido valor no BGU, na conta contábil do SIAFI de provisão de proventos de militares veteranos.

### **7.3.1 Análise da reserva matemática**

A análise do valor da reserva matemática, calculada por meio do Valor Presente Atuarial, para o caso dos proventos de militares veteranos, é complexa, pois, em verdade, o cálculo da reserva matemática foi originalmente desenvolvido e aplicado a fundos previdenciários capitalizados.

Ressalta-se que, em regra, esses fundos previdenciários se destinam à cobertura de riscos de aposentadoria e morte. Assim, surgem grandes diferenças, pois os proventos de veteranos têm o propósito de compensar o militar e sua família por seus sacrifícios, físicos e mentais, em prol do Estado. Ademais, destina-se ao pagamento de um período especial da vida militar, marcado pelo afastamento do serviço ativo, mas com a possibilidade de disponibilidade permanente, similar a um regime de sobreaviso (prontidão).

A interpretação da reserva matemática, além de imprecisa, torna-se mais difícil na medida em que se constata que os proventos de militares veteranos não possuem nenhum tipo de capitalização e, tampouco, contribuição como fonte de receita.

**Assim, a reserva matemática apresentada neste documento, pode ser interpretada, de forma simplificada, como um valor contábil hipotético que, em 31 de dezembro de 2022, o Tesouro Nacional deveria possuir em uma provisão rentabilizada, a uma determinada taxa de juros, o qual seria suficiente para a total liquidação das despesas futuras dos atuais e futuros (a conceder) proventos de veteranos. Ou seja, representa o valor para a União pagar, de uma só vez, na data retromencionada, todos os proventos que deveriam ser pagos em um horizonte temporal de mais de cem anos.**

Assim, tratar essa reserva matemática como espécie de déficit atual, é um equívoco, pois não há fundo capitalizado para possibilitar tal afirmativa. Também não há lógica em comparar o valor da reserva matemática com o valor do PIB corrente, pois a reserva matemática soma, a valor presente, as despesas que serão financiadas pelo Tesouro Nacional em mais de um século.

Dessa forma, conclui-se que as projeções atuariais, descrevendo o fluxo futuro de despesas, seriam a melhor ferramenta para análise do Risco Fiscal atinente aos proventos de militares veteranos.

## 8. AVALIAÇÃO ATUARIAL DAS PENSÕES DE MILITARES

### 8.1 Projeções Atuariais sem reposição de militares

#### 8.1.1 Projeções Atuariais sem reposição de militares e sem reposição nominal, ao longo do tempo, da inflação nas remunerações, nos proventos e nas pensões de militares

(R\$ Milhões)

| Ano série | Ano  | Receita | Despesa | Resultado | % Resultado PIB |
|-----------|------|---------|---------|-----------|-----------------|
| 1         | 2023 | 10.711  | 24.721  | -14.009   | 0,13%           |
| 2         | 2024 | 10.817  | 26.229  | -15.412   | 0,14%           |
| 3         | 2025 | 10.791  | 26.203  | -15.412   | 0,13%           |
| 4         | 2026 | 10.679  | 26.160  | -15.480   | 0,12%           |
| 5         | 2027 | 10.623  | 26.099  | -15.477   | 0,11%           |
| 6         | 2028 | 10.583  | 26.033  | -15.451   | 0,11%           |
| 7         | 2029 | 10.560  | 25.961  | -15.401   | 0,10%           |
| 8         | 2030 | 10.530  | 25.883  | -15.354   | 0,10%           |
| 9         | 2031 | 10.391  | 25.805  | -15.414   | 0,09%           |
| 10        | 2032 | 10.257  | 25.724  | -15.467   | 0,09%           |
| 11        | 2033 | 10.124  | 25.642  | -15.518   | 0,08%           |
| 12        | 2034 | 9.984   | 25.558  | -15.574   | 0,08%           |
| 13        | 2035 | 9.842   | 25.475  | -15.632   | 0,08%           |
| 14        | 2036 | 9.701   | 25.393  | -15.691   | 0,07%           |
| 15        | 2037 | 9.565   | 25.311  | -15.746   | 0,07%           |
| 16        | 2038 | 9.430   | 25.230  | -15.800   | 0,07%           |
| 17        | 2039 | 9.293   | 25.149  | -15.855   | 0,07%           |
| 18        | 2040 | 9.159   | 25.067  | -15.908   | 0,06%           |
| 19        | 2041 | 9.024   | 24.987  | -15.963   | 0,06%           |
| 20        | 2042 | 8.876   | 24.907  | -16.032   | 0,06%           |
| 21        | 2043 | 8.731   | 24.828  | -16.097   | 0,06%           |
| 22        | 2044 | 8.588   | 24.750  | -16.162   | 0,05%           |
| 23        | 2045 | 8.442   | 24.675  | -16.233   | 0,05%           |
| 24        | 2046 | 8.301   | 24.599  | -16.298   | 0,05%           |
| 25        | 2047 | 8.154   | 24.526  | -16.372   | 0,05%           |

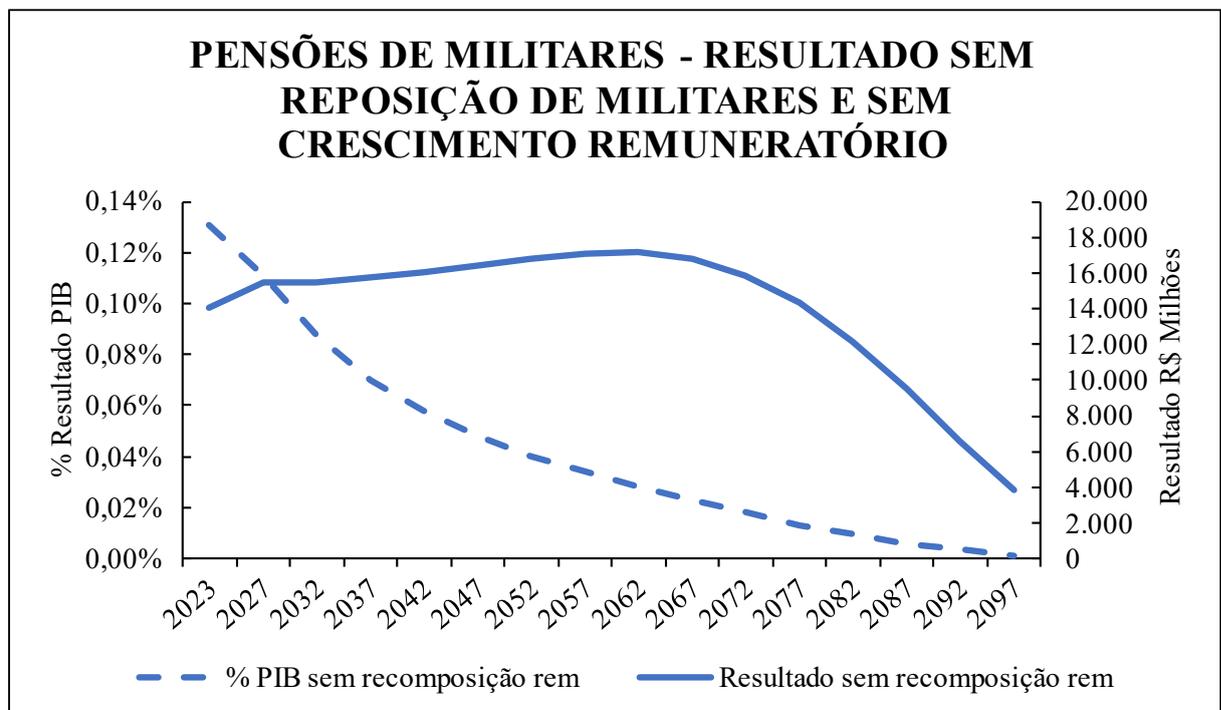
(R\$ Milhões)

| Ano série | Ano  | Receita | Despesa | Resultado | % Resultado PIB |
|-----------|------|---------|---------|-----------|-----------------|
| 26        | 2048 | 7.999   | 24.455  | -16.455   | 0,05%           |
| 27        | 2049 | 7.846   | 24.383  | -16.538   | 0,04%           |
| 28        | 2050 | 7.696   | 24.312  | -16.616   | 0,04%           |
| 29        | 2051 | 7.545   | 24.240  | -16.696   | 0,04%           |
| 30        | 2052 | 7.395   | 24.168  | -16.773   | 0,04%           |
| 31        | 2053 | 7.241   | 24.094  | -16.853   | 0,04%           |
| 32        | 2054 | 7.087   | 24.017  | -16.930   | 0,04%           |
| 33        | 2055 | 6.934   | 23.936  | -17.002   | 0,04%           |
| 34        | 2056 | 6.782   | 23.850  | -17.067   | 0,04%           |
| 35        | 2057 | 6.631   | 23.754  | -17.123   | 0,03%           |
| 36        | 2058 | 6.480   | 23.654  | -17.174   | 0,03%           |
| 37        | 2059 | 6.331   | 23.541  | -17.211   | 0,03%           |
| 38        | 2060 | 6.183   | 23.415  | -17.232   | 0,03%           |
| 39        | 2061 | 6.037   | 23.272  | -17.236   | 0,03%           |
| 40        | 2062 | 5.892   | 23.113  | -17.221   | 0,03%           |
| 41        | 2063 | 5.748   | 22.934  | -17.186   | 0,03%           |
| 42        | 2064 | 5.604   | 22.735  | -17.131   | 0,03%           |
| 43        | 2065 | 5.462   | 22.515  | -17.053   | 0,03%           |
| 44        | 2066 | 5.319   | 22.271  | -16.953   | 0,02%           |
| 45        | 2067 | 5.175   | 22.005  | -16.830   | 0,02%           |
| 46        | 2068 | 5.031   | 21.715  | -16.684   | 0,02%           |
| 47        | 2069 | 4.886   | 21.401  | -16.515   | 0,02%           |
| 48        | 2070 | 4.740   | 21.062  | -16.322   | 0,02%           |
| 49        | 2071 | 4.592   | 20.699  | -16.107   | 0,02%           |
| 50        | 2072 | 4.442   | 20.311  | -15.869   | 0,02%           |
| 51        | 2073 | 4.290   | 19.897  | -15.608   | 0,02%           |
| 52        | 2074 | 4.135   | 19.458  | -15.323   | 0,02%           |
| 53        | 2075 | 3.979   | 18.993  | -15.015   | 0,02%           |
| 54        | 2076 | 3.820   | 18.502  | -14.682   | 0,01%           |
| 55        | 2077 | 3.659   | 17.985  | -14.326   | 0,01%           |
| 56        | 2078 | 3.496   | 17.441  | -13.945   | 0,01%           |
| 57        | 2079 | 3.332   | 16.872  | -13.540   | 0,01%           |
| 58        | 2080 | 3.166   | 16.277  | -13.111   | 0,01%           |
| 59        | 2081 | 2.999   | 15.657  | -12.658   | 0,01%           |
| 60        | 2082 | 2.832   | 15.014  | -12.182   | 0,01%           |
| 61        | 2083 | 2.664   | 14.350  | -11.686   | 0,01%           |
| 62        | 2084 | 2.498   | 13.667  | -11.169   | 0,01%           |
| 63        | 2085 | 2.332   | 12.967  | -10.635   | 0,01%           |
| 64        | 2086 | 2.168   | 12.253  | -10.085   | 0,01%           |

(R\$ Milhões)

| Ano série | Ano  | Receita | Despesa | Resultado | % Resultado PIB |
|-----------|------|---------|---------|-----------|-----------------|
| 65        | 2087 | 2.007   | 11.529  | -9.523    | 0,01%           |
| 66        | 2088 | 1.848   | 10.798  | -8.950    | 0,01%           |
| 67        | 2089 | 1.693   | 10.064  | -8.371    | 0,01%           |
| 68        | 2090 | 1.543   | 9.331   | -7.788    | 0,00%           |
| 69        | 2091 | 1.397   | 8.601   | -7.204    | 0,00%           |
| 70        | 2092 | 1.258   | 7.880   | -6.622    | 0,00%           |
| 71        | 2093 | 1.124   | 7.171   | -6.047    | 0,00%           |
| 72        | 2094 | 997     | 6.478   | -5.482    | 0,00%           |
| 73        | 2095 | 877     | 5.806   | -4.929    | 0,00%           |
| 74        | 2096 | 764     | 5.158   | -4.394    | 0,00%           |
| 75        | 2097 | 660     | 4.539   | -3.879    | 0,00%           |

O gráfico a seguir, considerando os dados da tabela anterior, demonstra, para a hipótese de cálculo sem reposição de militares e sem crescimento salarial, a tendência futura do resultado entre as receitas e despesas das pensões de militares e o percentual desse resultado em relação ao PIB:



**8.1.2 Projeção Atuarial sem reposição de militares e com reposição nominal, ao longo do tempo, da inflação nas remunerações, nos proventos e nas pensões de militares**

**(R\$ Milhões)**

| <b>Ano série</b> | <b>Ano</b> | <b>Receita</b> | <b>Despesa</b> | <b>Resultado</b> | <b>% Resultado PIB</b> |
|------------------|------------|----------------|----------------|------------------|------------------------|
| 1                | 2023       | 10.711         | 24.721         | -14.009          | 0,13%                  |
| 2                | 2024       | 10.817         | 26.229         | -15.412          | 0,14%                  |
| 3                | 2025       | 11.187         | 27.164         | -15.977          | 0,13%                  |
| 4                | 2026       | 11.403         | 27.933         | -16.530          | 0,13%                  |
| 5                | 2027       | 11.683         | 28.705         | -17.022          | 0,12%                  |
| 6                | 2028       | 11.988         | 29.491         | -17.503          | 0,12%                  |
| 7                | 2029       | 12.322         | 30.292         | -17.970          | 0,12%                  |
| 8                | 2030       | 12.655         | 31.107         | -18.452          | 0,12%                  |
| 9                | 2031       | 12.863         | 31.944         | -19.081          | 0,11%                  |
| 10               | 2032       | 13.078         | 32.799         | -19.721          | 0,11%                  |
| 11               | 2033       | 13.296         | 33.675         | -20.379          | 0,11%                  |
| 12               | 2034       | 13.505         | 34.571         | -21.066          | 0,11%                  |
| 13               | 2035       | 13.713         | 35.492         | -21.780          | 0,11%                  |
| 14               | 2036       | 13.922         | 36.439         | -22.518          | 0,11%                  |
| 15               | 2037       | 14.139         | 37.412         | -23.274          | 0,10%                  |
| 16               | 2038       | 14.357         | 38.411         | -24.054          | 0,10%                  |
| 17               | 2039       | 14.573         | 39.435         | -24.863          | 0,10%                  |
| 18               | 2040       | 14.794         | 40.487         | -25.693          | 0,10%                  |
| 19               | 2041       | 15.012         | 41.568         | -26.556          | 0,10%                  |
| 20               | 2042       | 15.209         | 42.679         | -27.470          | 0,10%                  |
| 21               | 2043       | 15.409         | 43.820         | -28.410          | 0,10%                  |
| 22               | 2044       | 15.611         | 44.992         | -29.381          | 0,10%                  |
| 23               | 2045       | 15.807         | 46.200         | -30.394          | 0,10%                  |
| 24               | 2046       | 16.010         | 47.442         | -31.432          | 0,10%                  |
| 25               | 2047       | 16.197         | 48.719         | -32.522          | 0,10%                  |
| 26               | 2048       | 16.367         | 50.034         | -33.667          | 0,09%                  |
| 27               | 2049       | 16.534         | 51.385         | -34.852          | 0,09%                  |
| 28               | 2050       | 16.705         | 52.772         | -36.067          | 0,09%                  |
| 29               | 2051       | 16.868         | 54.195         | -37.327          | 0,09%                  |
| 30               | 2052       | 17.030         | 55.655         | -38.625          | 0,09%                  |
| 31               | 2053       | 17.175         | 57.149         | -39.974          | 0,09%                  |
| 32               | 2054       | 17.314         | 58.675         | -41.361          | 0,09%                  |
| 33               | 2055       | 17.449         | 60.231         | -42.782          | 0,09%                  |
| 34               | 2056       | 17.578         | 61.814         | -44.236          | 0,09%                  |
| 35               | 2057       | 17.703         | 63.414         | -45.711          | 0,09%                  |

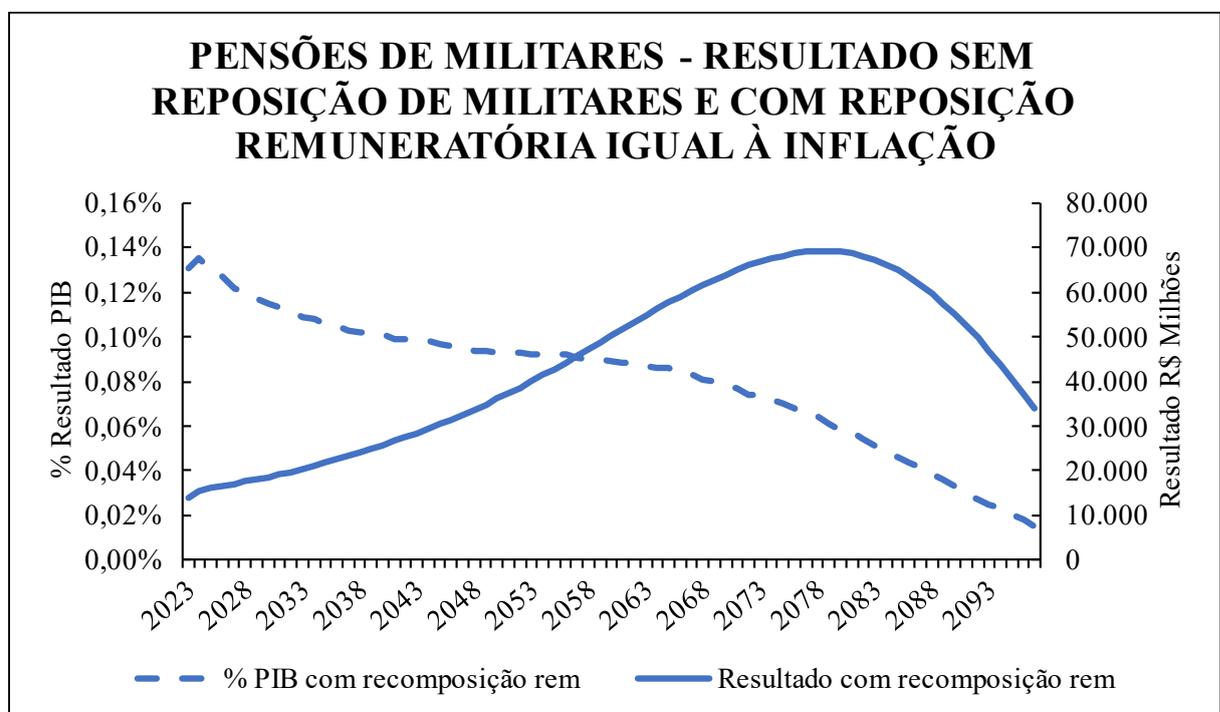
(R\$ Milhões)

| Ano série | Ano  | Receita | Despesa | Resultado | % Resultado PIB |
|-----------|------|---------|---------|-----------|-----------------|
| 36        | 2058 | 17.818  | 65.040  | -47.222   | 0,09%           |
| 37        | 2059 | 17.929  | 66.672  | -48.743   | 0,09%           |
| 38        | 2060 | 18.036  | 68.304  | -50.267   | 0,09%           |
| 39        | 2061 | 18.138  | 69.925  | -51.787   | 0,09%           |
| 40        | 2062 | 18.233  | 71.529  | -53.296   | 0,09%           |
| 41        | 2063 | 18.322  | 73.106  | -54.784   | 0,09%           |
| 42        | 2064 | 18.401  | 74.645  | -56.244   | 0,09%           |
| 43        | 2065 | 18.470  | 76.139  | -57.669   | 0,09%           |
| 44        | 2066 | 18.526  | 77.576  | -59.050   | 0,08%           |
| 45        | 2067 | 18.568  | 78.948  | -60.380   | 0,08%           |
| 46        | 2068 | 18.593  | 80.245  | -61.652   | 0,08%           |
| 47        | 2069 | 18.598  | 81.456  | -62.858   | 0,08%           |
| 48        | 2070 | 18.582  | 82.573  | -63.990   | 0,08%           |
| 49        | 2071 | 18.541  | 83.583  | -65.041   | 0,08%           |
| 50        | 2072 | 18.474  | 84.475  | -66.001   | 0,07%           |
| 51        | 2073 | 18.376  | 85.238  | -66.862   | 0,07%           |
| 52        | 2074 | 18.246  | 85.858  | -67.611   | 0,07%           |
| 53        | 2075 | 18.082  | 86.320  | -68.238   | 0,07%           |
| 54        | 2076 | 17.881  | 86.611  | -68.730   | 0,07%           |
| 55        | 2077 | 17.642  | 86.715  | -69.073   | 0,07%           |
| 56        | 2078 | 17.363  | 86.617  | -69.254   | 0,06%           |
| 57        | 2079 | 17.042  | 86.302  | -69.260   | 0,06%           |
| 58        | 2080 | 16.680  | 85.756  | -69.076   | 0,06%           |
| 59        | 2081 | 16.275  | 84.966  | -68.691   | 0,06%           |
| 60        | 2082 | 15.828  | 83.922  | -68.094   | 0,05%           |
| 61        | 2083 | 15.339  | 82.616  | -67.276   | 0,05%           |
| 62        | 2084 | 14.811  | 81.042  | -66.231   | 0,05%           |
| 63        | 2085 | 14.243  | 79.198  | -64.955   | 0,05%           |
| 64        | 2086 | 13.640  | 77.085  | -63.445   | 0,04%           |
| 65        | 2087 | 13.003  | 74.707  | -61.704   | 0,04%           |
| 66        | 2088 | 12.335  | 72.070  | -59.735   | 0,04%           |
| 67        | 2089 | 11.641  | 69.186  | -57.544   | 0,04%           |
| 68        | 2090 | 10.925  | 66.066  | -55.141   | 0,03%           |
| 69        | 2091 | 10.192  | 62.728  | -52.536   | 0,03%           |
| 70        | 2092 | 9.447   | 59.193  | -49.746   | 0,03%           |
| 71        | 2093 | 8.695   | 55.483  | -46.788   | 0,03%           |
| 72        | 2094 | 7.942   | 51.627  | -43.684   | 0,02%           |
| 73        | 2095 | 7.196   | 47.657  | -40.461   | 0,02%           |
| 74        | 2096 | 6.463   | 43.611  | -37.148   | 0,02%           |

(R\$ Milhões)

| Ano série | Ano  | Receita | Despesa | Resultado | % Resultado PIB |
|-----------|------|---------|---------|-----------|-----------------|
| 75        | 2097 | 5.749   | 39.530  | -33.782   | 0,02%           |

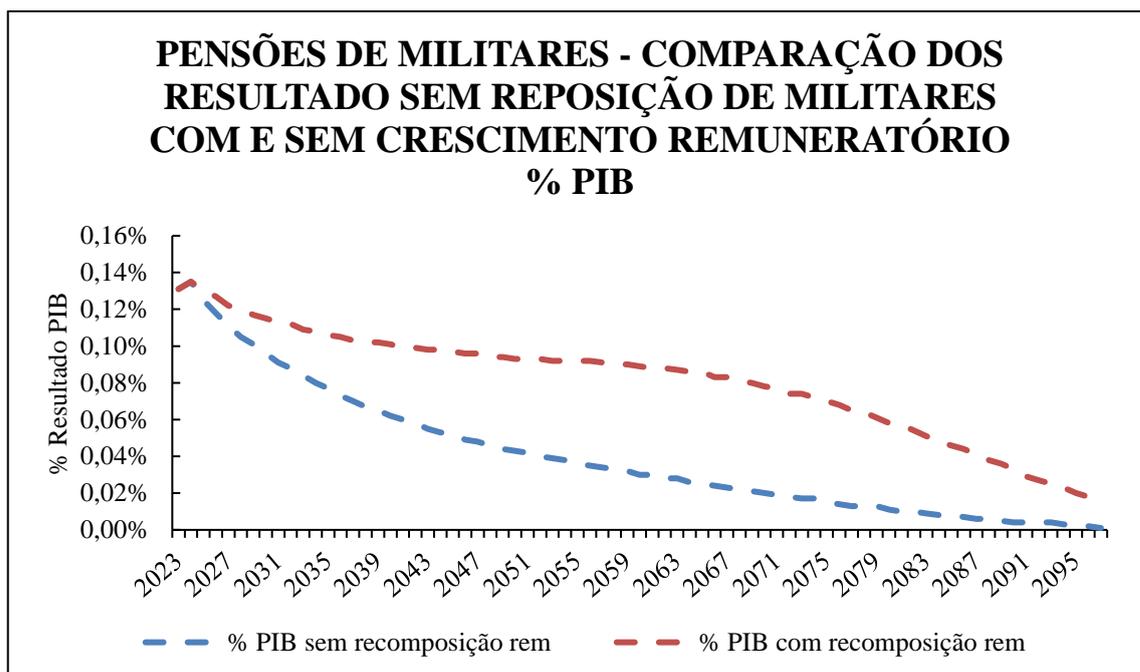
O gráfico a seguir, considerando os dados da tabela anterior, demonstra, para a hipótese de cálculo sem reposição de militares e com crescimento salarial, a tendência futura do resultado entre as receitas e despesas das pensões de militares e o percentual desse resultado em relação ao PIB:



### 8.1.3 Análise das Projeções sem reposição de militares

Da análise dos itens 8.1.1 e 8.1.2, nota-se, quando a hipótese sem reposição de militares é levada em conta, que o valor do resultado entre receitas e despesas é decrescente quando ponderado ao PIB, independentemente se o cenário é de reposição remuneratória pela inflação, ou se não há reajuste algum.

O Gráfico a seguir compara, em proporção do PIB, os resultados obtidos nas projeções sem reposição de militares para os diferentes cenários de reposição remuneratória:



O gráfico acima evidencia, de forma mais clara, que ambos os cenários remuneratórios são decrescentes em relação ao PIB e que o percentual máximo estimado é de 0,14%, no ano de 2024, alcançando 0,02%, na pior hipótese (com reposição da inflação), a partir 2094. Também possibilita a afirmação de que o resultado das pensões de militares sem reposição de militares, em relação ao PIB, ao longo do tempo, provavelmente, encontrar-se-á no intervalo entre as duas curvas evidenciadas no Gráfico anterior, pois cada uma delas representa os prováveis limites inferior (sem reajuste) e superior da estimativa (com reajuste pela inflação).

## 8.2 Projeção Atuarial com reposição de militares

### 8.2.1 Projeção Atuarial com reposição de militares e sem reposição nominal, ao longo do tempo, da inflação nas remunerações, nos proventos e nas pensões de militares

(R\$ Milhões)

| Ano série | Ano  | Receita | Despesa | Resultado | % resultado PIB |
|-----------|------|---------|---------|-----------|-----------------|
| 1         | 2023 | 11.064  | 24.722  | -13.658   | 0,13%           |
| 2         | 2024 | 11.406  | 26.233  | -14.826   | 0,13%           |
| 3         | 2025 | 11.568  | 26.210  | -14.641   | 0,12%           |

(R\$ Milhões)

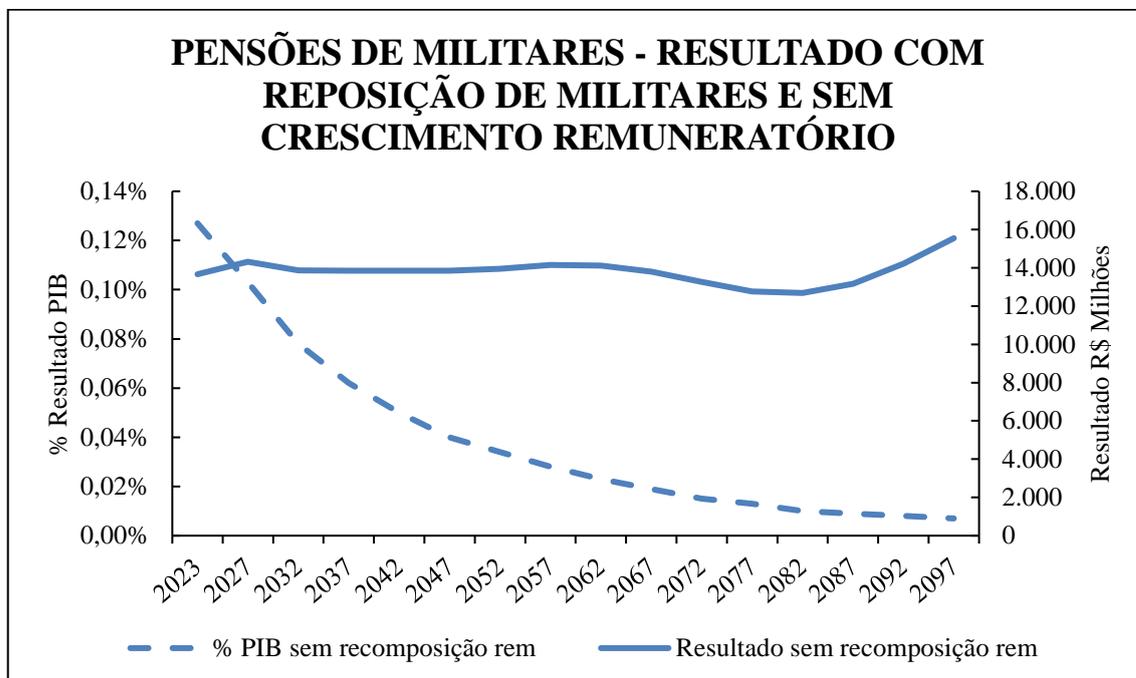
| Ano série | Ano  | Receita | Despesa | Resultado | % resultado PIB |
|-----------|------|---------|---------|-----------|-----------------|
| 4         | 2026 | 11.633  | 26.171  | -14.538   | 0,11%           |
| 5         | 2027 | 11.798  | 26.115  | -14.318   | 0,10%           |
| 6         | 2028 | 11.892  | 26.055  | -14.163   | 0,10%           |
| 7         | 2029 | 12.006  | 25.990  | -13.984   | 0,09%           |
| 8         | 2030 | 12.096  | 25.919  | -13.823   | 0,09%           |
| 9         | 2031 | 11.984  | 25.849  | -13.864   | 0,08%           |
| 10        | 2032 | 11.909  | 25.776  | -13.867   | 0,08%           |
| 11        | 2033 | 11.838  | 25.701  | -13.863   | 0,07%           |
| 12        | 2034 | 11.761  | 25.626  | -13.865   | 0,07%           |
| 13        | 2035 | 11.705  | 25.553  | -13.848   | 0,07%           |
| 14        | 2036 | 11.633  | 25.481  | -13.848   | 0,07%           |
| 15        | 2037 | 11.564  | 25.411  | -13.847   | 0,06%           |
| 16        | 2038 | 11.509  | 25.342  | -13.832   | 0,06%           |
| 17        | 2039 | 11.412  | 25.273  | -13.861   | 0,06%           |
| 18        | 2040 | 11.357  | 25.206  | -13.849   | 0,06%           |
| 19        | 2041 | 11.303  | 25.141  | -13.838   | 0,05%           |
| 20        | 2042 | 11.236  | 25.077  | -13.841   | 0,05%           |
| 21        | 2043 | 11.179  | 25.016  | -13.837   | 0,05%           |
| 22        | 2044 | 11.120  | 24.956  | -13.837   | 0,05%           |
| 23        | 2045 | 11.063  | 24.902  | -13.838   | 0,04%           |
| 24        | 2046 | 11.032  | 24.851  | -13.819   | 0,04%           |
| 25        | 2047 | 10.954  | 24.802  | -13.849   | 0,04%           |
| 26        | 2048 | 10.885  | 24.758  | -13.873   | 0,04%           |
| 27        | 2049 | 10.821  | 24.716  | -13.895   | 0,04%           |
| 28        | 2050 | 10.769  | 24.678  | -13.909   | 0,04%           |
| 29        | 2051 | 10.713  | 24.643  | -13.930   | 0,04%           |
| 30        | 2052 | 10.654  | 24.610  | -13.956   | 0,03%           |
| 31        | 2053 | 10.589  | 24.579  | -13.991   | 0,03%           |
| 32        | 2054 | 10.532  | 24.551  | -14.019   | 0,03%           |
| 33        | 2055 | 10.439  | 24.522  | -14.083   | 0,03%           |
| 34        | 2056 | 10.370  | 24.494  | -14.124   | 0,03%           |
| 35        | 2057 | 10.304  | 24.460  | -14.156   | 0,03%           |
| 36        | 2058 | 10.277  | 24.426  | -14.149   | 0,03%           |
| 37        | 2059 | 10.228  | 24.386  | -14.158   | 0,03%           |
| 38        | 2060 | 10.176  | 24.339  | -14.163   | 0,03%           |
| 39        | 2061 | 10.131  | 24.282  | -14.150   | 0,02%           |
| 40        | 2062 | 10.105  | 24.215  | -14.110   | 0,02%           |
| 41        | 2063 | 10.034  | 24.136  | -14.102   | 0,02%           |
| 42        | 2064 | 10.006  | 24.044  | -14.038   | 0,02%           |

(R\$ Milhões)

| Ano série | Ano  | Receita | Despesa | Resultado | % resultado PIB |
|-----------|------|---------|---------|-----------|-----------------|
| 43        | 2065 | 9.960   | 23.938  | -13.978   | 0,02%           |
| 44        | 2066 | 9.918   | 23.819  | -13.900   | 0,02%           |
| 45        | 2067 | 9.878   | 23.686  | -13.807   | 0,02%           |
| 46        | 2068 | 9.832   | 23.538  | -13.706   | 0,02%           |
| 47        | 2069 | 9.784   | 23.377  | -13.592   | 0,02%           |
| 48        | 2070 | 9.752   | 23.203  | -13.451   | 0,02%           |
| 49        | 2071 | 9.671   | 23.036  | -13.365   | 0,02%           |
| 50        | 2072 | 9.609   | 22.867  | -13.257   | 0,02%           |
| 51        | 2073 | 9.553   | 22.696  | -13.142   | 0,01%           |
| 52        | 2074 | 9.495   | 22.531  | -13.036   | 0,01%           |
| 53        | 2075 | 9.444   | 22.375  | -12.931   | 0,01%           |
| 54        | 2076 | 9.385   | 22.229  | -12.844   | 0,01%           |
| 55        | 2077 | 9.324   | 22.092  | -12.769   | 0,01%           |
| 56        | 2078 | 9.270   | 21.972  | -12.703   | 0,01%           |
| 57        | 2079 | 9.177   | 21.867  | -12.691   | 0,01%           |
| 58        | 2080 | 9.110   | 21.786  | -12.676   | 0,01%           |
| 59        | 2081 | 9.053   | 21.724  | -12.672   | 0,01%           |
| 60        | 2082 | 8.998   | 21.683  | -12.685   | 0,01%           |
| 61        | 2083 | 8.940   | 21.664  | -12.725   | 0,01%           |
| 62        | 2084 | 8.881   | 21.671  | -12.790   | 0,01%           |
| 63        | 2085 | 8.827   | 21.705  | -12.878   | 0,01%           |
| 64        | 2086 | 8.780   | 21.767  | -12.987   | 0,01%           |
| 65        | 2087 | 8.697   | 21.855  | -13.158   | 0,01%           |
| 66        | 2088 | 8.640   | 21.971  | -13.331   | 0,01%           |
| 67        | 2089 | 8.590   | 22.115  | -13.525   | 0,01%           |
| 68        | 2090 | 8.547   | 22.285  | -13.738   | 0,01%           |
| 69        | 2091 | 8.509   | 22.480  | -13.971   | 0,01%           |
| 70        | 2092 | 8.471   | 22.695  | -14.224   | 0,01%           |
| 71        | 2093 | 8.464   | 22.927  | -14.463   | 0,01%           |
| 72        | 2094 | 8.452   | 23.173  | -14.721   | 0,01%           |
| 73        | 2095 | 8.405   | 23.426  | -15.020   | 0,01%           |
| 74        | 2096 | 8.390   | 23.681  | -15.291   | 0,01%           |
| 75        | 2097 | 8.387   | 23.935  | -15.549   | 0,01%           |

O gráfico a seguir, considerando os dados da tabela anterior, demonstra, para a hipótese de cálculo com reposição de militares e sem crescimento remuneratório, a tendência futura do

resultado entre as receitas e despesas das pensões de militares e o percentual desse resultado em relação ao PIB:



### 8.2.2 Projeção Atuarial com reposição de militares e com reposição nominal, ao longo do tempo, da inflação nas remunerações, nos proventos e nas pensões de militares

(R\$ Milhões)

| Ano série | Ano  | Receita | Despesa | Resultado | % Resultado PIB |
|-----------|------|---------|---------|-----------|-----------------|
| 1         | 2023 | 11.064  | 24.722  | -13.658   | 0,13%           |
| 2         | 2024 | 11.406  | 26.233  | -14.826   | 0,13%           |
| 3         | 2025 | 11.993  | 27.172  | -15.179   | 0,12%           |
| 4         | 2026 | 12.422  | 27.945  | -15.524   | 0,12%           |
| 5         | 2027 | 12.976  | 28.723  | -15.747   | 0,11%           |
| 6         | 2028 | 13.472  | 29.516  | -16.044   | 0,11%           |
| 7         | 2029 | 14.008  | 30.325  | -16.317   | 0,11%           |
| 8         | 2030 | 14.537  | 31.150  | -16.613   | 0,10%           |
| 9         | 2031 | 14.835  | 31.998  | -17.162   | 0,10%           |
| 10        | 2032 | 15.184  | 32.864  | -17.680   | 0,10%           |

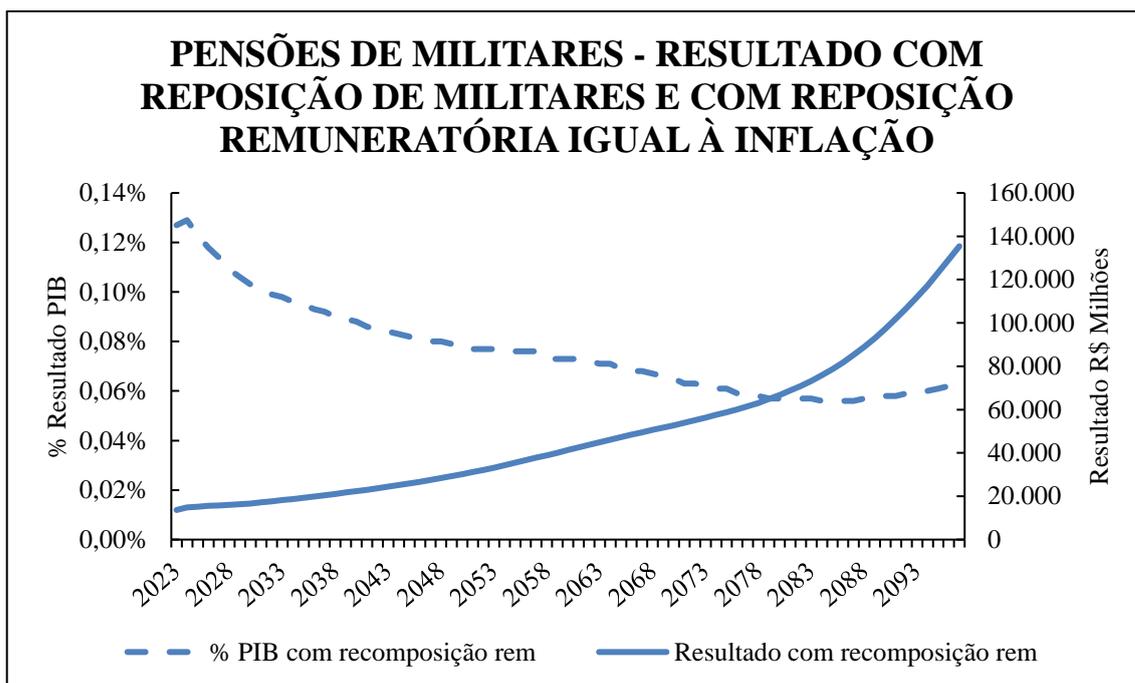
(R\$ Milhões)

| Ano série | Ano  | Receita | Despesa | Resultado | % Resultado PIB |
|-----------|------|---------|---------|-----------|-----------------|
| 11        | 2033 | 15.546  | 33.753  | -18.206   | 0,10%           |
| 12        | 2034 | 15.908  | 34.663  | -18.755   | 0,10%           |
| 13        | 2035 | 16.308  | 35.602  | -19.293   | 0,10%           |
| 14        | 2036 | 16.694  | 36.566  | -19.873   | 0,09%           |
| 15        | 2037 | 17.093  | 37.559  | -20.467   | 0,09%           |
| 16        | 2038 | 17.522  | 38.581  | -21.059   | 0,09%           |
| 17        | 2039 | 17.895  | 39.630  | -21.735   | 0,09%           |
| 18        | 2040 | 18.343  | 40.711  | -22.368   | 0,09%           |
| 19        | 2041 | 18.803  | 41.824  | -23.021   | 0,09%           |
| 20        | 2042 | 19.253  | 42.970  | -23.717   | 0,09%           |
| 21        | 2043 | 19.729  | 44.151  | -24.421   | 0,08%           |
| 22        | 2044 | 20.214  | 45.367  | -25.153   | 0,08%           |
| 23        | 2045 | 20.715  | 46.626  | -25.911   | 0,08%           |
| 24        | 2046 | 21.276  | 47.926  | -26.650   | 0,08%           |
| 25        | 2047 | 21.759  | 49.268  | -27.509   | 0,08%           |
| 26        | 2048 | 22.270  | 50.655  | -28.384   | 0,08%           |
| 27        | 2049 | 22.803  | 52.086  | -29.283   | 0,08%           |
| 28        | 2050 | 23.375  | 53.566  | -30.191   | 0,08%           |
| 29        | 2051 | 23.951  | 55.095  | -31.144   | 0,08%           |
| 30        | 2052 | 24.533  | 56.672  | -32.139   | 0,08%           |
| 31        | 2053 | 25.115  | 58.300  | -33.185   | 0,08%           |
| 32        | 2054 | 25.731  | 59.980  | -34.249   | 0,08%           |
| 33        | 2055 | 26.268  | 61.707  | -35.439   | 0,08%           |
| 34        | 2056 | 26.878  | 63.484  | -36.606   | 0,08%           |
| 35        | 2057 | 27.507  | 65.298  | -37.791   | 0,08%           |
| 36        | 2058 | 28.259  | 67.164  | -38.905   | 0,07%           |
| 37        | 2059 | 28.967  | 69.066  | -40.099   | 0,07%           |
| 38        | 2060 | 29.684  | 70.999  | -41.315   | 0,07%           |
| 39        | 2061 | 30.441  | 72.958  | -42.517   | 0,07%           |
| 40        | 2062 | 31.272  | 74.940  | -43.668   | 0,07%           |
| 41        | 2063 | 31.984  | 76.936  | -44.951   | 0,07%           |
| 42        | 2064 | 32.852  | 78.942  | -46.090   | 0,07%           |
| 43        | 2065 | 33.684  | 80.953  | -47.269   | 0,07%           |
| 44        | 2066 | 34.548  | 82.966  | -48.418   | 0,07%           |
| 45        | 2067 | 35.441  | 84.977  | -49.536   | 0,07%           |
| 46        | 2068 | 36.334  | 86.981  | -50.647   | 0,07%           |
| 47        | 2069 | 37.241  | 88.976  | -51.735   | 0,07%           |
| 48        | 2070 | 38.231  | 90.963  | -52.732   | 0,07%           |
| 49        | 2071 | 39.052  | 93.021  | -53.969   | 0,06%           |

(R\$ Milhões)

| Ano série | Ano  | Receita | Despesa | Resultado | % Resultado PIB |
|-----------|------|---------|---------|-----------|-----------------|
| 50        | 2072 | 39.967  | 95.107  | -55.140   | 0,06%           |
| 51        | 2073 | 40.926  | 97.226  | -56.300   | 0,06%           |
| 52        | 2074 | 41.896  | 99.415  | -57.519   | 0,06%           |
| 53        | 2075 | 42.922  | 101.692 | -58.770   | 0,06%           |
| 54        | 2076 | 43.931  | 104.057 | -60.125   | 0,06%           |
| 55        | 2077 | 44.955  | 106.520 | -61.565   | 0,06%           |
| 56        | 2078 | 46.035  | 109.119 | -63.084   | 0,06%           |
| 57        | 2079 | 46.942  | 111.857 | -64.915   | 0,06%           |
| 58        | 2080 | 47.998  | 114.784 | -66.786   | 0,06%           |
| 59        | 2081 | 49.126  | 117.892 | -68.765   | 0,06%           |
| 60        | 2082 | 50.296  | 121.199 | -70.904   | 0,06%           |
| 61        | 2083 | 51.467  | 124.726 | -73.259   | 0,06%           |
| 62        | 2084 | 52.665  | 128.509 | -75.844   | 0,06%           |
| 63        | 2085 | 53.914  | 132.571 | -78.657   | 0,06%           |
| 64        | 2086 | 55.233  | 136.935 | -81.701   | 0,06%           |
| 65        | 2087 | 56.355  | 141.617 | -85.263   | 0,06%           |
| 66        | 2088 | 57.665  | 146.641 | -88.976   | 0,06%           |
| 67        | 2089 | 59.050  | 152.027 | -92.978   | 0,06%           |
| 68        | 2090 | 60.517  | 157.791 | -97.273   | 0,06%           |
| 69        | 2091 | 62.058  | 163.947 | -101.888  | 0,06%           |
| 70        | 2092 | 63.634  | 170.479 | -106.845  | 0,06%           |
| 71        | 2093 | 65.489  | 177.390 | -111.901  | 0,06%           |
| 72        | 2094 | 67.356  | 184.671 | -117.315  | 0,06%           |
| 73        | 2095 | 68.995  | 192.288 | -123.293  | 0,06%           |
| 74        | 2096 | 70.934  | 200.215 | -129.281  | 0,06%           |
| 75        | 2097 | 73.034  | 208.436 | -135.402  | 0,06%           |

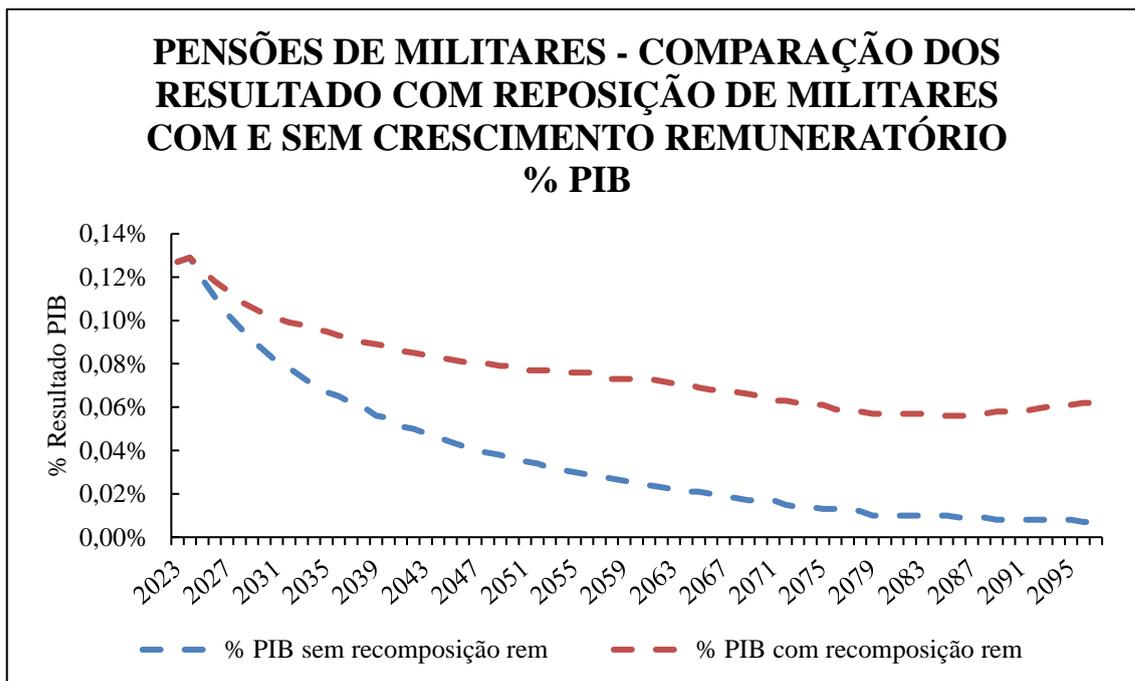
O gráfico a seguir, considerando os dados da Tabela anterior, demonstra, para a hipótese de cálculo com reposição de militares e com crescimento remuneratório igual a inflação do período anterior, a partir de 2025, a tendência futura do resultado entre as receitas e despesas das pensões de militares e o percentual desse resultado em relação ao PIB:



### 8.2.3 Análise das projeções com reposição de militares

Da análise dos itens 8.2.1 e 8.2.2, nota-se, quando a hipótese com reposição de militares é levada em conta, que o valor do resultado entre receitas e despesas com pensões de militares, em relação ao PIB, é decrescente independentemente do cenário de recomposição remuneratória.

O Gráfico a seguir compara, em proporção do PIB, os resultados obtidos nas projeções com reposição de militares para os diferentes cenários de recomposição remuneratória:



O gráfico acima evidencia, de forma mais clara, que ambos os cenários remuneratórios são decrescentes em relação ao PIB e que o percentual máximo estimado é de 0,13%, no ano de 2023, alcançando 0,06%, na pior hipótese (com reposição da inflação), em 2071. Também possibilita a afirmação de que as despesas futuras com pensões de militares, com reposição de militares, em relação ao PIB, ao longo do tempo, provavelmente, encontrar-se-ão no intervalo entre as duas curvas evidenciadas no Gráfico anterior, pois cada uma delas representa os prováveis limites inferior (sem reajuste) e superior da estimativa (com reajuste pela inflação).

### 8.3 Reserva matemática de pensões de militares

Considerando as três Forças Armadas agregadas, a tabela a seguir demonstra o valor presente atuarial da reserva matemática (provisão) calculada por meio do método de financiamento de Crédito Unitário Projetado:

|  |                               |
|--|-------------------------------|
| <b>RESERVA MATEMÁTICA</b>                        | <b>R\$ 339.224.996.630,88</b> |
| <b>Resultado de Pensões militares concedidas</b> | R\$ 319.853.719.701,72        |
| Despesas   | R\$ 401.670.026.809,56        |

|  |          |                       |
|--|----------|-----------------------|
|  | Receitas | R\$ 81.816.307.107,84 |
| <b>Resultado de Pensões militares a conceder</b> |          | R\$ 19.371.276.929,16 |
|  | Despesas | R\$ 69.540.190.884,76 |
|  | Receitas | R\$ 50.168.913.955,60 |

No que se refere ao cálculo da reserva matemática, esse foi realizado em atendimento à recomendação do item 1.7.2 do Acórdão 1.463/2020/TCU-Plenário, visando à evidenciação contábil do referido valor no BGU, na conta contábil do SIAFI de provisão de pensões de militares.

### **8.3.1 Análise da reserva matemática**

A análise do valor da reserva matemática, calculada por meio do Valor Presente Atuarial, para o caso das pensões de militares, é complexa, pois, em verdade, o cálculo da reserva matemática foi originalmente desenvolvido e aplicado a fundos previdenciários capitalizados. Ressalta-se que, em regra, esses fundos previdenciários destinam-se à cobertura de riscos de aposentadoria e morte. Assim, surgem grandes diferenças, pois as pensões de militares se destinam somente à cobertura do risco de morte do militar, que contribui durante toda a sua vida para esse direito.

A interpretação da reserva matemática, além de imprecisa, torna-se mais difícil na medida em que se constata que as pensões de militares não possuem nenhum tipo de capitalização.

Por ser um sistema de fluxo de caixa mensal, que usa imediatamente as contribuições dos militares e também, conforme previsão legal, utiliza recursos do Tesouro Nacional para seu financiamento, **a reserva matemática apresentada neste documento pode ser interpretada, de forma simplificada, como um valor contábil hipotético que, em 31 de dezembro de 2022, o Tesouro Nacional deveria possuir em uma provisão rentabilizada, a uma determinada taxa de juros, o qual seria suficiente para a total liquidação das despesas futuras das atuais e futuras (a conceder) pensões de militares. Ou seja, representa o valor para a União pagar, de uma só vez, na data retromencionada, todas as pensões de militares que deveriam ser pagas em um horizonte temporal de mais de cem anos.**

Assim, tratar essa reserva matemática como espécie de déficit atual, é um equívoco, pois não há fundo capitalizado para possibilitar tal afirmativa. Também não há lógica em comparar o valor da reserva matemática com o valor do PIB corrente, pois a reserva matemática soma, a

valor presente, as despesas que serão financiadas pelo Tesouro Nacional em mais de um século.

Dessa forma, conclui-se que as projeções atuariais, descrevendo o fluxo futuro de despesas, seriam a melhor ferramenta para análise do Risco Fiscal atinente às pensões de militares.

## **9. PARECER ATUARIAL**

Foram realizados os cálculos da reserva matemática dos proventos de militares veteranos e de pensões de militares. Para isso, foi empregada a técnica do valor presente atuarial, com o método de financiamento de Crédito Unitário Projetado, visando o cálculo contábil da provisão dos referidos direitos para evidenciação no Balanço Geral da União.

A análise desse valor, para o caso dos proventos de militares veteranos e das pensões de militares, é complexa, pois em verdade, o cálculo da reserva matemática, em especial o método de Crédito Unitário Projetado, foi originalmente desenvolvido para benefícios acumulados ao longo do tempo, em fundos previdenciários capitalizados.

Ressalta-se que, em regra, esses fundos previdenciários se destinam à cobertura de riscos de aposentadoria e morte. Assim, surgem grandes diferenças, pois, em verdade, os proventos de militares veteranos e as pensões de militares são benefícios de planos diferentes, com diferentes regras de financiamento, ao contrário do que ocorre nos regimes previdenciários pátrios, em que a mesma fonte de financiamento cobre os riscos de aposentadoria e morte. Sobre tal ponto, destaca-se que os proventos de veteranos, sem nenhum tipo de contribuição para seu financiamento, tem o propósito de compensar o militar e sua família por seus sacrifícios, físicos e mentais, em prol do Estado. Ademais, destina-se ao pagamento de um período especial da vida militar, marcado pelo afastamento do serviço ativo, mas com a possibilidade de disponibilidade permanente, similar a um regime de sobreaviso (prontidão). Já a pensão militar, com contribuições do militar e dos beneficiários durante a vida toda e, sem contribuição patronal, destinam-se somente à cobertura do risco de morte do militar.

A interpretação da reserva matemática torna-se mais difícil na medida em que se constata que em ambos os direitos não há nenhum tipo de capitalização de ativos garantidores, podendo afastar, aparentemente, a aplicabilidade do método de valor presente atuarial aos proventos de militares veteranos e pensões de militares.

**Em verdade, a reserva matemática apresentada neste documento, de forma simplificada, pode ser interpretada como um valor contábil hipotético que, em 31 de dezembro de 2022, o Tesouro Nacional deveria possuir em uma provisão rentabilizada, a uma determinada taxa de juros, a qual seria suficiente para a total liquidação dos atuais e futuros direitos de proventos de veteranos e pensões de militares. Ou seja, representa o valor para a União pagar de uma só vez, na data retromencionada, todos os proventos e pensões de militares que deveriam ser pagos em um horizonte temporal de mais de cem anos.**

Assim, tratar o valor da reserva matemática como espécie de déficit, em tese, é um equívoco, pois não há ativos garantidores capitalizados para que tal afirmação possa ser feita. Também parece não haver lógica em comparar o valor hipotético da reserva matemática com o valor corrente do PIB, pois a reserva matemática soma à valor presente, as necessidades do Tesouro Nacional de mais de cem anos, sem considerar, no entanto, que nesse mesmo período haverá a arrecadação de receitas pelo Tesouro decorrentes do produto da economia.

**Dessa forma, conclui-se que a as projeções atuariais, comparando o fluxo futuro de receitas e despesas, é a melhor ferramenta para análise do Risco Fiscal atinente aos proventos de militares veteranos e às pensões de militares.**

Destarte, a fim de contribuir para o processo orçamentário e ser verificada a possibilidade de os proventos de veteranos e de as pensões de militares representarem um Risco Fiscal para o Tesouro Nacional, o presente trabalho, considerando as regras da reestruturação da carreira militar (Lei nº 13.954/2019), projetou atuarialmente quatro cenários para os direitos avaliados: (i) sem reposição de militares (massa fechada) e sem recomposição remuneratória nominal; (ii) sem reposição de militares (massa fechada) e com recomposição remuneratória nominal igual a inflação do período anterior, a partir de 2025; (iii) com reposição de militares (massa aberta) e sem recomposição remuneratória nominal; e (iv) com reposição de militares (massa aberta) e com recomposição remuneratória nominal igual a inflação do período anterior, a partir de 2025. Ressalva-se que, prudencialmente, para a hipótese de reposição de militares, foi acrescido um novo entrante a cada militar que morre, ou que deixa o Serviço Ativo, não sendo considerado o processo de redução de efetivo militar em andamento.

Sobre a hipótese de ausência de recomposição nominal das remunerações, foi considerada que a referida condição é válida, pois não há para os militares e para seus pensionistas uma política de recomposição remuneratória indexada à inflação, muito menos de ganhos reais ao

longo do tempo. Por outro lado, é pouco provável que não ocorra algum tipo de recomposição remuneratória no futuro, haja vista que se isso não ocorrer, a depreciação provocada pela inflação extinguirá os direitos pecuniários dos militares ativos, veteranos e pensionistas de militares. Dessa forma, esse cenário, quando aplicado, pode ser considerado o limite hipotético inferior da estimativa das receitas e despesas futuras de pensões de militares e despesas futuras de proventos de militares veteranos.

Já a hipótese de recomposição remuneratória dos militares ativos, veteranos e pensionistas de militares em igual índice, qual seja, a taxa de inflação do período anterior, também pode ser considerada verdadeira, todavia, pouco exequível em sua plenitude, em razão da situação fiscal do país desde o final de 2014. Assim, esse cenário, quando aplicado, pode ser considerado como o limite hipotético superior da estimativa das receitas e despesas futuras analisadas no presente documento. Quanto à possibilidade de simulação de um cenário com ganhos reais, esse foi descartado em razão da grave situação fiscal do país, combinado com o fato de não haver nenhuma política remuneratória para os militares que ao menos preveja a recomposição indexada à inflação.

No entanto, visando avaliar a possibilidade de os proventos de militares veteranos e pensões de militares representarem ou não um risco fiscal, apenas a pior hipótese, para o Tesouro Nacional, será apreciada na sequência.

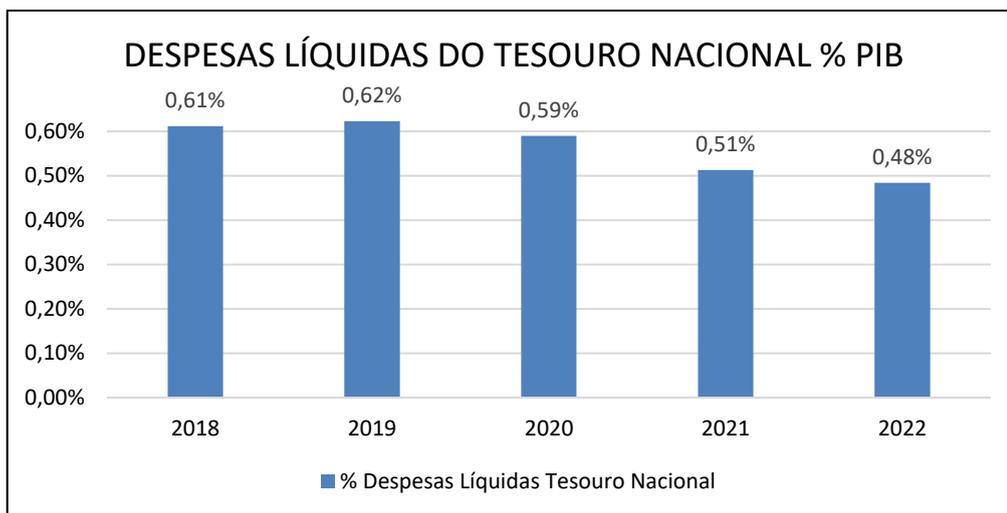
Ao serem analisadas as projeções com reposição de militares e com recomposição remuneratória nominal igual à inflação (pior hipótese da presente avaliação), verifica-se que o resultado agregado de proventos de militares e pensões de militares decresce de 0,39%, em 2023, para 0,13%, em 2097, representando uma redução de 66,67%.

**Por todo exposto, a presente avaliação indica que, mesmo ao ser considerado o cenário mais pessimista para o Tesouro Nacional (projeções atuariais com reposição de militares e com recomposição das remunerações pela inflação do período anterior), não há Risco Fiscal para a União decorrente dos proventos de militares veteranos e pensões de militares.**

Por último, ressalva-se que os resultados apresentados neste documento são sensíveis a variações das premissas, da base normativa e da base de dados utilizada.

## 10. ANÁLISE DAS DESPESAS PASSADAS COM VETERANOS E PENSÕES DE MILITARES

A partir de dados da execução orçamentária, contidos no Relatório Resumido de Execução Orçamentária, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional, e de dados do PIB, publicados pelo IBGE, o gráfico a seguir evidencia o percentual das despesas líquidas com militares veteranos e pensões de militares, dos últimos 5 anos, em relação ao PIB:



A partir do gráfico anterior, verifica-se que, entre 2018 e 2022, em proporção do PIB, mesmo com todas as dificuldades econômicas vivenciadas pelo Brasil nos últimos anos, as despesas com militares veteranos e pensionistas de militares reduziram 21%.

## 11. CONSIDERAÇÕES FINAIS<sup>2</sup>

As Forças Armadas são basilares para a identidade nacional e para o equilíbrio do Estado, entretanto, a existência de Forças Armadas depende do perfeito funcionamento de um contrato ou pacto social: O Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas (SPSMFA).

As questões que envolvem o SPSMFA não são apenas econômicas e sociais, como as que permeiam os regimes previdenciários, pois a demografia afeta as questões de defesa de forma distinta. Enquanto a mudança demográfica é para a previdência social uma questão de equilíbrio atuarial entre receitas e despesas, para as Forças Armadas representa um problema

<sup>2</sup> O texto do referido item, no que tange aos conceitos e às funções das Forças Armadas e do SPSMFA, deriva dos seguintes estudos da Fundação Getúlio Vargas: "As Forças Armadas e a PEC da Previdência (2)", da Fundação Getúlio Vargas (2019) e "As Forças Armadas e a PEC da Previdência", Fundação Getúlio Vargas (2016).

militar, com graves e não triviais consequências nas questões de defesa e de poder entre as nações.

Na verdade, o SPSMFA viabiliza a prontidão das Forças Armadas para o cumprimento de sua missão constitucional, por meio do atendimento das seguintes funções:

(i) Atração e retenção de talentos;

(ii) Manutenção de efetivos com vigores físico e mental compatíveis com as exigências da atividade bélica; e

(iii) Compensação das peculiaridades específicas (sacrifícios) da carreira militar.

Por conta dessas funções, quase a totalidade dos países compreendem que a proteção social militar deve ser distinta da previdência social. Não por outra razão, o Tribunal de Contas da União reconheceu, por meio do Acórdão nº 684/2022/TCU-Plenário, que constitucionalmente, o SPSMFA não é um regime previdenciário.

Ressalta-se que a eventual inexistência de um sistema especial para os militares, que reconheça suas peculiaridades, poderia redundar na falta de voluntários aptos ao serviço das Forças Armadas, pois quando não mais houver compensações aos sacrifícios da profissão militar, pode ser que não haja mais voluntários para servir às Forças Armadas.

Cabe ao Estado prover os meios necessários para que o militar cumpra com a sua missão constitucional, respeitando suas peculiaridades, protegendo-o e garantindo uma remuneração adequada que permita uma vida compatível com o papel que exerce na sociedade. No entanto, a provisão desses meios deve ocorrer de forma ponderada e adequada à realidade orçamentária brasileira.

Nesse ponto, a presente avaliação, em atendimento às recomendações do Tribunal de Contas da União, lança luz sobre os custos futuros de proventos de militares veteranos e pensões de militares, desmistificando narrativas de que o SPSMFA seria responsável por parcela relevante dos déficits primários da União registrados nos últimos anos, ou por qualquer outro desequilíbrio macroeconômico. Isso porque a presente Avaliação, seja por meio de valores observados nos últimos cinco anos, seja com estimativas prospectivas para os próximos 75 anos, indica que as reformas anteriores do referido Sistema estão tendo como efeito a redução da proporção de recursos do Produto Interno Bruto alocados nas despesas com militares veteranos e pensionistas de militares. Assim, nota-se que, entre 2018 e 2022, a proporção de despesas dos proventos de veteranos em relação ao PIB reduziu de 0,61% para

0,48%. Quando a análise é prospectiva, mesmo na pior hipótese da projeção atuarial (com reposição de pessoal e reposição da inflação nas remunerações ao longo do tempo), as estimativas indicam uma redução de 0,39%, em 2023, para 0,13%, em 2097, implicando em uma previsão de decréscimo de 66,67% em relação à proporção do PIB.

Ou seja, não é a alocação de recursos no SPSMFA a responsável por qualquer problema econômico nacional.

A falta de percepção de uma ameaça externa e, sobretudo, a atual situação econômica, não podem levar o Brasil a negligenciar a maior riqueza das Forças Armadas: os seus recursos humanos.

O equilíbrio das relações internacionais pode mudar rapidamente. A história demonstra que Forças Armadas prontas e preparadas são a retaguarda da política, da diplomacia e da paz social, por meio da projeção de poder nas regiões de interesse nacional e da dissuasão de eventuais inimigos que intencionem aplicar a solução bélica.

Embora, no que se refere a conflitos armados internacionais clássicos, o país viva em paz há décadas, existem crescentes tensões militares no planeta em razão de as potências militares mundiais estarem buscando a reafirmação de seus poderes e áreas de influência. Nesse contexto, não pode ser esquecida a Segunda-Guerra Mundial, que trouxe, de repente, a guerra para o mar brasileiro na década de 1940 e fez com que nossas Forças Armadas combatessem na Costa brasileira e na Europa.

Portanto, existe a necessidade de que haja o entendimento de que o SPSMFA e suas funções são, sobretudo, um problema de defesa nacional, com potencial de afetar irreversivelmente a prontidão das Forças Armadas no curto, médio e longo prazo.

ANEXO A

TÁBUAS BIOMÉTRICAS

1. TÁBUAS DE MORTALIDADE (ATIVOS, VETERANOS, PENSIONISTAS E INVÁLIDOS)

| MORTALIDADE SEXO MASCULINO |                |
|----------------------------|----------------|
| AT-71 (-47%)               |                |
| x                          | q <sub>x</sub> |
| 0                          | 0,002141       |
| 1                          | 0,000837       |
| 2                          | 0,000470       |
| 3                          | 0,000379       |
| 4                          | 0,000332       |
| 5                          | 0,000300       |
| 6                          | 0,000279       |
| 7                          | 0,000265       |
| 8                          | 0,000258       |
| 9                          | 0,000255       |
| 10                         | 0,000256       |
| 11                         | 0,000261       |
| 12                         | 0,000266       |
| 13                         | 0,000271       |
| 14                         | 0,000278       |
| 15                         | 0,000285       |
| 16                         | 0,000292       |
| 17                         | 0,000301       |
| 18                         | 0,000310       |
| 19                         | 0,000320       |
| 20                         | 0,000331       |
| 21                         | 0,000343       |
| 22                         | 0,000357       |
| 23                         | 0,000372       |
| 24                         | 0,000388       |
| 25                         | 0,000407       |
| 26                         | 0,000427       |
| 27                         | 0,000450       |
| 28                         | 0,000475       |
| 29                         | 0,000502       |
| 30                         | 0,000532       |

| MORTALIDADE SEXO MASCULINO |                |
|----------------------------|----------------|
| AT-71 (-47%)               |                |
| x                          | q <sub>x</sub> |
| 31                         | 0,000566       |
| 32                         | 0,000602       |
| 33                         | 0,000643       |
| 34                         | 0,000687       |
| 35                         | 0,000737       |
| 36                         | 0,000792       |
| 37                         | 0,000852       |
| 38                         | 0,000918       |
| 39                         | 0,000992       |
| 40                         | 0,001073       |
| 41                         | 0,001177       |
| 42                         | 0,001315       |
| 43                         | 0,001486       |
| 44                         | 0,001689       |
| 45                         | 0,001921       |
| 46                         | 0,002181       |
| 47                         | 0,002468       |
| 48                         | 0,002780       |
| 49                         | 0,003116       |
| 50                         | 0,003475       |
| 51                         | 0,003857       |
| 52                         | 0,004260       |
| 53                         | 0,004685       |
| 54                         | 0,005131       |
| 55                         | 0,005599       |
| 56                         | 0,006090       |
| 57                         | 0,006604       |
| 58                         | 0,007142       |
| 59                         | 0,007707       |
| 60                         | 0,008301       |
| 61                         | 0,008941       |

| <b>MORTALIDADE SEXO MASCULINO</b> |                      |
|-----------------------------------|----------------------|
| <b>AT-71 (-47%)</b>               |                      |
| <b>x</b>                          | <b>q<sub>x</sub></b> |
| 62                                | 0,009645             |
| 63                                | 0,010423             |
| 64                                | 0,011280             |
| 65                                | 0,012225             |
| 66                                | 0,013266             |
| 67                                | 0,014412             |
| 68                                | 0,015676             |
| 69                                | 0,017067             |
| 70                                | 0,018599             |
| 71                                | 0,020284             |
| 72                                | 0,022139             |
| 73                                | 0,024179             |
| 74                                | 0,026422             |
| 75                                | 0,028886             |
| 76                                | 0,031593             |
| 77                                | 0,034564             |
| 78                                | 0,037825             |
| 79                                | 0,041400             |
| 80                                | 0,045317             |
| 81                                | 0,049604             |
| 82                                | 0,054295             |
| 83                                | 0,059420             |
| 84                                | 0,065015             |
| 85                                | 0,071114             |
| 86                                | 0,077756             |
| 87                                | 0,084976             |
| 88                                | 0,092816             |
| 89                                | 0,101310             |
| 90                                | 0,110497             |
| 91                                | 0,120412             |
| 92                                | 0,131086             |

| <b>MORTALIDADE SEXO MASCULINO</b> |                      |
|-----------------------------------|----------------------|
| <b>AT-71 (-47%)</b>               |                      |
| <b>x</b>                          | <b>q<sub>x</sub></b> |
| 93                                | 0,142549             |
| 94                                | 0,154823             |
| 95                                | 0,167922             |
| 96                                | 0,181855             |
| 97                                | 0,196616             |
| 98                                | 0,212187             |
| 99                                | 0,228535             |
| 100                               | 0,245610             |
| 101                               | 0,263341             |
| 102                               | 0,281636             |
| 103                               | 0,300381             |
| 104                               | 0,319438             |
| 105                               | 0,338647             |
| 106                               | 0,357826             |
| 107                               | 0,376776             |
| 108                               | 0,395286             |
| 109                               | 0,530000             |
| 110                               | 0,530000             |
| 111                               | 0,530000             |
| 112                               | 0,530000             |
| 113                               | 0,530000             |
| 114                               | 0,530000             |
| 115                               | 0,530000             |
| 116                               | 0,530000             |

| <b>MORTALIDADE SEXO FEMININO</b> |                      |
|----------------------------------|----------------------|
| <b>AT 71 (-42%)</b>              |                      |
| <b>x</b>                         | <b>q<sub>x</sub></b> |
| 0                                | 0                    |
| 1                                | 0                    |
| 2                                | 0                    |
| 3                                | 0                    |
| 4                                | 0                    |
| 5                                | 0,000267             |
| 6                                | 0,000244             |
| 7                                | 0,000232             |
| 8                                | 0,000226             |
| 9                                | 0,000226             |
| 10                               | 0,000226             |
| 11                               | 0,000232             |
| 12                               | 0,000238             |
| 13                               | 0,000238             |
| 14                               | 0,000244             |
| 15                               | 0,000249             |
| 16                               | 0,000255             |
| 17                               | 0,000267             |
| 18                               | 0,000273             |
| 19                               | 0,000284             |
| 20                               | 0,00029              |
| 21                               | 0,000302             |
| 22                               | 0,000313             |
| 23                               | 0,000331             |
| 24                               | 0,000342             |
| 25                               | 0,00036              |
| 26                               | 0,000377             |
| 27                               | 0,000394             |
| 28                               | 0,000418             |
| 29                               | 0,000441             |
| 30                               | 0,00047              |

| <b>MORTALIDADE SEXO FEMININO</b> |                      |
|----------------------------------|----------------------|
| <b>AT 71 (-42%)</b>              |                      |
| <b>x</b>                         | <b>q<sub>x</sub></b> |
| 31                               | 0,000499             |
| 32                               | 0,000534             |
| 33                               | 0,000568             |
| 34                               | 0,000609             |
| 35                               | 0,00065              |
| 36                               | 0,000696             |
| 37                               | 0,000754             |
| 38                               | 0,000812             |
| 39                               | 0,000876             |
| 40                               | 0,000945             |
| 41                               | 0,001038             |
| 42                               | 0,00116              |
| 43                               | 0,001311             |
| 44                               | 0,001491             |
| 45                               | 0,001694             |
| 46                               | 0,001926             |
| 47                               | 0,002175             |
| 48                               | 0,002453             |
| 49                               | 0,002749             |
| 50                               | 0,003068             |
| 51                               | 0,00341              |
| 52                               | 0,003747             |
| 53                               | 0,004112             |
| 54                               | 0,004489             |
| 55                               | 0,004884             |
| 56                               | 0,00529              |
| 57                               | 0,005713             |
| 58                               | 0,006154             |
| 59                               | 0,006618             |
| 60                               | 0,007105             |
| 61                               | 0,007615             |

| <b>MORTALIDADE SEXO FEMININO</b> |                      |
|----------------------------------|----------------------|
| <b>AT 71 (-42%)</b>              |                      |
| <b>x</b>                         | <b>q<sub>x</sub></b> |
| 62                               | 0,008161             |
| 63                               | 0,008746             |
| 64                               | 0,00939              |
| 65                               | 0,010098             |
| 66                               | 0,010887             |
| 67                               | 0,011768             |
| 68                               | 0,012754             |
| 69                               | 0,013856             |
| 70                               | 0,01508              |
| 71                               | 0,016437             |
| 72                               | 0,017939             |
| 73                               | 0,019604             |
| 74                               | 0,021448             |
| 75                               | 0,023484             |
| 76                               | 0,025746             |
| 77                               | 0,028258             |
| 78                               | 0,03103              |
| 79                               | 0,034098             |
| 80                               | 0,037468             |
| 81                               | 0,041122             |
| 82                               | 0,045049             |
| 83                               | 0,049265             |
| 84                               | 0,053865             |
| 85                               | 0,05898              |
| 86                               | 0,064757             |
| 87                               | 0,071369             |
| 88                               | 0,07895              |
| 89                               | 0,087621             |
| 90                               | 0,097463             |
| 91                               | 0,108547             |
| 92                               | 0,120907             |

| <b>MORTALIDADE SEXO FEMININO</b> |                      |
|----------------------------------|----------------------|
| <b>AT 71 (-42%)</b>              |                      |
| <b>x</b>                         | <b>q<sub>x</sub></b> |
| 93                               | 0,1344960            |
| 94                               | 0,1491470            |
| 95                               | 0,1646270            |
| 96                               | 0,1807110            |
| 97                               | 0,1973220            |
| 98                               | 0,2144670            |
| 99                               | 0,2321100            |
| 100                              | 0,2502180            |
| 101                              | 0,2687200            |
| 102                              | 0,2875410            |
| 103                              | 0,3257800            |
| 104                              | 0,3450300            |
| 105                              | 0,3642520            |
| 106                              | 0,3833510            |
| 107                              | 0,4022300            |
| 108                              | 0,4208020            |
| 109                              | 0,5800000            |
| 110                              | 0,5800000            |
| 111                              | 0,5800000            |
| 112                              | 0,5800000            |
| 113                              | 0,5800000            |
| 114                              | 0,5800000            |
| 115                              | 0,5800000            |
| 116                              | 0,5800000            |

## 2. TÁBUA DE MORTALIDADE DE INVÁLIDOS:

| MORTALIDADE DE INVÁLIDOS |          |
|--------------------------|----------|
| Rentiers_Français (-9%)  |          |
| x                        | $q_x^i$  |
| 0                        | 0,032778 |
| 1                        | 0,025016 |
| 2                        | 0,018974 |
| 3                        | 0,014333 |
| 4                        | 0,010802 |
| 5                        | 0,008163 |
| 6                        | 0,006252 |
| 7                        | 0,004914 |
| 8                        | 0,004031 |
| 9                        | 0,003531 |
| 10                       | 0,003312 |
| 11                       | 0,003331 |
| 12                       | 0,003522 |
| 13                       | 0,003840 |
| 14                       | 0,004241 |
| 15                       | 0,004687 |
| 16                       | 0,005142 |
| 17                       | 0,005551 |
| 18                       | 0,005897 |
| 19                       | 0,006143 |
| 20                       | 0,006279 |
| 21                       | 0,006297 |
| 22                       | 0,006197 |
| 23                       | 0,006024 |
| 24                       | 0,005833 |
| 25                       | 0,005678 |
| 26                       | 0,005733 |
| 27                       | 0,005806 |
| 28                       | 0,005879 |
| 29                       | 0,005951 |
| 30                       | 0,006042 |

| MORTALIDADE DE INVÁLIDOS |          |
|--------------------------|----------|
| Rentiers_Français (-9%)  |          |
| x                        | $q_x^i$  |
| 31                       | 0,006143 |
| 32                       | 0,006252 |
| 33                       | 0,006361 |
| 34                       | 0,006497 |
| 35                       | 0,006634 |
| 36                       | 0,006798 |
| 37                       | 0,006971 |
| 38                       | 0,007153 |
| 39                       | 0,007362 |
| 40                       | 0,007589 |
| 41                       | 0,007844 |
| 42                       | 0,008126 |
| 43                       | 0,008427 |
| 44                       | 0,008763 |
| 45                       | 0,009127 |
| 46                       | 0,009537 |
| 47                       | 0,009983 |
| 48                       | 0,010474 |
| 49                       | 0,011011 |
| 50                       | 0,011603 |
| 51                       | 0,012258 |
| 52                       | 0,012986 |
| 53                       | 0,013759 |
| 54                       | 0,014624 |
| 55                       | 0,015579 |
| 56                       | 0,016617 |
| 57                       | 0,017772 |
| 58                       | 0,019028 |
| 59                       | 0,020420 |
| 60                       | 0,021940 |
| 61                       | 0,023605 |

| <b>MORTALIDADE DE INVÁLIDOS</b> |                           |
|---------------------------------|---------------------------|
| <b>Rentiers_Français (-9%)</b>  |                           |
| <b>x</b>                        | <b><math>q^i_x</math></b> |
| 62                              | 0,025444                  |
| 63                              | 0,027455                  |
| 64                              | 0,029666                  |
| 65                              | 0,032096                  |
| 66                              | 0,034753                  |
| 67                              | 0,037674                  |
| 68                              | 0,040868                  |
| 69                              | 0,044372                  |
| 70                              | 0,048212                  |
| 71                              | 0,052416                  |
| 72                              | 0,057021                  |
| 73                              | 0,062053                  |
| 74                              | 0,067558                  |
| 75                              | 0,073574                  |
| 76                              | 0,080135                  |
| 77                              | 0,087296                  |
| 78                              | 0,095113                  |
| 79                              | 0,103613                  |
| 80                              | 0,112867                  |
| 81                              | 0,122923                  |
| 82                              | 0,133843                  |
| 83                              | 0,145682                  |
| 84                              | 0,158495                  |
| 85                              | 0,172345                  |
| 86                              | 0,187287                  |
| 87                              | 0,203367                  |
| 88                              | 0,220657                  |
| 89                              | 0,239175                  |
| 90                              | 0,258986                  |
| 91                              | 0,280098                  |
| 92                              | 0,302539                  |

| <b>MORTALIDADE DE INVÁLIDOS</b> |                           |
|---------------------------------|---------------------------|
| <b>Rentiers_Français (-9%)</b>  |                           |
| <b>x</b>                        | <b><math>q^i_x</math></b> |
| 93                              | 0,326299                  |
| 94                              | 0,351369                  |
| 95                              | 0,377705                  |
| 96                              | 0,405241                  |
| 97                              | 0,433897                  |
| 98                              | 0,463545                  |
| 99                              | 0,494030                  |
| 100                             | 0,525170                  |
| 101                             | 0,556747                  |
| 102                             | 0,588497                  |
| 103                             | 0,620138                  |
| 104                             | 0,651360                  |
| 105                             | 0,681836                  |
| 106                             | 0,910000                  |
| 107                             | 0,910000                  |
| 108                             | 0,910000                  |
| 109                             | 0,910000                  |
| 110                             | 0,910000                  |
| 111                             | 0,910000                  |
| 112                             | 0,910000                  |
| 113                             | 0,910000                  |
| 114                             | 0,910000                  |
| 115                             | 0,910000                  |
| 116                             | 0,910000                  |

### 3.TÁBUA PARA A ENTRADA EM INVALIDEZ:

| ENTRADA EM INVALIDEZ |                |
|----------------------|----------------|
| RGPS_9902_MM (-42%)  |                |
| x                    | i <sub>x</sub> |
| 0                    | 0,000000       |
| 1                    | 0,000000       |
| 2                    | 0,000000       |
| 3                    | 0,000000       |
| 4                    | 0,000000       |
| 5                    | 0,000000       |
| 6                    | 0,000000       |
| 7                    | 0,000000       |
| 8                    | 0,000000       |
| 9                    | 0,000000       |
| 10                   | 0,000000       |
| 11                   | 0,000000       |
| 12                   | 0,000000       |
| 13                   | 0,000000       |
| 14                   | 0,000000       |
| 15                   | 0,000000       |
| 16                   | 0,000000       |
| 17                   | 0,000000       |
| 18                   | 0,000000       |
| 19                   | 0,000000       |
| 20                   | 0,000023       |
| 21                   | 0,000046       |
| 22                   | 0,000064       |
| 23                   | 0,000081       |
| 24                   | 0,000104       |
| 25                   | 0,000128       |
| 26                   | 0,000157       |
| 27                   | 0,000191       |
| 28                   | 0,000220       |
| 29                   | 0,000261       |
| 30                   | 0,000307       |

| ENTRADA EM INVALIDEZ |                |
|----------------------|----------------|
| RGPS_9902_MM (-42%)  |                |
| x                    | i <sub>x</sub> |
| 31                   | 0,000360       |
| 32                   | 0,000418       |
| 33                   | 0,000481       |
| 34                   | 0,000551       |
| 35                   | 0,000632       |
| 36                   | 0,000719       |
| 37                   | 0,000806       |
| 38                   | 0,000911       |
| 39                   | 0,001027       |
| 40                   | 0,001160       |
| 41                   | 0,001322       |
| 42                   | 0,001496       |
| 43                   | 0,001688       |
| 44                   | 0,001897       |
| 45                   | 0,002123       |
| 46                   | 0,002349       |
| 47                   | 0,002593       |
| 48                   | 0,002848       |
| 49                   | 0,003138       |
| 50                   | 0,003463       |
| 51                   | 0,003822       |
| 52                   | 0,004205       |
| 53                   | 0,004623       |
| 54                   | 0,005092       |
| 55                   | 0,005626       |
| 56                   | 0,006258       |
| 57                   | 0,006989       |
| 58                   | 0,007749       |
| 59                   | 0,008485       |
| 60                   | 0,009147       |
| 61                   | 0,009848       |

| <b>ENTRADA EM INVALIDEZ</b> |                      |
|-----------------------------|----------------------|
| <b>RGPS_9902_MM (-42%)</b>  |                      |
| <b>x</b>                    | <b>i<sub>x</sub></b> |
| 62                          | 0,010637             |
| 63                          | 0,011316             |
| 64                          | 0,011704             |
| 65                          | 0,011606             |
| 66                          | 0,009558             |
| 67                          | 0,008062             |
| 68                          | 0,006600             |
| 69                          | 0,005313             |
| 70                          | 0,004930             |
| 71                          | 0,580000             |
| 72                          | 0,580000             |
| 73                          | 0,580000             |
| 74                          | 0,580000             |
| 75                          | 0,580000             |
| 76                          | 0,580000             |
| 77                          | 0,580000             |
| 78                          | 0,580000             |
| 79                          | 0,580000             |
| 80                          | 0,580000             |
| 81                          | 0,580000             |
| 82                          | 0,580000             |
| 83                          | 0,580000             |
| 84                          | 0,580000             |
| 85                          | 0,580000             |
| 86                          | 0,580000             |
| 87                          | 0,580000             |
| 88                          | 0,580000             |
| 89                          | 0,580000             |
| 90                          | 0,580000             |
| 91                          | 0,580000             |
| 92                          | 0,580000             |

| <b>ENTRADA EM INVALIDEZ</b> |                      |
|-----------------------------|----------------------|
| <b>RGPS_9902_MM (-42%)</b>  |                      |
| <b>x</b>                    | <b>i<sub>x</sub></b> |
| 93                          | 0,580000             |
| 94                          | 0,580000             |
| 95                          | 0,580000             |
| 96                          | 0,580000             |
| 97                          | 0,580000             |
| 98                          | 0,580000             |
| 99                          | 0,580000             |
| 100                         | 0,580000             |
| 101                         | 0,580000             |
| 102                         | 0,580000             |
| 103                         | 0,580000             |
| 104                         | 0,580000             |
| 105                         | 0,580000             |
| 106                         | 0,580000             |
| 107                         | 0,580000             |
| 108                         | 0,580000             |
| 109                         | 0,580000             |
| 110                         | 0,580000             |
| 111                         | 0,580000             |
| 112                         | 0,580000             |
| 113                         | 0,580000             |
| 114                         | 0,580000             |
| 115                         | 0,580000             |
| 116                         | 0,580000             |

#### 4.TÁBUA DE COMPOSIÇÃO FAMILIAR (PENSÃO NORMAL)

| <b>Idade</b> | <b>Probabilidade de ter beneficiário vitalício</b> | <b>Probabilidade de ter beneficiário temporário</b> | <b>Idade esperada do beneficiário vitalício</b> | <b>Idade esperada do beneficiário temporário</b> |
|--------------|--|---|---|--|
| 0            | 0,00000  | 0,00000   | 0   | 0  |
| 1            | 0,00000  | 0,00000   | 0   | 0  |
| 2            | 0,00000  | 0,00000   | 0   | 0  |
| 3            | 0,00000  | 0,00000   | 0   | 0  |
| 4            | 0,00000  | 0,00000   | 0   | 0  |
| 5            | 0,00000  | 0,00000   | 1   | 0  |
| 6            | 0,00000  | 0,00000   | 2   | 0  |
| 7            | 0,00000  | 0,00000   | 3   | 0  |
| 8            | 0,00000  | 0,00000   | 4   | 0  |
| 9            | 0,00000  | 0,00000   | 5   | 0  |
| 10           | 0,00000  | 0,00000   | 6   | 0  |
| 11           | 0,00000  | 0,00000   | 7   | 0  |
| 12           | 0,00000  | 0,00000   | 8   | 0  |
| 13           | 0,00000  | 0,00000   | 9   | 0  |
| 14           | 0,00000  | 0,00000   | 10  | 0  |
| 15           | 0,00000  | 0,00000   | 11  | 0  |
| 16           | 0,13330  | 0,40744   | 12  | 0  |
| 17           | 0,16120  | 0,38232   | 13  | 0  |
| 18           | 0,18850  | 0,35813   | 14  | 0  |
| 19           | 0,21520  | 0,33488   | 15  | 0  |
| 20           | 0,24130  | 0,31252   | 16  | 0  |
| 21           | 0,26680  | 0,29105   | 17  | 1  |
| 22           | 0,29170  | 0,27045   | 18  | 2  |
| 23           | 0,31600  | 0,25070   | 19  | 3  |
| 24           | 0,33970  | 0,23178   | 20  | 4  |
| 25           | 0,36280  | 0,21368   | 21  | 5  |

| <b>Idade</b> | <b>Probabilidade de ter beneficiário vitalício</b> | <b>Probabilidade de ter beneficiário temporário</b> | <b>Idade esperada do beneficiário vitalício</b> | <b>Idade esperada do beneficiário temporário</b> |
|--------------|--|---|---|--|
| 26           | 0,38530  | 0,19637   | 22  | 6  |
| 27           | 0,40720  | 0,17984   | 23  | 7  |
| 28           | 0,42850  | 0,16406   | 24  | 8  |
| 29           | 0,44920  | 0,14904   | 25  | 9  |
| 30           | 0,46930  | 0,13473   | 26  | 10   |
| 31           | 0,48880  | 0,12113   | 27  | 11   |
| 32           | 0,50770  | 0,10822   | 28  | 12   |
| 33           | 0,52600  | 0,09598   | 29  | 13   |
| 34           | 0,54370  | 0,08439   | 30  | 14   |
| 35           | 0,56080  | 0,07344   | 31  | 15   |
| 36           | 0,57730  | 0,06310   | 32  | 16   |
| 37           | 0,59320  | 0,05336   | 33  | 17   |
| 38           | 0,60850  | 0,04419   | 34  | 18   |
| 39           | 0,62320  | 0,03560   | 35  | 19   |
| 40           | 0,63730  | 0,02754   | 36  | 20   |
| 41           | 0,65080  | 0,02001   | 37  | 21   |
| 42           | 0,66370  | 0,01299   | 38  | 22   |
| 43           | 0,67600  | 0,00646   | 39  | 23   |
| 44           | 0,68770  | 0,00040   | 40  | 24   |
| 45           | 0,69880  | 0,00000   | 41  | 24   |
| 46           | 0,70930  | 0,00000   | 42  | 24   |
| 47           | 0,71920  | 0,00000   | 43  | 24   |
| 48           | 0,72850  | 0,00000   | 44  | 24   |
| 49           | 0,73720  | 0,00000   | 45  | 24   |
| 50           | 0,74530  | 0,00000   | 46  | 24   |
| 51           | 0,75280  | 0,00000   | 47  | 24   |
| 52           | 0,75970  | 0,00000   | 48  | 24   |
| 53           | 0,76600  | 0,00000   | 49  | 24   |

| <b>Idade</b> | <b>Probabilidade de ter beneficiário vitalício</b> | <b>Probabilidade de ter beneficiário temporário</b> | <b>Idade esperada do beneficiário vitalício</b> | <b>Idade esperada do beneficiário temporário</b> |
|--------------|--|---|---|--|
| 54           | 0,77170  | 0,00000   | 50  | 24   |
| 55           | 0,77680  | 0,00000   | 51  | 24   |
| 56           | 0,78130  | 0,00000   | 52  | 24   |
| 57           | 0,78520  | 0,00000   | 53  | 24   |
| 58           | 0,78850  | 0,00000   | 54  | 24   |
| 59           | 0,79120  | 0,00000   | 55  | 24   |
| 60           | 0,79330  | 0,00000   | 56  | 24   |
| 61           | 0,79480  | 0,00000   | 57  | 24   |
| 62           | 0,79570  | 0,00000   | 58  | 24   |
| 63           | 0,79600  | 0,00000   | 59  | 24   |
| 64           | 0,79570  | 0,00000   | 60  | 24   |
| 65           | 0,79480  | 0,00000   | 61  | 24   |
| 66           | 0,79330  | 0,00000   | 62  | 24   |
| 67           | 0,79120  | 0,00000   | 63  | 24   |
| 68           | 0,78850  | 0,00000   | 64  | 24   |
| 69           | 0,78520  | 0,00000   | 65  | 24   |
| 70           | 0,78130  | 0,00000   | 66  | 24   |
| 71           | 0,77680  | 0,00000   | 67  | 24   |
| 72           | 0,77170  | 0,00000   | 68  | 24   |
| 73           | 0,76600  | 0,00000   | 69  | 24   |
| 74           | 0,75970  | 0,00000   | 70  | 24   |
| 75           | 0,75280  | 0,00000   | 71  | 24   |
| 76           | 0,74530  | 0,00000   | 72  | 24   |
| 77           | 0,73720  | 0,00000   | 73  | 24   |
| 78           | 0,72850  | 0,00000   | 74  | 24   |
| 79           | 0,71920  | 0,00000   | 75  | 24   |
| 80           | 0,70930  | 0,00000   | 76  | 24   |
| 81           | 0,69880  | 0,00000   | 77  | 24   |

| <b>Idade</b> | <b>Probabilidade de ter beneficiário vitalício</b> | <b>Probabilidade de ter beneficiário temporário</b> | <b>Idade esperada do beneficiário vitalício</b> | <b>Idade esperada do beneficiário temporário</b> |
|--------------|--|---|---|--|
| 82           | 0,68770  | 0,00000   | 78  | 24   |
| 83           | 0,67600  | 0,00000   | 79  | 24   |
| 84           | 0,66370  | 0,00000   | 80  | 24   |
| 85           | 0,65080  | 0,00000   | 81  | 24   |
| 86           | 0,63730  | 0,00000   | 82  | 24   |
| 87           | 0,62320  | 0,00000   | 83  | 24   |
| 88           | 0,60850  | 0,00000   | 84  | 24   |
| 89           | 0,59320  | 0,00000   | 85  | 24   |
| 90           | 0,57730  | 0,00000   | 86  | 24   |
| 91           | 0,56080  | 0,00000   | 87  | 24   |
| 92           | 0,54370  | 0,00000   | 88  | 24   |
| 93           | 0,52600  | 0,00000   | 89  | 24   |
| 94           | 0,50770  | 0,00000   | 90  | 24   |
| 95           | 0,48880  | 0,00000   | 91  | 24   |
| 96           | 0,46930  | 0,00000   | 92  | 24   |
| 97           | 0,44920  | 0,00000   | 93  | 24   |
| 98           | 0,42850  | 0,00000   | 94  | 24   |
| 99           | 0,40720  | 0,00000   | 95  | 24   |
| 100          | 0,38530  | 0,00000   | 96  | 24   |
| 101          | 0,36280  | 0,00000   | 97  | 24   |
| 102          | 0,33970  | 0,00000   | 98  | 24   |
| 103          | 0,31600  | 0,00000   | 99  | 24   |
| 104          | 0,29170  | 0,00000   | 100   | 24   |
| 105          | 0,26680  | 0,00000   | 101   | 24   |
| 106          | 0,24130  | 0,00000   | 102   | 24   |
| 107          | 0,21520  | 0,00000   | 103   | 24   |
| 108          | 0,18850  | 0,00000   | 104   | 24   |
| 109          | 0,16120  | 0,00000   | 105   | 24   |

| <b>Idade</b> | <b>Probabilidade de ter beneficiário vitalício</b> | <b>Probabilidade de ter beneficiário temporário</b> | <b>Idade esperada do beneficiário vitalício</b> | <b>Idade esperada do beneficiário temporário</b> |
|--------------|--|---|---|--|
| 110          | 0,13330  | 0,00000   | 106   | 24   |
| 111          | 0,10480  | 0,00000   | 107   | 24   |
| 112          | 0,07570  | 0,00000   | 108   | 24   |
| 113          | 0,04600  | 0,00000   | 109   | 24   |
| 114          | 0,01570  | 0,00000   | 110   | 24   |

#### **5.TÁBUA DE COMPOSIÇÃO FAMILIAR (PENSÃO EXTRAORDINÁRIA)**

| <b>Idade</b> | <b>Probabilidade de ter beneficiário vitalício</b> | <b>Probabilidade de ter beneficiário temporário</b> | <b>Idade esperada do beneficiário vitalício</b> | <b>Idade esperada do beneficiário temporário</b> |
|--------------|--|---|---|--|
| 0            | 0,00000  | 0,00000   | 0   | 0  |
| 1            | 0,00000  | 0,00000   | 0   | 0  |
| 2            | 0,00000  | 0,00000   | 0   | 0  |
| 3            | 0,00000  | 0,00000   | 0   | 0  |
| 4            | 0,00000  | 0,00000   | 0   | 0  |
| 5            | 0,00000  | 0,00000   | 0   | 0  |
| 6            | 0,00000  | 0,00000   | 0   | 0  |
| 7            | 0,00000  | 0,00000   | 0   | 0  |
| 8            | 0,00000  | 0,00000   | 0   | 0  |
| 9            | 0,00000  | 0,00000   | 0   | 0  |
| 10           | 0,00000  | 0,00000   | 0   | 0  |
| 11           | 0,00000  | 0,00000   | 0   | 0  |
| 12           | 0,00000  | 0,00000   | 0   | 0  |
| 13           | 0,00000  | 0,00000   | 0   | 0  |
| 14           | 0,00000  | 0,00000   | 0   | 0  |
| 15           | 0,00000  | 0,00000   | 0   | 0  |

| <b>Idade</b> | <b>Probabilidade de ter beneficiário vitalício</b> | <b>Probabilidade de ter beneficiário temporário</b> | <b>Idade esperada do beneficiário vitalício</b> | <b>Idade esperada do beneficiário temporário</b> |
|--------------|--|---|---|--|
| 16           | 0,00000  | 0,00000   | 0   | 0  |
| 17           | 0,00000  | 0,00000   | 0   | 0  |
| 18           | 0,00000  | 0,00000   | 0   | 0  |
| 19           | 0,00000  | 0,00000   | 0   | 0  |
| 20           | 0,00000  | 0,00000   | 0   | 0  |
| 21           | 0,00000  | 0,00000   | 0   | 0  |
| 22           | 0,00000  | 0,00000   | 0   | 0  |
| 23           | 0,00000  | 0,00000   | 0   | 0  |
| 24           | 0,00000  | 0,00000   | 0   | 0  |
| 25           | 0,00000  | 0,00000   | 0   | 0  |
| 26           | 0,00000  | 0,00000   | 0   | 0  |
| 27           | 0,00000  | 0,00000   | 1   | 0  |
| 28           | 0,00000  | 0,00000   | 2   | 0  |
| 29           | 0,00000  | 0,00000   | 3   | 0  |
| 30           | 0,00000  | 0,00000   | 4   | 0  |
| 31           | 0,00000  | 0,00000   | 5   | 1  |
| 32           | 0,00000  | 0,00000   | 6   | 2  |
| 33           | 0,00000  | 0,00000   | 7   | 3  |
| 34           | 0,00000  | 0,00000   | 8   | 4  |
| 35           | 0,00000  | 0,00000   | 9   | 5  |
| 36           | 0,90773  | 0,01493   | 10  | 6  |
| 37           | 0,92524  | 0,01920   | 11  | 7  |
| 38           | 0,93944  | 0,02279   | 12  | 8  |
| 39           | 0,95060  | 0,02575   | 13  | 9  |
| 40           | 0,95900  | 0,02813   | 14  | 10   |
| 41           | 0,96490  | 0,02997   | 15  | 11   |
| 42           | 0,96857  | 0,03132   | 16  | 12   |
| 43           | 0,97025  | 0,03222   | 17  | 13   |

| <b>Idade</b> | <b>Probabilidade de ter beneficiário vitalício</b> | <b>Probabilidade de ter beneficiário temporário</b> | <b>Idade esperada do beneficiário vitalício</b> | <b>Idade esperada do beneficiário temporário</b> |
|--------------|--|---|---|--|
| 44           | 0,97016  | 0,03271   | 18  | 14   |
| 45           | 0,96854  | 0,03284   | 19  | 15   |
| 46           | 0,96559  | 0,03264   | 20  | 16   |
| 47           | 0,96153  | 0,03216   | 21  | 17   |
| 48           | 0,95655  | 0,03141   | 22  | 18   |
| 49           | 0,95084  | 0,03045   | 23  | 19   |
| 50           | 0,94456  | 0,02931   | 24  | 20   |
| 51           | 0,93788  | 0,02801   | 25  | 21   |
| 52           | 0,93095  | 0,02658   | 26  | 22   |
| 53           | 0,92393  | 0,02506   | 27  | 23   |
| 54           | 0,91694  | 0,02347   | 28  | 24   |
| 55           | 0,91010  | 0,02184   | 29  | 24   |
| 56           | 0,90354  | 0,02019   | 30  | 24   |
| 57           | 0,89735  | 0,01854   | 31  | 24   |
| 58           | 0,89164  | 0,01692   | 32  | 24   |
| 59           | 0,88648  | 0,01535   | 33  | 24   |
| 60           | 0,88194  | 0,01384   | 34  | 24   |
| 61           | 0,87810  | 0,01241   | 35  | 24   |
| 62           | 0,87500  | 0,01107   | 36  | 24   |
| 63           | 0,87268  | 0,00985   | 37  | 24   |
| 64           | 0,87119  | 0,00875   | 38  | 24   |
| 65           | 0,87055  | 0,00778   | 39  | 24   |
| 66           | 0,87076  | 0,00695   | 40  | 24   |
| 67           | 0,87184  | 0,00628   | 41  | 24   |
| 68           | 0,87377  | 0,00576   | 42  | 24   |
| 69           | 0,87654  | 0,00541   | 43  | 24   |
| 70           | 0,88012  | 0,00523   | 44  | 24   |
| 71           | 0,88447  | 0,00521   | 45  | 24   |

| <b>Idade</b> | <b>Probabilidade de ter beneficiário vitalício</b> | <b>Probabilidade de ter beneficiário temporário</b> | <b>Idade esperada do beneficiário vitalício</b> | <b>Idade esperada do beneficiário temporário</b> |
|--------------|--|---|---|--|
| 72           | 0,88956  | 0,00537   | 46  | 24   |
| 73           | 0,89531  | 0,00570   | 47  | 24   |
| 74           | 0,90167  | 0,00619   | 48  | 24   |
| 75           | 0,90856  | 0,00685   | 49  | 24   |
| 76           | 0,91589  | 0,00766   | 50  | 24   |
| 77           | 0,92356  | 0,00863   | 51  | 24   |
| 78           | 0,93146  | 0,00974   | 52  | 24   |
| 79           | 0,93948  | 0,01099   | 53  | 24   |
| 80           | 0,94750  | 0,01237   | 54  | 24   |
| 81           | 0,95536  | 0,01385   | 55  | 24   |
| 82           | 0,96294  | 0,01543   | 56  | 24   |
| 83           | 0,97006  | 0,01710   | 57  | 24   |
| 84           | 0,97656  | 0,01883   | 58  | 24   |
| 85           | 0,98227  | 0,02061   | 59  | 24   |
| 86           | 0,98699  | 0,02242   | 60  | 24   |
| 87           | 0,99052  | 0,02423   | 61  | 24   |
| 88           | 0,99267  | 0,02603   | 62  | 24   |
| 89           | 0,99321  | 0,02779   | 63  | 24   |
| 90           | 0,99192  | 0,02949   | 64  | 24   |
| 91           | 0,98855  | 0,03109   | 65  | 24   |
| 92           | 0,98286  | 0,03257   | 66  | 24   |
| 93           | 0,97459  | 0,03390   | 67  | 24   |
| 94           | 0,96347  | 0,03505   | 68  | 24   |
| 95           | 0,94923  | 0,03599   | 69  | 24   |
| 96           | 0,93157  | 0,03667   | 70  | 24   |
| 97           | 0,91020  | 0,03708   | 71  | 24   |
| 98           | 0,88481  | 0,03715   | 72  | 24   |
| 99           | 0,85507  | 0,03687   | 73  | 24   |

| <b>Idade</b> | <b>Probabilidade de ter beneficiário vitalício</b> | <b>Probabilidade de ter beneficiário temporário</b> | <b>Idade esperada do beneficiário vitalício</b> | <b>Idade esperada do beneficiário temporário</b> |
|--------------|--|---|---|--|
| 100          | 0,82067  | 0,03619   | 74  | 24   |
| 101          | 0,78127  | 0,03507   | 75  | 24   |
| 102          | 0,73651  | 0,03346   | 76  | 24   |
| 103          | 0,68603  | 0,03132   | 77  | 24   |
| 104          | 0,62947  | 0,02860   | 78  | 24   |
| 105          | 0,56646  | 0,02526   | 79  | 24   |
| 106          | 0,49659  | 0,02125   | 80  | 24   |
| 107          | 0,41947  | 0,01651   | 81  | 24   |
| 108          | 0,33470  | 0,01100   | 82  | 24   |
| 109          | 0,24184  | 0,00466   | 83  | 24   |
| 110          | 0,14049  | 0,00000   | 84  | 24   |
| 111          | 0,03018  | 0,00000   | 85  | 24   |

#### 6. TAXA DE ROTATIVIDADE DE MILITARES:

| <b>Idade</b> | <b>TAXA DE ROTATIVIDADE</b>  |                 |                              |                 |
|--------------|------------------------------|-----------------|------------------------------|-----------------|
|              | <b>Militares de Carreira</b> |                 | <b>Militares Temporários</b> |                 |
|              | <b>Masculino</b>             | <b>Feminino</b> | <b>Masculino</b>             | <b>Feminino</b> |
| 14           | 0,00000                      | 0,00000         | 0,00000                      | 0,00000         |
| 15           | 0,00000                      | 0,79705         | 0,40277                      | 0,00000         |
| 16           | 0,00000                      | 0,23450         | 0,27491                      | 0,00000         |
| 17           | 0,00753                      | 0,13018         | 0,47475                      | 0,83739         |
| 18           | 0,02419                      | 0,06890         | 0,03278                      | 0,28270         |
| 19           | 0,01982                      | 0,05463         | 0,25920                      | 0,17634         |
| 20           | 0,02399                      | 0,06447         | 0,26248                      | 0,08694         |
| 21           | 0,03438                      | 0,06612         | 0,14710                      | 0,06672         |
| 22           | 0,04003                      | 0,06965         | 0,37042                      | 0,07829         |
| 23           | 0,04055                      | 0,05229         | 0,27191                      | 0,06056         |
| 24           | 0,04157                      | 0,03762         | 0,36371                      | 0,07099         |
| 25           | 0,03754                      | 0,05339         | 0,29637                      | 0,16040         |
| 26           | 0,03611                      | 0,03761         | 0,60355                      | 0,12148         |
| 27           | 0,02784                      | 0,03732         | 0,92605                      | 0,11351         |
| 28           | 0,02325                      | 0,04178         | 0,31024                      | 0,09919         |

| Idade | TAXA DE ROTATIVIDADE  |          |                       |          |
|-------|-----------------------|----------|-----------------------|----------|
|       | Militares de Carreira |          | Militares Temporários |          |
|       | Masculino             | Feminino | Masculino             | Feminino |
| 29    | 0,01784               | 0,04004  | 0,18242               | 0,07686  |
| 30    | 0,01112               | 0,04798  | 0,15257               | 0,08519  |
| 31    | 0,00644               | 0,05625  | 0,13077               | 0,08511  |
| 32    | 0,00453               | 0,07087  | 0,13502               | 0,09617  |
| 33    | 0,00491               | 0,08559  | 0,14016               | 0,09577  |
| 34    | 0,00446               | 0,08820  | 0,11137               | 0,08448  |
| 35    | 0,00415               | 0,10891  | 0,11811               | 0,09711  |
| 36    | 0,00345               | 0,12545  | 0,13660               | 0,10078  |
| 37    | 0,00309               | 0,14096  | 0,13840               | 0,10223  |
| 38    | 0,00330               | 0,15842  | 0,11192               | 0,10575  |
| 39    | 0,00242               | 0,16274  | 0,10586               | 0,10823  |
| 40    | 0,00280               | 0,16692  | 0,12608               | 0,11347  |
| 41    | 0,00099               | 0,15433  | 0,12193               | 0,12191  |
| 42    | 0,00094               | 0,15195  | 0,10989               | 0,13096  |
| 43    | 0,00087               | 0,11234  | 0,11340               | 0,12424  |
| 44    | 0,00043               | 0,12915  | 0,15308               | 0,18817  |
| 45    | 0,00042               | 0,32029  | 0,81916               | 0,79372  |
| 46    | 0,00009               | 0,07142  | 0,41080               | 0,44966  |
| 47    | 0,00018               | 0,04423  | 0,27981               | 0,47318  |
| 48    | 0,00021               | 0,02881  | 0,44768               | 0,58780  |
| 49    | 0,00000               | 0,01801  | 0,47034               | 0,91756  |
| 50    | 0,00020               | 0,00583  | 0,11013               | 0,43629  |
| 51    | 0,00058               | 0,00750  | 0,36681               | 0,63329  |
| 52    | 0,00083               | 0,00000  | 0,00000               | 0,00000  |
| 53    | 0,00067               | 0,00000  | 0,00000               | 0,00000  |
| 54    | 0,00000               | 0,00000  | 0,00000               | 0,00000  |
| 55    | 0,00000               | 0,00000  | 0,00000               | 0,00000  |
| 56    | 0,00000               | 0,00000  | 0,00000               | 0,00000  |
| 57    | 0,00000               | 0,00000  | 0,00000               | 0,00000  |
| 58    | 0,00000               | 0,00000  | 0,00000               | 0,00000  |
| 59    | 0,00000               | 0,00000  | 0,00000               | 0,00000  |
| 60    | 0,00000               | 0,00000  | 0,00000               | 0,00000  |

## ANEXO B

### CÁLCULO DA DURAÇÃO DOS PASSIVOS E TESTE DE SENSIBILIDADE DA TAXA DE JUROS

#### 1. FÓRMULA DO CÁLCULO DA DURAÇÃO

$$DURAÇÃO = \frac{\sum_{n=1}^{n=75} \left( \frac{Resultado_n}{(1+i)^{(n-0,5)}} \right) * (n - 0,5)}{\sum_{n=1}^{n=75} \left( \frac{Resultado_n}{(1+i)^{(n-0,5)}} \right)}$$

#### 2. CÁLCULO DA DURAÇÃO DO PASSIVO DE PROVENTOS DE VETERANOS

|  |                          |
|--|--------------------------|
| <i>Taxa Anterior i</i>   | 4,76%                    |
| $\sum_{n=1}^{n=75} \left( \frac{Resultado_n}{(1+i)^{(n-0,5)}} \right) * (n - 0,5)$ | R\$ 7.891.292.683.734,35 |
| $\sum_{n=1}^{n=75} \left( \frac{Resultado_n}{(1+i)^{(n-0,5)}} \right)$             | R\$ 525.861.783.213,02   |
| <b>DURAÇÃO</b>   | <b>15,01</b>             |

\* Como *Taxa Anterior i*, foi considerada a taxa real de juros da Avaliação Atuarial do ano anterior.

Detalhamento da Tabela anterior:

| Ano série (n) | Ano  | Resultado         | $\frac{Resultado_n}{(1+i)^{(n-0,5)}}$ | $\frac{Resultado_n}{(1+i)^{(n-0,5)}} * (n - 0,5)$ |
|---------------|------|-------------------|---------------------------------------|---|
| 1             | 2023 | 30.802.645.997,29 | 15.047.359.057,75                     | 30.077.496.530,06                                 |
| 2             | 2024 | 30.367.357.280,01 | 42.482.006.739,63                     | 28.272.745.317,48                                 |
| 3             | 2025 | 29.968.483.910,90 | 66.698.498.465,35                     | 26.603.150.789,08                                 |
| 4             | 2026 | 29.641.018.752,63 | 88.161.091.076,64                     | 25.088.156.534,68                                 |
| 5             | 2027 | 29.692.117.777,31 | 108.386.198.547,44                    | 23.962.058.301,08                                 |
| 6             | 2028 | 29.585.969.188,90 | 126.000.798.245,98                    | 22.765.441.012,50                                 |
| 7             | 2029 | 29.936.911.196,66 | 143.830.060.232,69                    | 21.963.653.197,13                                 |
| 8             | 2030 | 29.743.403.368,72 | 157.393.122.411,33                    | 20.806.334.235,38                                 |
| 9             | 2031 | 29.546.746.868,20 | 169.148.026.193,71                    | 19.707.062.898,51                                 |
| 10            | 2032 | 29.377.934.327,52 | 179.426.963.831,35                    | 18.682.750.248,42                                 |
| 11            | 2033 | 29.280.262.635,34 | 188.673.812.198,70                    | 17.754.230.000,75                                 |
| 12            | 2034 | 29.142.896.088,62 | 196.328.078.454,95                    | 16.848.719.608,55                                 |
| 13            | 2035 | 28.995.833.606,57 | 202.675.843.883,27                    | 15.983.692.481,64                                 |
| 14            | 2036 | 28.793.515.442,82 | 207.486.262.924,28                    | 15.133.644.559,07                                 |
| 15            | 2037 | 28.536.004.239,76 | 210.827.161.526,54                    | 14.300.437.359,17                                 |
| 16            | 2038 | 28.323.775.367,22 | 213.526.975.419,84                    | 13.533.640.059,61                                 |
| 17            | 2039 | 28.159.891.697,64 | 215.719.469.438,81                    | 12.829.265.176,11                                 |
| 18            | 2040 | 28.017.178.113,34 | 217.290.815.112,99                    | 12.170.334.477,92                                 |
| 19            | 2041 | 27.819.066.772,30 | 217.719.698.826,18                    | 11.522.003.459,69                                 |
| 20            | 2042 | 27.635.874.819,17 | 217.618.482.721,96                    | 10.913.548.492,90                                 |
| 21            | 2043 | 27.453.204.913,53 | 216.939.868.623,26                    | 10.336.967.211,75                                 |
| 22            | 2044 | 27.254.181.735,81 | 215.609.840.235,23                    | 9.784.543.218,82                                  |
| 23            | 2045 | 27.070.198.706,63 | 213.931.847.810,85                    | 9.266.296.091,08                                  |
| 24            | 2046 | 27.106.446.236,18 | 213.573.043.533,23                    | 8.846.971.628,68                                  |
| 25            | 2047 | 27.008.639.019,85 | 211.777.240.866,26                    | 8.404.890.750,12                                  |
| 26            | 2048 | 26.810.648.314,20 | 208.863.478.960,39                    | 7.955.070.072,35                                  |
| 27            | 2049 | 26.575.991.812,74 | 205.378.452.315,68                    | 7.518.539.682,27                                  |
| 28            | 2050 | 26.330.020.647,36 | 201.561.659.476,57                    | 7.102.357.614,67                                  |
| 29            | 2051 | 25.993.674.645,64 | 196.852.566.228,66                    | 6.685.383.671,11                                  |
| 30            | 2052 | 25.625.070.785,38 | 191.743.275.482,37                    | 6.283.925.862,63                                  |
| 31            | 2053 | 25.170.646.845,00 | 185.879.620.970,94                    | 5.885.287.409,21                                  |
| 32            | 2054 | 24.640.538.083,09 | 179.391.893.528,03                    | 5.493.268.271,67                                  |
| 33            | 2055 | 24.115.129.384,51 | 172.909.772.894,45                    | 5.125.987.457,66                                  |
| 34            | 2056 | 23.463.247.892,57 | 165.532.787.833,84                    | 4.755.359.921,15                                  |
| 35            | 2057 | 22.894.425.035,60 | 158.783.159.667,85                    | 4.424.175.299,39                                  |
| 36            | 2058 | 21.906.567.511,26 | 149.232.289.226,21                    | 4.036.307.464,67                                  |
| 37            | 2059 | 20.925.932.741,97 | 139.907.924.370,95                    | 3.676.224.738,44                                  |
| 38            | 2060 | 19.957.247.431,72 | 130.858.230.622,22                    | 3.342.913.901,10                                  |
| 39            | 2061 | 19.002.018.981,40 | 122.105.189.396,59                    | 3.034.810.781,83                                  |

| <b>Ano série (n)</b> | <b>Ano</b> | <b>Resultado</b>  | <b><math>\frac{Resultado_n}{(1+i)^{(n-0,5)}}</math></b> | <b><math>\frac{Resultado_n}{(1+i)^{(n-0,5)}} * (n - 0,5)</math></b> |
|----------------------|------------|-------------------|---|---|
| 40                   | 2062       | 18.060.278.554,80 | 113.657.917.600,85                                      | 2.750.195.939,21  |
| 41                   | 2063       | 17.138.318.636,28 | 105.561.584.684,23                                      | 2.488.368.679,63  |
| 42                   | 2064       | 16.233.731.484,69 | 97.803.327.365,09                                       | 2.247.357.651,54  |
| 43                   | 2065       | 15.350.665.949,10 | 90.408.202.883,49                                       | 2.026.228.300,94  |
| 44                   | 2066       | 14.489.876.134,95 | 83.377.741.248,76                                       | 1.823.614.976,92  |
| 45                   | 2067       | 13.652.804.608,83 | 76.715.406.717,98                                       | 1.638.316.003,37  |
| 46                   | 2068       | 12.840.315.029,40 | 70.419.395.380,10                                       | 1.469.125.168,55  |
| 47                   | 2069       | 12.053.412.696,92 | 64.487.079.054,96                                       | 1.314.923.442,06  |
| 48                   | 2070       | 11.291.314.275,80 | 58.905.024.616,26                                       | 1.174.470.892,94  |
| 49                   | 2071       | 10.554.819.448,32 | 53.667.491.255,48                                       | 1.046.781.147,84  |
| 50                   | 2072       | 9.843.873.566,91  | 48.763.456.621,04                                       | 930.847.276,25  |
| 51                   | 2073       | 9.158.304.609,44  | 44.180.866.561,29                                       | 825.723.815,77  |
| 52                   | 2074       | 8.497.889.460,05  | 39.907.138.132,89                                       | 730.530.117,73  |
| 53                   | 2075       | 7.862.393.901,36  | 35.929.476.483,81                                       | 644.449.909,63  |
| 54                   | 2076       | 7.251.631.927,36  | 32.235.234.405,85                                       | 566.731.618,36  |
| 55                   | 2077       | 6.665.513.147,09  | 28.812.165.456,80                                       | 496.686.780,44  |
| 56                   | 2078       | 6.104.004.091,30  | 25.648.272.421,12                                       | 433.681.752,43  |
| 57                   | 2079       | 5.567.267.068,87  | 22.732.402.247,06                                       | 377.142.703,50  |
| 58                   | 2080       | 5.055.544.821,57  | 20.053.729.336,15                                       | 326.541.919,19  |
| 59                   | 2081       | 4.569.133.227,81  | 17.601.656.322,69                                       | 281.392.241,26  |
| 60                   | 2082       | 4.108.401.378,96  | 15.365.906.694,87                                       | 241.245.090,95  |
| 61                   | 2083       | 3.673.732.324,84  | 13.336.312.215,58                                       | 205.683.971,47  |
| 62                   | 2084       | 3.265.619.528,92  | 11.503.184.366,81                                       | 174.327.477,33  |
| 63                   | 2085       | 2.884.357.913,24  | 9.856.235.182,00  | 146.810.369,71  |
| 64                   | 2086       | 2.530.194.582,48  | 8.385.212.005,78  | 122.791.647,18  |
| 65                   | 2087       | 2.203.258.902,54  | 7.079.721.260,27  | 101.950.124,07  |
| 66                   | 2088       | 1.903.538.003,83  | 5.929.229.667,97  | 83.982.944,68   |
| 67                   | 2089       | 1.630.814.108,37  | 4.922.956.934,72  | 68.602.718,79   |
| 68                   | 2090       | 1.384.670.752,69  | 4.049.997.298,56  | 55.538.060,34   |
| 69                   | 2091       | 1.164.464.753,78  | 3.299.330.875,03  | 44.532.580,13   |
| 70                   | 2092       | 969.314.887,67    | 2.659.886.773,13  | 35.344.652,38   |
| 71                   | 2093       | 798.127.151,05    | 2.120.699.697,71  | 27.748.418,64   |
| 72                   | 2094       | 649.596.828,81    | 1.670.984.496,70  | 21.533.636,14   |
| 73                   | 2095       | 522.233.106,25    | 1.300.257.595,28  | 16.506.127,50   |
| 74                   | 2096       | 414.382.175,14    | 998.435.255,72  | 12.487.893,39   |
| 75                   | 2097       | 324.270.122,76    | 755.960.706,28  | 9.317.563,78  |
| 76                   | 2098       | 250.036.530,22    | 563.885.515,18  | 6.850.246,87  |
| 77                   | 2099       | 189.797.982,63    | 413.997.826,45  | 4.957.944,64  |
| 78                   | 2100       | 141.714.115,69    | 298.926.459,07  | 3.529.640,82  |
| 79                   | 2101       | 103.968.123,99    | 212.042.989,60  | 2.469.021,84  |

| Ano série (n) | Ano  | Resultado     | $\frac{Resultado_n}{(1+i)^{(n-0,5)}}$ | $\frac{Resultado_n}{(1+i)^{(n-0,5)}} * (n - 0,5)$ |
|---------------|------|---------------|---------------------------------------|---|
| 80            | 2102 | 74.877.105,85 | 147.630.041,88                        | 1.695.434,81                                      |
| 81            | 2103 | 52.878.132,81 | 100.770.883,57                        | 1.141.603,99                                      |
| 82            | 2104 | 36.569.537,91 | 67.351.095,88                         | 752.776,69  |
| 83            | 2105 | 24.727.182,45 | 44.004.863,41                         | 485.320,51  |
| 84            | 2106 | 16.320.103,99 | 28.059.892,50                         | 305.410,70  |
| 85            | 2107 | 10.493.163,48 | 17.427.868,08                         | 187.229,85  |
| 86            | 2108 | 6.557.110,70  | 10.518.752,99                         | 111.554,86  |
| 87            | 2109 | 3.965.378,03  | 6.143.146,04                          | 64.323,24   |
| 88            | 2110 | 2.307.828,94  | 3.452.282,40                          | 35.693,92   |
| 89            | 2111 | 1.293.452,47  | 1.868.068,95                          | 19.074,29   |
| 90            | 2112 | 695.101,68    | 969.114,39                            | 9.773,58  |
| 91            | 2113 | 356.918,57    | 480.314,73                            | 4.785,00  |
| 92            | 2114 | 175.688,62    | 228.179,91                            | 2.245,76  |
| 93            | 2115 | 82.828,78     | 103.810,24                            | 1.009,51  |
| 94            | 2116 | 37.327,38     | 45.139,93                             | 433,77  |
| 95            | 2117 | 16.123,27     | 18.810,97                             | 178,65  |
| 96            | 2118 | 6.683,02      | 7.521,55                              | 70,60   |
| 97            | 2119 | 2.557,21      | 2.776,06                              | 25,76   |
| 98            | 2120 | 860,02        | 900,44                                | 8,26  |
| 99            | 2121 | 250,15        | 252,57                                | 2,29  |
| 100           | 2122 | 51,24         | 49,89                                 | 0,45  |
| 101           | 2123 | 2,52          | 2,36                                  | 0,02  |

### 3. CÁLCULO DA DURAÇÃO DO PASSIVO DE PENSÕES DE MILITARES

|   |                               |
|---|-------------------------------|
| Taxa Anterior <i>i</i>  | 4,88%                         |
| $\sum_{n=1}^{n=75} \left( \left( \frac{Resultado_n}{(1+i)^n} \right) * n \right)$ | -<br>R\$ 6.179.285.700.016,54 |
| $\sum_{n=1}^{n=75} \left( \frac{Resultado_n}{(1+i)^n} \right)$                    | R\$ 349.750.941.100,41        |
| <b>DURAÇÃO</b>  | <b>17,67</b>                  |

\* Como Taxa Anterior *i*, foi considerada a taxa real de juros da Avaliação Atuarial do ano anterior.

Detalhamento da Tabela anterior:

| Ano série (n) | Ano  | Resultado       | $\frac{\text{Resultado}_n}{(1+i)^n}$ | $\frac{\text{Resultado}_n}{(1+i)^n} * n$ |
|---------------|------|-----------------|--------------------------------------|--|
| 1             | 2023 | -16.900.299.273 | -8.251.217.976                       | -16.502.435.953                          |
| 2             | 2024 | -18.100.652.822 | -25.278.219.434                      | -16.852.146.289                          |
| 3             | 2025 | -18.134.187.197 | -40.244.488.000                      | -16.097.795.200                          |
| 4             | 2026 | -18.130.402.474 | -53.709.500.570                      | -15.345.571.591                          |
| 5             | 2027 | -18.057.550.048 | -65.577.414.054                      | -14.572.758.679                          |
| 6             | 2028 | -17.973.258.264 | -76.064.107.115                      | -13.829.837.657                          |
| 7             | 2029 | -17.783.758.541 | -84.807.546.335                      | -13.047.314.821                          |
| 8             | 2030 | -17.403.887.052 | -91.308.756.730                      | -12.174.500.897                          |
| 9             | 2031 | -17.440.445.631 | -98.875.509.538                      | -11.632.412.887                          |
| 10            | 2032 | -17.466.975.216 | -105.526.336.647                     | -11.108.035.437                          |
| 11            | 2033 | -17.479.822.955 | -111.289.246.629                     | -10.598.975.869                          |
| 12            | 2034 | -17.495.960.394 | -116.324.132.502                     | -10.115.141.957                          |
| 13            | 2035 | -17.510.546.781 | -120.656.642.749                     | -9.652.531.420                           |
| 14            | 2036 | -17.531.987.724 | -124.398.104.867                     | -9.214.674.435                           |
| 15            | 2037 | -17.555.918.601 | -127.569.754.537                     | -8.797.914.106                           |
| 16            | 2038 | -17.571.743.477 | -130.139.769.487                     | -8.396.114.160                           |
| 17            | 2039 | -17.576.736.545 | -132.127.430.463                     | -8.007.723.058                           |
| 18            | 2040 | -17.574.602.188 | -133.598.528.605                     | -7.634.201.635                           |
| 19            | 2041 | -17.572.868.811 | -134.647.979.117                     | -7.278.269.141                           |
| 20            | 2042 | -17.567.050.172 | -135.277.702.481                     | -6.937.318.076                           |
| 21            | 2043 | -17.551.043.696 | -135.474.293.715                     | -6.608.502.132                           |
| 22            | 2044 | -17.537.035.366 | -135.363.646.788                     | -6.295.983.572                           |
| 23            | 2045 | -17.517.780.248 | -134.919.996.670                     | -5.996.444.296                           |
| 24            | 2046 | -17.462.411.681 | -133.935.016.604                     | -5.699.362.409                           |
| 25            | 2047 | -17.414.440.084 | -132.771.533.717                     | -5.419.246.274                           |
| 26            | 2048 | -17.387.901.743 | -131.560.056.527                     | -5.159.217.903                           |
| 27            | 2049 | -17.361.203.605 | -130.157.656.116                     | -4.911.609.665                           |
| 28            | 2050 | -17.325.477.450 | -128.519.563.442                     | -4.673.438.671                           |
| 29            | 2051 | -17.303.251.287 | -126.832.698.450                     | -4.450.270.121                           |
| 30            | 2052 | -17.277.967.043 | -124.991.544.944                     | -4.237.001.524                           |
| 31            | 2053 | -17.256.885.032 | -123.065.280.333                     | -4.034.927.224                           |
| 32            | 2054 | -17.237.783.483 | -121.052.174.914                     | -3.842.926.188                           |
| 33            | 2055 | -17.208.309.217 | -118.880.193.996                     | -3.657.852.123                           |
| 34            | 2056 | -17.183.088.689 | -116.665.192.736                     | -3.482.543.067                           |
| 35            | 2057 | -17.132.559.824 | -114.220.468.584                     | -3.310.738.220                           |
| 36            | 2058 | -17.181.456.213 | -112.382.381.111                     | -3.165.700.876                           |
| 37            | 2059 | -17.216.857.249 | -110.398.702.994                     | -3.024.622.000                           |
| 38            | 2060 | -17.236.402.614 | -108.268.581.565                     | -2.887.162.175                           |
| 39            | 2061 | -17.238.751.539 | -105.998.180.503                     | -2.753.199.494                           |

| <b>Ano série (n)</b> | <b>Ano</b> | <b>Resultado</b> | <b><math>\frac{Resultado_n}{(1+i)^n}</math></b> | <b><math>\frac{Resultado_n}{(1+i)^n} * n</math></b> |
|----------------------|------------|------------------|---|---|
| 40                   | 2062       | -17.223.302.681  | -103.598.322.113                                | -2.622.742.332                                      |
| 41                   | 2063       | -17.187.010.100  | -101.065.253.295                                | -2.495.438.353                                      |
| 42                   | 2064       | -17.130.832.402  | -98.419.328.511                                 | -2.371.550.085                                      |
| 43                   | 2065       | -17.052.779.964  | -95.663.281.527                                 | -2.250.900.742                                      |
| 44                   | 2066       | -16.952.417.606  | -92.808.846.838                                 | -2.133.536.709                                      |
| 45                   | 2067       | -16.829.305.009  | -89.867.361.527                                 | -2.019.491.270                                      |
| 46                   | 2068       | -16.683.225.713  | -86.850.943.787                                 | -1.908.811.951                                      |
| 47                   | 2069       | -16.513.924.707  | -83.770.998.949                                 | -1.801.526.859                                      |
| 48                   | 2070       | -16.321.822.468  | -80.641.764.515                                 | -1.697.721.358                                      |
| 49                   | 2071       | -16.106.685.844  | -77.473.470.402                                 | -1.597.391.142                                      |
| 50                   | 2072       | -15.868.476.171  | -74.276.738.952                                 | -1.500.540.181                                      |
| 51                   | 2073       | -15.607.115.030  | -71.061.396.169                                 | -1.407.156.360                                      |
| 52                   | 2074       | -15.322.407.400  | -67.836.164.134                                 | -1.317.207.071                                      |
| 53                   | 2075       | -15.014.093.605  | -64.608.966.162                                 | -1.230.646.975                                      |
| 54                   | 2076       | -14.681.875.144  | -61.387.083.283                                 | -1.147.422.117                                      |
| 55                   | 2077       | -14.325.487.315  | -58.177.481.741                                 | -1.067.476.729                                      |
| 56                   | 2078       | -13.944.755.462  | -54.987.024.454                                 | -990.757.197  |
| 57                   | 2079       | -13.539.671.575  | -51.822.723.390                                 | -917.216.343  |
| 58                   | 2080       | -13.110.453.175  | -48.691.877.888                                 | -846.815.268  |
| 59                   | 2081       | -12.657.655.094  | -45.602.370.705                                 | -779.527.704  |
| 60                   | 2082       | -12.182.172.197  | -42.562.518.515                                 | -715.336.446  |
| 61                   | 2083       | -11.685.315.054  | -39.581.180.292                                 | -654.234.385  |
| 62                   | 2084       | -11.168.752.097  | -36.667.392.570                                 | -596.217.765  |
| 63                   | 2085       | -10.634.485.020  | -33.830.160.916                                 | -541.282.575  |
| 64                   | 2086       | -10.084.842.336  | -31.078.334.872                                 | -489.422.596  |
| 65                   | 2087       | -9.522.411.199   | -28.420.313.941                                 | -440.625.022  |
| 66                   | 2088       | -8.950.045.883   | -25.864.024.803                                 | -394.870.608  |
| 67                   | 2089       | -8.370.669.285   | -23.416.322.823                                 | -352.125.155  |
| 68                   | 2090       | -7.787.410.769   | -21.083.419.262                                 | -312.346.952  |
| 69                   | 2091       | -7.203.505.449   | -18.870.611.376                                 | -275.483.378  |
| 70                   | 2092       | -6.622.243.326   | -16.782.195.288                                 | -241.470.436  |
| 71                   | 2093       | -6.047.058.868   | -14.821.749.408                                 | -210.237.580  |
| 72                   | 2094       | -5.481.477.187   | -12.992.033.358                                 | -181.706.760  |
| 73                   | 2095       | -4.929.126.904   | -11.295.066.746                                 | -155.794.024  |
| 74                   | 2096       | -4.393.753.686   | -9.732.203.080                                  | -132.410.926  |
| 75                   | 2097       | -3.879.181.309   | -8.304.085.069                                  | -111.464.229  |
| 76                   | 2098       | -3.389.252.710   | -7.010.575.376                                  | -92.855.303   |
| 77                   | 2099       | -2.927.661.336   | -5.850.491.508                                  | -76.477.013   |
| 78                   | 2100       | -2.497.817.342   | -4.821.473.467                                  | -62.212.561   |
| 79                   | 2101       | -2.102.688.879   | -3.919.849.546                                  | -49.934.389   |

| Ano série (n) | Ano  | Resultado      | $\frac{Resultado_n}{(1+i)^n}$ | $\frac{Resultado_n}{(1+i)^n} * n$ |
|---------------|------|----------------|-------------------------------|-----------------------------------|
| 80            | 2102 | -1.744.571.038 | -3.140.420.703                | -39.502.147                       |
| 81            | 2103 | -1.424.985.420 | -2.476.541.826                | -30.764.495                       |
| 82            | 2104 | -1.144.610.643 | -1.920.269.023                | -23.561.583                       |
| 83            | 2105 | -903.101.219   | -1.462.326.620                | -17.725.171                       |
| 84            | 2106 | -699.171.562   | -1.092.525.446                | -13.084.137                       |
| 85            | 2107 | -530.537.641   | -799.910.803                  | -9.466.400                        |
| 86            | 2108 | -394.179.549   | -573.371.597                  | -6.706.101                        |
| 87            | 2109 | -286.473.080   | -401.960.353                  | -4.646.940                        |
| 88            | 2110 | -203.447.890   | -275.328.937                  | -3.146.616                        |
| 89            | 2111 | -141.146.258   | -184.208.886                  | -2.081.456                        |
| 90            | 2112 | -95.642.601    | -120.359.305                  | -1.344.797                        |
| 91            | 2113 | -63.321.130    | -76.826.282                   | -848.909                          |
| 92            | 2114 | -40.844.253    | -47.771.838                   | -522.097                          |
| 93            | 2115 | -25.709.056    | -28.983.784                   | -313.338                          |
| 94            | 2116 | -15.722.120    | -17.082.729                   | -182.703                          |
| 95            | 2117 | -8.979.309     | -9.401.921                    | -99.491                           |
| 96            | 2118 | -5.255.678     | -5.302.508                    | -55.524                           |
| 97            | 2119 | -3.197.519     | -3.108.114                    | -32.208                           |
| 98            | 2120 | -2.016.172     | -1.887.974                    | -19.364                           |
| 99            | 2121 | -1.306.796     | -1.178.733                    | -11.967                           |
| 100           | 2122 | -860.913       | -747.929                      | -7.517                            |
| 101           | 2123 | -567.581       | -474.875                      | -4.725                            |
| 102           | 2124 | -363.811       | -293.113                      | -2.888                            |
| 103           | 2125 | -240.161       | -186.306                      | -1.818                            |
| 104           | 2126 | -155.666       | -116.263                      | -1.123                            |
| 105           | 2127 | -98.431        | -70.773                       | -677                              |
| 106           | 2128 | -60.607        | -41.947                       | -398                              |
| 107           | 2129 | -35.824        | -23.865                       | -224                              |
| 108           | 2130 | -20.412        | -13.086                       | -122                              |
| 109           | 2131 | -10.805        | -6.667                        | -61                               |
| 110           | 2132 | -5.344         | -3.173                        | -29                               |
| 111           | 2133 | -2.518         | -1.439                        | -13                               |
| 112           | 2134 | -1.157         | -636                          | -6                                |
| 113           | 2135 | -526           | -278                          | -2                                |
| 114           | 2136 | -228           | -116                          | -1                                |
| 115           | 2137 | -96            | -47                           | 0                                 |
| 116           | 2138 | -32            | -15                           | 0                                 |
| 117           | 2139 | -8             | -4                            | 0                                 |

### 3. TESTE DE SENSIBILIDADE DA PREMISSA SIGNIFICATIVA

A combinação dos itens 86 e 146 da NCB TSP 15 permite a compreensão de que a taxa de juros utilizada como taxa de desconto é a variável significativa na estimação dos passivos atuariais. Assim, divulga-se, a seguir, o teste de sensibilidade da referida variável para os benefícios analisados, variando-se as taxas utilizadas em um ponto percentual para cima e um para baixo:

#### 3.1 Proventos de Militares Veteranos

Para a estimação do passivo atinente aos proventos de militares veteranos foi utilizada a taxa de juros 4,66% a.a. Sendo assim, foram simulados cenários para as taxas de 3,66% e 5,66% para os referidos direitos, conforme a Tabela abaixo:

| PASSIVO                | TAXA DE JUROS          |                        |                        |
|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|
|                        | 3,66%                  | 4,66%                  | 5,66%                  |
| Proventos de Militares | R\$ 519.005.740.565,29 | R\$ 456.034.918.416,08 | R\$ 416.299.626.113,58 |

Conforme a Tabela anterior, tem-se:

a) Variando-se a taxa de juros de 4,66% para 3,66%, o passivo atuarial dos veteranos das FFAA aumenta de R\$ 452.660.918.387,32 para R\$ 514.816.002.349,38, representando um acréscimo de 13,73%; e

b) Variando-se a taxa de juros de 4,66% para 5,66% o passivo atuarial dos veteranos das FFAA diminui de R\$ 452.660.918.387,32 para R\$ 402.685.491.179,66, representando uma redução de 11,04%.

#### 3.2 Pensões de Militares

Para a estimação do passivo atinente às pensões de militares, foi utilizada a taxa de juros 4,72% a.a. Sendo assim, foram simulados cenários para as taxas de 3,72% e 5,72% para os referidos direitos, conforme a Tabela abaixo:

| PASSIVO              | TAXA DE JUROS          |                        |                        |
|----------------------|------------------------|------------------------|------------------------|
|                      | 3,72%                  | 4,72%                  | 5,72%                  |
| Pensões de Militares | R\$ 404.116.654.132,62 | R\$ 339.224.996.630,88 | R\$ 290.641.148.095,09 |

a) Variando-se a taxa de juros de 4,72% para 3,72% o passivo atuarial das pensões de militares das FFAA aumenta de R\$ 339.224.996.630,88 para R\$ 404.116.654.132,62, representando um acréscimo de 19,13%.

b) Variando-se a taxa de juros de 4,72% para 5,72% o passivo atuarial das pensões de militares das FFAA diminui de R\$ 339.224.996.630,88 para R\$ 290.641.148.095,09, representando uma redução de 14,32%.

## ANEXO C

### NOTA TÉCNICA ATUARIAL DAS PROJEÇÕES ATUARIAIS DE PROVENTOS DE VETERANOS E PENSÕES DE MILITARES

#### 1. APRESENTAÇÃO

Este anexo tem como objetivo descrever as formulações atuariais utilizadas na projeção atuarial das pensões de militares.

Durante todo o processo de elaboração e desenvolvimento da metodologia e formulação aplicada ao estudo houve a participação de profissional capacitado e habilitado no campo da ciência atuarial.

#### 2. DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS

##### 2.1 Variáveis utilizadas em todo cálculo

$q_x$  é a probabilidade de um indivíduo válido falecer antes de completar a idade  $x + 1$ , obtido conforme a Tábua Biométrica de Mortalidade;

$q_x^i$  é a probabilidade de um indivíduo inválido na idade  $x$  falecer antes de completar a idade  $x + 1$  obtido conforme a Tábua Biométrica de Mortalidade de Inválidos;

${}_{(CSA)}^1valor_{x-t}^T$  é o salário projetado para época  $t$ , de acordo com o Corpo e Arma do militar, dado pela fórmula:

$${}_{(CSA)}^1valor_{x-t}^T = valor_{x+t} \cdot (1 + CSA)^t \quad (1)$$

${}_{(CBA)}^1valor_{x-t}^T$  é o provento projetado para época  $t$ , de acordo com o Corpo e Arma do militar, dado pela fórmula:

$${}_{(CBA)}^1\text{valor}_{x-t}^T = \text{valor}_x \cdot (1 + CBA)^t \quad (2)$$

$\text{valor}_x^B$  é o salário de benefício do militar na idade x, de acordo com o Corpo e Arma do militar;

$\text{valor}_x^C$  é o salário de contribuição do militar na idade x, de acordo com o Corpo e Arma do militar;

${}_{(CSA)}^e v_e^t$  é o fator de crescimento salarial da época t descontado financeiramente, dado pela fórmula:

$${}_{(CBA)}^e v_e^t = \frac{(1+CSA)^t}{(1+i)^t} \quad (3)$$

${}_{(CBA)}^e v_e^t$  é o fator de crescimento de proventos da época t descontado financeiramente, dado pela fórmula:

$${}_{(CBA)}^e v_e^t = \frac{(1+CBA)^t}{(1+i)^t} \quad (4)$$

## 2.2 Descrição das variáveis do grupo de ativos

**Sal<sub>t</sub>** é o valor do Salário do Militar no momento t da Projeção;

**PSA** é o valor da remuneração referente à probabilidade de o militar sair do serviço ativo por motivo de ter alcançado a reserva remunerada;

**PSI** é o valor da remuneração referente à probabilidade de o militar sair do serviço ativo por motivo de invalidez;

**PSM** é o valor da remuneração referente à Probabilidade do militar Sair do serviço ativo por motivo de Morte/Falecimento;

**PSP** é o valor da remuneração referente à Probabilidade de o militar gerar pensão vitalícia ou temporária;

**ROT** é o valor da remuneração referente à Probabilidade de o militar sair do serviço ativo por motivo de desligamento (Rotatividade laboral).

As variáveis expostas a seguir são referentes ao ano  $t$  da projeção para a população de atuais ativos:

**BaC\_AP<sub>t</sub>** é o Valor da Remuneração a Conceder por ter alcançado a reserva remunerada;

**BaC\_AI<sub>t</sub>** é o Valor da Remuneração a Conceder por motivo de Invalidez;

**BaC\_PAT<sub>t</sub>** é o Valor do Benefício a Conceder de Pensão por morte de Ativo;

**BaC\_PAT\_PE<sub>t</sub>** é o Valor do Benefício a Conceder de Pensão por morte de Ativo que contribuía com 1,5% para Pensão Extraordinária;

**BaC\_PAP<sub>t</sub>** é o Valor do Benefício a Conceder de Pensão por morte de futuro militar inativo;

**BaC\_PAP\_PE<sub>t</sub>** é o Valor do Benefício a Conceder de Pensão por morte de futuro militar inativo que contribuía com 1,5% para Pensão Extraordinária;

**BaC\_PAI<sub>t</sub>** é o Valor do Benefício a Conceder de Pensão por morte de futuro militar Inválido;

**BaC\_PAI\_PE<sub>t</sub>** é o Valor do Benefício a Conceder de Pensão por morte de futuro militar Inválido que contribuía com 1,5% para Pensão Extraordinária;

**AC1\_SAL<sub>t</sub>** é o somatório dos salários ( $Sal_t$ ) referente a todos os militares ativos;

**$AC1\_BaC\_AP_t$**  é o somatório das remunerações de futuros militares da reserva remunerada ( $BaC\_AP_t$ ) referente a todos os militares ativos;

**$AC1\_BaC\_AI_t$**  é o somatório das remunerações de futuros militares inválidos ( $BaC\_AI_t$ ) referente a todos os militares ativos;

**$AC1\_BaC\_PAT_t$**  é o somatório dos futuros benefícios de pensão de atuais ativos ( $BaC\_PAT_t$ ) referente a todos os militares ativos;

**$AC1\_BaC\_PAP_t$**  é o somatório dos futuros benefícios de pensão de futuros militares da reserva remunerada ( $BaC\_PAP_t$ ) referente a todos os militares ativos;

**$AC1\_BaC\_PAI_t$**  é o somatório de futuros benefícios de pensão de futuros militares inválidos ( $BaC\_PAI_t$ ) referente a todos os militares ativos;

**$AC1\_BaC\_PAT\_PE_t$**  é o somatório dos futuros benefícios de pensão extraordinária ( $BaC\_PAT\_PE_t$ ) referente aos atuais militares ativos;

**$AC1\_BaC\_PAP\_PE_t$**  é o somatório dos futuros benefícios de pensão extraordinária ( $BaC\_PAP\_PE_t$ ) referente aos futuros militares veteranos da reserva;

**$AC1\_BaC\_PAI\_PE_t$**  é o somatório dos futuros benefícios de pensão extraordinária ( $BaC\_PAI\_PE_t$ ) referente aos futuros militares inválidos;

**$ContribuicaoNormalAtivo_t$**  é o somatório das contribuições normais dos ativos;

**$ContribuicaoExtraordinariaAtivo_t$**  é o somatório das contribuições extraordinárias dos ativos;

**$ContribuicaoNormalFutInativoPROG_t$**  é o somatório das contribuições normais dos futuros veteranos que irão se inativar de forma programável;

***ContribuicaoExtraordinariaFutInativoPROG<sub>t</sub>*** é o somatório das contribuições extraordinárias dos futuros veteranos que irão se inativar de forma programável;

***ContribuicaoNormalFutInativoINV<sub>t</sub>*** é somatório das contribuições normais dos futuros veteranos inválidos;

***ContribuicaoExtraordinariaFutInativoINV<sub>t</sub>*** é somatório das contribuições extraordinárias dos futuros veteranos inválidos;

***ContribuicaoNormalPensaoAtivo<sub>t</sub>*** é o somatório das contribuições normais de futuras pensões normais dos atuais militares ativos;

***ContribuicaoNormalPensaoAtivo\_PE<sub>t</sub>*** é o somatório das contribuições normais de futuras pensões extraordinárias de atuais militares ativos;

***ContribuicaoExtPensaoAtivo\_PE<sub>t</sub>*** é o somatório das contribuições extraordinárias de futuras pensões extraordinárias de atuais militares ativos;

***ContribuicaoNormalPensaoFutInativo<sub>t</sub>*** é o somatório das contribuições de futuras pensões normais de futuros militares da reserva remunerada;

***ContribuicaoNormalPensaoFutInativo\_PE<sub>t</sub>*** é o somatório das contribuições normais de futuras pensões extraordinárias de futuros militares da reserva remunerada;

***ContribuicaoExtPensaoFutInativo\_PE<sub>t</sub>*** é o somatório das contribuições extraordinárias de futuras pensões extraordinárias de futuros militares da reserva remunerada;

***ContribNormalPensaoFutInv<sub>t</sub>*** é o somatório das contribuições de futuras pensões normais de futuros militares inválidos;

**$ContribuicaoNormalPensaoFutInv\_PE_t$**  é o somatório das contribuições normais de futuras pensões extraordinárias de futuros militares inválidos;

**$ContribuicaoExtPensaoFutInv\_PE_t$**  é o somatório das contribuições extraordinárias de futuras pensões extraordinárias de futuros militares inválidos;

### **2.3 Descrição das variáveis do grupo de veteranos**

As variáveis expostas a seguir são referentes ao ano  $t$  da projeção para a população de atuais veteranos:

**$BC\_AP_t$**  é o Valor do da Remuneração de um militar inativo;

**$BC\_AI_t$**  é o Valor do da Remuneração de um militar inválido;

**$BC\_PAP_t$**  é o Valor do Benefício de Pensão normal por morte de um atual militar inativo;

**$BC\_PAP\_PE_t$**  é o Valor do Benefício de Pensão extraordinária por morte de um atual militar inativo;

**$BC\_PAI_t$**  é o Valor do Benefício de Pensão normal por morte de um atual militar inválido;

**$BC\_PAI\_PE_t$**  é o Valor do Benefício de Pensão extraordinária por morte de um atual militar inválido;

**$AC1\_BC\_AP_t$**  é o somatório da remuneração de um militar inativo ( $BC\_AP_t$ ) referente a todos os militares veteranos;

**$AC1\_BC\_AI_t$**  é o somatório da remuneração de um militar inválido ( $BC\_AI_t$ ) referente a todos os militares veteranos;

**$AC1\_BC\_PAP_t$**  é o somatório dos benefícios de pensão ( $BC\_PAP_t$ ) referente a todos os militares veteranos que se inativaram;

**$AC1\_BC\_PAI_t$**  é o somatório dos benefícios de pensão ( $BC\_PAI_t$ ) referente a todos os militares veteranos;

**$AC1\_BC\_PAP\_PE_t$**  é o somatório dos benefícios de pensão ( $BC\_PAP\_PE_t$ ) referente a todos os militares veteranos;

**$AC1\_BC\_PAI\_PE_t$**  é o somatório de ( $BC\_PAI\_PE_t$ ) referente a todos os militares veteranos;

**$ContribuicaoNormalInativo_t$**  somatório das contribuições normais dos atuais veteranos que se inativaram por tempo de serviço;

**$AC1\_BC\_CP\_AP_t$**  somatório das contribuições extraordinárias dos atuais veteranos que se inativaram por tempo de serviço;

**$ContribuicaoNormalInv_t$**  é o somatório contribuições normais referente a t militares inválidos;  
 **$AC1\_BC\_CP\_AI_t$**  é o somatório contribuições extraordinárias referente a militares inválidos;

**$ContribuicaoNormalPensaoInativo_t$**  é o somatório das contribuições de futuras pensões normais de militares da reserva remunerada;

**$ContribuicaoNormalPensaoInativo\_PE_t$**  é o somatório das contribuições normais de futuras pensões extraordinárias de militares da reserva remunerada;

**$ContribuicaoExtPensaoInativo\_PE_t$**  é o somatório das contribuições extraordinárias de futuras pensões extraordinárias de militares da reserva remunerada;

**$ContribNormalPensaoInv_t$**  é o somatório das contribuições de futuras pensões normais de militares inválidos;

***ContribuicaoNormalPensaoInv\_PEt*** é o somatório das contribuições normais de futuras pensões extraordinárias de militares inválidos;

***ContribuicaoExtPensaoInv\_PEt*** é o somatório das contribuições extraordinárias de futuras pensões extraordinárias de militares inválidos;

## **2.4 Descrição das variáveis do grupo de pensionistas**

As variáveis expostas a seguir são referentes ao ano t da projeção para a população de atuais pensões

***BC\_Pt*** é o Valor do Benefício Concedido para uma Pensão;

***BC\_P\_PEt*** é o Valor do Benefício Concedido para uma Pensão Extraordinária;

***AC1\_BC\_Pt*** é o somatório de *BC\_Pt* referente a todas as Pensões;

***AC1\_BC\_P\_PEt*** é o somatório de *BC\_P\_PEt* referente a todas as Pensões;

## **3. EXPRESSÕES DO CÁLCULO DO FLUXO PROJETADO**

### **3.1 Ativos**

#### **3.1.1 Cálculo individual de ativos**

Caso o objetivo seja calcular o quantitativo, o salário inicial será 1, sendo o cálculo individual efetuado com a variável inteira “t” variando de 0 a “n”, sendo “n” o prazo da projeção em anos; e este modelo de fluxo projetado é calculado utilizando um valor de “n” superior a 35.

a)  $Sal_t$

- Se  $t \leq k$ :  $Sal_t = [Sal_{t-1} - PSA - PSI - PSM - ROT] * (1 + CSA)$

- Se  $t = 0$ :  $Sal_t = \text{Salário do banco de dados}$

- Se  $t > k$ :  $Sal_t = 0$

b) *PSA*:

- Se  $t < k$ :  $PSA = 0$

- Se  $t = k$ :  $PSA = Sal_t$

- Se  $t > k$ :  $PSA = 0$

c) *PSI*

- Se  $t < k$ :  $PSI = Sal_t * i_{x+t}$

- Se  $t = k$ :  $PSI = 0$

- Se  $t > k$ :  $PSI = 0$

d)  $PSM = Salt * q_{x+t}$

- Se  $t < k$ :  $PSM = Salt * q_{x+t}$

- Se  $t = k$ :  $PSM = 0$

- Se  $t > k$ :  $PSM = 0$

e)  $PSP = PSM * \text{máximo}(\text{Prob}(c); \text{Prob}(f))$

- Se  $t < k$ :  $PSP = PSM * \text{máximo}(\text{Prob}(c); \text{Prob}(f))$

- Se  $t = k$ :  $PSP = 0$

- Se  $t > k$ :  $PSP = 0$

f)  $ROT = Salt * r_{x+t}$

- Se  $t < k$ :  $ROT = Salt * r_{x+t}$

- Se  $t = k$ :  $ROT = 0$

- Se  $t > k$ :  $ROT = 0$

g) *BaC<sub>AP</sub>*:

-  $BaC_{AP_0} = 0$

-  $BaC_{AP_{t+1}} = [BaC_{AP_t} * (1 - q_{x+t})] * (1 + CBA) + PSA * [1 + (CBA + CSA)/2]$

h) *BaC<sub>AI</sub>*:

-  $BaC\_AIO = 0$

-  $BaC\_AI_{t+1} = [BaC\_AI_t * (1-q_{x+t}^i)] * (1+CBA) + PSI * [1 + (CBA+CSA)/2]$

i)  $BaC\_PAT$ :

-  $BaC\_PAT_0 = 0$

- Se contribui com 1,5%:  $BaC\_PAT_t = 0$

- Senão:  $BaC\_PAT_{t+1} = [BaC\_PAT_t * (1-q_{y+t})] * (1+CBA) + PSP * [1 + (CBA+CSA)/2]$

- A idade  $y$  é dada pela de composição familiar.

j)  $BaC\_PAT\_PE$ :

-  $BaC\_PAT\_PE_0 = 0$

- Se não contribui com 1,5%:  $BaC\_PAT\_PE_t = 0$

- Senão:  $BaC\_PAT\_PE_{t+1} = [BaC\_PAT\_PE_t * (1-q_{y+t})] * (1+CBA) + PSP * [1 + (CBA+CSA)/2]$

- A idade  $y$  é dada pela idade do cônjuge de composição familiar padrão.

k)  $BaC\_PAP$ :

-  $BaC\_PAP_0 = 0$

- Se contribui com 1,5%:  $BaC\_PAP_t = 0$

- Senão:  $BaC\_PAP_{t+1} = [BaC\_PAP_t * (1-q_{y+t}) + BaC\_AP_t * q_{x+t} * \text{máximo}(Prob(c); Prob(f))] * (1+CBA)$

- A idade  $y$  é dada pela de composição familiar.

l)  $BaC\_PAP\_PE$ :

-  $BaC\_PAP\_PE_0 = 0$

- Se não contribui com 1,5%:  $BaC\_PAP\_PE_t = 0$

- Senão:  $BaC\_PAP\_PE_{t+1} = [BaC\_PAP\_PE_t * (1-q_{y+t}) + BaC\_AP_t * q_{x+t} * \text{máximo}(Prob(c); Prob(f))] * (1+CBA)$

- A idade  $y$  é dada pela idade do cônjuge de composição familiar padrão.

m)  $BaC\_PAI$ :

-  $BaC\_PAI_0 = 0$

- Se contribui com 1,5%:  $BaC\_PAI_t = 0$
- Senão:  $BaC\_PAI_{t+1} = [BaC\_PAI_t * (1-q_{y+t}) + BaC\_AI_t * q_{x+t}^i * \text{máximo}(Prob(c); Prob(f))] * (1+CBA)$
- A idade  $y$  é dada pela de composição familiar.

n)  $BaC\_PAI\_PE$ :

- $BaC\_PAI\_PE_0 = 0$
- Se não contribui com 1,5%:  $BaC\_PAI\_PE_t = 0$
- Senão:  $BaC\_PAI\_PE_{t+1} = [BaC\_PAI\_PE_t * (1-q_{y+t}) + BaC\_AI_t * q_{x+t}^i * \text{máximo}(Prob(c); Prob(f))] * (1+CBA)$
- A idade  $y$  é dada pela idade do cônjuge de composição familiar padrão.

o)  $AC1\_SAL_t = AC1\_SAL_t + Sal_t$

p)  $AC1\_BaC\_AP_t = AC1\_BaC\_AP_t + BaC\_AP_t$

q)  $AC1\_BaC\_AI_t = AC1\_BaC\_AI_t + BaC\_AI_t$

r)  $AC1\_BaC\_PAT_t = AC1\_BaC\_PAT_t + BaC\_PAT_t$

s)  $AC1\_BaC\_PAP_t = AC1\_BaC\_PAP_t + BaC\_PAP_t$

t)  $AC1\_BaC\_PAI_t = AC1\_BaC\_PAI_t + BaC\_PAI_t$

u) Se contribui com 1,5%:

- $AC1\_BaC\_CP\_AT_t = AC1\_BaC\_CP\_AT_t + Sal_t * 1,5\%$
- $AC1\_BaC\_CP\_AP_t = AC1\_BaC\_CP\_AP_t + BaC\_AP_t * 1,5\%$
- $AC1\_BaC\_CP\_AI_t = AC1\_BaC\_CP\_AI_t + BaC\_AI_t * 1,5\%$
- $AC1\_BaC\_PAT\_PE_t = AC1\_BaC\_PAT\_PE_t + BaC\_PAT\_PE_t$
- $AC1\_BaC\_PAP\_PE_t = AC1\_BaC\_PAP\_PE_t + BaC\_PAP\_PE_t$
- $AC1\_BaC\_PAI\_PE_t = AC1\_BaC\_PAI\_PE_t + BaC\_PAI\_PE_t$

### 3.1.2 Cálculo de valores acumulados para ativos

O cálculo é efetuado com a variável inteira “t” variando de 0 a “n”, sendo “n” o prazo da projeção em anos.

#### 3.1.2.1 Valores da quantidade de pessoas

- a)  $AC2\_SAL_t = AC1\_SAL_t$
- b)  $AC2\_BaC\_AP_t = AC1\_BaC\_AP_t$
- c)  $AC2\_BaC\_AI_t = AC1\_BaC\_AI_t$
- d)  $AC2\_BaC\_PAT_t = AC1\_BaC\_PAT_t$
- e)  $AC2\_BaC\_PAP_t = AC1\_BaC\_PAP_t$
- f)  $AC2\_BaC\_PAI_t = AC1\_BaC\_PAI_t$
- g)  $AC2\_BaC\_CP\_AT_t = AC1\_BaC\_CP\_AT_t / 1,5\%$
- h)  $AC2\_BaC\_CP\_AP_t = AC1\_BaC\_CP\_AP_t / 1,5\%$
- i)  $AC2\_BaC\_CP\_AI_t = AC1\_BaC\_CP\_AI_t / 1,5\%$
- j)  $AC2\_BaC\_PAT\_PE_t = AC1\_BaC\_PAT\_PE_t$
- k)  $AC2\_BaC\_PAP\_PE_t = AC1\_BaC\_PAP\_PE_t$
- l)  $AC2\_BaC\_PAI\_PE_t = AC1\_BaC\_PAI\_PE_t$

### 3.1.2.2 Valores monetários

- a)  $AC2\_SAL_t = AC1\_SAL_t * 13;$
- b)  $AC2\_BaC\_AP_t = AC1\_BaC\_AP_t * 13;$
- c)  $AC2\_BaC\_Al_t = AC1\_BaC\_Al_t * 13;$
- d)  $AC2\_BaC\_PAT_t = AC1\_BaC\_PAT_t * 13;$
- e)  $AC2\_BaC\_PAP_t = AC1\_BaC\_PAP_t * 13;$
- f)  $AC2\_BaC\_PAI_t = AC1\_BaC\_PAI_t * 13;$
- g)  $ContribuicaoNormalAtivo_t = AC1\_SAL_t * 12 * 10,5%;$
- h)  $ContribuicaoExtraordinariaAtivo_t = AC1\_BaC\_CP\_AT_t;$
- i)  $ContribuicaoNormalFutInativoPROG_t = AC1\_BaC\_AP_t * 12 * 10,5%;$
- j)  $ContribuicaoExtraordinariaFutInativoPROG_t = AC1\_BaC\_CP\_AP_t;$
- k)  $ContribuicaoNormalFutInativoINV_t = AC1\_BaC\_Al_t * 12 * 10,5%;$
- l)  $ContribuicaoExtraordinariaFutInativoINV_t = AC1\_BaC\_CP\_Al_t;$
- m)  $ContribuicaoNormalPensaoAtivo_t = AC1\_BaC\_PAT_t * 12 * 10,5%;$
- n)  $ContribuicaoNormalPensaoAtivo\_PE_t = AC1\_BaC\_PAT\_PE_t * 12 * 10,5%;$
- o)  $ContribuicaoExtPensaoAtivo\_PE_t = AC1\_BaC\_PAT\_PE_t * 12 * 1,5%;$

- p)  $ContribuicaoNormalPensaoFutInativo_t = AC1\_BaC\_PAP_t * 12 * 10,5\%$ ;
- q)  $ContribuicaoNormalPensaoFutInativo\_PE_t = AC1\_BaC\_PAP\_PE_t * 12 * 10,5\%$ ;
- r)  $ContribuicaoExtPensaoFutInaAtivo\_PE_t = AC1\_BaC\_PAP\_PE_t * 12 * 1,5\%$ ;
- s)  $ContribuicaoNormalPensaoFutInv_t = AC1\_BaC\_PAI_t * 12 * 10,5\%$ ;
- t)  $ContribuicaoNormalPensaoFutInv\_PE_t = AC1\_BaC\_PAI\_PE_t * 12 * 10,5\%$ ;
- u)  $ContribuicaoExtPensaoFutInv\_PE_t = AC1\_BaC\_PAI\_PE_t * 12 * 1,5\%$ ;
- v)  $AC2\_BaC\_PAT\_PE_t = AC1\_BaC\_PAT\_PE_t * 13$
- w)  $AC2\_BaC\_PAP\_PE_t = AC1\_BaC\_PAP\_PE_t * 13$
- x)  $AC2\_BaC\_PAI\_PE_t = AC1\_BaC\_PAI\_PE_t * 13$

## 3.2 VETERANOS

### 3.2.1 Cálculo individual para veteranos

Caso o objetivo seja calcular o quantitativo, o provento inicial será 1, sendo o cálculo individual efetuado com a variável inteira “t” variando de 0 a “n”, sendo “n” o prazo da projeção em anos.

#### 3.2.1.1 Cálculo individual para veteranos que se inativaram de forma programável

a)  $BC\_AP:$

$$- BC\_AP_{t+1} = [BC\_AP_t * (1 - q_{x+t})] * (1 + CBA)$$

b)  $BC\_PAP:$

- $BC\_PAP_0 = 0$
- Se contribui com 1,5%:  $BaC\_PAP_t = 0$
- Senão:  $BC\_PAP_{t+1} = [BC\_PAP_t * (1-q_{y+t}) + BC\_AP_t * q_{x+t} * \text{máximo}(\text{Prob}(c); \text{Prob}(f))] * (1+CBA)$
- A idade  $y$  é dada pela de composição familiar;

c)  $BC\_PAP\_PE$ :

- $BC\_PAP\_PE_0 = 0$
- Se não contribui com 1,5%:  $BaC\_PAP\_PE_t = 0$
- Senão:  $BC\_PAP\_PE_{t+1} = [BC\_PAP\_PE_t * (1-q_{y+t}) + BC\_AP_t * q_{x+t} * \text{máximo}(\text{Prob}(c); \text{Prob}(f))] * (1+CBA)$
- A idade  $y$  é dada pela idade do cônjuge na de composição familiar;

d)  $AC1\_BC\_AP_t = AC1\_BC\_AP_t + BC\_AP_t$

e)  $AC1\_BC\_PAP_t = AC1\_BC\_PAP_t + BC\_PAP_t$

f) Se contribui com 1,5%:

- $AC1\_BC\_CP\_AP_t = AC1\_BC\_CP\_AP_t + BC\_AP_t * 1,5\%$
- $AC1\_BC\_PAP\_PE_t = AC1\_BC\_PAP\_PE_t + BC\_PAP\_PE_t$

### 3.2.1.2 Cálculo individual para veteranos que se inativaram por invalidez

a)  $BC\_AI$ :

- $BC\_AI_{t+1} = BC\_AI_t * (1-q_{x+t}^i) * (1+CBA)$

b)  $BC\_PAI$ :

- $BC\_PAI_0 = 0$
- Se contribui com 1,5%:  $BaC\_PAI_t = 0$
- Senão:  $BC\_PAI_{t+1} = [BC\_PAI_t * (1-q_{y+t}) + BC\_AI_t * q_x^i * \text{máximo}(\text{Prob}(c); \text{Prob}(f))] * (1+CBA)$
- A idade  $y$  é dada pela de composição familiar.

c)  $BC\_PAI\_PE$ :

-  $BC\_PAI\_PE_0 = 0$

- Se não contribui com 1,5%:  $BC\_PAI\_PE_t = 0$

- Senão:  $BC\_PAI\_PE_{t+1} = [BC\_PAI\_PE_t * (1 - q_{y+t}) + BC\_AP_t * q_x^i * \text{máximo}(\text{Prob}(c); \text{Prob}(f))] * (1 + CBA)$

- A idade  $y$  é dada pela idade do cônjuge de composição familiar padrão.

d)  $AC1\_BC\_AP_t = AC1\_BC\_AP_t + BC\_AP_t$

e)  $AC1\_BC\_AI_t = AC1\_BC\_AI_t + BC\_AI_t$

f)  $AC1\_BC\_PAP_t = AC1\_BC\_PAP_t + BC\_PAP_t$

g)  $AC1\_BC\_PAI_t = AC1\_BC\_PAI_t + BC\_PAI_t$

h) Se contribui com 1,5%:

-  $AC1\_BC\_CP\_AP_t = AC1\_BC\_CP\_AP_t + BC\_AP_t * 1,5\%$

-  $AC1\_BC\_CP\_AI_t = AC1\_BC\_CP\_AI_t + BC\_AI_t * 1,5\%$

-  $AC1\_BC\_PAP\_PE_t = AC1\_BC\_PAP\_PE_t + BC\_PAP\_PE_t$

-  $AC1\_BC\_PAI\_PE_t = AC1\_BC\_PAI\_PE_t + BC\_PAI\_PE_t$

### 3.2.2 Cálculo de valores acumulados para veteranos

O cálculo é efetuado com a variável inteira “ $t$ ” variando de 0 a “ $n$ ”, sendo “ $n$ ” o prazo da projeção em anos.

#### 3.2.2.1 Valores da quantidade de pessoas

a)  $AC2\_BC\_AP_t = AC1\_BC\_AP_t$

b)  $AC2\_BC\_AI_t = AC1\_BC\_AI_t$

- c)  $AC2\_BC\_PAP_t = AC1\_BC\_PAP_t$
- d)  $AC2\_BC\_PAI_t = AC1\_BC\_PAI_t$
- e)  $AC2\_BC\_PAP\_PE_t = AC1\_BC\_PAP\_PE_t$
- f)  $AC2\_BC\_PAI\_PE_t = AC1\_BC\_PAI\_PE_t$
- g)  $AC2\_BC\_CP\_AP_t = AC1\_BC\_CP\_AP_t / 1,5\%$
- h)  $AC2\_BC\_CP\_AI_t = AC1\_BC\_CP\_AI_t / 1,5\%$

### 3.2.2.2 Valores monetários

- a)  $AC2\_BC\_AP_t = AC1\_BC\_AP_t * 13$
- b)  $AC2\_BC\_AI_t = AC1\_BC\_AI_t * 13$
- c)  $AC2\_BC\_PAP_t = AC1\_BC\_PAP_t * 13$
- d)  $AC2\_BC\_PAI_t = AC1\_BC\_PAI_t * 13$
- e)  $AC2\_BC\_PAP\_PE_t = AC1\_BC\_PAP\_PE_t * 13$
- f)  $AC2\_BC\_PAI\_PE_t = AC1\_BC\_PAI\_PE_t * 13$
- g)  $ContribuicaoNormalInativo_t = AC1\_BC\_AP_t * 12 * 10,5\%$
- h)  $AC2\_BC\_CP\_AP_t = AC1\_BC\_CP\_AP_t * 12$
- i)  $ContribuicaoNormalInv_t = AC1\_BC\_AI_t * 12 * 10,5\%$

- j)  $AC2\_BC\_CP\_AI_t = AC1\_BC\_CP\_AI_t * 12$
- k)  $ContribuicaoNormalPensaoInativo_t = AC1\_BC\_PAP_t * 12 * 10,5\%$
- l)  $ContribuicaoNormalPensaoInativo\_PE_t = AC1\_BC\_PAP\_PE_t * 12 * 10,5\%$
- m)  $ContribuicaoExtPensaoInativo\_PE_t = AC1\_BC\_PAP\_PE_t * 12 * 1,5\%$
- n)  $ContribNormalPensaoInv_t = AC1\_BC\_PAI_t * 12 * 10,5\%$
- o)  $ContribuicaoNormalPensaoInv\_PE_t = AC2\_BC\_PAI\_PE_t * 12 * 10,5\%$
- p)  $ContribuicaoExtPensaoInv\_PE_t = AC2\_BC\_PAI\_PE_t * 12 * 1,5\%$

### 3.3 PENSIONISTAS

#### 3.3.1 Cálculo individual para pensionistas

Caso o objetivo seja calcular o quantitativo, então: provento inicial = 1, sendo o cálculo individual efetuado com a variável inteira “t” variando de 0 a “n”, sendo “n” o prazo da projeção em anos.

- a) Se é Pensão Normal:  $BC\_P_{t+1} = [BC\_P_t * (1 - q_{x+t})] * (1 + CBA)$   
- Se o pensionista é temporário e  $x+t \geq 21$ ,  $BC\_P_{t+1} = ZERO$
- b) Se é Pensão Extraordinária:  $BC\_P\_PE_{t+1} = [BC\_P\_PE_t * (1 - q_{x+t})] * (1 + CBA)$   
- Se o pensionista é temporário e  $x+t \geq 21$ ,  $BC\_P\_PE_{t+1} = ZERO$
- a) Se é Pensão Normal:  $AC1\_BC\_P_t = AC1\_BC\_P_t + BC\_P_t$
- b) Se é Pensão Extraordinária:  $AC1\_BC\_P\_PE_t = AC1\_BC\_P\_PE_t + BC\_P\_PE_t$

### 3.3.2 Cálculo de valores acumulado para pensionistas

O cálculo é efetuado com a variável inteira “t” variando de 0 a “n”, sendo “n” o prazo da projeção em anos.

#### 3.3.2.1 Valores da quantidade de pessoas

a)  $AC2\_BC\_P_t = AC1\_BC\_P_t$

b)  $AC2\_BC\_P\_PE_t = AC1\_BC\_P\_PE_t$

#### 3.3.2.2 Valores monetários

a)  $AC2\_BC\_P_t = AC1\_BC\_P_t * 13$

b)  $AC2\_BC\_P\_PE_t = AC1\_BC\_P\_PE_t * 13$

c)  $ContribuicaoNormalPensaoPorMorte_t = AC1\_BC\_P_t * 12 * 10,5\%$

d)  $ContribuicaoNormalPensaoExtraordinaria_t = AC1\_BC\_P\_PE_t * 12 * 10,5\%$

e)  $ContribuicaoNormalPensaoExtraordinaria_t = AC1\_BC\_P\_PE_t * 12 * 1,5\%$

f)  $ContribuicaoNormalPensaoExtraordinariaFilha_t = AC1\_BC\_P\_PE_t * 12 * 3\%$

## ANEXO D

### NOTA TÉCNICA ATUARIAL DO CÁLCULO DO VALOR PRESENTE ATUARIAL DOS PROVENTOS DE MILITARES VETERANOS

#### 1. CÁLCULO DA RESERVA MATEMÁTICA (PROVISÃO) DE VETERANOS DAS FORÇAS ARMADAS

À luz da recomendação contida no item 1.7.2 do Acórdão nº 1.463/2020/TCU-Plenário, a reserva matemática foi calculada por meio da técnica do Valor Presente Atuarial para a população de militares de massa fechada (sem reposição de militares), utilizando-se o método de financiamento de Crédito Unitário Projetado, conforme as variáveis e equações descritas neste item.

#### 2. DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS UTILIZADAS

Para a obtenção do valor da reserva matemática dos proventos de militares veteranos, em consonância com a recomendação retromencionada, as seguintes variáveis, à luz da ciência atuarial, foram consideradas no cálculo:

$x$  é a idade do militar (ativo e inativo) na data da avaliação;

$z$  é a idade final da tábua de mortalidade;

$l_n$  é o número de vivos com a idade  $n$ , onde  $n \in \{x, y, w\}$ ;

$k$  é o tempo que falta para a transferência para a reserva remunerada, no caso dos militares de carreira, e para transferência para a reserva não remunerada, no caso dos militares temporários;

$i$  é a taxa real de juros anual;

$t$  é o tempo medido em anos;

$v^t$  é o fator de desconto financeiro para período  $t$ , dado pela fórmula:

$$v^t = \frac{1}{(1+i)^t} \quad (1)$$

$valox^B$  é o salário na idade  $x$ , de acordo com o plano de carreira do militar;

$valox^C$  é o salário de contribuição na idade  $x$ , de acordo com o plano de carreira do militar;

$TS$  é o tempo de serviço militar na data da avaliação;

$TR$  é o tempo de serviço militar mínimo para a transferência para inatividade remunerada (35 anos), no caso dos militares de carreira, ou o tempo de serviço militar que obriga o desligamento do serviço ativo (8 anos) dos militares temporários;

${}_t p_n^i$ , onde  $n \in \{x, y, w\}$ , é a probabilidade geral de um indivíduo válido de idade  $x, y$  ou  $w$ , atingir a idade  $n+t$ , dada pela seguinte fórmula:

$${}_t p_n^i = \frac{l_{n+t}}{l_n} \quad (2)$$

Em que  $l_{n+t}$  foi obtido conforme a Tábua Biométrica de Mortalidade.

${}_t p_x^{aa}$  é a probabilidade de um militar da ativa de idade  $x$  atingir na ativa a idade  $x+t$ , dada pela seguinte fórmula:

$${}_t p_x^{aa} = \frac{l_{x+t}^{aa}}{l_x^{aa}} \quad (3)$$

Em que  $l_{x+t}^{aa}$  foi obtido conforme a Tábua Biométrica de Mortalidade.

$q_x$  é a probabilidade de um indivíduo válido falecer antes de completar a idade  $x + 1$ , obtido conforme a Tábua Biométrica de Mortalidade;

${}_t p_x^i$  é a probabilidade de um militar inválido de idade  $x$  atingir a idade  $x+t$ , dada pela seguinte fórmula:

$${}_t p_x^i = \frac{l_{x+t}^i}{l_x^i} \quad (4)$$

Em que  $l_{x+t}^i$  foi obtido conforme a Tábua Biométrica de Mortalidade de Inválidos.

$i_x$  é a probabilidade de o indivíduo de idade  $x$  torna-se inválido, conforme a Tábua Biométrica de entrada em invalidez;

${}_t q_x^i$  é a probabilidade de um indivíduo inválido na idade  $x$  falecer antes de completar a idade  $x + 1$  obtido conforme a Tábua Biométrica de Mortalidade de Inválidos;

$D_x$  é uma comutação atuarial dada pela seguinte fórmula:

$$D_x = l_x * v \quad (5)$$

${}_t E_x^{aa}$  é o fator de desconto atuarial para os militares ativos válidos, no tempo  $t$ , dado pela seguinte fórmula:

$${}_t E_x^{aa} = \frac{D_{x+t}^{aa}}{D_x^{aa}} \quad (6)$$

${}_t a_x^{(12)}$  é a anuidade vitalícia postecipada mensalizada referente a participantes válidos, dada pela seguinte fórmula:

$$a_x^{(12)} = \sum_{t=0}^{z-x} [{}_t p_x * v^t] - 13/24 \quad (7)$$

${}_t a_x^{aa(12)}$  é a anuidade vitalícia postecipada mensalizada referente a participantes ativos válidos, dada pela seguinte fórmula:

$$a_x^{aa(12)} = \sum_{t=0}^{z-x} [{}_t p_x^{aa} * v^t] - 13/24 \quad (8)$$

${}_t a_x^{i(12)}$  é a anuidade vitalícia postecipada mensalizada referente a inválidos, dada pela seguinte fórmula:

$$a_x^{(12)} = \sum_{t=0}^{z-x} [{}_t p_x^i * v^t] - 13/24 \quad (9)$$

### 3. CÁLCULO DO VALOR PRESENTE DOS PROVENTOS DE VETERANOS

#### 3.1 Militares Ativos

a) Valor Presente das Compensações Futuras oriundas dos atuais ativos que irão se inativar de forma programável (após o cumprimento do tempo de serviço militar mínimo para inativação):

$$\begin{aligned} VPBF\_BaC_{InatividadeProgramavel} \\ = 13 \cdot {}_k E_x^{aa} \cdot a_{x+k}^{(12)} \cdot valor_{x+k}^B \end{aligned} \quad (10)$$

b) Valor Presente das Compensações Futuras oriundas dos atuais ativos que irão se inativar por invalidez:

$$VPBF\_BaC_{InatividadePorInvalidez} = 13 \cdot \sum_{t=0}^{k-1} [{}_t p_x^{aa} \cdot v^t \cdot i_{x+t} \cdot a_{x+t}^{i(12)} \cdot valor_{x+t}^B] \quad (11)$$

### 3.2 Atuais Veteranos

a) Valor Presente das Compensações Futuras oriundas dos atuais militares veteranos que se inativaram de forma programável (após o cumprimento do tempo de serviço militar mínimo para inativação):

$$VPBF_{BC_{InatividadeProgramavel}} = 13 \cdot a_x^{(12)} \cdot valor_x^B \quad (12)$$

b) Valor Presente das Compensações Futuras oriundas dos atuais militares veteranos que se inativaram por invalidez:

$$VPBF_{BC_{InatividadePorInvalidez}} = 13 \cdot a_x^{i(12)} \cdot valor_x^B \quad (13)$$

## 4. Provisão matemática das Compensações de Militares Veteranos

### 4.1 Militares Ativos

a) Provisão Matemática de Compensação de Militares oriundas dos atuais ativos que irão se inativar de forma programável (após o cumprimento do tempo de serviço militar mínimo para inativação):

$$PMBaC_{InatProg} = VPBF_{BaC_{InatividadeProgramavel}} \cdot \left( \frac{TS_u}{TR} \right) \quad (14)$$

b) Provisão Matemática de Compensação de Militares oriundas dos atuais ativos que irão se inativar por invalidez:

$$PMBaC_{InatInv} = VPBF_{BaC_{InatividadePorInvalidez}} \cdot \left( \frac{TS_u}{TR} \right) \quad (15)$$

### 4.2 Atuais Veteranos

a) Provisão Matemática de Compensação de Militares oriundas dos atuais ativos que irão se inativar de forma programável (após o cumprimento do tempo de serviço militar mínimo para inativação):

$$\begin{aligned}
 & PMBC_{InatProg} \\
 & = VPBF\_BC_{InatividadeProgramavel}
 \end{aligned}
 \tag{16}$$

b) Provisão Matemática de Compensação de Militares oriundas dos atuais ativos que irão se inativar por invalidez:

$$\begin{aligned}
 & PMBC_{InatInv} \\
 & = VPBF\_BC_{InatividadePorInvalidez}
 \end{aligned}
 \tag{17}$$

## 5. CONSOLIDAÇÃO DA PROVISÃO DAS COMPENSAÇÕES COM MILITARES VETERANOS

### 5.1. Despesas

$$\begin{aligned}
 DCaC & = VPBF\_BaC_{InatividadeProgramavel} \\
 & \quad + VPBF\_BaC_{InatividadePorInvalidez}
 \end{aligned}
 \tag{18}$$

$$\begin{aligned}
 DCC & = VPBF\_BC_{InatividadeProgramavel} \\
 & \quad + VPBF\_BC_{InatividadePorInvalidez}
 \end{aligned}
 \tag{19}$$

### 5.2 Provisão matemática das compensações de militares

$$PMC = PMBaC_{InatProg} + PMBaC_{InatInv} + PMBC_{InatProg} + PMBC_{InatInv}$$

(20)

## ANEXO E

### NOTA TÉCNICA ATUARIAL DO CÁLCULO DO VALOR PRESENTE ATUARIAL DAS PENSÕES DE MILITARES

#### 1. CÁLCULO DA RESERVA MATEMÁTICA (PROVISÃO) DE PENSÕES DE MILITARES

À luz da recomendação contida no item 1.7.2 do Acórdão nº 1.463/2020/TCU-Plenário, a reserva matemática foi calculada por meio da técnica do Valor Presente Atuarial para a população de militares e pensionistas de massa fechada (sem reposição de militares), utilizando-se o método de financiamento de Crédito Unitário Projetado, conforme as variáveis e equações descritas neste item.

#### 2. DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS UTILIZADAS

Para a obtenção do valor da reserva matemática de pensão militar, em consonância com a recomendação retromencionada, as seguintes variáveis, à luz da ciência atuarial, foram consideradas no cálculo:

$y$  é a idade do militar (ativo e inativo) na data da avaliação;

$z$  é a idade do provável pensionista vitalício na data da avaliação;

$w$  é a idade do provável pensionista temporário mais novo na data da avaliação;

$z$  é a idade final da tábua de mortalidade;

$l_n$  é o número de vivos com a idade  $n$ , onde  $n \in \{x, y, w\}$ ;

$k$  é o tempo que falta para a transferência para a reserva remunerada, no caso dos militares de carreira, e para transferência para a reserva não remunerada, no caso dos militares temporários;

$j$  é a taxa real de juros anual;

$t$  é o tempo medido em anos;

$v^t$  é o fator de desconto financeiro para período  $t$ , dado pela fórmula:

$$v^t = \frac{1}{(1 + i)^t} \quad (1)$$

$j$  é o tempo em anos após a provável concessão de pensão;

**Prob $f$**  é a maior probabilidade entre a de ter beneficiário vitalício e de ter beneficiário temporário;

**valor $x^B$**  é o salário na idade  $x$ , de acordo com o plano de carreira do militar;

**valor $x^C$**  é o salário de contribuição na idade  $x$ , de acordo com o plano de carreira do militar;

**ACN** é a alíquota de contribuição normal (10,5%), aplicada a todo militar, ativo ou inativo e seus pensionistas;

**ACE** é a alíquota de contribuição extraordinária de 1,5%, atribuída, além da ACN, aos militares que optaram por contribuir com essa alíquota e aos pensionistas desses, exceto as pensionistas filhas vitalícias válidas que contribuem com a ACF;

**ACF** é alíquota de contribuição extraordinária de filhas vitalícias de 3%, atribuída, além da ACN, às pensionistas filhas vitalícias válidas;

**TS** é o tempo de serviço militar na data da avaliação;

**TR** é o tempo de serviço militar mínimo para a transferência para inatividade remunerada (35 anos), no caso dos militares de carreira, ou o tempo de serviço militar que obriga o desligamento do serviço ativo (8 anos) dos militares temporários;

**Pensão Normal** é a pensão decorrente dos militares que contribuem somente com a ACN;

**Pensão Extraordinária** é a pensão que excede ao período de pensão normal e é decorrente da ACE;

${}_t p_n^i$  onde  $n \in \{x, y, w\}$ , é a probabilidade geral de um indivíduo válido de idade  $x, y$  ou  $w$ , atingir a idade  $n+t$ , dada pela seguinte fórmula:

$${}_t p_n^i = \frac{l_{n+t}}{l_n} \quad (2)$$

Em que  $l_{n+t}$  foi obtido conforme a Tábua Biométrica de Mortalidade.

${}_1 p_x^{aa}$  é a probabilidade de um militar da ativa de idade  $x$  atingir na ativa a idade  $x+t$ , dada pela seguinte fórmula:

$${}_1 p_x^{aa} = \frac{l_{x+t}^{aa}}{l_x^{aa}} \quad (3)$$

Em que  $l_{x+t}^{aa}$  foi obtido conforme a Tábua Biométrica de Mortalidade.

$q_x$  é a probabilidade de um indivíduo válido falecer antes de completar a idade  $x + 1$ , obtido conforme a Tábua Biométrica de Mortalidade;

${}_1 p_x^i$  é a probabilidade de um militar inválido de idade  $x$  atingir a idade  $x+t$ , dada pela seguinte fórmula:

$${}_t^i p_x = \frac{l_{x+t}^i}{l_x^i} \quad (4)$$

Em que  $l_{x+t}^i$  foi obtido conforme a Tábua Biométrica de Mortalidade de Inválidos.

$i_x$  é a probabilidade de o indivíduo de idade  $x$  torna-se inválido, conforme a Tábua Biométrica de entrada em invalidez;

${}_t^i q_x$  é a probabilidade de um indivíduo inválido na idade  $x$  falecer antes de completar a idade  $x + 1$  obtido conforme a Tábua Biométrica de Mortalidade de Inválidos;

$D_x$  é uma comutação atuarial dada pela seguinte fórmula:

$$D_x = l_x * v \quad (5)$$

${}_t E_x^{aa}$  é o fator de desconto atuarial para os militares ativos válidos, no tempo  $t$ , dado pela seguinte fórmula:

$${}_t E_x^{aa} = \frac{D_{x+t}^{aa}}{D_x^{aa}} \quad (6)$$

${}_t a_x^{(12)}$  é a anuidade vitalícia postecipada mensalizada referente a participantes válidos, dada pela seguinte fórmula:

$$a_x^{(12)} = \sum_{t=0}^{z-x} [{}_t^i p_x * v^t] - 13/24 \quad (7)$$

${}_t a_x^{aa(12)}$  é a anuidade vitalícia postecipada mensalizada referente a participantes ativos válidos, dada pela seguinte fórmula:

$$a_x^{aa(12)} = \sum_{t=0}^{z-x} [{}_t^i p_x^{aa} * v^t] - 13/24 \quad (8)$$

${}_t a_x^{i(12)}$  é a anuidade vitalícia postecipada mensalizada referente a inválidos, dada pela seguinte fórmula:

$$a_x^{(12)} = \sum_{t=0}^{z-x} [{}_t p_x^i * v^t] - 13/24 \quad (9)$$

$H_x^{(12)}$  é o fator atuarial de pensão normal de participante válido, sem contribuição de 1,5%, conforme as três situações a seguir descritas:

Militar (ativo ou inativo) válido casado com filhos(as) beneficiários(as):

$$H_x^{(12)} = [a_{y+j}^{(12)} + a_{w+j}^{(12)} - a_{y+j;w+j}^{(12)}] * Prob_f \quad (10)$$

em que:

$$a_{y+j}^{(12)} = \sum_{t=0}^{z-y} [{}_t p_{y+j} * v^t] - 13/24 \quad (11)$$

$$a_{w+j}^{(12)} = \sum_{t=0}^{z-w} [{}_t p_{w+j} * v^t] - 13/24 \quad (12)$$

$$a_{y+j;w+j}^{(12)} = \sum_{t=0}^{z-m} [{}_t p_{y+j} * {}_t p_{w+j} * v^t] - 13/24 \quad (13)$$

*Prob<sub>f</sub>* refere-se ao grupo de militares ativos e veteranos que não contribuí com 1,5%;

$j$  é o tempo em anos após a provável concessão de pensão;

$$w + j \leq 21;$$

Se  $w+j > 21$ , então  $a_{w+j}^{(12)} = 0$  e  $a_{y+j;w+j}^{(12)} = 0$

$$m = \text{Máx} \{y, w\}$$

Militar válido casado sem filhos(as) beneficiários:

$$H_x^{(12)} = a_{y+j}^{(12)} * Prob_f \quad (14)$$

em que:

$$a_{y+j}^{(12)} = \sum_{t=0}^{z-y} [{}_t p_{y+j} * v^t] - 13/24 \quad (15)$$

Sendo  $j$  o tempo em anos após a provável concessão de pensão.

Militar válido sem cônjuge e com filho(a):

$$H_x^{(12)} = a_{w+j}^{(12)} * Prob_f \quad (16)$$

em que:

$$a_{w+j}^{(12)} = \sum_{t=0}^{z-w} [{}^1p_{w+j} * v^t] - 13/24 \quad (17)$$

Sendo:

$j$  é o tempo em anos após a provável concessão de pensão; e

$$w + j \leq 21$$

$H_x^{i(12)}$  é o fator atuarial de pensão normal de participante inválido, conforme aplicação das equações (10), (14) e (16);

$HPE_x^{(12)}$  é o fator atuarial de pensão extraordinária de participante válido (ativo ou inativo), que contribui com 1,5%, conforme as equações (10) e (16) e **Prob $f$**  do grupo de militares ativos e veteranos que contribuem com 1,5%.

$HPE_x^{i(12)}$  é o fator atuarial de pensão extraordinária de participante inválido (inativo), que contribui com 1,5%, conforme as equações (10) e (16) e **Prob $f$**  do grupo de militares ativos e veteranos que contribuem com 1,5%.

### 3. CÁLCULO DO VALOR PRESENTE DE BENEFÍCIOS FUTUROS

#### 3.1 Militares Ativos

a) Valor Presente de Benefícios Futuros de Pensões Normais oriundas dos atuais ativos que irão se inativar de forma programável (após o cumprimento do tempo de serviço militar mínimo para inativação):

$$VPBF_{BaCRevInatProg} = 13 \cdot {}^1E_x^{aa} \cdot valor_{x+k}^B \cdot \sum_{t=0}^{z-x-k} [{}^1p_{x+k} \cdot v^t \cdot q_{x+k+t} \cdot H_{x+k+t}^{(12)}] \quad (18)$$

b) Valor Presente de Benefícios Futuros de Pensões Extraordinárias, no que exceder o valor da pensão normal, oriundas dos atuais ativos que irão se inativar de forma programável (após o cumprimento do tempo de serviço militar mínimo para inativação) e que optaram por contribuir com 1,5%:

$$VPBF_{BaCRevInatProgPE} = 13 \cdot {}_kE_x^{aa} \cdot valor_{x+k}^B \cdot \sum_{t=0}^{z-(x+k)} [{}_tP_{x+k} \cdot v^t \cdot q_{x+k+t} \cdot (HPE_{x+k+t}^{(12)} - H_{x+k+t}^{(12)})] \quad (19)$$

em que  $x + k + t \leq z$ .

c) Valor Presente de Benefícios Futuros de Pensões Normais oriundas dos atuais ativos que irão se inativar por invalidez:

$$VPBF_{BaCRevInatInv} = 13 \cdot \sum_{t=0}^{k-1} [{}_tP_x^{aa} \cdot v^t \cdot i_{x+t} \cdot \sum_{j=0}^{z-1} ({}_jP_{x+t}^i \cdot v^t \cdot q_{x+t+j}^i \cdot valor_{x+j}^B \cdot H_{x+t+j}^{i(12)})] \quad (20)$$

d) Valor Presente de Benefícios Futuros de Pensões Extraordinárias, no que exceder o valor da pensão normal, oriundas dos atuais ativos que irão se inativar por invalidez e que optaram por contribuir com 1,5%:

$$VPBF_{BaCRevInatInv_{PE}} = 13 \cdot \sum_{t=0}^{k-1} [{}_tP_x^{aa} \cdot v^t \cdot i_{x+t} \cdot \sum_{j=0}^{z-1} ({}_jP_{x+t}^i \cdot v^t \cdot q_{x+t+j}^i \cdot valor_{x+j}^B \cdot (HPE_{x+j+t}^{i(12)} - H_{x+t+j}^{i(12)}))] \quad (21)$$

e) Valor Presente de Benefícios Futuros de Pensões Normais oriundas do falecimento de militares da ativa:

$$VPBF_{BaCPensaoDeAtivo} = 13 \cdot \sum_{t=0}^{k-1} [{}_tP_x^{aa} \cdot v^t \cdot q_{x+t} \cdot H_{x+t}^{(12)} \cdot valor_{x+t}^B] \quad (22)$$

f) Valor Presente de Benefícios Futuros de Pensões Extraordinárias, no que exceder o valor da pensão normal, oriundas do falecimento de militares da ativa que optaram por contribuir com 1,5%:

$$VPBF_{BaCPensaoDeAtivoPE} = 13 \cdot \sum_{t=0}^{k-1} \left[ {}_1p_x^{aa} \cdot v^t \cdot q_{x+t} \cdot \left( HPE_{x+t}^{(12)} - H_{x+t}^{(12)} \right) \cdot valor_{x+t}^B \right] \quad (23)$$

### 3.2 Militares Veteranos

a) Valor Presente de Benefícios Futuros de Pensões Normais oriundas do falecimento de militares veteranos que se inativaram de forma programável (após o cumprimento do tempo de serviço militar mínimo para inativação):

$$VPBF_{BaCRevInatProg} = \sum_{t=0}^{z-1-x} 13 \cdot {}_1p_x^1 \cdot v^t \cdot q_{x+t} \cdot H_{x+t}^{(12)} \cdot valor_x^B \quad (24)$$

b) Valor Presente de Benefícios Futuros de Pensões Extraordinárias, no que exceder o valor da pensão normal, oriundas do falecimento de militares veteranos que se inativaram de forma programável (após o cumprimento do tempo de serviço militar mínimo para inativação) e optaram por contribuir com 1,5%:

$$VPBF_{BaCRevInatProgPE} = \sum_{t=0}^{z-1-x} 13 \cdot {}_1p_x^1 \cdot v^t \cdot q_{x+t} \cdot \left( HPE_{x+t}^{(12)} - H_{x+t}^{(12)} \right) \cdot valor_x^B \quad (25)$$

c) Valor Presente de Benefícios Futuros de Pensões Normais oriundas do falecimento de militares veteranos que se inativaram por invalidez:

$$VPBF_{BaCRevInatInv} = \sum_{t=0}^{z-1-x} 13 \cdot {}_i p_x^i \cdot v^t \cdot q_{x+t}^i \cdot H_{x+t}^{i(12)} \cdot valor_{x+t}^B \quad (26)$$

d) Valor Presente de Benefícios Futuros de Pensões Extraordinárias, no que exceder o valor da pensão normal, oriundas do falecimento de militares veteranos que se inativaram por invalidez e que optaram por contribuir com 1,5%:

$$VPBF_{BaCRevInatInvPE} = \sum_{t=0}^{z-1-x} 13 \cdot {}_i p_x^i \cdot v^t \cdot q_{x+t}^i \cdot \left( HPE_{x+t}^{i(12)} - H_{x+t}^{i(12)} \right) \cdot valor_{x+t}^B \quad (27)$$

### 3.3 Pensionistas

a) Valor Presente de Benefícios Futuros de Pensões Normais Concedidas:

$$VPBF_{BC_{PensaoPorMorte}} = 13 \cdot H_x^{(12)} \cdot valor_x^B \quad (28)$$

b) Valor Presente de Benefícios Futuros de Pensões Extraordinárias Concedidas, no que exceder o valor da pensão normal:

$$VPBF_{BC_{PensaoPorMorte}} = 13 \cdot (HPE_x^{(12)} - H_x^{(12)}) \cdot valor_x^B \quad (29)$$

#### 4. VALOR PRESENTE DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS

##### 4.1 Ativos

a) Valor Presente das Contribuições Futuras Normais dos atuais ativos:

$$VPCF_{BaCA_{tv}} = 13 \cdot {}_kE_x^{aa} \cdot valor_{x+k}^B \cdot \sum_{t=0}^{z-x-k} [{}_t p_{x+k} \cdot v^t \cdot q_{x+k+t} \cdot H_{x+k+t}^{(12)}] \cdot [1 - \left(\frac{TS_u}{TR}\right)] \quad (30)$$

b) Valor Presente das Contribuições Futuras Extraordinárias dos atuais ativos que optaram por contribuir com 1,5%:

$$VPCF_{BaCA_{tvPE}} = 13 \cdot {}_kE_x^{aa} \cdot valor_{x+k}^B \cdot \sum_{t=0}^{z-(x+k)} [{}_t p_{x+k} \cdot v^t \cdot q_{x+k+t} \cdot (HPE_{x+k+t}^{(12)} - H_{x+k+t}^{(12)})] \cdot [1 - \left(\frac{TS_u}{TR}\right)] \quad (31)$$

c) Valor Presente das Contribuições Futuras Normais de atuais ativos que irão se inativar de forma programável (após o cumprimento do tempo de serviço militar mínimo para inativação):

$$VPCF_{BaCI_{natProg}} = 12 \cdot {}_kE_x^{aa} \cdot a_{x+k}^{(12)} \cdot valor_{x+k}^B \cdot ACN \quad (32)$$

d) Valor Presente das Contribuições Futuras Extraordinárias de atuais ativos que irão se

inativar de forma programável (após o cumprimento do tempo de serviço militar mínimo para inativação) e que optaram por contribuir com 1,5%:

$$VPCF_{BaCInatProgPE} = 12 \cdot {}_k^1 E_x^{aa} \cdot a_{x+k}^{(12)} \cdot valor_{x+k}^B \cdot ACE \quad (33)$$

e) Valor Presente das Contribuições Futuras Normais de atuais ativos que irão se inativar por invalidez:

$$VPCF_{BaCInatInv} = \sum_{t=0}^{k-1} \left[ 12 \cdot {}_t^1 p_x^{aa} \cdot v^t \cdot i_{x+t} \cdot a_{x+t}^{i(12)} \cdot valor_{x+t}^B \cdot ACN \right] \quad (34)$$

f) Valor Presente das Contribuições Futuras Extraordinárias de atuais ativos que irão se inativar por invalidez e que por contribuir com 1,5%:

$$VPCF_{BaCInatInvPE} = \sum_{t=0}^{k-1} \left[ 12 \cdot {}_t^1 p_x^{aa} \cdot v^t \cdot i_{x+t} \cdot a_{x+t}^{i(12)} \cdot valor_{x+t}^B \cdot ACE \right] \quad (35)$$

#### 4.2 Militares Veteranos

a) Valor Presente das Contribuições Futuras dos atuais veteranos que se inativaram de forma programável (após o cumprimento do tempo de serviço militar mínimo para inativação) sob a alíquota normal:

$$VPCF_{BaC3InatProgCN} = 12 \cdot a_x^{(12)} \cdot valor_x^B \cdot ACN \quad (36)$$

b) Valor Presente das Contribuições Futuras dos atuais veteranos que se inativaram de forma programável (após o cumprimento do tempo de serviço militar mínimo para inativação e que por contribuir com 1,5%:

$$VPCF_{BaC3InatProgrCE} = 12 \cdot a_x^{(12)} \cdot valor_x^B \cdot ACE \quad (37)$$

c) Valor Presente das Contribuições Futuras dos atuais veteranos que se inativaram por

invalidez, sob a alíquota normal:

$$VPCF_{BaCInatInvCN} = 12 \cdot a_x^{i(12)} \cdot valor_x^B \cdot ACN \quad (38)$$

d) Valor Presente das Contribuições Futuras dos atuais veteranos que se inativaram por invalidez e que optaram por contribuir com 1,5%:

$$VPCF_{BaCInatInvCE} = 12 \cdot a_x^{i(12)} \cdot valor_x^B \cdot ACE \quad (39)$$

### 4.3 Pensionistas

a) Valor Presente das Contribuições Futuras Normais de Pensões Normais oriundas do falecimento dos atuais ativos que irão se inativar de forma programável (após o cumprimento do tempo de serviço militar mínimo para inativação):

$$VPCF_{BaCRevInatProgCN} = 12 \cdot \frac{1}{k} E_x^{aa} \cdot \sum_{t=0}^{z-x-k} [ {}_t^1 p_{x+k} \cdot v^t \cdot q_{x+k+t} \cdot H_{x+k+t}^{(12)} ] \cdot ACN \quad (40)$$

b) Valor Presente das Contribuições Futuras Extraordinárias de Pensões Normais oriundas do falecimento dos atuais ativos que irão se inativar de forma programável (após o cumprimento do tempo de serviço militar mínimo para inativação) e que optaram por contribuir com 1,5%:

$$VPCF_{BaCRevInatProgCE} = 12 \cdot \frac{1}{k} E_x^{aa} \cdot \sum_{t=0}^{z-x-k} [ {}_t^1 p_{x+k} \cdot v^t \cdot q_{x+k+t} \cdot H_{x+k+t}^{(12)} ] \cdot ACE \quad (41)$$

c) Valor Presente das Contribuições Futuras Normais das Pensões Extraordinárias, no que exceder ao valor da pensão normal, oriundas do falecimento dos atuais ativos que irão se inativar de forma programável (após o cumprimento do tempo de serviço militar mínimo para inativação) e que optaram por contribuir com a alíquota de 1,5%:

$$VPCF_{BaCRevInatProgPECN} = 12 \cdot \frac{1}{k} E_x^{aa} \cdot valor_{x+k}^B \cdot \sum_{t=0}^{z-x-k} [ {}_t^1 p_{x+k} \cdot v^t \cdot q_{x+k+t} \cdot (HPE_{x+k+t}^{(12)} - H_{x+k+t}^{(12)}) ] \cdot ACN \quad (42)$$

d) Valor Presente das Contribuições Futuras Extraordinárias de Pensões Extraordinárias, no que exceder ao valor da pensão normal, oriundas do falecimento dos atuais ativos que irão se inativar de forma programável (após o cumprimento do tempo de serviço militar mínimo para inativação) e optaram por contribuir com a alíquota de 1,5%:

$$VPCF_{BaCRevInatProgPECE} = 12 \cdot {}_k^1E_x^{aa} \cdot valor_{x+k}^B \cdot \sum_{t=0}^{z-x-k} [{}_t^1p_{x+k} \cdot v^t \cdot q_{x+k+t} \cdot (HPE_{x+k+t}^{(12)} - H_{x+k+t}^{(12)})] \cdot ACE \quad (43)$$

e) Valor Presente das Contribuições Futuras Normais de Pensões Normais oriundas do falecimento dos atuais ativos que irão se inativar por invalidez, sob a alíquota normal:

$$VPCF_{BaCRevInatInvCN} = 12 \cdot \sum_{t=0}^{k-1} [{}_t^1p_x^{aa} \cdot v^t \cdot i_{x+t} \cdot \sum_{j=0}^{z-1} ({}_j^1p_{x+t}^i \cdot v^t \cdot q_{x+t+j}^i \cdot valor_{x+j}^B \cdot H_{x+t+j}^{i(12)}) \cdot ACN] \quad (44)$$

f) Valor Presente das Contribuições Futuras Extraordinárias de Pensões Normais oriundas do falecimento dos atuais ativos que irão se inativar por invalidez e que optaram por contribuir com 1,5%:

$$VPCF_{BaCRevInatInvCE} = 12 \cdot \sum_{t=0}^{k-1} [{}_t^1p_x^{aa} \cdot v^t \cdot i_{x+t} \cdot \sum_{j=0}^{z-1} ({}_j^1p_{x+t}^i \cdot v^t \cdot q_{x+t+j}^i \cdot valor_{x+j}^B \cdot H_{x+t+j}^{i(12)}) \cdot ACE] \quad (45)$$

g) Valor Presente das Contribuições Futuras Normais de Pensões Extraordinárias, no que exceder ao valor da pensão normal, oriundas do falecimento dos atuais ativos que irão se inativar por invalidez e que optaram por contribuir com 1,5%:

$$VPCF_{BaCRevInatInvPECN} = 12 \cdot \sum_{t=0}^{k-1} [{}_t^1p_x^{aa} \cdot v^t \cdot i_{x+t} \cdot \sum_{j=0}^{z-1} ({}_j^1p_{x+t}^i \cdot v^t \cdot q_{x+t+j}^i \cdot valor_{x+j}^B \cdot (HPE_{x+t+j}^{i(12)} - H_{x+t+j}^{i(12)})) \cdot ACN] \quad (46)$$

h) Valor Presente das Contribuições Futuras Extraordinárias de Pensões Extraordinárias, no

que exceder o valor da pensão normal, oriundas do falecimento dos atuais ativos que irão se inativar por invalidez e que optaram por contribuir com 1,5%:

$$VPCF_{BaCRevInatInvPECE} = 12 \cdot \sum_{t=0}^{k-1} [ {}_t p_x^{aa} \cdot v^t \cdot i_{x+t} \cdot \sum_{j=0}^{z-1} ( {}_j p_{x+t}^i \cdot v^t \cdot q_{x+t+j}^i \cdot valor_{x+j}^B \cdot (HPE_{x+j+t}^{i(12)} - H_{x+t+j}^{i(12)}) \cdot ACE ] \quad (47)$$

i) Valor Presente das Contribuições Futuras Normais de Pensões Normais oriundas do falecimento de militares da ativa sob a alíquota normal:

$$VPCF_{BaCPensaoDeAtivoCN} = 12 \cdot \sum_{t=0}^{k-1} [ {}_t p_x^{aa} \cdot v^t \cdot q_{x+t} \cdot H_{x+t}^{(12)} \cdot valor_{x+t}^B ] \cdot ACN \quad (48)$$

j) Valor Presente das Contribuições Futuras Extraordinárias de Pensões Normais oriundas do falecimento de militares da ativa que optaram por contribuir com 1,5%:

$$VPCF_{BaCPensaoDeAtivoCE} = 12 \cdot \sum_{t=0}^{k-1} [ {}_t p_x^{aa} \cdot v^t \cdot q_{x+t} \cdot H_{x+t}^{(12)} \cdot valor_{x+t}^B ] \cdot ACE \quad (49)$$

k) Valor Presente das Contribuições Futuras Normais de Pensões Extraordinárias, no que exceder ao valor da pensão normal, oriundas do falecimento de militares da ativa que optaram por contribuir com 1,5%:

$$VPCF_{BaCPensaoDeAtivoPECN} = 12 \cdot \sum_{t=0}^{k-1} [ {}_t p_x^{aa} \cdot v^t \cdot q_{x+t} \cdot (HPE_{x+t}^{(12)} - H_{x+t}^{(12)}) \cdot valor_{x+t}^B ] \cdot ACN \quad (50)$$

l) Valor Presente das Contribuições Futuras Extraordinárias de Pensões Extraordinárias, no que exceder o valor da pensão normal, oriundas do falecimento de militares da ativa e que optaram por contribuir com 1,5%:

$$VPCF_{BaCPensaoDeAtivoPECE} = 12 \cdot \sum_{t=0}^{k-1} [ {}_t p_x^{aa} \cdot v^t \cdot q_{x+t} \cdot (HPE_{x+t}^{(12)} - H_{x+t}^{(12)}) \cdot valor_{x+t}^B ] \cdot ACE \quad (51)$$

m) Valor Presente das Contribuições Futuras Normais de Pensões Normais oriundas do falecimento de militares veteranos que se inativaram de forma programável (após o

cumprimento do tempo de serviço militar mínimo para inativação):

$$VPCF_{BCRevInatProgCN} = \sum_{t=0}^{z-1-x} 12 \cdot {}_t p_x^1 \cdot v^t \cdot q_{x+t} \cdot H_{x+t}^{(12)} \cdot valor_{x+t}^B \cdot ACN \quad (52)$$

n) Valor Presente das Contribuições Futuras Extraordinárias de Pensões Normais oriundas do falecimento de militares veteranos que se inativaram de forma programável (após o cumprimento do tempo de serviço militar mínimo para inativação) e que optaram por contribuir com a alíquota de 1,5%:

$$VPCF_{BaCRevInatProgCE} = \sum_{t=0}^{z-1-x} 12 \cdot {}_t p_x^1 \cdot v^t \cdot q_{x+t} \cdot H_{x+t}^{(12)} \cdot valor_{x+t}^B \cdot ACE \quad (53)$$

o) Valor Presente das Contribuições Futuras Normais de Pensões Extraordinárias, no que exceder ao valor da pensão normal, oriundas do falecimento de militares veteranos que se inativaram de forma programável (após o cumprimento do tempo de serviço militar mínimo para inativação) e que optaram por contribuir com 1,5%:

$$VPCF_{BaCRevInatProgPECN} = \sum_{t=0}^{z-1-x} 12 \cdot {}_t p_x^1 \cdot v^t \cdot q_{x+t} \cdot (HPE_{x+t}^{(12)} - H_{x+t}^{(12)}) \cdot valor_{x+t}^B \cdot ACN \quad (54)$$

p) Valor Presente das Contribuições Futuras Extraordinárias de Pensões Extraordinárias, no que exceder o valor da pensão normal, oriundas do falecimento de militares veteranos que se inativaram de forma programável (após o cumprimento do tempo de serviço militar mínimo para inativação) e que optaram por contribuir com 1,5%:

$$VPCF_{BaCRevInatProgPECE} = \sum_{t=0}^{z-1-x} 12 \cdot {}_t p_x^1 \cdot v^t \cdot q_{x+t} \cdot (HPE_{x+t}^{(12)} - H_{x+t}^{(12)}) \cdot valor_{x+t}^B \cdot ACE \quad (55)$$

q) Valor Presente das Contribuições Futuras Normais de Pensões Normais oriundas do falecimento de militares veteranos que se inativaram por invalidez, sob a alíquota normal:

$$VPCF_{BaCRevInatInvCN} = \sum_{t=0}^{z-1-x} 12 \cdot {}_t p_x^i \cdot v^t \cdot q_{x+t}^i \cdot H_{x+t}^{i(12)} \cdot valor_{x+t}^B \cdot ACN \quad (56)$$

r) Valor Presente das Contribuições Futuras Extraordinárias de Pensões Normais oriundas do falecimento de militares veteranos que se inativaram por invalidez e que optaram por contribuir com 1,5%:

$$VPCF_{BaCRevInatInvCE} = \sum_{t=0}^{z-1-x} 12 \cdot {}_t p_x^1 \cdot v^t \cdot q_{x+t}^i \cdot H_{x+t}^{i(12)} \cdot valor_{x+t}^B \cdot ACE \quad (57)$$

s) Valor Presente das Contribuições Futuras Normais de Pensões Extraordinárias oriundas do falecimento de militares veteranos que se inativaram por invalidez e que optaram por contribuir, com 1,5%:

$$VPCF_{BaCRevInatInvPEN} = \sum_{t=0}^{z-1-x} 12 \cdot {}_t p_x^i \cdot v^t \cdot q_{x+t}^i \cdot (HPE_{x+t}^{i(12)} - H_{x+t}^{i(12)}) \cdot valor_{x+t}^B \cdot ACN \quad (58)$$

t) Valor Presente das Contribuições Futuras Extraordinárias de Pensões Extraordinárias, no que exceder ao valor da pensão normal, oriundas do falecimento de militares veteranos que se inativaram por invalidez e que optaram por contribuir com 1,5%:

$$VPCF_{BaCRevInatInvPEN} = \sum_{t=0}^{z-1-x} 12 \cdot {}_t p_x^i \cdot v^t \cdot q_{x+t}^i \cdot (HPE_{x+t}^{i(12)} - H_{x+t}^{i(12)}) \cdot valor_{x+t}^B \cdot ACE \quad (59)$$

u) Valor Presente das Contribuições Futuras Normais de Pensões Normais:

$$VPCF_{BCPensaoPorMorteCN} = 12 \cdot H_x^{(12)} \cdot valor_x^B \cdot ACN \quad (60)$$

v) Valor Presente das Contribuições Futuras Extraordinárias de Pensões Normais cujo militar instituidor fez a opção de contribuir com 1,5%:

$$VPCF_{BCPensaoPorMorteCE} = 12 \cdot H_x^{(12)} \cdot valor_x^B \cdot ACE \quad (61)$$

Onde eventuais filhas pensionistas são inválidas ou de idade menor ou igual a 21 anos.

w) Valor Presente das Contribuições Futuras Normais de Pensões Extraordinárias:

$$VPCF_{BC_{PensaoPorMortePE_{CN}}} = 12. (HPE_{x+t}^{(12)} - H_{x+t}^{(12)}) . valor_x^B . ACN \quad (62)$$

x) Valor Presente das Contribuições Futuras Extraordinárias de Pensões Extraordinárias:

$$VPCF_{BC_{PensaoPorMortePE_{CE}}} = 12. (HPE_{x+t}^{(12)} - H_{x+t}^{(12)}) . valor_x^B . ACF \quad (63)$$

Onde eventuais filhas pensionistas são válidas e de idade maior que 21 anos.

## 5. CÁLCULO DA RESERVA MATEMÁTICA

### 5.1 Provisão Matemática de Benefícios de Pensão a Conceder

#### 5.1.1 Atuais Ativos

a) Provisão Matemática de Benefícios a Conceder de Pensões Normais oriundas dos atuais ativos que irão se inativar de forma programável (após o cumprimento do tempo de serviço militar mínimo para inativação):

$$PMBaC_{RevInatProg} = \sum_{u=1}^n (VPBF_{BaC_{RevInatProg}_u} - (VPCF_{BaC_{RevInatProg}_{CN}_u} + VPCF_{BaC_{RevInatProg}_{CE}_u} + VPCF_{BaC_{InatProg}_u})) . \left( \frac{TS_u}{TR} \right) \quad (64)$$

Em que  $n$  é o número total de ativos.

b) Provisão Matemática de Benefícios a Conceder de Pensões Extraordinárias, no que exceder ao valor da pensão normal, oriundas dos atuais ativos que optaram por contribuir com 1,5% e que irão se inativar de forma programável (após o cumprimento do tempo de serviço militar

mínimo para inativação):

$$PMBaC_RevInatProg_{PE} = \sum_{u=1}^n (VPBF_{BaC_RevInatProg_{PE_u}} - (VPCF_{BaC_RevInatProg_{PE_{CN_u}}} + VPCF_{BaC_RevInatProg_{PE_{CE_u}}} + VPCF_{BaC_InatProg_{PE_u}})) \cdot \left(\frac{TS_u}{TR}\right) \quad (65)$$

Em que  $n$  é o número total de ativos.

c) Provisão Matemática de Benefícios a Conceder de Pensões Normais oriundas dos atuais ativos que irão se inativar por invalidez:

$$PMBF_{BaC_RevInatInv} = \sum_{u=1}^n (VPBF_{BaC_RevInatInv_u} - (VPCF_{BaC_RevInatInv_{CN_u}}} + VPCF_{BaC_RevInatInv_{CE_u}}} + VPCF_{BaC_InatInv_u})) \cdot \left(\frac{TS_u}{TR}\right) \quad (66)$$

Em que  $n$  é o número total de ativos.

d) Provisão Matemática de Benefícios a Conceder de Pensões Extraordinárias, no que exceder ao valor da pensão normal, oriundas dos atuais ativos que optaram por contribuir com 1,5% e que irão se inativar por invalidez:

$$PMBF_{BaC_RevInatInv_{PE}} = \sum_{u=1}^n (VPBF_{BaC_RevInatInv_{PE_u}} + (VPCF_{BaC_RevInatInv_{PE_{CN_u}}} + VPCF_{BaC_RevInatInv_{PE_{CE_u}}} + VPCF_{BaC_InatInv_{PE_u}})) \cdot \left(\frac{TS_u}{TR}\right) \quad (67)$$

e) Provisão Matemática Modificada de Benefícios a Conceder de Pensões Normais oriundas do falecimento de militares da ativa:

$$PMBF_{BaC_PensaoDeAtivo} = \sum_{u=1}^n (VPBF_{BaC_PensaoDeAtivo_u} - (VPCF_{BaC_PensaoDeAtivo_{CN_u}}} + VPCF_{BaC_PensaoDeAtivo_{CE_u}})) \cdot \left(\frac{TS_u}{TR}\right) \quad (68)$$

f) Provisão Matemática Modificada de Benefícios a Conceder de Pensões Extraordinárias, no que exceder ao valor da pensão normal, oriundas do falecimento de militares da ativa que optaram por contribuir com 1,5%:

$$PMBF\_BaC\_PensaoDeAtivo\_PE = \sum_{u=1}^n (VPBF\_BaC\_PensaoDeAtivo_u - (VPCF\_BaC\_PensaoDeAtivo\_PE\_CN_u + VPCF\_BaC\_PensaoDeAtivo\_PE\_CE_u)) \cdot \left(\frac{TS_u}{TR}\right) \quad (69)$$

### 5.1.2 Atuais Veteranos

a) Provisão Matemática de Benefícios a Conceder de Pensões Normais oriundas do falecimento de militares veteranos que se inativaram de forma programável (após o cumprimento do tempo de serviço militar mínimo para inativação):

$$PMBF\_BC\_RevInatProg = \sum_{u=1}^n (VPBF\_BC\_RevInatProg_u - (VPCF\_BC\_RevInatProg\_CN_u + VPCF\_BC\_RevInatProg\_CE_u)) \quad (70)$$

b) Provisão Matemática de Benefícios a Conceder de Pensões Extraordinárias, no que exceder ao valor da pensão normal, oriundas do falecimento de militares veteranos que se inativaram de forma programável (após o cumprimento do tempo de serviço militar mínimo para inativação) e que optaram por contribuir com 1,5%:

$$PMBF\_BC\_RevInatProg\_PE = \sum_{u=1}^n (VPBF\_BC\_RevInatProg\_PE_u - (VPCF\_BC\_RevInatProg\_PE\_CN_u + VPCF\_BC\_RevInatProg\_PE\_CE_u)) \quad (71)$$

c) Provisão Matemática de Benefícios a Conceder de Pensões Normais oriundas do falecimento de militares veteranos que se inativaram por invalidez:

$$PMBF\_BC\_RevInatInv = \sum_{u=1}^n (VPBF\_BC\_RevInatInv_u - (VPCF\_BC\_RevInatInv\_CN_u + VPCF\_BC\_RevInatInv\_CE_u)) \quad (72)$$

- c) Provisão Matemática de Benefícios a Conceder de Pensões Extraordinárias, no que exceder ao valor da pensão normal, oriundas do falecimento de militares veteranos que se inativaram por invalidez e que optaram por contribuir com 1,5%:

$$PMBF\_BC\_RevInatInv\_PE = \sum_{u=1}^n (VPBF\_BC\_RevInatInv\_PE_u - (VPCF\_BC\_RevInatInv\_PE\_CN_u + VPCF\_BC\_RevInatInv\_PE\_CE_u)) \quad (73)$$

### 5.1.3 Provisão Matemática de Benefícios de Pensão Concedidos

- a) Provisão Matemática de Benefícios Futuros de Pensões Normais já concedidas:

$$PMBF\_BC\_PensaoPorMorte = \sum_{u=1}^n (VPBF\_BC\_PensaoPorMorte_u - (VPCF\_BC\_PensaoPorMorte\_CN_u + VPCF\_BC\_PensaoPorMorte\_CE_u)) \quad (74)$$

- b) Provisão Matemática de Benefícios Futuros de Pensões extraordinárias já concedidas, no que exceder ao valor da pensão normal:

$$PMBF\_BC\_PensaoPorMorte\_PE = \sum_{u=1}^n (VPBF\_BC\_PensaoPorMorte\_PE_u - (VPCF\_BC\_PensaoPorMorte\_PE\_CN_u + VPCF\_BC\_PensaoPorMorte\_PE\_CE_u)) \quad (75)$$

## 5.4 Consolidação da provisão de pensões militares

### 5.4.1 Pensões Concedidas

- a) Receitas:

$$RPC = \sum_{u=1}^n VPCF\_BC\_PensaoPorMorte\_CN_u + VPCF\_BC\_PensaoPorMorte\_CE_u + VPCF\_BC\_PensaoPorMorte\_PE\_CN_u + VPCF\_BC\_PensaoPorMorte\_PE\_CE_u \quad (76)$$

- b) Despesas:

$$DPC = \sum_{u=1}^n VPBF\_BC\_PensaoPorMorte_u + VPBF\_BC\_PensaoPorMorte\_PE_u \quad (77)$$

**c) Provisão de pensões concedidas:**

$$PMPC = DPC - RPC \quad (78)$$

**5.4.2 Pensões a conceder**

**a) Receitas:**

$$\begin{aligned} RPaC = & \sum_{u=1}^n ((VPBF_{BaCRevInatProg_u} + VPBF_{BaCRevInatProgPE_u}) - \\ & (PMBaC\_RevInatProg_u + PMBaC\_RevInatProg\_PE_u)) + ((VPBF_{BaCRevInatInv_u} + VPBF_{BaCRevInatInvPE_u}) - \\ & (PMBF_{BaCRevInatInv_u} + PMBF_{BaCRevInatInvPE_u})) + ((VPBF_{BaCPensaoDeAtivo_u} + VPBF_{BaCPensaoDeAtivoPE_u}) - \\ & (PMBF_{BaCPensaoDeAtivo_u} + PMBF_{BaCPensaoDeAtivoPE_u})) + VPCF_{BaC3InatProgCN_u} + VPCF_{BaC3InatProgCE_u} + \\ & VPCF_{BaCInatInvCN_u} + VPCF_{BaCInatInvCE_u} + VPCF_{BaCRevInatProgCN_u} + VPCF_{BaCRevInatProgCE_u} + \\ & VPCF_{BaCRevInatProgPECN_u} + VPCF_{BaCRevInatProgPECE_u} + VPCF_{BaCRevInatInvCN_u} + VPCF_{BaCRevInatInvCE_u} + \\ & VPCF_{BaCRevInatInvPECN_u} + VPCF_{BaCRevInatInvPECE_u} \end{aligned} \quad (79)$$

**b) Despesas:**

$$\begin{aligned} DPaC = & \sum_{u=1}^n (VPBF_{BaCRevInatProg_u} + VPBF_{BaCRevInatProgPE_u} + VPBF_{BaCRevInatInv_u} + \\ & VPBF_{BaCRevInatInvPE_u} + VPBF_{BaCPensaoDeAtivo_u} + VPBF_{BaCPensaoDeAtivoPE_u} + \\ & VPBF_{BaCRevInatProg} + VPBF_{BaCRevInatProgPE} + VPBF_{BaCRevInatInv} + \\ & VPBF_{BaCRevInatInvPE}) \end{aligned} \quad (80)$$

**c) Resultado de pensões concedidas:**

$$PMPaC = DPaC - RPaC \quad (81)$$

### 5.4.3 Provisão de Pensões Militares

$$PPM = PMPC + PMPaC$$

(82)

## **Anexo IV**

### **Metas Fiscais**

#### **Anexo IV.7 - Avaliação Atuarial do Sistema de Pensões Militares das Forças Armadas**

(Art. 4º, § 2º, inciso IV, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000)

### **VOLUME II**



# **MARINHA DO BRASIL**

**DIRETORIA DE FINANÇAS DA MARINHA**

**CENTRO DE ANÁLISES DE SISTEMAS NAVAIS**

VOLUME II DA PROPOSTA DE SUBSÍDIOS PARA O  
PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2024

## **AVALIAÇÃO ATUARIAL DAS PENSÕES ESPECIAIS DE MILITARES E DAS REPARAÇÕES A ANISTIADOS POLÍTICOS MILITARES**

Rio de Janeiro, 23 de março de 2023.

## SUMÁRIO

|  |          |
|--|----------|
| <b>RESUMO EXECUTIVO .....</b>                                | <b>4</b> |
| <b>1. INTRODUÇÃO .....</b>                                   | <b>6</b> |
| <b>2. METODOLOGIA.....</b>                                   | <b>6</b> |
| 2.1 Projeções Atuariais.....                                 | 6        |
| 2.2 Valor Presente Actuarial .....                           | 6        |
| <b>3. BASE DE DADOS.....</b>                                 | <b>7</b> |
| 3.1 Estatísticas Descritivas.....                            | 7        |
| <b>4. BASES LEGAIS .....</b>                                 | <b>7</b> |
| 4.1 Plano de Custeio.....                                    | 8        |
| 4.2 Plano de Benefício .....                                 | 8        |
| <b>5. PREMISSAS .....</b>                                    | <b>8</b> |
| 5.1 Crescimento dos Benefícios .....                         | 8        |
| 5.2 Recomposição dos Benefícios .....                        | 8        |
| 5.3 Tábuas Biométricas .....                                 | 9        |
| 5.3.1 Tábuas de Mortalidade.....                             | 9        |
| 5.3.2 Tábua de Entrada em Invalidez .....                    | 10       |
| 5.3.3 Tábua de Mortalidade de Inválidos.....                 | 10       |
| 5.3.4 Composição Familiar .....                              | 11       |
| 5.3.5 Taxa de Rotatividade .....                             | 11       |
| 5.4 Idade de Entrada nas Forças Armadas .....                | 11       |
| 5.5 Transferência para a inatividade remunerada.....         | 11       |
| 5.6 Compensação Financeira.....                              | 11       |
| 5.7 Taxa de Inflação.....                                    | 11       |
| 5.7.1 Taxa de Inflação nas Projeções Atuariais .....         | 11       |
| 5.7.2 Taxas de Inflação no Valor Presente Actuarial.....     | 11       |
| 5.8 Taxa de Desconto .....                                   | 12       |
| 5.8.1 Taxa de Desconto Real das Projeções Atuariais .....    | 12       |
| 5.8.2 Taxa de Desconto Real do Valor Presente Actuarial..... | 12       |
| 5.9 Projeção do Produto Interno Bruto (PIB) .....            | 13       |

|  |           |
|--|-----------|
| 5.10 Reposição de Militares .....  | 13        |
| 5.11 Horizonte Temporal.....   | 13        |
| 5.11.1 Projeções Atuariais .....   | 13        |
| 5.11.2 Valor Presente Actuarial .....  | 14        |
| 5.12 Alíquotas e Base de Contribuição.....   | 14        |
| <b>6. MODELO MATEMÁTICO-ATUARIAL APLICADO .....</b>  | <b>14</b> |
| <b>7. AVALIAÇÃO ATUARIAL DAS PENSÕES ESPECIAIS DE MILITARES .....</b>  | <b>14</b> |
| 7.1 Projeções Atuariais .....  | 14        |
| 7.1.1 Sem reposição nominal da inflação nas pensões especiais de militares .....   | 14        |
| 7.1.2 Com reposição nominal da inflação nas pensões especiais de militares.....  | 17        |
| 7.1.3 Análise das projeções com e sem reposição da inflação nas pensões especiais .....  | 20        |
| 7.2 Reserva matemática das despesas futuras com pensões especiais de militares .....   | 21        |
| 7.2.1 Análise da reserva matemática .....  | 21        |
| <b>8. AVALIAÇÃO ATUARIAL DAS REPARAÇÕES A ANISTIADOS POLÍTICOS MILITARES .....</b>   | <b>22</b> |
| 8.1 Projeções Atuariais .....  | 22        |
| 8.1.1 Sem reposição nominal da inflação nas reparações a anistiados políticos militares .....  | 22        |
| 8.1.2 Com reposição nominal da inflação nas reparações a anistiados políticos militares .....  | 25        |
| 8.1.3 Análise das projeções com e sem reposição da inflação nas reparações a anistiados políticos militares .....  | 28        |
| 8.2 Reserva matemática das despesas futuras com anistiados políticos militares .....   | 29        |
| 8.2.1 Análise da reserva matemática .....  | 30        |
| <b>9. PARECER ATUARIAL .....</b>   | <b>30</b> |
| ANEXO A - TÁBUAS BIOMÉTRICAS.....  | 33        |
| ANEXO B - CÁLCULO DA DURAÇÃO DOS PASSIVOS E TESTE DE SENSIBILIDADE DA TAXA DE JUROS.....   | 42        |
| ANEXO C - NOTA TÉCNICA ATUARIAL DAS PROJEÇÕES ATUARIAIS DE PENSÕES ESPECIAIS DE MILITARES E REPARAÇÕES DE ANISTIADOS POLÍTICOS MILITARES.....              | 47        |
| ANEXO D - NOTA TÉCNICA ATUARIAL DO CÁLCULO DO VALOR PRESENTE ATUARIAL DE PENSÕES ESPECIAIS DE MILITARES E REPARAÇÕES DE ANISTIADOS POLÍTICOS MILITARES ... | 51        |

## RESUMO EXECUTIVO

Em cumprimento ao Acórdão nº 1.464/2022 - Plenário do Tribunal de Contas da União (TCU), o presente trabalho pretende dar transparência aos custos futuros das pensões especiais de militares e das reparações a anistiados políticos militares arcadas pelo Tesouro Nacional, bem como verificar se os referidos direitos constituem ou não um Risco Fiscal para a União. As pensões especiais de militares e as reparações a anistiados são benefícios vinculados às Forças Armadas que não fazem parte do Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas (SPSMFA). As pensões especiais são originadas por políticas de Estado que têm por objetivo compensar cidadãos que prestaram eventuais e relevantes serviços à defesa dos interesses nacionais. Por sua vez, as reparações a anistiados são indenizações que buscam compensar cidadãos que sofreram prejuízos causados por ações e políticas de Estado.

**Os resultados obtidos, no presente trabalho, indicam que não há Risco Fiscal para a União decorrente das despesas com as pensões especiais de militares e com as reparações a anistiados políticos militares.** O pior cenário das projeções atuariais (com recomposição dos benefícios pela inflação) evidenciou que há tendência de redução, em relação ao PIB, das despesas líquidas (despesas menos receitas) do Tesouro Nacional. As despesas com pensões especiais de militares decrescem de 0,01%, em 2023, para 0,0% do PIB a partir de 2057. Já as reparações a anistiados políticos militares reduzem de 0,005%, em 2023, para 0,0% do PIB a partir 2045. Portanto, diante de tais projeções, é possível afirmar que não há Risco Fiscal decorrente das despesas futuras com pensões especiais de militares e reparações a anistiados políticos militares.

Adicionalmente, em razão da recomendação do Acórdão nº 1.464/2022/TCU-Plenário, neste documento foi incluído o cálculo da reserva matemática dos direitos analisados. O resultado encontrado foi de R\$ 9.285.247.661,34 e R\$ 5.450.441.766,37 para as despesas futuras com pensões especiais de militares e reparações a anistiados políticos militares, respectivamente.

**A reserva matemática apresentada neste documento, de forma simplificada, pode ser interpretada como um valor contábil hipotético que, em 31 de dezembro de 2022, o Tesouro Nacional deveria possuir em uma provisão rentabilizada, a uma determinada taxa de juros, o qual seria suficiente para a total liquidação das atuais pensões especiais de militares e atuais reparações a anistiados políticos militares. Ou seja, representa o valor para a União pagar de uma só vez, na data retromencionada, todos as pensões especiais de militares e**

**reparações a anistiados políticos militares que deveriam ser pagos em um horizonte temporal de várias décadas.**

Assim, tratar essa reserva matemática como espécie de déficit atual, é um equívoco, pois não há lógica em comparar o valor da reserva matemática com o valor do PIB corrente, pois a reserva matemática soma, a valor presente, as despesas que serão financiadas pelo Tesouro Nacional em várias décadas.

## **1. INTRODUÇÃO**

A pedido do Ministério da Defesa (MD), a fim de subsidiar o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias do ano de 2024, a Diretoria de Finanças da Marinha (DFM) e o Centro de Análises de Sistemas Navais (CASNAV) elaboraram esta avaliação atuarial, a qual abrange direitos vinculados às Forças Armadas, quais sejam: as pensões especiais de militares e as reparações a anistiados políticos militares.

Dessa forma, em cumprimento ao Acórdão nº 1.464/2022 - Plenário do Tribunal de Contas da União (TCU), o presente trabalho pretende dar transparência aos custos futuros das pensões especiais de militares e das reparações a anistiados políticos militares arcados pelo Tesouro Nacional, bem como verificar se os referidos direitos constituem ou não um Risco Fiscal para a União, conforme definição da Secretaria do Tesouro Nacional<sup>1</sup>: *Riscos Fiscais são possibilidades de ocorrências de eventos capazes de afetar as contas públicas, comprometendo o alcance dos resultados fiscais estabelecidos como metas e objetivos.*

## **2. METODOLOGIA**

Para a realização deste trabalho, foi utilizada a técnica de projeções atuariais e de cálculo do valor presente atuarial para a avaliação das pensões especiais de militares concedidas e das reparações a anistiados políticos concedidas. Destaca-se que apenas os benefícios concedidos são objeto do presente trabalho, uma vez que tais benefícios tem como fato gerador leis específicas em que inexistem um contrato de trabalho corrente que poderá gerar benefícios a conceder no futuro.

### **2.1 Projeções Atuariais**

As projeções atuariais foram calculadas conforme preconiza a literatura e as práticas atuariais.

### **2.2 Valor Presente Atuarial**

Em atendimento à recomendação do Acórdão 1.464/2022/TCU-Plenário, o cálculo do valor presente atuarial das pensões especiais de militares e das reparações a anistiados políticos considerou a metodologia prevista na Norma Brasileira de Contabilidade NBC-TSP 15. Assim,

---

<sup>1</sup> Definição constante no Relatório de Riscos Fiscais da União, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional em dezembro de 2020.

o cálculo levou em conta a população de beneficiários dos referidos direitos, sem a utilização do método de financiamento de Crédito Unitário Projetado, em razão de haver apenas benefícios concedidos, conforme o caput do item 2 deste trabalho.

### **3. BASE DE DADOS**

Os dados históricos e os dados correntes necessários à avaliação atuarial foram fornecidos pelos Comandos Singulares, por meio de *layout* de dados desenvolvido pela DFM e CASNAV. Os dados históricos para elaboração dos estudos estatísticos para a definição das tábuas biométricas abrangeram o período de 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2021. Os dados correntes utilizados foram de maio de 2022, extrapolados para a posição de 31 de dezembro de 2022.

#### **3.1 Estatísticas Descritivas**

|                                | <b>Quantidade</b> | <b>Valor Médio</b> |
|--------------------------------|-------------------|--------------------|
| <b>Pensões Especiais</b>       | 17.313            | R\$ 5.509,36       |
| <b>Reparações a Anistiados</b> | 4.643             | R\$ 11.298,04      |

### **4. BASES LEGAIS**

As pensões especiais de militares e as reparações a anistiados são benefícios vinculados às Forças Armadas que não fazem parte do SPSMFA.

As pensões especiais são originadas por políticas de Estado que têm por objetivo compensar cidadãos que prestaram eventuais e relevantes serviços à defesa dos interesses nacionais. Por sua vez, as reparações a anistiados são indenizações que buscam compensar cidadãos que sofreram prejuízos causados por ações e políticas de Estado. Ambos direitos necessitam de aprovação de Lei Específica. No presente trabalho, os seguintes diplomas legais foram considerados: Decreto-Lei nº 8.794, de 23 de janeiro de 1946; Decreto-Lei nº 8.795, de 23 de janeiro de 1946; Lei nº 2.579, de 23 de agosto de 1955; art. 26 da Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960; art. 30 da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963; Lei nº 5.315, de 12 de setembro de 1967; Lei nº 6.592, de 17 de novembro de 1978; Lei nº 7.424, de 17 de dezembro de 1985; Lei nº 8.059, de 4 de julho de 1990; Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994; e Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

#### **4.1 Plano de Custeio**

As despesas atinentes às pensões especiais e às reparações com anistiados políticos militares são financiadas pelo Tesouro Nacional e por contribuições dos beneficiários de tais indenizações, sem contribuição patronal e sem qualquer receita de juros decorrente de capitalização.

#### **4.2 Plano de Benefício**

A regra de elegibilidade, plano de benefício e valor de tais pensões e reparações dependem das regras determinadas pelos diplomas legais mencionados no *caput* do item 4.

### **5. PREMISSAS**

O presente tópico destina-se à descrição de todas as premissas utilizadas nesta Avaliação Atuarial.

#### **5.1 Crescimento dos Benefícios**

Tal parâmetro não se aplica à presente Avaliação, em razão de seu cálculo considerar apenas benefícios concedidos, conforme descrito no *caput* do item 2, bem como pelo fato de a Lei nº 13.954/2019 não afetar as referidas indenizações.

#### **5.2 Recomposição dos Benefícios**

Para a realização das projeções, a partir do ano de 2023, foram adotados dois cenários de recomposição dos benefícios das pensões especiais e das reparações a anistiados políticos militares, quais sejam: sem e com reposição nominal da inflação. Para o cálculo do Valor Presente Atuarial, tais hipóteses não foram consideradas em razão de terem sido usados valores e taxa de desconto reais.

##### **a) Cenário sem reposição nominal da inflação nas pensões especiais e nas reparações a anistiados políticos militares ao longo do tempo**

A referida hipótese é válida, pois não há, para os referidos benefícios, uma política de reajuste indexado à inflação, muito menos de ganhos reais ao longo do tempo. Por outro lado, é pouco provável que não ocorra nenhum tipo de reajuste no futuro, haja vista que se isso não ocorrer, a depreciação monetária provocada pela inflação poderá resultar na total perda do poder de compra. Dessa forma, esse cenário pode ser considerado o limite hipotético inferior da

estimativa das receitas e despesas futuras de pensões especiais de militares e anistiados políticos militares.

**b) Cenário com reposição nominal da inflação nas pensões especiais e nas reparações a anistiados políticos militares ao longo do tempo**

O referido cenário, em complemento ao anterior, adotou a hipótese de reajuste pela taxa de inflação do período anterior. Por ser pouco provável, em razão da situação fiscal do país desde o final de 2014, esse cenário pode ser considerado como o limite hipotético superior da estimativa das receitas e despesas futuras de pensões especiais de militares e anistiados políticos militares.

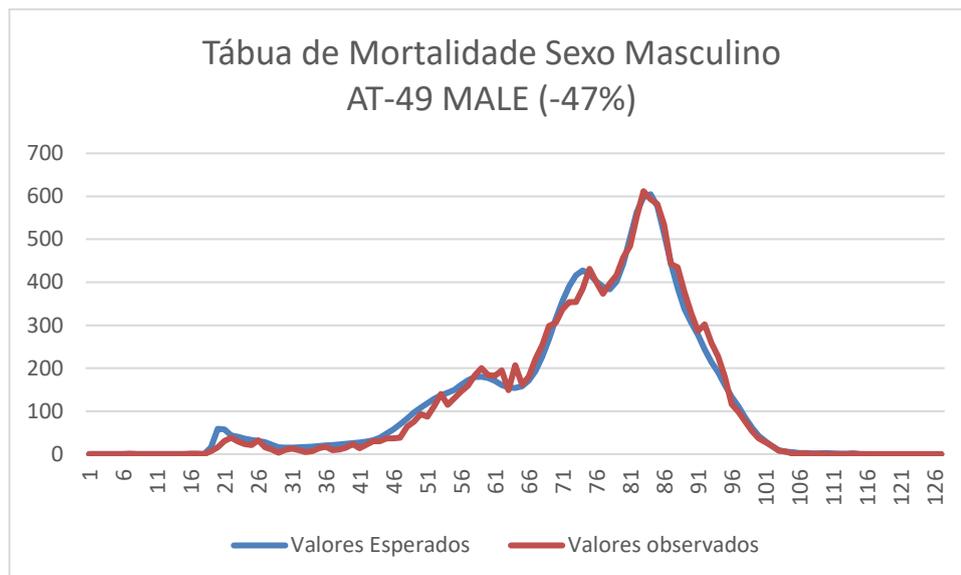
### **5.3 Tábuas Biométricas**

Os dados biométricos, bem como os dados históricos do período de 2017 a 2021, foram oriundos do preenchimento do *layout* de dados pelos Comandos Singulares.

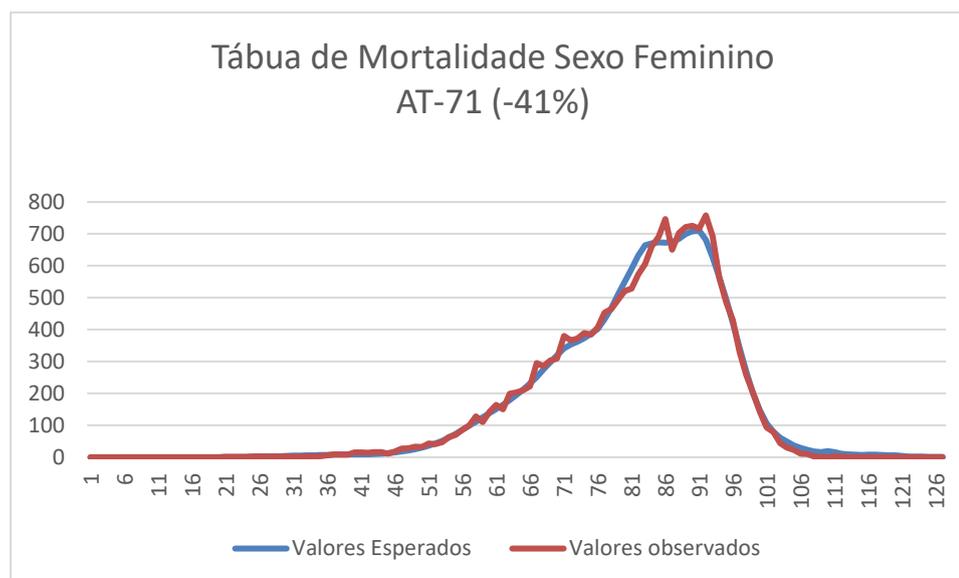
O teste estatístico realizado para identificar a aderência entre as diversas tábuas biométricas disponíveis no mercado e as probabilidades de ocorrência de morte ou invalidez da população foi o teste Kolmogorov-Smirnov (KS). Assim, dentre as tábuas identificadas pelo teste anterior, foi elencada como a mais aderente aquela que gerou o menor Erro Quadrático Médio. Foram verificadas setenta e quatro tábuas de mercado para mortalidade e trinta e três tábuas de entrada em invalidez, em que para cada uma delas foi usado uma faixa de desagravamento e agravamentos variando em termos percentuais entre -99% a + 99%. Assim, foi possível encontrar, dentre as tábuas cujo teste KS retornou como aderente, aquela que possuía o menor Erro Quadrático Médio.

#### **5.3.1 Tábuas de Mortalidade**

Para a mortalidade geral a tábua mais aderente para os óbitos do sexo masculino foi a AT-49 MALE desagravada em 47%:



Já para a mortalidade do sexo feminino, a tábua mais aderente foi AT 71 desagravada em 41%:



### 5.3.2 Tábua de Entrada em Invalidez

Tal parâmetro não se aplica a presente avaliação tratar de benefícios concedidos, não se projetando a ocorrência desse tipo de benefício;

### 5.3.3 Tábua de Mortalidade de Inválidos

Tal parâmetro não se aplica a esta avaliação, pois não foi constatado na base de dados a informação de beneficiários inválidos na massa de anistiados e pensionistas especiais.

#### **5.3.4 Composição Familiar**

Com base em dados históricos, foi construída a tábua de composição familiar, a qual visa descrever as probabilidades de o atual recebedor de um dos direitos pecuniários avaliados possuir beneficiário para, em caso de morte daquele, receber a reversão do direito pecuniário.

#### **5.3.5 Taxa de Rotatividade**

Tal parâmetro não se aplica à presente Avaliação, em razão do seu cálculo considerar apenas benefícios concedidos, conforme descrito no item 2.

#### **5.4 Idade de Entrada nas Forças Armadas**

Tal parâmetro não se aplica à presente Avaliação, em razão do seu cálculo considerar apenas benefícios concedidos, conforme descrito no item 2.

#### **5.5 Transferência para a inatividade remunerada**

Tal parâmetro não se aplica à presente Avaliação, em razão do seu cálculo considerar apenas benefícios concedidos, conforme descrito no item 2, bem como em razão de a concessão dos benefícios avaliados independerem do tempo de serviço militar e de transferência para a reserva remunerada.

#### **5.6 Compensação Financeira**

Tal parâmetro não se aplica à presente Avaliação, em razão de os benefícios avaliados independerem da aquisição de direitos em outros regimes.

#### **5.7 Taxa de Inflação**

##### **5.7.1 Taxa de Inflação nas Projeções Atuariais**

Para as projeções atuariais com recomposição dos benefícios pela inflação, a partir de 2023, foi considerado o centro da meta da inflação previsto na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 5.018, de 23 de junho de 2022.

##### **5.7.2 Taxas de Inflação no Valor Presente Actuarial**

Não foram considerados os efeitos de inflação, haja vista que todas as variáveis financeiras seriam influenciadas por essa variável na mesma magnitude e período.

## **5.8 Taxa de Desconto**

### **5.8.1 Taxa de Desconto Real das Projeções Atuariais**

Não foi utilizada a taxa de juros real nas projeções atuariais.

### **5.8.2 Taxa de Desconto Real do Valor Presente Actuarial**

Foram considerados os seguintes fundamentos previstos na NBC TSP-15, atinentes à definição da taxa de desconto para o estabelecimento do valor da provisão actuarial:

81. A entidade deve determinar a taxa de desconto e outras premissas financeiras em termos nominais (taxa de inflação inclusa), exceto se as estimativas em termos reais (líquidas da taxa de inflação) forem mais confiáveis, por exemplo, em economia hiperinflacionária ou quando o benefício for indexado e existir mercado estruturado de títulos de dívida indexados na mesma moeda e prazo.

82. As premissas financeiras devem basear-se em expectativas de mercado na data a que se referem as demonstrações contábeis, relativamente ao período ao longo do qual devem ser liquidadas as obrigações.

87. A taxa de desconto deve refletir os prazos estimados dos pagamentos de benefícios. Na prática, a entidade frequentemente consegue isso, aplicando uma única taxa de desconto média ponderada que reflita os prazos estimados e o montante dos pagamentos de benefícios e a moeda em que os benefícios vão ser pagos.

88. A entidade decide se a taxa de desconto que reflete o valor do dinheiro no tempo é a melhor aproximação, tendo por referência os rendimentos de mercado de títulos da dívida pública, títulos da dívida privada com elevados ratings ou por outro instrumento financeiro, a data a que se referem as demonstrações contábeis. Em algumas jurisdições, os rendimentos de mercado dos títulos da dívida pública fornecem a melhor aproximação do valor do dinheiro no tempo, ao final do período a que se referem as demonstrações contábeis (...)

Na busca pela melhor prática aplicada aos fundamentos encimados, foi identificado na Portaria nº 1.467, de 22 de junho 2022, alterada pela Portaria nº 1.837, de 30 de junho de 2022, ambas do Ministério do Trabalho e Previdência, o seguinte dispositivo sobre o cálculo da taxa de juros a ser aplicada nas avaliações atuariais do RPPS:

Art. 39. A taxa de juros real anual a ser utilizada como taxa de desconto para apuração do valor presente dos fluxos de benefícios e contribuições do RPPS será equivalente à taxa de juros parâmetro cujo ponto da Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média - ETTJ seja o mais próximo à duração do passivo do RPPS.

§ 1º A ETTJ corresponde à média de 5 (cinco) anos das Estruturas a Termo de Taxa de Juros diárias baseadas nos títulos públicos federais indexados ao Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA, utilizando-se, para sua mensuração, a mesma metodologia aplicada ao regime de previdência complementar fechado.

§ 2º A taxa de juros parâmetro a ser utilizada na avaliação atuarial do exercício utiliza, para sua correspondência aos pontos (em anos) da ETTJ, a duração do passivo calculada na avaliação atuarial com data focal em 31 de dezembro do exercício anterior.

Do excerto anterior, verifica-se, no seu § 1º, a aderência de seu conteúdo aos fundamentos previstos na NBC-TSP 15 para definição da taxa de desconto, em especial os itens 87 e 88 da norma contábil.

Dessa forma, para definição da taxa de desconto do cálculo do passivo atuarial das Forças Armadas, posicionado em 31 de dezembro de 2022, foi escolhida a metodologia prevista na Portaria nº 1.467, de 22 de junho 2022, do Ministério do Trabalho e Previdência.

Assim, foi aplicada a fórmula prevista no art. 35 do Anexo VI da Portaria nº 1.467, de 22 de junho 2022, do Ministério do Trabalho e Previdência para determinação dos valores de duração dos passivos atuariais e taxas de desconto.

Assim sendo, foi encontrado a duração de 8,55 anos para o passivo atuarial das pensões especiais de militares e reparações a anistiados políticos, conforme descrito no Anexo B, implicando em uma taxa de juros de 4,36% a.a.

## **5.9 Projeção do Produto Interno Bruto (PIB)**

Para o PIB dos anos de 2023 a 2097, foi considerada a estimativa realizada pela Secretaria de Previdência do Ministério do Trabalho e Emprego.

## **5.10 Reposição de Militares**

Tal parâmetro não se aplica à presente Avaliação, em razão de seu cálculo considerar apenas benefícios concedidos, conforme descrito no item 2.

## **5.11 Horizonte Temporal**

### **5.11.1 Projeções Atuariais**

O horizonte temporal das projeções atuariais é de 75 anos.

### 5.11.2 Valor Presente Atuarial

O horizonte temporal do cálculo do valor presente atuarial abrange todo o período de vida dos atuais recebedores e dos futuros possíveis recebedores, no caso da possibilidade de reversão dos referidos benefícios.

### 5.12 Alíquotas e Base de Contribuição

Foi considerada a contribuição de 10,5% sobre o valor recebido por cada beneficiário, conforme art. 24 da Lei nº 13.954/2019.

## 6. MODELO MATEMÁTICO-ATUARIAL APLICADO

Visando o atendimento das metodologias e premissas atuariais adotadas no presente trabalho, o modelo atuarial utilizado é determinístico, recorrente e individual, conforme as descrições matemáticas do cálculo das projeções atuariais e do valor presente atuarial constantes nos Anexos C e D, respectivamente.

## 7. AVALIAÇÃO ATUARIAL DAS PENSÕES ESPECIAIS DE MILITARES

### 7.1 Projeções Atuariais

#### 7.1.1 Sem reposição nominal da inflação nas pensões especiais de militares

(R\$)

| Ano série | Ano  | Receita     | Despesa       | Resultado      | % Resultado PIB |
|-----------|------|-------------|---------------|----------------|-----------------|
| 1         | 2023 | 117.865.820 | 1.227.646.343 | -1.109.780.523 | 0,010%          |
| 2         | 2024 | 116.365.193 | 1.212.619.636 | -1.096.254.443 | 0,009%          |
| 3         | 2025 | 108.042.376 | 1.126.465.173 | -1.018.422.797 | 0,008%          |
| 4         | 2026 | 100.349.817 | 1.046.804.067 | -946.454.250   | 0,007%          |
| 5         | 2027 | 93.275.913  | 973.517.632   | -880.241.719   | 0,006%          |
| 6         | 2028 | 86.800.675  | 906.400.710   | -819.600.035   | 0,005%          |
| 7         | 2029 | 80.890.388  | 845.106.542   | -764.216.153   | 0,005%          |
| 8         | 2030 | 75.503.970  | 789.212.166   | -713.708.195   | 0,004%          |
| 9         | 2031 | 70.594.062  | 738.229.628   | -667.635.566   | 0,004%          |
| 10        | 2032 | 66.110.801  | 691.644.887   | -625.534.086   | 0,003%          |
| 11        | 2033 | 62.002.522  | 648.924.676   | -586.922.154   | 0,003%          |

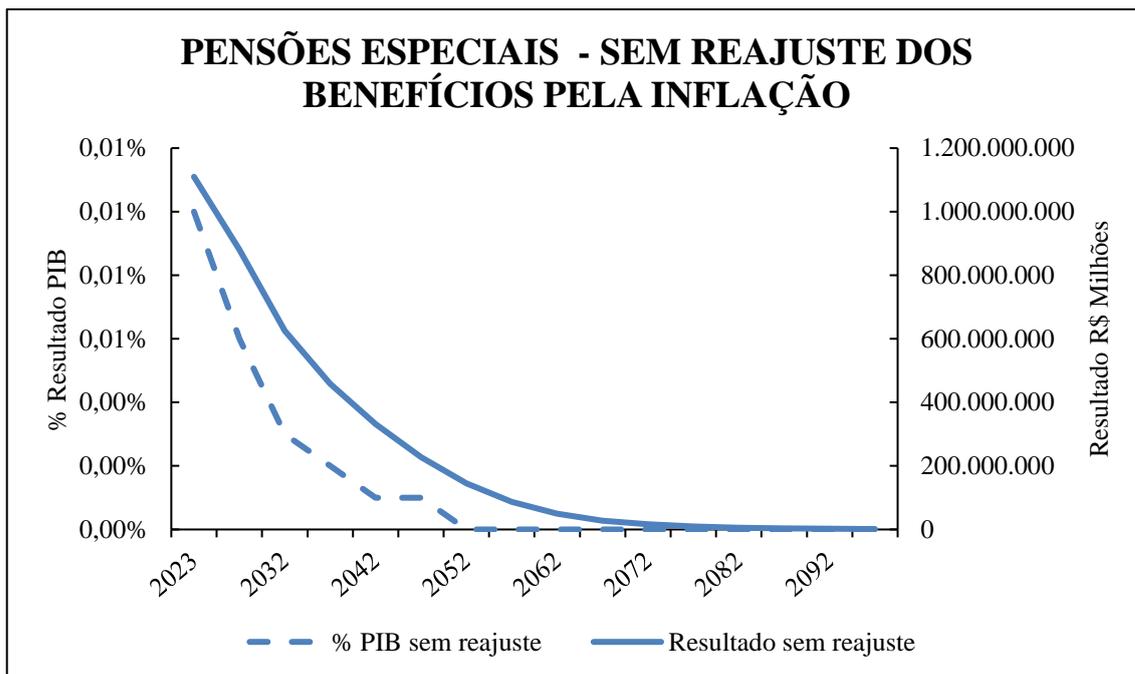
(R\$)

| Ano série | Ano  | Receita    | Despesa     | Resultado    | % Resultado PIB |
|-----------|------|------------|-------------|--------------|-----------------|
| 12        | 2034 | 58.216.845 | 609.529.359 | -551.312.514 | 0,003%          |
| 13        | 2035 | 54.708.213 | 572.988.897 | -518.280.684 | 0,002%          |
| 14        | 2036 | 51.431.512 | 538.837.842 | -487.406.330 | 0,002%          |
| 15        | 2037 | 48.349.611 | 506.693.285 | -458.343.674 | 0,002%          |
| 16        | 2038 | 45.430.940 | 476.230.744 | -430.799.803 | 0,002%          |
| 17        | 2039 | 42.649.868 | 447.186.714 | -404.536.845 | 0,002%          |
| 18        | 2040 | 39.985.721 | 419.349.413 | -379.363.692 | 0,001%          |
| 19        | 2041 | 37.425.803 | 392.589.022 | -355.163.219 | 0,001%          |
| 20        | 2042 | 34.959.183 | 366.794.433 | -331.835.250 | 0,001%          |
| 21        | 2043 | 32.580.097 | 341.907.769 | -309.327.672 | 0,001%          |
| 22        | 2044 | 30.286.243 | 317.906.935 | -287.620.692 | 0,001%          |
| 23        | 2045 | 28.078.620 | 294.803.544 | -266.724.925 | 0,001%          |
| 24        | 2046 | 25.958.708 | 272.613.547 | -246.654.839 | 0,001%          |
| 25        | 2047 | 23.930.043 | 251.374.140 | -227.444.097 | 0,001%          |
| 26        | 2048 | 21.995.939 | 231.120.159 | -209.124.220 | 0,001%          |
| 27        | 2049 | 20.159.165 | 211.880.565 | -191.721.401 | 0,001%          |
| 28        | 2050 | 18.422.580 | 193.684.970 | -175.262.390 | 0,000%          |
| 29        | 2051 | 16.788.105 | 176.553.914 | -159.765.810 | 0,000%          |
| 30        | 2052 | 15.256.578 | 160.496.323 | -145.239.745 | 0,000%          |
| 31        | 2053 | 13.828.313 | 145.515.612 | -131.687.299 | 0,000%          |
| 32        | 2054 | 12.502.263 | 131.601.523 | -119.099.260 | 0,000%          |
| 33        | 2055 | 11.276.453 | 118.734.239 | -107.457.787 | 0,000%          |
| 34        | 2056 | 10.147.983 | 106.884.209 | -96.736.227  | 0,000%          |
| 35        | 2057 | 9.113.547  | 96.017.965  | -86.904.418  | 0,000%          |
| 36        | 2058 | 8.168.857  | 86.091.663  | -77.922.806  | 0,000%          |
| 37        | 2059 | 7.309.787  | 77.062.490  | -69.752.702  | 0,000%          |
| 38        | 2060 | 6.531.558  | 68.881.018  | -62.349.460  | 0,000%          |
| 39        | 2061 | 5.829.240  | 61.495.929  | -55.666.689  | 0,000%          |
| 40        | 2062 | 5.197.687  | 54.853.322  | -49.655.635  | 0,000%          |
| 41        | 2063 | 4.631.637  | 48.898.334  | -44.266.697  | 0,000%          |
| 42        | 2064 | 4.125.337  | 43.570.632  | -39.445.294  | 0,000%          |
| 43        | 2065 | 3.674.127  | 38.821.690  | -35.147.562  | 0,000%          |
| 44        | 2066 | 3.272.856  | 34.597.135  | -31.324.279  | 0,000%          |
| 45        | 2067 | 2.916.769  | 30.846.773  | -27.930.004  | 0,000%          |
| 46        | 2068 | 2.601.366  | 27.523.539  | -24.922.173  | 0,000%          |
| 47        | 2069 | 2.322.314  | 24.581.766  | -22.259.452  | 0,000%          |
| 48        | 2070 | 2.075.381  | 21.976.767  | -19.901.386  | 0,000%          |
| 49        | 2071 | 1.857.335  | 19.674.862  | -17.817.527  | 0,000%          |

(R\$)

| Ano série | Ano  | Receita   | Despesa    | Resultado   | % Resultado PIB |
|-----------|------|-----------|------------|-------------|-----------------|
| 50        | 2072 | 1.664.753 | 17.640.008 | -15.975.255 | 0,000%          |
| 51        | 2073 | 1.494.663 | 15.841.124 | -14.346.460 | 0,000%          |
| 52        | 2074 | 1.344.368 | 14.249.988 | -12.905.620 | 0,000%          |
| 53        | 2075 | 1.211.485 | 12.841.623 | -11.630.138 | 0,000%          |
| 54        | 2076 | 1.093.784 | 11.592.855 | -10.499.070 | 0,000%          |
| 55        | 2077 | 989.544   | 10.485.754 | -9.496.211  | 0,000%          |
| 56        | 2078 | 897.027   | 9.502.313  | -8.605.287  | 0,000%          |
| 57        | 2079 | 814.699   | 8.626.581  | -7.811.882  | 0,000%          |
| 58        | 2080 | 741.280   | 7.845.102  | -7.103.823  | 0,000%          |
| 59        | 2081 | 675.594   | 7.145.679  | -6.470.085  | 0,000%          |
| 60        | 2082 | 616.639   | 6.517.921  | -5.901.282  | 0,000%          |
| 61        | 2083 | 563.525   | 5.952.345  | -5.388.820  | 0,000%          |
| 62        | 2084 | 515.480   | 5.440.987  | -4.925.507  | 0,000%          |
| 63        | 2085 | 471.719   | 4.975.451  | -4.503.731  | 0,000%          |
| 64        | 2086 | 431.654   | 4.549.497  | -4.117.843  | 0,000%          |
| 65        | 2087 | 394.728   | 4.157.270  | -3.762.542  | 0,000%          |
| 66        | 2088 | 360.467   | 3.793.718  | -3.433.251  | 0,000%          |
| 67        | 2089 | 328.566   | 3.455.435  | -3.126.870  | 0,000%          |
| 68        | 2090 | 298.710   | 3.139.129  | -2.840.419  | 0,000%          |
| 69        | 2091 | 270.633   | 2.841.917  | -2.571.283  | 0,000%          |
| 70        | 2092 | 244.146   | 2.561.805  | -2.317.659  | 0,000%          |
| 71        | 2093 | 219.126   | 2.297.494  | -2.078.368  | 0,000%          |
| 72        | 2094 | 195.484   | 2.047.970  | -1.852.486  | 0,000%          |
| 73        | 2095 | 173.211   | 1.813.116  | -1.639.904  | 0,000%          |
| 74        | 2096 | 152.300   | 1.592.833  | -1.440.534  | 0,000%          |
| 75        | 2097 | 132.750   | 1.387.133  | -1.254.383  | 0,000%          |

O gráfico a seguir, considerando os dados da tabela anterior, demonstra, para a hipótese de cálculo sem crescimento dos benefícios, a tendência futura das despesas atinentes às pensões especiais de militares e o percentual dessas despesas em relação ao PIB:



### 7.1.2 Com reposição nominal da inflação nas pensões especiais de militares

(R\$)

| Ano série | Ano  | Receita     | Despesa       | Resultado      | % Resultado PIB |
|-----------|------|-------------|---------------|----------------|-----------------|
| 1         | 2023 | 124.713.825 | 1.298.972.596 | -1.174.258.771 | 0,011%          |
| 2         | 2024 | 129.159.185 | 1.345.943.406 | -1.216.784.221 | 0,010%          |
| 3         | 2025 | 123.518.939 | 1.287.826.022 | -1.164.307.083 | 0,009%          |
| 4         | 2026 | 118.166.191 | 1.232.656.452 | -1.114.490.261 | 0,008%          |
| 5         | 2027 | 113.131.458 | 1.180.749.304 | -1.067.617.846 | 0,007%          |
| 6         | 2028 | 108.436.178 | 1.132.325.632 | -1.023.889.454 | 0,007%          |
| 7         | 2029 | 104.084.305 | 1.087.426.193 | -983.341.888   | 0,006%          |
| 8         | 2030 | 100.068.028 | 1.045.970.225 | -945.902.198   | 0,006%          |
| 9         | 2031 | 96.367.578  | 1.007.753.341 | -911.385.763   | 0,005%          |
| 10        | 2032 | 92.954.928  | 972.485.581   | -879.530.653   | 0,005%          |
| 11        | 2033 | 89.793.847  | 939.791.502   | -849.997.655   | 0,004%          |
| 12        | 2034 | 86.840.660  | 909.220.206   | -822.379.545   | 0,004%          |
| 13        | 2035 | 84.055.125  | 880.355.093   | -796.299.967   | 0,004%          |
| 14        | 2036 | 81.391.339  | 852.721.056   | -771.329.717   | 0,003%          |
| 15        | 2037 | 78.809.597  | 825.907.238   | -747.097.642   | 0,003%          |
| 16        | 2038 | 76.273.745  | 799.541.069   | -723.267.324   | 0,003%          |
| 17        | 2039 | 73.752.759  | 773.302.590   | -699.549.832   | 0,003%          |
| 18        | 2040 | 71.220.125  | 746.919.568   | -675.699.444   | 0,003%          |
| 19        | 2041 | 68.660.371  | 720.233.261   | -651.572.890   | 0,002%          |

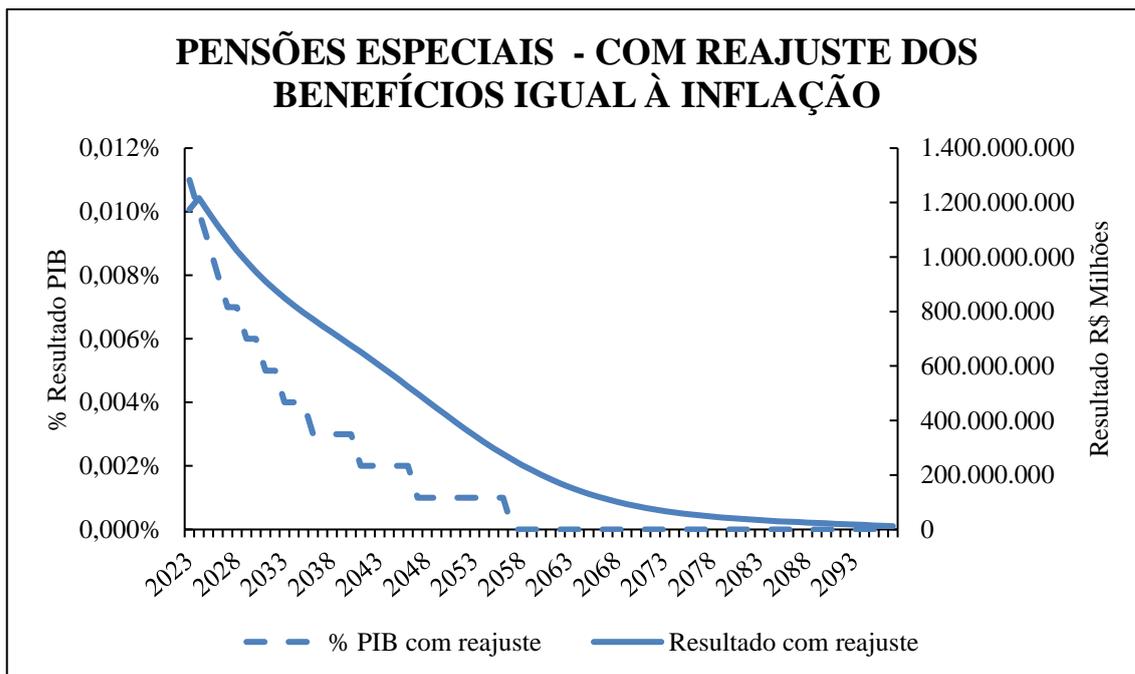
(R\$)

| Ano série | Ano  | Receita    | Despesa     | Resultado    | % Resultado PIB |
|-----------|------|------------|-------------|--------------|-----------------|
| 20        | 2042 | 66.059.232 | 693.098.538 | -627.039.307 | 0,002%          |
| 21        | 2043 | 63.410.598 | 665.454.615 | -602.044.017 | 0,002%          |
| 22        | 2044 | 60.714.455 | 637.304.079 | -576.589.624 | 0,002%          |
| 23        | 2045 | 57.977.525 | 608.718.669 | -550.741.144 | 0,002%          |
| 24        | 2046 | 55.208.281 | 579.787.142 | -524.578.861 | 0,002%          |
| 25        | 2047 | 52.420.584 | 550.654.216 | -498.233.632 | 0,001%          |
| 26        | 2048 | 49.629.295 | 521.474.917 | -471.845.623 | 0,001%          |
| 27        | 2049 | 46.849.543 | 492.406.689 | -445.557.146 | 0,001%          |
| 28        | 2050 | 44.098.164 | 463.624.061 | -419.525.897 | 0,001%          |
| 29        | 2051 | 41.391.288 | 435.295.944 | -393.904.656 | 0,001%          |
| 30        | 2052 | 38.743.747 | 407.576.918 | -368.833.171 | 0,001%          |
| 31        | 2053 | 36.170.202 | 380.619.742 | -344.449.540 | 0,001%          |
| 32        | 2054 | 33.682.752 | 354.551.934 | -320.869.182 | 0,001%          |
| 33        | 2055 | 31.291.666 | 329.482.341 | -298.190.676 | 0,001%          |
| 34        | 2056 | 29.005.016 | 305.496.995 | -276.491.979 | 0,001%          |
| 35        | 2057 | 26.829.838 | 282.672.210 | -255.842.372 | 0,000%          |
| 36        | 2058 | 24.770.178 | 261.053.152 | -236.282.973 | 0,000%          |
| 37        | 2059 | 22.830.205 | 240.684.489 | -217.854.284 | 0,000%          |
| 38        | 2060 | 21.011.599 | 221.585.760 | -200.574.161 | 0,000%          |
| 39        | 2061 | 19.314.853 | 203.763.261 | -184.448.407 | 0,000%          |
| 40        | 2062 | 17.738.909 | 187.205.962 | -169.467.054 | 0,000%          |
| 41        | 2063 | 16.281.277 | 171.888.977 | -155.607.700 | 0,000%          |
| 42        | 2064 | 14.936.563 | 157.755.696 | -142.819.133 | 0,000%          |
| 43        | 2065 | 13.701.957 | 144.778.091 | -131.076.134 | 0,000%          |
| 44        | 2066 | 12.571.658 | 132.894.124 | -120.322.466 | 0,000%          |
| 45        | 2067 | 11.539.976 | 122.042.922 | -110.502.946 | 0,000%          |
| 46        | 2068 | 10.600.871 | 112.161.643 | -101.560.772 | 0,000%          |
| 47        | 2069 | 9.747.613  | 103.178.781 | -93.431.168  | 0,000%          |
| 48        | 2070 | 8.972.480  | 95.011.976  | -86.039.496  | 0,000%          |
| 49        | 2071 | 8.270.695  | 87.611.973  | -79.341.278  | 0,000%          |
| 50        | 2072 | 7.635.522  | 80.907.311  | -73.271.789  | 0,000%          |
| 51        | 2073 | 7.061.056  | 74.836.280  | -67.775.225  | 0,000%          |
| 52        | 2074 | 6.541.565  | 69.339.058  | -62.797.493  | 0,000%          |
| 53        | 2075 | 6.071.819  | 64.360.674  | -58.288.855  | 0,000%          |
| 54        | 2076 | 5.646.373  | 59.845.056  | -54.198.683  | 0,000%          |
| 55        | 2077 | 5.261.506  | 55.753.841  | -50.492.334  | 0,000%          |
| 56        | 2078 | 4.912.672  | 52.040.527  | -47.127.855  | 0,000%          |
| 57        | 2079 | 4.595.647  | 48.661.813  | -44.066.166  | 0,000%          |
| 58        | 2080 | 4.306.940  | 45.581.161  | -41.274.221  | 0,000%          |

(R\$)

| Ano série | Ano  | Receita   | Despesa    | Resultado   | % Resultado PIB |
|-----------|------|-----------|------------|-------------|-----------------|
| 59        | 2081 | 4.043.058 | 42.762.937 | -38.719.880 | 0,000%          |
| 60        | 2082 | 3.800.953 | 40.176.337 | -36.375.384 | 0,000%          |
| 61        | 2083 | 3.577.763 | 37.790.843 | -34.213.080 | 0,000%          |
| 62        | 2084 | 3.370.911 | 35.580.606 | -32.209.695 | 0,000%          |
| 63        | 2085 | 3.177.288 | 33.512.384 | -30.335.096 | 0,000%          |
| 64        | 2086 | 2.994.647 | 31.562.654 | -28.568.007 | 0,000%          |
| 65        | 2087 | 2.820.622 | 29.706.781 | -26.886.159 | 0,000%          |
| 66        | 2088 | 2.653.078 | 27.922.197 | -25.269.119 | 0,000%          |
| 67        | 2089 | 2.490.829 | 26.195.370 | -23.704.542 | 0,000%          |
| 68        | 2090 | 2.332.432 | 24.511.406 | -22.178.974 | 0,000%          |
| 69        | 2091 | 2.176.595 | 22.856.390 | -20.679.794 | 0,000%          |
| 70        | 2092 | 2.022.471 | 21.221.668 | -19.199.197 | 0,000%          |
| 71        | 2093 | 1.869.669 | 19.603.112 | -17.733.443 | 0,000%          |
| 72        | 2094 | 1.717.981 | 17.998.298 | -16.280.317 | 0,000%          |
| 73        | 2095 | 1.567.911 | 16.412.345 | -14.844.435 | 0,000%          |
| 74        | 2096 | 1.419.977 | 14.850.899 | -13.430.922 | 0,000%          |
| 75        | 2097 | 1.274.834 | 13.321.024 | -12.046.190 | 0,000%          |

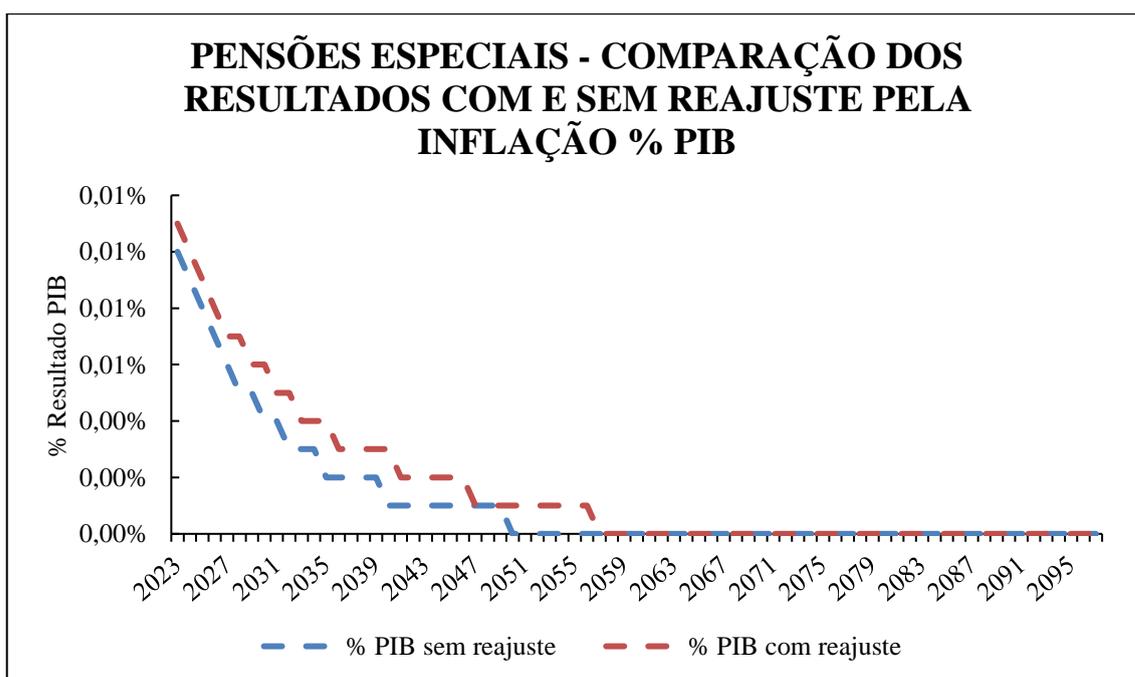
O gráfico a seguir, considerando os dados da tabela anterior, demonstra, para a hipótese de cálculo com crescimento dos benefícios, a tendência futura das despesas atinentes às pensões especiais de militares e o percentual dessas despesas em relação ao PIB:



#### 7.1.3 Análise das projeções com e sem reposição da inflação nas pensões especiais

Da análise dos itens 7.1.2 e 7.1.2, nota-se que, independentemente se o cenário é, ou não, de recomposição dos benefícios pela inflação, a tendência é, ao longo do tempo, de decremento dos valores e de redução da despesa em proporção do PIB.

O Gráfico a seguir compara, em proporção do PIB, os resultados obtidos nas projeções para os diferentes cenários de recomposição dos benefícios:



O gráfico anterior evidencia, de forma mais clara, que ambos os cenários de correção inflacionária são decrescentes em relação ao PIB e que o percentual máximo estimado é de 0,01%, no ano de 2023, tendendo a zero, na pior hipótese, a partir de 2057. Também possibilita a afirmação de que as despesas futuras com pensões especiais de militares, em relação ao PIB, ao longo do tempo, provavelmente se encontrarão no intervalo entre as duas curvas evidenciadas no Gráfico anterior, pois cada uma delas representa o provável limite inferior (sem reajuste) e o superior da estimativa (com reajuste pela inflação).

## **7.2 Reserva matemática das despesas futuras com pensões especiais de militares**

Considerando as três Forças Armadas agregadas, a tabela a seguir demonstra o valor presente atuarial da reserva matemática (provisão) das despesas futuras com pensões especiais de militares:

|   |                             |
|---|-----------------------------|
| <b>RESERVA MATEMÁTICA</b>                 | <b>R\$ 9.285.247.661,34</b> |
| <b>Resultado de benefícios concedidos</b> | R\$ 9.285.247.661,34        |
| Despesas                                  | R\$ 10.441.887.508,43       |
| Receitas                                  | R\$ 1.156.639.847,09        |

### **7.2.1 Análise da reserva matemática**

A análise do valor da reserva matemática, calculada por meio do Valor Presente Atuarial, para o caso das pensões especiais de militares, é complexa, pois, em verdade, o cálculo da reserva matemática foi originalmente desenvolvido e aplicado a fundos previdenciários capitalizados. Ressalta-se que, em regra, esses fundos previdenciários destinam-se à cobertura de riscos de aposentadoria e morte. Assim, surgem grandes diferenças, pois tais benefícios são especiais, não vinculados a nenhum dos fatores geradores dos benefícios anteriormente mencionados. A interpretação da reserva matemática, além de imprecisa, torna-se mais difícil na medida em que se constata que as pensões especiais de militares não possuem nenhum tipo de capitalização para financiar as suas despesas.

**Assim, a reserva matemática apresentada neste documento, de forma simplificada, pode ser interpretada como um valor contábil hipotético que, em 31 de dezembro de 2022, o Tesouro Nacional deveria possuir em uma provisão rentabilizada, a uma determinada taxa**

de juros, o qual seria suficiente para a total liquidação das despesas futuras das atuais pensões especiais de militares. Ou seja, representa o valor para a União pagar, de uma só vez, na data retromencionada, todas as pensões especiais que deveriam ser pagas em um horizonte temporal de várias décadas.

Assim, tratar essa reserva matemática como espécie de déficit atual, é um equívoco, pois não há fundo capitalizado para possibilitar tal afirmativa. Também não há lógica em comparar o valor da reserva matemática com o valor do PIB corrente, pois a reserva matemática soma, a valor presente, as despesas que serão financiadas pelo Tesouro Nacional em várias décadas. Dessa forma, a compreensão é de que a projeção atuarial, com a descrição do fluxo futuro de receitas e despesas, é a melhor ferramenta para análise do Risco Fiscal atinente às pensões especiais de militares.

## 8. AVALIAÇÃO ATUARIAL DAS REPARAÇÕES A ANISTIADOS POLÍTICOS MILITARES

### 8.1 Projeções Atuariais

#### 8.1.1 Sem reposição nominal da inflação nas reparações a anistiados políticos militares

**(R\$ Milhões)**

| Ano série | Ano  | Receita    | Despesa     | Resultado    | % Resultado PIB |
|-----------|------|------------|-------------|--------------|-----------------|
| 1         | 2023 | 56.737.135 | 515.043.999 | -458.306.864 | 0,004%          |
| 2         | 2024 | 55.512.742 | 506.774.401 | -451.261.659 | 0,003%          |
| 3         | 2025 | 54.177.547 | 497.429.905 | -443.252.358 | 0,003%          |
| 4         | 2026 | 52.728.763 | 486.958.925 | -434.230.163 | 0,003%          |
| 5         | 2027 | 51.164.251 | 475.314.763 | -424.150.513 | 0,003%          |
| 6         | 2028 | 49.485.272 | 462.480.574 | -412.995.301 | 0,003%          |
| 7         | 2029 | 47.693.361 | 448.442.701 | -400.749.340 | 0,003%          |
| 8         | 2030 | 45.792.716 | 433.213.099 | -387.420.383 | 0,002%          |
| 9         | 2031 | 43.789.691 | 416.823.580 | -373.033.889 | 0,002%          |
| 10        | 2032 | 41.693.861 | 399.339.674 | -357.645.813 | 0,002%          |
| 11        | 2033 | 39.517.027 | 380.850.757 | -341.333.730 | 0,002%          |
| 12        | 2034 | 37.274.201 | 361.480.607 | -324.206.407 | 0,002%          |
| 13        | 2035 | 34.982.534 | 341.378.057 | -306.395.524 | 0,002%          |
| 14        | 2036 | 32.661.767 | 320.722.592 | -288.060.825 | 0,001%          |

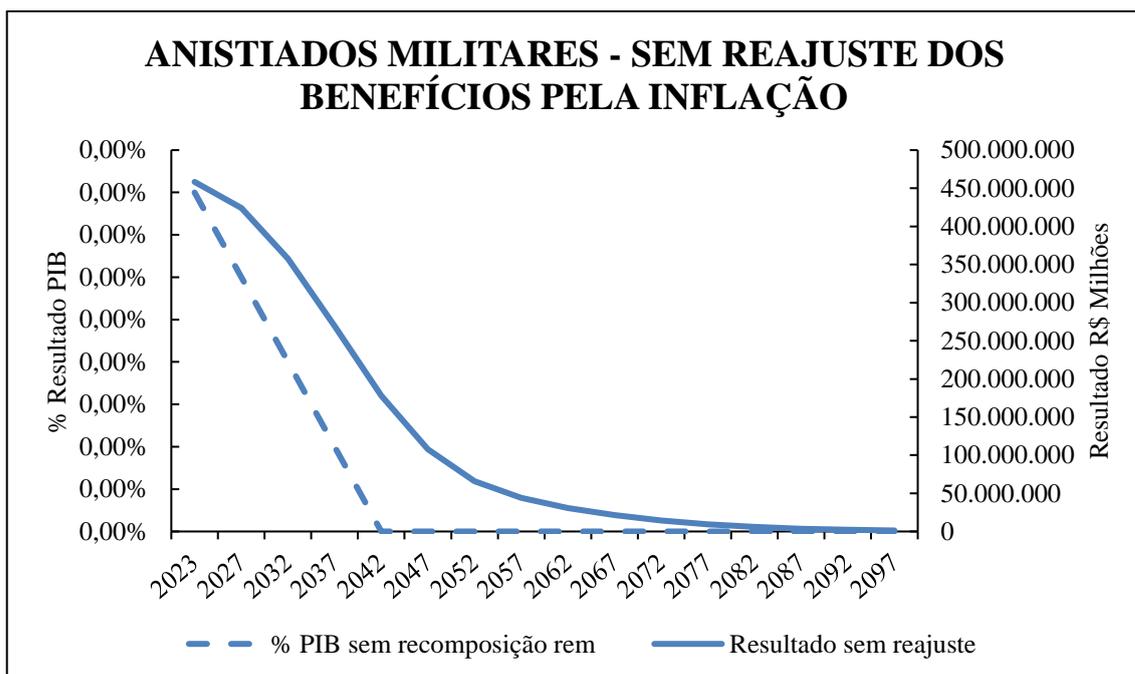
(R\$ Milhões)

| Ano série | Ano  | Receita    | Despesa     | Resultado    | % Resultado PIB |
|-----------|------|------------|-------------|--------------|-----------------|
| 15        | 2037 | 30.333.827 | 299.720.418 | -269.386.591 | 0,001%          |
| 16        | 2038 | 28.021.703 | 278.595.102 | -250.573.399 | 0,001%          |
| 17        | 2039 | 25.749.086 | 257.582.942 | -231.833.856 | 0,001%          |
| 18        | 2040 | 23.539.689 | 236.926.558 | -213.386.869 | 0,000%          |
| 19        | 2041 | 21.415.853 | 216.860.808 | -195.444.955 | 0,000%          |
| 20        | 2042 | 19.397.884 | 197.605.156 | -178.207.272 | 0,000%          |
| 21        | 2043 | 17.503.202 | 179.353.961 | -161.850.759 | 0,000%          |
| 22        | 2044 | 15.745.848 | 162.270.592 | -146.524.744 | 0,000%          |
| 23        | 2045 | 14.135.256 | 146.474.217 | -132.338.960 | 0,000%          |
| 24        | 2046 | 12.676.233 | 132.038.432 | -119.362.198 | 0,000%          |
| 25        | 2047 | 11.369.040 | 118.990.710 | -107.621.670 | 0,000%          |
| 26        | 2048 | 10.210.055 | 107.318.309 | -97.108.254  | 0,000%          |
| 27        | 2049 | 9.192.294  | 96.971.958  | -87.779.663  | 0,000%          |
| 28        | 2050 | 8.304.935  | 87.862.307  | -79.557.372  | 0,000%          |
| 29        | 2051 | 7.535.297  | 79.878.709  | -72.343.412  | 0,000%          |
| 30        | 2052 | 6.869.674  | 72.897.988  | -66.028.314  | 0,000%          |
| 31        | 2053 | 6.293.990  | 66.791.415  | -60.497.426  | 0,000%          |
| 32        | 2054 | 5.794.737  | 61.433.238  | -55.638.501  | 0,000%          |
| 33        | 2055 | 5.358.991  | 56.702.843  | -51.343.852  | 0,000%          |
| 34        | 2056 | 4.975.531  | 52.494.886  | -47.519.356  | 0,000%          |
| 35        | 2057 | 4.634.574  | 48.717.618  | -44.083.044  | 0,000%          |
| 36        | 2058 | 4.327.814  | 45.294.250  | -40.966.436  | 0,000%          |
| 37        | 2059 | 4.048.259  | 42.159.940  | -38.111.681  | 0,000%          |
| 38        | 2060 | 3.791.237  | 39.272.233  | -35.480.996  | 0,000%          |
| 39        | 2061 | 3.553.009  | 36.597.882  | -33.044.873  | 0,000%          |
| 40        | 2062 | 3.330.077  | 34.104.497  | -30.774.420  | 0,000%          |
| 41        | 2063 | 3.120.209  | 31.771.635  | -28.651.426  | 0,000%          |
| 42        | 2064 | 2.921.781  | 29.584.388  | -26.662.607  | 0,000%          |
| 43        | 2065 | 2.733.583  | 27.530.275  | -24.796.692  | 0,000%          |
| 44        | 2066 | 2.554.752  | 25.599.886  | -23.045.134  | 0,000%          |
| 45        | 2067 | 2.384.688  | 23.785.806  | -21.401.119  | 0,000%          |
| 46        | 2068 | 2.222.708  | 22.078.515  | -19.855.807  | 0,000%          |
| 47        | 2069 | 2.068.663  | 20.473.772  | -18.405.109  | 0,000%          |
| 48        | 2070 | 1.922.064  | 18.963.635  | -17.041.571  | 0,000%          |
| 49        | 2071 | 1.782.522  | 17.540.576  | -15.758.054  | 0,000%          |
| 50        | 2072 | 1.649.950  | 16.200.740  | -14.550.790  | 0,000%          |
| 51        | 2073 | 1.524.266  | 14.940.410  | -13.416.144  | 0,000%          |
| 52        | 2074 | 1.405.254  | 13.754.219  | -12.348.965  | 0,000%          |
| 53        | 2075 | 1.292.939  | 12.640.668  | -11.347.728  | 0,000%          |

(R\$ Milhões)

| Ano série | Ano  | Receita   | Despesa    | Resultado   | % Resultado PIB |
|-----------|------|-----------|------------|-------------|-----------------|
| 54        | 2076 | 1.187.178 | 11.596.165 | -10.408.987 | 0,000%          |
| 55        | 2077 | 1.087.932 | 10.618.730 | -9.530.798  | 0,000%          |
| 56        | 2078 | 995.172   | 9.707.033  | -8.711.861  | 0,000%          |
| 57        | 2079 | 908.902   | 8.860.314  | -7.951.413  | 0,000%          |
| 58        | 2080 | 828.780   | 8.074.897  | -7.246.117  | 0,000%          |
| 59        | 2081 | 754.821   | 7.350.555  | -6.595.734  | 0,000%          |
| 60        | 2082 | 686.690   | 6.683.733  | -5.997.043  | 0,000%          |
| 61        | 2083 | 624.218   | 6.072.827  | -5.448.609  | 0,000%          |
| 62        | 2084 | 566.999   | 5.513.760  | -4.946.760  | 0,000%          |
| 63        | 2085 | 514.820   | 5.004.493  | -4.489.673  | 0,000%          |
| 64        | 2086 | 467.157   | 4.540.036  | -4.072.879  | 0,000%          |
| 65        | 2087 | 423.761   | 4.117.773  | -3.694.012  | 0,000%          |
| 66        | 2088 | 384.173   | 3.733.136  | -3.348.963  | 0,000%          |
| 67        | 2089 | 348.009   | 3.382.377  | -3.034.368  | 0,000%          |
| 68        | 2090 | 314.823   | 3.060.881  | -2.746.058  | 0,000%          |
| 69        | 2091 | 284.438   | 2.767.085  | -2.482.647  | 0,000%          |
| 70        | 2092 | 256.469   | 2.497.080  | -2.240.611  | 0,000%          |
| 71        | 2093 | 230.655   | 2.248.103  | -2.017.448  | 0,000%          |
| 72        | 2094 | 206.716   | 2.017.295  | -1.810.579  | 0,000%          |
| 73        | 2095 | 184.497   | 1.803.081  | -1.618.584  | 0,000%          |
| 74        | 2096 | 163.797   | 1.603.343  | -1.439.546  | 0,000%          |
| 75        | 2097 | 144.611   | 1.418.054  | -1.273.443  | 0,000%          |

O gráfico a seguir, considerando os dados da tabela anterior, demonstra, para a hipótese de cálculo sem crescimento dos benefícios, a tendência futura das despesas atinentes às reparações a anistiados políticos militares e o percentual dessa despesa em relação ao PIB:



### 8.1.2 Com reposição nominal da inflação nas reparações a anistiados políticos militares

(R\$)

| Ano série | Ano  | Receita    | Despesa     | Resultado    | % Resultado PIB |
|-----------|------|------------|-------------|--------------|-----------------|
| 1         | 2023 | 60.033.562 | 544.968.055 | -484.934.493 | 0,005%          |
| 2         | 2024 | 61.616.196 | 562.492.675 | -500.876.480 | 0,005%          |
| 3         | 2025 | 61.938.227 | 568.684.405 | -506.746.178 | 0,004%          |
| 4         | 2026 | 62.090.368 | 573.414.911 | -511.324.544 | 0,003%          |
| 5         | 2027 | 62.055.531 | 576.494.516 | -514.438.985 | 0,003%          |
| 6         | 2028 | 61.819.725 | 577.756.176 | -515.936.451 | 0,003%          |
| 7         | 2029 | 61.368.605 | 577.025.872 | -515.657.267 | 0,003%          |
| 8         | 2030 | 60.690.673 | 574.152.328 | -513.461.655 | 0,003%          |
| 9         | 2031 | 59.777.074 | 569.003.653 | -509.226.579 | 0,003%          |
| 10        | 2032 | 58.623.550 | 561.490.560 | -502.867.010 | 0,003%          |
| 11        | 2033 | 57.229.702 | 551.559.092 | -494.329.390 | 0,003%          |
| 12        | 2034 | 55.601.024 | 539.211.881 | -483.610.857 | 0,003%          |
| 13        | 2035 | 53.748.077 | 524.502.155 | -470.754.077 | 0,002%          |
| 14        | 2036 | 51.687.863 | 507.549.556 | -455.861.693 | 0,002%          |
| 15        | 2037 | 49.443.970 | 488.542.616 | -439.098.646 | 0,002%          |
| 16        | 2038 | 47.045.477 | 467.731.723 | -420.686.245 | 0,002%          |
| 17        | 2039 | 44.526.893 | 445.428.163 | -400.901.270 | 0,002%          |
| 18        | 2040 | 41.927.456 | 421.999.118 | -380.071.662 | 0,002%          |

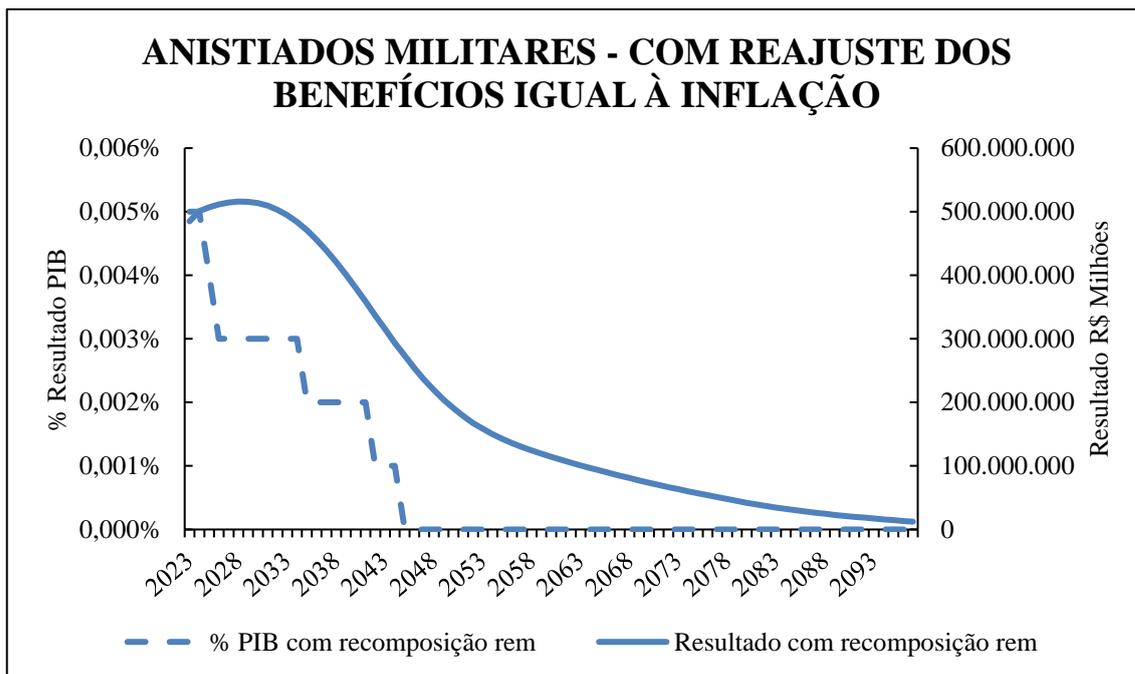
(R\$)

| Ano série | Ano  | Receita    | Despesa     | Resultado    | % Resultado PIB |
|-----------|------|------------|-------------|--------------|-----------------|
| 19        | 2041 | 39.288.949 | 397.847.006 | -358.558.057 | 0,002%          |
| 20        | 2042 | 36.654.441 | 373.396.737 | -336.742.296 | 0,001%          |
| 21        | 2043 | 34.066.457 | 349.076.364 | -315.009.907 | 0,001%          |
| 22        | 2044 | 31.565.506 | 325.301.837 | -293.736.332 | 0,001%          |
| 23        | 2045 | 29.186.876 | 302.444.092 | -273.257.216 | 0,000%          |
| 24        | 2046 | 26.959.472 | 280.815.776 | -253.856.305 | 0,000%          |
| 25        | 2047 | 24.904.749 | 260.658.221 | -235.753.472 | 0,000%          |
| 26        | 2048 | 23.036.882 | 242.141.605 | -219.104.723 | 0,000%          |
| 27        | 2049 | 21.362.730 | 225.361.115 | -203.998.386 | 0,000%          |
| 28        | 2050 | 19.879.537 | 210.316.161 | -190.436.624 | 0,000%          |
| 29        | 2051 | 18.578.371 | 196.941.983 | -178.363.612 | 0,000%          |
| 30        | 2052 | 17.445.388 | 185.122.854 | -167.677.466 | 0,000%          |
| 31        | 2053 | 16.462.953 | 174.703.806 | -158.240.852 | 0,000%          |
| 32        | 2054 | 15.611.789 | 165.509.280 | -149.897.491 | 0,000%          |
| 33        | 2055 | 14.870.966 | 157.347.919 | -142.476.953 | 0,000%          |
| 34        | 2056 | 14.221.088 | 150.041.153 | -135.820.066 | 0,000%          |
| 35        | 2057 | 13.643.961 | 143.422.294 | -129.778.333 | 0,000%          |
| 36        | 2058 | 13.123.100 | 137.344.386 | -124.221.286 | 0,000%          |
| 37        | 2059 | 12.643.677 | 131.675.523 | -119.031.846 | 0,000%          |
| 38        | 2060 | 12.196.162 | 126.336.222 | -114.140.060 | 0,000%          |
| 39        | 2061 | 11.772.694 | 121.265.000 | -109.492.306 | 0,000%          |
| 40        | 2062 | 11.365.042 | 116.393.411 | -105.028.369 | 0,000%          |
| 41        | 2063 | 10.968.259 | 111.684.661 | -100.716.402 | 0,000%          |
| 42        | 2064 | 10.578.860 | 107.115.861 | -96.537.001  | 0,000%          |
| 43        | 2065 | 10.194.377 | 102.668.915 | -92.474.538  | 0,000%          |
| 44        | 2066 | 9.813.285  | 98.333.993  | -88.520.708  | 0,000%          |
| 45        | 2067 | 9.434.836  | 94.106.743  | -84.671.906  | 0,000%          |
| 46        | 2068 | 9.057.797  | 89.972.535  | -80.914.738  | 0,000%          |
| 47        | 2069 | 8.682.946  | 85.936.010  | -77.253.064  | 0,000%          |
| 48        | 2070 | 8.309.643  | 81.985.326  | -73.675.683  | 0,000%          |
| 49        | 2071 | 7.937.555  | 78.108.017  | -70.170.462  | 0,000%          |
| 50        | 2072 | 7.567.628  | 74.305.993  | -66.738.365  | 0,000%          |
| 51        | 2073 | 7.200.906  | 70.581.150  | -63.380.245  | 0,000%          |
| 52        | 2074 | 6.837.829  | 66.926.696  | -60.088.867  | 0,000%          |
| 53        | 2075 | 6.480.057  | 63.353.509  | -56.873.452  | 0,000%          |
| 54        | 2076 | 6.128.493  | 59.862.146  | -53.733.653  | 0,000%          |
| 55        | 2077 | 5.784.645  | 56.460.886  | -50.676.242  | 0,000%          |
| 56        | 2078 | 5.450.174  | 53.161.696  | -47.711.522  | 0,000%          |
| 57        | 2079 | 5.127.036  | 49.980.281  | -44.853.245  | 0,000%          |

(R\$)

| Ano série | Ano  | Receita   | Despesa    | Resultado   | % Resultado PIB |
|-----------|------|-----------|------------|-------------|-----------------|
| 58        | 2080 | 4.815.332 | 46.916.302 | -42.100.970 | 0,000%          |
| 59        | 2081 | 4.517.187 | 43.989.007 | -39.471.821 | 0,000%          |
| 60        | 2082 | 4.232.745 | 41.198.397 | -36.965.652 | 0,000%          |
| 61        | 2083 | 3.963.100 | 38.555.772 | -34.592.672 | 0,000%          |
| 62        | 2084 | 3.707.815 | 36.056.495 | -32.348.680 | 0,000%          |
| 63        | 2085 | 3.467.596 | 33.708.000 | -30.240.404 | 0,000%          |
| 64        | 2086 | 3.240.956 | 31.497.016 | -28.256.060 | 0,000%          |
| 65        | 2087 | 3.028.085 | 29.424.544 | -26.396.459 | 0,000%          |
| 66        | 2088 | 2.827.558 | 27.476.308 | -24.648.750 | 0,000%          |
| 67        | 2089 | 2.638.229 | 25.641.525 | -23.003.295 | 0,000%          |
| 68        | 2090 | 2.458.248 | 23.900.421 | -21.442.172 | 0,000%          |
| 69        | 2091 | 2.287.617 | 22.254.546 | -19.966.929 | 0,000%          |
| 70        | 2092 | 2.124.559 | 20.685.500 | -18.560.940 | 0,000%          |
| 71        | 2093 | 1.968.036 | 19.181.689 | -17.213.653 | 0,000%          |
| 72        | 2094 | 1.816.694 | 17.728.721 | -15.912.027 | 0,000%          |
| 73        | 2095 | 1.670.068 | 16.321.509 | -14.651.441 | 0,000%          |
| 74        | 2096 | 1.527.175 | 14.948.885 | -13.421.711 | 0,000%          |
| 75        | 2097 | 1.388.743 | 13.617.971 | -12.229.228 | 0,000%          |

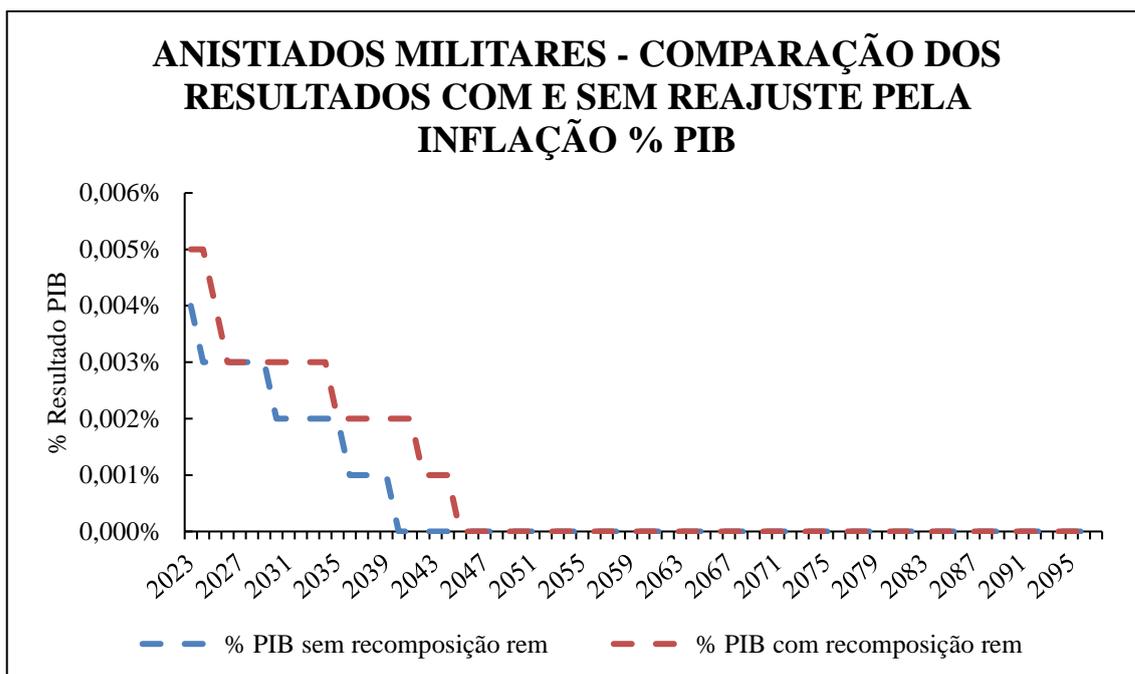
O gráfico a seguir, considerando os dados da tabela anterior, demonstra, para a hipótese com crescimento dos benefícios, a tendência futura das despesas atinentes às reparações de anistiados políticos militares e o percentual dessa despesa em relação ao PIB:



### 8.1.3 Análise das projeções com e sem reposição da inflação nas reparações a anistiados políticos militares

Da análise dos itens 8.1.1 e 8.1.2, nota-se que, independentemente se o cenário é, ou não, de recomposição dos benefícios pela inflação, a tendência é, ao longo do tempo, de decréscimo dos valores e de redução da despesa em proporção do PIB.

O Gráfico a seguir compara, em proporção do PIB, os resultados obtidos nas projeções para os diferentes cenários de recomposição dos benefícios:



O gráfico acima evidencia, de forma mais clara, que ambos os cenários de correção inflacionária são decrescentes em relação ao PIB e que o percentual máximo estimado é de 0,005%, no ano de 2023, tendendo a zero, na pior hipótese, a partir de 2045. Também possibilita a afirmação de que as despesas futuras com anistiados políticos militares, em relação ao PIB, ao longo do tempo, provavelmente se encontrarão no intervalo entre as duas curvas evidenciadas no Gráfico anterior, pois cada uma delas representa o provável limite inferior (sem reajuste) e o superior da estimativa (com reajuste pela inflação).

## 8.2 Reserva matemática das despesas futuras com anistiados políticos militares

Considerando as três Forças Armadas agregadas, a tabela a seguir demonstra o valor presente atuarial da reserva matemática (provisão) das despesas futuras com reparações a anistiados políticos militares:

|   |          |                             |
|---|----------|-----------------------------|
| <b>RESERVA MATEMÁTICA</b>                 |          | <b>R\$ 5.450.441.766,37</b> |
| <b>Resultado de benefícios concedidos</b> |          | R\$ 5.450.441.766,37        |
|   | Despesas | R\$ 6.042.057.141,34        |
|   | Receitas | R\$ 591.615.374,97          |

### **8.2.1 Análise da reserva matemática**

A análise do valor da reserva matemática, calculada por meio do Valor Presente Atuarial, para o caso das reparações a anistiados políticos militares, é complexa, pois, em verdade, o cálculo da reserva matemática foi originalmente desenvolvido e aplicado a fundos previdenciários capitalizados.

Ressalta-se que, em regra, esses fundos previdenciários destinam-se à cobertura de riscos de aposentadoria e morte. Assim, surgem grandes diferenças, pois tais benefícios são reparadores, não vinculados a nenhum dos fatores geradores dos benefícios anteriormente mencionados.

A interpretação da reserva matemática, além de imprecisa, torna-se mais difícil na medida em que se constata que as reparações a anistiados políticos militares não possuem nenhum tipo de capitalização para financiar suas despesas.

**Assim, a reserva matemática apresentada neste documento, de forma simplificada, pode ser interpretada como um valor contábil hipotético que, em 31 de dezembro de 2022, o Tesouro Nacional deveria possuir em uma provisão rentabilizada, a uma determinada taxa de juros, o qual seria suficiente para a total liquidação das despesas futuras das atuais reparações a anistiados políticos militares. Ou seja, representa o valor para a União pagar, de uma só vez, na data retromencionada, todas as reparações que deveriam ser pagas em um horizonte temporal de várias décadas.**

Assim, tratar essa reserva matemática como espécie de déficit atual, é um equívoco, pois não há fundo capitalizado para possibilitar tal afirmativa. Também não há lógica em comparar o valor da reserva matemática com o valor do PIB corrente, pois a reserva matemática soma, a valor presente, as despesas que serão financiadas pelo Tesouro Nacional em várias décadas. Dessa forma, a compreensão é de que a projeção atuarial, com a descrição do fluxo futuro de receitas e despesas, é a melhor ferramenta para análise do Risco Fiscal atinente às reparações de anistiados políticos militares.

## **9. PARECER ATUARIAL**

Foram realizados os cálculos da reserva matemática das pensões especiais de militares e de reparações a anistiados políticos militares. Para isso, foi empregada a técnica do valor

presente atuarial, visando o cálculo contábil da provisão dos referidos direitos para evidenciação no Balanço Geral da União.

A análise desse valor, para o caso das pensões especiais de militares e de reparações a anistiados políticos militares é complexa, pois, em verdade, o cálculo da reserva matemática foi originalmente desenvolvido para benefícios acumulados ao longo do tempo, em fundos previdenciários capitalizados.

Ressalta-se que, em regra, esses fundos previdenciários se destinam à cobertura de riscos de aposentadoria e morte. Assim, surgem grandes diferenças, pois tais benefícios são especiais ou reparadores, não vinculados a nenhum dos fatores geradores de benefícios anteriormente mencionados.

A interpretação da reserva matemática, além de imprecisa, torna-se mais difícil na medida em que se constata que ambos benefícios não possuem nenhum tipo de capitalização para financiar suas despesas.

**Assim, a reserva matemática apresentada neste documento, de forma simplificada, pode ser interpretada como um valor contábil hipotético que, em 31 de dezembro de 2022, o Tesouro Nacional deveria possuir em uma provisão rentabilizada, a uma determinada taxa de juros, o qual seria suficiente para a total liquidação das despesas futuras das atuais pensões especiais e das atuais reparações a anistiados políticos militares. Ou seja, representa o valor para a União pagar, de uma só vez, na data retromencionada, todas os benefícios avaliados que deveriam ser pagos em um horizonte temporal de várias décadas.**

Assim, tratar o valor da reserva matemática como espécie de déficit, em tese, é um equívoco, pois não há ativos garantidores capitalizados para que tal afirmação possa ser feita. Também parece não haver lógica em comparar o valor hipotético da reserva matemática com o valor corrente do PIB, pois a reserva matemática soma, a valor presente, as necessidades do Tesouro Nacional, de várias décadas, sem considerar, no entanto, que nesse mesmo período haverá a arrecadação de receitas pelo Tesouro decorrentes do produto da economia.

**Dessa forma, a compreensão é de que a projeção atuarial, com a descrição do fluxo futuro de receitas e despesas, é a melhor ferramenta para análise do Risco Fiscal atinente aos benefícios em análise.**

Destarte, a fim de contribuir para o processo orçamentário e ser verificada a possibilidade de as pensões especiais de militares e as reparações a anistiados militares representarem um

Risco Fiscal para o Tesouro Nacional, o presente trabalho projetou atuarialmente dois cenários para os direitos avaliados no presente documento: (i) sem recomposição dos valores dos benefícios pela inflação; e (ii) com recomposição dos valores dos benefícios pela inflação do período anterior, a partir de 2023.

Sobre a hipótese de reajuste dos benefícios, sem recomposição nominal pela inflação, foi considerada que a referida condição é válida, pois não há, para as pensões especiais e reparações a anistiados, uma política de recomposição dos benefícios indexada à inflação, muito menos de ganhos reais ao longo do tempo. Por outro lado, é pouco provável que não ocorra nenhum tipo de recomposição dos benefícios no futuro, haja vista que, se isso não ocorrer, a depreciação provocada pela inflação extinguirá os referidos direitos pecuniários. Dessa forma, esse cenário, quando aplicado, pode ser considerado o limite hipotético inferior da estimativa das receitas e despesas futuras de pensões especiais de militares e de reparações a anistiados políticos militares.

Já a hipótese de recomposição de benefícios pela taxa de inflação do período anterior também pode ser considerada verdadeira, todavia, pouco exequível em sua plenitude, em razão da situação fiscal do país desde o final de 2014. Assim, esse cenário, quando aplicado, pode ser considerado como o limite hipotético superior da estimativa das receitas e despesas. Quanto à possibilidade de simulação de um cenário com ganhos reais, esse foi descartado em razão da grave situação fiscal do país, combinado com o fato de não haver nenhuma política de reajuste para pensões especiais e reparações de anistiados que ao menos preveja a recomposição indexada à inflação. Ainda assim, caso a inflação seja reposta nas projeções atuariais: as despesas com pensões especiais de militares decrescem de 0,01%, em 2023, para 0,0% do PIB, a partir de 2057; e as reparações a anistiados políticos militares reduzem de 0,005%, em 2023, para 0,0% do PIB a partir de 2045.

**Por todo exposto, a presente avaliação indica que, mesmo ao ser considerado o cenário mais pessimista para o Tesouro Nacional (projeções atuariais das pensões especiais de militares e das reparações a anistiados políticos com reposição da inflação) não há Risco Fiscal para a União decorrente dos benefícios avaliados no presente trabalho.**

Por último, ressalva-se que os resultados apresentados neste documento são sensíveis às variações das premissas, da base normativa e da base de dados utilizada.

**ANEXO A**  
**TÁBUAS BIOMÉTRICAS**

**1. TÁBUAS DE MORTALIDADE**

| <b>MORTALIDADE SEXO MASCULINO</b> |                      |
|-----------------------------------|----------------------|
| <b>AT-71 (-47%)</b>               |                      |
| <b>x</b>                          | <b>q<sub>x</sub></b> |
| 0                                 | 0,002141             |
| 1                                 | 0,000837             |
| 2                                 | 0,000470             |
| 3                                 | 0,000379             |
| 4                                 | 0,000332             |
| 5                                 | 0,000300             |
| 6                                 | 0,000279             |
| 7                                 | 0,000265             |
| 8                                 | 0,000258             |
| 9                                 | 0,000255             |
| 10                                | 0,000256             |
| 11                                | 0,000261             |
| 12                                | 0,000266             |
| 13                                | 0,000271             |
| 14                                | 0,000278             |
| 15                                | 0,000285             |
| 16                                | 0,000292             |
| 17                                | 0,000301             |
| 18                                | 0,000310             |
| 19                                | 0,000320             |
| 20                                | 0,000331             |
| 21                                | 0,000343             |
| 22                                | 0,000357             |
| 23                                | 0,000372             |
| 24                                | 0,000388             |
| 25                                | 0,000407             |
| 26                                | 0,000427             |
| 27                                | 0,000450             |
| 28                                | 0,000475             |
| 29                                | 0,000502             |
| 30                                | 0,000532             |

| <b>MORTALIDADE SEXO MASCULINO</b> |                      |
|-----------------------------------|----------------------|
| <b>AT-71 (-47%)</b>               |                      |
| <b>x</b>                          | <b>q<sub>x</sub></b> |
| 31                                | 0,000566             |
| 32                                | 0,000602             |
| 33                                | 0,000643             |
| 34                                | 0,000687             |
| 35                                | 0,000737             |
| 36                                | 0,000792             |
| 37                                | 0,000852             |
| 38                                | 0,000918             |
| 39                                | 0,000992             |
| 40                                | 0,001073             |
| 41                                | 0,001177             |
| 42                                | 0,001315             |
| 43                                | 0,001486             |
| 44                                | 0,001689             |
| 45                                | 0,001921             |
| 46                                | 0,002181             |
| 47                                | 0,002468             |
| 48                                | 0,002780             |
| 49                                | 0,003116             |
| 50                                | 0,003475             |
| 51                                | 0,003857             |
| 52                                | 0,004260             |
| 53                                | 0,004685             |
| 54                                | 0,005131             |
| 55                                | 0,005599             |
| 56                                | 0,006090             |
| 57                                | 0,006604             |
| 58                                | 0,007142             |
| 59                                | 0,007707             |
| 60                                | 0,008301             |
| 61                                | 0,008941             |

| <b>MORTALIDADE SEXO MASCULINO</b> |                      |
|-----------------------------------|----------------------|
| <b>AT-71 (-47%)</b>               |                      |
| <b>X</b>                          | <b>q<sub>x</sub></b> |
| 62                                | 0,009645             |
| 63                                | 0,010423             |
| 64                                | 0,011280             |
| 65                                | 0,012225             |
| 66                                | 0,013266             |
| 67                                | 0,014412             |
| 68                                | 0,015676             |
| 69                                | 0,017067             |
| 70                                | 0,018599             |
| 71                                | 0,020284             |
| 72                                | 0,022139             |
| 73                                | 0,024179             |
| 74                                | 0,026422             |
| 75                                | 0,028886             |
| 76                                | 0,031593             |
| 77                                | 0,034564             |
| 78                                | 0,037825             |
| 79                                | 0,041400             |
| 80                                | 0,045317             |
| 81                                | 0,049604             |
| 82                                | 0,054295             |
| 83                                | 0,059420             |
| 84                                | 0,065015             |
| 85                                | 0,071114             |
| 86                                | 0,077756             |
| 87                                | 0,084976             |
| 88                                | 0,092816             |
| 89                                | 0,101310             |
| 90                                | 0,110497             |
| 91                                | 0,120412             |
| 92                                | 0,131086             |

| <b>MORTALIDADE SEXO MASCULINO</b> |                      |
|-----------------------------------|----------------------|
| <b>AT-71 (-47%)</b>               |                      |
| <b>x</b>                          | <b>q<sub>x</sub></b> |
| 93                                | 0,142549             |
| 94                                | 0,154823             |
| 95                                | 0,167922             |
| 96                                | 0,181855             |
| 97                                | 0,196616             |
| 98                                | 0,212187             |
| 99                                | 0,228535             |
| 100                               | 0,245610             |
| 101                               | 0,263341             |
| 102                               | 0,281636             |
| 103                               | 0,300381             |
| 104                               | 0,319438             |
| 105                               | 0,338647             |
| 106                               | 0,357826             |
| 107                               | 0,376776             |
| 108                               | 0,395286             |
| 109                               | 0,530000             |
| 110                               | 0,530000             |
| 111                               | 0,530000             |
| 112                               | 0,530000             |
| 113                               | 0,530000             |
| 114                               | 0,530000             |
| 115                               | 0,530000             |
| 116                               | 0,530000             |

| <b>MORTALIDADE SEXO FEMININO</b> |                      |
|----------------------------------|----------------------|
| <b>AT 71 (-42%)</b>              |                      |
| <b>x</b>                         | <b>q<sub>x</sub></b> |
| 0                                | 0                    |
| 1                                | 0                    |
| 2                                | 0                    |
| 3                                | 0                    |
| 4                                | 0                    |
| 5                                | 0,000267             |
| 6                                | 0,000244             |
| 7                                | 0,000232             |
| 8                                | 0,000226             |
| 9                                | 0,000226             |
| 10                               | 0,000226             |
| 11                               | 0,000232             |
| 12                               | 0,000238             |
| 13                               | 0,000238             |
| 14                               | 0,000244             |
| 15                               | 0,000249             |
| 16                               | 0,000255             |
| 17                               | 0,000267             |
| 18                               | 0,000273             |
| 19                               | 0,000284             |
| 20                               | 0,00029              |
| 21                               | 0,000302             |
| 22                               | 0,000313             |
| 23                               | 0,000331             |
| 24                               | 0,000342             |
| 25                               | 0,00036              |
| 26                               | 0,000377             |
| 27                               | 0,000394             |
| 28                               | 0,000418             |
| 29                               | 0,000441             |
| 30                               | 0,00047              |

| <b>MORTALIDADE SEXO FEMININO</b> |                      |
|----------------------------------|----------------------|
| <b>AT 71 (-42%)</b>              |                      |
| <b>x</b>                         | <b>q<sub>x</sub></b> |
| 31                               | 0,000499             |
| 32                               | 0,000534             |
| 33                               | 0,000568             |
| 34                               | 0,000609             |
| 35                               | 0,00065              |
| 36                               | 0,000696             |
| 37                               | 0,000754             |
| 38                               | 0,000812             |
| 39                               | 0,000876             |
| 40                               | 0,000945             |
| 41                               | 0,001038             |
| 42                               | 0,00116              |
| 43                               | 0,001311             |
| 44                               | 0,001491             |
| 45                               | 0,001694             |
| 46                               | 0,001926             |
| 47                               | 0,002175             |
| 48                               | 0,002453             |
| 49                               | 0,002749             |
| 50                               | 0,003068             |
| 51                               | 0,00341              |
| 52                               | 0,003747             |
| 53                               | 0,004112             |
| 54                               | 0,004489             |
| 55                               | 0,004884             |
| 56                               | 0,00529              |
| 57                               | 0,005713             |
| 58                               | 0,006154             |
| 59                               | 0,006618             |
| 60                               | 0,007105             |
| 61                               | 0,007615             |

| <b>MORTALIDADE SEXO FEMININO</b> |                      |
|----------------------------------|----------------------|
| <b>AT 71 (-42%)</b>              |                      |
| <b>x</b>                         | <b>q<sub>x</sub></b> |
| 62                               | 0,008161             |
| 63                               | 0,008746             |
| 64                               | 0,00939              |
| 65                               | 0,010098             |
| 66                               | 0,010887             |
| 67                               | 0,011768             |
| 68                               | 0,012754             |
| 69                               | 0,013856             |
| 70                               | 0,01508              |
| 71                               | 0,016437             |
| 72                               | 0,017939             |
| 73                               | 0,019604             |
| 74                               | 0,021448             |
| 75                               | 0,023484             |
| 76                               | 0,025746             |
| 77                               | 0,028258             |
| 78                               | 0,03103              |
| 79                               | 0,034098             |
| 80                               | 0,037468             |
| 81                               | 0,041122             |
| 82                               | 0,045049             |
| 83                               | 0,049265             |
| 84                               | 0,053865             |
| 85                               | 0,05898              |
| 86                               | 0,064757             |
| 87                               | 0,071369             |
| 88                               | 0,07895              |
| 89                               | 0,087621             |
| 90                               | 0,097463             |
| 91                               | 0,108547             |
| 92                               | 0,120907             |

| <b>MORTALIDADE SEXO FEMININO</b> |                      |
|----------------------------------|----------------------|
| <b>AT 71 (-42%)</b>              |                      |
| <b>x</b>                         | <b>q<sub>x</sub></b> |
| 93                               | 0,1344960            |
| 94                               | 0,1491470            |
| 95                               | 0,1646270            |
| 96                               | 0,1807110            |
| 97                               | 0,1973220            |
| 98                               | 0,2144670            |
| 99                               | 0,2321100            |
| 100                              | 0,2502180            |
| 101                              | 0,2687200            |
| 102                              | 0,2875410            |
| 103                              | 0,3257800            |
| 104                              | 0,3450300            |
| 105                              | 0,3642520            |
| 106                              | 0,3833510            |
| 107                              | 0,4022300            |
| 108                              | 0,4208020            |
| 109                              | 0,5800000            |
| 110                              | 0,5800000            |
| 111                              | 0,5800000            |
| 112                              | 0,5800000            |
| 113                              | 0,5800000            |
| 114                              | 0,5800000            |
| 115                              | 0,5800000            |
| 116                              | 0,5800000            |

## 2. TÁBUA DE COMPOSIÇÃO FAMILIAR (PENSÃO NORMAL)

| <b>Idade</b> | <b>Probabilidade de ter beneficiário vitalício</b> | <b>Probabilidade de ter beneficiário temporário</b> | <b>Idade esperada do beneficiário vitalício</b> | <b>Idade esperada do beneficiário temporário</b> |
|--------------|--|---|---|--|
| 0            | 0,00000  | 0,00000   | 0   | 0  |
| 1            | 0,00000  | 0,00000   | 0   | 0  |
| 2            | 0,00000  | 0,00000   | 0   | 0  |
| 3            | 0,00000  | 0,00000   | 0   | 0  |
| 4            | 0,00000  | 0,00000   | 0   | 0  |
| 5            | 0,00000  | 0,00000   | 1   | 0  |
| 6            | 0,00000  | 0,00000   | 2   | 0  |
| 7            | 0,00000  | 0,00000   | 3   | 0  |
| 8            | 0,00000  | 0,00000   | 4   | 0  |
| 9            | 0,00000  | 0,00000   | 5   | 0  |
| 10           | 0,00000  | 0,00000   | 6   | 0  |
| 11           | 0,00000  | 0,00000   | 7   | 0  |
| 12           | 0,00000  | 0,00000   | 8   | 0  |
| 13           | 0,00000  | 0,00000   | 9   | 0  |
| 14           | 0,00000  | 0,00000   | 10  | 0  |
| 15           | 0,00000  | 0,00000   | 11  | 0  |
| 16           | 0,13330  | 0,40744   | 12  | 0  |
| 17           | 0,16120  | 0,38232   | 13  | 0  |
| 18           | 0,18850  | 0,35813   | 14  | 0  |
| 19           | 0,21520  | 0,33488   | 15  | 0  |
| 20           | 0,24130  | 0,31252   | 16  | 0  |
| 21           | 0,26680  | 0,29105   | 17  | 1  |
| 22           | 0,29170  | 0,27045   | 18  | 2  |
| 23           | 0,31600  | 0,25070   | 19  | 3  |
| 24           | 0,33970  | 0,23178   | 20  | 4  |
| 25           | 0,36280  | 0,21368   | 21  | 5  |

| <b>Idade</b> | <b>Probabilidade de ter beneficiário vitalício</b> | <b>Probabilidade de ter beneficiário temporário</b> | <b>Idade esperada do beneficiário vitalício</b> | <b>Idade esperada do beneficiário temporário</b> |
|--------------|--|---|---|--|
| 26           | 0,38530  | 0,19637   | 22  | 6  |
| 27           | 0,40720  | 0,17984   | 23  | 7  |
| 28           | 0,42850  | 0,16406   | 24  | 8  |
| 29           | 0,44920  | 0,14904   | 25  | 9  |
| 30           | 0,46930  | 0,13473   | 26  | 10   |
| 31           | 0,48880  | 0,12113   | 27  | 11   |
| 32           | 0,50770  | 0,10822   | 28  | 12   |
| 33           | 0,52600  | 0,09598   | 29  | 13   |
| 34           | 0,54370  | 0,08439   | 30  | 14   |
| 35           | 0,56080  | 0,07344   | 31  | 15   |
| 36           | 0,57730  | 0,06310   | 32  | 16   |
| 37           | 0,59320  | 0,05336   | 33  | 17   |
| 38           | 0,60850  | 0,04419   | 34  | 18   |
| 39           | 0,62320  | 0,03560   | 35  | 19   |
| 40           | 0,63730  | 0,02754   | 36  | 20   |
| 41           | 0,65080  | 0,02001   | 37  | 21   |
| 42           | 0,66370  | 0,01299   | 38  | 22   |
| 43           | 0,67600  | 0,00646   | 39  | 23   |
| 44           | 0,68770  | 0,00040   | 40  | 24   |
| 45           | 0,69880  | 0,00000   | 41  | 24   |
| 46           | 0,70930  | 0,00000   | 42  | 24   |
| 47           | 0,71920  | 0,00000   | 43  | 24   |
| 48           | 0,72850  | 0,00000   | 44  | 24   |
| 49           | 0,73720  | 0,00000   | 45  | 24   |
| 50           | 0,74530  | 0,00000   | 46  | 24   |
| 51           | 0,75280  | 0,00000   | 47  | 24   |
| 52           | 0,75970  | 0,00000   | 48  | 24   |
| 53           | 0,76600  | 0,00000   | 49  | 24   |

| <b>Idade</b> | <b>Probabilidade de ter beneficiário vitalício</b> | <b>Probabilidade de ter beneficiário temporário</b> | <b>Idade esperada do beneficiário vitalício</b> | <b>Idade esperada do beneficiário temporário</b> |
|--------------|--|---|---|--|
| 54           | 0,77170  | 0,00000   | 50  | 24   |
| 55           | 0,77680  | 0,00000   | 51  | 24   |
| 56           | 0,78130  | 0,00000   | 52  | 24   |
| 57           | 0,78520  | 0,00000   | 53  | 24   |
| 58           | 0,78850  | 0,00000   | 54  | 24   |
| 59           | 0,79120  | 0,00000   | 55  | 24   |
| 60           | 0,79330  | 0,00000   | 56  | 24   |
| 61           | 0,79480  | 0,00000   | 57  | 24   |
| 62           | 0,79570  | 0,00000   | 58  | 24   |
| 63           | 0,79600  | 0,00000   | 59  | 24   |
| 64           | 0,79570  | 0,00000   | 60  | 24   |
| 65           | 0,79480  | 0,00000   | 61  | 24   |
| 66           | 0,79330  | 0,00000   | 62  | 24   |
| 67           | 0,79120  | 0,00000   | 63  | 24   |
| 68           | 0,78850  | 0,00000   | 64  | 24   |
| 69           | 0,78520  | 0,00000   | 65  | 24   |
| 70           | 0,78130  | 0,00000   | 66  | 24   |
| 71           | 0,77680  | 0,00000   | 67  | 24   |
| 72           | 0,77170  | 0,00000   | 68  | 24   |
| 73           | 0,76600  | 0,00000   | 69  | 24   |
| 74           | 0,75970  | 0,00000   | 70  | 24   |
| 75           | 0,75280  | 0,00000   | 71  | 24   |
| 76           | 0,74530  | 0,00000   | 72  | 24   |
| 77           | 0,73720  | 0,00000   | 73  | 24   |
| 78           | 0,72850  | 0,00000   | 74  | 24   |
| 79           | 0,71920  | 0,00000   | 75  | 24   |
| 80           | 0,70930  | 0,00000   | 76  | 24   |
| 81           | 0,69880  | 0,00000   | 77  | 24   |

| <b>Idade</b> | <b>Probabilidade de ter beneficiário vitalício</b> | <b>Probabilidade de ter beneficiário temporário</b> | <b>Idade esperada do beneficiário vitalício</b> | <b>Idade esperada do beneficiário temporário</b> |
|--------------|--|---|---|--|
| 82           | 0,68770  | 0,00000   | 78  | 24   |
| 83           | 0,67600  | 0,00000   | 79  | 24   |
| 84           | 0,66370  | 0,00000   | 80  | 24   |
| 85           | 0,65080  | 0,00000   | 81  | 24   |
| 86           | 0,63730  | 0,00000   | 82  | 24   |
| 87           | 0,62320  | 0,00000   | 83  | 24   |
| 88           | 0,60850  | 0,00000   | 84  | 24   |
| 89           | 0,59320  | 0,00000   | 85  | 24   |
| 90           | 0,57730  | 0,00000   | 86  | 24   |
| 91           | 0,56080  | 0,00000   | 87  | 24   |
| 92           | 0,54370  | 0,00000   | 88  | 24   |
| 93           | 0,52600  | 0,00000   | 89  | 24   |
| 94           | 0,50770  | 0,00000   | 90  | 24   |
| 95           | 0,48880  | 0,00000   | 91  | 24   |
| 96           | 0,46930  | 0,00000   | 92  | 24   |
| 97           | 0,44920  | 0,00000   | 93  | 24   |
| 98           | 0,42850  | 0,00000   | 94  | 24   |
| 99           | 0,40720  | 0,00000   | 95  | 24   |
| 100          | 0,38530  | 0,00000   | 96  | 24   |
| 101          | 0,36280  | 0,00000   | 97  | 24   |
| 102          | 0,33970  | 0,00000   | 98  | 24   |
| 103          | 0,31600  | 0,00000   | 99  | 24   |
| 104          | 0,29170  | 0,00000   | 100   | 24   |
| 105          | 0,26680  | 0,00000   | 101   | 24   |
| 106          | 0,24130  | 0,00000   | 102   | 24   |
| 107          | 0,21520  | 0,00000   | 103   | 24   |
| 108          | 0,18850  | 0,00000   | 104   | 24   |
| 109          | 0,16120  | 0,00000   | 105   | 24   |

| <b>Idade</b> | <b>Probabilidade de ter beneficiário vitalício</b> | <b>Probabilidade de ter beneficiário temporário</b> | <b>Idade esperada do beneficiário vitalício</b> | <b>Idade esperada do beneficiário temporário</b> |
|--------------|--|---|---|--|
| 110          | 0,13330  | 0,00000   | 106   | 24   |
| 111          | 0,10480  | 0,00000   | 107   | 24   |
| 112          | 0,07570  | 0,00000   | 108   | 24   |
| 113          | 0,04600  | 0,00000   | 109   | 24   |
| 114          | 0,01570  | 0,00000   | 110   | 24   |

## ANEXO B

### CÁLCULO DA DURAÇÃO DOS PASSIVOS E TESTE DE SENSIBILIDADE DA TAXA DE JUROS

#### 1. FÓRMULA DO CÁLCULO DA DURAÇÃO

$$DURAÇÃO = \frac{\sum_{n=1}^{n=75} \left( \left( \frac{Resultado_n}{(1+i)^{(n-0,5)}} \right) * (n - 0,5) \right)}{\sum_{n=1}^{n=75} \left( \frac{Resultado_n}{(1+i)^{(n-0,5)}} \right)}$$

#### 2. CÁLCULO DA DURAÇÃO DO PASSIVO PENSÕES ESPECIAIS E REPARAÇÕES DE ANISTIADOS POLÍTICOS MILITARES

|   |                        |
|---|------------------------|
| <i>Taxa Anterior i</i>  | 4,88%                  |
| $\sum_{n=1}^{n=75} \left( \left( \frac{Resultado_n}{(1+i)^{(n-0,5)}} \right) * (n - 0,5) \right)$ | R\$ 131.376.779.960,15 |
| $\sum_{n=1}^{n=75} \left( \frac{Resultado_n}{(1+i)^{(n-0,5)}} \right)$                            | R\$ 15.360.163.005,69  |
| <b>DURAÇÃO</b>  | <b>8,55</b>            |

\* Como *Taxa Anterior i*, foi considerada a taxa real de juros da Avaliação Atuarial das Pensões de Militares do ano anterior.

Detalhamento da Tabela anterior:

| Ano série (n) | Ano  | Resultado (Despesas -Receitas) | $\frac{Resultado_n}{(1+i)^{(n-0,5)}}$ | $\frac{Resultado_n}{(1+i)^{(n-0,5)}} * (n - 0,5)$ |
|---------------|------|--------------------------------|---------------------------------------|---|
| 1             | 2023 | 1.568.087.386,98               | 765.585.900,39                        | 1.531.171.800,79                                  |
| 2             | 2024 | 1.547.516.102,17               | 2.161.162.472,65                      | 1.440.774.981,77                                  |
| 3             | 2025 | 1.461.675.155,14               | 3.243.838.149,48                      | 1.297.535.259,79                                  |
| 4             | 2026 | 1.380.684.412,78               | 4.090.139.221,15                      | 1.168.611.206,04                                  |
| 5             | 2027 | 1.304.392.231,27               | 4.737.003.038,11                      | 1.052.667.341,80                                  |
| 6             | 2028 | 1.232.595.336,19               | 5.216.431.116,91                      | 948.442.021,26                                    |
| 7             | 2029 | 1.164.965.493,78               | 5.555.510.937,85                      | 854.693.990,44                                    |
| 8             | 2030 | 1.101.128.578,04               | 5.777.024.475,01                      | 770.269.930,00                                    |
| 9             | 2031 | 1.040.669.455,23               | 5.899.890.680,68                      | 694.104.785,96                                    |
| 10            | 2032 | 983.179.898,88                 | 5.939.859.174,76                      | 625.248.334,19                                    |
| 11            | 2033 | 928.255.884,15                 | 5.909.951.049,84                      | 562.852.480,94                                    |
| 12            | 2034 | 875.518.920,32                 | 5.820.999.625,03                      | 506.173.880,44                                    |
| 13            | 2035 | 824.676.207,72                 | 5.682.441.777,68                      | 454.595.342,21                                    |
| 14            | 2036 | 775.467.154,65                 | 5.502.322.152,04                      | 407.579.418,67                                    |
| 15            | 2037 | 727.730.264,90                 | 5.288.038.374,68                      | 364.692.301,70                                    |
| 16            | 2038 | 681.373.202,30                 | 5.046.383.223,01                      | 325.573.111,16                                    |
| 17            | 2039 | 636.370.701,21                 | 4.783.710.864,50                      | 289.921.870,58                                    |
| 18            | 2040 | 592.750.561,47                 | 4.505.968.442,02                      | 257.483.910,97                                    |
| 19            | 2041 | 550.608.173,98                 | 4.218.905.786,52                      | 228.048.961,43                                    |
| 20            | 2042 | 510.042.522,15                 | 3.927.658.877,81                      | 201.418.403,99                                    |
| 21            | 2043 | 471.178.430,83                 | 3.636.966.908,47                      | 177.413.019,93                                    |
| 22            | 2044 | 434.145.435,21                 | 3.351.051.538,69                      | 155.862.862,26                                    |
| 23            | 2045 | 399.063.884,67                 | 3.073.545.690,62                      | 136.602.030,69                                    |
| 24            | 2046 | 366.017.036,89                 | 2.807.315.438,95                      | 119.460.231,44                                    |
| 25            | 2047 | 335.065.766,58                 | 2.554.615.337,13                      | 104.270.013,76                                    |
| 26            | 2048 | 306.232.473,93                 | 2.317.011.113,67                      | 90.863.180,93                                     |
| 27            | 2049 | 279.501.063,75                 | 2.095.430.948,58                      | 79.072.865,98                                     |
| 28            | 2050 | 254.819.761,93                 | 1.890.240.811,83                      | 68.736.029,52                                     |
| 29            | 2051 | 232.109.221,62                 | 1.701.358.803,87                      | 59.696.800,14                                     |
| 30            | 2052 | 211.268.059,22                 | 1.528.346.538,30                      | 51.808.357,23                                     |
| 31            | 2053 | 192.184.724,62                 | 1.370.540.915,55                      | 44.935.767,72                                     |
| 32            | 2054 | 174.737.761,02                 | 1.227.094.309,00                      | 38.955.374,89                                     |
| 33            | 2055 | 158.801.638,86                 | 1.097.049.651,77                      | 33.755.373,90                                     |
| 34            | 2056 | 144.255.582,44                 | 979.428.415,56                        | 29.236.669,12                                     |
| 35            | 2057 | 130.987.461,76                 | 873.275.763,51                        | 25.312.340,97                                     |
| 36            | 2058 | 118.889.241,77                 | 777.643.985,03                        | 21.905.464,37                                     |
| 37            | 2059 | 107.864.383,05                 | 691.652.826,99                        | 18.949.392,52                                     |
| 38            | 2060 | 97.830.455,57                  | 614.511.327,91                        | 16.386.968,74                                     |
| 39            | 2061 | 88.711.562,25                  | 545.472.458,73                        | 14.168.115,81                                     |

| <b>Ano série (n)</b> | <b>Ano</b> | <b>Resultado (Despesas -Receitas)</b> | <b><math>\frac{Resultado_n}{(1+i)^{(n-0,5)}}</math></b> | <b><math>\frac{Resultado_n}{(1+i)^{(n-0,5)}} * (n - 0,5)</math></b> |
|----------------------|------------|---------------------------------------|---|---|
| 40                   | 2062       | 80.430.054,80                         | 483.787.510,40  | 12.247.785,07   |
| 41                   | 2063       | 72.918.122,58                         | 428.782.463,33  | 10.587.221,32   |
| 42                   | 2064       | 66.107.901,41                         | 379.800.298,84  | 9.151.814,43  |
| 43                   | 2065       | 59.944.254,62                         | 336.277.376,34  | 7.912.408,86  |
| 44                   | 2066       | 54.369.413,30                         | 297.654.450,76  | 6.842.631,05  |
| 45                   | 2067       | 49.331.122,17                         | 263.424.888,21  | 5.919.660,41  |
| 46                   | 2068       | 44.777.979,86                         | 233.108.984,96  | 5.123.274,39  |
| 47                   | 2069       | 40.664.560,86                         | 206.281.120,06  | 4.436.153,12  |
| 48                   | 2070       | 36.942.957,01                         | 182.525.281,42  | 3.842.637,50  |
| 49                   | 2071       | 33.575.580,69                         | 161.499.192,45  | 3.329.880,26  |
| 50                   | 2072       | 30.526.045,16                         | 142.885.495,96  | 2.886.575,68  |
| 51                   | 2073       | 27.762.603,66                         | 126.407.050,48  | 2.503.109,91  |
| 52                   | 2074       | 25.254.585,34                         | 111.808.422,24  | 2.171.037,33  |
| 53                   | 2075       | 22.977.866,22                         | 98.878.841,46   | 1.883.406,50  |
| 54                   | 2076       | 20.908.057,56                         | 87.419.669,36   | 1.634.012,51  |
| 55                   | 2077       | 19.027.009,04                         | 77.270.912,08   | 1.417.814,90  |
| 56                   | 2078       | 17.317.147,53                         | 68.285.056,51   | 1.230.361,38  |
| 57                   | 2079       | 15.763.295,35                         | 60.333.582,71   | 1.067.851,02  |
| 58                   | 2080       | 14.349.939,10                         | 53.295.295,97   | 926.874,71  |
| 59                   | 2081       | 13.065.819,23                         | 47.072.884,19   | 804.664,69  |
| 60                   | 2082       | 11.898.324,32                         | 41.570.800,44   | 698.668,92  |
| 61                   | 2083       | 10.837.429,50                         | 36.709.172,91   | 606.763,19  |
| 62                   | 2084       | 9.872.267,20                          | 32.410.988,62   | 527.007,95  |
| 63                   | 2085       | 8.993.403,86                          | 28.609.594,08   | 457.753,51  |
| 64                   | 2086       | 8.190.721,88                          | 25.241.247,11   | 397.499,95  |
| 65                   | 2087       | 7.456.554,52                          | 22.254.617,66   | 345.032,83  |
| 66                   | 2088       | 6.782.213,47                          | 19.599.378,57   | 299.227,15  |
| 67                   | 2089       | 6.161.237,51                          | 17.235.602,26   | 259.181,99  |
| 68                   | 2090       | 5.586.477,28                          | 15.124.673,16   | 224.069,23  |
| 69                   | 2091       | 5.053.930,73                          | 13.239.493,39   | 193.277,28  |
| 70                   | 2092       | 4.558.270,42                          | 11.551.642,04   | 166.210,68  |
| 71                   | 2093       | 4.095.815,47                          | 10.039.120,14   | 142.398,87  |
| 72                   | 2094       | 3.663.065,43                          | 8.682.088,16  | 121.427,81  |
| 73                   | 2095       | 3.258.488,06                          | 7.466.807,18  | 102.990,44  |
| 74                   | 2096       | 2.880.079,55                          | 6.379.401,54  | 86.794,58   |
| 75                   | 2097       | 2.527.825,61                          | 5.411.265,21  | 72.634,43   |
| 76                   | 2098       | 2.201.211,59                          | 4.553.145,23  | 60.306,56   |
| 77                   | 2099       | 1.899.991,71                          | 3.796.848,10  | 49.632,00   |
| 78                   | 2100       | 1.624.397,92                          | 3.135.534,12  | 40.458,50   |
| 79                   | 2101       | 1.374.909,14                          | 2.563.116,69  | 32.651,17   |

| Ano série (n) | Ano  | Resultado (Despesas -Receitas) | $\frac{Resultado_n}{(1+i)^{(n-0,5)}}$ | $\frac{Resultado_n}{(1+i)^{(n-0,5)}} * (n - 0,5)$ |
|---------------|------|--------------------------------|---------------------------------------|---|
| 80            | 2102 | 1.151.350,13                   | 2.072.557,49                          | 26.069,91   |
| 81            | 2103 | 953.283,21                     | 1.656.750,81                          | 20.580,76   |
| 82            | 2104 | 780.155,42                     | 1.308.836,58                          | 16.059,34   |
| 83            | 2105 | 630.624,58                     | 1.021.124,87                          | 12.377,27   |
| 84            | 2106 | 503.338,73                     | 786.517,07                            | 9.419,37  |
| 85            | 2107 | 396.635,48                     | 598.021,68                            | 7.077,18  |
| 86            | 2108 | 308.685,93                     | 449.013,00                            | 5.251,61  |
| 87            | 2109 | 236.861,92                     | 332.349,20                            | 3.842,19  |
| 88            | 2110 | 179.383,20                     | 242.761,84                            | 2.774,42  |
| 89            | 2111 | 134.001,05                     | 174.883,73                            | 1.976,09  |
| 90            | 2112 | 98.708,84                      | 124.217,95                            | 1.387,91  |
| 91            | 2113 | 71.681,11                      | 86.969,28                             | 960,99  |
| 92            | 2114 | 51.374,88                      | 60.088,56                             | 656,71  |
| 93            | 2115 | 36.128,61                      | 40.730,54                             | 440,33  |
| 94            | 2116 | 24.934,74                      | 27.092,62                             | 289,76  |
| 95            | 2117 | 16.912,63                      | 17.708,62                             | 187,39  |
| 96            | 2118 | 11.297,77                      | 11.398,43                             | 119,36  |
| 97            | 2119 | 7.383,79                       | 7.177,33                              | 74,38   |
| 98            | 2120 | 4.727,02                       | 4.426,45                              | 45,40   |
| 99            | 2121 | 2.940,15                       | 2.652,02                              | 26,92   |
| 100           | 2122 | 1.749,29                       | 1.519,72                              | 15,27   |
| 101           | 2123 | 1.027,13                       | 859,36                                | 8,55  |
| 102           | 2124 | 592,44                         | 477,31                                | 4,70  |
| 103           | 2125 | 277,89                         | 215,57                                | 2,10  |
| 104           | 2126 | 128,82                         | 96,21                                 | 0,93  |
| 105           | 2127 | 59,91                          | 43,08                                 | 0,41  |
| 106           | 2128 | 27,06                          | 18,73                                 | 0,18  |
| 107           | 2129 | 12,25                          | 8,16                                  | 0,08  |
| 108           | 2130 | 5,71                           | 3,66                                  | 0,03  |
| 109           | 2131 | 2,62                           | 1,62                                  | 0,01  |
| 110           | 2132 | 0,03                           | 0,02                                  | 0,00  |

### 3. TESTE DE SENSIBILIDADE DA PREMISSA SIGNIFICATIVA

A combinação dos itens 86 e 146, da NCB TSP 15, permite a compreensão de que a taxa de juros utilizada como taxa de desconto é a variável significativa na estimação dos passivos atuariais. Assim, divulga-se, a seguir, o teste de sensibilidade da referida variável para os benefícios analisados, variando-se as taxas utilizadas em um ponto percentual para cima e um para baixo:

Para os passivos atinentes às pensões especiais de militares e às reparações a anistiados políticos militares foi utilizada a taxa de juros 4,36% a.a. Sendo assim, foram simulados cenários para as taxas de 3,36% e 5,36% para os referidos direitos, conforme a Tabela abaixo:

| PASSIVO              | TAXA DE JUROS         |                      |                      |
|----------------------|-----------------------|----------------------|----------------------|
|                      | 3,36%                 | 4,36%                | 5,36%                |
| Pensões Especiais    | R\$ 10.099.052.664,59 | R\$ 9.285.247.661,34 | R\$ 8.594.109.977,30 |
| Anistiados Políticos | R\$ 5.981.544.585,68  | R\$ 5.450.441.766,37 | R\$ 5.001.930.716,50 |

Conforme a Tabela anterior, tem-se:

**a) Variando-se a taxa de juros de 4,36% para 3,36%:**

- o passivo atuarial das Pensões Especiais das FFAA aumenta de R\$ 9.285.247.661,34 para R\$ 10.099.052.664,59, representando um acréscimo de 9,74%; e

- o passivo atuarial das reparações de anistiados políticos militares das FFAA aumenta de R\$ 5.450.441.766,37 para R\$ 5.981.544.585,68, representando um acréscimo de 8,76%.

**b) Variando-se a taxa de juros de 4,36% para 5,36%:**

- o passivo atuarial das Pensões Especiais das FFAA diminui de R\$ 9.285.247.661,34 para R\$ 8.594.109.977,30, representando uma redução de 7,44%; e

- o passivo atuarial das reparações de anistiados políticos militares das FFAA diminui de R\$ 5.450.441.766,37 para R\$ 5.001.930.716,50, representando uma redução de 8,23%.

## ANEXO C

### NOTA TÉCNICA ATUARIAL DAS PROJEÇÕES ATUARIAIS DE PENSÕES ESPECIAIS DE MILITARES E REPARAÇÕES DE ANISTIADOS POLÍTICOS MILITARES

#### 1. APRESENTAÇÃO

Este anexo tem como objetivo descrever as formulações atuariais utilizadas na projeção atuarial das pensões especiais e das reparações de anistiados militares.

#### 2. DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS

##### 2.1 Variáveis utilizadas em todo cálculo

$q_x$  é a probabilidade de um indivíduo falecer antes de completar a idade  $x + 1$ , obtido conforme a Tábua Biométrica de Mortalidade geral segregada por sexo;

${}_{(CBA)}valor_{x-t}^T$  é o provento projetado para época  $t$ , dado pela fórmula:

$${}_{(CBA)}valor_{x-t}^T = valor_x \cdot (1 + CBA)^t \quad (1)$$

$valor_x^B$  é o salário de benefício na idade  $x$ ;

$valor_x^C$  é o salário de contribuição na idade  $x$ ;

${}_{(CSA)}v_e^t$  é o fator de crescimento salarial da época  $t$  descontado financeiramente, dado pela fórmula:

$${}_{(CBA)}v_e^t = \frac{(1+CSA)^t}{(1+i)^t} \quad (2)$$

$(CBA)^e v_e^t$  é o fator de crescimento de proventos da época t descontado financeiramente, dado pela fórmula:

$$(CBA)^e v_e^t = \frac{(1+CBA)^t}{(1+i)^t} \quad (3)$$

## 2.2 Descrição das variáveis do grupo de anistiados militares

As variáveis expostas a seguir são referentes ao ano t da projeção para a população de atuais inativos:

**$BC\_ANI\_AP_t$**  é o Valor da reparação de um anistiado;

**$AC1\_BC\_ANI\_AP_t$**  é o somatório das reparações de um anistiado ( $BC\_ANI\_AP_t$ ) referente a todos os anistiados;

**$AC1\_BC\_ANI\_PAP_t$**  é o somatório das reversões das reparações ( $BC\_ANI\_PAP_t$ ) referente a todos os anistiados militares;

**$ContribuicaoNormalAnistiado_t$**  somatório das contribuições normais dos atuais anistiados; e

**$ContribuicaoNormalPensaoAnistiado_t$**  é o somatório das contribuições de futuras pensões normais de anistiados militares.

## 2.3 Descrição das variáveis do grupo de pensões especiais

As variáveis expostas a seguir são referentes ao ano t da projeção para a população de beneficiários de atuais pensões especiais:

**$BC\_PSE\_P_t$**  é o Valor do Benefício Concedido para uma pensão especial;

**$AC1\_BC\_PSE\_P_t$**  é o somatório de  $BC\_PSE\_P_t$  referente a todas as pensões especiais;

**ContribuicaoNormalPensaoEspecial<sub>t</sub>** somatório das contribuições normais dos atuais anistiados; e

### 3. EXPRESSÕES DO CÁLCULO DO FLUXO PROJETADO

#### 3.1 Anistiados

##### 3.1.1 Cálculo individual para anistiados

$$a) BC\_ANI\_AP_{t+1} = [BC\_ANI\_AP_t * (1 - q_{x+t})] * (1 + CBA)$$

$$b) BC\_ANI\_PAP_{t+1} = [BC\_ANI\_PAP_t * (1 - q_{y+t}) + BC\_ANI\_AP_t * q_{x+t} * \text{máximo}(Prob(c); Prob(f))] * (1 + CBA)$$

- A idade y é dada pela de composição familiar;

$$a) AC1\_BC\_ANI\_AP_{t+1} = AC1\_BC\_ANI\_AP_t + BC\_ANI\_AP_t$$

$$b) AC1\_BC\_ANI\_PAP_{t+1} = AC1\_BC\_ANI\_PAP_t + BC\_ANI\_PAP_t$$

##### 3.1.2 Cálculo do somatório dos acumulados individuais de anistiados

O cálculo é efetuado com a variável inteira “t” variando de 0 a “n”, sendo “n” o prazo da projeção em anos.

###### 3.1.2.1 Valores da quantidade de pessoas

$$a) AC1\_QUANT\_Anistiados[T] = AC1\_QUANT\_Anistiados[T - 1] * (1 - q_{x+t-1}),$$

$$b) AC1\_PensaoAnistiados[T] = AC1\_PensaoAnistiados[T - 1] * (1 - q_{y+t-1}) + AC1\_QUANT\_Anistiados[T - 1] * (1 - q_{x+t-1}) * Prob(f);$$

$$c) AC2\_QUANT\_Anistiados[T] = AC2\_QUANT\_Anistiados[T] + AC1\_QUANT\_Anistiados[T]$$

$$d) AC2\_PensaoAnistiados[T] = AC2\_PensaoAnistiados[T] + AC1\_PensaoAnistiados[T];$$

###### 3.1.2.2 Valores monetários

- a)  $AC2\_BC\_ANI\_AP_t = AC1\_BC\_ANI\_AP_t * 13$
- b)  $AC2\_BC\_ANI\_PAP_t = AC1\_BC\_ANI\_PAP_t * 13$
- c)  $ContribuicaoNormalAnistiado_t = AC1\_BC\_ANI\_AP_t * 12 * 10,5\%$
- d)  $AC2\_BC\_ANI\_CP\_AP_t = AC1\_BC\_ANI\_CP\_AP_t * 12$
- e)  $ContribuicaoNormalPensaoAnistiado_t = AC1\_BC\_ANI\_PAP_t * 12 * 10,5\%$

### 3.2 Pensões Especiais

#### 3.2.1 Cálculo individual para pensionistas especiais

- a)  $BC\_PSE\_P_{t+1} = [BC\_PSE\_P_t * (1 - q_{x+t})] * (1 + CBA)$
- b)  $AC1\_BC\_PSE\_P_{t+1} = AC1\_BC\_PSE\_P_t + BC\_PSE\_P_t$

#### 3.2.2 Cálculo do somatório dos acumulados individuais de anistiados

O cálculo é efetuado com a variável inteira “t” variando de 0 a “n”, sendo “n” o prazo da projeção em anos.

##### 3.2.2.1 Valores da quantidade de pessoas

- a)  $AC1\_PensoesEspeciais[T] = AC1\_PensoesEspeciais[T - 1] * (1 - q_{x+t-1})$
- b)  $AC2\_PensoesEspeciais[T] = AC2\_PensoesEspeciais[T] + AC1\_PensoesEspeciais[T]$

##### 3.2.2.2 Valores monetários

- a)  $AC2\_BC\_PSE\_P_t = AC1\_BC\_ANI\_P_t * 13$
- b)  $ContribuicaoNormalPensaoEspecial_t = AC1\_BC\_PSE\_P_t * 12 * 10,5\%$

## ANEXO D

### NOTA TÉCNICA ATUARIAL DO CÁLCULO DO VALOR PRESENTE ATUARIAL DE PENSÕES ESPECIAIS DE MILITARES E REPARAÇÕES DE ANISTIADOS POLÍTICOS MILITARES

#### 1. CÁLCULO DA RESERVA MATEMÁTICA (PROVISÃO) DE PENSÕES ESPECIAIS DE PARTICIPANTES E REPARAÇÕES DE ANISTIADOS POLÍTICOS MILITARES

À luz da recomendação contida no item 9.2.2 do Acórdão 1.467/2022/TCU - Plenário, a reserva matemática foi calculada por meio da técnica do Valor Presente Atuarial para a população de anistiados participantes e pensionistas especiais de massa fechada (sem reposição de participantes).

#### 2. DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS UTILIZADAS

Para a obtenção do valor da reserva matemática, em consonância com a recomendação retromencionada, as seguintes variáveis, à luz da ciência atuarial, foram consideradas no cálculo:

$x$  é a idade do participante (ativo e inativo) na data da avaliação;

$z$  é a idade final da tábua de mortalidade;

$l_n$  é o número de vivos com a idade  $n$ , onde  $n \in \{x, y, w\}$ ;

$i$  é a taxa real de juros anual;

$t$  é o tempo medido em anos;

$v^t$  é o fator de desconto financeiro para período  $t$ , dado pela fórmula:

$$v^t = \frac{1}{(1+i)^t} \quad (1)$$

$valor_x^B$  é o salário na idade  $x$ , de acordo com o plano de carreira do participante;

$valor_x^C$  é o salário de contribuição na idade  $x$ , de acordo com o plano de carreira do participante;

**ACN** é a alíquota de contribuição normal (10,5%), aplicada a todo militar, ativo ou inativo e seus pensionistas;

$q_x$  é a probabilidade de um indivíduo válido falecer antes de completar a idade  $x + 1$ , obtido conforme a Tábua Biométrica de Mortalidade;

$D_x$  é uma comutação atuarial dada pela seguinte fórmula:

$$D_x = l_x * v \quad (2)$$

$a_x^{(12)}$  é a anuidade vitalícia postecipada mensalizada, dada pela seguinte fórmula:

$$a_x^{(12)} = \sum_{t=0}^{z-x} [{}_t p_x * v^t] - 13/24 \quad (3)$$

$H_x^{(12)}$  é o fator atuarial de pensão normal de participante, sem contribuição de 1,5%, conforme as três situações a seguir descritas:

Anistiado casado com filhos(as) beneficiários(as):

$$H_x^{(12)} = [a_{y+j}^{(12)} + a_{w+j}^{(12)} - a_{y+j;w+j}^{(12)}] * Prob_f \quad (4)$$

em que:

$$a_{y+j}^{(12)} = \sum_{t=0}^{z-y} [{}_t p_{y+j} * v^t] - 13/24 \quad (5)$$

$$a_{w+j}^{(12)} = \sum_{t=0}^{z-w} [{}_t p_{w+j} * v^t] - 13/24 \quad (6)$$

$$a_{y+j;w+j}^{(12)} = \sum_{t=0}^{z-m} [{}_t p_{y+j} * {}_t p_{w+j} * v^t] - 13/24 \quad (7)$$

A variável *Prob<sub>f</sub>* refere-se ao grupo de anistiados que não contribuí com 1,5%;

*j* é o tempo em anos após a provável concessão de pensão;

$$w + j \leq 21;$$

Se  $w+j > 21$ , então  $a_{w+j}^{(12)} = 0$  e  $a_{y+j;w+j}^{(12)} = 0$

$$m = \text{Máx} \{y, w\}$$

Anistiado casado sem filhos(as) beneficiários:

$$H_x^{(12)} = a_{y+j}^{(12)} * Prob_f \quad (8)$$

em que:

$$a_{y+j}^{(12)} = \sum_{t=0}^{z-y} [{}_t p_{y+j} * v^t] - 13/24 \quad (9)$$

Sendo  $j$  o tempo em anos após a provável concessão de pensão.

Anistiado válido sem cônjuge e com filho(a):

$$H_x^{(12)} = a_{w+j}^{(12)} * Prob_f \quad (10)$$

em que:

$$a_{w+j}^{(12)} = \sum_{t=0}^{z-w} [{}_t p_{w+j} * v^t] - 13/24 \quad (11)$$

Sendo:

$j$  é o tempo em anos após a provável concessão de pensão e  $w + j \leq 21$ .

### 3. CÁLCULO DO VALOR PRESENTE DAS PENSÕES ESPECIAIS

#### 3.1 Valor Presente de Benefícios Futuros de Pensões Especiais Concedidas:

$$VPBF_{BC_{PensãoEspecial}} = 13 \cdot H_x^{(12)} \cdot valor_x^B \quad (12)$$

### 3.2 Valor Presente das Contribuições Futuras Normais de Pensões Especiais:

$$VPCF_{PensãoEspecialCN} = 12. {}_kE_x^{aa} \cdot \sum_{t=0}^{z-x-k} [{}_t p_{x+k} \cdot v^t \cdot q_{x+k+t} \cdot H_{x+k+t}^{(12)}] \cdot ACN \quad (13)$$

### 3.3 Cálculo da reserva matemática

$$PMBC_{PensãoEspecial} = VPBF_{BC_{PensãoEspecial}} - VPCF_{PensãoEspecialCN} \quad (14)$$

## 4. CÁLCULO DO VALOR PRESENTE DAS REPARAÇÕES DE ANISTIADOS

### 4.1 Valor Presente das Compensações Futuras oriundas dos atuais anistiados militares:

$$VPBF_{BC_{Anistiado}} = 13. a_x^{(12)} \cdot valor_x^B \quad (15)$$

### 4.2 Cálculo do valor presente das reparações de anistiados revertidas em pensão por morte

$$VPBF_{BaC_{RevAnistiado}} = \sum_{t=0}^{z-1-x} 13. {}_x v^t \cdot q_{x+t} \cdot H_{x+t}^{(12)} \cdot valor_x^B \quad (16)$$

### 4.3 Valor presente das contribuições futuras

a) Valor Presente das Contribuições Futuras dos atuais anistiados sob a alíquota normal:

$$VPCF_{AnistiadoCN} = 12. a_x^{(12)} \cdot valor_x^B \cdot ACN \quad (17)$$

b) Valor Presente das Contribuições Futuras Normais de Pensões Normais oriundas do falecimento de atuais anistiados militares sob a alíquota normal:

$$VPCF_{RevAnistiadoCN} = \sum_{t=0}^{z-1-x} 12 \cdot {}_t p_x \cdot v^t \cdot q_{x+t} \cdot H_{x+t}^{(12)} \cdot \text{valor}_{x+t}^B \cdot ACN \quad (18)$$

#### 4.4 Cálculo da reserva matemática

$$\begin{aligned} &RMBF_{Anistiado} \\ &= VPBF_{BCAnistiado} + VPBF_{BaC_{RevAnistiado}} - VPCF_{BCAnistiadoCN} \\ &- VPCF_{BaC_{RevAnistiado}} \end{aligned} \quad (19)$$

## **Anexo IV**

### **Metas Fiscais**

**Anexo IV.8 - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial dos  
Benefícios Assistenciais da Lei Orgânica de Assistência Social –  
LOAS**

(Art. 4º, § 2º, inciso IV, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000)



## MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME

### COORDENAÇÃO-GERAL DE BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS

#### 1. ASSUNTO

Avaliação da situação financeira dos Benefícios Assistenciais da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, a fim de integrar os anexos do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024 – PLDO-2024, em face ao disposto no art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

#### 2. SUMÁRIO EXECUTIVO

Apresenta a projeção de longo prazo das despesas do Benefício de Prestação Continuada, em atendimento à demanda apresentada pelo Ofício nº 705/2023/MPO (SEI nº 13699724), referente à avaliação da situação financeira e atuarial dos Benefícios Assistenciais da Lei Orgânica de Assistência Social – BPC/LOAS e da Renda Mensal Vitalícia – RMV, a fim de integrar os anexos do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024 – PLDO-2024, em face ao disposto no art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

#### CONTEXTO

O pagamento dos benefícios que constituem o BPC e a RMV será previsto no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024 – PLDO-2024 como despesa obrigatória, cujos recursos são distribuídos entre as Ações Orçamentárias 00H5 e 00IN, conforme exposto abaixo:

#### **Ação 00H5 – Pagamento de Benefícios de Prestação Continuada (BPC) e da Renda Mensal Vitalícia (RMV) à Pessoa Idosa:**

- **PO 0001 - Benefício de Prestação Continuada à Pessoa Idosa**, que assegura uma renda mensal de 1 salário-mínimo à pessoa idosa com 65 anos ou mais que não possua meios de prover sua manutenção nem de tê-la provida por sua família;
- **PO 0002 - Renda Mensal Vitalícia Idoso**, que assegura às pessoas com 70 anos ou mais o benefício à renda mensal vitalícia instituído pela Lei nº 6.179/1974, desde que tenham contribuído com a Previdência Social, no mínimo por 12 meses; ou tenham exercido atividade remunerada anteriormente não coberta pela Previdência Social, por 5 anos no mínimo. Esse benefício foi extinto em 1996.

#### **Ação 00IN – Pagamento de Benefícios de Prestação Continuada (BPC) e da Renda Mensal Vitalícia (RMV) à Pessoa com Invalidez:**

- **PO 0001 - Benefício de Prestação Continuada à Pessoa com Deficiência**, que assegura uma renda mensal de 1 salário mínimo à pessoa com deficiência, de qualquer idade, que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas;
- **PO 0002 - Renda Mensal Vitalícia por Invalidez**, que assegura às pessoas com invalidez o benefício à renda mensal vitalícia instituído pela Lei nº 6.179/1974, desde que tenham contribuído com a Previdência Social, no mínimo por 12 meses; ou tenham exercido atividade remunerada anteriormente não coberta pela Previdência Social, por 5 anos no mínimo. Esse benefício foi extinto em 1996.

O MDS apresenta à SOF, bimestralmente, projeções físicas e financeiras referentes aos benefícios, com o objetivo de possibilitar o acompanhamento e a avaliação da execução orçamentária, e subsidiar a elaboração de propostas que integram os Projetos de Lei de Diretrizes Orçamentárias e Projetos de Lei Orçamentária Anual. As projeções usadas para este acompanhamento são de curto prazo, para o exercício corrente e os três seguintes.

No final de 2020, foi firmado compromisso junto ao TCU, em referência ao Acórdão nº 1435/2020, que *determinou (...) ao Ministério da Cidadania, com apoio do Ministério da Economia e sob coordenação da Casa Civil da Presidência da República, com fulcro no art. 43, inciso I da Lei 8.443/1992 e no art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, que, a partir do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentário referente ao exercício de 2022, apresente avaliação financeira e atuarial das despesas com o Benefício de Prestação Continuada, previsto no inciso V do art. 203 da CF/88, considerando as melhores práticas em projeções de longo prazo e os aspectos econômicos e demográficos, principalmente em relação às populações alvo da política e às estimativas de pobreza e informalidade, conforme prescreve a Lei de Responsabilidade Fiscal em seu art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea b.*

Seguindo o compromisso firmado, o MDS passou a apresentar projeção de longo prazo das despesas com pagamento de benefícios do BPC, com abrangência até 2060, em metodologia desenvolvida com apoio da Secretaria de Previdência (SPREV). Cabe apontar que esta projeção foi apresentada pela primeira vez em 2021, por meio da Nota Técnica nº 10/2021 (SEI nº 9877986), ainda em caráter preliminar.

Iniciou-se em 2021 etapa de aprimoramento da metodologia a partir de estudos analíticos sobre os parâmetros demográficos específicos para público do BPC, em colaboração com o Departamento de Monitoramento e Avaliação da Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único do MDS (DMA/SAGICAD/MDS), nos termos do Plano de Trabalho SNAS/SAGI nº 1/2021 (SEI nº 9850930). O trabalho segue em curso, mas já se observam nesta projeção os impactos do estudo sumarizado na Nota Técnica nº 2/2021 (SEI nº 11963183), que apresenta uma tábua de cessação específica aos públicos do BPC, que possibilitou o alcance de resultados mais precisos.

Ressalta-se que, para definição dos valores considerados para a PLDO-2024, seguem sendo considerados os resultados da projeção de curto prazo, cujos valores mais recentes foram apresentados na Nota Técnica nº 5/2023 (SEI nº 13682427). O documento apresenta as projeções referentes à RMV, benefício residual para o qual não se considera necessária a elaboração de projeções de longo prazo, devido à proximidade da extinção do benefício.

### **3. METODOLOGIA**

#### **3.1. PROJEÇÕES DE CURTO PRAZO (2023-2027)**

As projeções de curto prazo fornecem estimativas mensais de variação do número de benefícios pagos com base no fluxo recente de concessões e cessações de benefícios, bem como as informações sobre o estoque de requerimentos pendentes de análise, e expectativas sobre a análise destes requerimentos. A partir do cálculo de benefícios por mês, são calculados os valores totais, considerando ainda os valores pagos no caso de novas concessões, que incluem pagamentos referentes aos meses entre o requerimento e a concessão. Em relação à RMV, a projeção segue o modelo usado nos anos anteriores, aplicando uma taxa de variação ao número de benefícios do mês anterior, baseada na variação média mensal dos doze meses anteriores.

A fórmula usada para calcular o número de benefícios mantidos em cada mês é:

$$N_t = N_{t-1}(1 - Ce_t) + A_{t-1}Co_{t-1}$$

$N_t$  : número de benefícios mantidos no mês  $t$ .

$Ce_t$  : taxa de cessação para o mês, calculada pela média simples das taxas de cessação observadas para os últimos seis meses. A taxa dos meses passados, por sua vez, é dada pela razão entre o número de benefícios cessados no mês e o número de benefícios ativos no mês anterior.

$A_{t-1}$  : número de requerimentos analisados no mês anterior. Para meses futuros, este número é estimado pela média de requerimentos analisados nos dois meses anteriores, limitada ao total de requerimentos em estoque no início do mês

$Co_{t-1}$  : taxa de concessão para o mês anterior, calculada pela média da razão entre concedidos e analisados, para este tipo de benefício, nos doze meses anteriores.

Os valores financeiros, ou preços, são calculados pela fórmula:

$$P_t = N_t S_t + CC_t$$

$P_t$  : valores pagos no mês  $t$ .

$S_t$  : salário mínimo válido para o mês  $t$ .

$CC_t$  : créditos referentes às concessões no mês  $t$ , calculados pela soma do salário mínimo válido para o mês  $t$  com os valores de meses anteriores referentes às concessões do mês, estimadas pela Taxa Média de Concessão (TMC), e corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). A TMC para meses futuros é estimada como função do número de requerimentos em estoque, mantendo a proporção do último mês observado.

Em relação à RMV, a projeção segue o modelo usado nos anos anteriores, aplicando uma taxa de variação ao número de benefícios do mês anterior, baseada na variação média mensal dos doze meses anteriores, conforme a fórmula abaixo:

$$N_t = N_{t-1} TCM12$$
$$TCM12 = \frac{\ln \frac{N_{t-1}}{N_{t-12}}}{12}$$

Os valores de benefícios da RMV são determinados pela multiplicação simples do número de benefícios mantidos pelo valor do salário mínimo vigente, ou seja:

$$P_t = N_t S_t$$

Além dos valores do BPC e da RMV, o DBA tem apresentado valores referentes ao Auxílio-Inclusão, benefício regulamentado em 2021 que também integra o rol de benefícios assistenciais previstos na LOAS. Neste caso, os números estimados consideram o impacto da Lei nº 14.441/2022, pela qual se estima que serão concedidos 4.370 benefícios de forma automática. Para além disso, considerou-se o dobro da concessão mensal média observada em 2022.

A síntese dos resultados da projeção de curto prazo é apresentada no item 4 deste documento. A projeção foi detalhada na Nota Técnica nº 5/2023 (SEI nº 13682427), acompanhada da planilha com a memória de cálculo e resultados (SEI nº 13689864).

### **3.2. PROJEÇÕES DE LONGO PRAZO (2023-2060)**

As projeções de longo prazo são baseadas em parâmetros demográficos e macroeconômicos, além do histórico do objeto; destinam-se a avaliar a variação em longo prazo, além de possibilitar o aprimoramento das projeções de curto prazo. Considerando a disponibilidade de informações demográficas e macroeconômicas para construção de parâmetros adequados, é possível construir estimativas de pagamento

de benefícios para cada ano, em um horizonte mais longo. Os dados populacionais disponibilizados atualmente pelo IBGE permitem a construção de estimativas que alcançam o ano de 2060. Os parâmetros foram construídos nas seguintes etapas:

*Identificação das coortes:* as denominadas coortes (ou classes anuais) populacionais promovem o agrupamento de indivíduos nascidos em mesmo momento do tempo e ao longo do tempo, os quais possuem características demográficas similares. Assim, as coortes apresentam-se como a unidade demográfica diretamente acima do nível individual. A partir dessa estrutura de análise, os beneficiários são divididos em grupos caracterizados pelo tipo de benefício (pessoa com deficiência ou idoso), sexo e idade em um determinado ano. Por exemplo, uma coorte específica é formada por todas as beneficiárias pessoas com deficiência, do sexo feminino, com 42 anos de idade no ano de 2020. Os estoques de beneficiários são identificados dentro destas coortes, e os parâmetros são aplicados de forma específica à mesma coorte. Observa-se ainda que, a cada ano, os beneficiários que continuam recebendo o BPC passam a integrar a coorte um ano acima. No caso exemplificado, a mesma pessoa que ocupa a coorte de pessoas com deficiência do sexo feminino com *42 anos de idade no ano de 2020*, ocupará a coorte de pessoas com deficiência do sexo feminino com *43 anos de idade no ano de 2021*.

*Cessação de benefícios:* a cessação de benefícios por óbito é estimada a partir de uma *taxa de cessação* para cada coorte. As taxas de cessação por óbito e por motivos de não-óbito permitem identificar a probabilidade de que uma pessoa que integra uma coorte em um dado ano deixe de integrar a coorte da idade seguinte no ano seguinte. Assim, pode-se conhecer a probabilidade de que a pessoa com deficiência com 42 anos de idade no ano de 2021 chegue a, de fato, integrar o grupo de pessoas com 43 anos de idade no ano de 2022, ou se terá seu benefício cessado e deixará de integrar o estoque de beneficiários. O risco de cessação foi analisado em trabalho que resultou na "*Nota Técnica nº 2/2021 - Insumos metodológicos para o aprimoramento das projeções de longo prazo da cessação do Benefício de Prestação Continuada (BPC)*" (SEI nº 11963183), elaborada pelo DM/SAGI/MC, no âmbito do Plano de Trabalho SNAS/SAGI nº 1/2021 (SEI nº 9850930). Analisando os instrumentos construídos naquele trabalho, foi considerado o modelo relacional de Brass para aplicação do risco de óbito, e as taxas de cessação por motivos "não-óbito" para o risco de cessação por outros motivos.

*Concessão de benefícios:* o primeiro passo para a estimação do número de novos benefícios concedidos é a construção de uma taxa de concessão, que estabelece a relação entre a população que integra uma determinada coorte e a população geral pertencente àquele grupo. Por exemplo, para estimar quantos homens idosos com 65 anos de idade terão o BPC concedido em 2021, primeiro identificamos as concessões observadas em anos anteriores para beneficiários da mesma idade, ou seja, para determinado ano, verifica-se a parcela de idosos da população que teve o BPC concedido. A hipótese de que as taxas de concessão futuras sejam iguais à média das taxas de concessão dos anos anteriores (observadas) pode ser utilizada para a estimativa de concessões futuras. Nesse sentido, a dinâmica das concessões futuras seria determinada exclusivamente pelo crescimento populacional esperado de cada grupo etário simples. Uma extensão imediata posterior seria a incorporação da dinâmica de

incidência de vulnerabilidade social na população como novo elemento de análise que implique mudanças na dinâmica de concessões futuras.

Reunindo os parâmetros citados acima, o estoque de benefícios é multiplicado pela expectativa de sobrevivência e somado ao número de concessões, obtendo o novo estoque, conforme o modelo de projeção apresentado abaixo:

$$E_{i,t}^s = E_{i-1,t-1}^s \cdot (1 - q_{i-1,t}^s) + Co_{i,t}^s$$

$$= E_{i,t}^s = E_{i-1,t-1}^s \cdot (1 - q_{i-1,t}^s) + \rho_{i,t}^s \cdot P_{i,t}^s$$

$E_{i,t}^s$  = número de benefícios do sexo s, idade i, ano t

$E_{i-1,t-1}^s$  = número de benefícios do sexo s, na idade i - 1, ano i - 1

$q_{i,t}^s$  = taxa de cessações

$Co_{i,t}^s = \rho_{i,t}^s \cdot P_{i,t}^s$  = número de benefícios concedidos, ou taxa de concessão de benefício multiplicada pela população

A construção das estimativas do número de benefícios permite a conversão em uma projeção de preços, a partir da determinação de hipótese de projeção dos valores do salário mínimo ao longo das próximas décadas, considerando valores correntes. Nesse sentido, o cenário base contempla as projeções de aumento do salário mínimo em uso pela SPREV para as projeções do Regime Geral da Previdência Social. Entende-se que, pela proximidade das políticas, é pertinente o uso de um mesmo parâmetro em relação à mudança do salário mínimo, que permita visualizar a transposição da mudança no número de beneficiários em correspondente mudança nos valores pagos. Como cenários alternativos, outras hipóteses de evolução do valor do salário mínimo também podem ser implementadas e avaliadas.

A síntese dos resultados da projeção de curto prazo é apresentada no item 5 da presente Nota Técnica. As planilhas com a memória de cálculo e resultados foram anexadas a esta Nota.

Cabe ressaltar que os parâmetros apresentados se referem ao estágio atual da construção, podendo ser alterados ou ajustados pelo alinhamento e reavaliação feito de forma contínua entre o DBA e a SPREV, bem como ao trabalho em curso com o DMA/SAGICAD/MC, no âmbito do Plano de Trabalho SNAS/SAGI nº 1/2021 (SEI nº 9850930).

Observação: a taxa de concessão calculada para a projeção apresentada ao PLDO-2024 desconsiderou os números de concessão de 2023, que foram muito superiores aos observados nos anos anteriores. Esse cuidado foi tomado para evitar que fosse carregada adiante uma taxa fora do normal, que se relaciona a um alto número de requerimentos novos e um alto número de requerimentos acumulados, que começaram a ser tratados em 2022 com a intenção de reduzir a espera. Provavelmente esta tendência de alta de concessões não se manterá neste patamar pelos próximos anos, mesmo que haja algum aumento na frequência de concessões, até porque o estoque de requerimentos acumulados já teve uma redução considerável neste período. Deve ser

ressaltado também que, como regra, a projeção de longo prazo não considera o represamento e desrepresamento de requerimentos, por tratar-se de uma situação conjuntural, ligada à gestão dos requerimentos, e que não cabe estimar para o futuro com base em parâmetros demográficos.

#### 4. RESULTADOS

As tabelas apresentam os resultados das projeções elaborados por meio das metodologias descritas no item 4. As Tabelas 1 e 2 apresentam as metas obtidas pelas projeções de curto prazo, e devem ser consideradas para preenchimento de valores para o PLDO-2024. A Tabela 3 apresenta as metas obtidas pelas projeções de longo prazo, constituindo a avaliação financeira requisitada para os anexos do PLDO-2024. As projeções foram ajustadas considerando a Grade de Parâmetros divulgada pela Secretaria de Orçamento Federal em 21 de março de 2023.

**Tabela 1 – RESUMO DE METAS FÍSICAS PARA O BPC E RMV DE 2023 A 2027**

| Ação | Benefício                  | 2023      | 2024      | 2025      | 2026      | 2027      |
|------|----------------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| 00H5 | BPC Pessoa Idosa           | 2.503.409 | 2.641.829 | 2.773.873 | 2.900.050 | 3.020.646 |
|      | RMV Idade                  | 3.569     | 2.910     | 2.445     | 2.107     | 1.857     |
| 00IN | BPC Pessoa com Deficiência | 2.905.862 | 3.018.120 | 3.126.093 | 3.229.839 | 3.329.523 |
|      | RMV Invalidez              | 56.541    | 52.219    | 48.818    | 46.113    | 43.943    |
| 00TZ | Auxílio Inclusão           | 4.746     | 5.032     | 5.296     | 5.560     | 5.824     |

Fontes: Verificar item 3.1 desta Nota.

**Tabela 2 – RESUMO DE METAS FINANCEIRAS PARA O BPC E RMV DE 2023 A 2027**

| Ação | Benefício                  | 2023           | 2024           | 2025           | 2026           | 2027           |
|------|----------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| 00H5 | BPC Pessoa Idosa           | 38.723.784.332 | 43.095.088.390 | 46.832.527.279 | 50.209.264.861 | 53.981.013.538 |
|      | RMV Idade                  | 62.203.835     | 52.481.900     | 44.945.824     | 39.500.751     | 35.518.706     |
| 00IN | BPC Pessoa com Deficiência | 46.355.110.273 | 50.662.468.190 | 54.238.812.599 | 56.134.379.839 | 59.698.233.020 |

|          |                  |                 |                 |                 |                 |                 |
|----------|------------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
|          | RMV Invalidez    | 922.236.1<br>39 | 889.628.6<br>86 | 854.883.3<br>04 | 829.303.1<br>50 | 811.413.8<br>46 |
| 00<br>TZ | Auxílio Inclusão | 30.750.52<br>5  | 40.549.26<br>0  | 44.153.71<br>2  | 47.871.12<br>6  | 51.731.10<br>0  |

Fontes: Verificar item 3.1 desta Nota.

**Tabela 3 – PROJEÇÃO DE METAS ANUAIS (FÍSICAS E FINANCEIRAS) PARA O BPC DE 2023 A 2060**

| Ano  | Físico       |                        | Financeiro      |                        |
|------|--------------|------------------------|-----------------|------------------------|
|      | Pessoa idosa | Pessoa com deficiência | Pessoa idosa    | Pessoa com deficiência |
| 2023 | 2.389.337    | 2.822.585              | 35.736.079.744  | 42.768.692.742         |
| 2024 | 2.437.238    | 2.872.622              | 38.332.470.184  | 45.815.513.799         |
| 2025 | 2.488.389    | 2.920.673              | 40.429.946.333  | 48.161.248.442         |
| 2026 | 2.542.587    | 2.966.621              | 42.604.958.698  | 50.488.763.510         |
| 2027 | 2.599.769    | 3.010.470              | 44.888.727.441  | 52.828.224.785         |
| 2028 | 2.659.602    | 3.052.042              | 49.000.416.932  | 57.178.678.181         |
| 2029 | 2.721.448    | 3.091.452              | 52.730.482.779  | 60.932.258.855         |
| 2030 | 2.784.536    | 3.128.799              | 56.708.342.926  | 64.832.073.779         |
| 2031 | 2.848.461    | 3.163.821              | 60.942.347.625  | 68.879.858.563         |
| 2032 | 2.913.082    | 3.197.021              | 65.441.778.910  | 73.090.504.187         |
| 2033 | 2.978.051    | 3.228.004              | 70.194.830.496  | 77.435.170.628         |
| 2034 | 3.042.698    | 3.257.008              | 75.222.638.805  | 81.942.809.897         |
| 2035 | 3.106.308    | 3.284.033              | 80.516.772.255  | 86.612.125.009         |
| 2036 | 3.168.477    | 3.309.221              | 86.067.413.014  | 91.443.232.434         |
| 2037 | 3.228.992    | 3.332.699              | 91.868.386.838  | 96.435.180.800         |
| 2038 | 3.288.203    | 3.354.273              | 97.910.386.022  | 101.564.989.144        |
| 2039 | 3.347.534    | 3.373.946              | 104.254.920.457 | 106.859.944.688        |
| 2040 | 3.408.662    | 3.392.023              | 110.956.624.124 | 112.322.817.563        |
| 2041 | 3.472.516    | 3.408.027              | 118.071.010.070 | 117.929.696.666        |
| 2042 | 3.539.330    | 3.422.417              | 125.633.738.881 | 123.687.015.686        |
| 2043 | 3.609.066    | 3.434.768              | 133.679.303.816 | 129.581.120.403        |
| 2044 | 3.681.305    | 3.445.204              | 142.239.031.439 | 135.625.244.102        |
| 2045 | 3.755.412    | 3.453.766              | 151.319.428.176 | 141.816.993.688        |
| 2046 | 3.830.900    | 3.460.497              | 160.918.549.030 | 148.149.595.311        |
| 2047 | 3.907.475    | 3.465.327              | 171.035.974.669 | 154.608.716.838        |
| 2048 | 3.984.508    | 3.468.273              | 181.678.638.736 | 161.193.634.689        |
| 2049 | 4.060.633    | 3.469.340              | 192.848.740.150 | 167.925.065.362        |
| 2050 | 4.134.332    | 3.468.685              | 204.482.977.460 | 174.796.608.407        |

|      |           |           |                 |                 |
|------|-----------|-----------|-----------------|-----------------|
| 2051 | 4.204.577 | 3.466.388 | 216.514.606.762 | 181.799.075.608 |
| 2052 | 4.270.808 | 3.462.596 | 228.890.752.912 | 188.926.016.307 |
| 2053 | 4.332.578 | 3.457.143 | 241.587.408.297 | 196.170.360.066 |
| 2054 | 4.389.523 | 3.450.273 | 254.602.868.456 | 203.564.388.282 |
| 2055 | 4.441.401 | 3.441.900 | 267.892.677.481 | 211.085.536.264 |
| 2056 | 4.487.978 | 3.432.207 | 281.413.844.791 | 218.728.853.896 |
| 2057 | 4.528.891 | 3.421.344 | 295.107.526.432 | 226.482.997.153 |
| 2058 | 4.564.381 | 3.409.318 | 309.001.162.683 | 234.385.219.540 |
| 2059 | 4.595.787 | 3.396.171 | 323.139.673.762 | 242.442.782.187 |
| 2060 | 4.624.716 | 3.381.993 | 337.607.752.638 | 250.654.180.278 |

Fontes: Verificar item 3.2 desta Nota.

## **ANEXOS**

Planilhas 1 a 4 - Projeções de Longo Prazo

## **Anexo IV**

### **Metas Fiscais**

#### **IV.9 - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT**

(Art. 4º, § 2º, inciso IV, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000)

## **MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO**

**Secretaria-Executiva**

**Secretaria de Gestão Corporativa**

**Diretoria de Gestão de Fundos**

**Coordenação-Geral de Recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador**

**Nota Técnica SEI nº 1190/2023/MTP**

**Processo SEI Nº 10080.100450/2023-15**

**Assunto: Avaliação Financeira do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT – PLDO/2024.**

Senhor Diretor de Assuntos Fiscais,

### **SUMÁRIO EXECUTIVO**

- 1.** Trata a presente Nota da avaliação financeira do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, em cumprimento ao disposto no art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea “a”, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), e ao estabelecido no § 2º do art. 4º da Resolução CODEFAT nº 440, de 02 de junho de 2005, para subsidiar a elaboração do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2024 – PLDO/2024.
- 2.** A avaliação financeira do FAT está dividida em duas partes. A primeira apresenta o desempenho econômico-financeiro do Fundo entre 2018 e 2022, com a apresentação das receitas, despesas e resultados do Fundo, e evolução de seu Patrimônio, além de apresentar gráficos que evidenciam os dados de execução do Fundo nos últimos dez anos, de 2013 a 2022. A segunda parte apresenta as estimativas de receitas e despesas do FAT para os exercícios de 2023 a 2026 e o Demonstrativo de Resultados do Fundo nos Conceitos Acima e Abaixo da Linha.
- 3.** Ressalta-se que, considerando o vigente arcabouço legal, e alterações do art. 239 da Constituição Federal (que, em relação à destinação do PIS/PASEP para ações previdenciárias, necessita ser regulamentado), as projeções elaboradas apontam para novos desequilíbrios financeiro nas contas do FAT dos exercícios de 2023 a 2026, com sinalização da necessidade de adoção de medidas imediatas para aumentar os repasses de recursos da Contribuição PIS/PASEP no exercício de 2023, e incrementar os repasses de recursos nos exercícios de 2025 e 2026, para atendimento de pagamento de despesas obrigatórias do Fundo.

### **ANÁLISE**

#### **INTRODUÇÃO**

- 4.** O Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, fundo de natureza contábil e financeira, instituído pela Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, é destinado ao custeio do Programa Seguro-Desemprego, ao pagamento do abono salarial e ao financiamento de programas de educação profissional e tecnológica, e de desenvolvimento econômico a cargo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

5. No âmbito do Programa do Seguro-Desemprego são desenvolvidas as ações integradas de pagamento de benefícios do seguro-desemprego, de intermediação de mão de obra e de qualificação profissional. Também são custeadas com recursos do FAT as ações de processamento de dados para pagamento dos benefícios; Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED; Relação Anual de Informações Sociais - RAIS; emissão da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS; Classificação Brasileira de Ocupações – CBO; estudos de avaliação, campanhas educativas e informativas; gestão do FAT e de seu Conselho Deliberativo – CODEFAT; e manutenção de parte das despesas das Superintendências e Agências que executam atividades na área Trabalho, nas diversas Unidades da Federação.
6. Por determinação constitucional (art. 239 da Constituição Federal), o Fundo repassa 28% da arrecadação da Contribuição PIS/PASEP ao BNDES, na forma de empréstimos, para financiar programas de desenvolvimento econômico.
7. As disponibilidades financeiras do FAT são aplicadas em títulos de emissão do Tesouro Nacional, disponíveis no âmbito do mercado financeiro, atrelados à taxa de juros doméstica, e em depósitos especiais nas instituições financeiras oficiais federais, conforme estabelecido no art. 9º da Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, com redação dada pela Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991.
8. Os depósitos especiais são aplicações financeiras do FAT destinadas à concessão de financiamentos no âmbito de programas de geração de emprego e renda, instituídos ou apoiados pelo CODEFAT e constituem fontes de recursos de financiamentos para contratação de operações de crédito, especialmente de empreendimentos de pequeno porte.
9. Passados os efeitos mais adversos da pandemia do Coronavírus Covid-19, o exercício de 2022 apresentou variações em diversos segmentos da economia, em face do surgimento de novas adversidades, especialmente em razão do estabelecimento do estado de guerra entre Rússia e Ucrânia, que provocou impactos sobre a economia global, tais como crise energética, relacionada a combustíveis fósseis, e insegurança alimentar.
10. Mesmo diante das adversidades, com uma inflação anual de 5,9%, em parte fruto dos elevados preços internacionais do petróleo, e com a elevação da taxa básica de juros, que encerrou 2022 com 13,75%, o Brasil apresentou resultado surpreendente de crescimento econômico em 2022, com registro de aumento de 2,9% no Produto Interno Bruto (PIB), próximo à média das principais economias mundiais (G20), que cresceu 3,2%, segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico – OCDE.
11. Os resultados apresentados pelo FAT em 2022 indicam que as alocações de recursos do Fundo geraram positivos resultados à sociedade brasileira, com a sustentação de parte da renda de muitos trabalhadores que perderam empregos, por meio do pagamento de benefícios do seguro-desemprego, e pela continuidade da política de distribuição de renda em face do pagamento do abono salarial; além da disponibilização de recursos para financiamento do desenvolvimento econômico, que muito contribuíram para geração e/ou manutenção de postos de trabalho.

## **I - DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO FAT**

12. Ao longo dos anos, as receitas e despesas do Fundo têm apresentado crescimento, especialmente as despesas com pagamento de benefícios do seguro-desemprego e do abono salarial, em face do incremento do número de trabalhadores formais no mercado de trabalho; da alta taxa de rotatividade de mão de obra; e dos sucessivos aumentos reais do salário mínimo.

13. Nos últimos cinco anos, entre 2018 e 2022, as receitas do FAT apresentaram variação ao longo do período, com receita média anual de R\$ 75,7 bilhões.

14. Nesse período, as receitas do FAT foram constituídas do produto da arrecadação da Contribuição PIS/PASEP, que representaram 74,03% do total realizado; das receitas financeiras, com participação de 24,71%; de recursos do Tesouro Nacional (0,71%), e de outras receitas (multas, restituições, cota-parte de contribuição sindical), com participação de 0,55% da soma das receitas anuais.

**Quadro 1 - Receitas, Obrigações e Resultados do FAT**

**R\$ milhões (\*)**

| EXERCÍCIOS                              | 2018             | 2019             | 2020             | 2021            | 2022            | Var. %<br>2022/2021 | Part. %<br>2022 |
|---|------------------|------------------|------------------|-----------------|-----------------|---------------------|-----------------|
| <b>RECEITAS</b>                         |                  |                  |                  |                 |                 |                     |                 |
| 1. Receita da Contribuição PIS/PASEP    | 45.176,9         | 47.999,0         | 60.911,6         | 64.392,9        | 61.613,6        | -4,32%              | 67,45%          |
| 2. Receitas Financeiras                 | 18.467,6         | 18.050,5         | 13.866,3         | 15.993,5        | 27.100,1        | 69,44%              | 29,67%          |
| 3. Recursos do Tesouro Nacional         | 31,6             | 35,4             | 4,8              | 303,4           | 2.326,2         | 666,76%             | 2,55%           |
| 4. Outras Receitas                      | 750,2            | 419,3            | 208,4            | 412,3           | 301,9           | -26,79%             | 0,33%           |
| <b>TOTAL DAS RECEITAS (A)</b>           | <b>64.426,3</b>  | <b>66.504,1</b>  | <b>74.991,2</b>  | <b>81.102,2</b> | <b>91.341,8</b> | <b>12,63%</b>       | <b>100,00%</b>  |
| <b>OBRIGAÇÕES</b>                       |                  |                  |                  |                 |                 |                     |                 |
| 1. Seguro-Desemprego - Benefício        | 36.288,6         | 37.389,0         | 40.079,1         | 36.229,5        | 42.111,7        | 16,24%              | 46,65%          |
| 2. Abono Salarial - Benefício           | 17.338,3         | 17.522,6         | 19.259,0         | 10.158,3        | 24.008,6        | 136,35%             | 26,59%          |
| 3. Qualificação Profissional            | 8,1              | 2,5              | 16,9             | 6,9             | 19,8            | 186,80%             | 0,02%           |
| 4. Intermediação de Emprego             | 40,1             | 38,4             | 29,6             | 16,6            | 8,5             | -48,63%             | 0,01%           |
| 5. Outras Despesas                      | 493,9            | 427,4            | 331,4            | 207,1           | 285,1           | 37,65%              | 0,32%           |
| <b>DESPESAS CORRENTES (B)</b>           | <b>54.169,0</b>  | <b>55.379,9</b>  | <b>59.716,0</b>  | <b>46.618,4</b> | <b>66.433,8</b> | <b>42,51%</b>       | <b>73,59%</b>   |
| <b>RESULTADO ECONÔMICO (A - B)</b>      | <b>10.257,4</b>  | <b>11.124,2</b>  | <b>15.275,2</b>  | <b>34.483,8</b> | <b>24.908,0</b> | <b>-27,77%</b>      | <b>27,59%</b>   |
| 6. Empréstimos ao BNDES (C)             | 18.055,0         | 18.761,6         | 17.292,8         | 19.883,1        | 23.847,1        | 19,94%              | 26,41%          |
| <b>TOTAL DAS OBRIGAÇÕES (D = B + C)</b> | <b>72.224,0</b>  | <b>74.141,6</b>  | <b>77.008,8</b>  | <b>66.501,5</b> | <b>90.280,9</b> | <b>35,76%</b>       | <b>100,00%</b>  |
| <b>RESULTADO NOMINAL(A - D)</b>         | <b>(7.797,6)</b> | <b>(7.637,5)</b> | <b>(2.017,6)</b> | <b>14.600,7</b> | <b>1.060,9</b>  | <b>-92,73%</b>      |                 |

(\*) Valores Nominais – Fonte SIAFI (UO 40901 – FAT)

Obs.: Receitas e despesas registrados de acordo com a Lei nº 4.320/1964.

15. No exercício de 2022, as receitas do FAT aumentaram 12,63%, com destaque para o incremento de 69,44% nas receitas financeiras. A receita da Contribuição PIS/PASEP, principal fonte de recursos do FAT, registrou queda de 4,32%, em razão do não ingresso no FAT de parte de sua receita orçamentária de Contribuição PIS/PASEP, no montante de R\$ 17,6 bilhões, cujo valor foi destinado ao Fundo do Regime Geral da Previdência Social, repassado pela Setorial Financeira do Ministério do Trabalho e Previdência.

16. As receitas financeiras do FAT são resultantes das aplicações de seus ativos nas instituições financeiras oficiais federais, que recolhem ao Fundo remunerações relativas aos empréstimos ao BNDES (FAT Constitucional); aos depósitos especiais; e aos recursos aplicados no mercado financeiro, em fundos extramercado, que, em face do aumento das taxas de juros da economia, geraram expressivos ganhos financeiros. Em 2022, essas receitas registraram aumento

de R\$ 11,1 bilhões, em relação ao ano anterior, com destaque para o crescimento nas receitas provenientes dos juros do FAT Constitucional e das remunerações das aplicações no mercado financeiro, que somaram R\$ 21,38 bilhões e R\$ 4,97 bilhões, respectivamente.

**17.** De outro giro, entre 2018 e 2022, 99,49% das despesas do Fundo foram executadas no âmbito de três ações orçamentárias: pagamento dos benefícios do seguro-desemprego, do abono salarial, e empréstimos ao BNDES, que representaram, respectivamente, 50,53% 23,22% e 25,74% do total das despesas.

**18.** Em 2022, das despesas do Fundo, 73,24% foram constituídas de gastos com pagamento dos benefícios do seguro-desemprego e do abono salarial, no montante de R\$ 66,1 bilhões, com aumento de 42,54% em relação ao exercício de 2021, em razão do aumento nos gastos com pagamento de benefícios do seguro-desemprego e do abono salarial.

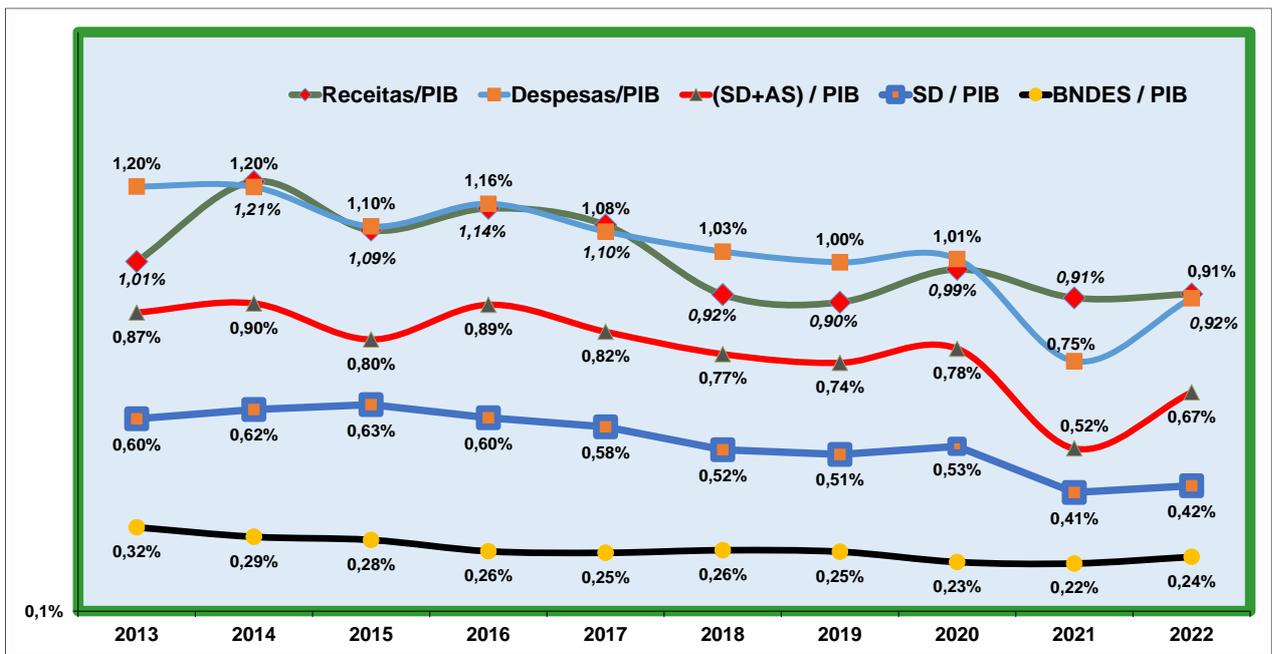
**19.** No caso do abono, em 2022, ocorreu o pagamento integral aos trabalhadores que exerceram atividade formal remunerada no exercício de 2020 (ano-base 2020), diferente do ocorrido no exercício de 2021, quando foi pago apenas a segunda metade do ano base de 2019. Por necessidade de adequações nos controles de identificação, com ampliação de batimentos de base de dados para identificação de beneficiários, e razão da incorporação da governança pelo Ministério do Trabalho e Previdência, quanto ao processo de identificação dos beneficiários, o pagamento do ano base 2021 está sendo realizado em 2023, a ser concluído no mês de julho do exercício corrente.

**20.** Em relação às políticas ativas de qualificação profissional e de intermediação de mão de obra, com média de gastos de R\$ 37,5 milhões nos últimos cinco anos, em 2022 foram empenhados R\$ 28,4 milhões, cujo valor representa 0,04% das despesas correntes do FAT (R\$ 66,1 bilhões).

**21.** As despesas de capital, relativas aos repasses ao BNDES para financiamento de programas de desenvolvimento econômico, apresentaram incremento de 19,94 % em relação a 2021, como resultado direto do crescimento da arrecadação PIS/PASEP, calculado sobre o total da arrecadação vinculada (cerca de R\$ 79,2 bilhões), sem considerar o desconto de R\$ 17,6 bilhões repassados para custeio de ações previdenciárias.

**22.** Em uma análise mais ampla, nos últimos 10 anos, entre 2013 a 2022, as receitas do FAT representaram média de 1,02% do PIB e as despesas média de 1,04%. As despesas com pagamentos de benefícios do seguro-desemprego e abono salarial corresponderam, em média, 0,78% do PIB e as despesas de capital (empréstimos ao BNDES) 0,26%.

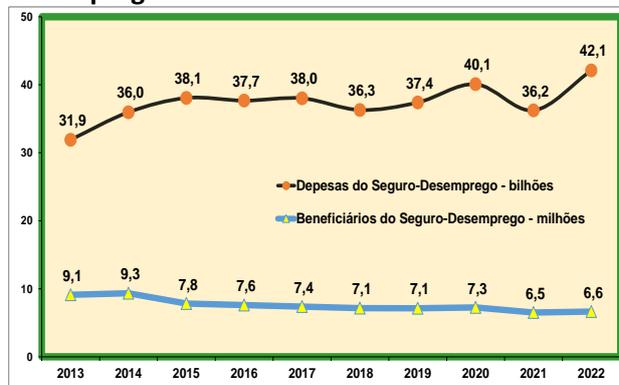
**Gráfico 1 - Receitas e Despesas do FAT em Relação ao PIB Nominal**



Fontes: SIAFI e IBGE

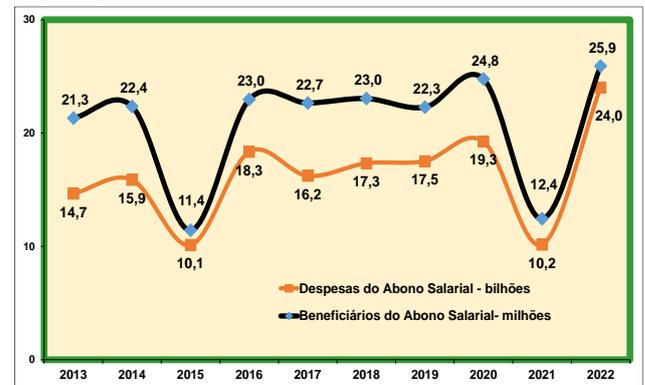
**23.** Em relação às despesas com pagamento dos benefícios do seguro-desemprego, estas foram impactadas pelo aumento do salário mínimo e do número médio de parcelas do pagamento do benefício. Contudo, foi observada no período uma variação média negativa de 2,56% ao ano no número de beneficiários, tendo como um dos principais fatores a redução na rotatividade de mão de obra do mercado de trabalho.

**Gráfico 2 - Beneficiários e Despesas do Seguro-desemprego**



Fontes: SIAFI e CGGB/SGB/SETRAB/MTE

**Gráfico 3 - Beneficiários e Despesas do Abono Salarial**



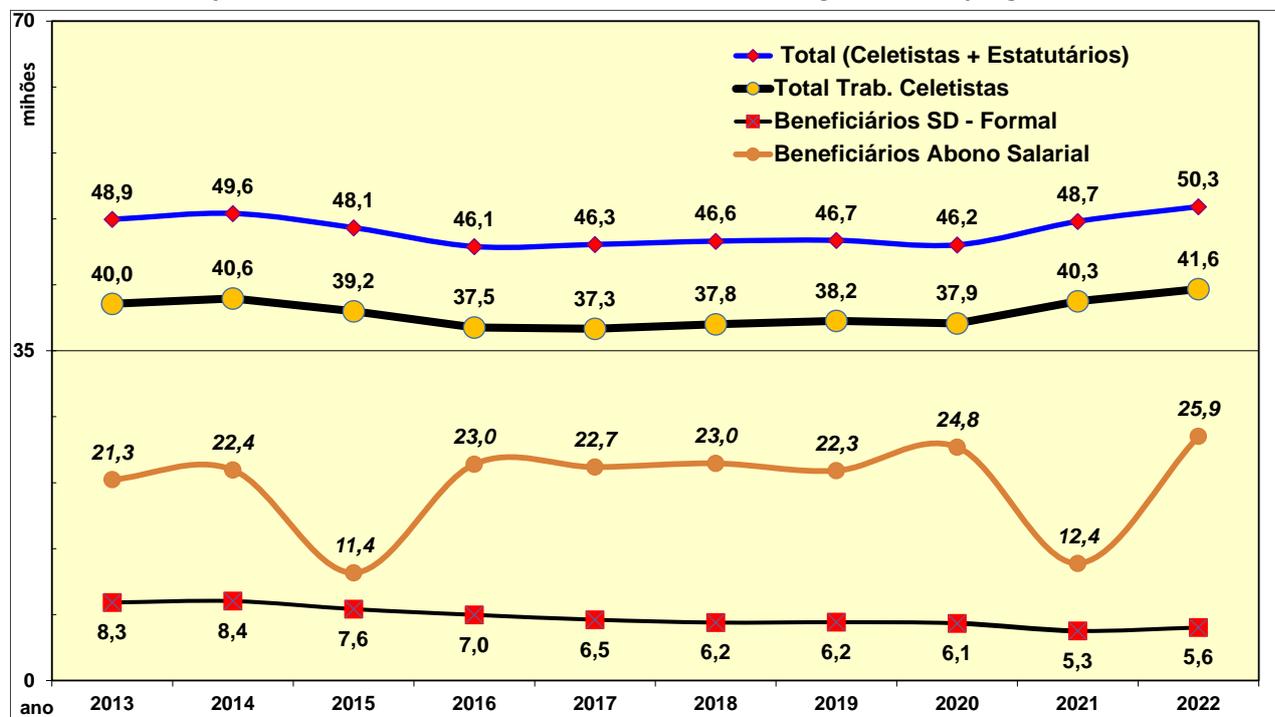
Fonte: SIAFI e CGGB/SGB/SETRAB/MTE

**24.** No mesmo período, as despesas com pagamento de benefícios do abono salarial foram impactadas pelo aumento do número de trabalhadores formais na economia com rendimentos de até dois salários mínimos, que passou de 49,9% do total de trabalhadores formais, para 51,1% entre 2013 e 2022, e pelo aumento no valor do salário mínimo, além da ampliação de 95% para 98,5% do número de trabalhadores identificados que recebem o benefício.

**25.** Ressalta-se que nos exercícios de 2015 e 2021, em razão de mudanças no calendário de pagamento do abono, somente cerca de 50% dos trabalhadores identificados receberam o benefício no exercício ao ano base (trabalhado), o que resultou em menores valores de despesas do abono nesses exercícios.

26. Apesar do aumento dos gastos com pagamento de benefícios, observa-se relativa estabilidade entre o número de beneficiários do seguro-desemprego Formal em relação ao número total de trabalhadores celetistas no final do exercício, com média de 5,9 milhões de beneficiários entre 2018 e 2022, com leve recuperação em 2022, e um pequeno incremento no número de beneficiários do abono salarial, considerando o pagamento de um ano calendário.

**Gráfico 4 - Evolução do Mercado de Trabalho e beneficiários do seguro-desemprego e do abono salarial**



Fonte: CGEET/SEET/SE/MTE e CGGB/SGB/SETRAB/MTE (em 2022, nº total de trabalhadores estimados pelo DGF/SETRAB/MTE)

27. Por determinação Constitucional, o FAT repassa ao BNDES parte da receita da arrecadação PIS/PASEP. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo dos recursos emprestados ao Banco, somou R\$ 366,9 bilhões, sendo R\$ 306,4 bilhões em recursos aplicados em operações de crédito, sem contar os juros.

**Quadro 2 - Recursos Ordinários do FAT Constitucional**

| FAT CONSTITUCIONAL | Principal        | Juros Líquidos | TOTAL            | %             |
|--------------------|------------------|----------------|------------------|---------------|
| Disponibilidades   | 55.024,4         | 2.765,1        | 57.789,5         | 15,8%         |
| FAT TJLP           | 104.373,6        | 312,9          | 104.686,4        | 28,5%         |
| FAT TLP            | 175.595,7        | 2.245,9        | 177.841,6        | 48,5%         |
| FAT Cambial        | 26.450,3         | 91,7           | 26.542,0         | 7,2%          |
| <b>Total</b>       | <b>361.443,9</b> | <b>5.415,7</b> | <b>366.859,6</b> | <b>100,0%</b> |

Fonte: BNDES

28. Dos recursos aplicados, excetuados os juros líquidos, R\$ 306,4 bilhões estavam distribuídos em diversos setores de atividade da economia e em todas as Unidades da Federação.

29. Entre os grandes setores da economia, os da infraestrutura, indústria de transformação e comércio e serviços apresentaram as maiores participações, respectivamente, de 56,85% e

15,14%, e 14,48% do saldo dos recursos aplicados; seguidos pelos setores de agropecuária e pesca (12,79%) e da indústria de extrativista (0,73%).

### Quadro 3 - Recursos Ordinários do FAT Constitucional por Setor de Atividade

Posição 31/12/2022

Em R\$ milhões

| Setor de Atividade         | TJLP             | TLP              | FAT Cambial     | Total            | Distr. %      |
|----------------------------|------------------|------------------|-----------------|------------------|---------------|
| Infraestrutura             | 90.166,8         | 84.041,4         | -               | 174.208,2        | 56,85%        |
| Indústria de Transformação | 1.803,6          | 20.129,3         | 24.469,0        | 46.402,0         | 15,14%        |
| Comércio e Serviços        | 12.244,7         | 30.154,9         | 1.981,3         | 44.380,8         | 14,48%        |
| Agropecuária e Pesca       | 156,2            | 39.039,3         | -               | 39.195,5         | 12,79%        |
| Indústria Extrativa        | 2,3              | 2.230,8          | -               | 2.233,1          | 0,73%         |
| <b>Total</b>               | <b>104.373,6</b> | <b>175.595,7</b> | <b>26.450,3</b> | <b>306.419,5</b> | <b>100,0%</b> |

Fonte: BNDES

**30.** A distribuição regional do saldo da carteira de recursos ordinários do FAT no BNDES e sua comparação com o PIB regional, apurado em 2020 (IBGE), reflete a política afirmativa de distribuição dos recursos do FAT Constitucional para o desenvolvimento regional. Embora a participação do PIB da Região Sudeste seja de 51,9%, as aplicações do FAT Constitucional na região representam 34,4%. Ressalta-se o percentual inversamente proporcional dos recursos aplicados na Região Norte, que representam mais de duas vezes e meia sua participação no PIB nacional, justificado pelos financiamentos de projetos de infraestrutura desenvolvidos naquela região.

### Quadro 4 - Distribuição do saldo aplicado - FAT Constitucional, por Região Geográfica

Posição 31/12/2022

Em R\$ milhões

| Região        | FAT TJLP         | FAT TLP          | FAT Cambial     | Total            | Distr. %      | Distr. % PIB  |
|---------------|------------------|------------------|-----------------|------------------|---------------|---------------|
| Sudeste       | 26.748,1         | 53.850,9         | 24.879,6        | 105.478,6        | 34,4%         | 51,9%         |
| Norte         | 34.008,5         | 19.098,4         | -               | 53.106,8         | 17,3%         | 6,3%          |
| Sul           | 7.219,9          | 43.584,5         | 1.570,7         | 52.375,1         | 17,1%         | 17,2%         |
| Nordeste      | 17.563,5         | 23.298,3         | -               | 40.861,8         | 13,3%         | 14,2%         |
| Interregional | 10.428,1         | 19.194,0         | -               | 29.622,2         | 9,7%          | -             |
| Centro-Oeste  | 8.405,5          | 16.569,5         | -               | 24.975,0         | 8,2%          | 10,4%         |
| <b>Total</b>  | <b>104.373,6</b> | <b>175.595,7</b> | <b>26.450,3</b> | <b>306.419,5</b> | <b>100,0%</b> | <b>100,0%</b> |

Fonte: BNDES

**31.** Dos saldos aplicados por parte de empresa, no final de 2022, 73,41% do saldo estavam aplicados em financiamentos de grandes empresas e 19,87% em financiamento de micros, pequenas e médias empresas, e 6,72% em projetos da administração pública direta.

### Gráfico 5 - Distribuição do saldo aplicado por porte de empresa.

Posição 31/12/2022

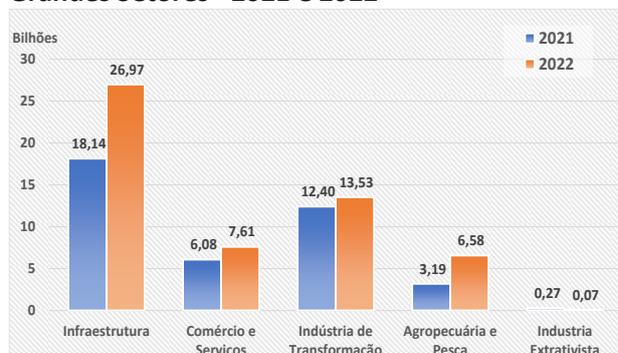
Em R\$ milhões

| Modalidade         | TJLP             | TLP              | FAT Cambial     | Total            | Distr. %      |
|--------------------|------------------|------------------|-----------------|------------------|---------------|
| Grande             | 81.392,6         | 117.169,3        | 26.387,6        | 224.949,5        | 73,41%        |
| Média              | 2.823,3          | 27.207,9         | 60,0            | 30.091,2         | 9,82%         |
| Adm Publica Direta | 19.541,7         | 1.051,9          | -               | 20.593,6         | 6,72%         |
| Pequena            | 344,2            | 19.176,1         | 1,6             | 19.521,9         | 6,37%         |
| Micror             | 271,8            | 10.990,5         | 1,1             | 11.263,4         | 3,68%         |
| <b>Total</b>       | <b>104.373,6</b> | <b>175.595,7</b> | <b>26.450,3</b> | <b>306.419,5</b> | <b>100,0%</b> |

Fonte: BNDES

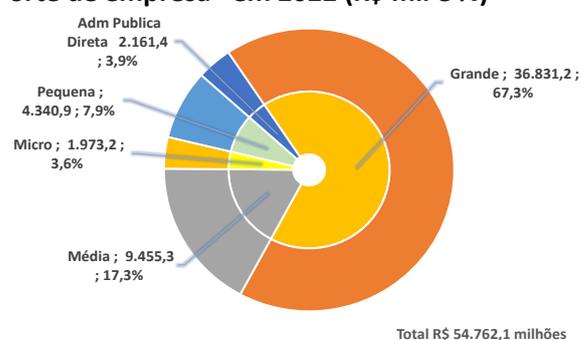
**32.** No exercício de 2022, o BNDES utilizou parte dos recursos provenientes de amortizações de financiamentos realizados em exercícios anteriores e os aportes de repasses de recursos, no montante de R\$ 23,85 bilhões, para desembolsar R\$ 54,76 bilhões em operações de crédito; 36,64% superior aos R\$ 40,08 bilhões desembolsados em 2021, e 10,57% superior ao desembolsado em 2020, distribuídos em diversos setores de atividades.

**Gráfico 5 – Distribuição dos Desembolsos por Grandes Setores– 2021 e 2022**



Fonte: BNDES

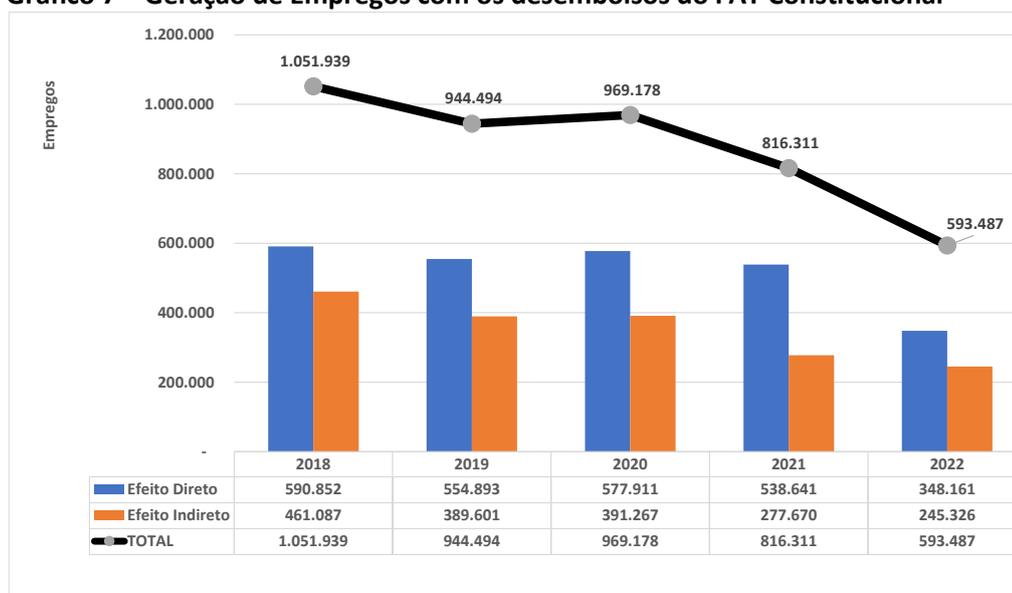
**Gráfico 6 – Distribuição dos Desembolsos por Porte de empresa– em 2022 (R\$ mil e %)**



Fonte: BNDES

**33.** Considerando a mensuração de empregos realizada pelo BNDES, com utilização de modelo de que utiliza a Matriz Insumo-Produto para a economia brasileira, de dados oficiais do Sistema de Contas Nacionais do IBGE, a quantidade de postos de trabalho (empregos ou ocupações) gerados ou mantidos durante a execução dos projetos financiados pelo BNDES com recursos do FAT Constitucional, em relação ao volume dos desembolsos realizados em 2022, implicaram na geração ou manutenção de 593,5 mil postos de trabalhos na fase de implantação dos investimentos apoiados. Desse total, 348,2 mil foram gerados diretamente pelos empreendimentos financiados e 245,3 mil empregos gerados indiretamente ao longo das cadeias produtivas.

**Gráfico 7 – Geração de Empregos com os desembolsos do FAT Constitucional**



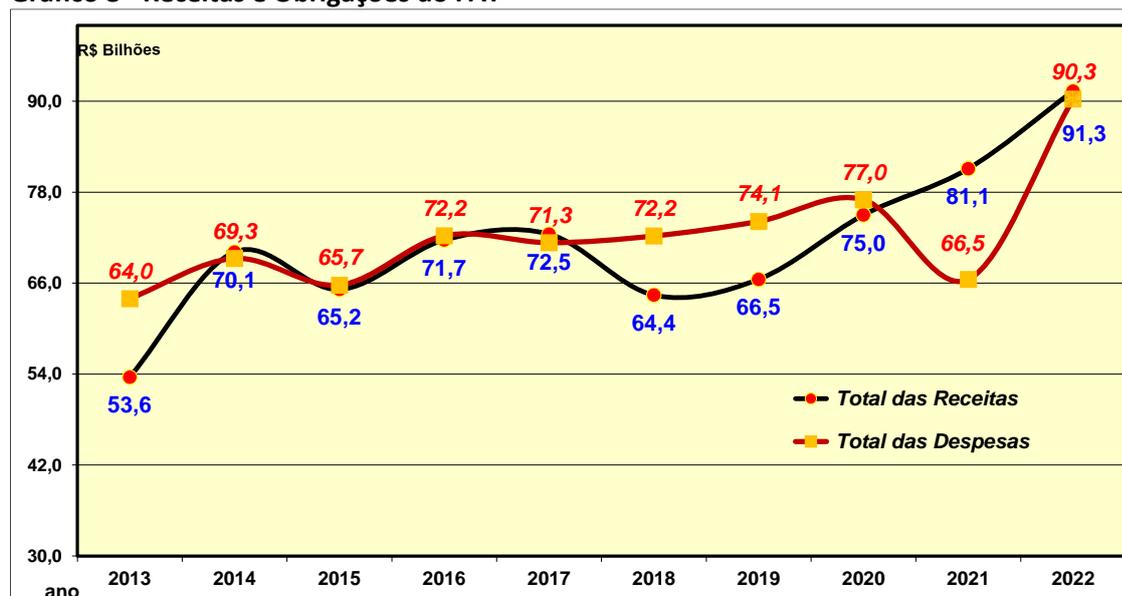
Fonte: BNDES

**34.** No período de 2013 a 2022, as receitas do FAT apresentaram em vários exercícios valores inferiores às despesas, que resultaram em déficits nominais, cobertos com parte do Patrimônio do Fundo.

**35.** O Gráfico 8 – Receitas e Obrigações do FAT apresenta a relação entre as curvas de receitas e despesas e evidencia os resultados de *déficits* e *superávits* que se revezam até o exercício de 2017, com destaque para o déficit de R\$ 10,4 bilhões registrado em 2013. Nos exercícios de 2018 e 2019 o FAT volta a apresentar *déficits* expressivos, em torno de R\$ 7,7 bilhões por ano, voltando a reduzir o *déficit* em 2020, para R\$ 2,0 bilhões, e geração de *superávit* de R\$ 14,6 bilhões em 2021, em razão do aumento das receitas e redução das despesas do Fundo.

**36.** Em 2022, as receitas do Fundo foram suficientes para cobrir os valores empenhados no exercício, tendo como resultado o superávit de R\$ 1,06 bilhão, conforme evidenciado no quadro 1.

**Gráfico 8 - Receitas e Obrigações do FAT**



Fonte: SIAFI

**37.** Desde sua criação, em 1990, o FAT vem cumprindo suas atribuições legais, pela promoção do apoio financeiro para pagamento dos benefícios do seguro-desemprego e do abono salarial, além de disponibilizar recursos para financiamento de programas de desenvolvimento econômico e de geração de trabalho, emprego e renda, por meio das instituições financeiras oficiais federais.

**38.** Em face da realização de receitas e execução de despesas ao longo de 32 anos, o FAT constituiu um Ativo Patrimonial de R\$ 455,18 bilhões, posição de 31 de dezembro de 2022, valor esse 7,92% superior ao registrado em 2021, sendo a maior parte, 80,6%, constituído de empréstimos ao BNDES.

**39.** Nos últimos cinco anos, o Patrimônio do FAT cresceu em média 9,24%, preponderando a taxa de crescimento dos recursos emprestados ao BNDES (FAT Constitucional). Dos valores registrados no Ativo Patrimonial do Fundo, 7,41%, no montante de R\$ 33,72 bilhões, referem-se a “Outros Valores”, com registro da maior parte, R\$ 33,52 bilhões, relativos a créditos e títulos e valores a receber, inscritos em créditos tributários a receber e em dívida ativa, relacionados à Contribuição PIS/PASEP. Esses registros foram efetivados a partir de 2018, em atendimento à recomendação contida no Acórdão nº 978/2018 – TCU – Plenário.

**Quadro 6 - Evolução Patrimonial do FAT**
**R\$ milhões**

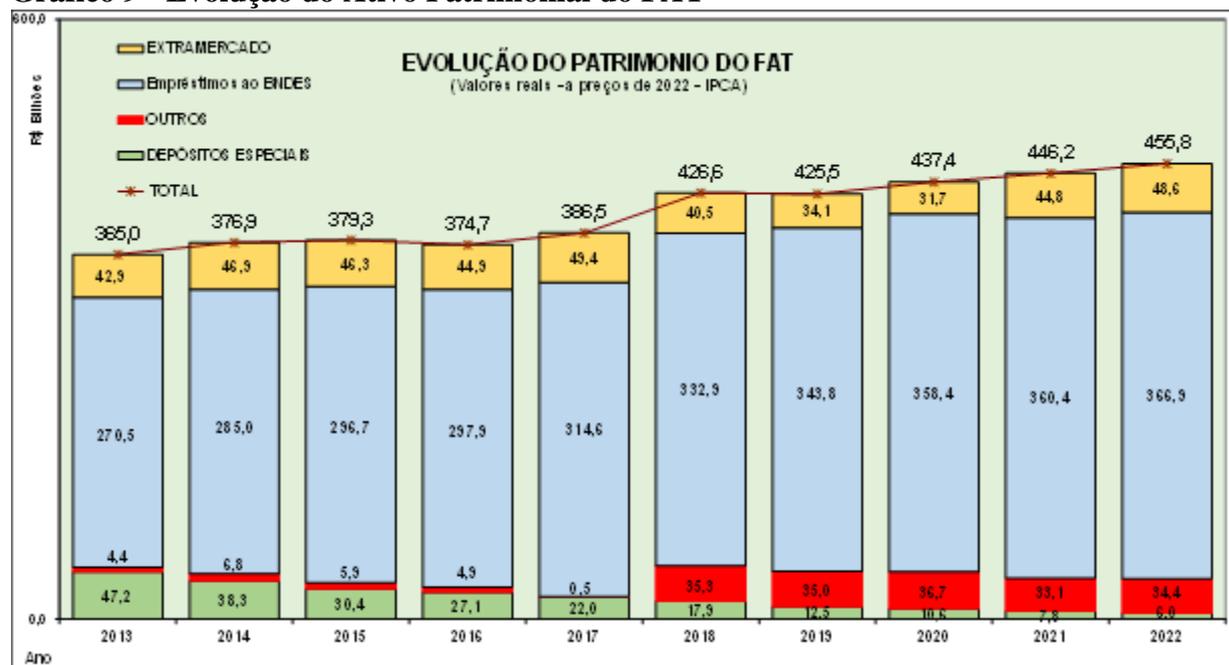
| PATRIMÔNIO / ANO                            | 2018              | 2019              | 2020              | 2021              | 2022              | % Análise Horizontal | % Análise Vertical |
|---|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|----------------------|--------------------|
| <b>EXTRAMERCADO (a)</b>                     | <b>31.885,37</b>  | <b>27.984,61</b>  | <b>27.212,75</b>  | <b>42.376,21</b>  | <b>48.576,79</b>  | <b>14,63%</b>        | <b>10,67%</b>      |
| Carteira Fundo Extramercado                 | 31.885,20         | 27.984,61         | 27.212,75         | 42.376,21         | 48.576,79         | 14,63%               | 10,67%             |
| Recursos aplicados OBA                      | 0,18              | -                 | -                 | -                 | -                 | -                    | 0,00%              |
| <b>EMPRÉSTIMOS AO BNDES (b)</b>             | <b>262.281,80</b> | <b>282.530,06</b> | <b>307.807,30</b> | <b>340.713,93</b> | <b>366.859,58</b> | <b>7,67%</b>         | <b>80,60%</b>      |
| <b>DEPÓSITOS ESPECIAIS (c)</b>              | <b>14.091,05</b>  | <b>10.297,34</b>  | <b>9.100,47</b>   | <b>7.406,50</b>   | <b>6.023,47</b>   | <b>-18,67%</b>       | <b>1,32%</b>       |
| BNB   | 66,15             | 18,82             | 14,84             | 12,20             | -                 | -100,00%             | 0,00%              |
| BB  | 4.285,11          | 2.466,60          | 1.903,49          | 753,03            | 459,91            | -38,93%              | 0,10%              |
| BNDES                                       | 9.677,52          | 7.809,57          | 7.181,87          | 6.641,26          | 5.563,56          | -16,23%              | 1,22%              |
| FINEP                                       | 56,53             | -                 | -                 | -                 | -                 | -                    | 0,00%              |
| BASA  | 5,73              | 2,34              | 0,28              | -                 | -                 | -                    | 0,00%              |
| <b>Patrimônio Financeiro do FAT (a+b+c)</b> | <b>308.258,22</b> | <b>320.812,01</b> | <b>344.120,51</b> | <b>390.496,64</b> | <b>421.459,84</b> | <b>7,93%</b>         | <b>92,59%</b>      |
| <b>OUTROS VALORES (d)</b>                   | <b>27.840,96</b>  | <b>28.791,87</b>  | <b>31.550,72</b>  | <b>31.291,78</b>  | <b>33.716,68</b>  | <b>7,75%</b>         | <b>7,41%</b>       |
| IMOBILIZADO/INVESTIMENTOS                   | 254,33            | 253,27            | 133,23            | 127,33            | 127,72            | 0,31%                | 0,03%              |
| EM CAIXA e CRED. A RECEBER                  | 2.839,60          | 2.542,68          | 1.881,87          | 1.487,74          | 3.486,54          | 134,35%              | 0,77%              |
| DIVERSOS RESPONSÁVEIS                       | 0,04              | 0,04              | 0,04              | 0,05              | 0,05              | 11,62%               | 0,00%              |
| ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS                    | -                 | 0,01              | 0,00              | 0,00              | 0,00              | -98,58%              | 0,00%              |
| ESTOQUE/INTANGÍVEL                          | 65,23             | 69,57             | 70,53             | 70,42             | 70,91             | 0,71%                | 0,02%              |
| TIT. VALORES + VP DIMINUTIVA                | 24.681,76         | 25.926,30         | 29.465,04         | 29.606,24         | 30.031,45         | 1,44%                | 6,60%              |
| <b>T O T A L (a+b+c+d)</b>                  | <b>336.099,18</b> | <b>349.603,88</b> | <b>375.671,23</b> | <b>421.788,42</b> | <b>455.176,52</b> | <b>7,92%</b>         | <b>100,00%</b>     |
| <b>Variação Patrimonial / ano</b>           | <b>14,53%</b>     | <b>4,02%</b>      | <b>7,46%</b>      | <b>12,28%</b>     | <b>7,92%</b>      |                      |                    |

Fonte SIAFI - Saldos de Final de Exercício

40. Nesse acórdão, o TCU recomendou que a contabilização dos créditos tributários e dívida ativa relacionados às contribuições do PIS/PASEP fosse revista, de modo que os reflexos contábeis estivessem evidenciados, respectivamente, no FAT. Sobre o assunto, atualmente os créditos do PIS/PASEP são apropriados e evidenciados na contabilidade da Receita Federal do Brasil – RFB, instituição responsável pela arrecadação dos referidos tributos, ao passo que os valores inscritos em dívida ativa são evidenciados na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, entidade que tem por competência apurar a liquidez e certeza da dívida ativa da União de natureza tributária e não tributária, inscrevendo-a para fins de cobrança, amigável ou judicial.

41. Em termos reais, a preços de dezembro de 2022 (IPCA), o Ativo Patrimonial do Fundo apresentou crescimento médio anual de 1,86% entre os exercícios de 2013 e 2022, alcançando, no encerramento do exercício de 2022 o Ativo Patrimonial 24,72% superior ao registrado no final do exercício de 2013, evidenciado no Gráfico 9.

**Gráfico 9 - Evolução do Ativo Patrimonial do FAT**



Elaborado pela DGF/SETRAB/MTE, com base em dados do SIAFI

## II – ESTIMATIVA DE RECEITAS E OBRIGAÇÕES DO FAT PARA OS EXERCÍCIOS DE 2023 a 2026

**42.** Durante os últimos dez anos, de 2013 a 2022, o FAT registrou taxa média anual de crescimento de suas receitas nominais de 5,2%, sendo de 5,3% a taxa média de crescimento da receita da Contribuição PIS/PASEP; e de 5,7% em suas obrigações (despesas correntes e de capital), com destaque para os gastos com pagamento de benefícios do seguro-desemprego e do abono salarial, que tiveram incremento médio anual de 6,4%. Nesse período, o FAT contabilizou R\$ 715,3 bilhões em receitas; e R\$ 722,7 bilhões em obrigações, sendo R\$ 181,2 bilhões repassados ao BNDES, como empréstimo, e R\$ 536,9 bilhões relativos aos repasses para pagamentos de benefícios do seguro-desemprego e abono salarial.

**43.** Para os exercícios de 2023 a 2026, considerando o vigente normativo legal e os parâmetros utilizados nos cálculos das projeções, as estimativas apontam que as receitas do FAT não serão suficientes para atendimento das projeções de suas obrigações legais, com geração de desequilíbrio financeiro do Fundo.

**44.** Nas projeções de receitas e despesas a serem apresentadas não foram consideradas possíveis mudanças na legislação vigente, especialmente quanto à política de desonerações tributárias, à reforma tributária, e às alterações na legislação trabalhista, que podem gerar impactos expressivos nas finanças do FAT.

**45.** Utilizando-se dos dados da grade de parâmetros, disponibilizados pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, projetou-se as receitas e despesas do FAT para os exercícios de 2023 a 2026.

**Quadro 7 - Parâmetros para Cálculo das Projeções das Receitas e despesas do FAT**

| Parâmetros                              | 2023     | 2024     | 2025     | 2026     |
|---|----------|----------|----------|----------|
| Taxa de inflação % (IPCA)               | 5,31     | 3,52     | 3,03     | 3,00     |
| Taxa de Juros % - TJLP                  | 7,47     | 7,23     | 6,69     | 6,16     |
| Taxa de Juros % - TLP                   | 8,81     | 7,02     | 6,53     | 6,50     |
| Taxa SELIC %                            | 13,48    | 11,08    | 9,44     | 8,76     |
| Taxa Extramercado %                     | 13,48    | 11,08    | 9,44     | 8,76     |
| Salário Mínimo (R\$)                    | 1.302,00 | 1.389,00 | 1.435,00 | 1.481,00 |
| Taxa de Cresc. do PIB %                 | 1,61     | 2,34     | 2,76     | 2,42     |
| Taxa Pop. Ocupada - Emp. Formal Privado | 1,00     | 3,26     | 3,54     | 3,50     |

Fonte: Secretaria de Política Econômica/MF, de 10/03/2023, exceto quanto as taxas TLP e Extramercado estimadas pelo DGF/SETRAB/MTE.

46. As projeções foram elaboradas considerando os atuais normativos legais para pagamentos de benefícios e os efeitos da aprovação da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, que retirou a aplicação da Desvinculação de Receitas da União das contribuições sociais destinadas ao custeio da seguridade social, dentre as quais a arrecadação da Contribuição PIS/PASEP. Contudo, a mesma medida ampliou a destinação dos recursos da Contribuição PIS/PASEP, que, na forma da Lei, também podem financiar ações da previdência social.

47. Com a medida, o FAT registrou expressivo superávit em 2021. Porém, a partir de 2022, com a destinação de R\$ 17,6 bilhões da arrecadação da Contribuição PIS/PASEP para ações previdenciárias, o Fundo registrou equilíbrio em suas contas.

48. Como resultado das alterações legais ocorridas no exercício de 2019, que impactaram positivamente nas receitas do FAT, e considerando as estimativas de gastos com o programa seguro-desemprego e abono salarial e os repasses obrigatórios ao BNDES, além do montante previsto na LOA/2023, de repasses de R\$ 22,7 bilhões de recursos da Contribuição PIS/PASEP para gastos previdenciários, *ceteris paribus*, as projeções indicam que em 2023 as receitas do Fundo alcancem o montante de R\$ 85,55 bilhões e suas obrigações cheguem a R\$ 90,66 bilhões, com a geração de resultado nominal deficitário de R\$ 5,10 bilhões.

49. Para os exercícios de 2023 a 2026, as estimativas indicam que as receitas e as despesas do FAT crescerão a uma taxa média anual de 7,94% e 10,01%, respectivamente, que resultarão em déficit nominal de R\$ 13,17 bilhões no período. As projeções apontam que a receita da arrecadação da Contribuição PIS/PASEP, principal fonte do FAT, apresente crescimento nominal de 12,83% ao ano, em face da expectativa de recuperação do crescimento da economia brasileira e da inflação no período, e sem descontos da arrecadação PIS/PASEP para gastos previdenciários.

50. Para o exercício de 2023, os valores mensais da receita da Contribuição PIS/PASEP realizados em 2022 foram atualizados, *pro-rata mês*, pelas taxas do PIB e IPCA projetadas, devidamente ajustada pelos valores realizados até o segundo bimestre do mês de março de 2023. Com base na estimativa da arrecadação de 2023, projetou-se as receitas da Contribuição PIS/PASEP para os exercícios de 2024 a 2026, ajustadas pelas taxas de inflação (IPCA) e de crescimento da economia (PIB), projetadas pela SPE/MF.

**51.** As projeções das receitas financeiras do FAT são apuradas com base nas movimentações financeiras e nos saldos dos recursos do Fundo aplicados: i) em títulos públicos, negociados no mercado financeiro, remunerados por taxa aplicáveis a carteiras adquiridas; ii) em depósitos especiais, aplicados nas instituições financeiras oficiais federais; iii) nas contas suprimidas de pagamento de benefícios do seguro-desemprego e do abono salarial; e iv) nos empréstimos de recursos ao BNDES, relativos ao FAT Constitucional.

**52.** No caso dos empréstimos ao BNDES, os recursos disponíveis para desembolsos são remunerados pela taxa SELIC. Quando aplicados em operações de crédito, os recursos são remunerados, *pro rata die*, em três modalidades de aplicação: i) pela TJLP, de acordo com a Lei nº 9.365, de 16 de dezembro de 1996; ii) pela TLP, instituída pela Lei nº 13.483, de 21 de setembro de 2017, para financiamentos recepcionados e contratados a partir de 2018; e iii) por taxas de juros internacionais: Taxa de Juros para Empréstimo e Financiamento do Mercado Interbancário de Londres (*Libor*), ou pela Taxa de Juros dos Títulos do Tesouro dos Estados Unidos da América (*Treasury Bonds*), ou, ainda, pela Taxa de Juros de oferta para empréstimos na moeda euro, no mercado interbancário de Londres, informada pelo Banco Central do Brasil, ou taxa representativa da remuneração média de títulos de governos de países da zona econômica do euro (*Euro área yield curve*), quando aplicada em financiamentos de empreendimentos e projetos destinados à produção e à comercialização de bens de reconhecida inserção no mercado internacional.

**53.** Os depósitos especiais são remunerados da mesma forma da remuneração dos empréstimos ao BNDES, exceto quanto a remunerações por taxas internacionais.

**54.** Também são fontes de recursos do FAT: i) repasses de recursos da cota-parte da contribuição sindical; ii) restituições de benefícios não desembolsados, que são valores repassados às instituições financeiras e não utilizados para pagamento de benefícios do seguro-desemprego e do abono salarial em exercícios anteriores, devolvidos ao FAT; e iii) outras receitas, tais como: valores provenientes de aplicação de penalidades por infrações decorrentes do descumprimento das normas relativas ao preenchimento e à entrega da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, pela inobservância das normas: do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, do seguro desemprego e do abono salarial, do Contrato de Trabalho por Prazo Determinado, do Vale-Pedágio, e multas, juros ou indenizações decorrentes de decisões do Poder Judiciário destinados ao FAT, conforme disciplinado no Ato Declaratório Corat nº. 72, de 12 de agosto de 2004, da Secretaria da Receita Federal do Brasil e outros recursos destinados ao FAT.

**55.** Para restituições de benefícios não desembolsados foi projetado o retorno de 0,3% dos valores repassados no exercício anterior para pagamento de benefícios; e para as outras receitas, tomou-se por base o montante arrecadado no exercício anterior ajustado anualmente pela taxa de inflação (IPCA).

**56.** Em relação às despesas, estima-se que entre 2023 e 2026 o FAT execute R\$ 446,7 bilhões em obrigação, com média de R\$ 111,7 bilhões por ano. Como despesas correntes, a média de execução projetada está em R\$ 87,55 bilhões; e no caso das despesas de capital, relativas aos repasses ao BNDES, projeta-se que, no período, o FAT repasse ao Banco 28% da receita da arrecadação PIS/PASEP, com média anual estimada de R\$ 24,11 bilhões.

**Quadro 8 - Receitas, Obrigações e Resultados do FAT – 2022 a 2026**

**R\$ milhões**

| EXERCÍCIOS                                 | Valores Projetados |                  |                  |                   |
|--|--------------------|------------------|------------------|-------------------|
|  | 2023               | 2024             | 2025             | 2026              |
| Arrecadação da Contribuição PIS/PASEP      | 78.922,9           | 83.612,7         | 88.523,8         | 93.381,9          |
| Dedução p/Gastos Previdenciários           | (22.705,7)         | 0,0              | 0,0              | 0,0               |
| <b>RECEITAS PATRIMONIAIS</b>               |                    |                  |                  |                   |
| 1. Receita da Contribuição PIS/PASEP       | 56.217,2           | 83.612,7         | 88.523,8         | 93.381,9          |
| 2. Repasses do Tesouro Nacional            | 1.597,2            | 0,0              | 0,0              | 0,0               |
| 3. Restituição de Benef. não Desembolsados | 425,6              | 203,8            | 225,7            | 286,1             |
| 4. Repasses da Contribuição Sindical       | 34,8               | 36,0             | 37,1             | 38,2              |
| 5. Outras Receitas                         | 74,2               | 76,9             | 79,2             | 81,6              |
| 6. Receitas Financeiras                    | 27.201,7           | 27.795,8         | 27.089,0         | 26.474,9          |
| <b>TOTAL DAS RECEITAS</b>                  | <b>85.550,8</b>    | <b>111.725,2</b> | <b>115.954,9</b> | <b>120.262,7</b>  |
| <b>OBRIGAÇÕES</b>                          |                    |                  |                  |                   |
| 1. Seguro-Desemprego - Benefício           | 43.558,5           | 47.330,0         | 50.542,7         | 54.459,5          |
| 2. Abono Salarial - Benefício              | 24.360,6           | 27.888,5         | 44.807,4         | 44.960,4          |
| 3. Atendimento ao Trabalhador - SINE       | 119,9              | 300,0            | 310,6            | 320,0             |
| 4. Qualificação Profissional               | 136,7              | 2.000,0          | 3.000,0          | 4.500,0           |
| 5. Outras Despesas                         | 381,3              | 408,0            | 432,2            | 457,6             |
| <b>TOTAL DAS DESPESAS</b>                  | <b>68.556,9</b>    | <b>77.926,5</b>  | <b>99.092,8</b>  | <b>104.697,5</b>  |
| <b>RESULTADO ECONÔMICO</b>                 | <b>16.993,8</b>    | <b>33.798,7</b>  | <b>16.862,0</b>  | <b>15.565,2</b>   |
| 6. Empréstimos ao BNDES - Art.239/CF       | 22.098,4           | 23.411,6         | 24.786,7         | 26.146,9          |
| <b>TOTAL DAS OBRIGAÇÕES</b>                | <b>90.655,3</b>    | <b>101.338,1</b> | <b>123.879,5</b> | <b>130.844,5</b>  |
| <b>RESULTADO NOMINAL</b>                   | <b>(5.104,6)</b>   | <b>10.387,1</b>  | <b>(7.924,6)</b> | <b>(10.581,8)</b> |

Elaborado pela DGF/SETRAB/MTE

### Seguro-desemprego

**57.** O benefício do seguro-desemprego está previsto no art. 7º, inciso II, da Constituição Federal, sendo um garantido aos trabalhadores urbanos e rurais em situação de desemprego involuntário.

**58.** O benefício do seguro-desemprego foi regulamentado pela Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que garante ao trabalhador assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado em virtude de dispensa sem justa causa, inclusive a indireta, e ao trabalhador comprovadamente resgatado de regime de trabalho forçado ou da condição análoga à de escravo.

**59.** Estão também incluídos para recebimento do benefício do seguro-desemprego os trabalhadores que estiverem com o contrato de trabalho suspenso para a participação em curso ou programa de qualificação profissional oferecido pelo empregador, conforme Medida Provisória nº 2.164-41; os pescadores artesanais, conforme a Lei nº 10.779, de 2003, o empregado doméstico, de acordo com a Lei Complementar nº 150, de 2015.

**60.** Para o cálculo das estimativas do seguro-desemprego – Formal em 2023, a projeção foi realizada como base o estoque de emprego formal divulgado pela base de dados do Cadastro Geral de Empregado e Desempregados – CAGED, que no final do exercício de 2022 somava 42,7 milhões de trabalhadores, em face da estabilidade da informação ao longo do tempo e a sua disponibilização mensal, possibilitando visão atualizada do cenário trabalhista. Para os anos seguintes, foi considerado nas projeções o número de beneficiários, o estoque de trabalhadores do ano anterior corrigido pela taxa de crescimento da população ocupada no setor formal da economia.

- 61.** Assim, do estoque de trabalhadores celetistas, 12,65% dos trabalhadores receberão , em média, 4,23 parcelas do seguro-desemprego de 1,27 salário mínimo.
- 62.** Para a modalidade de seguro-desemprego Pescador Artesanal, dirigida ao pescador profissional que exerça sua atividade de forma artesanal que teve que interromper a pesca devido ao período de proibição da pesca para preservação da espécie (defeso), estima-se que o percentual médio de crescimento para o período (2,84%), como base a quantidade de pescadores que receberam o seguro-desemprego nessa modalidade no ano anterior, aplicando-se a taxa de crescimento anual estimada para o benefício para os exercícios seguintes.
- 63.** O valor da parcela fixado na Lei 10.779/2003 corresponde a um salário-mínimo e o número de parcelas, a partir da Lei nº 13.134/2015, passou a variar entre 3 e 5. Com base no movimento verificado no último exercício, estima-se que a quantidade média de parcelas a serem pagas é de 3,87 por pescador beneficiado.
- 64.** O benefício Bolsa de Qualificação Profissional destina-se a subvencionar trabalhadores com contrato de trabalho suspenso, devidamente matriculado em curso ou programa de qualificação profissional oferecido pelo empregador, conforme disposto em acordo ou convenção coletiva que autorizou a suspensão.
- 65.** Segundo informação da CGGB/SETRAB essa modalidade foi bastante procurada nos anos de 2020 e 2021, como forma utilizada pelos empregadores e empregados para minimizar os efeitos da diminuição da atividade econômica gerada pela Covid-19. Em razão disso, o número de trabalhadores beneficiados pela modalidade apresentou expressivo aumento nesse período, revertendo a tendência de queda verificada até 2019. Entretanto, após finalizado o exercício de 2022, verificou-se que a modalidade voltou a apresentar tendência de queda, inclusive seguindo novamente a média de redução de 9,45% ao ano verificada desde 2015.
- 66.** Assim, a estimativa de beneficiários dessa modalidade tem como base a quantidade de trabalhadores atendidos no exercício anterior, aplicado a esse número a expectativa de redução anual de 9,45%. Após a obtenção desse total, apura-se a despesa anual multiplicando-se o número de trabalhadores estimado pela média do valor das parcelas pagas por trabalhador (1,45 salário mínimo), pela quantidade de média de 3,79 parcelas por trabalhador.
- 67.** No caso do seguro-desemprego – Trabalhador Doméstico, a CGGB/SETRAB tomou por base o estoque de emprego doméstico disponibilizado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PDNAD para cálculo da estimativa da quantidade de trabalhadores com direito ao benefício disponibilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, cuja projeção é uma proporção da base, apurada no exercício de 2022.
- 68.** Em 2022, a relação entre segurados e estoque resultou no percentual de 11,12% sobre o estoque de emprego doméstico, a ser, ano a ano, ajustado pela taxa de crescimento da população ocupada no setor formal da economia, para apuração do número de beneficiários. Para obtenção do resultado anual da projeção foi considerado o número de beneficiários projetado, multiplicado por 3 parcelas de um salário mínimo.

69. O benefício do seguro-desemprego para o Trabalhador Resgatado decorre das ações de fiscalização, em consequência da identificação de trabalhadores em condições análogas à de trabalho escravo. Na projeção da despesa anual com pagamento desses benefícios, tomou-se por base o número de beneficiários de 2022, a taxa média de variação do número de beneficiários entre 2021 e 2022 (7,98%) e o número de três parcelas de um salário mínimo pagos aos trabalhadores resgatados.

70. Dessa forma, foram estimados os números de beneficiários do seguro-desemprego para os exercícios de 2023 a 2026.

**Quadro 9 - Projeções do número de beneficiários do seguro-desemprego – modalidades**

| Ano   | 2023             | 2024             | 2025             | 2026             |
|---|------------------|------------------|------------------|------------------|
| PAGAMENTO DO SEGURO DESEMPREGO - FORMAL                                       | 5.456.717        | 5.577.613        | 5.772.830        | 5.976.610        |
| PAGAMENTO DO SEGURO DESEMPREGO - PESCADOR ARTESANAL                           | 870.624          | 837.149          | 860.924          | 865.229          |
| BOLSA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA TRABALHADOR COM CONTR. TRAB. SUSPENSO | 31.825           | 35.300           | 31.964           | 28.943           |
| PAGAMENTO DO SEGURO DESEMPREGO - EMPREGADO DOMÉSTICO                          | 208.314          | 224.358          | 232.210          | 384.265          |
| PAGAMENTO DO SEGURO DESEMPREGO - TRABALHADOR RESGATADO                        | 2.297            | 2.579            | 2.785            | 2.799            |
| <b>TOTAL</b>  | <b>6.569.777</b> | <b>6.676.999</b> | <b>6.900.713</b> | <b>7.257.846</b> |

Fonte: CGGB/ DGB/SETRAB/MTE

71. Assim, com base na projeção do número de beneficiários e demais parâmetros apresentados, chegou-se às projeções de pagamentos de benefícios do seguro-desemprego para os exercícios de 2023 a 2026, distribuídos conforme apresentado no quadro 10:

**Quadro 10 - Projeções do pagamento dos beneficiários do seguro-desemprego** **R\$1,00**

| SEGURO-DESEMPREGO   | 2023                  | 2024                  | 2025                  | 2026                  |
|---|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| PAGAMENTO DO SEGURO DESEMPREGO - FORMAL                                       | 38.120.367.373        | 41.614.104.340        | 44.497.159.897        | 47.544.576.409        |
| PAGAMENTO DO SEGURO DESEMPREGO - PESCADOR ARTESANAL                           | 4.386.611.313         | 4.500.035.849         | 4.781.098.388         | 4.959.034.057         |
| PAGAMENTO DO SEGURO DESEMPREGO - EMPREGADO DOMÉSTICO                          | 813.653.107           | 934.899.786           | 999.664.050           | 1.707.289.395         |
| BOLSA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA TRABALHADOR COM CONTR. TRAB. SUSPENSO | 228.913.841           | 270.171.269           | 252.740.730           | 236.189.624           |
| PAGAMENTO DO SEGURO DESEMPREGO - TRABALHADOR RESGATADO                        | 8.969.735             | 10.746.693            | 11.989.425            | 12.435.957            |
| <b>Valor Total (R\$)</b>  | <b>43.558.515.369</b> | <b>47.329.957.937</b> | <b>50.542.652.490</b> | <b>54.459.525.442</b> |

Fonte: CGGB/ DGB/SETRAB/MTE

72. Estima-se que para cada Real de aumento no salário mínimo de 2023 incremente a despesa do seguro-desemprego em R\$ 33,45 milhões.

### Abono Salarial

73. O Abono Salarial é um direito assegurado constitucionalmente e concedido aos trabalhadores que recebem, em média, até dois salários mínimos por mês e exerceram atividade remunerada em pelo menos 30 dias no ano-base. A previsão legal para o pagamento do Abono está contida no art. 239, § 3º, da Constituição da República de 1988.

**74.** O valor devido a cada trabalhador elegível é calculado na proporção de um doze avos do valor do salário mínimo vigente na data do respectivo pagamento, multiplicando pelo número de meses trabalhados no ano correspondente, conforme disposto no § 2º do art. 9º da Lei nº 7.998/1990, com redação dada pela Lei nº 13.134/2015.

**75.** O número de trabalhadores beneficiários do abono salarial foi estimado a partir do estoque de emprego obtido pela base de dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS e do eSocial, referente ao ano de 2021. As projeções dos beneficiários para os exercícios de 2023 a 2026 foram elaboradas com base no estoque de trabalhadores formais, ajustado pela taxa de crescimento de crescimento da população ocupada com emprego formal no setor privado. A proporção de beneficiários em relação ao estoque de emprego tem se mostrado o parâmetro mais indicado para a estimativa de beneficiários, em razão da maior estabilidade do indicador ao longo da série histórica, em relação a outros parâmetros.

**76.** Ao número de identificados em cada exercício é aplicada a taxa de cobertura média do benefício para estimar o quantitativo de beneficiários previstos, pois, historicamente, há diferença no número de identificados em relação ao número de trabalhadores que efetivamente recebem o benefício. Após encontrar o possível quantitativo de trabalhadores beneficiários do abono salarial, passou-se à estimativa do valor a ser desembolsado.

**Quadro 11 - Projeções do número de beneficiários do abono salarial**

| Ano         | Estoque da RAIS (ano base) | Identificados na RAIS (54,09%) | Identificados na RAIS - Ajuste de um ano base | Projeção de Beneficiados - 98,4% dos Identificados |
|-------------|----------------------------|--------------------------------|---|--|
| <b>2021</b> | <b>48.728.871</b>          |                                |   |  |
| <b>2022</b> | <b>50.297.941</b>          |                                |   |  |
| <b>2023</b> | <b>52.058.369</b>          | <b>26.357.446</b>              | -   | <b>25.935.727</b>                                  |
| <b>2024</b> | <b>53.896.029</b>          | <b>27.206.156</b>              | -   | <b>26.770.858</b>                                  |
| <b>2025</b> | <b>55.820.117</b>          | <b>28.158.372</b>              | <b>14.576.181</b>                             | <b>42.050.800</b>                                  |
| <b>2026</b> |                            | <b>29.152.362</b>              | <b>14.576.181</b>                             | <b>43.028.886</b>                                  |

*Fonte: CGGB/ DGB/SETRAB/MTE*

**77.** Para os cálculos dos valores projetados para pagamento do benefício nos exercícios de 2023 a 2026 foi considerado que 54,09% dos identificados na RAIS são os elegíveis para receber o benefício. Porém, se estima que 98,4% dos identificados serão beneficiados.

**78.** A projeção da quantidade de beneficiários multiplicada pelo valor médio das parcelas a serem pagas, correspondente a 75% do salário mínimo, resultou na projeção do pagamento do benefício do abono no período. Para o exercício de 2025 é projetado o pagamento para os beneficiários do ano base de 2023 e metade dos beneficiários do ano base de 2024. No exercício de 2026, projeta-se o pagamento da outra metade dos beneficiários do ano base de 2024 e o pagamento dos beneficiários do ano base de 2025, cumprindo-se, dessa forma, a determinação do TCU e a recomendação da CGU de “realização dos empenhos do exercício corrente com base no processo de apuração da RAIS relativa ao exercício anterior”.

**79.** Ao avaliar o processo de auditoria financeira realizada com o objetivo de emitir conclusão sobre os demonstrativos contábeis do Fundo do Regime Geral de Previdência Social (FRGPS) e do FAT, referentes ao exercício de 2016, o Tribunal de Contas da União – TCU aprovou o Acórdão nº 2455/2017 – TCU – Plenário, de 08 de novembro de 2017, com a seguinte determinação: *“9.2.2.1. reconheça a despesa patrimonial com abono salarial, de modo que o registro contábil coincida com o fato gerador da despesa, que é o ano-base do direito adquirido, em obediência ao que preceitua o inciso II, art. 50, da Lei de Responsabilidade Fiscal (item II.2.1.1)”*.

**80.** Nos relatórios de Auditoria das contas do FAT dos exercícios de 2020 e 2021, a CGU apontou a necessidade de execução orçamentária das despesas do abono salarial, a ser registrada pelo regime de competência quando identificada a despesa, com o devido empenho.

**81.** Assim, tendo em vista os apontamentos dos órgãos de controle, espera-se que no exercício de 2025 seja possível identificar os beneficiários do abono salarial do ano base do exercício anterior, criando-se a possibilidade da recuperação do pagamento dos benefícios no ano seguinte ao ano trabalhado, em um processo de recuperação do pagamento de um ano base.

**82.** Estima-se que no exercício de 2024 seja necessário para pagamento do abono salarial o montante de R\$ 27,9 bilhões. Estima-se que, em exercício de 2023, o aumento de um Real no valor do salário mínimo acresça a despesa do abono em R\$ 18,7 milhões.

**83.** Para a ação de Gestão do Sistema Nacional de Emprego – SINE, cujos recursos são destinados essencialmente à transferência de recursos fundo a fundo a Governos Estaduais e a Prefeituras Municipais, os quais são os operadores da política de intermediação de mão de obra, a projeção para 2024 foi estimada em R\$ 300,0 milhões, em face da necessidade de reestruturação do sistema, e para os exercícios de 2025 e 2026, o valor do exercício anterior foi sucessivamente corrigido pelo IPCA. Para o exercício de 2023 foi considerado o valor de R\$ 119,9 milhões, fixado na LOA/2023.

**84.** Nas estimativas de gastos com as ações de qualificação profissional foram projetados valores considerando novos programas a serem apoiados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, com vista a contribuir para ampliação do processo de aumento de produtividade da economia e do incremento no tempo de manutenção do trabalhador em posto de trabalho. Para o exercício de 2022 foi considerado o valor estabelecido na LOA/2023, de R\$ 136,7 milhões, e para os exercícios de 2024 a 2026, com a perspectiva de implementação de novos projetos, estima-se em 2024 o orçamento de R\$ 2,0 bilhões; valor este sucessivamente aumentado em 1,5 vezes ao valor do exercício anterior, para os exercícios de 2025 e 2026.

**85.** Para Outras Despesas, relacionadas a: gastos com a manutenção dos programas (ações de apoio ao pagamento dos benefícios do seguro-desemprego e do abono salarial), Pesquisas sobre Emprego e Desemprego – PED, Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, continuidade da implementação do sistema informatizado de emissão da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, confecção e distribuição da CTPS, melhoria do atendimento ao trabalhador e orientações trabalhistas, estudos de avaliação, campanhas educativas e informativas, gestão do FAT e do CODEFAT e manutenção das unidades regionais da Secretarias de Trabalho nas Unidades da Federação, foi estimado para o exercício de

2023 o valor aprovado na LOA/2023. Para o exercício de 2024 a 2026, o valor do exercício anterior foi corrigido pela taxa inflação (IPCA) e pela taxa de crescimento da economia (PIB) do exercício anterior.

## RESULTADOS DO FAT NOS CONCEITOS ACIMA e ABAIXO DA LINHA

86. O quadro seguinte apresenta os resultados do FAT segundo os conceitos “acima da linha” e “abaixo da linha” onde se evidencia que, entre os exercícios de 2023 e 2026, as receitas do Fundo não serão suficientes para cumprir todas as suas obrigações, exceto em relação ao exercício de 2024, que apresenta resultado superavitário, no conceito “acima da linha”.

**Quadro 12- Demonstração de resultados no conceito acima e abaixo da linha estimada para os exercícios de 2023 a 2026**

| RECEITAS                                     | 2023               | 2024              | 2025               | 2026               |
|--|--------------------|-------------------|--------------------|--------------------|
|  | Projetadas         |                   |                    |                    |
| <b>I. Acima da Linha</b>                     | <b>56.751,85</b>   | <b>83.929,40</b>  | <b>88.865,82</b>   | <b>93.787,78</b>   |
| Contribuição PIS/PASEP                       | 56.217,19          | 83.612,74         | 88.523,85          | 93.381,93          |
| Cota-Parte da Contribuição Sindical          | 34,81              | 36,03             | 37,13              | 38,24              |
| Multas e Juros devidas ao FAT                | 47,98              | 49,67             | 51,17              | 52,71              |
| Restituição de Benef. do Seg.Desemp. e Abono | 425,60             | 203,76            | 225,66             | 286,05             |
| Outras Receitas Patrimoniais                 | 0,96               | 1,00              | 1,03               | 1,06               |
| <b>II. Abaixo da Linha</b>                   | <b>27.201,75</b>   | <b>27.795,80</b>  | <b>27.089,04</b>   | <b>26.474,94</b>   |
| Remuneração de Aplicações no Extramercado    | 6.264,07           | 3.913,73          | 2.796,31           | 1.537,83           |
| Remuneração de Depósitos Especiais           | 906,22             | 1.398,10          | 1.756,00           | 2.135,60           |
| Remuneração de Recursos Não Desembolsados    | 164,79             | 150,04            | 161,95             | 156,84             |
| Remuneração s/ Repasse para BNDES            | 19.866,67          | 22.333,94         | 22.374,78          | 22.644,67          |
| <b>TOTAL</b>                                 | <b>83.953,60</b>   | <b>111.725,20</b> | <b>115.954,86</b>  | <b>120.262,72</b>  |
| DESPEASAS                                    | 2023               | 2024              | 2025               | 2026               |
| Projetadas                                   |                    |                   |                    |                    |
| <b>III. Acima da Linha</b>                   | <b>68.556,94</b>   | <b>77.926,49</b>  | <b>99.092,82</b>   | <b>104.697,55</b>  |
| Seguro-Desemprego - Benefício                | 43.558,52          | 47.329,96         | 50.542,65          | 54.459,53          |
| Abono Salarial - Benefício                   | 24.360,59          | 27.888,54         | 44.807,37          | 44.960,42          |
| Qualificação Profissional                    | 136,66             | 2.000,00          | 3.000,00           | 4.500,00           |
| Atendimento ao Trabalhador                   | 119,89             | 300,00            | 310,56             | 319,97             |
| Outros Despesas                              | 381,28             | 408,00            | 432,24             | 457,63             |
| <b>IV. Abaixo da Linha</b>                   | <b>22.098,40</b>   | <b>23.411,57</b>  | <b>24.786,68</b>   | <b>26.146,94</b>   |
| Empréstimos ao BNDES                         | 22.098,40          | 23.411,57         | 24.786,68          | 26.146,94          |
| <b>TOTAL</b>                                 | <b>90.655,34</b>   | <b>101.338,06</b> | <b>123.879,50</b>  | <b>130.844,49</b>  |
| <b>RESULTADO ACIMA DA LINHA ( I - III )</b>  | <b>(11.805,09)</b> | <b>6.002,90</b>   | <b>(10.227,00)</b> | <b>(10.909,77)</b> |
| <b>RESULTADO ABAIXO DA LINHA ( II - IV )</b> | <b>5.103,35</b>    | <b>4.384,23</b>   | <b>2.302,36</b>    | <b>328,00</b>      |

Elaborado pelo DGF/SETRAB/MTE

87. Na análise do conceito “abaixo da linha”, as receitas financeiras do FAT registram valores maiores que as despesas financeiras, relativas à despesa de capital – repasses ao BNDES, que são empréstimos do FAT ao Banco. Nesse contexto, as projeções apontam o valor de R\$ 3,0 bilhões como resultado médio anual do superávit do FAT entre os exercícios de 2023 e 2026.

## CONCLUSÃO

88. Desde sua criação, o FAT vem cumprindo suas atribuições constitucionais com resultados econômicos superavitários, com impactos no Patrimônio Total do Fundo, que, ao final de 2022, chegou ao montante de R\$ 455,2 bilhões.

**89.** Nos exercícios de 2020, a crise sanitária do coronavírus Covid-19 trouxe graves impactos sobre a economia nacional e consequências financeiras sobre as finanças do FAT, que, mesmo diante do aumento de receitas, como resultado da aprovação da Emenda Constitucional nº 103, de 2019, o aumento nas despesas do Fundo gerou *déficit* em suas contas anuais. Em 2021, em função das ações de combate aos efeitos da crise sanitária, a economia apresentou crescimento de 4,6% no PIB, e em 2022, incremento de 2,9%, com reflexos sobre as receitas do Fundo, que contribuiu para apresentação de resultados superavitários nas contas do Fundo.

**90.** Para o exercício de 2023, as projeções apontam para a necessidade de aumento nos repasses de recursos da arrecadação PIS/PASEP para o FAT, no valor de R\$ 5,1 bilhões, para atendimento de suas obrigações e equilíbrio financeiro do Fundo no exercício.

**91.** Para o exercício de 2024, estima-se que o FAT execute despesas no valor de R\$ 101,3 bilhões, sendo R\$ 23,4 bilhões como despesas de capital (repasses ao BNDES) destinado a programas de desenvolvimento econômico; R\$ 75,2 bilhões como despesas de pagamento de benefícios do seguro-desemprego e do abono salarial, e R\$ 2,7 bilhões destinado a outras despesas do Fundo, que custeiam diversas ações financiadas com recursos do Fundo, tais como as de qualificação mão de obra, intermediação de emprego, carteira de trabalho, fomento à inclusão produtiva, estudos e pesquisas, e manutenção de sistemas de informática e processamento de dados, em apoio operacional ao pagamento de benefícios e a sistemas de informações.

**92.** Ressalta-se que, diante das propostas de alterações legislativas em análise no Congresso Nacional, especialmente a relacionada à reforma tributária, são necessárias ações governamentais para alertar a todos os atores envolvidos no processo de mudança legislativa, sobre a necessidade da manutenção de fontes de receitas do FAT para sustentação de suas obrigações constitucionais de custeio do Programa Seguro-Desemprego; do pagamento do abono salarial, de programas de educação profissional e tecnológica, e de destinar recursos para financiamento de desenvolvimento econômico; bem como de possibilitar as condições para a manutenção do equilíbrio financeiro do Fundo.

Documento Assinado eletronicamente

**MÁRCIO LEÃO COELHO**

Diretor

**Anexo IV**

**Metas Fiscais**

**IV.10 - Renúncia de Receita Administrada pela RFB e Previdência**

**Ano: 2024**

(Art. 4º, § 2º, inciso V, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000)

**QUADRO I**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - POR FUNÇÃO ORÇAMENTÁRIA - REGIONALIZADO**  
**(VALORES NOMINAIS)**

UNIDADE: R\$ 1,00

| FUNÇÃO ORÇAMENTÁRIA   | NORTE                 | NORDESTE               | CENTRO-OESTE           | SUDESTE                  | SUL                    | TOTAL                    |
|-----------------------|-----------------------|------------------------|------------------------|--------------------------|------------------------|--------------------------|
| Administração         | 1.985.956             | 7.385.010              | 95.231.730             | 222.133.929              | 18.726.950             | 345.463.575              |
| Agricultura           | 6.585.356.868         | 7.049.790.322          | 13.296.929.381         | 22.547.294.746           | 14.714.221.710         | 64.193.593.027           |
| Assistência Social    | 804.064.061           | 3.666.471.369          | 2.996.156.103          | 17.159.347.180           | 5.013.778.322          | 29.639.817.036           |
| Ciência e Tecnologia  | 2.072.854.388         | 605.871.989            | 312.452.320            | 12.840.731.689           | 3.565.717.172          | 19.397.627.558           |
| Comércio e Serviço    | 23.628.232.180        | 15.217.923.008         | 9.122.152.334          | 57.371.454.667           | 22.574.179.421         | 127.913.941.609          |
| Comunicações          | 2.808.401             | 3.862.869              | 3.803.561              | 7.602.067                | 2.889.182              | 20.966.081               |
| Cultura               | 88.699.034            | 305.057.431            | 94.969.718             | 3.478.537.847            | 502.336.508            | 4.469.600.536            |
| Defesa Nacional       | 0                     | 0                      | 0                      | 55.320.476               | 2.758.458              | 58.078.935               |
| Desporto e Lazer      | 182.255.680           | 416.012.730            | 299.708.866            | 2.382.999.527            | 646.020.514            | 3.926.997.317            |
| Direitos da Cidadania | 51.669.279            | 111.653.869            | 96.823.449             | 1.180.300.690            | 349.900.654            | 1.790.347.940            |
| Educação              | 705.541.600           | 2.739.234.517          | 1.399.381.917          | 9.806.132.809            | 3.355.610.411          | 18.005.901.253           |
| Encargos Especiais    | 0                     | 0                      | 0                      | 0                        | 0                      | 0                        |
| Energia               | 89.116.228            | 705.530.752            | 115.118.913            | 1.605.812.028            | 386.594.488            | 2.902.172.410            |
| Essencial à Justiça   | 0                     | 0                      | 0                      | 0                        | 0                      | 0                        |
| Gestão Ambiental      | 8.094.358             | 15.734.010             | 13.163.084             | 210.522.925              | 70.012.135             | 317.526.513              |
| Habitação             | 641.788.549           | 2.158.797.149          | 1.600.466.147          | 12.042.503.484           | 3.351.659.530          | 19.795.214.860           |
| Indústria             | 17.908.862.714        | 16.585.364.672         | 2.907.294.772          | 11.248.616.646           | 4.284.902.652          | 52.935.041.456           |
| Judiciária            | 0                     | 0                      | 0                      | 0                        | 0                      | 0                        |
| Legislativa           | 0                     | 0                      | 0                      | 0                        | 0                      | 0                        |
| Não definida          | 105.151.478           | 601.350.024            | 436.327.520            | 4.836.211.602            | 1.218.214.902          | 7.197.255.527            |
| Organização Agrária   | 3.083.064             | 29.912.801             | 1.103.939              | 9.940.550                | 16.041.289             | 60.081.643               |
| Relações Exteriores   | 0                     | 0                      | 0                      | 0                        | 0                      | 0                        |
| Saneamento            | 4.696.018             | 2.294.286              | 6.121.739              | 25.217.439               | 11.086.762             | 49.416.245               |
| Saúde                 | 2.381.673.759         | 8.039.193.767          | 9.720.352.902          | 48.171.136.392           | 9.292.728.507          | 77.605.085.327           |
| Segurança Pública     | 0                     | 0                      | 0                      | 0                        | 0                      | 0                        |
| Trabalho              | 1.501.578.114         | 6.408.858.251          | 4.539.381.538          | 26.500.799.509           | 7.905.209.016          | 46.855.826.428           |
| Transporte            | 251.816.308           | 798.564.875            | 425.134.506            | 6.758.983.266            | 435.876.991            | 8.670.375.947            |
| Urbanismo             | 0                     | 0                      | 0                      | 0                        | 0                      | 0                        |
| <b>TOTAL</b>          | <b>57.019.328.039</b> | <b>65.468.863.700</b>  | <b>47.482.074.440</b>  | <b>238.461.599.470</b>   | <b>77.718.465.574</b>  | <b>486.150.331.224</b>   |
| <b>ARRECADAÇÃO*</b>   | <b>67.264.122.200</b> | <b>193.068.629.884</b> | <b>290.190.172.953</b> | <b>1.638.075.365.350</b> | <b>395.089.129.679</b> | <b>2.583.687.420.067</b> |

\*Exceto CPSS

**QUADRO II**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - POR FUNÇÃO ORÇAMENTÁRIA - REGIONALIZADO**  
**(RAZÕES PERCENTUAIS)**

UNIDADE: %

| FUNÇÃO ORÇAMENTÁRIA          | NORTE        | NORDESTE     | CENTRO-OESTE | SUDESTE      | SUL          | TOTAL         |
|------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|---------------|
| Administração                | 0,57         | 2,14         | 27,57        | 64,30        | 5,42         | 100,00        |
| Agricultura                  | 10,26        | 10,98        | 20,71        | 35,12        | 22,92        | 100,00        |
| Assistência Social           | 2,71         | 12,37        | 10,11        | 57,89        | 16,92        | 100,00        |
| Ciência e Tecnologia         | 10,69        | 3,12         | 1,61         | 66,20        | 18,38        | 100,00        |
| Comércio e Serviço           | 18,47        | 11,90        | 7,13         | 44,85        | 17,65        | 100,00        |
| Comunicações                 | 13,39        | 18,42        | 18,14        | 36,26        | 13,78        | 100,00        |
| Cultura                      | 1,98         | 6,83         | 2,12         | 77,83        | 11,24        | 100,00        |
| Defesa Nacional              | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 95,25        | 4,75         | 100,00        |
| Desporto e Lazer             | 4,64         | 10,59        | 7,63         | 60,68        | 16,45        | 100,00        |
| Direitos da Cidadania        | 2,89         | 6,24         | 5,41         | 65,93        | 19,54        | 100,00        |
| Educação                     | 3,92         | 15,21        | 7,77         | 54,46        | 18,64        | 100,00        |
| Encargos Especiais           | -            | -            | -            | -            | -            | -             |
| Energia                      | 3,07         | 24,31        | 3,97         | 55,33        | 13,32        | 100,00        |
| Essencial à Justiça          | -            | -            | -            | -            | -            | -             |
| Gestão Ambiental             | 2,55         | 4,96         | 4,15         | 66,30        | 22,05        | 100,00        |
| Habitação                    | 3,24         | 10,91        | 8,09         | 60,84        | 16,93        | 100,00        |
| Indústria                    | 33,83        | 31,33        | 5,49         | 21,25        | 8,09         | 100,00        |
| Judiciária                   | -            | -            | -            | -            | -            | -             |
| Legislativa                  | -            | -            | -            | -            | -            | -             |
| Não definida                 | 1,46         | 8,36         | 6,06         | 67,20        | 16,93        | 100,00        |
| Organização Agrária          | 5,13         | 49,79        | 1,84         | 16,55        | 26,70        | 100,00        |
| Relações Exteriores          | -            | -            | -            | -            | -            | -             |
| Saneamento                   | 9,50         | 4,64         | 12,39        | 51,03        | 22,44        | 100,00        |
| Saúde                        | 3,07         | 10,36        | 12,53        | 62,07        | 11,97        | 100,00        |
| Segurança Pública            | -            | -            | -            | -            | -            | -             |
| Trabalho                     | 3,20         | 13,68        | 9,69         | 56,56        | 16,87        | 100,00        |
| Transporte                   | 2,90         | 9,21         | 4,90         | 77,95        | 5,03         | 100,00        |
| Urbanismo                    | -            | -            | -            | -            | -            | -             |
| <b>TOTAL</b>                 | <b>11,73</b> | <b>13,47</b> | <b>9,77</b>  | <b>49,05</b> | <b>15,99</b> | <b>100,00</b> |
| <b>GASTOS / ARRECADAÇÃO*</b> | <b>84,77</b> | <b>33,91</b> | <b>16,36</b> | <b>14,56</b> | <b>19,67</b> | <b>18,82</b>  |

\*Exceto CPSS

**QUADRO III**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024**  
**POR FUNÇÃO ORÇAMENTÁRIA E POR MODALIDADE DE GASTO**

UNIDADE: R\$ 1,00

| <b>FUNÇÃO ORÇAMENTÁRIA / GASTO TRIBUTÁRIO</b>                                   | <b>VALOR</b>           | <b>%</b>      |
|---|------------------------|---------------|
| <b>Administração</b>  | <b>345.463.575</b>     | <b>0,07%</b>  |
| Rede Arrecadadora   | 345.463.575            | 0,07%         |
| <b>Agricultura</b>  | <b>64.193.593.027</b>  | <b>13,20%</b> |
| Agricultura e Agroindústria - Defensivos agrícolas                              | 6.235.200.675          | 1,28%         |
| Agricultura e Agroindústria - Desoneração Cesta Básica                          | 36.952.294.809         | 7,60%         |
| Amazônia Ocidental  | 57.444.457             | 0,01%         |
| Exportação da Produção Rural  | 10.533.408.014         | 2,17%         |
| Fundos Constitucionais  | 77.192.359             | 0,02%         |
| Funrural  | 3.456.879.590          | 0,71%         |
| Investimentos em Infra-Estrutura  | 0                      | 0,00%         |
| Mercadorias Norte e Nordeste  | 86.826.935             | 0,02%         |
| REIDI   | 53.762                 | 0,00%         |
| Seguro Rural  | 711.270.391            | 0,15%         |
| SUDAM   | 1.138.079.906          | 0,23%         |
| SUDENE  | 1.594.191.006          | 0,33%         |
| Zona Franca de Manaus   | 3.309.624.798          | 0,68%         |
| Zona Franca de Manaus - Importação de Matéria-Prima                             | 0                      | 0,00%         |
| Zona Franca de Manaus - Importação de Bens de Capital                           | 0                      | 0,00%         |
| Zona Franca de Manaus - Matéria-Prima Produzida na ZFM                          | 0                      | 0,00%         |
| Zona Franca de Manaus e Área de Livre Comércio - Alíquotas Diferenciadas        | 41.126.324             | 0,01%         |
| Zona Franca de Manaus e Área de Livre Comércio - Aquisição de Mercadorias       | 0                      | 0,00%         |
| <b>Assistência Social</b>   | <b>29.639.817.036</b>  | <b>6,10%</b>  |
| Aposentadoria de Declarante com 65 Anos ou Mais                                 | 15.096.416.093         | 3,11%         |
| Automóveis - Pessoas Portadoras de Deficiência                                  | 1.308.028.174          | 0,27%         |
| Cadeira de Rodas e Aparelhos Assistivos   | 1.129.171.414          | 0,23%         |
| Doações a Entidades Cíveis Sem Fins Lucrativos                                  | 468.248.618            | 0,10%         |
| Doações de Bens para Entidades Filantrópicas                                    | 143.772                | 0,00%         |
| Dona de Casa  | 386.665.678            | 0,08%         |
| Entidades Filantrópicas   | 2.573.977.762          | 0,53%         |
| Entidades sem Fins Lucrativos - Associação Civil                                | 4.547.527.092          | 0,94%         |
| Entidades sem Fins Lucrativos - Filantrópica                                    | 4.129.638.433          | 0,85%         |
| <b>Ciência e Tecnologia</b>   | <b>19.397.627.558</b>  | <b>3,99%</b>  |
| Despesas com Pesquisas Científicas e Tecnológicas                               | 3.185.450.206          | 0,66%         |
| Entidades sem Fins Lucrativos - Científica                                      | 94.418.153             | 0,02%         |
| Evento Esportivo, Cultural e Científico   | 756.220                | 0,00%         |
| Informática e Automação   | 8.504.686.147          | 1,75%         |
| Inovação Tecnológica  | 6.840.506.840          | 1,41%         |
| Investimentos em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação                           | 0                      | 0,00%         |
| Máquinas e Equipamentos - CNPq  | 420.794.250            | 0,09%         |
| PADIS   | 349.060.400            | 0,07%         |
| Pesquisas Científicas   | 1.163.478              | 0,00%         |
| SUDAM   | 0                      | 0,00%         |
| SUDENE  | 0                      | 0,00%         |
| TI e TIC - Tecnologia de Informação e Tecnologia da Informação e da Comunicação | 791.865                | 0,00%         |
| <b>Comércio e Serviço</b>   | <b>127.913.941.609</b> | <b>26,31%</b> |
| Amazônia Ocidental  | 838.689.070            | 0,17%         |
| Áreas de Livre Comércio   | 613.666.364            | 0,13%         |
| Fundos Constitucionais  | 1.157.750.234          | 0,24%         |
| Mercadorias Norte e Nordeste  | 1.267.673.256          | 0,26%         |

**QUADRO III**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024**  
**POR FUNÇÃO ORÇAMENTÁRIA E POR MODALIDADE DE GASTO**

UNIDADE: R\$ 1,00

| FUNÇÃO ORÇAMENTÁRIA / GASTO TRIBUTÁRIO                                    | VALOR                 | %            |
|---|-----------------------|--------------|
| PERSE - Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos              | 4.295.492.401         | 0,88%        |
| Promoção de Produtos e Serviços Brasileiros                               | 11.267.894            | 0,00%        |
| Simplex Nacional  | 102.378.361.392       | 21,06%       |
| Zona Franca de Manaus   | 15.548.473.692        | 3,20%        |
| Zona Franca de Manaus - Importação de Matéria-Prima                       | 0                     | 0,00%        |
| Zona Franca de Manaus - Importação de Bens de Capital                     | 0                     | 0,00%        |
| Zona Franca de Manaus - Matéria-Prima Produzida na ZFM                    | 0                     | 0,00%        |
| Zona Franca de Manaus e Área de Livre Comércio - Alíquotas Diferenciadas  | 1.802.567.306         | 0,37%        |
| Zona Franca de Manaus e Área de Livre Comércio - Aquisição de Mercadorias | 0                     | 0,00%        |
| <b>Comunicações</b>   | <b>20.966.081</b>     | <b>0,00%</b> |
| Investimentos em Infra-Estrutura  | 20.966.081            | 0,00%        |
| <b>Cultura</b>  | <b>4.469.600.536</b>  | <b>0,92%</b> |
| Atividade Audiovisual   | 256.278.763           | 0,05%        |
| Entidades sem Fins Lucrativos - Cultural                                  | 113.917.917           | 0,02%        |
| Evento Esportivo, Cultural e Científico                                   | 756.220               | 0,00%        |
| Indústria Cinematográfica e Radiodifusão                                  | 20.128.740            | 0,00%        |
| Livros  | 1.819.876.956         | 0,37%        |
| Livros, Jornais e Periódicos  | 18.579.846            | 0,00%        |
| Programa Nacional de Apoio à Cultura                                      | 2.211.270.338         | 0,45%        |
| Programação   | 17.040.956            | 0,00%        |
| RECINE  | 11.750.800            | 0,00%        |
| <b>Defesa Nacional</b>  | <b>58.078.935</b>     | <b>0,01%</b> |
| RETID   | 58.078.935            | 0,01%        |
| <b>Desporto e Lazer</b>   | <b>3.926.997.317</b>  | <b>0,81%</b> |
| Entidades sem Fins Lucrativos - Recreativa                                | 490.740.639           | 0,10%        |
| Evento Esportivo, Cultural e Científico                                   | 756.220               | 0,00%        |
| Incentivo ao Desporto   | 802.276.931           | 0,17%        |
| TEF - Tributação Específica do Futebol                                    | 2.633.223.528         | 0,54%        |
| <b>Direitos da Cidadania</b>  | <b>1.790.347.940</b>  | <b>0,37%</b> |
| Entidades sem Fins Lucrativos - Associação Civil                          | 0                     | 0,00%        |
| Fundos da Criança e do Adolescente  | 798.356.532           | 0,16%        |
| Fundos do Idoso   | 426.290.171           | 0,09%        |
| Horário Eleitoral Gratuito  | 565.701.237           | 0,12%        |
| <b>Educação</b>   | <b>18.005.901.253</b> | <b>3,70%</b> |
| Despesas com Educação   | 5.241.356.071         | 1,08%        |
| Doações a Instituições de Ensino e Pesquisa                               | 75.692.842            | 0,02%        |
| Entidades Filantrópicas   | 4.058.459.338         | 0,83%        |
| Entidades sem Fins Lucrativos - Educação                                  | 5.177.167.801         | 1,06%        |
| PROUNI  | 3.402.359.873         | 0,70%        |
| Transporte Escolar  | 50.865.328            | 0,01%        |
| <b>Energia</b>  | <b>2.902.172.410</b>  | <b>0,60%</b> |
| Aerogeradores   | 214.896.719           | 0,04%        |
| Biodiesel   | 124.556.040           | 0,03%        |
| Gás Natural Liquefeito  | 147.734.290           | 0,03%        |
| Investimentos em Infra-Estrutura  | 691.612.039           | 0,14%        |
| REIDI   | 991.359.002           | 0,20%        |
| Termoeletricidade   | 732.014.320           | 0,15%        |
| <b>Gestão Ambiental</b>   | <b>317.526.513</b>    | <b>0,07%</b> |
| Reciclagem  | 317.526.513           | 0,07%        |

**QUADRO III**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024**  
**POR FUNÇÃO ORÇAMENTÁRIA E POR MODALIDADE DE GASTO**

UNIDADE: R\$ 1,00

| <b>FUNÇÃO ORÇAMENTÁRIA / GASTO TRIBUTÁRIO</b>                             | <b>VALOR</b>          | <b>%</b>      |
|---|-----------------------|---------------|
| <b>Habitação</b>  | <b>19.795.214.860</b> | <b>4,07%</b>  |
| Associações de Poupança e Empréstimo                                      | 41.751.356            | 0,01%         |
| Financiamentos Habitacionais  | 7.274.967.415         | 1,50%         |
| Minha Casa, Minha Vida  | 286.394.040           | 0,06%         |
| Poupança  | 12.192.102.048        | 2,51%         |
| <b>Indústria</b>  | <b>52.935.041.456</b> | <b>10,89%</b> |
| Amazônia Ocidental  | 252.755.610           | 0,05%         |
| Fundos Constitucionais  | 344.282.780           | 0,07%         |
| Mercadorias Norte e Nordeste  | 382.038.516           | 0,08%         |
| Petroquímica  | 1.186.690.000         | 0,24%         |
| Rota 2030   | 2.850.998.316         | 0,59%         |
| Setor Automotivo  | 6.543.573.099         | 1,35%         |
| Simplex Nacional  | 16.484.377.973        | 3,39%         |
| SUDAM   | 5.075.908.025         | 1,04%         |
| SUDENE  | 7.110.192.243         | 1,46%         |
| Zona Franca de Manaus   | 11.124.108.907        | 2,29%         |
| Zona Franca de Manaus - Importação de Matéria-Prima                       | 0                     | 0,00%         |
| Zona Franca de Manaus - Importação de Bens de Capital                     | 0                     | 0,00%         |
| Zona Franca de Manaus - Matéria-Prima Produzida na ZFM                    | 0                     | 0,00%         |
| Zona Franca de Manaus e Área de Livre Comércio - Alíquotas Diferenciadas  | 1.580.115.988         | 0,33%         |
| Zona Franca de Manaus e Área de Livre Comércio - Aquisição de Mercadorias | 0                     | 0,00%         |
| <b>Não definida</b>   | <b>7.197.255.527</b>  | <b>1,48%</b>  |
| Títulos de Crédito - Setor Imobiliário e do Agronegócio                   | 7.197.255.527         | 1,48%         |
| <b>Organização Agrária</b>  | <b>60.081.643</b>     | <b>0,01%</b>  |
| ITR   | 60.081.643            | 0,01%         |
| <b>Saneamento</b>   | <b>49.416.245</b>     | <b>0,01%</b>  |
| Investimentos em Infra-Estrutura  | 49.416.245            | 0,01%         |
| REIDI   | 0                     | 0,00%         |
| <b>Saúde</b>  | <b>77.605.085.327</b> | <b>15,96%</b> |
| Água Mineral  | 331.259.882           | 0,07%         |
| Assistência Médica, Odontológica e Farmacêutica a Empregados              | 13.046.837.698        | 2,68%         |
| Despesas Médicas  | 26.109.460.644        | 5,37%         |
| Entidades Filantrópicas   | 10.934.993.707        | 2,25%         |
| Entidades sem Fins Lucrativos - Assistência Social e Saúde                | 8.049.019.112         | 1,66%         |
| Equipamentos para uso médico, hospitalar, clínico ou laboratorial         | 25.595.964            | 0,01%         |
| Medicamentos  | 9.171.186.811         | 1,89%         |
| Produtos Químicos e Farmacêuticos   | 9.936.731.509         | 2,04%         |
| <b>Trabalho</b>   | <b>46.855.826.428</b> | <b>9,64%</b>  |
| Aposentadoria por Moléstia Grave ou Acidente                              | 23.605.747.704        | 4,86%         |
| Benefícios Previdenciários e FAPI   | 1.476.510.262         | 0,30%         |
| Empresa cidadã  | 316.609.582           | 0,07%         |
| Indenizações por Rescisão de Contrato de Trabalho                         | 10.363.290.596        | 2,13%         |
| MEI - Microempreendedor Individual  | 6.487.391.101         | 1,33%         |
| PAIT - Planos de Poupança e Investimento                                  | 6.151.676             | 0,00%         |
| Previdência Privada Fechada   | 293.507.433           | 0,06%         |
| Programa de Alimentação do Trabalhador                                    | 2.230.995.130         | 0,46%         |
| Seguro ou Pecúlio Pago por Morte ou Invalidez                             | 2.075.622.943         | 0,43%         |
| <b>Transporte</b>   | <b>8.670.375.947</b>  | <b>1,78%</b>  |
| Embarcações e Aeronaves   | 6.230.982.141         | 1,28%         |

**QUADRO III**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024**  
**POR FUNÇÃO ORÇAMENTÁRIA E POR MODALIDADE DE GASTO**

UNIDADE: R\$ 1,00

| <b>FUNÇÃO ORÇAMENTÁRIA / GASTO TRIBUTÁRIO</b> | <b>VALOR</b>           | <b>%</b>    |
|---|------------------------|-------------|
| Investimentos em Infra-Estrutura              | 239.005.767            | 0,05%       |
| Leasing de Aeronaves                          | 334.659.402            | 0,07%       |
| Motocicletas                                  | 275.430.027            | 0,06%       |
| REIDI   | 781.403.359            | 0,16%       |
| TAXI  | 298.739.961            | 0,06%       |
| Transporte Coletivo                           | 510.155.290            | 0,10%       |
| Trem de Alta Velocidade                       | 0                      | 0,00%       |
| <b>TOTAL</b>                                  | <b>486.150.331.224</b> | <b>100%</b> |



**QUADRO IV**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024**  
**POR FUNÇÃO ORÇAMENTÁRIA E MODALIDADE DE GASTO - REGIONALIZADO**

UNIDADE: R\$ 100

| FUNÇÃO ORÇAMENTÁRIA / GASTO TRIBUTÁRIO |  | NORTE                 | NORDESTE              | CENTRO-OESTE          | SUDESTE                | SUL                   | TOTAL                  |
|--|--|-----------------------|-----------------------|-----------------------|------------------------|-----------------------|------------------------|
|  | Associações de Poupança e Empréstimo                                     | 0                     | 0                     | 41.751.356            | 0                      | 0                     | 41.751.356             |
|  | Financiamentos Habitacionais   | 457.145.543           | 1.031.867.795         | 756.455.739           | 3.778.876.247          | 1.250.622.091         | 7.274.967.415          |
|  | Minha Casa, Minha Vida   | 6.517.116             | 108.246.491           | 63.123.192            | 71.117.583             | 37.389.658            | 286.394.040            |
|  | Poupança   | 178.125.890           | 1.018.682.863         | 739.135.860           | 8.192.509.654          | 2.063.647.781         | 12.192.102.048         |
| <b>Indústria</b>                       |  | <b>17.908.862.714</b> | <b>16.585.364.672</b> | <b>2.907.294.772</b>  | <b>11.248.616.646</b>  | <b>4.284.902.652</b>  | <b>52.935.041.456</b>  |
|  | Amazônia Ocidental   | 252.755.610           | 0                     | 0                     | 0                      | 0                     | 252.755.610            |
|  | Fundos Constitucionais   | 83.828.318            | 178.987.533           | 69.478.248            | 11.988.681             | 0                     | 344.282.780            |
|  | Mercadorias Norte e Nordeste   | 204.534.656           | 177.503.860           | 0                     | 0                      | 0                     | 382.038.516            |
|  | Petroquímica   | 0                     | 448.179.291           | 0                     | 343.932.375            | 394.578.334           | 1.186.690.000          |
|  | Rota 2030  | 0                     | 344.777.578           | 31.191.163            | 2.163.158.201          | 311.871.373           | 2.850.998.316          |
|  | Sector Automotivo  | 0                     | 6.143.570.821         | 400.002.278           | 0                      | 0                     | 6.543.573.099          |
|  | Simples Nacional   | 613.661.600           | 2.182.153.347         | 1.380.572.693         | 8.729.537.389          | 3.578.452.945         | 16.484.377.973         |
|  | SUDAM  | 4.049.857.635         | 0                     | 1.026.050.390         | 0                      | 0                     | 5.075.908.025          |
|  | SUDENE   | 0                     | 7.110.192.243         | 0                     | 0                      | 0                     | 7.110.192.243          |
|  | Zona Franca de Manaus  | 11.124.108.907        | 0                     | 0                     | 0                      | 0                     | 11.124.108.907         |
|  | Zona Franca de Manaus - Importação de Matéria-Prima                      | 0                     | 0                     | 0                     | 0                      | 0                     | 0                      |
|  | Zona Franca de Manaus - Importação de Bens de Capital                    | 0                     | 0                     | 0                     | 0                      | 0                     | 0                      |
|  | Zona Franca de Manaus - Matéria-Prima Produzida na ZFM                   | 0                     | 0                     | 0                     | 0                      | 0                     | 0                      |
|  | Zona Franca de Manaus e Área de Livre Comércio - Alíquotas Diferenciadas | 1.580.115.988         | 0                     | 0                     | 0                      | 0                     | 1.580.115.988          |
|  | Zona Franca de Manaus e Área de Livre Comércio - Aquisição de Mercadoria | 0                     | 0                     | 0                     | 0                      | 0                     | 0                      |
| <b>Não definida</b>                    |  | <b>105.151.478</b>    | <b>601.350.024</b>    | <b>436.327.520</b>    | <b>4.836.211.602</b>   | <b>1.218.214.902</b>  | <b>7.197.255.527</b>   |
|  | Títulos de Crédito - Setor Imobiliário e do Agronegócio                  | 105.151.478           | 601.350.024           | 436.327.520           | 4.836.211.602          | 1.218.214.902         | 7.197.255.527          |
| <b>Organização Agrária</b>             |  | <b>3.083.064</b>      | <b>29.912.801</b>     | <b>1.103.939</b>      | <b>9.940.550</b>       | <b>16.041.289</b>     | <b>60.081.643</b>      |
|  | ITR  | 3.083.064             | 29.912.801            | 1.103.939             | 9.940.550              | 16.041.289            | 60.081.643             |
| <b>Saneamento</b>                      |  | <b>4.696.018</b>      | <b>2.294.286</b>      | <b>6.121.739</b>      | <b>25.217.439</b>      | <b>11.086.762</b>     | <b>49.416.245</b>      |
|  | Investimentos em Infra-Estrutura   | 4.696.018             | 2.294.286             | 6.121.739             | 25.217.439             | 11.086.762            | 49.416.245             |
|  | REIDI  | 0                     | 0                     | 0                     | 0                      | 0                     | 0                      |
| <b>Saúde</b>                           |  | <b>2.381.673.759</b>  | <b>8.039.193.767</b>  | <b>9.720.352.902</b>  | <b>48.171.136.392</b>  | <b>9.292.728.507</b>  | <b>77.605.085.327</b>  |
|  | Água Mineral   | 5.748.559             | 107.719.430           | 10.811.753            | 147.394.959            | 59.585.180            | 331.259.882            |
|  | Assistência Médica, Odontológica e Farmacêutica a Empregados             | 234.127.726           | 894.951.098           | 897.368.677           | 9.704.758.211          | 1.315.631.985         | 13.046.837.698         |
|  | Despesas Médicas   | 1.411.472.207         | 4.443.378.601         | 3.215.180.241         | 13.517.208.681         | 3.522.220.914         | 26.109.460.644         |
|  | Entidades Filantrópicas  | 54.055.526            | 1.464.357.502         | 688.529.841           | 7.052.521.648          | 1.675.529.190         | 10.934.993.707         |
|  | Entidades sem Fins Lucrativos - Assistência Social e Saúde               | 246.463.249           | 697.837.711           | 2.681.500.079         | 3.455.233.110          | 967.984.962           | 8.049.019.112          |
|  | Equipamentos para uso médico, hospitalar, clínico ou laboratorial        | 646.714               | 6.094.912             | 1.524.640             | 14.144.023             | 3.185.676             | 25.595.964             |
|  | Medicamentos   | 320.592.401           | 116.236.708           | 742.935.165           | 7.541.302.553          | 450.119.983           | 9.171.186.811          |
|  | Produtos Químicos e Farmacêuticos  | 108.567.376           | 308.617.805           | 1.482.502.505         | 6.738.573.206          | 1.298.470.617         | 9.936.731.509          |
| <b>Trabalho</b>                        |  | <b>1.501.578.114</b>  | <b>6.408.858.251</b>  | <b>4.539.381.538</b>  | <b>26.500.799.509</b>  | <b>7.905.209.016</b>  | <b>46.855.826.428</b>  |
|  | Aposentadoria por Moléstia Grave ou Acidente                             | 877.617.742           | 4.068.644.174         | 2.830.746.951         | 11.798.135.930         | 4.030.602.907         | 23.605.747.704         |
|  | Benefícios Previdenciários e FAPI  | 35.367.392            | 20.263.142            | 150.578.604           | 1.181.249.929          | 89.051.195            | 1.476.510.262          |
|  | Empresa cidadã   | 6.505.310             | 8.471.069             | 10.804.062            | 249.661.190            | 41.167.950            | 316.609.582            |
|  | Indenizações por Rescisão de Contrato de Trabalho                        | 217.414.024           | 854.174.295           | 684.588.767           | 6.774.268.787          | 1.832.844.723         | 10.363.290.596         |
|  | MEI - Microempreendedor Individual                                       | 239.908.761           | 1.090.562.782         | 520.397.300           | 3.434.736.434          | 1.201.785.824         | 6.487.391.101          |
|  | PAIT - Planos de Poupança e Investimento                                 | 488                   | 245.131               | 35.733                | 2.971.020              | 2.899.304             | 6.151.676              |
|  | Previdência Privada Fechada  | 0                     | 33.752.064            | 102.426.497           | 123.709.573            | 33.619.300            | 293.507.433            |
|  | Programa de Alimentação do Trabalhador                                   | 79.728.429            | 163.394.407           | 97.769.187            | 1.575.128.782          | 314.974.326           | 2.230.995.130          |
|  | Seguro ou Pecúlio Pago por Morte ou Invalidez                            | 45.035.969            | 169.351.188           | 142.034.437           | 1.360.937.863          | 358.263.487           | 2.075.622.943          |
| <b>Transporte</b>                      |  | <b>251.816.308</b>    | <b>798.564.875</b>    | <b>425.134.506</b>    | <b>6.758.983.266</b>   | <b>435.876.991</b>    | <b>8.670.375.947</b>   |
|  | Embarcações e Aeronaves  | 181.444.257           | 503.446.277           | 152.576.319           | 5.143.654.825          | 249.860.644           | 6.230.982.141          |
|  | Investimentos em Infra-Estrutura   | 15.371.867            | 2.503.573             | 17.325.581            | 169.775.736            | 34.029.010            | 239.005.767            |
|  | Leasing de Aeronaves   | 0                     | 0                     | 0                     | 331.968.629            | 2.690.774             | 334.659.402            |
|  | Motocicletas   | 27.965.766            | 66.516.013            | 28.488.989            | 113.916.658            | 38.542.601            | 275.430.027            |
|  | REIDI  | 0                     | 10.731.570            | 176.496.400           | 590.790.261            | 3.385.127             | 781.403.359            |
|  | TAXI   | 11.726.744            | 116.742.812           | 16.204.582            | 130.764.934            | 23.300.889            | 298.739.961            |
|  | Transporte Coletivo  | 15.307.675            | 98.624.630            | 34.042.634            | 278.112.224            | 84.068.126            | 510.155.290            |
|  | Trem de Alta Velocidade  | 0                     | 0                     | 0                     | 0                      | 0                     | 0                      |
|  | <b>TOTAL</b>   | <b>57.019.328.039</b> | <b>65.468.863.700</b> | <b>47.482.074.440</b> | <b>238.461.599.470</b> | <b>77.718.465.574</b> | <b>486.150.331.224</b> |

**QUADRO V**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024**  
**CONSOLIDAÇÃO POR FUNÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

UNIDADE: R\$ 1,00

| <b>FUNÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b> | <b>VALOR</b>           | <b>%</b>    |
|----------------------------|------------------------|-------------|
| Comércio e Serviço         | 127.913.941.609        | 26,31%      |
| Saúde                      | 77.605.085.327         | 15,96%      |
| Agricultura                | 64.193.593.027         | 13,20%      |
| Indústria                  | 52.935.041.456         | 10,89%      |
| Trabalho                   | 46.855.826.428         | 9,64%       |
| Assistência Social         | 29.639.817.036         | 6,10%       |
| Habitação                  | 19.795.214.860         | 4,07%       |
| Ciência e Tecnologia       | 19.397.627.558         | 3,99%       |
| Educação                   | 18.005.901.253         | 3,70%       |
| Transporte                 | 8.670.375.947          | 1,78%       |
| Não definida               | 7.197.255.527          | 1,48%       |
| Cultura                    | 4.469.600.536          | 0,92%       |
| Desporto e Lazer           | 3.926.997.317          | 0,81%       |
| Energia                    | 2.902.172.410          | 0,60%       |
| Direitos da Cidadania      | 1.790.347.940          | 0,37%       |
| Administração              | 345.463.575            | 0,07%       |
| Gestão Ambiental           | 317.526.513            | 0,07%       |
| Organização Agrária        | 60.081.643             | 0,01%       |
| Defesa Nacional            | 58.078.935             | 0,01%       |
| Saneamento                 | 49.416.245             | 0,01%       |
| Comunicações               | 20.966.081             | 0,00%       |
| <b>TOTAL</b>               | <b>486.150.331.224</b> | <b>100%</b> |

**QUADRO VI**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - CONSOLIDAÇÃO POR TIPO DE TRIBUTOS**  
**VALORES NOMINAIS E PERCENTUAIS**

UNIDADE: R\$ 1,00

| TRIBUTOS  | VALOR                     | PART. %       |               |                    |
|---|---------------------------|---------------|---------------|--------------------|
|   |                           | PIB           | ARRECAÇÃO     | GASTOS TRIBUTÁRIOS |
| Imposto sobre Importação - II   | 6.394.349.966             | 0,06          | 0,25          | 1,32               |
| Imposto sobre a Renda Pessoa Física - IRPF  | 83.028.955.688            | 0,72          | 3,21          | 17,08              |
| Imposto sobre a Renda Pessoa Jurídica - IRPJ  | 87.476.614.858            | 0,76          | 3,39          | 17,99              |
| Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - IRRF  | 20.262.229.520            | 0,18          | 0,78          | 4,17               |
| Imposto sobre Produtos Industrializados - Operações Internas - IPI-Interno            | 33.460.250.998            | 0,29          | 1,30          | 6,88               |
| Imposto sobre Produtos Industrializados - Vinculado à Importação - IPI-Vinculado      | 5.897.413.658             | 0,05          | 0,23          | 1,21               |
| Imposto sobre Operações Financeiras - IOF   | 10.019.038.178            | 0,09          | 0,39          | 2,06               |
| Imposto sobre Propriedade Territorial Rural - ITR                                     | 60.081.643                | 0,00          | 0,00          | 0,01               |
| Contribuição Social para o PIS-PASEP  | 24.156.060.154            | 0,21          | 0,93          | 4,97               |
| Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL                                      | 24.429.929.013            | 0,21          | 0,95          | 5,03               |
| Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS                       | 116.353.455.218           | 1,01          | 4,50          | 23,93              |
| Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE                               | 797.093                   | 0,00          | 0,00          | 0,00               |
| Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM                       | 2.905.314.939             | 0,03          | 0,11          | 0,60               |
| Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE | 17.040.956                | 0,00          | 0,00          | 0,00               |
| Contribuição para a Previdência Social  | 71.688.799.341            | 0,62          | 2,77          | 14,75              |
| <b>TOTAL</b>  | <b>486.150.331.224</b>    | <b>4,23</b>   | <b>18,82</b>  | <b>100,00</b>      |
| <b>ARRECAÇÃO*</b>   | <b>2.583.687.420.067</b>  | <b>22,46</b>  | <b>100,00</b> |                    |
| <b>PIB</b>  | <b>11.502.468.943.942</b> | <b>100,00</b> |               |                    |

\*Exceto CPSS

**QUADRO VII**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024**  
**POR TIPO DE TRIBUTO E GASTO TRIBUTÁRIO**

UNIDADE: R\$ 1,00

| TRIBUTO / GASTO TRIBUTARIO  | VALOR                 | PART. %     |             |                    |
|---|-----------------------|-------------|-------------|--------------------|
|   |                       | PIB         | ARRECAÇÃO   | GASTOS TRIBUTÁRIOS |
| <b>I. Imposto sobre Importação - II</b>   | <b>6.394.349.966</b>  | <b>0,06</b> | <b>0,25</b> | <b>1,32</b>        |
| 1 Áreas de Livre Comércio   | 18.721.008            | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 2 Embarcações e Aeronaves   | 540.954.804           | 0,00        | 0,02        | 0,11               |
| 3 Evento Esportivo, Cultural e Científico   | 1.171.905             | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 4 Máquinas e Equipamentos - CNPq  | 130.266.587           | 0,00        | 0,01        | 0,03               |
| 5 PADIS   | 31.491.478            | 0,00        | 0,00        | 0,01               |
| 6 RECINE  | 396.878               | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 7 Zona Franca de Manaus   | 5.671.347.306         | 0,05        | 0,22        | 1,17               |
| <b>II. Imposto sobre a Renda Pessoa Física - IRPF</b>                                       | <b>83.028.955.688</b> | <b>0,72</b> | <b>3,21</b> | <b>17,08</b>       |
| 1 Aposentadoria de Declarante com 65 Anos ou Mais   | 15.096.416.093        | 0,13        | 0,58        | 3,11               |
| 2 Aposentadoria por Moléstia Grave ou Acidente  | 23.605.747.704        | 0,21        | 0,91        | 4,86               |
| 3 Atividade Audiovisual   | 1.775.208             | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 4 Despesas com Educação   | 5.241.356.071         | 0,05        | 0,20        | 1,08               |
| 5 Despesas Médicas  | 26.109.460.644        | 0,23        | 1,01        | 5,37               |
| 6 Fundos da Criança e do Adolescente  | 341.289.726           | 0,00        | 0,01        | 0,07               |
| 7 Fundos do Idoso   | 14.685.143            | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 8 Incentivo ao Desporto   | 9.039.115             | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 9 Indenizações por Rescisão de Contrato de Trabalho   | 10.363.290.596        | 0,09        | 0,40        | 2,13               |
| 10 Programa Nacional de Apoio à Cultura   | 59.370.687            | 0,00        | 0,00        | 0,01               |
| 11 Reciclagem   | 110.901.759           | 0,00        | 0,00        | 0,02               |
| 12 Seguro ou Pecúlio Pago por Morte ou Invalidez  | 2.075.622.943         | 0,02        | 0,08        | 0,43               |
| <b>III. Imposto sobre a Renda Pessoa Jurídica - IRPJ</b>                                    | <b>87.476.614.858</b> | <b>0,76</b> | <b>3,39</b> | <b>17,99</b>       |
| 1 Assistência Médica, Odontológica e Farmacêutica a Empregados                              | 9.593.263.013         | 0,08        | 0,37        | 1,97               |
| 2 Associações de Poupança e Empréstimo  | 19.908.677            | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 3 Atividade Audiovisual   | 79.042.415            | 0,00        | 0,00        | 0,02               |
| 4 Benefícios Previdenciários e FAPI   | 1.085.669.310         | 0,01        | 0,04        | 0,22               |
| 5 Despesas com Pesquisas Científicas e Tecnológicas   | 3.185.450.206         | 0,03        | 0,12        | 0,66               |
| 6 Doações a Entidades Cíveis Sem Fins Lucrativos  | 344.300.454           | 0,00        | 0,01        | 0,07               |
| 7 Doações a Instituições de Ensino e Pesquisa   | 55.656.502            | 0,00        | 0,00        | 0,01               |
| 8 Empresa cidadã  | 316.609.582           | 0,00        | 0,01        | 0,07               |
| 9 Entidades sem Fins Lucrativos - Assistência Social e Saúde                                | 3.699.446.392         | 0,03        | 0,14        | 0,76               |
| 10 Entidades sem Fins Lucrativos - Associação Civil   | 2.041.991.180         | 0,02        | 0,08        | 0,42               |
| 11 Entidades sem Fins Lucrativos - Científica   | 36.463.336            | 0,00        | 0,00        | 0,01               |
| 12 Entidades sem Fins Lucrativos - Cultural   | 49.467.814            | 0,00        | 0,00        | 0,01               |
| 13 Entidades sem Fins Lucrativos - Educação   | 1.870.219.652         | 0,02        | 0,07        | 0,38               |
| 14 Entidades sem Fins Lucrativos - Filantrópica   | 1.050.696.617         | 0,01        | 0,04        | 0,22               |
| 15 Entidades sem Fins Lucrativos - Recreativa   | 112.931.976           | 0,00        | 0,00        | 0,02               |
| 16 Fundos da Criança e do Adolescente   | 457.066.806           | 0,00        | 0,02        | 0,09               |
| 17 Fundos do Idoso  | 411.605.028           | 0,00        | 0,02        | 0,08               |
| 18 Horário Eleitoral Gratuito   | 565.701.237           | 0,00        | 0,02        | 0,12               |
| 19 Incentivo ao Desporto  | 793.237.816           | 0,01        | 0,03        | 0,16               |
| 20 Informática e Automação  | 6.803.748.918         | 0,06        | 0,26        | 1,40               |
| 21 Inovação Tecnológica   | 5.027.357.622         | 0,04        | 0,19        | 1,03               |
| 22 Investimentos em Infra-Estrutura   | 674.610.053           | 0,01        | 0,03        | 0,14               |
| 23 Investimentos em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação                                    | 0                     | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 24 Minha Casa, Minha Vida   | 88.782.153            | 0,00        | 0,00        | 0,02               |
| 25 PADIS  | 251.191.736           | 0,00        | 0,01        | 0,05               |
| 26 PAIT - Planos de Poupança e Investimento   | 6.151.676             | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 27 PERSE - Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos                             | 1.118.222.212         | 0,01        | 0,04        | 0,23               |
| 28 Previdência Privada Fechada  | 183.442.146           | 0,00        | 0,01        | 0,04               |
| 29 Programa de Alimentação do Trabalhador   | 2.230.995.130         | 0,02        | 0,09        | 0,46               |
| 30 Programa Nacional de Apoio à Cultura   | 2.151.899.652         | 0,02        | 0,08        | 0,44               |
| 31 PROUNI   | 1.680.554.070         | 0,01        | 0,07        | 0,35               |
| 32 Reciclagem   | 206.624.754           | 0,00        | 0,01        | 0,04               |
| 33 Simples Nacional   | 26.175.912.458        | 0,23        | 1,01        | 5,38               |
| 34 SUDAM  | 6.213.987.931         | 0,05        | 0,24        | 1,28               |
| 35 SUDENE   | 8.704.383.249         | 0,08        | 0,34        | 1,79               |
| 36 TEF - Tributação Específica do Futebol   | 189.231.220           | 0,00        | 0,01        | 0,04               |
| 37 TI e TIC - Tecnologia de Informação e Tecnologia da Informação e da Comunicação          | 791.865               | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| <b>IV. Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - IRRF</b>                                     | <b>20.262.229.520</b> | <b>0,18</b> | <b>0,78</b> | <b>4,17</b>        |
| 1 Associações de Poupança e Empréstimo  | 21.842.680            | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 2 Atividade Audiovisual   | 175.461.140           | 0,00        | 0,01        | 0,04               |
| 3 Entidades sem Fins Lucrativos - Associação Civil  | 0                     | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 4 Entidades sem Fins Lucrativos - Cultural  | 0                     | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 5 Inovação Tecnológica  | 3.250.750             | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 6 Investimentos em Infra-Estrutura  | 326.390.079           | 0,00        | 0,01        | 0,07               |
| 7 Investimentos em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação                                     | 0                     | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 8 Leasing de Aeronaves  | 334.659.402           | 0,00        | 0,01        | 0,07               |
| 9 Poupança  | 12.192.102.048        | 0,11        | 0,47        | 2,51               |
| 10 Promoção de Produtos e Serviços Brasileiros  | 11.267.894            | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 11 Títulos de Crédito - Setor Imobiliário e do Agronegócio                                  | 7.197.255.527         | 0,06        | 0,28        | 1,48               |
| <b>V. Imposto sobre Produtos Industrializados - Operações Internas - IPI-Interno</b>        | <b>33.460.250.998</b> | <b>0,29</b> | <b>1,30</b> | <b>6,88</b>        |
| 1 Áreas de Livre Comércio   | 577.986.509           | 0,01        | 0,02        | 0,12               |
| 2 Automóveis - Pessoas Portadoras de Deficiência  | 1.169.064.692         | 0,01        | 0,05        | 0,24               |
| 3 Embarcações e Aeronaves   | 11.889.649            | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 4 Inovação Tecnológica  | 49.724                | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 5 PADIS   | 0                     | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 6 RECINE  | 131.856               | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 7 RETID   | 14.847.204            | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 8 Rota 2030   | 2.850.998.316         | 0,02        | 0,11        | 0,59               |
| 9 Setor Automotivo  | 6.543.573.099         | 0,06        | 0,25        | 1,35               |
| 10 Simples Nacional   | 3.206.065.023         | 0,03        | 0,12        | 0,66               |
| 11 TAXI   | 259.558.470           | 0,00        | 0,01        | 0,05               |
| 12 Zona Franca de Manaus  | 18.826.086.457        | 0,16        | 0,73        | 3,87               |
| <b>VI. Imposto sobre Produtos Industrializados - Vinculado à Importação - IPI-Vinculado</b> | <b>5.897.413.658</b>  | <b>0,05</b> | <b>0,23</b> | <b>1,21</b>        |
| 1 Áreas de Livre Comércio   | 16.958.847            | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 2 Embarcações e Aeronaves   | 328.930.171           | 0,00        | 0,01        | 0,07               |
| 3 Evento Esportivo, Cultural e Científico   | 900.688               | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 4 Máquinas e Equipamentos - CNPq  | 52.465.832            | 0,00        | 0,00        | 0,01               |
| 5 PADIS   | 54.428                | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 6 RECINE  | 6.611.336             | 0,00        | 0,00        | 0,00               |

**QUADRO VII**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024**  
**POR TIPO DE TRIBUTO E GASTO TRIBUTÁRIO**

UNIDADE: R\$ 1,00

| TRIBUTO / GASTO TRIBUTARIO   | VALOR                  | PART. %     |             |                    |
|--|------------------------|-------------|-------------|--------------------|
|  |                        | PIB         | ARRECAÇÃO   | GASTOS TRIBUTÁRIOS |
| 7 RETID  | 6.718.723              | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 8 Zona Franca de Manaus  | 5.484.773.633          | 0,05        | 0,21        | 1,13               |
| <b>VII. Imposto sobre Operações Financeiras - IOF</b>                        | <b>10.019.038.178</b>  | <b>0,09</b> | <b>0,39</b> | <b>2,06</b>        |
| 1 Automóveis - Pessoas Portadoras de Deficiência                             | 138.963.482            | 0,00        | 0,01        | 0,03               |
| 2 Entidades sem Fins Lucrativos - Associação Civil                           | 0                      | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 3 Entidades sem Fins Lucrativos - Cultural                                   | 0                      | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 4 Financiamentos Habitacionais   | 7.274.967.415          | 0,06        | 0,28        | 1,50               |
| 5 Fundos Constitucionais   | 1.579.225.373          | 0,01        | 0,06        | 0,32               |
| 6 Motocicletas   | 275.430.027            | 0,00        | 0,01        | 0,06               |
| 7 Seguro Rural   | 711.270.391            | 0,01        | 0,03        | 0,15               |
| 8 TAXI   | 39.181.491             | 0,00        | 0,00        | 0,01               |
| <b>VIII. Contribuição Social para o PIS-PASEP</b>                            | <b>24.156.060.154</b>  | <b>0,21</b> | <b>0,93</b> | <b>4,97</b>        |
| 1 Aerogeradores  | 38.403.242             | 0,00        | 0,00        | 0,01               |
| 2 Agricultura e Agroindústria - Defensivos agrícolas                         | 1.112.224.985          | 0,01        | 0,04        | 0,23               |
| 3 Agricultura e Agroindústria - Desoneração Cesta Básica                     | 6.593.922.158          | 0,06        | 0,26        | 1,36               |
| 4 Água Mineral   | 59.244.556             | 0,00        | 0,00        | 0,01               |
| 5 Biodiesel  | 22.217.615             | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 6 Cadeira de Rodas e Aparelhos Assistivos                                    | 201.484.853            | 0,00        | 0,01        | 0,04               |
| 7 Embarcações e Aeronaves  | 955.325.795            | 0,01        | 0,04        | 0,20               |
| 8 Entidades Filantrópicas  | 716.205.847            | 0,01        | 0,03        | 0,15               |
| 9 Entidades sem Fins Lucrativos - Associação Civil                           | 0                      | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 10 Entidades sem Fins Lucrativos - Cultural                                  | 0                      | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 11 Equipamentos para uso médico, hospitalar, clínico ou laboratorial         | 4.563.442              | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 12 Evento Esportivo, Cultural e Científico                                   | 35.030                 | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 13 Gás Natural Liquefeito  | 26.403.575             | 0,00        | 0,00        | 0,01               |
| 14 Indústria Cinematográfica e Radiodifusão                                  | 3.591.414              | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 15 Livros  | 324.516.383            | 0,00        | 0,01        | 0,07               |
| 16 Máquinas e Equipamentos - CNPq  | 41.357.911             | 0,00        | 0,00        | 0,01               |
| 17 Medicamentos  | 1.609.966.930          | 0,01        | 0,06        | 0,33               |
| 18 Minha Casa, Minha Vida  | 25.775.464             | 0,00        | 0,00        | 0,01               |
| 19 PADIS   | 2.350.874              | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 20 PERSE - Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos              | 452.910.285            | 0,00        | 0,02        | 0,09               |
| 21 Petroquímica  | 211.916.778            | 0,00        | 0,01        | 0,04               |
| 22 Produtos Químicos e Farmacêuticos   | 1.759.234.453          | 0,02        | 0,07        | 0,36               |
| 23 PROUNI  | 227.480.629            | 0,00        | 0,01        | 0,05               |
| 24 RECINE  | 823.779                | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 25 REIDI   | 316.291.238            | 0,00        | 0,01        | 0,07               |
| 26 RETID   | 6.514.958              | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 27 Simples Nacional  | 7.851.400.616          | 0,07        | 0,30        | 1,62               |
| 28 TEF - Tributação Específica do Futebol                                    | 746.696.164            | 0,01        | 0,03        | 0,15               |
| 29 Termoeletricidade   | 130.575.527            | 0,00        | 0,01        | 0,03               |
| 30 Transporte Coletivo   | 90.849.572             | 0,00        | 0,00        | 0,02               |
| 31 Transporte Escolar  | 9.246.149              | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 32 Trem de Alta Velocidade   | 0                      | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 33 Zona Franca de Manaus - Importação de Matéria-Prima                       | 0                      | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 34 Zona Franca de Manaus - Importação de Bens de Capital                     | 0                      | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 35 Zona Franca de Manaus - Matéria-Prima Produzida na ZFM                    | 0                      | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 36 Zona Franca de Manaus e Área de Livre Comércio - Alíquotas Diferenciadas  | 614.529.931            | 0,01        | 0,02        | 0,13               |
| 37 Zona Franca de Manaus e Área de Livre Comércio - Aquisição de Mercadorias | 0                      | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| <b>IX. Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL</b>                  | <b>24.429.929.013</b>  | <b>0,21</b> | <b>0,95</b> | <b>5,03</b>        |
| 1 Assistência Médica, Odontológica e Farmacêutica a Empregados               | 3.453.574.685          | 0,03        | 0,13        | 0,71               |
| 2 Benefícios Previdenciários e FAPI  | 390.840.952            | 0,00        | 0,02        | 0,08               |
| 3 Doações a Entidades Cíveis Sem Fins Lucrativos                             | 123.948.164            | 0,00        | 0,00        | 0,03               |
| 4 Doações a Instituições de Ensino e Pesquisa                                | 20.036.341             | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 5 Entidades sem Fins Lucrativos - Assistência Social e Saúde                 | 1.331.800.701          | 0,01        | 0,05        | 0,27               |
| 6 Entidades sem Fins Lucrativos - Associação Civil                           | 735.116.825            | 0,01        | 0,03        | 0,15               |
| 7 Entidades sem Fins Lucrativos - Científica                                 | 13.126.801             | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 8 Entidades sem Fins Lucrativos - Cultural                                   | 17.808.413             | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 9 Entidades sem Fins Lucrativos - Educação                                   | 673.279.075            | 0,01        | 0,03        | 0,14               |
| 10 Entidades sem Fins Lucrativos - Filantrópica                              | 378.250.782            | 0,00        | 0,01        | 0,08               |
| 11 Entidades sem Fins Lucrativos - Recreativa                                | 40.655.511             | 0,00        | 0,00        | 0,01               |
| 12 Informática e Automação   | 1.700.937.229          | 0,01        | 0,07        | 0,35               |
| 13 Inovação Tecnológica  | 1.809.848.744          | 0,02        | 0,07        | 0,37               |
| 14 Minha Casa, Minha Vida  | 45.823.046             | 0,00        | 0,00        | 0,01               |
| 15 PADIS   | 52.346.520             | 0,00        | 0,00        | 0,01               |
| 16 PERSE - Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos              | 599.064.187            | 0,01        | 0,02        | 0,12               |
| 17 Previdência Privada Fechada   | 110.065.288            | 0,00        | 0,00        | 0,02               |
| 18 PROUNI  | 444.683.670            | 0,00        | 0,02        | 0,09               |
| 19 Simples Nacional  | 12.406.892.363         | 0,11        | 0,48        | 2,55               |
| 20 TEF - Tributação Específica do Futebol                                    | 81.829.717             | 0,00        | 0,00        | 0,02               |
| <b>X. Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS</b>    | <b>116.353.455.218</b> | <b>1,01</b> | <b>4,50</b> | <b>23,93</b>       |
| 1 Aerogeradores  | 176.493.477            | 0,00        | 0,01        | 0,04               |
| 2 Agricultura e Agroindústria - Defensivos agrícolas                         | 5.122.975.690          | 0,04        | 0,20        | 1,05               |
| 3 Agricultura e Agroindústria - Desoneração Cesta Básica                     | 30.358.372.651         | 0,26        | 1,18        | 6,24               |
| 4 Água Mineral   | 272.015.326            | 0,00        | 0,01        | 0,06               |
| 5 Biodiesel  | 102.338.425            | 0,00        | 0,00        | 0,02               |
| 6 Cadeira de Rodas e Aparelhos Assistivos                                    | 927.686.562            | 0,01        | 0,04        | 0,19               |
| 7 Embarcações e Aeronaves  | 4.393.881.721          | 0,04        | 0,17        | 0,90               |
| 8 Entidades sem Fins Lucrativos - Assistência Social e Saúde                 | 3.017.772.019          | 0,03        | 0,12        | 0,62               |
| 9 Entidades sem Fins Lucrativos - Associação Civil                           | 1.770.419.087          | 0,02        | 0,07        | 0,36               |
| 10 Entidades sem Fins Lucrativos - Científica                                | 44.828.017             | 0,00        | 0,00        | 0,01               |
| 11 Entidades sem Fins Lucrativos - Cultural                                  | 46.641.690             | 0,00        | 0,00        | 0,01               |
| 12 Entidades sem Fins Lucrativos - Educação                                  | 2.633.669.075          | 0,02        | 0,10        | 0,54               |
| 13 Entidades sem Fins Lucrativos - Filantrópica                              | 2.700.691.033          | 0,02        | 0,10        | 0,56               |
| 14 Entidades sem Fins Lucrativos - Recreativa                                | 337.153.151            | 0,00        | 0,01        | 0,07               |
| 15 Equipamentos para uso médico, hospitalar, clínico ou laboratorial         | 21.032.522             | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 16 Evento Esportivo, Cultural e Científico                                   | 161.035                | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 17 Gás Natural Liquefeito  | 121.330.715            | 0,00        | 0,00        | 0,02               |
| 18 Indústria Cinematográfica e Radiodifusão                                  | 16.537.326             | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 19 Livros  | 1.495.360.573          | 0,01        | 0,06        | 0,31               |
| 20 Máquinas e Equipamentos - CNPq  | 196.703.921            | 0,00        | 0,01        | 0,04               |

**QUADRO VII**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024**  
**POR TIPO DE TRIBUTO E GASTO TRIBUTÁRIO**

UNIDADE: R\$ 1,00

| TRIBUTO / GASTO TRIBUTARIO   | VALOR                     | PART. %       |               |                    |
|--|---------------------------|---------------|---------------|--------------------|
|  |                           | PIB           | ARRECADADAÇÃO | GASTOS TRIBUTÁRIOS |
| 21 Medicamentos  | 7.561.219.880             | 0,07          | 0,29          | 1,56               |
| 22 Minha Casa, Minha Vida  | 126.013.378               | 0,00          | 0,00          | 0,03               |
| 23 PADIS   | 10.828.270                | 0,00          | 0,00          | 0,00               |
| 24 PERSE - Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos                                    | 2.125.295.717             | 0,02          | 0,08          | 0,44               |
| 25 Petroquímica  | 974.773.222               | 0,01          | 0,04          | 0,20               |
| 26 Produtos Químicos e Farmacêuticos   | 8.177.497.056             | 0,07          | 0,32          | 1,68               |
| 27 PROUNI  | 1.049.641.505             | 0,01          | 0,04          | 0,22               |
| 28 RECINE  | 3.786.951                 | 0,00          | 0,00          | 0,00               |
| 29 Rede Arrecadadora   | 345.463.575               | 0,00          | 0,01          | 0,07               |
| 30 REIDI   | 1.456.524.886             | 0,01          | 0,06          | 0,30               |
| 31 RETID   | 29.998.050                | 0,00          | 0,00          | 0,01               |
| 32 Simples Nacional  | 36.215.181.961            | 0,31          | 1,40          | 7,45               |
| 33 TEF - Tributação Específica do Futebol  | 649.523.375               | 0,01          | 0,03          | 0,13               |
| 34 Termoeletricidade   | 601.438.793               | 0,01          | 0,02          | 0,12               |
| 35 Transporte Coletivo   | 419.305.717               | 0,00          | 0,02          | 0,09               |
| 36 Transporte Escolar  | 41.619.179                | 0,00          | 0,00          | 0,01               |
| 37 Trem de Alta Velocidade   | 0                         | 0,00          | 0,00          | 0,00               |
| 38 Zona Franca de Manaus - Importação de Matéria-Prima   | 0                         | 0,00          | 0,00          | 0,00               |
| 39 Zona Franca de Manaus - Importação de Bens de Capital   | 0                         | 0,00          | 0,00          | 0,00               |
| 40 Zona Franca de Manaus - Matéria-Prima Produzida na ZFM  | 0                         | 0,00          | 0,00          | 0,00               |
| 41 Zona Franca de Manaus e Área de Livre Comércio - Alíquotas Diferenciadas                        | 2.809.279.687             | 0,02          | 0,11          | 0,58               |
| 42 Zona Franca de Manaus e Área de Livre Comércio - Aquisição de Mercadorias                       | 0                         | 0,00          | 0,00          | 0,00               |
| <b>XI. Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE</b>                                 | <b>797.093</b>            | <b>0,00</b>   | <b>0,00</b>   | <b>0,00</b>        |
| 1 Evento Esportivo, Cultural e Científico  | 0                         | 0,00          | 0,00          | 0,00               |
| 2 PADIS  | 797.093                   | 0,00          | 0,00          | 0,00               |
| <b>XII. Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM</b>                        | <b>2.905.314.939</b>      | <b>0,03</b>   | <b>0,11</b>   | <b>0,60</b>        |
| 1 Amazônia Ocidental   | 1.148.889.136             | 0,01          | 0,04          | 0,24               |
| 2 Doações de Bens para Entidades Filantrópicas   | 143.772                   | 0,00          | 0,00          | 0,00               |
| 3 Livros, Jornais e Periódicos   | 18.579.846                | 0,00          | 0,00          | 0,00               |
| 4 Mercadorias Norte e Nordeste   | 1.736.538.707             | 0,02          | 0,07          | 0,36               |
| 5 Pesquisas Científicas  | 1.163.478                 | 0,00          | 0,00          | 0,00               |
| <b>XIII. Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE</b> | <b>17.040.956</b>         | <b>0,00</b>   | <b>0,00</b>   | <b>0,00</b>        |
| 1 Programação  | 17.040.956                | 0,00          | 0,00          | 0,00               |
| <b>XIV. Contribuição para a Previdência Social</b>   | <b>71.688.799.341</b>     | <b>0,62</b>   | <b>2,77</b>   | <b>14,75</b>       |
| 1 Dona de Casa   | 386.665.678               | 0,00          | 0,01          | 0,08               |
| 2 Entidades Filantrópicas  | 16.851.224.960            | 0,15          | 0,65          | 3,47               |
| 3 Entidades sem Fins Lucrativos - Associação Civil   | 0                         | 0,00          | 0,00          | 0,00               |
| 4 Entidades sem Fins Lucrativos - Cultural   | 0                         | 0,00          | 0,00          | 0,00               |
| 5 Exportação da Produção Rural   | 10.533.408.014            | 0,09          | 0,41          | 2,17               |
| 6 Funrural   | 3.456.879.590             | 0,03          | 0,13          | 0,71               |
| 7 MEI - Microempreendedor Individual   | 6.487.391.101             | 0,06          | 0,25          | 1,33               |
| 8 Simples Nacional   | 33.007.286.944            | 0,29          | 1,28          | 6,79               |
| 9 TEF - Tributação Específica do Futebol   | 965.943.053               | 0,01          | 0,04          | 0,20               |
| <b>XV. Imposto sobre Propriedade Territorial Rural - ITR</b>                                       | <b>60.081.643</b>         | <b>0,00</b>   | <b>0,00</b>   | <b>0,01</b>        |
| 1 ITR  | 60.081.643                | 0,00          | 0,00          | 0,01               |
| <b>TOTAL</b>   | <b>486.150.331.224</b>    | <b>4,23</b>   | <b>18,82</b>  | <b>100,00</b>      |
| <b>ARRECADADAÇÃO*</b>  | <b>2.583.687.420.067</b>  | <b>22,46</b>  | <b>100,00</b> |                    |
| <b>PIB</b>   | <b>11.502.468.943.942</b> | <b>100,00</b> |               |                    |

\*Exceto CPSS





**QUADRO VII-REGIONAL**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024**  
**POR TIPO DE TRIBUTO E MODALIDADE DE GASTO - REGIONALIZADO**

UNIDADE: R\$ 1,00

| TRIBUTO / GASTO TRIBUTÁRIO   | NORTE                 | NORDESTE              | CENTRO-OESTE          | SUDESTE                | SUL                   | TOTAL                  |
|--|-----------------------|-----------------------|-----------------------|------------------------|-----------------------|------------------------|
| Trem de Alta Velocidade  | 0                     | 0                     | 0                     | 0                      | 0                     | 0                      |
| Zona Franca de Manaus - Importação de Matéria-Prima  | 0                     | 0                     | 0                     | 0                      | 0                     | 0                      |
| Zona Franca de Manaus - Importação de Bens de Capital  | 0                     | 0                     | 0                     | 0                      | 0                     | 0                      |
| Zona Franca de Manaus - Matéria-Prima Produzida na ZFM                                       | 0                     | 0                     | 0                     | 0                      | 0                     | 0                      |
| Zona Franca de Manaus e Área de Livre Comércio - Alíquotas Diferenciadas                     | 2.809.279.687         | 0                     | 0                     | 0                      | 0                     | 2.809.279.687          |
| Zona Franca de Manaus e Área de Livre Comércio - Aquisição de Mercadorias                    | 0                     | 0                     | 0                     | 0                      | 0                     | 0                      |
| <b>Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE</b>                               | <b>0</b>              | <b>0</b>              | <b>0</b>              | <b>619.854</b>         | <b>177.239</b>        | <b>797.093</b>         |
| Evento Esportivo, Cultural e Científico  | 0                     | 0                     | 0                     | 0                      | 0                     | 0                      |
| PADIS  | 0                     | 0                     | 0                     | 619.854                | 177.239               | 797.093                |
| <b>Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM</b>                       | <b>2.078.735.448</b>  | <b>807.393.461</b>    | <b>0</b>              | <b>16.296.223</b>      | <b>2.889.807</b>      | <b>2.905.314.939</b>   |
| Amazônia Ocidental   | 1.148.889.136         | 0                     | 0                     | 0                      | 0                     | 1.148.889.136          |
| Doações de Bens para Entidades Filantrópicas   | 0                     | 24.656                | 0                     | 49.075                 | 70.041                | 143.772                |
| Livros, Jornais e Periódicos   | 117.925               | 485.745               | 0                     | 15.189.894             | 2.786.283             | 18.579.846             |
| Mercadorias Norte e Nordeste   | 929.702.982           | 806.835.725           | 0                     | 0                      | 0                     | 1.736.538.707          |
| Pesquisas Científicas  | 25.405                | 47.335                | 0                     | 1.057.255              | 33.483                | 1.163.478              |
| <b>Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE</b> | <b>2.722.741</b>      | <b>19.754</b>         | <b>220.662</b>        | <b>13.671.085</b>      | <b>406.715</b>        | <b>17.040.956</b>      |
| Programação  | 2.722.741             | 19.754                | 220.662               | 13.671.085             | 406.715               | 17.040.956             |
| <b>Contribuição para a Previdência Social</b>  | <b>1.738.770.646</b>  | <b>8.224.722.595</b>  | <b>5.890.392.105</b>  | <b>42.225.288.603</b>  | <b>13.609.625.392</b> | <b>71.688.799.341</b>  |
| Dona de Casa   | 12.051.220            | 95.663.762            | 37.610.177            | 178.902.905            | 62.437.615            | 386.665.678            |
| Entidades Filantrópicas  | 114.822.006           | 1.853.162.984         | 1.088.448.237         | 10.634.996.286         | 3.159.795.447         | 16.851.224.960         |
| Entidades sem Fins Lucrativos - Associação Civil   | 0                     | 0                     | 0                     | 0                      | 0                     | 0                      |
| Entidades sem Fins Lucrativos - Cultural   | 0                     | 0                     | 0                     | 0                      | 0                     | 0                      |
| Exportação da Produção Rural   | 146.031.374           | 345.522.925           | 924.964.442           | 6.861.523.433          | 2.255.365.841         | 10.533.408.014         |
| Funrural   | 112.954.892           | 288.639.621           | 506.940.772           | 1.716.645.562          | 831.698.743           | 3.456.879.590          |
| MEI - Microempreendedor Individual   | 239.908.761           | 1.090.562.782         | 520.397.300           | 3.434.736.434          | 1.201.785.824         | 6.487.391.101          |
| Simplex Nacional   | 1.058.042.528         | 4.414.201.467         | 2.716.425.427         | 18.886.371.338         | 5.932.246.184         | 33.007.286.944         |
| TEF - Tributação Específica do Futebol   | 54.959.865            | 136.969.055           | 95.605.751            | 512.112.645            | 166.295.737           | 965.943.053            |
| Imposto sobre Propriedade Territorial Rural - ITR  | 3.083.064             | 29.912.801            | 1.103.939             | 9.940.550              | 16.041.289            | 60.081.643             |
| ITR  | 3.083.064             | 29.912.801            | 1.103.939             | 9.940.550              | 16.041.289            | 60.081.643             |
| <b>TOTAL</b>   | <b>57.019.328.039</b> | <b>65.468.863.700</b> | <b>47.482.074.440</b> | <b>238.461.599.470</b> | <b>77.718.465.574</b> | <b>486.150.331.224</b> |

**QUADRO VIII**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REGIONALIZAÇÃO POR TIPO DE TRIBUTOS**  
**(VALORES NOMINAIS)**

UNIDADE: R\$ 1,00

| TRIBUTOS  | TOTAL                  | NORTE                 | NORDESTE              | CENTRO-OESTE          | SUDESTE                | SUL                   |
|---|------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|------------------------|-----------------------|
| Imposto sobre Importação - II   | 6.394.349.966          | 5.714.107.139         | 62.508.615            | 3.163.420             | 581.084.685            | 33.486.107            |
| Imposto sobre a Renda Pessoa Física - IRPF  | 83.028.955.688         | 3.465.488.593         | 12.768.535.126        | 8.732.049.954         | 44.751.086.445         | 13.311.795.569        |
| Imposto sobre a Renda Pessoa Jurídica - IRPJ  | 87.476.614.858         | 8.506.230.214         | 15.234.954.885        | 7.501.452.915         | 43.554.704.617         | 12.679.272.227        |
| Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - IRRF  | 20.262.229.520         | 319.601.728           | 1.713.913.288         | 1.220.995.659         | 13.681.808.177         | 3.325.910.668         |
| Imposto sobre Produtos Industrializados - Operações Internas - IPI-Interno            | 33.460.250.998         | 19.559.625.572        | 7.271.781.045         | 801.136.510           | 4.602.497.264          | 1.225.210.607         |
| Imposto sobre Produtos Industrializados - Vinculado à Importação - IPI-Vinculado      | 5.897.413.658          | 5.507.448.202         | 34.983.848            | 1.944.047             | 339.009.841            | 14.027.719            |
| Imposto sobre Operações Financeiras - IOF   | 10.019.038.178         | 891.562.638           | 1.993.365.031         | 1.291.337.723         | 4.207.223.670          | 1.635.549.115         |
| Imposto sobre Propriedade Territorial Rural - ITR                                     | 60.081.643             | 3.083.064             | 29.912.801            | 1.103.939             | 9.940.550              | 16.041.289            |
| Contribuição Social para o PIS-PASEP  | 24.156.060.154         | 1.447.156.348         | 2.564.954.830         | 3.360.872.373         | 12.035.804.520         | 4.747.272.084         |
| Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL                                      | 24.429.929.013         | 1.091.653.573         | 2.554.529.440         | 2.384.092.846         | 13.799.814.339         | 4.599.838.815         |
| Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS                       | 116.353.455.218        | 6.693.142.132         | 12.207.288.982        | 16.293.312.288        | 58.642.749.597         | 22.516.962.220        |
| Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE                               | 797.093                | 0                     | 0                     | 0                     | 619.854                | 177.239               |
| Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM                       | 2.905.314.939          | 2.078.735.448         | 807.393.461           | 0                     | 16.296.223             | 2.889.807             |
| Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE | 17.040.956             | 2.722.741             | 19.754                | 220.662               | 13.671.085             | 406.715               |
| Contribuição para a Previdência Social  | 71.688.799.341         | 1.738.770.646         | 8.224.722.595         | 5.890.392.105         | 42.225.288.603         | 13.609.625.392        |
| <b>TOTAL</b>  | <b>486.150.331.224</b> | <b>57.019.328.039</b> | <b>65.468.863.700</b> | <b>47.482.074.440</b> | <b>238.461.599.470</b> | <b>77.718.465.574</b> |

**QUADRO IX**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REGIONALIZAÇÃO POR TIPO DE TRIBUTOS**  
**(RAZÕES PERCENTUAIS)**

UNIDADE: %

| TRIBUTOS  | NORTE        | NORDESTE     | CENTRO-OESTE | SUDESTE      | SUL          | TOTAL         |
|---|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|---------------|
| Imposto sobre Importação - II   | 70,83        | 1,55         | 0,87         | 23,93        | 2,82         | 100,00        |
| Imposto sobre a Renda Pessoa Física - IRPF  | 4,07         | 15,30        | 10,50        | 54,62        | 15,51        | 100,00        |
| Imposto sobre a Renda Pessoa Jurídica - IRPJ  | 8,47         | 18,07        | 8,58         | 52,13        | 12,74        | 100,00        |
| Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - IRRF  | 1,68         | 8,17         | 5,96         | 67,96        | 16,23        | 100,00        |
| Imposto sobre Produtos Industrializados - Operações Internas - IPI-Interno            | 71,40        | 14,69        | 1,48         | 9,81         | 2,62         | 100,00        |
| Imposto sobre Produtos Industrializados - Vinculado à Importação - IPI-Vinculado      | 90,38        | 0,68         | 0,07         | 8,21         | 0,66         | 100,00        |
| Imposto sobre Operações Financeiras - IOF   | 8,24         | 21,01        | 13,50        | 41,73        | 15,52        | 100,00        |
| Imposto sobre Propriedade Territorial Rural - ITR                                     | 5,13         | 49,79        | 1,84         | 16,55        | 26,70        | 100,00        |
| Contribuição Social para o PIS-PASEP  | 17,51        | 8,11         | 14,60        | 43,44        | 16,34        | 100,00        |
| Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL                                      | 2,94         | 10,25        | 9,77         | 59,71        | 17,32        | 100,00        |
| Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS                       | 13,10        | 9,38         | 12,93        | 46,77        | 17,82        | 100,00        |
| Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE                               | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 37,79        | 62,21        | 100,00        |
| Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM                       | 63,61        | 36,05        | 0,00         | 0,29         | 0,05         | 100,00        |
| Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE | 29,53        | 0,35         | 2,69         | 65,87        | 1,56         | 100,00        |
| Contribuição para a Previdência Social  | 2,32         | 10,54        | 8,05         | 59,09        | 20,00        | 100,00        |
| <b>TOTAL</b>  | <b>15,90</b> | <b>12,43</b> | <b>9,20</b>  | <b>47,71</b> | <b>14,76</b> | <b>100,00</b> |

**QUADRO X**  
**PRINCIPAIS GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024**

UNIDADE: R\$ 1,00

| <b>GASTO TRIBUTÁRIO</b>   | <b>VALOR</b>    | <b>%</b> |
|---|-----------------|----------|
| Simplex Nacional  | 118.862.739.365 | 24,45%   |
| Agricultura e Agroindústria   | 57.177.783.089  | 11,76%   |
| Rendimentos Isentos e Não Tributáveis - IRPF                                      | 51.141.077.336  | 10,52%   |
| Entidades Sem Fins Lucrativos - Imunes / Isentas                                  | 40.211.611.310  | 8,27%    |
| Zona Franca de Manaus e Áreas de Livre Comércio                                   | 35.168.572.516  | 7,23%    |
| Deduções do Rendimento Tributável - IRPF  | 31.350.816.715  | 6,45%    |
| Poupança e Títulos de Crédito - Setor Imobiliário e do Agronegócio                | 19.389.357.575  | 3,99%    |
| Medicamentos, Produtos Farmacêuticos e Equipamentos Médicos                       | 19.133.514.284  | 3,94%    |
| Benefícios do Trabalhador   | 17.370.611.782  | 3,57%    |
| Desenvolvimento Regional  | 16.654.909.887  | 3,43%    |
| Pesquisas Científicas e Inovação Tecnológica                                      | 10.027.120.523  | 2,06%    |
| Setor Automotivo  | 9.394.571.414   | 1,93%    |
| Informática e Automação   | 8.504.686.147   | 1,75%    |
| Financiamentos Habitacionais  | 7.274.967.415   | 1,50%    |
| Embarcações e Aeronaves   | 6.565.641.543   | 1,35%    |
| MEI - Microempreendedor Individual  | 6.487.391.101   | 1,33%    |
| PERSE - Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos                      | 4.295.492.401   | 0,88%    |
| PROUNI  | 3.402.359.873   | 0,70%    |
| TEF - Tributação Específica do Futebol  | 2.633.223.528   | 0,54%    |
| Cultura e Audiovisual   | 2.467.549.101   | 0,51%    |
| Livros  | 1.838.456.803   | 0,38%    |
| REIDI   | 1.772.816.123   | 0,36%    |
| Fundos Constitucionais  | 1.579.225.373   | 0,32%    |
| Automóveis - Pessoas Portadoras de Deficiência                                    | 1.308.028.174   | 0,27%    |
| Petroquímica  | 1.186.690.000   | 0,24%    |
| Cadeira de Rodas e Aparelhos Assistivos   | 1.129.171.414   | 0,23%    |
| Investimentos em Infra-Estrutura  | 1.001.000.132   | 0,21%    |
| Incentivo ao Desporto   | 802.276.931     | 0,17%    |
| Fundos da Criança e do Adolescente  | 798.356.532     | 0,16%    |
| Termoeletricidade   | 732.014.320     | 0,15%    |
| Seguro Rural  | 711.270.391     | 0,15%    |
| Horário Eleitoral Gratuito  | 565.701.237     | 0,12%    |
| Doações a Instituições de Ensino e Pesquisa e Entidades Civas Sem Fins Lucrativos | 544.085.232     | 0,11%    |
| Transporte Coletivo   | 510.155.290     | 0,10%    |
| Fundos do Idoso   | 426.290.171     | 0,09%    |
| Máquinas e Equipamentos - CNPq  | 420.794.250     | 0,09%    |
| Dona de Casa  | 386.665.678     | 0,08%    |
| PADIS   | 349.060.400     | 0,07%    |
| Rede Arrecadadora   | 345.463.575     | 0,07%    |
| Água Mineral  | 331.259.882     | 0,07%    |
| Reciclagem  | 317.526.513     | 0,07%    |
| TAXI  | 298.739.961     | 0,06%    |
| Minha Casa, Minha Vida  | 286.394.040     | 0,06%    |
| Motocicletas  | 275.430.027     | 0,06%    |

**QUADRO X**  
**PRINCIPAIS GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024**

UNIDADE: R\$ 1,00

| <b>GASTO TRIBUTÁRIO</b>   | <b>VALOR</b>           | <b>%</b>    |
|---|------------------------|-------------|
| Aerogeradores   | 214.896.719            | 0,04%       |
| Gás Natural Liquefeito  | 147.734.290            | 0,03%       |
| Biodiesel   | 124.556.040            | 0,03%       |
| ITR   | 60.081.643             | 0,01%       |
| RETID   | 58.078.935             | 0,01%       |
| Transporte Escolar  | 50.865.328             | 0,01%       |
| Indústria Cinematográfica e Radiodifusão  | 20.128.740             | 0,00%       |
| Programação   | 17.040.956             | 0,00%       |
| RECINE  | 11.750.800             | 0,00%       |
| Promoção de Produtos e Serviços Brasileiros                                     | 11.267.894             | 0,00%       |
| Evento Esportivo, Cultural e Científico   | 2.268.659              | 0,00%       |
| TI e TIC - Tecnologia de Informação e Tecnologia da Informação e da Comunicação | 791.865                | 0,00%       |
| Investimentos em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação                           | 0                      | 0,00%       |
| Trem de Alta Velocidade   | 0                      | 0,00%       |
| <b>TOTAL</b>  | <b>486.150.331.224</b> | <b>100%</b> |

**QUADRO XI**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTADO**  
**IMPOSTO SOBRE I PORTAÇÃO - II**

UNIDADE: R\$ 1,00

| GASTO TRIBUTÁRIO  | PRAZO VIGÊNCIA | VALOR       | PART. % |            |      |
|---|----------------|-------------|---------|------------|------|
|   |                |             | PIB     | ARRECADADO | II   |
| <p><b>1 Áreas de Livre Comércio</b></p> <p>Tabatinga-AM, Guajará-Mirim-RO, Pacaraima e Bonfim-RR, Macapá/Santana-AP e Brasília e Cruzeiro do Sul-AC. Isenção do imposto na entrada de mercadorias estrangeiras, quando destinadas a consumo e venda internos, beneficiamento de pescado, recursos minerais e matérias-primas agrícolas ou florestais, agricultura e piscicultura, a turismo, a estocagem para exportação, para construção e reparos navais e para internação como bagagem acompanhada, com exceção de armas e munições, fumo, bebidas alcoólicas, automóveis de passageiros, produtos de perfumaria e cosméticos.</p> <p>Lei nº 7.965/89, art. 3º; Lei nº 8.210/91, art. 4º; Lei nº 8.256/91, arts. 4º e 14; Lei nº 8.387/91, art. 11, § 2º; Lei nº 9065/95, art. 19; Lei nº 13.023/14, art. 3º.</p>  | 31/12/2050     | 18.721.008  | 0,00    | 0,00       | 0,02 |
| <p><b>2 Copa do Mundo - Organização e Operacionalização da Copa das Confederações (2013) e da Copa do Mundo Fifa (2014)</b></p> <p>Isenção do Imposto de Importação incidente nas importações de bens ou mercadorias para uso ou consumo exclusivo na organização e realização dos Eventos da Copa do Mundo.</p> <p>Lei nº 12.350/10, arts. 2º a 16, em específico: art. 3º, §1º, II.</p>   | 31/12/2015     | não vigente | ...     | ...        | ...  |
| <p><b>3 Embarcações e Aeronaves</b></p> <p>Isenção do imposto incidente sobre a importação de partes, peças e componentes destinados ao reparo, revisão e manutenção de embarcações e aeronaves. Isenção do Imposto sobre Importação - II e do IPI incidente sobre a importação de partes, peças e componentes destinados ao emprego na construção, conservação, modernização, conversão ou reparo de embarcações registradas no REB, desde que realizadas em estaleiros navais brasileiros.</p> <p>Lei nº 8.032/90, art. 2º, II, j; Lei nº 8.402/92, art. 1.º, IV; Lei nº 9.493/97, art. 11.</p>   | indeterminado  | 540.954.804 | 0,00    | 0,02       | 0,65 |
| <p><b>4 Equipamentos Desportivos</b></p> <p>Isenção do Imposto de Importação incidente na importação de equipamentos e materiais destinados, exclusivamente, ao treinamento e preparação de atletas e equipes brasileiras para competições desportivas em jogos olímpicos, paraolímpicos, pan-americanos, parapan-americanos, nacionais e mundiais.</p> <p>Lei nº 10.451/02, arts. 8º a 13, em específico: art. 8º; Lei nº 11.827/08, art. 5º; Lei nº 12.649/12, art. 9º.</p>   | 31/12/2015     | não vigente | ...     | ...        | ...  |
| <p><b>5 Evento Esportivo, Cultural e Científico</b></p> <p>Isenção do II incidente na importação de troféus, medalhas, placas, estatuetas, distintivos, flâmulas, bandeiras e outros objetos comemorativos recebidos em evento cultural, científico ou esportivo oficial realizado no exterior ou para serem distribuídos gratuitamente como premiação em evento esportivo realizado no País; bens dos tipos e em quantidades normalmente consumidos em evento esportivo oficial; material promocional, impressos, folhetos e outros bens com finalidade semelhante, a serem distribuídos gratuitamente ou utilizados em evento esportivo oficial; bens importados por desportistas, desde que tenham sido utilizados por estes em evento esportivo oficial e recebidos em doação de entidade de prática desportiva estrangeira ou da promotora ou patrocinadora do evento.</p> <p>Lei nº 11.488/07, art. 38.</p> | indeterminado  | 1.171.905   | 0,00    | 0,00       | 0,00 |
| <p><b>6 Máquinas e Equipamentos - CNPq</b></p> <p>Isenção do imposto nas importações de máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos, bem como suas partes e peças de reposição, destinados à pesquisa científica e tecnológica. Isenção do imposto para importações autorizadas pelo CNPq.</p> <p>Lei nº 8.010/90, art. 1º; Lei nº 8.032/90, art. 2º, I, e, f e g; Lei nº 10.964/04, arts. 1º e 3º; Lei nº 13.243/16, arts. 8º e 9º; Decreto nº 6.759/09, art. 136; Decreto nº 9.283/2018, art. 71.</p>  | indeterminado  | 130.266.587 | 0,00    | 0,01       | 0,16 |
| <p><b>7 Olimpíadas - Organização e Realização dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016</b></p> <p>Isenção do Imposto de Importação incidente nas importações de bens ou mercadorias para uso ou consumo exclusivo na organização e realização dos Jogos.</p> <p>Lei nº 12.780/13, art. 4º, §1º, II; Decreto nº 8.463/15, art. 7º, § 1º, II.</p>  | 31/12/2017     | não vigente | ...     | ...        | ...  |
| <p><b>8 PADIS - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores</b></p> <p>Redução a zero da alíquota do II incidente sobre máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, ferramentas computacionais (software) para incorporação no ativo imobilizado, e matéria-prima e insumos importados.</p>   | 31/12/2026     | 31.491.478  | 0,00    | 0,00       | 0,04 |

**QUADRO XI**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTADO**  
**IMPOSTO SOBRE IMPORTAÇÃO - II**

UNIDADE: R\$ 1,00

|    | GASTO TRIBUTÁRIO  | PRAZO VIGÊNCIA | PART. %     |           |      |      |
|----|---|----------------|-------------|-----------|------|------|
|    |   |                | PIB         | ARRECAÇÃO | II   |      |
|    | Lei 11.484/07, arts. 1º a 11, em específico: art. 3º, § 5º; Lei nº 13.159; Lei nº 13.169/15, art. 12, Lei 14.302/22 e Decreto 10.615/21   |                |             |           |      |      |
| 9  | <b>PATVD - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital</b><br>Redução a zero da alíquota do II incidente sobre máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, para incorporação no ativo imobilizado.<br>Lei nº 11.484/07, arts. 12 a 22 e 66, em específico art. 14, § 5º.   | 22/01/2017     | não vigente | ...       | ...  | ...  |
| 10 | <b>PROUCA - REICOMP - Regime Especial de Incentivo a Computadores para Uso Educacional</b><br>Suspensão do Imposto de Importação incidente na importação de matérias-primas e produtos intermediários destinados à fabricação dos equipamentos. A suspensão converte-se em alíquota zero após a incorporação ou utilização dos bens nos equipamentos.<br><br>Lei nº 12.249/10, arts. 6 a 14 e 139, em específico: art. 9º, III; Lei nº 12.715/12, arts. 15 a 23 e 78, em específico: art. 18, III.  | 31/12/2015     | não vigente | ...       | ...  | ...  |
| 11 | <b>RECINE - Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica</b><br>Suspensão da exigência do Imposto de Importação incidente na importação de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, para incorporação no ativo permanente e utilização em complexos de exibição ou cinemas itinerantes, bem como de materiais para sua construção. A suspensão do Imposto de Importação aplica-se somente a produtos sem similar nacional. A suspensão converte-se em isenção após incorporação no ativo permanente e utilização do bem ou material de construção no complexo de exibição cinematográfica. As máquinas, aparelhos, instrumentos, equipamentos e materiais de construção com o tratamento tributário de que trata o caput deste artigo serão relacionados em regulamento.<br><br>Lei nº 12.599/12, arts.12 a 14; Decreto nº 7.729/12; Lei nº 13.594/18; Lei nº 14.044/2020. | 31/12/2024     | 396.878     | 0,00      | 0,00 | 0,00 |
| 12 | <b>RECOPA - Regime Especial de Tributação para Construção, Ampliação, Reforma ou Modernização de Estádios de Futebol</b><br>Suspensão do Imposto de Importação incidente sobre máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, e de materiais de construção para utilização ou incorporação no estádio de futebol da pessoa jurídica beneficiária do RECOPA. A suspensão converte-se em alíquota zero após a utilização ou incorporação do bem.<br><br>Lei nº 12.350/10, arts. 17 a 21, em específico: art. 19, V.   | 30/06/2014     | não vigente | ...       | ...  | ...  |
| 13 | <b>RENUCLEAR - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Usinas Nucleares</b><br>Suspensão do Imposto de Importação sobre a importação de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, e de materiais de construção para utilização ou incorporação em obras de infraestrutura destinadas ao ativo imobilizado, quando os referidos bens ou materiais de construção forem importados por pessoa jurídica beneficiária do RENUCLEAR. A suspensão converte-se em isenção após a utilização ou incorporação do bem ou material de construção na obra de infraestrutura.<br><br>Lei nº 12.431/11, arts. 14 a 17, em específico: art. 16, III.   | 31/12/2020     | não vigente | ...       | ...  | ...  |
| 14 | <b>REPENEC - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste</b><br>Suspensão do Imposto de Importação incidente na importação de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, e de materiais de construção para utilização ou incorporação em obras de infraestrutura destinadas ao ativo imobilizado de pessoa jurídica beneficiária do REPENEC. As suspensões convertem-se em alíquota zero após a utilização ou incorporação do bem ou material de construção na obra de infraestrutura.<br><br>Lei nº 12.249/10, arts. 1º a 5º, em específico: art. 3º, V.  | 30/06/2016     | não vigente | ...       | ...  | ...  |
| 15 | <b>REPORTO - Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária</b>   | 31/12/2023     | não vigente | ...       | ...  | ...  |

**QUADRO XI**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**IMPOSTO SOBRE IMPORTAÇÃO - II**

UNIDADE: R\$ 1,00

| GASTO TRIBUTÁRIO  | PRAZO VIGÊNCIA | PART. %       |            |      |      |
|---|----------------|---------------|------------|------|------|
|   |                | PIB           | ARRECADADO | II   |      |
| <p>Suspensão do II sobre importações de máquinas, equipamentos, peças de reposição e outros bens importados pelos beneficiários do REPORTO e destinados ao seu ativo imobilizado para utilização exclusiva na execução de serviços de: carga, descarga, armazenagem e movimentação de mercadorias e produtos; sistemas suplementares de apoio operacional; proteção ambiental; sistemas de segurança e de monitoramento de fluxo de pessoas, mercadorias, produtos, veículos e embarcações; dragagens; e treinamento e formação de trabalhadores, inclusive na implantação de Centros de Treinamento Profissional. São beneficiários do REPORTO o operador portuário, o concessionário de porto organizado, o arrendatário de instalação portuária de uso público e a empresa autorizada a explorar instalação portuária de uso privativo misto ou exclusivo, inclusive aquelas que operam com embarcações de offshore, o concessionário de transporte ferroviário, empresas de dragagem, recintos alfandegados de zona secundária e dos Centros de Treinamento Profissional. A suspensão do Imposto de Importação converte-se em isenção após o decurso do prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da ocorrência do respectivo fato gerador.</p> <p>Lei nº 11.033/04, arts. 13 a 16, em específico: art. 14; Decreto nº 6.582/08; Lei nº 11.774/08, art. 5º; Lei nº 12.715/12, art. 39; Lei nº 12.688/12, art. 30; Lei nº 13.169, art. 7º, Lei 14.301/22.</p>   |                |               |            |      |      |
| <p><b>16 Rota 2030</b></p> <p>Importação de partes, peças, componentes, conjuntos, subconjuntos, acabados e semiacabados, e pneumáticos, todos novos e sem capacidade de produção nacional equivalente, destinados à industrialização de produtos automotivos.</p> <p>MP nº 843/18; Lei nº 13.755/18, art. 21; Decreto nº 9.557/18, art.34.</p>   | 31/12/2023     | não vigente   | ...        | ...  | ...  |
| <p><b>17 Setor Automotivo</b></p> <p>Redução do imposto incidente na importação de partes, peças, componentes, conjuntos e subconjuntos, acabados e semi-acabados, e pneumáticos, destinadas aos processos produtivos das empresas montadoras e dos fabricantes de veículos leves, ônibus, caminhões, reboques e semi-reboques, chassis com motor, carrocerias, tratores rodoviários para semi-reboques, tratores agrícolas e colheitadeiras, máquinas rodoviárias e auto peças, componentes, conjuntos e subconjuntos necessários à produção dos veículos aqui listados, incluídos os destinados ao mercado de reposição. I - 40% até 31 de agosto de 2010; II - 30% até 30 de novembro de 2010; III - 20% até 30 de maio de 2001; IV - 0% a partir de 1º de junho de 2011.</p> <p>Lei nº 10.182/01, art. 5º, § 1º; Lei nº 12.350/10, art. 42º.</p>  | 30/04/2011     | não vigente   | ...        | ...  | ...  |
| <p><b>18 Zona Franca de Manaus e Amazônia Ocidental</b></p> <p>Isenção do imposto na entrada de mercadorias na ZFM, destinadas a seu consumo interno ou industrialização em qualquer grau, inclusive beneficiamento, agropecuária, pesca, instalação e a estocagem para reexportação, com exceção de armas e munições, fumo, bebidas alcoólicas, automóveis de passageiros, produtos de perfumaria e cosméticos. Redução do imposto na saída de produtos industrializados na ZFM, para qualquer ponto do território nacional. Bens de informática - coeficiente de redução resultante da relação entre os valores de matérias-primas e outros insumos nacionais e da mão-de-obra empregada no processo produtivo, e os valores de matérias-primas e demais insumos nacionais e estrangeiros e da mão-de-obra empregada. Automóveis, tratores e outros veículos terrestres - coeficiente de redução acrescido de cinco pontos percentuais. Demais produtos - redução de 88% (oitenta e oito por cento). Isenção do imposto, até o limite de compras de US\$ 2.000, no caso de bagagem de viajantes procedentes da ZFM.</p> <p>Decreto-Lei nº 288/67, art. 3º, § 1º, art. 7º, II; Decreto-Lei nº 356/68, art. 1º; Decreto-Lei nº 2.434/88, art. 1º, II, c; Lei nº 8.032/90, art. 2º, II, d, art. 4º; Lei nº 8.387/91, art. 1º; Constituição Federal do Brasil, ADCT, arts. 40, 92 e 92-A; Portaria Interministerial MIR/MCT/CICT/MC nº 272/93, art. 1º; Portaria Interministerial MDIC/MCTI nº 309/15, art. 1º; Portaria Interministerial MDIC/MCTIC nº 50/18, art. 1º.</p> | 05/10/2073     | 5.671.347.306 | 0,05       | 0,22 | 6,76 |
| <b>TOTAL</b>  |                | 6.394.349.966 | 0,06       | 0,25 | 7,63 |

**Q JADRO XII**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**IMPOSTO SOBRE A RENDA PESSOA FÍSICA - IRPF**

UNIDADE: R\$ 1,00

| GASTO TRIBUTÁRIO   | PRAZO VIGÊNCIA | VALOR          | PART. % |            |      |
|--|----------------|----------------|---------|------------|------|
|  |                |                | PIB     | ARRECADADO | IRPF |
| <p><b>1 Aposentadoria de Declarante com 65 Anos ou Mais</b></p> <p>Isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física, de parcela definida em Lei, dos rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão, de transferência para a reserva remunerada ou de reforma pagos pela Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por qualquer pessoa jurídica de direito público interno ou por entidade de previdência privada, a partir do mês em que o contribuinte completar 65 (sessenta e cinco) anos de idade, sem prejuízo da parcela isenta prevista na tabela de incidência mensal do imposto.</p> <p>Lei nº 7.713/88, art. 6º, inciso XV; Lei nº 12.469/11; Lei nº 13.149/15.</p>   | indeterminado  | 15.096.416.093 | 0,13    | 0,58       | 4,20 |
| <p><b>2 Aposentadoria por Moléstia Grave ou Acidente</b></p> <p>Isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física incidente sobre rendimentos de aposentadoria ou reforma motivada por acidente em serviço ou moléstia profissional; aposentadoria, reforma ou pensão, recebidos por portadores de fibrose cística (mucoviscidose), tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, hepatopatia grave, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação e síndrome de imunodeficiência adquirida (Aids).</p> <p>Lei nº 7.713/88, art. 6º, inciso XIV; Lei nº 11.052/04.</p>  | indeterminado  | 23.605.747.704 | 0,21    | 0,91       | 6,56 |
| <p><b>3 Atividade Audiovisual</b></p> <p>Dedução do imposto de renda devido, de 100% da quantia aplicada em investimentos na produção de obras audiovisuais cinematográficas brasileiras de produção independente, mediante a aquisição de quotas representativas de direitos de comercialização sobre as referidas obras, desde que esses investimentos sejam realizados no mercado de capitais, em ativos previstos em lei e autorizados pela Comissão de Valores Mobiliários, e os projetos de produção tenham sido previamente aprovados pelo Ministério da Cultura. Dedução do imposto de renda devido das quantias referentes ao patrocínio à produção de obras cinematográficas brasileiras de produção independente, cujos projetos tenham sido previamente aprovados pela Ancine, do imposto de renda devido apurado na declaração de ajuste anual pelas pessoas físicas. Dedução limitada: a 6% (seis por cento) do imposto devido pelas pessoas físicas, conjuntamente com as deduções de que trata o art. 22 da Lei nº 9.532/97. Dedução do imposto de renda devido das quantias aplicadas na aquisição de cotas dos Fundos.</p> <p>Lei nº 8.685/93, arts. 1º e 1º-A; Lei nº 9.532/97, art. 22; Lei nº 9.250/95, art. 12; MP nº 2.228/01, art. 44.</p> | 31/12/2024     | 1.775.208      | 0,00    | 0,00       | 0,00 |
| <p><b>4 Despesas com Educação</b></p> <p>Dedução da base de cálculo do IRPF das despesas com instrução do contribuinte e de seus dependentes, até o limite estabelecido em lei, efetuados a estabelecimentos de ensino, relativamente à educação infantil, compreendendo as creches e as pré-escolas; ao ensino fundamental; ao ensino médio; à educação superior, compreendendo os cursos de graduação e de pós-graduação (mestrado, doutorado e especialização); e à educação profissional, compreendendo o ensino técnico e o tecnológico.</p> <p>Lei nº 9.250/95, art. 8º; Lei nº 12.469/11.</p>   | indeterminado  | 5.241.356.071  | 0,05    | 0,20       | 1,46 |
| <p><b>5 Despesas Médicas</b></p> <p>Dedução da base de cálculo do IRPF das despesas com médicos, dentistas, psicólogos, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, hospitais, e com exames laboratoriais e serviços radiológicos, aparelhos ortopédicos e próteses ortopédicas e dentárias.</p> <p>Lei nº 9.250/95, art. 8º, II, a.</p>   | indeterminado  | 26.109.460.644 | 0,23    | 1,01       | 7,26 |
| <p><b>6 Fundos de Direitos da Criança e do Adolescente</b></p> <p>Dedução do imposto de renda devido, das contribuições feitas aos Fundos controlados pelos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacionais dos Direitos da Criança e do Adolescente. Dedução limitada: a 6% (seis por cento) do imposto devido pelas pessoas físicas, conjuntamente com as deduções de que trata o art. 22 da Lei nº 9.532/97.</p> <p>Lei nº 8.069/90, art. 260, II; Lei nº 9.250/95, art. 12, I; Lei nº 9.532/97, art. 22.</p>   | indeterminado  | 341.289.726    | 0,00    | 0,01       | 0,09 |
| <p><b>7 Fundos do Idoso</b></p> <p>Dedução do Imposto de Renda Devido, das contribuições feitas aos Fundos controlados pelos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional do Idoso. Dedução limitada a 6% do IR devido conjuntamente com as deduções de que trata o art. 22 da Lei nº 9.532/97.</p> <p>Lei nº 9.250/95, art. 12, I; Lei nº 9.532/97, art. 22.</p>  | indeterminado  | 14.685.143     | 0,00    | 0,00       | 0,00 |
| <p><b>8 Incentivo à Formalização do Emprego Doméstico</b></p>  | 31/12/2018     | não vigente    | ...     | ...        | ...  |

**QUADRO XII**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**IMPOSTO SOBRE A RENDA PESSOA FÍSICA - IRPF**

UNIDADE: R\$ 1,00

| GASTO TRIBUTÁRIO   | PRAZO VIGÊNCIA | PART. %        |      |           |      |
|--|----------------|----------------|------|-----------|------|
|  |                | VALOR          | PIB  | ARRECAÇÃO | IRPF |
| Dedução do IR devido pelas Pessoas Físicas, da contribuição patronal paga à Previdência Social pelo empregador doméstico incidente sobre o valor da remuneração do empregado. Limitada ao valor da contribuição patronal calculada sobre um salário mínimo mensal, sobre o 13º salário e sobre a remuneração adicional de férias, referidos também a um salário mínimo.<br><br>Lei nº 9.250/95 art. 12, VII, § 3º.   |                |                |      |           |      |
| <b>9 Incentivo à Reciclagem</b><br>Dedução de 1% do Imposto Devido relativo à quantia efetivamente despendida no apoio direto aos projetos de que trata o caput do art. 3º da referida Lei, limitado a 6% (seis por cento) do imposto de renda devido apurado na Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física, em conjunto com as deduções de que tratam o art. 22 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e o inciso II do § 1º do art. 1º da Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006.<br><br>Lei nº 14.260, de 08 de dezembro de 2021.  | indeterminado  | 110.901.759    | 0,00 | 0,00      | 0,03 |
| <b>10 Incentivo ao Desporto</b><br>Dedução do imposto de renda devido dos valores despendidos a título de patrocínio ou doação no apoio direto a projetos desportivos e paradesportivos previamente aprovados pelo Ministério do Esporte, limitada a 6% (seis por cento) do IR devido conjuntamente com as deduções de que trata o art. 22 da Lei nº 9.532/1997.<br><br>Lei nº 11.438/06, art. 1º; Lei nº 14.439/22.   | 31/12/2027     | 9.039.115      | 0,00 | 0,00      | 0,00 |
| <b>11 Indenizações por Rescisão de Contrato de Trabalho</b><br>Isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física de: indenização e aviso prévio não trabalhado pagos por despedida ou rescisão de contrato de trabalho assalariado, até o limite garantido pela lei trabalhista ou por dissídio coletivo e convenções trabalhistas homologados pela Justiça do Trabalho; verbas especiais indenizatórias pagas em decorrência de incentivo à demissão voluntária (PDV); indenização por acidente de trabalho; e saque de FGTS.<br><br>Lei nº 7.713/88, art. 6º, inciso V; Lei nº 8.036/90, art. 28.   | indeterminado  | 10.363.290.596 | 0,09 | 0,40      | 2,88 |
| <b>12 Programa Nacional de Apoio à Cultura</b><br>Dedução do imposto de renda devido, de 80% das doações e 60% dos patrocínios, em favor de projetos culturais, devidamente aprovados. Dedução do imposto de renda devido, de 100% do valor efetivamente pago, relacionados a produção cultural nos segmentos de artes cênicas, livros de valor artístico, literário ou humanístico, música erudita ou instrumental, exposições de artes visuais, doações de acervos para bibliotecas públicas, museus, arquivos públicos e cinematecas, bem assim treinamento de pessoal e aquisição de equipamentos para a manutenção desses acervos, produção de obras cinematográficas e videofonográficas de curta e média metragem e preservação e difusão de acervo audiovisual e preservação do patrimônio cultural material e imaterial. Dedução imposto de renda devido, de 100% do valor efetivamente pago, relacionados a produção obras cinematográficas e videofonográficas brasileiras de longa, média e curta metragens de produção independente, de co-produção de obras cinematográficas e videofonográficas brasileiras de produção independente, de telefilmes, minisséries, documentais, ficcionais, animações e de programas de televisão de caráter educativo e cultural brasileiros de produção independente, aprovados pela Ancine. Dedução limitada: a 6% (seis por cento) do imposto devido pelas pessoas físicas, conjuntamente com as deduções de que trata o art. 22 da Lei nº 9.532/97.<br><br>Lei nº 8.313/91, art. 18, § 3º e art. 26, I; Lei nº 9.250/95, art. 12, II; Lei nº 9.532/97, art.22; MP nº 2.228/01, art. 39, X e § 6º; Decreto nº 5.761/06, arts. 28 e 29. | indeterminado  | 59.370.687     | 0,00 | 0,00      | 0,02 |
| <b>13 Pronas/PCD - Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência</b><br>Dedução do imposto de renda devido, das doações e dos patrocínios efetuados em prol de ações e serviços de reabilitação da pessoa com deficiência, previamente aprovados pelo Ministério da Saúde e desenvolvidos pelas instituições que se destinam ao tratamento de deficiências físicas, motoras, auditivas, visuais e intelectuais. Poderá deduzir até cem por cento das doações e oitenta por cento dos patrocínios. Limitadas a um por cento do IR devido, individualmente, sem limite conjunto.<br><br>Lei nº 12.715/12, arts. 3º e 4º; Lei nº 9250/85, art. 12, VIII; Lei nº 13.169/15, art. 10.   | 31/12/2020     | não vigente    | ...  | ...       | ...  |
| <b>14 Pronon - Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica</b><br>Dedução do imposto de renda devido, das doações e dos patrocínios efetuados em prol de ações e serviços de atenção oncológica, previamente aprovados pelo Ministério da Saúde e desenvolvidos pelas instituições de prevenção e combate ao câncer. Até cem por cento das doações e oitenta por cento dos patrocínios. Limitadas a um por cento do IR devido, individualmente, sem limite conjunto.<br><br>Lei nº 12.715/12, arts. 1º a 14; Lei nº 13.169/15, art. 10.  | 31/12/2020     | não vigente    | ...  | ...       | ...  |

Q JADRO XII  
GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO  
IMPOSTO SOBRE A RENDA PESSOA FÍSICA - IRPF

UNIDADE: R\$ 1,00

| GASTO TRIBUTÁRIO  | PRAZO VIGÊNCIA | PART. %        |      |           |       |
|---|----------------|----------------|------|-----------|-------|
|   |                | VALOR          | PIB  | ARRECAÇÃO | IRPF  |
| <b>15 Seguro ou Pecúlio Pago por Morte ou Invalidez</b><br>Isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física incidente sobre o capital das apólices de seguro ou pecúlio pago por morte do segurado e os prêmios de seguro restituídos em qualquer caso; pecúlio recebido de entidade de previdência complementar, em prestação única, em decorrência de morte ou invalidez permanente do participante.<br><br>Lei nº 7.713/88, art. 6º, incisos VII e XIII. | indeterminado  | 2.075.622.943  | 0,02 | 0,08      | 0,58  |
| <b>TOTAL</b>  |                | 83.028.955.688 | 0,72 | 3,21      | 23,08 |

**QUADRO XIII**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**IMPOSTO SOBRE A RENDA PESSOA JURÍDICA - IRPJ**

UNIDADE: R\$ 1,00

| GASTO TRIBUTÁRIO   | PRAZO VIGÊNCIA | VALOR         | PART. % |           |      |
|--|----------------|---------------|---------|-----------|------|
|  |                |               | PIB     | ARRECAÇÃO | IRPJ |
| <p><b>1 Assistência Médica, Odontológica e Farmacêutica a Empregados</b><br/>Dedução, como despesa operacional, dos gastos realizados pelas empresas com serviços de assistência médica, odontológica, farmacêutica e social, destinados indistintamente a todos os seus empregados e dirigentes.<br/>Lei nº 9.249/95, art. 13, V.</p>   | indeterminado  | 9.593.263.013 | 0,08    | 0,37      | 2,50 |
| <p><b>2 Associações de Poupança e Empréstimo</b><br/>Isenção do imposto às associações, devidamente autorizadas pelo órgão competente, constituídas sob a forma de sociedade civil, tendo por objetivo propiciar ou facilitar a aquisição de casa própria aos associados, captar, incentivar e disseminar a poupança, que atendam às normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.<br/><br/>Decreto-Lei nº 70/66, arts. 1º e 7º.</p>  | indeterminado  | 19.908.677    | 0,00    | 0,00      | 0,01 |
| <p><b>3 Atividade Audiovisual - Dedução Despesa Operacional</b><br/>As pessoas jurídicas sujeitas ao lucro real poderão, também, abater o total dos investimentos efetuados na forma do art. 1º da Lei nº 8.685/93, como despesas operacionais. O abatimento será efetuado mediante ajuste ao lucro líquido para determinação do lucro real.<br/><br/>Lei nº 8.685/93, art. 1º, § 4º; Decreto nº 3.000/99 art. 372, § único; Lei nº 12.375/10, arts. 12 e 13.</p>  | 31/12/2024     | 745.491       | 0,00    | 0,00      | 0,00 |
| <p><b>4 Atividade Audiovisual - Dedução IR</b><br/>As pessoas jurídicas sujeitas ao lucro real poderão deduzir do imposto devido as quantias referentes: a investimentos em projetos de produção independente de obras audiovisuais cinematográficas brasileiras; a investimentos em projetos específicos da área audiovisual, cinematográfica de exibição, distribuição e infra-estrutura técnica apresentados por empresa brasileira; a investimentos em projetos de produção de obras cinematográficas e videofonográficas brasileiras de longa, média e curta metragens de produção independente, de co-produção de obras cinematográficas e videofonográficas brasileiras de produção independente, de telefilmes, minisséries, documentais, ficcionais, animações e de programas de televisão de caráter educativo e cultural, brasileiros de produção independente; a aquisição de quotas dos Fundos de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional (Funcines); ao patrocínio à produção de obras cinematográficas brasileiras de produção independente; a patrocínios aos projetos específicos da área audiovisual, cinematográfica de difusão, preservação, exibição, distribuição e infra-estrutura técnica apresentados por empresa brasileira; os patrocínios à produção de obras cinematográficas e videofonográficas brasileiras de longa, média e curta metragens de produção independente, de co-produção de obras cinematográficas e videofonográficas brasileiras de produção independente, de telefilmes, minisséries, documentais, ficcionais, animações e de programas de televisão de caráter educativo e cultural, brasileiros de produção independente. Limite individual de 4% do IR devido. Limite conjunto Cultura e Audiovisual de 4% do IR devido. O adicional não é dedutível.<br/><br/>Lei nº 8.685/93, arts. 1º, 1º-A; Lei nº 9.323/96, art. 1º; Lei nº 9.532/97, arts. 5º e 6º; Lei nº 11.437/06, arts. 7º, 8º e 9º; Lei nº 12.375/10, arts. 12 e 13; MP nº 2.228/01, art. 3º, § 6º, arts. 44 e 45; Lei 13.594/18, art. 3º.</p> | 31/12/2024     | 78.296.924    | 0,00    | 0,00      | 0,02 |
| <p><b>5 Benefícios Previdenciários a Empregados e FAPI - Fundo de Aposentadoria Individual</b><br/>Benefícios Previdenciários, dedução, como despesa operacional, dos gastos realizados com contribuições, não compulsórias destinada a custear planos de benefícios complementares assemelhados aos da previdência social, instituídos em favor dos empregados e dirigentes da pessoa jurídica. Fundo de Aposentadoria Programada Individual - FAPI, dedução, como despesa operacional, do valor das quotas adquiridas em favor de seus empregados ou administradores, do FAPI, desde que o plano atinja, no mínimo, 50% dos seus empregados.<br/><br/>Lei nº 9.249/95, art. 13, V; Lei nº 9.477/97, arts. 7º e 10; Lei nº 9.532/97, art. 11, §§2º, 3º e 4º; Lei nº 10.887/04.</p>  | indeterminado  | 1.085.669.310 | 0,01    | 0,04      | 0,28 |
| <p><b>6 Copa do Mundo - Organização e Operacionalização da Copa das Confederações (2013) e da Copa do Mundo Fifa (2014)</b><br/>Isenção do IRPJ à Subsidiária Fifa no Brasil e aos Prestadores de Serviços da Fifa (estabelecidos no Brasil sob a forma de sociedade com finalidade específica) em relação aos fatos geradores decorrentes das atividades próprias e diretamente vinculadas à organização ou realização da Copa das Confederações e da Copa do Mundo.<br/><br/>Lei nº 12.350/10, arts. 2º a 16.</p>  | 31/12/2015     | não vigente   | ...     | ...       | ...  |

**QUADRO XIII**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**IMPOSTO SOBRE A RENDA PESSOA JURÍDICA - IRPJ**

UNIDADE: R\$ 1,00

| GASTO TRIBUTÁRIO   | PRAZO VIGÊNCIA | VALOR         | PART. % |           |      |
|--|----------------|---------------|---------|-----------|------|
|  |                |               | PIB     | ARRECAÇÃO | IRPJ |
| <b>7 Creches e Pré-Escolas</b><br>Regime especial de tributação aplicável à construção ou reforma de estabelecimentos de educação infantil. Pagamento unificado de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS equivalente a 1% (um por cento) da receita mensal auferida pela construtora em virtude da realização da obra submetida ao regime especial de tributação. Cabe ao IRPJ 0,31%.<br><br>Lei nº 12.715/12, arts. 24 a 27.   | 31/12/2018     | não vigente   | ...     | ...       | ...  |
| <b>8 Debêntures de sociedades de propósito específico para investimento na área de infraestrutura</b><br>Os rendimentos auferidos serão tributados, exclusivamente na fonte, à alíquota de 15% (quinze por cento), quando auferidos por pessoa jurídica. Emissão até 31/12/2030.<br><br>Lei nº 12.431/11, arts. 2º e 3º.   | indeterminado  | 674.610.053   | 0,01    | 0,03      | 0,18 |
| <b>9 Debêntures de sociedades de propósito específico para investimento na Produção Econômica Intensiva em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação</b><br>Os rendimentos auferidos serão tributados, exclusivamente na fonte, à alíquota de 15% (quinze por cento), quando auferidos por pessoa jurídica. Emissão até 31/12/2030.<br><br>Lei nº 12.431/11, arts. 2º e 3º.   | indeterminado  | 0             | 0,00    | 0,00      | 0,00 |
| <b>10 Despesas com Pesquisas Científicas e Tecnológicas</b><br>Dedução, como despesa operacional, das despesas: com pesquisas científicas ou tecnológicas, inclusive com experimentação para criação ou aperfeiçoamento de produtos, processos fórmulas e técnicas de produção, administração ou venda; com pesquisa de recursos naturais, inclusive prospecção de minerais, desde que realizadas na área de atuação da SUDAM, em projetos por ela aprovados; com pesquisa de recursos pesqueiros, desde que realizada de acordo com projeto previamente aprovado pelo IBAMA.<br><br>Lei nº 4.506/64, art.53; Decreto-Lei nº 756/69, art. 32, a; Lei nº 7.735/89, art. 2º; MP nº 2.216-37/01.  | indeterminado  | 3.185.450.206 | 0,03    | 0,12      | 0,83 |
| <b>11 Doações a Entidades Cívis Sem Fins Lucrativos</b><br>Dedução, como despesa operacional, das doações efetuadas a: Entidades civis, legalmente constituídas no Brasil, sem fins lucrativos, que prestem serviços gratuitos em benefício de empregados da pessoa jurídica doadora, e respectivos dependentes, ou em benefício da comunidade na qual atuem, até o limite de 2%(dois por cento) do lucro operacional; Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), qualificadas segundo as normas estabelecidas na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999. Para fins de Dedução na apuração do lucro real, as referidas doações estão limitadas a 2% (dois por cento) do lucro operacional da pessoa jurídica, antes de computada a sua Dedução. A dedutibilidade fica condicionada a que a entidade beneficiária tenha sua condição de utilidade pública ou de OSCIP reconhecida pelo órgão competente da União.<br><br>Lei nº 9.249/95, art. 13, §2º, III; MP nº 2.158-35/01, art. 59. | indeterminado  | 344.300.454   | 0,00    | 0,01      | 0,09 |
| <b>12 Doações a Instituições de Ensino e Pesquisa</b><br>Dedução, como despesa operacional, das doações até o limite de 1,5% (um e meio por cento) do lucro operacional, efetuadas às instituições de ensino e pesquisa cuja criação tenha sido autorizada por lei federal e que preencham os requisitos dos incisos I e II do art. 213 da Constituição Federal, de 1988, que são: a) comprovação de finalidade não-lucrativa e aplicação dos excedentes financeiros em educação; b) assegurar a destinação do seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades.<br><br>Lei nº 9.249/95, art. 13, §2º II.  | indeterminado  | 55.656.502    | 0,00    | 0,00      | 0,01 |
| <b>13 Empresa cidadã</b><br>Dedução do imposto devido do total da remuneração integral paga à empregados, durante os 60 dias de prorrogação da licença maternidade ou 15 dias de prorrogação da licença paternidade.<br>Lei nº 11.770/08.  | indeterminado  | 316.609.582   | 0,00    | 0,01      | 0,08 |
| <b>14 Entidades sem Fins Lucrativos - Assistência Social e Saúde</b><br>Imunidade do Imposto de Renda, da CSLL, da COFINS da Contribuição Previdenciária Patronal para as entidades beneficentes de assistência social, sem fins lucrativos, que atendam às exigências estabelecidas em lei.<br>Constituição Federal do Brasil 1988, art. 150, VI, c e art. 195, § 7º; Lei nº 9.532/97, arts. 12 e 15; MP nº 2.158-35/01, art. 14, X; Lei nº 12.101/09; Decreto nº 8.242/14.   | indeterminado  | 3.699.446.392 | 0,03    | 0,14      | 0,97 |

**QUADRO XIII**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**IMPOSTO SOBRE A RENDA PESSOA JURÍDICA - IRPJ**

UNIDADE: R\$ 1,00

| GASTO TRIBUTÁRIO  | PRAZO VIGÊNCIA | PART. %       |      |            |      |
|---|----------------|---------------|------|------------|------|
|   |                | VALOR         | PIB  | ARRECADADO | IRPJ |
| <p><b>15 Entidades sem Fins Lucrativos - Associação Civil</b><br/>Isenção do Imposto de Renda, da CSLL, da COFINS para as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos, que atendam às exigências estabelecidas em lei.</p> <p>Constituição Federal do Brasil 1988, art. 150, VI, c e art. 195, § 7º; Lei nº 9.532/97, arts. 12 e 15; MP nº 2.158-35/01, art. 14, X; Lei nº 12.101/09; Decreto nº 8.242/14.</p>   | indeterminado  | 2.041.991.180 | 0,02 | 0,08       | 0,53 |
| <p><b>16 Entidades sem Fins Lucrativos - Científica</b><br/>Isenção do Imposto de Renda, da CSLL, da COFINS para as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos, que atendam às exigências estabelecidas em lei.</p> <p>Constituição Federal do Brasil 1988, art. 150, VI, c e art. 195, § 7º; Lei nº 9.532/97, arts. 12 e 15; MP nº 2.158-35/01, art. 14, X; Lei nº 12.101/09; Decreto nº 8.242/14.</p>   | indeterminado  | 36.463.336    | 0,00 | 0,00       | 0,01 |
| <p><b>17 Entidades sem Fins Lucrativos - Cultural</b><br/>Isenção do Imposto de Renda, da CSLL, da COFINS para as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos, que atendam às exigências estabelecidas em lei.</p> <p>Constituição Federal do Brasil 1988, art. 150, VI, c e art. 195, § 7º; Lei nº 9.532/97, arts. 12 e 15; MP nº 2.158-35/01, art. 14, X; Lei nº 12.101/09; Decreto nº 8.242/14.</p>   | indeterminado  | 49.467.814    | 0,00 | 0,00       | 0,01 |
| <p><b>18 Entidades sem Fins Lucrativos - Educação</b><br/>Imunidade do Imposto de Renda, da CSLL, da COFINS da Contribuição Previdenciária Patronal para as entidades beneficentes de assistência social, sem fins lucrativos, que atendam às exigências estabelecidas em lei.</p> <p>Constituição Federal do Brasil 1988, art. 150, VI, c e art. 195, § 7º; Lei nº 9.532/97, arts. 12 e 15; MP nº 2.158-35/01, art. 14, X; Lei nº 12.101/09; Decreto nº 8.242/14.</p>  | indeterminado  | 1.870.219.652 | 0,02 | 0,07       | 0,49 |
| <p><b>19 Entidades sem Fins Lucrativos - Filantrópica</b><br/>Isenção do Imposto de Renda, da CSLL, da COFINS para as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos, que atendam às exigências estabelecidas em lei.</p> <p>Constituição Federal do Brasil 1988, art. 150, VI, c e art. 195, § 7º; Lei nº 9.532/97, arts. 12 e 15; MP nº 2.158-35/01, art. 14, X; Lei nº 12.101/09; Decreto nº 8.242/14.</p>   | indeterminado  | 1.050.696.617 | 0,01 | 0,04       | 0,27 |
| <p><b>20 Entidades sem Fins Lucrativos - Recreativa</b><br/>Isenção do Imposto de Renda, da CSLL, da COFINS para as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos, que atendam às exigências estabelecidas em lei.</p> <p>Constituição Federal do Brasil 1988, art. 150, VI, c e art. 195, § 7º; Lei nº 9.532/97, arts. 12 e 15; MP nº 2.158-35/01, art. 14, X; Lei nº 12.101/09; Decreto nº 8.242/14.</p>   | indeterminado  | 112.931.976   | 0,00 | 0,00       | 0,03 |
| <p><b>21 FINAM - Fundo de Investimentos da Amazônia</b><br/>Redução do IRPJ pela opção de aplicação de percentual do imposto devido, pelas pessoas jurídicas ou grupos de empresas coligadas de que trata o art. 9º da Lei nº 8.167, de 1991, alterado pela Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, titulares de empreendimento de setor da economia considerado, em ato do Poder Executivo, prioritário para o desenvolvimento regional, aprovados ou protocolizados até 2 de maio de 2001 nas áreas da SUDAM. A redução será de: 18%, a partir de janeiro de 1998 até dezembro de 2003; 12%, a partir de janeiro de 2004 até dezembro de 2008; 6%, a partir de janeiro de 2009 até dezembro de 2017.</p> <p>Lei nº 8.167/91, art. 9º; MP nº 2.199-14/01, art. 4º; MP nº 2.156-5/01, art. 32, XVIII; MP nº 2.157-5/01, art. 32, IV; Lei nº 9.532/97, art. 4º, § 1º; Lei nº 12.995/14, arts. 1º e 2º.</p> | 31/12/2017     | não vigente   | ...  | ...        | ...  |
| <p><b>22 FINOR - Fundo de Investimentos do Nordeste</b></p>   | 31/12/2017     | não vigente   | ...  | ...        | ...  |

**QUADRO XIII**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTADO**  
**IMPOSTO SOBRE A RENDA PESSOA JURÍDICA - IRPJ**

UNIDADE: R\$ 1,00

| GASTO TRIBUTÁRIO  | PRAZO VIGÊNCIA | PART. %     |      |             |      |
|---|----------------|-------------|------|-------------|------|
|   |                | VALOR       | PIB  | ARRECADAÇÃO | IRPJ |
| <p>Redução do IRPJ pela opção de aplicação de percentual do imposto devido, pelas pessoas jurídicas ou grupos de empresas coligadas de que trata o art. 9º da Lei nº 8.167, de 1991, alterado pela Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, titulares de empreendimento de setor da economia considerado, em ato do Poder Executivo, prioritário para o desenvolvimento regional, aprovados ou protocolizados até 2 de maio de 2001 nas áreas da SUDENE. A redução será de: 18%, a partir de janeiro de 1998 até dezembro de 2003; 12%, a partir de janeiro de 2004 até dezembro de 2008; 6%, a partir de janeiro de 2009 até dezembro de 2017.</p> <p>Lei nº 8.167/91, art. 9º; MP nº 2.199-14/01, art. 4º; MP nº 2.156-5/01, art. 32, XVIII; MP nº 2.157-5/01, art. 32, IV; Lei nº 9.532/97, art. 4º, § 1º; Lei nº 12.995/14, arts. 1º e 2º.</p>   |                |             |      |             |      |
| <p><b>23 FIP-IE - Fundo de Investimento em Participações em Infra-Estrutura</b></p> <p>Os rendimentos auferidos serão tributados como ganho líquido, à alíquota de 15% (quinze por cento), quando auferidos por pessoa jurídica. Áreas de energia, transporte, água e saneamento básico, irrigação e outros considerados prioritários pelo poder executivo.</p> <p>Lei nº 11.478/07, art. 2º, § 1º, I; Lei nº 12.431/11, art. 4º.</p>   | indeterminado  | 0           | 0,00 | 0,00        | 0,00 |
| <p><b>24 FIP-PD&amp;I - Fundo de Investimento em Participação na Produção Econômica Intensiva em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação e Debêntures</b></p> <p>Os rendimentos auferidos serão tributados como ganho líquido, à alíquota de 15% (quinze por cento), quando auferidos por pessoa jurídica.</p> <p>Lei nº 11.478/07, art. 2º, § 1º, I; Lei nº 12.431/11, art. 4º.</p>   | indeterminado  | 0           | 0,00 | 0,00        | 0,00 |
| <p><b>25 Fundos de Direitos da Criança e do Adolescente</b></p> <p>Dedução do imposto de renda devido, das contribuições feitas aos Fundos controlados pelos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacionais dos Direitos da Criança e do Adolescente. Limite individual de 1% do IR devido. Limite conjunto FCA e F. Idoso de 1% do IR devido. O adicional não é dedutível.</p> <p>Lei nº 8.069/90, art. 260; Lei nº 12.594/12, art. 87.</p>   | indeterminado  | 457.066.806 | 0,00 | 0,02        | 0,12 |
| <p><b>26 Fundos do Idoso</b></p> <p>Dedução do IR devido do total das doações feitas aos Fundos Nacional, Estaduais ou Municipais do Idoso devidamente comprovadas, vedada a dedução como despesa operacional. Limite individual de 1% do IR devido.</p> <p>Lei nº 12.213/10; Lei nº 12.594/12, art. 88.</p>  | indeterminado  | 411.605.028 | 0,00 | 0,02        | 0,11 |
| <p><b>27 FUNRES - Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo</b></p> <p>Redução do IRPJ pela opção de aplicação de percentual do imposto devido, pelas pessoas jurídicas ou grupos de empresas coligadas de que trata o art. 9º da Lei nº 8.167, de 1991, alterado pela Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, titulares de empreendimento de setor da economia considerado, em ato do Poder Executivo, prioritário para o desenvolvimento regional, aprovados ou protocolizados até 2 de maio de 2001 nas áreas do extinto Grupo Executivo para Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo (Geres). A redução será de: 25%, a partir de janeiro de 1998 até dezembro de 2003; 17%, a partir de janeiro de 2004 até dezembro de 2008; 9%, a partir de janeiro de 2009 até dezembro de 2013.</p> <p>Lei nº 8.167/91, art. 9º; MP nº 2.199-14/01, art. 4º; MP nº 2.156-5/01, art. 32, XVIII; MP nº 2.157-5/01, art. 32, IV; Lei nº 9.532/97, art. 4º, § 1º.</p> | 31/12/2013     | não vigente | ...  | ...         | ...  |
| <p><b>28 Horário Eleitoral Gratuito</b></p> <p>As emissoras de rádio e televisão obrigadas à divulgação gratuita da propaganda partidária e eleitoral, de plebiscitos e referendos poderão efetuar a compensação compensação fiscal pela cedência do horário gratuito. O valor da compensação será apurado de acordo com os critérios dispostos no art. 2º do Decreto 7.791/2012 e poderá ser excluído do lucro líquido para determinação do lucro real; ou da base de cálculo dos recolhimentos mensais; ou da base de cálculo do IRPJ incidente sobre o lucro presumido. Aplica-se também às empresas concessionárias de serviços públicos de telecomunicações, obrigadas ao tráfego gratuito de sinais de televisão e rádio. Aplica-se também aos comunicados, às instruções e a outras requisições da Justiça Eleitoral, relativos aos programas partidários e eleitorais.</p> <p>Lei nº 9.096/95, art. 52, parágrafo único; Lei nº 9.504/97, art. 99; Decreto nº 7.791/2012.</p>       | indeterminado  | 565.701.237 | 0,00 | 0,02        | 0,15 |
| <p><b>29 Incentivo à Reciclagem</b></p> <p>Dedução no valor de 1% (um por cento) do imposto devido em cada período de apuração trimestral ou anual, em conjunto com as deduções de que trata o inciso I do § 1º do art. 1º da Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, observado o disposto no § 4º do art. 3º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995.</p>   | indeterminado  | 206.624.754 | 0,00 | 0,01        | 0,05 |

**QUADRO XIII**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**IMPOSTO SOBRE A RENDA PESSOA JURÍDICA - IRPJ**

UNIDADE: R\$ 1,00

| GASTO TRIBUTÁRIO  | PRAZO VIGÊNCIA       | PART. %              |             |               |             |
|---|----------------------|----------------------|-------------|---------------|-------------|
|   |                      | VALOR                | PIB         | ARRECADADAÇÃO | IRPJ        |
| Lei nº 14.260, de 08 de dezembro de 2021.   |                      |                      |             |               |             |
| <b>30 Incentivo ao Desporto</b><br>Dedução do IR devido dos valores despendidos a título de patrocínio ou doação, no apoio direto a projetos desportivos e paradesportivos previamente aprovados pelo Ministério do Esporte. Limite individual de 1% do IR devido. O adicional não é dedutível.<br><br>Lei nº 11.438/06; Lei nº 13.155/15, art. 43; Lei nº 14.439/22.   | <b>31/12/2027</b>    | <b>793.237.816</b>   | <b>0,01</b> | <b>0,03</b>   | <b>0,21</b> |
| <b>31 Informática e Automação</b><br>Crédito financeiro a título de IRPJ concedido para as pessoas jurídicas habilitadas fabricantes de bens de tecnologias da informação e comunicação que investirem em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação. O valor do crédito financeiro é calculado com base no dispêndio em P&D e no faturamento no mercado interno.<br><br>Lei nº 8.248/91, art. 4º; Lei nº 10.176/01, art. 11; Lei nº 11.077/04, Lei nº 13.023/14; Lei nº 13.969/19; e Decreto nº 5.906/06.  | <b>31/12/2029</b>    | <b>6.803.748.918</b> | <b>0,06</b> | <b>0,26</b>   | <b>1,78</b> |
| <b>32 Inovação Tecnológica</b><br>A pessoa jurídica poderá excluir do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, o valor correspondente a até 60% da soma dos dispêndios realizados no período de apuração com pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica. Poderá chegar a até 80% dos dispêndios em função do número de empregados pesquisadores contratados pela pessoa jurídica. A pessoa jurídica poderá excluir do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL o valor correspondente a até 20% da soma dos dispêndios ou pagamentos vinculados à pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica objeto de patente concedida ou cultivar registrado. A pessoa jurídica poderá excluir do lucro líquido, para efeito de apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL, os dispêndios efetivados em projeto de pesquisa científica e tecnológica e de inovação tecnológica a ser executado por Instituição Científica e Tecnológica – ICT e por entidades científicas e tecnológicas privadas, sem fins lucrativos. A exclusão corresponderá, à opção da pessoa jurídica, a no mínimo a metade e no máximo duas vezes e meia o valor dos dispêndios efetuados. Exclusão do lucro real e da base de cálculo da CSLL de até 160% dos dispêndios realizados com pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica para as pessoas jurídicas que utilizarem os benefícios das Leis de capacitação e competitividade do setor de informática e automação (Leis nº 8.248/1991, 8.387/1991, e 10.176/2001).<br><br>Lei nº 11.196/05, arts. 19, 19-A, 26; Lei nº 11.487/07; Lei nº 12.546/11, art. 13; Lei nº 11.774/08, art. 4º. | <b>indeterminado</b> | <b>5.027.357.622</b> | <b>0,04</b> | <b>0,19</b>   | <b>1,31</b> |
| <b>33 Minha Casa, Minha Vida</b><br>Redução para 1% da alíquota do regime especial de tributação (RET) incidente sobre as receitas decorrentes dos projetos de incorporação de imóveis residenciais de interesse social, no âmbito do programa Minha Casa, Minha Vida, com valor comercial até limite estabelecido em lei. Cabe ao IRPJ 0,31%.<br>Lei nº 10.931/04, art. 4º, § 6º; Lei nº 12.024/09, art. 2º, Lei nº 13.097/15, arts. 4º e 6º.  | <b>indeterminado</b> | <b>88.782.153</b>    | <b>0,00</b> | <b>0,00</b>   | <b>0,02</b> |
| <b>34 Olimpíadas - Organização e Realização dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paralímpicos de 2016</b><br>Isenção do IRPJ incidente sobre receitas, lucros e rendimentos auferidos pelas Empresas vinculadas ao CIO, domiciliadas no País, e pelo RIO 2016 em relação aos fatos geradores decorrentes das atividades próprias e diretamente vinculadas à organização ou realização dos Eventos.<br>Lei nº 12.780/13; Decreto nº 8.463/15.   | <b>31/12/2017</b>    | <b>não vigente</b>   | <b>...</b>  | <b>...</b>    | <b>...</b>  |
| <b>35 PADIS - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores</b><br>Redução em 100% das alíquotas do IR e adicional incidentes sobre o lucro da exploração, nas vendas dos dispositivos efetuadas por pessoa jurídica beneficiária do PADIS.<br><br>Lei nº 11.484/07, art. 1º a 11; Lei nº 13.169/15.<br><b>Crédito financeiro a título de IRPJ concedido para empresas habilitadas no PADIS. O valor do crédito financeiro é calculado com base no investimento em pesquisa e desenvolvimento e no faturamento no mercado interno.</b><br>Lei nº 11.484/07, art. 1º a 11; Lei nº 13.169/15; Lei nº 13.969/19, Lei 14.302/22   | <b>indeterminado</b> | <b>41.805.656</b>    | <b>0,00</b> | <b>0,00</b>   | <b>0,01</b> |
| <b>36 PAIT - Planos de Poupança e Investimento</b>  | <b>indeterminado</b> | <b>6.151.676</b>     | <b>0,00</b> | <b>0,00</b>   | <b>0,00</b> |

**QUADRO XIII**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**IMPOSTO SOBRE A RENDA PESSOA JURÍDICA - IRPJ**

UNIDADE: R\$ 1,00

| GASTO TRIBUTÁRIO   | PRAZO VIGÊNCIA | PART. %       |      |           |      |
|--|----------------|---------------|------|-----------|------|
|  |                | VALOR         | PIB  | ARRECAÇÃO | IRPJ |
| Dedução, como despesa operacional, das contribuições pagas pela pessoa jurídica a plano PAT por ela instituído, desde que obedecem a critérios gerais e beneficiem no mínimo 50% dos empregados.<br>Decreto-Lei nº 2.292/86, art. 5º, § 2º.  |                |               |      |           |      |
| <b>37 PAT - Programa de Alimentação do Trabalhador</b><br>Dedução do imposto devido de valor equivalente à aplicação da alíquota cabível sobre a soma das despesas de custeio realizadas, no período-base, em Programas de Alimentação do Trabalhador, previamente aprovados pelo Ministério do Trabalho. Limite individual de 4% do IR devido. Limite conjunto PAT e PDTI/PDTA de 4% do IR devido. O adicional não é dedutível.<br><br>Lei nº 6.321/76, art. 1º; Lei nº 9.532/97, arts. 5º, 6º, inciso I.   | indeterminado  | 2.230.995.130 | 0,02 | 0,09      | 0,58 |
| <b>38 PERSE - Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos</b><br>Reduz para 0% (zero por cento), pelo prazo de 60 (sessenta) meses, contado do início da produção de efeitos desta Lei, as alíquotas das contribuições PIS, COFINS e CSLL e do IRPJ incidentes sobre o resultado auferido pelas pessoas jurídicas pertencentes ao setor de eventos.<br>Lei nº 14.148, de 03 de maio de 2021.  | 04/05/2026     | 1.118.222.212 | 0,01 | 0,04      | 0,29 |
| <b>39 Previdência Privada Fechada</b><br>Isenção do Imposto de Renda e da CSLL para as entidades de previdência complementar sem fins lucrativos.<br>Decreto-Lei 2.065/83, art. 6º; IN SRF nº 588/05, art. 17.   | indeterminado  | 183.442.146   | 0,00 | 0,01      | 0,05 |
| <b>40 PRONAC - Programa Nacional de Apoio à Cultura - Dedução Despesa Operacional</b><br>Dedução, como despesa operacional, do total do somatório das doações e dos patrocínios no apoio direto a projetos culturais aprovados na forma da regulamentação do Pronac.<br><br>Lei nº 8.313/91, art. 26, § 1º, II; Lei nº 9.249/95, art. 13, § 2º, I; Decreto nº 5.761/06, art. 30, § 1º.   | indeterminado  | 255.645.699   | 0,00 | 0,01      | 0,07 |
| <b>41 PRONAC - Programa Nacional de Apoio à Cultura - Dedução IR</b><br>A pessoa jurídica poderá deduzir do imposto devido 40% do somatório das doações e 30% do somatório dos patrocínios, tanto mediante contribuições ao Fundo Nacional de Cultura (FNC) na forma de doações, quanto mediante apoio direto a projetos culturais aprovados na forma da regulamentação do Pronac. A pessoa jurídica poderá deduzir do imposto devido 100% do somatório das doações e 100% do somatório dos patrocínios, relacionados à produção cultural, nos segmentos de: Artes cênicas; Livros de valor artístico, literário ou humanístico; Música erudita ou instrumental; Exposições de artes visuais; Doações de acervos para bibliotecas públicas, museus, arquivos públicos e cinematecas, bem assim treinamento de pessoal e aquisição de equipamentos para a manutenção desses acervos; Produção de obras cinematográficas e videofonográficas de curta e média metragem e preservação e difusão do acervo audiovisual; e Preservação do patrimônio cultural material e imaterial; Construção e manutenção de salas de cinema e teatro, que poderão funcionar também como centros culturais comunitários, em Municípios com menos de 100.000 (cem mil) habitantes. A pessoa jurídica poderá deduzir do imposto devido 100% do somatório das doações e 100% do somatório dos patrocínios, relativos à produção de obras cinematográficas e videofonográficas brasileiras de longa, média e curta metragens de produção independente, de co-produção de obras cinematográficas e videofonográficas brasileiras de produção independente, de telefilmes, minisséries, documentais, ficcionais, animações e de programas de televisão de caráter educativo e cultural, brasileiros de produção independente, aprovados pela Agência Nacional do Cinema (Ancine). Limite individual de 4% do IR devido. Limite conjunto Cultura e Audiovisual de 4% do IR devido. O adicional não é dedutível.<br><br>Lei nº 8.313/91, art. 26, §1º; Lei nº 9.249/95, art. 13, §2º, I; Decreto nº 5.761/06, arts. 28 e 30; Lei nº 8.313/91, art. 18, caput e §§ 1º e 3º; MP nº 2.228/01, art. 39, § 6º e inciso X, art. 53. | indeterminado  | 1.896.253.953 | 0,02 | 0,07      | 0,49 |
| <b>42 Pronas/PCD - Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência</b>   | 31/12/2021     | não vigente   | ...  | ...       | ...  |

**QUADRO XIII**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**IMPOSTO SOBRE A RENDA PESSOA JURÍDICA - IRPJ**

UNIDADE: R\$ 1,00

| GASTO TRIBUTÁRIO  | PRAZO VIGÊNCIA | PART. %        |      |           |      |
|---|----------------|----------------|------|-----------|------|
|   |                | VALOR          | PIB  | ARRECAÇÃO | IRPJ |
| <p>Dedução do imposto de renda devido, das doações e dos patrocínios efetuados em prol de ações e serviços de reabilitação da pessoa com deficiência, previamente aprovados pelo Ministério da Saúde e desenvolvidos pelas instituições que se destinam ao tratamento de deficiências físicas, motoras, auditivas, visuais e intelectuais. Até cinquenta por cento das doações e quarenta por cento dos patrocínios, vedada a dedução como despesa operacional. Limitadas a um por cento do IR devido, individualmente, sem limite conjunto. Adicional não dedutível.</p> <p>Lei nº 12.715/12, arts. 1º a 14; Lei nº 12.844/13, art. 28; Lei nº 13.169/15, art. 10.</p> |                |                |      |           |      |
| <p><b>43 Pronon - Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica</b></p> <p>Dedução do imposto de renda devido, das doações e dos patrocínios efetuados em prol de ações e serviços de atenção oncológica, previamente aprovados pelo Ministério da Saúde e desenvolvidos pelas instituições de prevenção e combate ao câncer. Até cinquenta por cento das doações e quarenta por cento dos patrocínios, vedada a dedução como despesa operacional. Limitadas a um por cento do IR devido, individualmente, sem limite conjunto. Adicional não dedutível.</p> <p>Lei nº 12.715/12, arts. 1º a 14; Lei nº 12.844/13, art. 28; Lei nº 13.169/15, art. 10.</p>            | 31/12/2021     | não vigente    | ...  | ...       | ...  |
| <p><b>44 PROUNI - Programa Universidade para Todos</b></p> <p>Isenção do imposto à instituição privada de ensino superior, com ou sem fins lucrativo, que aderir ao PROUNI. A isenção recairá sobre o valor do lucro e será calculada na proporção da ocupação efetiva das bolsas devidas</p> <p>Lei nº 11.096/05.</p>  | indeterminado  | 1.680.554.070  | 0,01 | 0,07      | 0,44 |
| <p><b>45 Rota 2030</b></p> <p>Dedução do IRPJ devido, o valor correspondente à aplicação da alíquota e adicional do IRPJ sobre até 30% dos dispêndios realizados no País, desde que sejam classificáveis como despesas operacionais aplicados em pesquisa e desenvolvimento.</p> <p>MP 843/2018; Lei 13.755/18, art. 11; Decreto nº 9.557/18, art.19.</p>   | 31/07/2023     | não vigente    | ...  | ...       | ...  |
| <p><b>46 Simples Nacional - Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte</b></p> <p>Redução da base de cálculo e modificação da alíquotas para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, que optaram pelo Simples Nacional.</p> <p>Lei Complementar nº 123/06; Lei Complementar nº 127/07; Lei Complementar nº 139/11; Lei Complementar nº 147/14.</p>  | indeterminado  | 26.175.912.458 | 0,23 | 1,01      | 6,83 |
| <p><b>47 SUDAM - Isenção Projeto Industrial / Agrícola</b></p> <p>Isenção do IRPJ para empreendimento industrial ou agrícola que tenha sido instalado, ampliado, modernizado ou diversificado, até 31 de dezembro de 1997 ou cujo projeto tenha sido aprovado ou protocolizado até 14 de novembro de 1997.</p> <p>Lei nº 9.532/97, art. 3º; Lei nº 9.808/99, art. 13.</p>   | indeterminado  | 0              | 0,00 | 0,00      | 0,00 |
| <p><b>48 SUDAM - Isenção Projeto Tecnologia Digital</b></p> <p>Isenção do IRPJ para fabricantes de máquinas, equipamentos, instrumentos e dispositivos, baseados em tecnologia digital, voltados para o programa de inclusão digital, com projetos aprovados na região da SUDAM e SUDENE. Aprovação até 31/12/2018 e uso por dez anos.</p> <p>Lei nº 12.546/12, art. 11; MP nº 2.199-14/01, art. 1º, § 1-A; Lei nº 12.715/12, art. 69; Lei nº 12.995/14, art. 10.</p>   | 31/12/2033     | 0              | 0,00 | 0,00      | 0,00 |
| <p><b>49 SUDAM - Redução 75% Projeto Setor Prioritário</b></p> <p>Redução de 75% do IRPJ para empreendimentos, com projetos protocolizados e aprovados após 23 de agosto de 2000, enquadrados em setores da economia considerados, em ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional. Aprovação até 31/12/2018 e uso por dez anos.</p> <p>MP nº 2.199-14/01, art. 1º; Lei nº 12.715/12, art. 69; Lei nº 12.995/14, art. 10; Lei nº 13.799/19, art. 1º; Decreto nº 9.682/19.</p>   | 31/12/2033     | 6.213.987.931  | 0,05 | 0,24      | 1,62 |
| <p><b>50 SUDAM - Redução Escalonada Projeto Industrial / Agrícola</b></p>   | 31/12/2013     | não vigente    | ...  | ...       | ...  |

**QUADRO XIII**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**IMPOSTO SOBRE A RENDA PESSOA JURÍDICA - IRPJ**

UNIDADE: R\$ 1,00

| GASTO TRIBUTÁRIO   | PRAZO VIGÊNCIA | PART. %       |      |           |      |
|--|----------------|---------------|------|-----------|------|
|  |                | VALOR         | PIB  | ARRECAÇÃO | IRPJ |
| <p>Redução escalonada do IRPJ para empreendimentos industriais ou agrícolas instalados a partir de 1º de janeiro de 1998 ou cujo projeto tenha sido aprovado ou protocolizado após 14 de novembro de 1997 e até 23 de agosto de 2000. A redução será de: 75% a partir de 1º de janeiro de 1998 até 31 de dezembro de 2003; 50%, a partir de 1º de janeiro de 2004 até 31 de dezembro de 2008; 25%, a partir de 1º de janeiro de 2009 até 31 de dezembro de 2013.</p> <p>Lei nº 9.532/97, art. 3º, I, II, III e § 1º; Lei nº 9.808/99, art. 13.</p>   |                |               |      |           |      |
| <p><b>51 SUDAM - Redução Escalonada Projeto Setor Prioritário</b></p> <p>Redução escalonada do IRPJ para os empreendimentos industriais ou agrícolas enquadrados em setores da economia considerados, em ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional, mantidos em operação nas áreas de atuação da Sudam e da Sudene, ou sediados na Zona Franca de Manaus, reconhecidos como de interesse para o desenvolvimento da região. A redução será de: 37,5%, a partir de 1º de janeiro de 1998 até 31 de dezembro de 2003; 25%, a partir de 1º de janeiro de 2004 até 31 de dezembro de 2008; 12,5%, a partir de 1º de janeiro de 2009 até 31 de dezembro de 2013.</p> <p>Lei nº 9.532/97, art. 3º, § 2º; MP nº 2.199-14/01, art. 2º.</p>                             | 31/12/2013     | não vigente   | ...  | ...       | ...  |
| <p><b>52 SUDAM - Redução por Reinvestimento</b></p> <p>Redução de 30% do IRPJ para os empreendimentos considerados, em ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional, que depositarem no Banco do Nordeste do Brasil S/A, para reinvestimento, 30% do valor do imposto devido, exceto adicional, calculado sobre o lucro da exploração, acrescido de 50% de recursos próprios, ficando, porém, a liberação desses recursos condicionada à aprovação, pela SUDENE, dos respectivos projetos técnico-econômicos de modernização ou complementação de equipamento.</p> <p>Lei nº 8.167/91, art. 19; Lei nº 8.191/91, art. 4º; Lei nº 9.532/97, art. 2º; MP nº 2.199-14/01, art. 3º; Lei nº 12.715/2012, art. 69; Lei nº 13.799/19, art. 1º; Decreto nº 9.682/19.</p> | 31/12/2023     | não vigente   | ...  | ...       | ...  |
| <p><b>53 SUDENE - Isenção Projeto Industrial / Agrícola</b></p> <p>Isenção do IRPJ para empreendimento industrial ou agrícola que tenha sido instalado, ampliado, modernizado ou diversificado, até 31 de dezembro de 1997 ou cujo projeto tenha sido aprovado ou protocolizado até 14 de novembro de 1997.</p> <p>Lei nº 9.532/97, art. 3º; Lei nº 9.808/99, art. 13.</p>   | indeterminado  | 3.428.308     | 0,00 | 0,00      | 0,00 |
| <p><b>54 SUDENE - Isenção Projeto Tecnologia Digital</b></p> <p>Isenção do IRPJ para fabricantes de máquinas, equipamentos, instrumentos e dispositivos, baseados em tecnologia digital, voltados para o programa de inclusão digital, com projetos aprovados na região da SUDAM e SUDENE. Aprovação até 31/12/2018 e uso por dez anos.</p> <p>Lei nº 12.546/12, art. 11; MP nº 2.199-14/01, art. 1º, § 1-A; Lei nº 12.715/12, art. 69; Lei nº 12.995/14, art. 10.</p>   | 31/12/2033     | 0             | 0,00 | 0,00      | 0,00 |
| <p><b>55 SUDENE - Redução 75% Projeto Setor Prioritário</b></p> <p>Redução de 75% do IRPJ para empreendimentos, com projetos protocolizados e aprovados após 23 de agosto de 2000, enquadrados em setores da economia considerados, em ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional. Aprovação até 31/12/2018 e uso por dez anos.</p> <p>MP nº 2.199-14/01, art. 1º; Lei nº 12.715/12, art. 69; Lei nº 12.995/14, art. 10; Lei nº 13.799/19, art. 1º; Decreto nº 9.682/19.</p>   | 31/12/2033     | 8.700.954.941 | 0,08 | 0,34      | 2,27 |
| <p><b>56 SUDENE - Redução Escalonada Projeto Industrial / Agrícola</b></p> <p>Redução escalonada do IRPJ para empreendimentos industriais ou agrícolas instalados a partir de 1º de janeiro de 1998 ou cujo projeto tenha sido aprovado ou protocolizado após 14 de novembro de 1997 e até 23 de agosto de 2000. A redução será de: 75% a partir de 1º de janeiro de 1998 até 31 de dezembro de 2003; 50%, a partir de 1º de janeiro de 2004 até 31 de dezembro de 2008; 25%, a partir de 1º de janeiro de 2009 até 31 de dezembro de 2013.</p> <p>Lei nº 9.532/97, art. 3º, I, II, III e § 1º; Lei nº 9.808/99, art. 13.</p>  | 31/12/2013     | não vigente   | ...  | ...       | ...  |
| <p><b>57 SUDENE - Redução Escalonada Projeto Setor Prioritário</b></p>   | 31/12/2013     | não vigente   | ...  | ...       | ...  |

**QUADRO XIII**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**IMPOSTO SOBRE A RENDA PESSOA JURÍDICA - IRPJ**

UNIDADE: R\$ 1,00

| GASTO TRIBUTÁRIO  | PRAZO VIGÊNCIA | PART. %        |      |             |       |
|---|----------------|----------------|------|-------------|-------|
|   |                | VALOR          | PIB  | ARRECADAÇÃO | IRPJ  |
| <p>Redução escalonada do IRPJ para os empreendimentos industriais ou agrícolas enquadrados em setores da economia considerados, em ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional, mantidos em operação nas áreas de atuação da Sudam e da Sudene, ou sediados na Zona Franca de Manaus, reconhecidos como de interesse para o desenvolvimento da região. A redução será de: 37,5%, a partir de 1º de janeiro de 1998 até 31 de dezembro de 2003; 25%, a partir de 1º de janeiro de 2004 até 31 de dezembro de 2008; 12,5%, a partir de 1º de janeiro de 2009 até 31 de dezembro de 2013.</p> <p>Lei nº 9.532/97, art. 3º, § 2º; MP nº 2.199-14/01, art. 2º.</p>  |                |                |      |             |       |
| <p><b>58 SUDENE - Redução por Reinvestimento</b></p> <p>Redução de 30% do IRPJ para os empreendimentos considerados, em ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional, que depositarem no Banco do Nordeste do Brasil S/A, para reinvestimento, 30% do valor do imposto devido, exceto adicional, calculado sobre o lucro da exploração, acrescido de 50% de recursos próprios, ficando, porém, a liberação desses recursos condicionada à aprovação, pela SUDENE, dos respectivos projetos técnico-econômicos de modernização ou complementação de equipamento.</p> <p>Lei nº 8.167/91, art. 19; Lei nº 8.191/91, art. 4º; Lei nº 9.532/97, art. 2º; MP nº 2.199-14/01, art. 3º; Lei nº 12.715/12, art. 69; Lei nº 13.799/19, art. 1º; Decreto nº 9.682/19.</p> | 31/12/2023     | não vigente    | ...  | ...         | ...   |
| <p><b>59 TEF - Tributação Específica do Futebol</b></p> <p>Regime de tributação específico para as Sociedades Anônimas do Futebol que unifica o recolhimento do IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e Contribuição Previdenciária (artigos I, II e III do caput e no §6º do art. 22 da Lei nº 8.212/91). O regime consiste na tributação das receitas mensais com a aplicação de uma alíquota de 5%, nos 5 primeiros anos-calendário da constituição da sociedade, e de 4%, a partir do 6º ano calendário.</p> <p>Lei nº 14.193/2021, arts. 31 e 32.</p>  | indeterminado  | 189.231.220    | 0,00 | 0,01        | 0,05  |
| <p><b>60 TI e TIC - Tecnologia de Informação e Tecnologia da Informação e da Comunicação</b></p> <p>Exclusão do lucro líquido, para efeito de apuração do lucro real, dos custos e despesas com capacitação de pessoal que atua no desenvolvimento de programas de computador (software) das empresas dos setores de tecnologia de informação - TI e de tecnologia da informação e da comunicação – TIC, sem prejuízo da dedução normal.</p> <p>Lei nº 11.908/09, art. 11; Lei nº 11.774/08, art. 13-A.</p>   | indeterminado  | 791.865        | 0,00 | 0,00        | 0,00  |
| <p><b>61 Vale-Cultura</b></p> <p>Dedução do IRPJ devido do valor despendido a título de aquisição do vale-cultura pela pessoa jurídica beneficiária tributada com base no lucro real. A dedução é limitada a 1% do IR Devido. Adicional não dedutível. Dedução como despesa operacional do valor despendido a título de aquisição do vale-cultura para fins de apuração do imposto sobre a renda.</p> <p>Lei nº 12.761/12, art. 10.</p>   | 31/12/2016     | não vigente    | ...  | ...         | ...   |
| <b>TOTAL</b>  |                | 87.476.614.858 | 0,76 | 3,39        | 22,83 |

**QUADRO XIV**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF**

UNIDADE: R\$ 1,00

| GASTO TRIBUTÁRIO  | PRAZO VIGÊNCIA | VALOR       | PART. % |            |      |
|---|----------------|-------------|---------|------------|------|
|   |                |             | PIB     | ARRECADADO | IRRF |
| <b>1 Academia Brasileira de Letras - ABL</b><br>Isenção de IOF, PIS sobre folha de salários, do imposto de renda sobre rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou variável pela Academia Brasileira de Letras, pela Associação Brasileira de Imprensa e pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.(efeitos a partir do 1º dia do exercício seguinte à inclusão no PLOA)<br><br>Lei nº 13.353/16, art. 2º; Lei nº 9532/97, art. 15.   | indeterminado  | 0           | 0,00    | 0,00       | 0,00 |
| <b>2 Associação Brasileira de Imprensa - ABI</b><br>Isenção de IOF, PIS sobre folha de salários, do imposto de renda sobre rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou variável pela Academia Brasileira de Letras, pela Associação Brasileira de Imprensa e pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.(efeitos a partir do 1º dia do exercício seguinte à inclusão no PLOA)<br><br>Lei nº 13.353/16, art. 2º; Lei nº 9532/97, art. 15.   | indeterminado  | 0           | 0,00    | 0,00       | 0,00 |
| <b>3 Associações de Poupança e Empréstimo</b><br>Redução da base de cálculo do imposto. As associações pagarão o imposto devido, correspondente aos rendimentos e ganhos líquidos auferidos em aplicações financeiras, à alíquota de 15%, calculado sobre 28% do valor dos referidos rendimentos e ganhos líquidos.<br><br>Lei nº 9.430/96, art. 57.  | indeterminado  | 21.842.680  | 0,00    | 0,00       | 0,01 |
| <b>4 Atividade Audiovisual</b><br>Redução de 70% do imposto de renda retido na fonte sobre as importâncias pagas, creditadas, empregadas, remetidas ou entregues aos produtores, distribuidores ou intermediários no exterior, como rendimentos decorrentes da exploração de obras audiovisuais estrangeiras em todo território nacional, ou por sua aquisição ou importação a preço fixo, desde que invistam no desenvolvimento de projetos de produção de obras cinematográficas brasileiras de longa-metragem de produção independente, e na coprodução de telefilmes e minisséries brasileiros de produção independente e de obras cinematográficas brasileiras de produção independente. Redução de 70% do imposto de renda retido na fonte sobre o crédito, emprego, remessa, entrega ou pagamento pela aquisição ou remuneração, a qualquer título, de direitos, relativos à transmissão, por meio de radiodifusão de sons e imagens e serviço de comunicação eletrônica de massa por assinatura, de quaisquer obras audiovisuais ou eventos, mesmo os de competições desportivas das quais faça parte representação brasileira, desde que invistam no desenvolvimento de projetos de produção de obras cinematográficas brasileira de longa-metragem de produção independente e na coprodução de obras cinematográficas e videofonográficas brasileiras de produção independente de curta, média e longas-metragens, documentários, telefilmes e minisséries.<br><br>Lei nº 8.685/93, arts. 3º e 3º-A; Decreto-Lei nº 1.089/70; Lei nº 9.430/96, art. 72. | indeterminado  | 175.461.140 | 0,00    | 0,01       | 0,09 |
| <b>5 Copa do Mundo - Organização e Operacionalização da Copa das Confederações (2013) e da Copa do Mundo Fifa (2014)</b><br>Isenção do IRRF para Fifa e a Subsiidiária Fifa no Brasil em relação aos fatos geradores decorrentes das atividades próprias e diretamente vinculadas à organização ou realização dos Eventos.<br>Lei nº 12.350/10, art. 7º, I, a; art. 8º, I, b.   | 31/12/2015     | não vigente | ...     | ...        | ...  |
| <b>6 Debêntures de sociedades de propósito específico para investimento na área de infraestrutura</b><br>Os rendimentos auferidos por pessoa física ficam sujeitos à incidência do imposto sobre a renda, exclusivamente na fonte à alíquota zero. Emissão até 31/12/2030.<br>Lei nº 12.431/11, art. 2º, § 1º e 3º; Lei nº 13.043/14, art. 20.  | indeterminado  | 326.390.079 | 0,00    | 0,01       | 0,17 |
| <b>7 Debêntures de sociedades de propósito específico para investimento na Produção Econômica Intensiva em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação</b><br>Os rendimentos auferidos por pessoa física ficam sujeitos à incidência do imposto sobre a renda, exclusivamente na fonte à alíquota zero. Emissão até 31/12/2030.<br>Lei nº 12.431/11, art. 2º, § 1º e 3º; Lei nº 13.043/14, art. 20.  | indeterminado  | 0           | 0,00    | 0,00       | 0,00 |
| <b>8 FIP-IE - Fundo de Investimento em Participações em Infra-Estrutura</b><br>Os rendimentos distribuídos à pessoa física ficam isentos do imposto de renda na fonte e na declaração de ajuste anual das pessoas físicas. Áreas de energia, transporte, água e saneamento básico, irrigação e outros considerados prioritários pelo poder executivo.<br><br>Lei nº 11.478/07, art. 2º, §3º; Lei nº 12.431/11, art. 4º.   | indeterminado  | 0           | 0,00    | 0,00       | 0,00 |

**QUADRO XIV**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF**

UNIDADE: R\$ 1,00

| GASTO TRIBUTÁRIO  | PRAZO VIGÊNCIA | PART. %        |      |           |      |
|---|----------------|----------------|------|-----------|------|
|   |                | VALOR          | PIB  | ARRECAÇÃO | IRRF |
| <p><b>9 FIP-PD&amp;I - Fundo de Investimento em Participação na Produção Econômica Intensiva em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação e Debêntures</b></p> <p>Os rendimentos distribuídos à pessoa física ficam isentos do imposto de renda na fonte e na declaração de ajuste anual das pessoas físicas.<br/>Lei nº 11.478/07, art. 2º, §3º; Lei nº 12.431/11, art. 4º.</p>   | indeterminado  | 0              | 0,00 | 0,00      | 0,00 |
| <p><b>10 Inovação Tecnológica</b></p> <p>Redução a zero da alíquota do imposto de renda retido na fonte nas remessas efetuadas para o exterior destinadas ao registro e manutenção de marcas, patentes e cultivares.</p> <p>Lei nº 11.196/05, art. 17, inciso VI.</p>   | indeterminado  | 3.250.750      | 0,00 | 0,00      | 0,00 |
| <p>Crédito de IRRF sobre os valores pagos, remetidos ou creditados a beneficiários residentes ou domiciliados no exterior, a título de royalties, de assistência técnica ou científica e de serviços especializados. Revogado pela Lei 12.350/10, art. 63, I.<br/>Lei nº 11.196/05, art. 17, inciso V, § 5º.</p>  | 27/07/2010     | não vigente    | ...  | ...       | ...  |
| <p><b>11 Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB</b></p> <p>Isenção de IOF, PIS sobre folha de salários, do imposto de renda sobre rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou variável pela Academia Brasileira de Letras, pela Associação Brasileira de Imprensa e pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. (efeitos a partir do 1º dia do exercício seguinte à inclusão no PLOA)</p> <p>Lei nº 13.353/16, art. 2º; Lei nº 9532/1997, art. 15.</p>   | indeterminado  | 0              | 0,00 | 0,00      | 0,00 |
| <p><b>12 Leasing de Aeronaves</b></p> <p>Redução a zero da alíquota do imposto de renda retido na fonte incidentes sobre crédito, entrega, emprego ou remessa, por fonte situada no País, a pessoa jurídica domiciliada no exterior, a título de contraprestação de contrato de arrendamento mercantil de aeronave ou dos motores a ela destinados, celebrado por empresa de transporte aéreo público regular, de passageiros ou de cargas, até 31 de dezembro de 2023. Redução para 1% em 2024, 2% em 2025 e 3% em 2026. A MPV 1049 que dispõe sobre redução de alíquotas de 01/01/22 a 31/12/24 ainda está em tramitação.</p> <p>Lei nº 11.371/06, art. 16; Lei nº 9.481/97, art. 1º, V; Lei nº 13.043/14, art. 89, Lei 14.002/20, MP 1094/21 e Lei 14.355/22.</p>  | 31/12/2026     | 334.659.402    | 0,00 | 0,01      | 0,17 |
| <p><b>13 Olimpíadas - Organização e Realização dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paralímpicos de 2016</b></p> <p>Isenção do IRRF incidente sobre os rendimentos pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos, em espécie, pelo CIO, por Empresas vinculadas, ou pelo RIO 2016, ou recebidos por esses sujeitos, em relação aos fatos geradores decorrentes das atividades próprias e diretamente vinculadas à organização ou realização dos Eventos.</p> <p>Lei nº 12.780/13; Decreto nº 8.463/15.</p>   | 31/12/2017     | não vigente    | ...  | ...       | ...  |
| <p><b>14 Poupança</b></p> <p>Isenção do imposto de renda sobre os os rendimentos auferidos por pessoa física em contas de depósitos de poupança<br/>Lei nº 8.981/95, art. 68, III.</p>  | indeterminado  | 12.192.102.048 | 0,11 | 0,47      | 6,33 |
| <p><b>15 Promoção de Produtos e Serviços Brasileiros</b></p> <p>Redução a zero da alíquota do IRRF incidente sobre valores pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos para o exterior, em decorrência de despesas com pesquisas de mercado, aluguéis e arrendamentos de stands e locais para exposições, feiras e conclaves semelhantes, promoção e propaganda no eventos, para produtos e serviços brasileiros e para promoção de destinos turísticos brasileiros e por órgãos do Poder Executivo Federal, relativos à contratação de serviços destinados à promoção do Brasil no exterior. Redução a zero da alíquota do IRRF sobre remessas, para o exterior, destinadas ao pagamento de despesas com pesquisa de mercado para produtos brasileiros de exportação, participação em exposições, feiras e eventos, aluguéis e arrendamentos de estandes e locais de exposição, propaganda nos eventos, vinculadas à promoção de produtos brasileiros.</p> <p>Lei nº 9.481/97, art. 1º, III; Decreto nº 6.761/09; MP nº 2.159/01, art. 9º.</p> | indeterminado  | 11.267.894     | 0,00 | 0,00      | 0,01 |
| <p><b>16 Títulos de Crédito - Setor Imobiliário e do Agronegócio</b></p>  | indeterminado  | 7.197.255.527  | 0,06 | 0,28      | 3,73 |

**QUADRO XIV**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF**

UNIDADE: R\$ 1,00

| GASTO TRIBUTÁRIO   | PRAZO VIGÊNCIA | PART. %        |      |           |       |
|--|----------------|----------------|------|-----------|-------|
|  |                | VALOR          | PIB  | ARRECAÇÃO | IRRF  |
| Isenção de IRPF sobre rendimentos de letras hipotecárias, letras de crédito do agronegócio e imobiliário (LCA e LCI) e certificados de recebíveis do agronegócio e imobiliários (CRA e CRI). |                |                |      |           |       |
| Lei nº 13.097/15, art. 90, I; Lei nº 11.033/2004, art. 3º, II a V.   |                |                |      |           |       |
| TOTAL  |                | 20.262.229.520 | 0,18 | 0,78      | 10,51 |

**QUADRO XV**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTADO**  
**IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - OPERAÇÕES INTERNAS - IPI-INTERNO**

UNIDADE: R\$ 1,00

| GASTO TRIBUTÁRIO   | PRAZO VIGÊNCIA | VALOR         | PART. % |             |      |
|--|----------------|---------------|---------|-------------|------|
|  |                |               | PIB     | ARRECADAÇÃO | IPI  |
| <p><b>1 Áreas de Livre Comércio</b></p> <p>Tabatinga-AM, Guajará-Mirim-RO, Pacaraima e Bonfim-RR, Macapá/Santana-AP e Brasília e Cruzeiro do Sul-AC. Isenção do imposto na entrada de produtos nacionais ou nacionalizados, quando destinados a consumo beneficiamento, estocagem ou industrialização com exceção de armas e munições, veículos de passageiros, bebidas alcoólicas, produtos de perfumaria e toucador, fumo e derivados. Isenção do imposto incidente sobre os produtos industrializados nas Áreas de Livre Comércio, destinados a consumo interno ou comercialização para outros pontos do território nacional, desde que os produtos tenham em sua composição final preponderância de matérias-primas de origem regional, provenientes dos segmentos animal, vegetal, mineral, exceto os minérios do Capítulo 26 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, ou agrossilvopastoril, observada a legislação ambiental pertinente e conforme definido em regulamento.</p> <p>Lei nº 7.965/89, arts. 4º, 6º e 13; Lei nº 8.210/91, arts. 6º e 13; Lei nº 8.256/91, arts. 7º e 14; Lei nº 8.387/91, art. 11, § 2º; Lei nº 8.857/94, art. 7º; Lei nº 8.981/95, arts. 108, 109 e 110; Lei nº 13.023/14, art. 3º; Lei nº 11.898/09; Decreto nº 8.597/15.</p> | 31/12/2050     | 577.986.509   | 0,01    | 0,02        | 1,42 |
| <p><b>2 Automóveis - Pessoas Portadoras de Deficiência</b></p> <p>Isenção do IPI na aquisição de automóveis por pessoas portadoras de deficiência física, visual, mental severa ou profunda, ou autistas.</p> <p>Lei nº 8.989/95; Lei nº 12.767/12, art. 29; Lei nº 13.146/2015, art. 126, Lei 14.183/21 e Lei 14.287/21</p>   | 31/12/2026     | 1.169.064.692 | 0,01    | 0,05        | 2,86 |
| <p><b>3 Copa do Mundo - Organização e Operacionalização da Copa das Confederações (2013) e da Copa do Mundo Fifa (2014)</b></p> <p>Isenção de IPI para os produtos nacionais adquiridos pela Fifa, por Subsidiária Fifa no Brasil e pela Emissora Fonte da Fifa, diretamente de estabelecimento industrial fabricante, para uso ou consumo na organização e realização dos Eventos.</p> <p>Lei nº 12.350/10, arts. 2º a 16.</p>  | 31/12/2015     | não vigente   | ...     | ...         | ...  |
| <p><b>4 Embarcações</b></p> <p>Suspensão da incidência de IPI na aquisição, realizada por estaleiros navais brasileiros, de materiais e equipamentos, incluindo partes, peças e componentes, destinados ao emprego na construção, conservação, modernização, conversão ou reparo de embarcações pré-registradas ou registradas no REB. A suspensão converte-se em alíquota 0 (zero) após a incorporação ou utilização dos bens adquiridos.</p> <p>Lei nº 9.493/97, art. 10; Lei nº 11.774/08, art. 15; Decreto nº 6.704/08.</p>  | indeterminado  | 11.889.649    | 0,00    | 0,00        | 0,03 |
| <p><b>5 Equipamentos Desportivos</b></p> <p>Isenção do IPI incidente sobre equipamentos e materiais destinados, exclusivamente, ao treinamento e preparação de atletas e equipes brasileiras para competições desportivas em jogos olímpicos, paraolímpicos, pan-americanos, parapan-americanos, nacionais e mundiais.</p> <p>Lei nº 10.451/02, arts. 8º a 13; Lei nº 11.827/08, art. 5º; Lei nº 12.649/12, art. 9º.</p>   | 31/12/2015     | não vigente   | ...     | ...         | ...  |
| <p><b>6 Informática e Automação</b></p> <p>As empresas de desenvolvimento ou produção de bens e serviços de informática e automação farão jus aos benefícios de isenção/redução do imposto: de 80% até 2024; 75% até 2026; 70% até 2029. Para os bens de informática e automação produzidos nas regiões Centro-Oeste, Sudam e Sudene - isenção/redução do imposto: de 95% até 2024; 90% até 2026; 85% até 2029. Para microcomputadores portáteis - isenção/redução do imposto: de 95% até 2024; 90% até 2026; 70% até 2029. Para microcomputadores portáteis produzidos nas regiões Centro-Oeste, Sudam e Sudene - isenção/redução do imposto: isenção até 2024; 95% até 2026; 85% 2029. Para os bens de informática e automação desenvolvidos no país - isenção/redução do imposto: de 100% até 2024; 95% até 2026; 90% 2029. Para os bens de informática e automação desenvolvidos no país e produzidos nas regiões Centro-Oeste, Sudam e Sudene - isenção/redução do imposto: isenção até 2024; 95% até 2026; 85% 2029.</p> <p>Lei nº 8.248/91, art. 4º; Lei nº 10.176/01, art. 11; Lei nº 11.077/04, Lei nº 13.023/14; Decreto nº 5.906/06.</p>  | 31/03/2020     | não vigente   | ...     | ...         | ...  |
| <p><b>7 Inovação Tecnológica</b></p> <p>Redução de 50% do IPI sobre equipamentos, máquinas, aparelhos e instrumentos, bem como os acessórios sobressalentes e ferramentas que acompanhem esses bens, destinados à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico.</p> <p>Lei nº 11.196/05, art. 17; Decreto nº 5.798/06.</p>  | indeterminado  | 49.724        | 0,00    | 0,00        | 0,00 |

**QUADRO XV**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - OPERAÇÕES INTERNAS - IPI-INTERNO**

UNIDADE: R\$ 1,00

|    | GASTO TRIBUTÁRIO  | PRAZO VIGÊNCIA | PART. %     |      |            |      |
|----|---|----------------|-------------|------|------------|------|
|    |   |                | VALOR       | PIB  | ARRECADADO | IPI  |
| 8  | <b>Inovar-Auto - Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores</b><br>Crédito Presumido de IPI para as empresas habilitadas, relativo aos dispêndios em pesquisa; desenvolvimento tecnológico; inovação tecnológica; recolhimentos FNDCT; capacitação de fornecedores; engenharia e tecnologia industrial básica. Limitado a 2,75% da receita bruta total de venda de bens e serviços.<br>Lei nº 12.715/12, arts. 40 a 44; Decreto nº 7.819/12.  | 31/12/2017     | não vigente | ...  | ...        | ...  |
| 9  | <b>Olimpiadas - Organização e Realização dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016</b><br>Isenção de IPI para os produtos nacionais adquiridos diretamente de estabelecimento industrial fabricante, para uso ou consumo na organização ou realização dos Eventos.<br>Lei nº 12.780/13; Decreto nº 8.463/15.  | 31/12/2017     | não vigente | ...  | ...        | ...  |
| 10 | <b>PADIS - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores</b><br>Redução a zero das alíquotas do IPI na importação ou compra no mercado interno de máquinas, aparelhos, instrumentos, equipamentos, softwares e insumos para incorporação ao ativo imobilizado.<br>Lei nº 11.484/07, arts. 1º a 11; Lei nº 13.169/15, Lei 14.302/22 e Decreto 10.615/21  | 31/12/2026     | 0           | 0,00 | 0,00       | 0,00 |
| 11 | <b>PATVD - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital</b><br>Redução a zero das alíquotas do IPI, na importação ou venda no mercado interno de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, para incorporação ao ativo imobilizado, softwares e insumos. Redução a zero das alíquotas do IPI nas vendas dos equipamentos transmissores efetuadas por pessoa jurídica beneficiária do PATVD.<br>Lei nº 11.484/07, art. 12 ao 22 e 66.   | 22/01/2017     | não vigente | ...  | ...        | ...  |
| 12 | <b>PROUCA - REICOMP - Regime Especial de Incentivo a Computadores para Uso Educacional</b><br>Suspensão do IPI incidente na aquisição no mercado interno de matérias-primas, e produtos intermediários destinados à fabricação dos equipamentos. A suspensão converte-se em alíquota zero após a incorporação ou utilização dos bens nos equipamentos. Isenção de IPI na venda dos equipamentos de informática por pessoa jurídica beneficiária do REICOMP para escolas.<br>Lei nº 12.249/10, art. 6 a 14 e 139; Lei nº 12.715/12, art. 15 a 23 e 78.   | 31/12/2015     | não vigente | ...  | ...        | ...  |
| 13 | <b>RECINE - Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica</b><br>Suspensão da exigência do IPI incidente nas aquisições no mercado interno de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, para incorporação no ativo permanente e utilização em complexos de exibição ou cinemas itinerantes, bem como de materiais para sua construção. A suspensão converte-se em isenção após incorporação no ativo permanente e utilização do bem ou material de construção no complexo de exibição cinematográfica.<br>Lei nº 12.599/12, arts.12 a 14; Decreto nº 7.729/12; Lei nº 13.594/18; Lei nº 14.044/2020. | 31/12/2024     | 131.856     | 0,00 | 0,00       | 0,00 |
| 14 | <b>RECOPA - Regime Especial de Tributação para Construção, Ampliação, Reforma ou Modernização de Estádios de Futebol</b><br>Suspensão do IPI incidente sobre a aquisição de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, e de materiais de construção para utilização ou incorporação no estádio de futebol da pessoa jurídica beneficiária do RECOPA. A suspensão converte-se em alíquota zero após a utilização ou incorporação do bem.<br>Lei nº 12.350/10, arts. 17 a 21.   | 30/06/2014     | não vigente | ...  | ...        | ...  |
| 15 | <b>REIF - Regime Especial de Incentivo ao Desenvolvimento da Infraestrutura da Indústria de Fertilizantes</b><br>Suspensão do IPI incidente na saída do estabelecimento industrial ou equiparado de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, e de materiais de construção para utilização ou incorporação no projeto aprovado.<br>Lei nº 12.794/13, arts. 5º a 11.  | 20/09/2017     | não vigente | ...  | ...        | ...  |

**QUADRO XV**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - OPERAÇÕES INTERNAS - IPI-INTERNO**

UNIDADE: R\$ 1,00

|    | GASTO TRIBUTÁRIO  | PRAZO VIGÊNCIA | VALOR       | PART. % |               |      |
|----|---|----------------|-------------|---------|---------------|------|
|    |   |                |             | PIB     | ARRECADADAÇÃO | IPI  |
| 16 | <b>RENUCLEAR - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Usinas Nucleares</b><br><br>Suspensão do IPI na venda no mercado interno de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, e de materiais de construção para utilização ou incorporação em obras de infraestrutura destinadas ao ativo imobilizado, quando a aquisição for efetuada por pessoa jurídica beneficiária do RENUCLEAR. A suspensão converte-se em isenção após a utilização ou incorporação do bem ou material de construção na obra de infraestrutura.<br><br>Lei nº 12.431/11, arts. 14 a 17.  | 31/12/2020     | não vigente | ...     | ...           | ...  |
| 17 | <b>REPENEC - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste</b><br><br>Suspensão do IPI interno incidente na aquisição no mercado interno de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, e de materiais de construção para utilização ou incorporação em obras de infraestrutura destinadas ao ativo imobilizado de pessoa jurídica beneficiária do REPENEC. As suspensões convertem-se em alíquota zero após a utilização ou incorporação do bem ou material de construção na obra de infraestrutura.<br><br>Lei nº 12.249/10, arts. 1º a 5º.   | 30/06/2016     | não vigente | ...     | ...           | ...  |
| 18 | <b>REPUBL-Redes - Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações</b><br><br>Suspensão do IPI sobre venda no mercado interno de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos novos e de materiais de construção para utilização ou incorporação nas obras civis dos projetos aprovados para implantação, ampliação ou modernização de redes de telecomunicações que suportam acesso à Internet em banda larga. A suspensão converte-se em alíquota zero após a incorporação do bem.<br><br>Lei nº 12.715/12, arts. 28 a 33.   | 31/12/2016     | não vigente | ...     | ...           | ...  |
| 19 | <b>REPORTO - Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária</b><br><br>Suspensão do IPI sobre aquisições no mercado interno de máquinas, equipamentos, peças de reposição e outros bens importados pelos beneficiários do REPORTO e destinados ao seu ativo imobilizado para utilização exclusiva na execução de serviços de: carga, descarga, armazenagem e movimentação de mercadorias e produtos; sistemas suplementares de apoio operacional; proteção ambiental; sistemas de segurança e de monitoramento de fluxo de pessoas, mercadorias, produtos, veículos e embarcações; dragagens; e treinamento e formação de trabalhadores, inclusive na implantação de Centros de Treinamento Profissional. São beneficiários do REPORTO o operador portuário, o concessionário de porto organizado, o arrendatário de instalação portuária de uso público e a empresa autorizada a explorar instalação portuária de uso privativo misto ou exclusivo, inclusive aquelas que operam com embarcações de offshore, o concessionário de transporte ferroviário, empresas de dragagem, recintos alfandegados de zona secundária e dos Centros de Treinamento Profissional. A suspensão converte-se em isenção após o decurso do prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da ocorrência do respectivo fato gerador.<br><br>Lei nº 11.033/04, arts. 13 a 16, em específico: art. 14; Decreto nº 6.582/08; Lei nº 11.774/08, art. 5º; Lei nº 12.715/12, art. 39; Lei nº 12.688/12, art. 30; Lei nº 13.169, art. 7º; Lei 14.301/22. | 31/12/2023     | não vigente | ...     | ...           | ...  |
| 20 | <b>Resíduos Sólidos</b><br><br>Crédito presumido do IPI para os estabelecimentos industriais na aquisição de resíduos sólidos utilizados como matérias-primas ou produtos intermediários na fabricação de seus produtos.<br><br>Lei nº 12.375/10, art. 5º; Lei nº 13.097/15, art. 7º; Decreto nº 7.619/2011.  | 31/12/2018     | não vigente | ...     | ...           | ...  |
| 21 | <b>RETAERO - Regime Especial de Incentivos Tributários para a Indústria Aeroespacial Brasileira</b><br><br>Suspensão de IPI incidente na venda no mercado interno de partes, peças, ferramentas, componentes, equipamentos, sistemas, subsistemas, insumos e matérias-primas a serem empregados na manutenção, conservação, modernização, reparo, revisão, conversão e industrialização dos produtos classificados na posição 88.02 da NCM. A suspensão converte-se em alíquota zero após o emprego, utilização ou incorporação dos referidos bens.<br><br>Lei nº 12.249/10, arts. 29 a 33; Lei nº 12.598/12, art. 16.  | 11/06/2020     | não vigente | ...     | ...           | ...  |
| 22 | <b>RETID - Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa</b>  | 22/03/2032     | 14.847.204  | 0,00    | 0,00          | 0,04 |

**QUADRO XV**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - OPERAÇÕES INTERNAS - IPI-INTERNO**

UNIDADE: R\$ 1,00

| GASTO TRIBUTÁRIO   | PRAZO VIGÊNCIA | PART. %       |      |           |       |
|--|----------------|---------------|------|-----------|-------|
|  |                | VALOR         | PIB  | ARRECAÇÃO | IPI   |
| <p>Suspensão do IPI incidente na aquisição no mercado interno de partes, peças, ferramentas, componentes, equipamentos, sistemas, subsistemas, insumos e matérias-primas a serem empregados na manutenção, conservação, modernização, reparo, revisão, conversão e industrialização de bens de defesa nacional, quando a aquisição for efetuada por estabelecimento industrial de pessoa jurídica beneficiária do RETID. Conversão em alíquota zero após o emprego ou utilização dos bens. Isenção de IPI incidente sobre os bens de defesa nacional, definidos em ato do Poder Executivo, saídos do estabelecimento industrial ou equiparado de pessoa jurídica beneficiária do RETID, quando adquiridos pela União, para uso privativo das Forças Armadas, exceto para uso pessoal e administrativo.</p> <p>Lei nº 12.598/12, arts. 7º a 11; Decreto nº 8.122/2013.</p>  |                |               |      |           |       |
| <p><b>23 Rota 2030</b><br/>Redução das alíquotas do IPI para veículos novos produzidos no País e para a importação de veículos novos classificados nos códigos 87.01 a 87.06 da Tabela TIPI em:<br/>I - até 2% para os veículos que atenderem a requisitos específicos de eficiência energética; e<br/>II - até 1% para os veículos que atenderem a requisitos específicos de desempenho estrutural associado a tecnologias assistivas à direção.<br/>O somatório das reduções fica limitado</p> <p>MP nº 843/18, art. 2º; Lei nº 13.755/18, art. 2; Decreto nº 9.557/18, art.42.</p>  | 31/12/2027     | 2.850.998.316 | 0,02 | 0,11      | 6,98  |
| <p><b>24 Setor Automotivo - Empreendimento industriais Norte, Nordeste, Centro-Oeste</b><br/>As empresas montadoras e fabricantes de veículos automotores, instaladas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, poderão apurar crédito presumido do IPI como ressarcimento do PIS/PASEP e da COFINS, no montante do valor das contribuições devidas, em cada mês, decorrente das vendas no mercado interno, multiplicado por: 2 no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2011; 1,9 no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2012; 1,8 no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2013; 1,7 no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2014; e 1,5 no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2015.<br/>Empreendimentos habilitados até 31 de maio de 1997.</p> <p>Lei nº 9.440/97, art. 11-A; Lei nº 12.218/10; Decreto nº 7.422/10.</p>  | 31/12/2015     | não vigente   | ...  | ...       | ...   |
| <p><b>25 Setor Automotivo - Empreendimento industriais Sudam, Sudene, Centro-Oeste</b><br/>Os empreendimentos industriais instalados nas áreas de atuação da Sudam, Sudene e na região Centro-Oeste, exceto no Distrito Federal, farão jus a crédito presumido de 32% do IPI incidente nas saídas dos produtos classificados nas posições 8702 a 8704 da TIPI. Projetos apresentados até 31/10/1999.<br/>Lei nº 9.826/99; Lei nº 12.218/10; Lei nº 12.973/14; Lei nº 13.043/14; Lei nº 14.076/20; Decreto nº 7.422/10.</p>   | 31/12/2025     | 400.002.278   | 0,00 | 0,02      | 0,98  |
| <p><b>26 Setor Automotivo - Novos Projetos empreendimento industriais Norte, Nordeste, Centro-Oeste</b><br/>As empresas montadoras e fabricantes de veículos automotores, instaladas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, habilitadas até 31/05/1997, farão jus a crédito presumido do IPI como ressarcimento do PIS/PASEP e da COFINS, desde que apresentem projetos que contemplem novos investimentos e a pesquisa para o desenvolvimento de novos produtos ou novos modelos de produtos já existentes, até o dia 30 de junho de 2020. O crédito presumido será equivalente ao resultado da aplicação das alíquotas previstas no art. 1º da Lei 10.485/02, sobre o valor das vendas no mercado interno, em cada mês, dos produtos dos projetos, multiplicado por: 1,25 até o 12º mês; 1,0 do 13º ao 48º mês e 0,75 do 49º ao 60º mês.</p> <p>Lei nº 12.407/11; Lei nº 13.755/18; Decreto nº 10.457/2020.</p> | 31/12/2025     | 6.143.570.821 | 0,05 | 0,24      | 15,05 |
| <p><b>27 Simples Nacional - Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte</b><br/>Redução da base de cálculo e modificação da alíquotas para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, que optaram pelo Simples Nacional.<br/>Lei Complementar nº 123/06; Lei Complementar nº 127/07; Lei Complementar nº 139/11; Lei Complementar nº 147/14.</p>   | indeterminado  | 3.206.065.023 | 0,03 | 0,12      | 7,85  |
| <p><b>28 TAXI - Transporte Autônomo de Passageiros</b><br/>Isenção do IPI na aquisição de automóveis destinados ao transporte autônomo de passageiros (TAXI).<br/>Lei nº 8.989/95; Lei nº 12.767/12, art. 29; Lei nº 13.146/2015, art. 126, Lei 14.183/21 e Lei 14.287/21</p>  | 31/12/2026     | 259.558.470   | 0,00 | 0,01      | 0,64  |

**QUADRO XV**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - OPERAÇÕES INTERNAS - IPI-INTERNO**

UNIDADE: R\$ 1,00

| GASTO TRIBUTÁRIO   | PRAZO VIGÊNCIA | VALOR          | PART. % |             |       |
|--|----------------|----------------|---------|-------------|-------|
|  |                |                | PIB     | ARRECADAÇÃO | IPI   |
| <b>29 Zona Franca de Manaus e Amazônia Ocidental</b><br>Isenção do imposto para todas as mercadorias produzidas na ZFM, quer se destinem ao seu consumo interno, quer à comercialização em qualquer ponto do território nacional, com exceção de armas e munições, fumo, bebidas alcoólicas, automóveis de passageiros, produtos de perfumaria e cosméticos. Equivalência a uma exportação brasileira para o estrangeiro na remessa de mercadorias de origem nacional para consumo, ou industrialização na ZFM, ou reexportação para o estrangeiro, ou ainda para serem remetidas à Amazônia Ocidental.<br>Isenção do imposto para os produtos elaborados com matérias-primas agrícolas e extrativas vegetais de produção regional, exclusive a de origem pecuária, por estabelecimentos localizados na Amazônia Ocidental.<br><br>Decreto-Lei nº 288/67, arts. 4º, 9º, § 1º; Lei nº 8.387/91, art. 1º; Constituição Federal do Brasil, ADCT, arts. 40, 92 e 92-A; Decreto-Lei nº 356/68, art. 1º; Decreto nº 1.435/75, art. 6º. | 05/10/2073     | 18.826.086.457 | 0,16    | 0,73        | 46,12 |
| <b>TOTAL</b>   |                | 33.460.250.998 | 0,29    | 1,30        | 81,97 |

**QUADRO XVI**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - VINCULADO À IMPORTAÇÃO - IPI-VINCULADO**

UNIDADE: R\$ 1,00

| GASTO TRIBUTÁRIO   | PRAZO VIGÊNCIA | VALOR       | PART. % |            |       |
|--|----------------|-------------|---------|------------|-------|
|  |                |             | PIB     | ARRECADADO | IPI-V |
| <p><b>1 Áreas de Livre Comércio</b></p> <p>Tabatinga-AM, Guajará-Mirim-RO, Pacaraima e Bonfim-RR, Macapá/Santana-AP e Brasília e Cruzeiro do Sul-AC. Isenção do imposto na entrada de mercadorias estrangeiras, quando destinadas a consumo e venda internos, beneficiamento de pescado, recursos minerais e matérias-primas agrícolas ou florestais, agricultura e piscicultura, a turismo, a estocagem para exportação, para construção e reparos navais e para internação como bagagem acompanhada, com exceção de armas e munições, fumo, bebidas alcoólicas, automóveis de passageiros, produtos de perfumaria e cosméticos.</p> <p>Lei nº 7.965/89, art. 3º; Lei nº 8.210/91, art. 4º; Lei nº 8.256/91, arts. 4º e 14; Lei nº 8.387/91, art. 11, § 2º; Lei nº 9.065/95, art. 19; Lei nº 13.023/14, art. 3º.</p>  | 31/12/2050     | 16.958.847  | 0,00    | 0,00       | 0,05  |
| <p><b>2 Copa do Mundo - Organização e Operacionalização da Copa das Confederações (2013) e da Copa do Mundo Fifa (2014)</b></p> <p>Isenção do IPI-Vinculado incidente nas importações de bens ou mercadorias para uso ou consumo exclusivo na organização e realização dos Eventos da Copa do Mundo</p> <p>Lei nº 12.350/10, arts. 2º a 16, em específico art 3º, §1º, I.</p>  | 31/12/2015     | não vigente | ...     | ...        | ...   |
| <p><b>3 Embarcações e Aeronaves</b></p> <p>Isenção do imposto incidente sobre a importação de partes, peças e componentes destinados ao reparo, revisão e manutenção de embarcações e aeronaves. Isenção do Imposto sobre Importação - II e do IPI incidente sobre a importação de partes, peças e componentes destinados ao emprego na construção, conservação, modernização, conversão ou reparo de embarcações registradas no REB, desde que realizadas em estaleiros navais brasileiros.</p> <p>Lei nº 8.032/90, art. 2º, II, j e art. 3º, I; Lei nº 8.402/92, art. 1º, IV; Lei nº 9.493/97, art. 11.</p>  | indeterminado  | 328.930.171 | 0,00    | 0,01       | 1,05  |
| <p><b>4 Equipamentos Desportivos</b></p> <p>Isenção do IPI-Vinculado incidente na importação de equipamentos e materiais destinados, exclusivamente, ao treinamento e preparação de atletas e equipes brasileiras para competições desportivas em jogos olímpicos, paraolímpicos, pan-americanos, parapan-americanos, nacionais e mundiais.</p> <p>Lei nº 10.451/02, arts. 8º a 13, em específico: art. 8º; Lei nº 11.827/08, art. 5º; Lei nº 12.649/12, art. 9º.</p>  | 31/12/2015     | não vigente | ...     | ...        | ...   |
| <p><b>5 Evento Esportivo, Cultural e Científico</b></p> <p>Isenção do IPI-Vinculado incidente na importação de troféus, medalhas, placas, estatuetas, distintivos, flâmulas, bandeiras e outros objetos comemorativos recebidos em evento cultural, científico ou esportivo oficial realizado no exterior ou para serem distribuídos gratuitamente como premiação em evento esportivo realizado no País; bens dos tipos e em quantidades normalmente consumidos em evento esportivo oficial; material promocional, impressos, folhetos e outros bens com finalidade semelhante, a serem distribuídos gratuitamente ou utilizados em evento esportivo oficial; bens importados por desportistas, desde que tenham sido utilizados por estes em evento esportivo oficial e recebidos em doação de entidade de prática desportiva estrangeira ou da promotora ou patrocinadora do evento.</p> <p>Lei nº 11.488/07, art. 38.</p> | indeterminado  | 900.688     | 0,00    | 0,00       | 0,00  |
| <p><b>6 Máquinas e Equipamentos - CNPq</b></p> <p>Isenção do imposto nas importações de máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos, bem como suas partes e peças de reposição, destinados à pesquisa científica e tecnológica. Isenção do imposto para importações autorizadas pelo CNPq.</p> <p>Lei nº 8.010/90, art. 1º; Lei nº 8.032/90, art. 2º, I, e e f, art. 3º, I; Lei nº 10.964/04, arts. 1º e 3º; Lei nº 13.243/16, arts. 8º e 9º.</p>   | indeterminado  | 52.465.832  | 0,00    | 0,00       | 0,17  |
| <p><b>7 Olimpíadas - Organização e Realização dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016</b></p> <p>Isenção do IPI-Vinculado incidente nas importações de bens ou mercadorias para uso ou consumo exclusivo na organização e realização dos Jogos.</p> <p>Lei nº 12.780/13, art. 4º, §1º, I; Decreto nº 8.463/15, art. 7º, § 1º, I.</p>   | 31/12/2017     | não vigente | ...     | ...        | ...   |
| <p><b>8 PADIS - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores</b></p> <p>Redução a zero das alíquotas do IPI-vinculado, incidente na importação efetuada por pessoa jurídica beneficiária do PADIS, de máquinas, aparelhos, instrumentos, equipamentos, softwares e insumos para incorporação ao ativo imobilizado.</p>  | 31/12/2026     | 54.428      | 0,00    | 0,00       | 0,00  |

**QUADRO XVI**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - VINCULADO À IMPORTAÇÃO - IPI-VINCULADO**

UNIDADE: R\$ 1,00

|    | GASTO TRIBUTÁRIO   | PRAZO VIGÊNCIA | PART. %     |      |               |       |
|----|--|----------------|-------------|------|---------------|-------|
|    |  |                | VALOR       | PIB  | ARRECADADAÇÃO | IPI-V |
|    | Lei nº 11.484/07, arts. 1º a 11, 64 e 65, em específico: art. 3º, III, art. 4º, II, art. 5º; Lei nº 13.159/15; Lei nº 13.169/15, art. 12, Lei 14.302/22 e Decreto 10.615/21  |                |             |      |               |       |
| 9  | <b>PATVD - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital</b><br>Redução a zero das alíquotas do IPI-vinculado, incidente na importação efetuada por pessoa jurídica beneficiária do PATVD de máquinas, aparelhos, instrumentos, equipamentos, softwares e insumos para incorporação ao ativo imobilizado.<br>Lei nº 11.484/07, arts. 12 a 22 e 66, em específico: art. 14, III, art. 15, II.   | 22/01/2017     | não vigente | ...  | ...           | ...   |
| 10 | <b>PROUCA - REICOMP - Regime Especial de Incentivo a Computadores para Uso Educacional</b><br>Suspensão do IPI-Vinculado incidente na importação de matérias-primas e produtos intermediários destinados à fabricação dos equipamentos. A suspensão converte-se em alíquota zero após a incorporação ou utilização dos bens nos equipamentos.<br><br>Lei nº 12.249/10, arts. 6 a 14 e 139, em específico: art. 9º, III; Lei nº 12.715/12, arts. 15 a 23 e 78, em específico: art. 18, III.   | 31/12/2015     | não vigente | ...  | ...           | ...   |
| 11 | <b>RECINE - Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica</b><br>Suspensão do IPI-Vinculado incidente na importação de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, para incorporação no ativo permanente e utilização em complexos de exibição ou cinemas itinerantes, bem como de materiais para sua construção. A suspensão do Imposto de Importação aplica-se somente a produtos sem similar nacional. A suspensão converte-se em isenção após incorporação no ativo permanente e utilização do bem ou material de construção no complexo de exibição cinematográfica. As máquinas, aparelhos, instrumentos, equipamentos e materiais de construção com o tratamento tributário de que trata o caput deste artigo serão relacionados em regulamento.<br><br>Lei nº 12.599/12, arts.12 a 14; Decreto nº 7.729/12; Lei nº 13.594/18; Lei nº 14.044/2020. | 31/12/2024     | 6.611.336   | 0,00 | 0,00          | 0,02  |
| 12 | <b>RECOPA - Regime Especial de Tributação para Construção, Ampliação, Reforma ou Modernização de Estádios de Futebol</b><br>Suspensão do IPI-Vinculado incidente sobre a importação de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, e de materiais de construção para utilização ou incorporação no estádio de futebol da pessoa jurídica beneficiária do RECOPA. A suspensão converte-se em alíquota zero após a utilização ou incorporação do bem.<br><br>Lei nº 12.350/10, arts. 17 a 21, em específico: art. 19, IV.   | 30/06/2014     | não vigente | ...  | ...           | ...   |
| 13 | <b>REIF - Regime Especial de Incentivo ao Desenvolvimento da Infraestrutura da Indústria de Fertilizantes</b><br>Suspensão do IPI-V incidente sobre a importação de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, e de materiais de construção para utilização ou incorporação no projeto aprovado.<br>Lei nº 12.794/13, arts. 5º a 11, em específico: art. 8º, IV.   | 20/09/2017     | não vigente | ...  | ...           | ...   |
| 14 | <b>RENUCLEAR - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Usinas Nucleares</b><br>Suspensão do IPI-Vinculado nas importações de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, e de materiais de construção para utilização ou incorporação em obras de infraestrutura destinadas ao ativo imobilizado, quando a importação for efetuada por pessoa jurídica beneficiária do RENUCLEAR. A suspensão converte-se em isenção após a utilização ou incorporação do bem ou material de construção na obra de infraestrutura.<br><br>Lei nº 12.431/11, arts. 14 a 17, em específico: art. 16, II; Lei nº 13.043/14, art. 86.   | 31/12/2020     | não vigente | ...  | ...           | ...   |
| 15 | <b>REPENEC - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste</b><br>Suspensão do IPI - Vinculado incidente na importação de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, e de materiais de construção para utilização ou incorporação em obras de infraestrutura destinadas ao ativo imobilizado de pessoa jurídica beneficiária do REPENEC. As suspensões convertem-se em alíquota zero após a utilização ou incorporação do bem ou material de construção na obra de infraestrutura.<br><br>Lei nº 12.249/10, arts. 1º a 5º, em específico: art. 3º, IV.  | 30/06/2016     | não vigente | ...  | ...           | ...   |

**QUADRO XVI**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - VINCULADO À IMPORTAÇÃO - IPI-VINCULADO**

UNIDADE: R\$ 1,00

| GASTO TRIBUTÁRIO   | PRAZO VIGÊNCIA | PART. %              |             |             |              |
|--|----------------|----------------------|-------------|-------------|--------------|
|  |                | VALOR                | PIB         | ARRECADADO  | IPI-V        |
| <p><b>16</b> <b>REPORTO - Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária</b></p> <p>Suspensão do IPI-Vinculado sobre importações de máquinas, equipamentos, peças de reposição e outros bens importados pelos beneficiários do REPORTO e destinados ao seu ativo imobilizado para utilização exclusiva na execução de serviços de: carga, descarga, armazenagem e movimentação de mercadorias e produtos; sistemas suplementares de apoio operacional; proteção ambiental; sistemas de segurança e de monitoramento de fluxo de pessoas, mercadorias, produtos, veículos e embarcações; dragagens; e treinamento e formação de trabalhadores, inclusive na implantação de Centros de Treinamento Profissional. São beneficiários do REPORTO o operador portuário, o concessionário de porto organizado, o arrendatário de instalação portuária de uso público e a empresa autorizada a explorar instalação portuária de uso privativo misto ou exclusivo, inclusive aquelas que operam com embarcações de offshore, o concessionário de transporte ferroviário, empresas de dragagem, recintos alfandegados de zona secundária e dos Centros de Treinamento Profissional. A suspensão converte-se em isenção após o decurso do prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da ocorrência do respectivo fato gerador.</p> <p>Lei nº 11.033/04, arts. 13 a 16, em específico: art. 14; Decreto nº 6.582/08; Lei nº 11.774/08, art. 5º; Lei nº 12.715/12, art. 39; Lei nº 12.688/12, art. 30; Lei nº 13.169, art. 7º, Lei 14.301/22.</p> | 31/12/2023     | não vigente          | ...         | ...         | ...          |
| <p><b>17</b> <b>RETAERO - Regime Especial de Incentivos Tributários para a Indústria Aeroespacial Brasileira</b></p> <p>Suspensão de IPI-vinculado incidente na importação de partes, peças, ferramentas, componentes, equipamentos, sistemas, subsistemas, insumos e matérias-primas a serem empregados na manutenção, conservação, modernização, reparo, revisão, conversão e industrialização dos produtos classificados na posição 88.02 da NCM. A suspensão converte-se em alíquota zero após o emprego, utilização ou incorporação dos referidos bens.</p> <p>Lei nº 12.249/10, arts. 29 a 33; Lei nº 12.598/12, art. 16.</p>  | 11/06/2020     | não vigente          | ...         | ...         | ...          |
| <p><b>18</b> <b>RETID - Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa</b></p> <p>Suspensão do IPI-Vinculado incidente na importação de partes, peças, ferramentas, componentes, equipamentos, sistemas, subsistemas, insumos e matérias-primas a serem empregados na manutenção, conservação, modernização, reparo, revisão, conversão e industrialização de bens de defesa nacional, quando a aquisição for efetuada por estabelecimento industrial de pessoa jurídica beneficiária do RETID. Conversão em alíquota zero após o emprego ou utilização dos bens.</p> <p>Lei nº 12.598/12, arts. 7º a 11, em específico: art. 9º, IV; Decreto nº 8.122/2013.</p>  | 22/03/2032     | 6.718.723            | 0,00        | 0,00        | 0,02         |
| <p><b>19</b> <b>Zona Franca de Manaus e Amazônia Ocidental</b></p> <p>Isenção do imposto na entrada de mercadorias na ZFM, destinadas a seu consumo interno, industrialização em qualquer grau, inclusive beneficiamento, agropecuária, pesca, instalação e a estocagem para reexportação, com exceção de armas e munições, fumo, bebidas alcoólicas, automóveis de passageiros, produtos de perfumaria e cosméticos.</p> <p>Decreto-Lei nº 288/67, art. 3º, § 1º, art. 7º, II; Decreto-Lei nº 356/68, art. 1º; Decreto-Lei nº 2.434/88, art. 1º, II, c; Lei nº 8.032/90, art. 2º, II, d, art. 4º; Lei nº 8.387/91, art. 1º; Constituição Federal do Brasil, ADCT, arts. 40, 92 e 92-A; Portaria Interministerial MIR/MCT/CICT/MC nº 272/93, art. 1º; Portaria Interministerial MDIC/MCTI nº 309/15, art. 1º; Portaria Interministerial MDIC/MCTIC nº 50/18, art. 1º.</p>  | 05/10/2073     | 5.484.773.633        | 0,05        | 0,21        | 17,54        |
| <b>TOTAL</b>   |                | <b>5.897.413.658</b> | <b>0,05</b> | <b>0,23</b> | <b>18,86</b> |

**QUADRO XVII**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTADO**  
**IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS - IOF**

UNIDADE: R\$ 1,00

| GASTO TRIBUTÁRIO  | PRAZO VIGÊNCIA | VALOR         | PART. % |             |       |
|---|----------------|---------------|---------|-------------|-------|
|   |                |               | PIB     | ARRECADAÇÃO | IOF   |
| <p><b>1 Academia Brasileira de Letras - ABL</b><br/>Isenção de IOF, PIS sobre folha de salários, do imposto de renda sobre rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou variável pela Academia Brasileira de Letras, pela Associação Brasileira de Imprensa e pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.(efeitos a partir do 1º dia do exercício seguinte à inclusão no PLOA)</p> <p>Lei nº 13.353/16, art. 3º; Lei nº 8.894/94, art. 6-A.</p>   | indeterminado  | 0             | 0,00    | 0,00        | 0,00  |
| <p><b>2 Associação Brasileira de Imprensa - ABI</b><br/>Isenção de IOF, PIS sobre folha de salários, do imposto de renda sobre rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou variável pela Academia Brasileira de Letras, pela Associação Brasileira de Imprensa e pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.(efeitos a partir do 1º dia do exercício seguinte à inclusão no PLOA)</p> <p>Lei nº 13.353/16, art. 3º; Lei nº 8.894/94, art. 6-A.</p>   | indeterminado  | 0             | 0,00    | 0,00        | 0,00  |
| <p><b>3 Automóveis - Pessoas Portadoras de Deficiência</b><br/>Isenção do imposto na operação de crédito para a aquisição de automóveis por pessoas portadoras de deficiência física.</p> <p>Lei nº 8.383/91, art. 72, IV; Decreto nº 6.306/07, art. 9º, VI.</p>  | indeterminado  | 138.963.482   | 0,00    | 0,01        | 0,21  |
| <p><b>4 Copa do Mundo - Organização e Operacionalização da Copa das Confederações (2013) e da Copa do Mundo Fifa (2014)</b><br/>Isenção de IOF para Fifa, Subsidiária Fifa no Brasil e Prestadores de Serviços da Fifa, estabelecidos no País sob a forma de sociedade com finalidade específica, em relação aos fatos geradores decorrentes das atividades próprias e diretamente vinculadas à organização ou realização das Copas das Confederações (2013) e do Mundo (2014). Isenção do IOF sobre operações de contrato de câmbio as pessoas físicas não residentes no País, empregadas ou de outra forma contratadas para trabalhar na organização e realização dos Eventos, que ingressarem no Brasil com visto temporário.</p> <p>Lei nº 12.350/10, art. 7º, I, b, art. 8º, I, c, art. 9º, I, b, e art. 12.</p> | 31/12/2015     | não vigente   | ...     | ...         | ...   |
| <p><b>5 Desenvolvimento Regional</b><br/>Isenção do imposto nas operações de câmbio realizadas para pagamento de bens importados aos empreendimentos que se implantarem, modernizarem, ampliarem no Nordeste e na Amazônia e que sejam considerados de interesse para o desenvolvimento desta região.</p> <p>Lei nº 9.808/99, art. 4º, II; MP nº 517/10; Lei nº 12.431/2011, art. 22.</p>   | 31/12/2010     | não vigente   | ...     | ...         | ...   |
| <p><b>6 Financiamentos Habitacionais</b><br/>Isenção do imposto para operação de crédito para fins habitacionais, inclusive a destinada à infra-estrutura e saneamento básico relativos a programas ou projetos que tenham a mesma finalidade.</p> <p>Decreto-Lei nº 2.407/88; Decreto nº 6.306/07, art. 9º, I.</p>   | indeterminado  | 7.274.967.415 | 0,06    | 0,28        | 10,92 |
| <p><b>7 Fundos Constitucionais</b><br/>Isenção do imposto para a operação de crédito com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE), e do Centro-Oeste (FCO).</p> <p>Lei nº 7.827/89, art. 8º; Decreto nº 6.306/07, art. 9º, III.</p>   | indeterminado  | 1.579.225.373 | 0,01    | 0,06        | 2,37  |
| <p><b>8 Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB</b><br/>Isenção de IOF, PIS sobre folha de salários, do imposto de renda sobre rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou variável pela Academia Brasileira de Letras, pela Associação Brasileira de Imprensa e pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.(efeitos a partir do 1º dia do exercício seguinte à inclusão no PLOA)</p> <p>Lei nº 13.353/16, art. 3º; Lei nº 8.894/1994, art. 6-A.</p>  | indeterminado  | 0             | 0,00    | 0,00        | 0,00  |
| <p><b>9 Motocicletas</b><br/>Redução a zero da alíquota incidente na operação de crédito relativa a financiamento para aquisição de motocicleta, motoneta e ciclomotor, em que o mutuário seja pessoa física.</p> <p>Decreto nº 6.306/07, art. 8, XXVI; Decreto nº 9.017/17.</p>  | indeterminado  | 275.430.027   | 0,00    | 0,01        | 0,41  |

**QUADRO XVII**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS - IOF**

UNIDADE: R\$ 1,00

| GASTO TRIBUTÁRIO   | PRAZO VIGÊNCIA | PART. %        |      |               |       |
|--|----------------|----------------|------|---------------|-------|
|  |                | VALOR          | PIB  | ARRECADADAÇÃO | IOF   |
| <b>10 Olimpíadas - Organização e Realização dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016</b><br>Isenção de IOF incidente sobre as operações de câmbio e seguro realizadas pelo CIO ou por empresas a ele vinculadas, e sobre as operações de crédito, câmbio e seguro realizadas pelo RIO 2016.<br>Lei nº 12.780/13, art. 8º, I, b, § 1º, art. 9º, I, c, § 1º e art. 10, I, c, § 1º; Decreto nº 8.463/15, art. 11, b, § 1º, art. 12, I, c, § 1º, art. 13, I, c, § 1º. | 31/12/2017     | não vigente    | ...  | ...           | ...   |
| <b>11 Seguro Rural</b><br>Isenção irrestrita, de quaisquer impostos ou tributos federais, às operações de seguro rural.<br><br>Decreto-Lei nº 73/66, art. 19; Decreto nº 6.306/07, art. 23, III; Lei Complementar nº 137/10, art. 22, III.   | indeterminado  | 711.270.391    | 0,01 | 0,03          | 1,07  |
| <b>12 TAXI - Transporte Autônomo de Passageiros</b><br>Isenção do imposto na operação de crédito para a aquisição de automóvel de passageiros, de fabricação nacional, com até 127 HP de potência bruta (SAE), quando adquiridos por motoristas profissionais ou cooperativas de trabalho que destinem o automóvel à utilização na categoria de aluguel (taxi).<br>Lei nº 8.383/91, art. 72; Decreto nº 6.306/07, art. 9º, VI.   | indeterminado  | 39.181.491     | 0,00 | 0,00          | 0,06  |
| <b>TOTAL</b>   |                | 10.019.038.178 | 0,09 | 0,39          | 15,04 |

**QUADR J XVIII**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**IMPOSTO SOBRE PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - ITR**

UNIDADE: R\$ 1,00

| GASTO TRIBUTÁRIO   | PRAZO VIGÊNCIA | VALOR      | PART. % |           |      |
|--|----------------|------------|---------|-----------|------|
|  |                |            | PIB     | ARRECAÇÃO | ITR  |
| <b>1 ITR</b><br>Isenção do ITR para o imóvel rural compreendido em programa oficial de reforma agrária, caracterizado pelas autoridades competentes como assentamento, que, cumulativamente, atenda aos seguintes requisitos: a) seja explorado por associação ou cooperativa de produção; b) a fração ideal por família assentada não ultrapasse os limites estabelecidos; c) o assentado não possua outro imóvel. Isenção do ITR para o conjunto de imóveis rurais de um mesmo proprietário, cuja área total observe o limite de 30, 50 ou 100 ha, dependendo da localização do imóvel, desde que, cumulativamente, o proprietário: a) o explore só ou com sua família, admitida ajuda eventual de terceiros; b) não possua imóvel urbano. Isenção do ITR para imóveis rurais oficialmente reconhecidos como áreas ocupadas por remanescentes de comunidades de quilombos que estejam sob a ocupação direta e sejam explorados, individual ou coletivamente, pelos membros destas comunidades. | indeterminado  | 60.081.643 | 0,00    | 0,00      | 1,89 |
| <b>TOTAL</b>   |                | 60.081.643 | 0,00    | 0,00      | 1,89 |

Lei nº 9.393/96, art. 3º, I e II, art. 3º-A.

**QUADRO XIX**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**CONTRIBUIÇÃO SOCIAL PARA O PIS-PASEP**

UNIDADE: R\$ 1,00

| GASTO TRIBUTÁRIO  | PRAZO VIGÊNCIA | VALOR         | PART. % |            |           |
|---|----------------|---------------|---------|------------|-----------|
|   |                |               | PIB     | ARRECADADO | PIS/PASEP |
| <p><b>1 Academia Brasileira de Letras - ABL</b><br/>Isenção de IOF, PIS sobre folha de salários, do imposto de renda sobre rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou variável pela Academia Brasileira de Letras, pela Associação Brasileira de Imprensa e pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.(efeitos a partir do 1º dia do exercício seguinte à inclusão no PLOA)</p> <p>Lei nº 13.353/16, art. 4º; MP nº 2158-35/2001, art. 13-A.</p>   | indeterminado  | 0             | 0,00    | 0,00       | 0,00      |
| <p><b>2 Aerogeradores</b><br/>Redução a zero das alíquotas do PIS/COFINS incidentes sobre receita decorrente da venda no mercado interno e importação de partes de aerogeradores (NCM 8503.00.90 EX01).</p> <p>Lei nº 10.865/04, art. 8º, § 12, XL e art. 28, XXXVII; Lei nº 13.097/15, art. 1º; Lei nº 13.169/15, art. 15.</p>   | indeterminado  | 38.403.242    | 0,00    | 0,00       | 0,03      |
| <p><b>3 Agricultura e Agroindústria - crédito presumido</b><br/>Crédito presumido para agroindústria na compra de insumos de produtor pessoa física, cooperativas, produtor pessoa jurídica.</p> <p>Lei nº 10.925/04, art. 8º.</p>  | indeterminado  | 608.252.137   | 0,01    | 0,02       | 0,53      |
| <p><b>4 Agricultura e Agroindústria - Defensivos agropecuários</b><br/>Redução a zero das alíquotas do PIS e COFINS sobre importação ou venda no mercado interno de defensivos agropecuários classificados na posição 38.08 da TIPI e suas matérias-primas.</p> <p>Lei nº 10.925/04, art. 1º, inciso II.</p>  | indeterminado  | 1.112.224.985 | 0,01    | 0,04       | 0,97      |
| <p><b>5 Agricultura e Agroindústria - Desoneração Cesta Básica</b><br/>Redução a zero das alíquotas do PIS e COFINS sobre importação ou venda no mercado interno de: adubos, fertilizantes e suas matérias-primas; sementes e mudas; corretivo de solo; feijão, arroz, farinha de mandioca e batata-doce; inoculantes agrícolas; vacina veterinária; milho; pintos de 1 (um) dia; leite, bebidas lácteas; queijos; soro de leite; farinha de trigo; trigo; pão; produtos hortícolas, frutas e ovos; sementes e embriões; acetona; massas alimentícias; carne bovina, suína, ovina, caprina, ave, peixe; café; açúcar; óleo de soja; manteiga; margarina; sabão; pasta de dente; fio dental; papel higiênico.</p> <p>Lei nº 10.925/04, arts. 1º, 8º, 9º; Decreto nº 5.630/05; Lei nº 10.865/04, art. 28 e art. 8º § 12; Lei nº 11.727/08, art. 25; Lei nº 12.839/13.</p> | indeterminado  | 5.985.670.022 | 0,05    | 0,23       | 5,23      |
| <p><b>6 Água Mineral</b><br/>Redução a zero das alíquotas de PIS/COFINS sobre a receita de venda de águas minerais comercializadas em recipientes com capacidade nominal inferior a 10 (dez) litros ou igual ou superior a 10 (dez) litros classificadas no código 2201.10.00 Ex 01 e Ex 02 da Tipi.</p> <p>Lei nº 12.715/12, art. 76.</p>  | indeterminado  | 59.244.556    | 0,00    | 0,00       | 0,05      |
| <p><b>7 Álcool</b><br/>Crédito presumido de PIS/COFINS para as pessoas jurídicas importadora ou produtora de álcool, inclusive pra fins carburantes.</p> <p>Lei nº 12.859/13, arts. 1º a 4º, Decreto nº 7.997/13.</p>   | 31/12/2016     | não vigente   | ...     | ...        | ...       |
| <p><b>8 Associação Brasileira de Imprensa - ABI</b><br/>Isenção de IOF, PIS sobre folha de salários, do imposto de renda sobre rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou variável pela Academia Brasileira de Letras, pela Associação Brasileira de Imprensa e pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.(efeitos a partir do 1º dia do exercício seguinte à inclusão no PLOA)</p> <p>Lei nº 13.353/16, art. 4º; MP nº 2158-35/01, art. 13-A.</p>   | indeterminado  | 0             | 0,00    | 0,00       | 0,00      |
| <p><b>9 Biodiesel</b><br/>Redução das alíquotas do PIS/COFINS sobre a venda de biodiesel pela aplicação de coeficientes de redução definidos pelo Poder Executivo. Crédito presumido de PIS/COFINS calculado sobre o valor das matérias-primas adquiridas de pessoa física, de cooperado pessoa física, de pessoa jurídica que exerça atividade agropecuária, de cooperativa de produção agropecuária ou de cerealista e utilizados como insumo na produção de biodiesel. Suspensão do PIS/COFINS sobre a venda de matéria-prima in natura de origem vegetal, destinada à produção de biodiesel.</p> <p>Lei nº 11.116/05, arts. 1º a 13; Decreto nº 5.297/04, art. 4º.</p>  | indeterminado  | 22.217.615    | 0,00    | 0,00       | 0,02      |

**QUADRO XIX**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTADO**  
**CONTRIBUIÇÃO SOCIAL PARA O PIS-PASEP**

UNIDADE: R\$ 1,00

| GASTO TRIBUTÁRIO   | PRAZO VIGÊNCIA | VALOR       | PART. % |            |           |
|--|----------------|-------------|---------|------------|-----------|
|  |                |             | PIB     | ARRECADADO | PIS/PASEP |
| <p><b>10 Cadeira de Rodas e Aparelhos Assistivos</b></p> <p>Redução a zero das alíquotas do PIS/COFINS na importação ou venda no mercado interno de cadeiras de rodas classificados na posição 87.13; artigos e aparelhos ortopédicos ou para fraturas classificados no código 90.21.10; artigos e aparelhos de próteses classificados no código 90.21.3; almofadas antiescaras classificadas nos Capítulos 39, 40, 63 e 94, da NCM; produtos classificados nos códigos 8443.32.22, 8469.00.39 Ex 01, 8714.20.00, 9021.40.00, 9021.90.82 e 9021.90.92, todos da Tipi; calculadoras equipadas com sintetizador de voz; teclados e mouse com adaptações específicas para uso por pessoas com deficiência; linhas braile classificadas; scanners equipados com sintetizador de voz; duplicadores braile; acionadores de pressão; lupas eletrônicas; implantes cocleares; próteses oculares; aparelhos e softwares de leitores de tela; neuroestimuladores para tremor essencial/Parkinson.</p> <p>Lei nº 10.865/04, arts. 8º e 28.</p>  | indeterminado  | 201.484.853 | 0,00    | 0,01       | 0,18      |
| <p><b>11 Combustíveis</b></p> <p>Redução das alíquotas da Contribuição para o Programa de Integração Social e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins incidentes sobre operações realizadas com óleo diesel, biodiesel, gás liquefeito de petróleo, álcool, querosene de aviação, gás natural veicular e gasolina.</p> <p>Decreto nº 10.638/2021; Lei Complementar nº 194/22; Medida Provisória nº 1.157/2023 e Medida Provisória nº 1.163/2023.</p>   | 31/12/2023     | não vigente | ...     | ...        | ...       |
| <p><b>12 Copa do Mundo - Organização e Operacionalização da Copa das Confederações (2013) e da Copa do Mundo Fifa (2014)</b></p> <p>Isenção de PIS/Cofins para Subsidiária Fifa no Brasil e Prestadores de Serviços da Fifa (estabelecidos no País sob a forma de sociedade com finalidade específica) em relação aos fatos geradores decorrentes das atividades próprias e diretamente vinculadas à organização ou realização da Copa das Confederações e Copa do Mundo Fifa. Suspensão de PIS/Cofins sobre vendas realizadas no mercado interno para a Fifa, para Subsidiária Fifa no Brasil ou para a Emissora Fonte da Fifa, de mercadorias destinadas a uso ou consumo exclusivo na organização e realização dos Eventos. A suspensão converter-se-á em isenção após comprovação da utilização ou consumo do bem nas finalidades previstas na Lei. Isenção de PIS/Cofins-Importação em relação aos fatos geradores decorrentes das atividades próprias e diretamente vinculadas à organização da Copa das Confederações e da Copa do Mundo a Fifa e sua Subsidiária no Brasil.</p> <p>Lei nº 12.350/10, arts. 2º a 16.</p>  | 31/12/2015     | não vigente | ...     | ...        | ...       |
| <p><b>13 Creches e Pré-Escolas</b></p> <p>Regime especial de tributação aplicável à construção ou reforma de estabelecimentos de educação infantil. Pagamento unificado de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS equivalente a 1% (um por cento) da receita mensal auferida pela construtora em virtude da realização da obra submetida ao regime especial de tributação. Cabe ao PIS 0,09%.</p> <p>Lei nº 12.715/12, arts. 24 a 27.</p>  | 31/12/2018     | não vigente | ...     | ...        | ...       |
| <p><b>14 Embarcações e Aeronaves</b></p> <p>Isenção do PIS/Cofins sobre a receita auferida pelos estaleiros navais brasileiros nas atividades de construção, conservação, modernização, conversão ou reparo de embarcações pré-registradas ou registradas no Registro Especial Brasileiro - REB. Redução a zero das alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda no mercado interno ou a importação de materiais e equipamentos, partes, peças e componentes, destinados ao emprego na construção, conservação, modernização e conversão de embarcações registradas ou pré-registradas no REB. Redução a zero das alíquotas do PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a venda ou importação de aeronaves classificadas na posição 88.02 da Tipi, suas partes, peças, ferramentais, componentes, insumos, fluidos hidráulicos, tintas, anticorrosivos, lubrificantes, equipamentos, serviços e matérias-primas a serem empregados na manutenção, conservação, modernização, reparo, revisão, conversão e industrialização das aeronaves, seus motores, partes, componentes, ferramentais e equipamentos.</p> <p>MP 2.158-35/01, art. 14, VI e § 1º; Lei 10.865/04, art. 8º, § 12, I, VI e VII, art. 28, IV e X; Lei nº 10.925/04, art. 6º; Lei nº 11.727/08, art. 26; Lei nº 13.137/15, art. 1º.</p> | indeterminado  | 955.325.795 | 0,01    | 0,04       | 0,83      |
| <p><b>15 Entidades Filantrópicas</b></p> <p>Isenção da Contribuição Social para o PIS-PASEP para as entidades beneficentes de assistência social.</p> <p>Constituição Federal do Brasil 1988, art. 195, § 7º; Lei nº 12.101/09; Decreto nº 8.242/14.</p>   | indeterminado  | 716.205.847 | 0,01    | 0,03       | 0,63      |

**QUADRO XIX**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**CONTRIBUIÇÃO SOCIAL PARA O PIS-PASEP**

UNIDADE: R\$ 1,00

| GASTO TRIBUTÁRIO  | PRAZO VIGÊNCIA | VALOR         | PART. % |            |           |
|---|----------------|---------------|---------|------------|-----------|
|   |                |               | PIB     | ARRECADADO | PIS/PASEP |
| <p><b>16 Equipamentos para uso médico, hospitalar, clínico ou laboratorial</b><br/>Redução a zero das alíquotas do PIS/COFINS incidentes sobre a receita decorrente da venda de equipamentos ou materiais destinados a uso médico, hospitalar, clínico ou laboratorial, quando adquiridos: I - pela União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, bem como pelas suas autarquias e fundações; ou II - por entidades beneficentes de assistência social.</p> <p>Lei nº 13.043/14, art. 70.</p>   | indeterminado  | 4.563.442     | 0,00    | 0,00       | 0,00      |
| <p><b>17 Evento Esportivo, Cultural e Científico</b><br/>Isenção do PIS/Cofins incidente na importação de troféus, medalhas, placas, estatuetas, distintivos, flâmulas, bandeiras e outros objetos comemorativos recebidos em evento cultural, científico ou esportivo oficial realizado no exterior ou para serem distribuídos gratuitamente como premiação em evento esportivo realizado no País; bens dos tipos e em quantidades normalmente consumidos em evento esportivo oficial; material promocional, impressos, folhetos e outros bens com finalidade semelhante, a serem distribuídos gratuitamente ou utilizados em evento esportivo oficial; bens importados por desportistas, desde que tenham sido utilizados por estes em evento esportivo oficial e recebidos em doação de entidade de prática desportiva estrangeira ou da promotora ou patrocinadora do evento.</p> <p>Lei nº 11.488/07, art. 38.</p> | indeterminado  | 35.030        | 0,00    | 0,00       | 0,00      |
| <p><b>18 Gás Natural Liquefeito</b><br/>Redução a zero das alíquotas do PIS/COFINS na importação de Gás Natural Liquefeito - GNL.</p> <p>Lei nº 10.865/04, art. 8º, § 12, XVI.</p>  | indeterminado  | 26.403.575    | 0,00    | 0,00       | 0,02      |
| <p><b>19 Indústria Cinematográfica e Radiodifusão</b><br/>Redução a zero das alíquotas do PIS/COFINS na importação de máquinas, equipamentos, aparelhos, instrumentos, suas partes e peças de reposição, e películas cinematográficas virgens, sem similar nacional, destinados à indústria cinematográfica e audiovisual, e de radiodifusão. Redução a zero das alíquotas do PIS/COFINS na venda no mercado interno ou importação de projetores para exibição cinematográfica, classificados no código 9007.2 da NCM, e suas partes e acessórios, classificados no código 9007.9 da NCM.</p> <p>Lei nº 10.865/04, art. 8º, §12, V, XXIII e art. 28, XXI.</p>   | indeterminado  | 3.591.414     | 0,00    | 0,00       | 0,00      |
| <p><b>20 Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB</b><br/>Isenção de IOF, PIS sobre folha de salários, do imposto de renda sobre rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou variável pela Academia Brasileira de Letras, pela Associação Brasileira de Imprensa e pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.(efeitos a partir do 1º dia do exercício seguinte à inclusão no PLOA)</p> <p>Lei nº 13.353/16, art. 4º; MP nº 2158-35/01, art. 13-A.</p>   | indeterminado  | 0             | 0,00    | 0,00       | 0,00      |
| <p><b>21 Livros</b><br/>Redução a zero das alíquotas do PIS/Cofins incidentes sobre a importação e venda interna de livros em geral.</p> <p>Lei nº 11.033/04, art. 6º.</p>  | indeterminado  | 324.516.383   | 0,00    | 0,01       | 0,28      |
| <p><b>22 Máquinas e Equipamentos - CNPq</b><br/>Isenção do PIS/Cofins nas importações de máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos, bem como suas partes e peças de reposição, destinados à pesquisa científica e tecnológica.</p> <p>Lei nº 8.010/90; Lei nº 10.865/04, art. 9º, II, h.</p>   | indeterminado  | 41.357.911    | 0,00    | 0,00       | 0,04      |
| <p><b>23 Medicamentos</b><br/>Crédito presumido de PIS/COFINS para as pessoas jurídicas que procedam à industrialização ou à importação de medicamentos.</p> <p>Lei nº 10.147/00.</p>   | indeterminado  | 1.609.966.930 | 0,01    | 0,06       | 1,41      |
| <p><b>24 Minha Casa, Minha Vida</b><br/>Redução para 1% da alíquota do regime especial de tributação (RET) incidente sobre as receitas decorrentes dos projetos de incorporação de imóveis residenciais de interesse social, no âmbito do programa Minha Casa, Minha Vida, com valor comercial até limite estabelecido em lei. Cabe ao PIS 0,09%.</p> <p>Lei nº 10.931/04, art. 4º, § 6º; Lei nº 12.024/09, art. 2º, Lei nº 13.097/15, arts. 4º e 6º.</p>   | indeterminado  | 25.775.464    | 0,00    | 0,00       | 0,02      |

**QUADRO XIX**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTADO**  
**CONTRIBUIÇÃO SOCIAL PARA O PIS-PASEP**

UNIDADE: R\$ 1,00

|    | GASTO TRIBUTÁRIO   | PRAZO VIGÊNCIA | VALOR         | PART. % |             |           |
|----|--|----------------|---------------|---------|-------------|-----------|
|    |  |                |               | PIB     | ARRECADACÃO | PIS/PASEP |
| 25 | <b>Olimpíadas - Organização e Realização dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016</b><br>Isenção do PIS/Cofins incidente nas importações de bens, mercadorias ou serviços para uso ou consumo exclusivo na organização e realização dos Jogos. Suspensão do PIS/Cofins incidente sobre as vendas de mercadorias e a prestação de serviços para o CIO, empresa vinculada ao CIO, Comitês Olímpicos Nacionais, federações desportivas internacionais, WADA, CAS, entidades nacionais e regionais de administração de desporto olímpico, RIO 2016, patrocinadores dos Jogos, prestadores de serviços do CIO, prestadores de serviços do RIO 2016, empresas de mídia e transmissores credenciados, adquiridos diretamente de pessoa jurídica previamente licenciada ou nomeada pelo CIO ou pelo RIO 2016.<br><br>Lei nº 12.780/13; Decreto nº 8.463/15.   | 31/12/2017     | não vigente   | ...     | ...         | ...       |
| 26 | <b>PADIS - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores</b><br>Redução a zero das alíquotas do PIS/PASEP e COFINS na importação ou venda no mercado interno de máquinas, aparelhos, instrumentos, equipamentos, softwares e insumos para incorporação ao ativo imobilizado.<br>Lei nº 11.484/07, arts. 1º a 11; Lei nº 13.169/15, Lei 14.302/22 e Decreto 10.615/21   | 31/12/2026     | 2.350.874     | 0,00    | 0,00        | 0,00      |
| 27 | <b>Papel - Jornais e Periódicos</b><br>Redução a zero das alíquotas do PIS/COFINS incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda no mercado interno e importação de papel destinado à impressão de jornais e à impressão de periódicos.<br>Lei nº 10.865/04, art. 8º, § 12, III e IV, art. 28, I e II; Lei nº 11.727/08, art. 18; Lei nº 12.649/12, art. 3º.   | 30/04/2016     | não vigente   | ...     | ...         | ...       |
| 28 | <b>PATVD - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital</b><br>Redução a zero das alíquotas do PIS/PASEP e COFINS na importação ou venda no mercado interno de máquinas, aparelhos, instrumentos, equipamentos, softwares e insumos para incorporação ao ativo imobilizado. Redução a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a venda da pessoa jurídica beneficiária do PATVD.<br><br>Lei nº 11.484/07, arts. 12 a 22 e 66.  | 22/01/2017     | não vigente   | ...     | ...         | ...       |
| 29 | <b>PERSE - Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos</b><br>Reduz para 0% (zero por cento), pelo prazo de 60 (sessenta) meses, contado do início da produção de efeitos desta Lei, as alíquotas das contribuições PIS, COFINS e CSLL e do IRPJ incidentes sobre o resultado auferido pelas pessoas jurídicas pertencentes ao setor de eventos.<br><br>Lei nº 14.148, de 03 de maio de 2021.   | 04/05/2026     | 452.910.285   | 0,00    | 0,02        | 0,40      |
| 30 | <b>Petroquímica</b><br>Redução das alíquotas na importação ou venda no mercado interno de: etano, propano, butano, nafta petroquímica, condensado e correntes gasosas de refinaria - HLR - hidrocarbonetos leves destinado a centrais petroquímicas; eteno, propeno, buteno, butadieno, orto-xileno, benzeno, tolueno, isopreno e paraxileno para indústrias químicas para serem utilizados como insumo. Para 2012 e períodos anteriores 1% e 4,6%. (i) 0,18% e 0,82% para os anos de 2013, 2014 e 2015; (II) 0,54% e 2,46% para o ano de 2016; (III) 0,90% e 4,10% para o ano de 2017; e (IV) 1% e 4,6% a partir do ano de 2018. Desconto de créditos na apuração não-cumulativa a 1,65% e 7,6%.<br><br>Lei nº 11.196/05, arts. 56, 57 e 57-A; Lei nº 10.865/04, art. 8º, §15; Lei nº 12.895/13.  | 31/12/2027     | 211.916.778   | 0,00    | 0,01        | 0,19      |
| 31 | <b>Produtos Químicos e Farmacêuticos</b><br>Redução a zero das alíquotas do PIS/Cofins na importação e venda no mercado interno dos produtos químicos e intermediários de síntese classificados no Capítulo 29 da NCM; produtos destinados ao uso em hospitais, clínicas e consultórios médicos e odontológicos, campanhas de saúde realizadas pelo poder público, laboratório de anatomia patológica, citológica ou de análises clínicas, classificados nas posições 30.02, 30.06, 39.26, 40.15 e 90.18, da NCM. Redução a zero das alíquotas do PIS/Cofins-Importação sobre produtos farmacêuticos classificados posição 30.01; nos itens 3002.10.1, 3002.10.2, 3002.10.3, 3002.20.1 e 3002.20.2; nos códigos 3002.90.20, 3002.90.92, 3002.90.99; na posição 30.03, exceto no código 3003.90.56; na posição 30.04, exceto no código 3004.90.46; no código 3005.10.10; nos itens 3006.30.1 e 3006.30.2; no código 3006.60.00 da NCM.<br><br>Lei nº 10.637/02, art. 2º, § 3º; Lei nº 10.833/03, art. 2º, § 3º; Lei nº 10.865/04, art. 8º, § 11; Decreto nº 6.426/08. | indeterminado  | 1.759.234.453 | 0,02    | 0,07        | 1,54      |
| 32 | <b>Programa de Inclusão Digital</b>  | 31/12/2015     | não vigente   | ...     | ...         | ...       |

**QUADRO XIX**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTATO**  
**CONTRIBUIÇÃO SOCIAL PARA O PIS-PASEP**

UNIDADE: R\$ 1,00

|    | GASTO TRIBUTÁRIO  | PRAZO VIGÊNCIA | PART. %     |            |           |
|----|---|----------------|-------------|------------|-----------|
|    |   |                | PIB         | ARRECADADO | PIS/PASEP |
|    | <p>Redução a zero das alíquotas do PIS/Cofins sobre a venda a varejo de computadores desktops e notebooks, monitores, teclados, mouse, modems, tablets, smartphones, roteadores. Também se aplica às aquisições realizadas por pessoas jurídicas de direito privado, órgãos e entidades da Administração Pública e sociedades de arrendamento mercantil leasing. Revogado pela MP 690/15.</p> <p>Lei nº 11.196/05, arts. 28 a 30; Decreto nº 5.602/05, Lei nº 13.097/15, art. 5º, MP nº 690/15, art. 9º; Lei nº 13.241/15, art. 9º.</p>   |                |             |            |           |
| 33 | <p><b>PROUCA - REICOMP - Regime Especial de Incentivo a Computadores para Uso Educacional</b></p> <p>Suspensão de PIS/COFINS incidente na importação ou aquisição no mercado interno de matérias-primas, produtos intermediários e prestação de serviços destinados à fabricação dos equipamentos. A suspensão converte-se em alíquota zero após a incorporação ou utilização dos bens ou dos serviços nos equipamentos.</p> <p>Lei nº 12.249/10, arts. 6 a 14 e 139; Lei nº 12.715/12, arts. 15 a 23 e 78.</p>   | 31/12/2015     | não vigente | ...        | ...       |
| 34 | <p><b>PROUNI - Programa Universidade para Todos</b></p> <p>Isenção do tributo à instituição privada de ensino superior, com ou sem fins lucrativo, que aderir ao PROUNI. A isenção recairá sobre a receita auferida e será calculada na proporção da ocupação efetiva das bolsas devidas</p> <p>Lei nº 11.096/05, art. 8º.</p>  | indeterminado  | 227.480.629 | 0,00       | 0,01 0,20 |
| 35 | <p><b>RECINE - Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica</b></p> <p>Suspensão do PIS/COFINS na importação e aquisição no mercado interno de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, para incorporação no ativo permanente e utilização em complexos de exibição ou cinemas itinerantes, bem como de materiais para sua construção. A suspensão converte-se em alíquota zero após incorporação no ativo permanente e utilização do bem ou material de construção no complexo de exibição cinematográfica.</p> <p>Lei nº 12.599/12, arts.12 a 14; Decreto nº 7.729/12; Lei nº 13.594/18; Lei nº 14.044/2020.</p> | 31/12/2024     | 823.779     | 0,00       | 0,00 0,00 |
| 36 | <p><b>RECOPA - Regime Especial de Tributação para Construção, Ampliação, Reforma ou Modernização de Estádios de Futebol</b></p> <p>Suspensão do PIS/COFINS incidente na importação e aquisição do mercado interno de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, e de materiais de construção para utilização ou incorporação no estádio de futebol da pessoa jurídica beneficiária do RECOPA, bem como a prestação de serviços e aluguel de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos destinadas à obra. A suspensão converte-se em alíquota zero após a utilização ou incorporação do bem ou serviço.</p> <p>Lei nº 12.350/10, arts. 17 a 21.</p>           | 30/06/2014     | não vigente | ...        | ...       |
| 37 | <p><b>REIDI - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infra-Estrutura</b></p> <p>Suspensão do PIS/PASEP e da COFINS na importação ou venda no mercado interno de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, materiais de construção, serviços e aluguel para utilização ou incorporação em obras de infra-estrutura destinadas ao ativo imobilizado.</p> <p>Lei nº 11.488/07, arts. 1º a 5º.</p>  | indeterminado  | 316.291.238 | 0,00       | 0,01 0,28 |
| 38 | <p><b>REIF - Regime Especial de Incentivo ao Desenvolvimento da Infraestrutura da Indústria de Fertilizantes</b></p> <p>Suspensão do PIS e COFINS incidente sobre a importação ou venda no mercado interno de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, de materiais de construção e serviços e aluguel para utilização ou incorporação no projeto aprovado.</p> <p>Lei nº 12.794/13, arts. 5º a 11.</p>   | 20/09/2017     | não vigente | ...        | ...       |
| 39 | <p><b>RENUCLEAR - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Usinas Nucleares</b></p> <p>Suspensão do PIS/COFINS nas importação ou vendas no mercado interno de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, de materiais de construção, serviços ou aluguel para utilização ou incorporação em obras de infraestrutura destinadas ao ativo imobilizado, quando a importação/aquisição for efetuada por pessoa jurídica beneficiária do RENUCLEAR. A suspensão converte-se em alíquota zero após a utilização ou incorporação do bem ou material de construção na obra de infraestrutura.</p> <p>Lei nº 12.431/11, arts. 14 a 17.</p>                    | 31/12/2020     | não vigente | ...        | ...       |

**QUADRO XIX**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**CONTRIBUIÇÃO SOCIAL PARA O PIS-PASEP**

UNIDADE: R\$ 1,00

|    | GASTO TRIBUTÁRIO  | PRAZO VIGÊNCIA | PART. %     |            |           |      |
|----|---|----------------|-------------|------------|-----------|------|
|    |   |                | PIB         | ARRECADADO | PIS/PASEP |      |
| 40 | <p><b>REPENEC - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste</b></p> <p>Suspensão do PIS/COFINS incidente na importação ou aquisição no mercado interno de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, e de materiais de construção para utilização ou incorporação em obras de infraestrutura destinadas ao ativo imobilizado de pessoa jurídica beneficiária do REPENEC. Aplica-se também ao aluguel. As suspensões convertem-se em alíquota zero após a utilização ou incorporação do bem ou material de construção na obra de infraestrutura.</p> <p>Lei nº 12.249/10, arts. 1º a 5º.</p>  | 30/06/2016     | não vigente | ...        | ...       | ...  |
| 41 | <p><b>REPENBL-Redes - Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações</b></p> <p>Suspensão do PIS/COFINS sobre receita de venda no mercado interno de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos novos, de materiais de construção, serviços e aluguel para utilização ou incorporação nas obras civis dos projetos aprovados para implantação, ampliação ou modernização de redes de telecomunicações que suportam acesso à Internet em banda larga. A suspensão converte-se em alíquota zero após a incorporação do bem.</p> <p>Lei nº 12.715/12, arts. 28 a 33.</p>  | 31/12/2016     | não vigente | ...        | ...       | ...  |
| 42 | <p><b>REPORTO - Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária</b></p> <p>Suspensão do PIS/Cofins na importação ou venda no mercado interno de máquinas, equipamentos, peças de reposição e outros bens importados pelos beneficiários do REPORTO e destinados ao seu ativo imobilizado para utilização exclusiva na execução de serviços de: carga, descarga, armazenagem e movimentação de mercadorias e produtos; sistemas suplementares de apoio operacional; proteção ambiental; sistemas de segurança e de monitoramento de fluxo de pessoas, mercadorias, produtos, veículos e embarcações; dragagens; e treinamento e formação de trabalhadores, inclusive na implantação de Centros de Treinamento Profissional. São beneficiários do REPORTO o operador portuário, o concessionário de porto organizado, o arrendatário de instalação portuária de uso público e a empresa autorizada a explorar instalação portuária de uso privativo misto ou exclusivo, inclusive aquelas que operam com embarcações de offshore, o concessionário de transporte ferroviário, empresas de dragagem, recintos alfandegados de zona secundária e dos Centros de Treinamento Profissional. A suspensão converte-se em isenção após o decurso do prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da ocorrência do respectivo fato gerador.</p> <p>Lei nº 11.033/04, arts. 13 a 16, em específico: art. 14; Decreto nº 6.582/08; Lei nº 11.774/08, art. 5º; Lei nº 12.715/12, art. 39; Lei nº 12.688/12, art. 30; Lei nº 13.169, art. 7º, Lei 14.301/22.</p> | 31/12/2023     | não vigente | ...        | ...       | ...  |
| 43 | <p><b>RETAERO - Regime Especial de Incentivos Tributários para a Indústria Aeroespacial Brasileira</b></p> <p>Suspensão de PIS/Cofins na importação ou venda no mercado interno de partes, peças, ferramentas, componentes, equipamentos, sistemas, subsistemas, insumos e matérias-primas, a serem empregados na manutenção, conservação, modernização, reparo, revisão, conversão e industrialização dos produtos classificados na posição 88.02 da NCM. Suspensão de PIS/Cofins na importação ou venda no mercado de serviços de tecnologia industrial básica, desenvolvimento e inovação tecnológica, assistência técnica e transferência de tecnologia. A suspensão converte-se em alíquota zero após o emprego, utilização ou incorporação dos referidos bens.</p> <p>Lei nº 12.249/10, arts. 29 a 33; Lei nº 12.598/12, art. 16.</p>   | 11/06/2020     | não vigente | ...        | ...       | ...  |
| 44 | <p><b>RETID - Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa</b></p> <p>Suspensão do PIS/COFINS sobre a venda no mercado interno ou importação de partes, peças, ferramentas, componentes, equipamentos, sistemas, subsistemas, insumos, matérias-primas, serviços de tecnologia industrial básica, desenvolvimento e inovação tecnológica, assistência técnica e transferência de tecnologia a serem empregados na manutenção, conservação, modernização, reparo, revisão, conversão, industrialização de bens de defesa nacional, quando a aquisição for efetuada por pessoa jurídica beneficiária do RETID. A suspensão também aplica-se à receita de aluguel de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos. Conversão em alíquota zero após o emprego ou utilização dos bens e serviços. Suspensão de PIS e COFINS incidente sobre a receita decorrente da venda dos bens de defesa nacional, definidos em ato do Poder Executivo, e a prestação de serviços de tecnologia industrial básica, projetos, pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica, assistência técnica e transferência de tecnologia, efetuada por pessoa jurídica beneficiária do RETID à União, para uso privativo das Forças Armadas, exceto para uso pessoal e administrativo.</p>  | 22/03/2032     | 6.514.958   | 0,00       | 0,00      | 0,01 |

**QUADRO XIX**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**CONTRIBUIÇÃO SOCIAL PARA O PIS-PASEP**

UNIDADE: R\$ 1,00

| GASTO TRIBUTÁRIO   | PRAZO VIGÊNCIA | PART. %       |             |           |      |
|--|----------------|---------------|-------------|-----------|------|
|  |                | PIB           | ARRECADAÇÃO | PIS/PASEP |      |
| Lei nº 12.598/12, arts. 7º a 11; Decreto nº 8.122/2013.  |                |               |             |           |      |
| <b>45 Simples Nacional - Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte</b><br>Redução da base de cálculo e modificação da alíquotas para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, que optaram pelo Simples Nacional.<br>Lei Complementar nº 123/06; Lei Complementar nº 127/07; Lei Complementar nº 139/11; Lei Complementar nº 147/2014.  | indeterminado  | 7.851.400.616 | 0,07        | 0,30      | 6,86 |
| <b>46 TEF - Tributação Específica do Futebol</b><br>Regime de tributação específico para as Sociedades Anônimas do Futebol que unifica o recolhimento do IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e Contribuição Previdenciária (artigos I, II e III do caput e no §6º do art. 22 da Lei nº 8.212/91). O regime consiste na tributação das receitas mensais com a aplicação de uma alíquota de 5%, nos 5 primeiros anos-calendário da constituição da sociedade, e de 4%, a partir do 6º ano calendário.<br><br>Lei nº 14.193/2021, atrs. 31 e 32.  | indeterminado  | 746.696.164   | 0,01        | 0,03      | 0,65 |
| <b>47 Telecomunicações em Áreas Rurais e Regiões Remotas</b><br>Isenção de tributos federais incidentes sobre o faturamento dos serviços de telecomunicações prestados por meio das subfaixas de radiofrequência de 451 MHz a 458 MHz e de 461 MHz a 468 MHz, assim como por meio de estações terrenas satelitais de pequeno porte que contribuam com os objetivos de implantação do PNBL. Isenção de tributos federais incidentes sobre a receita bruta de venda a varejo dos componentes e equipamentos de rede, terminais e transceptores definidos em regulamento que sejam dedicados aos serviços de telecomunicações prestados por meio das subfaixas de radiofrequência de 451 MHz a 458 MHz e de 461 MHz a 468 MHz, assim como por meio de estações terrenas satelitais de pequeno porte que contribuam com os objetivos de implantação do PNBL.<br><br>Lei nº 12.715/12, arts. 35 e 37. | 31/12/2018     | não vigente   | ...         | ...       | ...  |
| <b>48 Termoeletricidade</b><br>Redução a zero da alíquota do PIS/COFINS incidente sobre a venda de gás natural e carvão mineral destinada à produção de energia elétrica.<br>Lei nº 10.312/01, arts. 1º e 2º.  | indeterminado  | 130.575.527   | 0,00        | 0,01      | 0,11 |
| <b>49 Transporte Coletivo</b><br>Redução a zero das alíquotas do PIS/COFINS sobre o transporte público coletivo municipal de passageiros, por meio rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário. Aplica-se também ao transporte público coletivo intermunicipal, interestadual e internacional de caráter urbano.<br><br>Lei nº 12.860/13.  | indeterminado  | 90.849.572    | 0,00        | 0,00      | 0,08 |
| <b>50 Transporte Escolar</b><br>Redução a zero das alíquotas do PIS/COFINS incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda, no mercado interno, de veículos e embarcações destinados ao transporte escolar para a educação básica na zona rural, quando adquiridos pela União, Estados, Municípios e pelo Distrito Federal.<br>Lei nº 10.865/04, art. 28, VIII e IX.  | indeterminado  | 9.246.149     | 0,00        | 0,00      | 0,01 |
| <b>51 Trem de Alta Velocidade</b><br>Redução a zero das alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda, no mercado interno, de serviços de transporte ferroviário em sistema de trens de alta velocidade - TAV.<br><br>Lei nº 10.865/04, art. 28, XX.   | indeterminado  | 0             | 0,00        | 0,00      | 0,00 |
| <b>52 Zona Franca de Manaus - Importação de Matéria-Prima</b><br>Suspensão do PIS/PASEP-importação e COFINS-importação nas importações efetuadas por empresas localizadas na Zona Franca de Manaus de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, para emprego em processo de industrialização por estabelecimentos industriais instalados na ZFM com projetos aprovados pela SUFRAMA.<br><br>Lei nº 10.865/04, art. 14-A.  | 05/10/2073     | 0             | 0,00        | 0,00      | 0,00 |
| <b>53 Zona Franca de Manaus - Importação de Bens de Capital</b>  | 05/10/2073     | 0             | 0,00        | 0,00      | 0,00 |

**QUADRO XIX**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**CONTRIBUIÇÃO SOCIAL PARA O PIS-PASEP**

UNIDADE: R\$ 1,00

| GASTO TRIBUTÁRIO   | PRAZO VIGÊNCIA | PART. %        |            |           |       |
|--|----------------|----------------|------------|-----------|-------|
|  |                | PIB            | ARRECADADO | PIS/PASEP |       |
| <p>Suspensão da Contribuição para o PIS/PASEP-Importação e da COFINS-Importação incidentes sobre importações de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, para incorporação ao ativo imobilizado da pessoa jurídica importadora estabelecida na Zona Franca de Manaus. A suspensão converte-se em alíquota 0 (zero) após decorridos 18 meses da incorporação do bem ao ativo imobilizado.</p> <p>Lei nº 11.196/05, art. 50; Lei nº 10.865/04, art. 14, § 1º; Decreto nº 5.691/06.</p>   |                |                |            |           |       |
| <p><b>54 Zona Franca de Manaus - Matéria-Prima Produzida na ZFM</b><br/>Redução a zero das alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre as receitas decorrentes da comercialização de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, produzidos na Zona Franca de Manaus, para emprego em processo de industrialização por estabelecimentos industriais instalados na própria ZFM com projetos Lei nº 10.637/02, art. 5º-A; Decreto nº 5.310/04.</p>  | 05/10/2073     | 0              | 0,00       | 0,00      | 0,00  |
| <p><b>54 Zona Franca de Manaus e Área de Livre Comércio - Alíquotas Diferenciadas</b><br/>Alíquotas diferenciadas para as Contribuições PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre a receita bruta auferida por pessoa jurídica industrial estabelecida na Zona Franca de Manaus e na Área de Livre Comércio, decorrente da venda de produção própria, consoante projeto aprovado pela SUFRAMA. I) 0,65% e 3%, no caso de venda efetuada a pessoa jurídica estabelecida: a) na Zona Franca de Manaus e na Área de Livre Comércio; b) fora da Zona Franca de Manaus e da Área de Livre Comércio, que apure PIS/COFINS no regime de não-cumulatividade; II) 1,3% e 6%, no caso de venda efetuada a: a) pessoa jurídica estabelecida fora da Zona Franca de Manaus e da Área de Livre Comércio, que apure o imposto de renda com base no lucro presumido; b) pessoa jurídica estabelecida fora da Zona Franca de Manaus e da Área de Livre Comércio, que apure o imposto de renda com base no lucro real e que tenha sua receita, total ou parcialmente, excluída do regime de incidência não-cumulativa do PIS/COFINS; c) pessoa jurídica estabelecida fora da Zona Franca de Manaus e da Área de Livre Comércio e que seja optante pelo SIMPLES; d) órgãos da administração federal, estadual, distrital e municipal. Crédito na aquisição de mercadoria produzida por pessoa jurídica estabelecida na ZFM e na ALC, consoante projeto aprovado pela SUFRAMA, determinado mediante a aplicação da alíquota de 1% e 4,6% e, na situação "II b", mediante a aplicação da alíquota de 1,65% e 7,60%. Redução a zero das alíquotas na venda de pneus e camaras de ar para bicicletas, quando produzidas na Zona Franca de Manaus.</p> <p>Lei nº 10.637/02, art. 2º, § 4º e art. 3º § 12; Lei nº 10.833/03, art. 2º, § 5º e art. 3º § 17; Decreto nº 5.310/04; Lei nº 10.996/04, arts. 3º e 4º; Lei nº 13.097/15, art. 147.</p> | 05/10/2073     | 614.529.931    | 0,01       | 0,02      | 0,54  |
| <b>TOTAL</b>   |                | 24.156.060.154 | 0,21       | 0,93      | 21,11 |

**QUADRO XX**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL**

UNIDADE: R\$ 1,00

| GASTO TRIBUTÁRIO  | PRAZO VIGÊNCIA | VALOR         | PART. % |             |      |
|---|----------------|---------------|---------|-------------|------|
|   |                |               | PIB     | ARRECADAÇÃO | CSLL |
| <p><b>1 Assistência Médica, Odontológica e Farmacêutica a Empregados</b><br/>Dedução, como despesa operacional, dos gastos realizados pelas empresas com serviços de assistência médica, odontológica, farmacêutica e social, destinados indistintamente a todos os seus empregados e dirigentes.<br/>Lei nº 9.249/95, art. 13, V.</p>  | indeterminado  | 3.453.574.685 | 0,03    | 0,13        | 1,82 |
| <p><b>2 Benefícios Previdenciários a Empregados e FAPI - Fundo de Aposentadoria Individual</b><br/>Benefícios Previdenciários, dedução, como despesa operacional, dos gastos realizados com contribuições, não compulsórias destinada a custear planos de benefícios complementares assemelhados aos da previdência social, instituídos em favor dos empregados e dirigentes da pessoa jurídica. Fundo de Aposentadoria Programada Individual - FAPI, dedução, como despesa operacional, do valor das quotas adquiridas em favor de seus empregados ou administradores, do FAPI, desde que o plano atinja, no mínimo, 50% dos seus empregados.<br/><br/>Lei nº 9.249/95, art. 13, V; Lei nº 9.477/97, arts. 7º e 10; Lei nº 9.532/97, art. 11, §§2º, 3º e 4º; Lei nº 10.887/04.</p>   | indeterminado  | 390.840.952   | 0,00    | 0,02        | 0,21 |
| <p><b>3 Copa do Mundo - Organização e Operacionalização da Copa das Confederações (2013) e da Copa do Mundo Fifa (2014)</b><br/>Isenção da CSLL à Subsidiária Fifa no Brasil e aos Prestadores de Serviços da Fifa (estabelecidos no Brasil sob a forma de sociedade com finalidade específica) em relação aos fatos geradores decorrentes das atividades próprias e diretamente vinculadas à organização ou realização da Copa das Confederações e da Copa do Mundo.<br/><br/>Lei nº 12.350/10, arts. 2º a 16.</p>   | 31/12/2015     | não vigente   | ...     | ...         | ...  |
| <p><b>4 Creches e Pré-Escolas</b><br/>Regime especial de tributação aplicável à construção ou reforma de estabelecimentos de educação infantil. Pagamento unificado de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS equivalente a 1% (um por cento) da receita mensal auferida pela construtora em virtude da realização da obra submetida ao regime especial de tributação. Cabe a CSLL 0,16%.<br/><br/>Lei nº 12.715/12, arts. 24 a 27.</p>   | 31/12/2018     | não vigente   | ...     | ...         | ...  |
| <p><b>5 Doações a Entidades Cíveis Sem Fins Lucrativos</b><br/>Dedução, como despesa operacional, das doações efetuadas a: Entidades cíveis, legalmente constituídas no Brasil, sem fins lucrativos, que prestem serviços gratuitos em benefício de empregados da pessoa jurídica doadora, e respectivos dependentes, ou em benefício da comunidade na qual atuem, até o limite de 2%(dois por cento) do lucro operacional;<br/>Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), qualificadas segundo as normas estabelecidas na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999. Para fins de Dedução na apuração do lucro real, as referidas doações estão limitadas a 2% (dois por cento) do lucro operacional da pessoa jurídica, antes de computada a sua Dedução. A dedutibilidade fica condicionada a que a entidade beneficiária tenha sua condição de utilidade pública ou de OSCIP reconhecida pelo órgão competente da União.<br/><br/>Lei nº 9.249/95, art. 13, §2º, III; MP nº 2.158-35/01, art. 59.</p> | indeterminado  | 123.948.164   | 0,00    | 0,00        | 0,07 |
| <p><b>6 Doações a Instituições de Ensino e Pesquisa</b><br/>Dedução, como despesa operacional, das doações até o limite de 1,5% (um e meio por cento) do lucro operacional, efetuadas às instituições de ensino e pesquisa cuja criação tenha sido autorizada por lei federal e que preencham os requisitos dos incisos I e II do art. 213 da Constituição Federal, de 1988, que são: a) comprovação de finalidade não-lucrativa e aplicação dos excedentes financeiros em educação; b) assegurar a destinação do seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades.<br/><br/>Lei nº 9.249/95, art. 13, §2º, II.</p>   | indeterminado  | 20.036.341    | 0,00    | 0,00        | 0,01 |
| <p><b>7 Entidades sem Fins Lucrativos - Assistência Social e Saúde</b><br/>Imunidade do Imposto de Renda, da CSLL, da COFINS da Contribuição Previdenciária Patronal para as entidades beneficentes de assistência social, sem fins lucrativos, que atendam às exigências estabelecidas em lei.<br/>Constituição Federal do Brasil 1988, art. 150, VI, c e art. 195, § 7º; Lei nº 9.532/97, arts. 12 e 15; MP nº 2.158-35/01, art. 14, X; Lei nº 12.101/09; Decreto nº 8.242/14.</p>  | indeterminado  | 1.331.800.701 | 0,01    | 0,05        | 0,70 |
| <p><b>8 Entidades sem Fins Lucrativos - Associação Civil</b></p>  | indeterminado  | 735.116.825   | 0,01    | 0,03        | 0,39 |

**QUADRO XX**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL**

UNIDADE: R\$ 1,00

| GASTO TRIBUTÁRIO  | PRAZO VIGÊNCIA | PART. %       |      |             |      |
|---|----------------|---------------|------|-------------|------|
|   |                | VALOR         | PIB  | ARRECADAÇÃO | CSLL |
| <p>Iseção do Imposto de Renda, da CSLL, da COFINS para as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos, que atendam às exigências estabelecidas em lei.</p> <p>Constituição Federal do Brasil 1988, art. 150, VI, c e art. 195, § 7º; Lei nº 9.532/97, arts. 12 e 15; MP nº 2.158-35/01, art. 14, X; Lei nº 12.101/09; Decreto nº 8.242/14.</p>   |                |               |      |             |      |
| <p><b>9 Entidades sem Fins Lucrativos - Científica</b></p> <p>Iseção do Imposto de Renda, da CSLL, da COFINS para as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos, que atendam às exigências estabelecidas em lei.</p> <p>Constituição Federal do Brasil 1988, art. 150, VI, c e art. 195, § 7º; Lei nº 9.532/97, arts. 12 e 15; MP nº 2.158-35/01, art. 14, X; Lei nº 12.101/09; Decreto nº 8.242/14.</p>    | indeterminado  | 13.126.801    | 0,00 | 0,00        | 0,01 |
| <p><b>10 Entidades sem Fins Lucrativos - Cultural</b></p> <p>Iseção do Imposto de Renda, da CSLL, da COFINS para as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos, que atendam às exigências estabelecidas em lei.</p> <p>Constituição Federal do Brasil 1988, art. 150, VI, c e art. 195, § 7º; Lei nº 9.532/97, arts. 12 e 15; MP nº 2.158-35/01, art. 14, X; Lei nº 12.101/09; Decreto nº 8.242/14.</p>     | indeterminado  | 17.808.413    | 0,00 | 0,00        | 0,01 |
| <p><b>11 Entidades sem Fins Lucrativos - Educação</b></p> <p>Imunidade do Imposto de Renda, da CSLL, da COFINS da Contribuição Previdenciária Patronal para as entidades beneficentes de assistência social, sem fins lucrativos, que atendam às exigências estabelecidas em lei.</p> <p>Constituição Federal do Brasil 1988, art. 150, VI, c e art. 195, § 7º; Lei nº 9.532/97, arts. 12 e 15; MP nº 2.158-35/01, art. 14, X; Lei nº 12.101/09; Decreto nº 8.242/14.</p>   | indeterminado  | 673.279.075   | 0,01 | 0,03        | 0,36 |
| <p><b>12 Entidades sem Fins Lucrativos - Filantrópica</b></p> <p>Iseção do Imposto de Renda, da CSLL, da COFINS para as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos, que atendam às exigências estabelecidas em lei.</p> <p>Constituição Federal do Brasil 1988, art. 150, VI, c e art. 195, § 7º; Lei nº 9.532/97, arts. 12 e 15; MP nº 2.158-35/01, art. 14, X; Lei nº 12.101/09; Decreto nº 8.242/14.</p> | indeterminado  | 378.250.782   | 0,00 | 0,01        | 0,20 |
| <p><b>13 Entidades sem Fins Lucrativos - Recreativa</b></p> <p>Iseção do Imposto de Renda, da CSLL, da COFINS para as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos, que atendam às exigências estabelecidas em lei.</p> <p>Constituição Federal do Brasil 1988, art. 150, VI, c e art. 195, § 7º; Lei nº 9.532/97, arts. 12 e 15; MP nº 2.158-35/01, art. 14, X; Lei nº 12.101/09; Decreto nº 8.242/14.</p>   | indeterminado  | 40.655.511    | 0,00 | 0,00        | 0,02 |
| <p><b>14 Informática e Automação</b></p> <p>Crédito financeiro a título de CSLL concedido para as pessoas jurídicas habilitadas fabricantes de bens de tecnologias da informação e comunicação que investirem em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação. O valor do crédito financeiro é calculado com base no dispêndio em P&amp;D e no faturamento no mercado interno.</p> <p>Lei nº 8.248/91, art. 4º; Lei nº 10.176/01, art. 11; Lei nº 11.077/04, Lei nº 13.023/14; Lei nº 13.969/19; e Decreto nº 5.906/06.</p>   | 31/12/2029     | 1.700.937.229 | 0,01 | 0,07        | 0,90 |
| <p><b>15 Inovação Tecnológica</b></p>   | indeterminado  | 1.809.848.744 | 0,02 | 0,07        | 0,96 |

**QUADRO XX**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL**

UNIDADE: R\$ 1,00

| GASTO TRIBUTÁRIO   | PRAZO VIGÊNCIA | PART. %     |      |             |      |
|--|----------------|-------------|------|-------------|------|
|  |                | VALOR       | PIB  | ARRECADAÇÃO | CSLL |
| <p>A pessoa jurídica poderá excluir do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, o valor correspondente a até 60% da soma dos dispêndios realizados no período de apuração com pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica. Poderá chegar a até 80% dos dispêndios em função do número de empregados pesquisadores contratados pela pessoa jurídica. A pessoa jurídica poderá excluir do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL o valor correspondente a até 20% da soma dos dispêndios ou pagamentos vinculados à pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica objeto de patente concedida ou cultivar registrado. A pessoa jurídica poderá excluir do lucro líquido, para efeito de apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL, os dispêndios efetivados em projeto de pesquisa científica e tecnológica e de inovação tecnológica a ser executado por Instituição Científica e Tecnológica – ICT e por entidades científicas e tecnológicas privadas, sem fins lucrativos. A exclusão corresponderá, à opção da pessoa jurídica, a no mínimo a metade e no máximo duas vezes e meia o valor dos dispêndios efetuados. Exclusão do lucro real e da base de cálculo da CSLL de até 160% dos dispêndios realizados com pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica para as pessoas jurídicas que utilizarem os benefícios das Leis de capacitação e competitividade do setor de informática e automação (Leis nº 8.248/1991, 8.387/1991, e 10.176/2001).</p> <p>Lei nº 11.196/05, arts. 19, 19-A, 26; Lei nº 11.487/07; Lei nº 12.546/11, art. 13; Lei nº 11.774/08, art. 4º.</p> |                |             |      |             |      |
| <p><b>16 Minha Casa, Minha Vida</b><br/>Redução para 1% da alíquota do regime especial de tributação (RET) incidente sobre as receitas decorrentes dos projetos de incorporação de imóveis residenciais de interesse social, no âmbito do programa Minha Casa, Minha Vida, com valor comercial até limite estabelecido em Lei. Cabe a CSLL 0,16%.<br/>Lei nº 10.931/04, art. 4º, § 6º; Lei nº 12.024/09, art. 2º; Lei nº 13.097/15, arts. 4º e 6º.</p>   | indeterminado  | 45.823.046  | 0,00 | 0,00        | 0,02 |
| <p><b>17 Olimpíadas - Organização e Realização dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paralímpicos de 2016</b><br/>Isenção da CSLL incidente sobre receitas, lucros e rendimentos auferidos pelas Empresas vinculadas ao CIO, domiciliadas no País, e pelo RIO 2016 em relação aos fatos geradores decorrentes das atividades próprias e diretamente vinculadas à organização ou realização dos Eventos.<br/>Lei nº 12.780/13; Decreto nº 8.463/15.</p>   | 31/12/2017     | não vigente | ...  | ...         | ...  |
| <p><b>18 PADIS - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores</b><br/>Crédito financeiro a título de CSLL concedido para empresas habilitadas no PADIS. O valor do crédito financeiro é calculado com base no investimento em pesquisa e desenvolvimento e no faturamento no mercado interno.<br/>Lei nº 11.484/07, art. 1º a 11; Lei nº 13.169/15; Lei nº 13.969/19, Lei 14.302/22</p>   | indeterminado  | 52.346.520  | 0,00 | 0,00        | 0,03 |
| <p><b>19 PERSE - Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos</b><br/>Reduz para 0% (zero por cento), pelo prazo de 60 (sessenta) meses, contado do início da produção de efeitos desta Lei, as alíquotas das contribuições PIS, COFINS e CSLL e do IRPJ incidentes sobre o resultado auferido pelas pessoas jurídicas pertencentes ao setor de eventos.<br/>Lei nº 14.148, de 03 de maio de 2021.</p>   | 04/05/2026     | 599.064.187 | 0,01 | 0,02        | 0,32 |
| <p><b>20 Previdência Privada Fechada</b><br/>Isenção do Imposto de Renda e da CSLL para as entidades de previdência complementar sem fins lucrativos.<br/>Decreto-Lei nº 2.065/83, art. 6º; IN SRF 588/05, art. 17.</p>  | indeterminado  | 110.065.288 | 0,00 | 0,00        | 0,06 |
| <p><b>21 PROUNI - Programa Universidade para Todos</b><br/>Isenção do imposto à instituição privada de ensino superior, com ou sem fins lucrativo, que aderir ao PROUNI. A isenção recairá sobre o valor do lucro e será calculada na proporção da ocupação efetiva das bolsas devidas<br/>Lei nº 11.096/05.</p>   | indeterminado  | 444.683.670 | 0,00 | 0,02        | 0,23 |
| <p><b>22 Rota 2030</b><br/>Dedução da CSLL devida, o valor correspondente à aplicação da alíquota da CSLL sobre até 30% dos dispêndios realizados no País, desde que sejam classificáveis como despesas operacionais aplicados em pesquisa e desenvolvimento.<br/>MP nº 843/18; Lei nº 13755/18, art. 11; Decreto nº 9.557/18, art. 19.</p>  | 31/07/2023     | não vigente | ...  | ...         | ...  |

**QUADRO XX**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTADO**  
**CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL**

UNIDADE: R\$ 1,00

| GASTO TRIBUTÁRIO   | PRAZO VIGÊNCIA | VALOR          | PART. % |             |       |
|--|----------------|----------------|---------|-------------|-------|
|  |                |                | PIB     | ARRECADAÇÃO | CSLL  |
| <b>23 Simples Nacional - Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte</b><br>Redução da base de cálculo e modificação da alíquotas para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, que optaram pelo Simples Nacional.<br>Lei Complementar nº 123/06; Lei Complementar nº 127/07; Lei Complementar nº 139/11; Lei Complementar nº 147/14.  | indeterminado  | 12.406.892.363 | 0,11    | 0,48        | 6,55  |
| <b>24 TEF - Tributação Específica do Futebol</b><br>Regime de tributação específico para as Sociedades Anônimas do Futebol que unifica o recolhimento do IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e Contribuição Previdenciária (artigos I, II e III do caput e no §6º do art. 22 da Lei nº 8.212/91). O regime consiste na tributação das receitas mensais com a aplicação de uma alíquota de 5%, nos 5 primeiros anos-calendário da constituição da sociedade, e de 4%, a partir do 6º ano calendário.<br><br>Lei nº 14.193/2021 , atrs. 31 e 32. | indeterminado  | 81.829.717     | 0,00    | 0,00        | 0,04  |
| <b>TOTAL</b>   |                | 24.429.929.013 | 0,21    | 0,95        | 12,89 |

**QUADRO XXI**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS**

UNIDADE: R\$ 1,00

| GASTO TRIBUTÁRIO  | PRAZO VIGÊNCIA | VALOR          | PART. % |           |        |
|---|----------------|----------------|---------|-----------|--------|
|   |                |                | PIB     | ARRECAÇÃO | COFINS |
| <b>1 Aerogeradores</b><br>Redução a zero das alíquotas do PIS/COFINS incidentes sobre receita decorrente da venda no mercado interno e importação de partes de aerogeradores (NCM 8503.00.90 EX01, exceto pás eólicas).<br>Lei nº 10.865/04, art. 8º, § 12, XL e art. 28, XXXVII; Lei nº 13.097/15, art. 1º; Lei nº 13.169/15, art. 15.   | indeterminado  | 176.493.477    | 0,00    | 0,01      | 0,04   |
| <b>2 Agricultura e Agroindústria - crédito presumido</b><br>Crédito presumido para agroindústria na compra de insumos de produtor pessoa física, cooperativas, produtor pessoa jurídica.<br>Lei nº 10.925/2004, art. 8º.  | indeterminado  | 2.788.013.764  | 0,02    | 0,11      | 0,65   |
| <b>3 Agricultura e Agroindústria - Defensivos agropecuários</b><br>Redução a zero das alíquotas do PIS e COFINS sobre importação ou venda no mercado interno de defensivos agropecuários classificados na posição 38.08 da TIPI e suas matérias-primas.<br><br>Lei nº 10.925/04, art. 1º, II.   | indeterminado  | 5.122.975.690  | 0,04    | 0,20      | 1,20   |
| <b>4 Agricultura e Agroindústria - Desoneração Cesta Básica</b><br>Redução a zero das alíquotas do PIS e COFINS sobre importação ou venda no mercado interno de: adubos, fertilizantes e suas matérias-primas; sementes e mudas; corretivo de solo; feijão, arroz, farinha de mandioca e batata-doce; inoculantes agrícolas; vacina veterinária; milho; pintos de 1 (um) dia; leite, bebidas lácteas; queijos; soro de leite; farinha de trigo; trigo; pão; produtos hortícolas, frutas e ovos; sementes e embriões; acetona; massas alimentícias; carne bovina, suína, ovina, caprina, ave, peixe; café; açúcar; óleo de soja; manteiga; margarina; sabão; pasta de dente; fio dental; papel higiênico.<br><br>Lei nº 10.925/04, arts. 1º, 8º, 9º; Decreto nº 5.630/05; Lei nº 10.865/04, art. 28 e art. 8º § 12; Lei nº 11.727/08, art. 25; Lei nº 12.839/13.   | indeterminado  | 27.570.358.887 | 0,24    | 1,07      | 6,47   |
| <b>5 Água Mineral</b><br>Redução a zero das alíquotas de PIS/COFINS sobre a receita de venda de águas minerais comercializadas em recipientes com capacidade nominal inferior a 10 (dez) litros ou igual ou superior a 10 (dez) litros classificadas no código 2201.10.00 Ex 01 e Ex 02 da Tipi.<br><br>Lei nº 12.715/12, art. 76.  | indeterminado  | 272.015.326    | 0,00    | 0,01      | 0,06   |
| <b>6 Álcool</b><br>Crédito presumido de PIS/COFINS para as pessoas jurídicas importadora ou produtora de álcool, inclusive pra fins carburantes.<br>Lei nº 12.859/13, arts. 1º a 4º; Lei nº 12.995/14, art. 6º; Decreto nº 7.997/13.  | 31/12/2016     | não vigente    | ...     | ...       | ...    |
| <b>7 Biodiesel</b><br>Redução das alíquotas do PIS/COFINS sobre a venda de biodiesel pela aplicação de coeficientes de redução definidos pelo Poder Executivo. Crédito presumido de PIS/COFINS calculado sobre o valor das matérias-primas adquiridas de pessoa física, de cooperado pessoa física, de pessoa jurídica que exerça atividade agropecuária, de cooperativa de produção agropecuária ou de cerealista e utilizados como insumo na produção de biodiesel. Suspensão do PIS/COFINS sobre a venda de matéria-prima in natura de origem vegetal, destinada à produção de biodiesel.<br><br>Lei 11.116/05, arts. 1º a 13; Decreto 5.297/04, art. 4º; Decreto nº 6.458/08; Decreto nº 7.768/12.  | indeterminado  | 102.338.425    | 0,00    | 0,00      | 0,02   |
| <b>8 Cadeira de Rodas e Aparelhos Assistivos</b><br>Redução a zero das alíquotas do PIS/COFINS na importação ou venda no mercado interno de cadeiras de rodas classificados na posição 87.13; artigos e aparelhos ortopédicos ou para fraturas classificados no código 90.21.10; artigos e aparelhos de próteses classificados no código 90.21.3; almofadas antiescaras classificados nos Capítulos 39, 40, 63 e 94, da NCM; produtos classificados nos códigos 8443.32.22, 8469.00.39 Ex 01, 8714.20.00, 9021.40.00, 9021.90.82 e 9021.90.92, todos da Tipi; calculadoras equipadas com sintetizador de voz; teclados e mouse com adaptações específicas para uso por pessoas com deficiência; linhas braille classificadas; scanners equipados com sintetizador de voz; duplicadores braille; acionadores de pressão; lupas eletrônicas; implantes cocleares; próteses oculares; aparelhos e softwares de leitores de tela; neuroestimuladores para tremor essencial/Parkinson.<br><br>Lei nº 10.865/04, arts. 8º e 28. | indeterminado  | 927.686.562    | 0,01    | 0,04      | 0,22   |
| <b>9 Combustíveis</b>   | 31/12/2023     | não vigente    | ...     | ...       | ...    |

**QUADRO XXI**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS**

UNIDADE: R\$ 1,00

|           | GASTO TRIBUTÁRIO  | PRAZO VIGÊNCIA       | PART. %              |             |             |             |
|-----------|---|----------------------|----------------------|-------------|-------------|-------------|
|           |   |                      | PIB                  | ARRECADADO  | COFINS      |             |
|           | Redução das alíquotas da Contribuição para o Programa de Integração Social e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins incidentes sobre operações realizadas com óleo diesel, biodiesel, gás liquefeito de petróleo, álcool, querosene de aviação, gás natural veicular e gasolina.<br>Decreto nº 10.638/2021; Lei Complementar nº 194/22; Medida Provisória nº 1.157/2023 e Medida Provisória nº 1.163/2023.   |                      |                      |             |             |             |
| <b>10</b> | <b>Copa do Mundo - Organização e Operacionalização da Copa das Confederações (2013) e da Copa do Mundo Fifa (2014)</b><br>Isenção de PIS/Cofins para Subsidiária Fifa no Brasil e Prestadores de Serviços da Fifa (estabelecidos no País sob a forma de sociedade com finalidade específica) em relação aos fatos geradores decorrentes das atividades próprias e diretamente vinculadas à organização ou realização da Copa das Confederações e Copa do Mundo Fifa. Suspensão de PIS/Cofins sobre vendas realizadas no mercado interno para a Fifa, para Subsidiária Fifa no Brasil ou para a Emissora Fonte da Fifa, de mercadorias destinadas a uso ou consumo exclusivo na organização e realização dos Eventos. A suspensão converter-se-á em isenção após comprovação da utilização ou consumo do bem nas finalidades previstas na Lei. Isenção de PIS/Cofins-Importação em relação aos fatos geradores decorrentes das atividades próprias e diretamente vinculadas à organização da Copa das Confederações e da Copa do Mundo a Fifa e sua Subsidiária no Brasil.<br><br>Lei nº 12.350/10, arts. 2º a 16.   | <b>31/12/2015</b>    | <b>não vigente</b>   | ...         | ...         |             |
| <b>11</b> | <b>Creches e Pré-Escolas</b><br>Regime especial de tributação aplicável à construção ou reforma de estabelecimentos de educação infantil. Pagamento unificado de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS equivalente a 1% (um por cento) da receita mensal auferida pela construtora em virtude da realização da obra submetida ao regime especial de tributação. Cabe à COFINS 0,44%.<br><br>Lei nº 12.715/12, arts. 24 a 27.   | <b>31/12/2018</b>    | <b>não vigente</b>   | ...         | ...         |             |
| <b>12</b> | <b>Embarcações e Aeronaves</b><br>Isenção do PIS/Cofins sobre a receita auferida pelos estaleiros navais brasileiros nas atividades de construção, conservação, modernização, conversão ou reparo de embarcações pré-registradas ou registradas no Registro Especial Brasileiro - REB.<br><br>Redução a zero das alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda no mercado interno ou a importação de materiais e equipamentos, partes, peças e componentes, destinados ao emprego na construção, conservação, modernização e conversão de embarcações registradas ou pré-registradas no REB.<br><br>Redução a zero das alíquotas do PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a venda ou importação de aeronaves classificadas na posição 88.02 da Tipi, suas partes, peças, ferramentais, componentes, insumos, fluidos hidráulicos, tintas, anticorrosivos, lubrificantes, equipamentos, serviços e matérias-primas a serem empregados na manutenção, conservação, modernização, reparo, revisão, conversão e industrialização das aeronaves, seus motores, partes, componentes, ferramentais e equipamentos.<br><br>MP nº 2.158-35/01, art. 14, VI e § 1º; Lei 10.865/04, art. 8º, § 12, I, VI e VII, art. 28, IV e X; Lei nº 10.925/04, art. 6º; Lei nº 11.727/08, art. 26; Lei nº 13.137/15, art. 1º. | <b>indeterminado</b> | <b>4.393.881.721</b> | <b>0,04</b> | <b>0,17</b> | <b>1,03</b> |
| <b>13</b> | <b>Entidades sem Fins Lucrativos - Assistência Social e Saúde</b><br>Imunidade do Imposto de Renda, da CSLL, da COFINS da Contribuição Previdenciária Patronal para as entidades beneficentes de assistência social, sem fins lucrativos, que atendam às exigências estabelecidas em lei.<br>Constituição Federal do Brasil 1988, art. 150, VI, c e art. 195, § 7º; Lei nº 9.532/97, arts. 12 e 15; MP nº 2.158-35/01, art. 14, X; Lei nº 12.101/09; Decreto nº 8.242/14.   | <b>indeterminado</b> | <b>3.017.772.019</b> | <b>0,03</b> | <b>0,12</b> | <b>0,71</b> |
| <b>14</b> | <b>Entidades sem Fins Lucrativos - Associação Civil</b><br>Isenção do Imposto de Renda, da CSLL, da COFINS para as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos, que atendam às exigências estabelecidas em lei.<br><br>Constituição Federal do Brasil 1988, art. 150, VI, c e art. 195, § 7º; Lei nº 9.532/97, arts. 12 e 15; MP nº 2.158-35/01, art. 14, X; Lei nº 12.101/09; Decreto nº 8.242/14.  | <b>indeterminado</b> | <b>1.770.419.087</b> | <b>0,02</b> | <b>0,07</b> | <b>0,42</b> |
| <b>15</b> | <b>Entidades sem Fins Lucrativos - Científica</b>   | <b>indeterminado</b> | <b>44.828.017</b>    | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,01</b> |

**QUADRO XXI**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS**

UNIDADE: R\$ 1,00

| GASTO TRIBUTÁRIO  | PRAZO VIGÊNCIA | PART. %       |      |           |        |
|---|----------------|---------------|------|-----------|--------|
|   |                | PIS           | PIB  | ARRECAÇÃO | COFINS |
| Isenção do Imposto de Renda, da CSLL, da COFINS para as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos, que atendam às exigências estabelecidas em lei.<br><br>Constituição Federal do Brasil 1988, art. 150, VI, c e art. 195, § 7º; Lei nº 9.532/97, arts. 12 e 15; MP nº 2.158-35/01, art. 14, X; Lei nº 12.101/09; Decreto nº 8.242/14.   |                |               |      |           |        |
| <b>16 Entidades sem Fins Lucrativos - Cultural</b><br>Isenção do Imposto de Renda, da CSLL, da COFINS para as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos, que atendam às exigências estabelecidas em lei.<br><br>Constituição Federal do Brasil 1988, art. 150, VI, c e art. 195, § 7º; Lei nº 9.532/97, arts. 12 e 15; MP nº 2.158-35/01, art. 14, X; Lei nº 12.101/09; Decreto nº 8.242/14.   | indeterminado  | 46.641.690    | 0,00 | 0,00      | 0,01   |
| <b>17 Entidades sem Fins Lucrativos - Educação</b><br>Imunidade do Imposto de Renda, da CSLL, da COFINS da Contribuição Previdenciária Patronal para as entidades beneficentes de assistência social, sem fins lucrativos, que atendam às exigências estabelecidas em lei.<br><br>Constituição Federal do Brasil 1988, art. 150, VI, c e art. 195, § 7º; Lei nº 9.532/97, arts. 12 e 15; MP nº 2.158-35/01, art. 14, X; Lei nº 12.101/09; Decreto nº 8.242/14.  | indeterminado  | 2.633.669.075 | 0,02 | 0,10      | 0,62   |
| <b>18 Entidades sem Fins Lucrativos - Filantrópica</b><br>Isenção do Imposto de Renda, da CSLL, da COFINS para as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos, que atendam às exigências estabelecidas em lei.<br><br>Constituição Federal do Brasil 1988, art. 150, VI, c e art. 195, § 7º; Lei nº 9.532/97, arts. 12 e 15; MP nº 2.158-35/01, art. 14, X; Lei nº 12.101/09; Decreto nº 8.242/14.   | indeterminado  | 2.700.691.033 | 0,02 | 0,10      | 0,63   |
| <b>19 Entidades sem Fins Lucrativos - Recreativa</b><br>Isenção do Imposto de Renda, da CSLL, da COFINS para as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos, que atendam às exigências estabelecidas em lei.<br><br>Constituição Federal do Brasil 1988, art. 150, VI, c e art. 195, § 7º; Lei nº 9.532/97, arts. 12 e 15; MP nº 2.158-35/01, art. 14, X; Lei nº 12.101/09; Decreto nº 8.242/14.   | indeterminado  | 337.153.151   | 0,00 | 0,01      | 0,08   |
| <b>20 Equipamentos para uso médico, hospitalar, clínico ou laboratorial</b><br>Redução a zero das alíquotas do PIS/COFINS incidentes sobre a receita decorrente da venda de equipamentos ou materiais destinados a uso médico, hospitalar, clínico ou laboratorial, quando adquiridos: I - pela União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, bem como pelas suas autarquias e fundações; ou II - por entidades beneficentes de assistência social.<br><br>Lei nº 13.043/14, art. 70.   | indeterminado  | 21.032.522    | 0,00 | 0,00      | 0,00   |
| <b>21 Evento Esportivo, Cultural e Científico</b><br>Isenção do PIS/Cofins incidente na importação de troféus, medalhas, placas, estatuetas, distintivos, flâmulas, bandeiras e outros objetos comemorativos recebidos em evento cultural, científico ou esportivo oficial realizado no exterior ou para serem distribuídos gratuitamente como premiação em evento esportivo realizado no País; bens dos tipos e em quantidades normalmente consumidos em evento esportivo oficial; material promocional, impressos, folhetos e outros bens com finalidade semelhante, a serem distribuídos gratuitamente ou utilizados em evento esportivo oficial; bens importados por desportistas, desde que tenham sido utilizados por estes em evento esportivo oficial e recebidos em doação de entidade de prática desportiva estrangeira ou da promotora ou patrocinadora do evento.<br><br>Lei nº 11.488/07, art. 38. | indeterminado  | 161.035       | 0,00 | 0,00      | 0,00   |
| <b>22 Gás Natural Liquefeito</b><br>Redução a zero das alíquotas do PIS/COFINS na importação de Gás Natural Liquefeito - GNL.<br><br>Lei nº 10.865/04, art. 8º, § 12, XVI; Lei nº 11.727/08.  | indeterminado  | 121.330.715   | 0,00 | 0,00      | 0,03   |
| <b>23 Indústria Cinematográfica e Radiodifusão</b>  | indeterminado  | 16.537.326    | 0,00 | 0,00      | 0,00   |

**QUADRO XXI**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS**

UNIDADE: R\$ 1,00

| GASTO TRIBUTÁRIO  | PRAZO VIGÊNCIA | PART. %       |            |        |      |
|---|----------------|---------------|------------|--------|------|
|   |                | PIB           | ARRECADADO | COFINS |      |
| <p>Redução a zero das alíquotas do PIS/COFINS na importação de máquinas, equipamentos, aparelhos, instrumentos, suas partes e peças de reposição, e películas cinematográficas virgens, sem similar nacional, destinados à indústria cinematográfica e audiovisual, e de radiodifusão. Redução a zero das alíquotas do PIS/COFINS na venda no mercado interno ou importação de projetores para exibição cinematográfica, classificados no código 9007.2 da NCM, e suas partes e acessórios, classificados no código 9007.9 da NCM.</p> <p>Lei nº 10.865/04, art. 8º, §12, V, XXIII e art. 28, XXI; Lei nº 12.599/12.</p>  |                |               |            |        |      |
| <p><b>24 Livros</b><br/>Redução a zero das alíquotas do PIS/Cofins incidentes sobre a importação e venda interna de livros em geral.<br/>Lei nº 10.865/04, arts. 8º, §12, XII e 28, VI; Lei nº 11.033/04, art. 6º.</p>  | indeterminado  | 1.495.360.573 | 0,01       | 0,06   | 0,35 |
| <p><b>25 Máquinas e Equipamentos - CNPq</b><br/>Isenção do PIS/Cofins nas importações de máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos, bem como suas partes e peças de reposição, destinados à pesquisa científica e tecnológica.<br/>Lei nº 8.010/90; Lei nº 10.865/04, art. 9º, II, h.</p>  | indeterminado  | 196.703.921   | 0,00       | 0,01   | 0,05 |
| <p><b>26 Medicamentos</b><br/>Crédito presumido de PIS/COFINS para as pessoas jurídicas que procedam à industrialização ou à importação de medicamentos.<br/>Lei nº 10.147/00.</p>  | indeterminado  | 7.561.219.880 | 0,07       | 0,29   | 1,77 |
| <p><b>27 Minha Casa, Minha Vida</b><br/>Redução para 1% da alíquota do regime especial de tributação (RET) incidente sobre as receitas decorrentes dos projetos de incorporação de imóveis residenciais de interesse social, no âmbito do programa Minha Casa, Minha Vida, com valor comercial até limite estabelecido em lei. Cabe a COFINS 0,44%.<br/>Lei nº 10.931/04, art. 4º, § 6º; Lei nº 12.024/09, art. 2º; Lei nº 12.844/13, art. 16; Lei nº 13.097/15, arts. 4º e 6º.</p>   | indeterminado  | 126.013.378   | 0,00       | 0,00   | 0,03 |
| <p><b>28 Olimpíadas - Organização e Realização dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paralímpicos de 2016</b><br/>Isenção do PIS/Cofins incidente nas importações de bens, mercadorias ou serviços para uso ou consumo exclusivo na organização e realização dos Jogos. Suspensão do PIS/Cofins incidente sobre as vendas de mercadorias e a prestação de serviços para o CIO, empresa vinculada ao CIO, Comitês Olímpicos Nacionais, federações desportivas internacionais, WADA, CAS, entidades nacionais e regionais de administração de desporto olímpico, RIO 2016, patrocinadores dos Jogos, prestadores de serviços do CIO, prestadores de serviços do RIO 2016, empresas de mídia e transmissores credenciados, adquiridos diretamente de pessoa jurídica previamente licenciada ou nomeada pelo CIO ou pelo RIO 2016.<br/>Lei nº 12.780/13; Decreto nº 8.463/15.</p> | 31/12/2017     | não vigente   | ...        | ...    | ...  |
| <p><b>29 PADIS - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores</b><br/>Redução a zero das alíquotas do PIS/PASEP e COFINS na importação ou venda no mercado interno de máquinas, aparelhos, instrumentos, equipamentos, softwares e insumos para incorporação ao ativo imobilizado.<br/>Lei nº 11.484/07, arts. 1º a 11; Lei nº 13.169/15, Lei 14.302/22 e Decreto 10.615/21</p>  | 31/12/2026     | 10.828.270    | 0,00       | 0,00   | 0,00 |
| <p><b>30 Papel - Jornais e Periódicos</b><br/>Redução a zero das alíquotas do PIS/COFINS incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda no mercado interno e importação de papel destinado à impressão de jornais e à impressão de periódicos.<br/>Lei nº 10.865/04, art. 8º, § 12, III e IV, art. 28, I e II; Lei nº 11.727/08, art. 18; Lei nº 12.649/12, art. 3º.</p>  | 30/04/2016     | não vigente   | ...        | ...    | ...  |
| <p><b>31 PATVD - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital</b><br/>Redução a zero das alíquotas do PIS/PASEP e COFINS na importação ou venda no mercado interno de máquinas, aparelhos, instrumentos, equipamentos, softwares e insumos para incorporação ao ativo imobilizado. Redução a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a venda da pessoa jurídica beneficiária do PATVD.<br/>Lei nº 11.484/07, arts. 12 a 22 e 66.</p>   | 22/01/2017     | não vigente   | ...        | ...    | ...  |

**QUADRO XXI**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS**

UNIDADE: R\$ 1,00

| GASTO TRIBUTÁRIO   | PRAZO VIGÊNCIA | VALOR         | PART. % |            |        |
|--|----------------|---------------|---------|------------|--------|
|  |                |               | PIB     | ARRECADADO | COFINS |
| <p><b>32 PERSE - Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos</b></p> <p>Reduz para 0% (zero por cento), pelo prazo de 60 (sessenta) meses, contado do início da produção de efeitos desta Lei, as alíquotas das contribuições PIS, COFINS e CSLL e do IRPJ incidentes sobre o resultado auferido pelas pessoas jurídicas pertencentes ao setor de eventos.</p> <p>Lei nº 14.148, de 03 de maio de 2021.</p>   | 04/05/2026     | 2.125.295.717 | 0,02    | 0,08       | 0,50   |
| <p><b>33 Petroquímica</b></p> <p>Redução das alíquotas na importação ou venda no mercado interno de: etano, propano, butano, nafta petroquímica, condensado e correntes gasosas de refinaria - HLR - hidrocarbonetos leves destinado a centrais petroquímicas; eteno, propeno, buteno, butadieno, orto-xileno, benzeno, tolueno, isopreno e paraxileno para indústrias químicas para serem utilizados como insumo. Para 2012 e períodos anteriores 1% e 4,6%. (i) 0,18% e 0,82% para os anos de 2013, 2014 e 2015; (II) 0,54% e 2,46% para o ano de 2016; (III) 0,90% e 4,10% para o ano de 2017; e (IV) 1% e 4,6% a partir do ano de 2018. Desconto de créditos na apuração não-cumulativa a 1,65% e 7,6%.</p> <p>Lei nº 11.196/05, arts. 56, 57 e 57-A; Lei nº 10.865/04, art. 8º, §15; Lei nº 12.895/13.</p>  | 31/12/2027     | 974.773.222   | 0,01    | 0,04       | 0,23   |
| <p><b>34 Produtos Químicos e Farmacêuticos</b></p> <p>Redução a zero das alíquotas do PIS/Cofins na importação e venda no mercado interno dos produtos químicos e intermediários de síntese classificados no Capítulo 29 da NCM; produtos destinados ao uso em hospitais, clínicas e consultórios médicos e odontológicos, campanhas de saúde realizadas pelo poder público, laboratório de anatomia patológica, citológica ou de análises clínicas, classificados nas posições 30.02, 30.06, 39.26, 40.15 e 90.18, da NCM. Redução a zero das alíquotas do PIS/Cofins-Importação sobre produtos farmacêuticos classificados posição 30.01; nos itens 3002.10.1, 3002.10.2, 3002.10.3, 3002.20.1 e 3002.20.2; nos códigos 3002.90.20, 3002.90.92, 3002.90.99; na posição 30.03, exceto no código 3003.90.56; na posição 30.04, exceto no código 3004.90.46; no código 3005.10.10; nos itens 3006.30.1 e 3006.30.2; no código 3006.60.00 da NCM.</p> <p>Lei nº 10.637/02, art. 2º, § 3º; Lei nº 10.833/03, art. 2º, § 3º; Lei nº 10.865/04, art. 8º, § 11; Decreto nº 6.426/08.</p> | indeterminado  | 8.177.497.056 | 0,07    | 0,32       | 1,92   |
| <p><b>35 Programa de Inclusão Digital</b></p> <p>Redução a zero das alíquotas do PIS/Cofins sobre a venda a varejo de computadores desktops e notebooks, monitores, teclados, mouse, modems, tablets, smartphones, roteadores. Também se aplica às aquisições realizadas por pessoas jurídicas de direito privado, órgãos e entidades da Administração Pública e sociedades de arrendamento mercantil leasing. Revogado pela MP 690/15.</p> <p>Lei nº 11.196/05, arts. 28 a 30; Decreto nº 5.602/05, Lei nº 13.097/15, art. 5º, MP nº 690, art. 9º.</p>  | 31/12/2015     | não vigente   | ...     | ...        | ...    |
| <p><b>36 PROUCA - REICOMP - Regime Especial de Incentivo a Computadores para Uso Educacional</b></p> <p>Suspensão de PIS/COFINS incidente na importação ou aquisição no mercado interno de matérias-primas, produtos intermediários e prestação de serviços destinados à fabricação dos equipamentos. A suspensão converte-se em alíquota zero após incorporação ou utilização dos bens ou dos serviços nos equipamentos.</p> <p>Lei nº 12.249/10, arts. 6 a 14 e 139; Lei nº 12.715/12, arts. 15 a 23 e 78.</p>   | 31/12/2015     | não vigente   | ...     | ...        | ...    |
| <p><b>37 PROUNI - Programa Universidade para Todos</b></p> <p>Isenção do tributo à instituição privada de ensino superior, com ou sem fins lucrativo, que aderir ao PROUNI. A isenção recairá sobre a receita auferida e será calculada na proporção da ocupação efetiva das bolsas devidas</p> <p>Lei nº 11.096/05, art. 8º.</p>  | indeterminado  | 1.049.641.505 | 0,01    | 0,04       | 0,25   |
| <p><b>38 RECINE - Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica</b></p> <p>Suspensão do PIS/COFINS na importação e aquisição no mercado interno de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, para incorporação no ativo permanente e utilização em complexos de exibição ou cinemas itinerantes, bem como de materiais para sua construção. A suspensão converte-se em alíquota zero após incorporação no ativo permanente e utilização do bem ou material de construção no complexo de exibição cinematográfica.</p> <p>Lei nº 12.599/12, arts.12 a 14; Decreto nº 7.729/12; Lei nº 13.594/18; Lei nº 14.044/2020.</p>   | 31/12/2024     | 3.786.951     | 0,00    | 0,00       | 0,00   |
| <p><b>39 RECOPA - Regime Especial de Tributação para Construção, Ampliação, Reforma ou Modernização de Estádios de Futebol</b></p>   | 30/06/2014     | não vigente   | ...     | ...        | ...    |

**QUADRO XXI**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTADO**  
**CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS**

UNIDADE: R\$ 1,00

| GASTO TRIBUTÁRIO   | PRAZO VIGÊNCIA | PART. %       |            |        |      |
|--|----------------|---------------|------------|--------|------|
|  |                | PIB           | ARRECADADO | COFINS |      |
| <p>Suspensão do PIS/COFINS incidente na importação e aquisição do mercado interno de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, e de materiais de construção para utilização ou incorporação no estádio de futebol da pessoa jurídica beneficiária do RECOPA, bem como a prestação de serviços e aluguel de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos destinadas à obra. A suspensão converte-se em alíquota zero após a utilização ou incorporação do bem ou serviço.</p> <p>Lei nº 12.350/10, arts. 17 a 21.</p>  |                |               |            |        |      |
| <p><b>40 Rede Arrecadadora</b><br/>Exclusão da base de cálculo da Cofins dos valores auferidos como remuneração dos serviços de arrecadação de receitas federais, dividido pela alíquota da Cofins-Financeiras (4%).</p> <p>Lei nº 12.844/13, art. 36.</p>   | indeterminado  | 345.463.575   | 0,00       | 0,01   | 0,08 |
| <p><b>41 REIDI - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infra-Estrutura</b><br/>Suspensão do PIS/PASEP e da COFINS na importação ou venda no mercado interno de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, materiais de construção, serviços e aluguel para utilização ou incorporação em obras de infra-estrutura destinadas ao ativo imobilizado.</p> <p>Lei nº 11.488/07, arts. 1º a 5º.</p>   | indeterminado  | 1.456.524.886 | 0,01       | 0,06   | 0,34 |
| <p><b>42 REIF - Regime Especial de Incentivo ao Desenvolvimento da Infraestrutura da Indústria de Fertilizantes</b><br/>Suspensão do PIS e COFINS incidente sobre a importação ou venda no mercado interno de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, de materiais de construção e serviços e aluguel para utilização ou incorporação no projeto aprovado.</p> <p>Lei nº 12.794/13, arts. 5º a 11.</p>  | 20/09/2017     | não vigente   | ...        | ...    | ...  |
| <p><b>43 RENUCLEAR - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Usinas Nucleares</b><br/>Suspensão do PIS/COFINS nas importações ou vendas no mercado interno de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, de materiais de construção, serviços ou aluguel para utilização ou incorporação em obras de infraestrutura destinadas ao ativo imobilizado, quando a importação/aquisição for efetuada por pessoa jurídica beneficiária do RENUCLEAR. A suspensão converte-se em alíquota zero após a utilização ou incorporação do bem ou material de construção na obra de infraestrutura.</p> <p>Lei nº 12.431/11, arts. 14 a 17.</p>  | 31/12/2020     | não vigente   | ...        | ...    | ...  |
| <p><b>44 REPENEC - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste</b><br/>Suspensão do PIS/COFINS incidente na importação ou aquisição no mercado interno de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, e de materiais de construção para utilização ou incorporação em obras de infraestrutura destinadas ao ativo imobilizado de pessoa jurídica beneficiária do REPENEC. Aplica-se também ao aluguel. As suspensões convertem-se em alíquota zero após a utilização ou incorporação do bem ou material de construção na obra de infraestrutura.</p> <p>Lei nº 12.249/10, arts. 1º a 5º.</p> | 30/06/2016     | não vigente   | ...        | ...    | ...  |
| <p><b>45 REPNBL-Redes - Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações</b><br/>Suspensão do PIS/COFINS sobre receita de venda no mercado interno de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos novos, de materiais de construção, serviços e aluguel para utilização ou incorporação nas obras civis dos projetos aprovados para implantação, ampliação ou modernização de redes de telecomunicações que suportam acesso à Internet em banda larga. A suspensão converte-se em alíquota zero após a incorporação do bem.</p> <p>Lei nº 12.715/12, arts. 28 a 33.</p>  | 31/12/2016     | não vigente   | ...        | ...    | ...  |
| <p><b>46 REPORTE - Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária</b></p>  | 31/12/2023     | não vigente   | ...        | ...    | ...  |

**QUADRO XXI**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS**

UNIDADE: R\$ 1,00

|           | GASTO TRIBUTÁRIO   | PRAZO VIGÊNCIA       | PART. %               |             |             |             |
|-----------|--|----------------------|-----------------------|-------------|-------------|-------------|
|           |  |                      | PIS                   | PIB         | ARRECADADO  | COFINS      |
|           | <p>Suspensão do PIS/Cofins na importação ou venda no mercado interno de máquinas, equipamentos, peças de reposição e outros bens importados pelos beneficiários do REPORTE e destinados ao seu ativo imobilizado para utilização exclusiva na execução de serviços de: carga, descarga, armazenagem e movimentação de mercadorias e produtos; sistemas suplementares de apoio operacional; proteção ambiental; sistemas de segurança e de monitoramento de fluxo de pessoas, mercadorias, produtos, veículos e embarcações; dragagens; e treinamento e formação de trabalhadores, inclusive na implantação de Centros de Treinamento Profissional. São beneficiários do REPORTE o operador portuário, o concessionário de porto organizado, o arrendatário de instalação portuária de uso público e a empresa autorizada a explorar instalação portuária de uso privativo misto ou exclusivo, inclusive aquelas que operam com embarcações de offshore, o concessionário de transporte ferroviário, empresas de dragagem, recintos alfandegados de zona secundária e dos Centros de Treinamento Profissional. A suspensão converte-se em isenção após o decurso do prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da ocorrência do respectivo fato gerador.</p> <p>Lei nº 11.033/04, arts. 13 a 16, em específico: art. 14; Decreto nº 6.582/08; Lei nº 11.774/08, art. 5º; Lei nº 12.715/12, art. 39; Lei nº 12.688/12, art. 30; Lei nº 13.169, art. 7º; Lei 14.301/22.</p> |                      |                       |             |             |             |
| <b>47</b> | <b>RETAERO - Regime Especial de Incentivos Tributários para a Indústria Aeroespacial Brasileira</b>  | <b>11/06/2020</b>    | <b>não vigente</b>    | <b>...</b>  | <b>...</b>  | <b>...</b>  |
|           | <p>Suspensão de PIS/Cofins na importação ou venda no mercado interno de partes, peças, ferramentas, componentes, equipamentos, sistemas, subsistemas, insumos e matérias-primas, a serem empregados na manutenção, conservação, modernização, reparo, revisão, conversão e industrialização dos produtos classificados na posição 88.02 da NCM. Suspensão de PIS/Cofins na importação ou venda no mercado de serviços de tecnologia industrial básica, desenvolvimento e inovação tecnológica, assistência técnica e transferência de tecnologia. A suspensão converte-se em alíquota zero após o emprego, utilização ou incorporação dos referidos bens.</p> <p>Lei nº 12.249/10, arts. 29 a 33; Lei nº 12.598/12, art. 16.</p>   |                      |                       |             |             |             |
| <b>48</b> | <b>RETID - Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa</b>   | <b>22/03/2032</b>    | <b>29.998.050</b>     | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,01</b> |
|           | <p>Suspensão do PIS/COFINS sobre a venda no mercado interno ou importação de partes, peças, ferramentas, componentes, equipamentos, sistemas, subsistemas, insumos, matérias-primas, serviços de tecnologia industrial básica, desenvolvimento e inovação tecnológica, assistência técnica e transferência de tecnologia a serem empregados na manutenção, conservação, modernização, reparo, revisão, conversão, industrialização de bens de defesa nacional, quando a aquisição for efetuada por pessoa jurídica beneficiária do RETID. A suspensão também aplica-se à receita de aluguel de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos. Conversão em alíquota zero após o emprego ou utilização dos bens e serviços. Suspensão de PIS e COFINS incidente sobre a receita decorrente da venda dos bens de defesa nacional, definidos em ato do Poder Executivo, e a prestação de serviços de tecnologia industrial básica, projetos, pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica, assistência técnica e transferência de tecnologia, efetuada por pessoa jurídica beneficiária do RETID à União, para uso privativo das Forças Armadas, exceto para uso pessoal e administrativo.</p> <p>Lei nº 12.598/12, arts. 7º a 11; Decreto nº 8.122/13.</p>  |                      |                       |             |             |             |
| <b>49</b> | <b>Simples Nacional - Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte</b>   | <b>indeterminado</b> | <b>36.215.181.961</b> | <b>0,31</b> | <b>1,40</b> | <b>8,49</b> |
|           | <p>Redução da base de cálculo e modificação da alíquotas para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, que optaram pelo Simples Nacional.</p> <p>Lei Complementar nº 123/06; Lei Complementar nº 127/07; Lei Complementar nº 139/11; Lei Complementar nº 147/14.</p>  |                      |                       |             |             |             |
| <b>50</b> | <b>TEF - Tributação Específica do Futebol</b>  | <b>indeterminado</b> | <b>649.523.375</b>    | <b>0,01</b> | <b>0,03</b> | <b>0,15</b> |
|           | <p>Regime de tributação específico para as Sociedades Anônimas do Futebol que unifica o recolhimento do IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e Contribuição Previdenciária (artigos I, II e III do caput e no §6º do art. 22 da Lei nº 8.212/91). O regime consiste na tributação das receitas mensais com a aplicação de uma alíquota de 5%, nos 5 primeiros anos-calendário da constituição da sociedade, e de 4%, a partir do 6º ano calendário.</p> <p>Lei nº 14.193/2021, arts. 31 e 32.</p>   |                      |                       |             |             |             |
| <b>51</b> | <b>Telecomunicações em Áreas Rurais e Regiões Remotas</b>  | <b>31/12/2018</b>    | <b>não vigente</b>    | <b>...</b>  | <b>...</b>  | <b>...</b>  |

**QUADRO XXI**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS**

UNIDADE: R\$ 1,00

| GASTO TRIBUTÁRIO   | PRAZO VIGÊNCIA | PART. %       |           |        |      |
|--|----------------|---------------|-----------|--------|------|
|  |                | PIB           | ARRECAÇÃO | COFINS |      |
| Isenção de tributos federais incidentes sobre o faturamento dos serviços de telecomunicações prestados por meio das subfaixas de radiofrequência de 451 MHz a 458 MHz e de 461 MHz a 468 MHz, assim como por meio de estações terrenas satelitais de pequeno porte que contribuam com os objetivos de implantação do PNBL. Isenção de tributos federais incidentes sobre a receita bruta de venda a varejo dos componentes e equipamentos de rede, terminais e transceptores definidos em regulamento que sejam dedicados aos serviços de telecomunicações prestados por meio das subfaixas de radiofrequência de 451 MHz a 458 MHz e de 461 MHz a 468 MHz, assim como por meio de estações terrenas satelitais de pequeno porte que contribuam com os objetivos de implantação do PNBL. |                |               |           |        |      |
| Lei nº 12.715/12, arts. 35 e 37.   |                |               |           |        |      |
| <b>52 Termoeletricidade</b><br>Redução a zero da alíquota do PIS/COFINS incidente sobre a venda de gás natural e carvão mineral destinada à produção de energia elétrica.<br>Lei nº 10.312/01, arts. 1º e 2º.  | indeterminado  | 601.438.793   | 0,01      | 0,02   | 0,14 |
| <b>53 Transporte Coletivo</b><br>Redução a zero das alíquotas do PIS/COFINS sobre o transporte público coletivo municipal de passageiros, por meio rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário. Aplica-se também ao transporte público coletivo intermunicipal, interestadual e internacional de caráter urbano.<br>Lei nº 12.860/13.  | indeterminado  | 419.305.717   | 0,00      | 0,02   | 0,10 |
| <b>54 Transporte Escolar</b><br>Redução a zero das alíquotas do PIS/COFINS incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda, no mercado interno, de veículos e embarcações destinados ao transporte escolar para a educação básica na zona rural, quando adquiridos pela União, Estados, Municípios e pelo Distrito Federal.<br>Lei nº 10.865/04, art. 28, VIII e IX.  | indeterminado  | 41.619.179    | 0,00      | 0,00   | 0,01 |
| <b>55 Trem de Alta Velocidade</b><br>Redução a zero das alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda, no mercado interno, de serviços de transporte ferroviário em sistema de trens de alta velocidade - TAV.<br>Lei nº 10.865/04, art. 28, XX.   | indeterminado  | 0             | 0,00      | 0,00   | 0,00 |
| <b>56 Zona Franca de Manaus - Importação de Matéria-Prima</b><br>Suspensão do PIS/PASEP-importação e COFINS-importação nas importações efetuadas por empresas localizadas na Zona Franca de Manaus de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, para emprego em processo de industrialização por estabelecimentos industriais instalados na ZFM com projetos aprovados pela SUFRAMA.<br>Lei nº 10.865/04, art. 14-A.  | 05/10/2073     | 0             | 0,00      | 0,00   | 0,00 |
| <b>57 Zona Franca de Manaus - Importação de Bens de Capital</b><br>Suspensão da Contribuição para o PIS/PASEP-Importação e da COFINS-Importação incidentes sobre importações de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, para incorporação ao ativo imobilizado da pessoa jurídica importadora estabelecida na Zona Franca de Manaus. A suspensão converte-se em alíquota 0 (zero) após decorridos 18 meses da incorporação do bem ao ativo imobilizado.<br>Lei nº 11.196/05, art. 50; Lei nº 10.865/04, art. 14, § 1º; Decreto nº 5.691/06.   | 05/10/2073     | 0             | 0,00      | 0,00   | 0,00 |
| <b>58 Zona Franca de Manaus - Matéria-Prima Produzida na ZFM</b><br>Redução a zero das alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre as receitas decorrentes da comercialização de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, produzidos na Zona Franca de Manaus, para emprego em processo de industrialização por estabelecimentos industriais instalados na própria ZFM com projetos aprovados pela SUFRAMA.<br>Lei nº 10.637/02, art. 5º-A; Decreto nº 5.310/04.   | 05/10/2073     | 0             | 0,00      | 0,00   | 0,00 |
| <b>59 Zona Franca de Manaus e Área de Livre Comércio - Alíquotas Diferenciadas</b>   | 05/10/2073     | 2.809.279.687 | 0,02      | 0,11   | 0,66 |

**QUADRO XXI**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS**

UNIDADE: R\$ 1,00

| GASTO TRIBUTÁRIO  | PRAZO VIGÊNCIA | PART. %         |             |        |       |
|---|----------------|-----------------|-------------|--------|-------|
|   |                | PIB             | ARRECADACÃO | COFINS |       |
| <p>Alíquotas diferenciadas para as Contribuições PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre a receita bruta auferida por pessoa jurídica industrial estabelecida na Zona Franca de Manaus e na Área de Livre Comércio, decorrente da venda de produção própria, consoante projeto aprovado pela SUFRAMA. I) 0,65% e 3%, no caso de venda efetuada a pessoa jurídica estabelecida: a) na Zona Franca de Manaus e na Área de Livre Comércio; b) fora da Zona Franca de Manaus e da Área de Livre Comércio, que apure PIS/COFINS no regime de não-cumulatividade; II) 1,3% e 6%, no caso de venda efetuada a: a) pessoa jurídica estabelecida fora da Zona Franca de Manaus e da Área de Livre Comércio, que apure o imposto de renda com base no lucro presumido; b) pessoa jurídica estabelecida fora da Zona Franca de Manaus e da Área de Livre Comércio, que apure o imposto de renda com base no lucro real e que tenha sua receita, total ou parcialmente, excluída do regime de incidência não-cumulativa do PIS/COFINS; c) pessoa jurídica estabelecida fora da Zona Franca de Manaus e da Área de Livre Comércio e que seja optante pelo SIMPLES; d) órgãos da administração federal, estadual, distrital e municipal. Crédito na aquisição de mercadoria produzida por pessoa jurídica estabelecida na ZFM e na ALC, consoante projeto aprovado pela SUFRAMA, determinado mediante a aplicação da alíquota de 1% e 4,6% e, na situação "II b", mediante a aplicação da alíquota de 1,65% e 7,60%. Redução a zero das alíquotas na venda de pneus e camaras de ar para bicicletas, quando produzidas na Zona Franca de Manaus.</p> <p>Lei nº 10.996/04, arts. 3º e 4º; Lei nº 10.637/02, art. 2º, § 4º e art. 3º § 12; Lei nº 10.833/03, art. 2º, § 5º e art. 3º § 17; Decreto nº 5.310/04; Lei nº 13.097/15, art. 147.</p> |                |                 |             |        |       |
| <b>TOTAL</b>  |                | 116.353.455.218 | 1,01        | 4,50   | 27,29 |

**QUADRO XXII**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - CIDE**

UNIDADE: R\$ 1,00

|              | GASTO TRIBUTÁRIO   | PRAZO VIGÊNCIA | VALOR       | PART. % |             |      |      |
|--------------|--|----------------|-------------|---------|-------------|------|------|
|              |  |                |             | PIB     | ARRECADAÇÃO | CIDE |      |
| 1            | <p><b>Copa do Mundo - Organização e Operacionalização da Copa das Confederações (2013) e da Copa do Mundo Fifa (2014)</b></p> <p>isenção da CIDE-Combustível na importação de combustíveis para uso ou consumo exclusivo na organização e realização da Copa das Confederações e/ou Copa do Mundo Fifa. Isenção da CIDE-Tecnologia para a Fifa e a Subsidiária Fifa no Brasil.</p> <p>Lei nº 12.350/10, art. 3º, §1º, VIII e art. 7º, III, a.</p>  | 31/12/2015     | não vigente | ...     | ...         | ...  |      |
| 2            | <p><b>Evento Esportivo, Cultural e Científico</b></p> <p>Isenção da CIDE-Combustíveis incidente na importação de troféus, medalhas, placas, estatuetas, distintivos, flâmulas, bandeiras e outros objetos comemorativos recebidos em evento cultural, científico ou esportivo oficial realizado no exterior ou para serem distribuídos gratuitamente como premiação em evento esportivo realizado no País; bens dos tipos e em quantidades normalmente consumidos em evento esportivo oficial; material promocional, impressos, folhetos e outros bens com finalidade semelhante, a serem distribuídos gratuitamente ou utilizados em evento esportivo oficial; bens importados por desportistas, desde que tenham sido utilizados por estes em evento esportivo oficial e recebidos em doação de entidade de prática desportiva estrangeira ou da promotora ou patrocinadora do evento.</p> <p>Lei nº 11.488/07, art. 38.</p> | indeterminado  | 0           | 0,00    | 0,00        | 0,00 |      |
| 3            | <p><b>Olimpiadas - Organização e Realização dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016</b></p> <p>Isenção da CIDE-Combustível sobre a importação de combustíveis. Isenção da CIDE-Tecnologia incidente sobre a importação de serviços.</p> <p>Lei nº 12.780/13, art. 4º, §1º, VIII e IX; Decreto nº 8.463/15, art. 7º, § 1º, VIII e IX.</p>   | 31/12/2017     | não vigente | ...     | ...         | ...  |      |
| 4            | <p><b>PADIS - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores</b></p> <p>Redução a zero da alíquota da CIDE-Tecnologia nas remessas ao exterior para pagamento de patentes ou uso de marcas e fornecimento de tecnologia e prestação de assistência técnica, quando efetuadas por pessoa jurídica beneficiária do PADIS.</p> <p>Lei nº 11.484/07, art. 3º, § 3º, arts. 5º e 65; Lei nº 13.169/15, art. 12.</p>   | indeterminado  | 797.093     | 0,00    | 0,00        | 0,02 |      |
| 5            | <p><b>PATVD - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital</b></p> <p>Redução a zero da alíquota da CIDE-Tecnologia nas remessas ao exterior para pagamento de patentes ou uso de marcas e fornecimento de tecnologia e prestação de assistência técnica, quando efetuadas por pessoa jurídica beneficiária do PATVD.</p> <p>Lei nº 11.484/07, art. 14, § 3º e art. 66.</p>   | 22/01/2017     | não vigente | ...     | ...         | ...  |      |
| 6            | <p><b>PROUCA - REICOMP - Regime Especial de Incentivo a Computadores para Uso Educacional</b></p> <p>Suspensão de CIDE-Tecnologia incidente na importação serviços destinados à fabricação dos equipamentos. A suspensão converte-se em alíquota zero após a incorporação ou utilização dos serviços nos equipamentos.</p> <p>Lei nº 12.249/10, art. 9º, III e art. 139; Lei nº 12.715/12, arts. 15 a 23 e 78, em específico art. 18.</p>  | 31/12/2015     | não vigente | ...     | ...         | ...  |      |
| <b>TOTAL</b> |  |                |             | 797.093 | 0,00        | 0,00 | 0,02 |

**QUADRO XXIII**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTOS**  
**ADICIONAL AO FRETE PARA A RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE - AFRMM**

UNIDADE: R\$ 1,00

| GASTO TRIBUTÁRIO  | PRAZO VIGÊNCIA | VALOR         | PART. % |             |       |
|---|----------------|---------------|---------|-------------|-------|
|   |                |               | PIB     | ARRECADAÇÃO | AFRMM |
| <b>1 Amazônia Ocidental</b><br>Isenção do AFRMM para mercadorias que sejam destinadas ao consumo ou industrialização na Amazônia Ocidental, excluídas armas, munições, fumo, bebidas alcoólicas, perfumes, veículos de carga, automóveis de passageiros e graneis líquidos.<br><br>Lei nº 10.893/04, art. 14, V, g.   | indeterminado  | 1.148.889.136 | 0,01    | 0,04        | 12,06 |
| <b>2 Copa do Mundo - Organização e Operacionalização da Copa das Confederações (2013) e da Copa do Mundo Fifa (2014)</b><br>Isenção do AFRMM nas importações de bens ou mercadorias para uso ou consumo na organização e realização dos Eventos.<br>Lei nº 12.350/10, art. 3º, § 1º, VII.   | 31/12/2015     | não vigente   | ...     | ...         | ...   |
| <b>3 Doações de Bens para Entidades Filantrópicas</b><br>Isenção do AFRMM para bens sem interesse comercial, doados a entidades filantrópicas, desde que o donatário os destine, total e exclusivamente, a obras sociais e assistenciais gratuitamente prestadas.<br>Lei nº 10.893/04, art. 14, IV, a.  | indeterminado  | 143.772       | 0,00    | 0,00        | 0,00  |
| <b>4 Livros, Jornais e Periódicos</b><br>Isenção de AFRMM sobre livros, jornais e periódicos, bem como o papel destinado a sua impressão.<br>Lei nº 10.893/04, art. 14, II.   | indeterminado  | 18.579.846    | 0,00    | 0,00        | 0,19  |
| <b>5 Mercadorias Norte e Nordeste</b><br>Não incidência do AFRMM sobre as mercadorias transportadas por meio fluvial e lacustre, exceto graneis líquidos, transportados no âmbito das Regiões Norte e Nordeste. Não incidência sobre mercadorias cuja origem ou destino final seja porto localizado na Região Norte ou Nordeste do País, nas navegações de cabotagem, quando o descarregamento tiver início até 08 de janeiro de 2022. Não incidência sobre mercadorias cuja origem ou destino seja porto localizado na Região Norte ou Nordeste do país, nas navegações realizadas em casco com fundo duplo, destinadas ao transporte de combustíveis quando o descarregamento tiver início até 08 de janeiro de 2022.<br><br>Lei nº 9.432/97, art. 17; Lei nº 10.893/04, art. 4º, Parágrafo único, inciso I; Lei nº 11.033/04, art. 18; Lei nº 11.482/07, art. 11; Lei nº 12.507/11, art. 3º; Lei nº 13.458/17; Decreto nº 8.257/14, art. 4º, incisos II, III e IV e Parágrafo único. | indeterminado  | 1.736.538.707 | 0,02    | 0,07        | 18,22 |
| <b>6 Olimpíadas - Organização e Realização dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016</b><br>Isenção do AFRMM incidente nas importações de bens ou mercadorias para uso ou consumo exclusivo na organização e realização dos Jogos.<br>Lei nº 12.780/13, art. 4º, § 1º, VII; Decreto nº 8.463/15, art. 7º, § 1º, VII.  | 31/12/2017     | não vigente   | ...     | ...         | ...   |
| <b>7 Pesquisas Científicas</b><br>Isenção do AFRMM para bens destinados à pesquisa científica e tecnológica, conforme disposto em lei.<br>Lei nº 10.893/04, art. 14, IV, e; Lei nº 12.599/12, art. 1º.  | indeterminado  | 1.163.478     | 0,00    | 0,00        | 0,01  |
| <b>8 SUDAM/SUDENE - Isenção AFRMM</b><br>Isenção do AFRMM para os empreendimentos que se implantarem, modernizarem, ampliarem ou diversificarem no Nordeste e na Amazônia e que sejam considerados de interesse para o desenvolvimento destas regiões, segundo avaliações técnicas específicas das respectivas Superintendências de Desenvolvimento.<br><br>Lei nº 9.808/99, art. 4º; Lei nº 12.431/11, art. 22.  | 31/12/2015     | não vigente   | ...     | ...         | ...   |
| <b>TOTAL</b>  |                | 2.905.314.939 | 0,03    | 0,11        | 30,49 |

**QUADRO XXIV**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA CINEMATOGRÁFICA NACIONAL - CONDECINE**

UNIDADE: R\$ 1,00

|          | GASTO TRIBUTÁRIO   | PRAZO VIGÊNCIA       | VALOR              | PART. %     |             |             |
|----------|--|----------------------|--------------------|-------------|-------------|-------------|
|          |  |                      |                    | PIB         | ARRECADAÇÃO | CONDECINE   |
| <b>1</b> | <b>Copa do Mundo - Organização e Operacionalização da Copa das Confederações (2013) e da Copa do Mundo Fifa (2014)</b><br>Isenção da CONDECINE incidente nas importações da FIFA.<br>Lei nº 12.350/10, arts. 2º a 16.  | <b>31/12/2015</b>    | <b>não vigente</b> | ...         | ...         | ...         |
| <b>2</b> | <b>Olimpiadas - Organização e Realização dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016</b><br>Isenção da CONDECINE em relação aos fatos geradores decorrentes das atividades próprias e diretamente vinculadas à organização ou realização dos Eventos.<br>Lei nº 12.780/13; Decreto nº 8.463/15.  | <b>31/12/2017</b>    | <b>não vigente</b> | ...         | ...         | ...         |
| <b>3</b> | <b>Programação</b><br>Isenção da CONDECINE, referente à programação internacional de que trata o inciso XIV do art. 1º, incidente sobre as remessas para o exterior, relativas a rendimentos ou remuneração decorrentes da exploração de obras cinematográficas ou videofonográficas ou por sua aquisição ou importação a preço fixo, bem como qualquer montante referente a aquisição ou licenciamento de qualquer forma de direitos, desde que a programadora beneficiária desta isenção opte por aplicar o valor correspondente a 3% (três por cento) em projetos de produção de obras cinematográficas e videofonográficas brasileiras de longa, média e curta metragens de produção independente, de co-produção de obras cinematográficas e videofonográficas brasileiras de produção independente, de telefilmes, minisséries, documentais, ficcionais, animações e de programas de televisão de caráter educativo e cultural, brasileiros de produção independente, aprovados pela ANCINE. Isenção da CONDECINE, referente à programação de que trata o inciso XV do art. 1º, incidente sobre as remessas para o exterior, relativas a rendimentos ou remuneração decorrentes da exploração de obras cinematográficas ou videofonográficas ou por sua aquisição ou importação a preço fixo, bem como qualquer montante referente a aquisição ou licenciamento de qualquer forma de direitos. | <b>indeterminado</b> | <b>17.040.956</b>  | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,18</b> |
|          | MP nº 2.228-1/01, art. 39, VII, X; Lei nº 10.454/02.   |                      |                    |             |             |             |
|          | <b>TOTAL</b>   |                      | <b>17.040.956</b>  | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,18</b> |

**QUADRO XXV**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**CONTRIBUIÇÃO PARA A PREVIDÊNCIA SOCIAL**

UNIDADE: R\$ 1,00

| GASTO TRIBUTÁRIO  | PRAZO VIGÊNCIA | VALOR          | PART. % |             |          |
|---|----------------|----------------|---------|-------------|----------|
|   |                |                | PIB     | ARRECADAÇÃO | C. PREVI |
| <b>1 Academia Brasileira de Letras - ABL</b><br>Isenção de IOF, PIS sobre folha de salários, do imposto de renda sobre rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou variável pela Academia Brasileira de Letras, pela Associação Brasileira de Imprensa e pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.(efeitos a partir do 1º dia do exercício seguinte à inclusão no PLOA)<br><br>Lei nº 13.353/16, art 1º; Lei Complementar nº 70/91, art 6º.                  | indeterminado  | 0              | 0,00    | 0,00        | 0,00     |
| <b>2 Associação Brasileira de Imprensa - ABI</b><br>Isenção de IOF, PIS sobre folha de salários, do imposto de renda sobre rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou variável pela Academia Brasileira de Letras, pela Associação Brasileira de Imprensa e pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.(efeitos a partir do 1º dia do exercício seguinte à inclusão no PLOA)<br><br>Lei nº 13.353/16, art. 1º; Lei Complementar nº 70/91, art. 6º.            | indeterminado  | 0              | 0,00    | 0,00        | 0,00     |
| <b>3 Copa do Mundo - Organização e Operacionalização da Copa das Confederações (2013) e da Copa do Mundo Fifa (2014)</b><br>Isenção da contribuição previdenciária patronal destinada à FIFA e entidades organizadoras da Copa do Mundo.<br>Lei nº 12.350/10, arts. 2º a 16.  | 31/12/2015     | não vigente    | ...     | ...         | ...      |
| <b>4 Desoneração da Folha de Salários</b><br>Contribuição Previdenciária Patronal incidente sobre o faturamento, com alíquota de 1,0%, 1,5%, 2,0%, 2,5%, 3,0% ou 4,5%, em substituição a incidência sobre a folha de salários.<br><br>Lei nº 12.546/12, arts. 7º a 11; Lei nº 12.715/12, arts. 55 e 56; Lei nº 12.794/13, arts. 1º e 2º; MP nº 601/12; MP nº 612/13, arts. 25 e 26; Lei nº 12.844/13; Lei nº 13.043/14, art. 53; Lei nº 13.161/15; Lei nº 13.202/15, Lei 14.288/21 art. 2º.                   | 31/12/2023     | não vigente    | ...     | ...         | ...      |
| <b>5 Dona de Casa</b><br>Redução da alíquota (5%) da contribuição previdenciária do segurado facultativo sem renda própria que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencente a família de baixa renda.<br>Lei nº 12.470/11; Lei nº 8.212/91, art. 21, § 2º, II, b.   | indeterminado  | 386.665.678    | 0,00    | 0,01        | 0,06     |
| <b>6 Entidades Filantrópicas</b><br>Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal para as entidades beneficentes de assistência social.<br>Constituição Federal do Brasil 1988, art. 195, § 7º; Lei nº 12.101/09; Decreto nº 8.242/14.  | indeterminado  | 16.851.224.960 | 0,15    | 0,65        | 2,55     |
| <b>7 Exportação da Produção Rural</b><br>Não incidência da contribuição social sobre receitas de exportações do setor rural (agroindústria e produtor rural pessoa jurídica).<br>Constituição Federal do Brasil 1988, art. 149, § 2º, I; Lei nº 8.870/94, art. 25.  | indeterminado  | 10.533.408.014 | 0,09    | 0,41        | 1,59     |
| <b>8 Funrural</b><br>Redução para 1,2% da Contribuição destinada à Seguridade Social Rural de que trata o artigo 25 da Lei nº 8.212/1991.<br>Lei nº 13.606/18.  | indeterminado  | 3.456.879.590  | 0,03    | 0,13        | 0,52     |
| <b>9 Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB</b><br>Isenção de IOF, PIS sobre folha de salários, do imposto de renda sobre rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou variável pela Academia Brasileira de Letras, pela Associação Brasileira de Imprensa e pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.(efeitos a partir do 1º dia do exercício seguinte à inclusão no PLOA)<br><br>Lei nº 13.353/16, art. 1º; Lei Complementar nº 70/91, art. 6º. | indeterminado  | 0              | 0,00    | 0,00        | 0,00     |
| <b>10 MEI - Microempreendedor Individual</b><br>Redução da alíquota (5%) da contribuição previdenciária do segurado microempreendedor individual.<br>Lei complementar nº 123/06, art. 18-A, § 3º, V, a e § 11; Lei nº 12.470/11; Lei nº 8.212/91, art. 21, § 2º, II, a.   | indeterminado  | 6.487.391.101  | 0,06    | 0,25        | 0,98     |

**QUADRO XXV**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**CONTRIBUIÇÃO PARA A PREVIDÊNCIA SOCIAL**

UNIDADE: R\$ 1,00

|              | GASTO TRIBUTÁRIO   | PRAZO VIGÊNCIA | VALOR                 | PART. %     |             |              |
|--------------|--|----------------|-----------------------|-------------|-------------|--------------|
|              |  |                |                       | PIB         | ARRECADAÇÃO | C. PREVI     |
| <b>11</b>    | <b>Olimpíadas - Organização e Realização dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016</b><br>Isenção da contribuição previdenciária patronal destinada ao Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos - RIO 2016.<br>Lei nº 12.780/13; Decreto nº 8.463/15.  | 31/12/2017     | não vigente           | ...         | ...         | ...          |
| <b>12</b>    | <b>Simplex Nacional - Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte</b><br>Redução da base de cálculo e modificação da alíquotas para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, que optaram pelo Simplex Nacional.<br>Lei Complementar nº 123/06; Lei Complementar nº 127/07; Lei Complementar nº 139/11; Lei Complementar nº 147/14.   | indeterminado  | 33.007.286.944        | 0,29        | 1,28        | 4,99         |
| <b>13</b>    | <b>TEF - Tributação Específica do Futebol</b><br>Regime de tributação específico para as Sociedades Anônimas do Futebol que unifica o recolhimento do IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e Contribuição Previdenciária (artigos I, II e III do caput e no §6º do art. 22 da Lei nº 8.212/91). O regime consiste na tributação das receitas mensais com a aplicação de uma alíquota de 5%, nos 5 primeiros anos-calendário da constituição da sociedade, e de 4%, a partir do 6º ano calendário.<br><br>Lei nº 14.193/2021, arts. 31 e 32. | indeterminado  | 965.943.053           | 0,01        | 0,04        | 0,15         |
| <b>TOTAL</b> |  |                | <b>71.688.799.341</b> | <b>0,62</b> | <b>2,77</b> | <b>10,83</b> |

**Anexo IV**

**Metas Fiscais**

**IV.10 - Renúncia de Receita Administrada pela RFB e Previdência**

**Ano: 2025**

(Art. 4º, § 2º, inciso V, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000)

**QUADRO I**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2025 - POR FUNÇÃO ORÇAMENTÁRIA - REGIONALIZADO**

(VALORES NOMINAIS)

UNIDADE: R\$ 1,00

| FUNÇÃO ORÇAMENTÁRIA   | NORTE                 | NORDESTE               | CENTRO-OESTE           | SUDESTE                  | SUL                    | TOTAL                    |
|-----------------------|-----------------------|------------------------|------------------------|--------------------------|------------------------|--------------------------|
| Administração         | 2.105.172             | 7.828.326              | 100.948.416            | 235.468.454              | 19.851.114             | 366.201.482              |
| Agricultura           | 7.081.407.621         | 7.456.060.216          | 14.054.977.764         | 23.642.505.745           | 15.507.425.986         | 67.742.377.332           |
| Assistência Social    | 844.204.906           | 3.866.804.465          | 3.157.960.165          | 18.059.979.079           | 5.269.374.719          | 31.198.323.333           |
| Ciência e Tecnologia  | 2.198.151.563         | 643.595.549            | 331.587.226            | 13.624.386.756           | 3.781.004.970          | 20.578.726.064           |
| Comércio e Serviço    | 25.540.549.778        | 16.056.039.262         | 9.623.177.290          | 60.492.637.159           | 23.827.919.234         | 135.540.322.724          |
| Comunicações          | 2.963.082             | 4.068.125              | 3.978.905              | 7.778.861                | 3.011.036              | 21.800.009               |
| Cultura               | 93.107.785            | 322.757.698            | 99.281.612             | 3.593.356.350            | 523.869.043            | 4.632.372.488            |
| Defesa Nacional       | 0                     | 0                      | 0                      | 59.241.132               | 2.931.214              | 62.172.346               |
| Desporto e Lazer      | 192.129.744           | 438.323.335            | 315.838.622            | 2.516.052.514            | 681.553.436            | 4.143.897.650            |
| Direitos da Cidadania | 57.241.141            | 124.416.786            | 141.755.152            | 1.349.892.594            | 370.140.216            | 2.043.445.889            |
| Educação              | 739.140.394           | 2.879.789.313          | 1.466.512.912          | 10.300.187.250           | 3.520.986.979          | 18.906.616.849           |
| Encargos Especiais    | 0                     | 0                      | 0                      | 0                        | 0                      | 0                        |
| Energia               | 92.302.714            | 735.991.426            | 120.507.314            | 1.689.889.226            | 407.502.374            | 3.046.193.055            |
| Essencial à Justiça   | 0                     | 0                      | 0                      | 0                        | 0                      | 0                        |
| Gestão Ambiental      | 8.546.678             | 16.497.352             | 13.767.832             | 222.106.279              | 73.520.749             | 334.438.890              |
| Habitação             | 680.314.612           | 2.288.388.046          | 1.693.737.038          | 12.765.405.509           | 3.552.857.019          | 20.980.702.225           |
| Indústria             | 19.344.222.007        | 18.287.585.120         | 3.124.685.136          | 12.127.036.632           | 4.565.289.872          | 57.448.818.768           |
| Judiciária            | 0                     | 0                      | 0                      | 0                        | 0                      | 0                        |
| Legislativa           | 0                     | 0                      | 0                      | 0                        | 0                      | 0                        |
| Não definida          | 97.965.874            | 560.256.324            | 406.510.755            | 4.505.725.489            | 1.134.967.281          | 6.705.425.723            |
| Organização Agrária   | 3.180.233             | 30.855.562             | 1.138.732              | 10.253.846               | 16.546.862             | 61.975.235               |
| Relações Exteriores   | 0                     | 0                      | 0                      | 0                        | 0                      | 0                        |
| Saneamento            | 4.965.951             | 2.356.935              | 6.380.808              | 25.692.913               | 11.522.949             | 50.919.556               |
| Saúde                 | 2.496.252.223         | 8.407.330.198          | 10.228.231.816         | 50.664.316.279           | 9.749.868.140          | 81.545.998.656           |
| Segurança Pública     | 0                     | 0                      | 0                      | 0                        | 0                      | 0                        |
| Trabalho              | 1.564.982.504         | 6.673.799.441          | 4.730.941.521          | 27.638.913.928           | 8.235.937.744          | 48.844.575.139           |
| Transporte            | 268.723.025           | 863.834.413            | 451.727.282            | 7.218.023.215            | 464.484.328            | 9.266.792.264            |
| Urbanismo             | 0                     | 0                      | 0                      | 0                        | 0                      | 0                        |
| <b>TOTAL</b>          | <b>61.312.457.009</b> | <b>69.666.577.891</b>  | <b>50.073.646.300</b>  | <b>250.748.849.211</b>   | <b>81.720.565.265</b>  | <b>513.522.095.676</b>   |
| <b>ARRECADAÇÃO*</b>   | <b>72.192.441.433</b> | <b>207.214.415.347</b> | <b>311.451.876.278</b> | <b>1.758.094.151.950</b> | <b>424.036.587.742</b> | <b>2.772.989.472.750</b> |

\*Exceto CPSS

**QUADRO II**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2025 - POR FUNÇÃO ORÇAMENTÁRIA - REGIONALIZADO**  
**(RAZÕES PERCENTUAIS)**

UNIDADE: %

| FUNÇÃO ORÇAMENTÁRIA          | NORTE        | NORDESTE     | CENTRO-OESTE | SUDESTE      | SUL          | TOTAL         |
|------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|---------------|
| Administração                | 0,57         | 2,14         | 27,57        | 64,30        | 5,42         | 100,00        |
| Agricultura                  | 10,45        | 11,01        | 20,75        | 34,90        | 22,89        | 100,00        |
| Assistência Social           | 2,71         | 12,39        | 10,12        | 57,89        | 16,89        | 100,00        |
| Ciência e Tecnologia         | 10,68        | 3,13         | 1,61         | 66,21        | 18,37        | 100,00        |
| Comércio e Serviço           | 18,84        | 11,85        | 7,10         | 44,63        | 17,58        | 100,00        |
| Comunicações                 | 13,59        | 18,66        | 18,25        | 35,68        | 13,81        | 100,00        |
| Cultura                      | 2,01         | 6,97         | 2,14         | 77,57        | 11,31        | 100,00        |
| Defesa Nacional              | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 95,29        | 4,71         | 100,00        |
| Desporto e Lazer             | 4,64         | 10,58        | 7,62         | 60,72        | 16,45        | 100,00        |
| Direitos da Cidadania        | 2,80         | 6,09         | 6,94         | 66,06        | 18,11        | 100,00        |
| Educação                     | 3,91         | 15,23        | 7,76         | 54,48        | 18,62        | 100,00        |
| Encargos Especiais           | -            | -            | -            | -            | -            | -             |
| Energia                      | 3,03         | 24,16        | 3,96         | 55,48        | 13,38        | 100,00        |
| Essencial à Justiça          | -            | -            | -            | -            | -            | -             |
| Gestão Ambiental             | 2,56         | 4,93         | 4,12         | 66,41        | 21,98        | 100,00        |
| Habitação                    | 3,24         | 10,91        | 8,07         | 60,84        | 16,93        | 100,00        |
| Indústria                    | 33,67        | 31,83        | 5,44         | 21,11        | 7,95         | 100,00        |
| Judiciária                   | -            | -            | -            | -            | -            | -             |
| Legislativa                  | -            | -            | -            | -            | -            | -             |
| Não definida                 | 1,46         | 8,36         | 6,06         | 67,20        | 16,93        | 100,00        |
| Organização Agrária          | 5,13         | 49,79        | 1,84         | 16,55        | 26,70        | 100,00        |
| Relações Exteriores          | -            | -            | -            | -            | -            | -             |
| Saneamento                   | 9,75         | 4,63         | 12,53        | 50,46        | 22,63        | 100,00        |
| Saúde                        | 3,06         | 10,31        | 12,54        | 62,13        | 11,96        | 100,00        |
| Segurança Pública            | -            | -            | -            | -            | -            | -             |
| Trabalho                     | 3,20         | 13,66        | 9,69         | 56,59        | 16,86        | 100,00        |
| Transporte                   | 2,90         | 9,32         | 4,87         | 77,89        | 5,01         | 100,00        |
| Urbanismo                    | -            | -            | -            | -            | -            | -             |
| <b>TOTAL</b>                 | <b>11,94</b> | <b>13,57</b> | <b>9,75</b>  | <b>48,83</b> | <b>15,91</b> | <b>100,00</b> |
| <b>GASTOS / ARRECADAÇÃO*</b> | <b>84,93</b> | <b>33,62</b> | <b>16,08</b> | <b>14,26</b> | <b>19,27</b> | <b>18,52</b>  |

\*Exceto CPSS

**QUADRO III**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2025**  
**POR FUNÇÃO ORÇAMENTÁRIA E POR MODALIDADE DE GASTO**

UNIDADE: R\$ 1,00

| FUNÇÃO ORÇAMENTÁRIA / GASTO TRIBUTÁRIO  | VALOR                  | %             |
|---|------------------------|---------------|
| <b>Administração</b>  | <b>366.201.482</b>     | <b>0,07%</b>  |
| Rede Arrecadadora   | 366.201.482            | 0,07%         |
| <b>Agricultura</b>  | <b>67.742.377.332</b>  | <b>13,19%</b> |
| Agricultura e Agroindústria - Defensivos agrícolas                              | 6.609.494.875          | 1,29%         |
| Agricultura e Agroindústria - Desoneração Cesta Básica                          | 39.170.512.042         | 7,63%         |
| Amazônia Ocidental  | 60.892.802             | 0,01%         |
| Exportação da Produção Rural  | 10.820.268.957         | 2,11%         |
| Fundos Constitucionais  | 81.826.156             | 0,02%         |
| Funrural  | 3.597.423.529          | 0,70%         |
| Investimentos em Infra-Estrutura  | 0                      | 0,00%         |
| Mercadorias Norte e Nordeste  | 92.039.088             | 0,02%         |
| REIDI   | 56.990                 | 0,00%         |
| Seguro Rural  | 753.967.394            | 0,15%         |
| SUDAM   | 1.206.397.949          | 0,23%         |
| SUDENE  | 1.689.889.040          | 0,33%         |
| Zona Franca de Manaus   | 3.616.013.405          | 0,70%         |
| Zona Franca de Manaus - Importação de Matéria-Prima                             | 0                      | 0,00%         |
| Zona Franca de Manaus - Importação de Bens de Capital                           | 0                      | 0,00%         |
| Zona Franca de Manaus - Matéria-Prima Produzida na ZFM                          | 0                      | 0,00%         |
| Zona Franca de Manaus e Área de Livre Comércio - Alíquotas Diferenciadas        | 43.595.105             | 0,01%         |
| Zona Franca de Manaus e Área de Livre Comércio - Aquisição de Mercadorias       | 0                      | 0,00%         |
| <b>Assistência Social</b>   | <b>31.198.323.333</b>  | <b>6,08%</b>  |
| Aposentadoria de Declarante com 65 Anos ou Mais                                 | 15.710.180.539         | 3,06%         |
| Automóveis - Pessoas Portadoras de Deficiência                                  | 1.515.617.281          | 0,30%         |
| Cadeira de Rodas e Aparelhos Assistivos   | 1.196.954.687          | 0,23%         |
| Doações a Entidades Cíveis Sem Fins Lucrativos                                  | 496.357.215            | 0,10%         |
| Doações de Bens para Entidades Filantrópicas                                    | 152.402                | 0,00%         |
| Dona de Casa  | 402.386.075            | 0,08%         |
| Entidades Filantrópicas   | 2.678.626.178          | 0,52%         |
| Entidades sem Fins Lucrativos - Associação Civil                                | 4.820.511.572          | 0,94%         |
| Entidades sem Fins Lucrativos - Filantrópica                                    | 4.377.537.384          | 0,85%         |
| <b>Ciência e Tecnologia</b>   | <b>20.578.726.064</b>  | <b>4,01%</b>  |
| Despesas com Pesquisas Científicas e Tecnológicas                               | 3.376.670.280          | 0,66%         |
| Entidades sem Fins Lucrativos - Científica                                      | 100.086.001            | 0,02%         |
| Evento Esportivo, Cultural e Científico   | 855.628                | 0,00%         |
| Informática e Automação   | 9.015.215.777          | 1,76%         |
| Inovação Tecnológica  | 7.251.030.755          | 1,41%         |
| Investimentos em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação                           | 0                      | 0,00%         |
| Máquinas e Equipamentos - CNPq  | 460.340.514            | 0,09%         |
| PADIS   | 372.454.390            | 0,07%         |
| Pesquisas Científicas   | 1.233.320              | 0,00%         |
| SUDAM   | 0                      | 0,00%         |
| SUDENE  | 0                      | 0,00%         |
| TI e TIC - Tecnologia de Informação e Tecnologia da Informação e da Comunicação | 839.400                | 0,00%         |
| <b>Comércio e Serviço</b>   | <b>135.540.322.724</b> | <b>26,39%</b> |
| Amazônia Ocidental  | 889.034.916            | 0,17%         |
| Áreas de Livre Comércio   | 656.474.192            | 0,13%         |
| Fundos Constitucionais  | 1.227.249.071          | 0,24%         |

**QUADRO III**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2025**  
**POR FUNÇÃO ORÇAMENTÁRIA E POR MODALIDADE DE GASTO**

UNIDADE: R\$ 1,00

| FUNÇÃO ORÇAMENTÁRIA / GASTO TRIBUTÁRIO                                    | VALOR                 | %            |
|---|-----------------------|--------------|
| Mercadorias Norte e Nordeste  | 1.343.770.686         | 0,26%        |
| PERSE - Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos              | 4.553.347.436         | 0,89%        |
| Promoção de Produtos e Serviços Brasileiros                               | 11.574.758            | 0,00%        |
| Simples Nacional  | 107.960.223.589       | 21,02%       |
| Zona Franca de Manaus   | 16.987.874.071        | 3,31%        |
| Zona Franca de Manaus - Importação de Matéria-Prima                       | 0                     | 0,00%        |
| Zona Franca de Manaus - Importação de Bens de Capital                     | 0                     | 0,00%        |
| Zona Franca de Manaus - Matéria-Prima Produzida na ZFM                    | 0                     | 0,00%        |
| Zona Franca de Manaus e Área de Livre Comércio - Alíquotas Diferenciadas  | 1.910.774.005         | 0,37%        |
| Zona Franca de Manaus e Área de Livre Comércio - Aquisição de Mercadorias | 0                     | 0,00%        |
| <b>Comunicações</b>   | <b>21.800.009</b>     | <b>0,00%</b> |
| Investimentos em Infra-Estrutura  | 21.800.009            | 0,00%        |
| <b>Cultura</b>  | <b>4.632.372.488</b>  | <b>0,90%</b> |
| Atividade Audiovisual   | 180.239.551           | 0,04%        |
| Entidades sem Fins Lucrativos - Cultural                                  | 120.756.320           | 0,02%        |
| Evento Esportivo, Cultural e Científico                                   | 855.628               | 0,00%        |
| Indústria Cinematográfica e Radiodifusão                                  | 21.337.053            | 0,00%        |
| Livros  | 1.929.122.741         | 0,38%        |
| Livros, Jornais e Periódicos  | 19.695.180            | 0,00%        |
| Programa Nacional de Apoio à Cultura                                      | 2.342.860.977         | 0,46%        |
| Programação   | 17.505.040            | 0,00%        |
| <b>Defesa Nacional</b>  | <b>62.172.346</b>     | <b>0,01%</b> |
| RETID   | 62.172.346            | 0,01%        |
| <b>Desporto e Lazer</b>   | <b>4.143.897.650</b>  | <b>0,81%</b> |
| Entidades sem Fins Lucrativos - Recreativa                                | 520.199.414           | 0,10%        |
| Evento Esportivo, Cultural e Científico                                   | 855.628               | 0,00%        |
| Incentivo ao Desporto   | 850.261.871           | 0,17%        |
| TEF - Tributação Específica do Futebol                                    | 2.772.580.737         | 0,54%        |
| <b>Direitos da Cidadania</b>  | <b>2.043.445.889</b>  | <b>0,40%</b> |
| Entidades sem Fins Lucrativos - Associação Civil                          | 0                     | 0,00%        |
| Fundos da Criança e do Adolescente  | 839.669.471           | 0,16%        |
| Fundos do Idoso   | 451.595.542           | 0,09%        |
| Horário Eleitoral Gratuito  | 752.180.877           | 0,15%        |
| <b>Educação</b>   | <b>18.906.616.849</b> | <b>3,68%</b> |
| Despesas com Educação   | 5.454.450.224         | 1,06%        |
| Doações a Instituições de Ensino e Pesquisa                               | 80.236.624            | 0,02%        |
| Entidades Filantrópicas   | 4.223.461.285         | 0,82%        |
| Entidades sem Fins Lucrativos - Educação                                  | 5.487.949.118         | 1,07%        |
| PROUNI  | 3.606.600.864         | 0,70%        |
| Transporte Escolar  | 53.918.734            | 0,01%        |
| <b>Energia</b>  | <b>3.046.193.055</b>  | <b>0,59%</b> |
| Aerogeradores   | 227.796.800           | 0,04%        |
| Biodiesel   | 132.033.041           | 0,03%        |
| Gás Natural Liquefeito  | 156.602.663           | 0,03%        |
| Investimentos em Infra-Estrutura  | 702.934.481           | 0,14%        |
| REIDI   | 1.050.869.504         | 0,20%        |
| Termoelectricidade  | 775.956.565           | 0,15%        |
| <b>Gestão Ambiental</b>   | <b>334.438.890</b>    | <b>0,07%</b> |

**QUADRO III**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2025**  
**POR FUNÇÃO ORÇAMENTÁRIA E POR MODALIDADE DE GASTO**

UNIDADE: R\$ 1,00

| FUNÇÃO ORÇAMENTÁRIA / GASTO TRIBUTÁRIO |   | VALOR                 | %             |
|--|---|-----------------------|---------------|
|  | Reciclagem  | 334.438.890           | 0,07%         |
| <b>Habitação</b>                       |   | <b>20.980.702.225</b> | <b>4,09%</b>  |
|  | Associações de Poupança e Empréstimo                                      | 41.453.823            | 0,01%         |
|  | Financiamentos Habitacionais  | 7.711.677.994         | 1,50%         |
|  | Minha Casa, Minha Vida  | 303.586.050           | 0,06%         |
|  | Poupança  | 12.923.984.358        | 2,52%         |
| <b>Indústria</b>                       |   | <b>57.448.818.768</b> | <b>11,19%</b> |
|  | Amazônia Ocidental  | 267.928.331           | 0,05%         |
|  | Fundos Constitucionais  | 364.949.805           | 0,07%         |
|  | Mercadorias Norte e Nordeste  | 404.971.988           | 0,08%         |
|  | Petroquímica  | 1.252.790.000         | 0,24%         |
|  | Rota 2030   | 3.336.902.600         | 0,65%         |
|  | Setor Automotivo  | 7.658.814.096         | 1,49%         |
|  | Simplex Nacional  | 17.415.946.948        | 3,39%         |
|  | SUDAM   | 5.380.610.797         | 1,05%         |
|  | SUDENE  | 7.537.011.499         | 1,47%         |
|  | Zona Franca de Manaus   | 12.153.923.595        | 2,37%         |
|  | Zona Franca de Manaus - Importação de Matéria-Prima                       | 0                     | 0,00%         |
|  | Zona Franca de Manaus - Importação de Bens de Capital                     | 0                     | 0,00%         |
|  | Zona Franca de Manaus - Matéria-Prima Produzida na ZFM                    | 0                     | 0,00%         |
|  | Zona Franca de Manaus e Área de Livre Comércio - Alíquotas Diferenciadas  | 1.674.969.110         | 0,33%         |
|  | Zona Franca de Manaus e Área de Livre Comércio - Aquisição de Mercadorias | 0                     | 0,00%         |
| <b>Não definida</b>                    |   | <b>6.705.425.723</b>  | <b>1,31%</b>  |
|  | Títulos de Crédito - Setor Imobiliário e do Agronegócio                   | 6.705.425.723         | 1,31%         |
| <b>Organização Agrária</b>             |   | <b>61.975.235</b>     | <b>0,01%</b>  |
|  | ITR   | 61.975.235            | 0,01%         |
| <b>Saneamento</b>                      |   | <b>50.919.556</b>     | <b>0,01%</b>  |
|  | Investimentos em Infra-Estrutura  | 50.919.556            | 0,01%         |
|  | REIDI   | 0                     | 0,00%         |
| <b>Saúde</b>                           |   | <b>81.545.998.656</b> | <b>15,88%</b> |
|  | Água Mineral  | 351.145.152           | 0,07%         |
|  | Assistência Médica, Odontológica e Farmacêutica a Empregados              | 13.830.029.117        | 2,69%         |
|  | Despesas Médicas  | 27.170.974.751        | 5,29%         |
|  | Entidades Filantrópicas   | 11.379.570.109        | 2,22%         |
|  | Entidades sem Fins Lucrativos - Assistência Social e Saúde                | 8.532.195.408         | 1,66%         |
|  | Equipamentos para uso médico, hospitalar, clínico ou laboratorial         | 27.132.470            | 0,01%         |
|  | Medicamentos  | 9.721.725.951         | 1,89%         |
|  | Produtos Químicos e Farmacêuticos   | 10.533.225.697        | 2,05%         |
| <b>Trabalho</b>                        |   | <b>48.844.575.139</b> | <b>9,51%</b>  |
|  | Aposentadoria por Moléstia Grave ou Acidente                              | 24.565.470.102        | 4,78%         |
|  | Benefícios Previdenciários e FAPI   | 1.565.144.013         | 0,30%         |
|  | Empresa cidadã  | 335.615.406           | 0,07%         |
|  | Indenizações por Rescisão de Contrato de Trabalho                         | 10.784.623.664        | 2,10%         |
|  | MEI - Microempreendedor Individual  | 6.751.144.431         | 1,31%         |
|  | PAIT - Planos de Poupança e Investimento                                  | 6.520.957             | 0,00%         |
|  | Previdência Privada Fechada   | 311.126.454           | 0,06%         |
|  | Programa de Alimentação do Trabalhador                                    | 2.364.920.016         | 0,46%         |
|  | Seguro ou Pecúlio Pago por Morte ou Invalidez                             | 2.160.010.096         | 0,42%         |

**QUADRO III**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2025**  
**POR FUNÇÃO ORÇAMENTÁRIA E POR MODALIDADE DE GASTO**

UNIDADE: R\$ 1,00

| <b>FUNÇÃO ORÇAMENTÁRIA / GASTO TRIBUTÁRIO</b> | <b>VALOR</b>           | <b>%</b>     |
|---|------------------------|--------------|
| <b>Transporte</b>                             | <b>9.266.792.264</b>   | <b>1,80%</b> |
| Embarcações e Aeronaves                       | 6.673.097.538          | 1,30%        |
| Investimentos em Infra-Estrutura              | 243.538.289            | 0,05%        |
| Leasing de Aeronaves                          | 343.773.329            | 0,07%        |
| Motocicletas                                  | 291.963.876            | 0,06%        |
| REIDI   | 828.310.389            | 0,16%        |
| TAXI  | 345.329.332            | 0,07%        |
| Transporte Coletivo                           | 540.779.511            | 0,11%        |
| Trem de Alta Velocidade                       | 0                      | 0,00%        |
| <b>TOTAL</b>                                  | <b>513.522.095.676</b> | <b>100%</b>  |



**QUADRO IV**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2025**  
**POR FUNÇÃO ORÇAMENTÁRIA E MODALIDADE DE GASTO - REGIONALIZADO**

UNIDADE: R\$ 1.00

| FUNÇÃO ORÇAMENTÁRIA / GASTO TRIBUTÁRIO        |  | NORTE                 | NORDESTE              | CENTRO-OESTE          | SUDESTE                | SUL                   | TOTAL                  |
|---|--|-----------------------|-----------------------|-----------------------|------------------------|-----------------------|------------------------|
| Habituação                                    | Reciclagem   | 8.546.678             | 16.497.352            | 13.767.832            | 222.106.279            | 73.520.749            | 334.438.890            |
|   |  | <b>680.314.612</b>    | <b>2.288.388.046</b>  | <b>1.693.737.038</b>  | <b>12.765.405.509</b>  | <b>3.552.857.019</b>  | <b>20.980.702.225</b>  |
|   | Associações de Poupança e Empréstimo                       | 0                     | 0                     | 41.453.823            | 0                      | 0                     | 41.453.823             |
|   | Financiamentos Habitacionais                               | 484.587.630           | 1.093.810.008         | 801.865.183           | 4.005.719.220          | 1.325.695.953         | 7.711.677.994          |
|   | Minha Casa, Minha Vida                                     | 6.908.334             | 114.744.443           | 66.912.428            | 75.386.716             | 39.634.129            | 303.586.050            |
| Indústria                                     | Poupança   | 188.818.648           | 1.079.833.595         | 783.505.605           | 8.684.299.573          | 2.187.526.937         | 12.923.984.358         |
|   |  | <b>19.344.222.007</b> | <b>18.287.585.120</b> | <b>3.124.685.136</b>  | <b>12.127.036.632</b>  | <b>4.565.289.872</b>  | <b>57.448.818.768</b>  |
|   | Amazônia Ocidental   | 267.928.331           | 0                     | 0                     | 0                      | 0                     | 267.928.331            |
|   | Fundos Constitucionais                                     | 88.860.466            | 189.732.014           | 73.648.973            | 12.708.352             | 0                     | 364.949.805            |
|   | Mercadorias Norte e Nordeste                               | 216.812.711           | 188.159.277           | 0                     | 0                      | 0                     | 404.971.988            |
|   | Petroquímica   | 0                     | 473.143.394           | 0                     | 363.089.805            | 416.556.802           | 1.252.790.000          |
|   | Rota 2030  | 0                     | 403.539.066           | 36.507.167            | 2.531.831.810          | 365.024.557           | 3.336.902.600          |
|   | Sector Automotivo  | 0                     | 7.190.638.217         | 468.175.879           | 0                      | 0                     | 7.658.814.096          |
|   | Simplex Nacional   | 648.760.387           | 2.305.361.653         | 1.458.709.728         | 9.219.406.665          | 3.783.708.514         | 17.415.946.948         |
|   | SUDAM  | 4.292.967.408         | 0                     | 1.087.643.389         | 0                      | 0                     | 5.380.610.797          |
|   | SUDENE   | 0                     | 7.537.011.499         | 0                     | 0                      | 0                     | 7.537.011.499          |
|   | Zona Franca de Manaus                                      | 12.153.923.595        | 0                     | 0                     | 0                      | 0                     | 12.153.923.595         |
|   | Zona Franca de Manaus - Importação de Matéria-Prima        | 0                     | 0                     | 0                     | 0                      | 0                     | 0                      |
|   | Zona Franca de Manaus - Importação de Bens de Capital      | 0                     | 0                     | 0                     | 0                      | 0                     | 0                      |
|   | Zona Franca de Manaus - Matéria-Prima Produzida na ZFM     | 0                     | 0                     | 0                     | 0                      | 0                     | 0                      |
|   | Zona Franca de Manaus e Área de Livre Comércio - Aliquot   | 1.674.969.110         | 0                     | 0                     | 0                      | 0                     | 1.674.969.110          |
|   | Zona Franca de Manaus e Área de Livre Comércio - Aquisiç   | 0                     | 0                     | 0                     | 0                      | 0                     | 0                      |
| Não definida                                  |  | <b>97.965.874</b>     | <b>560.256.324</b>    | <b>406.510.755</b>    | <b>4.505.725.489</b>   | <b>1.134.967.281</b>  | <b>6.705.425.723</b>   |
|   | Títulos de Crédito - Setor Imobiliário e do Agronegócio    | 97.965.874            | 560.256.324           | 406.510.755           | 4.505.725.489          | 1.134.967.281         | 6.705.425.723          |
| Organização Agrária                           |  | <b>3.180.233</b>      | <b>30.855.562</b>     | <b>1.138.732</b>      | <b>10.253.846</b>      | <b>16.546.862</b>     | <b>61.975.235</b>      |
|   | ITR  | 3.180.233             | 30.855.562            | 1.138.732             | 10.253.846             | 16.546.862            | 61.975.235             |
| Saneamento                                    |  | <b>4.965.951</b>      | <b>2.356.935</b>      | <b>6.380.808</b>      | <b>25.692.913</b>      | <b>11.522.949</b>     | <b>50.919.556</b>      |
|   | Investimentos em Infra-Estrutura                           | 4.965.951             | 2.356.935             | 6.380.808             | 25.692.913             | 11.522.949            | 50.919.556             |
| Saúde   | REIDI  | 0                     | 0                     | 0                     | 0                      | 0                     | 0                      |
|   |  | <b>2.496.252.223</b>  | <b>8.407.330.198</b>  | <b>10.228.231.816</b> | <b>50.664.316.279</b>  | <b>9.749.868.140</b>  | <b>81.545.998.656</b>  |
|   | Água Mineral   | 6.093.641             | 114.185.743           | 11.460.774            | 156.242.963            | 63.162.031            | 351.145.152            |
|   | Assistência Médica, Odontológica e Farmacêutica a Empre    | 248.182.230           | 948.674.309           | 951.237.014           | 10.287.327.224         | 1.394.608.340         | 13.830.029.117         |
|   | Despesas Médicas   | 1.468.857.447         | 4.624.029.942         | 3.345.897.579         | 14.066.768.394         | 3.665.421.389         | 27.170.974.751         |
|   | Entidades Filantrópicas                                    | 56.253.223            | 1.523.892.862         | 716.522.918           | 7.339.251.095          | 1.743.650.010         | 11.379.570.109         |
|   | Entidades sem Fins Lucrativos - Assistência Social e Saúde | 261.258.245           | 739.728.361           | 2.842.468.423         | 3.662.648.040          | 1.026.092.339         | 8.532.195.408          |
|   | Equipamentos para uso médico, hospitalar, clínico ou labo  | 685.536               | 6.460.785             | 1.616.163             | 14.993.077             | 3.376.909             | 27.132.470             |
|   | Medicamentos   | 339.837.311           | 123.214.307           | 787.532.979           | 7.994.001.022          | 477.140.333           | 9.721.725.951          |
|   | Produtos Químicos e Farmacêuticos                          | 115.084.591           | 327.143.889           | 1.571.495.966         | 7.143.084.463          | 1.376.416.788         | 10.533.225.697         |
|   |  | <b>1.564.982.504</b>  | <b>6.673.799.441</b>  | <b>4.730.941.521</b>  | <b>27.638.913.928</b>  | <b>8.235.937.744</b>  | <b>48.844.575.139</b>  |
|   | Aposentadoria por Moléstia Grave ou Acidente               | 913.298.433           | 4.234.060.199         | 2.945.834.653         | 12.277.804.503         | 4.194.472.315         | 24.565.470.102         |
|   | Benefícios Previdenciários e FAPI                          | 37.490.469            | 21.479.523            | 159.617.719           | 1.252.159.434          | 94.396.868            | 1.565.144.013          |
|   | Empresa cidadã   | 6.895.818             | 8.979.580             | 11.452.622            | 264.648.155            | 43.639.230            | 335.615.406            |
|   | Indenizações por Rescisão de Contrato de Trabalho          | 226.253.274           | 888.901.862           | 712.421.614           | 7.049.685.503          | 1.907.361.410         | 10.784.623.664         |
|   | MEI - Microempreendedor Individual                         | 249.662.564           | 1.134.901.031         | 541.554.730           | 3.574.380.114          | 1.250.645.991         | 6.751.144.431          |
|   | PAIT - Planos de Poupança e Investimento                   | 517                   | 259.846               | 37.878                | 3.149.368              | 3.073.347             | 6.520.957              |
|   | Previdência Privada Fechada                                | 0                     | 35.778.173            | 108.575.079           | 131.135.761            | 35.637.440            | 311.126.454            |
|   | Programa de Alimentação do Trabalhador                     | 84.514.464            | 173.202.845           | 103.638.194           | 1.669.682.526          | 333.881.987           | 2.364.920.016          |
| Seguro ou Pecúlio Pago por Morte ou Invalidez | 46.866.965   | 176.236.381           | 147.809.032           | 1.416.268.563         | 372.829.155            | 2.160.010.096         |                        |
|   | <b>268.723.025</b>   | <b>863.834.413</b>    | <b>451.727.282</b>    | <b>7.218.023.215</b>  | <b>464.484.328</b>     | <b>9.266.792.264</b>  |                        |
| Transporte                                    | Embarcações e Aeronaves                                    | 193.786.182           | 539.919.173           | 161.756.027           | 5.510.321.256          | 267.314.900           | 6.673.097.538          |
|   | Investimentos em Infra-Estrutura                           | 15.523.871            | 2.644.112             | 17.849.485            | 173.601.860            | 33.918.961            | 243.538.289            |
|   | Leasing de Aeronaves                                       | 0                     | 0                     | 0                     | 341.009.276            | 2.764.053             | 343.773.329            |
|   | Motocicletas   | 29.644.529            | 70.508.917            | 30.199.161            | 120.754.985            | 40.856.283            | 291.963.876            |
|   | REIDI  | 0                     | 11.375.778            | 187.091.341           | 626.254.936            | 3.588.334             | 828.310.389            |
|   | TAXI   | 13.541.861            | 134.841.444           | 18.745.082            | 151.273.818            | 26.927.128            | 345.329.332            |
|   | Transporte Coletivo  | 16.226.583            | 104.544.989           | 36.086.187            | 294.807.082            | 89.114.670            | 540.779.511            |
|   | Trem de Alta Velocidade                                    | 0                     | 0                     | 0                     | 0                      | 0                     | 0                      |
|   |  | <b>61.312.457.009</b> | <b>69.666.577.891</b> | <b>50.073.646.300</b> | <b>250.748.849.211</b> | <b>81.720.565.265</b> | <b>513.522.095.676</b> |

**QUADRO V**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2025**  
**CONSOLIDAÇÃO POR FUNÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

UNIDADE: R\$ 1,00

| <b>FUNÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b> | <b>VALOR</b>           | <b>%</b>    |
|----------------------------|------------------------|-------------|
| Comércio e Serviço         | 135.540.322.724        | 26,39%      |
| Saúde                      | 81.545.998.656         | 15,88%      |
| Agricultura                | 67.742.377.332         | 13,19%      |
| Indústria                  | 57.448.818.768         | 11,19%      |
| Trabalho                   | 48.844.575.139         | 9,51%       |
| Assistência Social         | 31.198.323.333         | 6,08%       |
| Habitação                  | 20.980.702.225         | 4,09%       |
| Ciência e Tecnologia       | 20.578.726.064         | 4,01%       |
| Educação                   | 18.906.616.849         | 3,68%       |
| Transporte                 | 9.266.792.264          | 1,80%       |
| Não definida               | 6.705.425.723          | 1,31%       |
| Cultura                    | 4.632.372.488          | 0,90%       |
| Desporto e Lazer           | 4.143.897.650          | 0,81%       |
| Energia                    | 3.046.193.055          | 0,59%       |
| Direitos da Cidadania      | 2.043.445.889          | 0,40%       |
| Administração              | 366.201.482            | 0,07%       |
| Gestão Ambiental           | 334.438.890            | 0,07%       |
| Defesa Nacional            | 62.172.346             | 0,01%       |
| Organização Agrária        | 61.975.235             | 0,01%       |
| Saneamento                 | 50.919.556             | 0,01%       |
| Comunicações               | 21.800.009             | 0,00%       |
| <b>TOTAL</b>               | <b>513.522.095.676</b> | <b>100%</b> |

**QUADRO VI**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2025 - CONSOLIDAÇÃO POR TIPO DE TRIBUTADO**  
**VALORES NOMINAIS E PERCENTUAIS**

UNIDADE: R\$ 1,00

| TRIBUTADO   | VALOR                     | PART. %       |               |                    |
|---|---------------------------|---------------|---------------|--------------------|
|   |                           | PIB           | ARRECAÇÃO     | GASTOS TRIBUTÁRIOS |
| Imposto sobre Importação - II   | 7.277.666.635             | 0,06          | 0,26          | 1,42               |
| Imposto sobre a Renda Pessoa Física - IRPF  | 86.402.758.572            | 0,70          | 3,12          | 16,83              |
| Imposto sobre a Renda Pessoa Jurídica - IRPJ  | 92.796.501.109            | 0,75          | 3,35          | 18,07              |
| Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - IRRF  | 20.492.773.012            | 0,17          | 0,74          | 3,99               |
| Imposto sobre Produtos Industrializados - Operações Internas - IPI-Interno            | 36.788.186.976            | 0,30          | 1,33          | 7,16               |
| Imposto sobre Produtos Industrializados - Vinculado à Importação - IPI-Vinculado      | 6.704.974.985             | 0,05          | 0,24          | 1,31               |
| Imposto sobre Operações Financeiras - IOF   | 10.620.473.170            | 0,09          | 0,38          | 2,07               |
| Imposto sobre Propriedade Territorial Rural - ITR                                     | 61.975.235                | 0,00          | 0,00          | 0,01               |
| Contribuição Social para o PIS-PASEP  | 25.590.464.059            | 0,21          | 0,92          | 4,98               |
| Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL                                      | 25.896.438.464            | 0,21          | 0,93          | 5,04               |
| Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS                       | 123.329.828.588           | 1,00          | 4,45          | 24,02              |
| Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE                               | 818.801                   | 0,00          | 0,00          | 0,00               |
| Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM                       | 3.079.718.713             | 0,02          | 0,11          | 0,60               |
| Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE | 17.505.040                | 0,00          | 0,00          | 0,00               |
| Contribuição para a Previdência Social  | 74.462.012.319            | 0,60          | 2,69          | 14,50              |
| <b>TOTAL</b>  | <b>513.522.095.676</b>    | <b>4,17</b>   | <b>18,52</b>  | <b>100,00</b>      |
| <b>ARRECAÇÃO*</b>   | <b>2.772.989.472.750</b>  | <b>22,50</b>  | <b>100,00</b> |                    |
| <b>PIB</b>  | <b>12.322.019.060.329</b> | <b>100,00</b> |               |                    |

\*Exceto CPSS

UNIDADE: R\$ 1,00

|              | TRIBUTO / GASTO TRIBUTÁRIO  | VALOR                 | PART. %     |             |                    |
|--------------|---|-----------------------|-------------|-------------|--------------------|
|              |   |                       | PIB         | ARRECADÇÃO  | GASTOS TRIBUTÁRIOS |
| <b>I.</b>    | <b>Imposto sobre Importação - II</b>  | <b>7.277.666.635</b>  | <b>0,06</b> | <b>0,26</b> | <b>1,42</b>        |
| 1            | Áreas de Livre Comércio   | 21.308.454            | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 2            | Embarcações e Aeronaves   | 615.720.615           | 0,00        | 0,02        | 0,12               |
| 3            | Evento Esportivo, Cultural e Científico   | 1.333.875             | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 4            | Máquinas e Equipamentos - CNPq  | 148.270.839           | 0,00        | 0,01        | 0,03               |
| 5            | PADIS   | 35.843.941            | 0,00        | 0,00        | 0,01               |
| 6            | Zona Franca de Manaus   | 6.455.188.910         | 0,05        | 0,23        | 1,26               |
| <b>II.</b>   | <b>Imposto sobre a Renda Pessoa Física - IRPF</b>                                       | <b>86.402.758.572</b> | <b>0,70</b> | <b>3,12</b> | <b>16,83</b>       |
| 1            | Aposentadoria de Declarante com 65 Anos ou Mais   | 15.710.180.539        | 0,13        | 0,57        | 3,06               |
| 2            | Aposentadoria por Moléstia Grave ou Acidente  | 24.565.470.102        | 0,20        | 0,89        | 4,78               |
| 3            | Despesas com Educação   | 5.454.450.224         | 0,04        | 0,20        | 1,06               |
| 4            | Despesas Médicas  | 27.170.974.751        | 0,22        | 0,98        | 5,29               |
| 5            | Fundos da Criança e do Adolescente  | 355.165.304           | 0,00        | 0,01        | 0,07               |
| 6            | Fundos do Idoso   | 15.282.187            | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 7            | Incentivo ao Desporto   | 9.406.612             | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 8            | Indenizações por Rescisão de Contrato de Trabalho                                       | 10.784.623.664        | 0,09        | 0,39        | 2,10               |
| 9            | Programa Nacional de Apoio à Cultura  | 61.784.479            | 0,00        | 0,00        | 0,01               |
| 10           | Reciclagem  | 115.410.614           | 0,00        | 0,00        | 0,02               |
| 11           | Seguro ou Pecúlio Pago por Morte ou Invalidez   | 2.160.010.096         | 0,02        | 0,08        | 0,42               |
| <b>III.</b>  | <b>Imposto sobre a Renda Pessoa Jurídica - IRPJ</b>                                     | <b>92.796.501.109</b> | <b>0,75</b> | <b>3,35</b> | <b>18,07</b>       |
| 1            | Assistência Médica, Odontológica e Farmacêutica a Empregados                            | 10.169.139.057        | 0,08        | 0,37        | 1,98               |
| 2            | Associações de Poupança e Empréstimo  | 21.103.779            | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 3            | Benefícios Previdenciários e FAPI   | 1.150.841.186         | 0,01        | 0,04        | 0,22               |
| 4            | Despesas com Pesquisas Científicas e Tecnológicas                                       | 3.376.670.280         | 0,03        | 0,12        | 0,66               |
| 5            | Doações a Entidades Cíveis Sem Fins Lucrativos  | 364.968.540           | 0,00        | 0,01        | 0,07               |
| 6            | Doações a Instituições de Ensino e Pesquisa   | 58.997.518            | 0,00        | 0,00        | 0,01               |
| 7            | Empresa cidadã  | 335.615.406           | 0,00        | 0,01        | 0,07               |
| 8            | Entidades sem Fins Lucrativos - Assistência Social e Saúde                              | 3.921.521.253         | 0,03        | 0,14        | 0,76               |
| 9            | Entidades sem Fins Lucrativos - Associação Civil  | 2.164.570.307         | 0,02        | 0,08        | 0,42               |
| 10           | Entidades sem Fins Lucrativos - Científica  | 38.652.201            | 0,00        | 0,00        | 0,01               |
| 11           | Entidades sem Fins Lucrativos - Cultural  | 52.437.328            | 0,00        | 0,00        | 0,01               |
| 12           | Entidades sem Fins Lucrativos - Educação  | 1.982.487.469         | 0,02        | 0,07        | 0,39               |
| 13           | Entidades sem Fins Lucrativos - Filantrópica  | 1.113.769.110         | 0,01        | 0,04        | 0,22               |
| 14           | Entidades sem Fins Lucrativos - Recreativa  | 119.711.194           | 0,00        | 0,00        | 0,02               |
| 15           | Fundos da Criança e do Adolescente  | 484.504.167           | 0,00        | 0,02        | 0,09               |
| 16           | Fundos do Idoso   | 436.313.355           | 0,00        | 0,02        | 0,08               |
| 17           | Horário Eleitoral Gratuito  | 752.180.877           | 0,01        | 0,03        | 0,15               |
| 18           | Incentivo ao Desporto   | 840.855.259           | 0,01        | 0,03        | 0,16               |
| 19           | Informática e Automação   | 7.212.172.622         | 0,06        | 0,26        | 1,40               |
| 20           | Inovação Tecnológica  | 5.329.145.952         | 0,04        | 0,19        | 1,04               |
| 21           | Investimentos em Infra-Estrutura  | 715.106.365           | 0,01        | 0,03        | 0,14               |
| 22           | Investimentos em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação                                   | 0                     | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 23           | Minha Casa, Minha Vida  | 94.111.675            | 0,00        | 0,00        | 0,02               |
| 24           | PADIS   | 266.270.579           | 0,00        | 0,01        | 0,05               |
| 25           | PAIT - Planos de Poupança e Investimento  | 6.520.957             | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 26           | PERSE - Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos                            | 1.185.348.213         | 0,01        | 0,04        | 0,23               |
| 27           | Previdência Privada Fechada   | 194.454.034           | 0,00        | 0,01        | 0,04               |
| 28           | Programa de Alimentação do Trabalhador  | 2.364.920.016         | 0,02        | 0,09        | 0,46               |
| 29           | Programa Nacional de Apoio à Cultura  | 2.281.076.497         | 0,02        | 0,08        | 0,44               |
| 30           | PROUNI  | 1.781.436.411         | 0,01        | 0,06        | 0,35               |
| 31           | Reciclagem  | 219.028.276           | 0,00        | 0,01        | 0,04               |
| 32           | Simplex Nacional  | 27.747.231.923        | 0,23        | 1,00        | 5,40               |
| 33           | SUDAM   | 6.587.008.746         | 0,05        | 0,24        | 1,28               |
| 34           | SUDENE  | 9.226.900.538         | 0,07        | 0,33        | 1,80               |
| 35           | TEF - Tributação Específica do Futebol  | 200.590.621           | 0,00        | 0,01        | 0,04               |
| 36           | Ti e TIC - Tecnologia de Informação e Tecnologia da Informação e da Comunicação         | 839.400               | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| <b>IV.</b>   | <b>Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - IRRF</b>                                     | <b>20.492.773.012</b> | <b>0,17</b> | <b>0,74</b> | <b>3,99</b>        |
| 1            | Associações de Poupança e Empréstimo  | 20.350.044            | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 2            | Atividade Audiovisual   | 180.239.551           | 0,00        | 0,01        | 0,04               |
| 3            | Entidades sem Fins Lucrativos - Associação Civil  | 0                     | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 4            | Entidades sem Fins Lucrativos - Cultural  | 0                     | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 5            | Inovação Tecnológica  | 3.339.279             | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 6            | Investimentos em Infra-Estrutura  | 304.085.970           | 0,00        | 0,01        | 0,06               |
| 7            | Investimentos em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação                                   | 0                     | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 8            | Leasing de Aeronaves  | 343.773.329           | 0,00        | 0,01        | 0,07               |
| 9            | Poupança  | 12.923.984.358        | 0,10        | 0,47        | 2,52               |
| 10           | Promoção de Produtos e Serviços Brasileiros   | 11.574.758            | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 11           | Títulos de Crédito - Setor Imobiliário e do Agronegócio                                 | 6.705.425.723         | 0,05        | 0,24        | 1,31               |
| <b>V.</b>    | <b>Imposto sobre Produtos Industrializados - Operações Internas - IPI-Interno</b>       | <b>36.788.186.976</b> | <b>0,30</b> | <b>1,33</b> | <b>7,16</b>        |
| 1            | Áreas de Livre Comércio   | 615.862.994           | 0,00        | 0,02        | 0,12               |
| 2            | Automóveis - Pessoas Portadoras de Deficiência  | 1.368.311.931         | 0,01        | 0,05        | 0,27               |
| 3            | Embarcações e Aeronaves   | 12.668.799            | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 4            | Inovação Tecnológica  | 52.982                | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 5            | PADIS   | 0                     | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 6            | RETID   | 15.820.167            | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 7            | Rota 2030   | 3.336.902.600         | 0,03        | 0,12        | 0,65               |
| 8            | Setor Automotivo  | 7.658.814.096         | 0,06        | 0,28        | 1,49               |
| 9            | Simplex Nacional  | 3.416.164.173         | 0,03        | 0,12        | 0,67               |
| 10           | TAXI  | 303.795.807           | 0,00        | 0,01        | 0,06               |
| 11           | Zona Franca de Manaus   | 20.059.793.426        | 0,16        | 0,72        | 3,91               |
| <b>VI.</b>   | <b>Imposto sobre Produtos Industrializados - Vinculado à Importação - IPI-Vinculado</b> | <b>6.704.974.985</b>  | <b>0,05</b> | <b>0,24</b> | <b>1,31</b>        |
| 1            | Áreas de Livre Comércio   | 19.302.744            | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 2            | Embarcações e Aeronaves   | 374.391.883           | 0,00        | 0,01        | 0,07               |
| 3            | Evento Esportivo, Cultural e Científico   | 1.025.173             | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 4            | Máquinas e Equipamentos - CNPq  | 59.717.178            | 0,00        | 0,00        | 0,01               |
| 5            | PADIS   | 61.950                | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 6            | RETID   | 7.647.323             | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 7            | Zona Franca de Manaus   | 6.242.828.735         | 0,05        | 0,23        | 1,22               |
| <b>VII.</b>  | <b>Imposto sobre Operações Financeiras - IOF</b>  | <b>10.620.473.170</b> | <b>0,09</b> | <b>0,38</b> | <b>2,07</b>        |
| 1            | Automóveis - Pessoas Portadoras de Deficiência  | 147.305.350           | 0,00        | 0,01        | 0,03               |
| 2            | Entidades sem Fins Lucrativos - Associação Civil  | 0                     | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 3            | Entidades sem Fins Lucrativos - Cultural  | 0                     | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 4            | Financiamentos Habitacionais  | 7.711.677.994         | 0,06        | 0,28        | 1,50               |
| 5            | Fundos Constitucionais  | 1.674.025.032         | 0,01        | 0,06        | 0,33               |
| 6            | Motocicletas  | 291.963.876           | 0,00        | 0,01        | 0,06               |
| 7            | Seguro Rural  | 753.967.394           | 0,01        | 0,03        | 0,15               |
| 8            | TAXI  | 41.533.525            | 0,00        | 0,00        | 0,01               |
| <b>VIII.</b> | <b>Contribuição Social para o PIS-PASEP</b>   | <b>25.590.464.059</b> | <b>0,21</b> | <b>0,92</b> | <b>4,98</b>        |
| 1            | Aerogeradores   | 40.708.558            | 0,00        | 0,00        | 0,01               |
| 2            | Agricultura e Agroindústria - Defensivos agrícolas                                      | 1.178.990.978         | 0,01        | 0,04        | 0,23               |
| 3            | Agricultura e Agroindústria - Desoneração Cesta Básica                                  | 6.989.750.126         | 0,06        | 0,25        | 1,36               |
| 4            | Água Mineral  | 62.800.960            | 0,00        | 0,00        | 0,01               |
| 5            | Biodiesel   | 23.551.321            | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 6            | Cadeira de Rodas e Aparelhos Assistivos   | 213.579.830           | 0,00        | 0,01        | 0,04               |
| 7            | Embarcações e Aeronaves   | 1.012.673.252         | 0,01        | 0,04        | 0,20               |

**QUADRO VII**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2025**  
**POR TIPO DE TRIBUTO E GASTO TRIBUTÁRIO**

UNIDADE: R\$ 1,00

|             | TRIBUTO / GASTO TRIBUTÁRIO   | VALOR                  | PART. %     |             |                    |
|-------------|--|------------------------|-------------|-------------|--------------------|
|             |  |                        | PIB         | ARRECADÇÃO  | GASTOS TRIBUTÁRIOS |
| 8           | Entidades Filantrópicas  | 745.324.128            | 0,01        | 0,03        | 0,15               |
| 9           | Entidades sem Fins Lucrativos - Associação Civil   | 0                      | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 10          | Entidades sem Fins Lucrativos - Cultural   | 4.837.382              | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 11          | Equipamentos para uso médico, hospitalar, clínico ou laboratorial                            | 37.133                 | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 12          | Evento Esportivo, Cultural e Científico  | 27.988.561             | 0,00        | 0,00        | 0,01               |
| 13          | Gás Natural Liquefeito   | 3.807.004              | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 14          | Indústria Cinematográfica e Radiodifusão   | 343.996.847            | 0,00        | 0,01        | 0,07               |
| 15          | Livros   | 43.840.594             | 0,00        | 0,00        | 0,01               |
| 16          | Máquinas e Equipamentos - CNPq   | 1.706.611.981          | 0,01        | 0,06        | 0,33               |
| 17          | Medicamentos   | 27.322.744             | 0,00        | 0,00        | 0,01               |
| 18          | Minha Casa, Minha Vida   | 2.491.996              | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 19          | PADIS  | 480.098.134            | 0,00        | 0,02        | 0,09               |
| 20          | PERSE - Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos                                 | 223.720.787            | 0,00        | 0,01        | 0,04               |
| 21          | Petroquímica   | 1.864.839.915          | 0,02        | 0,07        | 0,36               |
| 22          | Produtos Químicos e Farmacêuticos  | 241.136.112            | 0,00        | 0,01        | 0,05               |
| 23          | PROUNI   | 335.277.952            | 0,00        | 0,01        | 0,07               |
| 24          | REIDI  | 6.906.046              | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 25          | RETID  | 8.322.714.028          | 0,07        | 0,30        | 1,62               |
| 26          | Simples Nacional   | 791.519.748            | 0,01        | 0,03        | 0,15               |
| 27          | TEF - Tributação Específica do Futebol   | 138.413.874            | 0,00        | 0,00        | 0,03               |
| 28          | Termoeletricidade  | 96.303.201             | 0,00        | 0,00        | 0,02               |
| 29          | Transporte Coletivo  | 9.801.188              | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 30          | Transporte Escolar   | 0                      | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 31          | Trem de Alta Velocidade  | 0                      | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 32          | Zona Franca de Manaus - Importação de Matéria-Prima  | 0                      | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 33          | Zona Franca de Manaus - Importação de Bens de Capital  | 0                      | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 34          | Zona Franca de Manaus - Matéria-Prima Produzida na ZFM                                       | 0                      | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 35          | Zona Franca de Manaus e Área de Livre Comércio - Alíquotas Diferenciadas                     | 651.419.681            | 0,01        | 0,02        | 0,13               |
| 36          | Zona Franca de Manaus e Área de Livre Comércio - Aquisição de Mercadorias                    | 0                      | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| <b>IX</b>   | <b>Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL</b>                                      | <b>25.896.438.464</b>  | <b>0,21</b> | <b>0,93</b> | <b>5,04</b>        |
| 1           | Assistência Médica, Odontológica e Farmacêutica a Empregados                                 | 3.660.890.060          | 0,03        | 0,13        | 0,71               |
| 2           | Benefícios Previdenciários e FAPI  | 414.302.827            | 0,00        | 0,01        | 0,08               |
| 3           | Doações a Entidades Cíveis Sem Fins Lucrativos   | 131.388.674            | 0,00        | 0,00        | 0,03               |
| 4           | Doações a Instituições de Ensino e Pesquisa  | 21.239.106             | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 5           | Entidades sem Fins Lucrativos - Assistência Social e Saúde                                   | 1.411.747.651          | 0,01        | 0,05        | 0,27               |
| 6           | Entidades sem Fins Lucrativos - Associação Civil   | 779.245.310            | 0,01        | 0,03        | 0,15               |
| 7           | Entidades sem Fins Lucrativos - Científica   | 13.914.792             | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 8           | Entidades sem Fins Lucrativos - Cultural   | 18.877.438             | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 9           | Entidades sem Fins Lucrativos - Educação   | 713.695.489            | 0,01        | 0,03        | 0,14               |
| 10          | Entidades sem Fins Lucrativos - Filantrópica   | 400.956.880            | 0,00        | 0,01        | 0,08               |
| 11          | Entidades sem Fins Lucrativos - Recreativa   | 43.096.030             | 0,00        | 0,00        | 0,01               |
| 12          | Informática e Automação  | 1.803.043.155          | 0,01        | 0,07        | 0,35               |
| 13          | Inovação Tecnológica   | 1.918.492.543          | 0,02        | 0,07        | 0,37               |
| 14          | Minha Casa, Minha Vida   | 48.573.768             | 0,00        | 0,00        | 0,01               |
| 15          | PADIS  | 55.488.841             | 0,00        | 0,00        | 0,01               |
| 16          | PERSE - Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos                                 | 635.025.540            | 0,01        | 0,02        | 0,12               |
| 17          | Previdência Privada Fechada  | 116.672.420            | 0,00        | 0,00        | 0,02               |
| 18          | PROUNI   | 471.377.682            | 0,00        | 0,02        | 0,09               |
| 19          | Simples Nacional   | 13.151.668.367         | 0,11        | 0,47        | 2,56               |
| 20          | TEF - Tributação Específica do Futebol   | 86.741.890             | 0,00        | 0,00        | 0,02               |
| <b>X</b>    | <b>Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS</b>                       | <b>123.329.828.588</b> | <b>1,00</b> | <b>4,45</b> | <b>24,02</b>       |
| 1           | Aerogeradores  | 187.088.242            | 0,00        | 0,01        | 0,04               |
| 2           | Agricultura e Agroindústria - Defensivos agrícolas   | 5.430.503.897          | 0,04        | 0,20        | 1,06               |
| 3           | Agricultura e Agroindústria - Desoneração Cesta Básica                                       | 32.180.761.916         | 0,26        | 1,16        | 6,27               |
| 4           | Água Mineral   | 288.344.192            | 0,00        | 0,01        | 0,06               |
| 5           | Biodiesel  | 108.481.720            | 0,00        | 0,00        | 0,02               |
| 6           | Cadeira de Rodas e Aparelhos Assistivos  | 983.374.857            | 0,01        | 0,04        | 0,19               |
| 7           | Embarcações e Aeronaves  | 4.657.642.990          | 0,04        | 0,17        | 0,91               |
| 8           | Entidades sem Fins Lucrativos - Assistência Social e Saúde                                   | 3.198.926.503          | 0,03        | 0,12        | 0,62               |
| 9           | Entidades sem Fins Lucrativos - Associação Civil   | 1.876.695.955          | 0,02        | 0,07        | 0,37               |
| 10          | Entidades sem Fins Lucrativos - Científica   | 47.519.007             | 0,00        | 0,00        | 0,01               |
| 11          | Entidades sem Fins Lucrativos - Cultural   | 49.441.554             | 0,00        | 0,00        | 0,01               |
| 12          | Entidades sem Fins Lucrativos - Educação   | 2.791.766.160          | 0,02        | 0,10        | 0,54               |
| 13          | Entidades sem Fins Lucrativos - Filantrópica   | 2.862.811.395          | 0,02        | 0,10        | 0,56               |
| 14          | Entidades sem Fins Lucrativos - Recreativa   | 357.392.190            | 0,00        | 0,01        | 0,07               |
| 15          | Equipamentos para uso médico, hospitalar, clínico ou laboratorial                            | 22.295.088             | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 16          | Evento Esportivo, Cultural e Científico  | 170.702                | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 17          | Gás Natural Liquefeito   | 128.614.102            | 0,00        | 0,00        | 0,03               |
| 18          | Indústria Cinematográfica e Radiodifusão   | 17.530.049             | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 19          | Livros   | 1.585.125.894          | 0,01        | 0,06        | 0,31               |
| 20          | Máquinas e Equipamentos - CNPq   | 208.511.903            | 0,00        | 0,01        | 0,04               |
| 21          | Medicamentos   | 8.015.113.971          | 0,07        | 0,29        | 1,56               |
| 22          | Minha Casa, Minha Vida   | 133.577.862            | 0,00        | 0,00        | 0,03               |
| 23          | PADIS  | 11.478.283             | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 24          | PERSE - Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos                                 | 2.252.875.549          | 0,02        | 0,08        | 0,44               |
| 25          | Petroquímica   | 1.029.069.213          | 0,01        | 0,04        | 0,20               |
| 26          | Produtos Químicos e Farmacêuticos  | 8.668.385.782          | 0,07        | 0,31        | 1,69               |
| 27          | PROUNI   | 1.112.650.660          | 0,01        | 0,04        | 0,22               |
| 28          | Rede Arrecadadora  | 366.201.482            | 0,00        | 0,01        | 0,07               |
| 29          | REIDI  | 1.543.958.930          | 0,01        | 0,06        | 0,30               |
| 30          | RETID  | 31.798.810             | 0,00        | 0,00        | 0,01               |
| 31          | Simples Nacional   | 38.389.150.889         | 0,31        | 1,38        | 7,48               |
| 32          | TEF - Tributação Específica do Futebol   | 688.513.753            | 0,01        | 0,02        | 0,13               |
| 33          | Termoeletricidade  | 637.542.691            | 0,01        | 0,02        | 0,12               |
| 34          | Transporte Coletivo  | 444.476.310            | 0,00        | 0,02        | 0,09               |
| 35          | Transporte Escolar   | 44.117.546             | 0,00        | 0,00        | 0,01               |
| 36          | Trem de Alta Velocidade  | 0                      | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 37          | Zona Franca de Manaus - Importação de Matéria-Prima  | 0                      | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 38          | Zona Franca de Manaus - Importação de Bens de Capital  | 0                      | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 39          | Zona Franca de Manaus - Matéria-Prima Produzida na ZFM                                       | 0                      | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 40          | Zona Franca de Manaus e Área de Livre Comércio - Alíquotas Diferenciadas                     | 2.977.918.540          | 0,02        | 0,11        | 0,58               |
| 41          | Zona Franca de Manaus e Área de Livre Comércio - Aquisição de Mercadorias                    | 0                      | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| <b>XI</b>   | <b>Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE</b>                               | <b>818.801</b>         | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b>        |
| 1           | Evento Esportivo, Cultural e Científico  | 0                      | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 2           | PADIS  | 818.801                | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| <b>XII</b>  | <b>Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM</b>                       | <b>3.079.718.713</b>   | <b>0,02</b> | <b>0,11</b> | <b>0,60</b>        |
| 1           | Amazônia Ocidental   | 1.217.856.049          | 0,01        | 0,04        | 0,24               |
| 2           | Doações de Bens para Entidades Filantrópicas   | 152.402                | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 3           | Livros, Jornais e Periódicos   | 19.695.180             | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 4           | Mercadorias Norte e Nordeste   | 1.840.781.761          | 0,01        | 0,07        | 0,36               |
| 5           | Pesquisas Científicas  | 1.233.320              | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| <b>XIII</b> | <b>Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE</b> | <b>17.505.040</b>      | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b>        |
| 1           | Programação  | 17.505.040             | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| <b>XIV</b>  | <b>Contribuição para a Previdência Social</b>  | <b>74.462.012.319</b>  | <b>0,60</b> | <b>2,69</b> | <b>14,50</b>       |
| 1           | Dona de Casa   | 402.386.075            | 0,00        | 0,01        | 0,08               |

QUADRO VII  
GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2025  
POR TIPO DE TRIBUTO E GASTO TRIBUTÁRIO

UNIDADE: R\$ 1,00

| TRIBUTO / GASTO TRIBUTÁRIO                                   | VALOR                     | PART. %       |               |                    |
|--|---------------------------|---------------|---------------|--------------------|
|  |                           | PIB           | ARRECADADAÇÃO | GASTOS TRIBUTÁRIOS |
| 2 Entidades Filantrópicas                                    | 17.536.333.445            | 0,14          | 0,63          | 3,41               |
| 3 Entidades sem Fins Lucrativos - Associação Civil           | 0                         | 0,00          | 0,00          | 0,00               |
| 4 Entidades sem Fins Lucrativos - Cultural                   | 0                         | 0,00          | 0,00          | 0,00               |
| 5 Exportação da Produção Rural                               | 10.820.268.957            | 0,09          | 0,39          | 2,11               |
| 6 Funrural   | 3.597.423.529             | 0,03          | 0,13          | 0,70               |
| 7 MEI - Microempreendedor Individual                         | 6.751.144.431             | 0,05          | 0,24          | 1,31               |
| 8 Simples Nacional   | 34.349.241.157            | 0,28          | 1,24          | 6,69               |
| 9 TEF - Tributação Específica do Futebol                     | 1.005.214.725             | 0,01          | 0,04          | 0,20               |
| <b>XV. Imposto sobre Propriedade Territorial Rural - ITR</b> | <b>61.975.235</b>         | <b>0,00</b>   | <b>0,00</b>   | <b>0,01</b>        |
| 1 ITR  | 61.975.235                | 0,00          | 0,00          | 0,01               |
| <b>TOTAL</b>   | <b>513.522.095.676</b>    | <b>4,17</b>   | <b>18,52</b>  | <b>100,00</b>      |
| <b>ARRECADADAÇÃO*</b>  | <b>2.772.989.472.750</b>  | <b>22,50</b>  | <b>100,00</b> |                    |
| <b>PIB</b>   | <b>12.322.019.060.329</b> | <b>100,00</b> |               |                    |

\*Exceto CPSS





**QUADRO VII-REGIONAL**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2025**  
**POR TIPO DE TRIBUTO E MODALIDADE DE GASTO - REGIONALIZADO**

UNIDADE: R\$ 1.00

| TRIBUTO / GASTO TRIBUTÁRIO   | NORTE                 | NORDESTE              | CENTRO-OESTE          | SUDESTE                | SUL                   | TOTAL                  |
|--|-----------------------|-----------------------|-----------------------|------------------------|-----------------------|------------------------|
| Evento Esportivo, Cultural e Científico  | 0                     | 0                     | 0                     | 0                      | 0                     | 0                      |
| PADIS  | 0                     | 0                     | 0                     | 636.735                | 182.066               | 818.801                |
| <b>Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM</b>                       | <b>2.203.520.305</b>  | <b>855.860.656</b>    | <b>0</b>              | <b>17.274.473</b>      | <b>3.063.279</b>      | <b>3.079.718.713</b>   |
| Amazônia Ocidental   | 1.217.856.049         | 0                     | 0                     | 0                      | 0                     | 1.217.856.049          |
| Doações de Bens para Entidades Filantrópicas   | 0                     | 26.137                | 0                     | 52.021                 | 74.245                | 152.402                |
| Livros, Jornais e Periódicos   | 125.004               | 514.904               | 0                     | 16.101.731             | 2.953.541             | 19.695.180             |
| Mercadorias Norte e Nordeste   | 985.512.322           | 855.269.440           | 0                     | 0                      | 0                     | 1.840.781.761          |
| Pesquisas Científicas  | 26.930                | 50.176                | 0                     | 1.120.721              | 35.493                | 1.233.320              |
| <b>Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE</b> | <b>2.796.890</b>      | <b>20.292</b>         | <b>226.671</b>        | <b>14.043.395</b>      | <b>417.791</b>        | <b>17.505.040</b>      |
| Programação  | 2.796.890             | 20.292                | 226.671               | 14.043.395             | 417.791               | 17.505.040             |
| <b>Contribuição para a Previdência Social</b>  | <b>1.807.502.471</b>  | <b>8.554.471.491</b>  | <b>6.117.457.994</b>  | <b>43.849.911.398</b>  | <b>14.132.668.965</b> | <b>74.462.012.319</b>  |
| Dona de Casa   | 12.541.178            | 99.553.097            | 39.139.267            | 186.176.436            | 64.976.097            | 402.386.075            |
| Entidades Filantrópicas  | 119.490.244           | 1.928.505.737         | 1.132.700.517         | 11.067.375.903         | 3.288.261.044         | 17.536.333.445         |
| Entidades sem Fins Lucrativos - Associação Civil   | 0                     | 0                     | 0                     | 0                      | 0                     | 0                      |
| Entidades sem Fins Lucrativos - Cultural   | 0                     | 0                     | 0                     | 0                      | 0                     | 0                      |
| Exportação da Produção Rural   | 150.008.310           | 354.932.703           | 950.154.406           | 7.048.386.325          | 2.316.787.213         | 10.820.268.957         |
| Funrural   | 117.547.220           | 300.374.641           | 527.551.109           | 1.786.438.022          | 865.512.538           | 3.597.423.529          |
| MEI - Microempreendedor Individual   | 249.662.564           | 1.134.901.031         | 541.554.730           | 3.574.380.114          | 1.250.645.991         | 6.751.144.431          |
| Simples Nacional   | 1.101.058.624         | 4.593.666.573         | 2.826.865.239         | 19.654.221.347         | 6.173.429.375         | 34.349.241.157         |
| TEF - Tributação Específica do Futebol   | 57.194.330            | 142.537.710           | 99.492.727            | 532.933.251            | 173.056.707           | 1.005.214.725          |
| Imposto sobre Propriedade Territorial Rural - ITR  | 3.180.233             | 30.855.562            | 1.138.732             | 10.253.846             | 16.546.862            | 61.975.235             |
| ITR  | 3.180.233             | 30.855.562            | 1.138.732             | 10.253.846             | 16.546.862            | 61.975.235             |
| <b>TOTAL</b>   | <b>61.312.457.009</b> | <b>69.666.577.891</b> | <b>50.073.646.300</b> | <b>250.748.849.211</b> | <b>81.720.565.265</b> | <b>513.522.095.676</b> |

**QUADRO VIII**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2025 - REGIONALIZAÇÃO POR TIPO DE TRIBUTO**  
**(VALORES NOMINAIS)**

UNIDADE: R\$ 1,00

| TRIBUTOS  | TOTAL                  | NORTE                 | NORDESTE              | CENTRO-OESTE          | SUDESTE                | SUL                   |
|---|------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|------------------------|-----------------------|
| Imposto sobre Importação - II   | 7.277.666.635          | 6.503.717.216         | 71.046.674            | 3.600.639             | 661.187.857            | 38.114.249            |
| Imposto sobre a Renda Pessoa Física - IRPF  | 86.402.758.572         | 3.606.362.204         | 13.287.481.153        | 9.086.998.736         | 46.568.984.928         | 13.852.931.550        |
| Imposto sobre a Renda Pessoa Jurídica - IRPJ  | 92.796.501.109         | 9.019.411.957         | 16.156.062.141        | 7.990.269.344         | 46.197.092.736         | 13.433.664.931        |
| Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - IRRF  | 20.492.773.012         | 321.894.574           | 1.727.590.459         | 1.233.063.503         | 13.846.006.308         | 3.364.218.168         |
| Imposto sobre Produtos Industrializados - Operações Internas - IPI-Interno            | 36.788.186.976         | 20.844.516.339        | 8.466.752.719         | 909.358.123           | 5.210.779.250          | 1.356.780.544         |
| Imposto sobre Produtos Industrializados - Vinculado à Importação - IPI-Vinculado      | 6.704.974.985          | 6.268.509.917         | 39.745.546            | 2.212.736             | 378.540.285            | 15.966.502            |
| Imposto sobre Operações Financeiras - IOF   | 10.620.473.170         | 945.082.443           | 2.113.025.168         | 1.368.855.712         | 4.459.780.003          | 1.733.729.844         |
| Imposto sobre Propriedade Territorial Rural - ITR                                     | 61.975.235             | 3.180.233             | 30.855.562            | 1.138.732             | 10.253.846             | 16.546.862            |
| Contribuição Social para o PIS-PASEP  | 25.590.464.059         | 1.533.912.982         | 2.717.356.497         | 3.561.869.016         | 12.748.142.232         | 5.029.183.332         |
| Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL                                      | 25.896.438.464         | 1.157.184.680         | 2.707.875.836         | 2.527.208.067         | 14.628.206.355         | 4.875.963.527         |
| Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS                       | 123.329.828.588        | 7.094.864.798         | 12.938.433.697        | 17.271.387.027        | 62.158.009.411         | 23.867.133.655        |
| Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE                               | 818.801                | 0                     | 0                     | 0                     | 636.735                | 182.066               |
| Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM                       | 3.079.718.713          | 2.203.520.305         | 855.860.656           | 0                     | 17.274.473             | 3.063.279             |
| Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE | 17.505.040             | 2.796.890             | 20.292                | 226.671               | 14.043.395             | 417.791               |
| Contribuição para a Previdência Social  | 74.462.012.319         | 1.807.502.471         | 8.554.471.491         | 6.117.457.994         | 43.849.911.398         | 14.132.668.965        |
| <b>TOTAL</b>  | <b>513.522.095.676</b> | <b>61.312.457.009</b> | <b>69.666.577.891</b> | <b>50.073.646.300</b> | <b>250.748.849.211</b> | <b>81.720.565.265</b> |

**QUADRO IX**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2025 - REGIONALIZAÇÃO POR TIPO DE TRIBUTOS**  
**(RAZÕES PERCENTUAIS)**

UNIDADE: %

| TRIBUTOS  | NORTE        | NORDESTE     | CENTRO-OESTE | SUDESTE      | SUL          | TOTAL         |
|---|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|---------------|
| Imposto sobre Importação - II   | 70,83        | 1,55         | 0,87         | 23,93        | 2,82         | 100,00        |
| Imposto sobre a Renda Pessoa Física - IRPF  | 4,07         | 15,30        | 10,50        | 54,62        | 15,51        | 100,00        |
| Imposto sobre a Renda Pessoa Jurídica - IRPJ  | 8,47         | 18,07        | 8,58         | 52,13        | 12,74        | 100,00        |
| Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - IRRF  | 1,68         | 8,17         | 5,96         | 67,96        | 16,23        | 100,00        |
| Imposto sobre Produtos Industrializados - Operações Internas - IPI-Interno            | 71,40        | 14,69        | 1,48         | 9,81         | 2,62         | 100,00        |
| Imposto sobre Produtos Industrializados - Vinculado à Importação - IPI-Vinculado      | 90,38        | 0,68         | 0,07         | 8,21         | 0,66         | 100,00        |
| Imposto sobre Operações Financeiras - IOF   | 8,24         | 21,01        | 13,50        | 41,73        | 15,52        | 100,00        |
| Imposto sobre Propriedade Territorial Rural - ITR                                     | 5,13         | 49,79        | 1,84         | 16,55        | 26,70        | 100,00        |
| Contribuição Social para o PIS-PASEP  | 17,51        | 8,11         | 14,60        | 43,44        | 16,34        | 100,00        |
| Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL                                      | 2,94         | 10,25        | 9,77         | 59,71        | 17,32        | 100,00        |
| Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS                       | 13,10        | 9,38         | 12,93        | 46,77        | 17,82        | 100,00        |
| Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE                               | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 37,79        | 62,21        | 100,00        |
| Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM                       | 63,61        | 36,05        | 0,00         | 0,29         | 0,05         | 100,00        |
| Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE | 29,53        | 0,35         | 2,69         | 65,87        | 1,56         | 100,00        |
| Contribuição para a Previdência Social  | 2,32         | 10,54        | 8,05         | 59,09        | 20,00        | 100,00        |
| <b>TOTAL</b>  | <b>15,90</b> | <b>12,43</b> | <b>9,20</b>  | <b>47,71</b> | <b>14,76</b> | <b>100,00</b> |

**QUADRO X**  
**PRINCIPAIS GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2025**

UNIDADE: R\$ 1,00

| <b>GASTO TRIBUTÁRIO</b>   | <b>VALOR</b>    | <b>%</b> |
|---|-----------------|----------|
| Simples Nacional  | 125.376.170.537 | 24,41%   |
| Agricultura e Agroindústria   | 60.197.699.404  | 11,72%   |
| Rendimentos Isentos e Não Tributáveis - IRPF                                      | 53.220.284.401  | 10,36%   |
| Entidades Sem Fins Lucrativos - Imunes / Isentas                                  | 42.282.346.611  | 8,23%    |
| Zona Franca de Manaus e Áreas de Livre Comércio                                   | 38.261.479.532  | 7,45%    |
| Deduções do Rendimento Tributável - IRPF  | 32.625.424.975  | 6,35%    |
| Medicamentos, Produtos Farmacêuticos e Equipamentos Médicos                       | 20.282.084.118  | 3,95%    |
| Poupança e Títulos de Crédito - Setor Imobiliário e do Agronegócio                | 19.629.410.081  | 3,82%    |
| Benefícios do Trabalhador   | 18.413.355.963  | 3,59%    |
| Desenvolvimento Regional  | 17.654.691.046  | 3,44%    |
| Setor Automotivo  | 10.995.716.696  | 2,14%    |
| Pesquisas Científicas e Inovação Tecnológica                                      | 10.628.934.355  | 2,07%    |
| Informática e Automação   | 9.015.215.777   | 1,76%    |
| Financiamentos Habitacionais  | 7.711.677.994   | 1,50%    |
| Embarcações e Aeronaves   | 7.016.870.868   | 1,37%    |
| MEI - Microempreendedor Individual  | 6.751.144.431   | 1,31%    |
| PERSE - Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos                      | 4.553.347.436   | 0,89%    |
| PROUNI  | 3.606.600.864   | 0,70%    |
| TEF - Tributação Específica do Futebol  | 2.772.580.737   | 0,54%    |
| Cultura e Audiovisual   | 2.523.100.527   | 0,49%    |
| Livros  | 1.948.817.921   | 0,38%    |
| REIDI   | 1.879.236.883   | 0,37%    |
| Fundos Constitucionais  | 1.674.025.032   | 0,33%    |
| Automóveis - Pessoas Portadoras de Deficiência                                    | 1.515.617.281   | 0,30%    |
| Petroquímica  | 1.252.790.000   | 0,24%    |
| Cadeira de Rodas e Aparelhos Assistivos   | 1.196.954.687   | 0,23%    |
| Investimentos em Infra-Estrutura  | 1.019.192.335   | 0,20%    |
| Incentivo ao Desporto   | 850.261.871     | 0,17%    |
| Fundos da Criança e do Adolescente  | 839.669.471     | 0,16%    |
| Termoeletricidade   | 775.956.565     | 0,15%    |
| Seguro Rural  | 753.967.394     | 0,15%    |
| Horário Eleitoral Gratuito  | 752.180.877     | 0,15%    |
| Doações a Instituições de Ensino e Pesquisa e Entidades Cívis Sem Fins Lucrativos | 576.746.241     | 0,11%    |
| Transporte Coletivo   | 540.779.511     | 0,11%    |
| Máquinas e Equipamentos - CNPq  | 460.340.514     | 0,09%    |
| Fundos do Idoso   | 451.595.542     | 0,09%    |
| Dona de Casa  | 402.386.075     | 0,08%    |
| PADIS   | 372.454.390     | 0,07%    |
| Rede Arrecadadora   | 366.201.482     | 0,07%    |
| Água Mineral  | 351.145.152     | 0,07%    |
| TAXI  | 345.329.332     | 0,07%    |
| Reciclagem  | 334.438.890     | 0,07%    |
| Minha Casa, Minha Vida  | 303.586.050     | 0,06%    |
| Motocicletas  | 291.963.876     | 0,06%    |



**Receita Federal**

Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros

**QUADRO X**  
**PRINCIPAIS GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2025**

UNIDADE: R\$ 1,00

| <b>GASTO TRIBUTÁRIO</b>   | <b>VALOR</b>           | <b>%</b>    |
|---|------------------------|-------------|
| Aerogeradores   | 227.796.800            | 0,04%       |
| Gás Natural Liquefeito  | 156.602.663            | 0,03%       |
| Biodiesel   | 132.033.041            | 0,03%       |
| RETID   | 62.172.346             | 0,01%       |
| ITR   | 61.975.235             | 0,01%       |
| Transporte Escolar  | 53.918.734             | 0,01%       |
| Indústria Cinematográfica e Radiodifusão  | 21.337.053             | 0,00%       |
| Programação   | 17.505.040             | 0,00%       |
| Promoção de Produtos e Serviços Brasileiros                                     | 11.574.758             | 0,00%       |
| Evento Esportivo, Cultural e Científico   | 2.566.883              | 0,00%       |
| TI e TIC - Tecnologia de Informação e Tecnologia da Informação e da Comunicação | 839.400                | 0,00%       |
| Investimentos em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação                           | 0                      | 0,00%       |
| Trem de Alta Velocidade   | 0                      | 0,00%       |
| <b>TOTAL</b>  | <b>513.522.095.676</b> | <b>100%</b> |

QUADRO XI  
GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2025 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO  
IMPOSTO SOBRE IMPORTAÇÃO - II

UNIDADE: R\$ 1,00

| 1  | GASTO TRIBUTÁRIO   | PRAZO VIGÊNCIA | VALOR       | PART. % |             |      |
|----|--|----------------|-------------|---------|-------------|------|
|    |  |                |             | PIB     | ARRECADAÇÃO | II   |
| 1  | <p><b>Áreas de Livre Comércio</b></p> <p>Tabatinga-AM, Guajará-Mirim-RO, Pacaraima e Bonfim-RR, Macapá/Santana-AP e Brasília e Cruzeiro do Sul-AC. Isenção do imposto na entrada de mercadorias estrangeiras, quando destinadas a consumo e venda internos, beneficiamento de pescado, recursos minerais e matérias-primas agrícolas ou florestais, agricultura e piscicultura, a turismo, a estocagem para exportação, para construção e reparos navais e para internação como bagagem acompanhada, com exceção de armas e munições, fumo, bebidas alcoólicas, automóveis de passageiros, produtos de perfumaria e cosméticos.</p> <p>Lei nº 7.965/89, art. 3º; Lei nº 8.210/91, art. 4º; Lei nº 8.256/91, arts. 4º e 14; Lei nº 8.387/91, art.11, § 2º; Lei nº 9.065/95, art. 19; Lei nº 13.023/14, art. 3º.</p>   | 31/12/2050     | 21.308.454  | 0,00    | 0,00        | 0,02 |
| 2  | <p><b>Copa do Mundo - Organização e Operacionalização da Copa das Confederações (2013) e da Copa do Mundo Fifa (2014)</b></p> <p>Isenção do Imposto de Importação incidente nas importações de bens ou mercadorias para uso ou consumo exclusivo na organização e realização dos Eventos da Copa do Mundo.</p> <p>Lei nº 12.350/10, arts. 2º a 16, em específico: art. 3º, §1º, II.</p>  | 31/12/2015     | não vigente | --      | --          | --   |
| 3  | <p><b>Embarcações e Aeronaves</b></p> <p>Isenção do imposto incidente sobre a importação de partes, peças e componentes destinados ao reparo, revisão e manutenção de embarcações e aeronaves. Isenção do Imposto sobre Importação - II e do IPI incidente sobre a importação de partes, peças e componentes destinados ao emprego na construção, conservação, modernização, conversão ou reparo de embarcações registradas no REB, desde que realizadas em estaleiros navais brasileiros.</p> <p>Lei nº 8.032/90, art. 2º, II, j; Lei nº 8.402/92, art. 1º, IV; Lei nº 9.493/97, art. 11.</p>   | indeterminado  | 615.720.615 | 0,00    | 0,02        | 0,59 |
| 4  | <p><b>Equipamentos Desportivos</b></p> <p>Isenção do Imposto de Importação incidente na importação de equipamentos e materiais destinados, exclusivamente, ao treinamento e preparação de atletas e equipes brasileiras para competições desportivas em Jogos Olímpicos, paraolímpicos, pan-americanos, parapan-americanos, nacionais e mundiais.</p> <p>Lei nº 10.451/02, arts. 8º a 13, em específico: art. 8º; Lei nº 11.827/08, art. 5º; Lei nº 12.649/12, art. 9º.</p>  | 31/12/2015     | não vigente | --      | --          | --   |
| 5  | <p><b>Evento Esportivo, Cultural e Científico</b></p> <p>Isenção do II incidente na importação de troféus, medalhas, placas, estatuetas, distintivos, flâmulas, bandeiras e outros objetos comemorativos recebidos em evento cultural, científico ou esportivo oficial realizado no exterior ou para serem distribuídos gratuitamente como premiação em evento esportivo realizado no País; bens dos tipos e em quantidades normalmente consumidos em evento esportivo oficial; material promocional, impressos, folhetos e outros bens com finalidade semelhante, a serem distribuídos gratuitamente ou utilizados em evento esportivo oficial; bens importados por desportistas, desde que tenham sido utilizados por estes em evento esportivo oficial e recebidos em doação de entidade de prática desportiva estrangeira ou da promotora ou patrocinadora do evento.</p> <p>Lei nº 11.488/07, art. 38.</p>                                      | indeterminado  | 1.333.875   | 0,00    | 0,00        | 0,00 |
| 6  | <p><b>Máquinas e Equipamentos - CNPq</b></p> <p>Isenção do imposto nas importações de máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos, bem como suas partes e peças de reposição, destinados à pesquisa científica e tecnológica. Isenção do imposto para importações autorizadas pelo CNPq.</p> <p>Lei nº 8.010/90, art. 1º; Lei nº 8.032/90, art. 2º, I, e, f e g; Lei nº 10.964/04, arts. 1º e 3º; Lei nº 13.243/16, arts. 8º e 9º; Decreto nº 6.759/09, art. 136; Decreto nº 9.283/2018, art. 71.</p>   | indeterminado  | 148.270.839 | 0,00    | 0,01        | 0,14 |
| 7  | <p><b>Olimpíadas - Organização e Realização dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016</b></p> <p>Isenção do Imposto de Importação incidente nas importações de bens ou mercadorias para uso ou consumo exclusivo na organização e realização dos Jogos.</p> <p>Lei nº 12.780/13, art. 4º, §1º, II; Decreto nº 8.463/15, art. 7º, § 1º, II.</p>   | 31/12/2017     | não vigente | --      | --          | --   |
| 8  | <p><b>PADIS - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores</b></p> <p>Redução a zero da alíquota do II incidente sobre máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, ferramentas computacionais (software) para incorporação no ativo imobilizado, e matéria-prima e insumos importados.</p> <p>Lei 11.484/07, arts. 1º a 11, em específico: art. 3º, § 5º; Lei nº 13.159; Lei nº 13.169/15, art. 12, Lei 14.302/22 e Decreto 10.615/21</p>   | 31/12/2026     | 35.843.941  | 0,00    | 0,00        | 0,03 |
| 9  | <p><b>PATVD - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital</b></p> <p>Redução a zero da alíquota do II incidente sobre máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, para incorporação no ativo imobilizado.</p> <p>Lei nº 11.484/07, arts. 12 a 22 e 66, em específico art. 14, § 5º.</p>   | 22/01/2017     | não vigente | --      | --          | --   |
| 10 | <p><b>PROUCA - REICOMP - Regime Especial de Incentivo a Computadores para Uso Educacional</b></p> <p>Suspensão do Imposto de Importação incidente na importação de matérias-primas e produtos intermediários destinados à fabricação dos equipamentos. A suspensão converte-se em alíquota zero após a incorporação ou utilização dos bens nos equipamentos.</p> <p>Lei nº 12.249/10, arts. 6 a 14 e 139, em específico: art. 9º, III; Lei nº 12.715/12, arts. 15 a 23 e 78, em específico: art. 18, III.</p>  | 31/12/2015     | não vigente | --      | --          | --   |
| 11 | <p><b>RECINE - Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica</b></p> <p>Suspensão da exigência do Imposto de Importação incidente na importação de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, para incorporação no ativo permanente e utilização em complexos de exibição ou cinemas itinerantes, bem como de materiais para sua construção. A suspensão do Imposto de Importação aplica-se somente a produtos sem similar nacional. A suspensão converte-se em isenção após incorporação no ativo permanente e utilização do bem ou material de construção no complexo de exibição cinematográfica. As máquinas, aparelhos, instrumentos, equipamentos e materiais de construção com o tratamento tributário de que trata o caput deste artigo serão relacionados em regulamento.</p> <p>Lei nº 12.599/12, arts.12 a 14; Decreto nº 7.729/12; Lei nº 13.594/18; Lei nº 14.044/2020.</p> | 31/12/2024     | não vigente | --      | --          | --   |

**QUADRO XI**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2025 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTU**  
**IMPOSTO SOBRE IMPORTAÇÃO - II**

UNIDADE: R\$ 1,00

| UNIDADE: R\$ 1,00 | GASTO TRIBUTÁRIO  | PRAZO VIGÊNCIA | VALOR                | PART. %     |             |             |
|-------------------|---|----------------|----------------------|-------------|-------------|-------------|
|                   |   |                |                      | PIB         | ARRECADAÇÃO | II          |
| 12                | <b>RECOPA - Regime Especial de Tributação para Construção, Ampliação, Reforma ou Modernização de Estádios de Futebol</b><br>Suspensão do Imposto de Importação incidente sobre máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, e de materiais de construção para utilização ou incorporação no estádio de futebol da pessoa jurídica beneficiária do RECOPA. A suspensão converte-se em alíquota zero após a utilização ou incorporação do bem.<br>Lei nº 12.350/10, arts. 17 a 21, em específico: art. 19, V.   | 30/06/2014     | não vigente          | ---         | ---         | ---         |
| 13                | <b>RENUCLEAR - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Usinas Nucleares</b><br>Suspensão do Imposto de Importação sobre a importação de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, e de materiais de construção para utilização ou incorporação em obras de infraestrutura destinadas ao ativo imobilizado, quando os referidos bens ou materiais de construção forem importados por pessoa jurídica beneficiária do RENUCLEAR. A suspensão converte-se em isenção após a utilização ou incorporação do bem ou material de construção na obra de infraestrutura.<br>Lei nº 12.431/11, arts. 14 a 17, em específico: art. 16, III.   | 31/12/2020     | não vigente          | ---         | ---         | ---         |
| 14                | <b>REPENEC - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste</b><br>Suspensão do Imposto de Importação incidente na importação de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, e de materiais de construção para utilização ou incorporação em obras de infraestrutura destinadas ao ativo imobilizado de pessoa jurídica beneficiária do REPENEC. As suspensões convertem-se em alíquota zero após a utilização ou incorporação do bem ou material de construção na obra de infraestrutura.<br>Lei nº 12.249/10, arts. 1º a 5º, em específico: art. 3º, V.  | 30/06/2016     | não vigente          | ---         | ---         | ---         |
| 15                | <b>REPORTO - Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária</b><br>Suspensão do II sobre importações de máquinas, equipamentos, peças de reposição e outros bens importados pelos beneficiários do REPORTO e destinados ao seu ativo imobilizado para utilização exclusiva na execução de serviços de: carga, descarga, armazenagem e movimentação de mercadorias e produtos; sistemas suplementares de apoio operacional; proteção ambiental; sistemas de segurança e de monitoramento de fluxo de pessoas, mercadorias, produtos, veículos e embarcações; dragagens; e treinamento e formação de trabalhadores, inclusive na implantação de Centros de Treinamento Profissional. São beneficiários do REPORTO o operador portuário, o concessionário de porto organizado, o arrendatário de instalação portuária de uso público e a empresa autorizada a explorar instalação portuária de uso privativo misto ou exclusivo, inclusive aquelas que operam com embarcações de offshore, o concessionário de transporte ferroviário, empresas de dragagem, recintos alfandegados de zona secundária e dos Centros de Treinamento Profissional. A suspensão do Imposto de Importação converte-se em isenção após o decurso do prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da ocorrência do respectivo fato gerador.<br><br>Lei nº 11.033/04, arts. 13 a 16, em específico: art. 14; Decreto nº 6.582/08; Lei nº 11.774/08, art. 5º; Lei nº 12.715/12, art. 39; Lei nº 12.688/12, art. 30; Lei nº 13.169, art. 7º; Lei 14.301/22. | 31/12/2023     | não vigente          | ---         | ---         | ---         |
| 16                | <b>Rota 2030</b><br>Importação de partes, peças, componentes, conjuntos, subconjuntos, acabados e semiacabados, e pneumáticos, todos novos e sem capacidade de produção nacional equivalente, destinados à industrialização de produtos automotivos.<br><br>MP nº 843/18; Lei nº 13.755/18, art. 21; Decreto nº 9.557/18, art.34.   | 31/12/2023     | não vigente          | ---         | ---         | ---         |
| 17                | <b>Setor Automotivo</b><br>Redução do imposto incidente na importação de partes, peças, componentes, conjuntos e subconjuntos, acabados e semi-acabados, e pneumáticos, destinadas aos processos produtivos das empresas montadoras e dos fabricantes de veículos leves, ônibus, caminhões, reboques e semi-reboques, chassis com motor, carrocerias, tratores rodoviários para semi-reboques, tratores agrícolas e colheitadeiras, máquinas rodoviárias e auto peças, componentes, conjuntos e subconjuntos necessários à produção dos veículos aqui listados, incluídos os destinados ao mercado de reposição. I - 40% até 31 de agosto de 2010; II - 30% até 30 de novembro de 2010; III - 20% até 30 de maio de 2001; IV - 0% a partir de 1º de junho de 2011.<br><br>Lei nº 10.182/01, art. 5º, § 1º; Lei nº 12.350/10, art. 42º.  | 30/04/2011     | não vigente          | ---         | ---         | ---         |
| 18                | <b>Zona Franca de Manaus e Amazônia Ocidental</b><br>Isenção do imposto na entrada de mercadorias na ZFM, destinadas a seu consumo interno ou industrialização em qualquer grau, inclusive beneficiamento, agropecuária, pesca, instalação e a estocagem para reexportação, com exceção de armas e munições, fumo, bebidas alcoólicas, automóveis de passageiros, produtos de perfumaria e cosméticos. Redução do imposto na saída de produtos industrializados na ZFM, para qualquer ponto do território nacional. Bens de informática - coeficiente de redução resultante da relação entre os valores de matérias-primas e outros insumos nacionais e da mão-de-obra empregada no processo produtivo, e os valores de matérias-primas e demais insumos nacionais e estrangeiros e da mão-de-obra empregada. Automóveis, tratores e outros veículos terrestres - coeficiente de redução acrescido de cinco pontos percentuais. Demais produtos - redução de 88% (oitenta e oito por cento). Isenção do imposto, até o limite de compras de US\$ 2.000, no caso de bagagem de viajantes procedentes da ZFM.<br><br>Decreto-Lei nº 288/67, art. 3º, § 1º, art. 7º, II; Decreto-Lei nº 356/68, art. 1º; Decreto-Lei nº 2.434/88, art. 1º, II, c; Lei nº 8.032/90, art. 2º, II, d, art. 4º; Lei nº 8.387/91, art. 1º; Constituição Federal do Brasil, ADCT, arts. 40, 92 e 92-A; Portaria Interministerial MIR/MCT/CICT/MC nº 272/93, art. 1º; Portaria Interministerial MDIC/MCTI nº 309/15, art. 1º; Portaria Interministerial MDIC/MCTIC nº 50/18, art. 1º.       | 05/10/2073     | 6.455.188.910        | 0,05        | 0,23        | 6,23        |
| <b>TOTAL</b>      |   |                | <b>7.277.666.635</b> | <b>0,06</b> | <b>0,26</b> | <b>7,02</b> |

**QUADRO XII**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2025 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**IMPOSTO SOBRE A RENDA PESSOA FÍSICA - IRPF**

UNIDADE: R\$ 1,00

| UNIDADE: R\$ 1,00 | GASTO TRIBUTÁRIO  | PRAZO VIGÊNCIA | VALOR          | PART. % |             |      |
|-------------------|---|----------------|----------------|---------|-------------|------|
|                   |   |                |                | PIB     | ARRECADAÇÃO | IRPF |
| 1                 | <b>Aposentadoria de Declarante com 65 Anos ou Mais</b><br>Isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física, de parcela definida em lei, dos rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão, de transferência para a reserva remunerada ou de reforma pagos pela Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por qualquer pessoa jurídica de direito público interno ou por entidade de previdência privada, a partir do mês em que o contribuinte completar 65 (sessenta e cinco) anos de idade, sem prejuízo da parcela isenta prevista na tabela de incidência mensal do imposto.<br>Lei nº 7.713/88, art. 6º, inciso XV; Lei nº 12.469/11; Lei nº 13.149/15.   | indeterminado  | 15.710.180.539 | 0,13    | 0,57        | 4,08 |
| 2                 | <b>Aposentadoria por Moléstia Grave ou Acidente</b><br>Isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física incidente sobre rendimentos de aposentadoria ou reforma motivada por acidente em serviço ou moléstia profissional; aposentadoria, reforma ou pensão, recebidos por portadores de fibrose cística (mucoviscidose), tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, hepatopatia grave, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondilostrose anquilosante, nefropatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação e síndrome de imunodeficiência adquirida (Aids).<br>Lei nº 7.713/88, art. 6º, inciso XIV; Lei nº 11.052/04.   | indeterminado  | 24.565.470.102 | 0,20    | 0,89        | 6,39 |
| 3                 | <b>Atividade Audiovisual</b><br>Dedução do imposto de renda devido, de 100% da quantia aplicada em investimentos na produção de obras audiovisuais cinematográficas brasileiras de produção independente, mediante a aquisição de quotas representativas de direitos de comercialização sobre as referidas obras, desde que esses investimentos sejam realizados no mercado de capitais, em ativos previstos em lei e autorizados pela Comissão de Valores Mobiliários, e os projetos de produção tenham sido previamente aprovados pelo Ministério da Cultura. Dedução do imposto de renda devido das quantias referentes ao patrocínio à produção de obras cinematográficas brasileiras de produção independente, cujos projetos tenham sido previamente aprovados pela Ancine, do imposto de renda devido apurado na declaração de ajuste anual pelas pessoas físicas. Dedução limitada: a 6% (seis por cento) do imposto devido pelas pessoas físicas, conjuntamente com as deduções de que trata o art. 22 da Lei nº 9.532/97. Dedução do imposto de renda devido das quantias aplicadas na aquisição de cotas dos Fundines.<br>Lei nº 8.685/93, arts. 1º e 1º-A; Lei nº 9.532/97, art. 22; Lei nº 9.250/95, art. 12; MP nº 2.228/01, art. 44. | 31/12/2024     | não vigente    | --      | --          | --   |
| 4                 | <b>Despesas com Educação</b><br>Dedução da base de cálculo do IRPF das despesas com instrução do contribuinte e de seus dependentes, até o limite estabelecido em lei, efetuados a estabelecimentos de ensino, relativamente à educação infantil, compreendendo as creches e as pré-escolas; ao ensino fundamental; ao ensino médio; à educação superior, compreendendo os cursos de graduação e de pós-graduação (mestrado, doutorado e especialização); e à educação profissional, compreendendo o ensino técnico e o tecnológico.<br>Lei nº 9.250/95, art. 8º; Lei nº 12.469/11.   | indeterminado  | 5.454.450.224  | 0,04    | 0,20        | 1,42 |
| 5                 | <b>Despesas Médicas</b><br>Dedução da base de cálculo do IRPF das despesas com médicos, dentistas, psicólogos, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, hospitais, e com exames laboratoriais e serviços radiológicos, aparelhos ortopédicos e próteses ortopédicas e dentárias.<br>Lei nº 9.250/95, art. 8º, II, a.   | indeterminado  | 27.170.974.751 | 0,22    | 0,98        | 7,06 |
| 6                 | <b>Fundos de Direitos da Criança e do Adolescente</b><br>Dedução do imposto de renda devido, das contribuições feitas aos Fundos controlados pelos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacionais dos Direitos da Criança e do Adolescente. Dedução limitada: a 6% (seis por cento) do imposto devido pelas pessoas físicas, conjuntamente com as deduções de que trata o art. 22 da Lei nº 9.532/97.<br>Lei nº 8.069/90, art. 260, II; Lei nº 9.250/95, art. 12, I; Lei nº 9.532/97, art. 22.   | indeterminado  | 355.165.304    | 0,00    | 0,01        | 0,09 |
| 7                 | <b>Fundos do Idoso</b><br>Dedução do Imposto de Renda Devido, das contribuições feitas aos Fundos controlados pelos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional do Idoso. Dedução limitada a 6% do IR devido conjuntamente com as deduções de que trata o art. 22 da Lei nº 9.532/97.<br>Lei nº 9.250/95, art. 12, I; Lei nº 9.532/97, art. 22.  | indeterminado  | 15.282.187     | 0,00    | 0,00        | 0,00 |
| 8                 | <b>Incentivo à Formalização do Emprego Doméstico</b><br>Dedução do IR devido pelas Pessoas Físicas, da contribuição patronal paga à Previdência Social pelo empregador doméstico incidente sobre o valor da remuneração do empregado. Limitada ao valor da contribuição patronal calculada sobre um salário mínimo mensal, sobre o 13º salário e sobre a remuneração adicional de férias, referidos também a um salário mínimo.<br>Lei nº 9.250/95 art. 12, VII, § 3º.  | 31/12/2018     | não vigente    | --      | --          | --   |
| 9                 | <b>Incentivo à Reciclagem</b><br>Dedução de 1% do Imposto Devido relativo à quantia efetivamente despendida no apoio direto aos projetos de que trata o caput do art. 3º da referida Lei, limitado a 6% (seis por cento) do imposto de renda devido apurado na Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física, em conjunto com as deduções de que tratam o art. 22 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e o inciso II do § 1º do art. 1º da Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006.<br>Lei nº 14.260, de 08 de dezembro de 2021.   | indeterminado  | 115.410.614    | 0,00    | 0,00        | 0,03 |
| 10                | <b>Incentivo ao Desporto</b><br>Dedução do imposto de renda devido dos valores despendidos a título de patrocínio ou doação no apoio direto a projetos desportivos e paradesportivos previamente aprovados pelo Ministério do Esporte, limitada a 6% (seis por cento) do IR devido conjuntamente com as deduções de que trata o art. 22 da Lei nº 9.532/1997.<br>Lei nº 11.438/06, art. 1º; Lei nº 14.439/22.   | 31/12/2027     | 9.406.612      | 0,00    | 0,00        | 0,00 |
| 11                | <b>Indenizações por Rescisão de Contrato de Trabalho</b><br>Isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física de: indenização e aviso prévio não trabalhado pagos por despedida ou rescisão de contrato de trabalho assalariado, até o limite garantido pela lei trabalhista ou por dissídio coletivo e convenções trabalhistas homologados pela Justiça do Trabalho; verbas especiais indenizatórias pagas em decorrência de incentivo à demissão voluntária (PDV); indenização por acidente de trabalho; e saque de FGTS.  | indeterminado  | 10.784.623.664 | 0,09    | 0,39        | 2,80 |

**QUADRO XII**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2025 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**IMPOSTO SOBRE A RENDA PESSOA FÍSICA - IRPF**

UNIDADE: R\$ 1,00

| GASTO TRIBUTÁRIO  | PRAZO VIGÊNCIA | VALOR                 | PART. %     |             |              |
|---|----------------|-----------------------|-------------|-------------|--------------|
|   |                |                       | PIB         | ARRECADAÇÃO | IRPF         |
| Lei nº 7.713/88, art. 6º, inciso V; Lei nº 8.036/90, art. 28.   |                |                       |             |             |              |
| <b>12</b><br><b>Programa Nacional de Apoio à Cultura</b><br>Dedução do imposto de renda devido, de 80% das doações e 60% dos patrocínios, em favor de projetos culturais, devidamente aprovados. Dedução do imposto de renda devido, de 100% do valor efetivamente pago, relacionados a produção cultural nos segmentos de artes cênicas, livros de valor artístico, literário ou humanístico, música erudita ou instrumental, exposições de artes visuais, doações de acervos para bibliotecas públicas, museus, arquivos públicos e cinematecas, bem assim treinamento de pessoal e aquisição de equipamentos para a manutenção desses acervos, produção de obras cinematográficas e videofonográficas de curta e média metragem e preservação e difusão de acervo audiovisual e preservação do patrimônio cultural material e imaterial. Dedução imposto de renda devido, de 100% do valor efetivamente pago, relacionados a produção obras cinematográficas e videofonográficas brasileiras de longa, média e curta metragens de produção independente, de co-produção de obras cinematográficas e videofonográficas brasileiras de produção independente, de telefilmes, minisséries, documentais, ficcionais, animações e de programas de televisão de caráter educativo e cultural brasileiros de produção independente, aprovados pela Ancine. Dedução limitada: a 6% (seis por cento) do imposto devido pelas pessoas físicas, conjuntamente com as deduções de que trata o art. 22 da Lei nº 9.532/97.<br><br>Lei nº 8.313/91, art. 18, § 3º e art. 26, I; Lei nº 9.250/95, art. 12, II; Lei nº 9.532/97, art. 22; MP nº 2.228/01, art. 39, X e § 6º; Decreto nº 5.761/06, arts. 28 e 29. | indeterminado  | 61.784.479            | 0,00        | 0,00        | 0,02         |
| <b>13</b><br><b>Pronas/PCD - Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência</b><br>Dedução do imposto de renda devido, das doações e dos patrocínios efetuados em prol de ações e serviços de reabilitação da pessoa com deficiência, previamente aprovados pelo Ministério da Saúde e desenvolvidos pelas instituições que se destinam ao tratamento de deficiências físicas, motoras, auditivas, visuais e intelectuais. Poderá deduzir até cem por cento das doações e oitenta por cento dos patrocínios. Limitadas a um por cento do IR devido, individualmente, sem limite conjunto.<br>Lei nº 12.715/12, arts. 3º e 4º; Lei nº 9.250/85, art. 12, VIII; Lei nº 13.169/15, art. 10.   | 31/12/2020     | não vigente           | ---         | ---         | ---          |
| <b>14</b><br><b>Pronon - Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica</b><br>Dedução do imposto de renda devido, das doações e dos patrocínios efetuados em prol de ações e serviços de atenção oncológica, previamente aprovados pelo Ministério da Saúde e desenvolvidos pelas instituições de prevenção e combate ao câncer. Até cem por cento das doações e oitenta por cento dos patrocínios. Limitadas a um por cento do IR devido, individualmente, sem limite conjunto.<br>Lei nº 12.715/12, arts. 1º a 14; Lei nº 13.169/15, art. 10.   | 31/12/2020     | não vigente           | ---         | ---         | ---          |
| <b>15</b><br><b>Seguro ou Pecúlio Pago por Morte ou Invalidez</b><br>Isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física incidente sobre o capital das apólices de seguro ou pecúlio pago por morte do segurado e os prêmios de seguro restituídos em qualquer caso; pecúlio recebido de entidade de previdência complementar, em prestação única, em decorrência de morte ou invalidez permanente do participante.<br>Lei nº 7.713/88, art. 6º, incisos VII e XIII.   | indeterminado  | 2.160.010.096         | 0,02        | 0,08        | 0,56         |
| <b>TOTAL</b>  |                | <b>86.402.758.572</b> | <b>0,70</b> | <b>3,12</b> | <b>22,47</b> |

**QUADRO XIII**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2025 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**IMPOSTO SOBRE A RENDA PESSOA JURÍDICA - IRPJ**

UNIDADE: R\$ 1,00

| UNIDADE: R\$ 1,00 | GASTO TRIBUTÁRIO   | PRAZO VIGÊNCIA | VALOR          | PART. % |             |      |
|-------------------|--|----------------|----------------|---------|-------------|------|
|                   |  |                |                | PIB     | ARRECADAÇÃO | IRPJ |
| 1                 | <b>Assistência Médica, Odontológica e Farmacêutica a Empregados</b><br>Dedução, como despesa operacional, dos gastos realizados pelas empresas com serviços de assistência médica, odontológica, farmacêutica e social, destinados indistintamente a todos os seus empregados e dirigentes.<br>Lei nº 9.249/95, art. 13, V.  | indeterminado  | 10.169.139.057 | 0,08    | 0,37        | 2,44 |
| 2                 | <b>Associações de Poupança e Empréstimo</b><br>Isenção do imposto às associações, devidamente autorizadas pelo órgão competente, constituídas sob a forma de sociedade civil, tendo por objetivo propiciar ou facilitar a aquisição de casa própria aos associados, captar, incentivar e disseminar a poupança, que atendam às normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.<br>Decreto-Lei nº 70/66, arts. 1º e 7º.  | indeterminado  | 21.103.779     | 0,00    | 0,00        | 0,01 |
| 3                 | <b>Atividade Audiovisual - Dedução Despesa Operacional</b><br>As pessoas jurídicas sujeitas ao lucro real poderão, também, abater o total dos investimentos efetuados na forma do art. 1º da Lei nº 8.685/93, como despesas operacionais. O abatimento será efetuado mediante ajuste ao lucro líquido para determinação do lucro real.<br>Lei nº 8.685/93, art. 1º, § 4º; Decreto nº 3.000/99 art. 372, § único; Lei nº 12.375/10, arts. 12 e 13.  | 31/12/2024     | não vigente    | ---     | ---         | ---  |
| 4                 | <b>Atividade Audiovisual - Dedução IR</b><br>As pessoas jurídicas sujeitas ao lucro real poderão deduzir do imposto devido as quantias referentes: a investimentos em projetos de produção independente de obras audiovisuais cinematográficas brasileiras; a investimentos em projetos específicos da área audiovisual, cinematográfica de exibição, distribuição e infra-estrutura técnica apresentados por empresa brasileira; a investimentos em projetos de produção de obras cinematográficas e videofonográficas brasileiras de longa, média e curta metragens de produção independente, de co-produção de obras cinematográficas e videofonográficas brasileiras de produção independente, de telefilmes, minisséries, documentais, ficcionais, animações e de programas de televisão de caráter educativo e cultural, brasileiros de produção independente; a aquisição de quotas dos Fundos de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional (Funcines); ao patrocínio à produção de obras cinematográficas brasileiras de produção independente; a patrocínios aos projetos específicos da área audiovisual, cinematográfica de difusão, preservação, exibição, distribuição e infra-estrutura técnica apresentados por empresa brasileira; os patrocínios à produção de obras cinematográficas e videofonográficas brasileiras de longa, média e curta metragens de produção independente, de co-produção de obras cinematográficas e videofonográficas brasileiras de produção independente, de telefilmes, minisséries, documentais, ficcionais, animações e de programas de televisão de caráter educativo e cultural, brasileiros de produção independente. Limite individual de 4% do IR devido. Limite conjunto Cultura e Audiovisual de 4% do IR devido. O adicional não é dedutível.<br>Lei nº 8.685/93, arts. 1º, 1º-A; Lei nº 9.323/96, art. 1º; Lei nº 9.532/97, arts. 5º e 6º; Lei nº 11.437/06, arts. 7º, 8º e 9º; Lei nº 12.375/10, arts. 12 e 13; MP nº 2.228/01, art. 39, § 6º, arts. 44 e 45; Lei 13.594/18, art. 3º. | 31/12/2024     | não vigente    | ---     | ---         | ---  |
| 5                 | <b>Benefícios Previdenciários a Empregados e FAPI - Fundo de Aposentadoria Individual</b><br>Benefícios Previdenciários, dedução, como despesa operacional, dos gastos realizados com contribuições, não compulsórias destinada a custear planos de benefícios complementares assemelhados aos da previdência social, instituídos em favor dos empregados e dirigentes da pessoa jurídica. Fundo de Aposentadoria Programada Individual - FAPI, dedução, como despesa operacional, do valor das quotas adquiridas em favor de seus empregados ou administradores, do FAPI, desde que o plano atinja, no mínimo, 50% dos seus empregados.<br>Lei nº 9.249/95, art. 13, V; Lei nº 9.477/97, arts. 7º e 10; Lei nº 9.532/97, art. 11, §§2º, 3º e 4º; Lei nº 10.887/04.  | indeterminado  | 1.150.841.186  | 0,01    | 0,04        | 0,28 |
| 6                 | <b>Copa do Mundo - Organização e Operacionalização da Copa das Confederações (2013) e da Copa do Mundo FIFA (2014)</b><br>Isenção do IRPJ à Subsidiária Fifa no Brasil e aos Prestadores de Serviços da Fifa (estabelecidos no Brasil sob a forma de sociedade com finalidade específica) em relação aos fatos geradores decorrentes das atividades próprias e diretamente vinculadas à organização ou realização da Copa das Confederações e da Copa do Mundo.<br>Lei nº 12.350/10, arts. 2º a 16.  | 31/12/2015     | não vigente    | ---     | ---         | ---  |
| 7                 | <b>Creches e Pré-Escolas</b><br>Regime especial de tributação aplicável à construção ou reforma de estabelecimentos de educação infantil. Pagamento unificado de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS equivalente a 1% (um por cento) da receita mensal auferida pela construtora em virtude da realização da obra submetida ao regime especial de tributação. Cabe ao IRPJ 0,31%.<br>Lei nº 12.715/12, arts. 24 a 27.   | 31/12/2018     | não vigente    | ---     | ---         | ---  |
| 8                 | <b>Debêntures de sociedades de propósito específico para investimento na área de infraestrutura</b><br>Os rendimentos auferidos serão tributados, exclusivamente na fonte, à alíquota de 15% (quinze por cento), quando auferidos por pessoa jurídica. Emissão até 31/12/2030.<br>Lei nº 12.431/11, arts. 2º e 3º.   | indeterminado  | 715.106.365    | 0,01    | 0,03        | 0,17 |
| 9                 | <b>Debêntures de sociedades de propósito específico para investimento na Produção Econômica Intensiva em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação</b><br>Os rendimentos auferidos serão tributados, exclusivamente na fonte, à alíquota de 15% (quinze por cento), quando auferidos por pessoa jurídica. Emissão até 31/12/2030.<br>Lei nº 12.431/11, arts. 2º e 3º.   | indeterminado  | 0              | 0,00    | 0,00        | 0,00 |
| 10                | <b>Despesas com Pesquisas Científicas e Tecnológicas</b><br>Dedução, como despesa operacional, das despesas: com pesquisas científicas ou tecnológicas, inclusive com experimentação para criação ou aperfeiçoamento de produtos, processos, fórmulas e técnicas de produção, administração ou venda; com pesquisa de recursos naturais, inclusive prospecção de minerais, desde que realizadas na área de atuação da SUDAM, em projetos por ela aprovados; com pesquisa de recursos pesqueiros, desde que realizada de acordo com projeto previamente aprovado pelo IBAMA.<br>Lei nº 4.506/64, art.53; Decreto-Lei nº 756/69, art. 32, a; Lei nº 7.735/89, art. 2º; MP nº 2.216-37/01.  | indeterminado  | 3.376.670.280  | 0,03    | 0,12        | 0,81 |
| 11                | <b>Doações a Entidades Cívicas Sem Fins Lucrativos</b>   | indeterminado  | 364.968.540    | 0,00    | 0,01        | 0,09 |

**QUADRO XIII**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2025 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**IMPOSTO SOBRE A RENDA PESSOA JURÍDICA - IRPJ**

UNIDADE: R\$ 1,00

| GASTO TRIBUTÁRIO  | PRAZO VIGÊNCIA | VALOR         | PART. % |             |      |
|---|----------------|---------------|---------|-------------|------|
|   |                |               | PIB     | ARRECADAÇÃO | IRPJ |
| Dedução, como despesa operacional, das doações efetuadas a: Entidades civis, legalmente constituídas no Brasil, sem fins lucrativos, que prestem serviços gratuitos em benefício de empregados da pessoa jurídica doadora, e respectivos dependentes, ou em benefício da comunidade na qual atuem, até o limite de 2%(dois por cento) do lucro operacional; Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), qualificadas segundo as normas estabelecidas na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999. Para fins de Dedução na apuração do lucro real, as referidas doações estão limitadas a 2% (dois por cento) do lucro operacional da pessoa jurídica, antes de computada a sua Dedução. A dedutibilidade fica condicionada a que a entidade beneficiária tenha sua condição de utilidade pública ou de OSCIP reconhecida pelo órgão competente da União.<br>Lei nº 9.249/95, art. 13, §2º, III; MP nº 2.158-35/01, art. 59. |                |               |         |             |      |
| <b>12 Doações a Instituições de Ensino e Pesquisa</b><br>Dedução, como despesa operacional, das doações até o limite de 1,5% (um e meio por cento) do lucro operacional, efetuadas às instituições de ensino e pesquisa cuja criação tenha sido autorizada por lei federal e que preencham os requisitos dos incisos I e II do art. 213 da Constituição Federal, de 1988, que são: a) comprovação de finalidade não-lucrativa e aplicação dos excedentes financeiros em educação; b) assegurar a destinação do seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades.<br>Lei nº 9.249/95, art. 13, §2º II.   | indeterminado  | 58.997.518    | 0,00    | 0,00        | 0,01 |
| <b>13 Empresa cidadã</b><br>Dedução do imposto devido do total da remuneração integral paga à empregados, durante os 60 dias de prorrogação da licença maternidade ou 15 dias de prorrogação da licença paternidade.<br>Lei nº 11.770/08.   | indeterminado  | 335.615.406   | 0,00    | 0,01        | 0,08 |
| <b>14 Entidades sem Fins Lucrativos - Assistência Social e Saúde</b><br>Imunidade do Imposto de Renda, da CSLL, da COFINS da Contribuição Previdenciária Patronal para as entidades beneficentes de assistência social, sem fins lucrativos, que atendam às exigências estabelecidas em lei.<br>Constituição Federal do Brasil 1988, art. 150, VI, c e art. 195, § 7º; Lei nº 9.532/97, arts. 12 e 15; MP nº 2.158-35/01, art. 14, X; Lei nº 12.101/09; Decreto nº 8.242/14.  | indeterminado  | 3.921.521.253 | 0,03    | 0,14        | 0,94 |
| <b>15 Entidades sem Fins Lucrativos - Associação Civil</b><br>Isenção do Imposto de Renda, da CSLL, da COFINS para as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos, que atendam às exigências estabelecidas em lei.<br>Constituição Federal do Brasil 1988, art. 150, VI, c e art. 195, § 7º; Lei nº 9.532/97, arts. 12 e 15; MP nº 2.158-35/01, art. 14, X; Lei nº 12.101/09; Decreto nº 8.242/14.   | indeterminado  | 2.164.570.307 | 0,02    | 0,08        | 0,52 |
| <b>16 Entidades sem Fins Lucrativos - Científica</b><br>Isenção do Imposto de Renda, da CSLL, da COFINS para as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos, que atendam às exigências estabelecidas em lei.<br>Constituição Federal do Brasil 1988, art. 150, VI, c e art. 195, § 7º; Lei nº 9.532/97, arts. 12 e 15; MP nº 2.158-35/01, art. 14, X; Lei nº 12.101/09; Decreto nº 8.242/14.   | indeterminado  | 38.652.201    | 0,00    | 0,00        | 0,01 |
| <b>17 Entidades sem Fins Lucrativos - Cultural</b><br>Isenção do Imposto de Renda, da CSLL, da COFINS para as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos, que atendam às exigências estabelecidas em lei.<br>Constituição Federal do Brasil 1988, art. 150, VI, c e art. 195, § 7º; Lei nº 9.532/97, arts. 12 e 15; MP nº 2.158-35/01, art. 14, X; Lei nº 12.101/09; Decreto nº 8.242/14.   | indeterminado  | 52.437.328    | 0,00    | 0,00        | 0,01 |
| <b>18 Entidades sem Fins Lucrativos - Educação</b><br>Imunidade do Imposto de Renda, da CSLL, da COFINS da Contribuição Previdenciária Patronal para as entidades beneficentes de assistência social, sem fins lucrativos, que atendam às exigências estabelecidas em lei.<br>Constituição Federal do Brasil 1988, art. 150, VI, c e art. 195, § 7º; Lei nº 9.532/97, arts. 12 e 15; MP nº 2.158-35/01, art. 14, X; Lei nº 12.101/09; Decreto nº 8.242/14.  | indeterminado  | 1.982.487.469 | 0,02    | 0,07        | 0,47 |
| <b>19 Entidades sem Fins Lucrativos - Filantrópica</b><br>Isenção do Imposto de Renda, da CSLL, da COFINS para as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos, que atendam às exigências estabelecidas em lei.<br>Constituição Federal do Brasil 1988, art. 150, VI, c e art. 195, § 7º; Lei nº 9.532/97, arts. 12 e 15; MP nº 2.158-35/01, art. 14, X; Lei nº 12.101/09; Decreto nº 8.242/14.   | indeterminado  | 1.113.769.110 | 0,01    | 0,04        | 0,27 |
| <b>20 Entidades sem Fins Lucrativos - Recreativa</b><br>Isenção do Imposto de Renda, da CSLL, da COFINS para as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos, que atendam às exigências estabelecidas em lei.<br>Constituição Federal do Brasil 1988, art. 150, VI, c e art. 195, § 7º; Lei nº 9.532/97, arts. 12 e 15; MP nº 2.158-35/01, art. 14, X; Lei nº 12.101/09; Decreto nº 8.242/14.   | indeterminado  | 119.711.194   | 0,00    | 0,00        | 0,03 |
| <b>21 FINAM - Fundo de Investimentos da Amazônia</b><br>Redução do IRPJ pela opção de aplicação de percentual do imposto devido, pelas pessoas jurídicas ou grupos de empresas coligadas de que trata o art. 9º da Lei nº 8.167, de 1991, alterado pela Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, titulares de empreendimento de setor da economia considerado, em ato do Poder Executivo, prioritário para o desenvolvimento regional, aprovados ou protocolizados até 2 de maio de 2001 nas áreas da SUDAM. A redução será de: 18%, a partir de janeiro de 1998 até dezembro de 2003; 12%, a partir de janeiro de 2004 até dezembro de 2008; 6%, a partir de janeiro de 2009 até dezembro de 2017.<br>Lei nº 8.167/91, art. 9º; MP nº 2.199-14/01, art. 4º; MP nº 2.156-5/01, art. 32, XVIII; MP nº 2.157-5/01, art. 32, IV; Lei nº 9.532/97, art. 4º, § 1º; Lei nº 12.995/14, arts. 1º e 2º.                             | 31/12/2017     | não vigente   | ...     | ...         | ...  |
| <b>22 FINOR - Fundo de Investimentos do Nordeste</b>  | 31/12/2017     | não vigente   | ...     | ...         | ...  |

**QUADRO XIII**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2025 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**IMPOSTO SOBRE A RENDA PESSOA JURÍDICA - IRPJ**

UNIDADE: R\$ 1,00

|    | GASTO TRIBUTÁRIO  | PRAZO VIGÊNCIA | VALOR         |             |      | PART. % |  |
|----|---|----------------|---------------|-------------|------|---------|--|
|    |   |                | PIB           | ARRECADAÇÃO | IRPJ |         |  |
|    | Redução do IRPJ pela opção de aplicação de percentual do imposto devido, pelas pessoas jurídicas ou grupos de empresas coligadas de que trata o art. 9º da Lei nº 8.167, de 1991, alterado pela Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, titulares de empreendimento de setor da economia considerado, em ato do Poder Executivo, prioritário para o desenvolvimento regional, aprovados ou protocolizados até 2 de maio de 2001 nas áreas da SUDENE. A redução será de: 18%, a partir de janeiro de 1998 até dezembro de 2003; 12%, a partir de janeiro de 2004 até dezembro de 2008; 6%, a partir de janeiro de 2009 até dezembro de 2017.<br>Lei nº 8.167/91, art. 9º; MP nº 2.199-14/01, art. 4º; MP nº 2.156-5/01, art. 32, XVIII; MP nº 2.157-5/01, art. 32, IV; Lei nº 9.532/97, art. 4º, § 1º; Lei nº 12.995/14, arts. 1º e 2º.  |                |               |             |      |         |  |
| 23 | <b>FIP-IE - Fundo de Investimento em Participações em Infra-Estrutura</b><br>Os rendimentos auferidos serão tributados como ganho líquido, à alíquota de 15% (quinze por cento), quando auferidos por pessoa jurídica. Áreas de energia, transporte, água e saneamento básico, irrigação e outros considerados prioritários pelo poder executivo.<br>Lei nº 11.478/07, art. 2º, § 1º, I; Lei nº 12.431/11, art. 4º.   | indeterminado  | 0             | 0,00        | 0,00 | 0,00    |  |
| 24 | <b>FIP-PD&amp;I - Fundo de Investimento em Participação na Produção Econômica Intensiva em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação e Debêntures</b><br>Os rendimentos auferidos serão tributados como ganho líquido, à alíquota de 15% (quinze por cento), quando auferidos por pessoa jurídica.<br>Lei nº 11.478/07, art. 2º, § 1º, I; Lei nº 12.431/11, art. 4º.   | indeterminado  | 0             | 0,00        | 0,00 | 0,00    |  |
| 25 | <b>Fundos de Direitos da Criança e do Adolescente</b><br>Dedução do imposto de renda devido, das contribuições feitas aos Fundos controlados pelos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacionais dos Direitos da Criança e do Adolescente. Limite individual de 1% do IR devido. Limite conjunto FCA e F. Idoso de 1% do IR devido. O adicional não é dedutível.<br>Lei nº 8.069/90, art. 260; Lei nº 12.594/12, art. 87.   | indeterminado  | 484.504.167   | 0,00        | 0,02 | 0,12    |  |
| 26 | <b>Fundos do Idoso</b><br>Dedução do IR devido do total das doações feitas aos Fundos Nacional, Estaduais ou Municipais do Idoso devidamente comprovadas, vedada a dedução como despesa operacional. Limite individual de 1% do IR devido.<br>Lei nº 12.213/10; Lei nº 12.594/12, art. 88.  | indeterminado  | 436.313.355   | 0,00        | 0,02 | 0,10    |  |
| 27 | <b>FUNRES - Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo</b><br>Redução do IRPJ pela opção de aplicação de percentual do imposto devido, pelas pessoas jurídicas ou grupos de empresas coligadas de que trata o art. 9º da Lei nº 8.167, de 1991, alterado pela Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, titulares de empreendimento de setor da economia considerado, em ato do Poder Executivo, prioritário para o desenvolvimento regional, aprovados ou protocolizados até 2 de maio de 2001 nas áreas do extinto Grupo Executivo para Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo (Geres). A redução será de: 25%, a partir de janeiro de 1998 até dezembro de 2003; 17%, a partir de janeiro de 2004 até dezembro de 2008; 9%, a partir de janeiro de 2009 até dezembro de 2013.<br>Lei nº 8.167/91, art. 9º; MP nº 2.199-14/01, art. 4º; MP nº 2.156-5/01, art. 32, XVIII; MP nº 2.157-5/01, art. 32, IV; Lei nº 9.532/97, art. 4º, § 1º. | 31/12/2013     | não vigente   | ---         | ---  | ---     |  |
| 28 | <b>Horário Eleitoral Gratuito</b><br>As emissoras de rádio e televisão obrigadas à divulgação gratuita da propaganda partidária e eleitoral, de plebiscitos e referendos poderão efetuar a compensação compensação fiscal pela cedência do horário gratuito. O valor da compensação será apurado de acordo com os critérios dispostos no art. 2º do Decreto 7.791/2012 e poderá ser excluído do lucro líquido para determinação do lucro real; ou da base de cálculo dos recolhimentos mensais; ou da base de cálculo do IRPJ incidente sobre o lucro presumido. Aplica-se também às empresas concessionárias de serviços públicos de telecomunicações, obrigadas ao tráfego gratuito de sinais de televisão e rádio. Aplica-se também aos comunicados, às instruções e a outras requisições da Justiça Eleitoral, relativos aos programas partidários e eleitorais.<br>Lei nº 9.096/95, art. 52, parágrafo único; Lei nº 9.504/97, art. 99; Decreto nº 7.791/2012.       | indeterminado  | 752.180.877   | 0,01        | 0,03 | 0,18    |  |
| 29 | <b>Incentivo à Reciclagem</b><br>Dedução no valor de 1% (um por cento) do imposto devido em cada período de apuração trimestral ou anual, em conjunto com as deduções de que trata o inciso I do § 1º do art. 1º da Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, observado o disposto no § 4º do art. 3º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995.<br>Lei nº 14.260, de 08 de dezembro de 2021.  | indeterminado  | 219.028.276   | 0,00        | 0,01 | 0,05    |  |
| 30 | <b>Incentivo ao Desporto</b><br>Dedução do IR devido dos valores despendidos a título de patrocínio ou doação, no apoio direto a projetos desportivos e paradesportivos previamente aprovados pelo Ministério do Esporte. Limite individual de 1% do IR devido. O adicional não é dedutível.<br>Lei nº 11.438/06; Lei nº 13.155/15, art. 43; Lei nº 14.439/22.  | 31/12/2027     | 840.855.259   | 0,01        | 0,03 | 0,20    |  |
| 31 | <b>Informática e Automação</b><br>Crédito financeiro a título de IRPJ concedido para as pessoas jurídicas habilitadas fabricantes de bens de tecnologias da informação e comunicação que investirem em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação. O valor do crédito financeiro é calculado com base no dispêndio em P&D e no faturamento no mercado interno.<br>Lei nº 8.248/91, art. 4º; Lei nº 10.176/01, art. 11; Lei nº 11.077/04, Lei nº 13.023/14; Lei nº 13.969/19; e Decreto nº 5.906/06.   | 31/12/2029     | 7.212.172.622 | 0,06        | 0,26 | 1,73    |  |
| 32 | <b>Inovação Tecnológica</b>   | indeterminado  | 5.329.145.952 | 0,04        | 0,19 | 1,28    |  |

**QUADRO XIII**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2025 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**IMPOSTO SOBRE A RENDA PESSOA JURÍDICA - IRPJ**

UNIDADE: R\$ 1,00

| GASTO TRIBUTÁRIO   | PRAZO VIGÊNCIA   | VALOR         | PART. %       |             |      |      |
|--|--|---------------|---------------|-------------|------|------|
|  |  |               | PIB           | ARRECADAÇÃO | IRPJ |      |
| <p>A pessoa jurídica poderá excluir do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, o valor correspondente a até 60% da soma dos dispêndios realizados no período de apuração com pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica. Poderá chegar a até 80% dos dispêndios em função do número de empregados pesquisadores contratados pela pessoa jurídica. A pessoa jurídica poderá excluir do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL o valor correspondente a até 20% da soma dos dispêndios ou pagamentos vinculados à pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica objeto de patente concedida ou cultivar registrado. A pessoa jurídica poderá excluir do lucro líquido, para efeito de apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL, os dispêndios efetivados em projeto de pesquisa científica e tecnológica e de inovação tecnológica a ser executado por Instituição Científica e Tecnológica – ICT e por entidades científicas e tecnológicas privadas, sem fins lucrativos. A exclusão corresponderá, à opção da pessoa jurídica, a no mínimo a metade e no máximo duas vezes e meia o valor dos dispêndios efetuados. Exclusão do lucro real e da base de cálculo da CSLL de até 160% dos dispêndios realizados com pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica para as pessoas jurídicas que utilizarem os benefícios das Leis de capacitação e competitividade do setor de informática e automação (Leis nº 8.248/1991, 8.387/1991, e 10.176/2001).</p> <p>Lei nº 11.196/05, arts. 19, 19-A, 26; Lei nº 11.487/07; Lei nº 12.546/11, art. 13; Lei nº 11.774/08, art. 4º.</p> |  |               |               |             |      |      |
| <b>33</b>  | <b>Minha Casa, Minha Vida</b>  | indeterminado | 94.111.675    | 0,00        | 0,00 | 0,02 |
|  | Redução para 1% da alíquota do regime especial de tributação (RET) incidente sobre as receitas decorrentes dos projetos de incorporação de imóveis residenciais de interesse social, no âmbito do programa Minha Casa, Minha Vida, com valor comercial até limite estabelecido em lei. Cabe ao IRPJ 0,31%.   |               |               |             |      |      |
|  | Lei nº 10.931/04, art. 4º, § 6º; Lei nº 12.024/09, art. 2º, Lei nº 13.097/15, arts. 4º e 6º.   |               |               |             |      |      |
| <b>34</b>  | <b>Olimpíadas - Organização e Realização dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016</b>   | 31/12/2017    | não vigente   | ...         | ...  | ...  |
|  | Isenção do IRPJ incidente sobre receitas, lucros e rendimentos auferidos pelas Empresas vinculadas ao CIO, domiciliadas no País, e pelo RIO 2016 em relação aos fatos geradores decorrentes das atividades próprias e diretamente vinculadas à organização ou realização dos Eventos.  |               |               |             |      |      |
|  | Lei nº 12.780/13; Decreto nº 8.463/15.   |               |               |             |      |      |
| <b>35</b>  | <b>PADIS - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores</b>   | indeterminado | 44.315.217    | 0,00        | 0,00 | 0,01 |
|  | Redução em 100% das alíquotas do IR e adicional incidentes sobre o lucro da exploração, nas vendas dos dispositivos efetuadas por pessoa jurídica beneficiária do PADIS.   |               |               |             |      |      |
|  | Lei nº 11.484/07, art. 1º a 11; Lei nº 13.169/15.  |               |               |             |      |      |
|  | <b>Crédito financeiro a título de IRPJ concedido para empresas habilitadas no PADIS. O valor do crédito financeiro é calculado com base no investimento em pesquisa e desenvolvimento e no faturamento no mercado interno.</b>   | indeterminado | 221.955.362   | 0,00        | 0,01 | 0,05 |
|  | Lei nº 11.484/07, art. 1º a 11; Lei nº 13.169/15; Lei nº 13.969/19, Lei 14.302/22  |               |               |             |      |      |
| <b>36</b>  | <b>PAIT - Planos de Poupança e Investimento</b>  | indeterminado | 6.520.957     | 0,00        | 0,00 | 0,00 |
|  | Dedução, como despesa operacional, das contribuições pagas pela pessoa jurídica a plano PAIT por ela instituído, desde que obedçam a critérios gerais e beneficiem no mínimo 50% dos empregados.   |               |               |             |      |      |
|  | Decreto-Lei nº 2.292/86, art. 5º, § 2º.  |               |               |             |      |      |
| <b>37</b>  | <b>PAT - Programa de Alimentação do Trabalhador</b>  | indeterminado | 2.364.920.016 | 0,02        | 0,09 | 0,57 |
|  | Dedução do imposto devido de valor equivalente à aplicação da alíquota cabível sobre a soma das despesas de custeio realizadas, no período-base, em Programas de Alimentação do Trabalhador, previamente aprovados pelo Ministério do Trabalho. Limite individual de 4% do IR devido. Limite conjunto PAT e PDTI/PDTA de 4% do IR devido. O adicional não é dedutível. |               |               |             |      |      |
|  | Lei nº 6.321/76, art. 1º; Lei nº 9.532/97, arts. 5º, 6º, inciso I.   |               |               |             |      |      |
| <b>38</b>  | <b>PERSE - Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos</b>  | 04/05/2026    | 1.185.348.213 | 0,01        | 0,04 | 0,28 |
|  | Reduz para 0% (zero por cento), pelo prazo de 60 (sessenta) meses, contado do início da produção de efeitos desta Lei, as alíquotas das contribuições PIS, COFINS e CSLL e do IRPJ incidentes sobre o resultado auferido pelas pessoas jurídicas pertencentes ao setor de eventos.   |               |               |             |      |      |
|  | Lei nº 14.148, de 03 de maio de 2021.  |               |               |             |      |      |
| <b>39</b>  | <b>Previdência Privada Fechada</b>   | indeterminado | 194.454.034   | 0,00        | 0,01 | 0,05 |
|  | Isenção do Imposto de Renda e da CSLL para as entidades de previdência complementar sem fins lucrativos.   |               |               |             |      |      |
|  | Decreto-Lei 2.065/83, art. 6º; IN SRF nº 588/05, art. 17.  |               |               |             |      |      |
| <b>40</b>  | <b>PRONAC - Programa Nacional de Apoio à Cultura - Dedução Despesa Operacional</b>   | indeterminado | 270.991.909   | 0,00        | 0,01 | 0,06 |
|  | Dedução, como despesa operacional, do total do somatório das doações e dos patrocínios no apoio direto a projetos culturais aprovados na forma da regulamentação do Pronac.  |               |               |             |      |      |
|  | Lei nº 8.313/91, art. 26, § 1º, II; Lei nº 9.249/95, art.13, § 2º, I; Decreto nº 5.761/06, art. 30, § 1º.  |               |               |             |      |      |
| <b>41</b>  | <b>PRONAC - Programa Nacional de Apoio à Cultura - Dedução IR</b>  | indeterminado | 2.010.084.588 | 0,02        | 0,07 | 0,48 |

**QUADRO XIII**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2025 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**IMPOSTO SOBRE A RENDA PESSOA JURÍDICA - IRPJ**

UNIDADE: R\$ 1,00

| GASTO TRIBUTÁRIO   | PRAZO VIGÊNCIA | VALOR          | PART. % |             |      |
|--|----------------|----------------|---------|-------------|------|
|  |                |                | PIB     | ARRECADAÇÃO | IRPJ |
| <p>A pessoa jurídica poderá deduzir do imposto devido 40% do somatório das doações e 30% do somatório dos patrocínios, tanto mediante contribuições ao Fundo Nacional de Cultura (FNC) na forma de doações, quanto mediante apoio direto a projetos culturais aprovados na forma da regulamentação do Pronac. A pessoa jurídica poderá deduzir do imposto devido 100% do somatório das doações e 100% do somatório dos patrocínios, relacionados à produção cultural, nos segmentos de: Artes cênicas; Livros de valor artístico, literário ou humanístico; Música erudita ou instrumental; Exposições de artes visuais; Doações de acervos para bibliotecas públicas, museus, arquivos públicos e cinematecas, bem assim treinamento de pessoal e aquisição de equipamentos para a manutenção desses acervos; Produção de obras cinematográficas e videofonográficas de curta e média metragem e preservação e difusão do acervo audiovisual; e Preservação do patrimônio cultural material e imaterial; Construção e manutenção de salas de cinema e teatro, que poderão funcionar também como centros culturais comunitários, em Municípios com menos de 100.000 (cem mil) habitantes. A pessoa jurídica poderá deduzir do imposto devido 100% do somatório das doações e 100% do somatório dos patrocínios, relativos à produção de obras cinematográficas e videofonográficas brasileiras de longa, média e curta metragens de produção independente, de co-produção de obras cinematográficas e videofonográficas brasileiras de produção independente, de telefilmes, minisséries, documentais, ficcionais, animações e de programas de televisão de caráter educativo e cultural, brasileiros de produção independente, aprovados pela Agência Nacional do Cinema (Ancine). Limite individual de 4% do IR devido. Limite conjunto Cultura e Audiovisual de 4% do IR devido. O adicional não é dedutível.</p> <p>Lei nº 8.313/91, art. 26, §1º; Lei nº 9.249/95, art. 13, §2º; Decreto nº 5.761/06, arts. 28 e 30; Lei nº 8.313/91, art. 18, caput e §§ 1º e 3º; MP nº 2.228/01, art. 39, § 6º e inciso X, art. 53.</p> |                |                |         |             |      |
| <p><b>42</b>      <b>Pronas/PCD - Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência</b></p> <p>Dedução do imposto de renda devido, das doações e dos patrocínios efetuados em prol de ações e serviços de reabilitação da pessoa com deficiência, previamente aprovados pelo Ministério da Saúde e desenvolvidos pelas instituições que se destinam ao tratamento de deficiências físicas, motoras, auditivas, visuais e intelectuais. Até cinquenta por cento das doações e quarenta por cento dos patrocínios, vedada a dedução como despesa operacional. Limitadas a um por cento do IR devido, individualmente, sem limite conjunto. Adicional não dedutível.</p> <p>Lei nº 12.715/12, arts. 1º a 14; Lei nº 12.844/13, art. 28; Lei nº 13.169/15, art. 10.</p>  | 31/12/2021     | não vigente    | ---     | ---         | ---  |
| <p><b>43</b>      <b>Pronon - Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica</b></p> <p>Dedução do imposto de renda devido, das doações e dos patrocínios efetuados em prol de ações e serviços de atenção oncológica, previamente aprovados pelo Ministério da Saúde e desenvolvidos pelas instituições de prevenção e combate ao câncer. Até cinquenta por cento das doações e quarenta por cento dos patrocínios, vedada a dedução como despesa operacional. Limitadas a um por cento do IR devido, individualmente, sem limite conjunto. Adicional não dedutível.</p> <p>Lei nº 12.715/12, arts. 1º a 14; Lei nº 12.844/13, art. 28; Lei nº 13.169/15, art. 10.</p>   | 31/12/2021     | não vigente    | ---     | ---         | ---  |
| <p><b>44</b>      <b>PROUNI - Programa Universidade para Todos</b></p> <p>Isenção do imposto à instituição privada de ensino superior, com ou sem fins lucrativo, que aderir ao PROUNI. A isenção recairá sobre o valor do lucro e será calculada na proporção da ocupação efetiva das bolsas devidas</p> <p>Lei nº 11.096/05.</p>   | indeterminado  | 1.781.436.411  | 0,01    | 0,06        | 0,43 |
| <p><b>45</b>      <b>Rota 2030</b></p> <p>Dedução do IRPJ devido, o valor correspondente à aplicação da alíquota e adicional do IRPJ sobre até 30% dos dispêndios realizados no País, desde que sejam classificáveis como despesas operacionais aplicados em pesquisa e desenvolvimento.</p> <p>MP 843/2018; Lei 13.755/18, art. 11; Decreto nº 9.557/18, art.19.</p>  | 31/07/2023     | não vigente    | ---     | ---         | ---  |
| <p><b>46</b>      <b>Simplex Nacional - Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte</b></p> <p>Redução da base de cálculo e modificação da alíquotas para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, que optaram pelo Simplex Nacional.</p> <p>Lei Complementar nº 123/06; Lei Complementar nº 127/07; Lei Complementar nº 139/11; Lei Complementar nº 147/14.</p>   | indeterminado  | 27.747.231.923 | 0,23    | 1,00        | 6,64 |
| <p><b>47</b>      <b>SUDAM - Isenção Projeto Industrial / Agrícola</b></p> <p>Isenção do IRPJ para empreendimento industrial ou agrícola que tenha sido instalado, ampliado, modernizado ou diversificado, até 31 de dezembro de 1997 ou cujo projeto tenha sido aprovado ou protocolizado até 14 de novembro de 1997.</p> <p>Lei nº 9.532/97, art. 3º; Lei nº 9.808/99, art. 13.</p>  | indeterminado  | 0              | 0,00    | 0,00        | 0,00 |
| <p><b>48</b>      <b>SUDAM - Isenção Projeto Tecnologia Digital</b></p> <p>Isenção do IRPJ para fabricantes de máquinas, equipamentos, instrumentos e dispositivos, baseados em tecnologia digital, voltados para o programa de inclusão digital, com projetos aprovados na região da SUDAM e SUDENE. Aprovação até 31/12/2018 e uso por dez anos.</p> <p>Lei nº 12.546/12, art. 11; MP nº 2.199-14/01, art. 1º, § 1-A; Lei nº 12.715/12, art. 69, Lei nº 12.995/14, art. 10.</p>  | 31/12/2033     | 0              | 0,00    | 0,00        | 0,00 |
| <p><b>49</b>      <b>SUDAM - Redução 75% Projeto Setor Prioritário</b></p> <p>Redução de 75% do IRPJ para empreendimentos, com projetos protocolizados e aprovados após 23 de agosto de 2000, enquadrados em setores da economia considerados, em ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional. Aprovação até 31/12/2018 e uso por dez anos.</p> <p>MP nº 2.199-14/01, art. 1º; Lei nº 12.715/12, art. 69, Lei nº 12.995/14, art. 10; Lei nº 13.799/19, art. 1º; Decreto nº 9.682/19.</p>  | 31/12/2033     | 6.587.008.746  | 0,05    | 0,24        | 1,58 |
| <p><b>50</b>      <b>SUDAM - Redução Escalonada Projeto Industrial / Agrícola</b></p> <p>Redução escalonada do IRPJ para empreendimentos industriais ou agrícolas instalados a partir de 1º de janeiro de 1998 ou cujo projeto tenha sido aprovado ou protocolizado após 14 de novembro de 1997 e até 23 de agosto de 2000. A redução será de: 75% a partir de 1º de janeiro de 1998 até 31 de dezembro de 2003; 50%, a partir de 1º de janeiro de 2004 até 31 de dezembro de 2008; 25%, a partir de 1º de janeiro de 2009 até 31 de dezembro de 2013.</p> <p>Lei nº 9.532/97, art. 3º, I, II, III e § 1º; Lei nº 9.808/99, art. 13.</p>   | 31/12/2013     | não vigente    | ---     | ---         | ---  |
| <p><b>51</b>      <b>SUDAM - Redução Escalonada Projeto Setor Prioritário</b></p>  | 31/12/2013     | não vigente    | ---     | ---         | ---  |

**QUADRO XIII**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2025 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTADO**  
**IMPOSTO SOBRE A RENDA PESSOA JURÍDICA - IRPJ**

UNIDADE: R\$ 1,00

| GASTO TRIBUTÁRIO   | PRAZO VIGÊNCIA | VALOR         | PART. % |             |      |
|--|----------------|---------------|---------|-------------|------|
|  |                |               | PIB     | ARRECADAÇÃO | IRPJ |
| <p>Redução escalonada do IRPJ para os empreendimentos industriais ou agrícolas enquadrados em setores da economia considerados, em ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional, mantidos em operação nas áreas de atuação da Sudam e da Sudene, ou sediados na Zona Franca de Manaus, reconhecidos como de interesse para o desenvolvimento da região. A redução será de: 37,5%, a partir de 1º de janeiro de 1998 até 31 de dezembro de 2003; 25%, a partir de 1º de janeiro de 2004 até 31 de dezembro de 2008; 12,5%, a partir de 1º de janeiro de 2009 até 31 de dezembro de 2013.</p> <p>Lei nº 9.532/97, art. 3º, § 2º; MP nº 2.199-14/01, art. 2º.</p>   |                |               |         |             |      |
| <p><b>52 SUDAM - Redução por Reinvestimento</b></p> <p>Redução de 30% do IRPJ para os empreendimentos considerados, em ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional, que depositarem no Banco do Nordeste do Brasil S/A, para reinvestimento, 30% do valor do imposto devido, exceto adicional, calculado sobre o lucro da exploração, acrescido de 50% de recursos próprios, ficando, porém, a liberação desses recursos condicionada à aprovação, pela SUDENE, dos respectivos projetos técnico-econômicos de modernização ou complementação de equipamento.</p> <p>Lei nº 8.167/91, art. 19; Lei nº 8.191/91, art. 4º; Lei nº 9.532/97, art. 2º; MP nº 2.199-14/01, art. 3º; Lei nº 12.715/2012, art. 69; Lei nº 13.799/19, art. 1º; Decreto nº 9.682/19.</p> | 31/12/2023     | não vigente   | --      | --          | --   |
| <p><b>53 SUDENE - Isenção Projeto Industrial / Agrícola</b></p> <p>Isenção do IRPJ para empreendimento industrial ou agrícola que tenha sido instalado, ampliado, modernizado ou diversificado, até 31 de dezembro de 1997 ou cujo projeto tenha sido aprovado ou protocolizado até 14 de novembro de 1997.</p> <p>Lei nº 9.532/97, art. 3º; Lei nº 9.808/99, art. 13.</p>   | indeterminado  | 3.634.106     | 0,00    | 0,00        | 0,00 |
| <p><b>54 SUDENE - Isenção Projeto Tecnologia Digital</b></p> <p>Isenção do IRPJ para fabricantes de máquinas, equipamentos, instrumentos e dispositivos, baseados em tecnologia digital, voltados para o programa de inclusão digital, com projetos aprovados na região da SUDAM e SUDENE. Aprovação até 31/12/2018 e uso por dez anos.</p> <p>Lei nº 12.546/12, art. 11; MP nº 2.199-14/01, art. 1º, § 1-A; Lei nº 12.715/12, art. 69; Lei nº 12.995/14, art. 10.</p>   | 31/12/2033     | 0             | 0,00    | 0,00        | 0,00 |
| <p><b>55 SUDENE - Redução 75% Projeto Setor Prioritário</b></p> <p>Redução de 75% do IRPJ para empreendimentos, com projetos protocolizados e aprovados após 23 de agosto de 2000, enquadrados em setores da economia considerados, em ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional. Aprovação até 31/12/2018 e uso por dez anos.</p> <p>MP nº 2.199-14/01, art. 1º; Lei nº 12.715/12, art. 69; Lei nº 12.995/14, art. 10; Lei nº 13.799/19, art. 1º; Decreto nº 9.682/19.</p>   | 31/12/2033     | 9.223.266.432 | 0,07    | 0,33        | 2,21 |
| <p><b>56 SUDENE - Redução Escalonada Projeto Industrial / Agrícola</b></p> <p>Redução escalonada do IRPJ para empreendimentos industriais ou agrícolas instalados a partir de 1º de janeiro de 1998 ou cujo projeto tenha sido aprovado ou protocolizado após 14 de novembro de 1997 e até 23 de agosto de 2000. A redução será de: 75% a partir de 1º de janeiro de 1998 até 31 de dezembro de 2003; 50%, a partir de 1º de janeiro de 2004 até 31 de dezembro de 2008; 25%, a partir de 1º de janeiro de 2009 até 31 de dezembro de 2013.</p> <p>Lei nº 9.532/97, art. 3º, I, II, III e § 1º; Lei nº 9.808/99, art. 13.</p>  | 31/12/2013     | não vigente   | --      | --          | --   |
| <p><b>57 SUDENE - Redução Escalonada Projeto Setor Prioritário</b></p> <p>Redução escalonada do IRPJ para os empreendimentos industriais ou agrícolas enquadrados em setores da economia considerados, em ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional, mantidos em operação nas áreas de atuação da Sudam e da Sudene, ou sediados na Zona Franca de Manaus, reconhecidos como de interesse para o desenvolvimento da região. A redução será de: 37,5%, a partir de 1º de janeiro de 1998 até 31 de dezembro de 2003; 25%, a partir de 1º de janeiro de 2004 até 31 de dezembro de 2008; 12,5%, a partir de 1º de janeiro de 2009 até 31 de dezembro de 2013.</p> <p>Lei nº 9.532/97, art. 3º, § 2º; MP nº 2.199-14/01, art. 2º.</p>                            | 31/12/2013     | não vigente   | --      | --          | --   |
| <p><b>58 SUDENE - Redução por Reinvestimento</b></p> <p>Redução de 30% do IRPJ para os empreendimentos considerados, em ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional, que depositarem no Banco do Nordeste do Brasil S/A, para reinvestimento, 30% do valor do imposto devido, exceto adicional, calculado sobre o lucro da exploração, acrescido de 50% de recursos próprios, ficando, porém, a liberação desses recursos condicionada à aprovação, pela SUDENE, dos respectivos projetos técnico-econômicos de modernização ou complementação de equipamento.</p> <p>Lei nº 8.167/91, art. 19; Lei nº 8.191/91, art. 4º; Lei nº 9.532/97, art. 2º; MP nº 2.199-14/01, art. 3º; Lei nº 12.715/12, art. 69; Lei nº 13.799/19, art. 1º; Decreto nº 9.682/19.</p>  | 31/12/2023     | não vigente   | --      | --          | --   |
| <p><b>59 TEF - Tributação Específica do Futebol</b></p> <p>Regime de tributação específico para as Sociedades Anônimas do Futebol que unifica o recolhimento do IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e Contribuição Previdenciária (artigos I, II e III do caput e no §6º do art. 22 da Lei nº 8.212/91). O regime consiste na tributação das receitas mensais com a aplicação de uma alíquota de 5%, nos 5 primeiros anos-calendário da constituição da sociedade, e de 4%, a partir do 6º ano calendário.</p> <p>Lei nº 14.193/2021, arts. 31 e 32.</p>   | indeterminado  | 200.590.621   | 0,00    | 0,01        | 0,05 |
| <p><b>60 TI e TIC - Tecnologia de Informação e Tecnologia da Informação e da Comunicação</b></p> <p>Exclusão do lucro líquido, para efeito de apuração do lucro real, dos custos e despesas com capacitação de pessoal que atua no desenvolvimento de programas de computador (software) das empresas dos setores de tecnologia de informação - TI e de tecnologia da informação e da comunicação - TIC, sem prejuízo da dedução normal.</p> <p>Lei nº 11.908/09, art. 11; Lei nº 11.774/08, art. 13-A.</p>  | indeterminado  | 839.400       | 0,00    | 0,00        | 0,00 |
| <p><b>61 Vale-Cultura</b></p> <p>Dedução do IRPJ devido do valor despendido a título de aquisição do vale-cultura pela pessoa jurídica beneficiária tributada com base no lucro real. A dedução é limitada a 1% do IR Devido. Adicional não dedutível. Dedução como despesa operacional do valor despendido a título de aquisição do vale-cultura para fins de apuração do imposto sobre a renda.</p> <p>Lei nº 12.761/12, art. 10.</p>  | 31/12/2016     | não vigente   | --      | --          | --   |

QUADRO XIII  
GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2025 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO  
IMPOSTO SOBRE A RENDA PESSOA JURÍDICA - IRPJ

UNIDADE: R\$ 1.00

| GASTO TRIBUTÁRIO | PRAZO VIGÊNCIA | VALOR          | PART. % |             |       |
|------------------|----------------|----------------|---------|-------------|-------|
|                  |                |                | PIB     | ARRECADAÇÃO | IRPJ  |
| TOTAL            |                | 92.796.501.109 | 0,75    | 3,35        | 22,22 |

**QUADRO XIV**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2025 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF**

UNIDADE: R\$ 1,00

| UNIDADE: R\$ 1,00 | GASTO TRIBUTÁRIO  | PRAZO VIGÊNCIA | VALOR       | PART. % |             |      |
|-------------------|---|----------------|-------------|---------|-------------|------|
|                   |   |                |             | PIB     | ARRECADAÇÃO | IRRF |
| 1                 | <b>Academia Brasileira de Letras - ABL</b><br>Isenção de IOF, PIS sobre folha de salários, do imposto de renda sobre rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou variável pela Academia Brasileira de Letras, pela Associação Brasileira de Imprensa e pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.(efeitos a partir do 1º dia do exercício seguinte à inclusão no PLOA)<br><br>Lei nº 13.353/16, art. 2º; Lei nº 9532/97, art. 15.   | indeterminado  | 0           | 0,00    | 0,00        | 0,00 |
| 2                 | <b>Associação Brasileira de Imprensa - ABI</b><br>Isenção de IOF, PIS sobre folha de salários, do imposto de renda sobre rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou variável pela Academia Brasileira de Letras, pela Associação Brasileira de Imprensa e pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.(efeitos a partir do 1º dia do exercício seguinte à inclusão no PLOA)<br><br>Lei nº 13.353/16, art. 2º; Lei nº 9532/97, art. 15.   | indeterminado  | 0           | 0,00    | 0,00        | 0,00 |
| 3                 | <b>Associações de Poupança e Empréstimo</b><br>Redução da base de cálculo do imposto. As associações pagarão o imposto devido, correspondente aos rendimentos e ganhos líquidos auferidos em aplicações financeiras, à alíquota de 15%, calculado sobre 28% do valor dos referidos rendimentos e ganhos líquidos.<br><br>Lei nº 9.430/96, art. 57.  | indeterminado  | 20.350.044  | 0,00    | 0,00        | 0,01 |
| 4                 | <b>Atividade Audiovisual</b><br>Redução de 70% do imposto de renda retido na fonte sobre as importâncias pagas, creditadas, empregadas, remetidas ou entregues aos produtores, distribuidores ou intermediários no exterior, como rendimentos decorrentes da exploração de obras audiovisuais estrangeiras em todo território nacional, ou por sua aquisição ou importação a preço fixo, desde que invistam no desenvolvimento de projetos de produção de obras cinematográficas brasileiras de longa-metragem de produção independente, e na coprodução de telefilmes e minisséries brasileiros de produção independente e de obras cinematográficas brasileiras de produção independente. Redução de 70% do imposto de renda retido na fonte sobre o crédito, emprego, remessa, entrega ou pagamento pela aquisição ou remuneração, a qualquer título, de direitos, relativos à transmissão, por meio de radiodifusão de sons e imagens e serviço de comunicação eletrônica de massa por assinatura, de quaisquer obras audiovisuais ou eventos, mesmo os de competições desportivas das quais faça parte representação brasileira, desde que invistam no desenvolvimento de projetos de produção de obras cinematográficas brasileira de longa-metragem de produção independente e na coprodução de obras cinematográficas e videofonográficas brasileiras de produção independente de curta, média e longas-metragens, documentários, telefilmes e minisséries.<br><br>Lei nº 8.685/93, arts. 3º e 3º-A; Decreto-Lei nº 1.089/70; Lei nº 9.430/96, art. 72. | indeterminado  | 180.239.551 | 0,00    | 0,01        | 0,09 |
| 5                 | <b>Copa do Mundo - Organização e Operacionalização da Copa das Confederações (2013) e da Copa do Mundo Fifa (2014)</b><br>Isenção do IRRF para Fifa e a Subsidiária Fifa no Brasil em relação aos fatos geradores decorrentes das atividades próprias e diretamente vinculadas à organização ou realização dos Eventos.<br><br>Lei nº 12.350/10, art. 7º, I, a; art. 8º, I, b.  | 31/12/2015     | não vigente | --      | --          | --   |
| 6                 | <b>Debêntures de sociedades de propósito específico para investimento na área de infraestrutura</b><br>Os rendimentos auferidos por pessoa física ficam sujeitos à incidência do imposto sobre a renda, exclusivamente na fonte à alíquota zero. Emissão até 31/12/2030.<br><br>Lei nº 12.431/11, art. 2º, § 1º e 3º; Lei nº 13.043/14, art. 20.  | indeterminado  | 304.085.970 | 0,00    | 0,01        | 0,15 |
| 7                 | <b>Debêntures de sociedades de propósito específico para investimento na Produção Econômica Intensiva em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação</b><br>Os rendimentos auferidos por pessoa física ficam sujeitos à incidência do imposto sobre a renda, exclusivamente na fonte à alíquota zero. Emissão até 31/12/2030.<br><br>Lei nº 12.431/11, art. 2º, § 1º e 3º; Lei nº 13.043/14, art. 20.  | indeterminado  | 0           | 0,00    | 0,00        | 0,00 |
| 8                 | <b>FIP-IE - Fundo de Investimento em Participações em Infra-Estrutura</b><br>Os rendimentos distribuídos à pessoa física ficam isentos do imposto de renda na fonte e na declaração de ajuste anual das pessoas físicas. Áreas de energia, transporte, água e saneamento básico, irrigação e outros considerados prioritários pelo poder executivo.<br><br>Lei nº 11.478/07, art. 2º, §3º; Lei nº 12.431/11, art. 4º.   | indeterminado  | 0           | 0,00    | 0,00        | 0,00 |
| 9                 | <b>FIP-PD&amp;I - Fundo de Investimento em Participação na Produção Econômica Intensiva em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação e Debêntures</b><br>Os rendimentos distribuídos à pessoa física ficam isentos do imposto de renda na fonte e na declaração de ajuste anual das pessoas físicas.<br><br>Lei nº 11.478/07, art. 2º, §3º; Lei nº 12.431/11, art. 4º.   | indeterminado  | 0           | 0,00    | 0,00        | 0,00 |
| 10                | <b>Inovação Tecnológica</b><br>Redução a zero da alíquota do imposto de renda retido na fonte nas remessas efetuadas para o exterior destinadas ao registro e manutenção de marcas, patentes e cultivares.<br><br>Lei nº 11.196/05, art. 17, inciso VI.<br><br>Crédito de IRRF sobre os valores pagos, remetidos ou creditados a beneficiários residentes ou domiciliados no exterior, a título de royalties, de assistência técnica ou científica e de serviços especializados. Revogado pela Lei 12.350/10, art. 63, I.<br><br>Lei nº 11.196/05, art. 17, inciso V, § 5º.   | indeterminado  | 3.339.279   | 0,00    | 0,00        | 0,00 |
|                   |   | 27/07/2010     | não vigente | --      | --          | --   |
| 11                | <b>Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB</b><br>Isenção de IOF, PIS sobre folha de salários, do imposto de renda sobre rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou variável pela Academia Brasileira de Letras, pela Associação Brasileira de Imprensa e pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.(efeitos a partir do 1º dia do exercício seguinte à inclusão no PLOA)<br><br>Lei nº 13.353/16, art. 2º; Lei nº 9532/1997, art. 15.  | indeterminado  | 0           | 0,00    | 0,00        | 0,00 |
| 12                | <b>Leasing de Aeronaves</b>   | 31/12/2026     | 343.773.329 | 0,00    | 0,01        | 0,17 |

**QUADRO XIV**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2025 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTADO**  
**IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF**

UNIDADE: R\$ 1,00

|              | GASTO TRIBUTÁRIO   | PRAZO VIGÊNCIA | VALOR                 | PART. %     |             |              |
|--------------|--|----------------|-----------------------|-------------|-------------|--------------|
|              |  |                |                       | PIB         | ARRECADAÇÃO | IRRF         |
|              | Redução a zero da alíquota do imposto de renda retido na fonte incidente sobre crédito, entrega, emprego ou remessa, por fonte situada no País, a pessoa jurídica domiciliada no exterior, a título de contraprestação de contrato de arrendamento mercantil de aeronave ou dos motores a ela destinados, celebrado por empresa de transporte aéreo público regular, de passageiros ou de cargas, até 31 de dezembro de 2023. Redução para 1% em 2024, 2% em 2025 e 3% em 2026. A MPV 1049 que dispõe sobre redução de alíquotas de 01/01/22 a 31/12/24 ainda está em tramitação.<br>Lei nº 11.371/06, art. 16; Lei nº 9.481/97, art. 1º, V; Lei nº 13.043/14, art. 89, Lei 14.002/20, MP 1094/21 e Lei 14.355/22.   |                |                       |             |             |              |
| 13           | <b>Olimpíadas - Organização e Realização dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016</b><br>Isenção do IRRF incidente sobre os rendimentos pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos, em espécie, pelo CIO, por Empresas vinculadas, ou pelo RIO 2016, ou recebidos por esses sujeitos, em relação aos fatos geradores decorrentes das atividades próprias e diretamente vinculadas à organização ou realização dos Eventos.<br>Lei nº 12.780/13; Decreto nº 8.463/15.   | 31/12/2017     | não vigente           | --          | --          | --           |
| 14           | <b>Poupança</b><br>Isenção do imposto de renda sobre os rendimentos auferidos por pessoa física em contas de depósitos de poupança<br>Lei nº 8.981/95, art. 68, III.   | indeterminado  | 12.923.984.358        | 0,10        | 0,47        | 6,39         |
| 15           | <b>Promoção de Produtos e Serviços Brasileiros</b><br>Redução a zero da alíquota do IRRF incidente sobre valores pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos para o exterior, em decorrência de despesas com pesquisas de mercado, aluguéis e arrendamentos de stands e locais para exposições, feiras e conclaves semelhantes, promoção e propaganda no exterior, para produtos e serviços brasileiros e para promoção de destinos turísticos brasileiros e por órgãos do Poder Executivo Federal, relativos à contratação de serviços destinados à promoção do Brasil no exterior. Redução a zero da alíquota do IRRF sobre remessas, para o exterior, destinadas ao pagamento de despesas com pesquisa de mercado para produtos brasileiros de exportação, participação em exposições, feiras e eventos, aluguéis e arrendamentos de estandes e locais de exposição, propaganda nos eventos, vinculadas à promoção de produtos brasileiros.<br>Lei nº 9.481/97, art. 1º, III; Decreto nº 6.761/09; MP nº 2.159/01, art. 9º. | indeterminado  | 11.574.758            | 0,00        | 0,00        | 0,01         |
| 16           | <b>Títulos de Crédito - Setor Imobiliário e do Agronegócio</b><br>Isenção de IRPF sobre rendimentos de letras hipotecárias, letras de crédito do agronegócio e imobiliário (LCA e LCI) e certificados de recebíveis do agronegócio e imobiliários (CRA e CRI).<br>Lei nº 13.097/15, art. 90, I; Lei nº 11.033/2004, art. 3º, II a V.   | indeterminado  | 6.705.425.723         | 0,05        | 0,24        | 3,32         |
| <b>TOTAL</b> |  |                | <b>20.492.773.012</b> | <b>0,17</b> | <b>0,74</b> | <b>10,14</b> |

**QUADRO XV**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2025 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - OPERAÇÕES INTERNAS - IPI-INTERNO**

UNIDADE: R\$ 1,00

| UNIDADE: R\$ 1,00 | GASTO TRIBUTÁRIO  | PRAZO VIGÊNCIA | VALOR         | PART. % |             |      |
|-------------------|---|----------------|---------------|---------|-------------|------|
|                   |   |                |               | PIB     | ARRECADAÇÃO | IPI  |
| 1                 | <b>Áreas de Livre Comércio</b><br>Tabatinga-AM, Guajará-Mirim-RO, Pacaraima e Bonfim-RR, Macapá/Santana-AP e Brasília e Cruzeiro do Sul-AC. Isenção do imposto na entrada de produtos nacionais ou nacionalizados, quando destinados a consumo beneficiamento, estocagem ou industrialização com exceção de armas e munições, veículos de passageiros, bebidas alcoólicas, produtos de perfumaria e toucador, fumo e derivados. Isenção do imposto incidente sobre os produtos industrializados nas Áreas de Livre Comércio, destinados a consumo interno ou comercialização para outros pontos do território nacional, desde que os produtos tenham em sua composição final preponderância de matérias-primas de origem regional, provenientes dos segmentos animal, vegetal, mineral, exceto os minérios do Capítulo 26 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, ou agrossilvopastoril, observada a legislação ambiental pertinente e conforme definido em regulamento.<br>Lei nº 7.965/89, arts. 4º, 6º e 13; Lei nº 8.210/91, arts. 6º e 13; Lei nº 8.256/91, arts. 7º e 14; Lei nº 8.387/91, art. 11, § 2º; Lei nº 8.857/94, art. 7º; Lei nº 8.981/95, arts. 108, 109 e 110; Lei nº 13.023/14, art. 3º; Lei nº 11.898/09; Decreto nº 8.597/15. | 31/12/2050     | 615.862.994   | 0,00    | 0,02        | 1,33 |
| 2                 | <b>Automóveis - Pessoas Portadoras de Deficiência</b><br>Isenção do IPI na aquisição de automóveis por pessoas portadoras de deficiência física, visual, mental severa ou profunda, ou autistas.<br>Lei nº 8.989/95; Lei nº 12.767/12, art. 29; Lei nº 13.146/2015, art. 126, Lei 14.183/21 e Lei 14.287/21   | 31/12/2026     | 1.368.311.931 | 0,01    | 0,05        | 2,96 |
| 3                 | <b>Copa do Mundo - Organização e Operacionalização da Copa das Confederações (2013) e da Copa do Mundo Fifa (2014)</b><br>Isenção de IPI para os produtos nacionais adquiridos pela Fifa, por Subsidiária Fifa no Brasil e pela Emissora Fonte da Fifa, diretamente de estabelecimento industrial fabricante, para uso ou consumo na organização e realização dos Eventos.<br><br>Lei nº 12.350/10, arts. 2º a 16.  | 31/12/2015     | não vigente   | ...     | ...         | ...  |
| 4                 | <b>Embarcações</b><br>Suspensão da incidência de IPI na aquisição, realizada por estaleiros navais brasileiros, de materiais e equipamentos, incluindo partes, peças e componentes, destinados ao emprego na construção, conservação, modernização, conversão ou reparo de embarcações pré-registradas ou registradas no REB. A suspensão converte-se em alíquota 0 (zero) após a incorporação ou utilização dos bens adquiridos.<br>Lei nº 9.493/97, art. 10; Lei nº 11.774/08, art. 15; Decreto nº 6.704/08.  | indeterminado  | 12.668.799    | 0,00    | 0,00        | 0,03 |
| 5                 | <b>Equipamentos Desportivos</b><br>Isenção do IPI incidente sobre equipamentos e materiais destinados, exclusivamente, ao treinamento e preparação de atletas e equipes brasileiras para competições desportivas em jogos olímpicos, paraolímpicos, pan-americanos, parapan-americanos, nacionais e mundiais.<br><br>Lei nº 10.451/02, arts. 8º a 13; Lei nº 11.827/08, art. 5º; Lei nº 12.649/12, art. 9º.   | 31/12/2015     | não vigente   | ...     | ...         | ...  |
| 6                 | <b>Informática e Automação</b><br>As empresas de desenvolvimento ou produção de bens e serviços de informática e automação farão jus aos benefícios de isenção/redução do imposto: de 80% até 2024; 75% até 2026; 70% até 2029. Para os bens de informática e automação produzidos nas regiões Centro-Oeste, Sudam e Sudele - isenção/redução do imposto: de 95% até 2024; 90% até 2026; 85% até 2029. Para microcomputadores portáteis - isenção/redução do imposto: de 95% até 2024; 90% até 2026; 70% até 2029. Para microcomputadores portáteis produzidos nas regiões Centro-Oeste, Sudam e Sudele - isenção/redução do imposto: isenção até 2024; 95% até 2026; 85% 2029. Para os bens de informática e automação desenvolvidos no país - isenção/redução do imposto: de 100% até 2024; 95% até 2026; 90% 2029. Para os bens de informática e automação desenvolvidos no país e produzidos nas regiões Centro-Oeste, Sudam e Sudele - isenção/redução do imposto: isenção até 2024; 95% até 2026; 85% 2029.<br><br>Lei nº 8.248/91, art. 4º; Lei nº 10.176/01, art. 11; Lei nº 11.077/04, Lei nº 13.023/14; Decreto nº 5.906/06.  | 31/03/2020     | não vigente   | ...     | ...         | ...  |
| 7                 | <b>Inovação Tecnológica</b><br>Redução de 50% do IPI sobre equipamentos, máquinas, aparelhos e instrumentos, bem como os acessórios sobressalentes e ferramentas que acompanhem esses bens, destinados à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico.<br>Lei nº 11.196/05, art. 17; Decreto nº 5.798/06.  | indeterminado  | 52.982        | 0,00    | 0,00        | 0,00 |
| 8                 | <b>Inovar-Auto - Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores</b><br>Crédito Presumido de IPI para as empresas habilitadas, relativo aos dispêndios em pesquisa; desenvolvimento tecnológico; inovação tecnológica; recolhimentos FNDCT; capacitação de fornecedores; engenharia e tecnologia industrial básica. Limitado a 2,75% da receita bruta total de venda de bens e serviços.<br>Lei nº 12.715/12, arts. 40 a 44; Decreto nº 7.819/12.  | 31/12/2017     | não vigente   | ...     | ...         | ...  |
| 9                 | <b>Olimpíadas - Organização e Realização dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016</b><br>Isenção de IPI para os produtos nacionais adquiridos diretamente de estabelecimento industrial fabricante, para uso ou consumo na organização ou realização dos Eventos.<br>Lei nº 12.780/13; Decreto nº 8.463/15.  | 31/12/2017     | não vigente   | ...     | ...         | ...  |
| 10                | <b>PADIS - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores</b><br>Redução a zero das alíquotas do IPI na importação ou compra no mercado interno de máquinas, aparelhos, instrumentos, equipamentos, softwares e insumos para incorporação ao ativo imobilizado.<br>Lei nº 11.484/07, arts. 1º a 11; Lei nº 13.169/15, Lei 14.302/22 e Decreto 10.615/21  | 31/12/2026     | 0             | 0,00    | 0,00        | 0,00 |
| 11                | <b>PATVD - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital</b><br>Redução a zero das alíquotas do IPI, na importação ou venda no mercado interno de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, para incorporação ao ativo imobilizado, softwares e insumos. Redução a zero das alíquotas do IPI nas vendas dos equipamentos transmissores efetuadas por pessoa jurídica beneficiária do PATVD.<br>Lei nº 11.484/07, art. 12 ao 22 e 66.   | 22/01/2017     | não vigente   | ...     | ...         | ...  |
| 12                | <b>PROUCA - REICOMP - Regime Especial de Incentivo a Computadores para Uso Educacional</b>  | 31/12/2015     | não vigente   | ...     | ...         | ...  |

**QUADRO XV**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2025 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - OPERAÇÕES INTERNAS - IPI-INTERNO**

UNIDADE: R\$ 1.00

|    | GASTO TRIBUTÁRIO  | PRAZO VIGÊNCIA | VALOR       | PART. % |             |     |
|----|---|----------------|-------------|---------|-------------|-----|
|    |   |                |             | PIB     | ARRECADAÇÃO | IPI |
|    | Suspensão do IPI incidente na aquisição no mercado interno de matérias-primas, e produtos intermediários destinados à fabricação dos equipamentos. A suspensão converte-se em alíquota zero após a incorporação ou utilização dos bens nos equipamentos. Isenção de IPI na venda dos equipamentos de informática por pessoa jurídica beneficiária do REICOMP para escolas.<br>Lei nº 12.249/10, art. 6 a 14 e 139; Lei nº 12.715/12, art. 15 a 23 e 78.   |                |             |         |             |     |
| 13 | <b>RECINE - Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica</b><br>Suspensão da exigência do IPI incidente nas aquisições no mercado interno de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, para incorporação no ativo permanente e utilização em complexos de exibição ou cinemas itinerantes, bem como de materiais para sua construção. A suspensão converte-se em isenção após incorporação no ativo permanente e utilização do bem ou material de construção no complexo de exibição cinematográfica.<br>Lei nº 12.599/12, arts.12 a 14; Decreto nº 7.729/12; Lei nº 13.594/18; Lei nº 14.044/2020.   | 31/12/2024     | não vigente | ...     | ...         | ... |
| 14 | <b>RECOPA - Regime Especial de Tributação para Construção, Ampliação, Reforma ou Modernização de Estádios de Futebol</b><br>Suspensão do IPI incidente sobre a aquisição de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, e de materiais de construção para utilização ou incorporação no estádio de futebol da pessoa jurídica beneficiária do RECOPA. A suspensão converte-se em alíquota zero após a utilização ou incorporação do bem.<br>Lei nº 12.350/10, arts. 17 a 21.   | 30/06/2014     | não vigente | ...     | ...         | ... |
| 15 | <b>REIF - Regime Especial de Incentivo ao Desenvolvimento da Infraestrutura da Indústria de Fertilizantes</b><br>Suspensão do IPI incidente na saída do estabelecimento industrial ou equiparado de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, e de materiais de construção para utilização ou incorporação no projeto aprovado.<br>Lei nº 12.794/13, arts. 5º a 11.  | 20/09/2017     | não vigente | ...     | ...         | ... |
| 16 | <b>RENUCLEAR - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Usinas Nucleares</b><br>Suspensão do IPI na venda no mercado interno de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, e de materiais de construção para utilização ou incorporação em obras de infraestrutura destinadas ao ativo imobilizado, quando a aquisição for efetuada por pessoa jurídica beneficiária do RENUCLEAR. A suspensão converte-se em isenção após a utilização ou incorporação do bem ou material de construção na obra de infraestrutura.<br>Lei nº 12.431/11, arts. 14 a 17.  | 31/12/2020     | não vigente | ...     | ...         | ... |
| 17 | <b>REPENEC - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste</b><br>Suspensão do IPI interno incidente na aquisição no mercado interno de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, e de materiais de construção para utilização ou incorporação em obras de infraestrutura destinadas ao ativo imobilizado de pessoa jurídica beneficiária do REPENEC. As suspensões convertem-se em alíquota zero após a utilização ou incorporação do bem ou material de construção na obra de infraestrutura.<br>Lei nº 12.249/10, arts. 1º a 5º.   | 30/06/2016     | não vigente | ...     | ...         | ... |
| 18 | <b>REPUBL-Redes - Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações</b><br>Suspensão do IPI sobre venda no mercado interno de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos novos e de materiais de construção para utilização ou incorporação nas obras civis dos projetos aprovados para implantação, ampliação ou modernização de redes de telecomunicações que suportam acesso à Internet em banda larga. A suspensão converte-se em alíquota zero após a incorporação do bem.<br>Lei nº 12.715/12, arts. 28 a 33.   | 31/12/2016     | não vigente | ...     | ...         | ... |
| 19 | <b>REPORTO - Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária</b><br>Suspensão do IPI sobre aquisições no mercado interno de máquinas, equipamentos, peças de reposição e outros bens importados pelos beneficiários do REPORTO e destinados ao seu ativo imobilizado para utilização exclusiva na execução de serviços de: carga, descarga, armazenagem e movimentação de mercadorias e produtos; sistemas suplementares de apoio operacional; proteção ambiental; sistemas de segurança e de monitoramento de fluxo de pessoas, mercadorias, produtos, veículos e embarcações; dragagens; e treinamento e formação de trabalhadores, inclusive na implantação de Centros de Treinamento Profissional. São beneficiários do REPORTO o operador portuário, o concessionário de porto organizado, o arrendatário de instalação portuária de uso público e a empresa autorizada a explorar instalação portuária de uso privativo misto ou exclusivo, inclusive aquelas que operam com embarcações de offshore, o concessionário de transporte ferroviário, empresas de dragagem, recintos alfandegados de zona secundária e dos Centros de Treinamento Profissional. A suspensão converte-se em isenção após o decurso do prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da ocorrência do respectivo fato gerador.<br>Lei nº 11.033/04, arts. 13 a 16, em específico: art. 14; Decreto nº 6.582/08; Lei nº 11.774/08, art. 5º; Lei nº 12.715/12, art. 39; Lei nº 12.688/12, art. 30; Lei nº 13.169, art. 7º, Lei 14.301/22. | 31/12/2023     | não vigente | ...     | ...         | ... |
| 20 | <b>Resíduos Sólidos</b><br>Crédito presumido do IPI para os estabelecimentos industriais na aquisição de resíduos sólidos utilizados como matérias-primas ou produtos intermediários na fabricação de seus produtos.<br>Lei nº 12.375/10, art. 5º; Lei nº 13.097/15, art. 7º; Decreto nº 7.619/2011.  | 31/12/2018     | não vigente | ...     | ...         | ... |
| 21 | <b>RETAERO - Regime Especial de Incentivos Tributários para a Indústria Aeroespacial Brasileira</b><br>Suspensão de IPI incidente na venda no mercado interno de partes, peças, ferramentas, componentes, equipamentos, sistemas, subsistemas, insumos e matérias-primas a serem empregados na manutenção, conservação, modernização, reparo, revisão, conversão e industrialização dos produtos classificados na posição 88.02 da NCM. A suspensão converte-se em alíquota zero após o emprego, utilização ou incorporação dos referidos bens.<br>Lei nº 12.249/10, arts. 29 a 33; Lei nº 12.598/12, art. 16.  | 11/06/2020     | não vigente | ...     | ...         | ... |

**QUADRO XV**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2025 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - OPERAÇÕES INTERNAS - IPI-INTERNO**

UNIDADE: R\$ 1,00

| UNIDADE: R\$ 1,00 | GASTO TRIBUTÁRIO   | PRAZO VIGÊNCIA | VALOR                 | PART. %     |             |              |
|-------------------|--|----------------|-----------------------|-------------|-------------|--------------|
|                   |  |                |                       | PIB         | ARRECADAÇÃO | IPI          |
| 22                | <p><b>RETID - Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa</b></p> <p>Suspensão do IPI incidente na aquisição no mercado interno de partes, peças, ferramentas, componentes, equipamentos, sistemas, subsistemas, insumos e matérias-primas a serem empregados na manutenção, conservação, modernização, reparo, revisão, conversão e industrialização de bens de defesa nacional, quando a aquisição for efetuada por estabelecimento industrial de pessoa jurídica beneficiária do RETID. Conversão em alíquota zero após o emprego ou utilização dos bens. Isenção de IPI incidente sobre os bens de defesa nacional, definidos em ato do Poder Executivo, saldos do estabelecimento industrial ou equiparado de pessoa jurídica beneficiária do RETID, quando adquiridos pela União, para uso privativo das Forças Armadas, exceto para uso pessoal e administrativo.</p> <p>Lei nº 12.598/12, arts. 7º a 11; Decreto nº 8.122/2013.</p>  | 22/03/2032     | 15.820.167            | 0,00        | 0,00        | 0,03         |
| 23                | <p><b>Rota 2030</b></p> <p>Redução das alíquotas do IPI para veículos novos produzidos no País e para a importação de veículos novos classificados nos códigos 87.01 a 87.06 da Tabela TIPI em:</p> <p>I - até 2% para os veículos que atenderem a requisitos específicos de eficiência energética; e</p> <p>II - até 1% para os veículos que atenderem a requisitos específicos de desempenho estrutural associado a tecnologias assistivas à direção.</p> <p>O somatório das reduções fica limitado</p> <p>MP nº 843/18, art. 2º; Lei nº 13.755/18, art. 2º; Decreto nº 9.557/18, art.42.</p>  | 31/12/2027     | 3.336.902.600         | 0,03        | 0,12        | 7,22         |
| 24                | <p><b>Setor Automotivo - Empreendimento industriais Norte, Nordeste, Centro-Oeste</b></p> <p>As empresas montadoras e fabricantes de veículos automotores, instaladas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, poderão apurar crédito presumido do IPI como ressarcimento do PIS/PASEP e da COFINS, no montante do valor das contribuições devidas, em cada mês, decorrente das vendas no mercado interno, multiplicado por: 2 no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2011; 1,9 no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2012; 1,8 no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2013; 1,7 no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2014; e 1,5 no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2015. Empreendimentos habilitados até 31 de maio de 1997.</p> <p>Lei nº 9.440/97, art. 11-A; Lei nº 12.218/10; Decreto nº 7.422/10.</p>  | 31/12/2015     | não vigente           | --          | --          | --           |
| 25                | <p><b>Setor Automotivo - Empreendimento industriais Sudam, Sudene, Centro-Oeste</b></p> <p>Os empreendimentos industriais instalados nas áreas de atuação da Sudam, Sudene e na região Centro-Oeste, exceto no Distrito Federal, farão jus a crédito presumido de 32% do IPI incidente nas vendas dos produtos classificados nas posições 8702 a 8704 da TIPI. Projetos apresentados até 31/10/1999.</p> <p>Lei nº 9.826/99; Lei nº 12.218/10; Lei nº 12.973/14; Lei nº 13.043/14; Lei nº 14.076/20; Decreto nº 7.422/10.</p>  | 31/12/2025     | 468.175.879           | 0,00        | 0,02        | 1,01         |
| 26                | <p><b>Setor Automotivo - Novos Projetos empreendimento industriais Norte, Nordeste, Centro-Oeste</b></p> <p>As empresas montadoras e fabricantes de veículos automotores, instaladas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, habilitadas até 31/05/1997, farão jus a crédito presumido do IPI como ressarcimento do PIS/PASEP e da COFINS, desde que apresentem projetos que contemplem novos investimentos e a pesquisa para o desenvolvimento de novos produtos ou novos modelos de produtos já existentes, até o dia 30 de junho de 2020. O crédito presumido será equivalente ao resultado da aplicação das alíquotas previstas no art. 1º da Lei 10.485/02, sobre o valor das vendas no mercado interno, em cada mês, dos produtos dos projetos, multiplicado por: 1,25 até 0 12º mês; 1,0 do 13º ao 48º mês e 0,75 do 49º ao 60º mês.</p> <p>Lei nº 12.407/11; Lei nº 13.755/18; Decreto nº 10.457/2020.</p>   | 31/12/2025     | 7.190.638.217         | 0,06        | 0,26        | 15,55        |
| 27                | <p><b>Simples Nacional - Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte</b></p> <p>Redução da base de cálculo e modificação da alíquotas para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, que optaram pelo Simples Nacional.</p> <p>Lei Complementar nº 123/06; Lei Complementar nº 127/07; Lei Complementar nº 139/11; Lei Complementar nº 147/14.</p>  | indeterminado  | 3.416.164.173         | 0,03        | 0,12        | 7,39         |
| 28                | <p><b>TAXI - Transporte Autônomo de Passageiros</b></p> <p>Isenção do IPI na aquisição de automóveis destinados ao transporte autônomo de passageiros (TAXI).</p> <p>Lei nº 8.989/95; Lei nº 12.767/12, art. 29; Lei nº 13.146/2015, art. 126, Lei 14.183/21 e Lei 14.287/21</p>   | 31/12/2026     | 303.795.807           | 0,00        | 0,01        | 0,66         |
| 29                | <p><b>Zona Franca de Manaus e Amazônia Ocidental</b></p> <p>Isenção do imposto para todas as mercadorias produzidas na ZFM, quer se destinem ao seu consumo interno, quer à comercialização em qualquer ponto do território nacional, com exceção de armas e munições, fumo, bebidas alcoólicas, automóveis de passageiros, produtos de perfumaria e cosméticos. Equivalência a uma exportação brasileira para o estrangeiro na remessa de mercadorias de origem nacional para consumo, ou industrialização na ZFM, ou reexportação para o estrangeiro, ou ainda para serem remetidas à Amazônia Ocidental. Isenção do imposto para os produtos elaborados com matérias-primas agrícolas e extrativas vegetais de produção regional, excluída a de origem pecuária, por estabelecimentos localizados na Amazônia Ocidental.</p> <p>Decreto-Lei nº 288/67, arts. 4º, 9º, § 1º; Lei nº 8.387/91, art. 1º; Constituição Federal do Brasil, ADCT, arts. 40, 92 e 92-A; Decreto-Lei nº 356/68, art. 1º; Decreto nº 1.435/75, art. 6º.</p> | 05/10/2073     | 20.059.793.426        | 0,16        | 0,72        | 43,38        |
| <b>TOTAL</b>      |  |                | <b>36.788.186.976</b> | <b>0,30</b> | <b>1,33</b> | <b>79,56</b> |

**QUADRO XVI**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2025 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - VINCULADO À IMPORTAÇÃO - IPI-VINCULADO**

UNIDADE: R\$ 1,00

| 1  | GASTO TRIBUTÁRIO  | PRAZO VIGÊNCIA | VALOR       | PART. % |             |       |
|----|---|----------------|-------------|---------|-------------|-------|
|    |   |                |             | PIB     | ARRECADAÇÃO | IPI-V |
| 1  | <p><b>Áreas de Livre Comércio</b></p> <p>Tabatinga-AM, Guajará-Mirim-RO, Pacaraima e Bonfim-RR, Macapá/Santana-AP e Brasília e Cruzeiro do Sul-AC. Isenção do imposto na entrada de mercadorias estrangeiras, quando destinadas a consumo e venda internos, beneficiamento de pescado, recursos minerais e matérias-primas agrícolas ou florestais, agricultura e piscicultura, a turismo, a estocagem para exportação, para construção e reparos navais e para internação como bagagem acompanhada, com exceção de armas e munições, fumo, bebidas alcoólicas, automóveis de passageiros, produtos de perfumaria e cosméticos.</p> <p>Lei nº 7.965/89, art. 3º; Lei nº 8.210/91, art. 4º; Lei nº 8.256/91, arts. 4º e 14; Lei nº 8.387/91, art. 11, § 2º; Lei nº 9.065/95, art. 19; Lei nº 13.023/14, art. 3º.</p>   | 31/12/2050     | 19.302.744  | 0,00    | 0,00        | 0,05  |
| 2  | <p><b>Copa do Mundo - Organização e Operacionalização da Copa das Confederações (2013) e da Copa do Mundo Fifa (2014)</b></p> <p>Isenção do IPI-Vinculado incidente nas importações de bens ou mercadorias para uso ou consumo exclusivo na organização e realização dos Eventos da Copa do Mundo</p> <p>Lei nº 12.350/10, arts. 2º a 16, em específico art 3º, §1º, I.</p>   | 31/12/2015     | não vigente | --      | --          | --    |
| 3  | <p><b>Embarcações e Aeronaves</b></p> <p>Isenção do imposto incidente sobre a importação de partes, peças e componentes destinados ao reparo, revisão e manutenção de embarcações e aeronaves. Isenção do imposto sobre Importação - II e do IPI incidente sobre a importação de partes, peças e componentes destinados ao emprego na construção, conservação, modernização, conversão ou reparo de embarcações registradas no REB, desde que realizadas em estaleiros navais brasileiros.</p> <p>Lei nº 8.032/90, art. 2º, II, j e art. 3º, I; Lei nº 8.402/92, art. 1º, IV; Lei nº 9.493/97, art. 11.</p>   | indeterminado  | 374.391.883 | 0,00    | 0,01        | 1,03  |
| 4  | <p><b>Equipamentos Desportivos</b></p> <p>Isenção do IPI-Vinculado incidente na importação de equipamentos e materiais destinados, exclusivamente, ao treinamento e preparação de atletas e equipes brasileiras para competições desportivas em jogos olímpicos, paraolímpicos, pan-americanos, parapan-americanos, nacionais e mundiais.</p> <p>Lei nº 10.451/02, arts. 8º a 13, em específico: art. 8º; Lei nº 11.827/08, art. 5º; Lei nº 12.649/12, art. 9º.</p>   | 31/12/2015     | não vigente | --      | --          | --    |
| 5  | <p><b>Evento Esportivo, Cultural e Científico</b></p> <p>Isenção do IPI-Vinculado incidente na importação de troféus, medalhas, placas, estatuetas, distintivos, flâmulas, bandeiras e outros objetos comemorativos recebidos em evento cultural, científico ou esportivo oficial realizado no exterior ou para serem distribuídos gratuitamente como premiação em evento esportivo realizado no País; bens dos tipos e em quantidades normalmente consumidos em evento esportivo oficial; material promocional, impressos, folhetos e outros bens com finalidade semelhante, a serem distribuídos gratuitamente ou utilizados em evento esportivo oficial; bens importados por desportistas, desde que tenham sido utilizados por estes em evento esportivo oficial e recebidos em doação de entidade de prática desportiva estrangeira ou da promotora ou patrocinadora do evento.</p> <p>Lei nº 11.488/07, art. 38.</p>      | indeterminado  | 1.025.173   | 0,00    | 0,00        | 0,00  |
| 6  | <p><b>Máquinas e Equipamentos - CNPq</b></p> <p>Isenção do imposto nas importações de máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos, bem como suas partes e peças de reposição, destinados à pesquisa científica e tecnológica. Isenção do imposto para importações autorizadas pelo CNPq.</p> <p>Lei nº 8.010/90, art. 1º; Lei nº 8.032/90, art. 2º, I, e e f, art. 3º, I; Lei nº 10.964/04, arts. 1º e 3º; Lei nº 13.243/16, arts. 8º e 9º.</p>  | indeterminado  | 59.717.178  | 0,00    | 0,00        | 0,16  |
| 7  | <p><b>Olimpiadas - Organização e Realização dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016</b></p> <p>Isenção do IPI-Vinculado incidente nas importações de bens ou mercadorias para uso ou consumo exclusivo na organização e realização dos Jogos.</p> <p>Lei nº 12.780/13, art. 4º, §1º, I; Decreto nº 8.463/15, art. 7º, § 1º, I.</p>  | 31/12/2017     | não vigente | --      | --          | --    |
| 8  | <p><b>PADIS - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores</b></p> <p>Redução a zero das alíquotas do IPI-vinculado, incidente na importação efetuada por pessoa jurídica beneficiária do PADIS, de máquinas, aparelhos, instrumentos, equipamentos, softwares e insumos para incorporação ao ativo imobilizado.</p> <p>Lei nº 11.484/07, arts. 1º a 11, 64 e 65, em específico: art. 3º, III, art. 4º, II, art. 5º; Lei nº 13.159/15; Lei nº 13.169/15, art. 12, Lei 14.302/22 e Decreto 10.615/21</p>  | 31/12/2026     | 61.950      | 0,00    | 0,00        | 0,00  |
| 9  | <p><b>PATVD - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital</b></p> <p>Redução a zero das alíquotas do IPI-vinculado, incidente na importação efetuada por pessoa jurídica beneficiária do PATVD de máquinas, aparelhos, instrumentos, equipamentos, softwares e insumos para incorporação ao ativo imobilizado.</p> <p>Lei nº 11.484/07, arts. 12 a 22 e 66, em específico: art. 14, III, art. 15, II.</p>   | 22/01/2017     | não vigente | --      | --          | --    |
| 10 | <p><b>PROUCA - REICOMP - Regime Especial de Incentivo a Computadores para Uso Educacional</b></p> <p>Suspensão do IPI-Vinculado incidente na importação de matérias-primas e produtos intermediários destinados à fabricação dos equipamentos. A suspensão converte-se em alíquota zero após a incorporação ou utilização dos bens nos equipamentos.</p> <p>Lei nº 12.249/10, arts. 6 a 14 e 139, em específico: art. 9º, III; Lei nº 12.715/12, arts. 15 a 23 e 78, em específico: art. 18, III.</p>   | 31/12/2015     | não vigente | --      | --          | --    |
| 11 | <p><b>RECINE - Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica</b></p> <p>Suspensão do IPI-Vinculado incidente na importação de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, para incorporação no ativo permanente e utilização em complexos de exibição ou cinemas itinerantes, bem como de materiais para sua construção. A suspensão do Imposto de Importação aplica-se somente a produtos sem similar nacional. A suspensão converte-se em isenção após incorporação no ativo permanente e utilização do bem ou material de construção no complexo de exibição cinematográfica. As máquinas, aparelhos, instrumentos, equipamentos e materiais de construção com o tratamento tributário de que trata o caput deste artigo serão relacionados em regulamento.</p> <p>Lei nº 12.599/12, arts.12 a 14; Decreto nº 7.729/12; Lei nº 13.594/18; Lei nº 14.044/2020.</p> | 31/12/2024     | não vigente | --      | --          | --    |

**QUADRO XVI**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2025 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - VINCULADO À IMPORTAÇÃO - IPI-VINCULADO**

UNIDADE: R\$ 1,00

| UNIDADE: R\$ 1,00 | GASTO TRIBUTÁRIO  | PRAZO VIGÊNCIA | VALOR                | PART. %     |             |              |
|-------------------|---|----------------|----------------------|-------------|-------------|--------------|
|                   |   |                |                      | PIB         | ARRECADADO  | IPI-V        |
| 12                | <b>RECOPA - Regime Especial de Tributação para Construção, Ampliação, Reforma ou Modernização de Estádios de Futebol</b><br>Suspensão do IPI-Vinculado incidente sobre a importação de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, e de materiais de construção para utilização ou incorporação no estádio de futebol da pessoa jurídica beneficiária do RECOPA. A suspensão converte-se em alíquota zero após a utilização ou incorporação do bem.<br>Lei nº 12.350/10, arts. 17 a 21, em específico: art. 19, IV.  | 30/06/2014     | não vigente          | ...         | ...         | ...          |
| 13                | <b>REIF - Regime Especial de Incentivo ao Desenvolvimento da Infraestrutura da Indústria de Fertilizantes</b><br>Suspensão do IPI-V incidente sobre a importação de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, e de materiais de construção para utilização ou incorporação no projeto aprovado.<br>Lei nº 12.794/13, arts. 5º a 11, em específico: art. 8º, IV.  | 20/09/2017     | não vigente          | ...         | ...         | ...          |
| 14                | <b>RENUCLEAR - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Usinas Nucleares</b><br>Suspensão do IPI-Vinculado nas importações de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, e de materiais de construção para utilização ou incorporação em obras de infraestrutura destinadas ao ativo imobilizado, quando a importação for efetuada por pessoa jurídica beneficiária do RENUCLEAR. A suspensão converte-se em isenção após a utilização ou incorporação do bem ou material de construção na obra de infraestrutura.<br>Lei nº 12.431/11, arts. 14 a 17, em específico: art. 16, II; Lei nº 13.043/14, art. 86.  | 31/12/2020     | não vigente          | ...         | ...         | ...          |
| 15                | <b>REPENEC - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste</b><br>Suspensão do IPI - Vinculado incidente na importação de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, e de materiais de construção para utilização ou incorporação em obras de infraestrutura destinadas ao ativo imobilizado de pessoa jurídica beneficiária do REPENEC. As suspensões convertem-se em alíquota zero após a utilização ou incorporação do bem ou material de construção na obra de infraestrutura.<br>Lei nº 12.249/10, arts. 1º a 5º, em específico: art. 3º, IV.   | 30/06/2016     | não vigente          | ...         | ...         | ...          |
| 16                | <b>REPORTO - Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária</b><br>Suspensão do IPI-Vinculado sobre importações de máquinas, equipamentos, peças de reposição e outros bens importados pelos beneficiários do REPORTO e destinados ao seu ativo imobilizado para utilização exclusiva na execução de serviços de: carga, descarga, armazenagem e movimentação de mercadorias e produtos; sistemas suplementares de apoio operacional; proteção ambiental; sistemas de segurança e de monitoramento de fluxo de pessoas, mercadorias, produtos, veículos e embarcações; dragagens; e treinamento e formação de trabalhadores, inclusive na implantação de Centros de Treinamento Profissional. São beneficiários do REPORTO o operador portuário, o concessionário de porto organizado, o arrendatário de instalação portuária de uso público e a empresa autorizada a explorar instalação portuária de uso privativo misto ou exclusivo, inclusive aquelas que operam com embarcações de offshore, o concessionário de transporte ferroviário, empresas de dragagem, recintos alfandegados de zona secundária e dos Centros de Treinamento Profissional. A suspensão converte-se em isenção após o decurso do prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da ocorrência do respectivo fato gerador.<br>Lei nº 11.033/04, arts. 13 a 16, em específico: art. 14; Decreto nº 6.582/08; Lei nº 11.774/08, art. 5º; Lei nº 12.715/12, art. 39; Lei nº 12.688/12, art. 30; Lei nº 13.169, art. 7º, Lei 14.301/22. | 31/12/2023     | não vigente          | ...         | ...         | ...          |
| 17                | <b>RETAERO - Regime Especial de Incentivos Tributários para a Indústria Aeroespacial Brasileira</b><br>Suspensão de IPI-vinculado incidente na importação de partes, peças, ferramentas, componentes, equipamentos, sistemas, subsistemas, insumos e matérias-primas a serem empregados na manutenção, conservação, modernização, reparo, revisão, conversão e industrialização dos produtos classificados na posição 88.02 da NCM. A suspensão converte-se em alíquota zero após o emprego, utilização ou incorporação dos referidos bens.<br>Lei nº 12.249/10, arts. 29 a 33; Lei nº 12.598/12, art. 16.  | 11/06/2020     | não vigente          | ...         | ...         | ...          |
| 18                | <b>RETID - Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa</b><br>Suspensão do IPI-Vinculado incidente na importação de partes, peças, ferramentas, componentes, equipamentos, sistemas, subsistemas, insumos e matérias-primas a serem empregados na manutenção, conservação, modernização, reparo, revisão, conversão e industrialização de bens de defesa nacional, quando a aquisição for efetuada por estabelecimento industrial de pessoa jurídica beneficiária do RETID. Conversão em alíquota zero após o emprego ou utilização dos bens.<br>Lei nº 12.598/12, arts. 7º a 11, em específico: art. 9º, IV; Decreto nº 8.122/2013.  | 22/03/2032     | 7.647.323            | 0,00        | 0,00        | 0,02         |
| 19                | <b>Zona Franca de Manaus e Amazônia Ocidental</b><br>Isenção do imposto na entrada de mercadorias na ZFM, destinadas a seu consumo interno, industrialização em qualquer grau, inclusive beneficiamento, agropecuária, pesca, instalação e a estocagem para reexportação, com exceção de armas e munições, fumo, bebidas alcoólicas, automóveis de passageiros, produtos de perfumaria e cosméticos.<br>Decreto-Lei nº 288/67, art. 3º, § 1º, art. 7º, II; Decreto-Lei nº 356/68, art. 1º; Decreto-Lei nº 2.434/88, art. 1º, II, c; Lei nº 8.032/90, art. 2º, II, d, art. 4º; Lei nº 8.387/91, art. 1º; Constituição Federal do Brasil, ADCT, arts. 40, 92 e 92-A; Portaria Interministerial MIR/MCT/CICT/MC nº 272/93, art. 1º; Portaria Interministerial MDIC/MCTI nº 309/15, art. 1º; Portaria Interministerial MDIC/MCTIC nº 50/18, art. 1º.  | 05/10/2073     | 6.242.828.735        | 0,05        | 0,23        | 17,24        |
| <b>TOTAL</b>      |   |                | <b>6.704.974.985</b> | <b>0,05</b> | <b>0,24</b> | <b>18,51</b> |

**QUADRO XVII**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2025 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS - IOF**

UNIDADE: R\$ 1,00

| UNIDADE: R\$ 1,00 | GASTO TRIBUTÁRIO  | PRAZO VIGÊNCIA | VALOR                 | PART. %     |             |              |
|-------------------|---|----------------|-----------------------|-------------|-------------|--------------|
|                   |   |                |                       | PIB         | ARRECADAÇÃO | IOF          |
| 1                 | <b>Academia Brasileira de Letras - ABL</b><br>Isenção de IOF, PIS sobre folha de salários, do imposto de renda sobre rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou variável pela Academia Brasileira de Letras, pela Associação Brasileira de Imprensa e pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.(efeitos a partir do 1º dia do exercício seguinte à inclusão no PLOA)<br><br>Lei nº 13.353/16, art. 3º; Lei nº 8.894/94, art. 6-A.   | indeterminado  | 0                     | 0,00        | 0,00        | 0,00         |
| 2                 | <b>Associação Brasileira de Imprensa - ABI</b><br>Isenção de IOF, PIS sobre folha de salários, do imposto de renda sobre rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou variável pela Academia Brasileira de Letras, pela Associação Brasileira de Imprensa e pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.(efeitos a partir do 1º dia do exercício seguinte à inclusão no PLOA)<br><br>Lei nº 13.353/16, art. 3º; Lei nº 8.894/94, art. 6-A.   | indeterminado  | 0                     | 0,00        | 0,00        | 0,00         |
| 3                 | <b>Automóveis - Pessoas Portadoras de Deficiência</b><br>Isenção do imposto na operação de crédito para a aquisição de automóveis por pessoas portadoras de deficiência física.<br>Lei nº 8.383/91, art. 72, IV; Decreto nº 6.306/07, art. 9º, VI.  | indeterminado  | 147.305.350           | 0,00        | 0,01        | 0,21         |
| 4                 | <b>Copa do Mundo - Organização e Operacionalização da Copa das Confederações (2013) e da Copa do Mundo Fifa (2014)</b><br>Isenção de IOF para Fifa, Subsidiária Fifa no Brasil e Prestadores de Serviços da Fifa, estabelecidos no País sob a forma de sociedade com finalidade específica, em relação aos fatos geradores decorrentes das atividades próprias e diretamente vinculadas à organização ou realização das Copas das Confederações (2013) e do Mundo (2014). Isenção do IOF sobre operações de contrato de câmbio as pessoas físicas não residentes no País, empregadas ou de outra forma contratadas para trabalhar na organização e realização dos Eventos, que ingressarem no Brasil com visto temporário.<br><br>Lei nº 12.350/10, art. 7º, I, b, art. 8º, I, c, art. 9º, I, b, e art. 12. | 31/12/2015     | não vigente           | ...         | ...         | ...          |
| 5                 | <b>Desenvolvimento Regional</b><br>Isenção do imposto nas operações de câmbio realizadas para pagamento de bens importados aos empreendimentos que se implantarem, modernizarem, ampliarem no Nordeste e na Amazônia e que sejam considerados de interesse para o desenvolvimento desta região.<br><br>Lei nº 9.808/99, art. 4º, II; MP nº 517/10; Lei nº 12.431/2011, art. 22.   | 31/12/2010     | não vigente           | ...         | ...         | ...          |
| 6                 | <b>Financiamentos Habitacionais</b><br>Isenção do imposto para operação de crédito para fins habitacionais, inclusive a destinada à infra-estrutura e saneamento básico relativos a programas ou projetos que tenham a mesma finalidade.<br>Decreto-Lei nº 2.407/88; Decreto nº 6.306/07, art. 9º, I.   | indeterminado  | 7.711.677.994         | 0,06        | 0,28        | 10,88        |
| 7                 | <b>Fundos Constitucionais</b><br>Isenção do imposto para a operação de crédito com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE), e do Centro-Oeste (FCO).<br>Lei nº 7.827/89, art. 8º; Decreto nº 6.306/07, art. 9º, III.   | indeterminado  | 1.674.025.032         | 0,01        | 0,06        | 2,36         |
| 8                 | <b>Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB</b><br>Isenção de IOF, PIS sobre folha de salários, do imposto de renda sobre rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou variável pela Academia Brasileira de Letras, pela Associação Brasileira de Imprensa e pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.(efeitos a partir do 1º dia do exercício seguinte à inclusão no PLOA)<br><br>Lei nº 13.353/16, art. 3º; Lei nº 8.894/1994, art. 6-A.  | indeterminado  | 0                     | 0,00        | 0,00        | 0,00         |
| 9                 | <b>Motocicletas</b><br>Redução a zero da alíquota incidente na operação de crédito relativa a financiamento para aquisição de motocicleta, motoneta e ciclomotor, em que o mutuário seja pessoa física.<br><br>Decreto nº 6.306/07, art. 8, XXVI; Decreto nº 9.017/17.  | indeterminado  | 291.963.876           | 0,00        | 0,01        | 0,41         |
| 10                | <b>Olimpiadas - Organização e Realização dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016</b><br>Isenção de IOF incidente sobre as operações de câmbio e seguro realizadas pelo CIO ou por empresas a ele vinculadas, e sobre as operações de crédito, câmbio e seguro realizadas pelo RIO 2016.<br>Lei nº 12.780/13, art. 8º, I, b, § 1º, art. 9º, I, c, § 1º e art. 10, I, c, § 1º; Decreto nº 8.463/15, art. 11, b, § 1º, art. 12, I, c, § 1º, art. 13, I, c, § 1º.   | 31/12/2017     | não vigente           | ...         | ...         | ...          |
| 11                | <b>Seguro Rural</b><br>Isenção irrestrita, de quaisquer impostos ou tributos federais, às operações de seguro rural.<br><br>Decreto-Lei nº 73/66, art. 19; Decreto nº 6.306/07, art. 23, III; Lei Complementar nº 137/10, art. 22, III.   | indeterminado  | 753.967.394           | 0,01        | 0,03        | 1,06         |
| 12                | <b>TAXI - Transporte Autônomo de Passageiros</b><br>Isenção do imposto na operação de crédito para a aquisição de automóvel de passageiros, de fabricação nacional, com até 127 HP de potência bruta (SAE), quando adquiridos por motoristas profissionais ou cooperativas de trabalho que destinem o automóvel à utilização na categoria de aluguel (taxi).<br>Lei nº 8.383/91, art. 72; Decreto nº 6.306/07, art. 9º, VI.   | indeterminado  | 41.533.525            | 0,00        | 0,00        | 0,06         |
| <b>TOTAL</b>      |   |                | <b>10.620.473.170</b> | <b>0,09</b> | <b>0,38</b> | <b>14,99</b> |

**QUADRO XVIII**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2025 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTADO**  
**IMPOSTO SOBRE PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - ITR**

UNIDADE: R\$ 1,00

| 1   | GASTO TRIBUTÁRIO  | PRAZO VIGÊNCIA | VALOR      | PART. % |             |      |
|---|---|----------------|------------|---------|-------------|------|
|   |   |                |            | PIB     | ARRECADAÇÃO | ITR  |
|   | ITR<br>Isenção do ITR para o imóvel rural compreendido em programa oficial de reforma agrária, caracterizado pelas autoridades competentes como assentamento, que, cumulativamente, atenda aos seguintes requisitos: a) seja explorado por associação ou cooperativa de produção; b) a fração ideal por família assentada não ultrapasse os limites estabelecidos; c) o assentado não possua outro imóvel. Isenção do ITR para o conjunto de imóveis rurais de um mesmo proprietário, cuja área total observe o limite de 30, 50 ou 100 ha, dependendo da localização do imóvel, desde que, cumulativamente, o proprietário: a) o explore só ou com sua família, admitida ajuda eventual de terceiros; b) não possua imóvel urbano. Isenção do ITR para imóveis rurais oficialmente reconhecidos como áreas ocupadas por remanescentes de comunidades de quilombos que estejam sob a ocupação direta e sejam explorados, individual ou coletivamente, pelos membros destas comunidades. | Indeterminado  | 61.975.235 | 0,00    | 0,00        | 1,86 |
| Lei nº 9.393/96, art. 3º, I e II, art. 3º-A |   |                |            |         |             |      |
| <b>TOTAL</b>                                |   |                | 61.975.235 | 0,00    | 0,00        | 1,86 |

**QUADRO XIX**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2025 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**CONTRIBUIÇÃO SOCIAL PARA O PIS-PASEP**

UNIDADE: R\$ 1,00

| 1  | GASTO TRIBUTÁRIO  | PRAZO VIGÊNCIA | VALOR         | PART. % |             |           |
|----|---|----------------|---------------|---------|-------------|-----------|
|    |   |                |               | PIB     | ARRECADAÇÃO | PIS/PASEP |
| 1  | <b>Academia Brasileira de Letras - ABL</b><br>Isenção de IOF, PIS sobre folha de salários, do imposto de renda sobre rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou variável pela Academia Brasileira de Letras, pela Associação Brasileira de Imprensa e pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.(efeitos a partir do 1º dia do exercício seguinte à inclusão no PLOA)<br><br>Lei nº 13.353/16, art. 4º; MP nº 2158-35/2001, art. 13-A.   | indeterminado  | 0             | 0,00    | 0,00        | 0,00      |
| 2  | <b>Aerogeradores</b><br>Redução a zero das alíquotas do PIS/COFINS incidentes sobre receita decorrente da venda no mercado interno e importação de partes de aerogeradores (NCM 8503.00.90 EX01).<br><br>Lei nº 10.865/04, art. 8º, § 12, XL e art. 28, XXXVII; Lei nº 13.097/15, art. 1º; Lei nº 13.169/15, art. 15.   | indeterminado  | 40.708.558    | 0,00    | 0,00        | 0,03      |
| 3  | <b>Agricultura e Agroindústria - crédito presumido</b><br>Crédito presumido para agroindústria na compra de insumos de produtor pessoa física, cooperativas, produtor pessoa jurídica.<br><br>Lei nº 10.925/04, art. 8º.  | indeterminado  | 644.765.035   | 0,01    | 0,02        | 0,53      |
| 4  | <b>Agricultura e Agroindústria - Defensivos agropecuários</b><br>Redução a zero das alíquotas do PIS e COFINS sobre importação ou venda no mercado interno de defensivos agropecuários classificados na posição 38.08 da TIPI e suas matérias-primas.<br><br>Lei nº 10.925/04, art. 1º, inciso II.  | indeterminado  | 1.178.990.978 | 0,01    | 0,04        | 0,96      |
| 5  | <b>Agricultura e Agroindústria - Desoneração Cesta Básica</b><br>Redução a zero das alíquotas do PIS e COFINS sobre importação ou venda no mercado interno de: adubos, fertilizantes e suas matérias-primas; sementes e mudas; corretivo de solo; feijão, arroz, farinha de mandioca e batata-doce; inoculantes agrícolas; vacina veterinária; milho; pintos de 1 (um) dia; leite, bebidas lácteas; queijos; soro de leite; farinha de trigo; trigo; pão; produtos hortícolas, frutas e ovos; sementes e embriões; acetona; massas alimentícias; carne bovina, suína, ovina, caprina, ave, peixe; café; açúcar; óleo de soja; manteiga; margarina; sabão; pasta de dente; fio dental; papel higiênico.<br><br>Lei nº 10.925/04, arts. 1º, 8º, 9º; Decreto nº 5.630/05; Lei nº 10.865/04, art. 28 e art. 8º § 12; Lei nº 11.727/08, art. 25; Lei nº 12.839/13.   | indeterminado  | 6.344.985.091 | 0,05    | 0,23        | 5,18      |
| 6  | <b>Água Mineral</b><br>Redução a zero das alíquotas de PIS/COFINS sobre a receita de venda de águas minerais comercializadas em recipientes com capacidade nominal inferior a 10 (dez) litros ou igual ou superior a 10 (dez) litros classificadas no código 2201.10.00 Ex 01 e Ex 02 da Tipi.<br><br>Lei nº 12.715/12, art. 76.  | indeterminado  | 62.800.960    | 0,00    | 0,00        | 0,05      |
| 7  | <b>Alcool</b><br>Crédito presumido de PIS/COFINS para as pessoas jurídicas importadora ou produtora de álcool, inclusive pra fins carburantes.<br><br>Lei nº 12.859/13, arts. 1º a 4º, Decreto nº 7.997/13.   | 31/12/2016     | não vigente   | ...     | ...         | ...       |
| 8  | <b>Associação Brasileira de Imprensa - ABI</b><br>Isenção de IOF, PIS sobre folha de salários, do imposto de renda sobre rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou variável pela Academia Brasileira de Letras, pela Associação Brasileira de Imprensa e pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.(efeitos a partir do 1º dia do exercício seguinte à inclusão no PLOA)<br><br>Lei nº 13.353/16, art. 4º; MP nº 2158-35/01, art. 13-A.   | indeterminado  | 0             | 0,00    | 0,00        | 0,00      |
| 9  | <b>Biodiesel</b><br>Redução das alíquotas do PIS/COFINS sobre a venda de biodiesel pela aplicação de coeficientes de redução definidos pelo Poder Executivo. Crédito presumido de PIS/COFINS calculado sobre o valor das matérias-primas adquiridas de pessoa física, de cooperado pessoa física, de pessoa jurídica que exerça atividade agropecuária, de cooperativa de produção agropecuária ou de cerealista e utilizados como insumo na produção de biodiesel. Suspensão do PIS/COFINS sobre a venda de matéria-prima in natura de origem vegetal, destinada à produção de biodiesel.<br><br>Lei nº 11.116/05, arts. 1º a 13; Decreto nº 5.297/04, art. 4º.  | indeterminado  | 23.551.321    | 0,00    | 0,00        | 0,02      |
| 10 | <b>Cadeira de Rodas e Aparelhos Assistivos</b><br>Redução a zero das alíquotas do PIS/COFINS na importação ou venda no mercado interno de cadeiras de rodas classificados na posição 87.13; artigos e aparelhos ortopédicos ou para fraturas classificados no código 90.21.10; artigos e aparelhos de próteses classificados no código 90.21.3; almofadas antiescaras classificados nos Capítulos 39, 40, 63 e 94, da NCM; produtos classificados nos códigos 8443.32.22, 8469.00.39 Ex 01, 8714.20.00, 9021.40.00, 9021.90.82 e 9021.90.92, todos da TIPI; calculadoras equipadas com sintetizador de voz; teclados e mouse com adaptações específicas para uso por pessoas com deficiência; linhas braille classificadas; scanners equipados com sintetizador de voz; duplicadores braille; acionadores de pressão; lupas eletrônicas; implantes cocleares; próteses oculares; aparelhos e softwares de leitores de tela; neuroestimuladores para tremor essencial/Parkinson.<br><br>Lei nº 10.865/04, arts. 8º e 28. | indeterminado  | 213.579.830   | 0,00    | 0,01        | 0,17      |
| 11 | <b>Combustíveis</b><br>Redução das alíquotas da Contribuição para o Programa de Integração Social e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins incidentes sobre operações realizadas com óleo diesel, biodiesel, gás liquefeito de petróleo, álcool, querosene de aviação, gás natural veicular e gasolina.<br><br>Decreto nº 10.638/2021; Lei Complementar nº 194/22; Medida Provisória nº 1.157/2023 e Medida Provisória nº 1.163/2023.  | 31/12/2023     | não vigente   | ...     | ...         | ...       |
| 12 | <b>Copa do Mundo - Organização e Operacionalização da Copa das Confederações (2013) e da Copa do Mundo Fifa (2014)</b>  | 31/12/2015     | não vigente   | ...     | ...         | ...       |

**QUADRO XIX**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2025 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**CONTRIBUIÇÃO SOCIAL PARA O PIS-PASEP**

UNIDADE: R\$ 1,00

| GASTO TRIBUTÁRIO  | PRAZO VIGÊNCIA | VALOR         | PART. % |           |           |
|---|----------------|---------------|---------|-----------|-----------|
|   |                |               | PIB     | ARRECAÇÃO | PIS/PASEP |
| <p>Isenção de PIS/Cofins para Subsidiária Fifa no Brasil e Prestadores de Serviços da Fifa (estabelecidos no País sob a forma de sociedade com finalidade específica) em relação aos fatos geradores decorrentes das atividades próprias e diretamente vinculadas à organização ou realização da Copa das Confederações e Copa do Mundo Fifa. Suspensão de PIS/Cofins sobre vendas realizadas no mercado interno para a Fifa, para Subsidiária Fifa no Brasil ou para a Emissora Fonte da Fifa, de mercadorias destinadas a uso ou consumo exclusivo na organização e realização dos Eventos. A suspensão converter-se-á em isenção após comprovação da utilização ou consumo do bem nas finalidades previstas na Lei. Isenção de PIS/Cofins-Importação em relação aos fatos geradores decorrentes das atividades próprias e diretamente vinculadas à organização da Copa das Confederações e da Copa do Mundo a Fifa e sua Subsidiária no Brasil.</p> <p>Lei nº 12.350/10, arts. 2º a 16.</p>  |                |               |         |           |           |
| <p><b>13</b> <b>Creches e Pré-Escolas</b></p> <p>Regime especial de tributação aplicável à construção ou reforma de estabelecimentos de educação infantil. Pagamento unificado de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS equivalente a 1% (um por cento) da receita mensal auferida pela construtora em virtude da realização da obra submetida ao regime especial de tributação. Cabe ao PIS 0,09%.</p> <p>Lei nº 12.715/12, arts. 24 a 27.</p>  | 31/12/2018     | não vigente   | --      | --        | --        |
| <p><b>14</b> <b>Embarcações e Aeronaves</b></p> <p>Isenção do PIS/Cofins sobre a receita auferida pelos estaleiros navais brasileiros nas atividades de construção, conservação, modernização, conversão ou reparo de embarcações pré-registradas ou registradas no Registro Especial Brasileiro - REB. Redução a zero das alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda no mercado interno ou a importação de materiais e equipamentos, partes, peças e componentes, destinados ao emprego na construção, conservação, modernização e conversão de embarcações registradas ou pré-registradas no REB. Redução a zero das alíquotas do PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a venda ou importação de aeronaves classificadas na posição 88.02 da Tipi, suas partes, peças, ferramentais, componentes, insumos, fluidos hidráulicos, tintas, anticorrosivos, lubrificantes, equipamentos, serviços e matérias-primas a serem empregados na manutenção, conservação, modernização, reparo, revisão, conversão e industrialização das aeronaves, seus motores, partes, componentes, ferramentais e equipamentos.</p> <p>MP 2.158-35/01, art. 14, VI e § 1º; Lei 10.865/04, art. 8º, § 12, I, VI e VII, art. 28, IV e X; Lei nº 10.925/04, art. 6º; Lei nº 11.727/08, art. 26; Lei nº 13.137/15, art. 1º.</p> | indeterminado  | 1.012.673.252 | 0,01    | 0,04      | 0,83      |
| <p><b>15</b> <b>Entidades Filantrópicas</b></p> <p>Isenção da Contribuição Social para o PIS-PASEP para as entidades beneficentes de assistência social.</p> <p>Constituição Federal do Brasil 1988, art. 195, § 7º; Lei nº 12.101/09; Decreto nº 8.242/14.</p>   | indeterminado  | 745.324.128   | 0,01    | 0,03      | 0,61      |
| <p><b>16</b> <b>Equipamentos para uso médico, hospitalar, clínico ou laboratorial</b></p> <p>Redução a zero das alíquotas do PIS/COFINS incidentes sobre a receita decorrente da venda de equipamentos ou materiais destinados a uso médico, hospitalar, clínico ou laboratorial, quando adquiridos: I - pela União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, bem como pelas suas autarquias e fundações; ou II - por entidades beneficentes de assistência social.</p> <p>Lei nº 13.043/14, art. 70.</p>   | indeterminado  | 4.837.382     | 0,00    | 0,00      | 0,00      |
| <p><b>17</b> <b>Evento Esportivo, Cultural e Científico</b></p> <p>Isenção do PIS/Cofins incidente na importação de troféus, medalhas, placas, estatuetas, distintivos, fâmulas, bandeiras e outros objetos comemorativos recebidos em evento cultural, científico ou esportivo oficial realizado no exterior ou para serem distribuídos gratuitamente como premiação em evento esportivo realizado no País; bens dos tipos e em quantidades normalmente consumidos em evento esportivo oficial; material promocional, impressos, folhetos e outros bens com finalidade semelhante, a serem distribuídos gratuitamente ou utilizados em evento esportivo oficial; bens importados por desportistas, desde que tenham sido utilizados por estes em evento esportivo oficial e recebidos em doação de entidade de prática desportiva estrangeira ou da promotora ou patrocinadora do evento.</p> <p>Lei nº 11.488/07, art. 38.</p>  | indeterminado  | 37.133        | 0,00    | 0,00      | 0,00      |
| <p><b>18</b> <b>Gás Natural Liquefeito</b></p> <p>Redução a zero das alíquotas do PIS/COFINS na importação de Gás Natural Liquefeito - GNL.</p> <p>Lei nº 10.865/04, art. 8º, § 12, XVI.</p>  | indeterminado  | 27.988.561    | 0,00    | 0,00      | 0,02      |
| <p><b>19</b> <b>Indústria Cinematográfica e Radiodifusão</b></p> <p>Redução a zero das alíquotas do PIS/COFINS na importação de máquinas, equipamentos, aparelhos, instrumentos, suas partes e peças de reposição, e películas cinematográficas virgens, sem similar nacional, destinados à indústria cinematográfica e audiovisual, e de radiodifusão. Redução a zero das alíquotas do PIS/COFINS na venda no mercado interno ou importação de projetores para exibição cinematográfica, classificados no código 9007.2 da NCM, e suas partes e acessórios, classificados no código 9007.9 da NCM.</p> <p>Lei nº 10.865/04, art. 8º, §12, V, XXIII e art. 28, XXI.</p>   | indeterminado  | 3.807.004     | 0,00    | 0,00      | 0,00      |
| <p><b>20</b> <b>Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB</b></p> <p>Isenção de IOF, PIS sobre folha de salários, do imposto de renda sobre rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou variável pela Academia Brasileira de Letras, pela Associação Brasileira de Imprensa e pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.(efeitos a partir do 1º dia do exercício seguinte à inclusão no PLOA)</p> <p>Lei nº 13.353/16, art. 4º; MP nº 2158-35/01, art. 13-A.</p>   | indeterminado  | 0             | 0,00    | 0,00      | 0,00      |
| <p><b>21</b> <b>Livros</b></p> <p>Redução a zero das alíquotas do PIS/Cofins incidentes sobre a importação e venda interna de livros em geral.</p> <p>Lei nº 11.033/04, art. 6º.</p>  | indeterminado  | 343.996.847   | 0,00    | 0,01      | 0,28      |
| <p><b>22</b> <b>Máquinas e Equipamentos - CNPq</b></p> <p>Isenção do PIS/Cofins nas importações de máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos, bem como suas partes e peças de reposição, destinados à pesquisa científica e tecnológica.</p> <p>Lei nº 8.010/90; Lei nº 10.865/04, art. 9º, II, h.</p>   | indeterminado  | 43.840.594    | 0,00    | 0,00      | 0,04      |
| <p><b>23</b> <b>Medicamentos</b></p>  | indeterminado  | 1.706.611.981 | 0,01    | 0,06      | 1,39      |

**QUADRO XIX**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2025 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**CONTRIBUIÇÃO SOCIAL PARA O PIS-PASEP**

UNIDADE: R\$ 1,00

|    | GASTO TRIBUTÁRIO   | PRAZO VIGÊNCIA | VALOR         | PART. % |             |           |
|----|--|----------------|---------------|---------|-------------|-----------|
|    |  |                |               | PIB     | ARRECADAÇÃO | PIS/PASEP |
|    | Crédito presumido de PIS/COFINS para as pessoas jurídicas que procedam à industrialização ou à importação de medicamentos.<br>Lei nº 10.147/00.  |                |               |         |             |           |
| 24 | <b>Minha Casa, Minha Vida</b><br>Redução para 1% da alíquota do regime especial de tributação (RET) incidente sobre as receitas decorrentes dos projetos de incorporação de imóveis residenciais de interesse social, no âmbito do programa Minha Casa, Minha Vida, com valor comercial até limite estabelecido em lei. Cabe ao PIS 0,09%.<br>Lei nº 10.931/04, art. 4º, § 6º; Lei nº 12.024/09, art. 2º; Lei nº 13.097/15, arts. 4º e 6º.   | indeterminado  | 27.322.744    | 0,00    | 0,00        | 0,02      |
| 25 | <b>Olimpiadas - Organização e Realização dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016</b><br>Isenção do PIS/COFINS incidente nas importações de bens, mercadorias ou serviços para uso ou consumo exclusivo na organização e realização dos Jogos. Suspensão do PIS/COFINS incidente sobre as vendas de mercadorias e a prestação de serviços para o CIO, empresa vinculada ao CIO, Comitês Olímpicos Nacionais, federações desportivas internacionais, WADA, CAS, entidades nacionais e regionais de administração de esporte olímpico, RIO 2016, patrocinadores dos Jogos, prestadores de serviços do CIO, prestadores de serviços do RIO 2016, empresas de mídia e transmissores credenciados, adquiridos diretamente de pessoa jurídica previamente licenciada ou nomeada pelo CIO ou pelo RIO 2016.<br>Lei nº 12.780/13; Decreto nº 8.463/15.  | 31/12/2017     | não vigente   | --      | --          | --        |
| 26 | <b>PADIS - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores</b><br>Redução a zero das alíquotas do PIS/PASEP e COFINS na importação ou venda no mercado interno de máquinas, aparelhos, instrumentos, equipamentos, softwares e insumos para incorporação ao ativo imobilizado.<br>Lei nº 11.484/07, arts. 1º a 11; Lei nº 13.169/15, Lei 14.302/22 e Decreto 10.615/21   | 31/12/2026     | 2.491.996     | 0,00    | 0,00        | 0,00      |
| 27 | <b>Papel - Jornais e Periódicos</b><br>Redução a zero das alíquotas do PIS/COFINS incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda no mercado interno e importação de papel destinado à impressão de jornais e à impressão de periódicos.<br>Lei nº 10.865/04, art. 8º, § 12, III e IV, art. 28, I e II; Lei nº 11.727/08, art. 18; Lei nº 12.649/12, art. 3º.   | 30/04/2016     | não vigente   | --      | --          | --        |
| 28 | <b>PATVD - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital</b><br>Redução a zero das alíquotas do PIS/PASEP e COFINS na importação ou venda no mercado interno de máquinas, aparelhos, instrumentos, equipamentos, softwares e insumos para incorporação ao ativo imobilizado. Redução a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a venda da pessoa jurídica beneficiária do PATVD.<br>Lei nº 11.484/07, arts. 12 a 22 e 66.  | 22/01/2017     | não vigente   | --      | --          | --        |
| 29 | <b>PERSE - Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos</b><br>Reduz para 0% (zero por cento), pelo prazo de 60 (sessenta) meses, contado do início da produção de efeitos desta Lei, as alíquotas das contribuições PIS, COFINS e CSL e do IRPJ incidentes sobre o resultado auferido pelas pessoas jurídicas pertencentes ao setor de eventos.<br>Lei nº 14.148, de 03 de maio de 2021.  | 04/05/2026     | 480.098.134   | 0,00    | 0,02        | 0,39      |
| 30 | <b>Petroquímica</b><br>Redução das alíquotas na importação ou venda no mercado interno de: etano, propano, butano, nafta petroquímica, condensado e correntes gasosas de refinaria - HLR - hidrocarbonetos leves destinados a centrais petroquímicas; eteno, propeno, buteno, butadieno, orto-xileno, benzeno, tolueno, isopreno e paraxileno para indústrias químicas para serem utilizados como insumo. Para 2012 e períodos anteriores 1% e 4,6%. (I) 0,18% e 0,82% para os anos de 2013, 2014 e 2015; (II) 0,54% e 2,46% para o ano de 2016; (III) 0,90% e 4,10% para o ano de 2017; e (IV) 1% e 4,6% a partir do ano de 2018. Desconto de créditos na apuração não-cumulativa a 1,65% e 7,6%.<br>Lei nº 11.196/05, arts. 56, 57 e 57-A; Lei nº 10.865/04, art. 8º, §15; Lei nº 12.895/13.   | 31/12/2027     | 223.720.787   | 0,00    | 0,01        | 0,18      |
| 31 | <b>Produtos Químicos e Farmacêuticos</b><br>Redução a zero das alíquotas do PIS/COFINS na importação e venda no mercado interno dos produtos químicos e intermediários de síntese classificados no Capítulo 29 da NCM; produtos destinados ao uso em hospitais, clínicas e consultórios médicos e odontológicos, campanhas de saúde realizadas pelo poder público, laboratório de anatomia patológica, citológica ou de análises clínicas, classificados nas posições 30.02, 30.06, 39.26, 40.15 e 90.18, da NCM. Redução a zero das alíquotas do PIS/COFINS-Importação sobre produtos farmacêuticos classificados posição 30.01; nos itens 3002.10.1, 3002.10.2, 3002.10.3, 3002.20.1 e 3002.20.2; nos códigos 3002.90.20, 3002.90.92, 3002.90.99; na posição 30.03, exceto no código 3003.90.56; na posição 30.04, exceto no código 3004.90.46; no código 3005.10.10; nos itens 3006.30.1 e 3006.30.2; no código 3006.60.00 da NCM.<br>Lei nº 10.637/02, art. 2º, § 3º; Lei nº 10.833/03, art. 2º, § 3º; Lei nº 10.865/04, art. 8º, § 11; Decreto nº 6.426/08. | indeterminado  | 1.864.839.915 | 0,02    | 0,07        | 1,52      |
| 32 | <b>Programa de Inclusão Digital</b><br>Redução a zero das alíquotas do PIS/COFINS sobre a venda a varejo de computadores desktops e notebooks, monitores, teclados, mouse, modems, tablets, smartphones, roteadores. Também se aplica às aquisições realizadas por pessoas jurídicas de direito privado, órgãos e entidades da Administração Pública e sociedades de arrendamento mercantil leasing. Revogado pela MP 690/15.<br>Lei nº 11.196/05, arts. 28 a 30; Decreto nº 5.602/05, Lei nº 13.097/15, art. 5º, MP nº 690/15, art. 9º; Lei nº 13.241/15, art. 9º.  | 31/12/2015     | não vigente   | --      | --          | --        |
| 33 | <b>PROUCA - REICOMP - Regime Especial de Incentivo a Computadores para Uso Educacional</b><br>Suspensão de PIS/COFINS incidente na importação ou aquisição no mercado interno de matérias-primas, produtos intermediários e prestação de serviços destinados à fabricação dos equipamentos. A suspensão converte-se em alíquota zero após a incorporação ou utilização dos bens ou dos serviços nos equipamentos.<br>Lei nº 12.249/10, arts. 6 a 14 e 139; Lei nº 12.715/12, arts. 15 a 23 e 78.   | 31/12/2015     | não vigente   | --      | --          | --        |
| 34 | <b>PROUNI - Programa Universidade para Todos</b>   | indeterminado  | 241.136.112   | 0,00    | 0,01        | 0,20      |

QUADRO XIX  
GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2025 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTU  
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL PARA O PIS-PASEP

UNIDADE: R\$ 1,00

|    | GASTO TRIBUTÁRIO   | PRAZO VIGÊNCIA | VALOR       | PART. % |             |           |
|----|--|----------------|-------------|---------|-------------|-----------|
|    |  |                |             | PIB     | ARRECADAÇÃO | PIS/PASEP |
|    | Isenção do tributo à instituição privada de ensino superior, com ou sem fins lucrativo, que aderir ao PROUNI. A isenção recairá sobre a receita auferida e será calculada na proporção da ocupação efetiva das bolsas devidas<br>Lei nº 11.096/05, art. 8º   |                |             |         |             |           |
| 35 | <b>RECINE - Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica</b><br>Suspensão do PIS/COFINS na importação e aquisição no mercado interno de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, para incorporação no ativo permanente e utilização em complexos de exibição ou cinemas itinerantes, bem como de materiais para sua construção. A suspensão converte-se em alíquota zero após incorporação no ativo permanente e utilização do bem ou material de construção no complexo de exibição cinematográfica.<br><br>Lei nº 12.599/12, arts. 12 a 14; Decreto nº 7.729/12; Lei nº 13.594/18; Lei nº 14.044/2020.  | 31/12/2024     | não vigente | --      | --          | --        |
| 36 | <b>RECOPA - Regime Especial de Tributação para Construção, Ampliação, Reforma ou Modernização de Estádios de Futebol</b><br>Suspensão do PIS/COFINS incidente na importação e aquisição do mercado interno de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, e de materiais de construção para utilização ou incorporação no estádio de futebol da pessoa jurídica beneficiária do RECOPA, bem como a prestação de serviços e aluguel de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos destinadas à obra. A suspensão converte-se em alíquota zero após a utilização ou incorporação do bem ou serviço.<br>Lei nº 12.350/10, arts. 17 a 21.   | 30/06/2014     | não vigente | --      | --          | --        |
| 37 | <b>REIDI - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infra-Estrutura</b><br>Suspensão do PIS/PASEP e da COFINS na importação ou venda no mercado interno de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, materiais de construção, serviços e aluguel para utilização ou incorporação em obras de infra-estrutura destinadas ao ativo imobilizado.<br>Lei nº 11.488/07, arts. 1º a 5º.  | indeterminado  | 335.277.952 | 0,00    | 0,01        | 0,27      |
| 38 | <b>REIF - Regime Especial de Incentivo ao Desenvolvimento da Infraestrutura da Indústria de Fertilizantes</b><br>Suspensão do PIS e COFINS incidente sobre a importação ou venda no mercado interno de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, de materiais de construção e serviços e aluguel para utilização ou incorporação no projeto aprovado.<br>Lei nº 12.794/13, arts. 5º a 11.   | 20/09/2017     | não vigente | --      | --          | --        |
| 39 | <b>RENUCLEAR - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Usinas Nucleares</b><br>Suspensão do PIS/COFINS nas importações ou vendas no mercado interno de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, de materiais de construção, serviços ou aluguel para utilização ou incorporação em obras de infraestrutura destinadas ao ativo imobilizado, quando a importação/aquisição for efetuada por pessoa jurídica beneficiária do RENUCLEAR. A suspensão converte-se em alíquota zero após a utilização ou incorporação do bem ou material de construção na obra de infraestrutura.<br>Lei nº 12.431/11, arts. 14 a 17.   | 31/12/2020     | não vigente | --      | --          | --        |
| 40 | <b>REPENEC - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste</b><br>Suspensão do PIS/COFINS incidente na importação ou aquisição no mercado interno de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, e de materiais de construção para utilização ou incorporação em obras de infraestrutura destinadas ao ativo imobilizado de pessoa jurídica beneficiária do REPENEC. Aplica-se também ao aluguel. As suspensões convertem-se em alíquota zero após a utilização ou incorporação do bem ou material de construção na obra de infraestrutura.<br>Lei nº 12.249/10, arts. 1º a 5º.  | 30/06/2016     | não vigente | --      | --          | --        |
| 41 | <b>REPNI- Redes - Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações</b><br>Suspensão do PIS/COFINS sobre receita de venda no mercado interno de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos novos, de materiais de construção, serviços e aluguel para utilização ou incorporação nas obras civis dos projetos aprovados para implantação, ampliação ou modernização de redes de telecomunicações que suportam acesso à Internet em banda larga. A suspensão converte-se em alíquota zero após a incorporação do bem.<br><br>Lei nº 12.715/12, arts. 28 a 33.   | 31/12/2016     | não vigente | --      | --          | --        |
| 42 | <b>REPORTO - Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária</b><br>Suspensão do PIS/Cofins na importação ou venda no mercado interno de máquinas, equipamentos, peças de reposição e outros bens importados pelos beneficiários do REPORTO e destinados ao seu ativo imobilizado para utilização exclusiva na execução de serviços de: carga, descarga, armazenagem e movimentação de mercadorias e produtos; sistemas suplementares de apoio operacional; proteção ambiental; sistemas de segurança e de monitoramento de fluxo de pessoas, mercadorias, produtos, veículos e embarcações; dragagens; e treinamento e formação de trabalhadores, inclusive na implantação de Centros de Treinamento Profissional. São beneficiários do REPORTO o operador portuário, o concessionário de porto organizado, o arrendatário de instalação portuária de uso público e a empresa autorizada a explorar instalação portuária de uso privativo misto ou exclusivo, inclusive aquelas que operam com embarcações de offshore, o concessionário de transporte ferroviário, empresas de dragagem, recintos alfandegados de zona secundária e dos Centros de Treinamento Profissional. A suspensão converte-se em isenção após o decurso do prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da ocorrência do respectivo fato gerador.<br><br>Lei nº 11.033/04, arts. 13 a 16, em específico: art. 14; Decreto nº 6.582/08; Lei nº 11.774/08, art. 5º; Lei nº 12.715/12, art. 39; Lei nº 12.688/12, art. 30; Lei nº 13.169, art. 7º; Lei 14.301/22. | 31/12/2023     | não vigente | --      | --          | --        |
| 43 | <b>RETAERO - Regime Especial de Incentivos Tributários para a Indústria Aeroespacial Brasileira</b>  | 11/06/2020     | não vigente | --      | --          | --        |

**QUADRO XIX**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2025 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**CONTRIBUIÇÃO SOCIAL PARA O PIS-PASEP**

UNIDADE: R\$ 1,00

| GASTO TRIBUTÁRIO   | PRAZO VIGÊNCIA   | VALOR                | PART. %              |             |             |             |
|--|--|----------------------|----------------------|-------------|-------------|-------------|
|  |  |                      | PIB                  | ARRECADAÇÃO | PIS/PASEP   |             |
| Suspensão de PIS/Cofins na importação ou venda no mercado interno de partes, peças, ferramentas, componentes, equipamentos, sistemas, subsistemas, insumos e matérias-primas, a serem empregados na manutenção, conservação, modernização, reparo, revisão, conversão e industrialização dos produtos classificados na posição 88.02 da NCM. Suspensão de PIS/Cofins na importação ou venda no mercado de serviços de tecnologia industrial básica, desenvolvimento e inovação tecnológica, assistência técnica e transferência de tecnologia. A suspensão converte-se em alíquota zero após o emprego, utilização ou incorporação dos referidos bens.<br>Lei nº 12.249/10, arts. 29 a 33; Lei nº 12.598/12, art. 16.  |  |                      |                      |             |             |             |
| <b>44</b>  | <b>RETID - Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa</b>   | <b>22/03/2032</b>    | <b>6.906.046</b>     | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,01</b> |
| Suspensão do PIS/COFINS sobre a venda no mercado interno ou importação de partes, peças, ferramentas, componentes, equipamentos, sistemas, subsistemas, insumos, matérias-primas, serviços de tecnologia industrial básica, desenvolvimento e inovação tecnológica, assistência técnica e transferência de tecnologia a serem empregados na manutenção, conservação, modernização, reparo, revisão, conversão, industrialização de bens de defesa nacional, quando a aquisição for efetuada por pessoa jurídica beneficiária do RETID. A suspensão também aplica-se à receita de aluguel de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos. Conversão em alíquota zero após o emprego ou utilização dos bens e serviços. Suspensão de PIS e COFINS incidente sobre a receita decorrente da venda dos bens de defesa nacional, definidos em ato do Poder Executivo, e a prestação de serviços de tecnologia industrial básica, projetos, pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica, assistência técnica e transferência de tecnologia, efetuada por pessoa jurídica beneficiária do RETID à União, para uso privativo das Forças Armadas, exceto para uso pessoal e administrativo.<br>Lei nº 12.598/12, arts. 7º a 11; Decreto nº 8.122/2013. |  |                      |                      |             |             |             |
| <b>45</b>  | <b>Simples Nacional - Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte</b> | <b>indeterminado</b> | <b>8.322.714.028</b> | <b>0,07</b> | <b>0,30</b> | <b>6,79</b> |
| Redução da base de cálculo e modificação da alíquotas para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, que optaram pelo Simples Nacional.<br>Lei Complementar nº 123/06; Lei Complementar nº 127/07; Lei Complementar nº 139/11; Lei Complementar nº 147/2014.   |  |                      |                      |             |             |             |
| <b>46</b>  | <b>TEF - Tributação Específica do Futebol</b>  | <b>indeterminado</b> | <b>791.519.748</b>   | <b>0,01</b> | <b>0,03</b> | <b>0,65</b> |
| Regime de tributação específico para as Sociedades Anônimas do Futebol que unifica o recolhimento do IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e Contribuição Previdenciária (artigos I, II e III do caput e no §6º do art. 22 da Lei nº 8.212/91). O regime consiste na tributação das receitas mensais com a aplicação de uma alíquota de 5%, nos 5 primeiros anos-calendário da constituição da sociedade, e de 4%, a partir do 6º ano calendário.<br>Lei nº 14.193/2021, arts. 31 e 32.  |  |                      |                      |             |             |             |
| <b>47</b>  | <b>Telecomunicações em Áreas Rurais e Regiões Remotas</b>  | <b>31/12/2018</b>    | <b>não vigente</b>   | <b>...</b>  | <b>...</b>  | <b>...</b>  |
| Isenção de tributos federais incidentes sobre o faturamento dos serviços de telecomunicações prestados por meio das subfaixas de radiofrequência de 451 MHz a 458 MHz e de 461 MHz a 468 MHz, assim como por meio de estações terrenas satelitais de pequeno porte que contribuam com os objetivos de implantação do PNBL. Isenção de tributos federais incidentes sobre a receita bruta de venda a varejo dos componentes e equipamentos de rede, terminais e transceptores definidos em regulamento que sejam dedicados aos serviços de telecomunicações prestados por meio das subfaixas de radiofrequência de 451 MHz a 458 MHz e de 461 MHz a 468 MHz, assim como por meio de estações terrenas satelitais de pequeno porte que contribuam com os objetivos de implantação do PNBL.<br>Lei nº 12.715/12, arts. 35 e 37.   |  |                      |                      |             |             |             |
| <b>48</b>  | <b>Termoeletricidade</b>   | <b>indeterminado</b> | <b>138.413.874</b>   | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,11</b> |
| Redução a zero da alíquota do PIS/COFINS incidente sobre a venda de gás natural e carvão mineral destinada à produção de energia elétrica.<br>Lei nº 10.312/01, arts. 1º e 2º.   |  |                      |                      |             |             |             |
| <b>49</b>  | <b>Transporte Coletivo</b>   | <b>indeterminado</b> | <b>96.303.201</b>    | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,08</b> |
| Redução a zero das alíquotas do PIS/COFINS sobre o transporte público coletivo municipal de passageiros, por meio rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário. Aplica-se também ao transporte público coletivo intermunicipal, interestadual e internacional de caráter urbano.<br>Lei nº 12.860/13.   |  |                      |                      |             |             |             |
| <b>50</b>  | <b>Transporte Escolar</b>  | <b>indeterminado</b> | <b>9.801.188</b>     | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,01</b> |
| Redução a zero das alíquotas do PIS/COFINS incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda, no mercado interno, de veículos e embarcações destinados ao transporte escolar para a educação básica na zona rural, quando adquiridos pela União, Estados, Municípios e pelo Distrito Federal.<br>Lei nº 10.865/04, art. 28, VIII e IX.  |  |                      |                      |             |             |             |
| <b>51</b>  | <b>Trem de Alta Velocidade</b>   | <b>indeterminado</b> | <b>0</b>             | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> |
| Redução a zero das alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda, no mercado interno, de serviços de transporte ferroviário em sistema de trens de alta velocidade - TAV.<br>Lei nº 10.865/04, art. 28, XX.  |  |                      |                      |             |             |             |
| <b>52</b>  | <b>Zona Franca de Manaus - Importação de Matéria-Prima</b>   | <b>05/10/2073</b>    | <b>0</b>             | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> |
| Suspensão do PIS/PASEP-importação e COFINS-importação nas importações efetuadas por empresas localizadas na Zona Franca de Manaus de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, para emprego em processo de industrialização por estabelecimentos industriais instalados na ZFM com projetos aprovados pela SUFRAMA.<br>Lei nº 10.865/04, art. 14-A.   |  |                      |                      |             |             |             |
| <b>53</b>  | <b>Zona Franca de Manaus - Importação de Bens de Capital</b>   | <b>05/10/2073</b>    | <b>0</b>             | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> |
| Suspensão da Contribuição para o PIS/PASEP-importação e da COFINS-importação incidentes sobre importações de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, para incorporação ao ativo imobilizado da pessoa jurídica importadora estabelecida na Zona Franca de Manaus. A suspensão converte-se em alíquota 0 (zero) após decorridos 18 meses da incorporação do bem ao ativo imobilizado.<br>Lei nº 11.196/05, art. 50; Lei nº 10.865/04, art. 14, § 1º; Decreto nº 5.691/06.  |  |                      |                      |             |             |             |

**QUADRO XIX**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2025 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTADO**  
**CONTRIBUIÇÃO SOCIAL PARA O PIS-PASEP**

UNIDADE: R\$ 1,00

| GASTO TRIBUTÁRIO   | PRAZO VIGÊNCIA | VALOR          | PART. % |             |           |
|--|----------------|----------------|---------|-------------|-----------|
|  |                |                | PIB     | ARRECADAÇÃO | PIS/PASEP |
| <b>54 Zona Franca de Manaus - Matéria-Prima Produzida na ZFM</b><br>Redução a zero das alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre as receitas decorrentes da comercialização de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, produzidos na Zona Franca de Manaus, para emprego em processo de industrialização por estabelecimentos industriais instalados na própria ZFM com projetos Lei nº 10.637/02, art. 5º-A; Decreto nº 5.310/04.  | 05/10/2073     | 0              | 0,00    | 0,00        | 0,00      |
| <b>54 Zona Franca de Manaus e Área Livre Comércio - Aliquotas Diferenciadas</b><br>Aliquotas diferenciadas para as Contribuições PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre a receita bruta auferida por pessoa jurídica industrial estabelecida na Zona Franca de Manaus e na Área de Livre Comércio, decorrente da venda de produção própria, consoante projeto aprovado pela SUFRAMA. I) 0,65% e 3%, no caso de venda efetuada a pessoa jurídica estabelecida: a) na Zona Franca de Manaus e na Área de Livre Comércio; b) fora da Zona Franca de Manaus e da Área de Livre Comércio, que apure PIS/COFINS no regime de não-cumulatividade; II) 1,3% e 6%, no caso de venda efetuada a: a) pessoa jurídica estabelecida fora da Zona Franca de Manaus e da Área de Livre Comércio, que apure o imposto de renda com base no lucro presumido; b) pessoa jurídica estabelecida fora da Zona Franca de Manaus e da Área de Livre Comércio, que apure o imposto de renda com base no lucro real e que tenha sua receita, total ou parcialmente, excluída do regime de incidência não-cumulativa do PIS/COFINS; c) pessoa jurídica estabelecida fora da Zona Franca de Manaus e da Área de Livre Comércio e que seja optante pelo SIMPLES; d) órgãos da administração federal, estadual, distrital e municipal. Crédito na aquisição de mercadoria produzida por pessoa jurídica estabelecida na ZFM e na ALC, consoante projeto aprovado pela SUFRAMA, determinado mediante a aplicação da alíquota de 1% e 4,6% e, na situação "II b)", mediante a aplicação da alíquota de 1,65% e 7,60%. Redução a zero das alíquotas na venda de pneus e câmaras de ar para bicicletas, quando produzidas na Zona Franca de Manaus.<br><br>Lei nº 10.637/02, art. 2º, § 4º e art. 3º § 12; Lei nº 10.833/03, art. 2º, § 5º e art. 3º § 17; Decreto nº 5.310/04; Lei nº 10.996/04, arts. 3º e 4º; Lei nº 13.097/15, art. 147. | 05/10/2073     | 651.419.681    | 0,01    | 0,02        | 0,53      |
| <b>TOTAL</b>   |                | 25.590.464.059 | 0,21    | 0,92        | 20,87     |

**QUADRO XX**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2025 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTADO**  
**CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSL**

UNIDADE: R\$ 1,00

| 1  | GASTO TRIBUTÁRIO  | PRAZO VIGÊNCIA | VALOR         | PART. % |             |      |
|----|---|----------------|---------------|---------|-------------|------|
|    |   |                |               | PIB     | ARRECADAÇÃO | CSLL |
| 1  | <b>Assistência Médica, Odontológica e Farmacêutica a Empregados</b><br>Dedução, como despesa operacional, dos gastos realizados pelas empresas com serviços de assistência médica, odontológica, farmacêutica e social, destinados indistintamente a todos os seus empregados e dirigentes.<br>Lei nº 9.249/95, art. 13, V.   | indeterminado  | 3.660.890.060 | 0,03    | 0,13        | 1,78 |
| 2  | <b>Benefícios Previdenciários a Empregados e FAPI - Fundo de Aposentadoria Individual</b><br>Benefícios Previdenciários, dedução, como despesa operacional, dos gastos realizados com contribuições, não compulsórias destinada a custear planos de benefícios complementares assemelhados aos da previdência social, instituídos em favor dos empregados e dirigentes da pessoa jurídica. Fundo de Aposentadoria Programada Individual - FAPI, dedução, como despesa operacional, do valor das quotas adquiridas em favor de seus empregados ou administradores, do FAPI, desde que o plano atinja, no mínimo, 50% dos seus empregados.<br><br>Lei nº 9.249/95, art. 13, V; Lei nº 9.477/97, arts. 7º e 10; Lei nº 9.532/97, art. 11, §§2º, 3º e 4º; Lei nº 10.887/04.   | indeterminado  | 414.302.827   | 0,00    | 0,01        | 0,20 |
| 3  | <b>Copa do Mundo - Organização e Operacionalização da Copa das Confederações (2013) e da Copa do Mundo Fifa (2014)</b><br>Isenção da CSLL à Subsidiária Fifa no Brasil e aos Prestadores de Serviços da Fifa (estabelecidos no Brasil sob a forma de sociedade com finalidade específica) em relação aos fatos geradores decorrentes das atividades próprias e diretamente vinculadas à organização ou realização da Copa das Confederações e da Copa do Mundo.<br>Lei nº 12.350/10, arts. 2º a 16.   | 31/12/2015     | não vigente   | ---     | ---         | ---  |
| 4  | <b>Creches e Pré-Escolas</b><br>Regime especial de tributação aplicável à construção ou reforma de estabelecimentos de educação infantil. Pagamento unificado de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS equivalente a 1% (um por cento) da receita mensal auferida pela construtora em virtude da realização da obra submetida ao regime especial de tributação. Cabe a CSLL 0,16%.<br>Lei nº 12.715/12, arts. 24 a 27.   | 31/12/2018     | não vigente   | ---     | ---         | ---  |
| 5  | <b>Doações a Entidades Cíveis Sem Fins Lucrativos</b><br>Dedução, como despesa operacional, das doações efetuadas a: Entidades cíveis, legalmente constituídas no Brasil, sem fins lucrativos, que prestem serviços gratuitos em benefício de empregados da pessoa jurídica doadora, e respectivos dependentes, ou em benefício da comunidade na qual atuem, até o limite de 2%(dois por cento) do lucro operacional; Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), qualificadas segundo as normas estabelecidas na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999. Para fins de Dedução na apuração do lucro real, as referidas doações estão limitadas a 2% (dois por cento) do lucro operacional da pessoa jurídica, antes de computada a sua Dedução. A dedutibilidade fica condicionada a que a entidade beneficiária tenha sua condição de utilidade pública ou de OSCIP reconhecida pelo órgão competente da União.<br>Lei nº 9.249/95, art. 13, §2º, III; MP nº 2.158-35/01, art. 59. | indeterminado  | 131.388.674   | 0,00    | 0,00        | 0,06 |
| 6  | <b>Doações a Instituições de Ensino e Pesquisa</b><br>Dedução, como despesa operacional, das doações até o limite de 1,5% (um e meio por cento) do lucro operacional, efetuadas às instituições de ensino e pesquisa cuja criação tenha sido autorizada por lei federal e que preencham os requisitos dos incisos I e II do art. 213 da Constituição Federal, de 1988, que são: a) comprovação de finalidade não-lucrativa e aplicação dos excedentes financeiros em educação; b) assegurar a destinação do seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades.<br>Lei nº 9.249/95, art. 13, §2º, II.   | indeterminado  | 21.239.106    | 0,00    | 0,00        | 0,01 |
| 7  | <b>Entidades sem Fins Lucrativos - Assistência Social e Saúde</b><br>Imunidade do Imposto de Renda, da CSLL, da COFINS da Contribuição Previdenciária Patronal para as entidades beneficentes de assistência social, sem fins lucrativos, que atendam às exigências estabelecidas em lei.<br>Constituição Federal do Brasil 1988, art. 150, VI, c e art. 195, § 7º; Lei nº 9.532/97, arts. 12 e 15; MP nº 2.158-35/01, art. 14, X; Lei nº 12.101/09; Decreto nº 8.242/14.   | indeterminado  | 1.411.747.651 | 0,01    | 0,05        | 0,69 |
| 8  | <b>Entidades sem Fins Lucrativos - Associação Cível</b><br>Isenção do Imposto de Renda, da CSLL, da COFINS para as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações cíveis que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos, que atendam às exigências estabelecidas em lei.<br>Constituição Federal do Brasil 1988, art. 150, VI, c e art. 195, § 7º; Lei nº 9.532/97, arts. 12 e 15; MP nº 2.158-35/01, art. 14, X; Lei nº 12.101/09; Decreto nº 8.242/14.   | indeterminado  | 779.245.310   | 0,01    | 0,03        | 0,38 |
| 9  | <b>Entidades sem Fins Lucrativos - Científica</b><br>Isenção do Imposto de Renda, da CSLL, da COFINS para as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações cíveis que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos, que atendam às exigências estabelecidas em lei.<br>Constituição Federal do Brasil 1988, art. 150, VI, c e art. 195, § 7º; Lei nº 9.532/97, arts. 12 e 15; MP nº 2.158-35/01, art. 14, X; Lei nº 12.101/09; Decreto nº 8.242/14.   | indeterminado  | 13.914.792    | 0,00    | 0,00        | 0,01 |
| 10 | <b>Entidades sem Fins Lucrativos - Cultural</b><br>Isenção do Imposto de Renda, da CSLL, da COFINS para as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações cíveis que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos, que atendam às exigências estabelecidas em lei.<br>Constituição Federal do Brasil 1988, art. 150, VI, c e art. 195, § 7º; Lei nº 9.532/97, arts. 12 e 15; MP nº 2.158-35/01, art. 14, X; Lei nº 12.101/09; Decreto nº 8.242/14.   | indeterminado  | 18.877.438    | 0,00    | 0,00        | 0,01 |
| 11 | <b>Entidades sem Fins Lucrativos - Educação</b><br>Imunidade do Imposto de Renda, da CSLL, da COFINS da Contribuição Previdenciária Patronal para as entidades beneficentes de assistência social, sem fins lucrativos, que atendam às exigências estabelecidas em lei.<br>Constituição Federal do Brasil 1988, art. 150, VI, c e art. 195, § 7º; Lei nº 9.532/97, arts. 12 e 15; MP nº 2.158-35/01, art. 14, X; Lei nº 12.101/09; Decreto nº 8.242/14.   | indeterminado  | 713.695.489   | 0,01    | 0,03        | 0,35 |
| 12 | <b>Entidades sem Fins Lucrativos - Filantrópica</b><br>Isenção do Imposto de Renda, da CSLL, da COFINS para as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações cíveis que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos, que atendam às exigências estabelecidas em lei.   | indeterminado  | 400.956.880   | 0,00    | 0,01        | 0,20 |

**QUADRO XX**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2025 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSL**

UNIDADE: R\$ 1,00

|    | GASTO TRIBUTÁRIO   | PRAZO VIGÊNCIA | VALOR          | PART. % |             |      |
|----|--|----------------|----------------|---------|-------------|------|
|    |  |                |                | PIB     | ARRECADAÇÃO | CSLL |
|    | Constituição Federal do Brasil 1988, art. 150, VI, c e art. 195, § 7º; Lei nº 9.532/97, arts. 12 e 15; MP nº 2.158-35/01, art. 14, X; Lei nº 12.101/09; Decreto nº 8.242/14.   |                |                |         |             |      |
| 13 | <b>Entidades sem Fins Lucrativos - Recreativa</b><br>Isenção do Imposto de Renda, da CSL, da COFINS para as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos, que atendam às exigências estabelecidas em lei.<br>Constituição Federal do Brasil 1988, art. 150, VI, c e art. 195, § 7º; Lei nº 9.532/97, arts. 12 e 15; MP nº 2.158-35/01, art. 14, X; Lei nº 12.101/09; Decreto nº 8.242/14.  | indeterminado  | 43.096.030     | 0,00    | 0,00        | 0,02 |
| 14 | <b>Informática e Automação</b><br>Crédito financeiro a título de CSL concedido para as pessoas jurídicas habilitadas fabricantes de bens de tecnologias da informação e comunicação que investirem em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação. O valor do crédito financeiro é calculado com base no dispêndio em P&D e no faturamento no mercado interno.<br>Lei nº 8.248/91, art. 4º; Lei nº 10.176/01, art. 11; Lei nº 11.077/04, Lei nº 13.023/14; Lei nº 13.969/19; e Decreto nº 5.906/06.   | 31/12/2029     | 1.803.043.155  | 0,01    | 0,07        | 0,88 |
| 15 | <b>Inovação Tecnológica</b><br>A pessoa jurídica poderá excluir do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSL, o valor correspondente a até 60% da soma dos dispêndios realizados no período de apuração com pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica. Poderá chegar a até 80% dos dispêndios em função do número de empregados pesquisadores contratados pela pessoa jurídica. A pessoa jurídica poderá excluir do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSL o valor correspondente a até 20% da soma dos dispêndios ou pagamentos vinculados à pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica objeto de patente concedida ou cultivar registrado. A pessoa jurídica poderá excluir do lucro líquido, para efeito de apuração do lucro real e da base de cálculo da CSL, os dispêndios efetivados em projeto de pesquisa científica e tecnológica e de inovação tecnológica a ser executado por Instituição Científica e Tecnológica – ICT e por entidades científicas e tecnológicas privadas, sem fins lucrativos. A exclusão corresponderá, à opção da pessoa jurídica, a no mínimo a metade e no máximo duas vezes e meia o valor dos dispêndios efetuados. Exclusão do lucro real e da base de cálculo da CSL de até 160% dos dispêndios realizados com pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica para as pessoas jurídicas que utilizarem os benefícios das Leis de capacitação e competitividade do setor de informática e automação (Leis nº 8.248/1991, 8.387/1991, e 10.176/2001).<br><br>Lei nº 11.196/05, arts. 19, 19-A, 26; Lei nº 11.487/07; Lei nº 12.546/11, art. 13; Lei nº 11.774/08, art. 4º. | indeterminado  | 1.918.492.543  | 0,02    | 0,07        | 0,93 |
| 16 | <b>Minha Casa, Minha Vida</b><br>Redução para 1% da alíquota do regime especial de tributação (RET) incidente sobre as receitas decorrentes dos projetos de incorporação de imóveis residenciais de interesse social, no âmbito do programa Minha Casa, Minha Vida, com valor comercial até limite estabelecido em lei. Cabe a CSL 0,16%.<br>Lei nº 10.931/04, art. 4º, § 6º; Lei nº 12.024/09, art. 2º; Lei nº 13.097/15, arts. 4º e 6º.  | indeterminado  | 48.573.768     | 0,00    | 0,00        | 0,02 |
| 17 | <b>Olimpiadas - Organização e Realização dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016</b><br>Isenção da CSL incidente sobre receitas, lucros e rendimentos auferidos pelas Empresas vinculadas ao CIO, domiciliadas no País, e pelo RIO 2016 em relação aos fatos geradores decorrentes das atividades próprias e diretamente vinculadas à organização ou realização dos Eventos.<br>Lei nº 12.780/13; Decreto nº 8.463/15.   | 31/12/2017     | não vigente    | ...     | ...         | ...  |
| 18 | <b>PADIS - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores</b><br>Crédito financeiro a título de CSL concedido para empresas habilitadas no PADIS. O valor do crédito financeiro é calculado com base no investimento em pesquisa e desenvolvimento e no faturamento no mercado interno.<br>Lei nº 11.484/07, art. 1º a 11; Lei nº 13.169/15; Lei nº 13.969/19, Lei 14.302/22  | indeterminado  | 55.488.841     | 0,00    | 0,00        | 0,03 |
| 19 | <b>PERSE - Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos</b><br>Reduz para 0% (zero por cento), pelo prazo de 60 (sessenta) meses, contado do início da produção de efeitos desta Lei, as alíquotas das contribuições PIS, COFINS e CSL e do IRPJ incidentes sobre o resultado auferido pelas pessoas jurídicas pertencentes ao setor de eventos.<br>Lei nº 14.148, de 03 de maio de 2021.  | 04/05/2026     | 635.025.540    | 0,01    | 0,02        | 0,31 |
| 20 | <b>Previdência Privada Fechada</b><br>Isenção do Imposto de Renda e da CSL para as entidades de previdência complementar sem fins lucrativos.<br>Decreto-Lei nº 2.065/83, art. 6º; IN SRF 588/05, art. 17.   | indeterminado  | 116.672.420    | 0,00    | 0,00        | 0,06 |
| 21 | <b>PROUNI - Programa Universidade para Todos</b><br>Isenção do imposto à instituição privada de ensino superior, com ou sem fins lucrativo, que aderir ao PROUNI. A isenção recairá sobre o valor do lucro e será calculada na proporção da ocupação efetiva das bolsas devidas<br>Lei nº 11.096/05.   | indeterminado  | 471.377.682    | 0,00    | 0,02        | 0,23 |
| 22 | <b>Rota 2030</b><br>Dedução da CSL devida, o valor correspondente à aplicação da alíquota da CSL sobre até 30% dos dispêndios realizados no País, desde que sejam classificáveis como despesas operacionais aplicados em pesquisa e desenvolvimento.<br>MP nº 843/18; Lei nº 13755/18, art. 11; Decreto nº 9.557/18, art. 19.  | 31/07/2023     | não vigente    | ...     | ...         | ...  |
| 23 | <b>Simplex Nacional - Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte</b><br>Redução da base de cálculo e modificação da alíquotas para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, que optaram pelo Simplex Nacional.<br>Lei Complementar nº 123/06; Lei Complementar nº 127/07; Lei Complementar nº 139/11; Lei Complementar nº 147/14.   | indeterminado  | 13.151.668.367 | 0,11    | 0,47        | 6,40 |
| 24 | <b>TEF - Tributação Específica do Futebol</b>  | indeterminado  | 86.741.890     | 0,00    | 0,00        | 0,04 |

**QUADRO XX**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2025 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL**

UNIDADE: R\$ 1,00

| GASTO TRIBUTÁRIO   | PRAZO VIGÊNCIA | VALOR          | PART. % |             |       |
|--|----------------|----------------|---------|-------------|-------|
|  |                |                | PIB     | ARRECADAÇÃO | CSLL  |
| <p>Regime de tributação específico para as Sociedades Anônimas do Futebol que unifica o recolhimento do IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e Contribuição Previdenciária (artigos I, II e III do caput e no §6º do art. 22 da Lei nº 8.212/91). O regime consiste na tributação das receitas mensais com a aplicação de uma alíquota de 5%, nos 5 primeiros anos-calendário da constituição da sociedade, e de 4%, a partir do 6º ano calendário.<br/>           Lei nº 14.193/2021, arts. 31 e 32.</p> |                |                |         |             |       |
| <b>TOTAL</b>   |                | 25.896.438.464 | 0,21    | 0,93        | 12,60 |

**QUADRO XXI**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2025 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTADO**  
**CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS**

UNIDADE: R\$ 1.00

| UNIDADE: R\$ 1.00 | GASTO TRIBUTÁRIO  | PRAZO VIGÊNCIA | VALOR          | PART. % |             |        |
|-------------------|---|----------------|----------------|---------|-------------|--------|
|                   |   |                |                | PIB     | ARRECADAÇÃO | COFINS |
| 1                 | <b>Aerogeradores</b><br>Redução a zero das alíquotas do PIS/COFINS incidentes sobre receita decorrente da venda no mercado interno e importação de partes de aerogeradores (NCM 8503.00.90 EX01, exceto pás eólicas).<br>Lei nº 10.865/04, art. 8º, § 12, XI e art. 28, XXXVII; Lei nº 13.097/15, art. 1º; Lei nº 13.169/15, art. 15.   | indeterminado  | 187.088.242    | 0,00    | 0,01        | 0,04   |
| 2                 | <b>Agricultura e Agroindústria - crédito presumido</b><br>Crédito presumido para agroindústria na compra de insumos de produtor pessoa física, cooperativas, produtor pessoa jurídica.<br>Lei nº 10.925/2004, art. 8º.  | indeterminado  | 2.955.376.040  | 0,02    | 0,11        | 0,65   |
| 3                 | <b>Agricultura e Agroindústria - Defensivos agropecuários</b><br>Redução a zero das alíquotas do PIS e COFINS sobre importação ou venda no mercado interno de defensivos agropecuários classificados na posição 38.08 da TIPI e suas matérias-primas.<br><br>Lei nº 10.925/04, art. 1º, II.   | indeterminado  | 5.430.503.897  | 0,04    | 0,20        | 1,19   |
| 4                 | <b>Agricultura e Agroindústria - Desoneração Cesta Básica</b><br>Redução a zero das alíquotas do PIS e COFINS sobre importação ou venda no mercado interno de: adubos, fertilizantes e suas matérias-primas; sementes e mudas; corretivo de solo; feijão, arroz, farinha de mandioca e batata-doce; inoculantes agrícolas; vacina veterinária; milho; pintos de 1 (um) dia; leite, bebidas lácteas; queijos; soro de leite; farinha de trigo; trigo; pão; produtos hortícolas, frutas e ovos; sementes e embriões; acetona; massas alimentícias; carne bovina, suína, ovina, caprina, ave, peixe; café; açúcar; óleo de soja; manteiga; margarina; sabão; pasta de dente; fio dental; papel higiênico.<br><br>Lei nº 10.925/04, arts. 1º, 8º, 9º; Decreto nº 5.630/05; Lei nº 10.865/04, art. 28 e art. 8º § 12; Lei nº 11.727/08, art. 25; Lei nº 12.839/13.   | indeterminado  | 29.225.385.876 | 0,24    | 1,05        | 6,40   |
| 5                 | <b>Água Mineral</b><br>Redução a zero das alíquotas de PIS/COFINS sobre a receita de venda de águas minerais comercializadas em recipientes com capacidade nominal inferior a 10 (dez) litros ou igual ou superior a 10 (dez) litros classificadas no código 2201.10.00 Ex 01 e Ex 02 da Tipi.<br>Lei nº 12.715/12, art. 76.  | indeterminado  | 288.344.192    | 0,00    | 0,01        | 0,06   |
| 6                 | <b>Álcool</b><br>Crédito presumido de PIS/COFINS para as pessoas jurídicas importadora ou produtora de álcool, inclusive pra fins carburantes.<br>Lei nº 12.859/13, arts. 1º a 4º; Lei nº 12.995/14, art. 6º; Decreto nº 7.997/13.  | 31/12/2016     | não vigente    | ---     | ---         | ---    |
| 7                 | <b>Biodiesel</b><br>Redução das alíquotas do PIS/COFINS sobre a venda de biodiesel pela aplicação de coeficientes de redução definidos pelo Poder Executivo. Crédito presumido de PIS/COFINS calculado sobre o valor das matérias-primas adquiridas de pessoa física, de cooperado pessoa física, de pessoa jurídica que exerça atividade agropecuária, de cooperativa de produção agropecuária ou de cerealista e utilizados como insumo na produção de biodiesel. Suspensão do PIS/COFINS sobre a venda de matéria-prima in natura de origem vegetal, destinada à produção de biodiesel.<br><br>Lei 11.116/05, arts. 1º a 13; Decreto 5.297/04, art. 4º; Decreto nº 6.458/08; Decreto nº 7.768/12.  | indeterminado  | 108.481.720    | 0,00    | 0,00        | 0,02   |
| 8                 | <b>Cadeira de Rodas e Aparelhos Assistivos</b><br>Redução a zero das alíquotas do PIS/COFINS na importação ou venda no mercado interno de cadeiras de rodas classificados na posição 87.13; artigos e aparelhos ortopédicos ou para fraturas classificados no código 90.21.10; artigos e aparelhos de próteses classificados no código 90.21.3; almofadas antiescaras classificados nos Capítulos 39, 40, 63 e 94, da NCM; produtos classificados nos códigos 8443.32.22, 8469.00.39 Ex 01, 8714.20.00, 9021.40.00, 9021.90.82 e 9021.90.92, todos da Tipi; calculadoras equipadas com sintetizador de voz; teclados e mouse com adaptações específicas para uso por pessoas com deficiência; linhas braille classificadas; scanners equipados com sintetizador de voz; duplicadores braille; acionadores de pressão; lupas eletrônicas; implantes cocleares; próteses oculares; aparelhos e softwares de leitores de tela; neuroestimuladores para tremor essencial/Parkinson.<br><br>Lei nº 10.865/04, arts. 8º e 28.   | indeterminado  | 983.374.857    | 0,01    | 0,04        | 0,22   |
| 9                 | <b>Combustíveis</b><br>Redução das alíquotas da Contribuição para o Programa de Integração Social e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins incidentes sobre operações realizadas com óleo diesel, biodiesel, gás liquefeito de petróleo, álcool, querosene de aviação, gás natural veicular e gasolina.<br>Decreto nº 10.638/2021; Lei Complementar nº 194/22; Medida Provisória nº 1.157/2023 e Medida Provisória nº 1.163/2023.  | 31/12/2023     | não vigente    | ---     | ---         | ---    |
| 10                | <b>Copa do Mundo - Organização e Operacionalização da Copa das Confederações (2013) e da Copa do Mundo Fifa (2014)</b><br>Isenção de PIS/Cofins para Subsidiária Fifa no Brasil e Prestadores de Serviços da Fifa (estabelecidos no País sob a forma de sociedade com finalidade específica) em relação aos fatos geradores decorrentes das atividades próprias e diretamente vinculadas à organização ou realização da Copa das Confederações e Copa do Mundo Fifa. Suspensão de PIS/Cofins sobre vendas realizadas no mercado interno para a Fifa, para Subsidiária Fifa no Brasil ou para a Emissora Fonte da Fifa, de mercadorias destinadas a uso ou consumo exclusivo na organização e realização dos Eventos. A suspensão converter-se-á em isenção após comprovação da utilização ou consumo do bem nas finalidades previstas na Lei. Isenção de PIS/Cofins-Importação em relação aos fatos geradores decorrentes das atividades próprias e diretamente vinculadas à organização da Copa das Confederações e da Copa do Mundo a Fifa e sua Subsidiária no Brasil.<br>Lei nº 12.350/10, arts. 2º a 16. | 31/12/2015     | não vigente    | ---     | ---         | ---    |
| 11                | <b>Creches e Pré-Escolas</b><br>Regime especial de tributação aplicável à construção ou reforma de estabelecimentos de educação infantil. Pagamento unificado de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS equivalente a 1% (um por cento) da receita mensal auferida pela construtora em virtude da realização da obra submetida ao regime especial de tributação. Cabe à COFINS 0,44%.<br>Lei nº 12.715/12, arts. 24 a 27.   | 31/12/2018     | não vigente    | ---     | ---         | ---    |
| 12                | <b>Embarcações e Aeronaves</b>  | indeterminado  | 4.657.642.990  | 0,04    | 0,17        | 1,02   |

**QUADRO XXI**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2025 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS**

UNIDADE: R\$ 1,00

| GASTO TRIBUTÁRIO   | PRAZO VIGÊNCIA | VALOR         | PART. % |             |        |
|--|----------------|---------------|---------|-------------|--------|
|  |                |               | PIB     | ARRECADAÇÃO | COFINS |
| <p>Isenção do PIS/Cofins sobre a receita auferida pelos estaleiros navais brasileiros nas atividades de construção, conservação, modernização, conversão ou reparo de embarcações pré-registradas ou registradas no Registro Especial Brasileiro - REB.</p> <p>Redução a zero das alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda no mercado interno ou a importação de materiais e equipamentos, partes, peças e componentes, destinados ao emprego na construção, conservação, modernização e conversão de embarcações registradas ou pré-registradas no REB.</p> <p>Redução a zero das alíquotas do PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a venda ou importação de aeronaves classificadas na posição 88.02 da Tipi, suas partes, peças, ferramentais, componentes, insumos, fluidos hidráulicos, tintas, anticorrosivos, lubrificantes, equipamentos, serviços e matérias-primas a serem empregados na manutenção, conservação, modernização, reparo, revisão, conversão e industrialização das aeronaves, seus motores, partes, componentes, ferramentais e equipamentos.</p> <p>MP nº 2.158-35/01, art. 14, VI e § 1º; Lei 10.865/04, art. 8º, § 12, I, VI e VII, art. 28, IV e X; Lei nº 10.925/04, art. 6º; Lei nº 11.727/08, art. 26; Lei nº 13.137/15, art. 1º.</p> |                |               |         |             |        |
| <p><b>13 Entidades sem Fins Lucrativos - Assistência Social e Saúde</b></p> <p>Isenção do Imposto de Renda, da CSLL, da COFINS da Contribuição Previdenciária Patronal para as entidades beneficentes de assistência social, sem fins lucrativos, que atendam às exigências estabelecidas em lei.</p> <p>Constituição Federal do Brasil 1988, art. 150, VI, c e art. 195, § 7º; Lei nº 9.532/97, arts. 12 e 15; MP nº 2.158-35/01, art. 14, X; Lei nº 12.101/09; Decreto nº 8.242/14.</p>  | indeterminado  | 3.198.926.503 | 0,03    | 0,12        | 0,70   |
| <p><b>14 Entidades sem Fins Lucrativos - Associação Civil</b></p> <p>Isenção do Imposto de Renda, da CSLL, da COFINS para as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos, que atendam às exigências estabelecidas em lei.</p> <p>Constituição Federal do Brasil 1988, art. 150, VI, c e art. 195, § 7º; Lei nº 9.532/97, arts. 12 e 15; MP nº 2.158-35/01, art. 14, X; Lei nº 12.101/09; Decreto nº 8.242/14.</p>   | indeterminado  | 1.876.695.955 | 0,02    | 0,07        | 0,41   |
| <p><b>15 Entidades sem Fins Lucrativos - Científica</b></p> <p>Isenção do Imposto de Renda, da CSLL, da COFINS para as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos, que atendam às exigências estabelecidas em lei.</p> <p>Constituição Federal do Brasil 1988, art. 150, VI, c e art. 195, § 7º; Lei nº 9.532/97, arts. 12 e 15; MP nº 2.158-35/01, art. 14, X; Lei nº 12.101/09; Decreto nº 8.242/14.</p>   | indeterminado  | 47.519.007    | 0,00    | 0,00        | 0,01   |
| <p><b>16 Entidades sem Fins Lucrativos - Cultural</b></p> <p>Isenção do Imposto de Renda, da CSLL, da COFINS para as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos, que atendam às exigências estabelecidas em lei.</p> <p>Constituição Federal do Brasil 1988, art. 150, VI, c e art. 195, § 7º; Lei nº 9.532/97, arts. 12 e 15; MP nº 2.158-35/01, art. 14, X; Lei nº 12.101/09; Decreto nº 8.242/14.</p>   | indeterminado  | 49.441.554    | 0,00    | 0,00        | 0,01   |
| <p><b>17 Entidades sem Fins Lucrativos - Educação</b></p> <p>Isenção do Imposto de Renda, da CSLL, da COFINS da Contribuição Previdenciária Patronal para as entidades beneficentes de assistência social, sem fins lucrativos, que atendam às exigências estabelecidas em lei.</p> <p>Constituição Federal do Brasil 1988, art. 150, VI, c e art. 195, § 7º; Lei nº 9.532/97, arts. 12 e 15; MP nº 2.158-35/01, art. 14, X; Lei nº 12.101/09; Decreto nº 8.242/14.</p>  | indeterminado  | 2.791.766.160 | 0,02    | 0,10        | 0,61   |
| <p><b>18 Entidades sem Fins Lucrativos - Filantrópica</b></p> <p>Isenção do Imposto de Renda, da CSLL, da COFINS para as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos, que atendam às exigências estabelecidas em lei.</p> <p>Constituição Federal do Brasil 1988, art. 150, VI, c e art. 195, § 7º; Lei nº 9.532/97, arts. 12 e 15; MP nº 2.158-35/01, art. 14, X; Lei nº 12.101/09; Decreto nº 8.242/14.</p>   | indeterminado  | 2.862.811.395 | 0,02    | 0,10        | 0,63   |
| <p><b>19 Entidades sem Fins Lucrativos - Recreativa</b></p> <p>Isenção do Imposto de Renda, da CSLL, da COFINS para as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos, que atendam às exigências estabelecidas em lei.</p> <p>Constituição Federal do Brasil 1988, art. 150, VI, c e art. 195, § 7º; Lei nº 9.532/97, arts. 12 e 15; MP nº 2.158-35/01, art. 14, X; Lei nº 12.101/09; Decreto nº 8.242/14.</p>   | indeterminado  | 357.392.190   | 0,00    | 0,01        | 0,08   |
| <p><b>20 Equipamentos para uso médico, hospitalar, clínico ou laboratorial</b></p> <p>Redução a zero das alíquotas do PIS/COFINS incidentes sobre a receita decorrente da venda de equipamentos ou materiais destinados a uso médico, hospitalar, clínico ou laboratorial, quando adquiridos: I - pela União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, bem como pelas suas autarquias e fundações; ou II - por entidades beneficentes de assistência social.</p> <p>Lei nº 13.043/14, art. 70.</p>   | indeterminado  | 22.295.088    | 0,00    | 0,00        | 0,00   |
| <p><b>21 Evento Esportivo, Cultural e Científico</b></p> <p>Isenção do PIS/Cofins incidente na importação de troféus, medalhas, placas, estatuetas, distintivos, fâmulas, bandeiras e outros objetos comemorativos recebidos em evento cultural, científico ou esportivo oficial realizado no exterior ou para serem distribuídos gratuitamente como premiação em evento esportivo realizado no País; bens dos tipos e em quantidades normalmente consumidos em evento esportivo oficial; material promocional, impressos, folhetos e outros bens com finalidade semelhante, a serem distribuídos gratuitamente ou utilizados em evento esportivo oficial; bens importados por desportistas, desde que tenham sido utilizados por estes em evento esportivo oficial e recebidos em doação de entidade de prática desportiva estrangeira ou da promotora ou patrocinadora do evento.</p> <p>Lei nº 11.488/07, art. 38.</p>  | indeterminado  | 170.702       | 0,00    | 0,00        | 0,00   |
| <p><b>22 Gás Natural Liquefeito</b></p> <p>Redução a zero das alíquotas do PIS/COFINS na importação de Gás Natural Liquefeito - GNL.</p> <p>Lei nº 10.865/04, art. 8º, § 12, XVI; Lei nº 11.727/08.</p>  | indeterminado  | 128.614.102   | 0,00    | 0,00        | 0,03   |

**QUADRO XXI**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2025 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS**

UNIDADE: R\$ 1,00

| UNIDADE: R\$ 1,00 | GASTO TRIBUTÁRIO   | PRAZO VIGÊNCIA | VALOR         | PART. % |             |        |
|-------------------|--|----------------|---------------|---------|-------------|--------|
|                   |  |                |               | PIB     | ARRECADAÇÃO | COFINS |
| 23                | <b>Indústria Cinematográfica e Radiodifusão</b><br>Redução a zero das alíquotas do PIS/COFINS na importação de máquinas, equipamentos, aparelhos, instrumentos, suas partes e peças de reposição, e películas cinematográficas virgens, sem similar nacional, destinados à indústria cinematográfica e audiovisual, e de radiodifusão. Redução a zero das alíquotas do PIS/COFINS na venda no mercado interno ou importação de projetores para exibição cinematográfica, classificados no código 9007.2 da NCM, e suas partes e acessórios, classificados no código 9007.9 da NCM.<br>Lei nº 10.865/04, art. 8º, §12, V, XXIII e art. 28, XXI; Lei nº 12.599/12.   | indeterminado  | 17.530.049    | 0,00    | 0,00        | 0,00   |
| 24                | <b>Livros</b><br>Redução a zero das alíquotas do PIS/Cofins incidentes sobre a importação e venda interna de livros em geral.<br>Lei nº 10.865/04, arts. 8º, §12, XII e 28, VI; Lei nº 11.033/04, art. 6º.   | indeterminado  | 1.585.125.894 | 0,01    | 0,06        | 0,35   |
| 25                | <b>Máquinas e Equipamentos - CNPq</b><br>Isenção do PIS/Cofins nas importações de máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos, bem como suas partes e peças de reposição, destinados à pesquisa científica e tecnológica.<br>Lei nº 8.010/90; Lei nº 10.865/04, art. 9º, II, h.   | indeterminado  | 208.511.903   | 0,00    | 0,01        | 0,05   |
| 26                | <b>Medicamentos</b><br>Crédito presumido de PIS/COFINS para as pessoas jurídicas que procedam à industrialização ou à importação de medicamentos.<br>Lei nº 10.147/00.   | indeterminado  | 8.015.113.971 | 0,07    | 0,29        | 1,75   |
| 27                | <b>Minha Casa, Minha Vida</b><br>Redução para 1% da alíquota do regime especial de tributação (RET) incidente sobre as receitas decorrentes dos projetos de incorporação de imóveis residenciais de interesse social, no âmbito do programa Minha Casa, Minha Vida, com valor comercial até limite estabelecido em lei. Cabe a COFINS 0,44%.<br>Lei nº 10.931/04, art. 4º, § 6º; Lei nº 12.024/09, art. 2º; Lei nº 12.844/13, art. 16; Lei nº 13.097/15, arts. 4º e 6º.  | indeterminado  | 133.577.862   | 0,00    | 0,00        | 0,03   |
| 28                | <b>Olimpiadas - Organização e Realização dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016</b><br>Isenção do PIS/Cofins incidente nas importações de bens, mercadorias ou serviços para uso ou consumo exclusivo na organização e realização dos Jogos. Suspensão do PIS/Cofins incidente sobre as vendas de mercadorias e a prestação de serviços para o CIO, empresa vinculada ao CIO, Comitês Olímpicos Nacionais, federações desportivas internacionais, WADA, CAS, entidades nacionais e regionais de administração de desporto olímpico, RIO 2016, patrocinadores dos Jogos, prestadores de serviços do CIO, prestadores de serviços do RIO 2016, empresas de mídia e transmissores credenciados, adquiridos diretamente de pessoa jurídica previamente licenciada ou nomeada pelo CIO ou pelo RIO 2016.<br>Lei nº 12.780/13; Decreto nº 8.463/15. | 31/12/2017     | não vigente   | ...     | ...         | ...    |
| 29                | <b>PADIS - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores</b><br>Redução a zero das alíquotas do PIS/PASEP e COFINS na importação ou venda no mercado interno de máquinas, aparelhos, instrumentos, equipamentos, softwares e insumos para incorporação ao ativo imobilizado.<br>Lei nº 11.484/07, arts. 1º a 11; Lei nº 13.169/15, Lei 14.302/22 e Decreto 10.615/21   | 31/12/2026     | 11.478.283    | 0,00    | 0,00        | 0,00   |
| 30                | <b>Papel - Jornais e Periódicos</b><br>Redução a zero das alíquotas do PIS/COFINS incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda no mercado interno e importação de papel destinado à impressão de jornais e à impressão de periódicos.<br>Lei nº 10.865/04, art. 8º, § 12, III e IV, art. 28, I e II; Lei nº 11.727/08, art. 18; Lei nº 12.649/12, art. 3º.   | 30/04/2016     | não vigente   | ...     | ...         | ...    |
| 31                | <b>PATVD - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital</b><br>Redução a zero das alíquotas do PIS/PASEP e COFINS na importação ou venda no mercado interno de máquinas, aparelhos, instrumentos, equipamentos, softwares e insumos para incorporação ao ativo imobilizado. Redução a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a venda da pessoa jurídica beneficiária do PATVD.<br>Lei nº 11.484/07, arts. 12 a 22 e 66.  | 22/01/2017     | não vigente   | ...     | ...         | ...    |
| 32                | <b>PERSE - Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos</b><br>Reduz para 0% (zero por cento), pelo prazo de 60 (sessenta) meses, contado do início da produção de efeitos desta Lei, as alíquotas das contribuições PIS, COFINS e CSL e do IRPJ incidentes sobre o resultado auferido pelas pessoas jurídicas pertencentes ao setor de eventos.<br>Lei nº 14.148, de 03 de maio de 2021.  | 04/05/2026     | 2.252.875.549 | 0,02    | 0,08        | 0,49   |
| 33                | <b>Petroquímica</b><br>Redução das alíquotas na importação ou venda no mercado interno de: etano, propano, butano, nafta petroquímica, condensado e correntes gasosas de refinaria - HLR - hidrocarbonetos leves destinado a centrais petroquímicas; eteno, propeno, buteno, butadieno, orto-xileno, benzeno, tolueno, isopreno e paraxileno para indústrias químicas para serem utilizados como insumo. Para 2012 e períodos anteriores 1% e 4,6%. (I) 0,18% e 0,82% para os anos de 2013, 2014 e 2015; (II) 0,54% e 2,46% para o ano de 2016; (III) 0,90% e 4,10% para o ano de 2017; e (IV) 1% e 4,6% a partir do ano de 2018. Desconto de créditos na apuração não-cumulativa a 1,65% e 7,6%.<br>Lei nº 11.196/05, arts. 56, 57 e 57-A; Lei nº 10.865/04, art. 8º, §15; Lei nº 12.895/13.  | 31/12/2027     | 1.029.069.213 | 0,01    | 0,04        | 0,23   |
| 34                | <b>Produtos Químicos e Farmacêuticos</b>   | indeterminado  | 8.668.385.782 | 0,07    | 0,31        | 1,90   |

**QUADRO XXI**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2025 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS**

UNIDADE: R\$ 1,00

| GASTO TRIBUTÁRIO  | PRAZO VIGÊNCIA | VALOR         | PART. % |             |        |
|---|----------------|---------------|---------|-------------|--------|
|   |                |               | PIB     | ARRECADAÇÃO | COFINS |
| <p>Redução a zero das alíquotas do PIS/Cofins na importação e venda no mercado interno dos produtos químicos e intermediários de síntese classificados no Capítulo 29 da NCM; produtos destinados ao uso em hospitais, clínicas e consultórios médicos e odontológicos, campanhas de saúde realizadas pelo poder público, laboratório de anatomia patológica, citológica ou de análises clínicas, classificados nas posições 30.02, 30.06, 39.26, 40.15 e 90.18, da NCM. Redução a zero das alíquotas do PIS/Cofins-Importação sobre produtos farmacêuticos classificados posição 30.01; nos itens 3002.10.1, 3002.10.2, 3002.10.3, 3002.20.1 e 3002.20.2; nos códigos 3002.90.20, 3002.90.92, 3002.90.99; na posição 30.03, exceto no código 3003.90.56; na posição 30.04, exceto no código 3004.90.46; no código 3005.10.10; nos itens 3006.30.1 e 3006.30.2; no código 3006.60.00 da NCM.</p> <p>Lei nº 10.637/02, art. 2º, § 3º; Lei nº 10.833/03, art. 2º, § 3º; Lei nº 10.865/04, art. 8º, § 11; Decreto nº 6.426/08.</p> |                |               |         |             |        |
| <p><b>35 Programa de Inclusão Digital</b><br/>Redução a zero das alíquotas do PIS/Cofins sobre a venda a varejo de computadores desktops e notebooks, monitores, teclados, mouse, modems, tablets, smartphones, roteadores. Também se aplica às aquisições realizadas por pessoas jurídicas de direito privado, órgãos e entidades da Administração Pública e sociedades de arrendamento mercantil leasing. Revogado pela MP 690/15.<br/>Lei nº 11.196/05, arts. 28 a 30; Decreto nº 5.602/05, Lei nº 13.097/15, art. 5º, MP nº 690, art. 9º.</p>   | 31/12/2015     | não vigente   | ---     | ---         | ---    |
| <p><b>36 PROUCA - REICOMP - Regime Especial de Incentivo a Computadores para Uso Educacional</b><br/>Suspensão de PIS/COFINS incidente na importação ou aquisição no mercado interno de matérias-primas, produtos intermediários e prestação de serviços destinados à fabricação dos equipamentos. A suspensão converte-se em alíquota zero após a incorporação ou utilização dos bens ou dos serviços nos equipamentos.<br/>Lei nº 12.249/10, arts. 6 a 14 e 139; Lei nº 12.715/12, arts. 15 a 23 e 78.</p>  | 31/12/2015     | não vigente   | ---     | ---         | ---    |
| <p><b>37 PROUNI - Programa Universidade para Todos</b><br/>Isenção do tributo à instituição privada de ensino superior, com ou sem fins lucrativo, que aderir ao PROUNI. A isenção recairá sobre a receita auferida e será calculada na proporção da ocupação efetiva das bolsas devidas<br/>Lei nº 11.096/05, art. 8º.</p>   | indeterminado  | 1.112.650.660 | 0,01    | 0,04        | 0,24   |
| <p><b>38 RECINE - Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica</b><br/>Suspensão do PIS/COFINS na importação e aquisição no mercado interno de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, para incorporação no ativo permanente e utilização em complexos de exibição ou cinemas itinerantes, bem como de materiais para sua construção. A suspensão converte-se em alíquota zero após a incorporação no ativo permanente e utilização do bem ou material de construção no complexo de exibição cinematográfica.<br/>Lei nº 12.599/12, arts.12 a 14; Decreto nº 7.729/12; Lei nº 13.594/18; Lei nº 14.044/2020.</p>  | 31/12/2024     | não vigente   | ---     | ---         | ---    |
| <p><b>39 RECOFA - Regime Especial de Tributação para Construção, Ampliação, Reforma ou Modernização de Estádios de Futebol</b><br/>Suspensão do PIS/COFINS incidente na importação e aquisição do mercado interno de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, e de materiais de construção para utilização ou incorporação no estádio de futebol da pessoa jurídica beneficiária do RECOFA, bem como a prestação de serviços e aluguel de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos destinadas à obra. A suspensão converte-se em alíquota zero após a utilização ou incorporação do bem ou serviço.<br/>Lei nº 12.350/10, arts. 17 a 21.</p>  | 30/06/2014     | não vigente   | ---     | ---         | ---    |
| <p><b>40 Rede Arrecadadora</b><br/>Exclusão da base de cálculo da Cofins dos valores auferidos como remuneração dos serviços de arrecadação de receitas federais, dividido pela alíquota da Cofins-Financeiras (4%).<br/>Lei nº 12.844/13, art. 36.</p>   | indeterminado  | 366.201.482   | 0,00    | 0,01        | 0,08   |
| <p><b>41 REIDI - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infra-Estrutura</b><br/>Suspensão do PIS/PASEP e da COFINS na importação ou venda no mercado interno de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, materiais de construção, serviços e aluguel para utilização ou incorporação em obras de infra-estrutura destinadas ao ativo imobilizado.<br/>Lei nº 11.488/07, arts. 1º a 5º.</p>   | indeterminado  | 1.543.958.930 | 0,01    | 0,06        | 0,34   |
| <p><b>42 REIF - Regime Especial de Incentivo ao Desenvolvimento da Infraestrutura da Indústria de Fertilizantes</b><br/>Suspensão do PIS e COFINS incidente sobre a importação ou venda no mercado interno de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, de materiais de construção e serviços e aluguel para utilização ou incorporação no projeto aprovado.<br/>Lei nº 12.794/13, arts. 5º a 11.</p>  | 20/09/2017     | não vigente   | ---     | ---         | ---    |
| <p><b>43 RENUCLEAR - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Usinas Nucleares</b><br/>Suspensão do PIS/COFINS nas importações ou vendas no mercado interno de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, de materiais de construção, serviços ou aluguel para utilização ou incorporação em obras de infraestrutura destinadas ao ativo imobilizado, quando a importação/aquisição for efetuada por pessoa jurídica beneficiária do RENUCLEAR. A suspensão converte-se em alíquota zero após a utilização ou incorporação do bem ou material de construção na obra de infraestrutura.<br/>Lei nº 12.431/11, arts. 14 a 17.</p>  | 31/12/2020     | não vigente   | ---     | ---         | ---    |
| <p><b>44 REPENEC - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste</b><br/>Suspensão do PIS/COFINS incidente na importação ou aquisição no mercado interno de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, e de materiais de construção para utilização ou incorporação em obras de infraestrutura destinadas ao ativo imobilizado de pessoa jurídica beneficiária do REPENEC. Aplica-se também ao aluguel. As suspensões convertem-se em alíquota zero após a utilização ou incorporação do bem ou material de construção na obra de infraestrutura.<br/>Lei nº 12.249/10, arts. 1º a 5º.</p>   | 30/06/2016     | não vigente   | ---     | ---         | ---    |

**QUADRO XXI**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2025 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS**

UNIDADE: R\$ 1,00

| UNIDADE: R\$ 1,00 | GASTO TRIBUTÁRIO   | PRAZO VIGÊNCIA | VALOR          | PART. % |           |        |
|-------------------|--|----------------|----------------|---------|-----------|--------|
|                   |  |                |                | PIB     | ARRECAÇÃO | COFINS |
| 45                | <b>REPUBL-Redes - Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações</b><br>Suspensão do PIS/COFINS sobre receita de venda no mercado interno de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos novos, de materiais de construção, serviços e aluguel para utilização ou incorporação nas obras civis dos projetos aprovados para implantação, ampliação ou modernização de redes de telecomunicações que suportam acesso à Internet em banda larga. A suspensão converte-se em alíquota zero após a incorporação do bem.<br><br>Lei nº 12.715/12, arts. 28 a 33.   | 31/12/2016     | não vigente    | --      | --        | --     |
| 46                | <b>REPORTO - Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária</b><br>Suspensão do PIS/Cofins na importação ou venda no mercado interno de máquinas, equipamentos, peças de reposição e outros bens importados pelos beneficiários do REPORTO e destinados ao seu ativo imobilizado para utilização exclusiva na execução de serviços de: carga, descarga, armazenagem e movimentação de mercadorias e produtos; sistemas suplementares de apoio operacional; proteção ambiental; sistemas de segurança e de monitoramento de fluxo de pessoas, mercadorias, produtos, veículos e embarcações; dragagens; e treinamento e formação de trabalhadores, inclusive na implantação de Centros de Treinamento Profissional. São beneficiários do REPORTO o operador portuário, o concessionário de porto organizado, o arrendatário de instalação portuária de uso público e a empresa autorizada a explorar instalação portuária de uso privativo misto ou exclusivo, inclusive aquelas que operam com embarcações de offshore, o concessionário de transporte ferroviário, empresas de dragagem, recintos alfandegados de zona secundária e dos Centros de Treinamento Profissional. A suspensão converte-se em isenção após o decurso do prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da ocorrência do respectivo fato gerador.<br><br>Lei nº 11.033/04, arts. 13 a 16, em específico: art. 14; Decreto nº 6.582/08; Lei nº 11.774/08, art. 5º; Lei nº 12.715/12, art. 39; Lei nº 12.688/12, art. 30; Lei nº 13.169, art. 7º; Lei 14.301/22. | 31/12/2023     | não vigente    | --      | --        | --     |
| 47                | <b>RETAERO - Regime Especial de Incentivos Tributários para a Indústria Aeroespacial Brasileira</b><br>Suspensão do PIS/Cofins na importação ou venda no mercado interno de partes, peças, ferramentas, componentes, equipamentos, sistemas, subsistemas, insumos e matérias-primas, a serem empregados na manutenção, conservação, modernização, reparo, revisão, conversão e industrialização dos produtos classificados na posição 88.02 da NCM. Suspensão de PIS/Cofins na importação ou venda no mercado de serviços de tecnologia industrial básica, desenvolvimento e inovação tecnológica, assistência técnica e transferência de tecnologia. A suspensão converte-se em alíquota zero após o emprego, utilização ou incorporação dos referidos bens.<br><br>Lei nº 12.249/10, arts. 29 a 33; Lei nº 12.598/12, art. 16.   | 11/06/2020     | não vigente    | --      | --        | --     |
| 48                | <b>RETID - Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa</b><br>Suspensão do PIS/COFINS sobre a venda no mercado interno ou importação de partes, peças, ferramentas, componentes, equipamentos, sistemas, subsistemas, insumos, matérias-primas, serviços de tecnologia industrial básica, desenvolvimento e inovação tecnológica, assistência técnica e transferência de tecnologia a serem empregados na manutenção, conservação, modernização, reparo, revisão, conversão, industrialização de bens de defesa nacional, quando a aquisição for efetuada por pessoa jurídica beneficiária do RETID. A suspensão também aplica-se à receita de aluguel de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos. Conversão em alíquota zero após o emprego ou utilização dos bens e serviços. Suspensão de PIS e COFINS incidente sobre a receita decorrente da venda dos bens de defesa nacional, definidos em ato do Poder Executivo, e a prestação de serviços de tecnologia industrial básica, projetos, pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica, assistência técnica e transferência de tecnologia, efetuada por pessoa jurídica beneficiária do RETID à União, para uso privativo das Forças Armadas, exceto para uso pessoal e administrativo.<br><br>Lei nº 12.598/12, arts. 7º a 11; Decreto nº 8.122/13.   | 22/03/2032     | 31.798.810     | 0,00    | 0,00      | 0,01   |
| 49                | <b>Simples Nacional - Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte</b><br>Redução da base de cálculo e modificação da alíquotas para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, que optarem pelo Simples Nacional.<br><br>Lei Complementar nº 123/06; Lei Complementar nº 127/07; Lei Complementar nº 139/11; Lei Complementar nº 147/14.   | indeterminado  | 38.389.150.889 | 0,31    | 1,38      | 8,41   |
| 50                | <b>TEF - Tributação Específica do Futebol</b><br>Regime de tributação específico para as Sociedades Anônimas do Futebol que unifica o recolhimento do IRPJ, CSL, PIS, COFINS e Contribuição Previdenciária (artigos I, II e III do caput e no §6º do art. 22 da Lei nº 8.212/91). O regime consiste na tributação das receitas mensais com a aplicação de uma alíquota de 5%, nos 5 primeiros anos-calendário da constituição da sociedade, e de 4%, a partir do 6º ano calendário.<br><br>Lei nº 14.193/2021, arts. 31 e 32.  | indeterminado  | 688.513.753    | 0,01    | 0,02      | 0,15   |
| 51                | <b>Telecomunicações em Áreas Rurais e Regiões Remotas</b><br>Isenção de tributos federais incidentes sobre o faturamento dos serviços de telecomunicações prestados por meio das subfaixas de radiofrequência de 451 MHz a 458 MHz e de 461 MHz a 468 MHz, assim como por meio de estações terrenas satelitais de pequeno porte que contribuam com os objetivos de implantação do PNBL. Isenção de tributos federais incidentes sobre a receita bruta de venda a varejo dos componentes e equipamentos de rede, terminais e transceptores definidos em regulamento que sejam dedicados aos serviços de telecomunicações prestados por meio das subfaixas de radiofrequência de 451 MHz a 458 MHz e de 461 MHz a 468 MHz, assim como por meio de estações terrenas satelitais de pequeno porte que contribuam com os objetivos de implantação do PNBL.<br><br>Lei nº 12.715/12, arts. 35 e 37.  | 31/12/2018     | não vigente    | --      | --        | --     |
| 52                | <b>Termoeletricidade</b><br>Redução a zero da alíquota do PIS/COFINS incidente sobre a venda de gás natural e carvão mineral destinada à produção de energia elétrica.<br><br>Lei nº 10.312/01, arts. 1º e 2º.   | indeterminado  | 637.542.691    | 0,01    | 0,02      | 0,14   |
| 53                | <b>Transporte Coletivo</b><br>Redução a zero das alíquotas do PIS/COFINS sobre o transporte público coletivo municipal de passageiros, por meio rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário. Aplica-se também ao transporte público coletivo intermunicipal, interestadual e internacional de caráter urbano.<br><br>Lei nº 12.860/13.   | indeterminado  | 444.476.310    | 0,00    | 0,02      | 0,10   |

**QUADRO XXI**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2025 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS**

UNIDADE: R\$ 1,00

| 54           | GASTO TRIBUTÁRIO   | PRAZO VIGÊNCIA | VALOR                  | PART. %     |             |              |
|--------------|--|----------------|------------------------|-------------|-------------|--------------|
|              |  |                |                        | PIB         | ARRECADAÇÃO | COFINS       |
| 54           | <b>Transporte Escolar</b><br>Redução a zero das alíquotas do PIS/COFINS incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda, no mercado interno, de veículos e embarcações destinados ao transporte escolar para a educação básica na zona rural, quando adquiridos pela União, Estados, Municípios e pelo Distrito Federal.<br>Lei nº 10.865/04, art. 28, VIII e X.  | indeterminado  | 44.117.546             | 0,00        | 0,00        | 0,01         |
| 55           | <b>Trem de Alta Velocidade</b><br>Redução a zero das alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda, no mercado interno, de serviços de transporte ferroviário em sistema de trens de alta velocidade - TAV.<br>Lei nº 10.865/04, art. 28, XX.  | indeterminado  | 0                      | 0,00        | 0,00        | 0,00         |
| 56           | <b>Zona Franca de Manaus - Importação de Matéria-Prima</b><br>Suspensão do PIS/PASEP-importação e COFINS-importação nas importações efetuadas por empresas localizadas na Zona Franca de Manaus de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, para emprego em processo de industrialização por estabelecimentos industriais instalados na ZFM com projetos aprovados pela SUFRAMA.<br><br>Lei nº 10.865/04, art. 14-A.   | 05/10/2073     | 0                      | 0,00        | 0,00        | 0,00         |
| 57           | <b>Zona Franca de Manaus - Importação de Bens de Capital</b><br>Suspensão da Contribuição para o PIS/PASEP-Importação e da COFINS-Importação incidentes sobre importações de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, para incorporação ao ativo imobilizado da pessoa jurídica importadora estabelecida na Zona Franca de Manaus. A suspensão converte-se em alíquota 0 (zero) após decorridos 18 meses da incorporação do bem ao ativo imobilizado.<br>Lei nº 11.196/05, art. 50; Lei nº 10.865/04, art. 14, § 1º; Decreto nº 5.691/06.  | 05/10/2073     | 0                      | 0,00        | 0,00        | 0,00         |
| 58           | <b>Zona Franca de Manaus - Matéria-Prima Produzida na ZFM</b><br>Redução a zero das alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre as receitas decorrentes da comercialização de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, produzidos na Zona Franca de Manaus, para emprego em processo de industrialização por estabelecimentos industriais instalados na própria ZFM com projetos aprovados pela SUFRAMA.<br>Lei nº 10.637/02, art. 5º-A; Decreto nº 5.310/04.  | 05/10/2073     | 0                      | 0,00        | 0,00        | 0,00         |
| 59           | <b>Zona Franca de Manaus e Área de Livre Comércio - Alíquotas Diferenciadas</b><br>Alíquotas diferenciadas para as Contribuições PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre a receita bruta auferida por pessoa jurídica industrial estabelecida na Zona Franca de Manaus e na Área de Livre Comércio, decorrente da venda de produção própria, consoante projeto aprovado pela SUFRAMA. I) 0,65% e 3%, no caso de venda efetuada a pessoa jurídica estabelecida: a) na Zona Franca de Manaus e na Área de Livre Comércio; b) fora da Zona Franca de Manaus e da Área de Livre Comércio, que apure PIS/COFINS no regime de não-cumulatividade; II) 1,3% e 6%, no caso de venda efetuada a: a) pessoa jurídica estabelecida fora da Zona Franca de Manaus e da Área de Livre Comércio, que apure o imposto de renda com base no lucro presumido; b) pessoa jurídica estabelecida fora da Zona Franca de Manaus e da Área de Livre Comércio, que apure o imposto de renda com base no lucro real e que tenha sua receita, total ou parcialmente, excluída do regime de incidência não-cumulativa do PIS/COFINS; c) pessoa jurídica estabelecida fora da Zona Franca de Manaus e da Área de Livre Comércio e que seja optante pelo SIMPLES; d) órgãos da administração federal, estadual, distrital e municipal. Crédito na aquisição de mercadoria produzida por pessoa jurídica estabelecida na ZFM e na ALC, consoante projeto aprovado pela SUFRAMA, determinado mediante a aplicação da alíquota de 1% e 4,6% e, na situação "II b)", mediante a aplicação da alíquota de 1,65% e 7,60%. Redução a zero das alíquotas na venda de pneus e câmaras de ar para bicicletas, quando produzidas na Zona Franca de Manaus.<br><br>Lei nº 10.996/04, arts. 3º e 4º; Lei nº 10.637/02, art. 2º, § 4º e art. 3º § 12; Lei nº 10.833/03, art. 2º, § 5º e art. 3º § 17; Decreto nº 5.310/04; Lei nº 13.097/15, art. 147. | 05/10/2073     | 2.977.918.540          | 0,02        | 0,11        | 0,65         |
| <b>TOTAL</b> |  |                | <b>123.329.828.588</b> | <b>1,00</b> | <b>4,45</b> | <b>27,00</b> |

**QUADRO XXII**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2025 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO - CIDE**

UNIDADE: R\$ 1,00

|              | GASTO TRIBUTÁRIO  | PRAZO VIGÊNCIA | VALOR          | PART. %     |               |             |
|--------------|---|----------------|----------------|-------------|---------------|-------------|
|              |   |                |                | PIB         | ARRECADADAÇÃO | CIDE        |
| 1            | <b>Copa do Mundo - Organização e Operacionalização da Copa das Confederações (2013) e da Copa do Mundo Fifa (2014)</b><br>isenção da CIDE-Combustível na importação de combustíveis para uso ou consumo exclusivo na organização e realização da Copa das Confederações e/ou Copa do Mundo Fifa. Isenção da CIDE-Tecnologia para a Fifa e a Subsidiária Fifa no Brasil.<br>Lei nº 12.350/10, art. 3º, §1º, VIII e art. 7º, III, a.  | 31/12/2015     | não vigente    | ...         | ...           | ...         |
| 2            | <b>Evento Esportivo, Cultural e Científico</b><br>Isenção da CIDE-Combustíveis incidente na importação de troféus, medalhas, placas, estatuetas, distintivos, flâmulas, bandeiras e outros objetos comemorativos recebidos em evento cultural, científico ou esportivo oficial realizado no exterior ou para serem distribuídos gratuitamente como premiação em evento esportivo realizado no País; bens dos tipos e em quantidades normalmente consumidos em evento esportivo oficial; material promocional, impressos, folhetos e outros bens com finalidade semelhante, a serem distribuídos gratuitamente ou utilizados em evento esportivo oficial; bens importados por desportistas, desde que tenham sido utilizados por estes em evento esportivo oficial e recebidos em doação de entidade de prática desportiva estrangeira ou da promotora ou patrocinadora do evento.<br><br>Lei nº 11.488/07, art. 38. | indeterminado  | 0              | 0,00        | 0,00          | 0,00        |
| 3            | <b>Olimpíadas - Organização e Realização dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016</b><br>Isenção da CIDE-Combustível sobre a importação de combustíveis. Isenção da CIDE-Tecnologia incidente sobre a importação de serviços.<br>Lei nº 12.780/13, art. 4º, §1º, VIII e IX; Decreto nº 8.463/15, art. 7º, § 1º, VIII e IX.   | 31/12/2017     | não vigente    | ...         | ...           | ...         |
| 4            | <b>PADIS - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores</b><br>Redução a zero da alíquota da CIDE-Tecnologia nas remessas ao exterior para pagamento de patentes ou uso de marcas e fornecimento de tecnologia e prestação de assistência técnica, quando efetuadas por pessoa jurídica beneficiária do PADIS.<br>Lei nº 11.484/07, art. 3º, § 3º, arts. 5º e 65; Lei nº 13.169/15, art. 12.   | indeterminado  | 818.801        | 0,00        | 0,00          | 0,02        |
| 5            | <b>PATVD - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital</b><br>Redução a zero da alíquota da CIDE-Tecnologia nas remessas ao exterior para pagamento de patentes ou uso de marcas e fornecimento de tecnologia e prestação de assistência técnica, quando efetuadas por pessoa jurídica beneficiária do PATVD.<br>Lei nº 11.484/07, art. 14, § 3º e art. 66.   | 22/01/2017     | não vigente    | ...         | ...           | ...         |
| 6            | <b>PROUCA - REICOMP - Regime Especial de Incentivo a Computadores para Uso Educacional</b><br>Suspensão de CIDE-Tecnologia incidente na importação serviços destinados à fabricação dos equipamentos. A suspensão converte-se em alíquota zero após a incorporação ou utilização dos serviços nos equipamentos.<br>Lei nº 12.249/10, art. 9º, III e art. 139; Lei nº 12.715/12, arts. 15 a 23 e 78, em específico art. 18.  | 31/12/2015     | não vigente    | ...         | ...           | ...         |
| <b>TOTAL</b> |   |                | <b>818.801</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b>   | <b>0,02</b> |

QUADRO XXIII  
GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2025 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTADO  
ADICIONAL AO FRETE PARA A RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE - AFRMM

UNIDADE: R\$ 1,00

| UNIDADE: R\$ 1,00 | GASTO TRIBUTÁRIO  | PRAZO VIGÊNCIA | VALOR                | PART. %     |             |              |
|-------------------|---|----------------|----------------------|-------------|-------------|--------------|
|                   |   |                |                      | PIB         | ARRECADACÃO | AFRMM        |
| 1                 | <b>Amazônia Ocidental</b><br>Isenção do AFRMM para mercadorias que sejam destinadas ao consumo ou industrialização na Amazônia Ocidental, excluídas armas, munições, fumo, bebidas alcoólicas, perfumes, veículos de carga, automóveis de passageiros e graneis líquidos.<br>Lei nº 10.893/04, art. 14, V, g.   | indeterminado  | 1.217.856.049        | 0,01        | 0,04        | 11,80        |
| 2                 | <b>Copa do Mundo - Organização e Operacionalização da Copa das Confederações (2013) e da Copa do Mundo Fifa (2014)</b><br>Isenção do AFRMM nas importações de bens ou mercadorias para uso ou consumo na organização e realização dos Eventos.<br>Lei nº 12.350/10, art. 3º, § 1º, VII.   | 31/12/2015     | não vigente          | ...         | ...         | ...          |
| 3                 | <b>Doações de Bens para Entidades Filantrópicas</b><br>Isenção do AFRMM para bens sem interesse comercial, doados a entidades filantrópicas, desde que o donatário os destine, total e exclusivamente, a obras sociais e assistenciais gratuitamente prestadas.<br>Lei nº 10.893/04, art. 14, IV, a.  | indeterminado  | 152.402              | 0,00        | 0,00        | 0,00         |
| 4                 | <b>Livros, Jornais e Periódicos</b><br>Isenção do AFRMM sobre livros, jornais e periódicos, bem como o papel destinado a sua impressão.<br>Lei nº 10.893/04, art. 14, II.   | indeterminado  | 19.695.180           | 0,00        | 0,00        | 0,19         |
| 5                 | <b>Mercadorias Norte e Nordeste</b><br>Não incidência do AFRMM sobre as mercadorias transportadas por meio fluvial e lacustre, exceto graneis líquidos, transportados no âmbito das Regiões Norte e Nordeste. Não incidência sobre mercadorias cuja origem ou destino final seja porto localizado na Região Norte ou Nordeste do País, nas navegações de cabotagem, quando o descarregamento tiver início até 08 de janeiro de 2022. Não incidência sobre mercadorias cuja origem ou destino seja porto localizado na Região Norte ou Nordeste do país, nas navegações realizadas em casco com fundo duplo, destinadas ao transporte de combustíveis quando o descarregamento tiver início até 08 de janeiro de 2022.<br>Lei nº 9.432/97, art. 17; Lei nº 10.893/04, art. 4º, Parágrafo único, inciso I; Lei nº 11.033/04, art. 18; Lei nº 11.482/07, art. 11; Lei nº 12.507/11, art. 3º; Lei nº 13.458/17; Decreto nº 8.257/14, art. 4º, incisos II, III e IV e Parágrafo único. | indeterminado  | 1.840.781.761        | 0,01        | 0,07        | 17,84        |
| 6                 | <b>Olimpíadas - Organização e Realização dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016</b><br>Isenção do AFRMM incidente nas importações de bens ou mercadorias para uso ou consumo exclusivo na organização e realização dos Jogos.<br>Lei nº 12.780/13, art. 4º, § 1º, VII; Decreto nº 8.463/15, art. 7º, § 1º, VII.  | 31/12/2017     | não vigente          | ...         | ...         | ...          |
| 7                 | <b>Pesquisas Científicas</b><br>Isenção do AFRMM para bens destinados à pesquisa científica e tecnológica, conforme disposto em lei.<br>Lei nº 10.893/04, art. 14, IV, e; Lei nº 12.599/12, art. 1º.  | indeterminado  | 1.233.320            | 0,00        | 0,00        | 0,01         |
| 8                 | <b>SUDAM/SUDENE - Isenção AFRMM</b><br>Isenção do AFRMM para os empreendimentos que se implantarem, modernizarem, ampliarem ou diversificarem no Nordeste e na Amazônia e que sejam considerados de interesse para o desenvolvimento destas regiões, segundo avaliações técnicas específicas das respectivas Superintendências de Desenvolvimento.<br>Lei nº 9.808/99, art. 4º; Lei nº 12.431/11, art. 22.  | 31/12/2015     | não vigente          | ...         | ...         | ...          |
| <b>TOTAL</b>      |   |                | <b>3.079.718.713</b> | <b>0,02</b> | <b>0,11</b> | <b>29,84</b> |

**QUADRO XXIV**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2025 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA CINEMATOGRÁFICA NACIONAL - CONDECINE**

UNIDADE: R\$ 1.00

| GASTO TRIBUTÁRIO  | PRAZO VIGÊNCIA    | VALOR       | PART. % |               |           |
|---|-------------------|-------------|---------|---------------|-----------|
|   |                   |             | PIB     | ARRECADADAÇÃO | CONDECINE |
| <p><b>1</b></p> <p><b>Copa do Mundo - Organização e Operacionalização da Copa das Confederações (2013) e da Copa do Mundo Fifa (2014)</b></p> <p>Isenção da CONDECINE incidente nas importações da FIFA.<br/>Lei nº 12.350/10, arts. 2º a 16.</p>   | <b>31/12/2015</b> | não vigente | ...     | ...           | ...       |
| <p><b>2</b></p> <p><b>Olimpiadas - Organização e Realização dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016</b></p> <p>Isenção da CONDECINE em relação aos fatos geradores decorrentes das atividades próprias e diretamente vinculadas à organização ou realização dos Eventos.<br/>Lei nº 12.780/13; Decreto nº 8.463/15.</p>   | <b>31/12/2017</b> | não vigente | ...     | ...           | ...       |
| <p><b>3</b></p> <p><b>Programação</b></p> <p>Isenção da CONDECINE, referente à programação internacional de que trata o inciso XIV do art. 1º, incidente sobre as remessas para o exterior, relativas a rendimentos ou remuneração decorrentes da exploração de obras cinematográficas ou videofonográficas ou por sua aquisição ou importação a preço fixo, bem como qualquer montante referente a aquisição ou licenciamento de qualquer forma de direitos, desde que a programadora beneficiária desta isenção opte por aplicar o valor correspondente a 3% (três por cento) em projetos de produção de obras cinematográficas e videofonográficas brasileiras de longa, média e curta metragens de produção independente, de co-produção de obras cinematográficas e videofonográficas brasileiras de produção independente, de telefilmes, minisséries, documentais, ficcionais, animações e de programas de televisão de caráter educativo e cultural, brasileiros de produção independente, aprovados pela ANCINE. Isenção da CONDECINE, referente à programação de que trata o inciso XV do art. 1º, incidente sobre as remessas para o exterior, relativas a rendimentos ou remuneração decorrentes da exploração de obras cinematográficas ou videofonográficas ou por sua aquisição ou importação a preço fixo, bem como qualquer montante referente a aquisição ou licenciamento de qualquer forma de direitos.</p> <p>MP nº 2.228-1/01, art. 39, VII, X; Lei nº 10.454/02.</p> | indeterminado     | 17.505.040  | 0,00    | 0,00          | 0,17      |
| <b>TOTAL</b>  |                   | 17.505.040  | 0,00    | 0,00          | 0,17      |

**QUADRO XXV**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2025 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**CONTRIBUIÇÃO PARA A PREVIDÊNCIA SOCIAL**

UNIDADE: R\$ 1,00

|              | GASTO TRIBUTÁRIO   | PRAZO VIGÊNCIA | VALOR                 | PIB         | ARRECADAÇÃO | PART. % | C. PREVI     |
|--------------|--|----------------|-----------------------|-------------|-------------|---------|--------------|
| 1            | <b>Academia Brasileira de Letras - ABL</b><br>Isenção de IOF, PIS sobre folha de salários, do imposto de renda sobre rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou variável pela Academia Brasileira de Letras, pela Associação Brasileira de Imprensa e pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.(efeitos a partir do 1º dia do exercício seguinte à inclusão no PLOA)<br><br>Lei nº 13.353/16, art. 1º; Lei Complementar nº 70/91, art. 6º.                               | indeterminado  | 0                     | 0,00        | 0,00        |         | 0,00         |
| 2            | <b>Associação Brasileira de Imprensa - ABI</b><br>Isenção de IOF, PIS sobre folha de salários, do imposto de renda sobre rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou variável pela Academia Brasileira de Letras, pela Associação Brasileira de Imprensa e pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.(efeitos a partir do 1º dia do exercício seguinte à inclusão no PLOA)<br><br>Lei nº 13.353/16, art. 1º; Lei Complementar nº 70/91, art. 6º.                           | indeterminado  | 0                     | 0,00        | 0,00        |         | 0,00         |
| 3            | <b>Copa do Mundo - Organização e Operacionalização da Copa das Confederações (2013) e da Copa do Mundo Fifa (2014)</b><br>Isenção da contribuição previdenciária patronal destinada à FIFA e entidades organizadoras da Copa do Mundo.<br>Lei nº 12.350/10, arts. 2º a 16.   | 31/12/2015     | não vigente           | --          | --          |         | --           |
| 4            | <b>Desoneração da Folha de Salários</b><br>Contribuição Previdenciária Patronal incidente sobre o faturamento, com alíquota de 1,0%, 1,5%, 2,0%, 2,5%, 3,0% ou 4,5%, em substituição à incidência sobre a folha de salários.<br><br>Lei nº 12.546/12, arts. 7º a 11; Lei nº 12.715/12, arts. 55 e 56; Lei nº 12.794/13, arts. 1º e 2º; MP nº 601/12; MP nº 612/13, arts. 25 e 26; Lei nº 12.844/13; Lei nº 13.043/14, art. 53; Lei nº 13.161/15; Lei nº 13.202/15, Lei 14.288/21 art. 2º.                                  | 31/12/2023     | não vigente           | --          | --          |         | --           |
| 5            | <b>Dona de Casa</b><br>Redução da alíquota (5%) da contribuição previdenciária do segurado facultativo sem renda própria que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencente a família de baixa renda.<br>Lei nº 12.470/11; Lei nº 8.212/91, art. 21, § 2º, II, b.  | indeterminado  | 402.386.075           | 0,00        | 0,01        |         | 0,06         |
| 6            | <b>Entidades Filantrópicas</b><br>Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal para as entidades beneficentes de assistência social.<br>Constituição Federal do Brasil 1988, art. 195, § 7º; Lei nº 12.101/09; Decreto nº 8.242/14.   | indeterminado  | 17.536.333.445        | 0,14        | 0,63        |         | 2,53         |
| 7            | <b>Exportação da Produção Rural</b><br>Não incidência da contribuição social sobre receitas de exportações do setor rural (agropecuária e produtor rural pessoa jurídica).<br>Constituição Federal do Brasil 1988, art. 149, § 2º, I; Lei nº 8.870/94, art. 25.  | indeterminado  | 10.820.268.957        | 0,09        | 0,39        |         | 1,56         |
| 8            | <b>Funrural</b><br>Redução para 1,2% da Contribuição destinada à Seguridade Social Rural de que trata o artigo 25 da Lei nº 8.212/1991.<br>Lei nº 13.606/18.   | indeterminado  | 3.597.423.529         | 0,03        | 0,13        |         | 0,52         |
| 9            | <b>Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB</b><br>Isenção de IOF, PIS sobre folha de salários, do imposto de renda sobre rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou variável pela Academia Brasileira de Letras, pela Associação Brasileira de Imprensa e pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.(efeitos a partir do 1º dia do exercício seguinte à inclusão no PLOA)<br><br>Lei nº 13.353/16, art. 1º; Lei Complementar nº 70/91, art. 6º.                | indeterminado  | 0                     | 0,00        | 0,00        |         | 0,00         |
| 10           | <b>MEI - Microempreendedor Individual</b><br>Redução da alíquota (5%) da contribuição previdenciária do segurado microempreendedor individual.<br>Lei complementar nº 123/06, art. 18-A, § 3º, V, a e § 11; Lei nº 12.470/11; Lei nº 8.212/91, art. 21, § 2º, II, a.   | indeterminado  | 6.751.144.431         | 0,05        | 0,24        |         | 0,98         |
| 11           | <b>Olimpiadas - Organização e Realização dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016</b><br>Isenção da contribuição previdenciária patronal destinada ao Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos - RIO 2016.<br>Lei nº 12.780/13; Decreto nº 8.463/15.  | 31/12/2017     | não vigente           | --          | --          |         | --           |
| 12           | <b>Simples Nacional - Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte</b><br>Redução da base de cálculo e modificação da alíquotas para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, que optaram pelo Simples Nacional.<br>Lei Complementar nº 123/06; Lei Complementar nº 127/07; Lei Complementar nº 139/11; Lei Complementar nº 147/14.   | indeterminado  | 34.349.241.157        | 0,28        | 1,24        |         | 4,96         |
| 13           | <b>TEF - Tributação Específica do Futebol</b><br>Regime de tributação específico para as Sociedades Anônimas do Futebol que unifica o recolhimento do IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e Contribuição Previdenciária (artigos I, II e III do caput e no §6º do art. 22 da Lei nº 8.212/91). O regime consiste na tributação das receitas mensais com a aplicação de uma alíquota de 5%, nos 5 primeiros anos-calendário da constituição da sociedade, e de 4%, a partir do 6º ano calendário.<br>Lei nº 14.193/2021, arts. 31 e 32. | indeterminado  | 1.005.214.725         | 0,01        | 0,04        |         | 0,15         |
| <b>TOTAL</b> |  |                | <b>74.462.012.319</b> | <b>0,60</b> | <b>2,69</b> |         | <b>10,76</b> |

**Anexo IV**

**Metas Fiscais**

**IV.10 - Renúncia de Receita Administrada pela RFB e Previdência**

**Ano: 2026**

(Art. 4º, § 2º, inciso V, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000)

**QUADRO I**

**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2026 - POR FUNÇÃO ORÇAMENTÁRIA - REGIONALIZADO  
(VALORES NOMINAIS)**

UNIDADE: R\$ 1,00

| FUNÇÃO ORÇAMENTÁRIA   | NORTE                 | NORDESTE               | CENTRO-OESTE           | SUDESTE                  | SUL                    | TOTAL                    |
|-----------------------|-----------------------|------------------------|------------------------|--------------------------|------------------------|--------------------------|
| Administração         | 2.220.251             | 8.256.263              | 106.466.781            | 248.340.384              | 20.936.279             | 386.219.958              |
| Agricultura           | 7.587.692.274         | 7.853.090.541          | 14.799.578.772         | 24.793.932.707           | 16.304.225.628         | 71.338.519.921           |
| Assistência Social    | 883.269.439           | 4.061.898.307          | 3.315.040.725          | 18.935.885.928           | 5.518.080.522          | 32.714.174.921           |
| Ciência e Tecnologia  | 2.319.361.260         | 680.419.656            | 350.171.760            | 14.384.787.316           | 3.989.200.984          | 21.723.940.976           |
| Comércio e Serviço    | 27.506.220.624        | 16.867.206.322         | 10.108.199.284         | 63.514.706.087           | 25.041.037.143         | 143.037.369.460          |
| Comunicações          | 3.120.374             | 4.281.537              | 4.178.561              | 8.109.895                | 3.158.254              | 22.848.620               |
| Cultura               | 97.931.426            | 340.371.960            | 104.647.298            | 3.786.228.056            | 552.341.373            | 4.881.520.112            |
| Defesa Nacional       | 0                     | 0                      | 0                      | 63.160.663               | 3.095.813              | 66.256.476               |
| Desporto e Lazer      | 201.691.337           | 459.935.023            | 331.461.302            | 2.644.785.929            | 715.948.576            | 4.353.822.167            |
| Direitos da Cidadania | 92.382.657            | 143.808.332            | 111.214.863            | 1.600.960.498            | 410.659.359            | 2.359.025.709            |
| Educação              | 771.820.450           | 3.016.141.399          | 1.531.790.813          | 10.779.769.727           | 3.681.643.151          | 19.781.165.540           |
| Encargos Especiais    | 0                     | 0                      | 0                      | 0                        | 0                      | 0                        |
| Energia               | 96.619.582            | 772.217.468            | 126.581.982            | 1.778.116.512            | 429.003.871            | 3.202.539.415            |
| Essencial à Justiça   | 0                     | 0                      | 0                      | 0                        | 0                      | 0                        |
| Gestão Ambiental      | 8.984.254             | 17.239.321             | 14.356.830             | 233.317.513              | 76.927.217             | 350.825.134              |
| Habitação             | 717.504.144           | 2.413.483.229          | 1.785.380.722          | 13.463.228.913           | 3.747.074.647          | 22.126.671.655           |
| Indústria             | 20.815.007.100        | 11.730.352.276         | 2.800.317.873          | 12.977.040.375           | 4.836.357.519          | 53.159.075.144           |
| Judiciária            | 0                     | 0                      | 0                      | 0                        | 0                      | 0                        |
| Legislativa           | 0                     | 0                      | 0                      | 0                        | 0                      | 0                        |
| Não definida          | 98.772.969            | 564.872.014            | 409.859.808            | 4.542.846.061            | 1.144.317.748          | 6.760.668.599            |
| Organização Agrária   | 3.274.851             | 31.773.570             | 1.172.611              | 10.558.916               | 17.039.161             | 63.819.109               |
| Relações Exteriores   | 0                     | 0                      | 0                      | 0                        | 0                      | 0                        |
| Saneamento            | 5.233.384             | 2.460.479              | 6.693.085              | 26.747.551               | 12.075.573             | 53.210.073               |
| Saúde                 | 2.607.656.374         | 8.765.922.699          | 10.720.624.142         | 53.082.240.731           | 10.193.988.327         | 85.370.432.274           |
| Segurança Pública     | 0                     | 0                      | 0                      | 0                        | 0                      | 0                        |
| Trabalho              | 1.626.941.156         | 6.932.926.936          | 4.918.138.237          | 28.750.310.987           | 8.559.248.314          | 50.787.565.630           |
| Transporte            | 285.928.639           | 928.851.325            | 477.718.608            | 7.686.772.367            | 494.127.809            | 9.873.398.747            |
| Urbanismo             | 0                     | 0                      | 0                      | 0                        | 0                      | 0                        |
| <b>TOTAL</b>          | <b>65.731.632.544</b> | <b>65.595.508.655</b>  | <b>52.023.594.057</b>  | <b>263.311.847.116</b>   | <b>85.750.487.268</b>  | <b>532.413.069.642</b>   |
| <b>ARRECADAÇÃO*</b>   | <b>76.748.001.198</b> | <b>220.290.266.981</b> | <b>331.105.424.601</b> | <b>1.869.035.170.465</b> | <b>450.794.569.321</b> | <b>2.947.973.432.567</b> |

\*Exceto CPSS

**QUADRO II**

**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2026 - POR FUNÇÃO ORÇAMENTÁRIA - REGIONALIZADO  
(RAZÕES PERCENTUAIS)**

UNIDADE: %

| <b>FUNÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>   | <b>NORTE</b> | <b>NORDESTE</b> | <b>CENTRO-OESTE</b> | <b>SUDESTE</b> | <b>SUL</b>   | <b>TOTAL</b>  |
|------------------------------|--------------|-----------------|---------------------|----------------|--------------|---------------|
| Administração                | 0,57         | 2,14            | 27,57               | 64,30          | 5,42         | 100,00        |
| Agricultura                  | 10,64        | 11,01           | 20,75               | 34,76          | 22,85        | 100,00        |
| Assistência Social           | 2,70         | 12,42           | 10,13               | 57,88          | 16,87        | 100,00        |
| Ciência e Tecnologia         | 10,68        | 3,13            | 1,61                | 66,22          | 18,36        | 100,00        |
| Comércio e Serviço           | 19,23        | 11,79           | 7,07                | 44,40          | 17,51        | 100,00        |
| Comunicações                 | 13,66        | 18,74           | 18,29               | 35,49          | 13,82        | 100,00        |
| Cultura                      | 2,01         | 6,97            | 2,14                | 77,56          | 11,31        | 100,00        |
| Defesa Nacional              | 0,00         | 0,00            | 0,00                | 95,33          | 4,67         | 100,00        |
| Desporto e Lazer             | 4,63         | 10,56           | 7,61                | 60,75          | 16,44        | 100,00        |
| Direitos da Cidadania        | 3,92         | 6,10            | 4,71                | 67,87          | 17,41        | 100,00        |
| Educação                     | 3,90         | 15,25           | 7,74                | 54,50          | 18,61        | 100,00        |
| Encargos Especiais           | -            | -               | -                   | -              | -            | -             |
| Energia                      | 3,02         | 24,11           | 3,95                | 55,52          | 13,40        | 100,00        |
| Essencial à Justiça          | -            | -               | -                   | -              | -            | -             |
| Gestão Ambiental             | 2,56         | 4,91            | 4,09                | 66,51          | 21,93        | 100,00        |
| Habituação                   | 3,24         | 10,91           | 8,07                | 60,85          | 16,93        | 100,00        |
| Indústria                    | 39,16        | 22,07           | 5,27                | 24,41          | 9,10         | 100,00        |
| Judiciária                   | -            | -               | -                   | -              | -            | -             |
| Legislativa                  | -            | -               | -                   | -              | -            | -             |
| Não definida                 | 1,46         | 8,36            | 6,06                | 67,20          | 16,93        | 100,00        |
| Organização Agrária          | 5,13         | 49,79           | 1,84                | 16,55          | 26,70        | 100,00        |
| Relações Exteriores          | -            | -               | -                   | -              | -            | -             |
| Saneamento                   | 9,84         | 4,62            | 12,58               | 50,27          | 22,69        | 100,00        |
| Saúde                        | 3,05         | 10,27           | 12,56               | 62,18          | 11,94        | 100,00        |
| Segurança Pública            | -            | -               | -                   | -              | -            | -             |
| Trabalho                     | 3,20         | 13,65           | 9,68                | 56,61          | 16,85        | 100,00        |
| Transporte                   | 2,90         | 9,41            | 4,84                | 77,85          | 5,00         | 100,00        |
| Urbanismo                    | -            | -               | -                   | -              | -            | -             |
| <b>TOTAL</b>                 | <b>12,35</b> | <b>12,32</b>    | <b>9,77</b>         | <b>49,46</b>   | <b>16,11</b> | <b>100,00</b> |
| <b>GASTOS / ARRECADAÇÃO*</b> | <b>85,65</b> | <b>29,78</b>    | <b>15,71</b>        | <b>14,09</b>   | <b>19,02</b> | <b>18,06</b>  |

\*Exceto CPSS

**QUADRO III**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2026**  
**POR FUNÇÃO ORÇAMENTÁRIA E POR MODALIDADE DE GASTO**

UNIDADE: R\$ 1,00

| <b>FUNÇÃO ORÇAMENTÁRIA / GASTO TRIBUTÁRIO</b>                                   | <b>VALOR</b>           | <b>%</b>      |
|---|------------------------|---------------|
| <b>Administração</b>  | <b>386.219.958</b>     | <b>0,07%</b>  |
| Rede Arrecadadora   | 386.219.958            | 0,07%         |
| <b>Agricultura</b>  | <b>71.338.519.921</b>  | <b>13,40%</b> |
| Agricultura e Agroindústria - Defensivos agrícolas                              | 6.970.804.212          | 1,31%         |
| Agricultura e Agroindústria - Desoneração Cesta Básica                          | 41.311.775.790         | 7,76%         |
| Amazônia Ocidental  | 64.221.519             | 0,01%         |
| Exportação da Produção Rural  | 11.240.365.162         | 2,11%         |
| Fundos Constitucionais  | 86.299.198             | 0,02%         |
| Funrural  | 3.734.980.218          | 0,70%         |
| Investimentos em Infra-Estrutura  | 0                      | 0,00%         |
| Mercadorias Norte e Nordeste  | 97.070.423             | 0,02%         |
| REIDI   | 60.105                 | 0,00%         |
| Seguro Rural  | 795.183.170            | 0,15%         |
| SUDAM   | 1.272.345.930          | 0,24%         |
| SUDENE  | 1.782.267.157          | 0,33%         |
| Zona Franca de Manaus   | 3.937.168.796          | 0,74%         |
| Zona Franca de Manaus - Importação de Matéria-Prima                             | 0                      | 0,00%         |
| Zona Franca de Manaus - Importação de Bens de Capital                           | 0                      | 0,00%         |
| Zona Franca de Manaus - Matéria-Prima Produzida na ZFM                          | 0                      | 0,00%         |
| Zona Franca de Manaus e Área de Livre Comércio - Alíquotas Diferenciadas        | 45.978.240             | 0,01%         |
| Zona Franca de Manaus e Área de Livre Comércio - Aquisição de Mercadorias       | 0                      | 0,00%         |
| <b>Assistência Social</b>   | <b>32.714.174.921</b>  | <b>6,14%</b>  |
| Aposentadoria de Declarante com 65 Anos ou Mais                                 | 16.310.899.471         | 3,06%         |
| Automóveis - Pessoas Portadoras de Deficiência                                  | 1.717.552.838          | 0,32%         |
| Cadeira de Rodas e Aparelhos Assistivos   | 1.262.386.451          | 0,24%         |
| Doações a Entidades Cívis Sem Fins Lucrativos                                   | 523.490.679            | 0,10%         |
| Doações de Bens para Entidades Filantrópicas                                    | 160.734                | 0,00%         |
| Dona de Casa  | 417.772.336            | 0,08%         |
| Entidades Filantrópicas   | 2.781.050.301          | 0,52%         |
| Entidades sem Fins Lucrativos - Associação Civil                                | 5.084.025.785          | 0,95%         |
| Entidades sem Fins Lucrativos - Filantrópica                                    | 4.616.836.327          | 0,87%         |
| <b>Ciência e Tecnologia</b>   | <b>21.723.940.976</b>  | <b>4,08%</b>  |
| Despesas com Pesquisas Científicas e Tecnológicas                               | 3.561.256.625          | 0,67%         |
| Entidades sem Fins Lucrativos - Científica                                      | 105.557.222            | 0,02%         |
| Evento Esportivo, Cultural e Científico   | 967.771                | 0,00%         |
| Informática e Automação   | 9.508.034.321          | 1,79%         |
| Inovação Tecnológica  | 7.647.357.050          | 1,44%         |
| Investimentos em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação                           | 0                      | 0,00%         |
| Máquinas e Equipamentos - CNPq  | 502.795.359            | 0,09%         |
| PADIS   | 395.786.603            | 0,07%         |
| Pesquisas Científicas   | 1.300.740              | 0,00%         |
| SUDAM   | 0                      | 0,00%         |
| SUDENE  | 0                      | 0,00%         |
| TI e TIC - Tecnologia de Informação e Tecnologia da Informação e da Comunicação | 885.285                | 0,00%         |
| <b>Comércio e Serviço</b>   | <b>143.037.369.460</b> | <b>26,87%</b> |
| Amazônia Ocidental  | 937.634.184            | 0,18%         |
| Áreas de Livre Comércio   | 697.672.772            | 0,13%         |
| Fundos Constitucionais  | 1.294.336.883          | 0,24%         |
| Mercadorias Norte e Nordeste  | 1.417.228.175          | 0,27%         |
| PERSE - Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos                    | 4.802.257.069          | 0,90%         |

**QUADRO III**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2026**  
**POR FUNÇÃO ORÇAMENTÁRIA E POR MODALIDADE DE GASTO**

UNIDADE: R\$ 1,00

| <b>FUNÇÃO ORÇAMENTÁRIA / GASTO TRIBUTÁRIO</b>                             | <b>VALOR</b>          | <b>%</b>     |
|---|-----------------------|--------------|
| Promoção de Produtos e Serviços Brasileiros                               | 12.024.147            | 0,00%        |
| Simples Nacional  | 113.364.341.227       | 21,29%       |
| Zona Franca de Manaus   | 18.496.648.161        | 3,47%        |
| Zona Franca de Manaus - Importação de Matéria-Prima                       | 0                     | 0,00%        |
| Zona Franca de Manaus - Importação de Bens de Capital                     | 0                     | 0,00%        |
| Zona Franca de Manaus - Matéria-Prima Produzida na ZFM                    | 0                     | 0,00%        |
| Zona Franca de Manaus e Área de Livre Comércio - Alíquotas Diferenciadas  | 2.015.226.842         | 0,38%        |
| Zona Franca de Manaus e Área de Livre Comércio - Aquisição de Mercadorias | 0                     | 0,00%        |
| <b>Comunicações</b>   | <b>22.848.620</b>     | <b>0,00%</b> |
| Investimentos em Infra-Estrutura  | 22.848.620            | 0,00%        |
| <b>Cultura</b>  | <b>4.881.520.112</b>  | <b>0,92%</b> |
| Atividade Audiovisual   | 187.237.339           | 0,04%        |
| Entidades sem Fins Lucrativos - Cultural                                  | 127.357.488           | 0,02%        |
| Evento Esportivo, Cultural e Científico                                   | 967.771               | 0,00%        |
| Indústria Cinematográfica e Radiodifusão                                  | 22.503.447            | 0,00%        |
| Livros  | 2.034.578.615         | 0,38%        |
| Livros, Jornais e Periódicos  | 20.771.821            | 0,00%        |
| Programa Nacional de Apoio à Cultura                                      | 2.469.918.960         | 0,46%        |
| Programação   | 18.184.671            | 0,00%        |
| <b>Defesa Nacional</b>  | <b>66.256.476</b>     | <b>0,01%</b> |
| RETID   | 66.256.476            | 0,01%        |
| <b>Desporto e Lazer</b>   | <b>4.353.822.167</b>  | <b>0,82%</b> |
| Entidades sem Fins Lucrativos - Recreativa                                | 548.636.217           | 0,10%        |
| Evento Esportivo, Cultural e Científico                                   | 967.771               | 0,00%        |
| Incentivo ao Desporto   | 896.587.075           | 0,17%        |
| TEF - Tributação Específica do Futebol                                    | 2.907.631.104         | 0,55%        |
| <b>Direitos da Cidadania</b>  | <b>2.359.025.709</b>  | <b>0,44%</b> |
| Entidades sem Fins Lucrativos - Associação Civil                          | 0                     | 0,00%        |
| Fundos da Criança e do Adolescente  | 879.735.641           | 0,17%        |
| Fundos do Idoso   | 476.031.050           | 0,09%        |
| Horário Eleitoral Gratuito  | 1.003.259.018         | 0,19%        |
| <b>Educação</b>   | <b>19.781.165.540</b> | <b>3,72%</b> |
| Despesas com Educação   | 5.663.015.078         | 1,06%        |
| Doações a Instituições de Ensino e Pesquisa                               | 84.622.775            | 0,02%        |
| Entidades Filantrópicas   | 4.384.956.128         | 0,82%        |
| Entidades sem Fins Lucrativos - Educação                                  | 5.787.948.936         | 1,09%        |
| PROUNI  | 3.803.756.410         | 0,71%        |
| Transporte Escolar  | 56.866.212            | 0,01%        |
| <b>Energia</b>  | <b>3.202.539.415</b>  | <b>0,60%</b> |
| Aerogeradores   | 240.249.357           | 0,05%        |
| Biodiesel   | 139.250.653           | 0,03%        |
| Gás Natural Liquefeito  | 165.163.379           | 0,03%        |
| Investimentos em Infra-Estrutura  | 731.186.150           | 0,14%        |
| REIDI   | 1.108.315.493         | 0,21%        |
| Termoeletricidade   | 818.374.383           | 0,15%        |
| <b>Gestão Ambiental</b>   | <b>350.825.134</b>    | <b>0,07%</b> |
| Reciclagem  | 350.825.134           | 0,07%        |
| <b>Habitação</b>  | <b>22.126.671.655</b> | <b>4,16%</b> |
| Associações de Poupança e Empréstimo                                      | 42.775.119            | 0,01%        |
| Financiamentos Habitacionais  | 8.133.238.389         | 1,53%        |

**QUADRO III**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2026**  
**POR FUNÇÃO ORÇAMENTÁRIA E POR MODALIDADE DE GASTO**

UNIDADE: R\$ 1,00

| FUNÇÃO ORÇAMENTÁRIA / GASTO TRIBUTÁRIO |   | VALOR                 | %             |
|--|---|-----------------------|---------------|
|  | Minha Casa, Minha Vida  | 320.181.641           | 0,06%         |
|  | Poupança  | 13.630.476.506        | 2,56%         |
| <b>Indústria</b>                       |   | <b>53.159.075.144</b> | <b>9,98%</b>  |
|  | Amazônia Ocidental  | 282.574.686           | 0,05%         |
|  | Fundos Constitucionais  | 384.899.858           | 0,07%         |
|  | Mercadorias Norte e Nordeste  | 427.109.861           | 0,08%         |
|  | Petroquímica  | 1.319.090.000         | 0,25%         |
|  | Rota 2030   | 3.809.725.311         | 0,72%         |
|  | Simplex Nacional  | 18.312.005.647        | 3,44%         |
|  | SUDAM   | 5.674.742.945         | 1,07%         |
|  | SUDENE  | 7.949.023.715         | 1,49%         |
|  | Zona Franca de Manaus   | 13.233.371.495        | 2,49%         |
|  | Zona Franca de Manaus - Importação de Matéria-Prima                       | 0                     | 0,00%         |
|  | Zona Franca de Manaus - Importação de Bens de Capital                     | 0                     | 0,00%         |
|  | Zona Franca de Manaus - Matéria-Prima Produzida na ZFM                    | 0                     | 0,00%         |
|  | Zona Franca de Manaus e Área de Livre Comércio - Alíquotas Diferenciadas  | 1.766.531.626         | 0,33%         |
|  | Zona Franca de Manaus e Área de Livre Comércio - Aquisição de Mercadorias | 0                     | 0,00%         |
| <b>Não definida</b>                    |   | <b>6.760.668.599</b>  | <b>1,27%</b>  |
|  | Títulos de Crédito - Setor Imobiliário e do Agronegócio                   | 6.760.668.599         | 1,27%         |
| <b>Organização Agrária</b>             |   | <b>63.819.109</b>     | <b>0,01%</b>  |
|  | ITR   | 63.819.109            | 0,01%         |
| <b>Saneamento</b>                      |   | <b>53.210.073</b>     | <b>0,01%</b>  |
|  | Investimentos em Infra-Estrutura  | 53.210.073            | 0,01%         |
|  | REIDI   | 0                     | 0,00%         |
| <b>Saúde</b>                           |   | <b>85.370.432.274</b> | <b>16,03%</b> |
|  | Água Mineral  | 370.340.571           | 0,07%         |
|  | Assistência Médica, Odontológica e Farmacêutica a Empregados              | 14.586.050.380        | 2,74%         |
|  | Despesas Médicas  | 28.209.926.461        | 5,30%         |
|  | Entidades Filantrópicas   | 11.814.697.076        | 2,22%         |
|  | Entidades sem Fins Lucrativos - Assistência Social e Saúde                | 8.998.609.548         | 1,69%         |
|  | Equipamentos para uso médico, hospitalar, clínico ou laboratorial         | 28.615.672            | 0,01%         |
|  | Medicamentos  | 10.253.166.013        | 1,93%         |
|  | Produtos Químicos e Farmacêuticos   | 11.109.026.552        | 2,09%         |
| <b>Trabalho</b>                        |   | <b>50.787.565.630</b> | <b>9,54%</b>  |
|  | Aposentadoria por Moléstia Grave ou Acidente                              | 25.504.793.678        | 4,79%         |
|  | Benefícios Previdenciários e FAPI   | 1.650.702.919         | 0,31%         |
|  | Empresa cidadã  | 353.961.888           | 0,07%         |
|  | Indenizações por Rescisão de Contrato de Trabalho                         | 11.197.001.331        | 2,10%         |
|  | MEI - Microempreendedor Individual  | 7.009.291.704         | 1,32%         |
|  | PAIT - Planos de Poupança e Investimento                                  | 6.877.426             | 0,00%         |
|  | Previdência Privada Fechada   | 328.134.243           | 0,06%         |
|  | Programa de Alimentação do Trabalhador                                    | 2.494.198.834         | 0,47%         |
|  | Seguro ou Pecúlio Pago por Morte ou Invalidez                             | 2.242.603.606         | 0,42%         |
| <b>Transporte</b>                      |   | <b>9.873.398.747</b>  | <b>1,85%</b>  |
|  | Embarcações e Aeronaves   | 7.120.232.547         | 1,34%         |
|  | Investimentos em Infra-Estrutura  | 253.544.144           | 0,05%         |
|  | Leasing de Aeronaves  | 357.120.306           | 0,07%         |
|  | Motocicletas  | 307.924.138           | 0,06%         |
|  | REIDI   | 873.590.139           | 0,16%         |
|  | TAXI  | 390.646.144           | 0,07%         |



**Receita Federal**

Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros

**QUADRO III**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2026**  
**POR FUNÇÃO ORÇAMENTÁRIA E POR MODALIDADE DE GASTO**

UNIDADE: R\$ 1,00

| <b>FUNÇÃO ORÇAMENTÁRIA / GASTO TRIBUTÁRIO</b> | <b>VALOR</b>           | <b>%</b>    |
|---|------------------------|-------------|
| Transporte Coletivo                           | 570.341.329            | 0,11%       |
| Trem de Alta Velocidade                       | 0                      | 0,00%       |
| <b>TOTAL</b>                                  | <b>532.413.069.642</b> | <b>100%</b> |



**QUADRO IV**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2026**  
**POR FUNÇÃO ORÇAMENTÁRIA E MODALIDADE DE GASTO - REGIONALIZADO**

UNIDADE: R\$ 1,00

| FUNÇÃO ORÇAMENTÁRIA / GASTO TRIBUTÁRIO                                   |  | NORTE                 | NORDESTE              | CENTRO-OESTE           | SUDESTE               | SUL                    | TOTAL          |
|--|--|-----------------------|-----------------------|------------------------|-----------------------|------------------------|----------------|
| <b>Indústria</b>   | Financiamentos Habitacionais   | 511.077.709           | 1.153.603.348         | 845.699.301            | 4.224.692.650         | 1.398.165.383          | 8.133.238.389  |
|  | Minha Casa, Minha Vida   | 7.285.979             | 121.016.971           | 70.570.209             | 79.507.745            | 41.800.737             | 320.181.641    |
|  | Poupança   | 199.140.456           | 1.138.862.911         | 826.336.093            | 9.159.028.518         | 2.307.108.527          | 13.630.476.506 |
|  | <b>20.815.007.100</b>  | <b>11.730.352.276</b> | <b>2.800.317.873</b>  | <b>12.977.040.375</b>  | <b>4.836.357.519</b>  | <b>53.159.075.144</b>  |                |
|  | Amazônia Ocidental   | 282.574.686           | 0                     | 0                      | 0                     | 0                      | 282.574.686    |
|  | Fundos Constitucionais   | 93.718.041            | 200.103.752           | 77.675.008             | 13.403.057            | 0                      | 384.898.858    |
|  | Mercadorias Norte e Nordeste   | 228.664.820           | 198.445.041           | 0                      | 0                     | 0                      | 427.109.861    |
|  | Petroquímica   | 0                     | 498.183.031           | 0                      | 382.305.199           | 438.601.770            | 1.319.090.000  |
|  | Rota 2030  | 0                     | 460.718.569           | 41.680.054             | 2.890.579.944         | 416.746.744            | 3.809.725.311  |
|  | Simples Nacional   | 682.503.116           | 2.423.878.168         | 1.533.863.182          | 9.690.752.176         | 3.981.009.005          | 18.312.005.647 |
|  | SUDAM  | 4.527.643.316         | 0                     | 1.147.099.629          | 0                     | 0                      | 5.674.742.945  |
|  | SUDENE   | 0                     | 7.949.023.715         | 0                      | 0                     | 0                      | 7.949.023.715  |
|  | Zona Franca de Manaus  | 13.233.371.495        | 0                     | 0                      | 0                     | 0                      | 13.233.371.495 |
|  | Zona Franca de Manaus - Importação de Matéria-Prima                      | 0                     | 0                     | 0                      | 0                     | 0                      | 0              |
|  | Zona Franca de Manaus - Importação de Bens de Capital                    | 0                     | 0                     | 0                      | 0                     | 0                      | 0              |
|  | Zona Franca de Manaus - Matéria-Prima Produzida na ZFM                   | 0                     | 0                     | 0                      | 0                     | 0                      | 0              |
|  | Zona Franca de Manaus e Área de Livre Comércio - Alíquotas Diferenciadas | 1.766.531.626         | 0                     | 0                      | 0                     | 0                      | 1.766.531.626  |
| Zona Franca de Manaus e Área de Livre Comércio - Aquisição de Mercadoria | 0  | 0                     | 0                     | 0                      | 0                     | 0                      |                |
| <b>Não definida</b>  | <b>98.772.969</b>  | <b>564.872.014</b>    | <b>409.859.808</b>    | <b>4.542.846.061</b>   | <b>1.144.317.748</b>  | <b>6.760.668.599</b>   |                |
| Títulos de Crédito - Setor Imobiliário e do Agronegócio                  | 98.772.969   | 564.872.014           | 409.859.808           | 4.542.846.061          | 1.144.317.748         | 6.760.668.599          |                |
| <b>Organização Agrária</b>   | <b>3.274.851</b>   | <b>31.773.570</b>     | <b>1.172.611</b>      | <b>10.558.916</b>      | <b>17.039.161</b>     | <b>63.819.109</b>      |                |
| ITR  | 3.274.851  | 31.773.570            | 1.172.611             | 10.558.916             | 17.039.161            | 63.819.109             |                |
| <b>Saneamento</b>  | <b>5.233.384</b>   | <b>2.460.479</b>      | <b>6.693.085</b>      | <b>26.747.551</b>      | <b>12.075.573</b>     | <b>53.210.073</b>      |                |
| Investimentos em Infra-Estrutura   | 5.233.384  | 2.460.479             | 6.693.085             | 26.747.551             | 12.075.573            | 53.210.073             |                |
| REIDI  | 0  | 0                     | 0                     | 0                      | 0                     | 0                      |                |
| <b>Saúde</b>   | <b>2.607.656.374</b>   | <b>8.765.922.699</b>  | <b>10.720.624.142</b> | <b>53.082.240.731</b>  | <b>10.193.988.327</b> | <b>85.370.432.274</b>  |                |
| Água Mineral   | 6.426.751  | 120.427.729           | 12.087.280            | 164.784.015            | 66.614.796            | 370.340.571            |                |
| Assistência Médica, Odontológica e Farmacêutica a Empregados             | 261.749.160  | 1.000.533.777         | 1.003.236.573         | 10.849.685.991         | 1.470.844.879         | 14.586.050.380         |                |
| Despesas Médicas   | 1.525.022.968  | 4.800.841.553         | 3.473.836.530         | 14.604.647.260         | 3.805.578.151         | 28.209.926.461         |                |
| Entidades Filantrópicas  | 58.404.209   | 1.582.162.803         | 743.921.004           | 7.619.886.131          | 1.810.322.928         | 11.814.697.076         |                |
| Entidades sem Fins Lucrativos - Assistência Social e Saúde               | 275.539.978  | 780.165.757           | 2.997.852.518         | 3.862.867.416          | 1.082.183.879         | 8.998.609.548          |                |
| Equipamentos para uso médico, hospitalar, clínico ou laboratorial        | 723.011  | 6.813.965             | 1.704.511             | 15.812.677             | 3.561.509             | 28.615.672             |                |
| Medicamentos   | 358.414.584  | 129.949.841           | 830.583.624           | 8.430.994.661          | 503.223.303           | 10.253.166.013         |                |
| Produtos Químicos e Farmacêuticos  | 121.375.712  | 345.027.274           | 1.657.402.102         | 7.533.562.581          | 1.451.658.882         | 11.109.026.552         |                |
| <b>Trabalho</b>  | <b>1.626.941.156</b>   | <b>6.932.926.936</b>  | <b>4.918.138.237</b>  | <b>28.750.310.987</b>  | <b>8.559.248.314</b>  | <b>50.787.565.630</b>  |                |
| Aposentadoria por Moléstia Grave ou Acidente                             | 948.220.735  | 4.395.960.319         | 3.058.476.175         | 12.747.277.759         | 4.354.858.691         | 25.504.793.678         |                |
| Benefícios Previdenciários e FAPI  | 39.539.893   | 22.653.705            | 168.343.253           | 1.320.608.976          | 99.557.092            | 1.650.702.919          |                |
| Empresa cidadã   | 7.272.780  | 9.470.451             | 12.078.682            | 279.115.199            | 46.024.777            | 353.961.888            |                |
| Indenizações por Rescisão de Contrato de Trabalho                        | 234.904.647  | 922.891.298           | 739.662.877           | 7.319.248.257          | 1.980.294.252         | 11.197.001.331         |                |
| MEI - Microempreendedor Individual                                       | 259.209.051  | 1.178.296.874         | 562.262.460           | 3.711.055.680          | 1.298.467.639         | 7.009.291.704          |                |
| PAIT - Planos de Poupança e Investimento                                 | 545  | 274.051               | 39.949                | 3.321.529              | 3.241.352             | 6.877.426              |                |
| Previdência Privada Fechada  | 0  | 37.733.994            | 114.510.357           | 138.304.324            | 37.585.568            | 328.134.243            |                |
| Programa de Alimentação do Trabalhador                                   | 89.134.463   | 182.671.013           | 109.303.597           | 1.760.956.049          | 352.133.712           | 2.494.198.834          |                |
| Seguro ou Pecúlio Pago por Morte ou Invalidez                            | 48.659.043   | 182.975.229           | 153.460.888           | 1.470.423.214          | 387.085.231           | 2.242.603.606          |                |
| <b>Transporte</b>  | <b>285.928.639</b>   | <b>928.851.325</b>    | <b>477.718.608</b>    | <b>7.686.772.367</b>   | <b>494.127.809</b>    | <b>9.873.398.747</b>   |                |
| Embarcações e Aeronaves  | 206.129.868  | 576.999.832           | 170.623.470           | 5.881.585.292          | 284.894.085           | 7.120.232.547          |                |
| Investimentos em Infra-Estrutura   | 16.112.771   | 2.785.368             | 18.651.313            | 180.946.951            | 35.047.742            | 253.544.144            |                |
| Leasing de Aeronaves   | 0  | 0                     | 0                     | 354.248.938            | 2.871.367             | 357.120.306            |                |
| Motocicletas   | 31.265.053   | 74.363.301            | 31.850.004            | 127.356.080            | 43.089.700            | 307.924.138            |                |
| REIDI  | 0  | 11.997.637            | 197.318.726           | 660.489.286            | 3.784.491             | 873.590.139            |                |
| TAXI   | 15.307.336   | 152.445.225           | 21.216.251            | 171.223.050            | 30.454.283            | 390.646.144            |                |
| Transporte Coletivo  | 17.113.612   | 110.259.962           | 38.058.845            | 310.922.770            | 93.986.141            | 570.341.329            |                |
| Trem de Alta Velocidade  | 0  | 0                     | 0                     | 0                      | 0                     | 0                      |                |
| <b>TOTAL</b>   | <b>65.731.632.544</b>  | <b>65.595.508.655</b> | <b>52.023.594.057</b> | <b>263.311.847.116</b> | <b>85.750.487.268</b> | <b>532.413.069.642</b> |                |

**QUADRO V**

**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2026**  
**CONSOLIDAÇÃO POR FUNÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

UNIDADE: R\$ 1,00

| <b>FUNÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b> | <b>VALOR</b>           | <b>%</b>    |
|----------------------------|------------------------|-------------|
| Comércio e Serviço         | 143.037.369.460        | 26,87%      |
| Saúde                      | 85.370.432.274         | 16,03%      |
| Agricultura                | 71.338.519.921         | 13,40%      |
| Indústria                  | 53.159.075.144         | 9,98%       |
| Trabalho                   | 50.787.565.630         | 9,54%       |
| Assistência Social         | 32.714.174.921         | 6,14%       |
| Habitação                  | 22.126.671.655         | 4,16%       |
| Ciência e Tecnologia       | 21.723.940.976         | 4,08%       |
| Educação                   | 19.781.165.540         | 3,72%       |
| Transporte                 | 9.873.398.747          | 1,85%       |
| Não definida               | 6.760.668.599          | 1,27%       |
| Cultura                    | 4.881.520.112          | 0,92%       |
| Desporto e Lazer           | 4.353.822.167          | 0,82%       |
| Energia                    | 3.202.539.415          | 0,60%       |
| Direitos da Cidadania      | 2.359.025.709          | 0,44%       |
| Administração              | 386.219.958            | 0,07%       |
| Gestão Ambiental           | 350.825.134            | 0,07%       |
| Defesa Nacional            | 66.256.476             | 0,01%       |
| Organização Agrária        | 63.819.109             | 0,01%       |
| Saneamento                 | 53.210.073             | 0,01%       |
| Comunicações               | 22.848.620             | 0,00%       |
| <b>TOTAL</b>               | <b>532.413.069.642</b> | <b>100%</b> |

**QUADRO VI**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2026 - CONSOLIDAÇÃO POR TIPO DE TRIBUTOS**  
**VALORES NOMINAIS E PERCENTUAIS**

UNIDADE: R\$ 1,00

| TRIBUTOS  | VALOR                     | PART. %       |               |                    |
|---|---------------------------|---------------|---------------|--------------------|
|   |                           | PIB           | ARRECAÇÃO     | GASTOS TRIBUTÁRIOS |
| Imposto sobre Importação - II   | 8.280.501.025             | 0,06          | 0,28          | 1,56               |
| Imposto sobre a Renda Pessoa Física - IRPF  | 89.706.589.022            | 0,69          | 3,04          | 16,85              |
| Imposto sobre a Renda Pessoa Jurídica - IRPJ  | 98.079.200.127            | 0,75          | 3,33          | 18,42              |
| Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - IRRF  | 21.278.104.714            | 0,16          | 0,72          | 4,00               |
| Imposto sobre Produtos Industrializados - Operações Internas - IPI-Interno            | 31.233.502.607            | 0,24          | 1,06          | 5,87               |
| Imposto sobre Produtos Industrializados - Vinculado à Importação - IPI-Vinculado      | 7.628.894.675             | 0,06          | 0,26          | 1,43               |
| Imposto sobre Operações Financeiras - IOF   | 11.201.043.426            | 0,09          | 0,38          | 2,10               |
| Imposto sobre Propriedade Territorial Rural - ITR                                     | 63.819.109                | 0,00          | 0,00          | 0,01               |
| Contribuição Social para o PIS-PASEP  | 26.976.737.880            | 0,21          | 0,92          | 5,07               |
| Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL                                      | 27.312.072.368            | 0,21          | 0,93          | 5,13               |
| Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS                       | 130.069.883.938           | 0,99          | 4,41          | 24,43              |
| Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE                               | 850.591                   | 0,00          | 0,00          | 0,00               |
| Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM                       | 3.248.072.142             | 0,02          | 0,11          | 0,61               |
| Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE | 18.184.671                | 0,00          | 0,00          | 0,00               |
| Contribuição para a Previdência Social  | 77.315.613.346            | 0,59          | 2,62          | 14,52              |
| <b>TOTAL</b>  | <b>532.413.069.642</b>    | <b>4,07</b>   | <b>18,06</b>  | <b>100,00</b>      |
| <b>ARRECAÇÃO*</b>   | <b>2.947.973.432.567</b>  | <b>22,53</b>  | <b>100,00</b> |                    |
| <b>PIB</b>  | <b>13.083.005.522.948</b> | <b>100,00</b> |               |                    |

\*Exceto CPSS

UNIDADE: R\$ 1,00

| TRIBUTO / GASTO TRIBUTÁRIO  | VALOR                 | PART. %     |             |                    |
|---|-----------------------|-------------|-------------|--------------------|
|   |                       | PIB         | ARRECADADO  | GASTOS TRIBUTÁRIOS |
| <b>I. Imposto sobre Importação - II</b>   | <b>8.280.501.025</b>  | <b>0,06</b> | <b>0,28</b> | <b>1,56</b>        |
| 1 Áreas de Livre Comércio   | 24.244.677            | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 2 Embarcações e Aeronaves   | 700.564.540           | 0,01        | 0,02        | 0,13               |
| 3 Evento Esportivo, Cultural e Científico   | 1.517.678             | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 4 Máquinas e Equipamentos - CNPq  | 168.701.989           | 0,00        | 0,01        | 0,03               |
| 5 PADIS   | 40.783.098            | 0,00        | 0,00        | 0,01               |
| 6 Zona Franca de Manaus   | 7.344.689.042         | 0,06        | 0,25        | 1,38               |
| <b>II. Imposto sobre a Renda Pessoa Física - IRPF</b>                                       | <b>89.706.589.022</b> | <b>0,69</b> | <b>3,04</b> | <b>16,85</b>       |
| 1 Aposentadoria de Declarante com 65 Anos ou Mais   | 16.310.899.471        | 0,12        | 0,55        | 3,06               |
| 2 Aposentadoria por Moléstia Grave ou Acidente  | 25.504.793.678        | 0,19        | 0,87        | 4,79               |
| 3 Despesas com Educação   | 5.663.015.078         | 0,04        | 0,19        | 1,06               |
| 4 Despesas Médicas  | 28.209.926.461        | 0,22        | 0,96        | 5,30               |
| 5 Fundos da Criança e do Adolescente  | 368.745.958           | 0,00        | 0,01        | 0,07               |
| 6 Fundos do Idoso   | 15.866.540            | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 7 Incentivo ao Desporto   | 9.766.298             | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 8 Indenizações por Rescisão de Contrato de Trabalho   | 11.197.001.331        | 0,09        | 0,38        | 2,10               |
| 9 Programa Nacional de Apoio à Cultura  | 64.146.967            | 0,00        | 0,00        | 0,01               |
| 10 Reciclagem   | 119.823.634           | 0,00        | 0,00        | 0,02               |
| 11 Seguro ou Pecúlio Pago por Morte ou Invalidez  | 2.242.603.606         | 0,02        | 0,08        | 0,42               |
| <b>III. Imposto sobre a Renda Pessoa Jurídica - IRPJ</b>                                    | <b>98.079.200.127</b> | <b>0,75</b> | <b>3,33</b> | <b>18,42</b>       |
| 1 Assistência Médica, Odontológica e Farmacéutica a Empregados                              | 10.725.037.044        | 0,08        | 0,36        | 2,01               |
| 2 Associações de Poupança e Empréstimo  | 22.257.421            | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 3 Benefícios Previdenciários e FAPI   | 1.213.752.146         | 0,01        | 0,04        | 0,23               |
| 4 Despesas com Pesquisas Científicas e Tecnológicas   | 3.561.256.625         | 0,03        | 0,12        | 0,67               |
| 5 Doações a Entidades Cíveis Sem Fins Lucrativos  | 384.919.617           | 0,00        | 0,01        | 0,07               |
| 6 Doações a Instituições de Ensino e Pesquisa   | 62.222.629            | 0,00        | 0,00        | 0,01               |
| 7 Empresa cidadã  | 353.961.888           | 0,00        | 0,01        | 0,07               |
| 8 Entidades sem Fins Lucrativos - Assistência Social e Saúde                                | 4.135.891.984         | 0,03        | 0,14        | 0,78               |
| 9 Entidades sem Fins Lucrativos - Associação Civil  | 2.282.896.969         | 0,02        | 0,08        | 0,43               |
| 10 Entidades sem Fins Lucrativos - Científica   | 40.765.131            | 0,00        | 0,00        | 0,01               |
| 11 Entidades sem Fins Lucrativos - Cultural   | 55.303.825            | 0,00        | 0,00        | 0,01               |
| 12 Entidades sem Fins Lucrativos - Educação   | 2.090.860.536         | 0,02        | 0,07        | 0,39               |
| 13 Entidades sem Fins Lucrativos - Filantrópica   | 1.174.653.518         | 0,01        | 0,04        | 0,22               |
| 14 Entidades sem Fins Lucrativos - Recreativa   | 126.255.230           | 0,00        | 0,00        | 0,02               |
| 15 Fundos da Criança e do Adolescente   | 510.989.683           | 0,00        | 0,02        | 0,10               |
| 16 Fundos do Idoso  | 460.164.510           | 0,00        | 0,02        | 0,09               |
| 17 Horário Eleitoral Gratuito   | 1.003.259.018         | 0,01        | 0,03        | 0,19               |
| 18 Incentivo ao Desporto  | 886.820.778           | 0,01        | 0,03        | 0,17               |
| 19 Informática e Automação  | 7.606.427.457         | 0,06        | 0,26        | 1,43               |
| 20 Inovação Tecnológica   | 5.620.464.764         | 0,04        | 0,19        | 1,06               |
| 21 Investimentos em Infra-Estrutura   | 754.197.795           | 0,01        | 0,03        | 0,14               |
| 22 Investimentos em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação                                    | 0                     | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 23 Minha Casa, Minha Vida   | 99.256.309            | 0,00        | 0,00        | 0,02               |
| 24 PADIS  | 280.826.312           | 0,00        | 0,01        | 0,05               |
| 25 PAIT - Planos de Poupança e Investimento   | 6.877.426             | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 26 PERSE - Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos                             | 1.250.145.506         | 0,01        | 0,04        | 0,23               |
| 27 Previdência Privada Fechada  | 205.083.902           | 0,00        | 0,01        | 0,04               |
| 28 Programa de Alimentação do Trabalhador   | 2.494.198.834         | 0,02        | 0,08        | 0,47               |
| 29 Programa Nacional de Apoio à Cultura   | 2.405.771.993         | 0,02        | 0,08        | 0,45               |
| 30 PROUNI   | 1.878.818.982         | 0,01        | 0,06        | 0,35               |
| 31 Reciclagem   | 231.001.500           | 0,00        | 0,01        | 0,04               |
| 32 Simples Nacional   | 29.264.039.816        | 0,22        | 0,99        | 5,50               |
| 33 SUDAM  | 6.947.088.875         | 0,05        | 0,24        | 1,30               |
| 34 SUDENE   | 9.731.290.872         | 0,07        | 0,33        | 1,83               |
| 35 TEF - Tributação Específica do Futebol   | 211.555.947           | 0,00        | 0,01        | 0,04               |
| 36 TI e TIC - Tecnologia de Informação e Tecnologia da Informação e da Comunicação          | 885.285               | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| <b>IV. Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - IRRF</b>                                     | <b>21.278.104.714</b> | <b>0,16</b> | <b>0,72</b> | <b>4,00</b>        |
| 1 Associações de Poupança e Empréstimo  | 20.517.698            | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 2 Atividade Audiovisual   | 187.237.339           | 0,00        | 0,01        | 0,04               |
| 3 Entidades sem Fins Lucrativos - Associação Civil  | 0                     | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 4 Entidades sem Fins Lucrativos - Cultural  | 0                     | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 5 Inovação Tecnológica  | 3.468.926             | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 6 Investimentos em Infra-Estrutura  | 306.591.193           | 0,00        | 0,01        | 0,06               |
| 7 Investimentos em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação                                     | 0                     | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 8 Leasing de Aeronaves  | 357.120.306           | 0,00        | 0,01        | 0,07               |
| 9 Poupança  | 13.630.476.506        | 0,10        | 0,46        | 2,56               |
| 10 Promoção de Produtos e Serviços Brasileiros  | 12.024.147            | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 11 Títulos de Crédito - Setor Imobiliário e do Agronegócio                                  | 6.760.668.599         | 0,05        | 0,23        | 1,27               |
| <b>V. Imposto sobre Produtos Industrializados - Operações Internas - IPI-Interno</b>        | <b>31.233.502.607</b> | <b>0,24</b> | <b>1,06</b> | <b>5,87</b>        |
| 1 Áreas de Livre Comércio   | 651.465.507           | 0,00        | 0,02        | 0,12               |
| 2 Automóveis - Pessoas Portadoras de Deficiência  | 1.562.195.011         | 0,01        | 0,05        | 0,29               |
| 3 Embarcações e Aeronaves   | 13.401.172            | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 4 Inovação Tecnológica  | 56.045                | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 5 PADIS   | 0                     | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 6 RETID   | 16.734.718            | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 7 Rota 2030   | 3.809.725.311         | 0,03        | 0,13        | 0,72               |
| 8 Simples Nacional  | 3.613.649.707         | 0,03        | 0,12        | 0,68               |
| 9 TAXI  | 346.842.181           | 0,00        | 0,01        | 0,07               |
| 10 Zona Franca de Manaus  | 21.219.432.955        | 0,16        | 0,72        | 3,99               |
| <b>VI. Imposto sobre Produtos Industrializados - Vinculado à Importação - IPI-Vinculado</b> | <b>7.628.894.675</b>  | <b>0,06</b> | <b>0,26</b> | <b>1,43</b>        |
| 1 Áreas de Livre Comércio   | 21.962.587            | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 2 Embarcações e Aeronaves   | 425.981.640           | 0,00        | 0,01        | 0,08               |
| 3 Evento Esportivo, Cultural e Científico   | 1.166.437             | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 4 Máquinas e Equipamentos - CNPq  | 67.945.975            | 0,00        | 0,00        | 0,01               |
| 5 PADIS   | 70.487                | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 6 RETID   | 8.701.095             | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 7 Zona Franca de Manaus   | 7.103.066.454         | 0,05        | 0,24        | 1,33               |
| <b>VII. Imposto sobre Operações Financeiras - IOF</b>                                       | <b>11.201.043.426</b> | <b>0,09</b> | <b>0,38</b> | <b>2,10</b>        |
| 1 Automóveis - Pessoas Portadoras de Deficiência  | 155.357.826           | 0,00        | 0,01        | 0,03               |
| 2 Entidades sem Fins Lucrativos - Associação Civil  | 0                     | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 3 Entidades sem Fins Lucrativos - Cultural  | 0                     | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 4 Financiamentos Habitacionais  | 8.133.238.389         | 0,06        | 0,28        | 1,53               |
| 5 Fundos Constitucionais  | 1.765.535.939         | 0,01        | 0,06        | 0,33               |
| 6 Motocicletas  | 307.924.138           | 0,00        | 0,01        | 0,06               |
| 7 Seguro Rural  | 795.183.170           | 0,01        | 0,03        | 0,15               |

**QUADRO VII**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2026**  
**POR TIPO DE TRIBUTO E GASTO TRIBUTÁRIO**

UNIDADE: R\$ 1,00

| TRIBUTO / GASTO TRIBUTARIO   | VALOR                  | PART. %     |             |                    |
|--|------------------------|-------------|-------------|--------------------|
|  |                        | PIB         | ARRECAÇÃO   | GASTOS TRIBUTÁRIOS |
| 8 TAXI   | 43.803.963             | 0,00        | 0,00        | 0,01               |
| <b>VIII. Contribuição Social para o PIS-PASEP</b>                            | <b>26.976.737.880</b>  | <b>0,21</b> | <b>0,92</b> | <b>5,07</b>        |
| 1 Aerogeradores  | 42.933.900             | 0,00        | 0,00        | 0,01               |
| 2 Agricultura e Agroindústria - Defensivos agrícolas                         | 1.243.440.751          | 0,01        | 0,04        | 0,23               |
| 3 Agricultura e Agroindústria - Desoneração Cesta Básica                     | 7.371.846.192          | 0,06        | 0,25        | 1,38               |
| 4 Água Mineral   | 66.233.987             | 0,00        | 0,00        | 0,01               |
| 5 Biodiesel  | 24.838.759             | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 6 Cadeira de Rodas e Aparelhos Assistivos                                    | 225.255.213            | 0,00        | 0,01        | 0,04               |
| 7 Embarcações e Aeronaves  | 1.068.031.235          | 0,01        | 0,04        | 0,20               |
| 8 Entidades Filantrópicas  | 773.823.502            | 0,01        | 0,03        | 0,15               |
| 9 Entidades sem Fins Lucrativos - Associação Civil                           | 0                      | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 10 Entidades sem Fins Lucrativos - Cultural                                  | 0                      | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 11 Equipamentos para uso médico, hospitalar, clínico ou laboratorial         | 5.101.818              | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 12 Evento Esportivo, Cultural e Científico                                   | 39.163                 | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 13 Gás Natural Liquefeito  | 29.518.561             | 0,00        | 0,00        | 0,01               |
| 14 Indústria Cinematográfica e Radiodifusão                                  | 4.015.115              | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 15 Livros  | 362.801.502            | 0,00        | 0,01        | 0,07               |
| 16 Máquinas e Equipamentos - CNPq  | 46.237.149             | 0,00        | 0,00        | 0,01               |
| 17 Medicamentos  | 1.799.904.260          | 0,01        | 0,06        | 0,34               |
| 18 Minha Casa, Minha Vida  | 28.816.348             | 0,00        | 0,00        | 0,01               |
| 19 PADIS   | 2.628.221              | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 20 PERSE - Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos              | 506.342.793            | 0,00        | 0,02        | 0,10               |
| 21 Petroquímica  | 235.560.511            | 0,00        | 0,01        | 0,04               |
| 22 Produtos Químicos e Farmacêuticos   | 1.966.781.756          | 0,02        | 0,07        | 0,37               |
| 23 PROUNI  | 254.317.865            | 0,00        | 0,01        | 0,05               |
| 24 REIDI   | 353.605.988            | 0,00        | 0,01        | 0,07               |
| 25 RETID   | 7.283.566              | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 26 Simples Nacional  | 8.777.676.828          | 0,07        | 0,30        | 1,65               |
| 27 TEF - Tributação Específica do Futebol                                    | 834.788.331            | 0,01        | 0,03        | 0,16               |
| 28 Termoeletricidade   | 145.980.295            | 0,00        | 0,00        | 0,03               |
| 29 Transporte Coletivo   | 101.567.634            | 0,00        | 0,00        | 0,02               |
| 30 Transporte Escolar  | 10.336.972             | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 31 Trem de Alta Velocidade   | 0                      | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 32 Zona Franca de Manaus - Importação de Matéria-Prima                       | 0                      | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 33 Zona Franca de Manaus - Importação de Bens de Capital                     | 0                      | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 34 Zona Franca de Manaus - Matéria-Prima Produzida na ZFM                    | 0                      | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 35 Zona Franca de Manaus e Área de Livre Comércio - Aliquotas Diferenciadas  | 687.029.666            | 0,01        | 0,02        | 0,13               |
| 36 Zona Franca de Manaus e Área de Livre Comércio - Aquisição de Mercadorias | 0                      | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| <b>IX. Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSL</b>                   | <b>27.312.072.368</b>  | <b>0,21</b> | <b>0,93</b> | <b>5,13</b>        |
| 1 Assistência Médica, Odontológica e Farmacêutica a Empregados               | 3.861.013.336          | 0,03        | 0,13        | 0,73               |
| 2 Benefícios Previdenciários e FAPI  | 436.950.773            | 0,00        | 0,01        | 0,08               |
| 3 Doações a Entidades Civis Sem Fins Lucrativos                              | 138.571.062            | 0,00        | 0,00        | 0,03               |
| 4 Doações a Instituições de Ensino e Pesquisa                                | 22.400.146             | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 5 Entidades sem Fins Lucrativos - Assistência Social e Saúde                 | 1.488.921.114          | 0,01        | 0,05        | 0,28               |
| 6 Entidades sem Fins Lucrativos - Associação Civil                           | 821.842.909            | 0,01        | 0,03        | 0,15               |
| 7 Entidades sem Fins Lucrativos - Científica                                 | 14.675.447             | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 8 Entidades sem Fins Lucrativos - Cultural                                   | 19.909.377             | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 9 Entidades sem Fins Lucrativos - Educação                                   | 752.709.793            | 0,01        | 0,03        | 0,14               |
| 10 Entidades sem Fins Lucrativos - Filantrópica                              | 422.875.266            | 0,00        | 0,01        | 0,08               |
| 11 Entidades sem Fins Lucrativos - Recreativa                                | 45.451.883             | 0,00        | 0,00        | 0,01               |
| 12 Informática e Automação   | 1.901.606.864          | 0,01        | 0,06        | 0,36               |
| 13 Inovação Tecnológica  | 2.023.367.315          | 0,02        | 0,07        | 0,38               |
| 14 Minha Casa, Minha Vida  | 51.229.063             | 0,00        | 0,00        | 0,01               |
| 15 PADIS   | 58.522.149             | 0,00        | 0,00        | 0,01               |
| 16 PERSE - Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos              | 669.739.336            | 0,01        | 0,02        | 0,13               |
| 17 Previdência Privada Fechada   | 123.050.341            | 0,00        | 0,00        | 0,02               |
| 18 PROUNI  | 497.145.636            | 0,00        | 0,02        | 0,09               |
| 19 Simples Nacional  | 13.870.606.906         | 0,11        | 0,47        | 2,61               |
| 20 TEF - Tributação Específica do Futebol                                    | 91.483.653             | 0,00        | 0,00        | 0,02               |
| <b>X. Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS</b>    | <b>130.069.883.938</b> | <b>0,99</b> | <b>4,41</b> | <b>24,43</b>       |
| 1 Aerogeradores  | 197.315.457            | 0,00        | 0,01        | 0,04               |
| 2 Agricultura e Agroindústria - Defensivos agrícolas                         | 5.727.363.461          | 0,04        | 0,19        | 1,08               |
| 3 Agricultura e Agroindústria - Desoneração Cesta Básica                     | 33.939.929.598         | 0,26        | 1,15        | 6,37               |
| 4 Água Mineral   | 304.106.584            | 0,00        | 0,01        | 0,06               |
| 5 Biodiesel  | 114.411.894            | 0,00        | 0,00        | 0,02               |
| 6 Cadeira de Rodas e Aparelhos Assistivos                                    | 1.037.131.237          | 0,01        | 0,04        | 0,19               |
| 7 Embarcações e Aeronaves  | 4.912.253.960          | 0,04        | 0,17        | 0,92               |
| 8 Entidades sem Fins Lucrativos - Assistência Social e Saúde                 | 3.373.796.450          | 0,03        | 0,11        | 0,63               |
| 9 Entidades sem Fins Lucrativos - Associação Civil                           | 1.979.285.908          | 0,02        | 0,07        | 0,37               |
| 10 Entidades sem Fins Lucrativos - Científica                                | 50.116.643             | 0,00        | 0,00        | 0,01               |
| 11 Entidades sem Fins Lucrativos - Cultural                                  | 52.144.287             | 0,00        | 0,00        | 0,01               |
| 12 Entidades sem Fins Lucrativos - Educação                                  | 2.944.378.607          | 0,02        | 0,10        | 0,55               |
| 13 Entidades sem Fins Lucrativos - Filantrópica                              | 3.019.307.543          | 0,02        | 0,10        | 0,57               |
| 14 Entidades sem Fins Lucrativos - Recreativa                                | 376.929.105            | 0,00        | 0,01        | 0,07               |
| 15 Equipamentos para uso médico, hospitalar, clínico ou laboratorial         | 23.513.854             | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 16 Evento Esportivo, Cultural e Científico                                   | 180.033                | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 17 Gás Natural Liquefeito  | 135.644.818            | 0,00        | 0,00        | 0,03               |
| 18 Indústria Cinematográfica e Radiodifusão                                  | 18.488.332             | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 19 Livros  | 1.671.777.113          | 0,01        | 0,06        | 0,31               |
| 20 Máquinas e Equipamentos - CNPq  | 219.910.247            | 0,00        | 0,01        | 0,04               |
| 21 Medicamentos  | 8.453.261.753          | 0,06        | 0,29        | 1,59               |
| 22 Minha Casa, Minha Vida  | 140.879.922            | 0,00        | 0,00        | 0,03               |
| 23 PADIS   | 12.105.746             | 0,00        | 0,00        | 0,00               |
| 24 PERSE - Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos              | 2.376.029.435          | 0,02        | 0,08        | 0,45               |
| 25 Petroquímica  | 1.083.529.489          | 0,01        | 0,04        | 0,20               |
| 26 Produtos Químicos e Farmacêuticos   | 9.142.244.796          | 0,07        | 0,31        | 1,72               |
| 27 PROUNI  | 1.173.473.927          | 0,01        | 0,04        | 0,22               |
| 28 Rede Arrecadadora   | 386.219.958            | 0,00        | 0,01        | 0,07               |
| 29 REIDI   | 1.628.359.749          | 0,01        | 0,06        | 0,31               |
| 30 RETID   | 33.537.098             | 0,00        | 0,00        | 0,01               |
| 31 Simples Nacional  | 40.487.701.376         | 0,31        | 1,37        | 7,60               |
| 32 TEF - Tributação Específica do Futebol                                    | 726.151.493            | 0,01        | 0,02        | 0,14               |
| 33 Termoeletricidade   | 672.394.088            | 0,01        | 0,02        | 0,13               |
| 34 Transporte Coletivo   | 468.773.695            | 0,00        | 0,02        | 0,09               |
| 35 Transporte Escolar  | 46.529.240             | 0,00        | 0,00        | 0,01               |

QUADRO VII  
GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2026  
POR TIPO DE TRIBUTO E GASTO TRIBUTÁRIO

UNIDADE: R\$ 1,00

| TRIBUTO / GASTO TRIBUTARIO   | VALOR                     | PART. %       |               |                    |
|--|---------------------------|---------------|---------------|--------------------|
|  |                           | PIB           | ARRECAÇÃO     | GASTOS TRIBUTÁRIOS |
| 36 Trem de Alta Velocidade   | 0                         | 0,00          | 0,00          | 0,00               |
| 37 Zona Franca de Manaus - Importação de Matéria-Prima   | 0                         | 0,00          | 0,00          | 0,00               |
| 38 Zona Franca de Manaus - Importação de Bens de Capital   | 0                         | 0,00          | 0,00          | 0,00               |
| 39 Zona Franca de Manaus - Matéria-Prima Produzida na ZFM  | 0                         | 0,00          | 0,00          | 0,00               |
| 40 Zona Franca de Manaus e Área de Livre Comércio - Alíquotas Diferenciadas                        | 3.140.707.043             | 0,02          | 0,11          | 0,59               |
| 41 Zona Franca de Manaus e Área de Livre Comércio - Aquisição de Mercadorias                       | 0                         | 0,00          | 0,00          | 0,00               |
| <b>XI. Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE</b>                                 | <b>850.591</b>            | <b>0,00</b>   | <b>0,00</b>   | <b>0,00</b>        |
| 1 Evento Esportivo, Cultural e Científico  | 0                         | 0,00          | 0,00          | 0,00               |
| 2 PADIS  | 850.591                   | 0,00          | 0,00          | 0,00               |
| <b>XII. Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM</b>                        | <b>3.248.072.142</b>      | <b>0,02</b>   | <b>0,11</b>   | <b>0,61</b>        |
| 1 Amazônia Ocidental   | 1.284.430.389             | 0,01          | 0,04          | 0,24               |
| 2 Doações de Bens para Entidades Filantrópicas   | 160.734                   | 0,00          | 0,00          | 0,00               |
| 3 Livros, Jornais e Periódicos   | 20.771.821                | 0,00          | 0,00          | 0,00               |
| 4 Mercadorias Norte e Nordeste   | 1.941.408.459             | 0,01          | 0,07          | 0,36               |
| 5 Pesquisas Científicas  | 1.300.740                 | 0,00          | 0,00          | 0,00               |
| <b>XIII. Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE</b> | <b>18.184.671</b>         | <b>0,00</b>   | <b>0,00</b>   | <b>0,00</b>        |
| 1 Programação  | 18.184.671                | 0,00          | 0,00          | 0,00               |
| <b>XIV. Contribuição para a Previdência Social</b>   | <b>77.315.613.346</b>     | <b>0,59</b>   | <b>2,62</b>   | <b>14,52</b>       |
| 1 Dona de Casa   | 417.772.336               | 0,00          | 0,01          | 0,08               |
| 2 Entidades Filantrópicas  | 18.206.880.003            | 0,14          | 0,62          | 3,42               |
| 3 Entidades sem Fins Lucrativos - Associação Civil   | 0                         | 0,00          | 0,00          | 0,00               |
| 4 Entidades sem Fins Lucrativos - Cultural   | 0                         | 0,00          | 0,00          | 0,00               |
| 5 Exportação da Produção Rural   | 11.240.365.162            | 0,09          | 0,38          | 2,11               |
| 6 Funrural   | 3.734.980.218             | 0,03          | 0,13          | 0,70               |
| 7 MEI - Microempreendedor Individual   | 7.009.291.704             | 0,05          | 0,24          | 1,32               |
| 8 Simples Nacional   | 35.662.672.242            | 0,27          | 1,21          | 6,70               |
| 9 TEF - Tributação Específica do Futebol   | 1.043.651.681             | 0,01          | 0,04          | 0,20               |
| <b>XV. Imposto sobre Propriedade Territorial Rural - ITR</b>                                       | <b>63.819.109</b>         | <b>0,00</b>   | <b>0,00</b>   | <b>0,01</b>        |
| 1 ITR  | 63.819.109                | 0,00          | 0,00          | 0,01               |
| <b>TOTAL</b>   | <b>532.413.069.642</b>    | <b>4,07</b>   | <b>18,06</b>  | <b>100,00</b>      |
| <b>ARRECAÇÃO*</b>  | <b>2.947.973.432.567</b>  | <b>22,53</b>  | <b>100,00</b> |                    |
| <b>PIB</b>   | <b>13.083.005.522.948</b> | <b>100,00</b> |               |                    |

\*Exceto CPSS

QUADRO VII-REGIONAL  
GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2026  
POR TIPO DE TRIBUTO E MODALIDADE DE GASTO - REGIONALIZADO

UNIDADE: R\$ 1,00

| TRIBUTO / GASTO TRIBUTÁRIO  | NORTE                 | NORDESTE              | CENTRO-OESTE         | SUDESTE               | SUL                   | TOTAL                 |
|---|-----------------------|-----------------------|----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| <b>Imposto sobre Importação - II</b>  | <b>7.399.904.361</b>  | <b>80.836.631</b>     | <b>4.096.793</b>     | <b>752.296.993</b>    | <b>43.366.246</b>     | <b>8.280.501.025</b>  |
| Áreas de Livre Comércio   | 24.244.677            | 0                     | 0                    | 0                     | 0                     | 24.244.677            |
| Embarcações e Aeronaves   | 17.638.655            | 64.463.693            | 24.555               | 591.177.739           | 27.259.898            | 700.564.540           |
| Evento Esportivo, Cultural e Científico   | 0                     | 0                     | 0                    | 1.064.242             | 453.436               | 1.517.678             |
| Máquinas e Equipamentos - CNPq  | 2.464.717             | 16.372.938            | 4.072.238            | 133.154.429           | 12.637.668            | 168.701.989           |
| PADIS   | 10.867.270            | 0                     | 0                    | 26.900.583            | 3.015.244             | 40.783.098            |
| Zona Franca de Manaus   | 7.344.689.042         | 0                     | 0                    | 0                     | 0                     | 7.344.689.042         |
| <b>Imposto sobre a Renda Pessoa Física - IRPF</b>                                       | <b>3.744.260.686</b>  | <b>13.795.561.978</b> | <b>9.434.463.373</b> | <b>48.349.669.168</b> | <b>14.382.633.817</b> | <b>89.706.589.022</b> |
| Aposentadoria de Declarante com 65 Anos ou Mais   | 538.773.892           | 2.423.670.959         | 1.300.364.951        | 9.159.099.575         | 2.888.990.095         | 16.310.899.471        |
| Aposentadoria por Moléstia Grave ou Acidente  | 948.220.735           | 4.395.960.319         | 3.058.476.175        | 12.747.277.759        | 4.354.858.691         | 25.504.793.678        |
| Despesas com Educação   | 439.176.915           | 1.019.658.525         | 660.935.563          | 2.747.248.292         | 795.995.783           | 5.663.015.078         |
| Despesas Médicas  | 1.525.022.968         | 4.800.841.553         | 3.473.836.530        | 14.604.647.260        | 3.805.578.151         | 28.209.926.461        |
| Fundos da Criança e do Adolescente  | 7.037.670             | 36.580.495            | 34.031.292           | 175.690.179           | 115.406.321           | 368.745.958           |
| Fundos do Idoso   | 88.854                | 763.576               | 617.070              | 8.029.353             | 6.367.687             | 15.866.540            |
| Incentivo ao Desporto   | 104.228               | 492.037               | 522.610              | 6.653.206             | 1.994.217             | 9.766.298             |
| Indenizações por Rescisão de Contrato de Trabalho                                       | 234.904.647           | 922.891.298           | 739.662.877          | 7.319.248.257         | 1.980.294.252         | 11.197.001.331        |
| Programa Nacional de Apoio à Cultura  | 399.052               | 1.624.588             | 2.214.275            | 52.559.728            | 7.349.324             | 64.146.967            |
| Reciclagem  | 1.872.684             | 10.103.398            | 10.341.142           | 58.792.346            | 38.714.064            | 119.823.634           |
| Seguro ou Pecúlio Pago por Morte ou Invalidez   | 48.659.043            | 182.975.229           | 153.460.888          | 1.470.423.214         | 387.085.231           | 2.242.603.606         |
| <b>Imposto sobre a Renda Pessoa Jurídica - IRPJ</b>                                     | <b>9.544.585.065</b>  | <b>17.052.417.617</b> | <b>8.389.317.855</b> | <b>48.902.648.584</b> | <b>14.190.231.006</b> | <b>98.079.200.127</b> |
| Assistência Médica, Odontológica e Farmacêutica a Empregados                            | 192.462.618           | 735.686.601           | 737.673.951          | 7.977.710.288         | 1.081.503.588         | 10.725.037.044        |
| Associações de Poupança e Empréstimo  | 0                     | 0                     | 22.257.421           | 0                     | 0                     | 22.257.421            |
| Benefícios Previdenciários e FAPI   | 29.073.451            | 16.657.136            | 123.781.804          | 971.036.012           | 73.203.744            | 1.213.752.146         |
| Despesas com Pesquisas Científicas e Tecnológicas                                       | 108.944.729           | 71.231.335            | 86.385.815           | 3.080.688.100         | 214.006.645           | 3.561.256.625         |
| Doações a Entidades Cíveis Sem Fins Lucrativos  | 4.294.281             | 23.781.706            | 11.391.032           | 294.145.215           | 51.307.383            | 384.919.617           |
| Doações a Instituições de Ensino e Pesquisa   | 807.770               | 662.241               | 36.620.780           | 22.799.593            | 1.332.244             | 62.222.629            |
| Empresa cidadã  | 7.272.780             | 9.470.451             | 12.078.682           | 279.115.199           | 46.024.777            | 353.961.888           |
| Entidades sem Fins Lucrativos - Assistência Social e Saúde                              | 150.549.904           | 261.293.612           | 1.840.976.764        | 1.394.793.225         | 488.278.477           | 4.135.891.984         |
| Entidades sem Fins Lucrativos - Associação Civil  | 64.222.725            | 124.067.462           | 684.909.238          | 1.179.872.351         | 229.825.192           | 2.282.896.969         |
| Entidades sem Fins Lucrativos - Científica  | 3.631.516             | 7.439.458             | 1.857.222            | 22.519.130            | 5.317.805             | 40.765.131            |
| Entidades sem Fins Lucrativos - Cultural  | 3.245.202             | 4.798.758             | 1.384.252            | 42.877.593            | 2.998.019             | 55.303.825            |
| Entidades sem Fins Lucrativos - Educação  | 25.756.774            | 477.128.672           | 107.873.419          | 1.130.900.827         | 349.200.843           | 2.090.860.536         |
| Entidades sem Fins Lucrativos - Filantrópica  | 39.536.976            | 149.299.809           | 50.125.387           | 665.910.919           | 269.780.426           | 1.174.653.518         |
| Entidades sem Fins Lucrativos - Recreativa  | 3.223.951             | 4.534.392             | 2.511.396            | 86.178.751            | 29.806.739            | 126.255.230           |
| Fundos da Criança e do Adolescente  | 15.731.235            | 15.785.105            | 8.882.951            | 386.060.522           | 84.529.870            | 510.989.683           |
| Fundos do Idoso   | 13.962.888            | 10.225.383            | 11.457.899           | 349.736.226           | 74.782.114            | 460.164.510           |
| Horário Eleitoral Gratuito  | 55.562.010            | 80.453.773            | 56.225.652           | 681.444.218           | 129.573.366           | 1.003.259.018         |
| Incentivo ao Desporto   | 27.959.330            | 28.624.448            | 34.942.502           | 688.990.868           | 106.303.629           | 886.820.778           |
| Informática e Automação   | 1.661.572.661         | 171.011.234           | 1.317.763            | 3.871.354.239         | 1.901.171.562         | 7.606.427.457         |
| Inovação Tecnológica  | 66.014.063            | 247.536.560           | 178.382.149          | 4.172.819.336         | 955.712.656           | 5.620.464.764         |
| Investimentos em Infra-Estrutura  | 67.763.597            | 151.431.765           | 75.237.794           | 367.186.366           | 92.578.273            | 754.197.795           |
| Investimentos em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação                                   | 0                     | 0                     | 0                    | 0                     | 0                     | 0                     |
| Minha Casa, Minha Vida  | 2.258.654             | 37.515.261            | 21.876.765           | 24.647.401            | 12.958.228            | 99.256.309            |
| PADIS   | 20.006.662            | 0                     | 0                    | 233.395.776           | 27.423.875            | 280.826.312           |
| PAIT - Planos de Poupança e Investimento  | 545                   | 274.051               | 39.949               | 3.321.529             | 3.241.352             | 6.877.426             |
| PERSE - Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos                            | 25.017.264            | 135.574.690           | 92.665.188           | 826.153.629           | 170.734.735           | 1.250.145.506         |
| Previdência Privada Fechada   | 0                     | 23.583.746            | 71.568.973           | 86.440.202            | 23.490.980            | 205.083.902           |
| Programa de Alimentação do Trabalhador  | 89.134.463            | 182.671.013           | 109.303.597          | 1.760.956.049         | 352.133.712           | 2.494.198.834         |
| Programa Nacional de Apoio à Cultura  | 65.921.549            | 74.322.571            | 46.689.359           | 1.864.327.784         | 354.510.731           | 2.405.771.993         |
| PROUNI  | 102.348.030           | 377.365.116           | 67.509.714           | 1.039.739.631         | 291.856.492           | 1.878.818.982         |
| Reciclagem  | 7.111.570             | 7.135.923             | 4.015.688            | 174.525.167           | 38.213.153            | 231.001.500           |
| Simples Nacional  | 1.136.365.187         | 3.861.566.205         | 2.464.062.351        | 15.110.209.475        | 6.691.836.597         | 29.264.039.816        |
| SUDAM   | 5.542.795.650         | 0                     | 1.404.293.225        | 0                     | 0                     | 6.947.088.875         |
| SUDENE  | 0                     | 9.731.290.872         | 0                    | 0                     | 0                     | 9.731.290.872         |
| TEF - Tributação Específica do Futebol  | 12.037.031            | 29.998.267            | 20.939.087           | 112.160.313           | 36.421.249            | 211.555.947           |
| TI e TIC - Tecnologia de Informação e Tecnologia da Informação e da Comunicação         | 0                     | 0                     | 80.089               | 632.649               | 172.548               | 885.285               |
| <b>Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - IRRF</b>                                     | <b>333.729.583</b>    | <b>1.791.968.022</b>  | <b>1.279.803.607</b> | <b>14.378.883.998</b> | <b>3.493.719.504</b>  | <b>21.278.104.714</b> |
| Associações de Poupança e Empréstimo  | 0                     | 0                     | 20.517.698           | 0                     | 0                     | 20.517.698            |
| Atividade Audiovisual   | 14.132.570            | 218.045               | 1.504.251            | 167.806.662           | 3.575.811             | 187.237.339           |
| Entidades sem Fins Lucrativos - Associação Civil  | 0                     | 0                     | 0                    | 0                     | 0                     | 0                     |
| Entidades sem Fins Lucrativos - Cultural  | 0                     | 0                     | 0                    | 0                     | 0                     | 0                     |
| Inovação Tecnológica  | 0                     | 167.971               | 0                    | 3.253.876             | 47.079                | 3.468.926             |
| Investimentos em Infra-Estrutura  | 21.658.414            | 87.836.410            | 16.096.282           | 146.366.846           | 34.633.240            | 306.591.193           |
| Investimentos em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação                                   | 0                     | 0                     | 0                    | 0                     | 0                     | 0                     |
| Leasing de Aeronaves  | 0                     | 0                     | 0                    | 354.248.938           | 2.871.367             | 357.120.306           |
| Poupança  | 199.140.456           | 1.138.862.911         | 826.336.093          | 9.159.028.518         | 2.307.108.527         | 13.630.476.506        |
| Promoção de Produtos e Serviços Brasileiros   | 25.174                | 10.670                | 5.489.475            | 5.333.096             | 1.165.732             | 12.024.147            |
| Títulos de Crédito - Setor Imobiliário e do Agronegócio                                 | 98.772.969            | 564.872.014           | 409.859.808          | 4.542.846.061         | 1.144.317.748         | 6.760.668.599         |
| <b>Imposto sobre Produtos Industrializados - Operações Internas - IPI-Interno</b>       | <b>22.052.435.007</b> | <b>1.419.119.266</b>  | <b>479.566.268</b>   | <b>5.799.146.018</b>  | <b>1.483.236.048</b>  | <b>31.233.502.607</b> |
| Áreas de Livre Comércio   | 651.465.507           | 0                     | 0                    | 0                     | 0                     | 651.465.507           |
| Automóveis - Pessoas Portadoras de Deficiência  | 26.223.999            | 347.321.653           | 114.637.832          | 864.146.488           | 209.865.039           | 1.562.195.011         |
| Embarcações e Aeronaves   | 1.540.182             | 0                     | 0                    | 10.003.239            | 1.857.751             | 13.401.172            |
| Inovação Tecnológica  | 0                     | 0                     | 0                    | 55.298                | 747                   | 56.045                |
| PADIS   | 0                     | 0                     | 0                    | 0                     | 0                     | 0                     |
| RETID   | 0                     | 0                     | 0                    | 15.266.469            | 1.468.249             | 16.734.718            |
| Rota 2030   | 0                     | 460.718.569           | 41.680.054           | 2.890.579.944         | 416.746.744           | 3.809.725.311         |
| Simples Nacional  | 140.323.269           | 476.842.831           | 304.273.034          | 1.865.873.761         | 826.336.812           | 3.613.649.707         |
| TAXI  | 13.449.094            | 134.236.213           | 18.975.348           | 153.220.820           | 26.960.707            | 346.842.181           |
| Zona Franca de Manaus   | 21.219.432.955        | 0                     | 0                    | 0                     | 0                     | 21.219.432.955        |
| <b>Imposto sobre Produtos Industrializados - Vinculado à Importação - IPI-Vinculado</b> | <b>7.132.286.404</b>  | <b>45.222.329</b>     | <b>2.517.642</b>     | <b>430.701.677</b>    | <b>18.166.624</b>     | <b>7.628.894.675</b>  |

**QUADRO VII-REGIONAL**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2026**  
**POR TIPO DE TRIBUTO E MODALIDADE DE GASTO - REGIONALIZADO**

UNIDADE: R\$ 1,00

| TRIBUTOS / GASTOS TRIBUTÁRIOS   | NORTE                | NORDESTE              | CENTRO-OESTE          | SUDESTE               | SUL                   | TOTAL                  |
|---|----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|------------------------|
| Áreas de Livre Comércio   | 21.962.587           | 0                     | 0                     | 0                     | 0                     | 21.962.587             |
| Embarcações e Aeronaves   | 6.255.042            | 39.088.825            | 317.863               | 367.055.372           | 13.264.538            | 425.981.640            |
| Evento Esportivo, Cultural e Científico                                   | 0                    | 0                     | 0                     | 1.112.603             | 53.834                | 1.166.437              |
| Máquinas e Equipamentos - CNPq  | 1.002.320            | 6.133.503             | 2.199.779             | 53.832.606            | 4.777.765             | 67.945.975             |
| PADIS   | 0                    | 0                     | 0                     | 0                     | 70.487                | 70.487                 |
| RETID   | 0                    | 0                     | 0                     | 8.701.095             | 0                     | 8.701.095              |
| Zona Franca de Manaus   | 7.103.066.454        | 0                     | 0                     | 0                     | 0                     | 7.103.066.454          |
| <b>Imposto sobre Operações Financeiras - IOF</b>                          | <b>996.745.561</b>   | <b>2.228.534.105</b>  | <b>1.443.684.479</b>  | <b>4.703.574.754</b>  | <b>1.828.504.527</b>  | <b>11.201.043.426</b>  |
| Automóveis - Pessoas Portadoras de Deficiência                            | 2.603.047            | 30.514.403            | 10.626.836            | 91.634.151            | 19.979.389            | 155.357.262            |
| Entidades sem Fins Lucrativos - Associação Civil                          | 0                    | 0                     | 0                     | 0                     | 0                     | 0                      |
| Entidades sem Fins Lucrativos - Cultural                                  | 0                    | 0                     | 0                     | 0                     | 0                     | 0                      |
| Financiamentos Habitacionais  | 511.077.709          | 1.153.603.348         | 845.699.301           | 4.224.692.650         | 1.398.165.383         | 8.133.238.389          |
| Fundos Constitucionais  | 429.884.723          | 917.876.063           | 356.295.322           | 61.479.831            | 0                     | 1.765.535.939          |
| Motocicletas  | 31.265.053           | 74.363.301            | 31.850.004            | 127.356.080           | 43.089.700            | 307.924.138            |
| Seguro Rural  | 20.056.788           | 33.967.978            | 196.972.113           | 180.409.812           | 363.776.479           | 795.183.170            |
| TAXI  | 1.858.241            | 18.209.012            | 2.240.903             | 18.002.230            | 3.493.576             | 43.803.963             |
| <b>Contribuição Social para o PIS-PASEP</b>                               | <b>1.617.674.924</b> | <b>2.864.684.784</b>  | <b>3.755.914.024</b>  | <b>13.436.904.083</b> | <b>5.301.560.065</b>  | <b>26.976.737.880</b>  |
| Aerogeradores   | 71.004               | 26.158.462            | 34.131                | 13.517.137            | 3.152.165             | 42.933.900             |
| Agricultura e Agroindústria - Defensivos agrícolas                        | 55.896.947           | 98.794.759            | 479.831.846           | 319.457.850           | 289.459.350           | 1.243.440.751          |
| Agricultura e Agroindústria - Desoneração Cesta Básica                    | 328.432.237          | 843.259.312           | 1.802.199.404         | 2.433.623.275         | 1.964.331.965         | 7.371.846.192          |
| Água Mineral  | 1.149.400            | 21.538.036            | 2.161.764             | 29.470.987            | 11.913.800            | 66.233.987             |
| Biodiesel   | 4.719.872            | 272.250               | 4.801.166             | 8.035.426             | 7.010.044             | 24.838.759             |
| Cadeira de Rodas e Aparelhos Assistivos                                   | 3.466.351            | 14.247.513            | 13.712.472            | 156.764.572           | 37.064.305            | 225.255.213            |
| Embarcações e Aeronaves   | 32.227.719           | 84.604.825            | 30.440.144            | 877.472.600           | 43.285.948            | 1.068.031.235          |
| Entidades Filantrópicas   | 5.669.924            | 67.565.407            | 42.045.017            | 505.929.000           | 152.614.154           | 773.823.502            |
| Entidades sem Fins Lucrativos - Associação Civil                          | 0                    | 0                     | 0                     | 0                     | 0                     | 0                      |
| Entidades sem Fins Lucrativos - Cultural                                  | 0                    | 0                     | 0                     | 0                     | 0                     | 0                      |
| Equipamentos para uso médico, hospitalar, clínico ou laboratorial         | 128.756              | 1.214.651             | 303.611               | 2.819.944             | 634.855               | 5.101.818              |
| Evento Esportivo, Cultural e Científico                                   | 0                    | 0                     | 0                     | 32.057                | 7.106                 | 39.163                 |
| Gás Natural Liquefeito  | 0                    | 23.032.866            | 0                     | 6.485.696             | 0                     | 29.518.561             |
| Indústria Cinematográfica e Radiodifusão                                  | 11.455               | 11.172                | 246.475               | 2.503.120             | 1.242.892             | 4.015.115              |
| Livros  | 1.075.529            | 45.127.482            | 8.829.417             | 278.306.194           | 29.462.880            | 362.801.502            |
| Máquinas e Equipamentos - CNPq  | 437.082              | 2.820.920             | 1.495.851             | 37.306.374            | 4.176.922             | 46.237.149             |
| Medicamentos  | 62.700.245           | 22.651.635            | 145.213.647           | 1.481.270.982         | 88.067.752            | 1.799.904.260          |
| Minha Casa, Minha Vida  | 655.738              | 10.891.527            | 6.351.319             | 7.155.697             | 3.762.066             | 28.816.348             |
| PADIS   | 0                    | 0                     | 0                     | 2.050.967             | 577.254               | 2.628.222              |
| PERSE - Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos              | 10.132.670           | 54.911.422            | 37.531.911            | 334.614.598           | 69.152.192            | 506.342.793            |
| Petroquímica  | 0                    | 89.074.002            | 0                     | 68.085.848            | 78.400.661            | 235.560.511            |
| Produtos Químicos e Farmacêuticos   | 21.558.898           | 61.588.090            | 293.997.521           | 1.331.137.955         | 258.499.292           | 1.966.781.756          |
| PROUNI  | 9.992.320            | 49.201.921            | 16.092.723            | 145.681.200           | 33.349.701            | 254.317.865            |
| REIDI   | 0                    | 39.409.061            | 41.733.584            | 238.732.223           | 33.731.120            | 353.605.988            |
| RETID   | 0                    | 0                     | 0                     | 6.993.228             | 290.338               | 7.283.566              |
| Simplex Nacional  | 340.849.945          | 1.158.267.294         | 739.089.447           | 4.532.270.199         | 2.007.199.942         | 8.777.676.828          |
| TEF - Tributação Específica do Futebol                                    | 47.497.473           | 118.371.542           | 82.624.504            | 442.578.534           | 143.716.279           | 834.788.331            |
| Termoeletricidade   | 856.502              | 10.114.620            | 183.098               | 115.237.309           | 19.588.766            | 145.980.295            |
| Transporte Coletivo   | 3.047.630            | 19.635.336            | 6.777.603             | 55.369.808            | 16.737.258            | 101.567.634            |
| Transporte Escolar  | 67.562               | 1.920.679             | 217.370               | 4.001.304             | 4.130.057             | 10.336.972             |
| Trem de Alta Velocidade   | 0                    | 0                     | 0                     | 0                     | 0                     | 0                      |
| Zona Franca de Manaus - Importação de Matéria-Prima                       | 0                    | 0                     | 0                     | 0                     | 0                     | 0                      |
| Zona Franca de Manaus - Importação de Bens de Capital                     | 0                    | 0                     | 0                     | 0                     | 0                     | 0                      |
| Zona Franca de Manaus - Matéria-Prima Produzida na ZFM                    | 0                    | 0                     | 0                     | 0                     | 0                     | 0                      |
| Zona Franca de Manaus e Área de Livre Comércio - Alíquotas Diferenciadas  | 687.029.666          | 0                     | 0                     | 0                     | 0                     | 687.029.666            |
| Zona Franca de Manaus e Área de Livre Comércio - Aquisição de Mercadorias | 0                    | 0                     | 0                     | 0                     | 0                     | 0                      |
| <b>Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL</b>                   | <b>1.220.442.408</b> | <b>2.855.902.401</b>  | <b>2.665.358.393</b>  | <b>15.427.860.133</b> | <b>5.142.509.032</b>  | <b>27.312.072.368</b>  |
| Assistência Médica, Odontológica e Farmacêutica a Empregados              | 69.286.542           | 264.847.176           | 265.562.622           | 2.871.975.704         | 389.341.292           | 3.861.013.336          |
| Benefícios Previdenciários e FAPI   | 10.466.442           | 5.996.569             | 44.561.449            | 349.572.964           | 26.353.348            | 436.950.773            |
| Doações a Entidades Cívis Sem Fins Lucrativos                             | 1.545.941            | 8.561.414             | 4.100.772             | 105.892.277           | 18.470.658            | 138.571.062            |
| Doações a Instituições de Ensino e Pesquisa                               | 290.797              | 238.407               | 13.183.481            | 8.207.853             | 479.608               | 22.400.146             |
| Entidades sem Fins Lucrativos - Assistência Social e Saúde                | 54.197.965           | 94.065.700            | 662.751.635           | 502.125.561           | 175.780.252           | 1.488.921.114          |
| Entidades sem Fins Lucrativos - Associação Civil                          | 23.120.181           | 44.664.286            | 246.567.326           | 424.754.046           | 82.737.069            | 821.842.909            |
| Entidades sem Fins Lucrativos - Científica                                | 1.307.346            | 2.678.205             | 668.600               | 8.106.887             | 1.914.410             | 14.675.447             |
| Entidades sem Fins Lucrativos - Cultural                                  | 1.168.273            | 1.727.553             | 498.331               | 15.435.933            | 1.079.287             | 19.909.377             |
| Entidades sem Fins Lucrativos - Educação                                  | 9.272.439            | 171.766.322           | 38.834.431            | 407.124.298           | 125.712.304           | 752.709.793            |
| Entidades sem Fins Lucrativos - Filantrópica                              | 14.233.311           | 53.747.931            | 18.045.139            | 239.727.931           | 97.120.953            | 422.875.266            |
| Entidades sem Fins Lucrativos - Recreativa                                | 1.160.623            | 1.632.381             | 904.102               | 31.024.350            | 10.730.426            | 45.451.883             |
| Informática e Automação   | 415.393.165          | 42.752.808            | 329.441               | 967.838.560           | 475.292.890           | 1.901.606.864          |
| Inovação Tecnológica  | 23.765.063           | 89.113.162            | 64.217.574            | 1.502.214.961         | 344.056.556           | 2.023.367.315          |
| Minha Casa, Minha Vida  | 1.165.577            | 19.362.715            | 11.291.233            | 12.721.239            | 6.688.118             | 51.229.063             |
| PADIS   | 0                    | 0                     | 0                     | 52.062.001            | 6.460.148             | 58.522.149             |
| PERSE - Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos              | 13.402.477           | 72.631.308            | 49.643.438            | 442.594.546           | 91.467.567            | 669.739.336            |
| Previdência Privada Fechada   | 0                    | 14.150.248            | 42.941.384            | 51.864.121            | 14.094.588            | 123.050.341            |
| PROUNI  | 36.845.064           | 124.683.917           | 24.283.279            | 224.158.789           | 87.174.586            | 497.145.636            |
| Simplex Nacional  | 538.615.820          | 1.830.310.074         | 1.167.919.415         | 7.161.956.354         | 3.171.805.243         | 13.870.606.906         |
| TEF - Tributação Específica do Futebol                                    | 5.205.203            | 12.972.224            | 9.054.740             | 48.501.757            | 15.749.729            | 91.483.653             |
| <b>Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS</b>    | <b>7.482.706.978</b> | <b>13.645.038.361</b> | <b>18.215.530.797</b> | <b>65.555.368.974</b> | <b>25.171.238.828</b> | <b>130.069.883.938</b> |
| Aerogeradores   | 326.279              | 120.206.969           | 157.013               | 62.134.512            | 14.490.684            | 197.315.457            |
| Agricultura e Agroindústria - Defensivos agrícolas                        | 257.464.726          | 455.054.647           | 2.210.134.564         | 1.471.442.216         | 1.333.267.308         | 5.727.363.461          |
| Agricultura e Agroindústria - Desoneração Cesta Básica                    | 1.512.464.380        | 3.869.206.690         | 8.301.064.113         | 11.209.147.831        | 9.048.046.584         | 33.939.929.598         |
| Água Mineral  | 5.277.351            | 98.889.693            | 9.925.516             | 135.313.028           | 54.700.996            | 304.106.584            |
| Biodiesel   | 21.745.345           | 1.253.992             | 22.108.925            | 37.017.908            | 32.285.723            | 114.411.894            |

**QUADRO VII-REGIONAL**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2026**  
**POR TIPO DE TRIBUTO E MODALIDADE DE GASTO - REGIONALIZADO**

UNIDADE: R\$ 1,00

| TRIBUTOS / GASTOS TRIBUTÁRIOS  | NORTE                 | NORDESTE              | CENTRO-OESTE          | SUDESTE                | SUL                   | TOTAL                  |
|--|-----------------------|-----------------------|-----------------------|------------------------|-----------------------|------------------------|
| Cadeira de Rodas e Aparelhos Assistivos  | 15.965.697            | 65.616.292            | 63.125.631            | 721.813.731            | 170.609.886           | 1.037.131.237          |
| Embarcações e Aeronaves  | 148.468.270           | 388.842.489           | 139.840.908           | 4.035.876.343          | 199.225.950           | 4.912.253.960          |
| Entidades sem Fins Lucrativos - Assistência Social e Saúde                                   | 70.792.109            | 424.806.445           | 494.124.119           | 1.965.948.630          | 418.125.148           | 3.373.796.450          |
| Entidades sem Fins Lucrativos - Associação Civil   | 58.982.927            | 178.089.088           | 509.677.961           | 1.009.975.270          | 222.560.662           | 1.979.285.908          |
| Entidades sem Fins Lucrativos - Científica   | 1.859.328             | 9.458.352             | 1.920.281             | 27.360.337             | 9.518.345             | 50.116.643             |
| Entidades sem Fins Lucrativos - Cultural   | 3.928.389             | 3.979.885             | 1.214.072             | 36.138.462             | 6.883.478             | 52.144.287             |
| Entidades sem Fins Lucrativos - Educação   | 51.791.591            | 245.694.433           | 210.950.143           | 1.831.042.236          | 604.900.205           | 2.944.378.607          |
| Entidades sem Fins Lucrativos - Filantrópica   | 55.015.144            | 319.394.812           | 53.063.035            | 1.980.888.225          | 610.946.326           | 3.019.307.543          |
| Entidades sem Fins Lucrativos - Recreativa   | 3.805.904             | 12.354.702            | 4.793.276             | 289.618.731            | 66.356.493            | 376.929.105            |
| Equipamentos para uso médico, hospitalar, clínico ou laboratorial                            | 594.254               | 5.599.314             | 1.400.900             | 12.992.733             | 2.926.653             | 23.513.854             |
| Evento Esportivo, Cultural e Científico  | 0                     | 0                     | 0                     | 147.308                | 32.725                | 180.033                |
| Gás Natural Liquefeito   | 0                     | 105.841.502           | 0                     | 29.803.315             | 0                     | 135.644.818            |
| Indústria Cinematográfica e Radiodifusão   | 52.770                | 51.481                | 1.135.008             | 11.521.665             | 5.727.408             | 18.488.332             |
| Livros   | 4.959.321             | 207.946.293           | 40.696.388            | 1.282.394.945          | 135.780.166           | 1.671.777.113          |
| Máquinas e Equipamentos - CNPq   | 2.066.937             | 13.650.290            | 7.244.959             | 177.165.484            | 19.782.576            | 219.910.247            |
| Medicamentos   | 295.714.339           | 107.298.206           | 685.369.978           | 6.949.723.679          | 415.155.551           | 8.453.261.753          |
| Minha Casa, Minha Vida   | 3.205.831             | 53.247.467            | 31.050.892            | 34.983.408             | 18.392.324            | 140.879.922            |
| PADIS  | 0                     | 0                     | 0                     | 9.446.879              | 2.658.867             | 12.105.746             |
| PERSE - Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos                                 | 47.547.871            | 257.673.569           | 176.119.670           | 1.570.189.494          | 324.498.832           | 2.376.029.435          |
| Petroquímica   | 0                     | 409.109.029           | 0                     | 314.219.351            | 360.201.109           | 1.083.529.489          |
| Produtos Químicos e Farmacêuticos  | 99.816.815            | 283.439.184           | 1.363.404.581         | 6.202.424.626          | 1.193.159.590         | 9.142.244.796          |
| PROUNI   | 46.107.015            | 227.050.915           | 74.227.086            | 672.184.886            | 153.904.025           | 1.173.473.927          |
| Rede Arrecadadora  | 2.220.251             | 8.256.263             | 106.466.781           | 248.340.384            | 20.936.279            | 386.219.958            |
| REIDI  | 0                     | 181.596.036           | 192.228.310           | 1.099.163.529          | 155.371.874           | 1.628.359.749          |
| RETID  | 0                     | 0                     | 0                     | 32.199.871             | 1.337.226             | 33.537.098             |
| Simplex Nacional   | 1.572.196.273         | 5.342.595.907         | 3.409.106.237         | 20.905.440.698         | 9.258.362.260         | 40.487.701.376         |
| TEF - Tributação Específica do Futebol   | 41.316.295            | 102.967.026           | 71.872.000            | 384.982.697            | 125.013.475           | 726.151.493            |
| Termoeletricidade  | 3.945.098             | 46.588.554            | 843.362               | 530.790.031            | 90.227.043            | 672.394.088            |
| Transporte Coletivo  | 14.065.982            | 90.624.626            | 31.281.243            | 255.552.961            | 77.248.883            | 468.773.695            |
| Transporte Escolar   | 303.444               | 8.654.207             | 983.848               | 17.983.569             | 18.604.172            | 46.529.240             |
| Trem de Alta Velocidade  | 0                     | 0                     | 0                     | 0                      | 0                     | 0                      |
| Zona Franca de Manaus - Importação de Matéria-Prima  | 0                     | 0                     | 0                     | 0                      | 0                     | 0                      |
| Zona Franca de Manaus - Importação de Bens de Capital  | 0                     | 0                     | 0                     | 0                      | 0                     | 0                      |
| Zona Franca de Manaus - Matéria-Prima Produzida na ZFM                                       | 0                     | 0                     | 0                     | 0                      | 0                     | 0                      |
| Zona Franca de Manaus e Área de Livre Comércio - Alíquotas Diferenciadas                     | 3.140.707.043         | 0                     | 0                     | 0                      | 0                     | 3.140.707.043          |
| Zona Franca de Manaus e Área de Livre Comércio - Aquisição de Mercadorias                    | 0                     | 0                     | 0                     | 0                      | 0                     | 0                      |
| <b>Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE</b>                               | <b>0</b>              | <b>0</b>              | <b>0</b>              | <b>661.456</b>         | <b>189.135</b>        | <b>850.591</b>         |
| Evento Esportivo, Cultural e Científico  | 0                     | 0                     | 0                     | 0                      | 0                     | 0                      |
| PADIS  | 0                     | 0                     | 0                     | 661.456                | 189.135               | 850.591                |
| <b>Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM</b>                       | <b>2.323.976.176</b>  | <b>902.646.448</b>    | <b>0</b>              | <b>18.218.785</b>      | <b>3.230.734</b>      | <b>3.248.072.142</b>   |
| Amazônia Ocidental   | 1.284.430.389         | 0                     | 0                     | 0                      | 0                     | 1.284.430.389          |
| Doações de Bens para Entidades Filantrópicas   | 0                     | 27.565                | 0                     | 54.864                 | 78.304                | 160.734                |
| Livros, Jornais e Periódicos   | 131.837               | 543.051               | 0                     | 16.981.936             | 3.114.997             | 20.771.821             |
| Mercadorias Norte e Nordeste   | 1.039.385.547         | 902.022.912           | 0                     | 0                      | 0                     | 1.941.408.459          |
| Pesquisas Científicas  | 28.403                | 52.919                | 0                     | 1.181.985              | 37.433                | 1.300.740              |
| <b>Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE</b> | <b>2.905.479</b>      | <b>21.079</b>         | <b>235.472</b>        | <b>14.588.629</b>      | <b>434.011</b>        | <b>18.184.671</b>      |
| Programação  | 2.905.479             | 21.079                | 235.472               | 14.588.629             | 434.011               | 18.184.671             |
| <b>Contribuição para a Previdência Social</b>  | <b>1.876.705.062</b>  | <b>8.881.782.065</b>  | <b>6.351.932.742</b>  | <b>45.530.764.948</b>  | <b>14.674.428.529</b> | <b>77.315.613.346</b>  |
| Dona de Casa   | 13.020.722            | 103.359.764           | 40.635.857            | 193.295.368            | 67.460.624            | 417.772.336            |
| Entidades Filantrópicas  | 124.059.259           | 2.002.247.086         | 1.176.012.218         | 11.490.565.325         | 3.413.996.115         | 18.206.880.003         |
| Entidades sem Fins Lucrativos - Associação Civil   | 0                     | 0                     | 0                     | 0                      | 0                     | 0                      |
| Entidades sem Fins Lucrativos - Cultural   | 0                     | 0                     | 0                     | 0                      | 0                     | 0                      |
| Exportação da Produção Rural   | 155.832.373           | 368.712.941           | 987.044.086           | 7.322.039.443          | 2.406.736.319         | 11.240.365.162         |
| Funrural   | 122.041.939           | 311.860.233           | 547.723.375           | 1.854.747.049          | 898.607.623           | 3.734.980.218          |
| MEI - Microempreendedor Individual   | 259.209.051           | 1.178.296.874         | 562.262.460           | 3.711.055.680          | 1.298.467.639         | 7.009.291.704          |
| Simplex Nacional   | 1.143.160.417         | 4.769.317.163         | 2.934.957.661         | 20.405.750.766         | 6.409.486.235         | 35.662.672.242         |
| TEF - Tributação Específica do Futebol   | 59.381.301            | 147.988.004           | 103.297.086           | 553.311.317            | 179.673.973           | 1.043.651.681          |
| Imposto sobre Propriedade Territorial Rural - ITR  | 3.274.851             | 31.773.570            | 1.172.611             | 10.558.916             | 17.039.161            | 63.819.109             |
| ITR  | 3.274.851             | 31.773.570            | 1.172.611             | 10.558.916             | 17.039.161            | 63.819.109             |
| <b>TOTAL</b>   | <b>65.731.632.544</b> | <b>65.595.508.655</b> | <b>52.023.594.057</b> | <b>263.311.847.116</b> | <b>85.750.487.268</b> | <b>532.413.069.642</b> |

**QUADRO VIII**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2026 - REGIONALIZAÇÃO POR TIPO DE TRIBUTOS**  
**(VALORES NOMINAIS)**

UNIDADE: R\$ 1,00

| TRIBUTOS  | TOTAL                  | NORTE                 | NORDESTE              | CENTRO-OESTE          | SUDESTE                | SUL                   |
|---|------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|------------------------|-----------------------|
| Imposto sobre Importação - II   | 8.280.501.025          | 7.399.904.361         | 80.836.631            | 4.096.793             | 752.296.993            | 43.366.246            |
| Imposto sobre a Renda Pessoa Física - IRPF  | 89.706.589.022         | 3.744.260.686         | 13.795.561.978        | 9.434.463.373         | 48.349.669.168         | 14.382.633.817        |
| Imposto sobre a Renda Pessoa Jurídica - IRPJ  | 98.079.200.127         | 9.544.585.065         | 17.052.417.617        | 8.389.317.855         | 48.902.648.584         | 14.190.231.006        |
| Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - IRRF  | 21.278.104.714         | 333.729.583           | 1.791.968.022         | 1.279.803.607         | 14.378.883.998         | 3.493.719.504         |
| Imposto sobre Produtos Industrializados - Operações Internas - IPI-Interno            | 31.233.502.607         | 22.052.435.007        | 1.419.119.266         | 479.566.268           | 5.799.146.018          | 1.483.236.048         |
| Imposto sobre Produtos Industrializados - Vinculado à Importação - IPI-Vinculado      | 7.628.894.675          | 7.132.286.404         | 45.222.329            | 2.517.642             | 430.701.677            | 18.166.624            |
| Imposto sobre Operações Financeiras - IOF   | 11.201.043.426         | 996.745.561           | 2.228.534.105         | 1.443.684.479         | 4.703.574.754          | 1.828.504.527         |
| Imposto sobre Propriedade Territorial Rural - ITR                                     | 63.819.109             | 3.274.851             | 31.773.570            | 1.172.611             | 10.558.916             | 17.039.161            |
| Contribuição Social para o PIS-PASEP  | 26.976.737.880         | 1.617.674.924         | 2.864.684.784         | 3.755.914.024         | 13.436.904.083         | 5.301.560.065         |
| Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL                                      | 27.312.072.368         | 1.220.442.408         | 2.855.902.401         | 2.665.358.393         | 15.427.860.133         | 5.142.509.032         |
| Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS                       | 130.069.883.938        | 7.482.706.978         | 13.645.038.361        | 18.215.530.797        | 65.555.368.974         | 25.171.238.828        |
| Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE                               | 850.591                | 0                     | 0                     | 0                     | 661.456                | 189.135               |
| Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM                       | 3.248.072.142          | 2.323.976.176         | 902.646.448           | 0                     | 18.218.785             | 3.230.734             |
| Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE | 18.184.671             | 2.905.479             | 21.079                | 235.472               | 14.588.629             | 434.011               |
| Contribuição para a Previdência Social  | 77.315.613.346         | 1.876.705.062         | 8.881.782.065         | 6.351.932.742         | 45.530.764.948         | 14.674.428.529        |
| <b>TOTAL</b>  | <b>532.413.069.642</b> | <b>65.731.632.544</b> | <b>65.595.508.655</b> | <b>52.023.594.057</b> | <b>263.311.847.116</b> | <b>85.750.487.268</b> |

**QUADRO IX**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2026 - REGIONALIZAÇÃO POR TIPO DE TRIBUTOS**  
**(RAZÕES PERCENTUAIS)**

UNIDADE: %

| TRIBUTOS  | NORTE        | NORDESTE     | CENTRO-OESTE | SUDESTE      | SUL          | TOTAL         |
|---|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|---------------|
| Imposto sobre Importação - II   | 70,83        | 1,55         | 0,87         | 23,93        | 2,82         | 100,00        |
| Imposto sobre a Renda Pessoa Física - IRPF  | 4,07         | 15,30        | 10,50        | 54,62        | 15,51        | 100,00        |
| Imposto sobre a Renda Pessoa Jurídica - IRPJ  | 8,47         | 18,07        | 8,58         | 52,13        | 12,74        | 100,00        |
| Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - IRRF  | 1,68         | 8,17         | 5,96         | 67,96        | 16,23        | 100,00        |
| Imposto sobre Produtos Industrializados - Operações Internas - IPI-Interno            | 71,40        | 14,69        | 1,48         | 9,81         | 2,62         | 100,00        |
| Imposto sobre Produtos Industrializados - Vinculado à Importação - IPI-Vinculado      | 90,38        | 0,68         | 0,07         | 8,21         | 0,66         | 100,00        |
| Imposto sobre Operações Financeiras - IOF   | 8,24         | 21,01        | 13,50        | 41,73        | 15,52        | 100,00        |
| Imposto sobre Propriedade Territorial Rural - ITR                                     | 5,13         | 49,79        | 1,84         | 16,55        | 26,70        | 100,00        |
| Contribuição Social para o PIS-PASEP  | 17,51        | 8,11         | 14,60        | 43,44        | 16,34        | 100,00        |
| Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL                                      | 2,94         | 10,25        | 9,77         | 59,71        | 17,32        | 100,00        |
| Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS                       | 13,10        | 9,38         | 12,93        | 46,77        | 17,82        | 100,00        |
| Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE                               | 0,00         | 0,00         | 0,00         | 37,79        | 62,21        | 100,00        |
| Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM                       | 63,61        | 36,05        | 0,00         | 0,29         | 0,05         | 100,00        |
| Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE | 29,53        | 0,35         | 2,69         | 65,87        | 1,56         | 100,00        |
| Contribuição para a Previdência Social  | 2,32         | 10,54        | 8,05         | 59,09        | 20,00        | 100,00        |
| <b>TOTAL</b>  | <b>15,90</b> | <b>12,43</b> | <b>9,20</b>  | <b>47,71</b> | <b>14,76</b> | <b>100,00</b> |

**QUADRO X**  
**PRINCIPAIS GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2026**

UNIDADE: R\$ 1,00

| <b>GASTO TRIBUTÁRIO</b>   | <b>VALOR</b>    | <b>%</b> |
|---|-----------------|----------|
| Simplex Nacional  | 131.676.346.874 | 24,73%   |
| Agricultura e Agroindústria   | 63.257.925.383  | 11,88%   |
| Rendimentos Isentos e Não Tributáveis - IRPF                                      | 55.255.298.087  | 10,38%   |
| Entidades Sem Fins Lucrativos - Imunes / Isentas                                  | 44.292.450.148  | 8,32%    |
| Zona Franca de Manaus e Áreas de Livre Comércio                                   | 41.477.028.321  | 7,79%    |
| Deduções do Rendimento Tributável - IRPF  | 33.872.941.539  | 6,36%    |
| Medicamentos, Produtos Farmacêuticos e Equipamentos Médicos                       | 21.390.808.237  | 4,02%    |
| Poupança e Títulos de Crédito - Setor Imobiliário e do Agronegócio                | 20.391.145.105  | 3,83%    |
| Benefícios do Trabalhador   | 19.419.925.690  | 3,65%    |
| Desenvolvimento Regional  | 18.619.788.206  | 3,50%    |
| Pesquisas Científicas e Inovação Tecnológica                                      | 11.209.914.414  | 2,11%    |
| Informática e Automação   | 9.508.034.321   | 1,79%    |
| Financiamentos Habitacionais  | 8.133.238.389   | 1,53%    |
| Embarcações e Aeronaves   | 7.477.352.852   | 1,40%    |
| MEI - Microempreendedor Individual  | 7.009.291.704   | 1,32%    |
| PERSE - Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos                      | 4.802.257.069   | 0,90%    |
| Setor Automotivo  | 3.809.725.311   | 0,72%    |
| PROUNI  | 3.803.756.410   | 0,71%    |
| TEF - Tributação Específica do Futebol  | 2.907.631.104   | 0,55%    |
| Cultura e Audiovisual   | 2.657.156.299   | 0,50%    |
| Livros  | 2.055.350.436   | 0,39%    |
| REIDI   | 1.981.965.737   | 0,37%    |
| Fundos Constitucionais  | 1.765.535.939   | 0,33%    |
| Automóveis - Pessoas Portadoras de Deficiência                                    | 1.717.552.838   | 0,32%    |
| Petroquímica  | 1.319.090.000   | 0,25%    |
| Cadeira de Rodas e Aparelhos Assistivos   | 1.262.386.451   | 0,24%    |
| Investimentos em Infra-Estrutura  | 1.060.788.988   | 0,20%    |
| Horário Eleitoral Gratuito  | 1.003.259.018   | 0,19%    |
| Incentivo ao Desporto   | 896.587.075     | 0,17%    |
| Fundos da Criança e do Adolescente  | 879.735.641     | 0,17%    |
| Termoeletricidade   | 818.374.383     | 0,15%    |
| Seguro Rural  | 795.183.170     | 0,15%    |
| Doações a Instituições de Ensino e Pesquisa e Entidades Civas Sem Fins Lucrativos | 608.274.188     | 0,11%    |
| Transporte Coletivo   | 570.341.329     | 0,11%    |
| Máquinas e Equipamentos - CNPq  | 502.795.359     | 0,09%    |
| Fundos do Idoso   | 476.031.050     | 0,09%    |
| Dona de Casa  | 417.772.336     | 0,08%    |
| PADIS   | 395.786.603     | 0,07%    |
| TAXI  | 390.646.144     | 0,07%    |
| Rede Arrecadadora   | 386.219.958     | 0,07%    |
| Água Mineral  | 370.340.571     | 0,07%    |
| Reciclagem  | 350.825.134     | 0,07%    |
| Minha Casa, Minha Vida  | 320.181.641     | 0,06%    |



**Receita Federal**

Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros

**QUADRO X**  
**PRINCIPAIS GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2026**

UNIDADE: R\$ 1,00

| <b>GASTO TRIBUTÁRIO</b>   | <b>VALOR</b>           | <b>%</b>    |
|---|------------------------|-------------|
| Motocicletas  | 307.924.138            | 0,06%       |
| Aerogeradores   | 240.249.357            | 0,05%       |
| Gás Natural Liquefeito  | 165.163.379            | 0,03%       |
| Biodiesel   | 139.250.653            | 0,03%       |
| RETID   | 66.256.476             | 0,01%       |
| ITR   | 63.819.109             | 0,01%       |
| Transporte Escolar  | 56.866.212             | 0,01%       |
| Indústria Cinematográfica e Radiodifusão  | 22.503.447             | 0,00%       |
| Programação   | 18.184.671             | 0,00%       |
| Promoção de Produtos e Serviços Brasileiros                                     | 12.024.147             | 0,00%       |
| Evento Esportivo, Cultural e Científico   | 2.903.312              | 0,00%       |
| TI e TIC - Tecnologia de Informação e Tecnologia da Informação e da Comunicação | 885.285                | 0,00%       |
| Investimentos em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação                           | 0                      | 0,00%       |
| Trem de Alta Velocidade   | 0                      | 0,00%       |
| <b>TOTAL</b>  | <b>532.413.069.642</b> | <b>100%</b> |

QUADRO XI  
GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2026 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTOS  
IMPOSTO SOBRE II - PORTAÇÃO - II

UNIDADE: R\$ 1,00

| GASTO TRIBUTÁRIO   | PRAZO VIGÊNCIA | VALOR       | PART. % |               |      |
|--|----------------|-------------|---------|---------------|------|
|  |                |             | PIB     | ARRECADADAÇÃO | II   |
| <p><b>1 Áreas de Livre Comércio</b><br/>Tabatinga-AM, Guajará-Mirim-RO, Pacaraima e Bonfim-RR, Macapá/Santana-AP e Brasília e Cruzeiro do Sul-AC. Isenção do imposto na entrada de mercadorias estrangeiras, quando destinadas a consumo e venda internos, beneficiamento de pescado, recursos minerais e matérias-primas agrícolas ou florestais, agricultura e piscicultura, a turismo, a estocagem para exportação, para construção e reparos navais e para internação como bagagem acompanhada, com exceção de armas e munições, fumo, bebidas alcoólicas, automóveis de passageiros, produtos de perfumaria e cosméticos.</p> <p>Lei nº 7.965/89, art. 3º; Lei nº 8.210/91, art. 4º; Lei nº 8.256/91, arts. 4º e 14; Lei nº 8.387/91, art.11, § 2º; Lei nº 9065/95, art. 19; Lei nº 13.023/14, art. 3º.</p>   | 31/12/2050     | 24.244.677  | 0,00    | 0,00          | 0,02 |
| <p><b>2 Copa do Mundo - Organização e Operacionalização da Copa das Confederações (2013) e da Copa do Mundo Fifa (2014)</b><br/>Isenção do Imposto de Importação incidente nas importações de bens ou mercadorias para uso ou consumo exclusivo na organização e realização dos Eventos da Copa do Mundo.</p> <p>Lei nº 12.350/10, arts. 2º a 16, em específico: art. 3º,§1º,II.</p>   | 31/12/2015     | não vigente | ...     | ...           | ...  |
| <p><b>3 Embarcações e Aeronaves</b><br/>Isenção do imposto incidente sobre a importação de partes, peças e componentes destinados ao reparo, revisão e manutenção de embarcações e aeronaves. Isenção do Imposto sobre Importação - II e do IPI incidente sobre a importação de partes, peças e componentes destinados ao emprego na construção, conservação, modernização, conversão ou reparo de embarcações registradas no REB, desde que realizadas em estaleiros navais brasileiros.</p> <p>Lei nº 8.032/90, art. 2º, II, j; Lei nº 8.402/92, art. 1.º, IV; Lei nº 9.493/97, art. 11.</p>   | indeterminado  | 700.564.540 | 0,01    | 0,02          | 0,54 |
| <p><b>4 Equipamentos Desportivos</b><br/>Isenção do Imposto de Importação incidente na importação de equipamentos e materiais destinados, exclusivamente, ao treinamento e preparação de atletas e equipes brasileiras para competições desportivas em jogos olímpicos, paraolímpicos, pan-americanos, parapan-americanos, nacionais e mundiais.</p> <p>Lei nº 10.451/02, arts. 8º a 13, em específico:art. 8º; Lei nº 11.827/08, art. 5º; Lei nº 12.649/12, art. 9º.</p>  | 31/12/2015     | não vigente | ...     | ...           | ...  |
| <p><b>5 Evento Esportivo, Cultural e Científico</b><br/>Isenção do II incidente na importação de troféus, medalhas, placas, estatuetas, distintivos, flâmulas, bandeiras e outros objetos comemorativos recebidos em evento cultural, científico ou esportivo oficial realizado no exterior ou para serem distribuídos gratuitamente como premiação em evento esportivo realizado no País; bens dos tipos e em quantidades normalmente consumidos em evento esportivo oficial; material promocional, impressos, folhetos e outros bens com finalidade semelhante, a serem distribuídos gratuitamente ou utilizados em evento esportivo oficial; bens importados por desportistas, desde que tenham sido utilizados por estes em evento esportivo oficial e recebidos em doação de entidade de prática desportiva estrangeira ou da promotora ou patrocinadora do evento.</p> <p>Lei nº 11.488/07, art. 38.</p> | indeterminado  | 1.517.678   | 0,00    | 0,00          | 0,00 |
| <p><b>6 Máquinas e Equipamentos - CNPq</b><br/>Isenção do imposto nas importações de máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos, bem como suas partes e peças de reposição, destinados à pesquisa científica e tecnológica. Isenção do imposto para importações autorizadas pelo CNPq.</p> <p>Lei nº 8.010/90, art. 1º; Lei nº 8.032/90, art. 2º, I, e, f e g; Lei nº 10.964/04, arts. 1º e 3º; Lei nº 13.243/16, arts. 8º e 9º; Decreto nº 6.759/09, art. 136; Decreto nº 9.283/2018, art. 71.</p>  | indeterminado  | 168.701.989 | 0,00    | 0,01          | 0,13 |
| <p><b>7 Olimpíadas - Organização e Realização dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016</b><br/>Isenção do Imposto de Importação incidente nas importações de bens ou mercadorias para uso ou consumo exclusivo na organização e realização dos Jogos.</p> <p>Lei nº 12.780/13, art. 4º, §1º, II; Decreto nº 8.463/15, art. 7º, § 1º, II.</p>  | 31/12/2017     | não vigente | ...     | ...           | ...  |
| <p><b>8 PADIS - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores</b><br/>Redução a zero da alíquota do II incidente sobre máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, ferramentas computacionais (software) para incorporação no ativo imobilizado, e matéria-prima e insumos importados.</p>   | 31/12/2026     | 40.783.098  | 0,00    | 0,00          | 0,03 |

**QUADRO XI**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2026 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**IMPOSTO SOBRE IMPORTAÇÃO - II**

UNIDADE: R\$ 1,00

|    | GASTO TRIBUTÁRIO  | PRAZO VIGÊNCIA | PART. %     |     |               |     |
|----|---|----------------|-------------|-----|---------------|-----|
|    |   |                | VALOR       | PIB | ARRECADADAÇÃO | II  |
|    | Lei 11.484/07, arts. 1º a 11, em específico: art. 3º, § 5º; Lei nº 13.159; Lei nº 13.169/15, art. 12, Lei 14.302/22 e Decreto 10.615/21   |                |             |     |               |     |
| 9  | <b>PATVD - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital</b><br>Redução a zero da alíquota do II incidente sobre máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, para incorporação no ativo imobilizado.<br>Lei nº 11.484/07, arts. 12 a 22 e 66, em específico art. 14, § 5º.   | 22/01/2017     | não vigente | ... | ...           | ... |
| 10 | <b>PROUCA - REICOMP - Regime Especial de Incentivo a Computadores para Uso Educacional</b><br>Suspensão do Imposto de Importação incidente na importação de matérias-primas e produtos intermediários destinados à fabricação dos equipamentos. A suspensão converte-se em alíquota zero após a incorporação ou utilização dos bens nos equipamentos.<br><br>Lei nº 12.249/10, arts. 6 a 14 e 139, em específico: art. 9º, III; Lei nº 12.715/12, arts. 15 a 23 e 78, em específico: art. 18, III.  | 31/12/2015     | não vigente | ... | ...           | ... |
| 11 | <b>RECINE - Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica</b><br>Suspensão da exigência do Imposto de Importação incidente na importação de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, para incorporação no ativo permanente e utilização em complexos de exibição ou cinemas itinerantes, bem como de materiais para sua construção. A suspensão do Imposto de Importação aplica-se somente a produtos sem similar nacional. A suspensão converte-se em isenção após incorporação no ativo permanente e utilização do bem ou material de construção no complexo de exibição cinematográfica. As máquinas, aparelhos, instrumentos, equipamentos e materiais de construção com o tratamento tributário de que trata o caput deste artigo serão relacionados em regulamento.<br><br>Lei nº 12.599/12, arts.12 a 14; Decreto nº 7.729/12; Lei nº 13.594/18; Lei nº 14.044/2020. | 31/12/2024     | não vigente | ... | ...           | ... |
| 12 | <b>RECOPA - Regime Especial de Tributação para Construção, Ampliação, Reforma ou Modernização de Estádios de Futebol</b><br>Suspensão do Imposto de Importação incidente sobre máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, e de materiais de construção para utilização ou incorporação no estádio de futebol da pessoa jurídica beneficiária do RECOPA. A suspensão converte-se em alíquota zero após a utilização ou incorporação do bem.<br><br>Lei nº 12.350/10, arts. 17 a 21, em específico: art. 19, V.   | 30/06/2014     | não vigente | ... | ...           | ... |
| 13 | <b>RENUCLEAR - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Usinas Nucleares</b><br>Suspensão do Imposto de Importação sobre a importação de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, e de materiais de construção para utilização ou incorporação em obras de infraestrutura destinadas ao ativo imobilizado, quando os referidos bens ou materiais de construção forem importados por pessoa jurídica beneficiária do RENUCLEAR. A suspensão converte-se em isenção após a utilização ou incorporação do bem ou material de construção na obra de infraestrutura.<br><br>Lei nº 12.431/11, arts. 14 a 17, em específico: art. 16, III.   | 31/12/2020     | não vigente | ... | ...           | ... |
| 14 | <b>REPENEC - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste</b><br>Suspensão do Imposto de Importação incidente na importação de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, e de materiais de construção para utilização ou incorporação em obras de infraestrutura destinadas ao ativo imobilizado de pessoa jurídica beneficiária do REPENEC. As suspensões convertem-se em alíquota zero após a utilização ou incorporação do bem ou material de construção na obra de infraestrutura.<br><br>Lei nº 12.249/10, arts. 1º a 5º, em específico: art. 3º, V.  | 30/06/2016     | não vigente | ... | ...           | ... |
| 15 | <b>REPORTO - Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária</b>   | 31/12/2023     | não vigente | ... | ...           | ... |

**QUADRO XI**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2026 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTOS**  
**IMPOSTO SOBRE IMPORTAÇÃO - II**

UNIDADE: R\$ 1,00

| GASTO TRIBUTÁRIO   | PRAZO VIGÊNCIA | PART. %       |      |             |      |
|--|----------------|---------------|------|-------------|------|
|  |                | VALOR         | PIB  | ARRECADAÇÃO | II   |
| <p>Suspensão do II sobre importações de máquinas, equipamentos, peças de reposição e outros bens importados pelos beneficiários do REPORTO e destinados ao seu ativo imobilizado para utilização exclusiva na execução de serviços de: carga, descarga, armazenagem e movimentação de mercadorias e produtos; sistemas suplementares de apoio operacional; proteção ambiental; sistemas de segurança e de monitoramento de fluxo de pessoas, mercadorias, produtos, veículos e embarcações; dragagens; e treinamento e formação de trabalhadores, inclusive na implantação de Centros de Treinamento Profissional. São beneficiários do REPORTO o operador portuário, o concessionário de porto organizado, o arrendatário de instalação portuária de uso público e a empresa autorizada a explorar instalação portuária de uso privativo misto ou exclusivo, inclusive aquelas que operam com embarcações de offshore, o concessionário de transporte ferroviário, empresas de dragagem, recintos alfandegados de zona secundária e dos Centros de Treinamento Profissional. A suspensão do Imposto de Importação converte-se em isenção após o decurso do prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da ocorrência do respectivo fato gerador.</p> <p>Lei nº 11.033/04, arts. 13 a 16, em específico: art. 14; Decreto nº 6.582/08; Lei nº 11.774/08, art. 5º; Lei nº 12.715/12, art. 39; Lei nº 12.688/12, art. 30; Lei nº 13.169, art. 7º; Lei 14.301/22.</p>  |                |               |      |             |      |
| <p><b>16 Rota 2030</b><br/>Importação de partes, peças, componentes, conjuntos, subconjuntos, acabados e semiacabados, e pneumáticos, todos novos e sem capacidade de produção nacional equivalente, destinados à industrialização de produtos automotivos.</p> <p>MP nº 843/18; Lei nº 13.755/18, art. 21; Decreto nº 9.557/18, art.34.</p>   | 31/12/2023     | não vigente   | ...  | ...         | ...  |
| <p><b>17 Setor Automotivo</b><br/>Redução do imposto incidente na importação de partes, peças, componentes, conjuntos e subconjuntos, acabados e semi-acabados, e pneumáticos, destinadas aos processos produtivos das empresas montadoras e dos fabricantes de veículos leves, ônibus, caminhões, reboques e semi-reboques, chassis com motor, carrocerias, tratores rodoviários para semi-reboques, tratores agrícolas e colheitadeiras, máquinas rodoviárias e auto peças, componentes, conjuntos e subconjuntos necessários à produção dos veículos aqui listados, incluídos os destinados ao mercado de reposição. I - 40% até 31 de agosto de 2010; II - 30% até 30 de novembro de 2010; III - 20% até 30 de maio de 2001; IV - 0% a partir de 1º de junho de 2011.</p> <p>Lei nº 10.182/01, art. 5º, § 1º; Lei nº 12.350/10, art. 42º.</p>  | 30/04/2011     | não vigente   | ...  | ...         | ...  |
| <p><b>18 Zona Franca de Manaus e Amazônia Ocidental</b><br/>Isenção do imposto na entrada de mercadorias na ZFM, destinadas a seu consumo interno ou industrialização em qualquer grau, inclusive beneficiamento, agropecuária, pesca, instalação e a estocagem para reexportação, com exceção de armas e munições, fumo, bebidas alcoólicas, automóveis de passageiros, produtos de perfumaria e cosméticos. Redução do imposto na saída de produtos industrializados na ZFM, para qualquer ponto do território nacional. Bens de informática - coeficiente de redução resultante da relação entre os valores de matérias-primas e outros insumos nacionais e da mão-de-obra empregada no processo produtivo, e os valores de matérias-primas e demais insumos nacionais e estrangeiros e da mão-de-obra empregada. Automóveis, tratores e outros veículos terrestres - coeficiente de redução acrescido de cinco pontos percentuais. Demais produtos - redução de 88% (oitenta e oito por cento). Isenção do imposto, até o limite de compras de US\$ 2.000, no caso de bagagem de viajantes procedentes da ZFM.</p> <p>Decreto-Lei nº 288/67, art. 3º, § 1º, art. 7º, II; Decreto-Lei nº 356/68, art. 1º; Decreto-Lei nº 2.434/88, art. 1º, II, c; Lei nº 8.032/90, art. 2º, II, d, art. 4º; Lei nº 8.387/91, art. 1º; Constituição Federal do Brasil, ADCT, arts. 40, 92 e 92-A; Portaria Interministerial MIR/MCT/CICT/MC nº 272/93, art. 1º; Portaria Interministerial MDIC/MCTI nº 309/15, art. 1º; Portaria Interministerial MDIC/MCTIC nº 50/18, art. 1º.</p> | 05/10/2073     | 7.344.689.042 | 0,06 | 0,25        | 5,71 |
| <b>TOTAL</b>   |                | 8.280.501.025 | 0,06 | 0,28        | 6,43 |

**QUADRO XII**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2026 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**IMPOSTO SOBRE A RENDA PESSOA FÍSICA - IRPF**

UNIDADE: R\$ 1,00

| GASTO TRIBUTÁRIO   | PRAZO VIGÊNCIA | VALOR          | PART. % |             |      |
|--|----------------|----------------|---------|-------------|------|
|  |                |                | PIB     | ARRECADAÇÃO | IRPF |
| <p><b>1 Aposentadoria de Declarante com 65 Anos ou Mais</b></p> <p>Isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física, de parcela definida em lei, dos rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão, de transferência para a reserva remunerada ou de reforma pagos pela Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por qualquer pessoa jurídica de direito público interno ou por entidade de previdência privada, a partir do mês em que o contribuinte completar 65 (sessenta e cinco) anos de idade, sem prejuízo da parcela isenta prevista na tabela de incidência mensal do imposto.</p> <p>Lei nº 7.713/88, art. 6º, inciso XV; Lei nº 12.469/11; Lei nº 13.149/15.</p>   | indeterminado  | 16.310.899.471 | 0,12    | 0,55        | 4,04 |
| <p><b>2 Aposentadoria por Moléstia Grave ou Acidente</b></p> <p>Isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física incidente sobre rendimentos de aposentadoria ou reforma motivada por acidente em serviço ou moléstia profissional; aposentadoria, reforma ou pensão, recebidos por portadores de fibrose cística (mucoviscidose), tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, hepatopatia grave, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrite anquilosante, nefropatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação e síndrome de imunodeficiência adquirida (Aids).</p> <p>Lei nº 7.713/88, art. 6º, inciso XIV; Lei nº 11.052/04.</p>  | indeterminado  | 25.504.793.678 | 0,19    | 0,87        | 6,32 |
| <p><b>3 Atividade Audiovisual</b></p> <p>Dedução do imposto de renda devido, de 100% da quantia aplicada em investimentos na produção de obras audiovisuais cinematográficas brasileiras de produção independente, mediante a aquisição de quotas representativas de direitos de comercialização sobre as referidas obras, desde que esses investimentos sejam realizados no mercado de capitais, em ativos previstos em lei e autorizados pela Comissão de Valores Mobiliários, e os projetos de produção tenham sido previamente aprovados pelo Ministério da Cultura. Dedução do imposto de renda devido das quantias referentes ao patrocínio à produção de obras cinematográficas brasileiras de produção independente, cujos projetos tenham sido previamente aprovados pela Ancine, do imposto de renda devido apurado na declaração de ajuste anual pelas pessoas físicas. Dedução limitada: a 6% (seis por cento) do imposto devido pelas pessoas físicas, conjuntamente com as deduções de que trata o art. 22 da Lei nº 9.532/97. Dedução do imposto de renda devido das quantias aplicadas na aquisição de cotas dos Funcines.</p> <p>Lei nº 8.685/93, arts. 1º e 1º-A; Lei nº 9.532/97, art. 22; Lei nº 9.250/95, art. 12; MP nº 2.228/01, art. 44.</p> | 31/12/2024     | não vigente    | ...     | ...         | ...  |
| <p><b>4 Despesas com Educação</b></p> <p>Dedução da base de cálculo do IRPF das despesas com instrução do contribuinte e de seus dependentes, até o limite estabelecido em lei, efetuados a estabelecimentos de ensino, relativamente à educação infantil, compreendendo as creches e as pré-escolas; ao ensino fundamental; ao ensino médio; à educação superior, compreendendo os cursos de graduação e de pós-graduação (mestrado, doutorado e especialização); e à educação profissional, compreendendo o ensino técnico e o tecnológico.</p> <p>Lei nº 9.250/95, art. 8º; Lei nº 12.469/11.</p>   | indeterminado  | 5.663.015.078  | 0,04    | 0,19        | 1,40 |
| <p><b>5 Despesas Médicas</b></p> <p>Dedução da base de cálculo do IRPF das despesas com médicos, dentistas, psicólogos, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, hospitais, e com exames laboratoriais e serviços radiológicos, aparelhos ortopédicos e próteses ortopédicas e dentárias.</p> <p>Lei nº 9.250/95, art. 8º, II, a.</p>   | indeterminado  | 28.209.926.461 | 0,22    | 0,96        | 6,99 |
| <p><b>6 Fundos de Direitos da Criança e do Adolescente</b></p> <p>Dedução do imposto de renda devido, das contribuições feitas aos Fundos controlados pelos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacionais dos Direitos da Criança e do Adolescente. Dedução limitada: a 6% (seis por cento) do imposto devido pelas pessoas físicas, conjuntamente com as deduções de que trata o art. 22 da Lei nº 9.532/97.</p> <p>Lei nº 8.069/90, art. 260, II; Lei nº 9.250/95, art. 12, I; Lei nº 9.532/97, art. 22.</p>   | indeterminado  | 368.745.958    | 0,00    | 0,01        | 0,09 |
| <p><b>7 Fundos do Idoso</b></p> <p>Dedução do Imposto de Renda Devido, das contribuições feitas aos Fundos controlados pelos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional do Idoso. Dedução limitada a 6% do IR devido conjuntamente com as deduções de que trata o art. 22 da Lei nº 9.532/97.</p> <p>Lei nº 9.250/95, art. 12, I; Lei nº 9.532/97, art. 22.</p>  | indeterminado  | 15.866.540     | 0,00    | 0,00        | 0,00 |

**QUADRO XII**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2026 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTOS**  
**IMPOSTO SOBRE A RENDA PESSOA FÍSICA - IRPF**

UNIDADE: R\$ 1,00

| GASTO TRIBUTÁRIO  | PRAZO VIGÊNCIA | PART. %        |      |           |      |
|---|----------------|----------------|------|-----------|------|
|   |                | VALOR          | PIB  | ARRECAÇÃO | IRPF |
| <p><b>8 Incentivo à Formalização do Emprego Doméstico</b></p> <p>Dedução do IR devido pelas Pessoas Físicas, da contribuição patronal paga à Previdência Social pelo empregador doméstico incidente sobre o valor da remuneração do empregado. Limitada ao valor da contribuição patronal calculada sobre um salário mínimo mensal, sobre o 13º salário e sobre a remuneração adicional de férias, referidos também a um salário mínimo.</p> <p>Lei nº 9.250/95 art. 12, VII, § 3º.</p>   | 31/12/2018     | não vigente    | ...  | ...       | ...  |
| <p><b>9 Incentivo à Reciclagem</b></p> <p>Dedução de 1% do Imposto Devido relativo à quantia efetivamente despendida no apoio direto aos projetos de que trata o caput do art. 3º da referida Lei, limitado a 6% (seis por cento) do imposto de renda devido apurado na Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física, em conjunto com as deduções de que tratam o art. 22 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e o inciso II do § 1º do art. 1º da Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006.</p> <p>Lei nº 14.260, de 08 de dezembro de 2021.</p>  | indeterminado  | 119.823.634    | 0,00 | 0,00      | 0,03 |
| <p><b>10 Incentivo ao Desporto</b></p> <p>Dedução do imposto de renda devido dos valores despendidos a título de patrocínio ou doação no apoio direto a projetos desportivos e paradesportivos previamente aprovados pelo Ministério do Esporte, limitada a 6% (seis por cento) do IR devido conjuntamente com as deduções de que trata o art. 22 da Lei nº 9.532/1997.</p> <p>Lei nº 11.438/06, art. 1º; Lei nº 14.439/22.</p>   | 31/12/2027     | 9.766.298      | 0,00 | 0,00      | 0,00 |
| <p><b>11 Indenizações por Rescisão de Contrato de Trabalho</b></p> <p>Isonomia do Imposto de Renda da Pessoa Física de: indenização e aviso prévio não trabalhado pagos por despedida ou rescisão de contrato de trabalho assalariado, até o limite garantido pela lei trabalhista ou por dissídio coletivo e convenções trabalhistas homologados pela Justiça do Trabalho; verbas especiais indenizatórias pagas em decorrência de incentivo à demissão voluntária (PDV); indenização por acidente de trabalho; e saque de FGTS.</p> <p>Lei nº 7.713/88, art. 6º, inciso V; Lei nº 8.036/90, art. 28.</p>  | indeterminado  | 11.197.001.331 | 0,09 | 0,38      | 2,77 |
| <p><b>12 Programa Nacional de Apoio à Cultura</b></p> <p>Dedução do imposto de renda devido, de 80% das doações e 60% dos patrocínios, em favor de projetos culturais, devidamente aprovados. Dedução do imposto de renda devido, de 100% do valor efetivamente pago, relacionados a produção cultural nos segmentos de artes cênicas, livros de valor artístico, literário ou humanístico, música erudita ou instrumental, exposições de artes visuais, doações de acervos para bibliotecas públicas, museus, arquivos públicos e cinematecas, bem assim treinamento de pessoal e aquisição de equipamentos para a manutenção desses acervos, produção de obras cinematográficas e videofonográficas de curta e média metragem e preservação e difusão de acervo audiovisual e preservação do patrimônio cultural material e imaterial. Dedução imposto de renda devido, de 100% do valor efetivamente pago, relacionados a produção obras cinematográficas e videofonográficas brasileiras de longa, média e curta metragens de produção independente, de co-produção de obras cinematográficas e videofonográficas brasileiras de produção independente, de telefilmes, minisséries, documentais, ficcionais, animações e de programas de televisão de caráter educativo e cultural brasileiros de produção independente, aprovados pela Ancine. Dedução limitada: a 6% (seis por cento) do imposto devido pelas pessoas físicas, conjuntamente com as deduções de que trata o art. 22 da Lei nº 9.532/97.</p> <p>Lei nº 8.313/91, art. 18, § 3º e art. 26, I; Lei nº 9.250/95, art. 12, II; Lei nº 9.532/97, art.22; MP nº 2.228/01, art. 39, X e § 6º; Decreto nº 5.761/06, arts. 28 e 29.</p> | indeterminado  | 64.146.967     | 0,00 | 0,00      | 0,02 |
| <p><b>13 Pronas/PCD - Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência</b></p> <p>Dedução do imposto de renda devido, das doações e dos patrocínios efetuados em prol de ações e serviços de reabilitação da pessoa com deficiência, previamente aprovados pelo Ministério da Saúde e desenvolvidos pelas instituições que se destinam ao tratamento de deficiências físicas, motoras, auditivas, visuais e intelectuais. Poderá deduzir até cem por cento das doações e oitenta por cento dos patrocínios. Limitadas a um por cento do IR devido, individualmente, sem limite conjunto.</p> <p>Lei nº 12.715/12, arts. 3º e 4º; Lei nº 9250/85, art. 12, VIII; Lei nº 13.169/15, art. 10.</p>   | 31/12/2020     | não vigente    | ...  | ...       | ...  |

**QUADRO XII**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2026 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**IMPOSTO SOBRE A RENDA PESSOA FÍSICA - IRPF**

UNIDADE: R\$ 1,00

| GASTO TRIBUTÁRIO  | PRAZO VIGÊNCIA | VALOR          | PART. % |             |       |
|---|----------------|----------------|---------|-------------|-------|
|   |                |                | PIB     | ARRECADAÇÃO | IRPF  |
| <b>14 Pronon - Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica</b><br>Dedução do imposto de renda devido, das doações e dos patrocínios efetuados em prol de ações e serviços de atenção oncológica, previamente aprovados pelo Ministério da Saúde e desenvolvidos pelas instituições de prevenção e combate ao câncer. Até cem por cento das doações e oitenta por cento dos patrocínios. Limitadas a um por cento do IR devido, individualmente, sem limite conjunto.<br>Lei nº 12.715/12, arts. 1º a 14; Lei nº 13.169/15, art. 10. | 31/12/2020     | não vigente    | ...     | ...         | ...   |
| <b>15 Seguro ou Pecúlio Pago por Morte ou Invalidez</b><br>Isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física incidente sobre o capital das apólices de seguro ou pecúlio pago por morte do segurado e os prêmios de seguro restituídos em qualquer caso; pecúlio recebido de entidade de previdência complementar, em prestação única, em decorrência de morte ou invalidez permanente do participante.<br><br>Lei nº 7.713/88, art. 6º, incisos VII e XIII.   | indeterminado  | 2.242.603.606  | 0,02    | 0,08        | 0,56  |
| <b>TOTAL</b>  |                | 89.706.589.022 | 0,69    | 3,04        | 22,22 |

**QUADRO XIII**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2026 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**IMPOSTO SOBRE A RENDA PESSOA JURÍDICA - IRPJ**

UNIDADE: R\$ 1,00

| GASTO TRIBUTÁRIO   | PRAZO VIGÊNCIA | VALOR          | PART. % |           |      |
|--|----------------|----------------|---------|-----------|------|
|  |                |                | PIB     | ARRECAÇÃO | IRPJ |
| <p><b>1 Assistência Médica, Odontológica e Farmacêutica a Empregados</b><br/>Dedução, como despesa operacional, dos gastos realizados pelas empresas com serviços de assistência médica, odontológica, farmacêutica e social, destinados indistintamente a todos os seus empregados e dirigentes.<br/>Lei nº 9.249/95, art. 13, V.</p>   | indeterminado  | 10.725.037.044 | 0,08    | 0,36      | 2,43 |
| <p><b>2 Associações de Poupança e Empréstimo</b><br/>Isenção do imposto às associações, devidamente autorizadas pelo órgão competente, constituídas sob a forma de sociedade civil, tendo por objetivo propiciar ou facilitar a aquisição de casa própria aos associados, captar, incentivar e disseminar a poupança, que atendam às normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.<br/><br/>Decreto-Lei nº 70/66, arts. 1º e 7º.</p>  | indeterminado  | 22.257.421     | 0,00    | 0,00      | 0,01 |
| <p><b>3 Atividade Audiovisual - Dedução Despesa Operacional</b><br/>As pessoas jurídicas sujeitas ao lucro real poderão, também, abater o total dos investimentos efetuados na forma do art. 1º da Lei nº 8.685/93, como despesas operacionais. O abatimento será efetuado mediante ajuste ao lucro líquido para determinação do lucro real.<br/><br/>Lei nº 8.685/93, art. 1º, § 4º; Decreto nº 3.000/99 art. 372, § único; Lei nº 12.375/10, arts. 12 e 13.</p>  | 31/12/2024     | não vigente    | ...     | ...       | ...  |
| <p><b>4 Atividade Audiovisual - Dedução IR</b><br/>As pessoas jurídicas sujeitas ao lucro real poderão deduzir do imposto devido as quantias referentes: a investimentos em projetos de produção independente de obras audiovisuais cinematográficas brasileiras; a investimentos em projetos específicos da área audiovisual, cinematográfica de exibição, distribuição e infra-estrutura técnica apresentados por empresa brasileira; a investimentos em projetos de produção de obras cinematográficas e videofonográficas brasileiras de longa, média e curta metragens de produção independente, de co-produção de obras cinematográficas e videofonográficas brasileiras de produção independente, de telefilmes, minisséries, documentais, ficcionais, animações e de programas de televisão de caráter educativo e cultural, brasileiros de produção independente; a aquisição de quotas dos Fundos de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional (Funcines); ao patrocínio à produção de obras cinematográficas brasileiras de produção independente; a patrocínios aos projetos específicos da área audiovisual, cinematográfica de difusão, preservação, exibição, distribuição e infra-estrutura técnica apresentados por empresa brasileira; os patrocínios à produção de obras cinematográficas e videofonográficas brasileiras de longa, média e curta metragens de produção independente, de co-produção de obras cinematográficas e videofonográficas brasileiras de produção independente, de telefilmes, minisséries, documentais, ficcionais, animações e de programas de televisão de caráter educativo e cultural, brasileiros de produção independente. Limite individual de 4% do IR devido. Limite conjunto Cultura e Audiovisual de 4% do IR devido. O adicional não é dedutível.<br/><br/>Lei nº 8.685/93, arts. 1º, 1º-A; Lei nº 9.323/96, art. 1º; Lei nº 9.532/97, arts. 5º e 6º; Lei nº 11.437/06, arts. 7º, 8º e 9º; Lei nº 12.375/10, arts. 12 e 13; MP nº 2.228/01, art. 39, § 6º, arts. 44 e 45; Lei 13.594/18, art. 3º.</p> | 31/12/2024     | não vigente    | ...     | ...       | ...  |
| <p><b>5 Benefícios Previdenciários a Empregados e FAPI - Fundo de Aposentadoria Individual</b><br/>Benefícios Previdenciários, dedução, como despesa operacional, dos gastos realizados com contribuições, não compulsórias destinada a custear planos de benefícios complementares assemelhados aos da previdência social, instituídos em favor dos empregados e dirigentes da pessoa jurídica. Fundo de Aposentadoria Programada Individual - FAPI, dedução, como despesa operacional, do valor das quotas adquiridas em favor de seus empregados ou administradores, do FAPI, desde que o plano atinja, no mínimo, 50% dos seus empregados.<br/><br/>Lei nº 9.249/95, art. 13, V; Lei nº 9.477/97, arts. 7º e 10; Lei nº 9.532/97, art. 11, §§2º, 3º e 4º; Lei nº 10.887/04.</p>  | indeterminado  | 1.213.752.146  | 0,01    | 0,04      | 0,28 |
| <p><b>6 Copa do Mundo - Organização e Operacionalização da Copa das Confederações (2013) e da Copa do Mundo Fifa (2014)</b><br/>Isenção do IRPJ à Subsidiária Fifa no Brasil e aos Prestadores de Serviços da Fifa (estabelecidos no Brasil sob a forma de sociedade com finalidade específica) em relação aos fatos geradores decorrentes das atividades próprias e diretamente vinculadas à organização ou realização da Copa das Confederações e da Copa do Mundo.<br/><br/>Lei nº 12.350/10, arts. 2º a 16.</p>  | 31/12/2015     | não vigente    | ...     | ...       | ...  |

**QUADRO XIII**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2026 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**IMPOSTO SOBRE A RENDA PESSOA JURÍDICA - IRPJ**

UNIDADE: R\$ 1,00

| GASTO TRIBUTÁRIO   | PRAZO VIGÊNCIA | VALOR         | PART. % |           |      |
|--|----------------|---------------|---------|-----------|------|
|  |                |               | PIB     | ARRECAÇÃO | IRPJ |
| <b>7 Creches e Pré-Escolas</b><br>Regime especial de tributação aplicável à construção ou reforma de estabelecimentos de educação infantil. Pagamento unificado de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS equivalente a 1% (um por cento) da receita mensal auferida pela construtora em virtude da realização da obra submetida ao regime especial de tributação. Cabe ao IRPJ 0,31%.<br><br>Lei nº 12.715/12, arts. 24 a 27.   | 31/12/2018     | não vigente   | ...     | ...       | ...  |
| <b>8 Debêntures de sociedades de propósito específico para investimento na área de infraestrutura</b><br>Os rendimentos auferidos serão tributados, exclusivamente na fonte, à alíquota de 15% (quinze por cento), quando auferidos por pessoa jurídica. Emissão até 31/12/2030.<br><br>Lei nº 12.431/11, arts. 2º e 3º.   | indeterminado  | 754.197.795   | 0,01    | 0,03      | 0,17 |
| <b>9 Debêntures de sociedades de propósito específico para investimento na Produção Econômica Intensiva em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação</b><br>Os rendimentos auferidos serão tributados, exclusivamente na fonte, à alíquota de 15% (quinze por cento), quando auferidos por pessoa jurídica. Emissão até 31/12/2030.<br><br>Lei nº 12.431/11, arts. 2º e 3º.   | indeterminado  | 0             | 0,00    | 0,00      | 0,00 |
| <b>10 Despesas com Pesquisas Científicas e Tecnológicas</b><br>Dedução, como despesa operacional, das despesas: com pesquisas científicas ou tecnológicas, inclusive com experimentação para criação ou aperfeiçoamento de produtos, processos fórmulas e técnicas de produção, administração ou venda; com pesquisa de recursos naturais, inclusive prospecção de minerais, desde que realizadas na área de atuação da SUDAM, em projetos por ela aprovados; com pesquisa de recursos pesqueiros, desde que realizada de acordo com projeto previamente aprovado pelo IBAMA.<br><br>Lei nº 4.506/64, art.53; Decreto-Lei nº 756/69, art. 32, a; Lei nº 7.735/89, art. 2º; MP nº 2.216-37/01.  | indeterminado  | 3.561.256.625 | 0,03    | 0,12      | 0,81 |
| <b>11 Doações a Entidades Civas Sem Fins Lucrativos</b><br>Dedução, como despesa operacional, das doações efetuadas a: Entidades civis, legalmente constituídas no Brasil, sem fins lucrativos, que prestem serviços gratuitos em benefício de empregados da pessoa jurídica doadora, e respectivos dependentes, ou em benefício da comunidade na qual atuem, até o limite de 2%(dois por cento) do lucro operacional; Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), qualificadas segundo as normas estabelecidas na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999. Para fins de Dedução na apuração do lucro real, as referidas doações estão limitadas a 2% (dois por cento) do lucro operacional da pessoa jurídica, antes de computada a sua Dedução. A dedutibilidade fica condicionada a que a entidade beneficiária tenha sua condição de utilidade pública ou de OSCIP reconhecida pelo órgão competente da União.<br><br>Lei nº 9.249/95, art. 13, §2º, III; MP nº 2.158-35/01, art. 59. | indeterminado  | 384.919.617   | 0,00    | 0,01      | 0,09 |
| <b>12 Doações a Instituições de Ensino e Pesquisa</b><br>Dedução, como despesa operacional, das doações até o limite de 1,5% (um e meio por cento) do lucro operacional, efetuadas às instituições de ensino e pesquisa cuja criação tenha sido autorizada por lei federal e que preencham os requisitos dos incisos I e II do art. 213 da Constituição Federal, de 1988, que são: a) comprovação de finalidade não-lucrativa e aplicação dos excedentes financeiros em educação; b) assegurar a destinação do seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades.<br><br>Lei nº 9.249/95, art. 13, §2º II.  | indeterminado  | 62.222.629    | 0,00    | 0,00      | 0,01 |
| <b>13 Empresa cidadã</b><br>Dedução do imposto devido do total da remuneração integral paga à empregados, durante os 60 dias de prorrogação da licença maternidade ou 15 dias de prorrogação da licença paternidade.<br>Lei nº 11.770/08.  | indeterminado  | 353.961.888   | 0,00    | 0,01      | 0,08 |
| <b>14 Entidades sem Fins Lucrativos - Assistência Social e Saúde</b><br>Imunidade do Imposto de Renda, da CSLL, da COFINS da Contribuição Previdenciária Patronal para as entidades beneficentes de assistência social, sem fins lucrativos, que atendam às exigências estabelecidas em lei.<br>Constituição Federal do Brasil 1988, art. 150, VI, c e art. 195, § 7º; Lei nº 9.532/97, arts. 12 e 15; MP nº 2.158-35/01, art. 14, X; Lei nº 12.101/09; Decreto nº 8.242/14.   | indeterminado  | 4.135.891.984 | 0,03    | 0,14      | 0,94 |

**QUADRO XIII**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2026 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**IMPOSTO SOBRE A RENDA PESSOA JURÍDICA - IRPJ**

UNIDADE: R\$ 1,00

| GASTO TRIBUTÁRIO  | PRAZO VIGÊNCIA | PART. %       |      |               |      |
|---|----------------|---------------|------|---------------|------|
|   |                | VALOR         | PIB  | ARRECADADAÇÃO | IRPJ |
| <p><b>15 Entidades sem Fins Lucrativos - Associação Civil</b><br/>Isenção do Imposto de Renda, da CSLL, da COFINS para as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos, que atendam às exigências estabelecidas em lei.</p> <p>Constituição Federal do Brasil 1988, art. 150, VI, c e art. 195, § 7º; Lei nº 9.532/97, arts. 12 e 15; MP nº 2.158-35/01, art. 14, X; Lei nº 12.101/09; Decreto nº 8.242/14.</p>   | indeterminado  | 2.282.896.969 | 0,02 | 0,08          | 0,52 |
| <p><b>16 Entidades sem Fins Lucrativos - Científica</b><br/>Isenção do Imposto de Renda, da CSLL, da COFINS para as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos, que atendam às exigências estabelecidas em lei.</p> <p>Constituição Federal do Brasil 1988, art. 150, VI, c e art. 195, § 7º; Lei nº 9.532/97, arts. 12 e 15; MP nº 2.158-35/01, art. 14, X; Lei nº 12.101/09; Decreto nº 8.242/14.</p>   | indeterminado  | 40.765.131    | 0,00 | 0,00          | 0,01 |
| <p><b>17 Entidades sem Fins Lucrativos - Cultural</b><br/>Isenção do Imposto de Renda, da CSLL, da COFINS para as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos, que atendam às exigências estabelecidas em lei.</p> <p>Constituição Federal do Brasil 1988, art. 150, VI, c e art. 195, § 7º; Lei nº 9.532/97, arts. 12 e 15; MP nº 2.158-35/01, art. 14, X; Lei nº 12.101/09; Decreto nº 8.242/14.</p>   | indeterminado  | 55.303.825    | 0,00 | 0,00          | 0,01 |
| <p><b>18 Entidades sem Fins Lucrativos - Educação</b><br/>Imunidade do Imposto de Renda, da CSLL, da COFINS da Contribuição Previdenciária Patronal para as entidades beneficentes de assistência social, sem fins lucrativos, que atendam às exigências estabelecidas em lei.</p> <p>Constituição Federal do Brasil 1988, art. 150, VI, c e art. 195, § 7º; Lei nº 9.532/97, arts. 12 e 15; MP nº 2.158-35/01, art. 14, X; Lei nº 12.101/09; Decreto nº 8.242/14.</p>  | indeterminado  | 2.090.860.536 | 0,02 | 0,07          | 0,47 |
| <p><b>19 Entidades sem Fins Lucrativos - Filantrópica</b><br/>Isenção do Imposto de Renda, da CSLL, da COFINS para as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos, que atendam às exigências estabelecidas em lei.</p> <p>Constituição Federal do Brasil 1988, art. 150, VI, c e art. 195, § 7º; Lei nº 9.532/97, arts. 12 e 15; MP nº 2.158-35/01, art. 14, X; Lei nº 12.101/09; Decreto nº 8.242/14.</p>   | indeterminado  | 1.174.653.518 | 0,01 | 0,04          | 0,27 |
| <p><b>20 Entidades sem Fins Lucrativos - Recreativa</b><br/>Isenção do Imposto de Renda, da CSLL, da COFINS para as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos, que atendam às exigências estabelecidas em lei.</p> <p>Constituição Federal do Brasil 1988, art. 150, VI, c e art. 195, § 7º; Lei nº 9.532/97, arts. 12 e 15; MP nº 2.158-35/01, art. 14, X; Lei nº 12.101/09; Decreto nº 8.242/14.</p>   | indeterminado  | 126.255.230   | 0,00 | 0,00          | 0,03 |
| <p><b>21 FINAM - Fundo de Investimentos da Amazônia</b><br/>Redução do IRPJ pela opção de aplicação de percentual do imposto devido, pelas pessoas jurídicas ou grupos de empresas coligadas de que trata o art. 9º da Lei nº 8.167, de 1991, alterado pela Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, titulares de empreendimento de setor da economia considerado, em ato do Poder Executivo, prioritário para o desenvolvimento regional, aprovados ou protocolizados até 2 de maio de 2001 nas áreas da SUDAM. A redução será de: 18%, a partir de janeiro de 1998 até dezembro de 2003; 12%, a partir de janeiro de 2004 até dezembro de 2008; 6%, a partir de janeiro de 2009 até dezembro de 2017.</p> <p>Lei nº 8.167/91, art. 9º; MP nº 2.199-14/01, art. 4º; MP nº 2.156-5/01, art. 32, XVIII; MP nº 2.157-5/01, art. 32, IV; Lei nº 9.532/97, art. 4º, § 1º; Lei nº 12.995/14, arts. 1º e 2º.</p> | 31/12/2017     | não vigente   | ...  | ...           | ...  |
| <p><b>22 FINOR - Fundo de Investimentos do Nordeste</b></p>   | 31/12/2017     | não vigente   | ...  | ...           | ...  |

**QUADRO XIII**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2026 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTADO**  
**IMPOSTO SOBRE A RENDA PESSOA JURÍDICA - IRPJ**

UNIDADE: R\$ 1,00

| GASTO TRIBUTÁRIO  | PRAZO VIGÊNCIA | PART. %       |      |            |      |
|---|----------------|---------------|------|------------|------|
|   |                | VALOR         | PIB  | ARRECADADO | IRPJ |
| <p>Redução do IRPJ pela opção de aplicação de percentual do imposto devido, pelas pessoas jurídicas ou grupos de empresas coligadas de que trata o art. 9º da Lei nº 8.167, de 1991, alterado pela Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, titulares de empreendimento de setor da economia considerado, em ato do Poder Executivo, prioritário para o desenvolvimento regional, aprovados ou protocolizados até 2 de maio de 2001 nas áreas da SUDENE. A redução será de: 18%, a partir de janeiro de 1998 até dezembro de 2003; 12%, a partir de janeiro de 2004 até dezembro de 2008; 6%, a partir de janeiro de 2009 até dezembro de 2017.</p> <p>Lei nº 8.167/91, art. 9º; MP nº 2.199-14/01, art. 4º; MP nº 2.156-5/01, art. 32, XVIII; MP nº 2.157-5/01, art. 32, IV; Lei nº 9.532/97, art. 4º, § 1º; Lei nº 12.995/14, arts. 1º e 2º.</p>   |                |               |      |            |      |
| <p><b>23 FIP-IE - Fundo de Investimento em Participações em Infra-Estrutura</b></p> <p>Os rendimentos auferidos serão tributados como ganho líquido, à alíquota de 15% (quinze por cento), quando auferidos por pessoa jurídica. Áreas de energia, transporte, água e saneamento básico, irrigação e outros considerados prioritários pelo poder executivo.</p> <p>Lei nº 11.478/07, art. 2º, § 1º, I; Lei nº 12.431/11, art. 4º.</p>   | indeterminado  | 0             | 0,00 | 0,00       | 0,00 |
| <p><b>24 FIP-PD&amp;I - Fundo de Investimento em Participação na Produção Econômica Intensiva em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação e Debêntures</b></p> <p>Os rendimentos auferidos serão tributados como ganho líquido, à alíquota de 15% (quinze por cento), quando auferidos por pessoa jurídica.</p> <p>Lei nº 11.478/07, art. 2º, § 1º, I; Lei nº 12.431/11, art. 4º.</p>   | indeterminado  | 0             | 0,00 | 0,00       | 0,00 |
| <p><b>25 Fundos de Direitos da Criança e do Adolescente</b></p> <p>Dedução do imposto de renda devido, das contribuições feitas aos Fundos controlados pelos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacionais dos Direitos da Criança e do Adolescente. Limite individual de 1% do IR devido. Limite conjunto FCA e F. Idoso de 1% do IR devido. O adicional não é dedutível.</p> <p>Lei nº 8.069/90, art. 260; Lei nº 12.594/12, art. 87.</p>   | indeterminado  | 510.989.683   | 0,00 | 0,02       | 0,12 |
| <p><b>26 Fundos do Idoso</b></p> <p>Dedução do IR devido do total das doações feitas aos Fundos Nacional, Estaduais ou Municipais do Idoso devidamente comprovadas, vedada a dedução como despesa operacional. Limite individual de 1% do IR devido.</p> <p>Lei nº 12.213/10; Lei nº 12.594/12, art. 88.</p>  | indeterminado  | 460.164.510   | 0,00 | 0,02       | 0,10 |
| <p><b>27 FUNRES - Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo</b></p> <p>Redução do IRPJ pela opção de aplicação de percentual do imposto devido, pelas pessoas jurídicas ou grupos de empresas coligadas de que trata o art. 9º da Lei nº 8.167, de 1991, alterado pela Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, titulares de empreendimento de setor da economia considerado, em ato do Poder Executivo, prioritário para o desenvolvimento regional, aprovados ou protocolizados até 2 de maio de 2001 nas áreas do extinto Grupo Executivo para Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo (Geres). A redução será de: 25%, a partir de janeiro de 1998 até dezembro de 2003; 17%, a partir de janeiro de 2004 até dezembro de 2008; 9%, a partir de janeiro de 2009 até dezembro de 2013.</p> <p>Lei nº 8.167/91, art. 9º; MP nº 2.199-14/01, art. 4º; MP nº 2.156-5/01, art. 32, XVIII; MP nº 2.157-5/01, art. 32, IV; Lei nº 9.532/97, art. 4º, § 1º.</p> | 31/12/2013     | não vigente   | ...  | ...        | ...  |
| <p><b>28 Horário Eleitoral Gratuito</b></p> <p>As emissoras de rádio e televisão obrigadas à divulgação gratuita da propaganda partidária e eleitoral, de plebiscitos e referendos poderão efetuar a compensação compensação fiscal pela cedência do horário gratuito. O valor da compensação será apurado de acordo com os critérios dispostos no art. 2º do Decreto 7.791/2012 e poderá ser excluído do lucro líquido para determinação do lucro real; ou da base de cálculo dos recolhimentos mensais; ou da base de cálculo do IRPJ incidente sobre o lucro presumido. Aplica-se também às empresas concessionárias de serviços públicos de telecomunicações, obrigadas ao tráfego gratuito de sinais de televisão e rádio. Aplica-se também aos comunicados, às instruções e a outras requisições da Justiça Eleitoral, relativos aos programas partidários e eleitorais.</p> <p>Lei nº 9.096/95, art. 52, parágrafo único; Lei nº 9.504/97, art. 99; Decreto nº 7.791/2012.</p>       | indeterminado  | 1.003.259.018 | 0,01 | 0,03       | 0,23 |
| <p><b>29 Incentivo à Reciclagem</b></p> <p>Dedução no valor de 1% (um por cento) do imposto devido em cada período de apuração trimestral ou anual, em conjunto com as deduções de que trata o inciso I do § 1º do art. 1º da Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, observado o disposto no § 4º do art. 3º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995.</p>   | indeterminado  | 231.001.500   | 0,00 | 0,01       | 0,05 |

**QUADRO XIII**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2026 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**IMPOSTO SOBRE A RENDA PESSOA JURÍDICA - IRPJ**

UNIDADE: R\$ 1,00

| GASTO TRIBUTÁRIO  | PRAZO VIGÊNCIA       | PART. %              |             |             |             |
|---|----------------------|----------------------|-------------|-------------|-------------|
|   |                      | VALOR                | PIB         | ARRECADADO  | IRPJ        |
| Lei nº 14.260, de 08 de dezembro de 2021.   |                      |                      |             |             |             |
| <b>30 Incentivo ao Desporto</b><br>Dedução do IR devido dos valores despendidos a título de patrocínio ou doação, no apoio direto a projetos desportivos e paradesportivos previamente aprovados pelo Ministério do Esporte. Limite individual de 1% do IR devido. O adicional não é dedutível.<br><br>Lei nº 11.438/06; Lei nº 13.155/15, art. 43; Lei nº 14.439/22.   | <b>31/12/2027</b>    | <b>886.820.778</b>   | <b>0,01</b> | <b>0,03</b> | <b>0,20</b> |
| <b>31 Informática e Automação</b><br>Crédito financeiro a título de IRPJ concedido para as pessoas jurídicas habilitadas fabricantes de bens de tecnologias da informação e comunicação que investirem em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação. O valor do crédito financeiro é calculado com base no dispêndio em P&D e no faturamento no mercado interno.<br><br>Lei nº 8.248/91, art. 4º; Lei nº 10.176/01, art. 11; Lei nº 11.077/04, Lei nº 13.023/14; Lei nº 13.969/19; e Decreto nº 5.906/06.  | <b>31/12/2029</b>    | <b>7.606.427.457</b> | <b>0,06</b> | <b>0,26</b> | <b>1,73</b> |
| <b>32 Inovação Tecnológica</b><br>A pessoa jurídica poderá excluir do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, o valor correspondente a até 60% da soma dos dispêndios realizados no período de apuração com pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica. Poderá chegar a até 80% dos dispêndios em função do número de empregados pesquisadores contratados pela pessoa jurídica. A pessoa jurídica poderá excluir do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL o valor correspondente a até 20% da soma dos dispêndios ou pagamentos vinculados à pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica objeto de patente concedida ou cultivar registrado. A pessoa jurídica poderá excluir do lucro líquido, para efeito de apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL, os dispêndios efetivados em projeto de pesquisa científica e tecnológica e de inovação tecnológica a ser executado por Instituição Científica e Tecnológica – ICT e por entidades científicas e tecnológicas privadas, sem fins lucrativos. A exclusão corresponderá, à opção da pessoa jurídica, a no mínimo a metade e no máximo duas vezes e meia o valor dos dispêndios efetuados. Exclusão do lucro real e da base de cálculo da CSLL de até 160% dos dispêndios realizados com pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica para as pessoas jurídicas que utilizarem os benefícios das Leis de capacitação e competitividade do setor de informática e automação (Leis nº 8.248/1991, 8.387/1991, e 10.176/2001).<br><br>Lei nº 11.196/05, arts. 19, 19-A, 26; Lei nº 11.487/07; Lei nº 12.546/11, art. 13; Lei nº 11.774/08, art. 4º. | <b>indeterminado</b> | <b>5.620.464.764</b> | <b>0,04</b> | <b>0,19</b> | <b>1,28</b> |
| <b>33 Minha Casa, Minha Vida</b><br>Redução para 1% da alíquota do regime especial de tributação (RET) incidente sobre as receitas decorrentes dos projetos de incorporação de imóveis residenciais de interesse social, no âmbito do programa Minha Casa, Minha Vida, com valor comercial até limite estabelecido em lei. Cabe ao IRPJ 0,31%.<br>Lei nº 10.931/04, art. 4º, § 6º; Lei nº 12.024/09, art. 2º, Lei nº 13.097/15, arts. 4º e 6º.  | <b>indeterminado</b> | <b>99.256.309</b>    | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,02</b> |
| <b>34 Olimpíadas - Organização e Realização dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paralímpicos de 2016</b><br>Isenção do IRPJ incidente sobre receitas, lucros e rendimentos auferidos pelas Empresas vinculadas ao CIO, domiciliadas no País, e pelo RIO 2016 em relação aos fatos geradores decorrentes das atividades próprias e diretamente vinculadas à organização ou realização dos Eventos.<br>Lei nº 12.780/13; Decreto nº 8.463/15.   | <b>31/12/2017</b>    | <b>não vigente</b>   | <b>...</b>  | <b>...</b>  | <b>...</b>  |
| <b>35 PADIS - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores</b><br>Redução em 100% das alíquotas do IR e adicional incidentes sobre o lucro da exploração, nas vendas dos dispositivos efetuadas por pessoa jurídica beneficiária do PADIS.<br><br>Lei nº 11.484/07, art. 1º a 11; Lei nº 13.169/15.<br><b>Crédito financeiro a título de IRPJ concedido para empresas habilitadas no PADIS. O valor do crédito financeiro é calculado com base no investimento em pesquisa e desenvolvimento e no faturamento no mercado interno.</b><br>Lei nº 11.484/07, art. 1º a 11; Lei nº 13.169/15; Lei nº 13.969/19, Lei 14.302/22   | <b>indeterminado</b> | <b>46.737.717</b>    | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,01</b> |
| <b>36 PAIT - Planos de Poupança e Investimento</b>  | <b>indeterminado</b> | <b>6.877.426</b>     | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> |

**QUADRO XIII**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2026 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**IMPOSTO SOBRE A RENDA PESSOA JURÍDICA - IRPJ**

UNIDADE: R\$ 1,00

| GASTO TRIBUTÁRIO   | PRAZO VIGÊNCIA | PART. %       |      |           |      |
|--|----------------|---------------|------|-----------|------|
|  |                | VALOR         | PIB  | ARRECAÇÃO | IRPJ |
| Dedução, como despesa operacional, das contribuições pagas pela pessoa jurídica a plano PAT por ela instituído, desde que obedecem a critérios gerais e beneficiem no mínimo 50% dos empregados.<br>Decreto-Lei nº 2.292/86, art. 5º, § 2º.  |                |               |      |           |      |
| <b>37 PAT - Programa de Alimentação do Trabalhador</b><br>Dedução do imposto devido de valor equivalente à aplicação da alíquota cabível sobre a soma das despesas de custeio realizadas, no período-base, em Programas de Alimentação do Trabalhador, previamente aprovados pelo Ministério do Trabalho. Limite individual de 4% do IR devido. Limite conjunto PAT e PDTI/PDTA de 4% do IR devido. O adicional não é dedutível.<br><br>Lei nº 6.321/76, art. 1º; Lei nº 9.532/97, arts. 5º, 6º, inciso I.   | indeterminado  | 2.494.198.834 | 0,02 | 0,08      | 0,57 |
| <b>38 PERSE - Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos</b><br>Reduz para 0% (zero por cento), pelo prazo de 60 (sessenta) meses, contado do início da produção de efeitos desta Lei, as alíquotas das contribuições PIS, COFINS e CSLL e do IRPJ incidentes sobre o resultado auferido pelas pessoas jurídicas pertencentes ao setor de eventos.<br>Lei nº 14.148, de 03 de maio de 2021.  | 04/05/2026     | 1.250.145.506 | 0,01 | 0,04      | 0,28 |
| <b>39 Previdência Privada Fechada</b><br>Isenção do Imposto de Renda e da CSLL para as entidades de previdência complementar sem fins lucrativos.<br>Decreto-Lei 2.065/83, art. 6º; IN SRF nº 588/05, art. 17.   | indeterminado  | 205.083.902   | 0,00 | 0,01      | 0,05 |
| <b>40 PRONAC - Programa Nacional de Apoio à Cultura - Dedução Despesa Operacional</b><br>Dedução, como despesa operacional, do total do somatório das doações e dos patrocínios no apoio direto a projetos culturais aprovados na forma da regulamentação do Pronac.<br><br>Lei nº 8.313/91, art. 26, § 1º, II; Lei nº 9.249/95, art. 13, § 2º, I; Decreto nº 5.761/06, art. 30, § 1º.   | indeterminado  | 285.805.735   | 0,00 | 0,01      | 0,06 |
| <b>41 PRONAC - Programa Nacional de Apoio à Cultura - Dedução IR</b><br>A pessoa jurídica poderá deduzir do imposto devido 40% do somatório das doações e 30% do somatório dos patrocínios, tanto mediante contribuições ao Fundo Nacional de Cultura (FNC) na forma de doações, quanto mediante apoio direto a projetos culturais aprovados na forma da regulamentação do Pronac. A pessoa jurídica poderá deduzir do imposto devido 100% do somatório das doações e 100% do somatório dos patrocínios, relacionados à produção cultural, nos segmentos de: Artes cênicas; Livros de valor artístico, literário ou humanístico; Música erudita ou instrumental; Exposições de artes visuais; Doações de acervos para bibliotecas públicas, museus, arquivos públicos e cinematecas, bem assim treinamento de pessoal e aquisição de equipamentos para a manutenção desses acervos; Produção de obras cinematográficas e videofonográficas de curta e média metragem e preservação e difusão do acervo audiovisual; e Preservação do patrimônio cultural material e imaterial; Construção e manutenção de salas de cinema e teatro, que poderão funcionar também como centros culturais comunitários, em Municípios com menos de 100.000 (cem mil) habitantes. A pessoa jurídica poderá deduzir do imposto devido 100% do somatório das doações e 100% do somatório dos patrocínios, relativos à produção de obras cinematográficas e videofonográficas brasileiras de longa, média e curta metragens de produção independente, de co-produção de obras cinematográficas e videofonográficas brasileiras de produção independente, de telefilmes, minisséries, documentais, ficcionais, animações e de programas de televisão de caráter educativo e cultural, brasileiros de produção independente, aprovados pela Agência Nacional do Cinema (Ancine). Limite individual de 4% do IR devido. Limite conjunto Cultura e Audiovisual de 4% do IR devido. O adicional não é dedutível.<br><br>Lei nº 8.313/91, art. 26, §1º; Lei nº 9.249/95, art. 13, §2º, I; Decreto nº 5.761/06, arts. 28 e 30; Lei nº 8.313/91, art. 18, caput e §§ 1º e 3º; MP nº 2.228/01, art. 39, § 6º e inciso X, art. 53. | indeterminado  | 2.119.966.258 | 0,02 | 0,07      | 0,48 |
| <b>42 Pronas/PCD - Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência</b>   | 31/12/2021     | não vigente   | ...  | ...       | ...  |

**QUADRO XIII**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2026 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTOS**  
**IMPOSTO SOBRE A RENDA PESSOA JURÍDICA - IRPJ**

UNIDADE: R\$ 1,00

| GASTO TRIBUTÁRIO  | PRAZO VIGÊNCIA | PART. %        |      |             |      |
|---|----------------|----------------|------|-------------|------|
|   |                | VALOR          | PIB  | ARRECADAÇÃO | IRPJ |
| <p>Dedução do imposto de renda devido, das doações e dos patrocínios efetuados em prol de ações e serviços de reabilitação da pessoa com deficiência, previamente aprovados pelo Ministério da Saúde e desenvolvidos pelas instituições que se destinam ao tratamento de deficiências físicas, motoras, auditivas, visuais e intelectuais. Até cinquenta por cento das doações e quarenta por cento dos patrocínios, vedada a dedução como despesa operacional. Limitadas a um por cento do IR devido, individualmente, sem limite conjunto. Adicional não dedutível.</p> <p>Lei nº 12.715/12, arts. 1º a 14; Lei nº 12.844/13, art. 28; Lei nº 13.169/15, art. 10.</p> |                |                |      |             |      |
| <p><b>43 Pronon - Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica</b></p> <p>Dedução do imposto de renda devido, das doações e dos patrocínios efetuados em prol de ações e serviços de atenção oncológica, previamente aprovados pelo Ministério da Saúde e desenvolvidos pelas instituições de prevenção e combate ao câncer. Até cinquenta por cento das doações e quarenta por cento dos patrocínios, vedada a dedução como despesa operacional. Limitadas a um por cento do IR devido, individualmente, sem limite conjunto. Adicional não dedutível.</p> <p>Lei nº 12.715/12, arts. 1º a 14; Lei nº 12.844/13, art. 28; Lei nº 13.169/15, art. 10.</p>            | 31/12/2021     | não vigente    | ...  | ...         | ...  |
| <p><b>44 PROUNI - Programa Universidade para Todos</b></p> <p>Isenção do imposto à instituição privada de ensino superior, com ou sem fins lucrativo, que aderir ao PROUNI. A isenção recairá sobre o valor do lucro e será calculada na proporção da ocupação efetiva das bolsas devidas</p> <p>Lei nº 11.096/05.</p>  | indeterminado  | 1.878.818.982  | 0,01 | 0,06        | 0,43 |
| <p><b>45 Rota 2030</b></p> <p>Dedução do IRPJ devido, o valor correspondente à aplicação da alíquota e adicional do IRPJ sobre até 30% dos dispêndios realizados no País, desde que sejam classificáveis como despesas operacionais aplicados em pesquisa e desenvolvimento.</p> <p>MP 843/2018; Lei 13.755/18, art. 11; Decreto nº 9.557/18, art.19.</p>   | 31/07/2023     | não vigente    | ...  | ...         | ...  |
| <p><b>46 Simples Nacional - Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte</b></p> <p>Redução da base de cálculo e modificação da alíquotas para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, que optaram pelo Simples Nacional.</p> <p>Lei Complementar nº 123/06; Lei Complementar nº 127/07; Lei Complementar nº 139/11; Lei Complementar nº 147/14.</p>  | indeterminado  | 29.264.039.816 | 0,22 | 0,99        | 6,64 |
| <p><b>47 SUDAM - Isenção Projeto Industrial / Agrícola</b></p> <p>Isenção do IRPJ para empreendimento industrial ou agrícola que tenha sido instalado, ampliado, modernizado ou diversificado, até 31 de dezembro de 1997 ou cujo projeto tenha sido aprovado ou protocolizado até 14 de novembro de 1997.</p> <p>Lei nº 9.532/97, art. 3º; Lei nº 9.808/99, art. 13.</p>   | indeterminado  | 0              | 0,00 | 0,00        | 0,00 |
| <p><b>48 SUDAM - Isenção Projeto Tecnologia Digital</b></p> <p>Isenção do IRPJ para fabricantes de máquinas, equipamentos, instrumentos e dispositivos, baseados em tecnologia digital, voltados para o programa de inclusão digital, com projetos aprovados na região da SUDAM e SUDENE. Aprovação até 31/12/2018 e uso por dez anos.</p> <p>Lei nº 12.546/12, art. 11; MP nº 2.199-14/01, art. 1º, § 1-A; Lei nº 12.715/12, art. 69; Lei nº 12.995/14, art. 10.</p>   | 31/12/2033     | 0              | 0,00 | 0,00        | 0,00 |
| <p><b>49 SUDAM - Redução 75% Projeto Setor Prioritário</b></p> <p>Redução de 75% do IRPJ para empreendimentos, com projetos protocolizados e aprovados após 23 de agosto de 2000, enquadrados em setores da economia considerados, em ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional. Aprovação até 31/12/2018 e uso por dez anos.</p> <p>MP nº 2.199-14/01, art. 1º; Lei nº 12.715/12, art. 69; Lei nº 12.995/14, art. 10; Lei nº 13.799/19, art. 1º; Decreto nº 9.682/19.</p>   | 31/12/2033     | 6.947.088.875  | 0,05 | 0,24        | 1,58 |
| <p><b>50 SUDAM - Redução Escalonada Projeto Industrial / Agrícola</b></p>   | 31/12/2013     | não vigente    | ...  | ...         | ...  |

**QUADRO XIII**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2026 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTOS**  
**IMPOSTO SOBRE A RENDA PESSOA JURÍDICA - IRPJ**

UNIDADE: R\$ 1,00

| GASTO TRIBUTÁRIO   | PRAZO VIGÊNCIA | PART. %       |      |           |      |
|--|----------------|---------------|------|-----------|------|
|  |                | VALOR         | PIB  | ARRECAÇÃO | IRPJ |
| <p>Redução escalonada do IRPJ para empreendimentos industriais ou agrícolas instalados a partir de 1º de janeiro de 1998 ou cujo projeto tenha sido aprovado ou protocolizado após 14 de novembro de 1997 e até 23 de agosto de 2000. A redução será de: 75% a partir de 1º de janeiro de 1998 até 31 de dezembro de 2003; 50%, a partir de 1º de janeiro de 2004 até 31 de dezembro de 2008; 25%, a partir de 1º de janeiro de 2009 até 31 de dezembro de 2013.</p> <p>Lei nº 9.532/97, art. 3º, I, II, III e § 1º; Lei nº 9.808/99, art. 13.</p>   |                |               |      |           |      |
| <p><b>51 SUDAM - Redução Escalonada Projeto Setor Prioritário</b></p> <p>Redução escalonada do IRPJ para os empreendimentos industriais ou agrícolas enquadrados em setores da economia considerados, em ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional, mantidos em operação nas áreas de atuação da Sudam e da Sudene, ou sediados na Zona Franca de Manaus, reconhecidos como de interesse para o desenvolvimento da região. A redução será de: 37,5%, a partir de 1º de janeiro de 1998 até 31 de dezembro de 2003; 25%, a partir de 1º de janeiro de 2004 até 31 de dezembro de 2008; 12,5%, a partir de 1º de janeiro de 2009 até 31 de dezembro de 2013.</p> <p>Lei nº 9.532/97, art. 3º, § 2º; MP nº 2.199-14/01, art. 2º.</p>                             | 31/12/2013     | não vigente   | ...  | ...       | ...  |
| <p><b>52 SUDAM - Redução por Reinvestimento</b></p> <p>Redução de 30% do IRPJ para os empreendimentos considerados, em ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional, que depositarem no Banco do Nordeste do Brasil S/A, para reinvestimento, 30% do valor do imposto devido, exceto adicional, calculado sobre o lucro da exploração, acrescido de 50% de recursos próprios, ficando, porém, a liberação desses recursos condicionada à aprovação, pela SUDENE, dos respectivos projetos técnico-econômicos de modernização ou complementação de equipamento.</p> <p>Lei nº 8.167/91, art. 19; Lei nº 8.191/91, art. 4º; Lei nº 9.532/97, art. 2º; MP nº 2.199-14/01, art. 3º; Lei nº 12.715/2012, art. 69; Lei nº 13.799/19, art. 1º; Decreto nº 9.682/19.</p> | 31/12/2023     | não vigente   | ...  | ...       | ...  |
| <p><b>53 SUDENE - Isenção Projeto Industrial / Agrícola</b></p> <p>Isenção do IRPJ para empreendimento industrial ou agrícola que tenha sido instalado, ampliado, modernizado ou diversificado, até 31 de dezembro de 1997 ou cujo projeto tenha sido aprovado ou protocolizado até 14 de novembro de 1997.</p> <p>Lei nº 9.532/97, art. 3º; Lei nº 9.808/99, art. 13.</p>   | indeterminado  | 3.832.765     | 0,00 | 0,00      | 0,00 |
| <p><b>54 SUDENE - Isenção Projeto Tecnologia Digital</b></p> <p>Isenção do IRPJ para fabricantes de máquinas, equipamentos, instrumentos e dispositivos, baseados em tecnologia digital, voltados para o programa de inclusão digital, com projetos aprovados na região da SUDAM e SUDENE. Aprovação até 31/12/2018 e uso por dez anos.</p> <p>Lei nº 12.546/12, art. 11; MP nº 2.199-14/01, art. 1º, § 1-A; Lei nº 12.715/12, art. 69; Lei nº 12.995/14, art. 10.</p>   | 31/12/2033     | 0             | 0,00 | 0,00      | 0,00 |
| <p><b>55 SUDENE - Redução 75% Projeto Setor Prioritário</b></p> <p>Redução de 75% do IRPJ para empreendimentos, com projetos protocolizados e aprovados após 23 de agosto de 2000, enquadrados em setores da economia considerados, em ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional. Aprovação até 31/12/2018 e uso por dez anos.</p> <p>MP nº 2.199-14/01, art. 1º; Lei nº 12.715/12, art. 69; Lei nº 12.995/14, art. 10; Lei nº 13.799/19, art. 1º; Decreto nº 9.682/19.</p>   | 31/12/2033     | 9.727.458.106 | 0,07 | 0,33      | 2,21 |
| <p><b>56 SUDENE - Redução Escalonada Projeto Industrial / Agrícola</b></p> <p>Redução escalonada do IRPJ para empreendimentos industriais ou agrícolas instalados a partir de 1º de janeiro de 1998 ou cujo projeto tenha sido aprovado ou protocolizado após 14 de novembro de 1997 e até 23 de agosto de 2000. A redução será de: 75% a partir de 1º de janeiro de 1998 até 31 de dezembro de 2003; 50%, a partir de 1º de janeiro de 2004 até 31 de dezembro de 2008; 25%, a partir de 1º de janeiro de 2009 até 31 de dezembro de 2013.</p> <p>Lei nº 9.532/97, art. 3º, I, II, III e § 1º; Lei nº 9.808/99, art. 13.</p>  | 31/12/2013     | não vigente   | ...  | ...       | ...  |
| <p><b>57 SUDENE - Redução Escalonada Projeto Setor Prioritário</b></p>   | 31/12/2013     | não vigente   | ...  | ...       | ...  |

**QUADRO XIII**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2026 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTADO**  
**IMPOSTO SOBRE A RENDA PESSOA JURÍDICA - IRPJ**

UNIDADE: R\$ 1,00

| GASTO TRIBUTÁRIO  | PRAZO VIGÊNCIA | PART. %        |      |             |       |
|---|----------------|----------------|------|-------------|-------|
|   |                | VALOR          | PIB  | ARRECADAÇÃO | IRPJ  |
| <p>Redução escalonada do IRPJ para os empreendimentos industriais ou agrícolas enquadrados em setores da economia considerados, em ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional, mantidos em operação nas áreas de atuação da Sudam e da Sudene, ou sediados na Zona Franca de Manaus, reconhecidos como de interesse para o desenvolvimento da região. A redução será de: 37,5%, a partir de 1º de janeiro de 1998 até 31 de dezembro de 2003; 25%, a partir de 1º de janeiro de 2004 até 31 de dezembro de 2008; 12,5%, a partir de 1º de janeiro de 2009 até 31 de dezembro de 2013.</p> <p>Lei nº 9.532/97, art. 3º, § 2º; MP nº 2.199-14/01, art. 2º.</p>  |                |                |      |             |       |
| <p><b>58 SUDENE - Redução por Reinvestimento</b></p> <p>Redução de 30% do IRPJ para os empreendimentos considerados, em ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional, que depositarem no Banco do Nordeste do Brasil S/A, para reinvestimento, 30% do valor do imposto devido, exceto adicional, calculado sobre o lucro da exploração, acrescido de 50% de recursos próprios, ficando, porém, a liberação desses recursos condicionada à aprovação, pela SUDENE, dos respectivos projetos técnico-econômicos de modernização ou complementação de equipamento.</p> <p>Lei nº 8.167/91, art. 19; Lei nº 8.191/91, art. 4º; Lei nº 9.532/97, art. 2º; MP nº 2.199-14/01, art. 3º; Lei nº 12.715/12, art. 69; Lei nº 13.799/19, art. 1º; Decreto nº 9.682/19.</p> | 31/12/2023     | não vigente    | ...  | ...         | ...   |
| <p><b>59 TEF - Tributação Específica do Futebol</b></p> <p>Regime de tributação específico para as Sociedades Anônimas do Futebol que unifica o recolhimento do IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e Contribuição Previdenciária (artigos I, II e III do caput e no §6º do art. 22 da Lei nº 8.212/91). O regime consiste na tributação das receitas mensais com a aplicação de uma alíquota de 5%, nos 5 primeiros anos-calendário da constituição da sociedade, e de 4%, a partir do 6º ano calendário.</p> <p>Lei nº 14.193/2021, arts. 31 e 32.</p>  | indeterminado  | 211.555.947    | 0,00 | 0,01        | 0,05  |
| <p><b>60 TI e TIC - Tecnologia de Informação e Tecnologia da Informação e da Comunicação</b></p> <p>Exclusão do lucro líquido, para efeito de apuração do lucro real, dos custos e despesas com capacitação de pessoal que atua no desenvolvimento de programas de computador (software) das empresas dos setores de tecnologia de informação - TI e de tecnologia da informação e da comunicação – TIC, sem prejuízo da dedução normal.</p> <p>Lei nº 11.908/09, art. 11; Lei nº 11.774/08, art. 13-A.</p>   | indeterminado  | 885.285        | 0,00 | 0,00        | 0,00  |
| <p><b>61 Vale-Cultura</b></p> <p>Dedução do IRPJ devido do valor despendido a título de aquisição do vale-cultura pela pessoa jurídica beneficiária tributada com base no lucro real. A dedução é limitada a 1% do IR Devido. Adicional não dedutível. Dedução como despesa operacional do valor despendido a título de aquisição do vale-cultura para fins de apuração do imposto sobre a renda.</p> <p>Lei nº 12.761/12, art. 10.</p>   | 31/12/2016     | não vigente    | ...  | ...         | ...   |
| <b>TOTAL</b>  |                | 98.079.200.127 | 0,75 | 3,33        | 22,25 |

**QUADRO XIV**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2026 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF**

UNIDADE: R\$ 1,00

| GASTO TRIBUTÁRIO  | PRAZO VIGÊNCIA | VALOR       | PART. % |             |      |
|---|----------------|-------------|---------|-------------|------|
|   |                |             | PIB     | ARRECADAÇÃO | IRRF |
| <p><b>1 Academia Brasileira de Letras - ABL</b><br/>Isenção de IOF, PIS sobre folha de salários, do imposto de renda sobre rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou variável pela Academia Brasileira de Letras, pela Associação Brasileira de Imprensa e pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.(efeitos a partir do 1º dia do exercício seguinte à inclusão no PLOA)</p> <p>Lei nº 13.353/16, art. 2º; Lei nº 9532/97, art. 15.</p>   | indeterminado  | 0           | 0,00    | 0,00        | 0,00 |
| <p><b>2 Associação Brasileira de Imprensa - ABI</b><br/>Isenção de IOF, PIS sobre folha de salários, do imposto de renda sobre rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou variável pela Academia Brasileira de Letras, pela Associação Brasileira de Imprensa e pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.(efeitos a partir do 1º dia do exercício seguinte à inclusão no PLOA)</p> <p>Lei nº 13.353/16, art. 2º; Lei nº 9532/97, art. 15.</p>   | indeterminado  | 0           | 0,00    | 0,00        | 0,00 |
| <p><b>3 Associações de Poupança e Empréstimo</b><br/>Redução da base de cálculo do imposto. As associações pagarão o imposto devido, correspondente aos rendimentos e ganhos líquidos auferidos em aplicações financeiras, à alíquota de 15%, calculado sobre 28% do valor dos referidos rendimentos e ganhos líquidos.</p> <p>Lei nº 9.430/96, art. 57.</p>  | indeterminado  | 20.517.698  | 0,00    | 0,00        | 0,01 |
| <p><b>4 Atividade Audiovisual</b><br/>Redução de 70% do imposto de renda retido na fonte sobre as importâncias pagas, creditadas, empregadas, remetidas ou entregues aos produtores, distribuidores ou intermediários no exterior, como rendimentos decorrentes da exploração de obras audiovisuais estrangeiras em todo território nacional, ou por sua aquisição ou importação a preço fixo, desde que invistam no desenvolvimento de projetos de produção de obras cinematográficas brasileiras de longa-metragem de produção independente, e na coprodução de telefilmes e minisséries brasileiros de produção independente e de obras cinematográficas brasileiras de produção independente. Redução de 70% do imposto de renda retido na fonte sobre o crédito, emprego, remessa, entrega ou pagamento pela aquisição ou remuneração, a qualquer título, de direitos, relativos à transmissão, por meio de radiodifusão de sons e imagens e serviço de comunicação eletrônica de massa por assinatura, de quaisquer obras audiovisuais ou eventos, mesmo os de competições desportivas das quais faça parte representação brasileira, desde que invistam no desenvolvimento de projetos de produção de obras cinematográficas brasileira de longa-metragem de produção independente e na coprodução de obras cinematográficas e videofonográficas brasileiras de produção independente de curta, média e longas-metragens, documentários, telefilmes e minisséries.</p> <p>Lei nº 8.685/93, arts. 3º e 3º-A; Decreto-Lei nº 1.089/70; Lei nº 9.430/96, art. 72.</p> | indeterminado  | 187.237.339 | 0,00    | 0,01        | 0,09 |
| <p><b>5 Copa do Mundo - Organização e Operacionalização da Copa das Confederações (2013) e da Copa do Mundo Fifa (2014)</b><br/>Isenção do IRRF para Fifa e a Subsiidiária Fifa no Brasil em relação aos fatos geradores decorrentes das atividades próprias e diretamente vinculadas à organização ou realização dos Eventos.</p> <p>Lei nº 12.350/10, art. 7º, I, a; art. 8º, I, b.</p>   | 31/12/2015     | não vigente | ...     | ...         | ...  |
| <p><b>6 Debêntures de sociedades de propósito específico para investimento na área de infraestrutura</b><br/>Os rendimentos auferidos por pessoa física ficam sujeitos à incidência do imposto sobre a renda, exclusivamente na fonte à alíquota zero. Emissão até 31/12/2030.</p> <p>Lei nº 12.431/11, art. 2º, § 1º e 3º; Lei nº 13.043/14, art. 20.</p>  | indeterminado  | 306.591.193 | 0,00    | 0,01        | 0,14 |
| <p><b>7 Debêntures de sociedades de propósito específico para investimento na Produção Econômica Intensiva em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação</b><br/>Os rendimentos auferidos por pessoa física ficam sujeitos à incidência do imposto sobre a renda, exclusivamente na fonte à alíquota zero. Emissão até 31/12/2030.</p> <p>Lei nº 12.431/11, art. 2º, § 1º e 3º; Lei nº 13.043/14, art. 20.</p>  | indeterminado  | 0           | 0,00    | 0,00        | 0,00 |
| <p><b>8 FIP-IE - Fundo de Investimento em Participações em Infra-Estrutura</b><br/>Os rendimentos distribuídos à pessoa física ficam isentos do imposto de renda na fonte e na declaração de ajuste anual das pessoas físicas. Áreas de energia, transporte, água e saneamento básico, irrigação e outros considerados prioritários pelo poder executivo.</p> <p>Lei nº 11.478/07, art. 2º, §3º; Lei nº 12.431/11, art. 4º.</p>   | indeterminado  | 0           | 0,00    | 0,00        | 0,00 |

**QUADRO XIV**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2026 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTOS**  
**IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF**

UNIDADE: R\$ 1,00

| GASTO TRIBUTÁRIO  | PRAZO VIGÊNCIA | PART. %        |      |             |      |
|---|----------------|----------------|------|-------------|------|
|   |                | VALOR          | PIB  | ARRECADAÇÃO | IRRF |
| <p><b>9 FIP-PD&amp;I - Fundo de Investimento em Participação na Produção Econômica Intensiva em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação e Debêntures</b></p> <p>Os rendimentos distribuídos à pessoa física ficam isentos do imposto de renda na fonte e na declaração de ajuste anual das pessoas físicas.<br/>Lei nº 11.478/07, art. 2º, §3º; Lei nº 12.431/11, art. 4º.</p>   | indeterminado  | 0              | 0,00 | 0,00        | 0,00 |
| <p><b>10 Inovação Tecnológica</b></p> <p>Redução a zero da alíquota do imposto de renda retido na fonte nas remessas efetuadas para o exterior destinadas ao registro e manutenção de marcas, patentes e cultivares.</p> <p>Lei nº 11.196/05, art. 17, inciso VI.</p> <p>Crédito de IRRF sobre os valores pagos, remetidos ou creditados a beneficiários residentes ou domiciliados no exterior, a título de royalties, de assistência técnica ou científica e de serviços especializados. Revogado pela Lei 12.350/10, art. 63, I.<br/>Lei nº 11.196/05, art. 17, inciso V, § 5º.</p>  | indeterminado  | 3.468.926      | 0,00 | 0,00        | 0,00 |
| <p><b>11 Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB</b></p> <p>Isenção de IOF, PIS sobre folha de salários, do imposto de renda sobre rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou variável pela Academia Brasileira de Letras, pela Associação Brasileira de Imprensa e pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. (efeitos a partir do 1º dia do exercício seguinte à inclusão no PLOA)</p> <p>Lei nº 13.353/16, art. 2º; Lei nº 9532/1997, art. 15.</p>   | indeterminado  | 0              | 0,00 | 0,00        | 0,00 |
| <p><b>12 Leasing de Aeronaves</b></p> <p>Redução a zero da alíquota do imposto de renda retido na fonte incidentes sobre crédito, entrega, emprego ou remessa, por fonte situada no País, a pessoa jurídica domiciliada no exterior, a título de contraprestação de contrato de arrendamento mercantil de aeronave ou dos motores a ela destinados, celebrado por empresa de transporte aéreo público regular, de passageiros ou de cargas, até 31 de dezembro de 2023. Redução para 1% em 2024, 2% em 2025 e 3% em 2026. A MPV 1049 que dispõe sobre redução de alíquotas de 01/01/22 a 31/12/24 ainda está em tramitação.</p> <p>Lei nº 11.371/06, art. 16; Lei nº 9.481/97, art. 1º, V; Lei nº 13.043/14, art. 89, Lei 14.002/20, MP 1094/21 e Lei 14.355/22.</p>  | 31/12/2026     | 357.120.306    | 0,00 | 0,01        | 0,17 |
| <p><b>13 Olimpíadas - Organização e Realização dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paralímpicos de 2016</b></p> <p>Isenção do IRRF incidente sobre os rendimentos pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos, em espécie, pelo CIO, por Empresas vinculadas, ou pelo RIO 2016, ou recebidos por esses sujeitos, em relação aos fatos geradores decorrentes das atividades próprias e diretamente vinculadas à organização ou realização dos Eventos.</p> <p>Lei nº 12.780/13; Decreto nº 8.463/15.</p>   | 31/12/2017     | não vigente    | ...  | ...         | ...  |
| <p><b>14 Poupança</b></p> <p>Isenção do imposto de renda sobre os os rendimentos auferidos por pessoa física em contas de depósitos de poupança<br/>Lei nº 8.981/95, art. 68, III.</p>  | indeterminado  | 13.630.476.506 | 0,10 | 0,46        | 6,40 |
| <p><b>15 Promoção de Produtos e Serviços Brasileiros</b></p> <p>Redução a zero da alíquota do IRRF incidente sobre valores pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos para o exterior, em decorrência de despesas com pesquisas de mercado, aluguéis e arrendamentos de stands e locais para exposições, feiras e conclaves semelhantes, promoção e propaganda no eventos, para produtos e serviços brasileiros e para promoção de destinos turísticos brasileiros e por órgãos do Poder Executivo Federal, relativos à contratação de serviços destinados à promoção do Brasil no exterior. Redução a zero da alíquota do IRRF sobre remessas, para o exterior, destinadas ao pagamento de despesas com pesquisa de mercado para produtos brasileiros de exportação, participação em exposições, feiras e eventos, aluguéis e arrendamentos de estandes e locais de exposição, propaganda nos eventos, vinculadas à promoção de produtos brasileiros.</p> <p>Lei nº 9.481/97, art. 1º, III; Decreto nº 6.761/09; MP nº 2.159/01, art. 9º.</p> | indeterminado  | 12.024.147     | 0,00 | 0,00        | 0,01 |
| <p><b>16 Títulos de Crédito - Setor Imobiliário e do Agronegócio</b></p>  | indeterminado  | 6.760.668.599  | 0,05 | 0,23        | 3,17 |

**QUADRO XIV**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2026 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF**

UNIDADE: R\$ 1,00

| GASTO TRIBUTÁRIO   | PRAZO VIGÊNCIA | PART. %               |             |             |             |
|--|----------------|-----------------------|-------------|-------------|-------------|
|  |                | VALOR                 | PIB         | ARRECAÇÃO   | IRRF        |
| Isenção de IRPF sobre rendimentos de letras hipotecárias, letras de crédito do agronegócio e imobiliário (LCA e LCI) e certificados de recebíveis do agronegócio e imobiliários (CRA e CRI). |                |                       |             |             |             |
| Lei nº 13.097/15, art. 90, I; Lei nº 11.033/2004, art. 3º, II a V.   |                |                       |             |             |             |
| <b>TOTAL</b>   |                | <b>21.278.104.714</b> | <b>0,16</b> | <b>0,72</b> | <b>9,99</b> |

**QUADRO XV**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2026 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTADO**  
**IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - OPERAÇÕES INTERNAS - IPI-INTERNO**

UNIDADE: R\$ 1,00

| GASTO TRIBUTÁRIO   | PRAZO VIGÊNCIA | VALOR         | PART. % |             |      |
|--|----------------|---------------|---------|-------------|------|
|  |                |               | PIB     | ARRECADAÇÃO | IPI  |
| <p><b>1 Áreas de Livre Comércio</b></p> <p>Tabatinga-AM, Guajará-Mirim-RO, Pacaraima e Bonfim-RR, Macapá/Santana-AP e Brasília e Cruzeiro do Sul-AC. Isenção do imposto na entrada de produtos nacionais ou nacionalizados, quando destinados a consumo beneficiamento, estocagem ou industrialização com exceção de armas e munições, veículos de passageiros, bebidas alcoólicas, produtos de perfumaria e toucador, fumo e derivados. Isenção do imposto incidente sobre os produtos industrializados nas Áreas de Livre Comércio, destinados a consumo interno ou comercialização para outros pontos do território nacional, desde que os produtos tenham em sua composição final preponderância de matérias-primas de origem regional, provenientes dos segmentos animal, vegetal, mineral, exceto os minérios do Capítulo 26 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, ou agrossilvopastoril, observada a legislação ambiental pertinente e conforme definido em regulamento.</p> <p>Lei nº 7.965/89, arts. 4º, 6º e 13; Lei nº 8.210/91, arts. 6º e 13; Lei nº 8.256/91, arts. 7º e 14; Lei nº 8.387/91, art. 11, § 2º; Lei nº 8.857/94, art. 7º; Lei nº 8.981/95, arts. 108, 109 e 110; Lei nº 13.023/14, art. 3º; Lei nº 11.898/09; Decreto nº 8.597/15.</p> | 31/12/2050     | 651.465.507   | 0,00    | 0,02        | 1,26 |
| <p><b>2 Automóveis - Pessoas Portadoras de Deficiência</b></p> <p>Isenção do IPI na aquisição de automóveis por pessoas portadoras de deficiência física, visual, mental severa ou profunda, ou autistas.</p> <p>Lei nº 8.989/95; Lei nº 12.767/12, art. 29; Lei nº 13.146/2015, art. 126, Lei 14.183/21 e Lei 14.287/21</p>   | 31/12/2026     | 1.562.195.011 | 0,01    | 0,05        | 3,01 |
| <p><b>3 Copa do Mundo - Organização e Operacionalização da Copa das Confederações (2013) e da Copa do Mundo Fifa (2014)</b></p> <p>Isenção de IPI para os produtos nacionais adquiridos pela Fifa, por Subsidiária Fifa no Brasil e pela Emissora Fonte da Fifa, diretamente de estabelecimento industrial fabricante, para uso ou consumo na organização e realização dos Eventos.</p> <p>Lei nº 12.350/10, arts. 2º a 16.</p>  | 31/12/2015     | não vigente   | ...     | ...         | ...  |
| <p><b>4 Embarcações</b></p> <p>Suspensão da incidência de IPI na aquisição, realizada por estaleiros navais brasileiros, de materiais e equipamentos, incluindo partes, peças e componentes, destinados ao emprego na construção, conservação, modernização, conversão ou reparo de embarcações pré-registradas ou registradas no REB. A suspensão converte-se em alíquota 0 (zero) após a incorporação ou utilização dos bens adquiridos.</p> <p>Lei nº 9.493/97, art. 10; Lei nº 11.774/08, art. 15; Decreto nº 6.704/08.</p>  | indeterminado  | 13.401.172    | 0,00    | 0,00        | 0,03 |
| <p><b>5 Equipamentos Desportivos</b></p> <p>Isenção do IPI incidente sobre equipamentos e materiais destinados, exclusivamente, ao treinamento e preparação de atletas e equipes brasileiras para competições desportivas em jogos olímpicos, paraolímpicos, pan-americanos, parapan-americanos, nacionais e mundiais.</p> <p>Lei nº 10.451/02, arts. 8º a 13; Lei nº 11.827/08, art. 5º; Lei nº 12.649/12, art. 9º.</p>   | 31/12/2015     | não vigente   | ...     | ...         | ...  |
| <p><b>6 Informática e Automação</b></p> <p>As empresas de desenvolvimento ou produção de bens e serviços de informática e automação farão jus aos benefícios de isenção/redução do imposto: de 80% até 2024; 75% até 2026; 70% até 2029. Para os bens de informática e automação produzidos nas regiões Centro-Oeste, Sudam e Sudene - isenção/redução do imposto: de 95% até 2024; 90% até 2026; 85% até 2029. Para microcomputadores portáteis - isenção/redução do imposto: de 95% até 2024; 90% até 2026; 70% até 2029. Para microcomputadores portáteis produzidos nas regiões Centro-Oeste, Sudam e Sudene - isenção/redução do imposto: isenção até 2024; 95% até 2026; 85% 2029. Para os bens de informática e automação desenvolvidos no país - isenção/redução do imposto: de 100% até 2024; 95% até 2026; 90% 2029. Para os bens de informática e automação desenvolvidos no país e produzidos nas regiões Centro-Oeste, Sudam e Sudene - isenção/redução do imposto: isenção até 2024; 95% até 2026; 85% 2029.</p> <p>Lei nº 8.248/91, art. 4º; Lei nº 10.176/01, art. 11; Lei nº 11.077/04, Lei nº 13.023/14; Decreto nº 5.906/06.</p>  | 31/03/2020     | não vigente   | ...     | ...         | ...  |
| <p><b>7 Inovação Tecnológica</b></p> <p>Redução de 50% do IPI sobre equipamentos, máquinas, aparelhos e instrumentos, bem como os acessórios sobressalentes e ferramentas que acompanhem esses bens, destinados à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico.</p> <p>Lei nº 11.196/05, art. 17; Decreto nº 5.798/06.</p>  | indeterminado  | 56.045        | 0,00    | 0,00        | 0,00 |

**QUADRO XV**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2026 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - OPERAÇÕES INTERNAS - IPI-INTERNO**

UNIDADE: R\$ 1,00

|    | GASTO TRIBUTÁRIO  | PRAZO VIGÊNCIA | PART. %     |      |             |      |
|----|---|----------------|-------------|------|-------------|------|
|    |   |                | VALOR       | PIB  | ARRECADAÇÃO | IPI  |
| 8  | <b>Inovar-Auto - Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores</b><br>Crédito Presumido de IPI para as empresas habilitadas, relativo aos dispêndios em pesquisa; desenvolvimento tecnológico; inovação tecnológica; recolhimentos FNDCT; capacitação de fornecedores; engenharia e tecnologia industrial básica. Limitado a 2,75% da receita bruta total de venda de bens e serviços.<br>Lei nº 12.715/12, arts. 40 a 44; Decreto nº 7.819/12.  | 31/12/2017     | não vigente | ...  | ...         | ...  |
| 9  | <b>Olimpiadas - Organização e Realização dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016</b><br>Isenção de IPI para os produtos nacionais adquiridos diretamente de estabelecimento industrial fabricante, para uso ou consumo na organização ou realização dos Eventos.<br>Lei nº 12.780/13; Decreto nº 8.463/15.  | 31/12/2017     | não vigente | ...  | ...         | ...  |
| 10 | <b>PADIS - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores</b><br>Redução a zero das alíquotas do IPI na importação ou compra no mercado interno de máquinas, aparelhos, instrumentos, equipamentos, softwares e insumos para incorporação ao ativo imobilizado.<br>Lei nº 11.484/07, arts. 1º a 11; Lei nº 13.169/15, Lei 14.302/22 e Decreto 10.615/21  | 31/12/2026     | 0           | 0,00 | 0,00        | 0,00 |
| 11 | <b>PATVD - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital</b><br>Redução a zero das alíquotas do IPI, na importação ou venda no mercado interno de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, para incorporação ao ativo imobilizado, softwares e insumos. Redução a zero das alíquotas do IPI nas vendas dos equipamentos transmissores efetuadas por pessoa jurídica beneficiária do PATVD.<br>Lei nº 11.484/07, art. 12 ao 22 e 66.   | 22/01/2017     | não vigente | ...  | ...         | ...  |
| 12 | <b>PROUCA - REICOMP - Regime Especial de Incentivo a Computadores para Uso Educacional</b><br>Suspensão do IPI incidente na aquisição no mercado interno de matérias-primas, e produtos intermediários destinados à fabricação dos equipamentos. A suspensão converte-se em alíquota zero após a incorporação ou utilização dos bens nos equipamentos. Isenção de IPI na venda dos equipamentos de informática por pessoa jurídica beneficiária do REICOMP para escolas.<br>Lei nº 12.249/10, art. 6 a 14 e 139; Lei nº 12.715/12, art. 15 a 23 e 78.   | 31/12/2015     | não vigente | ...  | ...         | ...  |
| 13 | <b>RECINE - Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica</b><br>Suspensão da exigência do IPI incidente nas aquisições no mercado interno de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, para incorporação no ativo permanente e utilização em complexos de exibição ou cinemas itinerantes, bem como de materiais para sua construção. A suspensão converte-se em isenção após incorporação no ativo permanente e utilização do bem ou material de construção no complexo de exibição cinematográfica.<br>Lei nº 12.599/12, arts.12 a 14; Decreto nº 7.729/12; Lei nº 13.594/18; Lei nº 14.044/2020. | 31/12/2024     | não vigente | ...  | ...         | ...  |
| 14 | <b>RECOPA - Regime Especial de Tributação para Construção, Ampliação, Reforma ou Modernização de Estádios de Futebol</b><br>Suspensão do IPI incidente sobre a aquisição de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, e de materiais de construção para utilização ou incorporação no estádio de futebol da pessoa jurídica beneficiária do RECOPA. A suspensão converte-se em alíquota zero após a utilização ou incorporação do bem.<br>Lei nº 12.350/10, arts. 17 a 21.   | 30/06/2014     | não vigente | ...  | ...         | ...  |
| 15 | <b>REIF - Regime Especial de Incentivo ao Desenvolvimento da Infraestrutura da Indústria de Fertilizantes</b><br>Suspensão do IPI incidente na saída do estabelecimento industrial ou equiparado de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, e de materiais de construção para utilização ou incorporação no projeto aprovado.<br>Lei nº 12.794/13, arts. 5º a 11.  | 20/09/2017     | não vigente | ...  | ...         | ...  |

**QUADRO XV**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2026 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - OPERAÇÕES INTERNAS - IPI-INTERNO**

UNIDADE: R\$ 1,00

|    | GASTO TRIBUTÁRIO  | PRAZO VIGÊNCIA | VALOR       | PART. % |             |      |
|----|---|----------------|-------------|---------|-------------|------|
|    |   |                |             | PIB     | ARRECADAÇÃO | IPI  |
| 16 | <b>RENUCLEAR - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Usinas Nucleares</b><br><br>Suspensão do IPI na venda no mercado interno de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, e de materiais de construção para utilização ou incorporação em obras de infraestrutura destinadas ao ativo imobilizado, quando a aquisição for efetuada por pessoa jurídica beneficiária do RENUCLEAR. A suspensão converte-se em isenção após a utilização ou incorporação do bem ou material de construção na obra de infraestrutura.<br><br>Lei nº 12.431/11, arts. 14 a 17.  | 31/12/2020     | não vigente | ...     | ...         | ...  |
| 17 | <b>REPENEC - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste</b><br><br>Suspensão do IPI interno incidente na aquisição no mercado interno de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, e de materiais de construção para utilização ou incorporação em obras de infraestrutura destinadas ao ativo imobilizado de pessoa jurídica beneficiária do REPENEC. As suspensões convertem-se em alíquota zero após a utilização ou incorporação do bem ou material de construção na obra de infraestrutura.<br><br>Lei nº 12.249/10, arts. 1º a 5º.   | 30/06/2016     | não vigente | ...     | ...         | ...  |
| 18 | <b>REPUBL-Redes - Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações</b><br><br>Suspensão do IPI sobre venda no mercado interno de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos novos e de materiais de construção para utilização ou incorporação nas obras civis dos projetos aprovados para implantação, ampliação ou modernização de redes de telecomunicações que suportam acesso à Internet em banda larga. A suspensão converte-se em alíquota zero após a incorporação do bem.<br><br>Lei nº 12.715/12, arts. 28 a 33.   | 31/12/2016     | não vigente | ...     | ...         | ...  |
| 19 | <b>REPORTO - Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária</b><br><br>Suspensão do IPI sobre aquisições no mercado interno de máquinas, equipamentos, peças de reposição e outros bens importados pelos beneficiários do REPORTO e destinados ao seu ativo imobilizado para utilização exclusiva na execução de serviços de: carga, descarga, armazenagem e movimentação de mercadorias e produtos; sistemas suplementares de apoio operacional; proteção ambiental; sistemas de segurança e de monitoramento de fluxo de pessoas, mercadorias, produtos, veículos e embarcações; dragagens; e treinamento e formação de trabalhadores, inclusive na implantação de Centros de Treinamento Profissional. São beneficiários do REPORTO o operador portuário, o concessionário de porto organizado, o arrendatário de instalação portuária de uso público e a empresa autorizada a explorar instalação portuária de uso privativo misto ou exclusivo, inclusive aquelas que operam com embarcações de offshore, o concessionário de transporte ferroviário, empresas de dragagem, recintos alfandegados de zona secundária e dos Centros de Treinamento Profissional. A suspensão converte-se em isenção após o decurso do prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da ocorrência do respectivo fato gerador.<br><br>Lei nº 11.033/04, arts. 13 a 16, em específico: art. 14; Decreto nº 6.582/08; Lei nº 11.774/08, art. 5º; Lei nº 12.715/12, art. 39; Lei nº 12.688/12, art. 30; Lei nº 13.169, art. 7º; Lei 14.301/22. | 31/12/2023     | não vigente | ...     | ...         | ...  |
| 20 | <b>Resíduos Sólidos</b><br><br>Crédito presumido do IPI para os estabelecimentos industriais na aquisição de resíduos sólidos utilizados como matérias-primas ou produtos intermediários na fabricação de seus produtos.<br><br>Lei nº 12.375/10, art. 5º; Lei nº 13.097/15, art. 7º; Decreto nº 7.619/2011.  | 31/12/2018     | não vigente | ...     | ...         | ...  |
| 21 | <b>RETAERO - Regime Especial de Incentivos Tributários para a Indústria Aeroespacial Brasileira</b><br><br>Suspensão de IPI incidente na venda no mercado interno de partes, peças, ferramentas, componentes, equipamentos, sistemas, subsistemas, insumos e matérias-primas a serem empregados na manutenção, conservação, modernização, reparo, revisão, conversão e industrialização dos produtos classificados na posição 88.02 da NCM. A suspensão converte-se em alíquota zero após o emprego, utilização ou incorporação dos referidos bens.<br><br>Lei nº 12.249/10, arts. 29 a 33; Lei nº 12.598/12, art. 16.  | 11/06/2020     | não vigente | ...     | ...         | ...  |
| 22 | <b>RETID - Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa</b>  | 22/03/2032     | 16.734.718  | 0,00    | 0,00        | 0,03 |

**QUADRO XV**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2026 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTOS**  
**IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - OPERAÇÕES INTERNAS - IPI-INTERNO**

UNIDADE: R\$ 1,00

| GASTO TRIBUTÁRIO   | PRAZO VIGÊNCIA | VALOR         | PART. % |             |      |
|--|----------------|---------------|---------|-------------|------|
|  |                |               | PIB     | ARRECADAÇÃO | IPI  |
| <p>Suspensão do IPI incidente na aquisição no mercado interno de partes, peças, ferramentas, componentes, equipamentos, sistemas, subsistemas, insumos e matérias-primas a serem empregados na manutenção, conservação, modernização, reparo, revisão, conversão e industrialização de bens de defesa nacional, quando a aquisição for efetuada por estabelecimento industrial de pessoa jurídica beneficiária do RETID. Conversão em alíquota zero após o emprego ou utilização dos bens. Isenção de IPI incidente sobre os bens de defesa nacional, definidos em ato do Poder Executivo, saídos do estabelecimento industrial ou equiparado de pessoa jurídica beneficiária do RETID, quando adquiridos pela União, para uso privativo das Forças Armadas, exceto para uso pessoal e administrativo.</p> <p>Lei nº 12.598/12, arts. 7º a 11; Decreto nº 8.122/2013.</p>  |                |               |         |             |      |
| <p><b>23 Rota 2030</b><br/>Redução das alíquotas do IPI para veículos novos produzidos no País e para a importação de veículos novos classificados nos códigos 87.01 a 87.06 da Tabela TIPI em:<br/>I - até 2% para os veículos que atenderem a requisitos específicos de eficiência energética; e<br/>II - até 1% para os veículos que atenderem a requisitos específicos de desempenho estrutural associado a tecnologias assistivas à direção.<br/>O somatório das reduções fica limitado</p> <p>MP nº 843/18, art. 2º; Lei nº 13.755/18, art. 2; Decreto nº 9.557/18, art.42.</p>  | 31/12/2027     | 3.809.725.311 | 0,03    | 0,13        | 7,35 |
| <p><b>24 Setor Automotivo - Empreendimento industriais Norte, Nordeste, Centro-Oeste</b><br/>As empresas montadoras e fabricantes de veículos automotores, instaladas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, poderão apurar crédito presumido do IPI como ressarcimento do PIS/PASEP e da COFINS, no montante do valor das contribuições devidas, em cada mês, decorrente das vendas no mercado interno, multiplicado por: 2 no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2011; 1,9 no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2012; 1,8 no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2013; 1,7 no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2014; e 1,5 no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2015.<br/>Empreendimentos habilitados até 31 de maio de 1997.</p> <p>Lei nº 9.440/97, art. 11-A; Lei nº 12.218/10; Decreto nº 7.422/10.</p>  | 31/12/2015     | não vigente   | ...     | ...         | ...  |
| <p><b>25 Setor Automotivo - Empreendimento industriais Sudam, Sudene, Centro-Oeste</b><br/>Os empreendimentos industriais instalados nas áreas de atuação da Sudam, Sudene e na região Centro-Oeste, exceto no Distrito Federal, farão jus a crédito presumido de 32% do IPI incidente nas saídas dos produtos classificados nas posições 8702 a 8704 da TIPI. Projetos apresentados até 31/10/1999.<br/>Lei nº 9.826/99; Lei nº 12.218/10; Lei nº 12.973/14; Lei nº 13.043/14; Lei nº 14.076/20; Decreto nº 7.422/10.</p>   | 31/12/2025     | não vigente   | ...     | ...         | ...  |
| <p><b>26 Setor Automotivo - Novos Projetos empreendimento industriais Norte, Nordeste, Centro-Oeste</b><br/>As empresas montadoras e fabricantes de veículos automotores, instaladas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, habilitadas até 31/05/1997, farão jus a crédito presumido do IPI como ressarcimento do PIS/PASEP e da COFINS, desde que apresentem projetos que contemplem novos investimentos e a pesquisa para o desenvolvimento de novos produtos ou novos modelos de produtos já existentes, até o dia 30 de junho de 2020. O crédito presumido será equivalente ao resultado da aplicação das alíquotas previstas no art. 1º da Lei 10.485/02, sobre o valor das vendas no mercado interno, em cada mês, dos produtos dos projetos, multiplicado por: 1,25 até 0 12º mês; 1,0 do 13º ao 48º mês e 0,75 do 49º ao 60º mês.</p> <p>Lei nº 12.407/11; Lei nº 13.755/18; Decreto nº 10.457/2020.</p> | 31/12/2025     | não vigente   | ...     | ...         | ...  |
| <p><b>27 Simples Nacional - Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte</b><br/>Redução da base de cálculo e modificação da alíquotas para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, que optaram pelo Simples Nacional.<br/>Lei Complementar nº 123/06; Lei Complementar nº 127/07; Lei Complementar nº 139/11; Lei Complementar nº 147/14.</p>   | indeterminado  | 3.613.649.707 | 0,03    | 0,12        | 6,97 |
| <p><b>28 TAXI - Transporte Autônomo de Passageiros</b><br/>Isenção do IPI na aquisição de automóveis destinados ao transporte autônomo de passageiros (TAXI).<br/>Lei nº 8.989/95; Lei nº 12.767/12, art. 29; Lei nº 13.146/2015, art. 126, Lei 14.183/21 e Lei 14.287/21</p>  | 31/12/2026     | 346.842.181   | 0,00    | 0,01        | 0,67 |

**QUADRO XV**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2026 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - OPERAÇÕES INTERNAS - IPI-INTERNO**

UNIDADE: R\$ 1,00

| GASTO TRIBUTÁRIO   | PRAZO VIGÊNCIA | VALOR          | PART. % |             |       |
|--|----------------|----------------|---------|-------------|-------|
|  |                |                | PIB     | ARRECADAÇÃO | IPI   |
| <b>29 Zona Franca de Manaus e Amazônia Ocidental</b><br>Isenção do imposto para todas as mercadorias produzidas na ZFM, quer se destinem ao seu consumo interno, quer à comercialização em qualquer ponto do território nacional, com exceção de armas e munições, fumo, bebidas alcoólicas, automóveis de passageiros, produtos de perfumaria e cosméticos. Equivalência a uma exportação brasileira para o estrangeiro na remessa de mercadorias de origem nacional para consumo, ou industrialização na ZFM, ou reexportação para o estrangeiro, ou ainda para serem remetidas à Amazônia Ocidental.<br>Isenção do imposto para os produtos elaborados com matérias-primas agrícolas e extrativas vegetais de produção regional, exclusive a de origem pecuária, por estabelecimentos localizados na Amazônia Ocidental.<br><br>Decreto-Lei nº 288/67, arts. 4º, 9º, § 1º; Lei nº 8.387/91, art. 1º; Constituição Federal do Brasil, ADCT, arts. 40, 92 e 92-A; Decreto-Lei nº 356/68, art. 1º; Decreto nº 1.435/75, art. 6º. | 05/10/2073     | 21.219.432.955 | 0,16    | 0,72        | 40,92 |
| <b>TOTAL</b>   |                | 31.233.502.607 | 0,24    | 1,06        | 60,24 |

**QUADRO XVI**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2026 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - VINCULADO À IMPORTAÇÃO - IPI-VINCULADO**

UNIDADE: R\$ 1,00

| GASTO TRIBUTÁRIO  | PRAZO VIGÊNCIA | VALOR       | PART. % |            |       |
|---|----------------|-------------|---------|------------|-------|
|   |                |             | PIB     | ARRECADADO | IPI-V |
| <b>1 Áreas de Livre Comércio</b><br>Tabatinga-AM, Guajará-Mirim-RO, Pacaraima e Bonfim-RR, Macapá/Santana-AP e Brasília e Cruzeiro do Sul-AC. Isenção do imposto na entrada de mercadorias estrangeiras, quando destinadas a consumo e venda internos, beneficiamento de pescado, recursos minerais e matérias-primas agrícolas ou florestais, agricultura e piscicultura, a turismo, a estocagem para exportação, para construção e reparos navais e para internação como bagagem acompanhada, com exceção de armas e munições, fumo, bebidas alcoólicas, automóveis de passageiros, produtos de perfumaria e cosméticos.<br><br>Lei nº 7.965/89, art. 3º; Lei nº 8.210/91, art. 4º; Lei nº 8.256/91, arts. 4º e 14; Lei nº 8.387/91, art. 11, § 2º; Lei nº 9.065/95, art. 19; Lei nº 13.023/14, art. 3º.  | 31/12/2050     | 21.962.587  | 0,00    | 0,00       | 0,05  |
| <b>2 Copa do Mundo - Organização e Operacionalização da Copa das Confederações (2013) e da Copa do Mundo Fifa (2014)</b><br>Isenção do IPI-Vinculado incidente nas importações de bens ou mercadorias para uso ou consumo exclusivo na organização e realização dos Eventos da Copa do Mundo<br><br>Lei nº 12.350/10, arts. 2º a 16, em específico art 3º, §1º, I.  | 31/12/2015     | não vigente | ...     | ...        | ...   |
| <b>3 Embarcações e Aeronaves</b><br>Isenção do imposto incidente sobre a importação de partes, peças e componentes destinados ao reparo, revisão e manutenção de embarcações e aeronaves. Isenção do Imposto sobre Importação - II e do IPI incidente sobre a importação de partes, peças e componentes destinados ao emprego na construção, conservação, modernização, conversão ou reparo de embarcações registradas no REB, desde que realizadas em estaleiros navais brasileiros.<br><br>Lei nº 8.032/90, art. 2º, II, j e art. 3º, I; Lei nº 8.402/92, art. 1º, IV; Lei nº 9.493/97, art. 11.  | indeterminado  | 425.981.640 | 0,00    | 0,01       | 1,01  |
| <b>4 Equipamentos Desportivos</b><br>Isenção do IPI-Vinculado incidente na importação de equipamentos e materiais destinados, exclusivamente, ao treinamento e preparação de atletas e equipes brasileiras para competições desportivas em jogos olímpicos, paraolímpicos, pan-americanos, parapan-americanos, nacionais e mundiais.<br><br>Lei nº 10.451/02, arts. 8º a 13, em específico: art. 8º; Lei nº 11.827/08, art. 5º; Lei nº 12.649/12, art. 9º.  | 31/12/2015     | não vigente | ...     | ...        | ...   |
| <b>5 Evento Esportivo, Cultural e Científico</b><br>Isenção do IPI-Vinculado incidente na importação de troféus, medalhas, placas, estatuetas, distintivos, flâmulas, bandeiras e outros objetos comemorativos recebidos em evento cultural, científico ou esportivo oficial realizado no exterior ou para serem distribuídos gratuitamente como premiação em evento esportivo realizado no País; bens dos tipos e em quantidades normalmente consumidos em evento esportivo oficial; material promocional, impressos, folhetos e outros bens com finalidade semelhante, a serem distribuídos gratuitamente ou utilizados em evento esportivo oficial; bens importados por desportistas, desde que tenham sido utilizados por estes em evento esportivo oficial e recebidos em doação de entidade de prática desportiva estrangeira ou da promotora ou patrocinadora do evento.<br><br>Lei nº 11.488/07, art. 38. | indeterminado  | 1.166.437   | 0,00    | 0,00       | 0,00  |
| <b>6 Máquinas e Equipamentos - CNPq</b><br>Isenção do imposto nas importações de máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos, bem como suas partes e peças de reposição, destinados à pesquisa científica e tecnológica. Isenção do imposto para importações autorizadas pelo CNPq.<br><br>Lei nº 8.010/90, art. 1º; Lei nº 8.032/90, art. 2º, I, e e f, art. 3º, I; Lei nº 10.964/04, arts. 1º e 3º; Lei nº 13.243/16, arts. 8º e 9º.   | indeterminado  | 67.945.975  | 0,00    | 0,00       | 0,16  |
| <b>7 Olimpíadas - Organização e Realização dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016</b><br>Isenção do IPI-Vinculado incidente nas importações de bens ou mercadorias para uso ou consumo exclusivo na organização e realização dos Jogos.<br><br>Lei nº 12.780/13, art. 4º, §1º, I; Decreto nº 8.463/15, art. 7º, § 1º, I.   | 31/12/2017     | não vigente | ...     | ...        | ...   |
| <b>8 PADIS - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores</b><br>Redução a zero das alíquotas do IPI-vinculado, incidente na importação efetuada por pessoa jurídica beneficiária do PADIS, de máquinas, aparelhos, instrumentos, equipamentos, softwares e insumos para incorporação ao ativo imobilizado.  | 31/12/2026     | 70.487      | 0,00    | 0,00       | 0,00  |

**QUADRO XVI**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2026 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - VINCULADO À IMPORTAÇÃO - IPI-VINCULADO**

UNIDADE: R\$ 1,00

|    | GASTO TRIBUTÁRIO   | PRAZO VIGÊNCIA | PART. %     |     |             |       |
|----|--|----------------|-------------|-----|-------------|-------|
|    |  |                | VALOR       | PIB | ARRECADAÇÃO | IPI-V |
|    | Lei nº 11.484/07, arts. 1º a 11, 64 e 65, em específico: art. 3º, III, art. 4º, II, art. 5º; Lei nº 13.159/15; Lei nº 13.169/15, art. 12, Lei 14.302/22 e Decreto 10.615/21  |                |             |     |             |       |
| 9  | <b>PATVD - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital</b><br>Redução a zero das alíquotas do IPI-vinculado, incidente na importação efetuada por pessoa jurídica beneficiária do PATVD de máquinas, aparelhos, instrumentos, equipamentos, softwares e insumos para incorporação ao ativo imobilizado.<br>Lei nº 11.484/07, arts. 12 a 22 e 66, em específico: art. 14, III, art. 15, II.   | 22/01/2017     | não vigente | ... | ...         | ...   |
| 10 | <b>PROUCA - REICOMP - Regime Especial de Incentivo a Computadores para Uso Educacional</b><br>Suspensão do IPI-Vinculado incidente na importação de matérias-primas e produtos intermediários destinados à fabricação dos equipamentos. A suspensão converte-se em alíquota zero após a incorporação ou utilização dos bens nos equipamentos.<br><br>Lei nº 12.249/10, arts. 6 a 14 e 139, em específico: art. 9º, III; Lei nº 12.715/12, arts. 15 a 23 e 78, em específico: art. 18, III.   | 31/12/2015     | não vigente | ... | ...         | ...   |
| 11 | <b>RECINE - Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica</b><br>Suspensão do IPI-Vinculado incidente na importação de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, para incorporação no ativo permanente e utilização em complexos de exibição ou cinemas itinerantes, bem como de materiais para sua construção. A suspensão do Imposto de Importação aplica-se somente a produtos sem similar nacional. A suspensão converte-se em isenção após incorporação no ativo permanente e utilização do bem ou material de construção no complexo de exibição cinematográfica. As máquinas, aparelhos, instrumentos, equipamentos e materiais de construção com o tratamento tributário de que trata o caput deste artigo serão relacionados em regulamento.<br><br>Lei nº 12.599/12, arts.12 a 14; Decreto nº 7.729/12; Lei nº 13.594/18; Lei nº 14.044/2020. | 31/12/2024     | não vigente | ... | ...         | ...   |
| 12 | <b>RECOPA - Regime Especial de Tributação para Construção, Ampliação, Reforma ou Modernização de Estádios de Futebol</b><br>Suspensão do IPI-Vinculado incidente sobre a importação de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, e de materiais de construção para utilização ou incorporação no estádio de futebol da pessoa jurídica beneficiária do RECOPA. A suspensão converte-se em alíquota zero após a utilização ou incorporação do bem.<br><br>Lei nº 12.350/10, arts. 17 a 21, em específico: art. 19, IV.   | 30/06/2014     | não vigente | ... | ...         | ...   |
| 13 | <b>REIF - Regime Especial de Incentivo ao Desenvolvimento da Infraestrutura da Indústria de Fertilizantes</b><br>Suspensão do IPI-V incidente sobre a importação de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, e de materiais de construção para utilização ou incorporação no projeto aprovado.<br>Lei nº 12.794/13, arts. 5º a 11, em específico: art. 8º, IV.   | 20/09/2017     | não vigente | ... | ...         | ...   |
| 14 | <b>RENUCLEAR - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Usinas Nucleares</b><br>Suspensão do IPI-Vinculado nas importações de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, e de materiais de construção para utilização ou incorporação em obras de infraestrutura destinadas ao ativo imobilizado, quando a importação for efetuada por pessoa jurídica beneficiária do RENUCLEAR. A suspensão converte-se em isenção após a utilização ou incorporação do bem ou material de construção na obra de infraestrutura.<br><br>Lei nº 12.431/11, arts. 14 a 17, em específico: art. 16, II; Lei nº 13.043/14, art. 86.   | 31/12/2020     | não vigente | ... | ...         | ...   |
| 15 | <b>REPENEC - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste</b><br>Suspensão do IPI - Vinculado incidente na importação de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, e de materiais de construção para utilização ou incorporação em obras de infraestrutura destinadas ao ativo imobilizado de pessoa jurídica beneficiária do REPENEC. As suspensões convertem-se em alíquota zero após a utilização ou incorporação do bem ou material de construção na obra de infraestrutura.<br><br>Lei nº 12.249/10, arts. 1º a 5º, em específico: art. 3º, IV.  | 30/06/2016     | não vigente | ... | ...         | ...   |

**QUADRO XVI**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2026 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - VINCULADO À IMPORTAÇÃO - IPI-VINCULADO**

UNIDADE: R\$ 1,00

| GASTO TRIBUTÁRIO   | PRAZO VIGÊNCIA | PART. %       |      |             |       |
|--|----------------|---------------|------|-------------|-------|
|  |                | VALOR         | PIB  | ARRECADAÇÃO | IPI-V |
| <p><b>16</b> <b>REPORTO - Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária</b></p> <p>Suspensão do IPI-Vinculado sobre importações de máquinas, equipamentos, peças de reposição e outros bens importados pelos beneficiários do REPORTO e destinados ao seu ativo imobilizado para utilização exclusiva na execução de serviços de: carga, descarga, armazenagem e movimentação de mercadorias e produtos; sistemas suplementares de apoio operacional; proteção ambiental; sistemas de segurança e de monitoramento de fluxo de pessoas, mercadorias, produtos, veículos e embarcações; dragagens; e treinamento e formação de trabalhadores, inclusive na implantação de Centros de Treinamento Profissional. São beneficiários do REPORTO o operador portuário, o concessionário de porto organizado, o arrendatário de instalação portuária de uso público e a empresa autorizada a explorar instalação portuária de uso privativo misto ou exclusivo, inclusive aquelas que operam com embarcações de offshore, o concessionário de transporte ferroviário, empresas de dragagem, recintos alfandegados de zona secundária e dos Centros de Treinamento Profissional. A suspensão converte-se em isenção após o decurso do prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da ocorrência do respectivo fato gerador.</p> <p>Lei nº 11.033/04, arts. 13 a 16, em específico: art. 14; Decreto nº 6.582/08; Lei nº 11.774/08, art. 5º; Lei nº 12.715/12, art. 39; Lei nº 12.688/12, art. 30; Lei nº 13.169, art. 7º, Lei 14.301/22.</p> | 31/12/2023     | não vigente   | ...  | ...         | ...   |
| <p><b>17</b> <b>RETAERO - Regime Especial de Incentivos Tributários para a Indústria Aeroespacial Brasileira</b></p> <p>Suspensão de IPI-vinculado incidente na importação de partes, peças, ferramentas, componentes, equipamentos, sistemas, subsistemas, insumos e matérias-primas a serem empregados na manutenção, conservação, modernização, reparo, revisão, conversão e industrialização dos produtos classificados na posição 88.02 da NCM. A suspensão converte-se em alíquota zero após o emprego, utilização ou incorporação dos referidos bens.</p> <p>Lei nº 12.249/10, arts. 29 a 33; Lei nº 12.598/12, art. 16.</p>  | 11/06/2020     | não vigente   | ...  | ...         | ...   |
| <p><b>18</b> <b>RETID - Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa</b></p> <p>Suspensão do IPI-Vinculado incidente na importação de partes, peças, ferramentas, componentes, equipamentos, sistemas, subsistemas, insumos e matérias-primas a serem empregados na manutenção, conservação, modernização, reparo, revisão, conversão e industrialização de bens de defesa nacional, quando a aquisição for efetuada por estabelecimento industrial de pessoa jurídica beneficiária do RETID. Conversão em alíquota zero após o emprego ou utilização dos bens.</p> <p>Lei nº 12.598/12, arts. 7º a 11, em específico: art. 9º, IV; Decreto nº 8.122/2013.</p>  | 22/03/2032     | 8.701.095     | 0,00 | 0,00        | 0,02  |
| <p><b>19</b> <b>Zona Franca de Manaus e Amazônia Ocidental</b></p> <p>Isenção do imposto na entrada de mercadorias na ZFM, destinadas a seu consumo interno, industrialização em qualquer grau, inclusive beneficiamento, agropecuária, pesca, instalação e a estocagem para reexportação, com exceção de armas e munições, fumo, bebidas alcoólicas, automóveis de passageiros, produtos de perfumaria e cosméticos.</p> <p>Decreto-Lei nº 288/67, art. 3º, § 1º, art. 7º, II; Decreto-Lei nº 356/68, art. 1º; Decreto-Lei nº 2.434/88, art. 1º, II, c; Lei nº 8.032/90, art. 2º, II, d, art. 4º; Lei nº 8.387/91, art. 1º; Constituição Federal do Brasil, ADCT, arts. 40, 92 e 92-A; Portaria Interministerial MIR/MCT/CICT/MC nº 272/93, art. 1º; Portaria Interministerial MDIC/MCTI nº 309/15, art. 1º; Portaria Interministerial MDIC/MCTIC nº 50/18, art. 1º.</p>  | 05/10/2073     | 7.103.066.454 | 0,05 | 0,24        | 16,85 |
| <b>TOTAL</b>   |                | 7.628.894.675 | 0,06 | 0,26        | 18,09 |

**QUADRO XVII**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2026 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTU**  
**IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS - IOF**

UNIDADE: R\$ 1,00

| GASTO TRIBUTÁRIO  | PRAZO VIGÊNCIA | VALOR         | PART. % |             |       |
|---|----------------|---------------|---------|-------------|-------|
|   |                |               | PIB     | ARRECADAÇÃO | IOF   |
| <p><b>1 Academia Brasileira de Letras - ABL</b><br/>Isenção de IOF, PIS sobre folha de salários, do imposto de renda sobre rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou variável pela Academia Brasileira de Letras, pela Associação Brasileira de Imprensa e pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.(efeitos a partir do 1º dia do exercício seguinte à inclusão no PLOA)</p> <p>Lei nº 13.353/16, art. 3º; Lei nº 8.894/94, art. 6-A.</p>   | indeterminado  | 0             | 0,00    | 0,00        | 0,00  |
| <p><b>2 Associação Brasileira de Imprensa - ABI</b><br/>Isenção de IOF, PIS sobre folha de salários, do imposto de renda sobre rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou variável pela Academia Brasileira de Letras, pela Associação Brasileira de Imprensa e pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.(efeitos a partir do 1º dia do exercício seguinte à inclusão no PLOA)</p> <p>Lei nº 13.353/16, art. 3º; Lei nº 8.894/94, art. 6-A.</p>   | indeterminado  | 0             | 0,00    | 0,00        | 0,00  |
| <p><b>3 Automóveis - Pessoas Portadoras de Deficiência</b><br/>Isenção do imposto na operação de crédito para a aquisição de automóveis por pessoas portadoras de deficiência física.</p> <p>Lei nº 8.383/91, art. 72, IV; Decreto nº 6.306/07, art. 9º, VI.</p>  | indeterminado  | 155.357.826   | 0,00    | 0,01        | 0,21  |
| <p><b>4 Copa do Mundo - Organização e Operacionalização da Copa das Confederações (2013) e da Copa do Mundo Fifa (2014)</b><br/>Isenção de IOF para Fifa, Subsidiária Fifa no Brasil e Prestadores de Serviços da Fifa, estabelecidos no País sob a forma de sociedade com finalidade específica, em relação aos fatos geradores decorrentes das atividades próprias e diretamente vinculadas à organização ou realização das Copas das Confederações (2013) e do Mundo (2014). Isenção do IOF sobre operações de contrato de câmbio as pessoas físicas não residentes no País, empregadas ou de outra forma contratadas para trabalhar na organização e realização dos Eventos, que ingressarem no Brasil com visto temporário.</p> <p>Lei nº 12.350/10, art. 7º, I, b, art. 8º, I, c, art. 9º, I, b, e art. 12.</p> | 31/12/2015     | não vigente   | ...     | ...         | ...   |
| <p><b>5 Desenvolvimento Regional</b><br/>Isenção do imposto nas operações de câmbio realizadas para pagamento de bens importados aos empreendimentos que se implantarem, modernizarem, ampliarem no Nordeste e na Amazônia e que sejam considerados de interesse para o desenvolvimento desta região.</p> <p>Lei nº 9.808/99, art. 4º, II; MP nº 517/10; Lei nº 12.431/2011, art. 22.</p>   | 31/12/2010     | não vigente   | ...     | ...         | ...   |
| <p><b>6 Financiamentos Habitacionais</b><br/>Isenção do imposto para operação de crédito para fins habitacionais, inclusive a destinada à infra-estrutura e saneamento básico relativos a programas ou projetos que tenham a mesma finalidade.</p> <p>Decreto-Lei nº 2.407/88; Decreto nº 6.306/07, art. 9º, I.</p>   | indeterminado  | 8.133.238.389 | 0,06    | 0,28        | 10,84 |
| <p><b>7 Fundos Constitucionais</b><br/>Isenção do imposto para a operação de crédito com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE), e do Centro-Oeste (FCO).</p> <p>Lei nº 7.827/89, art. 8º; Decreto nº 6.306/07, art. 9º, III.</p>   | indeterminado  | 1.765.535.939 | 0,01    | 0,06        | 2,35  |
| <p><b>8 Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB</b><br/>Isenção de IOF, PIS sobre folha de salários, do imposto de renda sobre rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou variável pela Academia Brasileira de Letras, pela Associação Brasileira de Imprensa e pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.(efeitos a partir do 1º dia do exercício seguinte à inclusão no PLOA)</p> <p>Lei nº 13.353/16, art. 3º; Lei nº 8.894/1994, art. 6-A.</p>  | indeterminado  | 0             | 0,00    | 0,00        | 0,00  |
| <p><b>9 Motocicletas</b><br/>Redução a zero da alíquota incidente na operação de crédito relativa a financiamento para aquisição de motocicleta, motoneta e ciclomotor, em que o mutuário seja pessoa física.</p> <p>Decreto nº 6.306/07, art. 8, XXVI; Decreto nº 9.017/17.</p>  | indeterminado  | 307.924.138   | 0,00    | 0,01        | 0,41  |

**QUADRO XVII**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2026 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS - IOF**

UNIDADE: R\$ 1,00

| GASTO TRIBUTÁRIO   | PRAZO VIGÊNCIA | PART. %               |             |             |              |
|--|----------------|-----------------------|-------------|-------------|--------------|
|  |                | VALOR                 | PIB         | ARRECADAÇÃO | IOF          |
| <b>10 Olimpíadas - Organização e Realização dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016</b><br>Isenção de IOF incidente sobre as operações de câmbio e seguro realizadas pelo CIO ou por empresas a ele vinculadas, e sobre as operações de crédito, câmbio e seguro realizadas pelo RIO 2016.<br>Lei nº 12.780/13, art. 8º, I, b, § 1º, art. 9º, I, c, § 1º e art. 10, I, c, § 1º; Decreto nº 8.463/15, art. 11, b, § 1º, art. 12, I, c, § 1º, art. 13, I, c, § 1º. | 31/12/2017     | não vigente           | ...         | ...         | ...          |
| <b>11 Seguro Rural</b><br>Isenção irrestrita, de quaisquer impostos ou tributos federais, às operações de seguro rural.<br><br>Decreto-Lei nº 73/66, art. 19; Decreto nº 6.306/07, art. 23, III; Lei Complementar nº 137/10, art. 22, III.   | indeterminado  | 795.183.170           | 0,01        | 0,03        | 1,06         |
| <b>12 TAXI - Transporte Autônomo de Passageiros</b><br>Isenção do imposto na operação de crédito para a aquisição de automóvel de passageiros, de fabricação nacional, com até 127 HP de potência bruta (SAE), quando adquiridos por motoristas profissionais ou cooperativas de trabalho que destinem o automóvel à utilização na categoria de aluguel (taxi).<br>Lei nº 8.383/91, art. 72; Decreto nº 6.306/07, art. 9º, VI.   | indeterminado  | 43.803.963            | 0,00        | 0,00        | 0,06         |
| <b>TOTAL</b>   |                | <b>11.201.043.426</b> | <b>0,09</b> | <b>0,38</b> | <b>14,93</b> |

**QUADR J XVIII**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2026 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**IMPOSTO SOBRE PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - ITR**

UNIDADE: R\$ 1,00

| GASTO TRIBUTÁRIO   | PRAZO VIGÊNCIA | VALOR      | PART. % |           |      |
|--|----------------|------------|---------|-----------|------|
|  |                |            | PIB     | ARRECAÇÃO | ITR  |
| <b>1 ITR</b><br>Isenção do ITR para o imóvel rural compreendido em programa oficial de reforma agrária, caracterizado pelas autoridades competentes como assentamento, que, cumulativamente, atenda aos seguintes requisitos: a) seja explorado por associação ou cooperativa de produção; b) a fração ideal por família assentada não ultrapasse os limites estabelecidos; c) o assentado não possua outro imóvel. Isenção do ITR para o conjunto de imóveis rurais de um mesmo proprietário, cuja área total observe o limite de 30, 50 ou 100 ha, dependendo da localização do imóvel, desde que, cumulativamente, o proprietário: a) o explore só ou com sua família, admitida ajuda eventual de terceiros; b) não possua imóvel urbano. Isenção do ITR para imóveis rurais oficialmente reconhecidos como áreas ocupadas por remanescentes de comunidades de quilombos que estejam sob a ocupação direta e sejam explorados, individual ou coletivamente, pelos membros destas comunidades. | indeterminado  | 63.819.109 | 0,00    | 0,00      | 1,84 |
| <b>TOTAL</b>   |                | 63.819.109 | 0,00    | 0,00      | 1,84 |

Lei nº 9.393/96, art. 3º, I e II, art. 3º-A.

**QUADRO XIX**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2026 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTU**  
**CONTRIBUIÇÃO SOCIAL PARA O PIS-PASEP**

UNIDADE: R\$ 1,00

| GASTO TRIBUTÁRIO  | PRAZO VIGÊNCIA | VALOR         | PART. % |             |           |
|---|----------------|---------------|---------|-------------|-----------|
|   |                |               | PIB     | ARRECADAÇÃO | PIS/PASEP |
| <p><b>1 Academia Brasileira de Letras - ABL</b><br/>Isenção de IOF, PIS sobre folha de salários, do imposto de renda sobre rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou variável pela Academia Brasileira de Letras, pela Associação Brasileira de Imprensa e pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. (efeitos a partir do 1º dia do exercício seguinte à inclusão no PLOA)</p> <p>Lei nº 13.353/16, art. 4º; MP nº 2158-35/2001, art. 13-A.</p>  | indeterminado  | 0             | 0,00    | 0,00        | 0,00      |
| <p><b>2 Aerogeradores</b><br/>Redução a zero das alíquotas do PIS/COFINS incidentes sobre receita decorrente da venda no mercado interno e importação de partes de aerogeradores (NCM 8503.00.90 EX01).</p> <p>Lei nº 10.865/04, art. 8º, § 12, XL e art. 28, XXXVII; Lei nº 13.097/15, art. 1º; Lei nº 13.169/15, art. 15.</p>   | indeterminado  | 42.933.900    | 0,00    | 0,00        | 0,03      |
| <p><b>3 Agricultura e Agroindústria - crédito presumido</b><br/>Crédito presumido para agroindústria na compra de insumos de produtor pessoa física, cooperativas, produtor pessoa jurídica.</p> <p>Lei nº 10.925/04, art. 8º.</p>  | indeterminado  | 680.011.242   | 0,01    | 0,02        | 0,52      |
| <p><b>4 Agricultura e Agroindústria - Defensivos agropecuários</b><br/>Redução a zero das alíquotas do PIS e COFINS sobre importação ou venda no mercado interno de defensivos agropecuários classificados na posição 38.08 da TIPI e suas matérias-primas.</p> <p>Lei nº 10.925/04, art. 1º, inciso II.</p>  | indeterminado  | 1.243.440.751 | 0,01    | 0,04        | 0,95      |
| <p><b>5 Agricultura e Agroindústria - Desoneração Cesta Básica</b><br/>Redução a zero das alíquotas do PIS e COFINS sobre importação ou venda no mercado interno de: adubos, fertilizantes e suas matérias-primas; sementes e mudas; corretivo de solo; feijão; arroz, farinha de mandioca e batata-doce; inoculantes agrícolas; vacina veterinária; milho; pintos de 1 (um) dia; leite, bebidas lácteas; queijos; soro de leite; farinha de trigo; trigo; pão; produtos hortícolas, frutas e ovos; sementes e embriões; acetona; massas alimentícias; carne bovina, suína, ovina, caprina, ave, peixe; café; açúcar; óleo de soja; manteiga; margarina; sabão; pasta de dente; fio dental; papel higiênico.</p> <p>Lei nº 10.925/04, arts. 1º, 8º, 9º; Decreto nº 5.630/05; Lei nº 10.865/04, art. 28 e art. 8º § 12; Lei nº 11.727/08, art. 25; Lei nº 12.839/13.</p> | indeterminado  | 6.691.834.950 | 0,05    | 0,23        | 5,12      |
| <p><b>6 Água Mineral</b><br/>Redução a zero das alíquotas de PIS/COFINS sobre a receita de venda de águas minerais comercializadas em recipientes com capacidade nominal inferior a 10 (dez) litros ou igual ou superior a 10 (dez) litros classificadas no código 2201.10.00 Ex 01 e Ex 02 da Tipi.</p> <p>Lei nº 12.715/12, art. 76.</p>  | indeterminado  | 66.233.987    | 0,00    | 0,00        | 0,05      |
| <p><b>7 Álcool</b><br/>Crédito presumido de PIS/COFINS para as pessoas jurídicas importadora ou produtora de álcool, inclusive pra fins carburantes.</p> <p>Lei nº 12.859/13, arts. 1º a 4º, Decreto nº 7.997/13.</p>   | 31/12/2016     | não vigente   | ...     | ...         | ...       |
| <p><b>8 Associação Brasileira de Imprensa - ABI</b><br/>Isenção de IOF, PIS sobre folha de salários, do imposto de renda sobre rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou variável pela Academia Brasileira de Letras, pela Associação Brasileira de Imprensa e pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. (efeitos a partir do 1º dia do exercício seguinte à inclusão no PLOA)</p> <p>Lei nº 13.353/16, art. 4º; MP nº 2158-35/01, art. 13-A.</p>  | indeterminado  | 0             | 0,00    | 0,00        | 0,00      |
| <p><b>9 Biodiesel</b><br/>Redução das alíquotas do PIS/COFINS sobre a venda de biodiesel pela aplicação de coeficientes de redução definidos pelo Poder Executivo. Crédito presumido de PIS/COFINS calculado sobre o valor das matérias-primas adquiridas de pessoa física, de cooperado pessoa física, de pessoa jurídica que exerça atividade agropecuária, de cooperativa de produção agropecuária ou de cerealista e utilizados como insumo na produção de biodiesel. Suspensão do PIS/COFINS sobre a venda de matéria-prima in natura de origem vegetal, destinada à produção de biodiesel.</p> <p>Lei nº 11.116/05, arts. 1º a 13; Decreto nº 5.297/04, art. 4º.</p>  | indeterminado  | 24.838.759    | 0,00    | 0,00        | 0,02      |

**QUADRO XIX**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2026 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTOS**  
**CONTRIBUIÇÃO SOCIAL PARA O PIS-PASEP**

UNIDADE: R\$ 1,00

| GASTO TRIBUTÁRIO   | PRAZO VIGÊNCIA | PART. %       |      |            |           |
|--|----------------|---------------|------|------------|-----------|
|  |                | VALOR         | PIB  | ARRECADADO | PIS/PASEP |
| <p><b>10 Cadeira de Rodas e Aparelhos Assistivos</b></p> <p>Redução a zero das alíquotas do PIS/COFINS na importação ou venda no mercado interno de cadeiras de rodas classificados na posição 87.13; artigos e aparelhos ortopédicos ou para fraturas classificados no código 90.21.10; artigos e aparelhos de próteses classificados no código 90.21.3; almofadas antiescaras classificadas nos Capítulos 39, 40, 63 e 94, da NCM; produtos classificados nos códigos 8443.32.22, 8469.00.39 Ex 01, 8714.20.00, 9021.40.00, 9021.90.82 e 9021.90.92, todos da Tipi; calculadoras equipadas com sintetizador de voz; teclados e mouse com adaptações específicas para uso por pessoas com deficiência; linhas braille classificadas; scanners equipados com sintetizador de voz; duplicadores braille; acionadores de pressão; lupas eletrônicas; implantes cocleares; próteses oculares; aparelhos e softwares de leitores de tela; neuroestimuladores para tremor essencial/Parkinson.</p> <p>Lei nº 10.865/04, arts. 8º e 28.</p>  | indeterminado  | 225.255.213   | 0,00 | 0,01       | 0,17      |
| <p><b>11 Combustíveis</b></p> <p>Redução das alíquotas da Contribuição para o Programa de Integração Social e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins incidentes sobre operações realizadas com óleo diesel, biodiesel, gás liquefeito de petróleo, álcool, querosene de aviação, gás natural veicular e gasolina.</p> <p>Decreto nº 10.638/2021; Lei Complementar nº 194/22; Medida Provisória nº 1.157/2023 e Medida Provisória nº 1.163/2023.</p>   | 31/12/2023     | não vigente   | ...  | ...        | ...       |
| <p><b>12 Copa do Mundo - Organização e Operacionalização da Copa das Confederações (2013) e da Copa do Mundo Fifa (2014)</b></p> <p>Isenção de PIS/Cofins para Subsidiária Fifa no Brasil e Prestadores de Serviços da Fifa (estabelecidos no País sob a forma de sociedade com finalidade específica) em relação aos fatos geradores decorrentes das atividades próprias e diretamente vinculadas à organização ou realização da Copa das Confederações e Copa do Mundo Fifa. Suspensão de PIS/Cofins sobre vendas realizadas no mercado interno para a Fifa, para Subsidiária Fifa no Brasil ou para a Emissora Fonte da Fifa, de mercadorias destinadas a uso ou consumo exclusivo na organização e realização dos Eventos. A suspensão converter-se-á em isenção após comprovação da utilização ou consumo do bem nas finalidades previstas na Lei. Isenção de PIS/Cofins-Importação em relação aos fatos geradores decorrentes das atividades próprias e diretamente vinculadas à organização da Copa das Confederações e da Copa do Mundo a Fifa e sua Subsidiária no Brasil.</p> <p>Lei nº 12.350/10, arts. 2º a 16.</p>  | 31/12/2015     | não vigente   | ...  | ...        | ...       |
| <p><b>13 Creches e Pré-Escolas</b></p> <p>Regime especial de tributação aplicável à construção ou reforma de estabelecimentos de educação infantil. Pagamento unificado de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS equivalente a 1% (um por cento) da receita mensal auferida pela construtora em virtude da realização da obra submetida ao regime especial de tributação. Cabe ao PIS 0,09%.</p> <p>Lei nº 12.715/12, arts. 24 a 27.</p>  | 31/12/2018     | não vigente   | ...  | ...        | ...       |
| <p><b>14 Embarcações e Aeronaves</b></p> <p>Isenção do PIS/Cofins sobre a receita auferida pelos estaleiros navais brasileiros nas atividades de construção, conservação, modernização, conversão ou reparo de embarcações pré-registradas ou registradas no Registro Especial Brasileiro - REB. Redução a zero das alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda no mercado interno ou a importação de materiais e equipamentos, partes, peças e componentes, destinados ao emprego na construção, conservação, modernização e conversão de embarcações registradas ou pré-registradas no REB. Redução a zero das alíquotas do PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a venda ou importação de aeronaves classificadas na posição 88.02 da Tipi, suas partes, peças, ferramentais, componentes, insumos, fluidos hidráulicos, tintas, anticorrosivos, lubrificantes, equipamentos, serviços e matérias-primas a serem empregados na manutenção, conservação, modernização, reparo, revisão, conversão e industrialização das aeronaves, seus motores, partes, componentes, ferramentais e equipamentos.</p> <p>MP 2.158-35/01, art. 14, VI e § 1º; Lei 10.865/04, art. 8º, § 12, I, VI e VII, art. 28, IV e X; Lei nº 10.925/04, art. 6º; Lei nº 11.727/08, art. 26; Lei nº 13.137/15, art. 1º.</p> | indeterminado  | 1.068.031.235 | 0,01 | 0,04       | 0,82      |
| <p><b>15 Entidades Filantrópicas</b></p> <p>Isenção da Contribuição Social para o PIS-PASEP para as entidades beneficentes de assistência social.</p> <p>Constituição Federal do Brasil 1988, art. 195, § 7º; Lei nº 12.101/09; Decreto nº 8.242/14.</p>   | indeterminado  | 773.823.502   | 0,01 | 0,03       | 0,59      |

**QUADRO XIX**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2026 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**CONTRIBUIÇÃO SOCIAL PARA O PIS-PASEP**

UNIDADE: R\$ 1,00

| GASTO TRIBUTÁRIO  | PRAZO VIGÊNCIA | PART. %       |      |           |           |
|---|----------------|---------------|------|-----------|-----------|
|   |                | VALOR         | PIB  | ARRECAÇÃO | PIS/PASEP |
| <p><b>16 Equipamentos para uso médico, hospitalar, clínico ou laboratorial</b><br/>Redução a zero das alíquotas do PIS/COFINS incidentes sobre a receita decorrente da venda de equipamentos ou materiais destinados a uso médico, hospitalar, clínico ou laboratorial, quando adquiridos: I - pela União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, bem como pelas suas autarquias e fundações; ou II - por entidades beneficentes de assistência social.</p> <p>Lei nº 13.043/14, art. 70.</p>   | indeterminado  | 5.101.818     | 0,00 | 0,00      | 0,00      |
| <p><b>17 Evento Esportivo, Cultural e Científico</b><br/>Isenção do PIS/Cofins incidente na importação de troféus, medalhas, placas, estatuetas, distintivos, flâmulas, bandeiras e outros objetos comemorativos recebidos em evento cultural, científico ou esportivo oficial realizado no exterior ou para serem distribuídos gratuitamente como premiação em evento esportivo realizado no País; bens dos tipos e em quantidades normalmente consumidos em evento esportivo oficial; material promocional, impressos, folhetos e outros bens com finalidade semelhante, a serem distribuídos gratuitamente ou utilizados em evento esportivo oficial; bens importados por desportistas, desde que tenham sido utilizados por estes em evento esportivo oficial e recebidos em doação de entidade de prática desportiva estrangeira ou da promotora ou patrocinadora do evento.</p> <p>Lei nº 11.488/07, art. 38.</p> | indeterminado  | 39.163        | 0,00 | 0,00      | 0,00      |
| <p><b>18 Gás Natural Liquefeito</b><br/>Redução a zero das alíquotas do PIS/COFINS na importação de Gás Natural Liquefeito - GNL.</p> <p>Lei nº 10.865/04, art. 8º, § 12, XVI.</p>  | indeterminado  | 29.518.561    | 0,00 | 0,00      | 0,02      |
| <p><b>19 Indústria Cinematográfica e Radiodifusão</b><br/>Redução a zero das alíquotas do PIS/COFINS na importação de máquinas, equipamentos, aparelhos, instrumentos, suas partes e peças de reposição, e películas cinematográficas virgens, sem similar nacional, destinados à indústria cinematográfica e audiovisual, e de radiodifusão. Redução a zero das alíquotas do PIS/COFINS na venda no mercado interno ou importação de projetores para exibição cinematográfica, classificados no código 9007.2 da NCM, e suas partes e acessórios, classificados no código 9007.9 da NCM.</p> <p>Lei nº 10.865/04, art. 8º, §12, V, XXIII e art. 28, XXI.</p>   | indeterminado  | 4.015.115     | 0,00 | 0,00      | 0,00      |
| <p><b>20 Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB</b><br/>Isenção de IOF, PIS sobre folha de salários, do imposto de renda sobre rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou variável pela Academia Brasileira de Letras, pela Associação Brasileira de Imprensa e pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.(efeitos a partir do 1º dia do exercício seguinte à inclusão no PLOA)</p> <p>Lei nº 13.353/16, art. 4º; MP nº 2158-35/01, art. 13-A.</p>   | indeterminado  | 0             | 0,00 | 0,00      | 0,00      |
| <p><b>21 Livros</b><br/>Redução a zero das alíquotas do PIS/Cofins incidentes sobre a importação e venda interna de livros em geral.</p> <p>Lei nº 11.033/04, art. 6º.</p>  | indeterminado  | 362.801.502   | 0,00 | 0,01      | 0,28      |
| <p><b>22 Máquinas e Equipamentos - CNPq</b><br/>Isenção do PIS/Cofins nas importações de máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos, bem como suas partes e peças de reposição, destinados à pesquisa científica e tecnológica.</p> <p>Lei nº 8.010/90; Lei nº 10.865/04, art. 9º, II, h.</p>   | indeterminado  | 46.237.149    | 0,00 | 0,00      | 0,04      |
| <p><b>23 Medicamentos</b><br/>Crédito presumido de PIS/COFINS para as pessoas jurídicas que procedam à industrialização ou à importação de medicamentos.</p> <p>Lei nº 10.147/00.</p>   | indeterminado  | 1.799.904.260 | 0,01 | 0,06      | 1,38      |
| <p><b>24 Minha Casa, Minha Vida</b><br/>Redução para 1% da alíquota do regime especial de tributação (RET) incidente sobre as receitas decorrentes dos projetos de incorporação de imóveis residenciais de interesse social, no âmbito do programa Minha Casa, Minha Vida, com valor comercial até limite estabelecido em lei. Cabe ao PIS 0,09%.</p> <p>Lei nº 10.931/04, art. 4º, § 6º; Lei nº 12.024/09, art. 2º, Lei nº 13.097/15, arts. 4º e 6º.</p>   | indeterminado  | 28.816.348    | 0,00 | 0,00      | 0,02      |

**QUADRO XIX**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2026 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**CONTRIBUIÇÃO SOCIAL PARA O PIS-PASEP**

UNIDADE: R\$ 1,00

|    | GASTO TRIBUTÁRIO   | PRAZO VIGÊNCIA | PART. %       |      |           |           |
|----|--|----------------|---------------|------|-----------|-----------|
|    |  |                | VALOR         | PIB  | ARRECAÇÃO | PIS/PASEP |
| 25 | <p><b>Olimpíadas - Organização e Realização dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016</b></p> <p>Isenção do PIS/Cofins incidente nas importações de bens, mercadorias ou serviços para uso ou consumo exclusivo na organização e realização dos Jogos. Suspensão do PIS/Cofins incidente sobre as vendas de mercadorias e a prestação de serviços para o CIO, empresa vinculada ao CIO, Comitês Olímpicos Nacionais, federações desportivas internacionais, WADA, CAS, entidades nacionais e regionais de administração de desporto olímpico, RIO 2016, patrocinadores dos Jogos, prestadores de serviços do CIO, prestadores de serviços do RIO 2016, empresas de mídia e transmissores credenciados, adquiridos diretamente de pessoa jurídica previamente licenciada ou nomeada pelo CIO ou pelo RIO 2016.</p> <p>Lei nº 12.780/13; Decreto nº 8.463/15.</p>  | 31/12/2017     | não vigente   | ...  | ...       | ...       |
| 26 | <p><b>PADIS - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores</b></p> <p>Redução a zero das alíquotas do PIS/PASEP e COFINS na importação ou venda no mercado interno de máquinas, aparelhos, instrumentos, equipamentos, softwares e insumos para incorporação ao ativo imobilizado.</p> <p>Lei nº 11.484/07, arts. 1º a 11; Lei nº 13.169/15, Lei 14.302/22 e Decreto 10.615/21</p>  | 31/12/2026     | 2.628.221     | 0,00 | 0,00      | 0,00      |
| 27 | <p><b>Papel - Jornais e Periódicos</b></p> <p>Redução a zero das alíquotas do PIS/COFINS incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda no mercado interno e importação de papel destinado à impressão de jornais e à impressão de periódicos.</p> <p>Lei nº 10.865/04, art. 8º, § 12, III e IV, art. 28, I e II; Lei nº 11.727/08, art. 18; Lei nº 12.649/12, art. 3º.</p>  | 30/04/2016     | não vigente   | ...  | ...       | ...       |
| 28 | <p><b>PATVD - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital</b></p> <p>Redução a zero das alíquotas do PIS/PASEP e COFINS na importação ou venda no mercado interno de máquinas, aparelhos, instrumentos, equipamentos, softwares e insumos para incorporação ao ativo imobilizado. Redução a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a venda da pessoa jurídica beneficiária do PATVD.</p> <p>Lei nº 11.484/07, arts. 12 a 22 e 66.</p>   | 22/01/2017     | não vigente   | ...  | ...       | ...       |
| 29 | <p><b>PERSE - Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos</b></p> <p>Reduz para 0% (zero por cento), pelo prazo de 60 (sessenta) meses, contado do início da produção de efeitos desta Lei, as alíquotas das contribuições PIS, COFINS e CSLL e do IRPJ incidentes sobre o resultado auferido pelas pessoas jurídicas pertencentes ao setor de eventos.</p> <p>Lei nº 14.148, de 03 de maio de 2021.</p>  | 04/05/2026     | 506.342.793   | 0,00 | 0,02      | 0,39      |
| 30 | <p><b>Petroquímica</b></p> <p>Redução das alíquotas na importação ou venda no mercado interno de: etano, propano, butano, nafta petroquímica, condensado e correntes gasosas de refinaria - HLR - hidrocarbonetos leves destinado a centrais petroquímicas; eteno, propeno, buteno, butadieno, orto-xileno, benzeno, tolueno, isopreno e paraxileno para indústrias químicas para serem utilizados como insumo.</p> <p>Para 2012 e períodos anteriores 1% e 4,6%. (I) 0,18% e 0,82% para os anos de 2013, 2014 e 2015; (II) 0,54% e 2,46% para o ano de 2016; (III) 0,90% e 4,10% para o ano de 2017; e (IV) 1% e 4,6% a partir do ano de 2018. Desconto de créditos na apuração não-cumulativa a 1,65% e 7,6%.</p> <p>Lei nº 11.196/05, arts. 56, 57 e 57-A; Lei nº 10.865/04, art. 8º, §15; Lei nº 12.895/13.</p>  | 31/12/2027     | 235.560.511   | 0,00 | 0,01      | 0,18      |
| 31 | <p><b>Produtos Químicos e Farmacêuticos</b></p> <p>Redução a zero das alíquotas do PIS/Cofins na importação e venda no mercado interno dos produtos químicos e intermediários de síntese classificados no Capítulo 29 da NCM; produtos destinados ao uso em hospitais, clínicas e consultórios médicos e odontológicos, campanhas de saúde realizadas pelo poder público, laboratório de anatomia patológica, citológica ou de análises clínicas, classificados nas posições 30.02, 30.06, 39.26, 40.15 e 90.18, da NCM.</p> <p>Redução a zero das alíquotas do PIS/Cofins-Importação sobre produtos farmacêuticos classificados posição 30.01; nos itens 3002.10.1, 3002.10.2, 3002.10.3, 3002.20.1 e 3002.20.2; nos códigos 3002.90.20, 3002.90.92, 3002.90.99; na posição 30.03, exceto no código 3003.90.56; na posição 30.04, exceto no código 3004.90.46; no código 3005.10.10; nos itens 3006.30.1 e 3006.30.2; no código 3006.60.00 da NCM.</p> <p>Lei nº 10.637/02, art. 2º, § 3º; Lei nº 10.833/03, art. 2º, § 3º; Lei nº 10.865/04, art. 8º, § 11; Decreto nº 6.426/08.</p> | indeterminado  | 1.966.781.756 | 0,02 | 0,07      | 1,51      |

**QUADRO XIX**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2026 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTOS**  
**CONTRIBUIÇÃO SOCIAL PARA O PIS-PASEP**

UNIDADE: R\$ 1,00

| GASTO TRIBUTÁRIO  | PRAZO VIGÊNCIA | PART. %     |      |           |           |
|---|----------------|-------------|------|-----------|-----------|
|   |                | VALOR       | PIB  | ARRECAÇÃO | PIS/PASEP |
| <b>32 Programa de Inclusão Digital</b><br>Redução a zero das alíquotas do PIS/Cofins sobre a venda a varejo de computadores desktops e notebooks, monitores, teclados, mouse, modems, tablets, smartphones, roteadores. Também se aplica às aquisições realizadas por pessoas jurídicas de direito privado, órgãos e entidades da Administração Pública e sociedades de arrendamento mercantil leasing. Revogado pela MP 690/15. Lei nº 11.196/05, arts. 28 a 30; Decreto nº 5.602/05, Lei nº 13.097/15, art. 5º, MP nº 690/15, art. 9º; Lei nº 13.241/15, art. 9º.   | 31/12/2015     | não vigente | ...  | ...       | ...       |
| <b>33 PROUCA - REICOMP - Regime Especial de Incentivo a Computadores para Uso Educacional</b><br>Suspensão de PIS/COFINS incidente na importação ou aquisição no mercado interno de matérias-primas, produtos intermediários e prestação de serviços destinados à fabricação dos equipamentos. A suspensão converte-se em alíquota zero após a incorporação ou utilização dos bens ou dos serviços nos equipamentos.<br><br>Lei nº 12.249/10, arts. 6 a 14 e 139; Lei nº 12.715/12, arts. 15 a 23 e 78.   | 31/12/2015     | não vigente | ...  | ...       | ...       |
| <b>34 PROUNI - Programa Universidade para Todos</b><br>Isenção do tributo à instituição privada de ensino superior, com ou sem fins lucrativo, que aderir ao PROUNI. A isenção recairá sobre a receita auferida e será calculada na proporção da ocupação efetiva das bolsas devidas<br>Lei nº 11.096/05, art. 8º.  | indeterminado  | 254.317.865 | 0,00 | 0,01      | 0,19      |
| <b>35 RECINE - Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica</b><br>Suspensão do PIS/COFINS na importação e aquisição no mercado interno de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, para incorporação no ativo permanente e utilização em complexos de exibição ou cinemas itinerantes, bem como de materiais para sua construção. A suspensão converte-se em alíquota zero após incorporação no ativo permanente e utilização do bem ou material de construção no complexo de exibição cinematográfica.<br><br>Lei nº 12.599/12, arts.12 a 14; Decreto nº 7.729/12; Lei nº 13.594/18; Lei nº 14.044/2020. | 31/12/2024     | não vigente | ...  | ...       | ...       |
| <b>36 RECOPA - Regime Especial de Tributação para Construção, Ampliação, Reforma ou Modernização de Estádios de Futebol</b><br>Suspensão do PIS/COFINS incidente na importação e aquisição do mercado interno de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, e de materiais de construção para utilização ou incorporação no estádio de futebol da pessoa jurídica beneficiária do RECOPA, bem como a prestação de serviços e aluguel de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos destinadas à obra. A suspensão converte-se em alíquota zero após a utilização ou incorporação do bem ou serviço.<br><br>Lei nº 12.350/10, arts. 17 a 21.           | 30/06/2014     | não vigente | ...  | ...       | ...       |
| <b>37 REIDI - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infra-Estrutura</b><br>Suspensão do PIS/PASEP e da COFINS na importação ou venda no mercado interno de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, materiais de construção, serviços e aluguel para utilização ou incorporação em obras de infra-estrutura destinadas ao ativo imobilizado.<br>Lei nº 11.488/07, arts. 1º a 5º.  | indeterminado  | 353.605.988 | 0,00 | 0,01      | 0,27      |
| <b>38 REIF - Regime Especial de Incentivo ao Desenvolvimento da Infraestrutura da Indústria de Fertilizantes</b><br>Suspensão do PIS e COFINS incidente sobre a importação ou venda no mercado interno de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, de materiais de construção e serviços e aluguel para utilização ou incorporação no projeto aprovado.<br><br>Lei nº 12.794/13, arts. 5º a 11.   | 20/09/2017     | não vigente | ...  | ...       | ...       |
| <b>39 RENUCLEAR - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Usinas Nucleares</b>  | 31/12/2020     | não vigente | ...  | ...       | ...       |

**QUADRO XIX**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2026 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**CONTRIBUIÇÃO SOCIAL PARA O PIS-PASEP**

UNIDADE: R\$ 1,00

| GASTO TRIBUTÁRIO   | PRAZO VIGÊNCIA | PART. %     |      |             |           |
|--|----------------|-------------|------|-------------|-----------|
|  |                | VALOR       | PIB  | ARRECADAÇÃO | PIS/PASEP |
| <p>Suspensão do PIS/COFINS nas importações ou vendas no mercado interno de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, de materiais de construção, serviços ou aluguel para utilização ou incorporação em obras de infraestrutura destinadas ao ativo imobilizado, quando a importação/aquisição for efetuada por pessoa jurídica beneficiária do RENUCLEAR. A suspensão converte-se em alíquota zero após a utilização ou incorporação do bem ou material de construção na obra de infraestrutura.</p> <p>Lei nº 12.431/11, arts. 14 a 17.</p>   |                |             |      |             |           |
| <p><b>40 REPENEC - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste</b></p> <p>Suspensão do PIS/COFINS incidente na importação ou aquisição no mercado interno de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, e de materiais de construção para utilização ou incorporação em obras de infraestrutura destinadas ao ativo imobilizado de pessoa jurídica beneficiária do REPENEC. Aplica-se também ao aluguel. As suspensões convertem-se em alíquota zero após a utilização ou incorporação do bem ou material de construção na obra de infraestrutura.</p> <p>Lei nº 12.249/10, arts. 1º a 5º.</p>  | 30/06/2016     | não vigente | ...  | ...         | ...       |
| <p><b>41 REPENBL-Redes - Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações</b></p> <p>Suspensão do PIS/COFINS sobre receita de venda no mercado interno de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos novos, de materiais de construção, serviços e aluguel para utilização ou incorporação nas obras civis dos projetos aprovados para implantação, ampliação ou modernização de redes de telecomunicações que suportam acesso à Internet em banda larga. A suspensão converte-se em alíquota zero após a incorporação do bem.</p> <p>Lei nº 12.715/12, arts. 28 a 33.</p>  | 31/12/2016     | não vigente | ...  | ...         | ...       |
| <p><b>42 REPORTO - Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária</b></p> <p>Suspensão do PIS/Cofins na importação ou venda no mercado interno de máquinas, equipamentos, peças de reposição e outros bens importados pelos beneficiários do REPORTO e destinados ao seu ativo imobilizado para utilização exclusiva na execução de serviços de: carga, descarga, armazenagem e movimentação de mercadorias e produtos; sistemas suplementares de apoio operacional; proteção ambiental; sistemas de segurança e de monitoramento de fluxo de pessoas, mercadorias, produtos, veículos e embarcações; dragagens; e treinamento e formação de trabalhadores, inclusive na implantação de Centros de Treinamento Profissional. São beneficiários do REPORTO o operador portuário, o concessionário de porto organizado, o arrendatário de instalação portuária de uso público e a empresa autorizada a explorar instalação portuária de uso privativo misto ou exclusivo, inclusive aquelas que operam com embarcações de offshore, o concessionário de transporte ferroviário, empresas de dragagem, recintos alfandegados de zona secundária e dos Centros de Treinamento Profissional. A suspensão converte-se em isenção após o decurso do prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da ocorrência do respectivo fato gerador.</p> <p>Lei nº 11.033/04, arts. 13 a 16, em específico: art. 14; Decreto nº 6.582/08; Lei nº 11.774/08, art. 5º; Lei nº 12.715/12, art. 39; Lei nº 12.688/12, art. 30; Lei nº 13.169, art. 7º, Lei 14.301/22.</p> | 31/12/2023     | não vigente | ...  | ...         | ...       |
| <p><b>43 RETAERO - Regime Especial de Incentivos Tributários para a Indústria Aeroespacial Brasileira</b></p> <p>Suspensão de PIS/Cofins na importação ou venda no mercado interno de partes, peças, ferramentas, componentes, equipamentos, sistemas, subsistemas, insumos e matérias-primas, a serem empregados na manutenção, conservação, modernização, reparo, revisão, conversão e industrialização dos produtos classificados na posição 88.02 da NCM. Suspensão de PIS/Cofins na importação ou venda no mercado de serviços de tecnologia industrial básica, desenvolvimento e inovação tecnológica, assistência técnica e transferência de tecnologia. A suspensão converte-se em alíquota zero após o emprego, utilização ou incorporação dos referidos bens.</p> <p>Lei nº 12.249/10, arts. 29 a 33; Lei nº 12.598/12, art. 16.</p>   | 11/06/2020     | não vigente | ...  | ...         | ...       |
| <p><b>44 RETID - Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa</b></p>   | 22/03/2032     | 7.283.566   | 0,00 | 0,00        | 0,01      |

**QUADRO XIX**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2026 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**CONTRIBUIÇÃO SOCIAL PARA O PIS-PASEP**

UNIDADE: R\$ 1,00

| GASTO TRIBUTÁRIO  | PRAZO VIGÊNCIA | PART. %       |      |             |           |
|---|----------------|---------------|------|-------------|-----------|
|   |                | VALOR         | PIB  | ARRECADAÇÃO | PIS/PASEP |
| <p>Suspensão do PIS/COFINS sobre a venda no mercado interno ou importação de partes, peças, ferramentas, componentes, equipamentos, sistemas, subsistemas, insumos, matérias-primas, serviços de tecnologia industrial básica, desenvolvimento e inovação tecnológica, assistência técnica e transferência de tecnologia a serem empregados na manutenção, conservação, modernização, reparo, revisão, conversão, industrialização de bens de defesa nacional, quando a aquisição for efetuada por pessoa jurídica beneficiária do RETID. A suspensão também aplica-se à receita de aluguel de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos. Conversão em alíquota zero após o emprego ou utilização dos bens e serviços. Suspensão de PIS e COFINS incidente sobre a receita decorrente da venda dos bens de defesa nacional, definidos em ato do Poder Executivo, e a prestação de serviços de tecnologia industrial básica, projetos, pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica, assistência técnica e transferência de tecnologia, efetuada por pessoa jurídica beneficiária do RETID à União, para uso privativo das Forças Armadas, exceto para uso pessoal e administrativo.</p> <p>Lei nº 12.598/12, arts. 7º a 11; Decreto nº 8.122/2013.</p> |                |               |      |             |           |
| <p><b>45 Simples Nacional - Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte</b><br/>Redução da base de cálculo e modificação da alíquotas para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, que optaram pelo Simples Nacional.<br/>Lei Complementar nº 123/06; Lei Complementar nº 127/07; Lei Complementar nº 139/11; Lei Complementar nº 147/2014.</p>  | indeterminado  | 8.777.676.828 | 0,07 | 0,30        | 6,72      |
| <p><b>46 TEF - Tributação Específica do Futebol</b><br/>Regime de tributação específico para as Sociedades Anônimas do Futebol que unifica o recolhimento do IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e Contribuição Previdenciária (artigos I, II e III do caput e no §6º do art. 22 da Lei nº 8.212/91). O regime consiste na tributação das receitas mensais com a aplicação de uma alíquota de 5%, nos 5 primeiros anos-calendário da constituição da sociedade, e de 4%, a partir do 6º ano calendário.</p> <p>Lei nº 14.193/2021, arts. 31 e 32.</p>   | indeterminado  | 834.788.331   | 0,01 | 0,03        | 0,64      |
| <p><b>47 Telecomunicações em Áreas Rurais e Regiões Remotas</b><br/>Isenção de tributos federais incidentes sobre o faturamento dos serviços de telecomunicações prestados por meio das subfaixas de radiofrequência de 451 MHz a 458 MHz e de 461 MHz a 468 MHz, assim como por meio de estações terrenas satelitais de pequeno porte que contribuam com os objetivos de implantação do PNBL. Isenção de tributos federais incidentes sobre a receita bruta de venda a varejo dos componentes e equipamentos de rede, terminais e transceptores definidos em regulamento que sejam dedicados aos serviços de telecomunicações prestados por meio das subfaixas de radiofrequência de 451 MHz a 458 MHz e de 461 MHz a 468 MHz, assim como por meio de estações terrenas satelitais de pequeno porte que contribuam com os objetivos de implantação do PNBL.</p> <p>Lei nº 12.715/12, arts. 35 e 37.</p>  | 31/12/2018     | não vigente   | ...  | ...         | ...       |
| <p><b>48 Termoeletricidade</b><br/>Redução a zero da alíquota do PIS/COFINS incidente sobre a venda de gás natural e carvão mineral destinada à produção de energia elétrica.<br/>Lei nº 10.312/01, arts. 1º e 2º.</p>  | indeterminado  | 145.980.295   | 0,00 | 0,00        | 0,11      |
| <p><b>49 Transporte Coletivo</b><br/>Redução a zero das alíquotas do PIS/COFINS sobre o transporte público coletivo municipal de passageiros, por meio rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário. Aplica-se também ao transporte público coletivo intermunicipal, interestadual e internacional de caráter urbano.</p> <p>Lei nº 12.860/13.</p>   | indeterminado  | 101.567.634   | 0,00 | 0,00        | 0,08      |
| <p><b>50 Transporte Escolar</b><br/>Redução a zero das alíquotas do PIS/COFINS incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda, no mercado interno, de veículos e embarcações destinados ao transporte escolar para a educação básica na zona rural, quando adquiridos pela União, Estados, Municípios e pelo Distrito Federal.<br/>Lei nº 10.865/04, art. 28, VIII e IX.</p>  | indeterminado  | 10.336.972    | 0,00 | 0,00        | 0,01      |
| <p><b>51 Trem de Alta Velocidade</b></p>  | indeterminado  | 0             | 0,00 | 0,00        | 0,00      |

**QUADRO XIX**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2026 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**CONTRIBUIÇÃO SOCIAL PARA O PIS-PASEP**

UNIDADE: R\$ 1,00

| GASTO TRIBUTÁRIO  | PRAZO VIGÊNCIA    | PART. %               |             |             |              |
|---|-------------------|-----------------------|-------------|-------------|--------------|
|   |                   | VALOR                 | PIB         | ARRECADAÇÃO | PIS/PASEP    |
| Redução a zero das alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda, no mercado interno, de serviços de transporte ferroviário em sistema de trens de alta velocidade - TAV.   |                   |                       |             |             |              |
| Lei nº 10.865/04, art. 28, XX.  |                   |                       |             |             |              |
| <b>52 Zona Franca de Manaus - Importação de Matéria-Prima</b><br>Suspensão do PIS/PASEP-importação e COFINS-importação nas importações efetuadas por empresas localizadas na Zona Franca de Manaus de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, para emprego em processo de industrialização por estabelecimentos industriais instalados na ZFM com projetos aprovados pela SUFRAMA.   | <b>05/10/2073</b> | <b>0</b>              | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b>  |
| Lei nº 10.865/04, art. 14-A.  |                   |                       |             |             |              |
| <b>53 Zona Franca de Manaus - Importação de Bens de Capital</b><br>Suspensão da Contribuição para o PIS/PASEP-Importação e da COFINS-Importação incidentes sobre importações de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, para incorporação ao ativo imobilizado da pessoa jurídica importadora estabelecida na Zona Franca de Manaus. A suspensão converte-se em alíquota 0 (zero) após decorridos 18 meses da incorporação do bem ao ativo imobilizado.  | <b>05/10/2073</b> | <b>0</b>              | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b>  |
| Lei nº 11.196/05, art. 50; Lei nº 10.865/04, art. 14, § 1º; Decreto nº 5.691/06.  |                   |                       |             |             |              |
| <b>54 Zona Franca de Manaus - Matéria-Prima Produzida na ZFM</b><br>Redução a zero das alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre as receitas decorrentes da comercialização de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, produzidos na Zona Franca de Manaus, para emprego em processo de industrialização por estabelecimentos industriais instalados na própria ZFM com projetos Lei nº 10.637/02, art. 5º-A; Decreto nº 5.310/04.   | <b>05/10/2073</b> | <b>0</b>              | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b>  |
| <b>54 Zona Franca de Manaus e Área de Livre Comércio - Alíquotas Diferenciadas</b><br>Alíquotas diferenciadas para as Contribuições PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre a receita bruta auferida por pessoa jurídica industrial estabelecida na Zona Franca de Manaus e na Área de Livre Comércio, decorrente da venda de produção própria, consoante projeto aprovado pela SUFRAMA. I) 0,65% e 3%, no caso de venda efetuada a pessoa jurídica estabelecida: a) na Zona Franca de Manaus e na Área de Livre Comércio; b) fora da Zona Franca de Manaus e da Área de Livre Comércio, que apure PIS/COFINS no regime de não-cumulatividade; II) 1,3% e 6%, no caso de venda efetuada a: a) pessoa jurídica estabelecida fora da Zona Franca de Manaus e da Área de Livre Comércio, que apure o imposto de renda com base no lucro presumido; b) pessoa jurídica estabelecida fora da Zona Franca de Manaus e da Área de Livre Comércio, que apure o imposto de renda com base no lucro real e que tenha sua receita, total ou parcialmente, excluída do regime de incidência não-cumulativa do PIS/COFINS; c) pessoa jurídica estabelecida fora da Zona Franca de Manaus e da Área de Livre Comércio e que seja optante pelo SIMPLES; d) órgãos da administração federal, estadual, distrital e municipal. Crédito na aquisição de mercadoria produzida por pessoa jurídica estabelecida na ZFM e na ALC, consoante projeto aprovado pela SUFRAMA, determinado mediante a aplicação da alíquota de 1% e 4,6% e, na situação "II b", mediante a aplicação da alíquota de 1,65% e 7,60%. Redução a zero das alíquotas na venda de pneus e camaras de ar para bicicletas, quando produzidas na Zona Franca de Manaus. | <b>05/10/2073</b> | <b>687.029.666</b>    | <b>0,01</b> | <b>0,02</b> | <b>0,53</b>  |
| Lei nº 10.637/02, art. 2º, § 4º e art. 3º § 12; Lei nº 10.833/03, art. 2º, § 5º e art. 3º § 17; Decreto nº 5.310/04; Lei nº 10.996/04, arts. 3º e 4º; Lei nº 13.097/15, art. 147.   |                   |                       |             |             |              |
| <b>TOTAL</b>  |                   | <b>26.976.737.880</b> | <b>0,21</b> | <b>0,92</b> | <b>20,64</b> |

**QUADRO XX**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2026 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL**

UNIDADE: R\$ 1,00

| GASTO TRIBUTÁRIO  | PRAZO VIGÊNCIA | VALOR         | PART. % |             |      |
|---|----------------|---------------|---------|-------------|------|
|   |                |               | PIB     | ARRECADAÇÃO | CSLL |
| <p><b>1 Assistência Médica, Odontológica e Farmacêutica a Empregados</b><br/>Dedução, como despesa operacional, dos gastos realizados pelas empresas com serviços de assistência médica, odontológica, farmacêutica e social, destinados indistintamente a todos os seus empregados e dirigentes.<br/>Lei nº 9.249/95, art. 13, V.</p>  | indeterminado  | 3.861.013.336 | 0,03    | 0,13        | 1,77 |
| <p><b>2 Benefícios Previdenciários a Empregados e FAPI - Fundo de Aposentadoria Individual</b><br/>Benefícios Previdenciários, dedução, como despesa operacional, dos gastos realizados com contribuições, não compulsórias destinada a custear planos de benefícios complementares assemelhados aos da previdência social, instituídos em favor dos empregados e dirigentes da pessoa jurídica. Fundo de Aposentadoria Programada Individual - FAPI, dedução, como despesa operacional, do valor das quotas adquiridas em favor de seus empregados ou administradores, do FAPI, desde que o plano atinja, no mínimo, 50% dos seus empregados.<br/><br/>Lei nº 9.249/95, art. 13, V; Lei nº 9.477/97, arts. 7º e 10; Lei nº 9.532/97, art. 11, §§2º, 3º e 4º; Lei nº 10.887/04.</p>   | indeterminado  | 436.950.773   | 0,00    | 0,01        | 0,20 |
| <p><b>3 Copa do Mundo - Organização e Operacionalização da Copa das Confederações (2013) e da Copa do Mundo Fifa (2014)</b><br/>Isenção da CSLL à Subsidiária Fifa no Brasil e aos Prestadores de Serviços da Fifa (estabelecidos no Brasil sob a forma de sociedade com finalidade específica) em relação aos fatos geradores decorrentes das atividades próprias e diretamente vinculadas à organização ou realização da Copa das Confederações e da Copa do Mundo.<br/><br/>Lei nº 12.350/10, arts. 2º a 16.</p>   | 31/12/2015     | não vigente   | ...     | ...         | ...  |
| <p><b>4 Creches e Pré-Escolas</b><br/>Regime especial de tributação aplicável à construção ou reforma de estabelecimentos de educação infantil. Pagamento unificado de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS equivalente a 1% (um por cento) da receita mensal auferida pela construtora em virtude da realização da obra submetida ao regime especial de tributação. Cabe a CSLL 0,16%.<br/><br/>Lei nº 12.715/12, arts. 24 a 27.</p>   | 31/12/2018     | não vigente   | ...     | ...         | ...  |
| <p><b>5 Doações a Entidades Cíveis Sem Fins Lucrativos</b><br/>Dedução, como despesa operacional, das doações efetuadas a: Entidades cíveis, legalmente constituídas no Brasil, sem fins lucrativos, que prestem serviços gratuitos em benefício de empregados da pessoa jurídica doadora, e respectivos dependentes, ou em benefício da comunidade na qual atuem, até o limite de 2%(dois por cento) do lucro operacional;<br/>Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), qualificadas segundo as normas estabelecidas na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999. Para fins de Dedução na apuração do lucro real, as referidas doações estão limitadas a 2% (dois por cento) do lucro operacional da pessoa jurídica, antes de computada a sua Dedução. A dedutibilidade fica condicionada a que a entidade beneficiária tenha sua condição de utilidade pública ou de OSCIP reconhecida pelo órgão competente da União.<br/><br/>Lei nº 9.249/95, art. 13, §2º, III; MP nº 2.158-35/01, art. 59.</p> | indeterminado  | 138.571.062   | 0,00    | 0,00        | 0,06 |
| <p><b>6 Doações a Instituições de Ensino e Pesquisa</b><br/>Dedução, como despesa operacional, das doações até o limite de 1,5% (um e meio por cento) do lucro operacional, efetuadas às instituições de ensino e pesquisa cuja criação tenha sido autorizada por lei federal e que preencham os requisitos dos incisos I e II do art. 213 da Constituição Federal, de 1988, que são: a) comprovação de finalidade não-lucrativa e aplicação dos excedentes financeiros em educação; b) assegurar a destinação do seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades.<br/><br/>Lei nº 9.249/95, art. 13, §2º, II.</p>   | indeterminado  | 22.400.146    | 0,00    | 0,00        | 0,01 |
| <p><b>7 Entidades sem Fins Lucrativos - Assistência Social e Saúde</b><br/>Imunidade do Imposto de Renda, da CSLL, da COFINS da Contribuição Previdenciária Patronal para as entidades beneficentes de assistência social, sem fins lucrativos, que atendam às exigências estabelecidas em lei.<br/>Constituição Federal do Brasil 1988, art. 150, VI, c e art. 195, § 7º; Lei nº 9.532/97, arts. 12 e 15; MP nº 2.158-35/01, art. 14, X; Lei nº 12.101/09; Decreto nº 8.242/14.</p>  | indeterminado  | 1.488.921.114 | 0,01    | 0,05        | 0,68 |
| <p><b>8 Entidades sem Fins Lucrativos - Associação Civil</b></p>  | indeterminado  | 821.842.909   | 0,01    | 0,03        | 0,38 |

**QUADRO XX**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2026 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL**

UNIDADE: R\$ 1,00

| GASTO TRIBUTÁRIO  | PRAZO VIGÊNCIA | PART. %       |      |             |      |
|---|----------------|---------------|------|-------------|------|
|   |                | VALOR         | PIB  | ARRECADAÇÃO | CSLL |
| <p>Iseção do Imposto de Renda, da CSLL, da COFINS para as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos, que atendam às exigências estabelecidas em lei.</p> <p>Constituição Federal do Brasil 1988, art. 150, VI, c e art. 195, § 7º; Lei nº 9.532/97, arts. 12 e 15; MP nº 2.158-35/01, art. 14, X; Lei nº 12.101/09; Decreto nº 8.242/14.</p>   |                |               |      |             |      |
| <p><b>9 Entidades sem Fins Lucrativos - Científica</b></p> <p>Iseção do Imposto de Renda, da CSLL, da COFINS para as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos, que atendam às exigências estabelecidas em lei.</p> <p>Constituição Federal do Brasil 1988, art. 150, VI, c e art. 195, § 7º; Lei nº 9.532/97, arts. 12 e 15; MP nº 2.158-35/01, art. 14, X; Lei nº 12.101/09; Decreto nº 8.242/14.</p>    | indeterminado  | 14.675.447    | 0,00 | 0,00        | 0,01 |
| <p><b>10 Entidades sem Fins Lucrativos - Cultural</b></p> <p>Iseção do Imposto de Renda, da CSLL, da COFINS para as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos, que atendam às exigências estabelecidas em lei.</p> <p>Constituição Federal do Brasil 1988, art. 150, VI, c e art. 195, § 7º; Lei nº 9.532/97, arts. 12 e 15; MP nº 2.158-35/01, art. 14, X; Lei nº 12.101/09; Decreto nº 8.242/14.</p>     | indeterminado  | 19.909.377    | 0,00 | 0,00        | 0,01 |
| <p><b>11 Entidades sem Fins Lucrativos - Educação</b></p> <p>Imunidade do Imposto de Renda, da CSLL, da COFINS da Contribuição Previdenciária Patronal para as entidades beneficentes de assistência social, sem fins lucrativos, que atendam às exigências estabelecidas em lei.</p> <p>Constituição Federal do Brasil 1988, art. 150, VI, c e art. 195, § 7º; Lei nº 9.532/97, arts. 12 e 15; MP nº 2.158-35/01, art. 14, X; Lei nº 12.101/09; Decreto nº 8.242/14.</p>   | indeterminado  | 752.709.793   | 0,01 | 0,03        | 0,35 |
| <p><b>12 Entidades sem Fins Lucrativos - Filantrópica</b></p> <p>Iseção do Imposto de Renda, da CSLL, da COFINS para as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos, que atendam às exigências estabelecidas em lei.</p> <p>Constituição Federal do Brasil 1988, art. 150, VI, c e art. 195, § 7º; Lei nº 9.532/97, arts. 12 e 15; MP nº 2.158-35/01, art. 14, X; Lei nº 12.101/09; Decreto nº 8.242/14.</p> | indeterminado  | 422.875.266   | 0,00 | 0,01        | 0,19 |
| <p><b>13 Entidades sem Fins Lucrativos - Recreativa</b></p> <p>Iseção do Imposto de Renda, da CSLL, da COFINS para as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos, que atendam às exigências estabelecidas em lei.</p> <p>Constituição Federal do Brasil 1988, art. 150, VI, c e art. 195, § 7º; Lei nº 9.532/97, arts. 12 e 15; MP nº 2.158-35/01, art. 14, X; Lei nº 12.101/09; Decreto nº 8.242/14.</p>   | indeterminado  | 45.451.883    | 0,00 | 0,00        | 0,02 |
| <p><b>14 Informática e Automação</b></p> <p>Crédito financeiro a título de CSLL concedido para as pessoas jurídicas habilitadas fabricantes de bens de tecnologias da informação e comunicação que investirem em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação. O valor do crédito financeiro é calculado com base no dispêndio em P&amp;D e no faturamento no mercado interno.</p> <p>Lei nº 8.248/91, art. 4º; Lei nº 10.176/01, art. 11; Lei nº 11.077/04, Lei nº 13.023/14; Lei nº 13.969/19; e Decreto nº 5.906/06.</p>   | 31/12/2029     | 1.901.606.864 | 0,01 | 0,06        | 0,87 |
| <p><b>15 Inovação Tecnológica</b></p>   | indeterminado  | 2.023.367.315 | 0,02 | 0,07        | 0,93 |

**QUADRO XX**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2026 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL**

UNIDADE: R\$ 1,00

| GASTO TRIBUTÁRIO   | PRAZO VIGÊNCIA | PART. %     |      |             |      |
|--|----------------|-------------|------|-------------|------|
|  |                | VALOR       | PIB  | ARRECADAÇÃO | CSLL |
| <p>A pessoa jurídica poderá excluir do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, o valor correspondente a até 60% da soma dos dispêndios realizados no período de apuração com pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica. Poderá chegar a até 80% dos dispêndios em função do número de empregados pesquisadores contratados pela pessoa jurídica. A pessoa jurídica poderá excluir do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL o valor correspondente a até 20% da soma dos dispêndios ou pagamentos vinculados à pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica objeto de patente concedida ou cultivar registrado. A pessoa jurídica poderá excluir do lucro líquido, para efeito de apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL, os dispêndios efetivados em projeto de pesquisa científica e tecnológica e de inovação tecnológica a ser executado por Instituição Científica e Tecnológica – ICT e por entidades científicas e tecnológicas privadas, sem fins lucrativos. A exclusão corresponderá, à opção da pessoa jurídica, a no mínimo a metade e no máximo duas vezes e meia o valor dos dispêndios efetuados. Exclusão do lucro real e da base de cálculo da CSLL de até 160% dos dispêndios realizados com pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica para as pessoas jurídicas que utilizarem os benefícios das Leis de capacitação e competitividade do setor de informática e automação (Leis nº 8.248/1991, 8.387/1991, e 10.176/2001).</p> <p>Lei nº 11.196/05, arts. 19, 19-A, 26; Lei nº 11.487/07; Lei nº 12.546/11, art. 13; Lei nº 11.774/08, art. 4º.</p> |                |             |      |             |      |
| <p><b>16 Minha Casa, Minha Vida</b><br/>Redução para 1% da alíquota do regime especial de tributação (RET) incidente sobre as receitas decorrentes dos projetos de incorporação de imóveis residenciais de interesse social, no âmbito do programa Minha Casa, Minha Vida, com valor comercial até limite estabelecido em Lei. Cabe a CSLL 0,16%.<br/>Lei nº 10.931/04, art. 4º, § 6º; Lei nº 12.024/09, art. 2º; Lei nº 13.097/15, arts. 4º e 6º.</p>   | indeterminado  | 51.229.063  | 0,00 | 0,00        | 0,02 |
| <p><b>17 Olimpíadas - Organização e Realização dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paralímpicos de 2016</b><br/>Isenção da CSLL incidente sobre receitas, lucros e rendimentos auferidos pelas Empresas vinculadas ao CIO, domiciliadas no País, e pelo RIO 2016 em relação aos fatos geradores decorrentes das atividades próprias e diretamente vinculadas à organização ou realização dos Eventos.<br/>Lei nº 12.780/13; Decreto nº 8.463/15.</p>   | 31/12/2017     | não vigente | ...  | ...         | ...  |
| <p><b>18 PADIS - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores</b><br/>Crédito financeiro a título de CSLL concedido para empresas habilitadas no PADIS. O valor do crédito financeiro é calculado com base no investimento em pesquisa e desenvolvimento e no faturamento no mercado interno.<br/>Lei nº 11.484/07, art. 1º a 11; Lei nº 13.169/15; Lei nº 13.969/19, Lei 14.302/22</p>   | indeterminado  | 58.522.149  | 0,00 | 0,00        | 0,03 |
| <p><b>19 PERSE - Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos</b><br/>Reduz para 0% (zero por cento), pelo prazo de 60 (sessenta) meses, contado do início da produção de efeitos desta Lei, as alíquotas das contribuições PIS, COFINS e CSLL e do IRPJ incidentes sobre o resultado auferido pelas pessoas jurídicas pertencentes ao setor de eventos.<br/>Lei nº 14.148, de 03 de maio de 2021.</p>   | 04/05/2026     | 669.739.336 | 0,01 | 0,02        | 0,31 |
| <p><b>20 Previdência Privada Fechada</b><br/>Isenção do Imposto de Renda e da CSLL para as entidades de previdência complementar sem fins lucrativos.<br/>Decreto-Lei nº 2.065/83, art. 6º; IN SRF 588/05, art. 17.</p>  | indeterminado  | 123.050.341 | 0,00 | 0,00        | 0,06 |
| <p><b>21 PROUNI - Programa Universidade para Todos</b><br/>Isenção do imposto à instituição privada de ensino superior, com ou sem fins lucrativo, que aderir ao PROUNI. A isenção recairá sobre o valor do lucro e será calculada na proporção da ocupação efetiva das bolsas devidas<br/>Lei nº 11.096/05.</p>   | indeterminado  | 497.145.636 | 0,00 | 0,02        | 0,23 |
| <p><b>22 Rota 2030</b><br/>Dedução da CSLL devida, o valor correspondente à aplicação da alíquota da CSLL sobre até 30% dos dispêndios realizados no País, desde que sejam classificáveis como despesas operacionais aplicados em pesquisa e desenvolvimento.<br/>MP nº 843/18; Lei nº 13755/18, art. 11; Decreto nº 9.557/18, art. 19.</p>  | 31/07/2023     | não vigente | ...  | ...         | ...  |

**QUADRO XX**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2026 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTADO**  
**CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL**

UNIDADE: R\$ 1,00

| GASTO TRIBUTÁRIO   | PRAZO VIGÊNCIA | VALOR                 | PART. %     |             |              |
|--|----------------|-----------------------|-------------|-------------|--------------|
|  |                |                       | PIB         | ARRECADAÇÃO | CSLL         |
| <b>23 Simples Nacional - Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte</b><br>Redução da base de cálculo e modificação da alíquotas para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, que optaram pelo Simples Nacional.<br>Lei Complementar nº 123/06; Lei Complementar nº 127/07; Lei Complementar nº 139/11; Lei Complementar nº 147/14.  | indeterminado  | 13.870.606.906        | 0,11        | 0,47        | 6,37         |
| <b>24 TEF - Tributação Específica do Futebol</b><br>Regime de tributação específico para as Sociedades Anônimas do Futebol que unifica o recolhimento do IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e Contribuição Previdenciária (artigos I, II e III do caput e no §6º do art. 22 da Lei nº 8.212/91). O regime consiste na tributação das receitas mensais com a aplicação de uma alíquota de 5%, nos 5 primeiros anos-calendário da constituição da sociedade, e de 4%, a partir do 6º ano calendário.<br><br>Lei nº 14.193/2021 , atrs. 31 e 32. | indeterminado  | 91.483.653            | 0,00        | 0,00        | 0,04         |
| <b>TOTAL</b>   |                | <b>27.312.072.368</b> | <b>0,21</b> | <b>0,93</b> | <b>12,54</b> |

**QUADRO XXI**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2026 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS**

UNIDADE: R\$ 1,00

| GASTO TRIBUTÁRIO  | PRAZO VIGÊNCIA | VALOR          | PART. % |             |        |
|---|----------------|----------------|---------|-------------|--------|
|   |                |                | PIB     | ARRECADAÇÃO | COFINS |
| <b>1 Aerogeradores</b><br>Redução a zero das alíquotas do PIS/COFINS incidentes sobre receita decorrente da venda no mercado interno e importação de partes de aerogeradores (NCM 8503.00.90 EX01, exceto pás eólicas).<br>Lei nº 10.865/04, art. 8º, § 12, XL e art. 28, XXXVII; Lei nº 13.097/15, art. 1º; Lei nº 13.169/15, art. 15.   | indeterminado  | 197.315.457    | 0,00    | 0,01        | 0,04   |
| <b>2 Agricultura e Agroindústria - crédito presumido</b><br>Crédito presumido para agroindústria na compra de insumos de produtor pessoa física, cooperativas, produtor pessoa jurídica.<br>Lei nº 10.925/2004, art. 8º.  | indeterminado  | 3.116.932.253  | 0,02    | 0,11        | 0,64   |
| <b>3 Agricultura e Agroindústria - Defensivos agropecuários</b><br>Redução a zero das alíquotas do PIS e COFINS sobre importação ou venda no mercado interno de defensivos agropecuários classificados na posição 38.08 da TIPI e suas matérias-primas.<br><br>Lei nº 10.925/04, art. 1º, II.   | indeterminado  | 5.727.363.461  | 0,04    | 0,19        | 1,18   |
| <b>4 Agricultura e Agroindústria - Desoneração Cesta Básica</b><br>Redução a zero das alíquotas do PIS e COFINS sobre importação ou venda no mercado interno de: adubos, fertilizantes e suas matérias-primas; sementes e mudas; corretivo de solo; feijão, arroz, farinha de mandioca e batata-doce; inoculantes agrícolas; vacina veterinária; milho; pintos de 1 (um) dia; leite, bebidas lácteas; queijos; soro de leite; farinha de trigo; trigo; pão; produtos hortícolas, frutas e ovos; sementes e embriões; acetona; massas alimentícias; carne bovina, suína, ovina, caprina, ave, peixe; café; açúcar; óleo de soja; manteiga; margarina; sabão; pasta de dente; fio dental; papel higiênico.<br><br>Lei nº 10.925/04, arts. 1º, 8º, 9º; Decreto nº 5.630/05; Lei nº 10.865/04, art. 28 e art. 8º § 12; Lei nº 11.727/08, art. 25; Lei nº 12.839/13.   | indeterminado  | 30.822.997.345 | 0,24    | 1,05        | 6,33   |
| <b>5 Água Mineral</b><br>Redução a zero das alíquotas de PIS/COFINS sobre a receita de venda de águas minerais comercializadas em recipientes com capacidade nominal inferior a 10 (dez) litros ou igual ou superior a 10 (dez) litros classificadas no código 2201.10.00 Ex 01 e Ex 02 da Tipi.<br><br>Lei nº 12.715/12, art. 76.  | indeterminado  | 304.106.584    | 0,00    | 0,01        | 0,06   |
| <b>6 Álcool</b><br>Crédito presumido de PIS/COFINS para as pessoas jurídicas importadora ou produtora de álcool, inclusive pra fins carburantes.<br>Lei nº 12.859/13, arts. 1º a 4º; Lei nº 12.995/14, art. 6º; Decreto nº 7.997/13.  | 31/12/2016     | não vigente    | ...     | ...         | ...    |
| <b>7 Biodiesel</b><br>Redução das alíquotas do PIS/COFINS sobre a venda de biodiesel pela aplicação de coeficientes de redução definidos pelo Poder Executivo. Crédito presumido de PIS/COFINS calculado sobre o valor das matérias-primas adquiridas de pessoa física, de cooperado pessoa física, de pessoa jurídica que exerça atividade agropecuária, de cooperativa de produção agropecuária ou de cerealista e utilizados como insumo na produção de biodiesel. Suspensão do PIS/COFINS sobre a venda de matéria-prima in natura de origem vegetal, destinada à produção de biodiesel.<br><br>Lei 11.116/05, arts. 1º a 13; Decreto 5.297/04, art. 4º; Decreto nº 6.458/08; Decreto nº 7.768/12.  | indeterminado  | 114.411.894    | 0,00    | 0,00        | 0,02   |
| <b>8 Cadeira de Rodas e Aparelhos Assistivos</b><br>Redução a zero das alíquotas do PIS/COFINS na importação ou venda no mercado interno de cadeiras de rodas classificados na posição 87.13; artigos e aparelhos ortopédicos ou para fraturas classificados no código 90.21.10; artigos e aparelhos de próteses classificados no código 90.21.3; almofadas antiescaras classificados nos Capítulos 39, 40, 63 e 94, da NCM; produtos classificados nos códigos 8443.32.22, 8469.00.39 Ex 01, 8714.20.00, 9021.40.00, 9021.90.82 e 9021.90.92, todos da Tipi; calculadoras equipadas com sintetizador de voz; teclados e mouse com adaptações específicas para uso por pessoas com deficiência; linhas braile classificadas; scanners equipados com sintetizador de voz; duplicadores braile; acionadores de pressão; lupas eletrônicas; implantes cocleares; próteses oculares; aparelhos e softwares de leitores de tela; neuroestimuladores para tremor essencial/Parkinson.<br><br>Lei nº 10.865/04, arts. 8º e 28. | indeterminado  | 1.037.131.237  | 0,01    | 0,04        | 0,21   |

**QUADRO XXI**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2026 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS**

UNIDADE: R\$ 1,00

| GASTO TRIBUTÁRIO   | PRAZO VIGÊNCIA | VALOR         | PART. % |             |        |
|--|----------------|---------------|---------|-------------|--------|
|  |                |               | PIB     | ARRECADAÇÃO | COFINS |
| <b>9 Combustíveis</b><br>Redução das alíquotas da Contribuição para o Programa de Integração Social e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins incidentes sobre operações realizadas com óleo diesel, biodiesel, gás liquefeito de petróleo, álcool, querosene de aviação, gás natural veicular e gasolina.<br>Decreto nº 10.638/2021; Lei Complementar nº 194/22; Medida Provisória nº 1.157/2023 e Medida Provisória nº 1.163/2023.   | 31/12/2023     | não vigente   | ...     | ...         | ...    |
| <b>10 Copa do Mundo - Organização e Operacionalização da Copa das Confederações (2013) e da Copa do Mundo Fifa (2014)</b><br>Isenção de PIS/Cofins para Subsidiária Fifa no Brasil e Prestadores de Serviços da Fifa (estabelecidos no País sob a forma de sociedade com finalidade específica) em relação aos fatos geradores decorrentes das atividades próprias e diretamente vinculadas à organização ou realização da Copa das Confederações e Copa do Mundo Fifa. Suspensão de PIS/Cofins sobre vendas realizadas no mercado interno para a Fifa, para Subsidiária Fifa no Brasil ou para a Emissora Fonte da Fifa, de mercadorias destinadas a uso ou consumo exclusivo na organização e realização dos Eventos. A suspensão converter-se-á em isenção após comprovação da utilização ou consumo do bem nas finalidades previstas na Lei. Isenção de PIS/Cofins-Importação em relação aos fatos geradores decorrentes das atividades próprias e diretamente vinculadas à organização da Copa das Confederações e da Copa do Mundo a Fifa e sua Subsidiária no Brasil.<br><br>Lei nº 12.350/10, arts. 2º a 16.   | 31/12/2015     | não vigente   | ...     | ...         | ...    |
| <b>11 Creches e Pré-Escolas</b><br>Regime especial de tributação aplicável à construção ou reforma de estabelecimentos de educação infantil. Pagamento unificado de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS equivalente a 1% (um por cento) da receita mensal auferida pela construtora em virtude da realização da obra submetida ao regime especial de tributação. Cabe à COFINS 0,44%.<br><br>Lei nº 12.715/12, arts. 24 a 27.   | 31/12/2018     | não vigente   | ...     | ...         | ...    |
| <b>12 Embarcações e Aeronaves</b><br>Isenção do PIS/Cofins sobre a receita auferida pelos estaleiros navais brasileiros nas atividades de construção, conservação, modernização, conversão ou reparo de embarcações pré-registradas ou registradas no Registro Especial Brasileiro - REB.<br><br>Redução a zero das alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda no mercado interno ou a importação de materiais e equipamentos, partes, peças e componentes, destinados ao emprego na construção, conservação, modernização e conversão de embarcações registradas ou pré-registradas no REB.<br><br>Redução a zero das alíquotas do PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a venda ou importação de aeronaves classificadas na posição 88.02 da Tipi, suas partes, peças, ferramentais, componentes, insumos, fluidos hidráulicos, tintas, anticorrosivos, lubrificantes, equipamentos, serviços e matérias-primas a serem empregados na manutenção, conservação, modernização, reparo, revisão, conversão e industrialização das aeronaves, seus motores, partes, componentes, ferramentais e equipamentos.<br><br>MP nº 2.158-35/01, art. 14, VI e § 1º; Lei 10.865/04, art. 8º, § 12, I, VI e VII, art. 28, IV e X; Lei nº 10.925/04, art. 6º; Lei nº 11.727/08, art. 26; Lei nº 13.137/15, art. 1º. | indeterminado  | 4.912.253.960 | 0,04    | 0,17        | 1,01   |
| <b>13 Entidades sem Fins Lucrativos - Assistência Social e Saúde</b><br>Imunidade do Imposto de Renda, da CSLL, da COFINS da Contribuição Previdenciária Patronal para as entidades beneficentes de assistência social, sem fins lucrativos, que atendam às exigências estabelecidas em lei.<br>Constituição Federal do Brasil 1988, art. 150, VI, c e art. 195, § 7º; Lei nº 9.532/97, arts. 12 e 15; MP nº 2.158-35/01, art. 14, X; Lei nº 12.101/09; Decreto nº 8.242/14.   | indeterminado  | 3.373.796.450 | 0,03    | 0,11        | 0,69   |
| <b>14 Entidades sem Fins Lucrativos - Associação Civil</b><br>Isenção do Imposto de Renda, da CSLL, da COFINS para as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos, que atendam às exigências estabelecidas em lei.<br><br>Constituição Federal do Brasil 1988, art. 150, VI, c e art. 195, § 7º; Lei nº 9.532/97, arts. 12 e 15; MP nº 2.158-35/01, art. 14, X; Lei nº 12.101/09; Decreto nº 8.242/14.  | indeterminado  | 1.979.285.908 | 0,02    | 0,07        | 0,41   |
| <b>15 Entidades sem Fins Lucrativos - Científica</b>   | indeterminado  | 50.116.643    | 0,00    | 0,00        | 0,01   |

**QUADRO XXI**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2026 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS**

UNIDADE: R\$ 1,00

| GASTO TRIBUTÁRIO   | PRAZO VIGÊNCIA | PART. %       |      |             |        |
|--|----------------|---------------|------|-------------|--------|
|  |                | VALOR         | PIB  | ARRECADAÇÃO | COFINS |
| <p>Isenção do Imposto de Renda, da CSLL, da COFINS para as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos, que atendam às exigências estabelecidas em lei.</p> <p>Constituição Federal do Brasil 1988, art. 150, VI, c e art. 195, § 7º; Lei nº 9.532/97, arts. 12 e 15; MP nº 2.158-35/01, art. 14, X; Lei nº 12.101/09; Decreto nº 8.242/14.</p>   |                |               |      |             |        |
| <p><b>16 Entidades sem Fins Lucrativos - Cultural</b></p> <p>Isenção do Imposto de Renda, da CSLL, da COFINS para as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos, que atendam às exigências estabelecidas em lei.</p> <p>Constituição Federal do Brasil 1988, art. 150, VI, c e art. 195, § 7º; Lei nº 9.532/97, arts. 12 e 15; MP nº 2.158-35/01, art. 14, X; Lei nº 12.101/09; Decreto nº 8.242/14.</p>   | indeterminado  | 52.144.287    | 0,00 | 0,00        | 0,01   |
| <p><b>17 Entidades sem Fins Lucrativos - Educação</b></p> <p>Imunidade do Imposto de Renda, da CSLL, da COFINS da Contribuição Previdenciária Patronal para as entidades beneficentes de assistência social, sem fins lucrativos, que atendam às exigências estabelecidas em lei.</p> <p>Constituição Federal do Brasil 1988, art. 150, VI, c e art. 195, § 7º; Lei nº 9.532/97, arts. 12 e 15; MP nº 2.158-35/01, art. 14, X; Lei nº 12.101/09; Decreto nº 8.242/14.</p>  | indeterminado  | 2.944.378.607 | 0,02 | 0,10        | 0,60   |
| <p><b>18 Entidades sem Fins Lucrativos - Filantrópica</b></p> <p>Isenção do Imposto de Renda, da CSLL, da COFINS para as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos, que atendam às exigências estabelecidas em lei.</p> <p>Constituição Federal do Brasil 1988, art. 150, VI, c e art. 195, § 7º; Lei nº 9.532/97, arts. 12 e 15; MP nº 2.158-35/01, art. 14, X; Lei nº 12.101/09; Decreto nº 8.242/14.</p>   | indeterminado  | 3.019.307.543 | 0,02 | 0,10        | 0,62   |
| <p><b>19 Entidades sem Fins Lucrativos - Recreativa</b></p> <p>Isenção do Imposto de Renda, da CSLL, da COFINS para as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos, que atendam às exigências estabelecidas em lei.</p> <p>Constituição Federal do Brasil 1988, art. 150, VI, c e art. 195, § 7º; Lei nº 9.532/97, arts. 12 e 15; MP nº 2.158-35/01, art. 14, X; Lei nº 12.101/09; Decreto nº 8.242/14.</p>   | indeterminado  | 376.929.105   | 0,00 | 0,01        | 0,08   |
| <p><b>20 Equipamentos para uso médico, hospitalar, clínico ou laboratorial</b></p> <p>Redução a zero das alíquotas do PIS/COFINS incidentes sobre a receita decorrente da venda de equipamentos ou materiais destinados a uso médico, hospitalar, clínico ou laboratorial, quando adquiridos: I - pela União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, bem como pelas suas autarquias e fundações; ou II - por entidades beneficentes de assistência social.</p> <p>Lei nº 13.043/14, art. 70.</p>   | indeterminado  | 23.513.854    | 0,00 | 0,00        | 0,00   |
| <p><b>21 Evento Esportivo, Cultural e Científico</b></p> <p>Isenção do PIS/Cofins incidente na importação de troféus, medalhas, placas, estatuetas, distintivos, flâmulas, bandeiras e outros objetos comemorativos recebidos em evento cultural, científico ou esportivo oficial realizado no exterior ou para serem distribuídos gratuitamente como premiação em evento esportivo realizado no País; bens dos tipos e em quantidades normalmente consumidos em evento esportivo oficial; material promocional, impressos, folhetos e outros bens com finalidade semelhante, a serem distribuídos gratuitamente ou utilizados em evento esportivo oficial; bens importados por desportistas, desde que tenham sido utilizados por estes em evento esportivo oficial e recebidos em doação de entidade de prática desportiva estrangeira ou da promotora ou patrocinadora do evento.</p> <p>Lei nº 11.488/07, art. 38.</p> | indeterminado  | 180.033       | 0,00 | 0,00        | 0,00   |
| <p><b>22 Gás Natural Liquefeito</b></p> <p>Redução a zero das alíquotas do PIS/COFINS na importação de Gás Natural Liquefeito - GNL.</p> <p>Lei nº 10.865/04, art. 8º, § 12, XVI; Lei nº 11.727/08.</p>  | indeterminado  | 135.644.818   | 0,00 | 0,00        | 0,03   |

**QUADRO XXI**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2026 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS**

UNIDADE: R\$ 1,00

| GASTO TRIBUTÁRIO   | PRAZO VIGÊNCIA | VALOR         | PART. % |               |        |
|--|----------------|---------------|---------|---------------|--------|
|  |                |               | PIB     | ARRECADADAÇÃO | COFINS |
| <p><b>23 Indústria Cinematográfica e Radiodifusão</b><br/>Redução a zero das alíquotas do PIS/COFINS na importação de máquinas, equipamentos, aparelhos, instrumentos, suas partes e peças de reposição, e películas cinematográficas virgens, sem similar nacional, destinados à indústria cinematográfica e audiovisual, e de radiodifusão. Redução a zero das alíquotas do PIS/COFINS na venda no mercado interno ou importação de projetores para exibição cinematográfica, classificados no código 9007.2 da NCM, e suas partes e acessórios, classificados no código 9007.9 da NCM.</p> <p>Lei nº 10.865/04, art. 8º, §12, V, XXIII e art. 28, XXI; Lei nº 12.599/12.</p>  | indeterminado  | 18.488.332    | 0,00    | 0,00          | 0,00   |
| <p><b>24 Livros</b><br/>Redução a zero das alíquotas do PIS/Cofins incidentes sobre a importação e venda interna de livros em geral.</p> <p>Lei nº 10.865/04, arts. 8º, §12, XII e 28, VI; Lei nº 11.033/04, art. 6º.</p>  | indeterminado  | 1.671.777.113 | 0,01    | 0,06          | 0,34   |
| <p><b>25 Máquinas e Equipamentos - CNPq</b><br/>Isenção do PIS/Cofins nas importações de máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos, bem como suas partes e peças de reposição, destinados à pesquisa científica e tecnológica.</p> <p>Lei nº 8.010/90; Lei nº 10.865/04, art. 9º, II, h.</p>  | indeterminado  | 219.910.247   | 0,00    | 0,01          | 0,05   |
| <p><b>26 Medicamentos</b><br/>Crédito presumido de PIS/COFINS para as pessoas jurídicas que procedam à industrialização ou à importação de medicamentos.</p> <p>Lei nº 10.147/00.</p>  | indeterminado  | 8.453.261.753 | 0,06    | 0,29          | 1,74   |
| <p><b>27 Minha Casa, Minha Vida</b><br/>Redução para 1% da alíquota do regime especial de tributação (RET) incidente sobre as receitas decorrentes dos projetos de incorporação de imóveis residenciais de interesse social, no âmbito do programa Minha Casa, Minha Vida, com valor comercial até limite estabelecido em lei. Cabe a COFINS 0,44%.</p> <p>Lei nº 10.931/04, art. 4º, § 6º; Lei nº 12.024/09, art. 2º; Lei nº 12.844/13, art. 16; Lei nº 13.097/15, arts. 4º e 6º.</p>   | indeterminado  | 140.879.922   | 0,00    | 0,00          | 0,03   |
| <p><b>28 Olimpíadas - Organização e Realização dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paralímpicos de 2016</b><br/>Isenção do PIS/Cofins incidente nas importações de bens, mercadorias ou serviços para uso ou consumo exclusivo na organização e realização dos Jogos. Suspensão do PIS/Cofins incidente sobre as vendas de mercadorias e a prestação de serviços para o CIO, empresa vinculada ao CIO, Comitês Olímpicos Nacionais, federações desportivas internacionais, WADA, CAS, entidades nacionais e regionais de administração de desporto olímpico, RIO 2016, patrocinadores dos Jogos, prestadores de serviços do CIO, prestadores de serviços do RIO 2016, empresas de mídia e transmissores credenciados, adquiridos diretamente de pessoa jurídica previamente licenciada ou nomeada pelo CIO ou pelo RIO 2016.</p> <p>Lei nº 12.780/13; Decreto nº 8.463/15.</p> | 31/12/2017     | não vigente   | ...     | ...           | ...    |
| <p><b>29 PADIS - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores</b><br/>Redução a zero das alíquotas do PIS/PASEP e COFINS na importação ou venda no mercado interno de máquinas, aparelhos, instrumentos, equipamentos, softwares e insumos para incorporação ao ativo imobilizado.</p> <p>Lei nº 11.484/07, arts. 1º a 11; Lei nº 13.169/15, Lei 14.302/22 e Decreto 10.615/21</p>  | 31/12/2026     | 12.105.746    | 0,00    | 0,00          | 0,00   |
| <p><b>30 Papel - Jornais e Periódicos</b><br/>Redução a zero das alíquotas do PIS/COFINS incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda no mercado interno e importação de papel destinado à impressão de jornais e à impressão de periódicos.</p> <p>Lei nº 10.865/04, art. 8º, § 12, III e IV, art. 28, I e II; Lei nº 11.727/08, art. 18; Lei nº 12.649/12, art. 3º.</p>  | 30/04/2016     | não vigente   | ...     | ...           | ...    |
| <p><b>31 PATVD - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital</b><br/>Redução a zero das alíquotas do PIS/PASEP e COFINS na importação ou venda no mercado interno de máquinas, aparelhos, instrumentos, equipamentos, softwares e insumos para incorporação ao ativo imobilizado. Redução a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a venda da pessoa jurídica beneficiária do PATVD.</p> <p>Lei nº 11.484/07, arts. 12 a 22 e 66.</p>   | 22/01/2017     | não vigente   | ...     | ...           | ...    |

**QUADRO XXI**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2026 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS**

UNIDADE: R\$ 1,00

| GASTO TRIBUTÁRIO  | PRAZO VIGÊNCIA | VALOR         | PART. % |             |        |
|---|----------------|---------------|---------|-------------|--------|
|   |                |               | PIB     | ARRECADAÇÃO | COFINS |
| <p><b>32 PERSE - Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos</b><br/>Reduz para 0% (zero por cento), pelo prazo de 60 (sessenta) meses, contado do início da produção de efeitos desta Lei, as alíquotas das contribuições PIS, COFINS e CSLL e do IRPJ incidentes sobre o resultado auferido pelas pessoas jurídicas pertencentes ao setor de eventos.<br/>Lei nº 14.148, de 03 de maio de 2021.</p>  | 04/05/2026     | 2.376.029.435 | 0,02    | 0,08        | 0,49   |
| <p><b>33 Petroquímica</b><br/>Redução das alíquotas na importação ou venda no mercado interno de: etano, propano, butano, nafta petroquímica, condensado e correntes gasosas de refinaria - HLR - hidrocarbonetos leves destinado a centrais petroquímicas; eteno, propeno, buteno, butadieno, orto-xileno, benzeno, tolueno, isopreno e paraxileno para indústrias químicas para serem utilizados como insumo.<br/>Para 2012 e períodos anteriores 1% e 4,6%. (I) 0,18% e 0,82% para os anos de 2013, 2014 e 2015; (II) 0,54% e 2,46% para o ano de 2016; (III) 0,90% e 4,10% para o ano de 2017; e (IV) 1% e 4,6% a partir do ano de 2018. Desconto de créditos na apuração não-cumulativa a 1,65% e 7,6%.<br/><br/>Lei nº 11.196/05, arts. 56, 57 e 57-A; Lei nº 10.865/04, art. 8º, §15; Lei nº 12.895/13.</p>  | 31/12/2027     | 1.083.529.489 | 0,01    | 0,04        | 0,22   |
| <p><b>34 Produtos Químicos e Farmacêuticos</b><br/>Redução a zero das alíquotas do PIS/Cofins na importação e venda no mercado interno dos produtos químicos e intermediários de síntese classificados no Capítulo 29 da NCM; produtos destinados ao uso em hospitais, clínicas e consultórios médicos e odontológicos, campanhas de saúde realizadas pelo poder público, laboratório de anatomia patológica, citológica ou de análises clínicas, classificados nas posições 30.02, 30.06, 39.26, 40.15 e 90.18, da NCM.<br/>Redução a zero das alíquotas do PIS/Cofins-Importação sobre produtos farmacêuticos classificados posição 30.01; nos itens 3002.10.1, 3002.10.2, 3002.10.3, 3002.20.1 e 3002.20.2; nos códigos 3002.90.20, 3002.90.92, 3002.90.99; na posição 30.03, exceto no código 3003.90.56; na posição 30.04, exceto no código 3004.90.46; no código 3005.10.10; nos itens 3006.30.1 e 3006.30.2; no código 3006.60.00 da NCM.<br/><br/>Lei nº 10.637/02, art. 2º, § 3º; Lei nº 10.833/03, art. 2º, § 3º; Lei nº 10.865/04, art. 8º, § 11; Decreto nº 6.426/08.</p> | indeterminado  | 9.142.244.796 | 0,07    | 0,31        | 1,88   |
| <p><b>35 Programa de Inclusão Digital</b><br/>Redução a zero das alíquotas do PIS/Cofins sobre a venda a varejo de computadores desktops e notebooks, monitores, teclados, mouse, modems, tablets, smartphones, roteadores.<br/>Também se aplica às aquisições realizadas por pessoas jurídicas de direito privado, órgãos e entidades da Administração Pública e sociedades de arrendamento mercantil leasing.<br/>Revogado pela MP 690/15.<br/>Lei nº 11.196/05, arts. 28 a 30; Decreto nº 5.602/05, Lei nº 13.097/15, art. 5º, MP nº 690, art. 9º.</p>   | 31/12/2015     | não vigente   | ...     | ...         | ...    |
| <p><b>36 PROUCA - REICOMP - Regime Especial de Incentivo a Computadores para Uso Educacional</b><br/>Suspensão de PIS/COFINS incidente na importação ou aquisição no mercado interno de matérias-primas, produtos intermediários e prestação de serviços destinados à fabricação dos equipamentos. A suspensão converte-se em alíquota zero após incorporação ou utilização dos bens ou dos serviços nos equipamentos.<br/><br/>Lei nº 12.249/10, arts. 6 a 14 e 139; Lei nº 12.715/12, arts. 15 a 23 e 78.</p>   | 31/12/2015     | não vigente   | ...     | ...         | ...    |
| <p><b>37 PROUNI - Programa Universidade para Todos</b><br/>Isenção do tributo à instituição privada de ensino superior, com ou sem fins lucrativo, que aderir ao PROUNI. A isenção recairá sobre a receita auferida e será calculada na proporção da ocupação efetiva das bolsas devidas<br/>Lei nº 11.096/05, art. 8º.</p>   | indeterminado  | 1.173.473.927 | 0,01    | 0,04        | 0,24   |
| <p><b>38 RECINE - Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica</b><br/>Suspensão do PIS/COFINS na importação e aquisição no mercado interno de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, para incorporação no ativo permanente e utilização em complexos de exibição ou cinemas itinerantes, bem como de materiais para sua construção. A suspensão converte-se em alíquota zero após incorporação no ativo permanente e utilização do bem ou material de construção no complexo de exibição cinematográfica.<br/><br/>Lei nº 12.599/12, arts.12 a 14; Decreto nº 7.729/12; Lei nº 13.594/18; Lei nº 14.044/2020.</p>   | 31/12/2024     | não vigente   | ...     | ...         | ...    |

**QUADRO XXI**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2026 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS**

UNIDADE: R\$ 1,00

| GASTO TRIBUTÁRIO   | PRAZO VIGÊNCIA | VALOR         | PART. % |             |        |
|--|----------------|---------------|---------|-------------|--------|
|  |                |               | PIB     | ARRECADAÇÃO | COFINS |
| <b>39 RECOPA - Regime Especial de Tributação para Construção, Ampliação, Reforma ou Modernização de Estádios de Futebol</b><br>Suspensão do PIS/COFINS incidente na importação e aquisição do mercado interno de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, e de materiais de construção para utilização ou incorporação no estádio de futebol da pessoa jurídica beneficiária do RECOPA, bem como a prestação de serviços e aluguel de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos destinadas à obra. A suspensão converte-se em alíquota zero após a utilização ou incorporação do bem ou serviço.<br><br>Lei nº 12.350/10, arts. 17 a 21.                                  | 30/06/2014     | não vigente   | ...     | ...         | ...    |
| <b>40 Rede Arrecadadora</b><br>Exclusão da base de cálculo da Cofins dos valores auferidos como remuneração dos serviços de arrecadação de receitas federais, dividido pela alíquota da Cofins-Financeiras (4%).<br><br>Lei nº 12.844/13, art. 36.   | indeterminado  | 386.219.958   | 0,00    | 0,01        | 0,08   |
| <b>41 REIDI - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infra-Estrutura</b><br>Suspensão do PIS/PASEP e da COFINS na importação ou venda no mercado interno de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, materiais de construção, serviços e aluguel para utilização ou incorporação em obras de infra-estrutura destinadas ao ativo imobilizado.<br>Lei nº 11.488/07, arts. 1º a 5º.   | indeterminado  | 1.628.359.749 | 0,01    | 0,06        | 0,33   |
| <b>42 REIF - Regime Especial de Incentivo ao Desenvolvimento da Infraestrutura da Indústria de Fertilizantes</b><br>Suspensão do PIS e COFINS incidente sobre a importação ou venda no mercado interno de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, de materiais de construção e serviços e aluguel para utilização ou incorporação no projeto aprovado.<br><br>Lei nº 12.794/13, arts. 5º a 11.  | 20/09/2017     | não vigente   | ...     | ...         | ...    |
| <b>43 RENUCLEAR - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Usinas Nucleares</b><br>Suspensão do PIS/COFINS nas importação ou vendas no mercado interno de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, de materiais de construção, serviços ou aluguel para utilização ou incorporação em obras de infraestrutura destinadas ao ativo imobilizado, quando a importação/aquisição for efetuada por pessoa jurídica beneficiária do RENUCLEAR. A suspensão converte-se em alíquota zero após a utilização ou incorporação do bem ou material de construção na obra de infraestrutura.<br><br>Lei nº 12.431/11, arts. 14 a 17.   | 31/12/2020     | não vigente   | ...     | ...         | ...    |
| <b>44 REPENEC - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste</b><br>Suspensão do PIS/COFINS incidente na importação ou aquisição no mercado interno de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, e de materiais de construção para utilização ou incorporação em obras de infraestrutura destinadas ao ativo imobilizado de pessoa jurídica beneficiária do REPENEC. Aplica-se também ao aluguel. As suspensões convertem-se em alíquota zero após a utilização ou incorporação do bem ou material de construção na obra de infraestrutura.<br><br>Lei nº 12.249/10, arts. 1º a 5º. | 30/06/2016     | não vigente   | ...     | ...         | ...    |
| <b>45 REPNBL-Redes - Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações</b><br>Suspensão do PIS/COFINS sobre receita de venda no mercado interno de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos novos, de materiais de construção, serviços e aluguel para utilização ou incorporação nas obras civis dos projetos aprovados para implantação, ampliação ou modernização de redes de telecomunicações que suportam acesso à Internet em banda larga. A suspensão converte-se em alíquota zero após a incorporação do bem.<br><br>Lei nº 12.715/12, arts. 28 a 33.  | 31/12/2016     | não vigente   | ...     | ...         | ...    |
| <b>46 REPORTE - Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária</b>   | 31/12/2023     | não vigente   | ...     | ...         | ...    |

**QUADRO XXI**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2026 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS**

UNIDADE: R\$ 1,00

| GASTO TRIBUTÁRIO   | PRAZO VIGÊNCIA       | PART. %               |             |             |             |
|--|----------------------|-----------------------|-------------|-------------|-------------|
|  |                      | VALOR                 | PIB         | ARRECADAÇÃO | COFINS      |
| <p>Suspensão do PIS/Cofins na importação ou venda no mercado interno de máquinas, equipamentos, peças de reposição e outros bens importados pelos beneficiários do REPORTO e destinados ao seu ativo imobilizado para utilização exclusiva na execução de serviços de: carga, descarga, armazenagem e movimentação de mercadorias e produtos; sistemas suplementares de apoio operacional; proteção ambiental; sistemas de segurança e de monitoramento de fluxo de pessoas, mercadorias, produtos, veículos e embarcações; dragagens; e treinamento e formação de trabalhadores, inclusive na implantação de Centros de Treinamento Profissional. São beneficiários do REPORTO o operador portuário, o concessionário de porto organizado, o arrendatário de instalação portuária de uso público e a empresa autorizada a explorar instalação portuária de uso privativo misto ou exclusivo, inclusive aquelas que operam com embarcações de offshore, o concessionário de transporte ferroviário, empresas de dragagem, recintos alfandegados de zona secundária e dos Centros de Treinamento Profissional. A suspensão converte-se em isenção após o decurso do prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da ocorrência do respectivo fato gerador.</p> <p>Lei nº 11.033/04, arts. 13 a 16, em específico: art. 14; Decreto nº 6.582/08; Lei nº 11.774/08, art. 5º; Lei nº 12.715/12, art. 39; Lei nº 12.688/12, art. 30; Lei nº 13.169, art. 7º; Lei 14.301/22.</p> |                      |                       |             |             |             |
| <b>47 RETAERO - Regime Especial de Incentivos Tributários para a Indústria Aeroespacial Brasileira</b>   | <b>11/06/2020</b>    | <b>não vigente</b>    | <b>...</b>  | <b>...</b>  | <b>...</b>  |
| <p>Suspensão de PIS/Cofins na importação ou venda no mercado interno de partes, peças, ferramentas, componentes, equipamentos, sistemas, subsistemas, insumos e matérias-primas, a serem empregados na manutenção, conservação, modernização, reparo, revisão, conversão e industrialização dos produtos classificados na posição 88.02 da NCM. Suspensão de PIS/Cofins na importação ou venda no mercado de serviços de tecnologia industrial básica, desenvolvimento e inovação tecnológica, assistência técnica e transferência de tecnologia. A suspensão converte-se em alíquota zero após o emprego, utilização ou incorporação dos referidos bens.</p> <p>Lei nº 12.249/10, arts. 29 a 33; Lei nº 12.598/12, art. 16.</p>   |                      |                       |             |             |             |
| <b>48 RETID - Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa</b>  | <b>22/03/2032</b>    | <b>33.537.098</b>     | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,01</b> |
| <p>Suspensão do PIS/COFINS sobre a venda no mercado interno ou importação de partes, peças, ferramentas, componentes, equipamentos, sistemas, subsistemas, insumos, matérias-primas, serviços de tecnologia industrial básica, desenvolvimento e inovação tecnológica, assistência técnica e transferência de tecnologia a serem empregados na manutenção, conservação, modernização, reparo, revisão, conversão, industrialização de bens de defesa nacional, quando a aquisição for efetuada por pessoa jurídica beneficiária do RETID. A suspensão também aplica-se à receita de aluguel de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos. Conversão em alíquota zero após o emprego ou utilização dos bens e serviços. Suspensão de PIS e COFINS incidente sobre a receita decorrente da venda dos bens de defesa nacional, definidos em ato do Poder Executivo, e a prestação de serviços de tecnologia industrial básica, projetos, pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica, assistência técnica e transferência de tecnologia, efetuada por pessoa jurídica beneficiária do RETID à União, para uso privativo das Forças Armadas, exceto para uso pessoal e administrativo.</p> <p>Lei nº 12.598/12, arts. 7º a 11; Decreto nº 8.122/13.</p>  |                      |                       |             |             |             |
| <b>49 Simples Nacional - Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte</b>  | <b>indeterminado</b> | <b>40.487.701.376</b> | <b>0,31</b> | <b>1,37</b> | <b>8,32</b> |
| <p>Redução da base de cálculo e modificação da alíquotas para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, que optaram pelo Simples Nacional.</p> <p>Lei Complementar nº 123/06; Lei Complementar nº 127/07; Lei Complementar nº 139/11; Lei Complementar nº 147/14.</p>  |                      |                       |             |             |             |
| <b>50 TEF - Tributação Específica do Futebol</b>   | <b>indeterminado</b> | <b>726.151.493</b>    | <b>0,01</b> | <b>0,02</b> | <b>0,15</b> |
| <p>Regime de tributação específico para as Sociedades Anônimas do Futebol que unifica o recolhimento do IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e Contribuição Previdenciária (artigos I, II e III do caput e no §6º do art. 22 da Lei nº 8.212/91). O regime consiste na tributação das receitas mensais com a aplicação de uma alíquota de 5%, nos 5 primeiros anos-calendário da constituição da sociedade, e de 4%, a partir do 6º ano calendário.</p> <p>Lei nº 14.193/2021, arts. 31 e 32.</p>   |                      |                       |             |             |             |
| <b>51 Telecomunicações em Áreas Rurais e Regiões Remotas</b>   | <b>31/12/2018</b>    | <b>não vigente</b>    | <b>...</b>  | <b>...</b>  | <b>...</b>  |

**QUADRO XXI**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2026 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS**

UNIDADE: R\$ 1,00

| GASTO TRIBUTÁRIO  | PRAZO VIGÊNCIA | PART. %       |      |             |        |
|---|----------------|---------------|------|-------------|--------|
|   |                | VALOR         | PIB  | ARRECADAÇÃO | COFINS |
| <p>Isenção de tributos federais incidentes sobre o faturamento dos serviços de telecomunicações prestados por meio das subfaixas de radiofrequência de 451 MHz a 458 MHz e de 461 MHz a 468 MHz, assim como por meio de estações terrenas satelitais de pequeno porte que contribuam com os objetivos de implantação do PNBL. Isenção de tributos federais incidentes sobre a receita bruta de venda a varejo dos componentes e equipamentos de rede, terminais e transceptores definidos em regulamento que sejam dedicados aos serviços de telecomunicações prestados por meio das subfaixas de radiofrequência de 451 MHz a 458 MHz e de 461 MHz a 468 MHz, assim como por meio de estações terrenas satelitais de pequeno porte que contribuam com os objetivos de implantação do PNBL.</p> <p>Lei nº 12.715/12, arts. 35 e 37.</p> |                |               |      |             |        |
| <p><b>52 Termoeletricidade</b><br/>Redução a zero da alíquota do PIS/COFINS incidente sobre a venda de gás natural e carvão mineral destinada à produção de energia elétrica.<br/>Lei nº 10.312/01, arts. 1º e 2º.</p>  | indeterminado  | 672.394.088   | 0,01 | 0,02        | 0,14   |
| <p><b>53 Transporte Coletivo</b><br/>Redução a zero das alíquotas do PIS/COFINS sobre o transporte público coletivo municipal de passageiros, por meio rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário. Aplica-se também ao transporte público coletivo intermunicipal, interestadual e internacional de caráter urbano.<br/><br/>Lei nº 12.860/13.</p>   | indeterminado  | 468.773.695   | 0,00 | 0,02        | 0,10   |
| <p><b>54 Transporte Escolar</b><br/>Redução a zero das alíquotas do PIS/COFINS incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda, no mercado interno, de veículos e embarcações destinados ao transporte escolar para a educação básica na zona rural, quando adquiridos pela União, Estados, Municípios e pelo Distrito Federal.<br/>Lei nº 10.865/04, art. 28, VIII e IX.</p>  | indeterminado  | 46.529.240    | 0,00 | 0,00        | 0,01   |
| <p><b>55 Trem de Alta Velocidade</b><br/>Redução a zero das alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda, no mercado interno, de serviços de transporte ferroviário em sistema de trens de alta velocidade - TAV.<br/>Lei nº 10.865/04, art. 28, XX.</p>   | indeterminado  | 0             | 0,00 | 0,00        | 0,00   |
| <p><b>56 Zona Franca de Manaus - Importação de Matéria-Prima</b><br/>Suspensão do PIS/PASEP-importação e COFINS-importação nas importações efetuadas por empresas localizadas na Zona Franca de Manaus de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, para emprego em processo de industrialização por estabelecimentos industriais instalados na ZFM com projetos aprovados pela SUFRAMA.<br/><br/>Lei nº 10.865/04, art. 14-A.</p>   | 05/10/2073     | 0             | 0,00 | 0,00        | 0,00   |
| <p><b>57 Zona Franca de Manaus - Importação de Bens de Capital</b><br/>Suspensão da Contribuição para o PIS/PASEP-Importação e da COFINS-Importação incidentes sobre importações de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, para incorporação ao ativo imobilizado da pessoa jurídica importadora estabelecida na Zona Franca de Manaus. A suspensão converte-se em alíquota 0 (zero) após decorridos 18 meses da incorporação do bem ao ativo imobilizado.<br/><br/>Lei nº 11.196/05, art. 50; Lei nº 10.865/04, art. 14, § 1º; Decreto nº 5.691/06.</p>  | 05/10/2073     | 0             | 0,00 | 0,00        | 0,00   |
| <p><b>58 Zona Franca de Manaus - Matéria-Prima Produzida na ZFM</b><br/>Redução a zero das alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre as receitas decorrentes da comercialização de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, produzidos na Zona Franca de Manaus, para emprego em processo de industrialização por estabelecimentos industriais instalados na própria ZFM com projetos aprovados pela SUFRAMA.<br/>Lei nº 10.637/02, art. 5º-A; Decreto nº 5.310/04.</p>   | 05/10/2073     | 0             | 0,00 | 0,00        | 0,00   |
| <p><b>59 Zona Franca de Manaus e Área de Livre Comércio - Alíquotas Diferenciadas</b></p>   | 05/10/2073     | 3.140.707.043 | 0,02 | 0,11        | 0,65   |

**QUADRO XXI**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2026 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS**

UNIDADE: R\$ 1,00

| GASTO TRIBUTÁRIO  | PRAZO VIGÊNCIA | PART. %                |             |             |              |
|---|----------------|------------------------|-------------|-------------|--------------|
|   |                | VALOR                  | PIB         | ARRECADAÇÃO | COFINS       |
| <p>Alíquotas diferenciadas para as Contribuições PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre a receita bruta auferida por pessoa jurídica industrial estabelecida na Zona Franca de Manaus e na Área de Livre Comércio, decorrente da venda de produção própria, consoante projeto aprovado pela SUFRAMA. I) 0,65% e 3%, no caso de venda efetuada a pessoa jurídica estabelecida: a) na Zona Franca de Manaus e na Área de Livre Comércio; b) fora da Zona Franca de Manaus e da Área de Livre Comércio, que apure PIS/COFINS no regime de não-cumulatividade; II) 1,3% e 6%, no caso de venda efetuada a: a) pessoa jurídica estabelecida fora da Zona Franca de Manaus e da Área de Livre Comércio, que apure o imposto de renda com base no lucro presumido; b) pessoa jurídica estabelecida fora da Zona Franca de Manaus e da Área de Livre Comércio, que apure o imposto de renda com base no lucro real e que tenha sua receita, total ou parcialmente, excluída do regime de incidência não-cumulativa do PIS/COFINS; c) pessoa jurídica estabelecida fora da Zona Franca de Manaus e da Área de Livre Comércio e que seja optante pelo SIMPLES; d) órgãos da administração federal, estadual, distrital e municipal. Crédito na aquisição de mercadoria produzida por pessoa jurídica estabelecida na ZFM e na ALC, consoante projeto aprovado pela SUFRAMA, determinado mediante a aplicação da alíquota de 1% e 4,6% e, na situação "II b", mediante a aplicação da alíquota de 1,65% e 7,60%. Redução a zero das alíquotas na venda de pneus e camaras de ar para bicicletas, quando produzidas na Zona Franca de Manaus.</p> <p>Lei nº 10.996/04, arts. 3º e 4º; Lei nº 10.637/02, art. 2º, § 4º e art. 3º § 12; Lei nº 10.833/03, art. 2º, § 5º e art. 3º § 17; Decreto nº 5.310/04; Lei nº 13.097/15, art. 147.</p> |                |                        |             |             |              |
| <b>TOTAL</b>  |                | <b>130.069.883.938</b> | <b>0,99</b> | <b>4,41</b> | <b>26,72</b> |

**QUADRO XXII**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2026 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - CIDE**

UNIDADE: R\$ 1,00

|              | GASTO TRIBUTÁRIO   | PRAZO VIGÊNCIA | VALOR       | PART. % |             |      |
|--------------|--|----------------|-------------|---------|-------------|------|
|              |  |                |             | PIB     | ARRECADAÇÃO | CIDE |
| 1            | <p><b>Copa do Mundo - Organização e Operacionalização da Copa das Confederações (2013) e da Copa do Mundo Fifa (2014)</b></p> <p>isenção da CIDE-Combustível na importação de combustíveis para uso ou consumo exclusivo na organização e realização da Copa das Confederações e/ou Copa do Mundo Fifa. Isenção da CIDE-Tecnologia para a Fifa e a Subsiária Fifa no Brasil.</p> <p>Lei nº 12.350/10, art. 3º, §1º, VIII e art. 7º, III, a.</p>  | 31/12/2015     | não vigente | ...     | ...         | ...  |
| 2            | <p><b>Evento Esportivo, Cultural e Científico</b></p> <p>Isenção da CIDE-Combustíveis incidente na importação de troféus, medalhas, placas, estatuetas, distintivos, flâmulas, bandeiras e outros objetos comemorativos recebidos em evento cultural, científico ou esportivo oficial realizado no exterior ou para serem distribuídos gratuitamente como premiação em evento esportivo realizado no País; bens dos tipos e em quantidades normalmente consumidos em evento esportivo oficial; material promocional, impressos, folhetos e outros bens com finalidade semelhante, a serem distribuídos gratuitamente ou utilizados em evento esportivo oficial; bens importados por desportistas, desde que tenham sido utilizados por estes em evento esportivo oficial e recebidos em doação de entidade de prática desportiva estrangeira ou da promotora ou patrocinadora do evento.</p> <p>Lei nº 11.488/07, art. 38.</p> | indeterminado  | 0           | 0,00    | 0,00        | 0,00 |
| 3            | <p><b>Olimpiadas - Organização e Realização dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016</b></p> <p>Isenção da CIDE-Combustível sobre a importação de combustíveis. Isenção da CIDE-Tecnologia incidente sobre a importação de serviços.</p> <p>Lei nº 12.780/13, art. 4º, §1º, VIII e IX; Decreto nº 8.463/15, art. 7º, § 1º, VIII e IX.</p>   | 31/12/2017     | não vigente | ...     | ...         | ...  |
| 4            | <p><b>PADIS - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores</b></p> <p>Redução a zero da alíquota da CIDE-Tecnologia nas remessas ao exterior para pagamento de patentes ou uso de marcas e fornecimento de tecnologia e prestação de assistência técnica, quando efetuadas por pessoa jurídica beneficiária do PADIS.</p> <p>Lei nº 11.484/07, art. 3º, § 3º, arts. 5º e 65; Lei nº 13.169/15, art. 12.</p>   | indeterminado  | 850.591     | 0,00    | 0,00        | 0,02 |
| 5            | <p><b>PATVD - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital</b></p> <p>Redução a zero da alíquota da CIDE-Tecnologia nas remessas ao exterior para pagamento de patentes ou uso de marcas e fornecimento de tecnologia e prestação de assistência técnica, quando efetuadas por pessoa jurídica beneficiária do PATVD.</p> <p>Lei nº 11.484/07, art. 14, § 3º e art. 66.</p>   | 22/01/2017     | não vigente | ...     | ...         | ...  |
| 6            | <p><b>PROUCA - REICOMP - Regime Especial de Incentivo a Computadores para Uso Educacional</b></p> <p>Suspensão de CIDE-Tecnologia incidente na importação serviços destinados à fabricação dos equipamentos. A suspensão converte-se em alíquota zero após a incorporação ou utilização dos serviços nos equipamentos.</p> <p>Lei nº 12.249/10, art. 9º, III e art. 139; Lei nº 12.715/12, arts. 15 a 23 e 78, em específico art. 18.</p>  | 31/12/2015     | não vigente | ...     | ...         | ...  |
| <b>TOTAL</b> |  |                | 850.591     | 0,00    | 0,00        | 0,02 |

**QUADR J XXIII**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2026 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**ADICIONAL AO FRETE PARA A RENOVAÇÃO DA MARINHA MERCANTE - AFRMM**

UNIDADE: R\$ 1,00

| GASTO TRIBUTÁRIO  | PRAZO VIGÊNCIA | VALOR         | PART. % |             |       |
|---|----------------|---------------|---------|-------------|-------|
|   |                |               | PIB     | ARRECADAÇÃO | AFRMM |
| <b>1 Amazônia Ocidental</b><br>Isenção do AFRMM para mercadorias que sejam destinadas ao consumo ou industrialização na Amazônia Ocidental, excluídas armas, munições, fumo, bebidas alcoólicas, perfumes, veículos de carga, automóveis de passageiros e graneis líquidos.<br><br>Lei nº 10.893/04, art. 14, V, g.   | indeterminado  | 1.284.430.389 | 0,01    | 0,04        | 11,53 |
| <b>2 Copa do Mundo - Organização e Operacionalização da Copa das Confederações (2013) e da Copa do Mundo Fifa (2014)</b><br>Isenção do AFRMM nas importações de bens ou mercadorias para uso ou consumo na organização e realização dos Eventos.<br>Lei nº 12.350/10, art. 3º, § 1º, VII.   | 31/12/2015     | não vigente   | ...     | ...         | ...   |
| <b>3 Doações de Bens para Entidades Filantrópicas</b><br>Isenção do AFRMM para bens sem interesse comercial, doados a entidades filantrópicas, desde que o donatário os destine, total e exclusivamente, a obras sociais e assistenciais gratuitamente prestadas.<br>Lei nº 10.893/04, art. 14, IV, a.  | indeterminado  | 160.734       | 0,00    | 0,00        | 0,00  |
| <b>4 Livros, Jornais e Periódicos</b><br>Isenção de AFRMM sobre livros, jornais e periódicos, bem como o papel destinado a sua impressão.<br>Lei nº 10.893/04, art. 14, II.   | indeterminado  | 20.771.821    | 0,00    | 0,00        | 0,19  |
| <b>5 Mercadorias Norte e Nordeste</b><br>Não incidência do AFRMM sobre as mercadorias transportadas por meio fluvial e lacustre, exceto graneis líquidos, transportados no âmbito das Regiões Norte e Nordeste. Não incidência sobre mercadorias cuja origem ou destino final seja porto localizado na Região Norte ou Nordeste do País, nas navegações de cabotagem, quando o descarregamento tiver início até 08 de janeiro de 2022. Não incidência sobre mercadorias cuja origem ou destino seja porto localizado na Região Norte ou Nordeste do país, nas navegações realizadas em casco com fundo duplo, destinadas ao transporte de combustíveis quando o descarregamento tiver início até 08 de janeiro de 2022.<br><br>Lei nº 9.432/97, art. 17; Lei nº 10.893/04, art. 4º, Parágrafo único, inciso I; Lei nº 11.033/04, art. 18; Lei nº 11.482/07, art. 11; Lei nº 12.507/11, art. 3º; Lei nº 13.458/17; Decreto nº 8.257/14, art. 4º, incisos II, III e IV e Parágrafo único. | indeterminado  | 1.941.408.459 | 0,01    | 0,07        | 17,43 |
| <b>6 Olimpíadas - Organização e Realização dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016</b><br>Isenção do AFRMM incidente nas importações de bens ou mercadorias para uso ou consumo exclusivo na organização e realização dos Jogos.<br>Lei nº 12.780/13, art. 4º, § 1º, VII; Decreto nº 8.463/15, art. 7º, § 1º, VII.  | 31/12/2017     | não vigente   | ...     | ...         | ...   |
| <b>7 Pesquisas Científicas</b><br>Isenção do AFRMM para bens destinados à pesquisa científica e tecnológica, conforme disposto em lei.<br>Lei nº 10.893/04, art. 14, IV, e; Lei nº 12.599/12, art. 1º.  | indeterminado  | 1.300.740     | 0,00    | 0,00        | 0,01  |
| <b>8 SUDAM/SUDENE - Isenção AFRMM</b><br>Isenção do AFRMM para os empreendimentos que se implantarem, modernizarem, ampliarem ou diversificarem no Nordeste e na Amazônia e que sejam considerados de interesse para o desenvolvimento destas regiões, segundo avaliações técnicas específicas das respectivas Superintendências de Desenvolvimento.<br><br>Lei nº 9.808/99, art. 4º; Lei nº 12.431/11, art. 22.  | 31/12/2015     | não vigente   | ...     | ...         | ...   |
| <b>TOTAL</b>  |                | 3.248.072.142 | 0,02    | 0,11        | 29,16 |

**QUADRO XXIV**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2026 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA CINEMATOGRAFICA NACIONAL - CONDECINE**

UNIDADE: R\$ 1,00

|          | GASTO TRIBUTARIO   | PRAZO VIGENCIA       | VALOR              | PART. %     |             |             |
|----------|--|----------------------|--------------------|-------------|-------------|-------------|
|          |  |                      |                    | PIB         | ARRECAÇÃO   | CONDECINE   |
| <b>1</b> | <b>Copa do Mundo - Organização e Operacionalização da Copa das Confederações (2013) e da Copa do Mundo Fifa (2014)</b><br>Isenção da CONDECINE incidente nas importações da FIFA.<br>Lei nº 12.350/10, arts. 2º a 16.  | <b>31/12/2015</b>    | <b>não vigente</b> | ...         | ...         | ...         |
| <b>2</b> | <b>Olimpiadas - Organização e Realização dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016</b><br>Isenção da CONDECINE em relação aos fatos geradores decorrentes das atividades próprias e diretamente vinculadas à organização ou realização dos Eventos.<br>Lei nº 12.780/13; Decreto nº 8.463/15.  | <b>31/12/2017</b>    | <b>não vigente</b> | ...         | ...         | ...         |
| <b>3</b> | <b>Programação</b><br>Isenção da CONDECINE, referente à programação internacional de que trata o inciso XIV do art. 1º, incidente sobre as remessas para o exterior, relativas a rendimentos ou remuneração decorrentes da exploração de obras cinematográficas ou videofonográficas ou por sua aquisição ou importação a preço fixo, bem como qualquer montante referente a aquisição ou licenciamento de qualquer forma de direitos, desde que a programadora beneficiária desta isenção opte por aplicar o valor correspondente a 3% (três por cento) em projetos de produção de obras cinematográficas e videofonográficas brasileiras de longa, média e curta metragens de produção independente, de co-produção de obras cinematográficas e videofonográficas brasileiras de produção independente, de telefilmes, minisséries, documentais, ficcionais, animações e de programas de televisão de caráter educativo e cultural, brasileiros de produção independente, aprovados pela ANCINE. Isenção da CONDECINE, referente à programação de que trata o inciso XV do art. 1º, incidente sobre as remessas para o exterior, relativas a rendimentos ou remuneração decorrentes da exploração de obras cinematográficas ou videofonográficas ou por sua aquisição ou importação a preço fixo, bem como qualquer montante referente a aquisição ou licenciamento de qualquer forma de direitos. | <b>indeterminado</b> | <b>18.184.671</b>  | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,16</b> |
|          | MP nº 2.228-1/01, art. 39, VII, X; Lei nº 10.454/02.   |                      |                    |             |             |             |
|          | <b>TOTAL</b>   |                      | <b>18.184.671</b>  | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,16</b> |

**QUADRO XXV**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2026 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTO**  
**CONTRIBUIÇÃO PARA A PREVIDÊNCIA SOCIAL**

UNIDADE: R\$ 1,00

| GASTO TRIBUTÁRIO  | PRAZO VIGÊNCIA | VALOR          | PART. % |             |          |
|---|----------------|----------------|---------|-------------|----------|
|   |                |                | PIB     | ARRECADAÇÃO | C. PREVI |
| <b>1 Academia Brasileira de Letras - ABL</b><br>Isenção de IOF, PIS sobre folha de salários, do imposto de renda sobre rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou variável pela Academia Brasileira de Letras, pela Associação Brasileira de Imprensa e pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.(efeitos a partir do 1º dia do exercício seguinte à inclusão no PLOA)<br><br>Lei nº 13.353/16, art 1º; Lei Complementar nº 70/91, art 6º.                  | indeterminado  | 0              | 0,00    | 0,00        | 0,00     |
| <b>2 Associação Brasileira de Imprensa - ABI</b><br>Isenção de IOF, PIS sobre folha de salários, do imposto de renda sobre rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou variável pela Academia Brasileira de Letras, pela Associação Brasileira de Imprensa e pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.(efeitos a partir do 1º dia do exercício seguinte à inclusão no PLOA)<br><br>Lei nº 13.353/16, art. 1º; Lei Complementar nº 70/91, art. 6º.            | indeterminado  | 0              | 0,00    | 0,00        | 0,00     |
| <b>3 Copa do Mundo - Organização e Operacionalização da Copa das Confederações (2013) e da Copa do Mundo Fifa (2014)</b><br>Isenção da contribuição previdenciária patronal destinada à FIFA e entidades organizadoras da Copa do Mundo.<br>Lei nº 12.350/10, arts. 2º a 16.  | 31/12/2015     | não vigente    | ...     | ...         | ...      |
| <b>4 Desoneração da Folha de Salários</b><br>Contribuição Previdenciária Patronal incidente sobre o faturamento, com alíquota de 1,0%, 1,5%, 2,0%, 2,5%, 3,0% ou 4,5%, em substituição a incidência sobre a folha de salários.<br><br>Lei nº 12.546/12, arts. 7º a 11; Lei nº 12.715/12, arts. 55 e 56; Lei nº 12.794/13, arts. 1º e 2º; MP nº 601/12; MP nº 612/13, arts. 25 e 26; Lei nº 12.844/13; Lei nº 13.043/14, art. 53; Lei nº 13.161/15; Lei nº 13.202/15, Lei 14.288/21 art. 2º.                   | 31/12/2023     | não vigente    | ...     | ...         | ...      |
| <b>5 Dona de Casa</b><br>Redução da alíquota (5%) da contribuição previdenciária do segurado facultativo sem renda própria que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencente a família de baixa renda.<br>Lei nº 12.470/11; Lei nº 8.212/91, art. 21, § 2º, II, b.   | indeterminado  | 417.772.336    | 0,00    | 0,01        | 0,06     |
| <b>6 Entidades Filantrópicas</b><br>Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal para as entidades beneficentes de assistência social.<br>Constituição Federal do Brasil 1988, art. 195, § 7º; Lei nº 12.101/09; Decreto nº 8.242/14.  | indeterminado  | 18.206.880.003 | 0,14    | 0,62        | 2,53     |
| <b>7 Exportação da Produção Rural</b><br>Não incidência da contribuição social sobre receitas de exportações do setor rural (agroindústria e produtor rural pessoa jurídica).<br>Constituição Federal do Brasil 1988, art. 149, § 2º, I; Lei nº 8.870/94, art. 25.  | indeterminado  | 11.240.365.162 | 0,09    | 0,38        | 1,56     |
| <b>8 Funrural</b><br>Redução para 1,2% da Contribuição destinada à Seguridade Social Rural de que trata o artigo 25 da Lei nº 8.212/1991.<br>Lei nº 13.606/18.  | indeterminado  | 3.734.980.218  | 0,03    | 0,13        | 0,52     |
| <b>9 Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB</b><br>Isenção de IOF, PIS sobre folha de salários, do imposto de renda sobre rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou variável pela Academia Brasileira de Letras, pela Associação Brasileira de Imprensa e pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.(efeitos a partir do 1º dia do exercício seguinte à inclusão no PLOA)<br><br>Lei nº 13.353/16, art. 1º; Lei Complementar nº 70/91, art. 6º. | indeterminado  | 0              | 0,00    | 0,00        | 0,00     |
| <b>10 MEI - Microempreendedor Individual</b><br>Redução da alíquota (5%) da contribuição previdenciária do segurado microempreendedor individual.<br>Lei complementar nº 123/06, art. 18-A, § 3º, V, a e § 11; Lei nº 12.470/11; Lei nº 8.212/91, art. 21, § 2º, II, a.   | indeterminado  | 7.009.291.704  | 0,05    | 0,24        | 0,97     |

**QUADRO XXV**  
**GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES LDO 2024 - REF 2026 - DESCRIÇÃO LEGAL POR TRIBUTOS**  
**CONTRIBUIÇÃO PARA A PREVIDÊNCIA SOCIAL**

UNIDADE: R\$ 1,00

|              | GASTO TRIBUTÁRIO   | PRAZO VIGÊNCIA | VALOR                 | PART. %     |             |              |
|--------------|--|----------------|-----------------------|-------------|-------------|--------------|
|              |  |                |                       | PIB         | ARRECADAÇÃO | C. PREVI     |
| <b>11</b>    | <b>Olimpíadas - Organização e Realização dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016</b><br>Isenção da contribuição previdenciária patronal destinada ao Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos - RIO 2016.<br>Lei nº 12.780/13; Decreto nº 8.463/15.  | 31/12/2017     | não vigente           | ...         | ...         | ...          |
| <b>12</b>    | <b>Simplex Nacional - Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte</b><br>Redução da base de cálculo e modificação da alíquotas para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, que optaram pelo Simplex Nacional.<br>Lei Complementar nº 123/06; Lei Complementar nº 127/07; Lei Complementar nº 139/11; Lei Complementar nº 147/14.   | indeterminado  | 35.662.672.242        | 0,27        | 1,21        | 4,95         |
| <b>13</b>    | <b>TEF - Tributação Específica do Futebol</b><br>Regime de tributação específico para as Sociedades Anônimas do Futebol que unifica o recolhimento do IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e Contribuição Previdenciária (artigos I, II e III do caput e no §6º do art. 22 da Lei nº 8.212/91). O regime consiste na tributação das receitas mensais com a aplicação de uma alíquota de 5%, nos 5 primeiros anos-calendário da constituição da sociedade, e de 4%, a partir do 6º ano calendário.<br><br>Lei nº 14.193/2021, arts. 31 e 32. | indeterminado  | 1.043.651.681         | 0,01        | 0,04        | 0,14         |
| <b>TOTAL</b> |  |                | <b>77.315.613.346</b> | <b>0,59</b> | <b>2,62</b> | <b>10,73</b> |

Anexo IV Metas Fiscais

IV.11 – Demonstrativo da Compensação da Renúncia de Receita

(Art. 4º, § 2º, inciso V, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000)

**Desonerações Instituídas em 2023**

| Nº                 | Data       | Legislação   | Tributo(s)                      | Descrição  | Prazo         | Gasto Tributário** | R\$ milhões            |                 |                 |             | Medida de Compensação | Fonte                    |
|--------------------|------------|--|---------------------------------|--|---------------|--------------------|------------------------|-----------------|-----------------|-------------|-----------------------|--------------------------|
|                    |            |  |                                 |  |               |                    | Estimativa****<br>2023 | 2024            | 2025            | 2026        |                       |                          |
| 1                  | 01/01/2023 | Medida Provisória nº 1.157, de 1 de janeiro de 2023    | PIS e COFINS                    | Reduz as alíquotas da Contribuição para o Programa de Integração Social e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins incidentes sobre operações realizadas com óleo diesel, biodiesel, gás liquefeito de petróleo, álcool, querosene de aviação, gás natural veicular e gasolina.   | 31/12/2023    | Não                | 25.000,00              | -               | -               | -           | *                     | EM nº 1/2023 - MF        |
| 2                  | 28/02/2023 | Medida Provisória nº 1.163, de 28 de fevereiro de 2023 | PIS, COFINS e CIDE-combustíveis | Reduz alíquotas de contribuições incidentes sobre operações realizadas com gasolina, álcool, gás natural veicular e querosene de aviação.  | 31/12/2023    | Não                | 6.610,00               | -               | -               | -           | *                     | EM nº 00026/2023 MF      |
| 3                  | 28/02/2023 | Lei nº 14.537 de 28 de fevereiro de 2023               | IRRF                            | Altera o art. 60 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, para dispor sobre a redução da alíquota do imposto sobre a renda retido na fonte incidente sobre os valores pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos para pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior, destinados à cobertura de gastos pessoais, no exterior, de pessoas físicas residentes no País, em viagens de turismo, de negócios, de serviço ou de treinamento ou em missões oficiais, até o limite de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) ao mês, nos termos, nos limites e nas condições estabelecidos em ato do Poder Executivo federal. | Indeterminado | Sim                | 1.077,00               | 1.524,00        | 1.688,00        | *****       | *                     | EM nº 00333/2022 ME MTur |
| <b>TOTAL GERAL</b> |            |  |                                 |  |               |                    | <b>32.687,00</b>       | <b>1.524,00</b> | <b>1.688,00</b> | <b>0,00</b> |                       |                          |

"-" medida não teve efeito ou vigência no período / Não aplicável.

\*\*" Não há informações sobre a necessidade e/ou medidas de compensação adotadas.

\*\*\*" Enquadramento da renúncia fiscal como Gasto Tributário. Em caso afirmativo, o seu acompanhamento é feito por meio dos Demonstrativos de Gastos Tributários - DGTs.

\*\*\*\*" Data da última atualização: 20/03/2023

## **Anexo IV**

### **Metas Fiscais**

#### **IV.12 – Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado**

(Art. 4º, § 2º, inciso V, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000)

---

A estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado é um requisito introduzido pelo art. 4º, § 2º, inciso V, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. A metodologia utilizada pela Secretaria de Orçamento Federal para seu cálculo envolve deduzir do aumento permanente de receita, após descontadas as transferências, o aumento de despesas permanentes de caráter obrigatório.

O aumento permanente de receita é definido como aquele proveniente de elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo ou majoração ou criação de tributo ou contribuição (§ 3º do art. 17 da LRF). Considera-se ampliação da base de cálculo, por sua vez, o aumento na base econômica da receita derivado de medidas legislativas ou de mudanças macroeconômicas.

Desse modo, para estimar o aumento permanente de receita derivado do crescimento real da atividade econômica, consideraram-se os seguintes fatores: a) acréscimo resultante da variação real do Produto Interno Bruto – PIB, estimado em 2,34% para o período em pauta; b) crescimento nas vendas de veículos de 12,79%; c) crescimento do volume de importações de 11,90%; d) crescimento do volume de aplicações financeiras de 10,62%; e) crescimento nas vendas de bebidas de 3,25%; f) outras variáveis com menor impacto no conjunto das receitas. A aplicação desses fatores na arrecadação passada resultou em aumento de R\$ 50,45 bilhões na receita prevista para 2024.

Por sua vez, o efeito legislação teve impacto positivo de R\$ 65,19 bilhões na arrecadação prevista, resultante de alterações normativas na legislação do PIS/PASEP, contribuições do RGPS, CIDE-Combustíveis, AFRMM, Cide-Combustíveis e, principalmente, COFINS. Além disso, houve um efeito legislativo negativo incidente na arrecadação de IPI e II.

Desse modo, prevê-se o aumento permanente de receita total de R\$ 103,24 bilhões, descontadas as transferências aos entes federados e ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb.

Adicionalmente, foi calculado o aumento de despesas permanentes de caráter obrigatório que terão impacto em 2024. Tal aumento será provocado pelo crescimento vegetativo dos benefícios previdenciários, do seguro-desemprego, do abono salarial e dos benefícios concedidos com base na Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, responsável pela ampliação em R\$ 15,89 bilhões. Nesta estimativa não haverá impacto, em 2024, de variação real do valor do salário mínimo.

Por outro lado, foi contabilizada também a redução permanente de despesa, o que eleva a margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado para 2024. Essa redução permanente de despesa, no montante de R\$ 112,48 milhões, corresponde ao decréscimo vegetativo dos benefícios da renda mensal vitalícia, uma vez que esse tipo de benefício, não tendo mais novas concessões, vai sendo reduzido à medida que os beneficiários vão a óbito.

Importante ressaltar que o aumento nominal do salário mínimo, correspondente à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC acumulada nos últimos doze meses que antecedem o pagamento do salário-mínimo, feito de forma a manter o poder de compra do salário em questão, conforme previsto no art. 7º, Inciso IV, da Constituição Federal, não é considerado como aumento permanente de despesa obrigatória. Isso ocorre por analogia à não consideração da inflação como aumento permanente de receita.

Dessa maneira, o saldo da margem de expansão é estimado em, aproximadamente, R\$ 87,47 bilhões, conforme demonstrado no quadro a seguir:

PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
**MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER  
CONTINUADO - DOCC**

| Eventos  | Valor Previsto<br>para 2024<br>(R\$ milhões) |
|--|--|
| <b>Aumento de Receita Permanente</b>                         | <b>115.644</b>                               |
| I. Crescimento Real da Atividade Econômica                   | 50.449                                       |
| I.1. Receita Administrada pela RFB                           | 42.022                                       |
| I.2. Arrecadação Líquida para o RGPS                         | 2.152  |
| I.3. AFRMM   | 346  |
| I.4. Demais Receitas   | 5.930  |
| II. Situações descritas no § 3º do art. 17 da LRF*           | 65.195                                       |
| II.1. II   | (20)   |
| II.2. IPI  | (4)  |
| II.3. COFINS   | 42.528                                       |
| II.4. PIS/PASEP  | 9.214  |
| II.5. RGPS   | 9.131  |
| II.6. CIDE-COMBUSTÍVEIS                                      | 1.777  |
| II.7. AFRMM  | 2.570  |
| <b>Deduções da Receita</b>                                   | <b>12.400</b>                                |
| Transferências Constitucionais e Legais                      | 10.370                                       |
| Transferências ao FUNDEB                                     | 1.706  |
| Complementação da União ao FUNDEB                            | 324  |
| <b>Saldo Final do Aumento Permanente de Receita</b>          | <b>103.244</b>                               |
| <b>Redução Permanente de Despesa (II)</b>                    | <b>112</b>                                   |
| <b>Margem Bruta (III) = (I) + (II)</b>                       | <b>103.356</b>                               |
| <b>Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)</b>                  | <b>15.886</b>                                |
| Crescimento vegetativo dos gastos sociais                    | 15.886                                       |
| RGPS   | 9.189  |
| LOAS/RMV   | 4.016  |
| Abono e Seguro-Desemprego                                    | 2.682  |
| <b>Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III) - (IV)</b> | <b>87.470</b>                                |

\* Elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo ou majoração ou criação de tributo ou contribuição.

Em que pese ter sido identificada margem para a expansão de despesas obrigatórias de caráter continuado em 2024, o § 2º do art. 17 da LRF exige que a criação ou aumento de despesa obrigatória de caráter continuado seja acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa, enquanto o § 5º do mesmo artigo dispõe que a despesa criada ou majorada não será executada antes da implementação das medidas de compensação, as quais integrarão o instrumento que a criar ou aumentar. Desse modo, embora o cálculo

acima apresentado possa funcionar como subsídio para as decisões que impactam o lado fiscal do orçamento público, a margem de expansão não serve, em si mesma, como medida de compensação, nos moldes do que exige o art. 17 da LRF.

Registre-se, por fim, que durante a vigência do chamado Teto de Gastos (Novo Regime Fiscal – NRF, disposto no art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzido pela Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016), o limite para as despesas primárias tornou-se uma restrição adicional à expansão de despesas primárias obrigatórias a ele sujeitas, sendo necessária, para a majoração de despesas sujeitas ao teto de gastos, a apresentação de cancelamentos de despesas, independentemente da ampliação de receitas. Todavia, a partir da revisão que será apresentada pelo Poder Executivo para o arcabouço fiscal, conforme exigência do art. 6º da Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022, essa restrição adicional também deverá ser revista.

## Anexo V

### Riscos Fiscais

(Art. 4º, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000)

#### Sumário

|          |   |           |
|----------|---|-----------|
| <b>1</b> | <b>INTRODUÇÃO</b>   | <b>7</b>  |
| <b>2</b> | <b>SUMÁRIO EXECUTIVO</b>  | <b>9</b>  |
| <b>3</b> | <b>ANÁLISE DOS RISCOS MACROECONÔMICOS (GERAIS)</b>                            | <b>14</b> |
| 3.1      | SENSIBILIDADE DAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA RFB                             | 14        |
| 3.1.1    | Receitas Administradas pela RFB   | 14        |
| 3.1.2    | Sensibilidade da Receita Administrada pela RFB aos Parâmetros Macroeconômicos | 15        |
| 3.2      | SENSIBILIDADE DA DESPESA PRIMÁRIA   | 18        |
| 3.2.1    | Sensibilidade da Despesa Primária Geral                                       | 18        |
| 3.2.2    | Sensibilidade da Despesa com Subsídios e Subvenções                           | 20        |
| 3.3      | SENSIBILIDADE DA DÍVIDA PÚBLICA   | 21        |
| 3.3.1    | Riscos de Mercado   | 21        |
| 3.3.2    | Risco de Refinanciamento  | 27        |
| 3.4      | ESTRESSE DOS PARÂMETROS MACROECONÔMICOS E SIMULAÇÕES                          | 29        |
| 3.4.1    | Receitas  | 30        |
| 3.4.2    | Despesas  | 31        |
| 3.4.3    | Resultado Primário  | 32        |
| 3.4.4    | Dívida Pública  | 33        |
| <b>4</b> | <b>ANÁLISE DOS RISCOS ESPECÍFICOS</b>   | <b>39</b> |
| 4.1      | PASSIVOS CONTINGENTES   | 39        |
| 4.1.1    | Demandas Judiciais  | 40        |
| 4.1.2    | Passivos Contingentes em Fase de Reconhecimento                               | 61        |
| 4.1.3    | Garantias Prestadas pelo Tesouro Nacional                                     | 64        |
| 4.1.4    | Fundos Constitucionais de Financiamento                                       | 68        |
| 4.1.5    | Seguro de Crédito à Exportação - Fundo de Garantia à Exportação               | 69        |
| 4.1.6    | Fundos Garantidores   | 72        |
| 4.2      | RISCOS FISCAIS ASSOCIADOS AOS ATIVOS  | 75        |
| 4.2.3    | Dívida Ativa da União (DAU)   | 75        |
| 4.2.4    | Depósitos Judiciais da União  | 78        |
| 4.2.5    | Haveres Financeiros Não Relacionados a Entes Federativos                      | 79        |
| 4.3      | OUTROS RISCOS ESPECÍFICOS   | 84        |
| 4.3.3    | Entes Subnacionais  | 84        |
| 4.3.4    | Parcerias Público-Privadas e as Concessões Públicas                           | 111       |
| 4.3.5    | Estatais Federais   | 118       |

|       |  |     |
|-------|--|-----|
| 3.1.2 | Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) ..... | 131 |
| 3.1.3 | Riscos do Sistema Financeiro .....             | 140 |
| 3.1.4 | Mudanças Demográficas .....                    | 143 |
| 3.1.5 | Riscos Ambientais.....                         | 145 |
| 4     | CONSIDERAÇÕES FINAIS .....                     | 147 |

## ÍNDICE DE TABELAS

|  |    |
|--|----|
| Tabela 1 - Base de atuação dos Riscos Fiscais Específicos Consolidados .....                             | 13 |
| Tabela 2 - Previsão das Receitas Administradas pela RFB em 2022 .....                                    | 14 |
| Tabela 3 - Receitas Atípicas de 2022.....  | 15 |
| Tabela 4 - Receitas Primárias do Governo Central Indexadas a Parâmetros Macroeconômicos .....            | 15 |
| Tabela 5 - Receita Administrada pela RFB em 2024 – Impacto da variação de 1 p.p. em cada parâmetro ..... | 16 |
| Tabela 6 - Receitas - Impacto da Variação de 1 p.p. nas Variáveis Macroeconômicas .....                  | 17 |
| Tabela 7 - Despesas Primárias do Governo Central Indexadas a Parâmetros Macroeconômicos .....            | 18 |
| Tabela 8 - Despesas Primárias – Impacto % da variação de 1 p.p. no INPC .....                            | 19 |
| Tabela 9 - Despesas Primárias Seleccionadas – Efeito do INPC e do Salário-Mínimo.....                    | 19 |
| Tabela 10 - Efeito da variação de 0,1 p.p. no IPCA no limite das despesas sujeitas à EC nº 95 .....      | 20 |
| Tabela 11 - Previsões de sensibilidade da despesa orçamentária da dívida a choques de 1 pp.....          | 25 |
| Tabela 12 - Sensibilidade da dívida aos juros, ao crescimento real do PIB e ao resultado primário .....  | 26 |
| Tabela 13 - Limites e Condições para a realização de operações de crédito .....                          | 37 |
| Tabela 14 - Projeção da margem de suficiência da Regra de Ouro .....                                     | 38 |
| Tabela 15 - Demandas Judiciais no âmbito da PGU.....   | 43 |
| Tabela 16 - Ações judiciais de natureza tributária no STF .....  | 45 |
| Tabela 17 - Ações judiciais de natureza tributária no STJ.....   | 46 |
| Tabela 18 - Ações judiciais no âmbito da PGF .....   | 48 |
| Tabela 19 - Demandas Judiciais das Empresas Estatais Federais Dependentes – Risco Possível .....         | 49 |
| Tabela 20 - Passivo Contingente do BCB por instância.....  | 51 |
| Tabela 21- Estimativas de impacto das ações judiciais de Risco Provável dos órgãos da AGU .....          | 52 |
| Tabela 22- Demandas judiciais de Risco Provável no âmbito da PGU.....                                    | 53 |
| Tabela 23 - Demandas judiciais de Risco Provável de natureza tributária.....                             | 55 |
| Tabela 24 - Ações judiciais de Risco Provável no âmbito da PGF .....                                     | 55 |
| Tabela 25 - Demandas Judiciais de Risco Provável das Empresas Estatais Federais Dependentes .....        | 56 |
| Tabela 26 - Ações judiciais de Risco Provável do BCB por instância.....                                  | 57 |
| Tabela 27 - Ações judiciais de entes subnacionais contra a União - Risco Possível .....                  | 58 |
| Tabela 28 - Ações judiciais de entes subnacionais contra a União - Risco Provável.....                   | 59 |
| Tabela 29 - Demandas Judiciais de Risco Possível e Risco Provável .....                                  | 60 |
| Tabela 30 - Despesas Judiciais em relação à Despesa Primária.....  | 60 |
| Tabela 31 - Evolução dos passivos contingentes administrados pela STN .....                              | 63 |
| Tabela 32 - Valores provisionados no BGU e estimado na LOA, por tipo de Passivo.....                     | 63 |
| Tabela 33 - Obrigações oriundas de passivos contingentes a regularizar .....                             | 64 |
| Tabela 34 - Saldo devedor das Dívidas Garantidas em Operações de Crédito.....                            | 65 |
| Tabela 35 - Estimativas: Saldo Devedor e Honras de Garantias de Operações de Crédito.....                | 66 |
| Tabela 36 - Garantias honradas pela União .....  | 66 |
| Tabela 37 - Garantias prestadas pelo TN a fundos e programas.....  | 68 |
| Tabela 38 - Fundos Constitucionais: previsão de despesas com provisão para devedores duvidosos..         | 68 |
| Tabela 39 - Recuperação e estoque de créditos dos fundos constitucionais baixados como prejuízo .        | 69 |
| Tabela 40 - Indicadores de Solvência do FGE .....  | 70 |
| Tabela 41 - Estimativa de impacto da manutenção do Seguro de Crédito à Exportação .....                  | 72 |
| Tabela 42 - Fundos garantidores com participação da União – Dezembro de 2022.....                        | 74 |
| Tabela 43 - Créditos da DAU, por exercício, segundo o tipo de crédito e classe (rating) .....            | 76 |
| Tabela 44 - Expectativa de Perdas e Recuperação de Créditos da DAU.....                                  | 77 |
| Tabela 45 - Fluxos da arrecadação dos créditos da DAU, estimados e realizados, por exercício .....       | 78 |

|   |     |
|---|-----|
| Tabela 46 - Estimativa de arrecadação dos créditos da DAU, por exercício .....                      | 78  |
| Tabela 47 - Evolução do fluxo dos depósitos judiciais por exercício, segundo movimentação .....     | 79  |
| Tabela 48 - Fluxos estimados de depósitos judiciais por exercício .....                             | 79  |
| Tabela 49 - Evolução do estoque, segundo haver financeiro sob gestão da STN, por exercício.....     | 80  |
| Tabela 50 - Fluxos estimados e realizados segundo haver financeiro.....                             | 81  |
| Tabela 51 - Fluxos estimados, segundo haver financeiro sob gestão da STN, por exercício .....       | 83  |
| Tabela 52 - Estimativas dos riscos fiscais por haver financeiro .....                               | 83  |
| Tabela 53 - Riscos Fiscais Decorrentes dos Haveres e das Garantias Junto aos Estados e Municípios.. | 85  |
| Tabela 54 - Riscos Fiscais Decorrentes de Relações Intergovernamentais .....                        | 86  |
| Tabela 55 - Estoque de haveres e créditos, segundo ativo/programa sob gestão da STN, por ano .....  | 90  |
| Tabela 56 - Fluxos de haveres e créditos, estimados e realizados, segundo ativo/programa .....      | 92  |
| Tabela 57 - Fluxos estimados de haveres e créditos, segundo Ativo/Programa, por exercício .....     | 93  |
| Tabela 58 - Incertezas Decorrentes de Propostas Legislativas relativa aos Entes Subnacionais .....  | 97  |
| Tabela 59 - Estimativas dos impactos da adesão dos entes subnacionais ao RRF, por exercício .....   | 97  |
| Tabela 60 - Impactos estimados da LC nº 173/2020, segundo Ativo /Programa, por exercício .....      | 98  |
| Tabela 61 - Impactos estimados da LC nº 178/2021, segundo cenário, por exercício.....               | 101 |
| Tabela 62 - Ajustes de perdas para os empréstimos concedidos a Estados e Municípios, por ano ....   | 102 |
| Tabela 63- Saldo devedor das Dívidas Garantidas em Operações de Crédito - Estados e Municípios      | 105 |
| Tabela 64 - Evolução do estoque das contragarantias não executadas, segundo as motivações .....     | 108 |
| Tabela 65 - Impactos das honras de garantias nas contas públicas, por ano.....                      | 108 |
| Tabela 66 - Estimativa de ressarcimento de honras realizadas pela União em decorrência do RRF ...   | 109 |
| Tabela 67 - Valores de ajustes de perdas para os créditos sub-rogados (avais honrados).....         | 109 |
| Tabela 68 - Valores Receitas de Concessões de Serviço Público, segundo exercício .....              | 113 |
| Tabela 69 - Riscos fiscais em demandas administrativas .....  | 114 |
| Tabela 70 - Concessões de Serviço Público Vigentes.....   | 115 |
| Tabela 71 - Escopo da Análise de Riscos de Empresas Estatais Não Dependentes.....                   | 119 |
| Tabela 72 - Comparação entre os fluxos estimados e realizados - Estatais .....                      | 123 |
| Tabela 73 - Fluxos estimados - Estatais .....   | 124 |
| Tabela 74 - Impactos estimados (Estatais Não Dependentes) .....                                     | 126 |
| Tabela 75 - Projeção de dividendos/JCP <sup>1</sup> .....   | 127 |
| Tabela 76 - Matriz de Risco .....   | 127 |
| Tabela 77 - Índices de Capital Observados x Requerimentos Mínimos.....                              | 127 |
| Tabela 78 - Risco 2 - Aportes emergenciais em empresas não dependentes .....                        | 129 |
| Tabela 79 - Estimativa de materialização do risco de aportes emergenciais.....                      | 130 |
| Tabela 80 - Estimativa de materialização do risco de esforço fiscal adicional .....                 | 131 |
| Tabela 81 - Valores da dívida do Fies, segundo safra de concessão de crédito .....                  | 132 |
| Tabela 82 - Exposição ao risco de crédito do Fies, por ano .....                                    | 133 |
| Tabela 83 - Situação dos contratos concedidos do Fies entre 2010 e 2017.....                        | 133 |
| Tabela 84 - Situação dos contratos do Fies concedidos até 2009 .....                                | 134 |
| Tabela 85 - Ajuste para perdas estimadas do Fies, segundo rating .....                              | 135 |
| Tabela 86 - Contratos de crédito do Fies e valor da dívida, segundo modalidade de garantia .....    | 136 |
| Tabela 87 - Estimativa de desembolso do Fies de 2023 a 2025, segundo ano do contrato .....          | 138 |
| Tabela 88 - Comparação entre receitas estimadas e realizadas do Fies, segundo natureza, por ano.    | 139 |
| Tabela 89 - Comparação entre o desembolso estimado e realizado do Fies, por ano.....                | 139 |
| Tabela 90 - Estimativa de impacto primário do Fies, segundo programa, por exercício .....           | 140 |
| Tabela 91 - Estimativa de subsídio implícito do Fies, segundo programa, por exercício .....         | 140 |
| Tabela 92 - Evolução dos créditos do BCB originados de liquidação extrajudicial.....                | 140 |

|   |     |
|---|-----|
| Tabela 93 - Variação dos saldos dos créditos do BCB entre 2020 e 2022 .....               | 142 |
| Tabela 94 - Estimativas de fluxo de caixa, segundo instituição financeira, por ano .....  | 142 |
| Tabela 95 - Execução orçamentária do Programa 2218 - Gestão de Riscos de Desastres .....  | 145 |
| Tabela 96 - Gastos da União referentes ao programa Mudança do Clima (Programa 1058) ..... | 146 |
| Tabela 97 - Gastos da União no Combate à COVID-19 .....                                   | 147 |

## ÍNDICE DE FIGURAS

|  |     |
|--|-----|
| Figura 1 - Riscos Fiscais - classificação e fonte.....   | 7   |
| Figura 2 - Composição do estoque da DPF .....  | 22  |
| Figura 3 - Risco de repactuação da DPF .....   | 23  |
| Figura 4 - Estimativa da sensibilidade do estoque da DPF a choque de 1% nas variáveis<br>macroeconômicas ..... | 24  |
| Figura 5 - Teste de estresse de juros e câmbio sobre a DPF.....  | 25  |
| Figura 6 - Perfil de Vencimentos do Estoque da DPF.....  | 27  |
| Figura 7 – Evolução do prazo médio (meses) .....   | 28  |
| Figura 8 - Reserva de Liquidez.....  | 29  |
| Figura 9 - Espectro de cenários alternativos para Receitas Líquidas (R\$ bilhões).....                         | 30  |
| Figura 10 - Espectro de cenários alternativos para Despesas Totais (R\$ bilhões) .....                         | 31  |
| Figura 11 - Espectro de cenários alternativos para Resultado Primário (R\$ bilhões) .....                      | 32  |
| Figura 12 - Teste de estresse primário/PIB, PIB e Selic - DBGG (% PIB) .....                                   | 33  |
| Figura 13 - Teste de estresse primário/PIB, PIB e Selic - DLSP (% PIB) .....                                   | 33  |
| Figura 14 - Teste de estresse Selic - DBGG (% PIB) .....   | 34  |
| Figura 15 - Teste de estresse Selic - DLSP (% PIB).....  | 34  |
| Figura 16 - Cenários estocásticos para DBGG/PIB .....  | 35  |
| Figura 17 - Cenários estocásticos para DLSP/PIB.....   | 36  |
| Figura 18 - Cenários estocásticos assimétricos – DBGG (% PIB).....   | 36  |
| Figura 19 - Cenários estocásticos assimétricos – DLSP (% PIB).....   | 37  |
| Figura 20 - Matriz de Risco - Dividendos.....  | 120 |
| Figura 21 - Evolução do número de contratos inadimplentes do Fies, em fase de amortização <sup>1</sup> .....   | 135 |
| Figura 22 - Impacto demográfico sobre despesas selecionadas de saúde e educação .....                          | 144 |

# 1 INTRODUÇÃO

O Anexo de Riscos Fiscais tem por objetivo, conforme estabelecido pelo § 3º do art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), avaliar os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas caso os riscos se concretizem. Dessa forma, é apresentada uma visão geral sobre os principais eventos mapeados que podem afetar as metas e objetivos fiscais do Governo.

Ao longo deste documento, os riscos fiscais serão agrupados em duas categorias: riscos gerais (macroeconômicos) e riscos específicos. Os riscos gerais estão relacionados à vulnerabilidade fiscal decorrente de desvios de previsão das variáveis econômicas. Nesse sentido, a análise dos riscos gerais busca avaliar os efeitos nas contas públicas resultantes de variações nos parâmetros econômicos utilizados para a produção das previsões fiscais. Nesta categoria de risco, serão examinados os impactos nos agregados fiscais de oscilações em parâmetros como crescimento do PIB, taxa de juros, taxa de câmbio, índices de inflação, preços de commodities, indicadores do mercado de trabalho etc. As análises desenvolvidas procuram identificar choques ou pressões específicas que possam distanciar as finanças públicas das projeções fiscais divulgadas no Anexo de Metas Fiscais desta Lei.

Os riscos específicos, por sua vez, dizem respeito aos ativos e aos passivos contingentes do governo e se relacionam a eventos que ocorrem de maneira irregular. Os riscos específicos incluem aqueles gerados por demandas judiciais, garantias dadas a governos subnacionais, suporte financeiro a bancos e empresas estatais, riscos assumidos pela União enquanto Poder Concedente nos processos de concessões e Parcerias Público-Privadas – PPPs, fatores demográficos, entre outros. A análise dos riscos específicos envolve avaliação qualitativa das particularidades de cada tema, buscando identificar a materialização do risco no curto prazo, bem como mensurar seu custo.

Figura 1 - Riscos Fiscais - classificação e fonte



Elaboração: STN/MF

A Figura 1 demonstra, sinteticamente, a organização dos riscos fiscais apresentados nesse documento, segundo a sua classificação e fonte.

Os riscos fiscais tratados neste documento possuem naturezas diversas e estão associados a diferentes processos relacionados à sua identificação, mensuração e gestão. No contexto brasileiro, os riscos, em grande parte, estão submetidos a um arcabouço institucional e normativo que já estabelece que sua administração se dê no âmbito do desempenho das atribuições de órgãos específicos. Nesse ambiente, que reúne um elevado número de interlocutores que tratam de temas distintos a partir de metodologias diversas, a consolidação das informações deve se pautar pela harmonização de conceitos e padronização dos impactos fiscais. Nesse sentido, nas diferentes análises apresentadas, busca-se distinguir, em cada caso, os impactos primários dos impactos financeiros, os valores de fluxos dos valores de estoques, os exercícios financeiros, bem como apresentar a explicitação dos critérios utilizados para a mensuração dos riscos e para a construção de projeções.

O presente Anexo de Riscos Fiscais segue estruturado em quatro seções, além desta Introdução: i) Sumário Executivo; ii) Análise dos Riscos Macroeconômicos (Gerais); iii) Análise dos Riscos Específicos; e iv) Considerações Finais.

## 2 SUMÁRIO EXECUTIVO

As principais mensagens das supramencionadas seções de riscos gerais e de riscos específicos estão resumidas nos pontos abaixo. Adicionalmente, para os riscos específicos é apresentada uma tabela resumo com a indicação da base de atuação dos principais riscos quantificados.

### **Riscos Fiscais Gerais**

- A sensibilidade da receita administrada pela Receita Federal do Brasil (RFB) revela que a variação de 1 p.p. do PIB tem um impacto de 0,16% na receita previdenciária e 0,64% nas demais receitas administradas, o que se traduz em um risco fiscal de R\$ 12,5 bilhões em 2024.
- O efeito do choque de 1 p.p. na Inflação (IER)<sup>1</sup> tem um impacto de 0,15% na receita previdenciária e 0,60% nas demais receitas administradas, o que se traduz em um risco fiscal de R\$ 11,7 bilhões em 2024.
- O efeito do choque de 1 p.p. na Massa Salarial tem um impacto de 0,79% na receita previdenciária e 0,07% nas demais receitas administradas, o que se traduz em um risco fiscal de R\$ 6,3 bilhões.
- O efeito do choque de 1 p.p. do Câmbio e dos Juros tem um impacto de 0,09% e 0,01%, respectivamente, nas demais receitas administradas, o que se traduz em um risco fiscal de R\$ 1,8 bilhão.
- A análise de risco aplicada à despesa primária mostra que cada um real de aumento no salário-mínimo gera um incremento de R\$ 374,8 milhões ao ano nas despesas do governo;
- O choque de 1 p.p. da inflação (INPC) gera um acréscimo de R\$ 9,7 bilhões nas despesas, especialmente pelas despesas com benefícios previdenciários.
- O efeito do choque de 1 p.p. da inflação (IPCA) causa uma variação de R\$ 17,8 bilhões no limite das despesas a que se refere o art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
- Considerando os vencimentos de dívida previstos para os anos de 2023 a 2026, destaca-se que a sensibilidade quanto à elevação/redução de 1 p.p. da taxa de juros elevaria/reduziria a despesa esperada com estes títulos em R\$ 16,8 bilhões em 2026.
- Para a DPF, no período de 2023 a 2026 espera-se uma tendência de reversão de aumento, atingindo em média 11,92% do PIB. Apesar da tendência de queda dos últimos dois anos, o patamar ainda se encontra acima da média histórica registrada entre 2008 e 2019, de 9,9%, reflexo do aumento da relação dívida PIB ao longo dos últimos anos.
- Os cenários de estresse apresentados para as trajetórias de resultado primário mostram que, no ano de 2024, os cenários identificados com baixa probabilidade podem ser em torno de R\$ 89 bilhões acima ou abaixo da meta estabelecida para o Governo Central (R\$ 0).

---

<sup>1</sup> O Índice de Estimativa da Receita (IER) é composto por uma média ponderada que atribui 55% à taxa média do IPCA e 45% à taxa média do IGP-DI

- Já para os anos de 2025 e 2026, os resultados das simulações relacionados mostram uma possível melhora ou piora de R\$ 135 bilhões e 174 bilhões, decorrentes da incerteza macroeconômica.

### **Riscos Fiscais Específicos**

- O risco fiscal das demandas judiciais de risco possível aumentou de R\$ 1.260,4 bilhões em 2021 para R\$ 2.741,8 bilhões em 2022, o que corresponde a uma elevação de 117,5%. Em relação às demandas judiciais de risco provável, o valor passou de R\$ 871,9 bilhões em 2021 para R\$ 1.016,9 bilhões em 2022, um acréscimo de 16,7%. Por sua vez, as demandas de natureza tributária reduziram sua participação no total das demandas judiciais, correspondendo a 32,5% do risco possível, ante 66,9% em 2021, e a 28,9% do risco provável, ante 70,4% em 2021.
- Os valores efetivamente pagos associados à execução de demandas judiciais contra a União continuam sua trajetória de elevação, em números absolutos. Em 2022, o montante alcançou R\$ 58,7 bilhões, correspondente a 3,3% da despesa primária total.
- A estimativa dos pagamentos dos passivos em reconhecimento apresenta uma previsão na ordem de R\$ 31,4 bilhões para 2023 e R\$ 25,0 bilhões para 2024, com um estoque de R\$ 104,8 bilhões registrado ao final de 2022.
- As garantias concedidas pela União totalizam R\$ 280,4 bilhões (dez/22). Esse valor inclui R\$ 276,8 bilhões referentes ao saldo devedor das operações de crédito garantidas pela União e R\$ 3,6 bilhões referentes às garantias prestadas pela União a Fundos e Programas. Com o agravamento da situação fiscal dos entes subnacionais, no período de 2016 a 2022, a União foi instada a honrar garantias em operações de crédito concedidas aos entes, o que não havia ocorrido no período de 2005 a 2015. O total de honras pagas pela União em 2022 foi de R\$ 9,7 bilhões, representando aumento de cerca de 7,7% em relação ao pagamento de honras de 2021 (R\$ 9,0 bilhões). A previsão dos valores a serem honrados em 2023 e 2024 é de R\$ 15,1 bilhões e R\$ 14,5 bilhões, respectivamente.
- Os bancos administradores dos Fundos Constitucionais (FNO, FNE e FCO) estimam valores de despesas com provisão para devedores duvidosos da ordem de R\$ 1,1 bilhão e R\$ 1,2 bilhão para 2023 e 2024, respectivamente. O valor de estoque baixado como prejuízo relativo a operações com risco dos fundos alcançou, em dezembro de 2022, R\$ 15,9 bilhões. Em 2022, foi recuperado R\$ 1,05 bilhão, o que equivale a aproximadamente 6,60% do estoque de créditos baixados como prejuízo até 2022.
- A exposição total das operações no âmbito do Seguro de Crédito à Exportação (SCE), com risco de acionamento do Fundo de Garantia à Exportação (FGE), é de US\$ 6,4 bilhões, que corresponde a R\$ 32,7 bilhões, na posição de 31/01/2023. A estimativa de impacto da manutenção do SCE para 2024 e 2025 é R\$ 0,6 bilhão e R\$ 0,5 bilhão, respectivamente. Como o Fundo apresenta sustentabilidade atuarial e adequado provisionamento de liquidez, seu principal risco é de natureza orçamentária e cambial.
- Ao final de dezembro de 2022, a União possuía R\$ 71,2 bilhões de participação em cotas nos fundos garantidores privados, destinados a oferecer garantias no âmbito de políticas públicas e programas de governo. Apesar de não impactar as receitas e despesas da União, eventos de

acionamento de garantias concedidas geram a obrigação de pagamento de honras por parte dos fundos, o que implica redução de seu patrimônio e, por conseguinte, perda de recursos da União.

- O estoque da Dívida Ativa da União alcançou o valor de R\$ 2,7 trilhões, representando um crescimento de 2,2% em relação ao exercício anterior. Desse valor, aproximadamente 79% (R\$ 2,2 bilhões) são tratados como perdas. Há uma expectativa de recuperação/arrecadação de R\$ 575,4 bilhões dentro dos próximos 15 anos, com impacto, predominantemente, primário.
- O fluxo dos depósitos judiciais, que impactam o resultado primário da União, fechou o exercício de 2022 com saldo positivo de R\$ 15,7 bilhões, tendo os volumes de recolhimento e levantamento (devoluções) de depósitos de R\$ 24,4 bilhões e R\$ 8,7 bilhões, respectivamente.
- O estoque dos haveres financeiros da União não relacionados aos entes federativos reduziu de R\$ 194,0 bilhões em 2021 para R\$ 107,5 bilhões em 2022. A expectativa de valores a receber, segundo haver financeiro sob gestão da STN, em 2023 e 2024 é de R\$ 40,9 bilhões e R\$ 5,1 bilhões, respectivamente.
- A exposição da União a riscos decorrentes de inadimplência do pagamento de dívidas e ao pagamento de honras em garantias concedidas aos entes subnacionais totalizou R\$ 938 bilhões em 2022, sendo R\$ 693 bilhões relacionados aos haveres financeiros da União com os entes subnacionais e R\$ 245 bilhões em operações de crédito garantidas pelo Governo Federal aos estados e municípios. O fluxo esperado de pagamentos à União, isto é, valores a receber, somando haveres e garantias a entes subnacionais, é de R\$ 65,9 bilhões em 2023 e de R\$ 78,7 bilhões em 2024. Os principais riscos que atuam sobre esses valores dizem respeito a ações judiciais e ao não cumprimento de estimativas, além do cenário de incertezas legislativas que existe no relacionamento da União com os entes.
- As contragarantias de operações de crédito não executadas acumulam um estoque de R\$ 1,7 bilhão (dez/2022), decorrentes de ações judiciais contra a União impetradas pelos Estados e de avais a recuperar sob o Regime de Recuperação Fiscal.
- No que diz respeito às concessões, o risco fiscal pode se manifestar sob dois aspectos: pela ótica das despesas, na possibilidade de eventos extraordinários que venham a ser reconhecidos como caso fortuito, força maior ou fato do príncipe, acarretando ônus para a União; e pela ótica das receitas, na possibilidade de inadimplência de concessionários em contratos vigentes, ou mesmo na possibilidade de não celebração de novos contratos previstos para o período.
- No que se refere às estatais federais não dependentes, foi classificado como remoto o risco de frustração de receita de dividendos e JCP em 2023, assim se mantendo para os próximos exercícios. O risco de aporte emergencial da União para empresas com dificuldades é considerado possível ou remoto, e o risco de necessidade de esforço fiscal adicional para compensar o resultado primário das estatais é considerado remoto.
- O valor da exposição ao risco de crédito relativo às operações do Fies, ao final de 2022, era de R\$ 106,0 bilhões. O saldo devedor integral dos contratos considerados inadimplentes celebrados entre 2010 e 2017 e a partir de 2018, no âmbito do Novo Fies, alcançou, respectivamente, R\$ 57,1 bilhões (55,6% do valor total da dívida na fase de amortização) e R\$ 0,913 bilhão (57,3% do valor total da dívida na fase de amortização).

- Os riscos do sistema financeiro relacionados aos créditos do Banco Central do Brasil com instituições em liquidação extrajudicial e com liquidação extrajudicial encerrada, originários de operações do Proer, foram avaliados em R\$ 13,9 bilhões ao final de 2022, já considerando R\$ 3,4 bilhões relativos ao ajuste a valor recuperável. As implicações de risco fiscal relativo à estabilidade do Sistema Financeiro Nacional são consideradas muito baixas, segundo o Banco Central do Brasil.
- Com respeito aos riscos fiscais de médio prazo, identifica-se que a mudança demográfica prevista nos próximos anos eleva a pressão por expansão nos serviços de saúde e diminui a pressão por gastos na educação. No período 2023-2032, estima-se uma demanda líquida acumulada por despesas da União em saúde e educação no montante de R\$ 39,5 bilhões, em valores de 2022, considerando-se a demanda acumulada por gastos em saúde (+ R\$ 48,2 bilhões) e educação (- R\$ 8,7 bilhões).
- Os riscos fiscais ambientais, provenientes de desastres e fenômenos da natureza, normalmente estão associados às mudanças climáticas ou causados e originados pela atividade humana, como no caso da Covid-19. Entre os anos de 2014 e 2022, foram gastos entre 0,01% e 0,06% do PIB, ao ano, nas ações voltadas à gestão de riscos e de desastres, incluindo o planejamento e o controle dos riscos associados (Programa 2218 da LOA). Por sua vez, as ações de mitigação da mudança do clima apresentam uma tendência de elevação gradual a partir de 2020 (Programa 1058 da LOA), alcançando cerca de R\$ 458,0 milhões em 2022. Por sua vez, em 2022, os gastos para o combate dos efeitos da pandemia da COVID-19 foram de R\$ 20,8 bilhões.

Cumprir ressaltar que o monitoramento dos riscos fiscais no exercício de 2023 se realizará ao longo da execução financeira do orçamento, em alinhamento ao disposto no Art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000, que disciplina o processo de revisões bimestrais de receitas e despesas e estabelece que os Poderes e o Ministério Público devem promover, por ato próprio, limitação de empenho e movimentação financeira no montante necessário compatível com o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais.

Destaca-se também a instituição do Conselho de Acompanhamento e Monitoramento de Riscos Fiscais Judiciais, criado pelo Decreto nº 11.379, de 12 de janeiro de 2023. Colegiado de caráter consultivo, foi criado no âmbito da Advocacia-Geral da União (AGU) para propor medidas de aprimoramento da governança de riscos fiscais judiciais da União, das suas autarquias e das suas fundações. Outro objetivo do Conselho é criar soluções para fortalecer e subsidiar as atividades desses órgãos em representações judiciais e no acompanhamento de eventos judiciais que possam afetar as contas públicas, ampliando a previsibilidade e a segurança na condução da gestão fiscal da União.

A Tabela 1 consolida a base de atuação dos Riscos Fiscais Específicos, elencando os valores de estoque e de fluxo, classificados quanto ao tipo de impacto na despesa ou na receita e, ainda, apontando se o referido impacto será financeiro ou primário.

Tabela 1 - Base de atuação dos Riscos Fiscais Específicos Consolidados

Em R\$ bilhões

| Item                                | Tipo Impacto   | Estoque           |                | % Estoque 2022 | Fluxos Estimados |      | Referência |                                     |
|-------------------------------------|--|-------------------|----------------|----------------|------------------|------|------------|-------------------------------------|
|                                     |  | 2021              | 2022           |                | 2023             | 2024 |            |                                     |
| Impacto Financeiro                  | Passivos Contingentes em Reconhecimento                                    | ↑ despesa         | 112,3          | 104,8          | 1,8%             | 31,4 | 25,0       | Tabela 32<br>Tabela 33              |
|                                     | Garantias da União   | ↑ despesa         | 303,4          | 280,4          | 4,8%             | 15,1 | 14,5       | Tabela 34<br>Tabela 35<br>Tabela 37 |
|                                     | Haveres Finan. Não Relacionados a Entes Federativos                        | ↓ receita         | 194,0          | 107,6          | 1,8%             | 40,9 | 5,1        | Tabela 49<br>Tabela 50              |
|                                     | Haveres Finan. Relacionados a Entes Federativos                            | ↓ receita         | 638,2          | 692,7          | 11,8%            | 26,9 | 40,8       | Tabela 55<br>Tabela 57              |
|                                     | Contragarantias Não Executadas   | ↑ despesa         | 41,0           | 1,7            | 0,0%             | 10,4 | 10,4       | Tabela 64<br>Tabela 65              |
|                                     | Créditos do BCB  | ↓ receita         | 19,2           | 13,9           | 0,2%             | 4,7  | 4,9        | Tabela 93<br>Tabela 94              |
| <b>Subtotal Financeiro</b>          |  |                   | <b>1.308,1</b> | <b>1.201,1</b> | <b>20,5%</b>     |      |            |                                     |
| Impacto Primário                    | Passivos relacionados a Demandas Judiciais (Riscos Possíveis)              | ↑ despesa         | 1.260,4        | 2.741,8        | 47,6%            | n.d. | n.d.       | Tabela 29                           |
|                                     | Passivos relacionados a Demandas Judiciais (Riscos Prováveis) <sup>1</sup> | ↑ despesa         | 871,9          | 1.016,9        | 17,7%            | n.d. | n.d.       | Tabela 29                           |
|                                     | Passivos relacionados aos Fundos Constitucionais                           | ↑ despesa         | 16,5           | 15,9           | 0,3%             | 1,1  | 1,2        | Tabela 38<br>Tabela 39              |
|                                     | Seguro de Crédito à Exportação <sup>2</sup>                                | ↑ despesa         | 38,4           | 32,7           | 0,6%             | 0,9  | 0,6        | Tabela 40<br>Tabela 41              |
|                                     | Fundos Garantidores  | n.a. <sup>3</sup> | 70,2           | 71,2           | 1,2%             | n.a. | n.a.       | Tabela 42                           |
|                                     | Dívida Ativa <sup>4</sup>  | ↓ receita         | 524,3          | 575,4          | 10,0%            | 31,9 | 30,6       | Tabela 44<br>Tabela 46              |
|                                     | Concessões e PPPs  | ↓ receita         | n.a.           | n.a.           | -                | 1,4  | 0,0        | Tabela 69                           |
|                                     | Dividendos das Estatais  | ↓ receita         | n.a.           | n.a.           | -                | 47,6 | 21,4       | Tabela 73                           |
|                                     | Fundo de Financiamento Estudantil – Fies <sup>4</sup>                      | ↓ receita         | 107,6          | 106,0          | 1,8%             | n.d. | n.d.       | Tabela 82                           |
| <b>Subtotal Primário</b>            |  |                   | <b>2.889,3</b> | <b>4.559,9</b> | <b>79,2%</b>     |      |            |                                     |
| <b>Subtotal por Tipo de Impacto</b> |  | ↑ despesa         | <b>2.643,9</b> | <b>4.194,2</b> | <b>72,8%</b>     |      |            |                                     |
|                                     |  | ↓ receita         | <b>1.483,3</b> | <b>1.495,6</b> | <b>26,0%</b>     |      |            |                                     |
|                                     |  | n.a.              | <b>70,2</b>    | <b>71,2</b>    | <b>1,2%</b>      |      |            |                                     |
| <b>Total Geral</b>                  |  |                   | <b>4.197,4</b> | <b>5.761,0</b> | <b>100,0%</b>    |      |            |                                     |

n.a. (não aplicável ou não se aplica) e n.d. (informação não disponível).

<sup>1</sup> Para fins de alinhamento com o Balanço Geral da União – BGU 2021 e 2022, vide nota explicativa contida na pág.35, Tabela 16 do ARF LDO 2023.

<sup>2</sup> O valor do Seguro de Crédito à Exportação está referenciado em dólar e foi convertido para reais pela cotação Ptax do último dia do mês para venda.

<sup>3</sup> Perdas em fundos garantidores privados nos quais a União é cotista não afetam diretamente o resultado primário do Tesouro Nacional. Não obstante, a redução no patrimônio da União reduz o montante de recursos que pode ser resgatado pela União. O resgate desses recursos para a Conta Única da União gera receita primária.

<sup>4</sup> Impacto predominantemente primário.

Elaboração: STN/MF.

### 3 ANÁLISE DOS RISCOS MACROECONÔMICOS (GERAIS)

Nesta seção são analisados os riscos fiscais gerados a partir da variabilidade dos parâmetros macroeconômicos utilizados para as previsões de receitas administradas pela RFB, despesas primárias e resultado primário do governo, assim como da dívida pública federal. Observa-se a sensibilidade de cada um destes itens das contas públicas às variações da taxa de crescimento do PIB, da inflação, da taxa de câmbio, da massa salarial e da taxa de juros da economia. Na subseção que trata da dívida pública, também são abordados os riscos de mercado que afetam o perfil de maturação da dívida e os riscos de refinanciamento.

#### 3.1 SENSIBILIDADE DAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA RFB

Esse item está subdividido em duas partes. A subseção 3.1.1 tem o objetivo de apresentar a diferença entre os valores previstos das receitas administradas pela RFB para 2022 e os valores efetivamente arrecadados. Já a subseção 3.1.2 apresenta a análise de sensibilidade das receitas administradas pela RFB em relação aos parâmetros macroeconômicos usados para a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA).

##### 3.1.1 Receitas Administradas pela RFB

Como referência para a projeção das receitas do governo, considera-se o cenário base de parâmetros macroeconômicos estimados apresentado no Anexo de Metas Fiscais e as receitas realizadas no exercício anterior. Note-se, no entanto, que as projeções de receitas experimentam variações entre a elaboração da lei orçamentária e o início do exercício fiscal, bem como durante o próprio exercício. Essas variações decorrem de alterações no cenário macroeconômico, que pode ser significativamente diferente entre uma projeção e outra, além de fatores que não são conhecidos no momento das estimativas, como alterações da legislação tributária e eventos econômicos extraordinários.

No ano de 2022, verificou-se significativa melhora nas receitas, em continuidade ao movimento de recuperação observado em 2021. Destaca-se o comportamento da Receita Administrada, que apresentou resultados recordes no IRPJ e na CSLL: receitas vinculadas ao resultado das empresas, que apresentaram um aumento substancial de seus lucros em 2022. Também contribuiu para esse resultado a combinação de uma inflação maior com uma estrutura inalterada de alíquotas progressivas da tributação sobre a renda, o que, tudo o mais constante, resulta em uma tributação real proporcionalmente maior.

Tabela 2 - Previsão das Receitas Administradas pela RFB em 2022

Em R\$ milhões

| Receitas                                    | Legislativo | Executivo         |                   |                   |                   |                   | Arrecadação  |
|---|-------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|--------------|
|   | LOA 2022    | DEC. Nº 11.019/22 | DEC. Nº 11.086/22 | DEC. Nº 11.154/22 | DEC. Nº 11.216/22 | DEC. Nº 11.269/22 | Efetiva 2022 |
| Imposto sobre a Importação                  | 60.883      | 60.807            | 57.754            | 55.647            | 58.712            | 59.587            | 59.079       |
| Imposto sobre Produtos Industrializados     | 83.678      | 55.459            | 59.299            | 61.763            | 61.046            | 61.293            | 59.894       |
| Imposto sobre a Renda                       | 546.713     | 595.565           | 630.931           | 649.166           | 677.316           | 667.149           | 667.223      |
| Imposto s/ Operações Financeiras (IOF)      | 51.805      | 56.271            | 63.280            | 62.552            | 60.430            | 60.001            | 59.091       |
| Contribuição Seguridade Social (COFINS)     | 313.948     | 278.683           | 266.530           | 257.329           | 265.067           | 273.949           | 276.748      |
| Contribuição para o PIS/PASEP               | 86.392      | 79.697            | 80.511            | 78.374            | 79.465            | 79.941            | 80.009       |
| Contribuição Social s/ Lucro Líquido (CSLL) | 111.082     | 127.086           | 143.358           | 147.239           | 161.884           | 158.323           | 158.497      |
| CIDE - Combustíveis                         | 1.903       | 3.061             | 3.566             | 1.939             | 1.840             | 1.752             | 1.674        |

Em R\$ milhões

| Receitas                      | Legislativo<br>LOA<br>2022 | Executivo            |                      |                      |                      |                      | Arrecadação<br>Efetiva<br>2022 |
|-------------------------------|----------------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|--------------------------------|
|                               |                            | DEC. Nº<br>11.019/22 | DEC. Nº<br>11.086/22 | DEC. Nº<br>11.154/22 | DEC. Nº<br>11.216/22 | DEC. Nº<br>11.269/22 |                                |
| Outras administradas pela RFB | 32.499                     | 29.094               | 26.979               | 28.614               | 27.962               | 28.173               | 27.787                         |
| <b>Subtotal (a)</b>           | <b>1.288.902</b>           | <b>1.285.723</b>     | <b>1.332.208</b>     | <b>1.342.622</b>     | <b>1.393.722</b>     | <b>1.390.167</b>     | <b>1.390.000</b>               |
| <b>Previdenciária (b)</b>     | <b>496.160</b>             | <b>524.039</b>       | <b>528.360</b>       | <b>533.622</b>       | <b>535.520</b>       | <b>538.796</b>       | <b>532.614</b>                 |
| <b>Total (a)+(b)</b>          | <b>1.785.062</b>           | <b>1.809.761</b>     | <b>1.860.568</b>     | <b>1.876.244</b>     | <b>1.929.242</b>     | <b>1.928.964</b>     | <b>1.922.614</b>               |

Fonte e Elaboração: RFB/MF.

Ainda tomando como exemplo a arrecadação federal para o ano de 2022, a Tabela 3 elenca eventos e riscos de caráter não macroeconômico que afetaram as receitas, sem os quais seu valor teria sido R\$ 44,8 bilhões menor.

Tabela 3 - Receitas Atípicas de 2022

Em R\$ milhões

| Receitas   | Valor           | Principais Fatores Originários  |
|--|-----------------|---|
| I.R. - PESSOA JURÍDICA                           | 30.060,0        | Arrecadações extraordinárias em razão, principalmente, de valorização de commodities, no exterior. Esse efeito foi observado tanto na arrecadação do ajuste anual que decorre de apurações do ano anterior quanto nos recolhimentos efetuados na modalidade paga por estimativa, em 2022. |
| I.R.R.F. - RENDIMENTOS DE RESIDENTES NO EXTERIOR | 2.800,0         | Arrecadações extraordinárias de pagamentos referentes a royalties e assistência técnica e trabalho assalariado no exterior.   |
| CSLL - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL S/ LUCRO LÍQUIDO      | 11.940,0        | Arrecadações extraordinárias em razão, principalmente, de valorização de commodities, no exterior. Esse efeito foi observado tanto na arrecadação do ajuste anual que decorre de apurações do ano anterior quanto nos recolhimentos efetuados na modalidade paga por estimativa, em 2022. |
| <b>Total</b>                                     | <b>44.800,0</b> |   |

Fonte e elaboração: RFB/MF.

### 3.1.2 Sensibilidade da Receita Administrada pela RFB aos Parâmetros Macroeconômicos

A avaliação da sensibilidade da receita compreende, inicialmente, a identificação das linhas que possuem alguma relação com os ciclos econômicos. No âmbito do orçamento, as receitas são apresentadas em três grandes grupos: Receitas Administradas pela RFB, líquidas de restituições; Arrecadação Líquida para o RGPS; e Receitas não administradas pela RFB. A Tabela 4 mostra a participação de cada grupo na receita primária total de 2022.

Tabela 4 - Receitas Primárias do Governo Central Indexadas a Parâmetros Macroeconômicos

| Itens de Receitas relacionados a parâmetros macroeconômicos | Receita em 2022 (R\$ milhões) | Participação na Receita Primária Total | Indexadores   |
|---|-------------------------------|--|---|
| Receitas Administradas pela RFB                             | 1.390.000,0                   | 60,1%                                  | PIB, Inflação, Câmbio, Massa Salarial, Juros (Over) |
| Receitas Previdenciárias                                    | 535.710,0                     | 23,9%                                  | PIB, Inflação, Massa Salarial                       |
| Receitas Não Administradas pela RFB                         |                               |  |   |
| Contribuição do Salário Educação                            | 27.292,0                      | 1,2%                                   | PIB, Inflação                                       |
| Exploração de Recursos Naturais                             | 132.482,0                     | 5,7%                                   | Preços de Petróleo, Minério de Ferro, Câmbio        |

| Itens de Receitas relacionados a parâmetros macroeconômicos | Receita em 2022 (R\$ milhões) | Participação na Receita Primária Total | Indexadores |
|---|-------------------------------|--|-------------|
| Total dos Itens   | 2.085.484,0                   | 90,2%                                  |             |

Fonte: RFB/MF. Elaboração: STN/MF.

As Receitas Administradas pela RFB constituem o principal grupo dentro do conjunto de receitas (60,1%), e incluem os principais impostos e contribuições do sistema tributário nacional. Pela natureza tributária de sua base é direto presumir a existência de uma alta correlação da arrecadação dessas receitas com o ciclo econômico.

De forma semelhante, a base tributária das receitas previdenciárias é a folha salarial, sendo também ligada ao ciclo econômico na medida em que a elevação dos salários e do nível de emprego tende a ocorrer nas expansões, e o comportamento oposto nas recessões.

As Receitas não Administradas pela RFB, por outro lado, constituem um grupo bastante heterogêneo que inclui, por exemplo, receitas de Concessões e Permissões, Contribuição ao Plano de Seguridade do Servidor (CPSS), Receitas Próprias e de Convênios, entre outras. Na análise dos itens deste grupo que se relacionam ao ciclo econômico, apenas a Contribuição ao Salário Educação e a Exploração de Recursos Naturais se mostraram significativos, sendo que, neste último item, as variáveis explicativas estão mais relacionadas aos preços de commodities específicas (petróleo, minério de ferro) e à taxa de câmbio.

A Tabela 5 a seguir mostra o efeito individual da variação de 1 ponto percentual de cada um dos principais parâmetros sobre o conjunto de tributos que compõe as receitas administradas pela RFB. Essa análise de sensibilidade mostra que as taxas de crescimento econômico e de inflação são os parâmetros que mais afetam a receita total administrada pela RFB. É importante destacar que os tributos são afetados ao mesmo tempo por mais de um parâmetro e, portanto, o efeito da variação desses parâmetros na receita é resultado da combinação de dois fatores: preço e quantidade.

Tabela 5 - Receita Administrada pela RFB em 2024 – Impacto da variação de 1 p.p. em cada parâmetro

| Parâmetro                     | Impacto sobre a Receita Administrada pela RFB |                |
|-------------------------------|---|----------------|
|                               | Exceto Previdenciária                         | Previdenciária |
| PIB                           | 0,64%   | 0,16%          |
| Inflação (IER) <sup>(1)</sup> | 0,60%   | 0,15%          |
| Câmbio                        | 0,09%   | -              |
| Massa Salarial                | 0,07%   | 0,79%          |
| Juros (Over)                  | 0,01%   | -              |

<sup>1</sup> O Índice de Estimativa da Receita (IER) é composto por uma média ponderada que atribui 55% à taxa média do IPCA e 45% à taxa média do IGP-DI

Fonte: RFB/MF.

Como se percebe, as Receitas Administradas pela RFB, exceto previdenciárias, são mais afetadas pela taxa de crescimento real do PIB e pela inflação, que incidem sobre os principais tributos arrecadados, como a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) e Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR), particularmente o Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ).

Por outro lado, a taxa de câmbio tem impacto menor, pois a sua variação influencia mais diretamente apenas o Imposto de Importação (II), o Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) vinculado à importação, e o IR incidente sobre as remessas ao exterior. Da mesma forma, a taxa de juros também tem impacto reduzido, pois afeta diretamente a arrecadação do IR sobre aplicações financeiras e os impostos arrecadados com atraso, sobre os quais incidem juros.

No que se refere às receitas previdenciárias, há uma forte relação com a massa salarial, variável que compõe a maior parte da base tributária dessa contribuição.

Em termos nominais, o PIB é a variável que produz o maior impacto nas receitas primárias. Uma elevação de 1 p.p. do PIB provoca, *ceteris paribus*, um aumento de R\$ 12,5 bilhões na arrecadação, sendo a maior parte concentrada nas receitas administradas pela RFB (R\$ 11,4 bilhões). Da mesma forma, uma alta na inflação, com tudo o mais constante, resulta em uma elevação de R\$ 11,7 bilhões na receita total. No agregado, considerando-se uma elevação conjunta de todas as variáveis em 1 p.p., ter-se-ia um aumento da receita de R\$ 32,2 bilhões.

Tabela 6 - Receitas - Impacto da Variação de 1 p.p. nas Variáveis Macroeconômicas

*Em R\$ Milhões*

| Itens de receitas               | Variáveis       |                               |                |                |              |
|---------------------------------|-----------------|-------------------------------|----------------|----------------|--------------|
|                                 | PIB             | Inflação (IER) <sup>(1)</sup> | Câmbio         | Massa Salarial | Juros (Over) |
| Receitas Administradas pela RFB | 11.439,0        | 10.724,0                      | 1.609,0        | 1.251,0        | 179,0        |
| Receitas Previdenciárias        | 1.018,0         | 955,0                         | -              | 5.027,0        | -            |
| <b>Total</b>                    | <b>12.458,0</b> | <b>11.679,0</b>               | <b>1.609,0</b> | <b>6.278,0</b> | <b>179,0</b> |

<sup>1</sup> O Índice de Estimativa da Receita (IER) é composto por uma média ponderada que atribui 55% à taxa média do IPCA e 45% à taxa média do IGP-DI.

Fonte: RFB/MF. Elaboração: STN/MF.

É necessário ponderar que as variáveis macroeconômicas possuem correlação entre si, de forma que supor que apenas uma variável se moverá, enquanto as outras permanecem estáticas, é uma simplificação necessária para a realização deste exercício hipotético. Adicionalmente, a metodologia utilizada pela RFB considera um conjunto maior de variáveis em sua projeção, de modo que pode haver divergência de valores entre o estimado neste exercício e os números oficiais.

Além dos riscos relacionados a parâmetros macroeconômicos, existem riscos potenciais no médio e no longo prazo que podem afetar a relação receita/PIB, os quais não são plenamente quantificáveis:

- a) Mudanças na composição do PIB, que podem fazer com que bases tributárias específicas cresçam mais ou menos rapidamente do que a economia como um todo;
- b) Alterações na alíquota de imposto efetivamente paga em cada base de imposto devido a políticas públicas, gastos tributários ou outros fatores;
- c) Perda de receita proveniente de mudanças comportamentais e tecnológicas, como o aumento da eficiência de combustível, a substituição dos carros a combustão por carros elétricos, a tendência de queda do consumo de tabaco, etc.;
- d) Queda das taxas de imposto efetivas decorrente de mudanças nos padrões de emprego, em particular da mudança do status de emprego formal para trabalho autônomo, ou desse para emprego informal.

## 3.2 SENSIBILIDADE DA DESPESA PRIMÁRIA

### 3.2.1 Sensibilidade da Despesa Primária Geral

Em relação às despesas, os riscos de previsão<sup>2</sup> decorrem, em geral, de variações nos parâmetros macroeconômicos e nos quantitativos estimados. Dessa forma, é apresentada a análise de sensibilidade das despesas primárias do Governo Central em relação aos parâmetros macroeconômicos usados para a elaboração da Lei Orçamentária Anual.

A análise de sensibilidade nesta seção foi realizada com base nos agregados de despesa cuja variação está diretamente relacionada a dois dos principais parâmetros constantes do cenário base desta Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e o salário mínimo (SM). As despesas diretamente impactadas por esses parâmetros são os benefícios previdenciários e assistenciais, o abono salarial e o seguro-desemprego, que, juntos, corresponderam a 52,2% das despesas primárias do Governo Central em 2022.

A Tabela 7, apresenta, ainda, as despesas com Pessoal e Encargos Sociais. No entanto, para esta rubrica, o risco de índice de preço é mínimo, uma vez que este índice é parâmetro de correção apenas das aposentadorias e pensões dos servidores que migraram para a inatividade sem direito à paridade. Desta forma, essas despesas são majoritariamente afetadas pelos reajustes salariais acordados que, indiretamente, podem ser afetados pelas projeções de inflação. O conjunto de despesas indexadas somado às despesas de pessoal representa 70,9% de despesas primárias do Governo Central.

Tabela 7 - Despesas Primárias do Governo Central Indexadas a Parâmetros Macroeconômicos

Em R\$ milhões

| Itens de Despesa com Indexação a Parâmetros Macroeconômicos | Despesa em 2022     | Participação na Despesa Primária Total | Indexador                  |
|---|---------------------|--|----------------------------|
| Pessoal e Encargos Sociais                                  | 337.942,01          | 18,8%                                  | Reajustes Acordados e INPC |
| Benefícios Previdenciários                                  | 796.976,56          | 44,2%                                  | Salário Mínimo e INPC      |
| Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV)                       | 78.826,64           | 4,4%                                   | Salário Mínimo             |
| Seguro Desemprego   | 40.706,80           | 2,3%                                   | Salário Mínimo e INPC      |
| Abono Salarial  | 23.564,06           | 1,3%                                   | Salário Mínimo             |
| <b>Total dos itens selecionados</b>                         | <b>1.278.016,06</b> | <b>70,9%</b>                           |                            |

Fonte e Elaboração: STN/MF.

As despesas e receitas previdenciárias são afetadas diretamente pelo INPC e SM, sendo este último o piso dos benefícios previdenciários e da remuneração no mercado de trabalho formal, que baseia os salários de contribuição. Por sua vez, a variação do INPC é o fator de reajuste dos benefícios previdenciários acima do salário mínimo e das faixas de contribuição e, dessa forma, seu valor impacta as despesas e as receitas previdenciárias. Os benefícios assistenciais (Renda Mensal Vitalícia – RMV e Benefício de Prestação Continuada – BPC) e o abono salarial são afetados diretamente pelo SM e indiretamente pelo INPC, uma vez que este índice compõe o índice de correção do salário mínimo. Já o seguro-desemprego é afetado diretamente pelos dois índices, uma vez que o piso para o pagamento do benefício é definido no valor de um SM e o teto é reajustado pela variação do INPC. A Tabela 8 apresenta os impactos nas despesas primárias selecionadas decorrentes da variação no INPC.

<sup>2</sup> Os desvios em relação às projeções também podem se originar do resultado do julgamento de ações judiciais em andamento, assunto tratado na Seção 4.1.1 deste documento, que apresenta análise de riscos de passivos contingentes.

Tabela 8 - Despesas Primárias – Impacto % da variação de 1 p.p. no INPC

| Despesa Primária           | Impacto decorrente da variação de 1 p. p. no INPC |
|----------------------------|---|
| Benefícios Previdenciários | 1,00%   |
| RMV                        | 1,00%   |
| BPC/LOAS                   | 1,00%   |
| Abono Salarial             | 1,00%   |
| Seguro-Desemprego          | 0,75%   |

Fonte e elaboração: STN/MF.

Na Tabela 9, a sensibilidade das despesas é mostrada em resposta à variação de R\$ 1,00 no salário-mínimo ou de 0,1 p.p. no INPC<sup>3</sup>. Conforme pode-se observar, cada um real de aumento no salário mínimo gera um incremento, em 2024, de R\$ 374,8 milhões nas despesas do Governo Central e um aumento de R\$ 6,3 milhões na arrecadação previdenciária, resultando em redução líquida de R\$ 368,5 milhões no resultado primário do Governo Central de 2024. Por seu turno, a inflação medida pelo INPC afeta o reajuste de um número maior de beneficiários, gerando um acréscimo, em 2024, de R\$ 969,4 milhões nas despesas do Governo Central e um acréscimo de R\$ 8,2 milhões na arrecadação previdenciária, resultando em diminuição líquida de R\$ 961,1 milhões no resultado do Governo Central de 2024. Para avaliar o impacto sobre o espaço para as Despesas Discricionárias e cumprimento do Teto de Gastos, deve-se observar a linha “Total de Despesas”, enquanto para avaliar o impacto para cumprimento da meta de resultado primário observa-se a linha “Total de Resultado”.

Tabela 9 - Despesas Primárias Seleccionadas – Efeito do INPC e do Salário-Mínimo

Em R\$ milhões

| Despesa Primária                         | Aumento de R\$ 1,00 no SM | Aumento de 0,1 p.p. no INPC <sup>(1)</sup> |                          |              |
|--|---------------------------|--|--------------------------|--------------|
|  | Benefícios de 1 SM        | Benefícios de até 1 SM                     | Benefícios acima de 1 SM | Total        |
| I. Arrecadação do RGPS <sup>(2)</sup>    | 6,3                       | -  | -                        | 8,2          |
| II. Benefícios Previdenciários           | 266,0                     | 343,5                                      | 488,7                    | 832,2        |
| III. Déficit do RGPS (II - I)            | 259,7                     | -  | -                        | 823,9        |
| IV. Benefícios Assistenciais             | 68,8                      | 68,9                                       | 0,0                      | 68,9         |
| IV.1 RMV                                 | 0,7                       | 0,7  | 0,0                      | 0,7          |
| IV.2 BPC/LOAS                            | 68,1                      | 68,2                                       | 0,0                      | 68,2         |
| V. FAT                                   | 40,0                      | 51,9                                       | 16,4                     | 68,3         |
| V.1 Abono Salarial                       | 19,5                      | 25,3                                       | 0,0                      | 25,3         |
| V.2 Seguro-Desemprego                    | 20,5                      | 26,6                                       | 16,4                     | 43,0         |
| <b>Total de Receitas (I)</b>             | <b>6,3</b>                | <b>-</b>                                   | <b>-</b>                 | <b>8,2</b>   |
| <b>Total de Despesas (II + IV + V)</b>   | <b>374,8</b>              | <b>464,3</b>                               | <b>505,1</b>             | <b>969,4</b> |
| <b>Total de Resultado (III + IV + V)</b> | <b>368,5</b>              | <b>-</b>                                   | <b>-</b>                 | <b>961,1</b> |

<sup>1</sup> A variação no INPC impacta diretamente as despesas cujo reajuste é associado à sua variação e, de forma indireta, a partir de seu impacto sobre o reajuste do salário mínimo. Dado seu impacto no salário mínimo e a diferença nas métricas de variação, não devem ser somadas a primeira e a última coluna da tabela acima.

<sup>2</sup> Devido à atualização na metodologia de cálculo do impacto do salário mínimo e do INPC na Arrecadação do RGPS que considera o impacto global dessas variáveis, não é possível segregar o impacto em faixas de salário-mínimo e, por isso, essas informações não são apresentadas na tabela acima.

Fonte e elaboração: STN/MF.

<sup>3</sup> Equivalente a um aumento de R\$ 1,302 nos benefícios de até um Salário-Mínimo.

Outra análise possível em relação à variação dos parâmetros macroeconômicos é a do impacto do IPCA no limite das despesas sujeitas à Emenda Constitucional nº 95<sup>4</sup>, uma vez que o limite é corrigido pela variação do IPCA apurada no exercício anterior a que se refere a lei orçamentária. Para 2024, como demonstra a Tabela 10, o desvio de 0,1 p.p. da variação estimada do IPCA causa uma variação de R\$ 1.776,60 milhões no limite de despesas.

Tabela 10 - Efeito da variação de 0,1 p.p. no IPCA no limite das despesas sujeitas à EC nº 95

Em R\$ milhões

| Poder / Órgão               | 2023  | 2024  |  |
|-----------------------------|---|---|--|
|                             | Limite de despesas sujeitas à EC nº 95 <sup>(1)</sup> | Variação de 0,1 p.p. do IPCA no Limite <sup>(2)</sup> | Projeção do limite de despesas sujeitas à EC nº 95 |
| Poder Executivo             | 1.867.413,49  | 1.699,76  | 1.790.015,80                                       |
| Poder Legislativo           | 15.538,14   | 15,33   | 16.147,99  |
| Poder Judiciário            | 53.485,09   | 52,78   | 55.584,30  |
| Defensoria Pública da União | 677,13  | 0,67  | 703,71   |
| Ministério Público da União | 8.166,23  | 8,06  | 8.486,74   |
| <b>Total</b>                | <b>1.945.280,09</b>                                   | <b>1.776,60</b>                                       | <b>1.870.938,54</b>                                |

<sup>1</sup> Projeção com base no valor estimado para a variação do IPCA para 2023 (5,31%) presente na grade de parâmetros da SPE que embasou a elaboração do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024. Para determinar a base de cálculo da projeção, descontou-se do limite de despesas de 2024 a variação do IPCA adotada para efeito da LOA 2023 (7,20%) e aplicou-se ao resultado dessa operação a variação efetiva daquele índice para 2022 (5,79%), procedimento determinado pelo § 14 do art. 107 do ADCT, incluído pela Emenda Constitucional nº 113, de 2021.

<sup>2</sup> Para fins de cômputo do Teto de Gastos de 2024, além do ajuste devido à diferença entre o IPCA efetivamente observado em 2022 e o considerado para cálculo do Teto de 2023, é necessário descontar a ampliação de R\$ 145,0 bilhões no Teto do Poder Executivo em decorrência do disposto no art. 3º da EC 126. Apesar da ampliação do Teto em 2023, tal valor não é incorporado à base de cálculo para o limite de 2024.

Fonte e elaboração: STN/MF.

### 3.2.2 Sensibilidade da Despesa com Subsídios e Subvenções

Grande parte dos pagamentos de subvenção econômica realizados pela STN com impacto primário são na modalidade equalização de taxas de juros e são sensíveis a variações nas taxas do mercado interno, como Selic, TJLP e TLP, bem como variações do IPCA, no caso das contratadas com TLP. Em 2022, esses pagamentos representaram 63,2% do total de despesas com impacto primário da STN (R\$ 12,4 bilhões de um total de R\$ 19,6 bilhões).

Basicamente, essa modalidade de subvenção garante à instituição financeira o recebimento de uma taxa de mercado (como a TLP) além de um spread, ao mesmo tempo em que garante ao mutuário uma taxa fixa pelo empréstimo definida nos programas subvencionados (como Plano Safra ou Programa de Sustentação do Investimento - PSI). A diferença entre essas taxas é equalizada pelo Tesouro Nacional no decorrer do fluxo de amortização desses empréstimos por meio das ações orçamentárias de subvenção econômica. Dessa forma, o pagamento dessa subvenção econômica está diretamente relacionado com as taxas de juros. Uma elevação das taxas de mercado aumenta a diferença a ser equalizada pelo Tesouro, o que, conseqüentemente, aumenta a subvenção econômica a ser paga às instituições financeiras.

Foram realizadas simulações com os atuais saldos das operações e taxas de juros para estimar o efeito de variações nas taxas de juros sobre essa modalidade de subvenção econômica. Considerando somente o atual estoque de operações já contratadas até 31 de janeiro de 2023, e que representam compromissos já assumidos pela União, uma elevação de apenas 0,5 ponto percentual nos parâmetros macroeconômicos (IPCA, TLP, SELIC e RDP) representa um impacto sob a forma de aumento de despesas com impacto primário na ordem aproximada de R\$ 475 milhões, o que indica

<sup>4</sup> A EC nº 95, de 2016, instituiu o Teto de Gastos, que vigorará por vinte exercícios financeiros. Para o exercício de 2024, o Teto de 2023 será corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para o período de doze meses encerrado em dezembro de 2023.

que elevações nessas taxas impactarão necessariamente e diretamente as dotações de recursos necessários para esta finalidade e podem ensejar pedidos de crédito suplementar para que a União possa honrar os compromissos já assumidos.

### **3.3 SENSIBILIDADE DA DÍVIDA PÚBLICA**

A Dívida Pública Federal (DPF) corresponde à soma da Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi) com a Dívida Pública Federal externa (DPFe), sendo esta última subdividida em mobiliária e contratual. A estratégia de financiamento da DPF é estruturada com o objetivo de redução de custos no longo prazo, concomitantemente à manutenção de níveis prudentes de risco e ao bom funcionamento do mercado brasileiro de títulos públicos. Neste sentido, o gerenciamento de riscos constitui-se em instrumento fundamental na administração da DPF. Dentre os riscos aos quais está sujeita a DPF cumpre destacar os riscos de refinanciamento e o de mercado.

#### **3.3.1 Riscos de Mercado**

O risco de mercado é o aumento do estoque nominal da dívida decorrente de alterações de mercado que afetem o custo de emissão dos títulos públicos, seja por variação na taxa básica de juros, nas taxas de câmbio ou de inflação. Tais variações acarretam efeitos adversos no orçamento anual, pois alteram o volume de recursos necessários para o pagamento do serviço da dívida, com consequências, inclusive, para os orçamentos dos anos posteriores. O risco de mercado é também especialmente relevante por alterar a relação entre Dívida Líquida do Setor Público/Produto Interno Bruto (DLSP/PIB) e Dívida Bruta do Governo Geral/Produto Interno Bruto (DBGG/PIB).

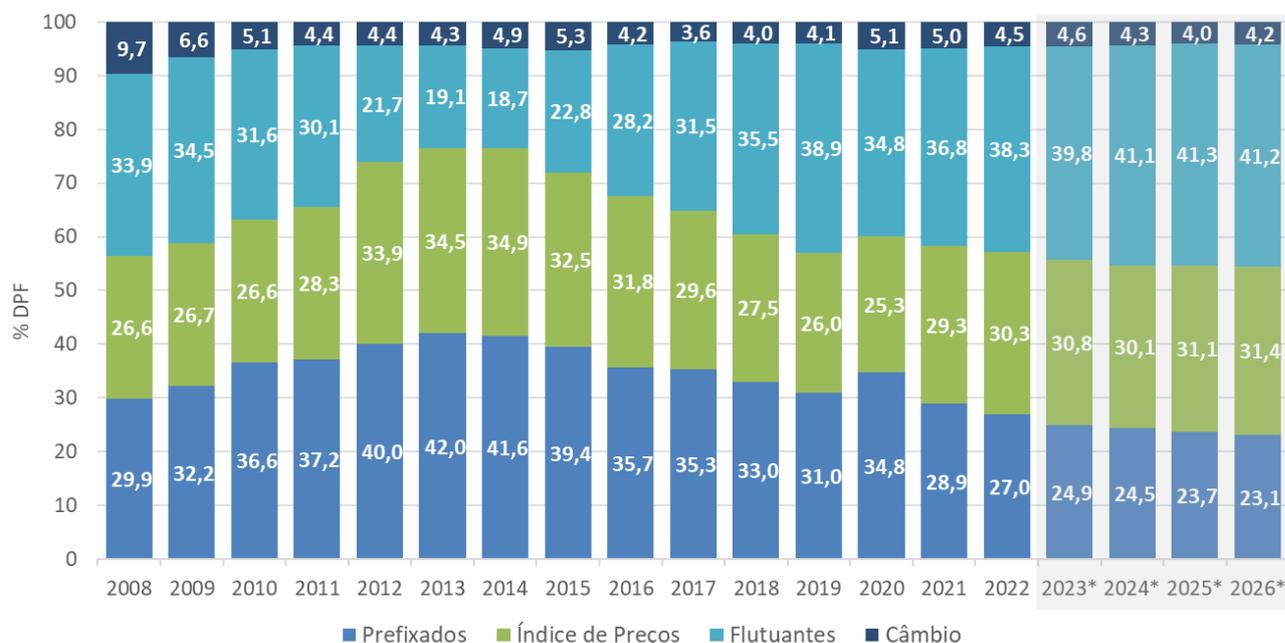
A composição da DPF é o indicador mais imediato do risco de mercado, pois o estoque da dívida é composto por títulos com diferentes características, de acordo com o tipo de remuneração a que estão condicionados. Em anos recentes, a composição da DPF registrou o aumento da participação de títulos remunerados por taxas de juros flutuantes, o que significa maior exposição ao risco de elevação da taxa de juros. As variações do indexador da LFT – a taxa Selic – provocam mudanças no custo médio diretamente proporcionais à participação desse título na DPF.

Este crescimento na participação de flutuantes está diretamente relacionado à sequência de déficits fiscais primários no orçamento, uma vez que a incerteza sobre a efetivação da consolidação fiscal torna mais difícil a emissão de títulos prefixados e remunerados por índice de preços de longo prazo. Some-se a isso a redução estrutural na demanda pelos títulos mais longos nos últimos anos, como a NTN-F, cujo principal demandante é o grupo de investidores não-residentes, sobretudo após a perda do grau de investimento pelo país.

A Figura 2 apresenta a evolução das parcelas da dívida mais expostas a riscos de mercado, composta pela dívida atrelada à taxa Selic e pela dívida cambial, sensíveis a choques na taxa de juros e câmbio. Após um período de redução, de 2010 a 2015, a parte da dívida exposta a variações de juros voltou a crescer a partir de 2016 e encontra-se atualmente em nível mais elevado aos observados nos últimos 15 anos. O risco associado à variação da taxa de câmbio, por sua vez, vem se mantendo estável, em decorrência da manutenção de patamares inferiores a 5% da parcela da dívida

pública atrelada a moedas estrangeiras desde 2011. Em contrapartida, as parcelas de dívida prefixada e indexada a índice de preços, que são menos suscetíveis a esses choques, perderam espaço na composição da DPF. A parcela de dívida prefixada deve atingir 24,9% da DPF em 2023, patamar abaixo de todos os valores históricos observados no período analisado. A parcela da dívida indexada por índice de preços apresentou uma leve recuperação a partir de 2021, após um período de quedas sucessivas entre 2015 e 2020, mas o seu patamar atual e dos anos seguintes (previsão de 30,8% em média) ainda ficam abaixo do valor de 2014 (34,9%), valor mais alto da série.

Figura 2 - Composição do estoque da DPF



\* Projeções com base na estratégia de médio prazo elaborada no âmbito do PAF 2023.

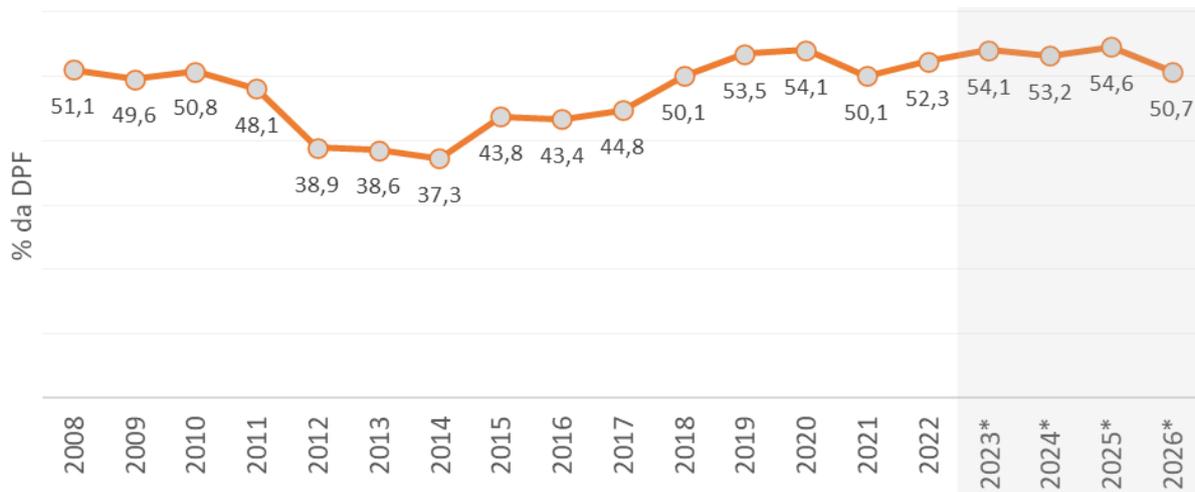
Fonte e elaboração: STN/MF.

Além da dívida com remuneração pela Selic, também a dívida que vence no curto prazo precisa ser refinanciada e, portanto, também está exposta ao risco de taxa de juros. O percentual da DPF sensível à alteração de juros de curto prazo compreende, além da dívida flutuante, a parcela da DPF que vence em até 12 meses, e que terá seu custo redefinido no curto prazo, quando do seu refinanciamento. A soma dessas duas parcelas corresponde ao percentual da DPF que terá seu custo definido nos próximos 12 meses, o que constitui um indicador do risco de taxas de juros da dívida. O indicador conjuga os efeitos de mudanças na composição (parcela de títulos com juros flutuante) e na estrutura de vencimentos (dívida de curto prazo) na DPF.

A

Figura 3 mostra que esse indicador também apresentou piora nos anos recentes e reforça a mensagem de que a melhora do perfil da dívida demanda a substituição gradual de títulos indexados à Selic e de prefixados de curto prazo por títulos indexados pelo IPCA e títulos com taxa prefixada com prazos de vencimento mais longos.

Figura 3 - Risco de repactuação da DPF



\* Projeções com base na estratégia de médio prazo elaborada no âmbito do PAF 2023.

Fonte e elaboração: STN/MF.

Todavia, a reversão da trajetória de risco de mercado requer um ambiente mais favorável à consolidação fiscal e emissões com custo menor. Esta condição macroeconômica favorável é essencial para criar um ambiente propício à redução do endividamento e à melhora no perfil de risco da dívida.

### 3.3.1.1 Sensibilidade da Dívida Pública aos Parâmetros Macroeconômicos

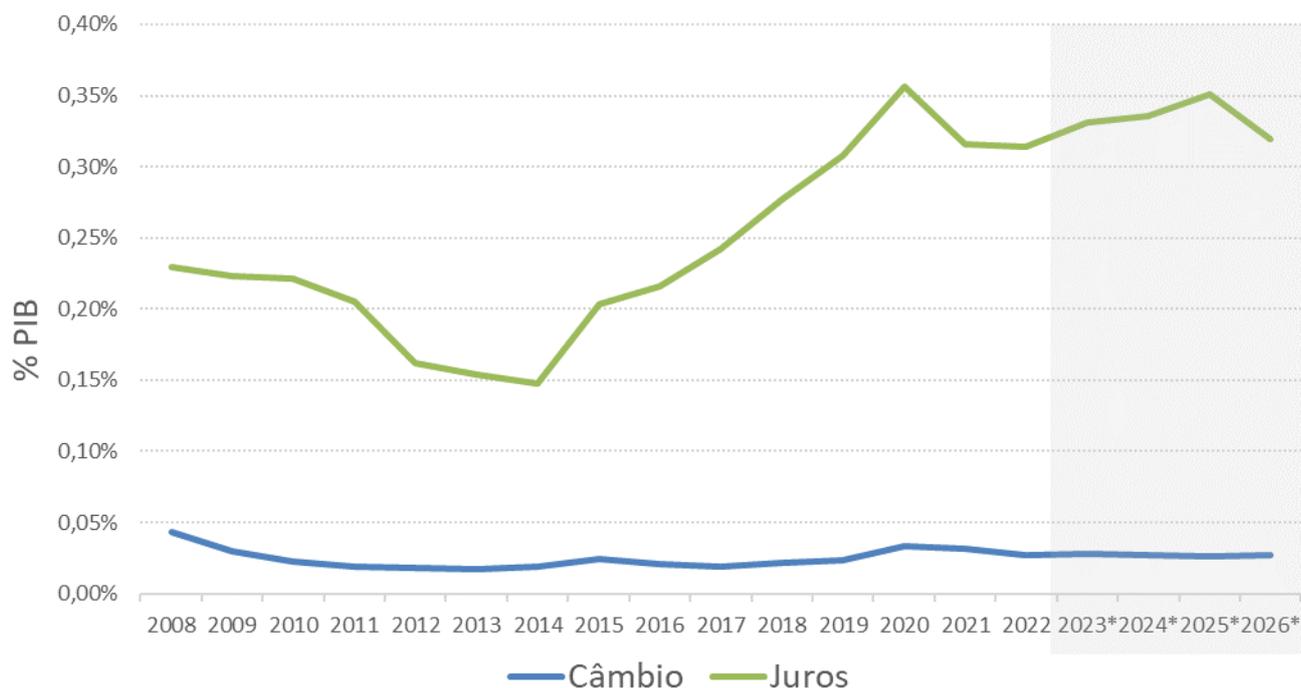
#### 3.3.1.1.1 Riscos da Dívida Pública Federal (DPF)

Particularmente importante para este Anexo de Riscos Fiscais é a análise de sensibilidade da dívida, que mensura o potencial aumento nos valores de pagamento ou de estoque da dívida pública ao longo do ano, decorrente da flutuação nos parâmetros macroeconômicos.

Uma forma de se avaliar o risco de mercado da dívida é estimar a sensibilidade do valor de seu estoque a alterações marginais de variáveis macroeconômicas<sup>5</sup>. Para esta avaliação, com o objetivo de uma análise adequada, tomou-se como parâmetro a o indicador de dívida em relação ao PIB (DPF/PIB) e os efeitos de um choque de 1% nas taxas de câmbio (Real/Dólar) e de juros (Selic) sobre este indicador. A magnitude desses efeitos pode ser observada na Figura 4.

<sup>5</sup> Trata-se de uma análise estática, onde analisa-se o efeito isolado da variação de apenas uma variável (taxa de câmbio ou taxa de juros) sobre os indicadores desejados (DPF, Despesa Orçamentária e DLSP). Dessa forma, não são levados em conta os efeitos da alteração de uma variável sobre as outras variáveis. Também não são levados em conta os efeitos da alteração de uma variável sobre outros fatores da economia que poderiam também afetar os indicadores desejados, tais como resultado fiscal, PIB e necessidade líquida de financiamento do setor público.

Figura 4 - Estimativa da sensibilidade do estoque da DPF a choque de 1% nas variáveis macroeconômicas



\* Projeções com base na estratégia de médio prazo elaborada no âmbito do PAF 2023.

\*\* A nova metodologia para juros inclui títulos flutuantes e de curto prazo. Os resultados apresentados podem ser diferentes de valores de anos anteriores em razão da nova metodologia.

Fonte e elaboração: STN/MF.

A Figura 4 mostra a elevada sensibilidade da DPF a alterações nos juros de curto prazo e a baixa sensibilidade da dívida pública com relação a alterações na taxa de câmbio. Este cenário reflete o incremento de títulos com taxas de juros flutuantes na composição da dívida, devido à persistência de desequilíbrios fiscais, e a reduzida participação de títulos denominados em moeda de outras nacionalidades na DPF.

A respeito da sensibilidade da dívida pública à variação na inflação, há um hedge natural da parcela de dívida corrigida por índice de preços, e esta parcela é majoritariamente indexada pelo IPCA. Este hedge decorre do fato de as receitas do governo apresentarem correlação positiva com a taxa de inflação, o que reduz a relevância desse fator de risco. Adicionalmente, o PIB nominal (denominador da análise) também é alterado com a inflação. Por isso, a sensibilidade à inflação não foi apresentada aqui.

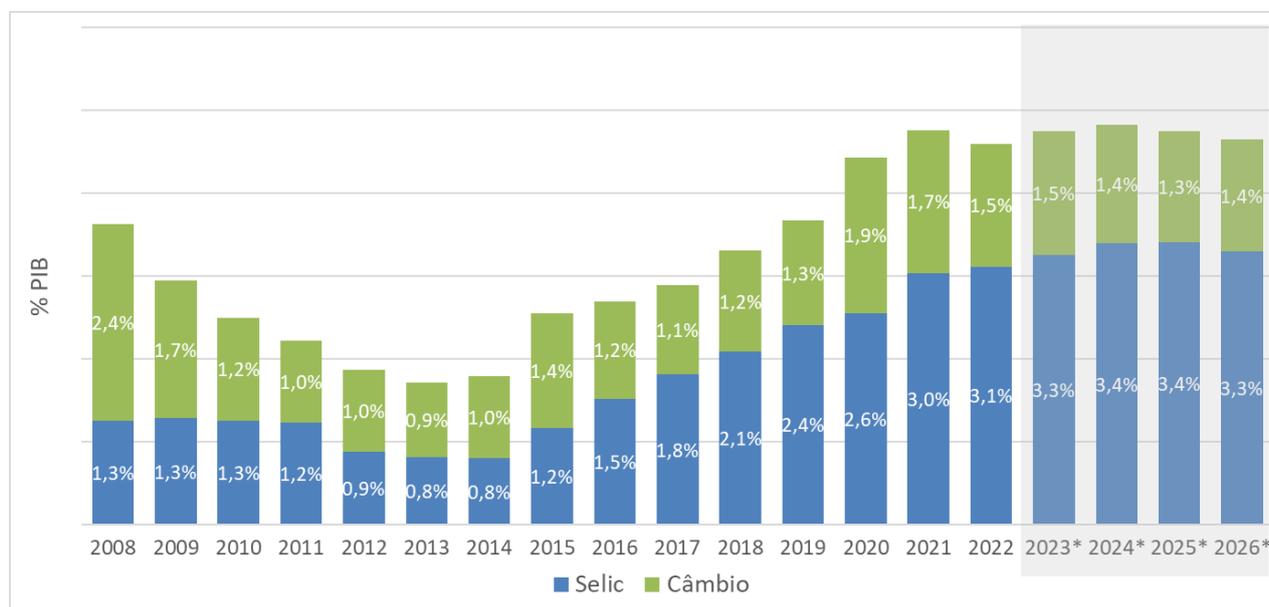
Por sua vez, o risco associado à variação da taxa de câmbio encontra-se em patamar aderente a estrutura de dívida proposta pelo portfólio de benchmark. Ademais, o efeito de transbordamento no caso de uma crise cambial seria amortecido diante do atual volume de reservas internacionais administradas pelo Banco Central do Brasil (BCB) <sup>6</sup>.

Na Figura 5 temos o resultado do teste de estresse para a evolução do estoque da DPF frente a choques reais nos juros e no câmbio, de forma a evidenciar o efeito dessas variáveis em

<sup>6</sup> A posição das reservas em dezembro de 2022 é da ordem de US\$ 324,7 bilhões.

situações de grande e persistente volatilidade<sup>7</sup>. Considerando o estoque de dívida em final de período, o impacto de um cenário de estresse corresponderia a um incremento total na dívida de 4,8% do PIB em 2023.

Figura 5 - Teste de estresse de juros e câmbio sobre a DPF



\* Projeções com base na estratégia de médio prazo elaborada no âmbito do PAF 2023.

Fonte e elaboração: STN/MF.

Além da análise de impactos no estoque, é relevante avaliar o cronograma de maturação e a sensibilidade da despesa orçamentária da dívida às variáveis macroeconômicas. Tendo como referência projeções baseadas na estratégia de médio prazo elaborada no âmbito do PAF 2023 e considerando os vencimentos de dívida previstos entre 2023 e 2026, os efeitos de um aumento (redução) imediato e permanente de um ponto percentual nas taxas de inflação e de juros e na variação cambial podem ser observados na Tabela 11.

Tabela 11 - Previsões de sensibilidade da despesa orçamentária da dívida a choques de 1 pp.

| Variáveis Macroeconômicas | 2023* |             | 2024* |             | 2025* |             | 2026* |             |
|---------------------------|-------|-------------|-------|-------------|-------|-------------|-------|-------------|
|                           | % PIB | Milhões R\$ |
| Câmbio                    | 0,005 | 543         | 0,005 | 599         | 0,010 | 1.220       | 0,009 | 1.080       |
| Inflação                  | 0,006 | 596         | 0,043 | 4.853       | 0,051 | 5.993       | 0,104 | 12.993      |
| Juros                     | 0,014 | 1.481       | 0,048 | 5.424       | 0,084 | 9.960       | 0,134 | 16.832      |

\* Projeções com base na estratégia de médio prazo elaborada no âmbito do PAF 2023. Choques nas variáveis macroeconômicas são permanentes e seus efeitos são analisados isoladamente, ou seja, pressupõe-se, por exemplo, que o aumento de um ponto percentual na taxa de juros não afeta as demais variáveis macroeconômicas. Os efeitos de choques combinados não foram analisados.

Fonte e elaboração: STN/MF.

<sup>7</sup> O teste é composto pela simulação do impacto de um choque de três desvios-padrão sobre a média da taxa de juros Selic real e da desvalorização cambial real acumuladas em 12 meses. Este choque é aplicado sobre as parcelas do estoque da DPF remuneradas por taxas de juros flutuantes ou pela variação cambial. Por se tratar de uma avaliação do impacto de choques reais, diferentemente da análise de sensibilidade marginal, este teste não se aplica à dívida indexada à inflação.

A sensibilidade apresentada na Tabela 11 varia conforme o cronograma de maturação dos títulos da DPF e será mais acentuada com relação a uma das variáveis econômicas naqueles anos em que houver maior concentração de vencimentos de títulos indexados àquela mesma variável. A sensibilidade da despesa orçamentária é menor que aquela correspondente ao estoque da DPF, pois considera apenas o montante da dívida que será resgatada em determinado exercício. Não obstante, trata-se de um efeito relevante por estar relacionado ao impacto de curto prazo na despesa orçamentária para o pagamento da dívida. Como esperado, o choque na taxa de juros é o fator de maior efeito na evolução da despesa orçamentária da dívida, seguido pelo choque na taxa de inflação. Especificamente em relação ao risco de taxa de juros para a despesa orçamentária, note-se que, devido ao efeito cumulativo do choque nas taxas de juros, o aumento da despesa orçamentária com resgates de títulos indexados à SELIC teria o potencial de atingir R\$ 16,8 bilhões ao final do próximo triênio, em 2026.

### 3.3.1.1.2 Riscos da DLSP e da DBGG

A DBGG tem se tornado a principal referência para a elaboração de políticas econômicas e para sinalizar a solvência do Estado brasileiro. Este indicador abrange a DPF, as dívidas dos governos estaduais e municipais com o setor privado e as operações compromissadas do BCB.

A DPF e a DBGG são métricas que só incluem passivos e, portanto, não medem a acumulação de ativos pelo governo. Assim, é útil avançar para o conceito de endividamento líquido, que traz um balanço entre débitos e créditos do governo frente aos agentes privados. Essa característica está presente na DLSP. Para além do Governo Geral, o Setor Público abrange ainda as empresas estatais não financeiras e o BCB.

Inicialmente, foi gerado um cenário base para a projeção da DLSP/PIB e DBGG/PIB para o período de 2023 a 2026. Sobre este cenário foram feitas análises de risco de taxa de juros, da taxa de crescimento do PIB e de variações no resultado primário. A Tabela 12 mostra uma análise nas projeções, sempre em relação ao cenário base, para mostrar o aumento na dívida/PIB decorrente de uma variação persistente de 1 ponto percentual na taxa SELIC para cima, uma variação persistente da taxa de crescimento PIB de 1 ponto percentual para baixo, e de um déficit primário persistentemente pior em 1% do PIB. Os impactos são computados isoladamente para cada um desses choques e, posteriormente, assumindo-se um choque combinado nessas variáveis.

Tabela 12 - Sensibilidade da dívida aos juros, ao crescimento real do PIB e ao resultado primário

| Choques simulados      | DLSP |      |      |       | DBGG |      |      |       |
|------------------------|------|------|------|-------|------|------|------|-------|
|                        | 2023 | 2024 | 2025 | 2026  | 2023 | 2024 | 2025 | 2026  |
| PIB – 1 p.p.           | 1,0% | 2,3% | 4,1% | 6,3%  | 1,1% | 2,7% | 4,6% | 6,9%  |
| Primário/PIB – 1 p. p. | 1,1% | 2,2% | 3,3% | 4,4%  | 1,1% | 2,2% | 3,3% | 4,4%  |
| SELIC + 1 p.p          | 0,2% | 0,7% | 1,2% | 1,9%  | 0,2% | 0,7% | 1,2% | 1,8%  |
| Choques combinados     | 2,3% | 5,2% | 8,7% | 12,8% | 2,4% | 5,5% | 9,2% | 13,3% |

*Diferença em relação ao Cenário Base.*

**Fonte e elaboração:** STN/MF.

O impacto da variação do PIB é via denominador e também por meio da correlação com o primário – uma alteração no PIB tem impacto sobre o primário. O efeito de um primário menor é via numerador, sem diferença em relação aos indicadores de DLSP e DBGG. A sensibilidade da Selic é captada tanto pela parcela de LFT na composição da DPF quanto pelo volume de operações

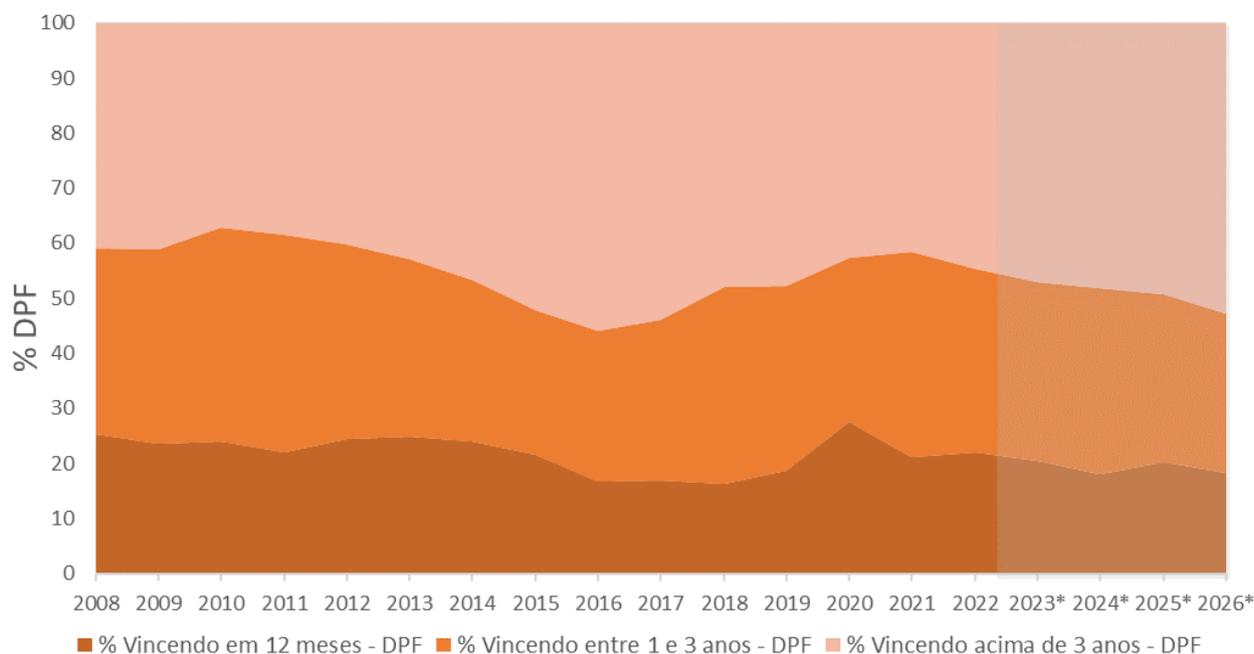
compromissadas do BCB e pelas parcelas indexadas à Selic dos demais passivos e ativos das diferentes esferas de governo. Ressalte-se que a combinação de choques não consiste na soma dos choques individualizados, mas considera a dinâmica de choques simultâneos.

### 3.3.2 Risco de Refinanciamento

O risco de refinanciamento representa a possibilidade de o Tesouro Nacional ter de suportar o aumento de custo para se financiar no curto prazo ou, no limite, não conseguir captar recursos suficientes para honrar seus vencimentos. Os principais indicadores de risco de refinanciamento da DPF são o percentual vincendo em 12 meses, que reflete a concentração de dívida no curto prazo, e o prazo médio do estoque, que considera a média de tempo restante para os pagamentos de dívida.

Em 2022 foi possível observar a reversão da trajetória de crescimento do percentual em 12 meses que, em decorrência dos efeitos da pandemia, havia ficado acima da média dos anos anteriores, de 2016 a 2019. A Figura 5 mostra com mais detalhes o histórico do perfil de vencimentos da DPF, bem como os valores esperados para 2023 e anos seguintes. Em suma, espera-se que as condições de mercado permitam o alongamento dos prazos de emissões, ajudando na manutenção da melhora do percentual vincendo em 12 meses e no aumento da parcela da dívida vincenda acima de 3 anos.

Figura 6 - Perfil de Vencimentos do Estoque da DPF



\* Projeções com base na estratégia de médio prazo elaborada no âmbito do PAF 2023.

Fonte e elaboração: STN/MF.

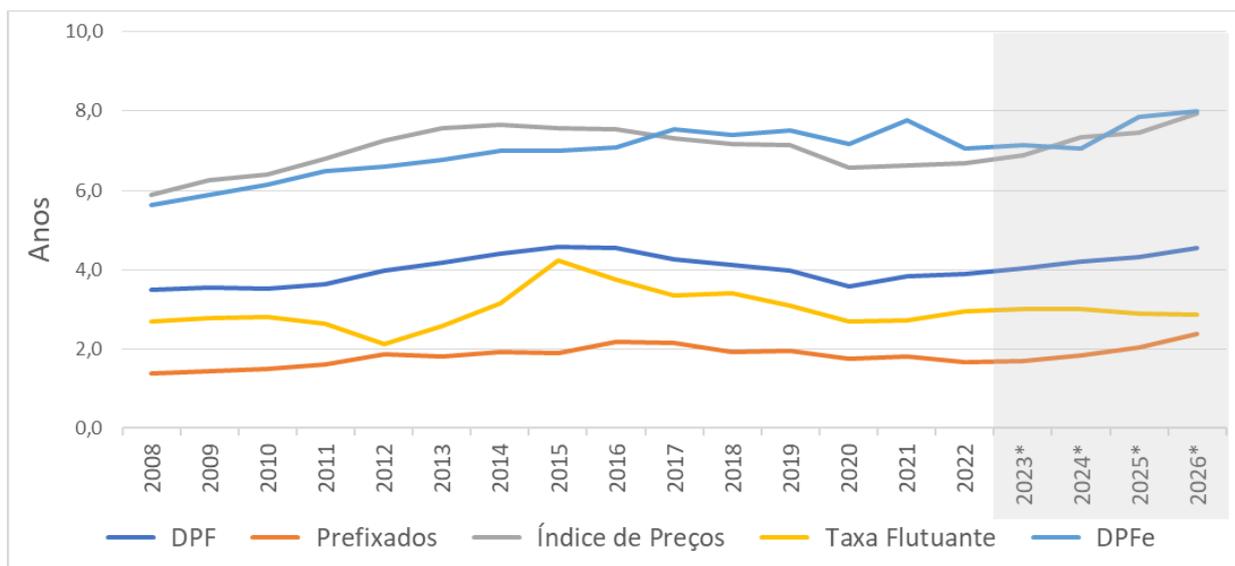
O risco de refinanciamento também pode ser avaliado considerando-se a parcela da DPF que vence em até 12 meses como proporção do PIB. Essa relação aumentou abruptamente ao final de 2020, atingindo 18,15% do PIB. Já a partir de 2021, observa-se uma tendência de reversão deste

aumento, que deve se sustentar no período de 2023 a 2026, atingindo em média 11,92% do PIB. Apesar da tendência de queda dos últimos dois anos, o patamar ainda se encontra acima da média histórica registrada entre 2008 e 2019, de 9,9%, reflexo do aumento da relação dívida PIB ao longo dos últimos anos.

O prazo médio da DPF apresentou leve melhora nos últimos dois anos, aumentando de 3,6 anos ao final de 2020 para 3,9 anos ao final de 2022. A expectativa para os anos seguintes, como pode ser visto na Figura 7, é de evolução progressiva deste indicador, que deve atingir em média 4,4 anos no próximo triênio.

Embora o aumento recente das emissões de LFT em substituição aos títulos prefixados curtos (LTN de 6 e 12 meses) tenha contribuído para dilatar os prazos de vencimento, o prazo médio da LFT é menor do que o referencial de longo prazo para DPF. Assim, o aumento do prazo médio deve priorizar a emissão de títulos com prazos mais longos, preferencialmente acima de 5 anos. Em suma, o alongamento sustentável da dívida requer uma mudança estrutural da demanda por títulos públicos, que favoreça a colocação de títulos como a NTN-F, cujo principal demandante são investidores não-residentes, e de NTN-B com prazos acima de 10 anos, cujos principais demandantes são fundos de pensão.

Figura 7 – Evolução do prazo médio (meses)

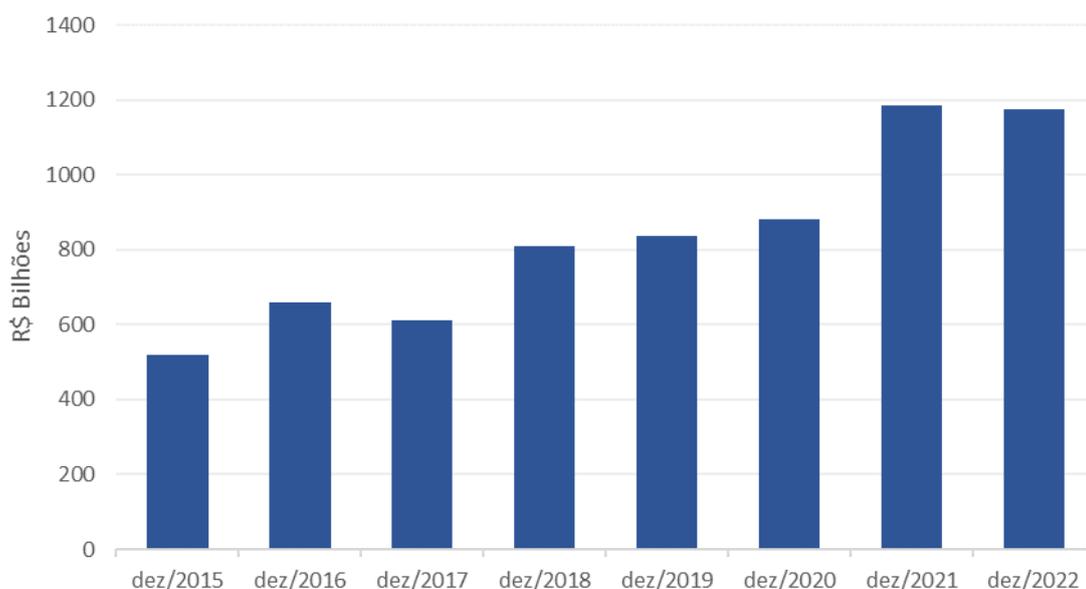


\* 2023: Projeção com base no ponto médio do PAF 2023. De 2024 a 2026: Simulações STN.

Fonte e elaboração: STN/MF.

Por fim, destaca-se que o Tesouro Nacional mantém uma reserva de liquidez para pagamento da dívida, o que mitiga o risco de inadimplência no curto prazo. Trata-se de disponibilidade financeira na Conta Única, dedicada à finalidade de honrar os compromissos da DPF. Esse colchão de liquidez permite ao Tesouro Nacional se antecipar a períodos de maior concentração dos vencimentos, reduzir o risco de refinanciamento da DPF e efetivar o pagamento de eventuais passivos contingentes. Essa reserva assegura flexibilidade à gestão da dívida para atuar em condições adversas e de elevada volatilidade no mercado de títulos públicos.

Figura 8 - Reserva de Liquidez



Fonte e Elaboração: STN/MF.

Em dezembro de 2022, a reserva de liquidez alcançou o montante de R\$ 1.175,8 bilhões. Um volume significativo diante do aumento dos vencimentos da DPF no curto prazo nos últimos anos e da maior necessidade de mitigar o risco de refinanciamento neste cenário.

### 3.4 ESTRESSE DOS PARÂMETROS MACROECONÔMICOS E SIMULAÇÕES

A avaliação de estresse de parâmetros macroeconômicos consiste em um conjunto de simulações nas quais os parâmetros macroeconômicos que possuam influência sobre o nível de receitas e despesas – tais como PIB, inflação, juros etc. – são sujeitos a choques e, assim, assumem diversos valores, de acordo com uma distribuição probabilística construída a partir de seus comportamentos históricos, o que, por sua vez, resulta em um resultado fiscal alternativo para cada choque empregado.

O cálculo dos cenários de estresse dos parâmetros macroeconômicos utiliza o método de simulação de Monte Carlo, construída a partir de uma distribuição normal multivariada, na qual o vetor de médias dos parâmetros são os valores projetados na Grade de Parâmetros fornecida pela SPE/ME<sup>8</sup> e a matriz de variância-covariância é estimada por meio do histórico de dados dos parâmetros macroeconômicos<sup>9</sup>. É importante ressaltar que este método permite a construção de cenários economicamente consistentes, ou seja, as relações diretas e inversas entre as variáveis são adequadamente refletidas nos resultados, considerando suas correlações históricas. Por exemplo,

---

<sup>8</sup> É importante destacar que esta é a mesma grade de parâmetros utilizada para elaboração do cenário base constante no Anexo de Metas Fiscais da PLDO, de forma que o cenário central de receitas e despesas deste exercício é o mesmo que compõe o anexo de metas.

<sup>9</sup> A metodologia utilizada nesta análise está descrita em maiores detalhes na Nota Técnica SEI nº 1/2017/GEMAF/COPEF/SUPEF/STN-MF, de 29 de dezembro de 2017.

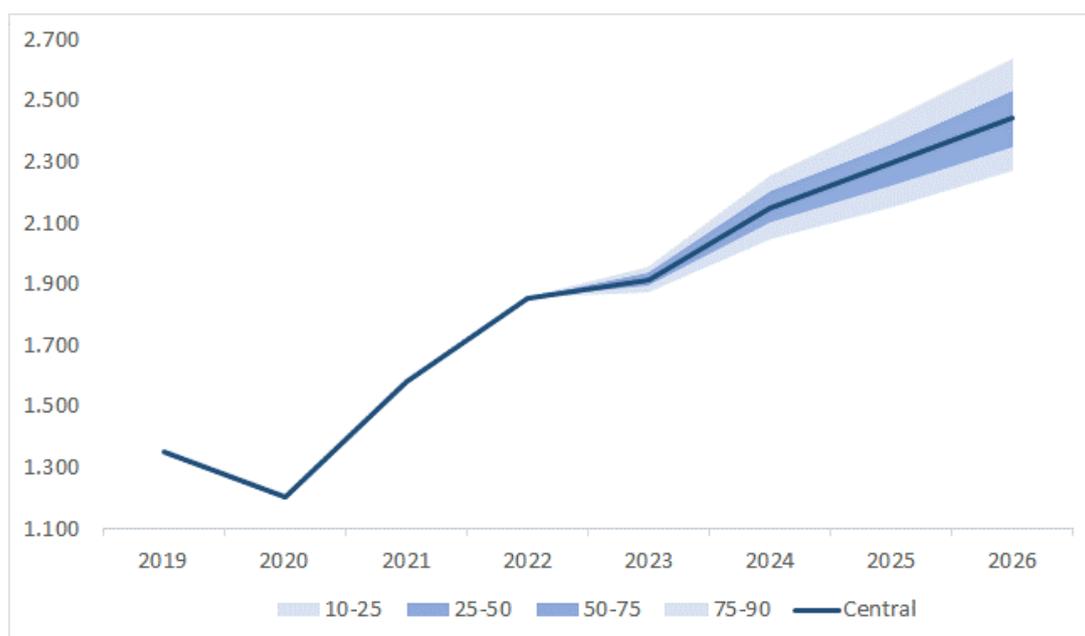
nota-se que cenários em que as taxas de juros são maiores estão, em geral, associadas a menores níveis de crescimento.

Foram realizados quinhentos choques com base na metodologia apresentada, os quais geraram quinhentas trajetórias distintas para as variáveis macroeconômicas. Os cenários fiscais alternativos, oriundos desses choques, permitiram extrair nuvens de probabilidade, variáveis no tempo, para os principais indicadores fiscais. Essas nuvens de probabilidade, por sua vez, são apresentadas na forma de um gráfico de leque (*fan chart*), em que o cenário central é envolto por dois leques. O mais interno, de cor azul escuro, possui como limites os percentis 25 e 75. O leque mais externo possui como limites os percentis 10 e 90.

### 3.4.1 Receitas

Os cenários macroeconômicos alternativos foram aplicados para o cálculo das Receitas Administradas pela RFB, das Receitas Previdenciárias, das receitas de Contribuição do Salário Educação e, por fim, das receitas de Exploração de Recursos Naturais. As premissas utilizadas para o cenário central seguem as mesmas detalhadas no Anexo de Metas Fiscais.

Figura 9 - Espectro de cenários alternativos para Receitas Líquidas (R\$ bilhões)



Fonte e Elaboração: STN/MF.

As simulações realizadas evidenciam que a receita líquida pode variar significativamente ao longo do tempo, refletindo a alta variância relacionada às variáveis macroeconômicas e seu impacto sobre as receitas. Com efeito, a arrecadação é o componente mais sujeito às mudanças no ciclo econômico e/ou de preços no âmbito do orçamento. Como pode ser observado, nos períodos mais distantes do ponto inicial, as nuvens de probabilidades se expandem, refletindo a incerteza crescente com o tempo.

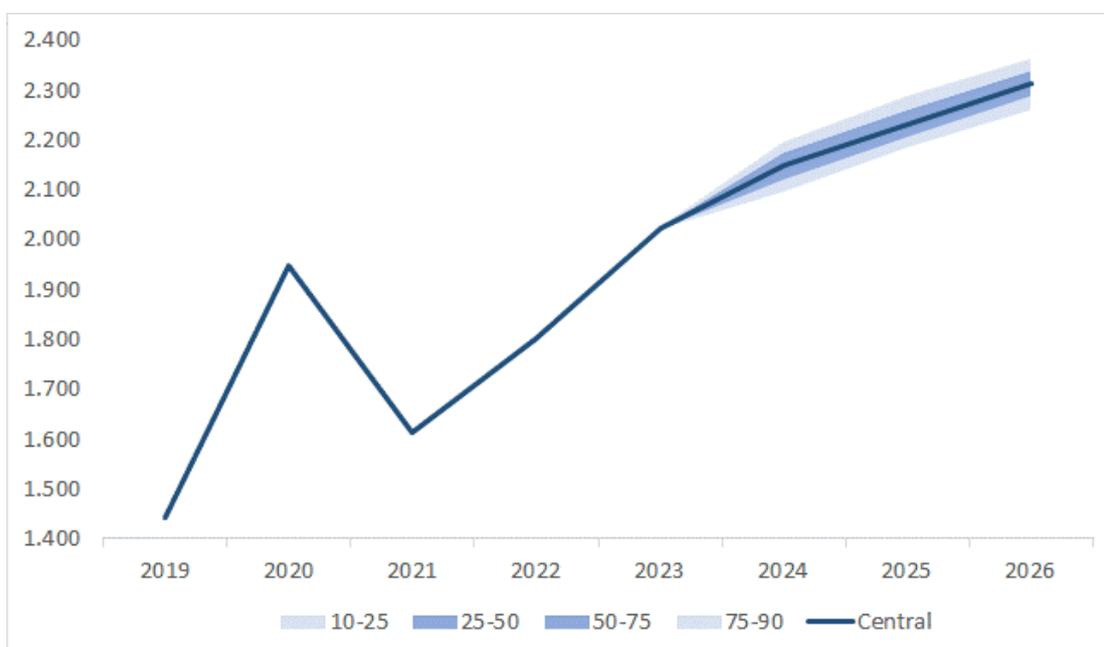
Para o ano de 2024, as estimativas constantes no Anexo de Metas Fiscais apontam uma receita líquida no montante de R\$ 2.150,0 bilhões. A amplitude do leque mais interno (percentil 75 e

25), indicado no gráfico em azul escuro, é de R\$ 51 bilhões. Já o leque externo (percentil 90 e 10) possui amplitude de R\$ 103,0 bilhões. Para os anos de 2025 e 2026, a projeção central é de R\$ 2.294,0 bilhões e R\$ 2.443,0 bilhões, respectivamente. A amplitude do leque interno, para os anos de 2025 e 2026, é de mais ou menos R\$ 70 bilhões e de mais ou menos R\$ 93 bilhões, respectivamente.

### 3.4.2 Despesas

As trajetórias de despesas foram construídas aplicando-se os diferentes cenários macroeconômicos às despesas, com destaque para o peso da inflação nas regras legais que determinam os valores dos benefícios pagos. Cabe também mencionar que algumas despesas, como Complementação da União para o Fundeb e despesas com o Fundo Constitucional do Distrito Federal também são impactadas por variações nas receitas primárias. As premissas utilizadas para o cenário central seguem as mesmas detalhadas no Anexo de Metas Fiscais.

Figura 10 - Espectro de cenários alternativos para Despesas Totais (R\$ bilhões)



Fonte e Elaboração: STN/MF.

As simulações comprovam o fenômeno já amplamente conhecido de que as receitas são sensivelmente mais suscetíveis à volatilidade dos parâmetros macroeconômicos em comparação com as despesas. Este fato se traduz, graficamente, em um leque de menor amplitude, conforme pode ser observado na figura acima. Em linhas gerais, a explicação para este fenômeno é que as receitas possuem uma forte dependência à trajetória futura tanto da inflação quanto do PIB real, enquanto as despesas possuem uma dependência maior à inflação e a fatores demográficos, que são relativamente estáveis, sendo que este último componente não é incluído nesta análise, uma vez que aqui tratamos da sensibilidade aos parâmetros macroeconômicos.

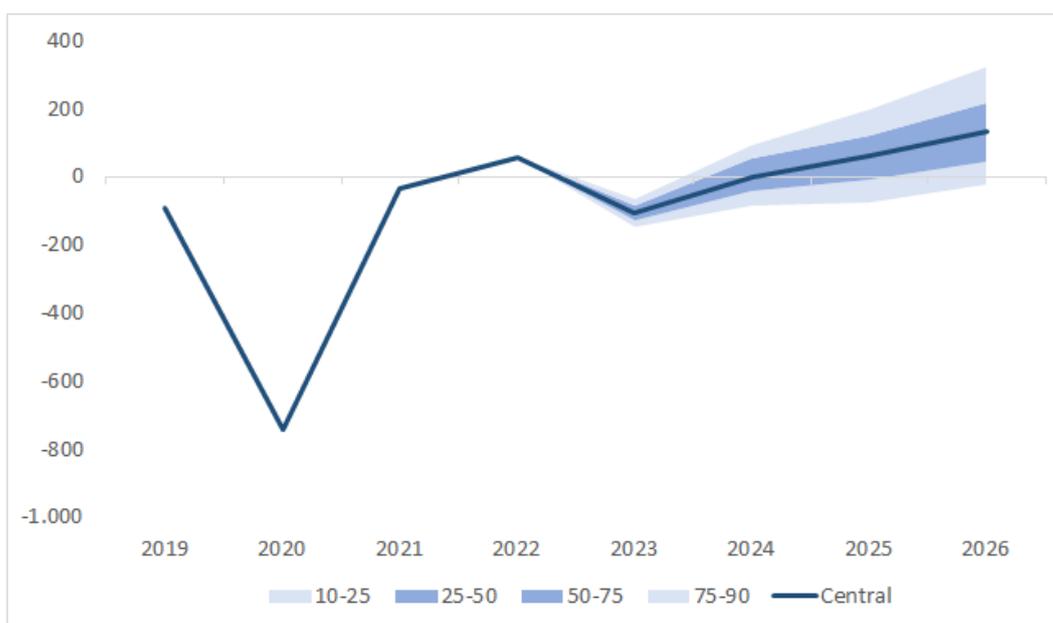
Pelas razões expostas, espera-se que em casos extremos, cuja probabilidade associada é pequena (percentis 10 e 90), haja uma variação nas despesas, para mais ou para menos, em torno de

R\$ 51 bilhões em 2024 e 2025 e cerca de R\$ 52 bilhões em 2026. Esses valores não incluem eventuais cortes ou aumentos de despesas discricionárias, que podem ampliar ou reduzir os valores apresentados e estão sob o controle do governo.

### 3.4.3 Resultado Primário

O resultado primário decorre da combinação das curvas de receita e despesa geradas em cada cenário econômico alternativo. Note-se que parâmetros macroeconômicos que geram receitas maiores podem gerar também despesas maiores e, portanto, o ordenamento dos cenários de resultado primário difere daqueles de receitas e despesas considerados separadamente.

Figura 11 - Espectro de cenários alternativos para Resultado Primário (R\$ bilhões)



Fonte e Elaboração: STN/ MF.

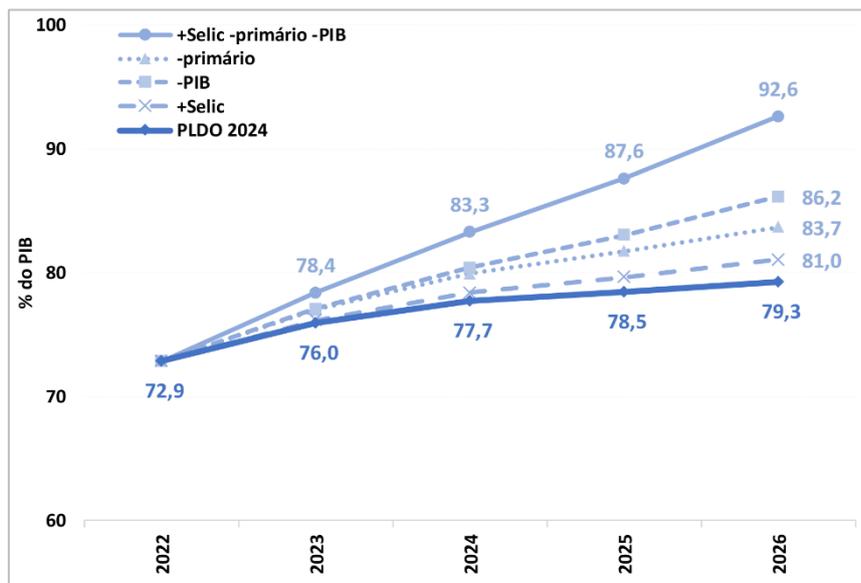
As trajetórias de resultado primário apresentadas mostram que, no ano de 2024, os cenários extremos superior e inferior (percentis 10 e 90) se encontram em torno de R\$ 89 bilhões acima ou abaixo da meta estabelecida para o Governo Central (R\$ 0,0). Já para os anos de 2025 e 2026, os resultados relacionados aos mesmos cenários mostram uma melhora ou piora de cerca de R\$ 135,0 bilhões e R\$ 174,0 bilhões. Interessante notar que o nível da volatilidade mensurada para o resultado primário em 2024 (R\$ 89,0 bilhões) é menor que a soma das volatilidades da receita (R\$ 103,0 bilhões) e da despesa (R\$ 50,0 bilhões), pela razão já explicitada de que parâmetros macroeconômicos que geram receitas maiores podem gerar também despesas maiores ou vice-versa.

Em geral, espera-se que cenários macroeconômicos com maior crescimento da atividade econômica e da massa salarial estejam entre aqueles que possibilitem o atingimento de superávits ao final do período, uma vez que uma maior atividade econômica tende a afetar positivamente a receita, sem uma contrapartida de aumento em despesas. O mesmo efeito líquido não ocorre com a mesma intensidade quando se tem um aumento de inflação, pois neste caso tem-se um aumento de receita e de despesas concomitantemente.

### 3.4.4 Dívida Pública

Na sequência são apresentados alguns testes de estresse, de forma a avaliar os efeitos potenciais sobre os indicadores de endividamento bruto e líquido. A trajetória futura da dívida é sensível a alterações nos parâmetros macroeconômicos. O exercício na Figura 12 mostra o impacto na DBGG de estresses de 100 pontos base sobre o crescimento do PIB, o resultado fiscal primário e a taxa Selic subjacentes ao cenário PLDO 2024. Além disso, o exercício apresenta o impacto sobre a trajetória da DBGG de um choque negativo simultâneo nas três variáveis: ao fim do horizonte de projeções, a DBGG atingiria 92,6% do PIB em um cenário mais adverso.

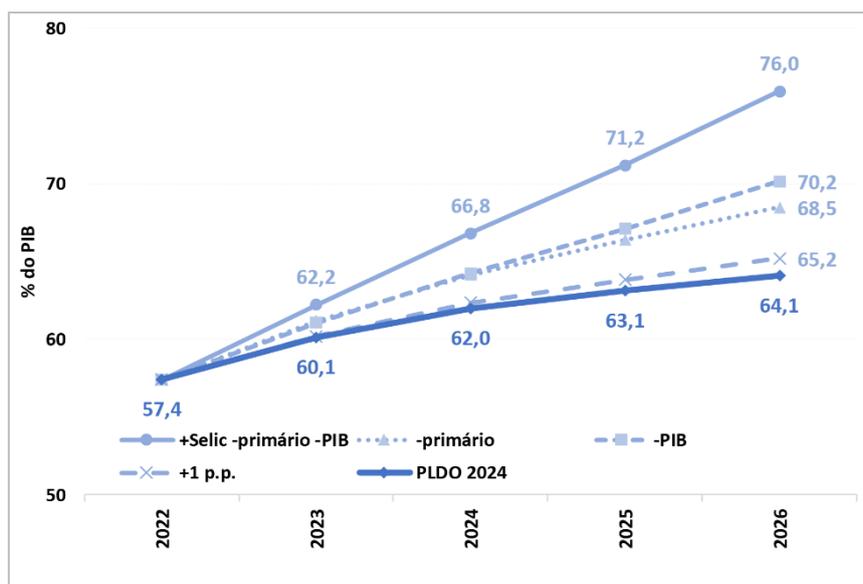
Figura 12 - Teste de estresse primário/PIB, PIB e Selic - DBGG (% PIB)



Fonte: Realizado, BCB. Projeções, STN. Elaboração: STN/MF.

A Figura 13 traz o resultado deste exercício para a DLSP, que ao final de 2026 apresentaria um endividamento líquido superior ao cenário PLDO 2024, atingindo 76% do PIB em decorrência de eventual estresse combinado no resultado primário, no PIB e na taxa Selic.

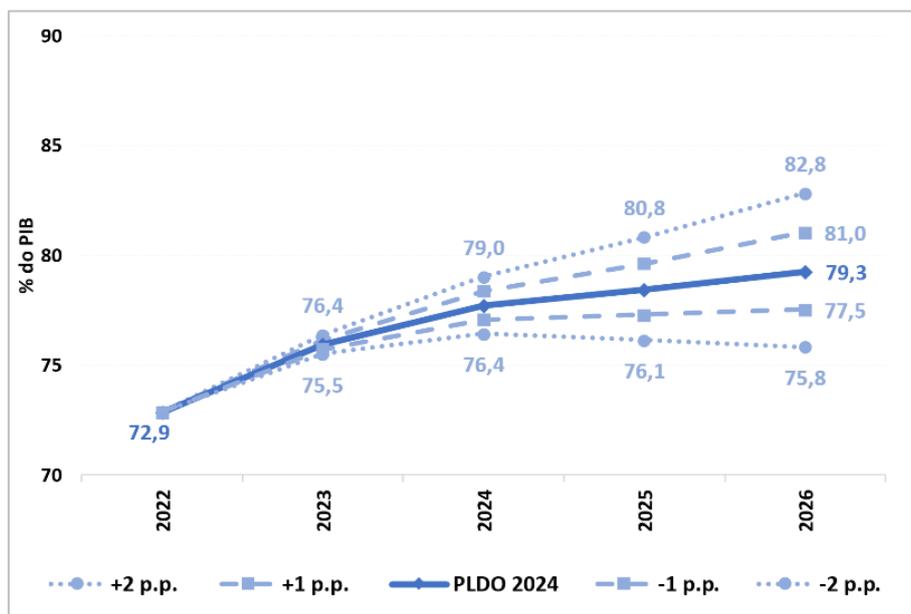
Figura 13 - Teste de estresse primário/PIB, PIB e Selic - DLSP (% PIB)



Fonte: Realizado, BCB. Projeções, STN/MF. Elaboração: STN/MF

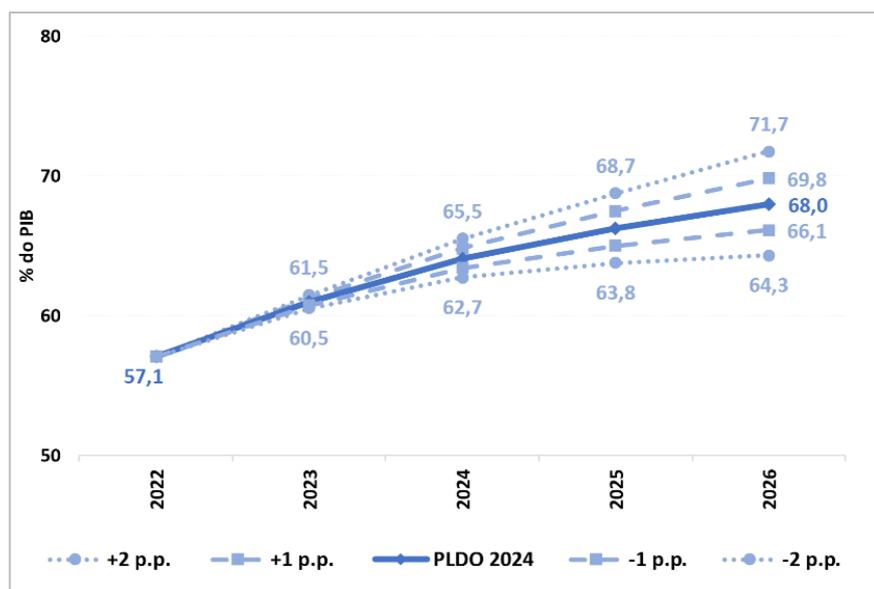
Alterações na taxa de juros sensibilizam o custo da dívida e a transmissão de mudanças na taxa Selic para o custo da dívida tende a ser rápida, uma vez que existe elevada proporção de instrumentos de financiamento expostos às mudanças nos juros de curto prazo. A Figura 14 e a Figura 15 apresentam como seriam as projeções de DBGG e de DLSP face a uma trajetória de juros que se desviasse em 1 ou 2 p.p., para cima ou para baixo, da trajetória prevista no cenário base. Um choque de +2 p.p. na Selic, por exemplo, teria o potencial de elevar a DBGG em 3,5 p.p. do PIB e a DLSP em 3,7 p.p. do PIB ao final de 2026.

Figura 14 - Teste de estresse Selic - DBGG (% PIB)



Fonte: Realizado, BCB. Projeções, STN/MF. Elaboração: STN/MF

Figura 15 - Teste de estresse Selic - DLSP (% PIB)

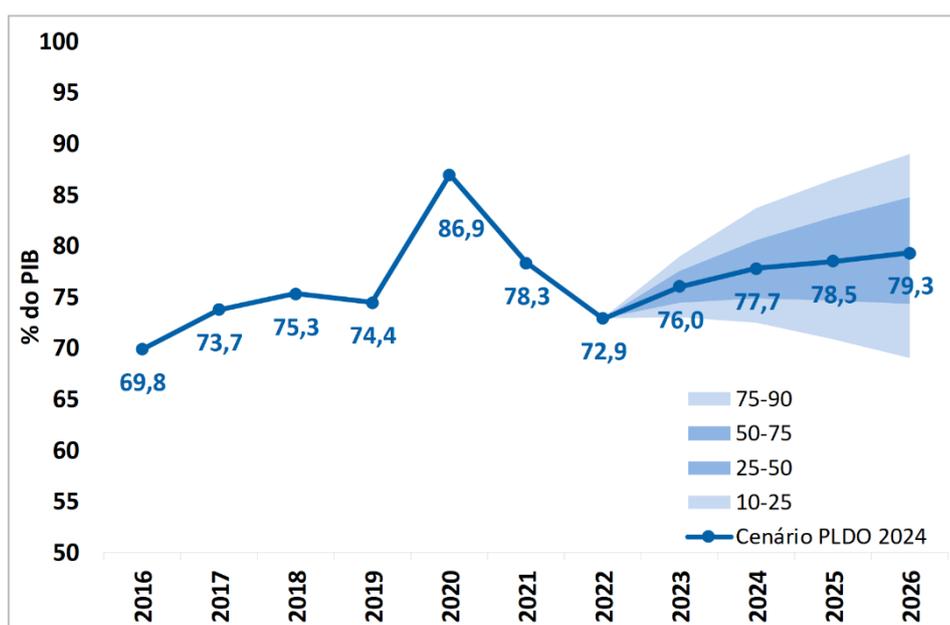


Fonte: Realizado, BCB. Projeções, STN/MF. Elaboração: STN/MF

Na Figura 16 e na

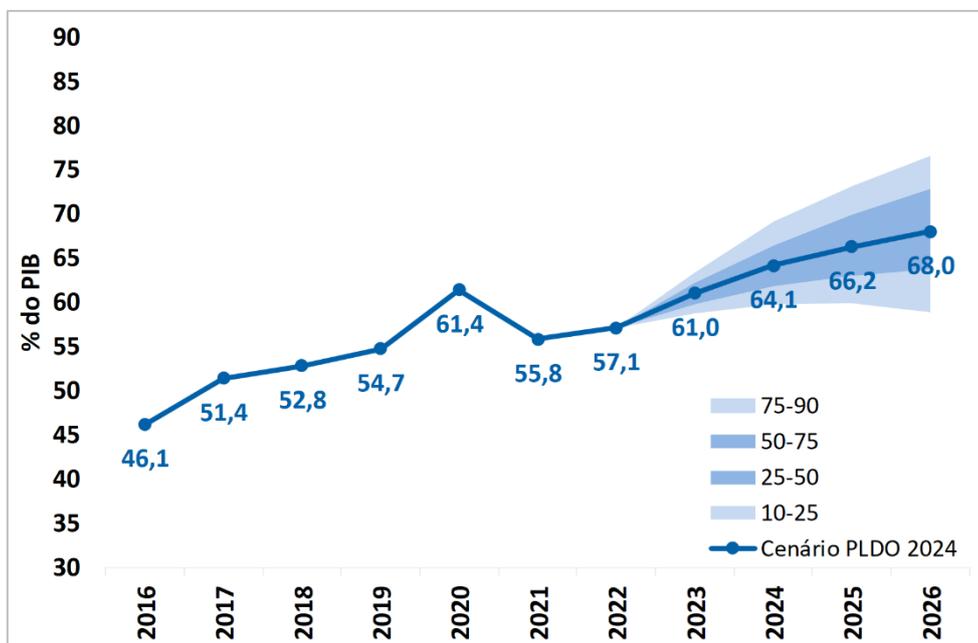
Figura 17 são mostrados os resultados estocásticos das simulações de DLSP e DBGG. As linhas sólidas representam o cenário PLDO 2024 (Tabela 3 do Anexo de Metas Fiscais) e são muito próximas àquelas das medianas das distribuições. Estas figuras são conhecidas como *fan charts* e mostram o intervalo de confiança para as possíveis trajetórias da DBGG/PIB e DLSP/PIB diante de choques estocásticos no PIB e no resultado fiscal primário ao longo do tempo, mantendo-se constantes as demais variáveis, inclusive juros.

Figura 16 - Cenários estocásticos para DBGG/PIB



Fonte: Realizado, BCB. Projeções, STN/ME. Elaboração: STN/MF

Figura 17 - Cenários estocásticos para DLSP/PIB

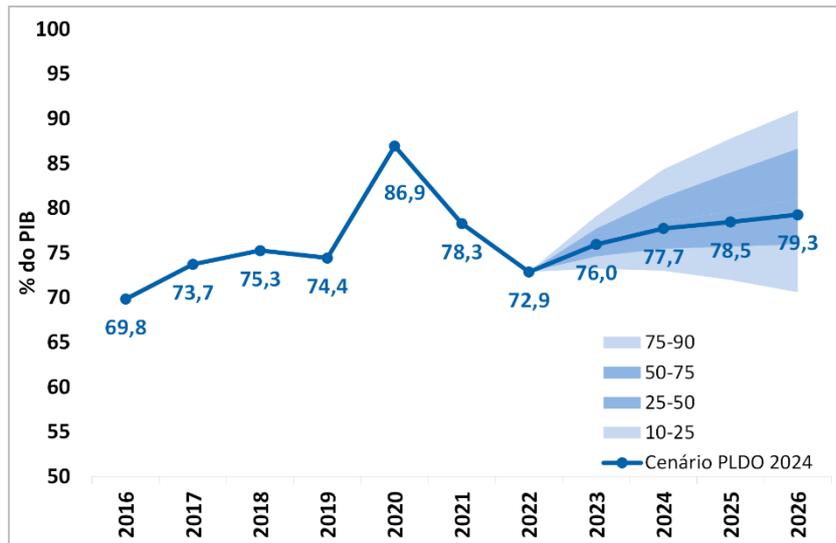


Fonte: Realizado, BCB. Projeções, STN/MF. Elaboração: STN/MF

De forma complementar, são apresentados na Figura 18 e na

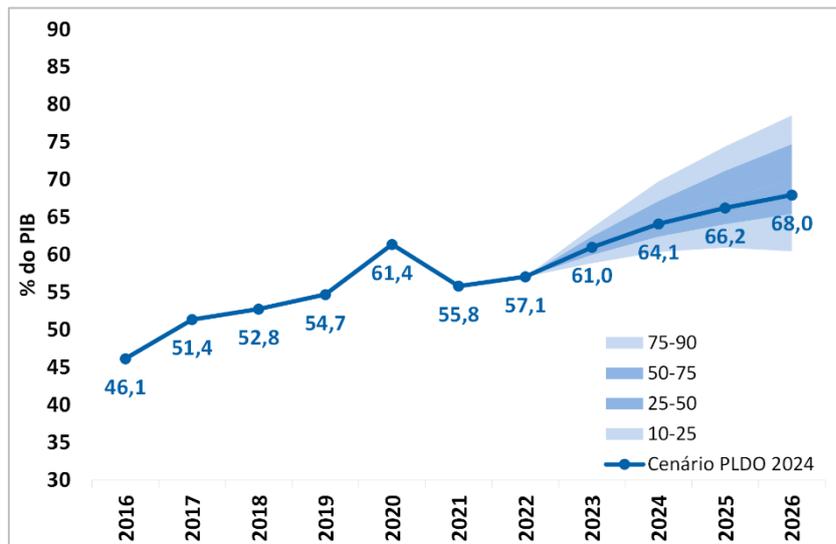
Figura 19 *fan charts* da DBGG e DLSP assimétricos, em decorrência de uma taxa de Selic estressada em 100 pontos base a partir de maio de 2023. Trata-se de um exercício de avaliação de *downside risk*. Em um contexto de taxa Selic estressada, torna-se maior o risco de a DBGG e a DLSP superarem as projeções do cenário PLDO 2024 ao final de 2026 na presença de choques desfavoráveis à atividade e na ausência de consolidação fiscal.

Figura 18 - Cenários estocásticos assimétricos – DBGG (% PIB)



Fonte: Realizado, BCB. Projeções, STN/MF. Elaboração: STN/MF

Figura 19 - Cenários estocásticos assimétricos – DLSP (% PIB)



Fonte: Realizado, BCB. Projeções, STN/MF. Elaboração: STN/MF

Se por um lado, cenários com taxas de juros mais altas conduzem a dívida para uma trajetória de crescimento mais acentuado, por outro lado, as medidas em curso para a instituição de um novo marco fiscal e obtenção de superávits fiscais primários nos próximos anos pode levar a um cenário de redução nas taxas de juros e, conseqüentemente, no custo do endividamento público, favorecendo cenários onde a dívida/PIB seja mais baixa no médio horizonte.

#### 3.4.4.1 Riscos Legais

Para fins desta seção, consideramos como riscos legais para a gestão da Dívida Pública Federal aqueles decorrentes de eventual descumprimento de algum limite ou condição para a realização de operações de crédito, estabelecido pelo atual arcabouço legal. Nesse caso, ficaria vedada

a realização de operações de crédito pelo governo, podendo impedir, em algumas situações, até mesmo as emissões de títulos no âmbito da dívida pública mobiliária federal.

Portanto, em um cenário de descumprimento de algum desses limites e condições, não seria possível a utilização de recursos de emissão de títulos para o pagamento de nenhuma despesa orçamentária, exceto a amortização do principal da dívida mobiliária. Essa restrição, principalmente em um cenário de déficit primário, implica possibilidade de interrupção de serviços públicos, impactando não só as despesas discricionárias, como possivelmente as obrigatórias. Também limitaria a execução no âmbito de programas públicos voltados à educação, benefícios sociais, agricultura, entre outros.

Na Tabela 13, destacamos os limites e condições, com a indicação do respectivo dispositivo legal, que devem ser verificados para a realização de operações de crédito.

Tabela 13 - Limites e Condições para a realização de operações de crédito

| Limites e Condições  | Norma   |
|--|---|
| Publicação do RREO até 30 dias após encerramento do bimestre                       | Art. 165, § 3º, da CF; e art. 52, <i>caput</i> e § 2º, da LRF |
| Regra de Ouro  | Art. 167, III, da CF; art. 32, da LRF; e art. 6º, da RSF 48   |
| Autorização, no texto da lei orçamentária, para contratação de operação de crédito | Art. 32, I, da LRF  |
| Limite de Operações de Crédito   | Art. 32, § 1º, III, da LRF; e art. 7º, I, da RSF 48           |
| Limite de despesas de pessoal da União (Poder Executivo)                           | Arts. 19, 20, 22 e 23 da LRF                                  |
| Ausência de operações nulas e/ou vedadas   | Arts. 33, 35, 36 e 37 da LRF                                  |
| Consolidação pelo Poder Executivo das Contas Anuais                                | Art. 51, § 2º, da LRF   |
| Publicação do RGF até 30 dias após encerramento do quadrimestre                    | Art. 54, <i>caput</i> , e art. 55, §§ 2º e 3º, da LRF         |
| Transparência da Gestão Fiscal   | Art. 48, §§ 2º, 3º e 4º, da LRF                               |

Fonte e Elaboração: STN/MF.

Dentre esses riscos, destaca-se aquele relativo ao descumprimento da regra de ouro, estabelecida pelo inciso III do art. 167 da Constituição Federal, que veda a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta. Isso porque as projeções apontam que, dado o cenário fiscal esperado, há a necessidade de um monitoramento constante, estimando-se a obtenção de baixas margens para o período de 2024 a 2026.

Tabela 14 - Projeção da margem de suficiência da Regra de Ouro

| Cenário      | Em R\$ milhões |          |          |
|--------------|----------------|----------|----------|
|              | 2024           | 2025     | 2026     |
| Cenário base | 21.532,8       | 21.573,3 | 22.379,0 |

O Cenário Base contempla estimativas preliminares, com base em hipóteses simplificadas. O mesmo deve ser atualizado quando da elaboração do Projeto de Lei Orçamentária, momento em que serão definidas com maior exatidão a necessidade de operações de crédito para o financiamento das despesas orçamentárias, bem como serão atualizados os parâmetros macroeconômicos que afetam as projeções de despesas de capital.

Fonte e Elaboração: STN/MF.

Em 2022 as dotações iniciais da Lei Orçamentária indicavam operações de crédito excedentes e despesas a serem pagas com recursos da dívida condicionadas à aprovação de crédito suplementar ou especial, pois tais operações de crédito estariam acima do montante previsto para as despesas de capital do exercício. No entanto, após a apuração do superávit financeiro do exercício anterior foi

possível efetuar o remanejamento daquelas fontes condicionadas e cumprir, com razoável margem, este mandamento constitucional.

Para 2023, as dotações iniciais do orçamento também indicavam um excesso de operações de crédito sobre as despesas de capital e outro possível descumprimento da regra de ouro neste exercício. Novamente, com a apuração do superávit financeiro do exercício anterior e o remanejamento das fontes condicionadas foi possível projetar, no cenário atual, a eliminação daquele descumprimento.

Para os próximos exercícios vislumbra-se os mesmos desafios dos anos recentes. Portanto, para que esse cenário não implique em um descumprimento da Constituição Federal e, conseqüentemente, uma vedação à realização de novas operações de crédito, deve-se buscar a constante administração eficiente das fontes disponíveis para gestão da dívida pública, principalmente as fontes não decorrentes de operações de crédito, e, eventualmente, autorização junto ao Poder Legislativo para a realização dessas operações de crédito que estariam em excesso nos termos estabelecidos no próprio dispositivo legal. Nesse sentido, caso o Poder Legislativo não aprove tais créditos suplementares ou especiais, não seria possível realizar as respectivas despesas, cuja fonte de recursos seriam emissão de títulos da dívida pública, o que levaria a um dos cenários descritos acima, com a possibilidade de interrupção de serviços públicos ou risco de não pagamento de alguma despesa obrigatória.

Além da regra de ouro, a observação dos demais limites e condições, em particular dos limites de pessoal, é essencial. O não atendimento de algum item pode acarretar riscos caso tal situação venha a restringir a emissão de títulos da dívida pública mobiliária.

## **4 ANÁLISE DOS RISCOS ESPECÍFICOS**

Os riscos específicos caracterizam-se por passivos contingentes do governo e por riscos associados aos ativos, e se relacionam a eventos que ocorrem de maneira irregular. Sua análise envolve avaliação qualitativa das particularidades de cada tema, buscando identificar a materialização do risco no curto prazo, bem como mensurar seu custo.

A análise dos riscos específicos está, em grande parte, submetida a um arcabouço institucional e normativo cuja gestão se dá no desempenho das atribuições de órgãos competentes. Nesse sentido, a consolidação das informações neste documento pauta-se pela harmonização de conceitos e padronização dos impactos fiscais. Busca-se distinguir, em cada caso, os impactos primários dos impactos financeiros, os valores de fluxos dos valores de estoques, os exercícios financeiros de incidência, bem como apresentar a explicitação dos critérios utilizados para a mensuração dos riscos e para a construção de projeções.

A seguir serão apresentadas análises dos riscos específicos nas subseções de Passivos Contingentes, Riscos Associados a Ativos e Outros Riscos Específicos.

### **4.1 PASSIVOS CONTINGENTES**

Os passivos contingentes referem-se a possíveis novas obrigações cuja confirmação depende da ocorrência de um ou mais eventos futuros, ou cuja probabilidade de ocorrência e magnitude dependam de condições exógenas imprevisíveis. São também considerados passivos

contingentes as obrigações que surgem de eventos passados, mas que ainda não são reconhecidas no corpo das demonstrações contábeis por ser improvável a necessidade de liquidação ou porque o valor ainda não pode ser mensurado com suficiente segurança.

São espécies de passivos contingentes tratados neste documento: (1) Demandas Judiciais; (2) Passivos Contingentes em Fase de Reconhecimento; (3) Garantias Prestadas pelo Tesouro Nacional; (4) Contragarantias da União; (5) Fundos Constitucionais de Financiamento do Nordeste, do Norte e do Centro-Oeste; (6) Seguro de Crédito à Exportação - Fundo de Garantia à Exportação; e (7) Fundos Garantidores.

Ressalta-se que os passivos contingentes não são mensuráveis com suficiente segurança em razão de ainda não terem sido apurados, auditados ou periciados, por restarem dúvidas sobre sua exigibilidade total ou parcial, ou por envolverem análises e decisões que não se podem prever. Por isso, conforme recomenda a Norma Brasileira de Contabilidade NBC TSP 03 (Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes), editada pelo Conselho Federal de Contabilidade, e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, editado pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, são incluídas no presente Anexo de Riscos Fiscais informações adicionais acerca dos passivos contingentes disponibilizadas segundo respectiva temática, como objeto da ação, natureza da ação ou passivo e instância judicial.

#### **4.1.1 Demandas Judiciais**

Os passivos contingentes relacionados aos riscos fiscais das demandas judiciais são aqueles em que a Advocacia Geral da União (AGU) desempenha representação judicial, e são divididos segundo atuação dos seguintes órgãos:

- I. Advogado-Geral da União: representa a União junto ao Supremo Tribunal Federal (art. 4º, III, da Lei Complementar nº 73/1993), em que é assistido pela Secretaria-Geral de Contencioso (SGCT), (art. 9º do Decreto nº 11.174/2022);
- II. Procuradoria-Geral da União (PGU): representa a União junto ao Poder Judiciário nas suas diferentes instâncias, com exceção do STF (art. 9º da Lei Complementar nº 73/1993);
- III. Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN): apura a liquidez e certeza da dívida ativa da União e realiza a sua inscrição para fins de cobrança, amigável ou judicial e representa judicialmente a União nas causas de natureza fiscal (art. 12 da Lei Complementar nº 73/1993);
- IV. Procuradoria-Geral Federal (PGF): representa as autarquias e fundações públicas junto ao Poder Judiciário (art. 10 da Lei nº 10.480, de 02 de julho de 2002); e
- V. Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil (PGBC): representa o Banco Central do Brasil junto ao Poder Judiciário (art. 4º da Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998).

Vale evidenciar que os órgãos do Poder Judiciário são os responsáveis pela tramitação e julgamento das ações judiciais (art. 102 e seguintes da Constituição Federal de 1988). Nesse sentido, o evento "pagamento judicial" pode ser classificado como um "risco", na medida em que ele é um evento futuro e incerto. É de responsabilidade da AGU atuar perante os órgãos

judiciários para obter decisões judiciais que sejam favoráveis à Fazenda Pública no sentido de evitar a realização de pagamentos judiciais.

Normativamente, a análise e classificação das demandas judiciais em relação ao risco fiscal, tem como fundamento a Portaria Normativa AGU nº 68/2022<sup>10</sup>, que define critérios e procedimentos na prestação de informações sobre ações judiciais que possam representar riscos fiscais à União, suas autarquias ou fundações públicas<sup>11</sup>.

Além das demandas judiciais cuja gestão é de competência da AGU, considera-se, ainda, na análise dos riscos fiscais relacionados a passivos contingentes, as ações judiciais das Empresas Estatais Dependentes da União e contra o Banco Central do Brasil (BCB). Enquanto esta é administrada pela própria área jurídica do BCB, que avalia as demandas judiciais levando em consideração o valor em discussão, a fase processual e o risco de perda, calculado com base em decisões ocorridas no processo, na jurisprudência aplicável e em precedentes para casos similares, aquela é analisada pela SEST, que provê informações das demandas judiciais de natureza trabalhista, tributária, previdenciária e cível das empresas federais dependentes.

#### 4.1.1.1 Critérios e Procedimentos na prestação de informações sobre Demandas Judiciais

Conforme citado anteriormente, a classificação das ações judiciais ajuizadas contra a União, suas autarquias e fundações públicas, que possam representar riscos fiscais, é estabelecida pela Portaria Normativa AGU nº 68/2022. As principais regras estabelecidas por este normativo e que afetam a classificação das ações judiciais que possam representar riscos fiscais à União são:

- a) O artigo 2º da nova portaria delimita a abrangência das ações: (i) em tramitação nos tribunais superiores; (ii) em tramitação na Turma Nacional de Uniformização; (iii) na fase de conhecimento; ou (iv) na fase de cumprimento de sentença. Além disso, atualiza as hipóteses da multiplicidade de ações judiciais que tratem de questões idênticas de direito;
- b) O artigo 3º atualiza critérios com relação à probabilidade de perda:

*“Art. 3º A classificação das ações judiciais quanto à probabilidade de perda observará os seguintes critérios:*

***I - risco provável, que abrange:***

*a) ação de conhecimento, ação de controle concentrado de constitucionalidade ou recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida, com decisão do Supremo Tribunal Federal desfavorável à Fazenda Pública;*

*b) ação de conhecimento ou recurso repetitivo com decisão do Superior Tribunal de Justiça ou do Tribunal Superior do Trabalho desfavorável à Fazenda Pública, que não tenha matéria passível de apreciação pelo Supremo Tribunal Federal;*

---

<sup>10</sup> A Portaria Normativa AGU nº 68/2022, revogou a Portaria AGU nº 40/2015 e a Portaria AGU nº 318/2018.

<sup>11</sup> Com exceção da Procuradoria-Geral do Banco Central (PGBC), que utiliza critérios próprios de classificação das ações judiciais que possuem risco fiscal.

*c) ação de conhecimento contra a Fazenda Pública, cuja questão de direito tenha sido julgada desfavorável à Fazenda Pública nos termos das alíneas “a” e “b” deste inciso; e*

*d) ações judiciais que se encontrem em fase de cumprimento de sentença, cuja questão de direito tenha sido julgada desfavorável à Fazenda Pública nos termos das alíneas “a” e “b” deste inciso.*

**II - risco possível, que abrange:**

*a) ação de conhecimento, ação de controle concentrado de constitucionalidade, desde a publicação da pauta, ou recurso extraordinário desde o reconhecimento da repercussão geral, até que seja proferida decisão por órgão do Supremo Tribunal Federal;*

*b) recurso repetitivo desde a sua afetação por órgão do Superior Tribunal de Justiça ou do Tribunal Superior do Trabalho; e*

*c) ação de conhecimento com decisão de órgão colegiado do Superior Tribunal de Justiça ou do Tribunal Superior do Trabalho, desfavorável à Fazenda Pública, que tenha matéria passível de apreciação pelo Supremo Tribunal Federal;*

**III - risco remoto, que abrange as ações judiciais que não se enquadrem nas classificações previstas nos incisos I e II deste artigo.**

*§ 1º As ações judiciais referidas nas alíneas “c” e “d” do inciso I do caput, somente serão classificadas como risco provável após a exclusão das ações judiciais e recursos previstos nas alíneas “a” e “b” do inciso I do caput, que possuam a mesma questão de direito.*

*§ 2º Excepcionalmente, desde que devidamente justificado, poderão ser incluídas na classificação dos incisos I ou II do caput outras ações judiciais ou recursos não abrangidos pelos critérios ali fixados.*

**c) O artigo 6º atualiza os parâmetros referentes ao impacto financeiro dos riscos:**

*“Art. 6º A composição do impacto financeiro dos riscos será:*

*I - nas condenações da Fazenda Pública para pagamento, o resultado da soma dos valores estimados:*

*a) de pagamentos judiciais constituídos pelas parcelas vencidas constantes na condenação judicial transitada em julgado como obrigação de pagar; e*

*b) de pagamentos administrativos constituídos pelas parcelas vincendas na hipótese em que forem previstas pela decisão judicial transitada em julgado como obrigação de fazer;*

*II - nas condenações da Fazenda Pública que resultem em perda de arrecadação, o resultado da soma dos valores estimados de redução da arrecadação em virtude do cumprimento de decisão judicial, assim considerados o equivalente à estimativa de arrecadação de 1 (um) ano para o futuro e de 5 (cinco) anos de parcelas pretéritas; ou*

*III - nas ações de controle concentrado de constitucionalidade, as consequências jurídicas diretamente decorrentes do resultado do processo que impliquem a nulidade ou suspensão de normas arrecadatórias, a extensão de normas desonerativas ou que imponham despesas públicas de caráter continuado que possam ser quantificadas pelos órgãos públicos responsáveis pela implementação.*

*Parágrafo único. Para composição do impacto financeiro no caso do inciso III do caput, deve ser considerado o equivalente à estimativa de arrecadação de 1 (um) ano para o futuro e de 5 (cinco) anos de parcelas pretéritas, devendo-se proceder aos ajustes necessários em caso de modulação dos efeitos da decisão.*

Nesse contexto, cabe destacar que serão avaliados nesta subseção, primeiramente, os processos com probabilidade de perda classificada como possível (risco possível), conforme metodologia de classificação indicada anteriormente e, em seguida, as ações judiciais classificadas como de risco provável (em continuidade às ações de transparência na divulgação das informações acerca das Demandas Judiciais).

Também serão detalhadas as ações, tanto de risco provável quanto possível, ajuizadas pelos entes subnacionais contra a União. As informações a respeito das demandas judiciais no âmbito da AGU têm por base a Nota Técnica nº 12/2023/SGE/AGU, de 3/3/2023, que possui atualizações em relação às informações apresentadas no Balanço Geral da União (BGU), posição de dezembro de 2022.

Ressalta-se que, em se tratando de demandas judiciais, nem sempre é possível estimar com clareza o montante real envolvido nas causas, visto que se tratam de eventos imprevistos e incertos. Nas ações listadas, as fontes para informação no que se refere aos impactos fiscais são: os valores pedidos pelas partes, as estimativas dos órgãos públicos federais envolvidos nas causas ou grupos de causas semelhantes e as estimativas da área técnica responsável pelos cálculos na AGU. Destaca-se que, para algumas ações judiciais, não há informações disponíveis sobre o impacto fiscal estimado para a União, o qual deduz-se que o impacto real pode ser maior que o apresentado nos demonstrativos.

Além do caráter probabilístico da natureza dessas ações judiciais, há de se considerar as características próprias dos trâmites jurídicos, como, por exemplo, pendências de julgamento final, possibilidade de recursos em instâncias superiores, dificuldade de previsão de tempo e valor das causas. Essas características impõem uma avaliação e interpretação cautelosa dos valores apontados como passivos contingentes de ações judiciais. De qualquer forma, o elevado montante relacionado às ações judiciais revela a necessidade de uma especial atenção ao tema.

É importante ressaltar, ainda, que as informações apresentadas neste Anexo não implicam qualquer reconhecimento pela União quanto à efetiva sucumbência ou mesmo acerca das teses em debate, mas apenas eventual risco que tais demandas possam oferecer ao orçamento federal, em face de seu elevado valor, caso a União não logre êxito. Cumpre enfatizar que neste Anexo não são consideradas as ações judiciais para as quais já exista inscrição em precatório ou já tenha havido o pagamento judicial ou administrativo.

#### 4.1.1.2 Demandas Judiciais Contra a Administração Direta da União

Compete à AGU, por intermédio da PGU, a representação judicial e extrajudicial da Administração Direta da União. Observa-se, conforme exposto na Tabela 15, que o risco fiscal relativo

a demandas judiciais contra a Administração Direta da União<sup>12</sup> é estimado em R\$ 1.161,8 bilhões (R\$ 276,6 bilhões na atualização do ARF de 2023). Destaca-se que, devido às alterações recentes da Portaria Normativa AGU nº 68/2022, houve reclassificação de diversas ações judiciais que passaram a ser incluídas na tabela a seguir:

Tabela 15 - Demandas Judiciais no âmbito da PGU

Em R\$ bilhões

| Ações Judiciais   | Processo de referência  | Estimativa de impacto |                |
|---|---|-----------------------|----------------|
|   |   | LDO 2023              | PLDO 2024      |
| Reforma da Previdência EC nº 103/2019 (SGCT)  | ADIs 6254, 6255, 6256, 6258, 6271, 6279, 6289, 6309, 6336, 6361, 6367, 6384, 6385, 6731, 6916 | -                     | 621,0          |
| FGTS correção monetária (SGCT)  | ADI 5090  | -                     | 295,9          |
| Intervenção do Estado no domínio econômico (SGCT) <sup>1</sup>  | ARE 1.265.503   | 95,0                  | -              |
| Setor Sucroalcooleiro - Responsabilidade civil do Estado  | RESP 1347136/DF (2012/0207039-3) 0025517-61.1999.4.01.3400. No STF, ARE 884325.               | 79,6                  | 79,6           |
| ACP - Devolução das diferenças pagas pelos mutuários de Cédulas. de Crédito Rural- Plano Collor I     | ERESP 1.319.232/DF  | 79,0                  | 79,0           |
| Fator Previdenciário (SGCT)   | ADI 2110 e ADI 2111   | -                     | 54,6           |
| Fornecimento Medicamento pelo Poder Público (SGCT)  | RE 566471, RE 657718, RE 855178, RESP 1.657.156/RJ (Tema 106 do STJ)                          | 14,0                  | 14,0           |
| Reforma da Previdência e Magistratura (SGCT)  | ADIs 3308 3363 3998 4802 4803   | -                     | 4,3            |
| Reajuste e pensões no RPPS (SGCT)   | RE 1372723  | -                     | 4,3            |
| Indenização em pecúnia por férias não gozadas por servidor ativo (SGCT)                               | ARE 721001  | 3,9                   | 4,1            |
| Trem-bala Rio de Janeiro-São Paulo  | Decreto Injuntivo 47/2012   | 2,1                   | 2,0            |
| Liquidação de Sentença - Indenização por Restrição Ambiental  | 5033010-49.2020.4.04.7000 (TRF4_1_PR)   | 1,0                   | 1,0            |
| Ação de Desapropriação  | REsp 1505733; REsp 1522030; REsp 1505700; REsp 1505696 - 0003108-05.2011.4.04.0000            | 1,0                   | 1,0            |
| Ação Declaratória - Estado do Paraná  | 5018638-71.2015.4.04.7000   | 1,0                   | 1,0            |
| Equiparação do valor das diárias devidas a membros do Ministério Público e do Poder Judiciário (SGCT) | RE 968646   | n.d.                  | n.d.           |
| Isonomia entre Magistratura e Ministério Público para licença prêmio (SGCT)                           | RE 1059466  | n.d.                  | n.d.           |
| Responsabilidade da União pelo pagamento dos honorários das perícias requeridas pelo MPF              | Sem referência  | n.d.                  | n.d.           |
| Anistia – Aeronáutica (SGCT)  | ADPF 777  | -                     | n.d.           |
| Reestruturação da carreira auditoria do Tesouro Nacional (SGCT)                                       | ADI 4151 e ADI 4616   | -                     | n.d.           |
| <b>Total</b>  |   | <b>276,6</b>          | <b>1.161,8</b> |

n.d. (informação não disponível).

<sup>1</sup> Conforme nota retificadora n. 00199/2023/SGCT/AGU, de 10 de abril de 2023, o valor do impacto potencial deve ser alterado de R\$ 95 bi para R\$ 9,52 bi. A partir do PLDO 2024 este risco foi reclassificado e passou a ser risco provável.

Fonte: AGU. Elaboração: STN/ MF.

#### 4.1.1.3 Demandas Judiciais Contra a União de Natureza Tributária

Compete à PGFN representar a União nas ações judiciais relativas à tributação federal, inclusive aquelas referentes às contribuições previdenciárias ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

<sup>12</sup> Na Tabela 15 são apresentadas também as ações judiciais que se encontram na Secretaria-Geral de Contencioso (SGCT), quando não relacionadas a tema tributário.

No âmbito do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a PGFN atua nas ações judiciais de natureza tributária em que a União é parte, bem como nas ações de seu interesse. Já no âmbito do Supremo Tribunal Federal (STF), a PGFN atua nos recursos extraordinários e agravos que tratam de matéria tributária, além de acompanhar as ações originárias representadas judicialmente pelo Advogado Geral da União. Cumpre esclarecer que, no STF, com o instituto de repercussão geral, são eleitos recursos extraordinários relativos a temas tributários, cujo julgamento poderá afetar a arrecadação da União.

As discussões no STJ se referem aos questionamentos sob o enfoque da legislação infraconstitucional, enquanto no STF as ações versam sobre questões constitucionais, algumas delas podem ser discutidas simultaneamente nas duas casas, porém sob enfoques distintos.

As estimativas de impacto fiscal destas demandas judiciais são fornecidas pela Receita Federal do Brasil (RFB) e levam em consideração, na maioria dos casos, a perda total de arrecadação anual e uma estimativa de impacto de devolução, considerados os últimos cinco anos e a totalidade dos contribuintes, de modo que representa o máximo de impacto ao erário, que pode não se concretizar em sua totalidade. Assim, como no item anterior, ressalta-se a inclusão de novas ações judiciais, em razão de alterações recentes da Portaria Normativa AGU nº 68/2022.

Estima-se que o impacto das ações judiciais de natureza tributária, no âmbito do STF, seja de aproximadamente de R\$ 812,4 bilhões (R\$ 1.412,7 bilhões na atualização do ARF de 2023), conforme a Tabela 16.

Tabela 16 - Ações judiciais de natureza tributária no STF

Em R\$ bilhões

| Ações Judiciais   | Processo de referência | Estimativa de impacto |           |
|---|------------------------|-----------------------|-----------|
|   |                        | LDO 2023              | PLDO 2024 |
| PIS e COFINS. Validade de critérios de aplicação da não-cumulatividade.   | RE 841.979             | 472,7                 | -         |
| COFINS/PIS. Importação. Exigência de lei complementar para a disciplina de PIS e COFINS sobre a importação. Lei nº 10.865/2004.   | RE 565.886             | 325,0                 | 325,0     |
| Fundo de participação de estados (FPE) e Municípios (FPM).  | RE 1.288.634           | 279,0                 | -         |
| PIS/COFINS das instituições financeiras. Discussão a respeito da possibilidade de incidência de PIS/COFINS sobre as receitas de instituições financeiras que decorrem de seu objeto social e incluiriam, portanto, as receitas de natureza financeiras, com fulcro na Lei 9.718/98. | RE 609.096 e 880.143   | 115,2                 | 115,2     |
| Imposto de Renda pessoa Física - dedução de despesas com educação.  | ADI 4927               | -                     | 105,0     |
| Inclusão do PIS e da Cofins nas suas próprias bases de cálculo.   | RE 1.233.096           | 65,7                  | 65,7      |
| Reintegra - devolução de resíduo tributário remanescentes na cadeia de produção de bens exportados no Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras.   | ADIs 6055 e 6040       | -                     | 49,9      |
| PIS e COFINS. Base de cálculo, inclusão do ISS. Questiona-se a inclusão da parcela relativa ao ISS na base de cálculo da contribuição para o PIS e COFINS (sistemática da tributação por dentro).   | RE 592.616             | 35,4                  | 35,4      |
| Funrural  | ADI 4395               | -                     | 20,9      |
| PIS E COFINS. Incidência sobre as receitas decorrentes da locação de bens móveis.   | RE 659.412             | 20,2                  | 20,2      |
| CIDE sobre remessas ao exterior. Discussão a respeito da incidência da CIDE criada pela Lei nº 10.168/2000, destinada a financiar o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação.  | RE 928.943             | 19,6                  | 19,6      |
| Possibilidade de exclusão da base de cálculo do PIS e do COFINS dos valores correspondentes a créditos presumidos de ICMS decorrentes de incentivos fiscais concedidos pelos Estados e pelo Distrito Federal.   | RE 835.818             | 16,5                  | 16,5      |
| PIS sobre locação de bens imóveis. Discussão sobre a incidência de PIS sobre as receitas decorrentes da locação de bens imóveis, inclusive no que se refere às empresas que alugam imóveis esporádica ou eventualmente.   | RE 599.658             | 16,0                  | 16,0      |

| Ações Judiciais  | Processo de referência | Estimativa de impacto |              |
|--|------------------------|-----------------------|--------------|
|  |                        | LDO 2023              | PLDO 2024    |
| FUNRURAL PJ - Contribuições devidas à seguridade social pelo empregador, pessoa jurídica, que se dedique à produção rural, incidentes sobre a receita bruta proveniente da comercialização da sua produção. Art. 25, I e II, e § 1º, da Lei 8.870/1994.  | RE 700.922             | 12,2                  | -            |
| Contribuição da Agroindústria. Discussão sobre a constitucionalidade da contribuição para a seguridade social a cargo das agroindústrias sobre a receita bruta prevista na Lei n.º 10.256/2001.  | RE 611.601             | 12,0                  | -            |
| PIS/COFINS e CSLL sobre atos cooperativos. Discussão sobre a incidência do PIS, COFINS e CSLL sobre os valores resultantes dos atos cooperativos próprios das sociedades cooperativas.   | RE 672.215             | 9,1                   | 9,1          |
| Constitucionalidade do artigo 11, § 1º, incisos V a VIII, da Emenda Constitucional 103/2019, ante a previsão de alíquotas progressivas às contribuições previdenciárias dos servidores públicos federais.  | RE 1.384.562           | -                     | 5,8          |
| Contribuição ao SENAR. Discussão sobre a constitucionalidade da incidência da contribuição destinada ao SENAR sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção rural, nos termos do art. 2º da Lei 8.540/1992, com as alterações posteriores do art. 6º da Lei 9.528/1997 e do art. 3º da Lei 10.256/2001.   | RE 816.830             | 5,2                   | -            |
| Aplicabilidade do princípio da anterioridade geral (anual ou de exercício) em face das reduções de benefícios fiscais previstos no Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários.   | RE 1.285.177           | 4,0                   | 4,0          |
| Multa por indeferimento administrativo de pedidos de ressarcimento, compensação e restituição. Discussão sobre a aplicação das multas de 50% dos §§ 15 e 17 do art. 74 da Lei nº 9.430/1996, na redação que lhes foi conferida pelo art. 62 da Lei nº 12.249/2010, em caso de indeferimento de pedidos de ressarcimento de compensação já efetuados (ou que venham a ser efetuados), ressalvando-se a possibilidade da incidência de multa em caso de má-fé do contribuinte. | RE 796.939             | 3,7                   | 2,8          |
| Exclusão dos valores relativos ao PIS e à COFINS da base de cálculo da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB).   | RE 1.341.464           | 1,3                   | 1,3          |
| IOF. Fato gerador. Incidência nos contratos de mútuo onde não participem instituições financeiras. Factoring. Artigo 13 da Lei nº 9.779/99.  | RE 590.186             | n.d.                  | n.d.         |
| IRPJ. Demonstrações financeiras. Correção monetária. Julho e agosto de 1994. Constitucionalidade. Art. 38 da Lei 8880/94.  | RE 595.107             | n.d.                  | n.d.         |
| Imposto de importação. Comércio internacional. Direitos Antidumping. Retroatividade. Diversidade de estágios da operação de importação.  | RE 632.250             | n.d.                  | n.d.         |
| Crédito presumido de IPI na base de cálculo do PIS e da COFINS.  | RE 593.544             | n.d.                  | -            |
| Contribuição Previdenciária. Cooperativas. LC 84/96, artigo 1º, inciso II. Alegação de cobrança de alíquotas superiores às das empresas em geral.  | RE 597.315             | n.d.                  | n.d.         |
| CSL e IRPJ sobre rendimentos em aplicações financeiras de renda fixa ou variável e superávits das entidades fechadas de previdência complementar. Ausência de finalidade lucrativa.  | RE 612.686             | n.d.                  | -            |
| Constitucionalidade da inclusão dos expurgos inflacionários na correção monetária incidente sobre valores depositados em juízo.  | RE 1.141.156           | n.d.                  | n.d.         |
| Alcance da imunidade tributária prevista no artigo 150, inciso VI, alínea e, da Constituição Federal, em relação a suportes materiais importados e produzidos fora do Brasil que contenham obras musicais de artistas brasileiros.   | ARE 1.244.302          | n.d.                  | n.d.         |
| Equiparação de Caixa de Assistência de grupo profissional a entidades beneficentes de assistência social para fins de imunidade tributária.  | RE 600.010             | n.d.                  | n.d.         |
| Imunidade tributária recíproca em favor de sociedade de economia mista prestadora de serviço público relativo à construção de moradias para famílias de baixa renda.   | ARE 1.289.782          | n.d.                  | n.d.         |
| Incidência da alíquota de 25% (vinte e cinco por cento) do imposto de renda exclusivamente na fonte, sobre as pensões e os proventos de fontes situadas no País, percebidos por pessoas físicas residentes no exterior.  | ARE 1.327.491          | n.d.                  | n.d.         |
| Aplicabilidade do prazo bienal, previsto no artigo 7º, XXIX, da Constituição Federal, para cobrança dos depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), por nulidade de contratações temporárias efetuadas pelo Poder Público.  | RE 1.336.848           | n.d.                  | n.d.         |
| <b>Total</b>   |                        | <b>1.412,7</b>        | <b>812,4</b> |

*n.d. (informação não disponível).*

**Fonte:** AGU. **Elaboração:** STN/MF.

Por sua vez, as ações judiciais de natureza tributária em trâmite no Superior Tribunal de Justiça (STJ), representam um risco possível estimado da ordem de R\$ 80,4 bilhões (R\$ 35,2 bilhões na atualização do ARF de 2023), consoante o exposto na Tabela 17.

Tabela 17 - Ações judiciais de natureza tributária no STJ

| Ações Judiciais   | Processo de referência  | Estimativa de impacto |             |
|---|---|-----------------------|-------------|
|   |   | LDO 2023              | PLDO 2024   |
| Excluir os benefícios fiscais relacionados ao ICMS, - tais como redução de base de cálculo, redução de alíquota, isenção, imunidade, diferimento, entre outros - da base de cálculo do IRPJ e da CSLL (extensão do entendimento firmado no ERESP 1.517.492/PR   | REsp's: 2010095/RS, 2010089/RS, 1945110/RS, 1987158/SC                | -                     | 47,0        |
| Creditamento de PIS/Cofins na revenda de produtos submetidos à tributação monofásica dessas Contribuições, realizada à alíquota zero, no regime não cumulativo.   | REsp's 1.894.741/RS e 1.895.255/RS (Tema - 1.093 RR)                  | -                     | 31,0        |
| CSSL e IRPJ sobre ganhos de entidades fechadas de previdência complementar. Julgar-se-á a legitimidade da incidência da CSLL e do IRPJ sobre os ganhos das entidades fechadas de previdência complementar – equiparadas por lei a instituições financeiras – a partir de mandado de segurança coletivo impetrado por associação que representa diversas dessas entidades. | RESP 1.419.370  | 30,2                  | -           |
| Aproveitamento de crédito de PIS e COFINS. Julgar-se-á acerca do aproveitamento de créditos de PIS e COFINS apurados no regime não cumulativo (decorrente da venda 'facilitada' de aparelhos celulares) aos débitos existentes no regime cumulativo de apuração daqueles tributos (decorrente da prestação de serviços de telecomunicação).                               | RESP 1.492.526 e 1.655.706  | 5,0                   | -           |
| Possibilidade de inclusão de valores de ICMS nas bases de cálculo do Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, quando apurados pela sistemática do lucro presumido   | REsp 1767631/SC ; REsp 1772634/RS e REsp 1772470/RS (Tema - 1.008 RR) | -                     | 2,4         |
| Limitação a 20 (vinte) salários mínimos na apuração da base de cálculo de contribuições a terceiros.  | REsp 1.898.532/CE e REsp 1.905.870/PR (tema 1079)                     | n.d.                  | n.d.        |
| <b>Total</b>  |   | <b>35,2</b>           | <b>80,4</b> |

*n.d. (informação não disponível).*

**Fonte:** AGU. **Elaboração:** STN/MF.

#### 4.1.1.4 Demandas Judiciais Contra as Autarquias e Fundações - PGF

Compete à Procuradoria-Geral Federal (PGF) exercer a representação judicial e extrajudicial, a consultoria e o assessoramento jurídicos das autarquias e fundações públicas federais, bem como a apuração da liquidez e da certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, incluindo as ações que discutem os benefícios previdenciários pagos pelo RGPS/INSS.

O impacto financeiro dessas ações é estimado em R\$ 675,9 bilhões (R\$ 631 bilhões na atualização do ARF de 2023), como demonstrado na

Tabela 18, e revela a expectativa da repercussão econômica em caso de decisão judicial desfavorável, seja pela criação de despesa ou pela redução de receita. Quando não especificado de forma contrária, os custos estimados computam não só as despesas iniciais com o pagamento de atrasados, mas, também, o impacto futuro nas contas públicas. Assim, os impactos referidos podem ser diluídos ao longo do tempo, não sendo necessariamente realizados em um único exercício fiscal.

Ressalta-se a inclusão de novas ações judiciais no âmbito da PGF, em razão de alterações recentes da Portaria Normativa AGU nº 68/2022.

Tabela 18 - Ações judiciais no âmbito da PGF

Em R\$ bilhões

| Ações Judiciais   | Processo de referência  | Estimativa de impacto |              |
|---|---|-----------------------|--------------|
|   |   | LDO 2023              | PLDO 2024    |
| <sup>1</sup> Reconhecimento aos segurados que ingressaram na Previdência Social até o dia anterior à publicação da Lei nº 9.876/99 o direito de opção, na apuração do seu salário-de-benefício, entre a regra “de transição” estabelecida no art. 3º da Lei nº 9.876/99. (Revisão da Vida Toda) | REsp 1554596/SC e REsp 1596203/PR (TEMA 999, STJ) e RE nº 1276976/DF e RE nº 1276977/DF (TEMA 1102) | 480,0                 | -            |
| Auxílio-alimentação, pago em espécie e com habitualidade, por meio de vale-alimentação ou na forma de tickets, tem natureza salarial e integra o salário de contribuição para fins de cálculo da renda mensal inicial (RMI).  | RE 1413882 e PEDILEF n. 5002880-91.2016.4.04.7105   | -                     | 419,4        |
| Aposentadoria especial do vigilante.  | RESP 1830508 (TEMA 1031)  | 151,0                 | 165,0        |
| Exclusão do fator previdenciário da base de cálculo das aposentadorias por tempo de contribuição  | RE 639856 (TEMA 616)  | -                     | 89,0         |
| Juros Compensatórios da Desapropriação para Fins de Reforma Agrária   | ADI 2332  | -                     | 2,5          |
| Cálculo do salário-de-contribuição. Atividades concomitantes.   | RESP 1870891 (TEMA 1070)  | n.d.                  | -            |
| Termo inicial de auxílio-acidente decorrente de cessação de auxílio-doença.   | RE 1382897 (TEMA 1225) e RESP 1729555 (TEMA 862)  | n.d.                  | -            |
| Cumprimento de sentença. Recebimento de parcelas pretéritas de aposentadoria concedida judicialmente até a data da aposentadoria concedida administrativamente.   | RESP 1767789 (TEMA 1018)  | n.d.                  | -            |
| Servidor. Aposentadoria. Reconhecimento e cômputo, nos proventos, de direito não concedido enquanto o servidor estava em atividade.   | RESP 1783975(TEMA 1017)   | n.d.                  | n.d.         |
| Honorários advocatícios em cumprimento de sentença  | RESP 1883715 (RRC)  | -                     | n.d.         |
| Majoração de verba honorária contra o INSS  | RESP 1864633 (TEMA 1059)  | -                     | n.d.         |
| Revisão do Tema 692/STJ. Devolução de valores recebidos a título de concessão de benefício previdenciário por decisão judicial precária   | RESP 1734627 (TEMA 51) e PET 12482  | -                     | n.d.         |
| Revisão de benefício previdenciário por erro administrativo. Decadência   | RE 699535 (TEMA 632)  | -                     | n.d.         |
| Cumulação de benefícios previdenciários   | RE 687813 (TEMA 599)  | -                     | n.d.         |
| Eficácia do EPI. Agentes nocivos à saúde.   | REsp 1828606/RS (Tema RR 1090)  | -                     | n.d.         |
| <b>Total</b>  |   | <b>631,0</b>          | <b>675,9</b> |

n.d. (informação não disponível).

<sup>1</sup> A partir do PLDO 2024 foi reclassificado e passou a ser risco provável.

Fonte: AGU. Elaboração: STN/MF.

#### 4.1.1.5 Demandas Judiciais das Empresas Estatais Dependentes da União

Segundo as informações prestadas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), órgão responsável pela supervisão e controle das empresas estatais federais, as ações judiciais das empresas dependentes em que o risco de perda é considerado possível, configurando passivos contingentes, totalizam cerca de R\$ 3,6 bilhões, sendo constituídas por demandas judiciais de natureza trabalhista, tributária, previdenciária e cível, conforme demonstrado na Tabela 19.

As reclamações trabalhistas totalizam aproximadamente R\$ 1,2 bilhão. Em geral, estas ações advêm de litígios por reivindicação de atualização salarial ou recomposição de perdas decorrentes de índices utilizados por ocasião dos Planos Econômicos. Também estão incluídas neste grupo as demais ações relativas aos empregados como solicitações de pagamento de horas-extras, descumprimento de dissídio coletivo, pagamento de diárias, adicional noturno, adicional de periculosidade e insalubridade e incorporação de gratificação.

As ações cíveis se referem a pleitos de direito de natureza civil, ou seja, não-criminal, podendo se tratar de conflitos nas áreas familiar, sucessória, obrigacional ou real. No caso das empresas estatais federais dependentes, as ações se referem a uma diversidade de questionamentos, como indenizações por danos materiais, acidentes, desapropriação, garantia de participação do impetrante em contratos de opção e leilões eletrônicos, ação de cobrança, protesto de títulos, suspensão dos efeitos dos atos administrativos, suspensão de multa, dentre outros. As ações cíveis das Estatais Federais Dependentes somaram aproximadamente R\$ 2,3 bilhões.

As demandas previdenciárias totalizaram cerca de R\$ 20,8 milhões e correspondem àquelas em que as Empresas são acionadas pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) pelo não recolhimento das contribuições previdenciárias de seus empregados. As lides de ordem tributária somaram R\$ 89,5 milhões e derivam de não recolhimento de impostos pelas Empresas, notadamente os devidos aos estados e municípios.

Tabela 19 - Demandas Judiciais das Empresas Estatais Federais Dependentes – Risco Possível

Em R\$ milhões

| Empresa   | Tipo de Demanda/Estimativa de Impacto |           |          |           |                |           |            |           |          |           |
|---|---------------------------------------|-----------|----------|-----------|----------------|-----------|------------|-----------|----------|-----------|
|   | Trabalhista                           |           | Cível    |           | Previdenciário |           | Tributário |           | Total    |           |
|   | LDO 2023                              | PLDO 2024 | LDO 2023 | PLDO 2024 | LDO 2023       | PLDO 2024 | LDO 2023   | PLDO 2024 | LDO 2023 | PLDO 2024 |
| (*) Engenharia, Construções e Ferrovias - VALEC           | 70,4                                  | -         | 1.091,3  | -         | 8,9            | -         | 8,2        | -         | 1.178,8  | -         |
| Cia Desenvolvimento V. S. Francisco e Parnaíba - CODEVASF | 6,5                                   | 33,4      | 1.113,3  | 425,1     | -              | -         | 0,2        | 20,9      | 1.120,0  | 479,4     |
| Empresa Brasileira de serviços hospitalares - EBSERH      | 314,5                                 | 277,9     | 154,6    | 191,4     | -              | -         | -          | -         | 469,1    | 469,2     |
| Cia Brasileira De Trens Urbanos - CBTU                    | 304                                   | 270,8     | 75,5     | 83,0      | -              | -         | 6          | 1,2       | 385,5    | 354,9     |

| Empresa  | Tipo de Demanda/Estimativa de Impacto |                |                |                |                |             |             |             |                |                |
|--|---------------------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|-------------|-------------|-------------|----------------|----------------|
|  | Trabalhista                           |                | Cível          |                | Previdenciário |             | Tributário  |             | Total          |                |
|  | LDO 2023                              | PLDO 2024      | LDO 2023       | PLDO 2024      | LDO 2023       | PLDO 2024   | LDO 2023    | PLDO 2024   | LDO 2023       | PLDO 2024      |
| Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa      | 146,7                                 | 159,2          | 14             | 9,5            | 1              | -           | 0,2         | 1,9         | 161,9          | 170,6          |
| Grupo Hospitalar Conceição - GHC                           | 56,5                                  | 198,8          | 63,6           | 109,5          | -              | -           | -           | -           | 120,1          | 308,3          |
| Telecomunicações Brasileiras S.A - TELEBRAS                | 0,6                                   | 0,6            | 93,5           | 95,6           | -              | -           | 23,3        | 24,0        | 117,4          | 120,1          |
| Empresa Brasil de Comunicação - EBC                        | 58,7                                  | 62,8           | 7,2            | 5,4            | 12,1           | 12,2        | 2           | 2,1         | 80,0           | 82,5           |
| Cia Nacional de Abastecimento - CONAB                      | 40,2                                  | 42,9           | 5,2            | 7,8            | -              | -           | 15,2        | 31,2        | 60,6           | 81,9           |
| (*) Empresa de Planejamento e Logística - EPL              | 0,3                                   | -              | 48,7           | -              | -              | -           | -           | -           | 49,0           | -              |
| Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A - TRENSURB    | 9,5                                   | 15,5           | 23,2           | 21,3           | -              | -           | -           | -           | 32,7           | 36,8           |
| Nuclebras Equipamentos Pesados S/A - NUCLEP                | 11,5                                  | 11,0           | 17,7           | 51,9           | -              | -           | -           | -           | 29,2           | 62,9           |
| (1) Infra S.A.   | -                                     | 64,2           | -              | 1.288,2        | -              | 8,6         | -           | 8,3         | -              | 1.369,4        |
| (2) Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB              | 9,6                                   | -              | 7,3            | -              | -              | -           | 5,4         | -           | 22,3           | -              |
| Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL             | 17                                    | 18,2           | 2,7            | 2,5            | -              | -           | -           | -           | 19,7           | 20,7           |
| Centro Nac. de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A - CEITEC | 5,3                                   | 5,1            | 2,1            | 2,1            | -              | -           | -           | -           | 7,4            | 7,1            |
| Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A - AMAZUL           | 6,5                                   | 4,8            | -              | 0,0            | -              | -           | -           | -           | 6,5            | 4,8            |
| Cia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM                | 3,4                                   | 1,0            | 1,2            | 2,2            | -              | -           | -           | -           | 4,6            | 3,2            |
| Empresa Pesquisa Energética - EPE                          | -                                     | 0,3            | -              | 0,0            | -              | -           | -           | -           | 0              | 0,4            |
| Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA                | -                                     | 0,0            | -              | 0,0            | -              | -           | -           | -           | 0              | -              |
| <b>Total</b>   | <b>1.061,2</b>                        | <b>1.166,3</b> | <b>2.720,9</b> | <b>2.295,5</b> | <b>22,0</b>    | <b>20,8</b> | <b>60,5</b> | <b>89,5</b> | <b>3.864,6</b> | <b>3.572,1</b> |

Obs.: ARF LDO 2023, Posição: 30/6/2022. ARF PLDO 2024, Posição: 31/12/2022. Valores das colunas LDO 2023 referem-se à atualização do ARF de 2023.

<sup>1</sup> A Infra S.A. empresa pública que nasce da junção da (\*) Valec Eng., Const. e Ferrovias S.A. com a (\*) Empresa de Planejamento e Logística (EPL).

<sup>2</sup> INB se tornou estatal não dependente em 2022, o que faz com que as demandas judiciais deixem de constar nesse quadro de risco possível, a partir deste ARF PLDO 2024.

Fonte: SEST/MGI. Elaboração: STN/MF.

#### 4.1.1.6 Demandas Judiciais Contra o Banco Central do Brasil (BCB)

O Banco Central do Brasil (BCB), em 31 de dezembro de 2022, era parte em 8.969 ações, sendo 2.509 no polo ativo, 6.179 no polo passivo e 281 tendo o BCB como parte interessada.

As ações judiciais nas quais o BCB era parte em 31 de dezembro de 2022 referem-se a diversos assuntos, entre os quais planos econômicos, reclamações trabalhistas, liquidações de instituições financeiras e privatizações.

Em atenção ao disposto no art. 35 da Lei nº 14.436, de 9 de agosto de 2022 (Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2023), as dotações aprovadas na lei orçamentária anual destinadas ao pagamento de débitos oriundos de decisões judiciais transitadas em julgado serão descentralizadas aos tribunais requisitantes dos precatórios, aos quais competirá efetuar os pagamentos aos beneficiários. Em virtude disso, os recursos orçamentários e financeiros não transitarão pelo BCB (entidade devedora).

As ações judiciais em que o risco de perda foi considerado menor que provável e maior que remoto foram classificadas como passivos contingentes e assim não foram provisionadas. Em 31 de dezembro de 2022, havia 778 ações nessa situação, totalizando R\$ 7,7 bilhões. A maior parte desse valor refere-se a regimes especiais de resolução para instituições financeiras, no montante de R\$ 6,9 bilhões.

A área jurídica avalia todas as ações judiciais levando em consideração o valor em discussão, a fase processual e o risco de perda, que é calculado com base em decisões ocorridas no processo, na jurisprudência aplicável e em precedentes para casos similares.

O Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) era parte em 553 ações judiciais em 31 de dezembro de 2022, sendo 3 no polo ativo, 547 no polo passivo e 3 tendo o Proagro como parte interessada. As ações judiciais estão relacionadas, principalmente, a contestação das decisões sobre os pedidos de cobertura dos produtores rurais.

As ações judiciais em que o risco de perda foi considerado menor que provável e maior que remoto foram consideradas como passivos contingentes e assim não foram provisionadas. Em 31 de dezembro de 2022, havia 129 ações nessa situação, totalizando R\$ 48,0 milhões.

A distribuição dos valores do passivo contingente do BCB de acordo com a instância está discriminada na Tabela 20, a seguir:

Tabela 20 - Passivo Contingente do BCB por instância

*Em R\$ milhões*

| Instância        | Estimativa de Impacto |         |         |           |         |         |
|------------------|-----------------------|---------|---------|-----------|---------|---------|
|                  | LDO 2023              |         |         | PLDO 2024 |         |         |
|                  | BCB                   | Proagro | Total   | BCB       | Proagro | Total   |
| STF              | -                     | -       | -       | 30,0      | -       | 30,0    |
| STJ              | 167,0                 | -       | 167,0   | 147,0     | -       | 147,0   |
| TST              | 6,0                   | -       | 6,0     | 7,0       | -       | 7,0     |
| Turmas Recursais | 2,0                   | -       | 2,0     | 2,0       | -       | 2,0     |
| Juizado Especial | 1,0                   | 1,0     | 2,0     | 1,0       | 1,0     | 2,0     |
| 1º Grau          | 7.121,0               | 24,0    | 7.145,0 | 7.266,0   | 26,0    | 7.292,0 |
| 2º Grau          | 248,0                 | 21,0    | 269,0   | 183,0     | 21,0    | 204,0   |

Em R\$ milhões

| Instância | Estimativa de Impacto |         |         |           |         |         |
|-----------|-----------------------|---------|---------|-----------|---------|---------|
|           | LDO 2023              |         |         | PLDO 2024 |         |         |
|           | BCB                   | Proagro | Total   | BCB       | Proagro | Total   |
| Total     | 7.545,0               | 46,0    | 7.591,0 | 7.636,0   | 48,0    | 7.684,0 |

Posição: 31/12/2022. Valores das colunas LDO 2023 referem-se à atualização do ARF de 2023.

Fonte: BCB. Elaboração: STN/MF.

#### 4.1.1.7 Demandas Judiciais classificadas como de Risco Provável

A Portaria Normativa AGU nº 68/2022, conforme mencionado anteriormente, atualizou a classificação das ações judiciais quanto à probabilidade de perda, estabelecendo para este tipo de risco:

*“Art. 3º A classificação das ações judiciais quanto à probabilidade de perda observará os seguintes critérios:*

***I - risco provável, que abrange:***

*a) ação de conhecimento, ação de controle concentrado de constitucionalidade ou recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida, com decisão do Supremo Tribunal Federal desfavorável à Fazenda Pública;*

*b) ação de conhecimento ou recurso repetitivo com decisão do Superior Tribunal de Justiça ou do Tribunal Superior do Trabalho desfavorável à Fazenda Pública, que não tenha matéria passível de apreciação pelo Supremo Tribunal Federal;*

*c) ação de conhecimento contra a Fazenda Pública, cuja questão de direito tenha sido julgada desfavorável à Fazenda Pública nos termos das alíneas “a” e “b” deste inciso; e*

*d) ações judiciais que se encontrem em fase de cumprimento de sentença, cuja questão de direito tenha sido julgada desfavorável à Fazenda Pública nos termos das alíneas “a” e “b” deste inciso.*

O conjunto de normativos utilizado pela AGU na classificação das demandas judiciais quanto à probabilidade, e, exaustivamente mencionados ao longo desta seção, auxilia a estimativa do risco e a composição do impacto financeiro das respectivas ações judiciais acompanhadas pela instituição. Nas tabelas a seguir, estão listadas as ações judiciais classificadas como de risco provável, no âmbito da AGU, e, portanto, incluem as ações de responsabilidade dos seguintes órgãos: Procuradoria-Geral da União (PGU), Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e Procuradoria-Geral Federal (PGF), além das ações judiciais de risco provável a cargo da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) e do Banco Central do Brasil (BCB).

A PGF representa as autarquias e fundações públicas junto ao Poder Judiciário e, dentre as instituições consideradas no escopo da AGU, foi a de maior representatividade acerca das ações com risco provável, com cerca de R\$ 482,5 bilhões (R\$ 2,5 bilhões na atualização do ARF de 2023), montante este significativamente alterado em razão da Portaria Normativa AGU nº 68/2022.

No âmbito da PGU<sup>13</sup>, que representa a União junto ao Poder Judiciário em suas diversas instâncias, as ações com risco provável somam cerca de R\$ 227,4 bilhões (R\$ 188,0 bilhões na atualização do ARF de 2023), com destaque para as ações que têm como tema o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF.

No âmbito da PGFN, que representa a União nas ações judiciais relativas à tributação federal, as ações desta natureza de risco provável alcançaram o montante de R\$ 293,9 bilhões (R\$ 324,7 bilhões na atualização do ARF de 2023).

Tabela 21- Estimativas de impacto das ações judiciais de Risco Provável dos órgãos da AGU

*Em R\$ bilhões*

| Órgão Responsável                             | Estimativa de impacto |                |
|---|-----------------------|----------------|
|   | LDO 2023              | PLDO 2024      |
| Procuradoria-Geral Federal (PGF)              | 2,5                   | 482,5          |
| Procuradoria-Geral da União (PGU)             | 188,0                 | 227,4          |
| Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) | 324,7                 | 293,9          |
| <b>Total</b>                                  | <b>515,2</b>          | <b>1.003,8</b> |

**Fonte:** AGU. **Elaboração:** STN/MF. Valores da coluna LDO 2023 referem-se à atualização do ARF de 2023.

Tabela 22- Demandas judiciais de Risco Provável no âmbito da PGU

*Em R\$ bilhões*

| Ações Judiciais  | Processo de referência   | Estimativa de impacto |           |
|--|--|-----------------------|-----------|
|  |  | LDO 2023              | PLDO 2024 |
| FUNDEF - ACP 0050616-27.1999.4.03.6100.  | Diversas Ações. Exemplos: 1000943-94.2017.4.01.3700 (municípios do Estado do Maranhão)1022241-74.2019.4.01.3700 (Estado do Maranhão) 0802946-41.2018.4.05.8200 (Estado da Paraíba) | 90,0                  | 90,0      |
| FUNDEF.  | ACOs 648 (Bahia), 660 (Amazonas), 661 (Maranhão), 669 (Sergipe), 683 (Ceará), 700 (Rio Grande do Norte), 701 (Alagoas), 722 (Minas Gerais), 718 (Pará) e 658 (Pernambuco)          | 22,5                  | 24,4      |
| Compensação de ICMS dos Estados. LC 192 e LC 194   | ACO 3586; ACO 3587; ACO 3590; ACO 3591; ACO 3592; ACO 3594; ACO 3595; ACO 3596; ACO 3601; ACO 3605; ACO 3607; ACO 3611; ACO 3614; ACO 3615; ACO 3620                               | -                     | 19,6      |
| FUNDEF - Ações movidas diretamente pelos entes federados.  | Execuções apuradas no DCP da PGU (08003527320174058108)  | 18,6                  | 18,6      |
| <sup>1</sup> Intervenção do Estado no domínio econômico. Fixação de tarifas pelo ente central no período compreendido entre 1987 a 1992. Manutenção da equação financeira original do contrato de concessão. | ARE 1265503  | -                     | 9,5       |
| Audidores fiscais. Reajuste de 28,86% sobre a RAV. Incidência na forma integral.   | RESP Nº 1318315/AL (Número de origem: 0004027-64.2011.4.05.0000) e demais ações relacionadas ao tema   | 7,1                   | 7,1       |
| Diferenças salariais.  | Vários processos como por exemplo: ASPOMETRON – 306745320154013400/17710820154013400 :R\$ 15.250.787,97,03/2015 - AO 0020877-34.2007.4.01.3400                                     | 5,8                   | 4,8       |

<sup>13</sup> Na Tabela 22 são apresentadas também as ações judiciais que se encontram na Secretaria Geral de Contencioso (SGCT), quando não relacionadas a tema tributário

| Ações Judiciais   | Processo de referência  | Estimativa de impacto |           |
|---|---|-----------------------|-----------|
|   |   | LDO 2023              | PLDO 2024 |
| Gratificações de desempenho – GDAT.   | Diversos, como exemplo o 0005097-39.2016.4.01.3400 - MS COLETIVO 0028427-61.1999.4.01.3400 / MS COLETIVO 0006246-61.2002.4.01.3400  | 4,3                   | 4,3       |
| Correção de expurgos inflacionários.  | 0002243-78.1993.4.01.3400   | 3,8                   | 3,8       |
| Equiparação dos aposentados e pensionistas do extinto DNER com os servidores do DNIT.   | RESP nº 1244632/CE (Número de origem: 0016386-69.2006.4.05.8100) e demais ações relacionadas ao tema  | 3,1                   | 3,1       |
| Ação Ordinária - 28,86% s/RAV.  | "AO 97.3486-0, AO 97.6372-0 e AO 98.0008-9"   | 3,0                   | -         |
| Incorporação de GAT ao VB.  | 0000423-33.2007.4.01.3400   | 3,0                   | 3,0       |
| ASDNER - PEC DNIT - Reenquadramento dos aposentados e pensionistas do DNER no DNIT.   | 0006542-44.2006.4.01.3400   | -                     | 2,9       |
| Servidor Público - Pagamento de GIFA.   | AR 5549/DF (2015/0015867-0) - 0015867-54.2015.3.00.0000   | 2,6                   | 2,6       |
| Desapropriação.   | Algumas ações :0020878-23.2001.4.03.6100 (SC ADM consorcio Almeida Prado) 0216425-57.1900.4.02.5101(Americo da Costa - espolio) 50170449120194036100 (Arnaldo e Angelo Poci - espolio ) | 2,3                   | 2,3       |
| Indenização por dano material. Aeroporto internacional de Rio Branco/AC.  | 0002042-15.1999.4.01.3000   | 2,0                   | 2,0       |
| Reajuste de 28,86% incidentes sobre a RAV.  | 0400291-47.1994.4.03.6103 e demais ações relacionadas ao tema   | 2,0                   | 2,0       |
| Anistia política. Possibilidade de acumulação de reparação econômica com indenização por danos morais.                        | EREsp nº 1467148 / SP (2014/0151681-2) 0004263-64.2007.4.03.6126 e demais ações relacionadas a todos os anistiados e herdeiros dos anistiados pela Lei n. 10.559/02                     | 1,8                   | 1,8       |
| Pagamento de GIFA aos substituídos da ANFIP (Auditores Previdenciários) aposentados ou pensionistas em paridade com os ativos | 0039117-76.2004.4.01.3400   | -                     | 1,8       |
| Reenquadramento de TFC para AFC   | 0016612-14.1992.4.01.3400   | -                     | 1,8       |
| Indenização por Dano Material   | 0045939-32.2014.4.01.3400 (TRF1_1)  | -                     | 1,7       |
| Ação Ordinária – Sucroalcooleiro.   | 0021305-84.2005.4.01.3400   | 1,6                   | 1,6       |
| Reajuste 3,17%.   | 0003632-22.1997.4.05.8000   | 1,5                   | 1,5       |
| Ação Ordinária - Fundos de Pensão.  | 0008839-79.1999.4.02.5101 (0000690-59.2020.4.02.5101/RJ)  | 1,2                   | 1,2       |
| Ação Coletiva - SUS - Recomposição de Diárias.  | Ação Coletiva NR 0006409-12.2000.4.01.3400  | 1,1                   | 1,1       |
| Restituição de Valores / Indenização por dano material.   | 00227832719944025101 / 0003843-28.2005.4.02.5101 / 1030855-27.2021.4.01.3400  | 1,1                   | 1,1       |
| Adiantamento PCCS (47,12%) e URPs de abril a maio de 1988.  | RT 3126/1995 (0312600-79.1995.5.02.0064)  | 1,1                   | 1,1       |
| Auditores fiscais. Reajuste de 28,86% sobre a GEFA. Incidência de forma integral.   | RESP Nº 1478439/RS (Número de origem: 200571000235728) e demais ações relacionadas ao tema  | 1,0                   | 1,0       |
| Ação Ordinária – Sucroalcooleiro.   | 0022411-76.2008.4.01.3400   | 1,0                   | 1,0       |
| Ação Ordinária - Indenização – Fibrosa.   | 0086241-05.1995.8.17.0001 (001.1995.086241-0/00)  | 1,0                   | 1,0       |
| Ação Ordinária – SUCRO.   | 0000627-09.1990.4.05.8300   | 1,0                   | 1,0       |
| Ação Trabalhista - Diferenças Salariais.  | MS 0737165-73.2001.5.55.5555- 1055745-37.2020.4.01.3700 (TRF1_1) -  | 1,0                   | 1,0       |
| Desapropriação por Interesse Social -   | 0015826-09.1997.4.01.0000 e REsp 1179444  | 1,0                   | 1,0       |
| Pagamento de RAV aos Técnicos do Tesouro Nacional no teto de 8x maior vencimento da carreira.                                 | 0002767-94.2001.4.01.3400   | -                     | 1,0       |
| Pagamento de GIFA aos substituídos do SINDIRECEITA  | 6ª VARA FEDERAL CÍVEL DA SJDF (TRF1)  | -                     | 1,0       |
| Títulos da Dívida Pública   | 0027424-66.2002.4.01.3400   | -                     | 1,0       |

Em R\$ bilhões

| Ações Judiciais  | Processo de referência   | Estimativa de impacto |              |
|--|--|-----------------------|--------------|
|  |  | LDO 2023              | PLDO 2024    |
| Reenquadramento de Servidores – PUCRCE   | O processo gerou diversos pedidos de liquidação: 1008139-67.2020.4.01.3100, 1008204-62.2020.4.01.3100, 1008648-95.2020.4.01.3100, dentre outros. | -                     | 1,0          |
| Reajuste de Remuneração - ASPOMETRON   | Mandado de Segurança 10.438/DF (0023175-61.2005.3.00.0000) e Reclamação nº 22.536/DF (0321657-77.2014.3.00.0000)                                 | -                     | 1,0          |
| Reequilíbrio do contrato de antecipação de recursos financeiros decorrentes do recebimento futuro de royalties de petróleo e gás natural | ACO 2178   | -                     | 1,0          |
| <sup>2</sup> Ação Execução – FUNDEF.   | 0006119-05.2015.4.05.8300  | 1,0                   | -            |
| Reenquadramento de servidores.   | 0010391-24.00.010510-0   | 0,8                   | -            |
| Fundo Constitucional do Distrito Federal e Imposto de Renda Retido na Fonte das forças de segurança pública do DF.                       | ACO 3455   | 0,7                   | 0,7          |
| Licença maternidade e salário maternidade.   | ADI 6327   | n.d.                  | -            |
| Refinanciamento das dívidas dos Estados  | ACO 3091 (AP);   | n.d.                  | n.d.         |
| Suspensão de execução de garantia e contragarantia da União em relação aos Estados   | AO 1726 (AL); ACO 3438 (MA); ACO 3485 (SC)   | -                     | n.d.         |
| <b>Total</b>   |  | <b>188,0</b>          | <b>227,4</b> |

<sup>1</sup> Conforme nota retificadora n. 00199/2023/SGCT/AGU, de 10 de abril de 2023, o valor do impacto potencial deve ser alterado de R\$ 95 bi para R\$ 9,52 bi. Mencionado risco sofreu reclassificação.

<sup>2</sup> Risco sofreu reclassificação.

Valores da coluna LDO 2023 referem-se à atualização do ARF de 2023.

Fonte: AGU. Elaboração: STN/MF.

Tabela 23 - Demandas judiciais de Risco Provável de natureza tributária<sup>14</sup>

Em R\$ bilhões

| Ações Judiciais   | Processo de referência  | Estimativa de impacto |           |
|---|---|-----------------------|-----------|
|   |   | LDO 2023              | PLDO 2024 |
| <sup>1</sup> Cofins/PIS. Base de Cálculo, inclusão do ICMS  | RE 574.706 - Tema de Repercussão Geral nº 0069  | 236,8                 | 236,8     |
| Cebas - Lei 12.101/2009   | ADI 4480 e ADI 4891   | 29,4                  | -         |
| Crédito-Prêmio de IPI.  | 000280-45.1987.4.01.3400  | 13,2                  | 13,3      |
| Tema 304 - Cofins/PIS. Não-cumulatividade. Vedação à apropriação de créditos na aquisição de resíduos, desperdícios ou aparas.    | RE 607.109  | 9,4                   | 9,4       |
| Lei do Bem. Revogação antecipada da alíquota zero de PIS/COFINS para os varejistas dos produtos da Lei de Informática (MP 690/15) | REsp 1.725.452/RS, REsp 1.640.493/PE, REsp 1.674.821/PR, REsp 1.691.578/RS, REsp 1.726.347/RS e REsp 1.809.906/CE | 6,7                   | -         |
| Imposto de renda sobre pensões alimentícias   | ADI 5422  | 6,5                   | -         |
| Índice de Correção de Balanço de Instituições Financeiras em Liquidação Extrajudicial em Débitos com o PROER.                     | 0004181-63.2006.4.01.3300   | 6,4                   | 6,4       |
| Alíquota zero PIS-Cofins combustíveis   | ADI 7181  | n.d.                  | 5,7       |
| Imunidade Recíproca   | 1074228-74.2022.4.01.3400 (ação originária: 0008066-96.1994.4.01.3400)  | -                     | 4,7       |
| Crédito-Prêmio de IPI.  | 1998.34.00.023369-3 / 1998.34.00.091966-4   | 4,0                   | 4,0       |

<sup>14</sup> Ações judiciais de risco provável de natureza tributária no âmbito da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e da Secretaria-Geral de Contencioso.

|   |  |              |              |
|---|--|--------------|--------------|
| Crédito-Prêmio de IPI.  | 2000.01.00.103398-8,1998.34.00.016686-2 e 0012458-40.1998.4.01.3400                                | 3,0          | 3,0          |
| Alargamento da base de cálculo do PIS/COFINS – Art. 3º, § 1º da Lei n. 9.718/98.                    | 2005.51.01.011297-9 (0011297-59.2005.4.02.5101)  | 2,4          | 2,4          |
| Imunidade quanto ao IRPJ e ao ITR, para sociedade de economia mista.                                | 5075103-52.2019.4.04.7100  | 1,3          | 1,4          |
| Crédito-Prêmio de IPI.  | 0703143-93.1993.4.03.6106  | 1,3          | 1,3          |
| Crédito-Prêmio de IPI.  | 0015993-50.1993.4.01.3400  | 1,2          | 1,2          |
| IPI nas saídas de produtos importados   | 5006109-31.2022.4.04.7208  | -            | 1,2          |
| Crédito-Prêmio de IPI.  | 0008307-07.1993.4.01.3400  | 1,1          | 1,1          |
| Crédito-Prêmio de IPI.  | 5020376-80.2018.4.04.7100  | 1,0          | -            |
| Contribuição previdenciária patronal, RAT e para terceiros (INCRA, SEBRAE-APEX-ABDI, SESC e SENAC). | 5017076-13.2018.4.04.7100  | 1,0          | 1,0          |
| IPI nas saídas de produtos importados   | 5006106-76.2022.4.04.7208  | -            | 1,0          |
| Produto da arrecadação do IRRF - Bens e serviços.   | ACO 2866; ACO 2847; ACO 2897; ACO 3296; ACO 2864; ACO 2970; ACO 2929; ACO 2881; ACO 2854; ACO 2930 | n.d.         | n.d.         |
| Imunidade. Imposto Importação. Caracterização de atividade filantrópica (Tema 336).                 | RE 630.790   | n.d.         | -            |
| Precatórios   | ADI 5755   | n.d.         | n.d.         |
| <b>Total</b>  |  | <b>324,7</b> | <b>293,9</b> |

<sup>1</sup>Alinhamento com o BGU 2021 e 2022, vide explicação contida na pág 35, Tabela 16, da Atualização do ARF LDO 2023.

Valores da coluna LDO 2023 referem-se à atualização do ARF de 2023.

Fonte: AGU. Elaboração: STN/MF.

Tabela 24 - Ações judiciais de Risco Provável no âmbito da PGF

Em R\$ bilhões

| Ações Judiciais   | Processo de referência  | Estimativa de impacto |              |
|---|---|-----------------------|--------------|
|   |   | LDO 2023              | PLDO 2024    |
| <sup>1</sup> Reconhecimento aos segurados que ingressaram na Previdência Social até o dia anterior à publicação da Lei nº 9.876/99 o direito de opção, na apuração do seu salário-de-benefício, entre a regra “de transição” estabelecida no art. 3º da Lei nº 9.876/99. (Revisão da Vida Toda) | REsp 1554596/SC e REsp 1596203/PR (TEMA 999, STJ) e RE nº 1276976/DF e RE nº 1276977/DF (TEMA 1102) | -                     | 480,0        |
| Ação de desapropriação nº 0000232-92.1993.4.01.4300 (Fazenda Araguaia)  | RESP 1179444 e RESP 1179444   | 1,5                   | 1,5          |
| Agência Nacional de Transportes Terrestres - Pretensão indenizatória formulada pela empresa EUCATUR.  | AR 6151   | 1,0                   | 1,0          |
| Índice de atualização de precatórios e pagamentos judiciais. Correção monetária nas condenações.  | ADIs 4425 e 4357  | n.d.                  | n.d.         |
| Aposentadoria especial. "Pico de ruído"   | RESP 1886795 (Tema RR 1083)   | n.d.                  | -            |
| Cobrança de valores recebidos indevidamente a título de benefício previdenciário  | RE 1371095 (TEMA 1222) RESP 1852691 (TEMA 1064)   | n.d.                  | -            |
| <b>Total</b>  |   | <b>2,5</b>            | <b>482,5</b> |

<sup>1</sup>Riscos sofreram reclassificação.

Valores da coluna LDO 2023 referem-se à atualização do ARF de 2023.

Fonte: AGU. Elaboração: STN/MF.

O montante do valor das demandas judiciais sob responsabilidade da SEST, que eram classificadas como de risco provável, em 31/12/2022, somava R\$ 3,3 bilhões. As reclamações trabalhistas e as ações de natureza cível, destacaram-se como as demandas de maior importância em termos de valor de ações provisionado, totalizando, em conjunto, R\$ 3,2 bilhões.

Tabela 25 - Demandas Judiciais de Risco Provável das Empresas Estatais Federais Dependentes

| Empresa  | Tipo de Demanda/Estimativa de Impacto |                |                |                |                |             |              |             |                |                |
|--|---------------------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|-------------|--------------|-------------|----------------|----------------|
|  | Trabalhista                           |                | Cível          |                | Previdenciário |             | Tributário   |             | Total          |                |
|  | LDO 2023                              | PLDO 2024      | LDO 2023       | PLDO 2024      | LDO 2023       | PLDO 2024   | LDO 2023     | PLDO 2024   | LDO 2023       | PLDO 2024      |
| (*) Engenharia, Construções e Ferrovias - VALEC            | 56,8                                  | -              | 421,6          | -              | 0,9            | -           | 0,1          | -           | 479,4          | -              |
| Cia Desenvolvimento V. S. Francisco e Parnaíba - CODEVASF  | 30,4                                  | 7,9            | 141,6          | 160,9          | -              | -           | -            | -           | 172,0          | 168,8          |
| Empresa Brasileira de serviços hospitalares - EBSERH       | 245,4                                 | 400,8          | 32,6           | 47,9           | -              | -           | -            | -           | 278,0          | 448,8          |
| Cia Brasileira De Trens Urbanos - CBTU                     | 170,6                                 | 133,9          | 703,9          | 281,9          | -              | -           | 322          | 37,1        | 1196,5         | 453,0          |
| Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa      | 85,3                                  | 87,7           | 2,2            | 2,0            | 19,5           | 20,5        | 1            | 0,1         | 108,0          | 110,3          |
| Grupo Hospitalar Conceição - GHC                           | 440,3                                 | 823,3          | 8,6            | 40,6           | -              | -           | -            | -           | 448,9          | 863,9          |
| Telecomunicações Brasileiras S.A - TELEBRAS                | 13,8                                  | 13,3           | 50,8           | 49,0           | -              | -           | 0,1          | 0,8         | 64,7           | 63,1           |
| Empresa Brasil de Comunicação - EBC                        | 21,4                                  | 21,1           | 15,3           | 16,3           | -              | -           | -            | -           | 36,7           | 37,4           |
| Cia Nacional de Abastecimento - CONAB                      | 253,3                                 | 249,2          | 51,3           | 39,3           | -              | -           | 31,3         | 15,1        | 335,9          | 303,6          |
| (*) Empresa de Planejamento e Logística - EPL              | 1,5                                   | -              | 1,2            | -              | -              | -           | -            | -           | 2,7            | -              |
| Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A - TRENSURB    | 104                                   | 97,0           | 19,9           | 31,0           | -              | -           | -            | -           | 123,9          | 128,0          |
| Nuclebras Equipamentos Pesados S/A - NUCLEP                | 20                                    | 28,0           | 55,1           | 17,6           | -              | -           | -            | -           | 75,1           | 45,6           |
| (1) Infra S.A.   | -                                     | 83,5           | -              | 436,3          | -              | 0,9         | -            | 0,1         | -              | 520,8          |
| (2) Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB              | 72,1                                  | -              | 13,8           | -              | -              | -           | 19,3         | -           | 105,2          | 0,0            |
| Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL             | 20,3                                  | 16,6           | 13,9           | 5,9            | -              | -           | -            | -           | 34,2           | 22,6           |
| Centro Nac. de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A - CEITEC | 2,6                                   | 3,4            | -              | 0,0            | -              | -           | -            | -           | 2,6            | 3,4            |
| Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A - AMAZUL           | 1,3                                   | 4,3            | 0,1            | 0,1            | -              | -           | -            | -           | 1,4            | 4,4            |
| Cia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM                | 2,4                                   | 2,4            | 4,7            | 4,7            | -              | -           | -            | -           | 7,1            | 7,1            |
| Empresa Pesquisa Energética - EPE                          | 3,1                                   | 4,3            | -              | 0,0            | -              | -           | 2,5          | 6,6         | 5,6            | 10,9           |
| Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA                | 60,4                                  | 57,1           | 1,9            | 3,4            | -              | -           | -            | -           | 62,3           | 60,6           |
| <b>Total</b>   | <b>1.605,0</b>                        | <b>2.034,2</b> | <b>1.538,5</b> | <b>1.136,9</b> | <b>20,4</b>    | <b>21,3</b> | <b>376,3</b> | <b>59,9</b> | <b>3.540,2</b> | <b>3.252,3</b> |

ARF LDO 2023, Posição: 30/6/2022. ARF PLDO 2024, Posição: 31/12/2022. . Valores da coluna LDO 2023 referem-se à atualização do ARF de 2023.

<sup>1</sup> A Infra S.A. é a empresa pública que nasce da junção da (\*) Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. com a (\*) Empresa de Planejamento e Logística (EPL).

<sup>2</sup> Excluída, tendo em vista que essa empresa se tornou estatal não dependente no exercício de 2022.

Fonte: SEST/MGI. Elaboração: STN/MF.

De acordo com as informações prestadas pela Procuradoria-Geral do Banco Central, as provisões são contabilizadas em 100% do valor em risco (incluindo uma estimativa de honorários de sucumbência) para todas as ações em que o risco de perda seja classificado como provável, ou seja, em que o risco de perda seja avaliado como maior do que 50%, segundo a metodologia própria de classificação de risco desta Procuradoria. Em 31 de dezembro de 2022,

foram contabilizadas provisões para 813 ações nas quais o BCB era parte, em um montante da ordem de R\$ 9,5 bilhões. Em relação às ações com risco de perda provável ao Proagro, foram contabilizadas provisões para 192 ações, totalizando R\$ 398,0 milhões. Conforme descrito na Tabela 26, o valor total de ações judiciais de risco provável sob responsabilidade do Banco Central é de R\$ 9,9 bilhões.

Tabela 26 - Ações judiciais de Risco Provável do BCB por instância

*Em R\$ milhões*

| Instância        | Estimativa de impacto |              |                |                |              |                |
|------------------|-----------------------|--------------|----------------|----------------|--------------|----------------|
|                  | LDO 2023              |              |                | PLDO 2024      |              |                |
|                  | BCB                   | Proagro      | Total          | BCB            | Proagro      | Total          |
| STF              | 1.551,0               | -            | 1.551,0        | 1.035,0        | -            | 1.035,0        |
| STJ              | 1.119,0               | 3,0          | 1.122,0        | 2.635,0        | 9,0          | 2.644,0        |
| TST              | 5,0                   | -            | 5,0            | 6,0            | -            | 6,0            |
| Turmas Recursais | 1,0                   | -            | 1,0            | 1,0            | -            | 1,0            |
| Juizado Especial | -                     | 2,0          | 2,0            | -              | 1,0          | 1,0            |
| 1º Grau          | 5.008,0               | 331,0        | 5.339,0        | 4.360,0        | 355,0        | 4.715,0        |
| 2º Grau          | 1.675,0               | 28,0         | 1.703,0        | 1.497,0        | 33,0         | 1.530,0        |
| <b>Total</b>     | <b>9.359,0</b>        | <b>364,0</b> | <b>9.723,0</b> | <b>9.534,0</b> | <b>398,0</b> | <b>9.932,0</b> |

*Posição LDO 2023: 30/06/2022. Posição PLDO 2024: 31/12/2022.*

*Valores da coluna LDO 2023 referem-se à atualização do ARF de 2023.*

**Fonte:** BCB. **Elaboração:** STN/MF.

#### 4.1.1.8 Demandas Judiciais dos entes subnacionais contra a União<sup>15</sup>

As ações judiciais de entes subnacionais contra a União, de risco possível e de risco provável, sofreram uma expressiva redução em relação ao último Anexo de Riscos Fiscais e foram estimadas na ordem de R\$ 250,3 bilhões (R\$ 507,8 bilhões na atualização do ARF de 2023). Desse montante, as ações relacionadas ao FUNDEF, que envolvem diversos processos e entes subnacionais, representam R\$ 133,5 bilhões, cerca de 53% do total. Ressalta-se que tais ações estão incluídas nas tabelas anteriores, sendo apresentadas nesta seção para fins de detalhamento dos riscos de ações que envolvem os entes subnacionais.

Segundo informações da AGU, existe elevada probabilidade da emissão de precatórios no montante de R\$ 6,4 bilhões, no exercício de 2024, relacionada às seguintes ações cíveis originárias (ACOs) do FUNDEF: 648 (Bahia), 660 (Amazonas), 661 (Maranhão), 669 (Sergipe), 683 (Ceará), 700 (Rio Grande do Norte), 701 (Alagoas), 722 (Minas Gerais), 718 (Pará) e 658 (Pernambuco).

Tabela 27 - Ações judiciais de entes subnacionais contra a União - Risco Possível

*Em R\$ bilhões*

| Ações Judiciais   | Processo de Referência | Estimativa de impacto |           |
|---|------------------------|-----------------------|-----------|
|   |                        | LDO 2023              | PLDO 2024 |
| Fundo de participação de estados (FPE) e Municípios (FPM) | RE 1288634             | 279,0                 | -         |

<sup>15</sup> As ações judiciais apresentadas nessa subseção apresentam, apenas, um recorte distinto ao tratamento do tema Entes Subnacionais, sendo que tais demandas já foram retratadas ao longo da seção de Demandas Judiciais.

Em R\$ bilhões

| Ações Judiciais   | Processo de Referência    | Estimativa de impacto |            |
|---|---------------------------|-----------------------|------------|
|   |                           | LDO 2023              | PLDO 2024  |
| <sup>1</sup> Intervenção do Estado no domínio econômico. Fixação de tarifas pelo ente central no período compreendido entre 1987 e 1992. Manutenção da equação financeira original do contrato de concessão.  | ARE 1265503               | 95,0                  | -          |
| Ação Declaratória - Estado do Paraná  | 5018638-71.2015.4.04.7000 | 1,0                   | 1,0        |
| Tema 254 - Equiparação de Caixa de Assistência de grupo profissional a entidades beneficentes de assistência social para fins de imunidade tributária.  | RE 600.010                | n.d.                  | n.d.       |
| Tema 1122 - Imunidade tributária recíproca em favor de sociedade de economia mista prestadora de serviço público relativo à construção de moradias para famílias de baixa renda.  | ARE 1.289.782             | n.d.                  | n.d.       |
| Tema 1189 - Aplicabilidade do prazo bienal, previsto no artigo 7º, XXIX, da Constituição Federal, para cobrança dos depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), por nulidade de contratações temporárias efetuadas pelo Poder Público. | RE 1336848                | n.d.                  | n.d.       |
| <b>Total</b>  |                           | <b>375,0</b>          | <b>1,0</b> |

<sup>1</sup> Conforme nota retificadora n. 00199/2023/SGCT/AGU, de 10 de abril de 2023, o valor do impacto potencial deve ser alterado de R\$ 95 bi para R\$ 9,52 bi. Mencionado risco sofreu reclassificação.

Valores da coluna LDO 2023 referem-se à atualização do ARF de 2023.

Fonte: AGU. Elaboração: STN/MF.

Tabela 28 - Ações judiciais de entes subnacionais contra a União - Risco Provável

| Ações Judiciais  | Processo de Referência  | Estimativa de impacto |           |
|--|---|-----------------------|-----------|
|  |   | LDO 2023              | PLDO 2024 |
| FUNDEF - ACP 0050616-27.1999.4.03.6100.  | Diversas Ações. Exemplos: 1000943-94.2017.4.01.3700 (municípios do Estado do Maranhão)022241-74.2019.4.01.3700 (Estado do Maranhão) 0802946-41.2018.4.05.8200 (Estado da Paraíba  | 90,0                  | 90,0      |
| FUNDEF   | ACOs 648 (Bahia), 660 (Amazonas), 661 (Maranhão), 669 (Sergipe), 683 (Ceará), 700 (Rio Grande do Norte), 701 (Alagoas), 722 (Minas Gerais), 718 (Pará) e 658 (Pernambuco).  | 22,5                  | 24,4      |
| Compensação de ICMS dos Estados. LC 192 e LC 194   | ACO 3586; ACO 3587; ACO 3590; ACO 3591; ACO 3592; ACO 3594; ACO 3595; ACO 3596; ACO 3601; ACO 3605; ACO 3607; ACO 3611; ACO 3614; ACO 3615; ACO 3620  | -                     | 19,6      |
| FUNDEF - Ações movidas diretamente pelos entes federados   | Execuções apuradas no DCP :08003527320174058108 / 100189118.2017401.3900 / 5513-45.2005.401.3900/02478-6.2017.401.3907 / 08087754620174058100 / 100017802.2017.4013902 / 08002097120184058101 / 08002097120184058101 / 00373 - Informações PRU5 :EXECUÇÕES decorrentes da coletiva da AMA 0011204-19.2003.4.05.8000, da coletiva da AMUPE 0000001-28.2006.4.05.8300, algumas de coletiva da APRECE e individuais. | 18,6                  | 18,6      |
| <sup>1</sup> Intervenção do Estado no domínio econômico. Fixação de tarifas pelo ente central no período compreendido entre 1987 a 1992. Manutenção da equação | ARE 1265503   | -                     | 9,5       |

| Ações Judiciais  | Processo de Referência                            | Em R\$ bilhões        |              |
|--|---|-----------------------|--------------|
|  |   | Estimativa de impacto |              |
|  |   | LDO 2023              | PLDO 2024    |
| financeira original do contrato de concessão.  |   |                       |              |
| Ação Execução – FUNDEF   | 0006119-05.2015.4.05.8300                         | 1,0                   | -            |
| Fundo Constitucional do Distrito Federal e Imposto de Renda Retido na Fonte das forças de segurança pública do DF.                       | ACO 3455  | 0,7                   | 0,7          |
| Reequilíbrio do contrato de antecipação de recursos financeiros decorrentes do recebimento futuro de royalties de petróleo e gás natural | ACO 2178  | -                     | 1,0          |
| Refinanciamento das dívidas dos Estados  | ACO 3091 (AP)                                     | n.d.                  | n.d.         |
| Produto da arrecadação do IRRF - Bens e serviços.  | ACO 2866; ACO 2847; ACO 2897; ACO 2881; ACO 2854; | n.d.                  | n.d.         |
| Suspensão de execução de garantia e contragarantia da União em relação aos Estados   | AO 1726 (AL); ACO 3438 (MA); ACO 3485 (SC)        | (*)                   | n.d.         |
| <b>Total</b>   |   | <b>132,8</b>          | <b>163,8</b> |

<sup>1</sup> Conforme nota retificadora n. 00199/2023/SGCT/AGU, de 10 de abril de 2023, o valor do impacto potencial deve ser alterado de R\$ 95 bi para R\$ 9,52 bi. Risco sofreu reclassificação.

Valores da coluna LDO 2023 referem-se à atualização do ARF de 2023.

Fonte: AGU. Elaboração: STN/MF.

#### 4.1.1.9 Avaliação de Risco das Demandas Judiciais

Conforme explicitado ao longo da seção, as demandas judiciais de risco provável, ainda que provisionadas no BGU, passaram a ser apresentadas com maior detalhamento neste Anexo V desde a divulgação do Anexo de Riscos Fiscais do PLDO 2023 (exercício de 2022), devido à elevada possibilidade de que parte desse risco se transforme em precatórios no curto prazo, impactando as despesas previstas no orçamento da União. Desse modo, observa-se que o risco total de demandas judiciais, somando o risco provável e o possível, alcançou R\$ 3.758,7 bilhões, um aumento de R\$ 1.626,4 bilhões em relação ao observado em 2021, o que representa um acréscimo de 76,3%.

As ações classificadas como de risco possível alcançaram o valor de R\$ 2.741,8 bilhões em 2022, um acréscimo nominal de R\$ 1.481,4 bilhões em relação ao observado em 2021, representando um aumento de 175,3%. Já as ações de risco provável totalizaram o montante de R\$ 1.016,9 bilhões, um aumento de R\$ 145 bilhões, ou 16,7% em relação a 2021.

Nos grupos de ações acima referidas, o principal motivo para a elevação expressiva nos impactos projetados foi a reclassificação de ações judiciais promovida pela nova Portaria Normativa AGU nº 68/2022.

Conforme apresentado na Tabela 29, destacam-se nas ações classificadas como de risco possível, as demandas referentes à Administração Direta, que representam 42,3% do total das ações deste grupo. Já para as ações de risco provável, sobressaem-se as demandas judiciais referentes as autarquias e fundações que representam 47,4% do total das ações de risco provável.

Tabela 29 - Demandas Judiciais de Risco Possível e Risco Provável

Em R\$ bilhões

| Demandas Judiciais     | Ano Base     |                |                |                |                |                |                |                |
|------------------------|--------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
|                        | 2015         | 2016           | 2017           | 2018           | 2019           | 2020           | 2021           | 2022           |
| <b>Risco Possível</b>  | <b>565,1</b> | <b>884,0</b>   | <b>1.195,1</b> | <b>1.528,0</b> | <b>1.540,1</b> | <b>1.316,1</b> | <b>1.260,4</b> | <b>2.741,8</b> |
| Tributário             | 327,0        | 828,3          | 1.139,5        | 1.512,8        | 1.342,1        | 862,9          | 842,6          | 892,8          |
| Demais                 | 238,1        | 55,6           | 55,6           | 15,2           | 198,0          | 453,2          | 417,8          | 1.849,0        |
| Administração Direta   | 1,0          | 4,0            | 3,1            | 3,7            | 171,6          | 230,6          | 209,3          | 1.161,8        |
| Autarquias e Fundações | 194,7        | 8,3            | 8,3            | 3,5            | 16,0           | 211,6          | 198,9          | 675,9          |
| Estatais Dependentes   | 2,0          | 2,0            | 2,1            | 2,0            | 4,0            | 4,9            | 3,7            | 3,6            |
| Banco Central          | 40,4         | 41,3           | 42,1           | 6,0            | 6,4            | 6,1            | 5,9            | 7,7            |
| <b>Risco Provável</b>  | <b>181,7</b> | <b>269,7</b>   | <b>162,6</b>   | <b>117,6</b>   | <b>659,7</b>   | <b>707,2</b>   | <b>871,9</b>   | <b>1.016,9</b> |
| Tributário             | 65,8         | 152,5          | 56,3           | 60,3           | 500,0          | 384,7          | 614,2          | 293,9          |
| Demais                 | 116,0        | 117,2          | 106,3          | 57,3           | 159,8          | 322,5          | 257,7          | 723,0          |
| Administração Direta   | 84,5         | 98,9           | 87,9           | 42,7           | 136,9          | 306,3          | 240,5          | 227,4          |
| Autarquias e Fundações | 22,0         | 8,5            | 7,0            | 2,5            | 8,2            | 1,0            | 5,2            | 482,5          |
| Estatais Dependentes   | 3,5          | 2,9            | 2,7            | 3,1            | 5,4            | 5,4            | 3,0            | 3,2            |
| Banco Central          | 6,0          | 6,9            | 8,7            | 9,0            | 9,3            | 9,8            | 9,1            | 9,9            |
| <b>Total</b>           | <b>746,8</b> | <b>1.153,7</b> | <b>1.357,7</b> | <b>1.645,6</b> | <b>2.199,8</b> | <b>2.023,3</b> | <b>2.132,3</b> | <b>3.758,7</b> |

Fonte: AGU, SEST e BCB. Elaboração: STN/MF.

A Tabela 30 mostra que as despesas decorrentes de demandas judiciais contra a União apresentam, de maneira geral, comportamento crescente, como percentual da despesa primária, desde 2014. No ano de 2022, tais despesas alcançaram o montante de R\$ 58,7 bilhões, em termos nominais, correspondendo a 3,3% da despesa primária total do ano.

Tabela 30 - Despesas Judiciais em relação à Despesa Primária

| Despesa                                      | Em R\$ bilhões |         |         |         |         |         |         |         |         |  |
|--|----------------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|--|
|  | 2014           | 2015    | 2016    | 2017    | 2018    | 2019    | 2020    | 2021    | 2022    |  |
| Ações Judiciais (Valores pagos) <sup>1</sup> | 18,8           | 26,1    | 30,3    | 31,7    | 36,5    | 41,3    | 50,3    | 54,9    | 58,7    |  |
| Despesa Primária Total                       | 1.046,5        | 1.164,5 | 1.249,4 | 1.279,0 | 1.351,8 | 1.441,8 | 1.947,2 | 1.614,7 | 1.802,0 |  |
| Percentual da Despesa Primária Total         | 1,8%           | 2,2%    | 2,4%    | 2,5%    | 2,7%    | 2,9%    | 2,6%    | 3,4%    | 3,3%    |  |

<sup>1</sup> Valores pagos referem-se a todas as Despesas da União em cumprimento a sentenças judiciais.

Fonte: AGU, PGFN, SEST, BCB. Elaboração: STN/MF.

#### 4.1.2 Passivos Contingentes em Fase de Reconhecimento

Para melhor compreensão do que são e da situação em que se encontram os passivos contingentes em fase de reconhecimento, optou-se por dividi-los em três grupos, sendo eles:

1. Dívidas decorrentes da extinção/dissolução de entidades da Administração Federal;
2. Dívidas diretas da União; e
3. Dívidas decorrentes do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS.

#### Dívidas Decorrentes da Extinção/Dissolução de Entidades da Administração Pública Federal

Por força da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, e de outras leis específicas que extinguiram entidades da Administração Pública Federal, a União sucedeu tais entidades em seus direitos e obrigações decorrentes de norma legal, ato administrativo ou contrato. Dessa forma, neste grupo, encontram-se os compromissos assumidos pela União em virtude da extinção/dissolução de autarquias/empresas, como, por exemplo: Empresas Nucleares Brasileiras S/A – Nuclebrás, Rede

Ferrovária Federal S/A – RFFSA, Centrais de Abastecimento do Amazonas – CEASA/AM e Petrobrás Mineração S/A – Petromisa.

### Dívidas Diretas da União

As dívidas de responsabilidade direta da União originam-se de variados eventos. Dentre esses, podem-se destacar dois: (i) a Constituição de 1988 que determinou a criação dos Estados de Roraima, Amapá e Tocantins, livres dos compromissos decorrentes dos investimentos feitos nos respectivos territórios, que foram atribuídos à União; e (ii) dispositivos legais que autorizaram as instituições financeiras federais a prestar auxílio financeiro, ou participar de alguma política pública, com o compromisso de posterior ressarcimento, pela União.

### Dívidas Decorrentes do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS)

O Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS é um fundo público criado em 1967, como elemento importante do então recém estruturado Sistema Financeiro de Habitação – SFH, gerido pelo Banco Nacional da Habitação – BNH. O FCVS foi criado com a finalidade de cobrir os saldos residuais eventualmente existentes no encerramento dos contratos de financiamento habitacional celebrados no âmbito do SFH. Sua finalidade declarada foi a de “*dar tranquilidade aos tomadores dos financiamentos habitacionais*”. As receitas destinadas ao Fundo consistiram/consistem em um aporte inicial da União, mais as contribuições periódicas dos agentes financeiros e dos mutuários. A Caixa Econômica Federal - CAIXA é a administradora do FCVS, desde a extinção do BNH, em 1986.

Cerca de 3,4 milhões de contratos de financiamento foram celebrados entre os mutuários e os diversos agentes financeiros do setor de habitação, contendo a cláusula de cobertura pelo FCVS, bem como da chamada ‘equivalência salarial’, especialmente nas décadas de 1970/80. Contudo, nos anos 1980, a combinação de espiral inflacionária, achatamento salarial e decisões governamentais que ampliaram os subsídios aos mutuários levou ao colapso do sistema, pois o FCVS não teve/teria fluxo de receitas suficiente para fazer frente aos vultosos saldos devedores reais que resultaram daqueles fatores.

Com a finalidade de equacionar esse passivo, foi editada a Medida Provisória nº 1.520, de 24 de setembro de 1996 (convertida na Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000), mediante a qual a União foi autorizada a celebrar, com os agentes financeiros credores do FCVS, contratos de novação de dívida, os quais estabelecem o pagamento mediante a emissão direta de títulos de longo prazo, denominados CVS, emitidos pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Devido à circunstância de que outras dívidas (derivadas dos saldos residuais) vieram a ser legalmente atribuídas à União, houve a segregação operacional dessas importâncias em quatro Valores de Avaliação de Financiamento – VAFs, a saber:

a) Os saldos residuais dos contratos de financiamento habitacional (encerrados) constituem o VAF 1, se o recurso não provém do FGTS, e o VAF 2, se a origem do recurso é o FGTS. Eles são objeto do art. 1º da MP nº 1.520/1996 - Lei nº 10.150/2000.

b) Os créditos denominados “VAFs 3 e 4” não faziam parte da MP original, e foram posteriormente introduzidos na legislação, contemplando aspectos específicos das operações de financiamento com recursos do FGTS:

i) VAF 3, previsto no art. 15 da Lei nº 10.150/2000, que autorizou o Tesouro Nacional a assumir e ressarcir o valor das parcelas do *pro rata* correspondente à diferença entre os valores do saldo devedor contábil da operação de financiamento habitacional e o saldo devedor residual de responsabilidade do FCVS;

ii) VAF 4, incorporado no art. 44 da Medida Provisória nº 2.181-45, de 24 de agosto de 2001, que autorizou a União a assumir a diferença entre a taxa de juros dos contratos de financiamento do Sistema Financeiro da Habitação – SFH, celebrados até dezembro de 1987 com mutuários finais, lastreados com recursos do FGTS, e a taxa efetiva de 3,12% a.a., referente ao período de 1º/1/1997 a 31/12/2001.

Assim, os VAFs 3 e 4 são créditos adicionais (ou derivados, ou complementares) aos VAFs 1 e 2, que são os saldos residuais de responsabilidade do FCVS referidos no art. 1º da Lei nº 10.150/2000. Por essa razão, a formalização da assunção dos VAFs 3 e 4 (quando existentes) relativos a determinado lote de contratos ocorre em processo administrativo próprio e, necessariamente, após a conclusão da novação dos VAFs 1 e 2 daquele lote. O contrato de assunção é celebrado entre a União e o FGTS (representado pelo seu agente operador, a CAIXA), com a interveniência do agente financeiro.

O controle e a evidenciação dos dois tipos de dívidas originados do FCVS passaram a ser feitos de forma segregada: (i) no BGU, a partir de 2018; e, (ii) no Anexo de Riscos Fiscais a partir da LDO de 2019.

O passivo da União decorrente do FCVS vem sendo progressivamente liquidado mediante a celebração de sucessivos contratos entre a União e os agentes financeiros (ou seuscessionários, ou o FGTS). De fato, desde 1998 foram celebrados 563 contratos de novação (dos VAFs 1 e 2) ou de assunção (dos VAFs 3 e 4), totalizando R\$ 223,0 bilhões, em valores posicionados em fevereiro/2023. Os contratos estabelecem o pagamento mediante títulos de longo prazo denominados CVS, com vencimento em 1º de janeiro de 2027, com pagamento de parcelas mensais de juros desde 1º de janeiro de 2005, e de parcelas mensais do principal desde 1º de janeiro de 2009.

Trata-se, assim, do maior passivo contingente da União em regularização. A estimativa do estoque a ser ainda pago resulta: (i) da apuração dos saldos nos contratos já apresentados à habilitação (pelos agentes à Caixa); e (ii) das avaliações atuariais periódicas efetuadas por empresa contratada pela Caixa, e que inclui a parcela de contratos não apresentados à habilitação.

Adicionalmente, a MP nº 513/2010, convertida na Lei nº 12.409/2011, autorizou o FCVS a assumir, na forma disciplinada em ato do seu Conselho Curador - CCFCVS, direitos e obrigações do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação - SH/SFH e oferecer cobertura direta a contratos de financiamento habitacional averbados na Apólice do SH/SFH.

A Tabela 31 demonstra a evolução da regularização dos passivos contingentes nos últimos três exercícios, segregados conforme os agrupamentos indicados no início desta seção.

Tabela 31 - Evolução dos passivos contingentes administrados pela STN

Em R\$ milhões

| Classificação         | 2020     |           |      | 2021     |           |      | 2022     |           |      |
|-----------------------|----------|-----------|------|----------|-----------|------|----------|-----------|------|
|                       | LOA      | Empenhado | Pago | LOA      | Empenhado | Pago | LOA      | Empenhado | Pago |
| Extinção de entidades | 5.670,90 | -         | 0    | 5.670,00 | -         | 0    | 6.220,70 | 0         |      |
| Dívida direta         |          | -         | 0    |          | -         | 0    |          | 24,4      | 24,4 |

|              |                  |                 |                 |                  |                  |                 |                  |                  |                 |
|--------------|------------------|-----------------|-----------------|------------------|------------------|-----------------|------------------|------------------|-----------------|
| FCVS         | 15.857,10        | 3.816,00        | 2.623,00        | 25.000,00        | 11.923,40        | 6.541,00        | 25.000,00        | 11.359,80        | 5.097,10        |
| <b>Total</b> | <b>21.528,00</b> | <b>3.816,00</b> | <b>2.623,00</b> | <b>30.670,00</b> | <b>11.923,40</b> | <b>6.541,00</b> | <b>31.220,70</b> | <b>11.384,20</b> | <b>5.121,50</b> |

*Obs.: Inclui pagamentos relativos a restos a pagar*

*Fonte e Elaboração: STN/MF*

Até o Anexo de Riscos Fiscais do exercício anterior, os valores apresentados nesta tabela referiam-se aos valores contratados no ano civil. Contudo, a partir de 2021, passou-se a inscrever os processos de FCVS que se encontravam em estágio avançado de contratação em restos a pagar. Com isso, passou a existir uma divergência significativa entre o que foi contratado no ano civil e a execução orçamentária do exercício. Desse modo, a partir deste ARF, passou-se a adotar a execução orçamentária (sob a lógica da Lei nº 4.320/67) como forma de segregação dos exercícios. Isso significa que novos pagamentos relativos a empenhos de 2021 e 2022 ainda devem ser realizados neste ano, quando se aproximarem dos valores que foram efetivamente empenhados.

Além disso, vale destacar no que tange ao FCVS que as publicações das Leis nº 13.932, de 11 de dezembro de 2019, e, posteriormente, da nº 14.257, de 1º de dezembro de 2021 (que promoveram alterações na Lei nº 10.150/2000) trouxeram um aumento significativo nos valores empenhados e pagos, como pode-se verificar na tabela ao se comparar o exercício de 2020 com 2021 e 2022, ainda que a execução esteja em um patamar aquém do necessário para a liquidação do passivo até 31/12/2026.

A Tabela 32 traz a posição do estoque conforme registrado no balanço das unidades gestoras 170700 e 170381, bem como o estimado na LOA do exercício corrente.

Tabela 32 - Valores provisionados no BGU e estimado na LOA, por tipo de Passivo

| Passivo                      | Em R\$ milhões          |                  |                  |                 |
|------------------------------|-------------------------|------------------|------------------|-----------------|
|                              | Valor do estoque no BGU |                  |                  | Valor LOA       |
|                              | 2020                    | 2021             | 2022             | 2023            |
| Extinção de entidades        | 259,4                   | 288,0            | 280,1            | 6.905,0         |
| Dívida direta <sup>1</sup>   | 5.372,8                 | 5.911,0          | 6.105,0          |                 |
| FCVS VAFs 1 e 2 <sup>2</sup> | 100.566,2               | 98.643,8         | 90.537,2         | 25.000,0        |
| FCVS VAFs 3 e 4 <sup>3</sup> | 7.415,1                 | 7.415,1          | 7.908,2          |                 |
| <b>Total</b>                 | <b>113.613,5</b>        | <b>112.257,9</b> | <b>104.830,5</b> | <b>31.905,0</b> |

<sup>1</sup> Refere-se, predominantemente, a passivos contingentes da União com a Caixa, pendentes de pleno reconhecimento que possibilite o andamento dos respectivos processos administrativos de regularização. No BGU, esse passivo compõem a categoria "Riscos Fiscais".

<sup>2</sup> Estimativa a partir de informações do balanço do FCVS registrado no SIAFI.

<sup>3</sup> Estimativas a partir de informações apresentadas pela CAIXA, administradora do FCVS.

*Fonte: STN/ MF e CAIXA. Elaboração: STN/MF.*

A Tabela 33 apresenta a estimativa de pagamentos dos passivos em reconhecimento para o exercício de 2023 e para os três subsequentes, bem como demonstra o impacto fiscal para cada um deles.

Tabela 33 - Obrigações oriundas de passivos contingentes a regularizar

| Passivo       | Credores           | Fluxo Estimado        |          |       |      | Impacto Financeiro (F) Primário (P) |
|---------------|--------------------|-----------------------|----------|-------|------|-------------------------------------|
|               |                    | 2023 <sup>1</sup>     | 2024     | 2025  | 2026 |                                     |
|               |                    | Extinção de entidades | Diversos | 280,1 | -    |                                     |
| Dívida direta | CAIXA <sup>2</sup> | 6.105,0               | -        | -     | -    | F                                   |

*Em R\$ milhões*

| Passivo         | Credores   | Fluxo Estimado    |                 |                 |                 | Impacto Financeiro (F) Primário (P) |
|-----------------|--|-------------------|-----------------|-----------------|-----------------|-------------------------------------|
|                 |  | 2023 <sup>1</sup> | 2024            | 2025            | 2026            |                                     |
| FCVS VAFs 1 e 2 | Agentes do SFH ou seus cessionários                                | 23.000,0          | 23.000,0        | 23.000,0        | 21.562,0        | F                                   |
| FCVS VAFs 3 e 4 | FGTS, com eventual repasse aos agentes do SFH ou seus cessionários | 2.000,0           | 2.000,0         | 2.000,0         | 1.883,2         | F                                   |
| <b>Total</b>    |  | <b>31.385,1</b>   | <b>25.000,0</b> | <b>25.000,0</b> | <b>23.445,2</b> |                                     |

<sup>1</sup> Dentro dos limites estabelecidos no LOA 2023 - ações 00Q3 e 00QE.

<sup>2</sup> Posição em 31/12/2022.

Fonte: STN / MF e CAIXA. Elaboração: STN/MF.

Destaca-se que as potenciais obrigações atinentes à dívida direta, conforme demonstrado no BGU, referem-se a dois passivos junto à CAIXA. O processo de reconhecimento e liquidação de tais obrigações está a cargo da comissão de que trata o Decreto nº 10.802, de 17 de setembro de 2021.

Há que se ressaltar que estas obrigações geram impacto fiscal no endividamento público via emissão de títulos, mas não impactam a apuração do resultado primário, pois são objeto do correspondente ajuste patrimonial pelo Banco Central do Brasil.

#### 4.1.3 Garantias Prestadas pelo Tesouro Nacional

O Sistema de Garantias da União é um dos pilares do regramento fiscal do Brasil, estruturado para assegurar o equilíbrio das contas públicas e a responsabilidade dos agentes na condução da política fiscal, assim como garantir o enquadramento legal quanto à natureza do endividamento dos entes públicos, incluídos os da esfera federal e subnacional.

Tendo em vista a missão da Secretaria do Tesouro Nacional – STN de gerir as contas públicas de forma eficiente e transparente, o fluxo de trabalho referente às concessões de garantia pela União no âmbito da STN engloba a concessão de garantias, mas também o controle e execução de garantias e contragarantias.<sup>16</sup>

##### 4.1.3.1 Garantias de Operações de Crédito

Esta classe de passivos contingentes inclui as garantias prestadas pela União a operações de crédito, nos termos do inciso IV do art. 29 e do art. 40 da LRF. Trata-se dos avais concedidos pela União aos entes federados e aos entes da administração indireta, das três esferas de governo, para a concessão de crédito, nos termos da lei. As garantias a operações de crédito podem ser internas ou externas, conforme a origem do financiamento que é objeto da garantia.

A STN monitora os eventuais atrasos no pagamento de operações de crédito garantidas, estabelecendo prazos para regularização das pendências e alertando os devedores quanto às sanções, penalidades e consequências previstas nos contratos e na legislação pertinente.

<sup>16</sup> Relatório Quadrimestral de Operações de Crédito Garantidas (RQG):

<https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/relatorio-quadrimestral-de-operacoes-de-credito-garantidas-rqg/2022/29>

A Tabela 34 sintetiza a evolução do saldo devedor das operações de crédito garantidas pela União conforme Relatório Quadrimestral de Operações de Crédito Garantidas do terceiro quadrimestre de 2022, segundo as diferentes naturezas das operações.

Tabela 34 - Saldo devedor das Dívidas Garantidas em Operações de Crédito

Em R\$ bilhões

| Garantias em Operações de Crédito | Saldo Devedor<br>Valor Realizado (\$) <sup>1</sup> |              |              |              |              |              |
|-----------------------------------|--|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
|                                   | 2017   | 2018         | 2019         | 2020         | 2021         | 2022         |
| <b>Garantias Internas</b>         | <b>111,5</b>                                       | <b>114,3</b> | <b>109,3</b> | <b>114,1</b> | <b>112,9</b> | <b>105,4</b> |
| Estados                           | 84,7   | 91,4         | 90,9         | 97,3         | 96,7         | 90,1         |
| Municípios                        | 3,9  | 3,9          | 4,9          | 6,9          | 8,2          | 9,2          |
| Bancos Federais                   | 6,5  | 6,1          | 5,4          | 4,7          | 4,1          | 3,2          |
| Estatais Federais                 | 16,0   | 12,7         | 8,2          | 5,1          | 3,9          | 2,9          |
| Entidades Controladas             | 0,4  | 0,2          | 0,0          | 0,0          | 0,0          | 0,0          |
| <b>Garantias Externas</b>         | <b>121,9</b>                                       | <b>143,9</b> | <b>146,6</b> | <b>181,9</b> | <b>190,5</b> | <b>171,5</b> |
| Estados                           | 91,2   | 107,7        | 109,6        | 135,2        | 137,4        | 123,8        |
| Municípios                        | 11,1   | 13,4         | 14,6         | 20,0         | 22,4         | 21,7         |
| Bancos Federais                   | 12,6   | 13,1         | 12,3         | 14,4         | 18,7         | 15,9         |
| Estatais Federais                 | 1,4  | 2,2          | 2,4          | 2,9          | 2,9          | 2,5          |
| Entidades Controladas             | 5,6  | 7,5          | 7,7          | 9,5          | 9,2          | 7,6          |
| <b>Total</b>                      | <b>233,4</b>                                       | <b>258,2</b> | <b>255,9</b> | <b>296,0</b> | <b>303,4</b> | <b>276,8</b> |

<sup>1</sup> Utilizada PTAX de venda do fechamento de 31/12/2022 para apuração de valores em reais.

Fonte e elaboração: STN/MF.

Ao final do 3º quadrimestre de 2022, o saldo da dívida garantida em operações de crédito alcançou R\$ 276,85 bilhões, com a dívida garantida em operações de crédito externas respondendo por R\$ 171,48 bilhões, equivalente a 61,94% do total, enquanto a dívida garantida em operações de crédito internas representa R\$ 105,37 bilhões, 38,06% do total. O saldo devedor das operações de crédito garantidas pela União apresenta um crescimento de aproximadamente 18,64% no período entre 2017 e 2022.

A Tabela 35 demonstra as estimativas de saldo devedor das garantias em operações de crédito e, também, de honras de garantias para o atual e os próximos três exercícios. A previsão de honras apresenta os valores projetados de pagamentos de garantias da União em obrigações de entes abrigados pelo Regime de Recuperação Fiscal (RRF) ou em condições de adesão, e de entes que possuem seus compromissos honrados pela União e que se encontram amparados por liminares expedidas pelo STF impedindo a regular execução de contragarantias.

Tabela 35 - Estimativas: Saldo Devedor e Honras de Garantias de Operações de Crédito

Em R\$ bilhões

| Estimativas                                     | 2023  | 2024  | 2025  | 2026  |
|---|-------|-------|-------|-------|
| Saldo Dev. das Garantias de Op. Cred. (estoque) | 279,1 | 266,4 | 247,8 | 226,6 |
| Honras de Garantias a Op. Cred. (fluxo)         | 15,1  | 14,5  | 14,1  | 13,8  |

Fonte e elaboração: STN/MF.

A Tabela 36 apresenta o histórico de honras ocorridas entre 1999 e 2022.

Tabela 36 - Garantias honradas pela União

Em R\$ milhões

| Anos        | Valor Estimado | Valor Realizado |
|-------------|----------------|-----------------|
| 1999/2000   | -              | 187,3           |
| 2001        | -              | 15,3            |
| 2002        | -              | 28,0            |
| 2003        | -              | 6,5             |
| 2004        | -              | 36,1            |
| 2005 a 2015 | -              | -               |
| 2016        | -              | 2.377,7         |
| 2017        | -              | 4.059,8         |
| 2018        | 4.436,1        | 4.823,1         |
| 2019        | 8.426,3        | 8.353,7         |
| 2020        | 11.804,1       | 13.331,4        |
| 2021        | 9.490,3        | 8.964,8         |
| 2022        | 9.952,8        | 9.782,9         |

Fonte e Elaboração: STN/MF.

No que concerne à natureza do impacto, o pagamento de garantias pela União em operações de crédito é exclusivamente financeiro. As fontes utilizadas para a honra de garantias são 1443 e 1444, ambas alimentadas por receitas de emissões de títulos, sendo a 1443 para amortização de principal e a 1444 para juros.

#### 4.1.3.1.1 Medidas de mitigação de riscos

As medidas de mitigação para a prevenção de ocorrência do risco contemplam a análise de oportunidade e conveniência para a concessão da garantia da União nas operações de crédito, o que implica avaliar a capacidade de pagamento do mutuário e as contragarantias por ele oferecidas para mitigar os riscos para o Tesouro Nacional.

A materialização desse risco ocorre no pagamento das honras de garantias realizado pelo Tesouro Nacional advindo do inadimplemento das operações de crédito garantidas. Dessa forma, o Tesouro Nacional mitiga esse risco ao incorporar a previsão orçamentária para honras de garantias na necessidade de financiamento bruta do governo federal.

Cabe informar que a concessão de garantias pela União em operações de crédito tem como contrapartida a vinculação, pelo tomador de crédito, de contragarantias em valor suficiente para cobertura dos compromissos financeiros assumidos, conforme previsto em lei. Dessa forma, sempre que a União honra compromissos de outrem em decorrência de garantias por ela oferecidas, são acionadas as contragarantias correspondentes visando a recuperação dos valores dispendidos na operação. Além do valor original devido, são incluídos juros de mora, multas e outros encargos eventualmente previstos nos contratos de financiamento. As contragarantias vinculadas, previstas nos contratos de contragarantia, podem ser, entre outras: Cotas do Fundo de Participação dos Estados – FPE; Fundo de Participação dos Municípios – FPM; além do fluxo de outras receitas próprias do ente da federação.

É importante destacar que a União está impedida de executar as contragarantias de diversos estados que obtiveram liminares no Supremo Tribunal Federal (STF) suspendendo a execução das referidas contragarantias e também as relativas aos Estados de Goiás, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, que estão sob o Regime de Recuperação Fiscal (RRF) instituído pela Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017 (alterada pela Lei Complementar nº 178, de 13 janeiro de 2021).

#### 4.1.3.1.2 Valores provisionados na LOA referentes aos riscos apresentados

Foram consignadas na Lei Orçamentária Anual – LOA de 2023 dotações orçamentárias para fazer face aos pagamentos de honras de garantias no valor de R\$ 13,17 bilhões. Tal montante refere-se aos valores projetados de pagamentos de garantias da União em obrigações de estados no RRF, ou em condições de adesão, e de entes que vem tendo seus compromissos honrados devido a liminares judiciais.

Tendo em vista as mais recentes inadimplências em operações de crédito garantidas de estados devido a liminares judiciais advindas da Lei Complementar nº 194/2022, foi solicitada suplementação nas dotações orçamentárias de honras de garantias constantes da LOA 2023.

#### 4.1.3.1 Garantias de Fundos e Programas

O estoque de garantias prestadas pelo Tesouro Nacional a Fundos e Programas é de R\$ 3.662,2 milhões, com posição de 31/12/2022. Cerca de 72% desse valor decorre da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, referente ao risco de operações ativas junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), enquanto os demais valores são referentes à Assunção de Riscos das Operações do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura – Pronaf e do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana.

Em 2022, a STN realizou o pagamento de R\$ 30,9 milhões no âmbito do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana (ação orçamentária 00QM). Destaca-se que esse valor já estava previsto na LOA 2022 e em RAP com dotação orçamentária específica. Da mesma forma, foi previsto na LOA 2023 o valor de R\$ 100 milhões para a mesma finalidade no âmbito do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana.

A Tabela 37 mostra a evolução do estoque de garantias prestadas a Fundos e Programas e dos pagamentos realizados nos últimos 3 exercícios.

Tabela 37 - Garantias prestadas pelo TN a fundos e programas

*Em R\$ milhões*

| <b>Garantias a fundos e programas</b>  | <b>2018</b> | <b>2019</b> | <b>2020</b> | <b>2021</b> | <b>2022</b> |
|--|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Saldo de garantias (estoque)           | 22.862,3    | 23.674,6    | 5.631,3     | 3.651,3     | 3.662,2     |
| Honras de garantias realizadas (fluxo) | -           | 153,7       | 25,1        | 185,4       | 30,9        |

*Fonte e elaboração: STN/MF.*

#### 4.1.4 Fundos Constitucionais de Financiamento

A Constituição Federal de 1988 destinou 3% do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza (IR) e sobre produtos industrializados (IPI) para aplicação em programas de financiamento aos setores produtivos das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Com isso, foram criados os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO), para os quais são transferidos aqueles recursos.

Tendo em vista que os Fundos têm natureza pública e compõem o patrimônio da União, as provisões reduzem, indiretamente, o patrimônio da União. Por esta razão, estão contidos neste Anexo de Riscos Fiscais.

A Portaria Interministerial nº 11, de 28/12/2005, editada pelos Ministérios da Integração Nacional – MI e da Fazenda – MF, estabelece as normas de contabilização e de estruturação dos balanços dos fundos FNO, FNE e FCO, bem como os critérios para provisões e registro de prejuízos. De acordo com os critérios estabelecidos em seu artigo 3º, nas operações em que os Fundos assumam risco integral ou compartilhado, o banco administrador de cada Fundo deve constituir provisão para créditos de liquidação duvidosa referentes às parcelas do principal e encargos vencidos há mais de cento e oitenta dias. Tais provisionamentos resultam em déficit primário no momento de sua ocorrência.

Com base no balanço dos Fundos Constitucionais de 31/12/2022 para o FCO, o FNE e o FNO, constata-se que as despesas com provisões para devedores duvidosos somaram, respectivamente, R\$ 13,5 milhões, R\$ 919,6 milhões e R\$ 173,6 milhões, totalizando R\$ 1.106,7 milhões. Tais valores estão apresentados nas contas de resultado dos balanços dos respectivos fundos. Adicionalmente, os bancos administradores desses fundos projetam os valores de provisão esperados para os anos futuros. A Tabela 38 consolida essas informações.

Tabela 38 - Fundos Constitucionais: previsão de despesas com provisão para devedores duvidosos

*Em R\$ milhões*

| Fundos       | Realizado         | Estimativa     |                |                |                |
|--------------|-------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
|              | 2022 <sup>1</sup> | 2023           | 2024           | 2025           | 2026           |
| FCO          | 13,5              | 12,2           | 11,0           | 9,9            | 8,9            |
| FNE          | 919,6             | 862,8          | 944,9          | 1.035,5        | 1.123,6        |
| FNO          | 173,6             | 226,9          | 198,7          | 169,2          | 133,7          |
| <b>Total</b> | <b>1.106,7</b>    | <b>1.101,9</b> | <b>1.154,5</b> | <b>1.214,5</b> | <b>1.266,2</b> |

<sup>1</sup> Valores efetivamente realizados (31/12/2022).

A despesa com provisão para devedores duvidosos afeta a rubrica de resultado dos fundos constitucionais que, por sua vez, impacta o resultado primário do Governo Central.

**Fonte:** Bancos Administradores dos Fundos Constitucionais. **Elaboração:** STN/MF.

Por outro lado, os créditos baixados como prejuízo e registrados em contas de compensação podem ser futuramente recuperados, mesmo que em pequena fração. Esses créditos, que outrora geraram impacto fiscal negativo no momento da provisão, poderão afetar positivamente o resultado primário na eventualidade de recuperação. Com base nos balanços de 31/12/2022, para o FCO, o FNE e o FNO, os valores baixados como prejuízo e não recuperados até a referida data, relativos a operações com risco dos fundos, foram de R\$ 728,2 milhões para o FCO, R\$ 11.096,2 milhões para o FNE e R\$ 4.096,1 milhões para o FNO, totalizando R\$ 15.920,6 milhões, conforme Tabela 39. Os valores constantes da coluna A correspondem a créditos outrora baixados em prejuízo que foram recuperados no decorrer de 2022.

Tabela 39 - Recuperação e estoque de créditos dos fundos constitucionais baixados como prejuízo

*Em R\$ milhões*

| Fundos <sup>1</sup> | Recuperação de créditos baixados como prejuízo (A) | Estoque de créditos baixados como prejuízo (B) | Quociente de recuperação (A/B) |
|---------------------|--|--|--------------------------------|
| FCO                 | 6,5  | 728,2  | 0,90%                          |
| FNE                 | 791,2  | 11.096,2                                       | 7,13%                          |

Em R\$ milhões

| Fundos <sup>1</sup> | Recuperação de créditos baixados como prejuízo (A) | Estoque de créditos baixados como prejuízo (B) | Quociente de recuperação (A/B) |
|---------------------|--|--|--------------------------------|
| FNO                 | 253,6  | 4.096,1  | 6,19%                          |
| <b>Total</b>        | <b>1.051,3</b>                                     | <b>15.920,6</b>                                | <b>6,60%</b>                   |

<sup>1</sup>Posição: 31/12/2022

Fonte: Balanços Patrimoniais dos Fundos Constitucionais e informações enviadas pelos bancos administradores.

Elaboração: STN/MF.

O impacto dessas operações nas estatísticas fiscais, seja de provisão ou de recuperação de créditos, se dá na rubrica de resultado dos fundos constitucionais e afeta o resultado primário do Governo Central.

#### 4.1.5 Seguro de Crédito à Exportação - Fundo de Garantia à Exportação

O Seguro de Crédito à Exportação (SCE) é o instrumento público da União para cobertura contra riscos comerciais, políticos e extraordinários, com lastro no Fundo de Garantia à Exportação (FGE), que possam afetar operações de crédito às exportações brasileiras. O SCE pode cobrir financiamento concedido por qualquer banco, público ou privado, brasileiro ou estrangeiro, a exportações brasileiras, sem restrições de bens ou serviços ou quanto ao país do importador.

A garantia da União para operações de crédito à exportação cobre: a) riscos comerciais para prazos de financiamento superiores a 2 anos; b) riscos políticos e extraordinários para qualquer prazo de financiamento; c) riscos comerciais, políticos e extraordinários para micro, pequenas e médias empresas (MPME) em operações de até 2 anos (este tipo de operação está suspenso, no momento); e d) risco de adiantamento de recursos e de performance para o setor de defesa e para produtos agrícolas beneficiados por cotas tarifárias para mercados preferenciais.

As principais informações atuariais do FGE são apresentadas a seguir, com destaque para os valores de exposição total do fundo, que totalizam US\$ 6,4 bilhões (posição de jan/2023).

Em relação à solvência, que é a capacidade do fundo de fazer frente às suas obrigações correntes, além da capacidade de reter novas obrigações, as métricas para o seu cálculo encontram-se na Tabela 40.

Tabela 40 - Indicadores de Solvência do FGE

| Indicadores de Solvência FGE  | Em milhões (R\$/US\$) |          |       |
|---|-----------------------|----------|-------|
|   | jan/2023              | dez/2022 | Δ%    |
| Patrimônio Líquido do FGE (Contábil) (R\$)                            | 40.842,2              | 40.676,6 | 0,4%  |
| Patrimônio Líquido do FGE (Contábil) (US\$)                           | 8.009,4               | 7.795,9  | 2,7%  |
| PPNG (Provisão de Prêmios não ganhos) (US\$)                          | 394,6                 | 416,3    | -5,2% |
| Exposição Vigente Total (Cobertura Total Atual) (A) (US\$)            | 6.410,5               | 6.620,9  | -3,2% |
| Capital Requerido (k%) (B)  | 10,01%                | 10,05%   | -0,4% |
| Margem de Solvência (Patrimônio Líquido Exigido - PLE) = (A)*(B) US\$ | 641,6                 | 665,4    | -3,6% |

\*Cotação Ptax do último dia do mês para venda.

Fonte: ABGF.

Elaboração: CAMEX/SE/MDIC.

#### 4.1.5.1 Riscos fiscais mapeados relacionados a operações do FGE

Com relação aos riscos fiscais mapeados relacionados às operações do FGE, embora haja sustentabilidade atuarial e provisionamento de liquidez adequado do Fundo, seu limite operacional se dá por meio de sua capacidade de indenização e, por conseguinte, pela dotação orçamentária consignada. Dessa forma, a incerteza na obtenção da dotação orçamentária necessária à operação do SCE/FGE gera risco ao pagamento de garantias.

Isso ocorre porque se trata de fundo especial de natureza contábil, nos termos do §1º do art. 71 do Decreto nº 93.872/1986, constituído por disponibilidades financeiras evidenciadas em registros contábeis, destinadas a atender a saques efetuados diretamente contra o caixa do Tesouro Nacional. Os recursos da arrecadação de prêmios e seu patrimônio, portanto, destinam-se à Conta Única do Tesouro, e, sem autorização orçamentária, não podem ser livremente utilizados para eventual honra de garantias ou dispêndio com outras atividades necessárias à operação do Fundo, como a contratação de advogados para a recuperação de créditos e a devolução de prêmios. Segundo o art. 72 do decreto já mencionado, a *“aplicação de receitas vinculadas a fundos especiais far-se-á através de dotação consignada na Lei de Orçamento ou em crédito adicional.”*

No que tange à natureza das despesas do FGE, essas se enquadram na categoria das despesas discricionárias e, no caso de limitações de empenho e movimentação financeira para cumprimento da meta fiscal, no transcorrer da execução orçamentária, há impactos em tal categoria de despesa, de acordo com o que estabelece o art. 9º da LRF.

Há ainda o risco cambial associado às operações do FGE, uma vez que as suas despesas são lastreadas em dólar estadunidense, enquanto o orçamento é estabelecido em moeda nacional. A variação cambial entre o momento da elaboração do orçamento para um exercício até o momento do pagamento da indenização gera incerteza quanto à adequação orçamentária do Fundo. Ressalta-se que o período entre a elaboração do orçamento e o efetivo pagamento de indenização pode durar até dois anos.

Os últimos exercícios vêm consolidando tendência de queda acentuada na exposição brasileira relacionada ao uso da ferramenta de seguro de crédito à exportação, principalmente em virtude de:

- O Fundo de Garantia à Exportação – FGE, que dá lastro ao Seguro, passou a enfrentar restrições orçamentárias mais significativas a partir de 2017, quando o volume de sinistros nas operações cobertas pelo SCE aumentou de maneira importante devido aos *defaults* soberanos de Moçambique, Venezuela e Cuba;
- Como efeito secundário, o aumento nas constrições orçamentárias enfrentadas pelo Fundo levou à adoção de mecanismos internos prudenciais adicionais para a aprovação de novas operações, como por exemplo a impossibilidade de avaliação nos comitês de operações com potencial impacto financeiro no mesmo exercício da aprovação quando não há adequação entre a dotação orçamentária e os compromissos já assumidos;
- Registra-se que entendimento da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (Parecer nº 4.392/2022/ME, de 4 de abril de 2022), esclareceu não haver necessidade de dotação orçamentária específica para aprovação de novas operações dado que não implica dispêndio. Logo, novas operações são esperadas nos próximos meses;
- Como resultado secundário das punições oriundas de processos judiciais envolvendo empresas que detinham fatia significativa da exposição na política pública, com

destaque para o setor de infraestrutura, uma parte das operações aprovadas tiveram seus saldos cancelados e excluídos da exposição nacional;

- Ademais, número significativo de operações de exportação com cobertura do SCE foram concluídas, conseqüentemente tendo seus saldos removidos da referida exposição.

Em janeiro de 2023, a exposição total do FGE estava em US\$ 6,4 bilhões com a seguinte distribuição por setor do devedor: 45,6% em Transporte Aéreo de Passageiros, 43,7% em Administração Pública, 5,3% em Energia Elétrica, 4,8% em Defesa e 0,5% em outros setores. Quanto à exposição do FGE por agente financeiro, em janeiro de 2023, 91,3% do total da carteira corresponde às operações financiadas pelo BNDES.

#### 4.1.5.2 Possíveis conseqüências de insuficiência de orçamento do FGE

Na hipótese de a União não honrar sua obrigação em um contrato regularmente constituído, o Garantido poderá procurar a execução da dívida via processo judicial e a União terá que pagar juros de mora em razão do atraso, conforme determinado pelo Artigo 5º da Lei nº 11.960, de 29 de junho de 2009:

*“Art. 5º Nas condenações impostas à Fazenda Pública, independentemente de sua natureza e para fins de atualização monetária, remuneração do capital e compensação da mora, haverá a incidência uma única vez, até o efetivo pagamento, dos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança”.*

No entanto, as conseqüências do não pagamento das obrigações do SCE/FGE podem ter maior abrangência. A fim de detalhar essa perspectiva tem-se que, até o momento, as indenizações dos sinistros que já estão em curso têm como beneficiário o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e o Banco do Brasil. A inadimplência com esses Garantidos pode configurar operação de crédito com instituição financeira controlada pela União, prática vedada pelo Artigo 36 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal):

*“Artigo 36. É proibida a operação de crédito entre uma instituição financeira estatal e o ente da Federação que a controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo”.*

Ainda, é importante alertar que, caso o Garantido seja uma instituição financeira internacional, existe a possibilidade de declaração do *Cross-Default* (inadimplência cruzada) do Brasil, que vincula contratos de dívida não relacionados, implicando a possibilidade de declaração do default do Brasil em todos os contratos em que o país figura como devedor. Esse cenário traria conseqüências inestimáveis sobre a confiança no Governo e na economia nacional como um todo.

#### 4.1.5.3 Mensuração dos impactos da manutenção do SCE - FGE

A estimativa do impacto nas contas públicas da manutenção do SCE, com lastro no FGE, considerando atual carteira do fundo, em 2023 e nos três anos subsequentes, é apresentada na Tabela 41.

Tabela 41 - Estimativa de impacto da manutenção do Seguro de Crédito à Exportação

|  | Em R\$ milhões |       |       |       |
|--|----------------|-------|-------|-------|
|  | 2023           | 2024  | 2025  | 2026  |
| Estimativa de pagamentos do FGE (R\$) <sup>1</sup> | 868,0          | 633,0 | 493,0 | 415,0 |

<sup>1</sup> As estimativas foram obtidas a partir da estimativa de impacto orçamentário em 2024, ponderada pelo Run-Off dos exercícios seguintes, fornecido pela ABGF.

Fonte: CAMEX/SE/MDIC.

#### 4.1.6 Fundos Garantidores

Os Fundos Garantidores tratados neste Anexo de Riscos Fiscais possuem natureza privada e patrimônio próprio separado do patrimônio dos cotistas, estando sujeitos a direitos e obrigações próprios. O patrimônio dos fundos é formado pelos aportes de bens e direitos realizados pelos cotistas, por meio da integralização de cotas, e pelos rendimentos obtidos com sua administração. A responsabilidade dos cotistas é limitada ao valor aportado. Além disso, são cobradas taxas e comissões dos beneficiários das garantias, que complementam as receitas do fundo e contribuem para a remuneração do administrador, de forma a buscar sua sustentabilidade a longo prazo.

A União pode ser cotista única ou participar dos fundos juntamente com outros cotistas. A participação se dá conforme autorização em lei específica, que define a finalidade do fundo e estabelece parâmetros para a sua atuação. Os fundos são normalmente administrados por instituição financeira federal ou empresa pública, conforme previsto no seu estatuto, que os representam judicial e extrajudicialmente, recebendo remuneração pelos serviços. Atualmente, a União participa como cotista dos seguintes fundos garantidores privados:

- a) **Fundo de Garantia para a Construção Naval (FGCN):** criado pela Lei nº 11.786/2008, tem por finalidade garantir o risco de crédito das operações de financiamento à construção ou à produção de embarcações e o risco decorrente de performance de estaleiro brasileiro. O FGCN é administrado pela Caixa Econômica Federal – CAIXA;
- b) **Fundo Garantidor da Habitação Popular (FGHab):** criado pela Lei nº 11.977/2009, o fundo visa prestar garantias a contratos de financiamento habitacional firmados no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), quando da ocorrência dos eventos de Morte e Invalidez Permanente (MIP), Danos Físicos ao Imóvel (DFI) e Redução Temporária da Capacidade de Pagamento (RTCP)/desemprego). O fundo tinha originalmente um limite de 2 milhões de contratos, que foi atingido em 2016. Em 2022, a Lei nº 14.462/2022 ampliou o objetivo do fundo para garantir parte do risco em operações contratadas a partir de 1º de junho de 2022, deixando o fundo apto a retomar as concessões de garantia no âmbito dos programas habitacionais do governo federal. Em complemento, a Medida Provisória nº 1.162, de 14 de fevereiro de 2023, que dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha Vida, promoveu novas alterações na Lei nº 11.977/2009, em especial no art. 20 que autoriza a participação da União no FGHab, retirando o limite financeiro de participação da União no fundo. O FGHab é administrado pela CAIXA, conforme definido em seu Estatuto.
- c) **Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC):** criado pela Lei nº 12.087/2009, o FGEDUC tem por finalidade garantir o risco em operações de crédito educativo, no âmbito do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior

(Fies) para operações de financiamento estudantil contratadas até o final de 2017. O FGEDUC é administrado pela CAIXA.

- d) **Fundo Garantidor do Fundo de Financiamento Estudantil (FG-Fies):** instituído pela Lei nº 13.530/2017, sua finalidade é garantir o crédito do financiamento a estudantes no âmbito do Fies a partir do primeiro semestre de 2018. Assim como o FGEDUC, o FG-Fies é administrado pela CAIXA, que também exerce o papel de agente operador do Fies para as operações contratadas a partir de 2018.
- e) **Fundo Garantidor para Investimentos (FGI):** o FGI foi criado pela Lei nº 12.087/2009, com a finalidade de garantir financiamentos para micro, pequenas e médias empresas para a aquisição de bens de capital. O FGI tradicional consiste em um produto perene, enquanto o FGI PEAC consiste em um programa de garantias de crédito com vigência determinada por Lei (Lei nº 14.042/2020), com o objetivo de possibilitar a ampliação ao acesso ao crédito para Microempresários Individuais (MEIs), micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), permitindo a manutenção do emprego e da renda, por meio da concessão de garantias em financiamentos a esse público. Atualmente a vigência do programa é até 31 de dezembro de 2023. O FGI é administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES.
- f) **Fundo de Garantia de Operações (FGO):** criado a partir da Lei nº 12.087/2009 (que autorizou a participação da União em fundos garantidores de risco de crédito) tem por finalidade garantir parte do risco dos empréstimos e financiamentos concedidos pelas instituições financeiras cotistas do Fundo e instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, para micro, pequenas e médias empresas, microempreendedor individual, profissionais liberais, e autônomos transportadores rodoviários de carga, na aquisição de bens de capital inerentes a sua atividade. A Lei nº 13.999/2020 instituiu o FGO PRONAMPE, tendo como objeto o desenvolvimento e fortalecimento dos pequenos negócios, por meio da concessão de crédito para o financiamento da atividade empresarial nas suas diversas dimensões, podendo ser utilizado para investimentos e para capital de giro. O FGO é administrado pelo Banco do Brasil.

Conforme pode ser observado na Tabela 42, ao final de dezembro de 2022 a União possuía R\$ 71,2 bilhões de participação em cotas nos fundos garantidores privados listados acima.

Tabela 42 - Fundos garantidores com participação da União – Dezembro de 2022

*Em R\$ milhões*

| <b>Fundo Garantidor</b> | <b>Administrador</b> | <b>Participação da União</b> | <b>Valor Cotas da União</b> | <b>Patrimônio Líquido</b> |
|-------------------------|----------------------|------------------------------|-----------------------------|---------------------------|
| FGI Tradicional         | BNDES                | 78,27%                       | 1.041,6                     | 1.330,7                   |
| FGI PEAC                | BNDES                | 100%                         | 18.241,7                    | 18.241,7                  |
| FGO Original            | BB                   | 20,19%                       | 985,3                       | 4.879,9                   |
| FGO PRONAMPE            | BB                   | 100%                         | 38.784,1                    | 38.784,1                  |
| FGEDUC                  | CAIXA                | 100%                         | 8.096,8                     | 8.096,8                   |
| FG-Fies                 | CAIXA                | 63,41%                       | 2.194,9                     | 3.461,6                   |
| FGCN                    | CAIXA                | 98,3%                        | 54,2                        | 55,2                      |
| FGHab                   | CAIXA                | 60,05%                       | 1.782,8                     | 2.968,9                   |
| <b>Total</b>            |                      |                              | <b>71.181,4</b>             | <b>77.818,9</b>           |

*Fonte: Administradores. Dados não auditados. Elaboração: STN/MF.*

Os riscos fiscais relacionados aos fundos garantidores privados estão associados a eventos que possam diminuir o patrimônio líquido dos fundos, reduzindo, em decorrência, os valores das respectivas cotas da União. Eventos de acionamento de garantias concedidas geram a obrigação de pagamento de honras por parte dos fundos e a consequente sub-rogação dos direitos de crédito sobre a parte inadimplida. Caso não se verifique a recuperação dos créditos, incorre-se em situação de redução do patrimônio dos fundos e, por conseguinte, em perda de recursos da União. Nesse sentido, os montantes expostos a risco correspondem aos valores das cotas da União em cada fundo.

Do ponto de vista fiscal, o aporte e o resgate em fundos garantidores com participação da União implicam, respectivamente, despesa e receita primárias, sempre que houver saída ou entrada de recursos da Conta Única da União – CTU. Já as receitas de fundos de investimento ou o pagamento de honras dos fundos garantidores privados não impactam diretamente as receitas ou despesas da União, uma vez que não há fluxo de entrada ou saída de recursos na CTU. As variações observadas nas respectivas cotas da União nos fundos garantidores são registradas no Balanço Geral da União-BGU.

Destaca-se que, no caso do FGEDUC, o pagamento de honras em favor do Fundo de Financiamento Estudantil – Fies gera uma receita primária, em detrimento do patrimônio da União integralizado no fundo. A tendência é de continuidade no pagamento de honras, mas há limitação do pagamento devido ao *stop loss*, medida de proteção ao fundo definida em seu estatuto.

No caso do FG-Fies, a União integralizou cotas no Fundo no montante de R\$ 500 milhões em 2022, em conformidade com o Plano Trienal 2022-2024 (Resolução CG-Fies nº 48/2021). Como foram realizados aportes pelas mantenedoras, a participação da União foi reduzida de 67,3% em 2021 para 63,41% em 2022, com a ampliação da participação das mantenedoras, atendendo o objetivo de compartilhar riscos e incentivar as instituições de ensino a aprimorar a seleção de alunos com maior potencial de aprendizagem e oferecer cursos de qualidade. Em janeiro, foi publicada a Portaria MF nº 16, de 27 de janeiro de 2023, que autoriza nova integralização de R\$ 500 milhões, atingindo o limite R\$ 3 bilhões autorizados pelo Decreto nº 9.305, de 2018.

Em relação ao FGHab, a partir de 2023, não há vedação para novos aportes da União, observadas suas disponibilidades orçamentárias e financeiras consignadas nas dotações anuais, em função da edição da Medida Provisória nº 1.162, de 14 de fevereiro de 2023, que dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha Vida, e altera o art. 20 da Lei nº 11.977/2009, dentre outros. Não há perspectiva de perda do patrimônio já aportado, uma vez que, historicamente, o fundo vem se mantendo sustentável, e portanto, com baixa exposição a risco.

## **4.2 RISCOS FISCAIS ASSOCIADOS AOS ATIVOS**

Há um outro grupo de riscos fiscais, associados aos ativos da União, cujo risco está em não receber o retorno do ativo ou não o receber em prazo aceitável (IFI, 2018)<sup>17</sup>. Nesse contexto, existem os ativos contingentes que são possíveis direitos que são cobrados, judicial ou

---

<sup>17</sup> Nota Técnica nº 24, de 1/11/2018, da Instituição Fiscal Independente (IFI).

administrativamente, os quais somente são confirmados após a ocorrência de um evento incerto que não está sob o controle das entidades envolvidas (por exemplo, o julgamento da lide). Esses direitos, quando confirmada a sua exigibilidade, são reconhecidos como ativos e passam a integrar as demonstrações contábeis e, neste caso geram receitas. Os riscos associados aos ativos da União, suas autarquias e fundações, são apresentados a seguir e estimados segundo as seguintes categorias:

- 1 Dívida Ativa da União;
- 2 Depósitos Judiciais da União;
- 3 Haveres financeiros da União administrados pelo Tesouro Nacional.

No Brasil, os Haveres financeiros da União administrados pelo Tesouro Nacional podem ser divididos entre aqueles relacionados aos entes federativos e aqueles não relacionados a entes federativos. Importante mencionar que os Haveres Financeiros Não Relacionados a Entes Federativos constam nesta seção de Riscos Fiscais Associados aos Ativos. Já os Haveres Financeiros Relacionados aos Entes Federativos estão agregados com demais riscos fiscais associados aos Entes Subnacionais, na Seção 4.3 Outros Riscos Específicos.

Além do aperfeiçoamento que cria uma subseção específica para tratar de Entes Subnacionais, a partir desta edição do Anexo de Riscos Fiscais, os Créditos do Banco Central do Brasil estão agregados no item de Riscos do Sistema Financeiro, conforme pode-se conferir também na Seção 4.3 Outros Riscos Específicos.

#### **4.2.3 Dívida Ativa da União (DAU)**

A Dívida Ativa da União (DAU) constitui-se em um conjunto de créditos de várias naturezas, em favor da Fazenda Pública, vencidos e não pagos pelos devedores, cobrados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). A PGFN gerencia a DAU, no valor de R\$ 2,7 trilhões, referentes a 21,7 milhões de débitos, titularizados por 6,4 milhões de devedores. Após efetuar o controle de legalidade, a PGFN inscreve os débitos e efetua sua cobrança administrativa ou judicial.

A inscrição de créditos em dívida ativa gera um ativo para a União, sujeito a juros, multa e atualização monetária que, segundo a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, será escriturado como receita do exercício em que forem arrecadados, nas respectivas rubricas orçamentárias.

Segundo esta mesma lei, existem 2 tipos de dívida ativa: a) tributária, em que o crédito da Fazenda Pública é proveniente de obrigação legal relativa a tributos e respectivos adicionais e multas e; b) não tributária, o qual se refere aos demais créditos da Fazenda Pública. Estes últimos são, em geral, multas de natureza não tributária, foros, laudêmios, aluguéis ou taxas de ocupação, custas processuais, preços de serviços prestados por estabelecimentos públicos, indenizações, reposições, restituições, alcances dos responsáveis definitivamente julgados, bem assim os créditos decorrentes de obrigações em moeda estrangeira, de sub-rogação de hipoteca, fiança, aval ou outra garantia, de contratos em geral ou de outras obrigações legais.

Ainda este mesmo normativo estabelece que compete à PGFN, após análise de regularidade – liquidez, certeza e exigibilidade – proceder à inscrição em dívida ativa da União - DAU dos créditos tributários – previdenciários ou não – ou não tributários, encaminhados pelos diversos órgãos de origem, bem como efetuar a sua respectiva cobrança amigável ou judicial.

No tocante aos riscos fiscais, a Portaria MF nº 293/2017, estabelece a metodologia de classificação (rating) do estoque dos créditos tributários inscritos em Dívida Ativa, sob gestão da PGFN. Segundo a metodologia, esses créditos são classificados em quatro classes, a depender do grau de recuperabilidade:

- Classe “A”: créditos com alta perspectiva de recuperação;
- Classe “B”: créditos com média perspectiva de recuperação;
- Classe “C”: créditos com baixa perspectiva de recuperação;
- Classe “D”: créditos irrecuperáveis.

Conforme a referida Portaria, os créditos classificados com rating “C” e “D” são registrados como ativos contingentes, em contas de controle, até a sua extinção ou reclassificação. A Tabela 43 apresenta os créditos por exercício segundo o tipo de crédito e classe (rating).

Tabela 43 - Créditos da DAU, por exercício, segundo o tipo de crédito e classe (rating)

*Em R\$ milhões*

| Tipo de Crédito                       | Rating   | 2020                                    | 2021                                    | 2022                                    | Impacto Financeiro (F) Primário (P) |
|---------------------------------------|----------|---|---|---|-------------------------------------|
|                                       |          | Valor (\$)<br>Variação <sup>1</sup> (%) | Valor (\$)<br>Variação <sup>1</sup> (%) | Valor (\$)<br>Variação <sup>1</sup> (%) |                                     |
| Crédito Tributário Não Previdenciário | A        | 214.126,0<br>13,2                       | 227.872,6<br>6,4                        | 236.680,6<br>3,9                        | P                                   |
|                                       | B        | 425.340,0<br>7,7                        | 464.701,1<br>9,3                        | 528.362,0<br>13,7                       | P                                   |
|                                       | C        | 227.043,0<br>2,9                        | 222.380,2<br>-2,1                       | 238.581,6<br>7,3                        | P                                   |
|                                       | D        | 990.578,0<br>2,0                        | 1.038.775,3<br>4,9                      | 969.020,7<br>-6,7                       | P                                   |
|                                       | Subtotal | 1.857.087,0<br>4,6                      | 1.953.729,2<br>5,2                      | R\$ 1.972.644,9<br>1,0                  | P                                   |
| Crédito Tributário Previdenciário     | A        | 47.236,0<br>10,7                        | 47.851,9<br>1,3                         | 47.328,8<br>-11,1                       | P                                   |
|                                       | B        | 162.178,0<br>10,4                       | 181.231,5<br>11,7                       | 206.608,2<br>14,0                       | P                                   |
|                                       | C        | 110.543,0<br>6,3                        | 118.945,5<br>7,6                        | 126.561,0<br>6,4                        | P                                   |
|                                       | D        | 252.725,0<br>1,4                        | 286.199,6<br>13,2                       | 293.279,6<br>2,5                        | P                                   |
|                                       | Subtotal | 572.682,0<br>5,5                        | 634.228,6<br>10,7                       | 673.777,6<br>6,2                        | P                                   |
| Crédito Não Tributário <sup>2</sup>   | A        | 4.104,0<br>-1,3                         | 3.576,3<br>-12,9                        | 3.899,4<br>9,0                          | -                                   |
|                                       | B        | 10.758,0<br>-0,7                        | 11.585,7<br>7,7                         | 12.823,2<br>10,7                        | -                                   |
|                                       | C        | 7.671<br>-14,5                          | 7.005,6<br>-8,7                         | 7.361,5<br>5,1                          | -                                   |
|                                       | D        | 72.669,0<br>1,8                         | 73.450,5<br>1,1                         | 72.585,5<br>-1,2                        | -                                   |
|                                       | Subtotal | 95.202,0<br>-0,2                        | 95.618,1<br>0,4                         | 96.670,0<br>1,1                         | -                                   |
| <b>Total</b>                          |          | <b>2.524.970,0</b><br>4,6               | <b>2.683.575,9</b><br>6,3               | <b>2.743.092,1</b><br>2,2               |                                     |

<sup>1</sup> Variação em relação ao exercício imediatamente anterior.

<sup>2</sup> Não apresenta o tipo de impacto, pois os valores estão agregados, podendo o impacto ser primário e/ou financeiro.

Fontes: BGU e PGFN/MF. Elaboração: STN/MF

Segundo a PGFN, a partir do histórico de adimplemento, por classe, as expectativas de recuperação dos créditos das classes “A” e “B” nos próximos quinze anos são, respectivamente, 70% e 50%. Por conseguinte, os ajustes para perdas são, respectivamente, 30% e 50%. Assim, do saldo de 2022 de R\$ 2,74 trilhões<sup>18</sup>, aproximadamente 79% (R\$ 2,2 trilhões) são tratados como perdas, ou seja, há uma expectativa de recuperação/arrecadação de R\$ 575 bilhões dentro dos próximos 15 anos. A Tabela 44 apresenta a expectativa de perdas e de recuperação de créditos da DAU.

Tabela 44 - Expectativa de Perdas e Recuperação de Créditos da DAU

*Em R\$ milhões*

| Tipo de Crédito                       | 2022<br>Valor (\$) | Expectativa<br>de Perdas<br>Valor (\$) | Recuperação<br>de Créditos<br>Valor (\$) |
|---------------------------------------|--------------------|--|--|
| Crédito Tributário Não Previdenciário | 1.972.644,9        | 1.542.787,5                            | 429.857,4                                |
| Crédito Tributário Previdenciário     | 673.777,6          | 537.343,3                              | 136.434,2                                |
| Crédito Não Tributário                | 96.669,7           | 87.528,5                               | 9.141,2                                  |
| <b>Total</b>                          | <b>2.743.092,1</b> | <b>2.167.659,3</b>                     | <b>575.432,9</b>                         |

*Fontes: PGFN/MF. Elaboração: STN/MF*

A Tabela 45 e a Tabela 46 apresentam, respectivamente, a comparação entre os fluxos da arrecadação dos créditos, estimados e realizados, e a estimativa de arrecadação dos créditos da DAU para os próximos exercícios. As estimativas de fluxo de crédito da Tabela 46 utilizaram a metodologia de suavização exponencial<sup>19</sup>, tomando por base série histórica iniciada em 2015.

Tabela 45 - Fluxos da arrecadação dos créditos da DAU, estimados e realizados, por exercício

*Em R\$ milhões*

| Valor                    | Arrecadação dos Créditos          |                                      |          |          |
|--------------------------|-----------------------------------|--------------------------------------|----------|----------|
|                          | 2020<br>(estimativa pré-pandemia) | 2020<br>(reestimativa após pandemia) | 2021     | 2022     |
| Estimado                 | 23.993,2                          | 20.639,5                             | 27.464,2 | 29.373,6 |
| Realizado                | 25.360,2                          | 25.360,2                             | 31.256,6 | 38.540,6 |
| Varição <sup>1</sup> (%) | 5,7%                              | 22,9%                                | 13,8%    | 31,2%    |

<sup>1</sup> *Varição entre os valores estimados e realizados.*

*Fonte: PGFN/MF. Elaboração: STN/MF.*

Tabela 46 - Estimativa de arrecadação dos créditos da DAU, por exercício

*Em R\$ milhões*

| Arrecadação dos Créditos |          |          |          |
|--------------------------|----------|----------|----------|
| Valor Estimado (\$)      |          |          |          |
| 2023                     | 2024     | 2025     | 2026     |
| 31.865,1                 | 30.623,2 | 30.360,6 | 29.455,6 |

*Fonte: PGFN/MF. Elaboração: STN/MF.*

#### 4.2.4 Depósitos Judiciais da União

<sup>18</sup> Esse montante se refere à soma dos créditos do último exercício, classificados por rating, bem como dos créditos ainda aguardando classificação.

<sup>19</sup> Métodos de suavização exponencial podem produzir previsões a partir de médias ponderadas de observações anteriores, onde o peso associado a cada observação declina a medida em que se recua no tempo. Assim, quanto mais recente a observação, maior será seu peso no modelo preditivo.

Os depósitos judiciais, de natureza tributária, são recolhimentos efetuados pelos contribuintes ao longo do trâmite de processo de natureza judicial em que a interpretação da legislação que cria a obrigação tributária é diversa daquela da União, ou seja, em situações em que há lide de natureza tributária. De acordo com o Código Tributário Nacional, em seu artigo 151, o depósito judicial suspende a exigibilidade do crédito tributário.

De acordo com a Lei nº 9.703, de 13 de novembro de 1998, os depósitos judiciais são efetuados em conta corrente da Caixa Econômica Federal (CAIXA) e seus recursos repassados à Conta Única do Tesouro Nacional. Em a decisão da lide sendo favorável ao contribuinte, a devolução do depósito deve ser feita em até vinte e quatro horas. O levantamento de depósito possui natureza semelhante à restituição de tributos. Em a decisão sendo contrária ao contribuinte, há a conversão do depósito em renda transformando-se, assim, em pagamento definitivo.

Como estes depósitos ingressaram na conta única do Tesouro Nacional, a sua variação líquida, de um exercício para o outro, afeta a apuração do resultado primário. No tocante à evolução do fluxo dos depósitos judiciais, a Tabela 47 apresenta o histórico dos valores realizados por exercício, segundo a movimentação.

Vale ressaltar que, a cada ano dentro da execução orçamentária, a estimativa dos fluxos pertinentes aos depósitos judiciais é revisada bimestralmente no âmbito dos Relatórios de Avaliação de Despesas e Receitas Primárias, momento no qual eventuais desvios em relação à programação orçamentária-financeira são reorganizados.

Tabela 47 - Evolução do fluxo dos depósitos judiciais por exercício, segundo movimentação

*Em R\$ milhões*

| Movimentação             | Fluxo                     |                  |                   |                   |                   | Impacto Financeiro (F) Primário (P) |
|--------------------------|---------------------------|------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------------------------|
|                          | Valor Realizado (\$)      |                  |                   |                   |                   |                                     |
|                          | Variação <sup>1</sup> (%) |                  |                   |                   |                   |                                     |
|                          | 2018                      | 2019             | 2020              | 2021              | 2022              |                                     |
| Recolhimento             | 17.317,6<br>22,0%         | 18.553,0<br>7,1% | 21.284,1<br>14,7% | 23.650,6<br>11,1% | 24.376,7<br>3,1%  | P                                   |
| Devolução ao depositante | 6.881,1<br>48,6%          | 8.864,2<br>28,8% | 11.313,1<br>27,6% | 10.869,3<br>-3,9% | 8.695,6<br>-20,0% | P                                   |
| Saldo                    | 10.436,5<br>7,4%          | 9.688,8<br>-7,2% | 9.971,0<br>2,9%   | 12.781,3<br>28,3% | 15.681,1<br>28,7% | P                                   |

<sup>1</sup> Variação em relação ao exercício imediatamente anterior.

Fonte: RFB/ME. Elaboração: STN/MF.

Os valores dos fluxos estimados das devoluções de depósitos judiciais por exercício são apresentados na Tabela 48, conforme revisão das estimativas de receita, com base nos parâmetros da SPE/MF, de 27/03/23, e do comportamento dos levantamentos de depósitos nos últimos doze meses.

Tabela 48 - Fluxos estimados de depósitos judiciais por exercício

*Em R\$ bilhões*

| Item                             | Valor Estimado    |      |      |      | Impacto Financeiro (F) Primário (P) |
|----------------------------------|-------------------|------|------|------|-------------------------------------|
|                                  | 2023 <sup>1</sup> | 2024 | 2025 | 2026 |                                     |
| Devolução de Depósitos Judiciais | 7,8               | 9,6  | 10,2 | 10,8 | P                                   |

<sup>1</sup> Dado de 2023 foi extraído da publicação da Atualização do ARF LDO 2023.

Fonte: RFB/ME. Elaboração: STN/MF.

#### **4.2.5 Haveres Financeiros Não Relacionados a Entes Federativos**

Os haveres financeiros da União não relacionados a entes federativos, sob a gestão da STN, são atualmente classificados em seis categorias, conforme a norma ou ato que lhes deu origem, sendo elas:

##### *I. Haveres Originários de Empréstimos concedidos às Instituições Financeiras*

Este grupo é composto pelos haveres oriundos da concessão de empréstimos às Instituições Financeiras Federais. O volume de recursos nos contratos aqui incluídos corresponde a grande parte do total dos haveres da União não Relacionados aos Entes Federativos sob a gestão da STN, com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aparecendo como a principal contraparte. O restante dos contratos encontra-se pulverizado entre Banco do Brasil (BB), Caixa Econômica Federal (CAIXA), Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e Banco da Amazônia (BASA).

##### *II. Haveres Originários de Operações de Crédito Rural*

Estão compreendidos neste grupo os haveres oriundos de programas de crédito rural, dentre os quais destacamos: Securitização, Programa Especial de Saneamento de Ativos (PESA), Pronaf, Estoques de produtos agrícolas operacionalizados pela CONAB (Programa de Garantia de Preço Mínimo ao Produtor – PGPM), Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana – PRLCB e outros.

##### *III. Haveres Originários de Operações de Cessões de Créditos*

São os haveres decorrentes de operações realizadas entre a União e Entidades públicas envolvendo a aquisição de créditos, como a realizada com a empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras), e da extinção de empresas públicas, a exemplo da Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA).

##### *IV. Haveres Originários de Operações de Crédito à Exportação*

Neste grupo encontram-se os haveres decorrentes do crédito à exportação, atualmente aqueles relativos ao Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

##### *V. Haveres Originários de Empréstimos a Entidades Não Financeiras*

Este grupo de haveres é composto por operações em que a contraparte é a Administração Nacional de Eletricidade do Paraguai (ANDE).

##### *VI. Programa Emergencial de Suporte ao Emprego - PESE/FOPAG*

Este grupo de haveres se refere à ação orçamentária criada em 2020 para concessão de financiamentos para pagamento de folha salarial no âmbito do Programa Especial de Suporte a Empregos (MP 944/2020, convertida na Lei nº 14.043, de 19 de agosto de 2020), devido à pandemia do COVID-19.

##### **4.2.5.1 Evolução dos haveres e créditos**

No tocante à evolução dos haveres e créditos, a Tabela 49 apresenta o histórico dos valores do estoque, por exercício, segundo haver financeiro sob gestão da STN.

Tabela 49 - Evolução do estoque, segundo haver financeiro sob gestão da STN, por exercício

Em R\$ milhões

| Haver Financeiro  | Estoque   |                             |                             |                             |                             |
|---|---|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
|   | Valor Realizado (\$)<br>Variação <sup>1</sup> (%) |                             |                             |                             |                             |
|   | 2018  | 2019                        | 2020                        | 2021                        | 2022                        |
| Empréstimos às Instituições Financeiras                 | 361.683,2<br>-22,2%                               | 241.183,7<br>-33,3%         | 235.726,3<br>-2,3%          | 171.234,2<br>-27,4%         | 89.729,5<br>-47,6%          |
| Operações de Crédito Rural                              | 14.290,4<br>-38,6%                                | 10.478,5<br>-26,7%          | 6.632,3<br>-36,7%           | 4.579,1<br>-31,0%           | 3.902,3<br>-14,7%           |
| Operações de Cessões de Crédito (ou estruturadas)       | 15.367,5<br>-16,0%                                | 11.565,1<br>-24,7%          | 10.799,1<br>-6,6%           | 7.370,0<br>-31,8%           | 5.822,1<br>-21,0%           |
| Operações de Crédito à Exportação                       | 3.701,6<br>-1,3%                                  | 4.029,9<br>8,9%             | 5.236,3<br>29,9%            | 6.024,8<br>15,1%            | 5.775,2<br>-4,1%            |
| Empréstimos a Entidades Não Financeiras                 | 89,7<br>1,8%                                      | 73,9<br>-17,6%              | 66,5<br>-9,9%               | 42,3<br>-36,5%              | 10,6<br>-74,9%              |
| Programa Emergencial de Suporte ao Emprego - PESE/FOPAG | -<br>-  | -<br>-                      | 6.895,3<br>-                | 4.774,2<br>-30,8%           | 2.343,0<br>-50,1%           |
| <b>Total</b>  | <b>395.132,4<br/>-22,5%</b>                       | <b>267.331,1<br/>-32,3%</b> | <b>265.355,8<br/>-0,73%</b> | <b>194.024,5<br/>-26,8%</b> | <b>107.582,7<br/>-44,5%</b> |

<sup>1</sup> Variação em relação ao exercício imediatamente anterior.

Fonte e elaboração: STN/MF.

## 4.2.5.2 Evolução e estimativas dos fluxos

Quanto à evolução dos fluxos, a Tabela 50 apresenta uma comparação entre os fluxos, estimados e realizados, por exercício, segundo haver financeiro sob gestão da STN.

Tabela 50 - Fluxos estimados e realizados segundo haver financeiro

Em R\$ milhões

| Haver Financeiro  |   | Fluxo  |                  |                 |                 |                 |
|---|---|--|------------------|-----------------|-----------------|-----------------|
|   |   | Valor Estimado (E)<br>Valor Realizado (R)<br>Variação <sup>1</sup> (%) |                  |                 |                 |                 |
|   |   | 2018   | 2019             | 2020            | 2021            | 2022            |
| Empréstimos às Instituições Financeiras                 | E | 3.806,0  | 25.759,8         | 24.478,4        | 14.488,3        | 68.928,7        |
|   | R | 131.694,0  | 136.654,0        | 18.604,5        | 76.541,5        | 87.241,9        |
|   | % | 3.360,2%   | 430,5%           | -24,0%          | 428,3%          | 26,6%           |
| Operações de Crédito Rural                              | E | 1.058,2  | 5.695,1          | 4.420,5         | 2.176,2         | 661,8           |
|   | R | 6.302,2  | 6.964,8          | 4.593,5         | 2.818,7         | 456,7           |
|   | % | 495,6%   | 22,3%            | 3,9%            | 29,5%           | -31,0%          |
| Operações de Cessões de Crédito (ou estruturadas)       | E | 5.130,9  | 5.625,8          | 2.269,4         | 2.339,0         | 2.021,4         |
|   | R | 6.100,4  | 7.222,0          | 5.286,6         | 4.750,7         | 4.769,9         |
|   | % | 18,9%  | 28,4%            | 133,0%          | 103,1%          | 136,0%          |
| Operações de Crédito à Exportação                       | E | 1.278,8  | 1.279,6          | 882,2           | 734,9           | 813,0           |
|   | R | 1.523,6  | 1.254,8          | 1.328,6         | 667,5           | 798,5           |
|   | % | 19,1%  | -1,9%            | 50,6%           | -9,2%           | -1,8%           |
| Empréstimos a Entidades Não Financeiras                 | E | 17,7   | 21,9             | 21,9            | 25,2            | 32,4            |
|   | R | 23,4   | 23,1             | 29,8            | 30,3            | 29,2            |
|   | % | 32,2%  | 5,6%             | 36,1%           | 20,4%           | -9,8%           |
| Programa Emergencial de Suporte ao Emprego - PESE/FOPAG | E | -  | -                | -               | 0,0             | 2.538,8         |
|   | R | -  | -                | 22,9            | 2.344,1         | 2.574,2         |
|   | % | -  | -                | -               | -               | 1,4%            |
| <b>Total</b>  | E | <b>11.291,6</b>  | <b>38.382,2</b>  | <b>32.072,4</b> | <b>19.763,6</b> | <b>74.996,1</b> |
|   | R | <b>145.643,6</b>   | <b>152.118,8</b> | <b>29.866,0</b> | <b>87.152,9</b> | <b>95.870,5</b> |
|   | % | <b>1.189,8%</b>  | <b>296,3%</b>    | <b>-6,87%</b>   | <b>340,9%</b>   | <b>27,8%</b>    |

<sup>1</sup> Variação entre os valores estimados e realizados.

Fonte e elaboração: STN/MF.

No que tange às diferenças percebidas entre os valores previstos e realizados nos empréstimos concedidos às instituições financeiras em 2018 e 2019, essas decorrem das liquidações antecipadas realizadas pelo BNDES em seus contratos junto à STN. As amortizações antecipadas totalizaram em 2018 e 2019, respectivamente, R\$ 130 bilhões e R\$ 100 bilhões. Em 2019, ainda houve amortizações de contratos do BNB e da CEF que totalizaram R\$ 11,6 bilhões. Uma vez que a decisão de amortizar extraordinariamente um empréstimo cabe ao tomador, não é possível à União projetar esses eventos financeiros com uma razoável confiança. Assim, essas liquidações, em geral, não compõem a previsão de receita realizada.

Já no caso das Operações de Cessões de Crédito (ou Estruturadas), o § 11º do art. 100 da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional nº 113/2021, facultou aos credores de precatórios a oferta de créditos líquidos e certos, próprios ou adquiridos de terceiros, para quitação de débitos com a União. Com base nesse dispositivo, há concessionárias da RFFSA que têm apresentado reiteradamente requerimentos de quitação das parcelas de arrendamento e concessão por meio de uso de créditos dessa natureza. De acordo com os normativos que regulamentam o tema, caso deferidos os pleitos, tais valores apenas serão recebidos pela União em exercícios subsequentes ao do PLDO.

A variação observada, em 2018, nas operações de crédito rural, essa deriva basicamente de dois processos: o primeiro deles foi a regularização da dívida rural securitizada iniciada no final de 2017, mas que obteve seus principais resultados em 2018. Tal procedimento buscou junto aos bancos e cooperativas resgatar valores inadimplidos desde a década de 1990. Com a evolução do processo, houve uma recuperação significativa desses ativos que não estava inicialmente prevista. O segundo deles foi a liquidação de títulos CTNs no montante de R\$ 4,5 bilhões. Esses títulos foram emitidos inicialmente pela União como Garantia do principal das operações de PESA e depositados na CETIP em nome das instituições financeiras beneficiadas. Contudo, no caso das operações conduzidas pelo Banco do Brasil, com o advento da MP nº 2.196-3/2001, elas foram adquiridas pela União. Assim, na medida em que os títulos vencem, esses retornam ao Tesouro em um novo fluxo que não foi inicialmente previsto.

Em 2020, se observou uma queda nas receitas referentes a empréstimos concedidos a instituições financeiras quando comparadas ao que havia sido previsto inicialmente, resultante da forte redução das taxas de juros que remuneram os contratos de financiamento do BNDES, bem como das amortizações antecipadas no final do exercício de 2019, as quais reduziram a base sobre a qual as parcelas de principal e juros são calculadas.

Em 2021, porém, as receitas referentes a empréstimos concedidos a instituições financeiras voltaram a apresentar valores realizados acima dos valores previstos, por conta, principalmente, do Acórdão TCU nº 56/2021-Plenário, que firmou entendimento de que são irregulares os contratos de concessão de crédito firmados entre a União e suas instituições financeiras controladas realizados por meio da emissão direta de títulos da dívida pública. O referido Acórdão também determinou a definição de um cronograma para a devolução desses valores a União, o que resultou em amortizações antecipadas do BNDES que totalizaram R\$ 63 bilhões em 2021.

Quanto às diferenças entre as receitas previstas e executadas de operações estruturadas em 2020, 2021 e 2022, as mesmas dizem respeito, em sua maior parte, ao Contrato nº

808/PGFN/CAF, de 28/12/2012, cujas receitas não eram estimadas em razão do grau de incerteza percebido à época em que foram realizadas as projeções. Parte menos significativa da diferença é devida à variação nos índices de correção dos contratos, tais como o IGP-M, IPCA e o câmbio do dólar americano, que tiveram relevante aumento durante o período.

Em 2021, ainda pode ser observada diferença entre os valores previstos e realizados referentes ao Programa Emergencial de Suporte ao Emprego – Pese/Fopag, programa que prevê linha de crédito especial para pequenas e médias empresas pagarem salários, bem como algumas verbas trabalhistas, durante o estado de calamidade pública decorrente do novo coronavírus. Essa diferença ocorreu porque se trata de um programa novo, criado em 2020, cujas receitas só foram estimadas após o fim do prazo para contratações – posterior à estimativa inicial de receitas para 2021.

Em relação às estimativas de fluxo, a Tabela 51 apresenta os respectivos valores a receber, por exercício, segundo haver financeiro sob gestão da STN, bem como a categorização do impacto gerado em financeiro ou primário.

Tabela 51 - Fluxos estimados, segundo haver financeiro sob gestão da STN, por exercício

*Em R\$ milhões*

| Haver Financeiro  | Estoque<br>Valor<br>Realizado | Fluxo<br>Valor Estimado <sup>2</sup> |                |                 |                 | Impacto<br>Financeiro (F)<br>Primário (P) |
|---|-------------------------------|--------------------------------------|----------------|-----------------|-----------------|---|
|   | 2022 <sup>1</sup>             | 2023                                 | 2024           | 2025            | 2026            |   |
| Empréstimos às Instituições Financeiras                 | 89.729,5                      | 35.945,1                             | 2.825,7        | 8.917,0         | 9.344,5         | F   |
| Operações de Crédito Rural                              | 3.902,3                       | 177,4                                | 109,3          | 127,8           | 55,3            | F   |
| Operações de Cessões de Crédito (ou estruturadas)       | 5.822,1                       | 2.169,8                              | 1.326,7        | 1.647,2         | 1.100,0         | F   |
| Operações de Crédito à Exportação                       | 5.775,2                       | 850,3                                | 837,6          | 839,2           | 847,4           | P   |
| Empréstimos a Entidades Não Financeiras                 | 10,6                          | 12,2                                 | -              | -               | -               | F   |
| Programa Emergencial de Suporte ao Emprego - PESE/FOPAG | 2.343,0                       | 1.705,9                              | -              | -               | -               | P   |
| <b>Total</b>  | <b>107.582,7</b>              | <b>40.860,6</b>                      | <b>5.099,2</b> | <b>11.531,2</b> | <b>11.347,2</b> |   |

<sup>1</sup> Posição em 31/12/2022.

<sup>2</sup> No caso das receitas referentes ao PESE, PROEX, Securitização e PRONAF, a metodologia de projeção das receitas já considera as inadimplências históricas ou informadas pelos gestores dos programas. Dessa forma, não se vislumbram outras prováveis frustrações de receita, e, consequentemente, riscos fiscais. Na estimativa de receitas do PROEX foram consideradas aquelas decorrentes de novas contratações. Tais operações podem vir a não se concretizar. Nesse caso, entretanto, também não haverá despesa para a União com a disponibilização dos recursos para sua contratação. Ou seja, uma possível frustração dessas receitas é acompanhada da correspondente redução das despesas, mantendo o equilíbrio e afastando o risco fiscal.

Fonte e elaboração: STN/MF.

#### 4.2.5.3 Riscos fiscais mapeados e mensurados

No que tange à gestão de riscos da carteira sob a gestão da STN, entende-se que os riscos fiscais decorrentes desses haveres são reflexos dos riscos de crédito e liquidez inerentes às operações supramencionadas. As estimativas de impacto estão disponíveis na Tabela 52.

Tabela 52 - Estimativas dos riscos fiscais por haver financeiro

*Em R\$ milhões*

| Haver Financeiro                                  | Riscos fiscais<br>Valor Estimado (\$) |       |       |       |
|---|---------------------------------------|-------|-------|-------|
|   | 2023                                  | 2024  | 2025  | 2026  |
| Empréstimos às Instituições Financeiras           | 0,0                                   | 0,0   | 0,0   | 0,0   |
| Operações de Crédito Rural                        | 0,0                                   | 0,0   | 0,0   | 0,0   |
| Operações de Cessões de Crédito (ou estruturadas) | 283,0                                 | 307,5 | 333,9 | 303,0 |

Em R\$ milhões

| Haver Financeiro  | Riscos fiscais      |              |              |              |
|---|---------------------|--------------|--------------|--------------|
|   | Valor Estimado (\$) |              |              |              |
|   | 2023                | 2024         | 2025         | 2026         |
| Operações de Crédito à Exportação                       | 0,0                 | 0,0          | 0,0          | 0,0          |
| Empréstimos a Entidades Não Financeiras                 | 0,0                 | 0,0          | 0,0          | -            |
| Programa Emergencial de Suporte ao Emprego - PESE/FOPAG | 0,0                 | 0,0          | -            | -            |
| <b>Total</b>  | <b>283,0</b>        | <b>307,5</b> | <b>333,9</b> | <b>303,0</b> |

Fonte e elaboração: STN/MF.

No acompanhamento dos haveres financeiros da União não relacionados a entes federativos, sob a gestão da STN, há operações em que o risco de inadimplência é garantido por parte relacionada e, por outro lado, há casos em que o risco de não recebimento dos recursos é responsabilidade da União, conforme a norma ou ato que lhes deu origem. Quando configurada inadimplência, sendo o garantidor parte relacionada da União, a STN inicia processo de conciliação e cobrança dos valores devidos, com o próprio garantidor. Já no segundo caso, são adotadas as medidas de cobrança dos valores inadimplidos e, caso não pagas, promove-se a inscrição dos débitos em Dívida Ativa da União - DAU para que a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN possa realizar a cobrança e execução.

Cumprir destacar o registro no SIAFI do valor de R\$ 5,34 bilhões, posição de 31/12/2022, referente a ajustes para perdas. Nas operações referentes a PROEX, PRONAF, Cacau, Securitização, PESA e PESE, essa conta contém os registros de ajustes de perdas que são apurados junto às instituições financeiras que possuem saldo na carteira das operações de crédito. A constituição do Ajuste para Perdas em Créditos, bem como as atualizações posteriores (acréscimos ou decréscimos), são realizadas após circularização com as instituições financeiras, que informam os valores e a metodologia utilizada para a constituição das prováveis perdas. Para os ajustes de perdas relacionados à CDRJ e à extinta RFFSA, utiliza-se metodologia baseada no histórico de créditos com inadimplência, bem como a projeção de inadimplência sobre o saldo dos haveres em situação de normalidade, nos casos em que há histórico de inadimplência.

### 4.3 OUTROS RISCOS ESPECÍFICOS

Nesta seção serão analisados os riscos fiscais que, por sua especificidade ou para fins didáticos, não foram incorporados nas categorias avaliadas anteriormente, seja de Ativos ou Passivos Contingentes. Serão apresentados os riscos fiscais relacionados aos Entes Subnacionais, às Parcerias Público Privadas e Concessões, às Empresas Estatais, ao Fundo de Financiamento Estudantil – Fies, aos Riscos do Sistema Financeiro, as estimativas de impactos fiscais decorrentes da mudança demográfica e, por fim, aos Riscos Ambientais.

#### 4.3.3 Entes Subnacionais

A exposição da União a riscos fiscais decorrentes de entes subnacionais resulta de duas fontes principais: (i) incumprimentos de pagamentos relacionados a créditos financeiros da União junto aos entes subnacionais; (ii) honras de garantias pela União em empréstimos contraídos pelos entes subnacionais. Os créditos financeiros da União perante Estados e Municípios decorrem de programas de financiamento e refinanciamento de dívidas, implementados de acordo com legislações específicas

e formalizados mediante a celebração de contratos entre as partes. Por sua vez, as garantias outorgadas pela União aos entes subnacionais se aplicam a empréstimos externos, na maior parte tomados junto a organismos multilaterais, e a empréstimos internos contraídos perante instituições financeiras federais. Já as contragarantias, são as contrapartidas das concessões de garantias pela União em operações de crédito, em valor suficiente para cobertura dos compromissos financeiros assumidos, conforme previsto em lei.

A Tabela 53 apresenta o estoque dos créditos da União perante os entes subnacionais e o fluxo esperado de pagamentos à União, já considerando a inadimplência dos Estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Goiás e Minas Gerais em virtude de suas adesões ao novo formato do Regime de Recuperação Fiscal - RRF. Adicionalmente, ao final da tabela, apresenta-se o fluxo de pagamentos esperado para as operações de crédito de entes subnacionais garantidas pelo Governo Federal, que potencialmente podem vir a requerer quitação por parte da União com restrições judiciais à execução das contragarantias.

Cabe ressaltar que os valores da Tabela 53 foram impactados por alterações legais ocorridas ao longo do ano de 2022. Destacam-se, por exemplo, as alterações recentes nos fluxos das dívidas da Lei Complementar - LC nº 159/2017 – Art. 9º-A e da LC nº 178/2021 – Art. 23. Ainda, com a efetiva homologação do RRF dos estados do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, foi possível determinar exatamente o saldo inicial da conta prevista pelo Art. 9º-A da LC nº 159/2017.

Por sua vez, o fluxo de recebimentos decorrentes da Lei nº 9.496/97 tem sofrido alterações em função de efeitos de decisões liminares do STF em favor dos estados para a compensação ou suspensão de suas dívidas com a União em virtude da perda de arrecadação do ICMS. Ainda, os valores de estoque e fluxo da dívida previstos pela MP nº 2.185/2001 foram impactados pela baixa de dívida do município de São Paulo, decorrente da conciliação do Campo de Marte.

Tabela 53 - Riscos Fiscais Decorrentes dos Haveres e das Garantias Junto aos Estados e Municípios

*Em R\$ bilhões*

| Haveres/Passivos                           | Estoque <sup>1</sup> | Fluxo de Recebimentos / Pagamentos |             |             |             |
|--|----------------------|------------------------------------|-------------|-------------|-------------|
|  |                      | 2023 <sup>5</sup>                  | 2024        | 2025        | 2026        |
| <b>Haveres</b>                             | <b>692,7</b>         | <b>27,8</b>                        | <b>38,4</b> | <b>44,2</b> | <b>49,5</b> |
| Lei nº 9.496/1997 <sup>2</sup>             | 555,5                | 19,4                               | 26,0        | 29,0        | 31,8        |
| Lei nº 8.727/1993 <sup>3</sup>             | 6,6                  | 0,1                                | 0,1         | 0,2         | 0,2         |
| Carteira de Saneamento                     | 0,3                  | 0,1                                | 0,1         | 0,1         | 0,1         |
| DMLP <sup>4</sup>                          | 4,1                  | 0,2                                | 0,1         | 0,0         | 0,0         |
| MP nº 2.185/2001                           | 4,0                  | 0,3                                | 0,3         | 0,4         | 0,4         |
| RRF - Ressarcimento de honras <sup>5</sup> | 0,0                  | 0,7                                | 1,8         | 2,9         | 4,0         |
| LC nº 159/2017 – Art. 9º A                 | 83,7                 | 6,3                                | 9,9         | 11,5        | 12,9        |
| LC nº 178/2021 – Art. 23                   | 38,5                 | 0,8                                | 0,1         | 0,1         | 0,1         |
| <b>Passivos Contingentes</b>               | <b>244,8</b>         | <b>38,1</b>                        | <b>40,3</b> | <b>39,1</b> | <b>37,7</b> |
| Garantias a Estados - Internas             | 90,1                 | 15,9                               | 16,7        | 15,5        | 14,5        |
| Garantias a Estados - Externas             | 123,8                | 16,3                               | 16,8        | 16,9        | 16,6        |
| Garantias a Municípios - Internas          | 9,2                  | 2,8                                | 3,0         | 2,7         | 2,4         |
| Garantias a Municípios - Externas          | 21,7                 | 3,2                                | 3,8         | 4,1         | 4,0         |
| <b>Total</b>                               | <b>937,5</b>         | <b>65,9</b>                        | <b>78,7</b> | <b>83,3</b> | <b>87,3</b> |

<sup>1</sup> Posições das dívidas administradas: 01/01/2023. Posição das garantias: 31/12/2022.

<sup>2</sup> Lei nº 9.496/1997 considerando a aplicação do RRF aos estados de Goiás (a partir de jan/2022), Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro (a partir de jun/2022), além de Minas Gerais (a partir de jul/2023).

<sup>3</sup> Lei 8.727/1993 considerando a aplicação do RRF ao estado de Goiás (a partir de jan/2022).

<sup>4</sup> Os valores de DMLP consideram apenas os juros, porque a amortização em 2024 não vai ser paga à União.

<sup>5</sup> O fluxo de 2023 considera a suspensão de pagamentos até março, em virtude de liminares obtidas pelos estados de MA, AL, SP, MG, AC, RN e PE em decorrência da LC nº 194/2022.

Fonte e Elaboração: STN/MF.

Pelo lado das garantias, em 2021 a União, por meio da STN, honrou aproximadamente R\$ 9,0 bilhões em pagamentos inadimplidos dos serviços dessas dívidas contratadas por estados e municípios. Em 2022, foram honrados R\$ 9,8 bilhões e outros R\$ 2,3 bilhões foram honrados até fevereiro de 2023.

Adicionalmente, deve ser ressaltado que a EC nº 109/2021 revogou dispositivo da EC nº 99/2017 que obrigava a União a financiar, diretamente ou por intermédio das instituições financeiras sob o seu controle, o pagamento dos saldos remanescentes de precatórios vencidos e não pagos de estados e municípios ao final de 2024. Ocorre, entretanto, que se encontra em tramitação na justiça ação para reverter esse cancelamento. O estoque atual de precatórios de estados e municípios é de R\$ 139,3 bilhões (posição de 8/3/2023). Uma estimativa do impacto financeiro potencial desta Emenda, caso a União fosse obrigada a fornecer uma linha de crédito no valor do saldo constante na dívida consolidada, seria igual a este valor.

Tabela 54 - Riscos Fiscais Decorrentes de Relações Intergovernamentais

*Em R\$ bilhões*

| Riscos Fiscais             | Estoque <sup>1</sup>           |
|----------------------------|--------------------------------|
|                            | Valor (\$) % do PIB            |
| Decorrentes de Haveres     | 692,7<br>7,1%                  |
| Decorrentes de Garantias   | 244,8<br>2,5%                  |
| Liminares à EC nº 109/2021 | 139,3<br>1,4%                  |
| <b>Total</b>               | <b>1.076,8</b><br><b>10,9%</b> |

<sup>1</sup> Posição de 31/12/22

**Fonte e Elaboração:** STN/MF.

A Tabela 54 consolida os riscos fiscais mencionados, decorrentes das relações intergovernamentais. A exposição da União a riscos decorrentes de inadimplência do pagamento de dívidas e ao pagamento de honras em garantias concedidas chega ao montante de R\$ 937,5 bilhões, o que corresponde a 9,6% do PIB.

Ponto relevante a ser destacado é a aprovação da LC nº 194/2022, regulamentada pela Portaria ME nº 7.889, de 02 de setembro de 2022, alterada pela Portaria MF nº 43, de 28 de fevereiro de 2023, que limita a cobrança do ICMS para combustíveis, energia elétrica, comunicações e transporte coletivo e prevê a compensação, pela União, das perdas de arrecadação dos Estados ou do Distrito Federal. Acordo fechado em março de 2023 entre Governo Federal e estados prevê o valor de R\$ 26,9

bilhões em compensações advindas das renúncias de ICMS (perdas originárias das Leis Complementares nº 192 e 194/22)<sup>20</sup>.

Outro risco fiscal que se apresenta para a União decorre dos benefícios tributários de IPI que a União concedeu em 2022. O IPI é um imposto que compõe os repasses do FPE, FPM e IPI-Exportação, fazendo com que quase 60% de sua arrecadação seja destinada a governos estaduais e municipais. Configura-se, portanto, um risco fiscal a possibilidade de a União ser instada judicialmente a arcar unilateralmente com a perda de arrecadação, uma vez que os incentivos foram concedidos sem consulta aos entes subnacionais, havendo precedente quanto a isso em nível estadual. Quanto aos valores envolvidos, tendo-se em conta que a União deverá apurar uma renúncia tributária de IPI de R\$ 23,1 bilhões em 2022, e prevê que esses gastos tributários somem R\$ 33,9 bilhões em 2023 e R\$ 35,4 bilhões em 2024, a perda de receita de IPI para financiar o FPE, o FPM e o IPI-Exportação equivalerá a R\$ 20,4 bilhões em 2023 e R\$ 21,2 bilhões em 2024. Os instrumentos normativos que instituíram esses benefícios foram as leis nº 11.087/22, 14.301/22 e 14.302/22 e os decretos nº 10.979/22, 10.985/22, 11.021/22, 11.055/22, 11.087/22, 11.090/22, 11.158/22 e 11.182/22.

Por fim, cumpre ressaltar que os episódios de incumprimentos de pagamentos por parte dos entes federativos e os eventos de resgates e honras de garantias por parte da União decorrem de uma situação de desequilíbrio das contas públicas dos entes subnacionais envolvidos. Com o objetivo de definir condições para concessão de operações de crédito e mitigar riscos fiscais decorrentes das relações com os demais entes federativos, a União, por meio da STN, realiza monitoramento das finanças públicas dos entes. O acompanhamento de indicadores de desempenho e do panorama das finanças públicas dos estados e das capitais estaduais é apresentado no Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais, publicado anualmente pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Nas subseções a seguir serão conceituados e detalhados os haveres financeiros relacionados aos entes subnacionais. Nela, os haveres financeiros da União serão fundamentados de acordo com as normas e atos que lhes deram origem e serão acompanhados dos demonstrativos da evolução nos últimos 4 anos e estimativas de fluxos futuros para os próximos 4 exercícios, além das estimativas de impacto nas contas públicas. Na sequência, serão detalhadas as informações de garantias prestadas aos entes subnacionais e as contragarantias em operações de crédito garantidas pela União, fazendo-se o mapeamento dos diversos riscos fiscais agrupando-os de acordo com sua natureza (ações judiciais, frustração de receitas e incertezas legislativas). Apresenta-se, também, a evolução do estoque de contragarantias não executadas e a mensuração do impacto nas contas públicas. Por fim, é exposta a estimativa de ressarcimento das honras realizadas pela União.

#### 4.3.3.1 Haveres Financeiros Relacionados aos Entes Subnacionais

Os créditos financeiros da União perante Estados e Municípios decorrem de programas de financiamento e refinanciamento de dívidas, implementados de acordo com legislações específicas e formalizados mediante a celebração de contratos entre as partes.

---

<sup>20</sup> [https://www.gov.br/fazenda/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/2023/marco/governo-federal-fecha-acordo-com-todos-os-estados-para-reposicao-do-icms-perdas-originarias-das-leis-complementares-192-e-194-22](https://www.gov.br/fazenda/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/2023/marco/governo-federal-fecha-acordo-com-todos-os-estados-para-reposicao-do-icms-perdas-originarias-das-leis-complementares-192-e-194-22)

Ao longo deste tópico utiliza-se a denominação “programa” para cada conjunto de contratos firmados com entes subnacionais ao amparo de uma mesma norma, sendo que tais contratos apresentam aspectos contratuais e financeiros em comum. Por exemplo, ao se referir ao programa “Lei nº 9.496/1997”, faz-se referência aos contratos de entes subnacionais firmados sob a égide da Lei em questão.

Os haveres financeiros da União relacionados aos entes federativos são categorizados segundo as normas ou atos que lhe deram origem em:

#### *I. Retorno de Operações de Financiamento e de Refinanciamento de Dívidas*

Tratam-se de operações de financiamento e refinanciamento de dívidas internas efetuadas ao longo do período de 1993 a 2000, amparadas por Leis e Medidas Provisórias, e que correspondem aos principais créditos relacionados aos entes federativos sob gestão da STN:

- a) Lei nº 8.727/1993 e alterações posteriores (Leis Complementares - LCs nºs 148/2014, 178/2021 e 181/2021) - Refinanciamento, pela União, de dívidas internas de origem contratual, de responsabilidade das administrações direta e indireta dos Estados e dos Municípios com a União e sua administração indireta;
- b) Lei nº 9.496/1997 e alterações posteriores (LCs nºs 148/2014, 156/2016, 173/2020 e 178/2021) - Consolidação, assunção e refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e da dívida decorrente de operações de crédito de natureza interna, de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal;
- c) MP nº 2.185/2001 e alterações posteriores (LCs nºs 148/2014, 173/2020 e 178/2021) - Consolidação, assunção e refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e da dívida decorrente de operações de crédito com instituições financeiras, de natureza interna, de responsabilidade dos Municípios;
- d) MP nº 2.179/2001 - Crédito do Banco Central do Brasil adquirido pela União em 29/7/2002, originário de empréstimo concedido pela Autarquia ao Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A. – contrato BACEN-BANERJ, cujo saldo devedor foi assumido pelo Estado do Rio de Janeiro em 16/7/1998.
- e) MP nº 2.192/2001 - Estabelece mecanismos objetivando incentivar a redução da presença do setor público estadual na atividade financeira bancária (PROES).

#### *II. Renegociação da Dívida Externa do Setor Público*

Acordo que reestruturou a dívida de médio e longo prazos - parcelas vencidas e vincendas de principal e juros devidos e não pagos no período de 1/1/1991 a 15/4/1994 - do setor público brasileiro junto a credores privados estrangeiros (Dívida de Médio e Longo Prazos - DMLP).

#### *III. Retorno de Repasses de Recursos Externos*

Financiamento a diversas entidades nacionais com recursos externos captados ou garantidos pela União perante a República da França, mediante Protocolos Financeiros, para a importação de equipamentos e serviços (Acordo Brasil-França). Esse crédito foi integralmente quitado em dezembro/2021.

#### *IV. Saneamento de Instituições Financeiras Federais*

Créditos adquiridos pela União no âmbito do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, conforme disposto na MP nº 2.196/2001, originários de contratos de financiamento celebrados entre a Caixa Econômica Federal e Estados, Prefeituras e Companhias Estaduais e Municipais de Saneamento (Carteira de Saneamento).

#### *V. Aquisição de Créditos Relativos a Participações Governamentais*

Créditos originários de participações governamentais devidas ao Estado do Rio de Janeiro (originárias da exploração de petróleo e gás natural), e aos Estados do Paraná e do Mato Grosso do Sul (decorrentes da exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica). Em 2021, esses créditos foram integralmente quitados pelos devedores.

#### *VI. Refinanciamentos autorizados pela LC nº 178/2021*

Créditos pendentes de recuperação originários de dívidas refinanciadas ou reestruturadas e, ainda, de avais honrados externos e internos (crédito sub-rogados) honrados pela União, visando compor novo ativo a ser diferido, mediante celebração de novos contratos de refinanciamento, para pagamento nas condições previstas nos Artigos 17 e 23 da LC nº 178/2021.

#### *VII. Regime de Recuperação Fiscal (RRF)*

Valores a receber decorrentes das obrigações não pagas por Estados ou Distrito Federal no âmbito do Regime de Recuperação Fiscal, conforme disciplinado pela LC nº 159/2017:

- a) Versão original do RRF: a LC nº 159/2017, implementou o Regime de Recuperação Fiscal, determinando que os Estados que viessem a aderir às condições da referida LC permaneceriam, por até 36 meses, sem efetuar pagamentos relativos às dívidas contratuais refinanciadas pela União ou que a União venha a honrar como garantidora, podendo esse prazo ser prorrogado por igual período. Estes valores foram registrados em “Contas Gráficas” nos termos do normativo mencionado. No caso, somente o Estado do Rio de Janeiro aderiu a esse Regime.
- b) Novo RRF – decorre das alterações na LC nº 159/2017 promovidas pela LC nº 178/2021: pelo novo modelo, o Estado, cujo pedido de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal tenha sido aprovado, nos termos do art. 4º da LC nº 159/2017, celebra, conforme autorizado pelo Art. 9º-A, contrato para refinar os valores não pagos em decorrência da aplicação do art. 9º, com prazo de 360 meses para o pagamento, caso o Plano de Recuperação Fiscal seja homologado. Durante os 10 anos iniciais do RRF, as dívidas junto à União e as operações de crédito serão pagas parcialmente pela União e pelo Estado em regime progressivo, sendo que o Estado pagará zero por cento no primeiro ano e chegando a 100% ao final do período. Os valores não pagos pelo Estado nesta fase inicial serão acumulados no Contrato do Art. 9º-A e pagos conforme as condições financeiras do Contrato. Os valores acumulados poderão ser compostos pelos seguintes saldos, a depender dos créditos originalmente devidos pelo mutuário:
  - i) Parcelas vencidas e não pagas das dívidas refinanciadas, tais como das Leis nºs 8.727/1993 e da 9.496/1997, desde a adesão do Estado ao disposto na LC nº 178/2021 – Art. 23, até a homologação do novo RRF, visando compor o saldo de partida do contrato;

- ii) Parcelas vencidas das dívidas refinanciadas, tais como Leis nºs 8.727/1993 e 9.496/1997, a partir da celebração do Contrato do Art. 9º-A: no ano em que ocorrer a homologação do RRF, o valor total das parcelas será incorporado ao saldo do Art. 9º- A, e a partir de janeiro do ano subsequente, o Estado ficará responsável pela quitação de 11,11% da parcela devida, sendo a diferença incorporada ao novo contrato, com o acréscimo de ao menos 11,11% para cada ano subsequente, de acordo com o mecanismo de benefício decrescente do novo RRF. Além disso, poderão ser acumuladas as parcelas vencidas entre a celebração do Contrato do Art.9º-A e a homologação do RRF;
- iii) Avais honrados pela União desde a adesão do Estado ao disposto na LC nº 178 – Art. 23, até a homologação do novo RRF, visando compor o saldo de partida do contrato;
- iv) Novos avais que venham a ser honrados após a homologação do RRF: no primeiro ano em que ocorreu a homologação, os respectivos saldos serão integralmente honrados pela STN. A partir de janeiro do ano subsequente, o Estado passará a pagar à União, mediante GRU informada pelo agente financeiro Banco do Brasil S/A, o montante correspondente a 11,11% dos avais que venham a ser honrados, sendo acrescidos ao menos 11,11% a cada ano subsequente, de acordo com o mecanismo de benefício decrescente. Além disso, poderão ser acumuladas as parcelas honradas pela União entre a celebração do Contrato do Art.9º-A e a homologação do RRF; e
- v) Saldo da LC nº 178/2021 – art. 23: o valor integral do contrato será incorporado ao saldo de partida do contrato da LC nº 159/2017 – Art. 9º A, caso o RRF do Estado seja homologado.

#### VIII. *Dedução de parcelas de dívidas administradas pela União*

A recém aprovada Lei Complementar nº 194/2022 traz em seu art. 3º a possibilidade de a União deduzir do valor das parcelas dos contratos de dívida de Estados e Distrito Federal parte das perdas de arrecadação destes entes em decorrência da redução de alíquota do ICMS sobre combustíveis. Este mecanismo de dedução está disciplinado pela Portaria ME nº 7.889/2022, alterada pela Portaria MF nº 043/2023 e demais acordos<sup>21</sup>.

##### 4.3.3.1.1 Evolução dos haveres e créditos

No tocante à evolução dos haveres e créditos, a Tabela 55 apresenta o histórico dos valores do estoque, por exercício, segundo ativo/programa sob gestão da STN.

Tabela 55 - Estoque de haveres e créditos, segundo ativo/programa sob gestão da STN, por ano

---

<sup>21</sup> [https://www.gov.br/fazenda/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/2023/marco/governo-federal-fecha-acordo-com-todos-os-estados-para-reposicao-do-icms-perdas-originarias-das-leis-complementares-192-e-194-22](https://www.gov.br/fazenda/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/2023/marco/governo-federal-fecha-acordo-com-todos-os-estados-para-reposicao-do-icms-perdas-originarias-das-leis-complementares-192-e-194-22)

Em R\$ milhões

| Ativo / Programa                                     | Estoque             |                  |                           |                  |
|--|---------------------|------------------|---------------------------|------------------|
|  | Valor (R\$ milhões) |                  | Variação (%) <sup>1</sup> |                  |
|  | 2019                | 2020             | 2021                      | 2022             |
| Ac. Brasil-França                                    | 5,3                 | 1,1              | -                         | -                |
|  | -44,8%              | -78,4%           | -100,0%                   | -                |
| Carteira de Saneamento                               | 387,5               | 346,1            | 310,3                     | 281,8            |
|  | -10,6%              | -10,7%           | -10,3%                    | -9,2%            |
| DMLP   | 6.090,2             | 5.142,6          | 4.663,1                   | 4.120,9          |
|  | 3,8%                | -15,6%           | -9,3%                     | -11,6%           |
| Contratos de Cessão – <i>Royalties</i>               | 352,8               | 10,2             | -                         | -                |
|  | -70,9%              | -97,1%           | -100,0%                   | -                |
| Lei nº 8.727/1993 - Receitas da União                | 5.332,3             | 6.335,0          | 4.617,5                   | 4.154,1          |
|  | 2,4%                | 18,1%            | -27,1%                    | -10,0%           |
| Lei nº 8.727/1993 - Demais Credores                  | 2.679,9             | 2.754,1          | 2.725,7                   | 2.397,0          |
|  | -3,2%               | 2,8%             | -1,0%                     | -12,1%           |
| Lei nº 9.496/1997                                    | 536.327,8           | 567.786,8        | 553.961,6                 | 555.511,9        |
|  | 1,5%                | 5,9%             | -2,4%                     | 0,3%             |
| MP nº 2.185/2001                                     | 30.084,5            | 30.523,7         | 28.200,5                  | 4.011,7          |
|  | -3,9%               | 1,5%             | -7,6%                     | -85,8%           |
| Contrato BACEN-BANERJ                                | 14.634,3            | 27.188,4         | 31.195,1                  | -                |
|  | -2,0%               | 85,8%            | 14,7%                     | -100,0%          |
| Regime de Recuperação Fiscal - Lei nº 9.496/1997     | 19.974,4            | 6.065,8          | 4.567,3                   | -                |
|  | 61,5%               | -69,6%           | -24,7%                    | -100,0%          |
| Regime de Recuperação Fiscal – Contrato BACEN-BANERJ | 6.866,6             | 1.397,7          | 3.438,0                   | -                |
|  | 68,0%               | -79,6%           | 146,0%                    | -100,0%          |
| LC nº 159/2017 - art. 9º A                           | -                   | -                | 879,9                     | 83.665,9         |
|  | -                   | -                | -                         | 9.408,6%         |
| LC nº 178/2021 – art. 23                             | -                   | -                | 3.626,8                   | 38.537,2         |
|  | -                   | -                | -                         | 962,6%           |
| <b>Total</b>   | <b>622.735,6</b>    | <b>647.551,4</b> | <b>638.185,9</b>          | <b>692.680,4</b> |
|  | <b>2,7%</b>         | <b>4,0%</b>      | <b>-1,5%</b>              | <b>8,5%</b>      |

<sup>1</sup> Variação em relação ao exercício imediatamente anterior.

Fonte e elaboração: STN/MF.

A principal variação de 2022 em relação a 2021 ocorreu nas contas que foram afetadas pelo Regime de Recuperação Fiscal – RRF e nas novas contas dos entes que celebraram o art. 23 da LC nº 178/2021. Assim, as contas referentes a Bacen-Banerj e Regime de Recuperação Fiscal (que se referia ao regime antes das alterações trazidas pela LC nº 178/2021) foram zeradas e houve robusto incremento das contas LC nº 159/2017 – Art. 9º-A e LC nº 178/2021.

Observa-se também variação negativa no estoque da DMLP, de 11,6%. Esse comportamento se deve à proximidade do encerramento desse programa, previsto para abril de 2024, o que faz com que o montante das garantias caucionadas em depósito, as quais são corrigidas ao longo do tempo, se aproxime atualmente do montante devido pelos mutuários, o que vem estimulando os devedores a usarem tais garantias para realizar quitações antecipadas, procedimento verificado a partir de 2021.

Por seu turno, a redução no saldo da Lei nº 8.727/1993 (10% para receitas da União), decorre do refinanciamento dos valores de pendência jurídica do município de Maringá, que assinou o contrato do art. 17 da LC nº 178/21. Para os demais contratos, as variações apresentadas decorrem do fluxo normal de pagamentos de suas dívidas, isto é, amortização do principal da dívida, que faz com que o seu montante se reduza, principalmente pela proximidade de encerramento de vários dos contratos.

Uma última questão se refere ao programa da MP nº 2.185/2001. O município de São Paulo, ente com maior dívida deste programa, obteve decisão judicial reconhecendo o domínio do imóvel conhecido como “Campo de Marte” (RE 668869, no Processo Judicial nº 0068278-78.1974.403.6100 da Justiça de São Paulo). Dessa maneira, por meio de uma conciliação entre União e o referido município, houve a baixa da dívida do ente, no valor aproximado de R\$ 24 bilhões, sendo esse o motivo para a diferença do saldo devedor de 2022 frente aos demais anos.

#### 4.3.3.1.2 Evolução e estimativas dos fluxos de haveres e créditos

Quanto à evolução dos fluxos, a Tabela 56 apresenta uma comparação entre os fluxos, estimados e realizados, por exercício, segundo ativo/programa sob gestão da STN.

Tabela 56 - Fluxos de haveres e créditos, estimados e realizados, segundo ativo/programa

*Em R\$ milhões*

| Ativo / Programa                       | Fluxo |                           |         |                     |          |
|--|-------|---------------------------|---------|---------------------|----------|
|  |       | Valor Estimado (E)        |         | Valor Realizado (R) |          |
|  |       | Variação (%) <sup>1</sup> |         |                     |          |
|  | 2019  | 2020                      | 2021    | 2022                |          |
| Ac. Brasil-França                      | E     | 4,1                       | 5,9     | 1,1                 | -        |
|  | R     | 4,6                       | 6,3     | 1,1                 | -        |
|  | %     | 10,6                      | 7,7     | -1,3                | -        |
| Carteira de Saneamento                 | E     | 78,6                      | 71,5    | 62,6                | 57,1     |
|  | R     | 79,7                      | 71,8    | 63,0                | 57,5     |
|  | %     | 1,4                       | 0,4     | 0,6                 | 0,8      |
| DMLP                                   | E     | 256,5                     | 338,4   | 253,5               | 163,4    |
|  | R     | 271,8                     | 437,5   | 186,0               | 128,1    |
|  | %     | 6,0                       | 29,3    | -26,6               | -21,6    |
| Contratos de Cessão – <i>Royalties</i> | E     | 1.158,3                   | 607,0   | 8,4                 | -        |
|  | R     | 995,8                     | 334,8   | 10,2                | -        |
|  | %     | -14,0                     | -44,8   | 21,9                | -        |
| Lei nº 8.727/1993 - Receitas da União  | E     | 452,3                     | -       | -                   | -        |
|  | R     | 310,7                     | -       | -                   | -        |
|  | %     | -31,3                     | -       | -                   | -        |
| Lei nº 8.727/1993 - Demais Credores    | E     | 505,0                     | 237,8   | 131,7               | 45,2     |
|  | R     | 330,2                     | 177,0   | 115,2               | 42,8     |
|  | %     | -34,6                     | -25,5   | -12,6               | -5,3     |
| Lei nº 9.496/1997                      | E     | 18.249,5                  | 4.611,4 | 17.854,7            | 15.815,4 |
|  | R     | 18.225,2                  | 3.153,0 | 17.993,7            | 16.218,1 |
|  | %     | -0,1                      | -31,6   | 0,8                 | 2,5      |
| MP nº 2.185/2001                       | E     | 3.209,0                   | 1.344,3 | 2.890,0             | 24.496,9 |
|  | R     | 3.248,4                   | 853,2   | 2.911,5             | 2.585,8  |
|  | %     | 1,2                       | -36,5   | 0,7                 | -89,4    |
| Aval Honrado – Conta A                 | E     | -                         | -       | -                   | -        |
|  | R     | -                         | -       | -                   | -        |
|  | %     | -                         | -       | -                   | -        |
| Avais Honorados e Recuperados          | E     | -                         | -       | -                   | -        |
|  | R     | 15,8                      | 861,7   | 1,6                 | 29,4     |
|  | %     | -                         | -       | -                   | -        |

Em R\$ milhões

| Ativo / Programa                        | Fluxo |                           |         |                     |          |
|---|-------|---------------------------|---------|---------------------|----------|
|   |       | Valor Estimado (E)        |         | Valor Realizado (R) |          |
|   |       | Variação (%) <sup>1</sup> |         |                     |          |
|   |       | 2019                      | 2020    | 2021                | 2022     |
| RRF - Avais Honrados                    | E     | -                         | -       | -                   | -        |
|   | R     | -                         | 100,8   | 467,4               | -        |
|   | %     | -                         | -       | -                   | -        |
| RRF – Contrato BACEN-BANERJ (encerrado) | E     | -                         | 95,6    | 44,1                | -        |
|   | R     | -                         | 98,9    | 279,2               | -        |
|   | %     | -                         | 3,5     | 533,8               | -        |
| LC nº 159/2017 - Art. 9º A              | E     | -                         | -       | -                   | 2.619,0  |
|   | R     | -                         | -       | -                   | 1.902,3  |
|   | %     | -                         | -       | -                   | -        |
| LC nº 178/2021                          | E     | -                         | -       | -                   | 812,3    |
|   | R     | -                         | -       | -                   | 611,9    |
|   | %     | -                         | -       | -                   | -        |
| Total                                   | E     | 23.913,4                  | 7.311,8 | 21.246,1            | 44.009,3 |
|   | R     | 23.482,1                  | 6.095,1 | 22.028,8            | 21.575,9 |
|   | %     | -1,8                      | -16,6   | 3,7                 | -50,9    |

<sup>1</sup> Variação entre os valores estimados e realizados.

Fonte e elaboração: STN/MF

No tocante aos contratos de Ac. Brasil-França e de Cessão de Créditos - royalties, cabe explicar que eles foram encerrados pelo decurso natural de tempo, com todo o saldo devedor sendo quitado. Em relação aos contratos Aval Honrado - Conta A, Regime de Recuperação Fiscal - Avais Honrados e Regime de Recuperação Fiscal - Contrato BACEN-BANERJ, não existe mais perspectiva de recebimentos, uma vez que com a homologação do RRF do Rio de Janeiro, o saldo de estoque dessas dívidas foi incorporado aos contratos do art. 9º-A e art. 23.

Ainda, o contrato Lei nº 8.727/1993 - Receitas da União, não teve nenhum recebimento em 2022 em decorrência do período de suspensão de pagamentos do estado de Goiás, dentro do estabelecido pelo RRF. Em relação à Lei Complementar nº 159/2017 - Art. 9º-A, os valores realizados estão bem menores que os previstos porque a homologação do Regime de Recuperação Fiscal do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul demorou mais do que previsto, uma vez que só ocorreu em junho de 2022, o que implicou em menos entradas no primeiro semestre do ano.

Em relação ao programa da MP nº 2.185/2001, cabe lembrar que houve a baixa da dívida do município de São Paulo em decorrência de conciliação pelo terreno do “Campo de Marte”, conforme citado anteriormente. Assim, o recebimento por parte do Tesouro foi prejudicado, o que impactou negativamente no montante total recebido. Não há diferenças não previstas nos demais programas.

Tabela 57 - Fluxos estimados de haveres e créditos, segundo Ativo/Programa, por exercício

Em R\$ milhões

| Ativo/ Programa                 | Estoque Valor <sup>1</sup> (\$) | Estimativa de Recebimento |         |      |      | Impacto Financeiro (F) ou Primário (P) |
|---------------------------------|---------------------------------|---------------------------|---------|------|------|--|
|                                 |                                 | 2022                      | 2023    | 2024 | 2025 |  |
| Ac. Brasil-França (encerrado)   | -                               | -                         | -       | -    | -    | F                                      |
| Carteira de Saneamento          | 281,8                           | 53,1                      | 53,1    | 49,8 | 48,9 | F                                      |
| DMLP                            | 4.120,9                         | 152,6                     | 4.331,3 | -    | -    | F                                      |
| Contratos de Cessão - Royalties | -                               | -                         | -       | -    | -    | F                                      |

*Em R\$ milhões*

| Ativo/ Programa                          | Estoque Valor <sup>1</sup> (\$) | Estimativa de Recebimento |                 |                 |                 | Impacto Financeiro (F) ou Primário (P) |
|--|---------------------------------|---------------------------|-----------------|-----------------|-----------------|--|
|  |                                 | 2022                      | 2023            | 2024            | 2025            |  |
| Lei nº 8.727/1993 - Receitas da União    | 4.617,5                         | 52,3                      | 117,6           | 180,0           | 243,8           | F                                      |
| Lei nº 8.727/1993 - Demais Credores      | 2.397,0                         | 8,9                       | 0,8             | 0,4             | -               | F                                      |
| Lei nº 9.496/1997                        | 555.511,9                       | 19.122,1                  | 25.937,8        | 29.025,2        | 31.843,5        | F                                      |
| MP nº 2.185/2001                         | 4.011,7                         | 320,1                     | 340,4           | 355,3           | 365,6           | F                                      |
| Lei Complementar nº 159/2017 - Art. 9º A | 83.665,9                        | 6.328,7                   | 9.896,6         | 11.538,3        | 12.903,0        | F                                      |
| Lei Complementar nº 178/2021             | 38.537,2                        | 819,0                     | 98,9            | 103,3           | 106,3           | F                                      |
| <b>Total</b>                             | <b>693.143,9</b>                | <b>26.857,2</b>           | <b>40.774,7</b> | <b>41.252,2</b> | <b>45.511,1</b> |  |

<sup>1</sup>Posição em 31/12/2022.

Fonte e elaboração: STN/MF.

No caso do refinanciamento ao amparo da Lei nº 9.496/1997 - Estados, as receitas estimadas já incorporam as novas condições da LC nº 159/2017, concernente ao RRF, para os Estados do RJ, GO, MG e RS. Foram considerados também os efeitos da LC nº 173/2020 para as dívidas amparadas pela Lei nº 9.496/1997 e pela MP nº 2.185/2001. O detalhamento a respeito dos dispositivos trazidos pelo referido normativo é apresentado no item “4.3.1.1.5 Impacto nas Contas Públicas”.

A entrada em vigor da LC nº 178/2021 trouxe alterações ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), impactando ainda as dívidas provenientes das Leis nºs 9.496/1997 e 8.727/1993. A primeira alteração relevante foi a inclusão do art. 4º-A à LC nº 156/2016, trazendo a possibilidade de se postergar a comprovação do cumprimento da limitação de despesas estabelecida no art. 4º da mesma lei, e de se suspender a aplicação das sanções previstas. Assim, houve recálculo e foram retiradas as penalidades para os Estados que haviam descumprido o teto de despesas.

Em adição, a inclusão do art. 1º-B à mesma LC nº 156/2016 permitiu ao Estado do Rio de Janeiro incorporar o saldo devedor do contrato BACEN-BANERJ ao saldo da Lei nº 9.496/1997, com efeitos retroativos a julho de 2016.

Ainda, a linha referente à Lei nº 9.496/1997 passou a considerar o recebimento escalonado de valores por parte de Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Goiás, nos moldes estabelecidos pela nova redação do art. 9º da LC nº 159/2017. O mesmo ocorre no caso da linha concernente à Lei nº 8.727/1993 – Receitas da União, relativamente ao Estado de Goiás.

A inclusão do Art. 9º-A na LC nº 159/2017 trouxe a necessidade de se criar novo programa para tratar do RRF (até o momento denominou-se “Lei Complementar nº 159/2017 – Art. 9º-A”). O saldo inicial desta conta são os valores renegociados de dívidas que estavam suspensas, notadamente as provenientes da Lei nº 9.496/1997 e de avais honrados, mas também da Lei nº 8.727/1993, DMLP, Conta A, do próprio art. 23 da LC nº 178/2021, dentre outras. Até o momento, três estados tiveram a homologação do RRF: Goiás, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. O Estado de Minas Gerais já assinou o contrato do art. 9º-A em dezembro de 2022 e é esperado que tenha seu pedido de adesão ao RRF homologado em 2023. Prevê-se que esta dívida terá rápido aumento de saldo devedor, pois nela são incorporadas todas as parcelas de outras dívidas suspensas pelo RRF, motivo pelo qual se observa um aumento da projeção de recebimentos com o passar do tempo.

A diferença no fluxo da dívida da Lei Complementar nº 178/2021 de 2023 para os demais anos se deve justamente pela premissa de que o Estado de Minas Gerais terá seu RRF homologado

ainda em 2023. Assim, parte substancial do estoque dessa dívida será transferido para a conta do art. 9º-A, o que provoca a diminuição do fluxo projetado da LC nº 178/2021 (ao mesmo tempo que aumenta o da dívida do art. 9º-A).

Paralelamente ao art. 9º-A, tem-se o programa do art. 23 da LC nº 178/2021, nos mesmos moldes, que refinanciou dívidas que estavam suspensas em virtude de decisões judiciais. Os estados de Goiás, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul celebraram contratos baseados nesse artigo, no entanto o saldo devedor já foi incorporado à dívida do art. 9º-A por ocasião da homologação do RRF. Atualmente, são quatro contratos ativos dentro do programa: Amapá, Maranhão, Rio Grande do Norte e Minas Gerais. Esse último pode ter seu saldo incorporado também ao art. 9º-A caso venha a ter seu RRF homologado. Para os demais, não existe expectativa de adesão ao RRF, motivo pelo qual é esperado que os saldos permaneçam nessa conta. Cabe destacar, por fim, que ainda há um refinanciamento do município de Maringá, que apresentava pendência jurídica no âmbito da Lei nº 8.727/1993. Apesar de fazer parte do programa da LC nº 178/2021, ela foi renegociada pelo art. 17 da referida LC.

#### 4.3.3.1.3 Riscos Fiscais mapeados relacionados a Estados e Municípios

No tocante aos riscos fiscais relativos aos haveres e créditos relacionados aos entes federativos sob gestão da STN, duas situações são identificadas e descritas a seguir:

##### *I. Riscos relativos às ações judiciais*

Estes riscos decorrem de ações impetradas pelos mutuários contra a União em diversas instâncias da Justiça referentes aos haveres originários de operações de crédito (empréstimos) contratadas com a União antes da vigência da LC nº 101, de 4/5/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), bem como àqueles decorrentes de avais honrados pela União, ou integrantes do Regime de Recuperação Fiscal (RRF).

No que tange à carteira supracitada, composta por 232 contratos celebrados pelos entes e pelas entidades das administrações indiretas com a União, atualmente há 99 ações judiciais, com impacto financeiro de R\$ 13,5 bilhões (posição de 31/12/2022). Desse total, R\$ 7,4 bilhões correspondem a valores suspensos em decorrência de liminares obtidas pelos estados em ações que questionam a compensação das perdas de arrecadação do ICMS em decorrência da Lei Complementar nº 194/2022.

Em condições de normalidade, a recuperação desses haveres – prazos, periodicidade, encargos, garantias, etc., atende estritamente ao que a legislação específica determina, e está claramente definida nos instrumentos contratuais. Alterações dessas condições são atualmente vedadas pelo art. 35 da LC nº 101, de 4/5/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Esses créditos contam com garantias dos devedores constituídas por receitas próprias e cotas dos Fundos de Participação, no caso de Estados, Municípios e Distrito Federal. No que se refere às administrações indiretas desses entes, as operações com a União são garantidas pelas respectivas receitas próprias complementadas pelas garantias do ente controlador – Estado, Distrito Federal ou Município.

No que se refere à avaliação quanto à possibilidade de recuperação dos valores pendentes de recebimento, cabe considerar que tal processo mostra-se, algumas vezes, de difícil

implementação, em especial diante das diversas situações existentes e do fato da representação judicial estar a cargo de outro órgão, a Advocacia-Geral da União - AGU. A experiência mostra que há ações que persistem por décadas sem decisão de mérito, e outras que, a despeito da renúncia por parte do devedor, continuam ativas, sem pronunciamento final.

Com a vigência da LC nº 178/2021, contudo, parte razoável das pendências jurídicas acumuladas foi equacionada, com perspectiva do início do recebimento dos valores não pagos. No entanto, após a vigência da LC nº 194/2022 passou-se a observar novo aumento de decisões judiciais contrárias à União, implicando um aumento de pendência jurídica. Atualmente, as tratativas para tentar solucionar a lide estão em andamento, inclusive com discussões avançadas no Grupo de Trabalho criado no âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 7.191.

## *II. Riscos relativos ao não cumprimento das previsões de receitas para o exercício*

Estes riscos se referem às receitas no âmbito da Ação 2026 - Gestão de Políticas Econômicas e Fiscais, Plano Orçamentário PO 004 - Gestão de Haveres da União, e decorrem de variações nos indexadores das dívidas. As receitas previstas para os exercícios subsequentes são estimadas pela STN de acordo com premissas conservadoras, utilizando cenários de indexadores fornecidos pela própria STN e pela Secretaria de Política Econômica (SPE), encaminhadas anualmente para a Diretoria de Finanças e Contabilidade (DFC), do Ministério da Fazenda (MF), para compor o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), do ano subsequente. Cabe ressaltar não ser possível a mensuração dos impactos desses riscos sobre os fluxos de pagamentos, uma vez que não dispomos de cenários alternativos estimados.

Outro risco concernente à frustração de receitas se refere ao RRF, instituído pela Lei Complementar nº 159/2017, aplicável às dívidas estaduais a serem incluídas no âmbito do referido Regime. A adesão de Estados ao RRF pode suspender e postergar o pagamento de valores devidos à União durante o seu período de vigência. Até o momento, os estados de Goiás, do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul obtiveram a homologação de seus Regimes de Recuperação Fiscal. É alta a probabilidade de que o estado de Minas Gerais também venha a ter seu RRF homologado ainda este ano.

É importante considerar também que o processo de adesão ao RRF pode não ocorrer de acordo com o cronograma desejável, sofrendo atrasos que, eventualmente, terão reflexos nos fluxos de recebimento estimados.

### **4.3.3.1.4 Incertezas legislativas relacionadas aos Entes Subnacionais**

Outra fonte de risco, dados os seus desdobramentos fiscais, é a atividade legislativa, que tradicional e frequentemente aborda temas que podem interferir nas relações financeiras entre a União e entes subnacionais.

As receitas previstas apresentam risco de redução, parcial ou total, em determinados períodos, em decorrência de novas legislações que se traduzam em carências de pagamento aos mutuários ou abatimentos nos estoques dos ativos junto aos Estados e Municípios.

Novas alterações legais podem ser implementadas, contudo os impactos associados ainda não seriam passíveis de estimativa consistente ante o desconhecimento acerca da plena abrangência das medidas que estariam sendo avaliadas.

Ademais, com a edição da LC nº 194/2022, existe a perspectiva de que parte dos pagamentos de dívidas de Estados e Distrito Federal para com a União venha a sofrer abatimentos para compensar a redução da alíquota do ICMS sobre combustíveis. A forma como essa compensação será realizada, foi regulamentada pela Portaria ME nº 7.889/2022, alterada pela Portaria MF nº 43/2023, e teve como desfecho a realização de acordo firmado em março de 2023 entre Governo Federal e estados o qual prevê o valor de R\$ 26,9 bilhões em compensações advindas das renúncias de ICMS (perdas originárias das Leis Complementares nº 192 e 194/22). -Como o acordo ainda depende de homologação, não se mostra cabível, até o momento, realizar uma estimativa confiável do impacto.

No âmbito da ADI 7.191 e da ADPF 984 impetradas junto ao Supremo Tribunal Federal, foi instituído um Grupo de Trabalho com representantes da União e dos Estados, com prazo de atuação de 120 dias a contar de 02/12/2022, cuja finalidade é se discutir os critérios de compensação estabelecidos na LC nº 194/2022. O resultado dos trabalhos poderá implicar mudanças na metodologia estabelecida pela Portaria ME nº 7.889/2022, o que torna difícil, por enquanto, realizar estimativas de impacto minimamente confiáveis.

Tramita, também, no legislativo federal, projeto de emenda à Constituição Federal, PEC nº 51/2019, que prevê um aumento de 1% a cada ano para o Fundo de Participação dos Estados (FPE) a contar do 2º ano após o da sua aprovação até o do 4º ano e depois mais um aumento da ordem de 1,5% no 5º ano, para que o FPE atinja então um percentual final de 26% sobre o produto da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Atualmente esse percentual corresponde a 21,5%. A Tabela 58 apresenta as estimativas de impactos, imediatos e para um período de dez anos, dessas propostas legislativas para União.

Tabela 58 - Incertezas Decorrentes de Propostas Legislativas relativa aos Entes Subnacionais

*Em R\$ bilhões*

| Proposta Analisada            | Impacto sobre o fluxo de caixa da União |                  |
|-------------------------------|---|------------------|
|                               | 2023                                    | Próximos 10 anos |
| PEC nº 51/2019 (FPE)          | 0,0                                     | 403,4            |
| PEC nº 51/2019 (FPE + Fundeb) | 0,0                                     | 421,9            |
| <b>Total</b>                  | <b>0,0</b>                              | <b>825,3</b>     |

*Fonte e Elaboração: STN/MF.*

#### 4.3.3.1.5 Impacto nas contas públicas dos riscos relacionados aos Entes Subnacionais

A Tabela 59 apresenta os impactos nas contas públicas dos riscos relativos às ações judiciais e à frustração de receitas em decorrência da aplicação de dispositivos legais, para o atual e os próximos três exercícios subsequentes, quando mensurável com suficiente segurança. Cabe ressaltar que os impactos apontados se referem somente aos contratos celebrados com a União, não contemplando, dessa forma, riscos relativos às dívidas dos entes garantidas pela União. Cabe ressaltar que o valor materializado no exercício de 2021 teve pequena variação negativa, uma vez que houve alguns recebimentos não previstos anteriormente, principalmente relacionados à assinatura do contrato do artigo 23 da Lei Complementar nº 178/21 por parte do Estado de Minas Gerais, conjugado com o atraso do mesmo Estado em assinar o contrato do art. 9º-A da LC nº 159/17 (ato que só ocorreu em dezembro/2022).

Com a efetiva homologação do RRF por parte dos estados de GO, RJ e RS, além da perspectiva de adesão por MG em breve, passou-se a considerar apenas o cenário em que tais entes estão no RRF e não mais a possibilidade de ter valores suspensos em virtude de liminares judiciais, como em relatórios anteriores. Cabe destacar, no entanto, que essa homologação ocorreu mais tardiamente do que originalmente previsto, o que impactou o fluxo projetado de recebimento por parte desses entes, motivo pelo qual houve incremento do impacto realizado em 2022 e uma reestimativa do impacto para os próximos anos.

Tabela 59 - Estimativas dos impactos da adesão dos entes subnacionais ao RRF, por exercício

*Em R\$ milhões*

| Natureza do Risco <sup>1</sup>       | Impacto             |          |          |          |         |         |         |
|--------------------------------------|---------------------|----------|----------|----------|---------|---------|---------|
|                                      | Valor Estimado (E)  |          |          |          |         |         |         |
|                                      | Valor Realizado (R) |          |          |          |         |         |         |
|                                      | Variação (%)        |          |          |          |         |         |         |
|                                      |                     | 2020     | 2021     | 2022     | 2023    | 2024    | 2025    |
| Adesão dos entes ao RRF <sup>2</sup> | E                   | 9.247,7  | 13.361,6 | 9.922,9  | 8.242,2 | 5.230,1 | 2.466,2 |
|                                      | R                   | 12.363,0 | 12.590,9 | 11.458,3 |         |         |         |
|                                      | %                   | 33,7     | -5,8     | 15,5     |         |         |         |

<sup>1</sup> Impacto da adesão dos entes ao RRF: houve a homologação do RRF dos estados de GO (jan/22), RJ e RS (jun/22). Além disso, trabalhou-se com a projeção de que MG irá ter seu pedido homologado em jun/23. As comparações foram efetuadas em relação ao cenário em que esses estados pagariam normalmente suas dívidas, conforme fluxo esperado.

<sup>2</sup> O valor projetado previa o início do RRF em data anterior ao efetivamente ocorrido, o que impactou a diferença Estimado/Realizado.

Fonte e elaboração: STN/MF.

Quanto aos riscos de frustração de receitas em decorrência da aplicação de dispositivos legais aos haveres sob gestão da STN, tem-se:

- I. *Lei Complementar nº 173/2020 - Regime de Recuperação Fiscal (RRF), aplicável às dívidas estaduais a serem incluídos no âmbito do referido Regime.*

A Lei Complementar nº 173, de 27/5/2020 - LC nº 173/2020, instituiu o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19). Nesse sentido, em linha com o disposto no Art. 2º da referida LC, para os Estados, Distrito Federal e Municípios que aderiram ao referido Programa, no período de 1º de março a 31 de dezembro de 2020, a União ficou impedida de executar as garantias das dívidas decorrentes dos contratos de refinanciamento de dívidas celebrados com os Estados e com o Distrito Federal com base na Lei nº 9.496/1997, dos contratos de abertura de crédito firmados com os Estados ao amparo da Medida Provisória nº 2.192-70/2001, e as garantias das dívidas decorrentes dos contratos de refinanciamento celebrados com os Municípios com base na Medida Provisória nº 2.185-35/2001.

Ainda, de acordo com o Art. 2º, § 1º, Inciso I da referida LC, para o Estado, Distrito Federal ou Município que tenha suspenso o pagamento das dívidas acima no período considerado, os valores não pagos serão apartados e incorporados aos respectivos saldos devedores em 1º de janeiro de 2022, devidamente atualizados pelos encargos financeiros contratuais de adimplência, para pagamento pelo prazo remanescente de amortização dos contratos.

Por fim, conforme o Art. 2º, § 4º, do normativo em tela, os valores eventualmente pagos entre 1º de março de 2020 e 31 de dezembro de 2020 foram apartados do saldo devedor e devidamente atualizados pelos encargos financeiros contratuais de adimplência, com destinação exclusiva para o pagamento das parcelas vincendas a partir de 1º de janeiro de 2021.

A Tabela 60 contempla os impactos estimados e os materializados da mencionada LC para os créditos ao amparo da Lei nº 9.496/1997 e MP nº 2.185/2001 para os exercícios de 2020 a 2022.

Cabe ressaltar que tais impactos abrangem as parcelas mensais das dívidas refinanciadas, bem como os valores devidos mensalmente em decorrência do descumprimento do teto de gastos e do RRF – Estado do Rio de Janeiro. Contudo, o impacto da referida LC não ocorreu para os Estados de Goiás, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, visto que as parcelas mensais das dívidas desses entes já estavam suspensas por decisões liminares.

Tabela 60 - Impactos estimados da LC nº 173/2020, segundo Ativo /Programa, por exercício

*Em R\$ milhões*

| Ativo/Programa    |   | Impacto <sup>1</sup> |        |                     |
|-------------------|---|----------------------|--------|---------------------|
|                   |   | Valor Estimado (E)   |        | Valor Realizado (R) |
|                   |   | Variação (%)         |        |                     |
|                   |   | 2020                 | 2021   | 2022 <sup>2</sup>   |
| Lei nº 9.496/1997 | E | -15.069,2            | -68,3  | 977,4               |
|                   | R | -18.892,3            | -53,9  | 2.294,2             |
|                   | % | 25,4                 | -21,1  | 134,72              |
| MP nº 2.185/2001  | E | -2.675,6             | -300,4 | 385,5               |
|                   | R | -2.828,5             | -308,8 | 183,82              |
|                   | % | 5,7                  | 2,8    | -109,7              |
| Total             | E | -17.744,8            | -368,7 | 1.362,9             |
|                   | R | -21.720,8            | -362,7 | 2.478,0             |
|                   | % | 22,4                 | -1,6   | 81,82               |

<sup>1</sup> Impactos decorrentes da adesão de Estados e Municípios à LC nº 173/2020, conforme dispositivos: Art. 2º, § 1º, Inciso I da LC nº 173/2020, e Art. 2º, § 4º, da LC nº 173/2020.

<sup>2</sup> Posição de 31/12/2022.

Fonte e elaboração: STN/MF.

Cabe destacar que no caso dos contratos sob amparo da Lei nº 9.496/97 o impacto da LC nº 173/2020 foi isolado, de modo a não contabilizar efeitos de outras Leis Complementares editadas posteriormente, nem liminares obtidas pelos entes na justiça. Assim, embora seja uma medida de impacto realizado para a LC nº 173/2020, não representa efetivamente o impacto total agregado de todos os fatores que afetam o fluxo de dívidas esperado.

Já no caso dos fluxos da MP nº 2.185/2001 não foi possível isolar os efeitos da LC nº 173/2020, uma vez que com a conciliação realizada entre o município de São Paulo e a União, no já citado caso do “Campo de Marte”, a dívida do município foi baixada, havendo queda de arrecadação e impedindo a comparação com o projetado anteriormente.

- II. *Lei Complementar nº 178/2021 – Estabelece o Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal e o Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal, alterando dispositivos das Leis Complementares nºs 156/16, 159/17, 173/21, da Lei nº 9.496/1997 e da MP nº 2.185/2001, entre outras providências e Lei Complementar nº 181/2021 – Altera dispositivos das Leis Complementares nºs 156/16, 159/17, 172/20 e 178/21 e Lei nº 14.029/20.*

A LC nº 178/2021 instituiu Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal, o qual tem por objetivo reforçar a transparência fiscal dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e compatibilizar as respectivas políticas fiscais com a da União. No caso, o Programa poderá estabelecer

metas e compromissos para os Estados, Municípios e Distrito Federal, sendo que os entes que efetuarem sua adesão deverão firmar o compromisso de contrair novas dívidas exclusivamente em conformidade com os termos do referido Programa. Ademais, a adesão dos entes ao Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal será condição para a pactuação de Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal com a União.

Por sua vez, o Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal conterá conjunto de metas e de compromissos pactuados entre a União e cada Estado, o Distrito Federal ou cada Município, com o objetivo de promover o equilíbrio fiscal e a melhoria das respectivas capacidades de pagamento. O mencionado Plano terá vigência temporária, devendo conter, no mínimo, as metas de compromissos pactuados, e autorização para contratações de operações de crédito com garantia da União e as condições para liberação dos recursos financeiros.

Dentre as principais inovações trazidas pela referida Lei Complementar, no tocante aos haveres da União junto a entes subnacionais, destacamos as alterações no mecanismo do RRF, alterando dessa forma dispositivos contidos na LC nº 159/2017. Nesse sentido, o novo prazo de vigência do RRF será de até 9 (nove) exercícios financeiros, observadas as hipóteses de encerramento e de extinção do referido Regime, apresentadas no texto da própria LC.

Durante a vigência do RRF, desde que assinado o contrato previsto no âmbito da referida LC e de acordo com o disposto em seu Art. 9º, a União:

- a) Concederá redução extraordinária das prestações relativas aos contratos de dívidas administrados pela Secretaria do Tesouro Nacional contratados em data anterior ao protocolo do pedido de adesão ao RRF. Esse benefício será aplicado regressivamente no tempo, de tal forma que a relação entre os pagamentos do serviço das dívidas estaduais e os valores originalmente devidos das prestações dessas mesmas dívidas será zero no primeiro exercício e aumentará pelo menos 11,11 % a cada exercício financeiro;
- b) Poderá pagar em nome do Estado, na data de seu vencimento, as prestações de operações de crédito com o sistema financeiro e instituições multilaterais, garantidas pela União, contempladas no pedido de adesão ao RRF e contratadas em data anterior ao protocolo do referido pedido, sem executar as contragarantias correspondentes. Por sua vez, esse benefício será aplicado regressivamente no tempo, de tal forma que a União pagará integralmente as parcelas devidas durante a vigência do Regime, mas a relação entre os valores recuperados por ela dos Estados e os valores originalmente devidos das prestações daquelas dívidas será zero no primeiro exercício e aumentará pelo menos 11,11 % a cada exercício financeiro.

A Lei Complementar nº 181/2021 trouxe algumas mudanças pontuais às citadas leis, como a proibição, até 31/12/2021, de a União aplicar penalidades pelo descumprimento do teto de despesas previsto na LC nº 156/2016, a alteração do prazo para Estados celebrarem o contrato previsto no art. 23 da LC nº 178/2021, e a possibilidade de se trocar os encargos dos contratos previstos no art. 12-A da LC nº 156/2016.

Os efeitos das LCs nº 178/2021 e 181/2021 podem ser sintetizados da seguinte forma:

1) Impactos decorrentes da adesão de Estados ao Regime de Recuperação Fiscal ao amparo das LC's nº 178/2021 e 181/2021, conforme Art. 9º da LC nº 173/2021.

2) Modificações trazidas pela LC nº 178/2021, por meio da inclusão dos Arts. 1º, 1º A e 1º B ao texto da LC nº 156/2016.

3) Modificação trazida pela LC nº 178/2021, por meio da inclusão do Inciso VI do Art. 8º ao texto da MP nº 2.185/2001.

4) Introdução dos arts. 4º-A, 4º-B e 4º-C à Lei Complementar nº 156/2016.

Embora em um primeiro momento tenha sido feito uma estimativa em separado para cada um dos efeitos, não é possível medir o impacto de cada um de forma separada, posto que afetam as dívidas dos mutuários de forma simultânea. Dessa forma, temos o impacto das medidas avaliadas sobre duas bases: na primeira, consideramos os Estados que estão no RRF pagando normalmente suas dívidas, como se elas não estivessem suspensas antes da adesão. Na segunda, consideramos essas mesmas dívidas suspensas, de modo que o impacto se dá no cenário de que os entes do RRF, ao não aderirem ao regime, manteriam suas dívidas suspensas por meio de decisões judiciais.

É necessário ressaltar que o impacto foi estimado de acordo com o fluxo de recebimentos realizado ou previsto para cada conta impactada pela LC nº 178/21. Dessa forma, foram estabelecidos dois cenários: no primeiro, considerou-se que os estados de Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul estariam pagando suas obrigações normalmente, sem qualquer suspensão. No segundo cenário, considerou-se que Goiás, Minas Gerais e Rio Grande do Sul ainda estariam amparados por liminares que suspenderiam a cobrança de suas dívidas, ao passo que o Rio de Janeiro ainda estaria no RRF pelos moldes antigos.

Sobre o fluxo esperado de recebimentos destes dois cenários é que se determinou o valor do impacto sobre a arrecadação, por meio da subtração dos valores previstos mensalmente sem a LC nº 178/21 pelos valores com a referida Lei Complementar. Para valores realizados até jun/22, considerou-se tudo que foi arrecadado nas contas da Lei nº 9.496, Art. 9º-A, Art. 23, Bacen-Banerj (RJ) e 8.727/93 (GO), além de recebimentos de contratos renegociados dos municípios de Bauru, Campina Grande e Juazeiro. Para os valores projetados a partir de julho, considerou-se o funcionamento do RRF da forma como foi apresentado acima, considerando ainda os recebimentos provenientes do art. 9º-A e do art. 23.

Cabe ressaltar novamente que o impacto foi estimado sobre o fluxo de recebimento. Dessa forma, os números a serem apresentados pela Tabela 61 não apresentam o gasto da União com honra de novos avais previstos pelos moldes do RRF. Esse dado pode ser verificado na seção de contragarantias, onde se estimou o impacto da União com essas novas honras.

Conforme explicado anteriormente, os efeitos da LC nº 178/21 são diversos, e não é possível estimar com precisão o impacto de cada medida individualmente, posto que há diversos pontos de interconexão entre as alterações trazidas. A título de ilustração, temos o caso do Rio de Janeiro, que foi beneficiado com a suspensão e renegociação do teto de gastos, adesão ao novo RRF e incorporação da conta de Bacen-Banerj ao saldo principal da dívida da Lei nº 9.496/97. Como todos esses fatores alteram o saldo das dívidas do ente, é impossível determinar qual o montante se refere a cada alteração.

Tabela 61 - Impactos estimados da LC nº 178/2021, segundo cenário, por exercício

Em R\$ milhões

| Cenário                                      | Impacto <sup>1</sup>                                      |           |           |           |
|--|---|-----------|-----------|-----------|
|  | Valor Estimado (E)<br>Valor Realizado (R)<br>Variação (%) |           |           |           |
|  |   | 2021      | 2022      | 2023      |
| Entes RRF pagando suas dívidas               | E   | -8.537,3  | -22.965,7 | -16.024,0 |
|  | R   | -29.723,6 | -22.691,9 | -         |
|  | %   | 248,16    | -1,19     | -         |
| Entes RRF com dívidas permanecendo suspensas | E   | -8.537,3  | -7.171,2  | -6.959,4  |
|  | R   | -7.605,3  | -6.897,4  | -         |
|  | %   | -10,9     | -3,82     | -         |

<sup>1</sup> Impactos decorrentes de: (i) adesão ao RRF pelos estados de Goiás, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro; (ii) inclusão dos arts. 1º-A, 1º-B e 1º-C à LC nº 156/16, além do inciso VI ao art. 8º da MP nº; e (iii) inclusão dos arts. 4º-A, 4º-B e 4º-C à LC nº 156/16.

Fonte e elaboração: STN/MF

#### 4.3.3.1.6 Medidas de mitigação ou providências

As medidas de mitigação ou providências a serem tomadas tanto para prevenção de ocorrência do risco (redução da probabilidade de efetivação) quanto para o caso de materialização deste (minimização do impacto gerado):

- Riscos relativos às ações judiciais:* a principal medida de mitigação é a intensificação do relacionamento com a AGU e suas procuradorias regionais e seccionais, com vistas à reversão das decisões tomadas, o que tem ocorrido. Ressalta-se que essas operações são financeiras e o impacto fiscal da ocorrência dos riscos se dá sobre o endividamento público;
- Riscos de frustração de receitas em decorrência da aplicação de dispositivos legais aos haveres sob gestão da STN:* não há medidas de mitigação plenamente eficazes, contudo, a STN busca, sempre que possível, atuar junto às instâncias pertinentes com o objetivo de evitar ou minimizar impactos sobre as dívidas subnacionais;
- Riscos relativos ao não cumprimento das previsões de receitas para o exercício:* a principal medida de mitigação é o encaminhamento de projeções conservadoras para as receitas, para compor o PLOA. Por sua vez, a ocorrência de inadimplementos pontuais é mitigada por meio do mecanismo de execução de garantias previstas em contrato.

#### 4.3.3.1.7 Valores provisionados no BGU ou na LOA referentes aos riscos apresentados

Os valores relativos às ações judiciais incidentes sobre empréstimos da União estão contabilizados nas contas de ajuste 1.2.1.1.1.99.04 (Ajuste de Perdas – Empréstimos Concedidos), 1.2.1.1.4.99.04 (Ajuste de Perdas – Empréstimos Concedidos – Estados) e 1.2.1.1.5.99.04 (Ajuste de Perdas – Empréstimos Concedidos – Municípios), e são apresentados na Tabela 62. Trata-se de contas redutoras do ativo da STN.

Tabela 62 - Ajustes de perdas para os empréstimos concedidos a Estados e Municípios, por ano

Em R\$ milhões

| Item           |         | Ajuste de Perdas   |      |      |      |
|----------------|---------|--|------|------|------|
|                |         | Curto Prazo (\$) e Longo Prazo (\$)<br>Variação (%) <sup>1</sup> |      |      |      |
|                |         | 2019   | 2020 | 2021 | 2022 |
| LC nº 148/2014 | Estados | 22,6   | -    | -    | -    |

Em R\$ milhões

| Item  | Ajuste de Perdas                    |                  |                  |                  |           |
|---|-------------------------------------|------------------|------------------|------------------|-----------|
|   | Curto Prazo (\$) e Longo Prazo (\$) |                  |                  |                  |           |
|   | Variação (%) <sup>1</sup>           |                  |                  |                  |           |
|   | 2019                                | 2020             | 2021             | 2022             |           |
|   | -94,4                               | -100,0           | -                | -                |           |
| Municípios  | 400,9                               | 465,0            | 273,9            | -                |           |
|   | -26,8                               | 16,0             | -41,1            | -100,0           |           |
| <b>Subtotal</b>                                     | <b>423,5</b>                        | <b>465,0</b>     | <b>273,9</b>     | <b>-</b>         |           |
|   | <b>-55,6</b>                        | <b>9,8</b>       | <b>-41,1</b>     | <b>-100,0</b>    |           |
| Perda estimada dos créditos com liquidação duvidosa | Estados                             | 30.410,7         | 341.312,7        | 318.323,8        | 121.593,4 |
|   |                                     | 55,3             | 1.022,3          | -41,1            | -61,8     |
|   | Municípios                          | 2.256,7          | 5.451,4          | 4.619,2          | 1.731,2   |
|   |                                     | 17,9             | 141,6            | -15,3            | -62,5     |
|   | Administração direta e indireta     | 2.042,7          | 3.175,8          | 2.891,8          | 1.568,7   |
|   | 33,3                                | 55,5             | -8,9             | -45,8            |           |
| <b>Subtotal</b>                                     | <b>34.710,1</b>                     | <b>349.939,9</b> | <b>325.834,8</b> | <b>124.893,3</b> |           |
|   | <b>50,7</b>                         | <b>908,2</b>     | <b>-6,9</b>      | <b>-67,7</b>     |           |
| <b>Total</b>  | <b>35.133,6</b>                     | <b>350.404,9</b> | <b>326.108,7</b> | <b>124.893,3</b> |           |
|   | <b>46,5</b>                         | <b>897,4</b>     | <b>-6,9</b>      | <b>-61,7</b>     |           |

<sup>1</sup> Variação em relação ao período anterior.

Fonte e elaboração: STN/MF.

A redução de 62% no total de ajustes de perdas pode ser explicada, principalmente, pela implementação, em novembro de 2022, da nova metodologia MAPHEM (Modelo de Ajuste de Perdas junto a Haveres de Estados e Municípios) para cálculo de ajustes de perdas. Na nova metodologia, dentre várias alterações, destaca-se pela adoção do valor da ação judicial como base para cálculo do ajuste, e não mais o saldo do contrato, bem como é considerada na análise a avaliação de risco de perda elaborada pela Advocacia-Geral da União. Essa alteração metodológica proporcionou reversão de ajuste de perdas de um valor próximo a R\$ 97 bilhões.

Além disso, e anterior à implementação da nova metodologia MAPHEM, ocorreu a adesão dos Estados do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul ao Regime de Recuperação Fiscal – RRF, ao amparo da LC nº 159/2017 - art. 9º-A, e a adesão dos Estados do Amapá, Maranhão, Minas Gerais e Rio Grande do Norte ao disposto na LC nº 178/2021. Como consequência, foi realizada a reversão de ajustes de perdas em mais de R\$ 100 bilhões.

#### a) LC nº 148/2014

O ajuste para perdas de créditos ao amparo da LC nº 148/2014 corresponde aos valores integrais referentes aos ajustes previstos para os saldos dos entes federados (Estados ou Municípios) que ainda não aderiram às condições da referida norma. No caso, a LC nº 148/2014 previu a alteração retroativa de indexadores das dívidas de Estados e Municípios com a União, no âmbito da Lei nº 9.496/1997 e da Medida Provisória nº 2.185/2001, de forma que parte dos estoques de ativos geridos pela STN sofreria redução na medida em que os entes beneficiários assinassem os respectivos aditivos contratuais e após satisfeitas todas as condições e procedimentos apresentados no Decreto nº 8.616/2015, que regulamentou a referida Lei. Os valores de ajuste previstos para os saldos dos entes que ainda não aderiram às condições da LC nº 148/2014 eram informados mensalmente pelo agente financeiro Banco do Brasil.

Entretanto, juntamente com a implementação do novo modelo MAPHEM, observou-se não haver necessidade de registro de ajuste para perdas específico para os contratos que estão ao

amparo da LC nº 148/2014, conforme Nota Técnica SEI nº 53292/2022/ME, de 13 de novembro de 2022. Desta forma, em novembro de 2022 foi realizada a reversão no valor integral dos ajustes relacionados à LC nº 148/2014.

b) Créditos de Liquidação Duvidosa

Cabe destacar que o item “Perda estimada dos créditos com liquidação duvidosa” seguiu, até outubro de 2022, as regras do modelo de ajuste de perdas denominado “CAPAG PLUS”, implementado ao final de 2020.

Os créditos de liquidação duvidosa podem ser divididos da seguinte forma:

- i. Ajuste de perda de créditos de devedores duvidosos para dívidas contratuais geridas originalmente pela STN: Trata-se de ajuste de perdas aplicável às dívidas decorrentes, em sua maior parte, de refinanciamentos realizados no período de 1993 a 2000.
- ii. Ajuste de perda de créditos de devedores duvidosos para montantes oriundos de avais honrados pela União e com recuperação não permitida em virtude de liminares judiciais: No caso específico dos avais honrados, os entes ajuízam ação para impedir que o Tesouro Nacional execute as contragarantias oferecidas em contrato para fins de recuperação dos valores honrados pela União.
- iii. Ajuste de perda de créditos de devedores duvidosos para avais honrados no âmbito do Regime de Recuperação Fiscal – RRF, ao amparo da LC nº 159/17, e ao amparo da LC nº 178/2021: trata-se de valores de ajustes de perdas reconhecidos com relação aos contratos inclusos no âmbito do RRF, e de acordo com as condições dos arts. 17 e 23 da LC nº 178/2021, permitindo o parcelamento de valores até então vinculados a liminares ajuizadas contra a União.

Quanto ao ajuste de perdas de créditos de devedores duvidosos decorrentes de empréstimos e financiamentos, foi observada redução de 46% do valor registrado para o grupo Entidades, 62% para Inter Estados e 63% para Inter Municípios. As reduções se devem principalmente à implementação, em novembro de 2022, da nova metodologia MAPHEM, para o cálculo dos ajustes de perdas.

Além disso, variações negativas observadas nos ajustes de perdas também foram influenciadas pela adesão do Município de Maringá à LC nº 178/2021 (nos termos do art.17), pela adesão dos Estados do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul ao Regime de Recuperação Fiscal – RRF, ao amparo da LC nº 159/2017- art. 9º-A, pela adesão dos Estados do Maranhão, Minas Gerais e Rio Grande do Norte ao disposto na LC nº 178/2021, bem como pela melhoria de *ratings* de Estados e Municípios no período analisado.

Conforme já mencionado, a partir das informações relativas ao mês de novembro/2022, foi implementado novo modelo de ajuste de perdas, denominado “Modelo de Ajuste de Perdas junto a Haveres de Estados e Municípios – MAPHEM”, o qual corresponde à evolução do Modelo vigente denominado “CAPAG PLUS”, que vinha sendo aplicado na carteira de créditos gerida pela STN desde o final do exercício de 2020. A atualização decorre: a) das recomendações exaradas por meio do Acórdão nº 1833/2022 – TCU – Plenário; b) da incorporação de informações fornecidas pela Advocacia-Geral da União - AGU; c) das sugestões oferecidas por áreas internas da STN.

Cabe destacar alguns aspectos que foram modificados, de forma a se obter a evolução do “Modelo CAPAG PLUS”. Na prática, trata-se de mudanças de paradigmas de um modelo para o outro, ou de ajustes que acarretaram mudança significativa no volume do ajuste de perdas.

O primeiro aspecto modificado na comparação de um Modelo com o outro foi o maior enfoque na Nota CAPAG do ente, pois mesmo quando há entes envolvidos no RRF, ou contratos vinculados a Pendências Jurídicas (PJ), deve sempre ser efetuada a validação acerca do fato de que o ajuste calculado pela Nota CAPAG apresenta informação mais relevante que aquela calculada mediante as regras específicas dispensadas aos contratos do RRF ou com PJ.

Ainda, no que diz respeito à utilização da Nota CAPAG no modelo, foi realizado ajuste na tabela de correlação com os *ratings*, uma vez que as notas "C" e "D" da CAPAG, equivaliam, respectivamente, aos *ratings* "F" e "H", os quais, por sua vez, acarretavam ajuste de perdas com percentuais de 50% e 100%, respectivamente. Após avaliação dos resultados do modelo “CAPAG PLUS” durante o período em que foi utilizado, observou-se que correspondiam a percentuais extremos para as informações prospectivas, de forma que se efetuou o ajuste, para que as Notas "C" e "D" sejam equivalentes aos ratings "D" e "E" no âmbito do novo Modelo, acarretando ajustes da ordem de 10% e 30%, respectivamente.

Mais uma modificação relevante na comparação de um modelo com o outro é a participação da AGU, na avaliação do risco de contratos envolvidos em pendência jurídica. Nesse contexto a AGU passou a informar a classificação de risco para ações judiciais em que a União é parte, nos termos da Portaria AGU nº 68/2022.

Outra mudança significativa se deu na estimativa do ajuste de perdas de contratos vinculados a PJ. A primeira, já comentada, foi a participação da AGU no processo. A segunda mudança corresponde ao fato de que o percentual de ajuste não mais incidirá sobre o saldo devedor do contrato com PJ, mas sim sobre o que será chamado de “Valor Objeto da Ação (VA)”, concernente ao valor de fato questionado no âmbito da ação. Esse valor pode estar informado na própria ação judicial ou, alternativamente, ser obtido por meio de uma projeção do impacto da ação. Ainda, em último caso, esse valor pode corresponder ao próprio saldo da pendência jurídica do contrato, registrado no Sistema de Acompanhamento de Haveres Financeiros junto a Estados e Municípios - SAHEM.

#### 4.3.3.2 Garantias Prestadas pelo Tesouro Nacional aos Entes Subnacionais<sup>22</sup>

Esta classe de passivos contingentes inclui as garantias prestadas pela União a operações de crédito, nos termos do art. 29, IV e do art. 40 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Trata-se dos avais concedidos pela União aos entes federados e aos entes da administração indireta, das três esferas de governo, para a concessão de crédito, nos termos da lei. As garantias a operações de crédito podem ser internas ou externas, conforme a origem do financiamento que é objeto da garantia.

---

<sup>22</sup> As garantias prestadas pela STN aos entes subnacionais apresentadas nessa subseção apresentam, apenas, um recorte distinto ao tratamento do tema Entes Subnacionais, sendo que tais garantias já foram retratadas ao longo da seção de Garantias Prestadas pelo Tesouro Nacional.

A Tabela 63 sintetiza a evolução do saldo devedor das operações de crédito garantidas pela União aos entes subnacionais, conforme Relatório Quadrimestral de Operações de Crédito Garantidas do terceiro quadrimestre de 2022, segundo as diferentes naturezas das operações.

Ao final do 3º quadrimestre de 2022, o saldo da dívida garantida em operações de crédito para Estados e Municípios alcançou R\$ 244,8 bilhões, com a dívida garantida em operações de crédito externas respondendo por R\$ 145,5 bilhões, equivalente a 59,43% do total, enquanto a dívida garantida em operações de crédito internas representa R\$ 99,3 bilhões, 40,57% do total.

Tabela 63- Saldo devedor das Dívidas Garantidas em Operações de Crédito - Estados e Municípios

*Em R\$ bilhões*

| Garantias em Operações de Crédito | Saldo Devedor<br>Valor Realizado (\$) <sup>1</sup> |              |              |              |              |              |
|-----------------------------------|--|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
|                                   | 2017   | 2018         | 2019         | 2020         | 2021         | 2022         |
| <b>Garantias Internas</b>         | <b>88,6</b>  | <b>95,3</b>  | <b>95,8</b>  | <b>104,2</b> | <b>104,9</b> | <b>99,3</b>  |
| Estados                           | 84,7   | 91,4         | 90,9         | 97,3         | 96,7         | 90,1         |
| Municípios                        | 3,9  | 3,9          | 4,9          | 6,9          | 8,2          | 9,2          |
| <b>Garantias Externas</b>         | <b>102,3</b>                                       | <b>121,1</b> | <b>124,2</b> | <b>155,2</b> | <b>159,8</b> | <b>145,5</b> |
| Estados                           | 91,2   | 107,7        | 109,6        | 135,2        | 137,4        | 123,8        |
| Municípios                        | 11,1   | 13,4         | 14,6         | 20,0         | 22,4         | 21,7         |
| <b>Total</b>                      | <b>190,9</b>                                       | <b>216,4</b> | <b>220,0</b> | <b>259,4</b> | <b>264,7</b> | <b>244,8</b> |

<sup>1</sup> Utilizada PTAX de venda do fechamento de 31/12/2022 para apuração de valores em reais.

Fonte e elaboração: STN/MF.

#### 4.3.3.3 Contragarantias de Operações de Crédito

A concessão de garantias pela União em operações de crédito tem como contrapartida a vinculação, pelo tomador de crédito, de contragarantias em valor suficiente para cobertura dos compromissos financeiros assumidos, conforme previsto em lei. Dessa forma, sempre que a União honra compromissos de outrem em decorrência de garantias por ela oferecidas, são acionadas as contragarantias correspondentes visando a recuperação dos valores despendidos na operação. Além do valor original devido, são incluídos juros de mora, multas e outros encargos eventualmente previstos nos contratos de financiamento.

No momento em que um ente efetua a contratação de empréstimo dessa categoria, são firmados três contratos: 1) um contrato de financiamento entre o ente e a instituição financeira que será credora do empréstimo; 2) um contrato de garantia entre a instituição financeira e a União, na condição de garantidora do financiamento; e 3) um contrato de contragarantia entre o ente e a União, mediante o qual a União pode utilizar contragarantias para cobertura dos valores eventualmente honrados por conta de inadimplências do ente beneficiado pelo empréstimo.

Os saldos das contragarantias relacionadas aos contratos financeiros firmados por entes junto às instituições financeiras com o aval da União não são registrados no SIAFI, mas apenas os valores honrados pela União e os respectivos recebimentos decorrentes de contragarantias recuperadas pelo agente financeiro. Estas recuperações são efetuadas a pedido da STN, visando quitar os montantes de avais por ela honrados em decorrência dos inadimplementos dos entes em empréstimos firmados junto a instituições financeiras e nos quais a União tem parte como garantidora. Os respectivos recebimentos são registrados no SIAFI pelo agente financeiro Banco do Brasil S.A., por meio de Guias de Recolhimento da União (GRU).

Dentre os ativos dos entes que podem ser utilizados como contragarantias, destacamos, por exemplo, o Fundo de Participação dos Estados (FPE), e o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), além das receitas próprias. A STN não possui gestão sobre as contragarantias, as quais correspondem a ativos dos entes.

#### 4.3.3.3.1 Riscos Fiscais mapeados, agrupados de acordo com a natureza

Os riscos fiscais relativos à execução de contragarantias sob gestão da STN são de três naturezas: (i) riscos relativos às ações judiciais; (ii) riscos de frustração de receitas em decorrência da aplicação de dispositivos legais; e (iii) riscos decorrentes de incertezas legislativas.

Os riscos relativos às ações judiciais decorrem de liminares em ações impetradas pelos mutuários contra a União em diversas instâncias da Justiça concernentes aos haveres originários de avais honrados pela União, as quais impedem temporariamente a recuperação dos valores. No que tange à carteira supracitada, atualmente há 7 ações judiciais com impacto financeiro de R\$ 1,7 bilhão (posição de 31/12/2022).

A possibilidade de recuperação dos valores pendentes por decisão judicial mostra-se, algumas vezes, de difícil implementação. É importante destacar que a AGU possui a governança dessas ações judiciais, que por sua vez define as estratégias a serem adotadas em cada caso.

Os riscos de frustração de receitas em decorrência da aplicação de dispositivos legais, por sua vez, estão atualmente, e em grande parte, relacionados à nova versão da Lei Complementar nº 159, de 19/5/2017 – LC nº 159/2017, Art. 9º A – Regime de Recuperação Fiscal (RRF), aplicável às dívidas estaduais a serem incluídas no âmbito do referido Regime. A adesão de Estados ao RRF pode suspender e postergar o pagamento de valores devidos à União durante o seu período de vigência.

Até o momento, os Estados de Goiás, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul obtiveram a homologação do novo RRF, celebrando os contratos do Art. 9º A da LC nº 159/17 e o Art.23 da LC nº 178/21. Cabe ressaltar que o Estado de Minas Gerais celebrou o contrato dos artigos retromencionados em dezembro de 2022, mas ainda não obteve a homologação de seu RRF, o que deve ocorrer ainda neste ano.

Com a adesão à LC nº 178/2021, os avais honrados pela União até aquele momento foram incorporados ao saldo do contrato do Art. 23. Para os estados que tiveram a homologação de seu RRF, tanto os saldos dos avais honrados pela União como o saldo do próprio Art. 23 foram incorporados ao saldo do novo contrato ao amparo do Art. 9º A da LC nº 159/2017.

Em consonância com o mecanismo de benefício decrescente do novo RRF, os valores de avais honrados pela STN no 1º ano em que ocorrer sua homologação serão integralmente incorporados ao saldo do Art. 9º-A, ao passo que, a partir de janeiro do ano subsequente, os avais honrados integralmente terão 11,11% de seus montantes devolvidos pelo Estado à STN mediante pagamentos mensais por meio de GRUs emitidas pelo agente financeiro Banco do Brasil S/A, sendo as diferenças não pagas incorporadas ao saldo do Art. 9º-A. Na sequência, a cada 12 meses adicionais de pagamentos, serão acrescidos de pelo menos 11,11%

aos valores a serem pagos pelo Estado, até o momento em que os entes voltam a pagar o valor integral das parcelas das operações de crédito.

Com as novas regras do RRF estabelecidas a partir da edição da LC nº 178/21, há perspectiva de que ocorra a retomada de pagamentos por parte dos Estados mencionados, uma vez que os contratos do Art. 9º-A e do Art. 23 passem a ser cobrados no primeiro dia do segundo mês subsequente à homologação do RRF (Art. 9º-A) ou da assinatura do contrato (art. 23). Esse fato que pode compensar em parte a perda de receita decorrente desse regime diferenciado.

Cabe ressaltar, ainda, que outros entes que possuíam avais honrados pela União sem possibilidade de execução das contragarantias acabaram por refinarciar suas pendências por meio da celebração do art. 23 da LC nº 178/21. Tratam-se dos estados do Amapá, do Maranhão e do Rio Grande do Norte. Diferentemente do que ocorre com o estado de Minas Gerais, para esses entes não é esperada a adesão ao RRF.

A Tabela 64 demonstra a evolução do estoque do ativo nos últimos exercícios. Durante o ano de 2022, com assinatura dos arts. 9º-A e 23, todo o estoque de avais a recuperar, inclusive sob o Regime de Recuperação Fiscal, foi zerado, uma vez que todo o saldo foi renegociado. No entanto, nos últimos meses do ano esse saldo voltou a crescer em virtude de novas ações judiciais impetradas por estados. Essas ações questionam a forma como se dará a compensação da perda de arrecadação de ICMS por parte dos estados em decorrência da diminuição das alíquotas incidentes sobre certos produtos trazida pela Lei Complementar nº 194/2022. Até o final de 2022, foram concedidas liminares aos estados de Alagoas, do Maranhão, de Pernambuco e do Piauí impedindo que a União execute a contragarantia desses entes em caso de honra de suas dívidas garantidas pela União. No ano de 2023, novas liminares têm sido concedidas impedindo a execução de contragarantias, a exemplo dos estados do Espírito Santo e Sergipe.

A baixa dos valores de avais a recuperar ocorre concomitantemente com a incorporação de tais valores (recalculados nos moldes da LC nº 178/21) às contas do art. 9º-A e do art. 23, ou seja, continua a expectativa de recebimento desses montantes. Agora eles fazem parte da dívida administrada pela União e por isso são contabilizadas em suas contas próprias.

Tabela 64 - Evolução do estoque das contragarantias não executadas, segundo as motivações

Em R\$ milhões

| Ativo/Programa  | Valores a Recuperar (\$)  |                |                 |                 |                 |                |
|---|---------------------------|----------------|-----------------|-----------------|-----------------|----------------|
|   | Variação (%) <sup>1</sup> |                |                 |                 |                 |                |
|   | 2017                      | 2018           | 2019            | 2020            | 2021            | 2022           |
| Avais a Recuperar <sup>2</sup>  | 508,3                     | 594,8          | 5.047,0         | 9.473,2         | 12.039,5        | 1.663,2        |
|   | 37,2                      | 17,0           | 748,6           | 87,7            | 27,0            | -86,2          |
| Avais a Recuperar sob o Regime de Recuperação Fiscal - RRF <sup>3</sup> | 3.090,1                   | 7.782,5        | 12.665,3        | 24.070,1        | 28.926,0        | 0,0            |
|   | -                         | 151,9          | 62,8            | 90,1            | 20,0            | 100,0          |
| <b>Total</b>  | <b>3.598,4</b>            | <b>8.377,3</b> | <b>17.712,3</b> | <b>33.543,3</b> | <b>40.965,5</b> | <b>1.663,2</b> |
|   | <b>871,0</b>              | <b>132,8</b>   | <b>111,4</b>    | <b>89,4</b>     | <b>22,1</b>     | <b>-100,0</b>  |

<sup>1</sup> Variação em relação ao exercício imediatamente anterior.

<sup>2</sup> A União esteve impedida de receber avais honrados em decorrência das ACOs/STF nºs 2.981, 3.045, 3.215, 3.225, 3.233, 3.235, 3.244, 3.252, 3.262, 3.270, 3.280, 3.285, 3.286, 3.431, 3.438, 3.457, 3.586, 3.587, 3.590, 3.591, 3.594, 3.595, 3.596, 3.601 e Ação Civil Pública nº 1038641-32.2020.4.01.3700 Justiça Federal do Maranhão.

<sup>3</sup> Valor a Recuperar (RRF): Valores registrados em Conta Gráfica a serem pagos nos prazos e condições estabelecidos pela Lei Complementar nº 159, de 2017 (RRF), atualizados até a data de referência da coluna.

Fonte e elaboração: STN/MF.

A Tabela 65 apresenta as estimativas de impacto no atual e nos próximos três exercícios, tendo como base os riscos das contragarantias mapeados pela STN e as previsões de avais a serem honrados pela União. Ressalta-se que essas operações são financeiras e o impacto fiscal da ocorrência dos riscos se dá sobre o endividamento público.

Tabela 65 - Impactos das honras de garantias nas contas públicas, por ano

*Em R\$ milhões*

| Honras de Garantias | 2020    | 2021    | 2022    | 2023     | 2024     | 2025     |
|---------------------|---------|---------|---------|----------|----------|----------|
| Previsto            | 4.598,8 | 4.599,4 | 9.008,3 | 10.395,9 | 10.395,1 | 10.125,2 |
| Realizado           | 8.608,8 | 6.202,2 | 9.750,9 | -        | -        | -        |
| Variação (%)        | 87,2    | 34,8    | 8,2     | -        | -        | -        |

*Fonte e elaboração:* STN/MF.

Cabe ressaltar que o impacto realizado em 2020 foi retificado, posto que não havia sido contabilizada até então uma honra ocorrida junto ao BNP – Paribas, relativa a uma operação de crédito contratada pelo Estado do Rio de Janeiro - RJ (CEDAE). A honra foi realizada em 30 de dezembro 2020, mas a suspensão da execução de contragarantia – concedida pelo STF na ACO 3.457, ocorreu apenas em 2021, sendo este o motivo para não ter sido adequadamente considerado anteriormente.

A Tabela 65<sup>23</sup> não leva em consideração as honras que podem ocorrer em 2023 relativas às ações da LC nº 194/22, visto que existe alto grau de incerteza quanto aos valores – existem negociações entre União e estados visando solucionar a lide. Assim, não é possível determinar por quanto tempo perdurará a situação em que a União se encontra, de ter que honrar as dívidas de alguns estados sem poder executar as contragarantias. Cabe ressaltar que atualmente existe um grupo de trabalho determinado pelo STF, com representantes de estados e da União, em decorrência das ADI 7.191 e ADPF 984, que questionam a metodologia adotada pela União na Portaria ME nº 7.889/22. Esse grupo possui o prazo de 120 dias a contar de 02/12/2022 para apresentar seus resultados, o que pode implicar em mudanças metodológicas trazidas na portaria, não sendo cabível realizar estimativas de impacto minimamente confiáveis.

Os valores previstos para 2023, 2024 e 2025 foram reestimados para se adequar às novas condições trazidas pela LC nº 178/21. Dessa forma, esses valores se referem à expectativa de honra dos avais de entes que aderiram ao RRF. Assim, segundo o mecanismo do Regime, existe a expectativa de que parte desses valores sejam devolvidos pelos estados, conforme disposto na Tabela 66.

Tabela 66 - Estimativa de ressarcimento de honras realizadas pela União em decorrência do RRF

*Em R\$ milhões*

| Ressarcimento de Honras | 2022 | 2023   | 2024     | 2025     |
|-------------------------|------|--------|----------|----------|
| Previsto                | 0,00 | 761,79 | 1.930,15 | 3.009,47 |

*Fonte e elaboração:* STN/MF.

A principal medida de mitigação para os riscos relativos às contragarantias é a intensificação do relacionamento com a AGU e suas procuradorias regionais e seccionais, com vistas à reversão das decisões judiciais. Em relação à aplicação de dispositivos legais, entretanto, não há

<sup>23</sup> Os valores apresentados não consideram os efeitos do acordo realizado entre o MF e os Estados realizado no início de 2023.

medidas de mitigação plenamente eficazes. A STN, contudo, busca, sempre que possível, atuar junto às instâncias pertinentes com o objetivo de evitar ou minimizar impactos sobre as dívidas subnacionais.

#### 4.3.3.3.2 Valores provisionados no BGU ou na LOA referentes aos riscos apresentados

Os valores relativos às ações judiciais incidentes sobre avais honrados pela União estão contabilizados nas contas de ajuste 1.1.3.9.4.0.1.0.1 - ajuste para perdas - subgrupo 113 (Conta Corrente 1.1.3.8.4.4.2.0.0) e 1.2.1.2.4.99.03 - ajuste de perdas de outros créditos (Conta Corrente 1.2.1.2.4.98.18, e são apresentados na Tabela 67. Trata-se de contas redutoras do ativo da STN.

Tabela 67 - Valores de ajustes de perdas para os créditos sub-rogados (avais honrados)

*Em R\$ milhões*

| Item                 | Ajuste de Perdas para Avais Honrados <sup>1</sup> |                |                 |                 |                   |
|----------------------|---|----------------|-----------------|-----------------|-------------------|
|                      | 2018  | 2019           | 2020            | 2021            | 2022 <sup>2</sup> |
| Avais Honrados       | -   | 4.196,6        | 31.386,0        | 40.275,4        | 1.663,2           |
| Conta A <sup>3</sup> | -   | 627,9          | 660,3           | 690,1           | -                 |
| <b>Total</b>         | -   | <b>4.824,5</b> | <b>32.046,3</b> | <b>40.965,5</b> | <b>1.663,2</b>    |
| <b>Variação</b>      | -   | -              | <b>564,2</b>    | <b>27,8</b>     | <b>-95,9</b>      |

<sup>1</sup> Os ajustes de perdas de créditos de devedores duvidosos para montantes oriundos de avais honrados pela União e com recuperação não permitida em virtude de liminares judiciais estão registrados na Conta Contábil 1.2.1.2.4.99.03 - ajuste de perdas de outros créditos (Conta Corrente 1.2.1.2.4.98.18) e Conta Contábil 1.1.3.9.4.0.1.0.1 - ajuste para perdas - subgrupo 113 (Conta Corrente 1.1.3.8.4.4.2.0.0).

<sup>2</sup> Avais honrados pela União referentes aos Estados de Alagoas, Maranhão, Pernambuco, Piauí e com recuperação não permitida em virtude de liminares judiciais.

<sup>3</sup> Aval honrado pela União referente à Conta A do Estado do Rio de Janeiro e com recuperação não permitida em virtude de liminar judicial. Seu saldo foi incorporado ao saldo do art. 9º-A da LC nº 159/17 quando da entrada do estado no RRF.

**Fonte e elaboração:** STN/MF.

A grande baixa do ajuste de perdas para Avais Honrados se deu pela adesão ao RRF pelos estados de Goiás, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, além da assinatura do contrato de refinanciamento do art. 23 da LC nº 178/21 por parte dos estados do Amapá, do Maranhão, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul. No entanto, por outro lado, surgiram novas ações judiciais impedindo que a União execute a contragarantia em caso de honra de avais de determinados estados, todas se baseando nas aplicações do disposto na LC nº 194/22. Desse modo, parte considerável do saldo de ajuste apresentado em 2022 se deve a essas ações dos estados de Alagoas, do Maranhão, de Pernambuco e do Piauí. Uma outra pequena parte do saldo decorre da ação judicial do município de Taubaté.

Cabe destacar a implementação, em novembro de 2022, da nova metodologia MAPHEM (Modelo de Ajuste de Perdas junto a Haveres de Estados e Municípios) para cálculo de ajustes de perdas. O MAPHEM corresponde à evolução do Modelo vigente denominado “CAPAG PLUS”, que vinha sendo aplicado na carteira de créditos gerida pela STN desde o final do exercício de 2020. A atualização decorre: a) das recomendações exaradas pelo Tribunal de Contas da União - TCU, por meio do Acórdão nº 1833/2022 – TCU – Plenário; b) da incorporação de informações fornecidas pela Advocacia-Geral da União - AGU; c) das sugestões oferecidas pela Subsecretaria de Contabilidade da STN; e d) da análise da equipe da STN.

Alguns aspectos foram modificados, de forma a se obter a evolução do “Modelo CAPAG PLUS”. Na prática, tratam-se de mudanças de paradigmas de um modelo para o outro, ou de ajustes que acarretaram mudança significativa no volume do ajuste de perdas.

O primeiro aspecto modificado na comparação de um modelo com o outro foi o maior enfoque na Nota CAPAG do ente, pois mesmo quando há entes envolvidos no Regime de Recuperação Fiscal – RRF, ou contratos vinculados a Pendências Jurídicas (PJ), deve sempre ser efetuada a validação acerca do fato de que o ajuste calculado pela Nota CAPAG apresenta informação mais relevante que aquela calculada mediante as regras específicas dispensadas aos contratos do RRF ou com PJ.

Ainda, no que diz respeito à utilização da Nota CAPAG no modelo, foi realizado ajuste na tabela de correlação com os ratings, uma vez que as notas "C" e "D" da CAPAG, equivaliam, respectivamente, aos ratings "F" e "H", os quais, por sua vez, acarretavam ajuste de perdas com percentuais de 50% e 100%, respectivamente. Após avaliação dos resultados do modelo "CAPAG PLUS" durante o período em que foi utilizado, observou-se que correspondiam a percentuais extremos para as informações prospectivas, de forma que se efetuou o ajuste, para que as Notas "C" e "D" sejam equivalentes aos ratings "D" e "E" no âmbito do novo Modelo, acarretando ajustes da ordem de 10% e 30%, respectivamente.

Mais uma modificação relevante na comparação de um modelo com o outro é a participação da AGU na avaliação do risco de contratos envolvidos em pendência jurídica. Nesse contexto, a AGU passou a informar a classificação de risco para ações judiciais em que a União é parte, nos termos da Portaria AGU nº 68/2022.

Outra mudança significativa se deu na estimativa do ajuste de perdas de contratos vinculados a PJ. A primeira, já comentada, foi a participação da AGU no processo. A segunda mudança corresponde ao fato de que o percentual de ajuste não mais incidirá sobre o saldo devedor do contrato com PJ, mas sim sobre o que será chamado de "Valor Objeto da Ação (VA)", concernente ao valor de fato questionado no âmbito da ação. Esse valor pode estar informado na própria ação judicial ou, alternativamente, ser obtido por meio de uma projeção do impacto da ação. Ainda, em último caso, esse valor pode corresponder ao próprio saldo da pendência jurídica do contrato, registrado no Sistema de Acompanhamento de Haveres Financeiros junto a Estados e Municípios - SAHEM.

#### **4.3.4 Parcerias Público-Privadas e as Concessões Públicas**

##### **4.3.4.1 Parcerias Público Privadas**

As Parcerias Público-Privadas (PPP's) no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios são regidas pela Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004. A referida Lei define, em seu art. 4º, que dentre as diretrizes a serem observadas na contratação de parceria público-privada, deve constar a repartição objetiva de riscos entre as partes.

Nesse sentido, no que se refere às PPP's Federais, cabe mencionar que a União, considerando sua administração direta e indireta, possui atualmente um único contrato de PPP, que é o Complexo Data Center contratado por um consórcio formado por Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal junto à GBT S/A. Entretanto, como as empresas estatais envolvidas não são dependentes e os contratos não preveem qualquer tipo de garantia do poder concedente ao concessionário, não existem riscos alocados à União.

##### **4.3.4.2 Riscos Fiscais em Concessões de Serviço Público**

As Concessões de Serviço público são regidas pela Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995. Essa Lei define, no inciso II do seu art. 2º, concessão de serviço público como sendo "a delegação

*de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência ou diálogo competitivo, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado”.*

#### *a) Ótica das Despesas*

A prática da União nos contratos de concessão atualmente em vigor tem sido a de transferência dos riscos mais relevantes para o concessionário, como é o caso dos riscos de construção e de demanda. Sobre a União recai a responsabilidade sobre eventos extraordinários, que venham a ser reconhecidos como caso fortuito, força maior ou fato do príncipe.

Há contratos que preveem a possibilidade de reequilíbrio econômico-financeiro, o que poderia eventualmente acarretar ônus à União. Ocorre que, mesmo nos casos em que se enseja o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, o Poder Concedente dispõe de alguns mecanismos de compensação que não implicam desembolso financeiro por parte da União, como por exemplo, revisão tarifária ou prorrogação do prazo contratual.

Há ainda a possibilidade de extinção, antecipada ou não, dos contratos. Nesses casos, é possível que tenham sido efetuados investimentos em bens reversíveis que ainda não tenham sido completamente amortizados ou depreciados, sendo que a União poderá ter que fazer frente a eventual pagamento ao concessionário, a depender de como será definida a forma de indenização.

Ocorre que, inclusive nesses casos, o risco de a União ter que fazer frente a eventual pagamento ao concessionário pode ser mitigado, pois existe a possibilidade de que o bem seja relicitado e as indenizações sejam arcadas pelos futuros contratados, conforme previsto no § 1º do art. 15, da Lei nº 13.448, de 2017, que trata da relicitação dos contratos de parceria nos setores rodoviário, ferroviário e aeroportuário.

#### *b) Ótica das Receitas*

No que tange às projeções de receitas de concessões, os valores arrecadados provêm da obrigação de pagamento de outorga por parte do concessionário, definida em contrato. Parte das receitas advém de contratos vigentes e parte da celebração de novos contratos. Nesse contexto, os principais riscos fiscais decorrem, por um lado, da possibilidade de inadimplência de concessionários com contratos vigentes, e, por outro lado, da não celebração dos novos contratos previstos para aquele período. Além disso, há o risco de demanda que pode impactar o recebimento de outorga variável, ou seja, outorga proporcional à receita da concessionária.

Em termos de possibilidade de não pagamento de outorgas de concessões vigentes, os fatores de riscos estão relacionados a questionamentos judiciais, alterações legislativas, pedidos de reequilíbrio econômico-financeiros, procedimentos arbitrais ou mesmo insolvência do concessionário. Ademais, em razão da promulgação da Emenda Constitucional nº 113, de 08 de dezembro de 2021, que estabelece o novo regime de pagamentos de precatórios, e da subsequente regulamentação de oferta desses créditos por meio do Decreto nº 11.249, de 09 de novembro de 2022, parte das receitas de concessões estimadas como receitas primárias podem ser impactadas por pedidos, feitos pelas concessionárias, de pagamentos das outorgas por meio de precatórios, podendo representar risco fiscal pela possibilidade de frustração de receitas primárias.

Já em termos da possibilidade de não celebração de novos contratos, os principais fatores de risco a serem considerados para a elaboração da Lei Orçamentária Anual são a exequibilidade do cronograma dos leilões que precedem esses contratos e a ausência de propostas de interessados (“leilão deserto”).

Adicionalmente, há o risco de conversão de receitas de outorga em investimentos cruzados da concessionária, em decorrência de novos processos licitatórios ou de prorrogação de contratos de concessão de ferrovias e rodovias no âmbito da Lei nº 13.448, de 2017, o que reduz o potencial de novas receitas da União, bem como a sua previsibilidade. As projeções de receitas de novos contratos também podem ser afetadas por práticas recentemente observadas de direcionamento de recursos da concessionária diretamente para empresas estatais, obras diversas e contas vinculadas conforme previsão em editais de licitação. Eventuais alterações legislativas que vinculem o benefício econômico da outorga para investimentos ou setores específicos também podem ter impacto negativo sobre as receitas potenciais da União.

Para mitigar tanto o risco de cronograma como outros riscos que afetem as receitas previstas é feito monitoramento dos processos, e qualquer alteração de estimativa é refletida nos relatórios de avaliações bimestrais de receitas e despesas primárias. Com relação ao risco de leilão deserto, sua mitigação por parte do poder concedente passa por garantir que haja aderência entre o modelo econômico desenhado e a expectativa do mercado, assim como garantir que a condução do processo licitatório seja feita de maneira a minimizar as incertezas, favorecendo a previsibilidade e transparência.

A Tabela 68 apresenta o histórico recente de receitas de concessões e permissões, segregadas entre receitas de contratos vigentes e de novos leilões realizados no período. O comparativo entre a projeção constante da Lei Orçamentária e o valor efetivamente arrecadado a cada ano mostra a importância de uma adequada avaliação de riscos de realização dessas receitas, tendo em vista que as variações entre valor previsto e realizado tem ocorrido inclusive nos contratos de concessões vigentes.

Tabela 68 - Valores Receitas de Concessões de Serviço Público, segundo exercício

*Em R\$ milhões*

| Exercício | Categorias de Concessões | Receita de Concessões |        |           |                          |
|-----------|--------------------------|-----------------------|--------|-----------|--------------------------|
|           |                          | PLOA                  | LOA    | Realizado | Varição <sup>1</sup> (%) |
| 2014      | Vigentes                 | 3.841                 | 3.841  | 2.976     | -23%                     |
|           | Novas                    | 5.910                 | 9.610  | 5.077     | -47%                     |
|           | Total                    | 9.751                 | 13.451 | 8.053     | -40%                     |
| 2015      | Vigentes                 | 6.223                 | 6.223  | 5.885     | -5%                      |
|           | Novas                    | 7.081                 | 9.238  | 0         | -100%                    |
|           | Total                    | 13.304                | 15.461 | 5.885     | -62%                     |
| 2016      | Vigentes                 | 5.007                 | 22.007 | 21.931    | 0%                       |
|           | Novas                    | 5.000                 | 6.500  | 0         | -100%                    |
|           | Total                    | 10.007                | 28.507 | 21.931    | -23%                     |
| 2017      | Vigentes                 | 4.735                 | 4.735  | 8.508     | 80%                      |
|           | Novas                    | 19.228                | 19.228 | 23.598    | 23%                      |
|           | Total                    | 23.963                | 23.963 | 32.106    | 34%                      |
| 2018      | Vigentes                 | 5.097                 | 5.097  | 3.850     | -24%                     |
|           | Novas                    | 13.797                | 13.797 | 18.080    | 31%                      |
|           | Total                    | 18.894                | 18.894 | 21.930    | 16%                      |
| 2019      | Vigentes                 | 3.067                 | 3.067  | 4.998     | 63%                      |
|           | Novas                    | 12.563                | 12.563 | 88.277    | 603%                     |
|           | Total                    | 15.631                | 15.631 | 93.275    | 497%                     |
| 2020      | Vigentes                 | 4.622                 | 4.622  | 5.133     | 11%                      |
|           | Novas                    | 16.442                | 16.442 | 3.016     | -82%                     |
|           | Total                    | 21.063                | 21.063 | 8.150     | -61%                     |
| 2021      | Vigentes                 | 5.131                 | 5.131  | 3.282     | -36%                     |
|           | Novas                    | 109                   | 109    | 6.573     | 5.930%                   |
|           | Total                    | 5.240                 | 5.240  | 9.855     | 88%                      |
| 2022      | Vigentes                 | 5.137                 | 5.137  | 6.347     | 23%                      |

Em R\$ milhões

| Exercício | Categorias de Concessões | Receita de Concessões |       |           |                          |
|-----------|--------------------------|-----------------------|-------|-----------|--------------------------|
|           |                          | PLOA                  | LOA   | Realizado | Varição <sup>1</sup> (%) |
|           | Novas                    | 0                     | 0     | 40.436    | n/a                      |
|           | Total                    | 5.137                 | 5.137 | 46.783    | 811%                     |

<sup>1</sup> Variação entre a receita realizada e a estimada na Lei Orçamentária Anual.

Fonte: PLOA; LOA; SIAFI. Elaboração: STN/MF.

O comparativo entre a projeção constante da Lei Orçamentária e o valor efetivamente arrecadado a cada ano mostra a importância de uma adequada avaliação de riscos de realização dessas receitas, tendo em vista que as variações entre valor previsto e realizado tem ocorrido inclusive nos contratos de concessões vigentes. Cabe esclarecer que o encaminhamento das projeções para fins de elaboração do Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) ocorre entre os meses de junho e julho do ano anterior ao exercício a que se refere, sendo que é comum a divulgação de novos processos licitatórios após esse prazo, o que contribui para verificação de diferenças entre os valores previstos nas peças orçamentárias e os valores efetivamente realizados.

Além disso, as projeções mencionadas não consideram eventuais ágios que possam ocorrer nos processos licitatórios, o que também contribui para diferenças entre os valores previstos nas peças orçamentárias e os valores efetivamente realizados.

Dessa forma, os fatores de risco aqui citados devem ser observados de forma abrangente pelas agências reguladoras e órgãos setoriais no processo de projeções de receitas de concessões e permissões para fins da elaboração do PLOA.

Em relação à Tabela 68 cabe mencionar que, em 2020, a diferença entre valor previsto e realizado ocorreu principalmente em função da não realização de receitas de concessões de geração de usinas hidrelétricas associadas ao processo de desestatização da Eletrobras, previstas inicialmente na LOA. Em 2021, a diferença foi devida majoritariamente ao ingresso de recursos de novas concessões no setor de telecomunicações, rodoviário e aeroportuário, não previstos inicialmente na LOA. Em 2022, a receita realizada de novas concessões foi maior que a prevista e essa diferença pode ser explicada, majoritariamente, por não terem sido previstos inicialmente na LOA o ingresso do bônus de assinatura do Segundo Leilão dos Volumes Excedentes da Cessão Onerosa (LVECO), bem como o bônus de outorga de concessões associadas a processos de desestatização, a saber: a) novos contratos de concessão de geração de usinas hidrelétricas, processo associado à desestatização da Eletrobras; e b) concessão de geração de energia elétrica associada à desestatização da Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT).

#### 4.3.4.3 Riscos Fiscais em Demandas Administrativas

A supervisão dos riscos fiscais de concessões e PPP's é da competência dos ministérios setoriais e das agências reguladoras, os quais são responsáveis pela gestão, monitoramento e fiscalização dos contratos vigentes, bem como registro de ativos e passivos contingentes.

Ademais, as agências reguladoras e ministérios setoriais são responsáveis pela estruturação e implementação de processos licitatórios para projetos de concessões e PPP's, sendo esses os órgãos responsáveis por definir a alocação de riscos entre setor público e setor privado de cada contrato.

A Tabela 69 é baseada em informações fornecidas pelas agências reguladoras e reproduz o somatório de estimativas de impacto fiscal para a União decorrentes de pleitos administrativos de reequilíbrio econômico-financeiro classificados como de risco provável de concretização pelas agências reguladoras.

Observa-se que o risco relativo a demandas na via administrativa com impacto fiscal para a União é estimado em R\$ 1.379,4 milhões em 2023, R\$ 45,5 milhões em 2024, R\$ 44,1 milhões em 2025 e R\$ 42,4 milhões em 2026. Destaca-se, porém, que algumas demandas apresentam estimativa de impacto não disponível, e que a lista abaixo possui rol não exaustivo, não esgotando a possibilidade de surgimento de novos pleitos não informados quando da elaboração da tabela abaixo. Dessa forma, o valor de impacto potencial pode ser mais elevado que os valores mencionados.

Tabela 69 - Riscos fiscais em demandas administrativas

*Em R\$ milhões*

| Agência Reguladora  | Reequilíbrio Econômico e Financeiro<br>(classificados como prováveis pelas Agências) |             |             |             |
|---|--|-------------|-------------|-------------|
|   | 2023   | 2024        | 2025        | 2026        |
| Reequilíbrio de contratos – ótica das Receitas              | 1.379,4  | 45,5        | 44,1        | 42,4        |
| Reequilíbrio de contratos – ótica das Despesas <sup>1</sup> | 0,0  | 0,0         | 0,0         | 0,0         |
| <b>Total</b>  | <b>1.379,4</b>   | <b>45,5</b> | <b>44,1</b> | <b>42,4</b> |

<sup>1</sup>Não houve reportes de riscos prováveis pelas agências reguladoras para esses anos.

Fonte: Agências reguladoras. **Elaboração:** STN/MF.

Cabe aqui destacar que os reequilíbrios de contrato previstos para 2023 são, em grande parte, devidos aos impactos da pandemia da Covid-19 no Orçamento de 2022, risco considerado como força maior e alocado para a União. Esses reequilíbrios de efeitos da Covid-19 aprovados em 2022 ainda poderão acarretar abatimentos nas contribuições do setor aeroportuário devidas em 2023.

A Tabela 70 apresenta a lista atualizada contendo informações relativas às concessões, baseadas em informações fornecidas pelas agências reguladoras.

Tabela 70 - Concessões de Serviço Público Vigentes

| Sector da Concessão   | Agência Reguladora Responsável | Objeto do contrato de concessão ou do ato de autorização  | Dimensão | Início da Concessão/Autorização | Vencimento da Concessão/Autorização |
|-----------------------|--------------------------------|---|----------|---------------------------------|-------------------------------------|
| Transporte Rodoviário | ANTT                           | BR 040/MG/RJ - trecho Juiz de Fora/MG - Rio de Janeiro/RJ | 179,9 km | 01/03/1996                      | 15/02/2023                          |
|                       |                                | BR-116/392/RS   | 457,3 km | 30/11/1998                      | 29/11/2026                          |
|                       |                                | BR-381/MG/SP - Belo Horizonte - São Paulo                 | 562,1 km | 18/02/2008                      | 17/02/2033                          |
|                       |                                | BR-101/RJ – Divisa RJ/ES – Ponte Presidente Costa e Silva | 320,1 km | 18/02/2008                      | 17/02/2033                          |
|                       |                                | BR-116/SP/PR – São Paulo – Curitiba                       | 401,6 km | 18/02/2008                      | 17/02/2033                          |
|                       |                                | BR-116/376/PR e BR-101/SC – Trecho Curitiba – Palhoça     | 405,9 km | 18/02/2008                      | 17/02/2033                          |
|                       |                                | BR-116/PR/SC – Curitiba – Divisa SC/RS                    | 412,7 km | 18/02/2008                      | 17/02/2033                          |
|                       |                                | BR-393/RJ – Divisa MG/RJ – Entroncamento BR-116 (DUTRA)   | 200,4 km | 28/03/2008                      | 27/03/2033                          |
|                       |                                | BR-153/SP – Divisa MG/SP – Divisa SP/PR                   | 321,6 km | 18/02/2008                      | 17/02/2033                          |
|                       |                                | BR 116/324/BA e BA 526/528                                | 680,6 km | 20/10/2009                      | 19/10/2034                          |

| Sector da Concessão  | Agência Reguladora Responsável | Objeto do contrato de concessão ou do ato de autorização   | Dimensão   | Início da Concessão/Autorização | Vencimento da Concessão/Autorização |
|--|--------------------------------|--|------------|---------------------------------|-------------------------------------|
|  |                                | BR 101/ES/BA - Entroncamento BA-698 (acesso a Mucuri) - Divisa ES/RJ                                 | 475,9 km   | 10/05/2013                      | 09/05/2038                          |
|  |                                | BR-060/153/262/DF/GO/MG  | 1176,5 km  | 05/03/2014                      | 04/03/2044                          |
|  |                                | BR-040/DF/GO/MG - Trecho Brasília-DF - Juiz de Fora-MG   | 936,8 km   | 22/04/2014                      | 21/04/2044                          |
|  |                                | BR-101/RJ - trecho acesso à Ponte Presidente Costa e Silva (Niterói) - Entr. RJ-071 (Linha Vermelha) | 13,2 km    | 01/06/2015                      | 31/05/2045                          |
|  |                                | BR-050/GO/MG   | 436,6 km   | 08/01/2014                      | 07/01/2044                          |
|  |                                | BR-163/MS - Início na divisa com o estado do MT e término na divisa com o PR                         | 847,2 km   | 11/04/2014                      | 10/04/2044                          |
|  |                                | BR-163/MT - BR-163 e MT-407 do MS até o entroncamento com a MT-220                                   | 850,9 km   | 21/03/2014                      | 20/03/2044                          |
|  |                                | Concessão da BR-080/153/414/GO/TO  | 850,7 km   | 08/10/2021                      | 07/10/2056                          |
|  |                                | BR-364/365/GO/MG   | 437 km     | 19/12/2019                      | 18/12/2049                          |
|  |                                | BR-101/290/448/386/RS  | 473,4 km   | 15/02/2019                      | 14/02/2049                          |
|  |                                | BR-101/SC  | 220,42 km  | 07/08/2020                      | 06/08/2050                          |
|  |                                | BR-116/101/SP/RJ (Rod. Presidente Dutra)   | 625,8 km   | 01/03/2022                      | 01/03/2052                          |
|  |                                | BR-163/230/MT/PA   | 1009,53 km | 04/05/2022                      | 03/05/2032                          |
|  |                                | BR-116/465/493/RJ/MG   | 726,9 km   | 22/09/2022                      | 21/09/2052                          |
|  |                                | BR-116/RJ, trecho Além Paraíba - Teresópolis – Entroncamento c/ a BR 040/RJ                          | 142,5 Km   | 22/03/1996                      | 22/09/2022                          |
|  |                                | Transporte Ferroviário   | ANTT       | Malha Sul RS/SC/PR              | 7223,4 km                           |
| Malha Nordeste   | 4295,1 km                      |  |            | 30/12/1997                      | 30/12/2027                          |
| EFC - Estrada de Ferro Carajás - Vale - Sistema Norte (PA/TO/MA) | 996,7 km                       |  |            | 01/07/1997                      | 01/07/2057                          |
| Malha Oeste PR   | 248,1 km                       |  |            | 03/10/1988                      | 03/10/2078                          |
| Estrada de Ferro Vitória a Minas                                 | 894,2 km                       |  |            | 01/07/1997                      | 01/07/2057                          |
| Ferrovias Centro-Atlântica S.A.                                  | 7856,8 km                      |  |            | 26/08/1996                      | 26/08/2026                          |
| Malha Norte MS/MG/GO/MT/RO/PA                                    | 735,3 km                       |  |            | 12/05/1989                      | 12/05/2079                          |
| Ferrovias Norte Sul Tramo Norte                                  | 744,5 km                       |  |            | 20/12/2007                      | 20/12/2037                          |
| Malha Oeste MS/SP  | 1973,1 km                      |  |            | 01/07/1996                      | 01/07/2026                          |
| Trecho Minas SC - Porto Tubarão SC                               | 164 km                         |  |            | 24/01/1997                      | 24/01/2027                          |
| Malha Paulista SP  | 2199,2 km                      |  |            | 01/01/1999                      | 01/01/2059                          |
| MRS Logística - Malha Sudeste RJ/MG/SP                           | 1821,3 km                      |  |            | 26/11/1996                      | 26/11/2056                          |
| Ferrovias Norte Sul Tramo Central                                | 1.544 km                       |  |            | 31/07/2019                      | 31/07/2049                          |
| Malha Nordeste   | 1728 km                        |  |            | 22/01/2014                      | 31/12/2057                          |
| Ferrovias de Integração Oeste-Leste - Ilheus/BA a Caetitê/BA     | 537 km                         |  |            | 03/09/2021                      | 02/09/2056                          |
| 32 autorizações de ferrovias                                     | 10.963,26 km                   | 22/12/2021   | 17/11/2121 |                                 |                                     |
| Transporte Rodoviário Interestadual <sup>1</sup>                 | ANTT                           | Quotas de Exploração do Lote 4 - região do Distrito Federal e entorno                                | -          | 2015                            | 2030                                |

| Setor da Concessão                    | Agência Reguladora Responsável | Objeto do contrato de concessão ou do ato de autorização                                      | Dimensão                     | Início da Concessão/Autorização | Vencimento da Concessão/Autorização |
|---------------------------------------|--------------------------------|---|------------------------------|---------------------------------|-------------------------------------|
| Aeroportuário                         | ANAC                           | Aeroporto de São Gonçalo do Amarante S.A.   | 15.291.381,99 m <sup>2</sup> | 2012                            | 24/01/2040                          |
|                                       |                                | Aeroporto de Brasília S. A.   | 9.947.560 m <sup>2</sup>     | 2012                            | 24/07/2037                          |
|                                       |                                | Aeroporto Viracopos S.A.  | 8.579.300 m <sup>2</sup>     | 2012                            | 11/07/2042                          |
|                                       |                                | Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A.   | 11.905.056,52 m <sup>2</sup> | 2012                            | 11/07/2032                          |
|                                       |                                | Aeroporto Internacional de Confins S.A.   | 15.175.129,34 m <sup>2</sup> | 2014                            | 07/05/2044                          |
|                                       |                                | Aeroporto Rio de Janeiro S.A.   | 14.462.076,82 m <sup>2</sup> | 2014                            | 07/05/2039                          |
|                                       |                                | Aeroporto Internacional de Florianópolis S.A.   | 4.796.332,01 m <sup>2</sup>  | 2017                            | 31/08/2047                          |
|                                       |                                | Aeroporto de Fortaleza  | 4.550.951,27 m <sup>2</sup>  | 2017                            | 29/08/2047                          |
|                                       |                                | Aeroporto de Porto Alegre   | 4.820.662,91 m <sup>2</sup>  | 2017                            | 29/08/2042                          |
|                                       |                                | Aeroporto de Salvador S.A.  | 8.248.488,25 m <sup>2</sup>  | 2017                            | 31/08/2047                          |
|                                       |                                | Aeroportos do Bloco Nordeste  | 16.964.710,9 m <sup>2</sup>  | 2019                            | 09/10/2049                          |
|                                       |                                | Aeroportos do Bloco Centro-Oeste  | 14.412.631,4 m <sup>2</sup>  | 2019                            | 04/10/2049                          |
|                                       |                                | Aeroportos do Bloco Sudeste   | 7.661.213,21 m <sup>2</sup>  | 2019                            | 03/10/2049                          |
|                                       |                                | Aeroportos do Bloco Sul   | 22.448.010,61 m <sup>2</sup> | 2021                            | 29/11/2051                          |
|                                       |                                | Aeroportos do Bloco Norte   | 35.673.640,46 m <sup>2</sup> | 2021                            | 22/10/2051                          |
| Aeroportos do Bloco Central           | 25.819.911,1 m <sup>2</sup>    | 2022  | 24/11/2051                   |                                 |                                     |
| Serviço Telefônico Fixo Comutado-STFC | ANATEL                         | Serviço Local e Longa Distância Nacional - Região I (Setores 1,2, 4 a 17)                     | -                            | 1998                            | 2025                                |
|                                       |                                | Serviço Local e Longa Distância Nacional - Região I (Setor 3)                                 | -                            | 1998                            | 2025                                |
|                                       |                                | Serviço Local e Longa Distância Nacional - Região II (18, 19, 21, 23, 24, 26 a 29)            | -                            | 1998                            | 2025                                |
|                                       |                                | Serviço Local e Longa Distância Nacional - Região II ( Setor 20)                              | -                            | 1998                            | 2025                                |
|                                       |                                | Serviço Local e Longa Distância Nacional - Região II (Setores 22 e 25)                        | -                            | 1998                            | 2025                                |
|                                       |                                | Serviço Local e Longa Distância Nacional - Região III (Setor 31)                              | -                            | 1998                            | 2025                                |
|                                       |                                | Serviço Local e Longa Distância Nacional - Região III (Setor 33)                              | -                            | 1998                            | 2025                                |
|                                       |                                | Serviço Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional - Região IV (Setores 1 a 33) | -                            | 1998                            | 2025                                |
|                                       | ANA                            | Paraíba do Sul (488 contratos)  | 56.500 km <sup>2</sup>       | 04/12/2020                      | 04/12/2025                          |

| Sector da Concessão                               | Agência Reguladora Responsável | Objeto do contrato de concessão ou do ato de autorização | Dimensão   | Início da Concessão/Autorização | Vencimento da Concessão/Autorização |
|---|--------------------------------|--|--|---------------------------------|-------------------------------------|
| Direitos de Uso de Recursos Hídricos              |                                | Piracicaba, Capivari, Jundiá - PCJ (144 contratos)       | 14.178 km <sup>2</sup>   | 21/12/2020                      | 21/12/2025                          |
|   |                                | São Francisco (6077 contratos)                           | 641.000 km <sup>2</sup>  | 04/12/2020                      | 04/12/2025                          |
|   |                                | Doce (321 contratos)                                     | 83.400 km <sup>2</sup>   | 21/12/2020                      | 21/12/2025                          |
|   |                                | Paranaíba (937 contratos)                                | 34.400 km <sup>2</sup>   | 21/12/2020                      | 21/12/2025                          |
|   |                                | Verde Grande (163 contratos)                             | 30.420 km <sup>2</sup>   | 29/12/2017                      | 29/12/2023                          |
| Cessão onerosa de área dentro do porto organizado | ANTAQ                          | 184 contratos  | 13.987.090,28 m <sup>2</sup>   | -                               | -                                   |
| Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural   | ANP                            | 729 contratos  | 218.060 km <sup>2</sup>  | -                               | -                                   |
| Concessão Florestal                               | SFB                            | 22 contratos   | 1.307.676,59 ha  | -                               | -                                   |
| Transmissão de Energia Elétrica                   | ANEEL                          | 365 contratos  | > 97.605,95 km   | -                               | -                                   |
| Distribuição de Energia Elétrica <sup>2</sup>     | ANEEL                          | 105 Contratos  | -  | -                               | -                                   |
| Geração de Energia Elétrica                       | ANEEL                          | 284 contratos de concessão e 4845 atos de autorização    | 105.148.911 kW (concessões) e 198.327.856 kW (autorizações) <sup>3</sup> | -                               | -                                   |
| Exploração e Pesquisa Mineral <sup>4</sup>        | ANM                            | 36.558 títulos de alvará de pesquisa                     | 43.845.273,43 ha   | 30/10/1998                      | 14/02/2026                          |
|   |                                | 12.841 títulos de concessão de lavra                     | 4.313.060,14 ha  | 17/04/1935                      | indeterminado                       |

<sup>1</sup>Dados de 2021.

<sup>2</sup>Dados de 2022.

<sup>3</sup>Potência do ato de outorga em kW.

<sup>4</sup>Foi considerado o prazo mais longo existente para o vencimento.

Fonte: Agências Reguladoras. Elaboração: STN/MF.

#### 4.3.5 Estatais Federais

Esta seção engloba os riscos fiscais relacionados às empresas estatais federais não dependentes controladas diretamente pela União. Tais empresas integram o Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais (OI) e o Programa de Dispêndios Globais (PDG)<sup>24</sup>. Refere-se a um conjunto de 29 empresas, sendo 24 empresas públicas e 5 sociedades de economia mista, conforme Tabela 71<sup>25</sup>. A Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa) e a Eletrobras foram privatizadas em 2022. A VDMG foi privatizada em março de 2023.

<sup>24</sup> As empresas dependentes, por sua vez, integram o Orçamento Fiscal da União e estão inseridas nas análises do conjunto dos órgãos e entidades que integram esta peça orçamentária, inclusive a subseção 4.1.1.5 (Demandas Judiciais das Empresas Estatais Dependentes da União) integrante da seção 4.1 (Passivos Contingentes).

<sup>25</sup> Não abrange as empresas controladas indiretamente.

As empresas estatais federais em liquidação, que também não fazem parte desta seção, não integram o Orçamento Fiscal nem o Orçamento de Investimento, mas integram o Programa de Dispêndios Globais (PDG). É adotado o rito de liquidação da Lei nº 8.029, de 1990, em que o Estado coordena e assume, de forma subsidiária, na condição de sucessor (art. 23 da Lei nº 8.029/1990), os ativos e passivos remanescentes, mediante atuação do liquidante indicado pela administração pública federal. É um processo que tende a conferir maior celeridade em relação à liquidação nos termos da legislação societária, mas pode imputar maiores riscos fiscais para o ente controlador, pois os passivos poderão ser transferidos sem a realização de todos os ativos existentes. Atualmente não há empresa não dependente controlada pela União em processo de liquidação.

Quanto ao resultado fiscal das empresas estatais não dependentes, vale lembrar que as Instituições Financeiras Federais (IFF), incluída a FINEP pela natureza de sua atividade, não compõem o setor público consolidado conforme metodologia vigente. A Petrobras e suas subsidiárias, por outro lado, foram excluídas do escopo da metodologia do Banco Central, considerando, à época, suas características operacionais e de governança corporativa. Não obstante, essas empresas, como estatais não dependentes, podem oferecer riscos fiscais ao acionista controlador como se verá adiante.

Para a análise de risco foram incluídas a Eletronuclear e a INB, hoje subsidiárias da ENBPar. A ENBPar (Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A.) foi criada no processo de desestatização da Eletrobras e viabilizou a transferência para a União do controle da Eletronuclear e da participação no capital de Itaipu Binacional.<sup>26</sup>

Tabela 71 - Escopo da Análise de Riscos de Empresas Estatais Não Dependentes

| Empresa                | Natureza                       | Participação <sup>1</sup> |
|------------------------|--------------------------------|---------------------------|
| ABGF                   | Empresa Pública Não Dependente | 100,00%                   |
| BNDES                  | Empresa Pública Não Dependente | 100,00%                   |
| CAIXA                  | Empresa Pública Não Dependente | 100,00%                   |
| CASA DA MOEDA          | Empresa Pública Não Dependente | 100,00%                   |
| DATAPREV               | Empresa Pública Não Dependente | 51,00%                    |
| CORREIOS               | Empresa Pública Não Dependente | 100,00%                   |
| EMGEA                  | Empresa Pública Não Dependente | 100,00%                   |
| EMGEPRON               | Empresa Pública Não Dependente | 100,00%                   |
| FINEP                  | Empresa Pública Não Dependente | 100,00%                   |
| HEMOBRAS               | Empresa Pública Não Dependente | 100,00%                   |
| INB                    | Empresa Pública Não Dependente | 100,00%                   |
| INFRAERO               | Empresa Pública Não Dependente | 100,00%                   |
| PPSA                   | Empresa Pública Não Dependente | 100,00%                   |
| SERPRO                 | Empresa Pública Não Dependente | 100,00%                   |
| CEAGESP                | Empresa Pública Não Dependente | 99,70%                    |
| CDC                    | Empresa Pública Não Dependente | 99,90%                    |
| CDP                    | Empresa Pública Não Dependente | 100,00%                   |
| CDRJ                   | Empresa Pública Não Dependente | 100,00%                   |
| CODEBA                 | Empresa Pública Não Dependente | 98,40%                    |
| CODERN                 | Empresa Pública Não Dependente | 100,00%                   |
| SPA (CODESP)           | Empresa Pública Não Dependente | 100,00%                   |
| NAVBRASIL <sup>2</sup> | Empresa Pública Não Dependente | 100,00%                   |
| ENBPAR <sup>3</sup>    | Empresa Pública Não Dependente | 100,00%                   |

<sup>26</sup> Não está incluída no PDG a empresa Itaipu Binacional, subsidiária da ENBPAR. Em out/22 foi aprovado em assembléia geral dos acionistas o aumento de capital social da ENBPAR por meio do aporte de todas as ações que a União detinha no capital da INB. Com essa operação, a ENBPAR assumiu o controle acionário da INB, deixando de ser uma estatal dependente de recursos do Tesouro Nacional. Autorização feita por meio do Decreto nº 11.235/2022.

| Empresa                | Natureza   | Participação <sup>1</sup> |
|------------------------|--|---------------------------|
| ELETRONUCLEAR          | Empresa Pública Não Dependente                               | 100,00%                   |
| BANCO DO BRASIL        | Sociedade de Economia Mista Não Dependente – Capital Aberto  | 50,00%                    |
| PETROBRAS <sup>4</sup> | Sociedade de Economia Mista Não Dependente – Capital Aberto  | 28,67%                    |
| BASA <sup>5</sup>      | Sociedade de Economia Mista Não Dependente – Capital Aberto  | 73,31%                    |
| BNB                    | Sociedade de Economia Mista Não Dependente – Capital Aberto  | 55,45%                    |
| CEASAMINAS             | Sociedade de Economia Mista Não Dependente – Capital Fechado | 99,60%                    |

<sup>1</sup> Posição em 31/12/2022.

<sup>2</sup> Decreto nº 10.589, de 24 de dezembro de 2020.

<sup>3</sup> Decreto nº 10.791, de 10 de setembro de 2021.

<sup>4</sup> Controle por meio das ações ordinárias.

<sup>5</sup> Decreto nº 10.955/22 autorizou o aumento de capital social do Banco da Amazônia S.A (BASA) no valor de até R\$ 1 bilhão.

Fonte e elaboração: STN/MF.

A avaliação de riscos das empresas estatais não dependentes, na maioria dos elementos de risco mapeados, demanda a separação da categoria das Instituições Financeiras Federais em relação às demais empresas estatais exploradoras de atividades econômicas ou prestadoras de serviço público. Isto em razão da especificidade do setor financeiro, com uma regulamentação própria, sobretudo quanto ao cumprimento de indicadores de capitalização.

#### 3.1.1.1 Descrição dos riscos fiscais mapeados, agrupados de acordo com a natureza

Os riscos fiscais relacionados a empresas estatais não dependentes referem-se à possibilidade da ocorrência dos seguintes eventos, conforme a sua natureza:

- a) **Risco 1: Frustração de receita** - receita de dividendos e ou juros sobre capital próprio (JCP) menor do que a receita estimada na composição do resultado fiscal do Governo Central;
- b) **Risco 2: Aporte emergencial** - aporte de capital ou subvenção econômica em caráter de emergência para o atendimento da necessidade de recursos ou de capital de determinada empresa estatal; e
- c) **Risco 3: Esforço fiscal adicional** (compensação de primário) - Necessidade de compensação pelo Tesouro Nacional de um eventual resultado primário menor do que o estimado para o conjunto dos resultados primários das Empresas Estatais Federais (por força da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO: § 2º do art. 3º da Lei nº 14.436, de 2022).

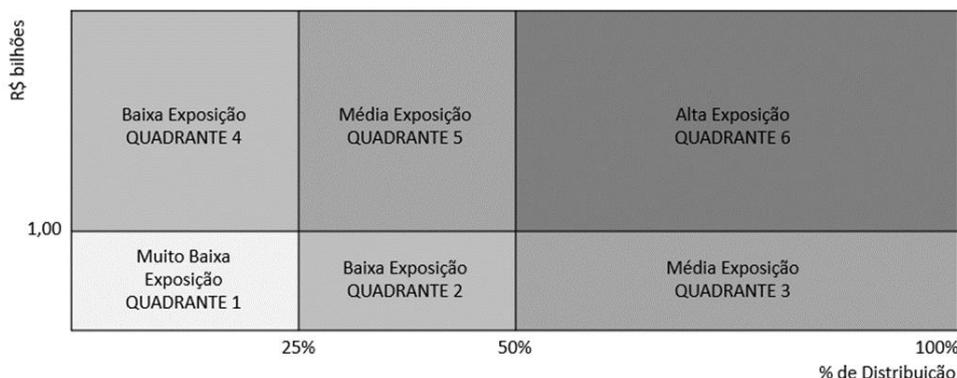
#### 3.1.1.2 Metodologia de avaliação dos riscos

##### Risco 1 - frustração da receita de dividendos e JCP

A metodologia identifica, em relação à receita de dividendos, os seguintes elementos que podem contribuir para a arrecadação vir a ser inferior à prevista: a) fatores inerentes à atividade empresarial das companhias, que podem afetar o lucro líquido estimado; b) alterações na composição do capital social reduzindo a participação relativa da União; c) mudança da política de distribuição de dividendos afetando, sobretudo, o percentual de distribuição do lucro; e, d) fatores que possam gerar direito ou obrigação de retenção de lucros por parte da empresa.

Como forma de avaliar a exposição ao risco frente à não realização da receita de dividendos, considera-se a Matriz de Risco (Figura 20), em que o eixo horizontal apresenta o percentual de distribuição de dividendo/JCP em relação ao lucro líquido ajustado (distribuições de 25%, de 25% a 50% e de 50% a 100%) e o eixo vertical apresenta o valor monetário do pagamento, segmentado em valores abaixo e acima de R\$1 bilhão.

Figura 20 - Matriz de Risco - Dividendos



A exposição ao risco pode ser considerada muito baixa nas previsões de dividendos de 25% do lucro líquido ajustado (mínimo legal), pois, nesta hipótese, não incidem os eventos de mudança na política de dividendos. Podem, contudo, ocorrer eventos que afetem a lucratividade. Assim, para valores superiores a R\$ 1 bilhão considera-se uma situação de baixa exposição (em contraponto a uma muito baixa exposição), ou seja, com um risco ligeiramente superior.

A partir de 25% do lucro líquido, na faixa até 50%, essa exposição eleva-se em razão dos fatores que podem restringir essa distribuição, não somente eventual mudança da política de dividendos, mas também a necessidade de enquadramento nos limites operacionais no caso das instituições financeiras. Esta situação, em valores inferiores a R\$1 bilhão, é considerada como de baixa exposição.

Considerando-se a elevação do risco, naturalmente, em função dos montantes envolvidos, a partir de R\$ 1 bilhão, considera-se uma situação de média exposição (para a faixa entre 25% e 50% do lucro líquido). Deve-se ressaltar que é possível uma exceção nessa faixa enquadrada como de baixo risco: quando a política de dividendos admite, formalmente e com regularidade, distribuição variável de até 50%.

Finalmente, o risco se eleva na distribuição acima de 50% do lucro líquido. Para valores abaixo de R\$ 1 bilhão considera-se média exposição e acima uma situação de alta exposição. Recomenda-se não se incluir na programação financeira as parcelas de dividendos com exposição a alto risco.

Com base em tais critérios, a metodologia distribui a exposição (valores previstos de dividendos) nas quatro categorias de risco: de Muito Baixa Exposição (quadrante 1), de Baixa Exposição (quadrantes 2 e 4), de Média Exposição (quadrantes 3 e 5) e de Alta Exposição (quadrante 6).

Deve-se levar em consideração que as estimativas do lucro líquido das principais empresas para cálculo dos dividendos são obtidas de avaliações de mercado, no caso das empresas

estatais de capital aberto, ou com base em informações da própria administração, no caso das empresas públicas de capital fechado. Na impossibilidade de acesso a tais informações, os dividendos são estimados com base no histórico de pagamento atualizado monetariamente, procedimento que já é utilizado para estimar os dividendos das participações societárias de menor relevância em relação ao total. As participações incluídas no Programa Nacional de Desestatização - PND não fazem parte das estimativas da receita de dividendos.

A alteração ou perda da participação relativa da União no capital social afeta a parcela a que tem direito na distribuição dos dividendos, podendo ocorrer na alienação de participações ou renúncia do direito de participar em aumento de capital.

Finalmente, sobre o risco de retenção de dividendos, cabe lembrar que o lucro das empresas, que é a base da distribuição ao acionista, é calculado pelo critério de competência. Contudo, a lei prevê situações em que eventuais dificuldades de caixa podem se constituir razão para a sua retenção, devendo ficar indisponíveis aos acionistas até que a empresa tenha condições de efetivar o pagamento (constituição de reserva de lucros a realizar ou de reserva especial). Há outras situações específicas em que os dividendos podem ser retidos de acordo com regulamento próprio. É o caso das instituições financeiras quando não cumprirem os seus limites operacionais. Não se vislumbram hipóteses de retenção pelas instituições financeiras para os exercícios incluídos na LDO.

#### Risco 2 - aportes emergenciais

A metodologia prevê tratamento diferenciado para as instituições financeiras e para as demais empresas estatais não dependentes (não financeiras).

O risco de aportes emergenciais associado às **instituições financeiras**, em geral, não está relacionado à escassez de caixa (liquidez), mas à insuficiência de capital regulatório para cumprir os índices de requerimento de capital (Basileia, Capital Nível I e Capital Principal).

Os requerimentos mínimos de capital, baseados no Acordo de Basileia III, conforme definidos na Resolução CMN nº 4.995, de 21 de outubro de 2021, devem ser apurados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, nos termos da Resolução BCB nº 4.958, de 21 de outubro de 2021, e são definidos por uma relação entre um conjunto de ativos que compõem o capital da instituição financeira e outros ativos selecionados (classificados em diversos níveis conforme sua qualidade e liquidez) e os ativos do balanço (créditos concedidos e outros) ponderados pelo risco a que estão expostos.

Assim, quanto maior a relação, menor a exposição ao risco de insolvência, ou seja, há uma maior disponibilidade de ativos de boa qualidade e liquidez para fazer frente aos riscos devidamente apurados. A expressão genérica das fórmulas pode ser apresentada da seguinte forma: Capital e Ativos de boa qualidade e liquidez / Ativos Ponderados pelo Risco (RWA<sup>27</sup>).

Os requerimentos de capital são os seguintes: Requerimento de Capital Principal (4,5% do RWA); Requerimento Mínimo Nível I (6% do RWA); Requerimento Mínimo do Patrimônio de Referência (PR) ou Basileia (8% do RWA). Devem ser acrescidos alguns adicionais ao Capital Principal, para amortecer riscos específicos, que são intitulados de Adicional do Capital Principal (ACP) e seguem

---

<sup>27</sup> RWA ou Risk-Weighted Asset é um cálculo de mensuração de riscos relacionados a negociações de ativos. É realizado, em geral, por instituições financeiras.

determinadas classificações: ACP Conservação, de 2,5%, único aplicável a todas as instituições financeiras; ACP contracíclico, máximo de 2,5%, conforme metodologia estabelecida pelo Banco Central, sendo, no momento, o ACP contracíclico equivalente a 0%; ACP sistêmico, com limite máximo de 2%, sendo o valor de 1% aplicável aos bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimento e caixas econômicas com Exposição Total/PIB superior a 10% e inferior a 50% (caso aplicável ao Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal).

Assim, todos os limites operacionais acabam acrescidos dos correspondentes adicionais (ACP). Os limites totais a cada uma das instituições federais serão: a) capital principal: 7% para BNDES, BASA e BNB e 8% para BB e CAIXA; b) Capital Nível I: 8,5% para BNDES, BASA e BNB e 9,5% para BB e CAIXA; e c) Basileia ou Patrimônio de Referência: 10,5% para BNDES, BASA e BNB e 11,5% para BB e CAIXA.

Já o risco associado às **demais empresas (não financeiras)** refere-se à necessidade de aporte de capital eventual e não programado que visa a suprir o financiamento de investimentos, ou à cobertura de outras despesas em caráter pontual.

### Risco 3 - esforço fiscal adicional (compensação de primário)

A metodologia consiste em monitorar mensalmente o desempenho fiscal nos conceitos de apuração da SEST (critério “acima da linha”) e do BCB (“abaixo da linha”), bem como as reestimativas de resultado produzidas por meio do sistema de acompanhamento do Programa de Dispêndios Globais - PDG pela SEST, tendo por parâmetro as estimativas ou metas definidas no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o conjunto das empresas estatais não dependentes.

O critério oficial para efeito de demonstração do cumprimento de metas é o da apuração pelo BCB. O risco de esforço fiscal adicional (compensação entre metas) é identificado quando as estimativas de resultado das estatais evidenciam que as metas definidas na LDO podem não ser atingidas.

#### 3.1.1.3 Comparação entre os fluxos estimados e realizados, nos últimos três exercícios

A Tabela 72 apresenta a comparação entre os valores estimados e os realizados dos fluxos atinentes aos riscos mapeados. Foi considerado como valor para o item Transferências para aumento de capital as dotações do exercício acrescidas dos restos a pagar abrangendo somente as empresas estatais não dependentes<sup>28</sup>.

Tabela 72 - Comparação entre os fluxos estimados e realizados - Estatais

---

<sup>28</sup> O valor de recursos destinados a adiantamento para aumento de capital (AFAC) apresentados no Boletim das Participações Societárias da União abrange todo o conjunto das empresas estatais, incluindo as empresas estatais dependentes. Além disso, os dados do boletim são oriundos das demonstrações financeiras das empresas (fluxo de caixa), enquanto os dados aqui apresentados são da execução financeira (pagamento) registrada no SIAFI.

Em R\$ milhões

| Natureza do Fluxo                                     |   | Fluxo                     |           |          |
|---|---|---------------------------|-----------|----------|
|   |   | Valor Estimado (E)        |           |          |
|   |   | Valor Realizado (R)       |           |          |
|   |   | Variação <sup>1</sup> (%) |           |          |
|   |   | 2020 <sup>4</sup>         | 2021      | 2022     |
| Receita de Dividendos e JCP                           | E | 6.521,8                   | 9.736,9   | 26.284,9 |
|   | R | 6.605,1                   | 43.528,40 | 87.003,6 |
|   | % | 12%                       | 347,0%    | 231%     |
| Transferências para Aumento de Capital <sup>2</sup>   | E | 671,9                     | 7.842,3   | 1.219,7  |
|   | R | 23,7                      | 7.998,0   | 1.219,7  |
|   | % | -96,5%                    | 19,7%     | 0,0%     |
| Resultado Primário das Empresas Estatais <sup>3</sup> | E | -3.810,0                  | -3.970,0  | -4.417,5 |
|   | R | -614,0                    | 3.030,0   | 4.753,9  |
|   | % | 83,9%                     | 176,3%    | 207,6%   |

<sup>1</sup> Variação entre os valores estimados no PLOA e os realizados.

<sup>2</sup> Variações entre Dotações Orçamentárias para AFAC e Restos a Pagar Inscritos e os pagamentos realizados.

<sup>3</sup> Variações entre Meta de Primário definida no PLDO e Resultado Primário apurado pelo Bacen (abaixo da linha).

<sup>4</sup> Em 2020, o Congresso incluiu na LOA a previsão de R\$ 13.521,8 milhões enquanto a previsão do PLOA era de R\$ 6.521,8 milhões.

Obs: Ajuste Emgea consiste na Discrepância reconhecida (justificada). Inclui as despesas consideradas na metodologia do BACEN (abaixo da linha) que não são captadas pelo PDG (acima da linha), como descontos concedidos e reversão de provisão com efeito caixa.

Fonte e elaboração: STN: dividendos (PLOA) e aumento de capital (Tesouro Transparente). Resultado primário estimado SEST (estimativa de primário com ajuste EMGEA) e BACEN (realizado).

### 3.1.1.4 Estimativas de fluxos para o atual e próximos três exercícios subsequentes

São apresentados na Tabela 73 os fluxos que constituem a base para a apuração dos riscos fiscais acima mencionados. Tratam-se de fluxos de naturezas diversas, sendo: a) ingresso de receitas; b) realização de despesa; e c) resultado primário. O valor da previsão das transferências para aumento de capital (valores a serem pagos) inclui dotação orçamentária anual acrescida dos restos a pagar (RAP).

Tabela 73 - Fluxos estimados - Estatais

Em R\$ milhões

| Natureza do Fluxo                                     | Fluxo          |          |          |          |          | Impacto Financeiro (F) Primário (P) |
|---|----------------|----------|----------|----------|----------|-------------------------------------|
|   | Valor Estimado |          |          |          |          |                                     |
|   | 2023           | 2024     | 2025     | 2026     | 2027     |                                     |
| Receita de Dividendos e JCP <sup>1</sup>              | 47.578,6       | 21.433,7 | 21.600,5 | 22.631,9 | 25.748,0 | F e P                               |
| Transferências para Aumento de Capital <sup>2</sup>   | 2,6            | n.d.     | n.d.     | n.d.     | n.d.     | F e P                               |
| Resultado Primário das Empresas Estatais <sup>3</sup> | -3.002,9       | 7.312,1  | 5.659,3  | 6.663,2  | 6.684,2  | P                                   |

n.d. - informação não disponível.

<sup>1</sup> Dividendos previstos no PLDO 2024.

<sup>2</sup> Transferências para aumento de capital da LOA 2023 + restos a pagar inscritos

<sup>3</sup> Metas fiscais previstas no PLDO 2024

Fonte: Dividendos (STN); resultado primário (LDO); e transferências para aumento de capital (SEST e STN). Elaboração: STN/MF.

### 3.1.1.5 Comparação entre os impactos estimados e os riscos efetivamente materializados

Em 2020, apesar de estar aproximadamente em linha com o estimado, a arrecadação de dividendos foi mais baixa em comparação com os anos posteriores em razão do menor desempenho de algumas empresas e devido à definição do Banco Central do Brasil, em face da Pandemia de Covid-19, que restringiu a distribuição de remuneração aos acionistas pelas instituições financeiras frente ao cenário de incertezas. Assim, os bancos federais ficaram vedados de destinar dividendos acima do mínimo obrigatório, sem contar a recomendação de não realizar pagamentos por resultados no mesmo exercício (antecipações). Em 2021 e 2022, as arrecadações foram significativamente maiores em

relação aos valores estimados inicialmente. Estes resultados decorreram principalmente do excepcional desempenho da Petrobras nesses últimos dois anos e dos pagamentos pelo BNDES de dividendos intermediários e complementares. O crescimento do lucro do BNDES é explicado pelo maior produto da intermediação financeira e maior resultado de participações societárias.

Em relação às transferências para aumento de capital, não houve acréscimos aos valores orçados inicialmente em todos os anos em análise (suplementação orçamentária), o que corrobora, em boa medida, a avaliação de que não havia riscos prováveis no período (riscos estimados). Contudo, em 2021, ocorreu a materialização do risco de capitalização do BASA, de R\$ 1 bilhão, considerado como remoto, para reforço do capital social em função, especificamente, de decisão do TCU para devolução obrigatória dos recursos de Instrumento Especial de Capital Próprio - IECP aportados pela União<sup>29</sup>. O BASA era a única instituição que não possuía margens mais amplas nos seus índices operacionais, conforme relatado no anexo de riscos fiscais da LDO 2022.

No ano de 2021, também ocorreram aportes especiais em valores importantes, nas empresas ENBPAR e VDMG, para o capital social inicial nos valores de R\$ 4 bilhões e R\$ 2,8 bilhões, respectivamente. Em 2022, a ENBPAR recebeu o aporte de R\$ 1,2 bilhão. Quanto às demais empresas, o período representou uma redução relativa dos montantes de aumento de capital recebidos anualmente devido, em grande medida, a regras restritivas previstas na lei de diretrizes orçamentárias.<sup>30</sup>

A análise da execução financeira (pagamentos) relativa ao orçamento do ano acrescido dos restos a pagar indica um nível de desempenho fraco somente em 2020, que foi o ano de maior impacto da pandemia da Covid-19, com baixa execução física. De toda forma, a despeito dos aportes não previstos do BASA, os valores realizados praticamente mantiveram-se dentro dos valores previstos inicialmente, para os quais não foram estimados riscos.

Quanto ao resultado primário das empresas estatais, os últimos três exercícios confirmaram a avaliação de risco remoto quanto à probabilidade de compensação de um esforço fiscal negativo das empresas pelo Tesouro Nacional. Os resultados foram muito superiores àqueles estimados. O exercício de 2020 foi afetado pelos efeitos da Pandemia de Covid-19, com projetos postergados, empresas com resultados deficitários, como Infraero, e empresas com resultados melhores que o programado, como a ECT, o Serpro e a Dataprev. O resultado consolidado foi um déficit muito abaixo do esperado.

Novamente verificou-se um significativo superávit das empresas em 2021, decorrente, principalmente, dos resultados positivos da ECT e da execução físico-financeira de alguns investimentos abaixo do previsto, principalmente da Emgepron. Destaca-se, em 2021, a constituição da empresa NAV Brasil, que recebeu aporte de capital inicial no mês de dezembro.

---

<sup>29</sup> O TCU considerou irregulares os contratos de concessão de crédito firmados entre a União e suas instituições financeiras controladas, realizados por meio da emissão direta de títulos públicos (IECPs), seja para a realização de políticas públicas setoriais ou para o aumento de capital. O TCU acompanha os cronogramas de devolução, à União, dos IECPs.

<sup>30</sup> Restrições previstas nas últimas leis de diretrizes orçamentárias: “as empresas públicas e as de sociedades de economia mista somente poderão receber aportes da União para futuro aumento de capital se estiverem incluídas no Programa Nacional de Desestatização, instituído pela Lei nº 9.491, de 1997, exceto se: I - tratar de aporte inicial para constituição do capital inicial de empresa criada por lei; e II - envolver empresas financeiras para enquadramento nas regras do Acordo de Basileia.”

Em 2022, a não execução de determinadas despesas de investimentos em algumas empresas, com destaque para a Eletronuclear e SPA, além de resultados positivos da ENBPar, Infraero e Dataprev, permitiram a realização de superávit de R\$ 4.753,9 milhões<sup>31</sup>. Vale ressaltar que em 2022 foram incorporadas as empresas ENBPar e suas subsidiárias Eletronuclear e INB, além da VDMG, empresas que não constavam na LDO 2023.

### 3.1.1.6 Estimativa dos impactos nas contas públicas dos riscos fiscais mapeados

O **risco 1 - frustração da receita de dividendos e JCP**, foi considerado como risco remoto para os próximos exercícios. Portanto, não há previsão de frustração de receita. Importante ressaltar que a metodologia de estimativa de dividendos se apoia em critérios conservadores, evitando a adoção de distribuições de resultado acima dos percentuais tradicionalmente distribuídos e utilizando estimativas de lucro baseadas em previsões de mercado no caso das empresas de capital aberto ou avaliações da administração no caso das empresas públicas. Assim, o risco tende a ser, ao contrário, de maior recebimento de dividendos, especialmente em casos de distribuições complementares de remuneração ao acionista. Não se vislumbram, neste momento, cenários que possam afetar significativamente o resultado esperado das empresas.

O **risco 2 - aporte emergencial** para empresas estatais federais foi considerado como risco possível ou remoto para algumas empresas que enfrentam dificuldades há alguns anos. Assim, no presente momento, não há previsão de aportes emergenciais no período de 2023 a 2026. Vale ressaltar ainda que, além das medidas mitigadoras em andamento, a lei de diretrizes orçamentárias tem definido condições restritivas para que uma empresa receba aumento de capital. Não existe uma previsão dos montantes de aporte para os anos de 2023 a 2024, de acordo com as práticas orçamentárias. Em 2022, o montante para aumento de capital foi extremamente reduzido comparativamente aos exercícios anteriores em função das restrições da LDO e do andamento dos processos de privatização no âmbito do PND.

Em relação ao **risco 3 - esforço fiscal adicional** (compensação de primário), as estimativas indicam uma perspectiva de déficit primário superior às metas estabelecidas nos três últimos períodos. Por isso, com o estabelecimento de valores em patamares superiores ao que vinha sendo fixado nos últimos exercícios, não se vislumbra, no momento, a perspectiva de esforço fiscal complementar pelo Tesouro Nacional. Na ocorrência de um déficit menor das empresas estatais, ou mesmo um superávit, o Tesouro Nacional pode optar por reduzir o seu resultado.

A Tabela 74 consolida os impactos apurados a partir de elementos de risco considerados.

Tabela 74 - Impactos estimados (Estatais Não Dependentes)

| Impactos Estimados                                      | Fluxo          |          |          |          |          | Impacto Financeiro (F) Primário (P) |
|---|----------------|----------|----------|----------|----------|-------------------------------------|
|   | Valor Estimado |          |          |          |          |                                     |
|   | 2023           | 2024     | 2025     | 2026     | 2027     |                                     |
| Estimativa de Dividendos e JCP <sup>1</sup> (a)         | 47.578,6       | 21.433,7 | 21.600,5 | 22.631,9 | 25.748,0 | F e P                               |
| Risco 1 - Frustração da Receita de Dividendos e JCP (b) | 0,0            | 0,0      | 0,0      | 0,0      | 0,0      |                                     |

Em R\$ milhões

<sup>31</sup> O resultado primário abaixo da linha, apurado pelo Banco Central, foi de superávit de R\$ 4,754 bilhões em 2022. A SEST registrou superávit de R\$ 1,815 bilhão. A discrepância da ordem de R\$ 3 bilhões, se explica pelo aporte de R\$ 2,8 bilhões da VDMG, que foi contabilizado pela empresa em 2021, não impactando o resultado primário acima da linha (SEST), uma vez que o PDG não captou a operação em 2022, ao contrário do BACEN, que a considerou neste exercício.

Em R\$ milhões

| Impactos Estimados  | Fluxo<br>Valor Estimado |          |          |          |          | Impacto<br>Financeiro (F)<br>Primário (P) |
|---|-------------------------|----------|----------|----------|----------|---|
|   | 2023                    | 2024     | 2025     | 2026     | 2027     |   |
| Reestimativa (c) = (a) + (b)  | 47.578,6                | 21.433,7 | 21.600,5 | 22.631,9 | 25.748,0 |   |
| Estimativa de Transferência para Aumento de Capital <sup>2</sup><br>(d) | 2,6                     | n.d.     | n.d.     | n.d.     | n.d.     | F e P                                     |
| Risco 2 - Aporte Emergencial (e)  | 0,0                     | 0,0      | 0,0      | 0,0      | 0,0      |   |
| Reestimativa (f) = (d) + (e)  | -                       | -        | -        | -        | -        |   |
| Estimativa de Resultado Primário das Estatais (g)                       | -3.002,9                | -7.312,1 | -5.659,3 | -6.663,2 | -6.684,2 | P   |
| Reestimativa SEST (h) <sup>3</sup>                                      | 0,0                     | 0,0      | 0,0      | 0,0      | 0,0      |   |
| Risco 3 - Esforço Fiscal Adicional <sup>4</sup> (compensação)           | 0,0                     | 0,0      | 0,0      | 0,0      | 0,0      |   |
| (i) = (h) - (g), sendo (i) = 0, SE (h) - (g) > 0                        |                         |          |          |          |          |   |

<sup>1</sup> Dividendos e Resultado Primário = PLDO 2024.

<sup>2</sup> Transferências para aumento de capital 2023 = Tesouro Transparente: Dotações para aumento de capital + restos a pagar inscritos.

<sup>3</sup> A reestimativa corresponde à reprogramação do Siest acrescida de ajustes de discrepância estatística estimados (ajuste Emgea e outros).

<sup>4</sup> Somente haverá expectativa de esforço fiscal adicional se o resultado reestimado (SEST) for pior do que a Estimativa de Resultado (Meta LDO).

**Fonte:** dividendos (STN); resultado primário (SEST); e transferências para aumento de capital (STN).

**Elaboração:** STN/MF.

### 3.1.1.7 Análise e classificação dos riscos

#### Risco 1 - frustração da receita de dividendos e JCP

A Tabela 75 apresenta as projeções de dividendos/JCP para os próximos exercícios:

Tabela 75 - Projeção de dividendos/JCP<sup>1</sup>

| Empresas     | Em R\$ milhões  |                 |                 |                 |                 |
|--------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
|              | 2023            | 2024            | 2025            | 2026            | 2027            |
| <b>Total</b> | <b>47.578,6</b> | <b>21.433,7</b> | <b>21.600,5</b> | <b>22.631,9</b> | <b>25.748,0</b> |

<sup>1</sup>Previsão do PLDO 2024

**Fonte e elaboração:** STN/MF.

A exposição ao risco, de acordo com a metodologia de previsão de dividendos, seria no quadrante 1 (muito baixa exposição), no quadrante 4 (baixa exposição) e no quadrante 5 (média exposição)<sup>32</sup>, conforme demonstrado a seguir:

Tabela 76 - Matriz de Risco

| Impacto                   | Exposição                           |                               |                               |
|---------------------------|-------------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|
|                           | Baixa Exposição (Quadrante 4)       | Média Exposição (Quadrante 5) | Alta Exposição (Quadrante 6)  |
| Matriz A                  | Baixa Exposição (Quadrante 4)       | Média Exposição (Quadrante 5) | Alta Exposição (Quadrante 6)  |
| ALTO (acima de R\$ 1bi)   | CAIXA/BNDES                         | PETROBRAS <sup>2</sup>        |                               |
| Exceção Metodologia       | BB <sup>1</sup>                     | -                             | -                             |
| Matriz A                  | Muito Baixa Exposição (Quadrante 1) | Baixa Exposição (Quadrante 2) | Média Exposição (Quadrante 3) |
| Baixo (abaixo de R\$ 1bi) | DEMAIS PARTICIPAÇÕES                | -                             | -                             |
| Exceção Metodologia       | -                                   | -                             | -                             |

<sup>32</sup> Veja a Figura 18 – Matriz de Risco.

A Tabela 77 apresenta os dados das IFFs referente aos últimos índices divulgados e comparados com o índice mínimo regulatório dos três indicadores de capital de Basileia III vigentes (incluídos os adicionais de capital principal de conservação e sistêmico, e não incluído o adicional contracíclico). Os índices de requerimento mínimo do BB e da CAIXA são maiores porque incluem o adicional de capital principal de risco sistêmico (de 1 ponto percentual), aplicável apenas para instituições cuja exposição total é superior a 10% do PIB.

Tabela 77 - Índices de Capital Observados x Requerimentos Mínimos

| IFF (4T22)                       | Capital Principal | Capital Nível I | Basileia |
|----------------------------------|-------------------|-----------------|----------|
| BB                               | 12,01%            | 14,74%          | 16,65%   |
| CAIXA                            | 14,94%            | 15,18%          | 18,41%   |
| Requerimento Mínimo <sup>1</sup> | 8,00%             | 9,50%           | 11,50%   |
| IFF (4T22)                       | Capital Principal | Capital Nível I | Basileia |
| BNDES                            | 27,31%            | 27,31%          | 34,57%   |
| BASA                             | 12,60%            | 12,60%          | 12,60%   |
| BNB                              | 10,75%            | 11,73%          | 12,93%   |
| Requerimento Mínimo <sup>2</sup> | 7,00%             | 8,50%           | 10,50%   |

<sup>1</sup> Inclui ACP conservação e ACP sistêmico.

<sup>2</sup> Inclui ACP conservação.

**Fonte:** Informações Trimestrais (ITR) – 3º e 4º Trimestres 2022; Resolução CMN nº 4.193; e regulamentações.

**Elaboração:** STN/MF.

Ressalta-se que todas as instituições apresentam os índices de capital acima dos mínimos regulatórios em pelo menos 1,0 ponto percentual, o que pode ser considerada uma margem razoável. É importante ressaltar que as instituições devem manter uma margem de segurança de forma a mitigar eventuais choques ao longo do ano. Destaque apenas para o índice de Basileia do Banco da Amazônia que vem se mantendo próximo de 12% ao longo dos últimos trimestres, bastante inferior a seus pares. Embora tal situação não represente risco significativo para a União em termos de perda de arrecadação de dividendos, uma vez que se trata da instituição de menor porte, a trajetória desse indicador ensejou um aporte em 2021, mediante adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC), cuja capitalização foi autorizada pelo Decreto nº 10.555/22, homologada ao longo de 2022, de forma a manter o cumprimento dos requerimentos mínimos de capital.

Cabe destacar a situação especial do BNB em razão do Acórdão nº 1325 TCU - Plenário, de 27/05/2020, que julga como irregulares as contas do Banco e determina a reposição de valores ao Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE. Trata-se de um montante relacionado a não constituição de provisões para empréstimos operacionalizados pelo Banco Federal com recursos oriundos do Fundo Constitucional entre os anos de 2000 e 2005. De acordo com o BNB, caso o valor venha a ser reconhecido pelo Banco, o Índice de Capital Nível I diminuirá, podendo ficar abaixo do percentual mínimo determinado pela Autoridade Monetária de 8,5%. A participação dos dividendos do BNB no contexto da arrecadação de dividendos é da ordem de 0,3% do total da arrecadação dessa receita. Embora o risco de não pagamento de dividendos pelo BNB seja um risco possível, não se pode descartar a possibilidade de alternativas no âmbito da administração do Banco de gerenciamento dos impactos, além de que, os dividendos do BNB não são relevantes no conjunto das receitas globais do Tesouro Nacional. Adicionalmente, o processo ainda se encontra em fase recursal.

Em relação às demais empresas (não financeiras), o total de dividendos para o ano de 2023 está bem superior aos demais anos, devido ao impacto da Petrobras, que informou pagamentos

de dividendos complementares, referentes ao resultado de 2022, em consonância com a Política de Remuneração aos Acionistas vigente.

Dessa forma, o risco de que a União venha a sofrer perda na arrecadação de receita de dividendos/JCP, inclusive por parte das instituições financeiras, para que possam cumprir, com segurança, os seus limites operacionais, pode ser considerado como um risco remoto.

### Risco 2 - aporte emergencial

Em relação às Instituições Financeiras Federais, a mesma análise sobre o risco de frustração de dividendos se aplica ao risco de aporte emergencial, de forma que se considera um risco remoto para a maioria dessas empresas. O risco de que o BNB possa se desenquadrar no índice de capital Nível I, em decorrência do ressarcimento ao FNE determinado pelo Acórdão nº 1325 TCU - Plenário, de 27/05/2020, ou de decisões desfavoráveis em outros processos, pode ser compensado com retenção de lucros (dividendos) ou outras medidas de ajuste ou gerenciamento dos impactos, caso venha a se materializar, sendo considerado, contudo, um risco possível de materialização de aporte.

Em relação às empresas estatais não financeiras, permanece a expectativa de que algumas enfrentem dificuldades financeiras, mas houve melhoria de desempenho na maioria dessas empresas, em alguns casos afastando riscos no curto prazo ou médio prazos: Infraero, Emgea, ECT, Casa da Moeda e as companhias docas (CDC, CDP, Codeba, CDRJ, Codern, SPA-Codeesp). Essas empresas vêm adotando medidas de saneamento de seus planos de previdência complementar, reestruturação de planos de saúde, programas de demissão voluntária, reestruturações societárias, inclusive processos de desestatização. As demonstrações financeiras anuais de 2021 e as demonstrações intermediárias de 2022 indicam tendências de melhoria em algumas empresas, mas possível agravamento da situação em outras, o que mantém a necessidade de acompanhamento de seu desempenho, que está sujeito a fatores econômicos, de mercado, de legislação, dentre outros. Dentre as empresas que podem apresentar algum agravamento de sua situação financeira ou econômica estão a Emgea e a Codern. Não foi identificada previsão para aumento de capital na LOA 2023 e o valor de restos a pagar inscritos é de R\$ 2,6 milhões, o que representa um valor anual muitíssimo aquém do histórico dessa despesa.

Tabela 78 - Risco 2 - Aportes emergenciais em empresas não dependentes

| Empresa <sup>1</sup> | Contexto   | Principais Causas                                       | Indicadores                         | Ações Mitigadoras                              | Incluso no PND | Modelo de Desestatização |
|----------------------|--|---|-------------------------------------|--|----------------|--------------------------|
| BNB                  | Risco de não atingimento de indicadores de capital | Decisão do TCU sobre pagamento de ressarcimentos ao FNE | Índices operacionais de Basilea III | medidas de ajuste ou gerenciamento de impactos | Não            | Não                      |

| Empresa <sup>1</sup>  | Contexto                           | Principais Causas   | Indicadores   | Ações Mitigadoras  | Incluso no PND                            | Modelo de Desestatização   |
|---|------------------------------------|---|---|--|---|--|
| Correios  | Capacidade operacional e solvência | Queda de receita/demanda, inserção mercadológica e estratégica  | Receita Líquida, resultado operacional, resultado do exercício, despesas operacionais, obrigações atuariais, grau de dívida | Melhoria da gestão, redução de custos, desligamento voluntário, melhoria de processos, racionalização da estrutura, inclusão PPI | Sim                                       | Despacho do Presidente da República de 01.01.2023 determinou adoção de providências pelos Ministérios envolvidos para revogar os atos que dão andamento à privatização da empresa. O Decreto nº 11.478, de 6 de abril de 2023, excluiu a ECT do PND e revogou a sua qualificação no PPI. |
| Emgea   | Fluxo de caixa                     | Dificuldade de realização de ativos (novação de créditos FCVS) para pagamento de obrigações (principalmente com o FGTS) | Fluxo de caixa, resultado operacional, resultado do exercício   | Renegociação de dívidas para compatibilização de fluxos  | Sim                                       | Ainda não definido. Inclusão no PND (Res. CPPI nº 65/2019 e Decreto nº 10.008/2019). estudos de desestatização   |
| Casa da Moeda   | Capacidade operacional e solvência | Queda de receita, inserção mercadológica e estratégica  | Receita líquida, resultado operacional e resultado do exercício, grau de dívida   | Redução de despesas, desligamento voluntário.  | Não                                       | Excluída do PND e do PPI pelo Decreto nº 10.885/2021.  |
| Companhias Docas (CDC, CDP, Codeba, CDRJ, Codern, SPA-Codesp) | Fluxo de caixa                     | Passivos de previdência complementar  | Resultado operacional, resultado do exercício, fluxo de caixa, obrigações atuariais   | Defesa judicial, monitoramento dos riscos. Equacionamento de pendências de planos de previdência complementar                    | Sim - SPA Codeba e Codesp. Não as demais. | Codesp – Decreto 10.138/2019. Resolução CPPI nº 246/2022 aprovou a modelagem e as condições de desestatização. Codeba – Resolução CPPI 145/2020 e Decreto 10.635/2021.   |
| Infraero  | Capacidade operacional e solvência | Queda de receita inserção estratégica insatisfatória necessidade de aportes para inversões financeiras                  | Receita Líquida, resultado operacional, resultado do exercício, inversões financeiras, retorno de participações             | Revisão estratégica, redução de despesas   | Sim (aeroportos)                          | Implantada a concessão dos principais aeroportos. Participação minoritária em consórcios   |

Fonte e elaboração: STN/MF.

Tabela 79 - Estimativa de materialização do risco de aportes emergenciais

| Empresa <sup>1</sup> | Materialização do Risco |          |        |        |
|----------------------|-------------------------|----------|--------|--------|
|                      | 2023                    | 2024     | 2025   | 2026   |
| BNB                  | Possível                | Possível | Remoto | Remoto |
| ECT                  | Remoto                  | Remoto   | Remoto | Remoto |

| Empresa <sup>1</sup>   | Materialização do Risco |                      |          |          |
|--|-------------------------|----------------------|----------|----------|
|  | 2023                    | 2024                 | 2025     | 2026     |
| ENBPar   | Possível                | Possível             | Possível | Possível |
| Emgea  | Possível                | Possível             | Remoto   | Remoto   |
| Casa da Moeda  | Remoto                  | Possível             | Possível | Possível |
| Companhias Docas<br>(CDC, CDP, Codeba, CDRJ, Codern, SPA-Codesp) | Possível<br>(Codern)    | Possível<br>(Codern) | Remoto   | Remoto   |
| Infraero   | Remoto                  | Possível             | Possível | Possível |

<sup>1</sup>As empresas são mantidas em acompanhamento de risco até a existência de um cronograma formal de privatização.

Fonte e elaboração: STN/MF.

Devido a um recente agravamento da situação de fluxo de caixa da Emgea, com elevação do risco de inadimplência de obrigações financeiras perante o FGTS, especialmente em decorrência de características e dificuldades inerentes ao processo de reconhecimento e novação de créditos do FCVS, a avaliação de risco do Tesouro Nacional de realizar aportes é possível para os anos de 2023 e 2024. São várias as razões para essa avaliação. Primeiramente, encontram-se em curso tratativas para a renegociação dos prazos de vencimento das dívidas, procedimento já realizado em outras ocasiões. As obrigações da Emgea com o FGTS são garantidas pela própria União, mas a situação de inadimplência pode gerar ainda maiores restrições para a empresa, que depende desse tipo de repactuação ocasionalmente. Os ativos da empresa superam, em valor, suas obrigações e a Emgea já se encontra em processo de desestatização, devendo qualquer pretensão de aumento de capital estar em consonância como o modelo de desestatização a ser adotado, restando, em situação de emergência, a transferência de subvenção econômica.

Tem se verificado igualmente um risco de agravamento da situação econômica da Codern, razão pela qual a avaliação de risco de aportes emergenciais se alterou de remoto para possível em 2023 e 2024. O arrendamento do Terminal Salineiro de Areia Branca, promovido pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários – Antaq, na bolsa de valores de São Paulo, paralelamente à ampliação de investimento diretos de infraestrutura na área portuária, deverá representar, por outro lado, redução de despesas, mas também de receitas da empresa a partir do exercício de 2022.

A ENBPar, como controladora da Eletronuclear, está exposta ao risco de necessitar de um aporte emergencial, já que existe a possibilidade de a empresa ter que investir recursos adicionais na Eletronuclear, em função dos elevados investimentos previstos para a implantação da Usina Angra III.

### Risco 3 - esforço fiscal adicional (compensação de primário)

A Tabela 80 apresenta as metas de resultado primário referente ao agregado das empresas estatais federais definidas na LDO 2024.

Tabela 80 - Estimativa de materialização do risco de esforço fiscal adicional

| Em R\$ milhões |          |                    |                         |
|----------------|----------|--------------------|-------------------------|
| Ano            | Meta LDO | Resultado Estimado | Materialização do Risco |
| 2023           | -3.002,9 | -2.394,1           | Possível                |
| 2024           | -7.312,1 | -7.312,1           | Possível                |
| 2025           | -5.659,3 | -5.659,3           | Possível                |
| 2026           | -6.663,2 | -6.663,2           | Possível                |
| 2027           | -6.684,2 | -6.684,2           | Possível                |

Fonte e elaboração: STN/MF.

As metas de resultado primário para as empresas estatais federais, para o período entre 2024 e 2027, indicam um aumento do déficit em relação à meta fixada para o exercício de 2023, e também quando é feita a comparação com os valores executados dos três exercícios anteriores. Apesar da fixação de metas com maior déficit para os próximos anos afetar negativamente as contas públicas, o redimensionamento dos valores pode apontar para um cenário mais realista, próximo do que efetivamente vai ser observado, diminuindo a probabilidade da ocorrência de um esforço fiscal adicional com compensação de resultado primário pelo Tesouro Nacional, embora a materialização do risco ainda seja considerada possível.

As empresas estatais dependem de sua performance para o atingimento das expectativas de resultado primário. Eventuais mudanças no cenário econômico, ao longo dos exercícios financeiros seguintes, podem alterar os resultados pela conjugação de outras variáveis e das estratégias de atuação.

### **3.1.2 Fundo de Financiamento Estudantil (Fies)**

O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) tem como objetivo financiar a graduação de estudantes em instituições privadas de ensino superior e foi instituído pela Medida Provisória (MP) nº 1.827, de 27 de maio de 1999, transformada na Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001.

A partir do ano de 2018, é instituído o novo Fies<sup>33</sup>, que incorpora aprimoramentos em relação ao programa original e caracteriza-se por ser um modelo de financiamento estudantil segmentado em diferentes modalidades e com uma escala de financiamentos que varia conforme a renda familiar do candidato. O novo programa traz melhorias na gestão do fundo, com maior sustentabilidade financeira, a fim de garantir seu avanço econômico e social e viabilizar um acesso mais amplo ao ensino superior.

Nesse contexto, cabe mencionar que para os contratos realizados com o FIES depois de segundo semestre de 2017, a garantia é feita por meio do Fundo Garantidor do Fundo de Financiamento Estudantil (FG-FIES). Já para os contratos até o segundo semestre de 2017, a garantia é realizada por meio do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC).

Em 2020, em função da pandemia de Covid-19, foi publicada a Lei nº 14.024, de 9 de julho de 2020, regulamentada pela Resolução MEC/FNDE/CG-Fies nº 39, de 27 de julho de 2020, que versa sobre a suspensão das parcelas referentes aos contratos do Fies e estabelece o momento de retornar à obrigação de pagar as parcelas suspensas.

Em razão da conversão da MP nº 1.090/2021 na Lei nº 14.375, de 21 de junho de 2022, os estudantes que contrataram o Fies até o segundo semestre de 2017, e estavam com parcelas atrasadas, podiam renegociar suas dívidas. Tal normativo permitiu o abatimento de até 99% das dívidas de estudantes com o Fies e o seu prazo de validade foi até 31 de dezembro de 2022.

---

<sup>33</sup> Disciplinado pelas Portaria MEC nº 209, de 07/03/2018, e Portaria MEC nº 1.209, de 19/11/2018.

### 3.1.2.1 Evolução dos financiamentos e sustentabilidade fiscal

O Programa concedeu aproximadamente 3,4 milhões de financiamentos em todo o Brasil, desde a sua criação, sendo que 2,8 milhões foram formalizados a partir do ano de 2010.

Em 2022, o Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC) realizou a honra de R\$ 1,6 bilhão referentes aos contratos inadimplentes acima de 360 dias, totalizando R\$ 6,8 bilhões de honra da inadimplência contratual, ao somar os anos de 2020 a 2022, gerando mais arrecadação do programa aos cofres públicos.

Conforme a Exposição de Motivos Interministerial EMI nº 37/2017, elaborada por ocasião do envio da MP nº 785/2017, foram destacadas as três principais causas que poderiam levar à insustentabilidade fiscal do Fies, conforme segue: (i) risco de crédito, (ii) subsídio implícito e (iii) governança do programa.

A concessão de crédito aos estudantes expõe a União ao risco de crédito do Fies, indicador que é monitorado mensalmente. O valor da exposição relativa às operações do Fies, ao final de 2022, era de R\$ 104,3 bilhões, sendo que R\$ 102,6 bilhões são referentes aos contratos formalizados a partir de 2010. A Tabela 81 apresenta a evolução da carteira segundo a safra de concessão de crédito.

Tabela 81 - Valores da dívida do Fies, segundo safra de concessão de crédito

*Em R\$ milhões*

| Ano          | Valor da Dívida <sup>1</sup> |
|--------------|------------------------------|
| Até 2009     | 1.673,2                      |
| 2010         | 2.041,6                      |
| 2011         | 4.347,7                      |
| 2012         | 11.157,2                     |
| 2013         | 19.423,4                     |
| 2014         | 30.887,4                     |
| 2015         | 16.097,8                     |
| 2016         | 9.996,9                      |
| 2017         | 8.684,4                      |
| <b>Total</b> | <b>104.309,6</b>             |

<sup>1</sup> Posição 31/12/2022

Fonte e Elaboração: FNDE.

Os contratos de crédito do Fies possuem a particularidade de preverem desembolsos mensais para as instituições de ensino e renovações semestrais mediante os processos de aditamento, na medida em que o estudante avança na conclusão do curso. Em decorrência desse fato, relativamente aos contratos formalizados até 2017, a União submete-se a uma exposição total de R\$ 106 bilhões ao final de 2022, conforme mostra a Tabela 82.

Tabela 82 - Exposição ao risco de crédito do Fies, por ano

*Em R\$ milhões*

| Exposição   | 2021             | 2022             |
|---|------------------|------------------|
| Contratos Legados (até 2010) (a)                          | 1.935,6          | 1.673,2          |
| Contratos Atuais (b)                                      | 105.561,6        | 104.309,7        |
| <b>Exposição por Valores já liberados (c) = (a) + (b)</b> | <b>107.497,2</b> | <b>105.982,9</b> |
| <b>Valores a Liberar (estimativa) (d)</b>                 | <b>82,9</b>      | <b>14,7</b>      |
| <b>Exposição Total (c) + (d)</b>                          | <b>107.580,0</b> | <b>105.997,6</b> |

Fonte e Elaboração: FNDE.

### 3.1.2.2 Situação de adimplência

Com o objetivo de definir os critérios para caracterização de inadimplência, risco de crédito e ajustes para perdas estimadas no âmbito do Fies, o Comitê Gestor do Fies (CG-Fies)<sup>34</sup>, por meio da Resolução MEC/FNDE/CG-Fies nº 27, de 10 de setembro de 2018, estabeleceu que os contratos em atraso são aqueles com prestações não pagas a partir do primeiro dia após o vencimento e que os inadimplentes são aqueles com prestações não pagas a partir do nonagésimo dia após o vencimento da prestação, observados na fase de amortização do financiamento. O saldo devedor integral dos contratos (celebrados entre 2010 e 2017) considerados inadimplentes alcançou o valor de R\$ 57,1 bilhões, representando 55,6% do valor total da dívida na fase de amortização. No caso dos contratos celebrados a partir de 2018 (Novo Fies), o saldo devedor integral dos contratos considerados inadimplentes alcançou o valor de R\$ 913,3 milhões, equivalendo a 57,3% do valor total da dívida na fase de amortização.

O atraso nos pagamentos<sup>35</sup> por parte dos estudantes dos financiamentos concedidos entre 2010 e 2017, contados a partir de um dia, foram observados em 71,2% dos contratos (1.664.110). Juntos, se considerado o saldo devedor integral desses contratos, respondem por um valor total de R\$ 102,6 bilhões, equivalente a 69,1% do total da carteira. Conforme observado, na Tabela 83, o maior volume de operações em atraso se concentra na faixa acima de 360 dias de atraso.

Tabela 83 - Situação dos contratos concedidos do Fies entre 2010 e 2017

*Em R\$ milhões*

| Situação do Contrato <sup>1</sup> | Quantidade de Contratos <sup>2</sup> | Valor da Dívida (Em R\$ milhões) | Atraso Médio (Em dias) |
|-----------------------------------|--------------------------------------|----------------------------------|------------------------|
| Adimplente                        | 672.540                              | 31.697,2                         | 0,0                    |
| 1 a 14 dias de atraso             | 148.088                              | 5.279,7                          | 1,2                    |
| 15 a 30 dias de atraso            | 81.990                               | 3.616,9                          | 20,2                   |
| 31 a 60 dias de atraso            | 79.286                               | 4.010,3                          | 37,7                   |
| 61 a 90 dias de atraso            | 29.310                               | 917,3                            | 72,2                   |
| 91 a 120 dias de atraso           | 28.553                               | 1.241,1                          | 105,1                  |
| 121 a 150 dias de atraso          | 30.422                               | 1.482,1                          | 131,4                  |
| 151 a 180 dias de atraso          | 23.385                               | 1.029,9                          | 167,0                  |
| 181 a 360 dias de atraso          | 147.360                              | 7.729,9                          | 269,9                  |
| > 360 dias de atraso              | 1.095.716                            | 45.632,1                         | 1.551,3                |
| <b>Total</b>                      | <b>2.336.650</b>                     | <b>102.636,5</b>                 | <b>2.356,0</b>         |

<sup>1</sup> Posição em 31/12/2022.

<sup>2</sup> Contratos assinados a partir de 15/1/2010.

Fonte e Elaboração: FNDE.

No caso dos contratos formalizados até 2009, os atrasos nos pagamentos, contados a partir de um dia, foram observados em 74,1% dos contratos (88.953). O saldo devedor integral desses contratos era de R\$ 1,2 bilhão, equivalente a 70,2% do total da carteira. Segundo a Tabela 84, o maior volume de operações em atraso se concentra na faixa acima de 360 dias de atraso.

Tabela 84 - Situação dos contratos do Fies concedidos até 2009

<sup>34</sup> O Comitê Gestor do Fies – CG-Fies, instituído pelo Decreto s/n de 19 de setembro de 2017, tem competência para definir as diretrizes e prioridades da política de financiamento estudantil, assim como definir os requisitos de concessão, as condições técnicas e operacionais e aprovar o Plano Trienal do Fundo e seus ajustes anuais.

<sup>35</sup> Posição em 31/12/2022.

*Em R\$ milhões*

| <b>Situação do Contrato <sup>1</sup></b> | <b>Quantidade de Contratos<sup>2</sup></b> | <b>Valor da Dívida (Em R\$ milhões)</b> | <b>Atraso Médio (Em dias)</b> |
|--|--|---|-------------------------------|
| Adimplente                               | 31.078                                     | 498,0                                   | 0,0                           |
| 1 a 14 dias de atraso                    | 5.249                                      | 86,6                                    | 3,4                           |
| 15 a 30 dias de atraso                   | 4.016                                      | 58,7                                    | 23,4                          |
| 31 a 60 dias de atraso                   | 3.387                                      | 41,3                                    | 46,1                          |
| 61 a 90 dias de atraso                   | 1.738                                      | 19,8                                    | 77,7                          |
| 91 a 120 dias de atraso                  | 1.217                                      | 15,1                                    | 108,8                         |
| 121 a 150 dias de atraso                 | 984  | 10,4                                    | 139,9                         |
| 151 a 180 dias de atraso                 | 925  | 9,9                                     | 170,3                         |
| 181 a 360 dias de atraso                 | 3.540                                      | 48,9                                    | 266,4                         |
| > 360 dias de atraso                     | 67.897                                     | 884,5                                   | 4.027,0                       |
| <b>Total</b>                             | <b>120.031</b>                             | <b>1.673,2</b>                          | <b>4.863,0</b>                |

<sup>1</sup> Contratos assinados até 15/1/2010.

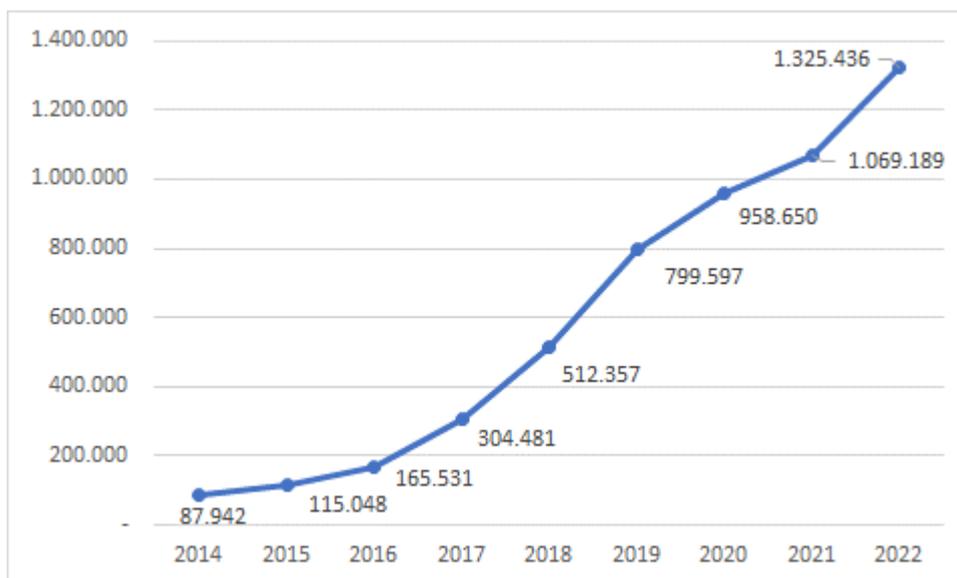
<sup>2</sup> Posição em 31/12/2022.

**Fonte e Elaboração:** FNDE.

O índice de crescimento dos valores a receber dos contratos que passaram a ser classificados como inadimplentes – prestações não pagas a partir do nonagésimo dia após o vencimento da prestação, alcançou 24% comparado a dezembro de 2021.

A evolução da inadimplência dos financiamentos concedidos entre 2010 e 2017 tem apresentado tendência crescente, caracterizando um risco possível de ocorrer, principalmente em virtude de a maior parte da safra de contratos formalizados nesse período encontrar-se na fase de amortização, conforme observa-se na Figura 21.

Figura 21 - Evolução do número de contratos inadimplentes do Fies, em fase de amortização <sup>1</sup>



<sup>1</sup> Contratos concedidos entre 2010 e 2017.

Fonte e Elaboração: FNDE.

### 3.1.2.3 Classificação de risco dos financiamentos

A Resolução supracitada definiu que a classificação do nível de risco dos financiamentos do Fies, para fins de realização de ajustes para perdas, deve ser efetuada em função da inadimplência verificada no pagamento das prestações durante a fase de amortização do contrato. Assim, não compõem o cálculo do ajuste as parcelas devidas pelos estudantes nas fases de utilização e carência que estão restritas ao pagamento trimestral dos juros contratuais e limitados a R\$ 50,00, para os contratos firmados de 2010 até o 1º semestre de 2015, ou a R\$ 150,00, no caso dos contratos firmados do 2º semestre de 2015 ao 2º semestre de 2017.

Desconsiderando o impacto de eventuais instrumentos mitigadores de risco, ao final do exercício de 2022, o valor do ajuste para perdas estimadas, para fins contábeis, alcançou R\$ 40,8 bilhões, sendo R\$ 40,6 bilhões no longo prazo e R\$ 0,237 bilhão no curto prazo, que passou a ser segregado em atendimento a disposto no Acórdão 1331/2019-TCU-Plenário. A Tabela 85 apresenta o ajuste para perdas estimadas por *rating*.

Tabela 85 - Ajuste para perdas estimadas do Fies, segundo rating

Em R\$ milhões

| Rating | Fator de Provisão (%) | Quantidade de Contratos <sup>2</sup> | Saldo devedor dos contratos | Valor do ajuste para perdas estimadas <sup>1</sup> |
|--------|-----------------------|--------------------------------------|-----------------------------|--|
| A      | 0,5                   | 872.317                              | 34.712,0                    | 173,6  |
| B      | 1,0                   | 59.691                               | 1.709,3                     | 17,1   |
| C      | 3,0                   | 59.203                               | 2.036,8                     | 61,1   |
| D      | 10,0                  | 46.310                               | 1.903,0                     | 190,3  |
| E      | 30,0                  | 42.877                               | 1.697,2                     | 509,2  |
| F      | 50,0                  | 40.971                               | 2.076,9                     | 1.038,4  |
| G      | 70,0                  | 47.439                               | 2.575,9                     | 1.803,1  |
| H      | 100,0                 | 912.993                              | 37.070,2                    | 37.070,2   |

Em R\$ milhões

| Rating | Fator de Provisão (%) | Quantidade de Contratos <sup>2</sup> | Saldo devedor dos contratos | Valor do ajuste para perdas estimadas <sup>1</sup> |
|--------|-----------------------|--------------------------------------|-----------------------------|--|
| Total  |                       | 2.081.801                            | 83.781,3                    | 40.863,0   |

<sup>1</sup> Posição em 31/12/2022.

<sup>2</sup> Contratos de 2010 a 2017.

Fonte e Elaboração: FNDE.

O valor do ajuste para perdas foi impactado pela elevação da quantidade de contratos que passaram da fase de carência para a fase de amortização no exercício. Assim, 2,1 milhões de contratos, ao final de 2022, estavam em amortização, com saldo devedor total de R\$ 83,7 bilhões.

#### 3.1.2.4 Medidas de mitigação do risco de crédito

Os contratos de crédito do Fies contam com instrumentos mitigadores do risco, como fiança convencional, fiança solidária e o Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC). Do total de contratos por modalidades de garantias, observa-se que 68% da carteira de contratos do Fies é garantida exclusivamente pelo FGEDUC. Se considerada a cobertura concomitante com fiança, esse percentual garantido pelo Fundo de Garantia representa 79% da carteira de financiamentos concedidos a partir de 2010. A Tabela 86 apresenta os contratos e o valor da dívida segundo modalidade de garantia.

Tabela 86 - Contratos de crédito do Fies e valor da dívida, segundo modalidade de garantia

Em R\$ milhões

| Tipo de Garantia | Quantidade de Contratos <sup>1</sup> | Valor da Dívida <sup>2</sup> |
|------------------|--------------------------------------|------------------------------|
| FGEDUC           | 1.592.105                            | 66.839,0                     |
| FGEDUC + FIANÇA  | 246.158                              | 15.252,0                     |
| FIANÇA           | 92.079                               | 20.191,0                     |
| Total            | 2.330.342                            | 102.282,0                    |

<sup>1</sup> Contratos assinados a partir de 15/1/2010.

<sup>2</sup> Posição em 31/12/2022.

Fonte e Elaboração: FNDE.

Os contratos de financiamento formalizados até 2009 não contam com cobertura de fundo garantidor e, portanto, são garantidos exclusivamente por fiança convencional ou por fiança solidária.

Dentre as medidas adotadas com vistas a mitigar o risco fiscal e enfrentar a situação de emergência decorrente da pandemia, foi sancionada a Lei nº 13.998, de 14 de maio de 2020, que promoveu mudanças no auxílio emergencial instituído pela Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, e que também permitiu a suspensão das parcelas de empréstimos contratados referentes ao Fies. A norma previa a suspensão do pagamento de 2 (duas) parcelas dos contratos em fase de utilização ou carência, ou de 4 (quatro) parcelas de contratos em fase de amortização. Além disso, as suspensões das parcelas eram aplicadas aos contratos de financiamento adimplentes, ao pagamento de juros devido a cada trimestre e das parcelas vencidas e não quitadas antes da vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

Posteriormente, foi publicada a Lei nº 14.024, de 9 de julho de 2020, para suspender temporariamente as obrigações financeiras dos estudantes beneficiários do Fies, tendo como diferencial em relação à Lei nº 13.998, de 2020, o prazo de abrangência, que passou a alcançar todo o

período de vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020. Ficou estabelecida, ainda, a possibilidade de estudantes inadimplentes com até 180 (cento e oitenta) dias contados de 20/3/2020 também solicitarem a suspensão do pagamento das parcelas relativas ao período da calamidade pública, além de vedar o registro dos estudantes em cadastros restritivos, vedação aplicada somente àqueles que aderirem à suspensão, conforme novas disposições contidas na Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001. A Resolução MEC/FNDE/CG-Fies nº 39, de 27 de julho de 2020, regulamenta a Lei nº 14.024/2020 sobre a suspensão das parcelas referentes aos contratos do Fundo de Financiamento Estudantil em decorrência da pandemia e estabelece o momento de retornar à obrigação de pagar as parcelas suspensas.

A Lei nº 14.024/2020, também atualiza o Programa Especial de Regularização do Fies. No caso de quitação integral do saldo devedor até 31 de dezembro de 2020, houve a redução de 100% dos encargos moratórios. Também poderia ser feita a liquidação em quatro parcelas semestrais, até 31 de dezembro de 2022, ou 24 parcelas mensais, com redução de 60% dos encargos e pagamento a partir de 31 de março de 2021. Já os parcelamentos feitos em 145 ou 175 parcelas mensais receberiam redução de 40% e 25%, respectivamente, e os pagamentos começavam a partir de janeiro de 2021. Nesses casos, o valor de entrada foi a primeira parcela mensal a ser paga. Cabe lembrar que a renegociação, prevista na Lei nº 14.024/2020, foi regulamentada pela Resolução MEC/FNDE/CG-Fies nº 42, de 21 de outubro de 2020, no sentido de estabelecer os parâmetros e condições operacionais para a sua implementação pelos agentes financeiros. Houve ainda a prorrogação do prazo, por meio da Resolução MEC/FNDE/CG-Fies nº 43, de 29 de dezembro de 2020.

Em relação ao risco moral do estudante, inserido no contexto do risco de crédito, a concessão do financiamento com recursos do Fies passou a exigir uma participação mínima do estudante no pagamento dos encargos educacionais, proporcional à renda mensal per capita do grupo familiar. Com isso, não há mais a possibilidade de financiamento de 100% do valor da semestralidade do curso e, assim, o estudante tem condições de compreender desde a contratação que se trata de um programa de financiamento estudantil e não de uma bolsa de estudo. Adicionalmente, essa medida induz o estudante a ficar mais atento às variações promovidas pela instituição de ensino no valor das mensalidades, uma vez que o valor não financiado deve ser pago com recursos próprios do grupo familiar.

A partir de 2018, a oferta de novos financiamentos foi condicionada à adesão das entidades mantenedoras de instituições de ensino ao novo modelo do financiamento estudantil (Novo Fies) e ao Fundo Garantidor do Fies (FG-Fies), pois a oferta de vagas anuais passou a ser fixada pelo CG-Fies, de acordo com o Plano Trienal elaborado pelo Grupo Técnico do Comitê, condicionada à realização dos aportes da União previstos na Lei do Fies.

Nesse contexto, até o final de 2022 foram realizados cinco aportes de R\$ 500 milhões por parte do Governo Federal ao FG-Fies, que conta também com a contribuição das instituições de ensino, na condição de cotistas do Fundo. O saldo devedor dos contratos formalizados no âmbito do Novo Fies, a partir de 2018, alcançou, em dezembro de 2022, o valor de R\$ 12 bilhões.

Foram implementadas medidas que contribuirão para mitigar o risco fiscal ocasionado até então pelo Fies, notadamente relacionadas ao compartilhamento do risco do crédito com as entidades mantenedoras e a mecanismos para garantir o retorno do financiamento, como:

- Contribuições para o FG-Fies em percentual proporcional à inadimplência observada

- na carteira de cada instituição de ensino;
- Ausência de carência após a conclusão do curso;
- Pagamento consignado em folha e vinculado à renda do estudante financiado;
- Possibilidade de renegociação do saldo devedor;
- Coparticipação paga pelo estudante diretamente ao Agente Financeiro; e
- Seguro prestamista para assegurar a liquidação do financiamento no caso de falecimento ou invalidez permanente do estudante financiado.

Esse conjunto de alterações visa atender ao primado da sustentabilidade do Fundo em obediência aos princípios e normativos sobre responsabilidade fiscal, conforme recomendado pelo Tribunal de Contas da União, como também contribuir para o atingimento das metas relativas à educação superior do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024.

Por fim, entrou em vigor a Lei nº 14.375 de 21 de junho de 2022, que autorizou a renegociação de débitos de estudantes com o Fies em contratos firmados até 2017. O normativo estabelece que estudantes com débitos vencidos e não pagos há mais de 90 dias na data da publicação da MP 1.090/2021 de 30 de dezembro de 2021 (MP que originou a Lei nº 14.375/2022), podem ter desconto de 12% no pagamento à vista, ou parcelar o débito em 150 meses, com perdão dos juros e das multas. Quando o débito passar de 360 dias, podem-se aplicar descontos a partir de 77%. Esse percentual pode chegar a 99% para os devedores inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).

### 3.1.2.5 Aspectos fiscais e orçamentários

A despesa específica com a oferta de novos financiamentos no âmbito do Fies, incluindo o aditamento de renovação semestral dos contratos, corre à conta da Ação 00IG - Concessão de Financiamento Estudantil e está estimada para o período de 2023 a 2025, conforme Tabela 87.

Tabela 87 - Estimativa de desembolso do Fies de 2023 a 2025, segundo ano do contrato

| Ano do contrato | Em R\$ milhões |                |                |
|-----------------|----------------|----------------|----------------|
|                 | 2023           | 2024           | 2025           |
| 2010-2017       | 482,1          | 289,0          | 154,0          |
| 2018-2023       | 4.317,0        | 5.250,0        | 6.200,0        |
| <b>Total</b>    | <b>4.799,1</b> | <b>5.539,0</b> | <b>6.354,0</b> |

Fonte e elaboração: FNDE.

O decréscimo observado na estimativa dos recursos para fazer frente aos dispêndios relacionados aos aditamentos de renovação semestral (contratos de 2010 a 2017) é motivado pela redução da quantidade de contratos na fase de utilização, o que gera desembolsos do Fies para pagamento dos encargos educacionais financiados às instituições de ensino. Por outro lado, os recursos orçamentários estimados para fazer frente aos dispêndios relacionados às contratações do Novo Fies (contratos de 2018 a 2023) apresentam crescimento constante ao longo dos anos, dada a oferta equânime de vagas a cada ano, como também a previsão de recuperação econômica, aumentando o percentual de adesão de novas vagas.

Em 2022, as receitas arrecadadas do Fies relativas ao capital (amortização) e aos juros do financiamento estudantil alcançaram R\$ 6,3 bilhões frente a R\$ 9,4 bilhões em 2021, representando redução de 33,4%, conforme discriminado na Tabela 88.

Tabela 88 - Comparação entre receitas estimadas e realizadas do Fies, segundo natureza, por ano

*Em R\$ milhões*

| Natureza da Receita                                | Receita |                |                |
|--|---------|----------------|----------------|
|  |         | Estimada (E)   |                |
|  |         | Realizada (R)  |                |
|  | 2021    | 2022           |                |
| Retorno de operações, juros e encargos financeiros | E       | 654,2          | 2.252,6        |
|  | R       | 1.976,7        | 2.323,1        |
| Amortização de financiamento                       | E       | 4.727,9        | 4.200,1        |
|  | R       | 7.427,6        | 3.941,9        |
| <b>Total</b>                                       | E       | <b>5.381,8</b> | <b>6.452,7</b> |
|  | R       | <b>9.404,3</b> | <b>6.265,0</b> |

*Fonte e elaboração: FNDE.*

Cabe registrar que a redução da arrecadação no comparativo de 2021 e 2022 se deve à elevada efetivação das honras contratuais em 2021, por parte da administradora do FGEDUC, dos financiamentos concedidos inadimplentes. Somente para essa natureza de receita, houve a amortização para o FNDE no valor de R\$ 5,2 bilhões, em 2021, e em 2022, R\$ 1,56 bilhão.

A Tabela 89 apresenta a comparação entre os valores estimados na Lei Orçamentária Anual (LOA) e aqueles efetivamente realizados (desembolso) no âmbito da Ação 00IG (Concessão de Financiamento Estudantil - FIES) nos últimos três exercícios.

Tabela 89 - Comparação entre o desembolso estimado e realizado do Fies, por ano

*Em R\$ milhões*

| Ano                    | 2020    | 2021    | 2022    |
|------------------------|---------|---------|---------|
| Estimado               | 8.860,5 | 8.481,5 | 5.529,2 |
| Realizado              | 5.087,6 | 4.393,2 | 3.993,3 |
| Percentual de execução | 57%     | 52%     | 72%     |

*Obs.: Não inclui restos a pagar.*

*Fonte e elaboração: FNDE.*

O impacto primário total do Fies antigo é composto pelas despesas administrativas, pelos aportes ao fundo garantidor e pelo resultado primário do programa. A despesa administrativa resulta do produto entre a remuneração paga ao agente financeiro – de R\$ 25 por contrato em utilização ou carência e R\$ 35 por contrato em amortização – pela projeção do número de contratos em cada fase, realizada a partir dos microdados do SisFIES<sup>36</sup>. A Tabela 90 apresentada as estimativas do impacto primário associados ao Fies.

Tabela 90 - Estimativa de impacto primário do Fies, segundo programa, por exercício

*Em R\$ milhões*

| Programa     | Despesa                | 2023           | 2024            | 2025            |
|--------------|------------------------|----------------|-----------------|-----------------|
| Fies antigo  | Despesa administrativa | 696,8          | 126,8           | 63,4            |
| Fies antigo  | Impacto primário       | 908,0          | -1.810,5        | -3.074,7        |
| Fies novo    | Aporte FG-Fies         | 500,0          | 500,0           | 500,0           |
| <b>Total</b> |                        | <b>2.104,8</b> | <b>-1.183,7</b> | <b>-2.511,3</b> |

*Fonte e elaboração: FNDE.*

<sup>36</sup> Sistema Informatizado do FIES, disponível em: [www.sisfies.mec.gov.br](http://www.sisfies.mec.gov.br)

O subsídio implícito (benefício creditício) refere-se ao impacto nas contas públicas decorrente da diferença entre a taxa de juros que remunera os títulos do Tesouro Nacional (custo de oportunidade) e a taxa de juros cobrada nos financiamentos aos estudantes. O cálculo foi realizado conforme metodologia descrita na Portaria ME nº 57, de 27/2/2013, que considera a diferença entre o saldo devedor efetivo e o saldo devedor que seria obtido caso a taxa de juros do programa fosse semelhante ao custo de oportunidade do Tesouro Nacional. A Tabela 91 apresenta as estimativas do subsídio implícito associados ao Fies.

Tabela 91 - Estimativa de subsídio implícito do Fies, segundo programa, por exercício

| Programa     | Em R\$ milhões  |                |                |
|--------------|-----------------|----------------|----------------|
|              | 2023            | 2024           | 2025           |
| Fies antigo  | 21.335,1        | 11.831,6       | 10.080,4       |
| Fies novo    | -1.097,0        | -4.436,3       | -4.272,2       |
| <b>Total</b> | <b>20.238,1</b> | <b>7.395,3</b> | <b>5.808,2</b> |

Obs.: Projeções preliminares.

Fonte e elaboração: FNDE.

### 3.1.3 Riscos do Sistema Financeiro

Os riscos associados aos ativos contingentes do Banco Central do Brasil, originados de liquidação extrajudicial e de outras operações, bem como os riscos relativos à estabilidade do Sistema Financeiro Nacional são apresentados nesta seção.

#### 3.1.3.1 Créditos do Banco Central do Brasil

Os ativos contingentes do Banco Central do Brasil podem constituir risco de crédito significativo, com potencial de afetar as contas públicas da União. A despeito de não constituírem risco fiscal a priori, serão apresentados os ativos que apresentam evidências objetivas de perdas, que já tenham sido originados com problemas de recuperação de crédito ou que tiveram aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

São classificados nesse grupo os créditos do Banco Central do Brasil (BCB) relacionados com liquidação extrajudicial e com liquidação extrajudicial encerrada, originários de operações de assistência financeira (Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional - Proer) e de outras operações, como saques a descoberto na conta de Reservas Bancárias.

Tabela 92 - Evolução dos créditos do BCB originados de liquidação extrajudicial

| Instituições   | Crédito                                   | Em R\$ milhões  |                 |                 |
|--|---|-----------------|-----------------|-----------------|
|  |   | 2020            | 2021            | 2022            |
| Banco Nacional - Em Liquidação Extrajudicial                                 | Custo Amortizado (R\$) <sup>1</sup>       | 20.986,0        | 19.198,0        | 16.167,0        |
|  | Ajuste a Valor Recuperável (R\$)          | -2.306,0        | -4.935,0        | -3.112,0        |
|  | Saldo (R\$)                               | 18.680,0        | 14.263,0        | 13.055,0        |
| Banco Econômico - Em Liquidação Extrajudicial / Banco BESA S.A. <sup>2</sup> | Custo Amortizado (R\$) <sup>1</sup>       | 6.928,0         | 6.154,0         | 1.075,0         |
|  | Ajuste a Valor Recuperável (R\$)          | -2.240,0        | -1.339,0        | -251,0          |
|  | Saldo (R\$)                               | 4.688,0         | 4.815,0         | 824,0           |
| Banco Banorte - Em Liquidação Extrajudicial <sup>3</sup>                     | Custo Amortizado (R\$) <sup>1</sup>       | 194,0           | 156,0           | 0,0             |
|  | Ajuste a Valor Recuperável (R\$)          | -14,0           | -14,0           | 0,0             |
|  | Saldo (R\$)                               | 180,0           | 142,0           | 0,0             |
| <b>Total</b>   | <b>Custo Amortizado (R\$)<sup>1</sup></b> | <b>28.108,0</b> | <b>25.508,0</b> | <b>17.242,0</b> |

Em R\$ milhões

| Instituições | Crédito                          | 2020     | 2021     | 2022     |
|--------------|----------------------------------|----------|----------|----------|
|              | Ajuste a Valor Recuperável (R\$) | -4.560,0 | -6.288,0 | -3.363,0 |
|              | Saldo (R\$)                      | 23.548,0 | 19.220,0 | 13.879,0 |

<sup>1</sup> Dívida oriunda de liquidação extrajudicial com o BCB.

<sup>2</sup> Com a aprovação da transferência do controle acionário do Banco Econômico – em Liquidação Extrajudicial para o grupo BTG Pactual em out/2022, houve o encerramento da liquidação extrajudicial e a retomada de suas atividades econômicas, com alteração da denominação social para Banco BESA S.A.

<sup>3</sup> Em 27 de janeiro de 2022, o Banco Banorte – em liquidação extrajudicial, liquidou antecipadamente o saldo do parcelamento em vigor, no montante de R\$ 158,0 milhões, com desconto de R\$ 14,0 milhões, conforme previsão contratual, levando ao encerramento do regime de resolução.

Fonte: BCB. Elaboração: STN/MF.

Com base na Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, os créditos do BCB com as instituições em liquidação foram objeto de pagamento à vista ou parcelado, mediante requerimento do devedor, com descontos de 25% a 45% incidentes sobre os encargos.

Para os contratos originários do Proer, o valor das prestações pactuadas é atualizado mediante a incidência dos encargos contratuais, na forma da legislação de regência do Programa. De acordo com o previsto nos contratos, esses encargos correspondem ao custo médio dos títulos e direitos creditórios dados em garantia, acrescidos de 2% ao ano. No caso dos contratos relativos ao saque a descoberto na conta Reservas Bancárias, o valor de cada prestação mensal é atualizado exclusivamente mediante a aplicação da TR acumulada mensalmente, conforme dispõe o art. 9º, caput, da Lei nº 8.177, de 1 de março de 1991, com a redação dada pela Lei nº 8.218, de 29 de agosto de 1991. Caso seja cessado o regime de liquidação extrajudicial, seja caracterizada massa superavitária ou haja outro fundamento legal para afastar a incidência da TR, as prestações mensais passarão a ser atualizadas pela taxa Selic.

O termo de parcelamento firmado não implica novação da dívida, cabendo destacar que a inadimplência do devedor pode ensejar a rescisão do termo, com a dívida retornando à situação original. A efetivação do parcelamento também não implica automático encerramento da liquidação extrajudicial, que pode ser avaliado em momento oportuno, se for o caso, de acordo com as condições estabelecidas na Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974.

Considerando as características dessas operações, as perdas desses créditos são mensuradas como perdas permanentes de crédito esperadas, e suas receitas financeiras são calculadas aplicando-se a taxa de juros efetiva sobre o valor líquido do ativo, isto é, deduzido das perdas de crédito.

A metodologia de avaliação do valor recuperável desses créditos contempla a estimativa de inadimplência no fluxo do contrato de parcelamento, considerando o valor presente dos fluxos de caixa, apurado com base nas taxas referenciais dos *swaps* DI x TR disponibilizados pela B3 para o prazo do parcelamento, ajustadas para incorporar um prêmio de risco que reflita o preço da incerteza inerente aos fluxos de caixa. O prêmio de risco é apurado pelo diferencial da taxa de juros que iguala o valor presente do fluxo de caixa contratado com o fluxo de caixa ajustado pela capacidade de pagamento da instituição em liquidação extrajudicial, sendo estimado a partir de modelos de precificação internos, os quais não refletem parâmetros objetivos de mercado tendo em vista as características de excepcionalidade da contraparte. O modelo ainda prevê a utilização de cenários alternativos, ponderados pela probabilidade de ocorrência, que possam afetar a capacidade de pagamento das instituições.

A variação dos saldos observada, entre 2020 e 2022, decorre das liquidações antecipadas, dos descontos por liquidação antecipada, do recebimento das parcelas, do reconhecimento de encargos e de ajustes no valor recuperável desses créditos, conforme evidenciado na Tabela 93.

Tabela 93 - Variação dos saldos dos créditos do BCB entre 2020 e 2022

*Em R\$ milhões*

| <b>Lançamentos</b>                  | <b>2020</b>     | <b>2021</b>     | <b>2022</b>     |
|-------------------------------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| <b>Saldo inicial</b>                | <b>24.658,0</b> | <b>23.548,0</b> | <b>19.220,0</b> |
| <b>Movimentação</b>                 | <b>-1.110,0</b> | <b>-4.328,0</b> | <b>-8.267,0</b> |
| Recebimentos                        | -4.036,0        | -4.329,0        | -5.378,0        |
| Juros                               | 1.982,0         | 1.637,0         | 2.791,0         |
| Multa de mora                       | -               | 92,0            | 156,0           |
| Liquidação antecipada               | -               | -               | -5.165,0        |
| Descontos por liquidação antecipada | -               | -               | -671,0          |
| Ajuste a valor recuperável          | 944,0           | -1.728,0        | 2.926,0         |
| <b>Saldo final</b>                  | <b>23.548,0</b> | <b>19.220,0</b> | <b>13.879,0</b> |

Fonte: BCB. Elaboração: STN/MF

Em 27 de janeiro de 2022, o Banco Banorte – em liquidação extrajudicial, liquidou antecipadamente o saldo do parcelamento em vigor, no montante de R\$ 158,0 milhões, com desconto de R\$ 14,0 milhões, conforme previsão contratual, levando ao encerramento do regime de resolução. O Banco Econômico – em liquidação extrajudicial, em 25 de fevereiro de 2022, liquidou antecipadamente parte da dívida, no montante de R\$ 5,0 bilhões, com desconto de R\$ 657,0 milhões. Em 6 de outubro de 2022, foi aprovada a transferência do controle acionário do Banco Econômico – em Liquidação Extrajudicial para o grupo BTG Pactual, propiciando o encerramento da liquidação extrajudicial e a retomada de suas atividades econômicas, com alteração da denominação social para Banco BESA S.A. A Tabela 94 apresenta as estimativas de fluxo de caixa para os exercícios de 2023 a 2026.

Tabela 94 - Estimativas de fluxo de caixa, segundo instituição financeira, por ano

*Em R\$ milhões*

| <b>Instituições</b>  | <b>2023</b>    | <b>2024</b>    | <b>2025</b>    | <b>2026</b>    |
|--|----------------|----------------|----------------|----------------|
| Banco Nacional – em liquidação extrajudicial                     | 3.877,0        | 4.140,0        | 4.423,0        | 4.730,0        |
| Banco BESA   | 805,0          | 795,0          | -              | -              |
| <b>Total dos créditos originados de liquidação extrajudicial</b> | <b>4.682,0</b> | <b>4.935,0</b> | <b>4.423,0</b> | <b>4.730,0</b> |

Fonte: BCB. Elaboração: STN/MF.

### 3.1.3.2 Sistema Financeiro Nacional (SFN)

Os riscos fiscais que teriam como origem o Sistema Financeiro Nacional (SFN) e que ainda não foram abordados neste documento poderiam advir de um potencial uso de recursos públicos em uma instituição sistêmica de controle privado.

Segundo o Banco Central do Brasil (BCB), não há previsão legal de socorro a bancos com problemas de solvência. Para acompanhar o tema, o BCB publica semestralmente no Relatório de

Estabilidade Financeira (REF)<sup>37</sup> diversas análises que atestam a estabilidade do Sistema Financeiro. Entre essas análises, destacam-se os rigorosos testes de estresse, cujos resultados atestam a capacidade do SFN para enfrentar condições adversas simuladas.

A avaliação da resiliência do SFN publicada regularmente nas atas de reunião do Comitê de Estabilidade Financeira (COMEF) do BCB<sup>38</sup> destaca que as Instituições Financeiras têm mantido provisões adequadas, acima das estimativas de perdas esperadas. Além disso, os níveis de capitalização e de liquidez do SFN mantiveram-se superiores aos requerimentos prudenciais. Os resultados dos testes de estresse mostram que o sistema está resiliente. A avaliação de cenários de estresse macroeconômico indica que o sistema não apresentaria desenquadramento relevante, caso os cenários considerados se concretizassem.

Assim, conforme destacado na última ata do Comef, o BCB está atento às implicações do risco fiscal para a estabilidade financeira. Até o momento, os testes de estresse continuam demonstrando a resiliência do SFN para absorver choques, inclusive originados do risco fiscal. Não são encontrados problemas de solvência em bancos sistêmicos, mesmo nas condições severas a que foram simuladas. Sendo assim, o risco fiscal proveniente do SFN pode ser considerado muito baixo.

### **3.1.4 Mudanças Demográficas**

Embora o uso do crescimento vegetativo dos benefícios sociais para estimação das despesas seja razoavelmente confiável para as análises de curto prazo, há riscos não negligenciáveis de médio prazo decorrentes do aumento das despesas associados a elementos institucionais e estruturais que nem sempre estão sob controle do Governo. Nas próximas décadas, o Brasil passará por uma profunda modificação de sua estrutura etária, com aumento do número de idosos na população e redução do número de jovens. Tal transformação demográfica impõe desafios às políticas públicas, na medida em que influi diretamente sobre a demanda por diferentes formas de atuação estatal.

O caso do Benefício de Prestação Continuada (BPC) é ilustrativo. Nele, os potenciais efeitos nos gastos oriundos da transformação demográfica, por exemplo, são significativos, o que sugere a necessidade de maior atenção para esse aspecto. O envelhecimento da população brasileira e o aumento da expectativa de sobrevida, aliados ao aumento anual do salário-mínimo superior ao aumento da renda média, sugerem que as despesas com o BPC deverão aumentar substancialmente no futuro próximo.

Outra análise significativa pode ser feita em relação aos gastos com Educação e Saúde. Com relação à Educação, tal dinâmica atua de maneira favorável, no sentido de gerar uma menor pressão sobre os gastos, dado que o tamanho da população jovem tem caído não apenas em termos relativos, mas também em termos absolutos. No setor de Saúde, por outro lado, há uma forte pressão para elevação das despesas em decorrência do processo de envelhecimento da população, dado que a população de maior idade demanda proporcionalmente mais serviços de saúde.

Para estimar o impacto da evolução demográfica nas despesas com saúde, foram considerados os blocos de Assistência Farmacêutica, inclusive Farmácia Popular, e da Atenção de

---

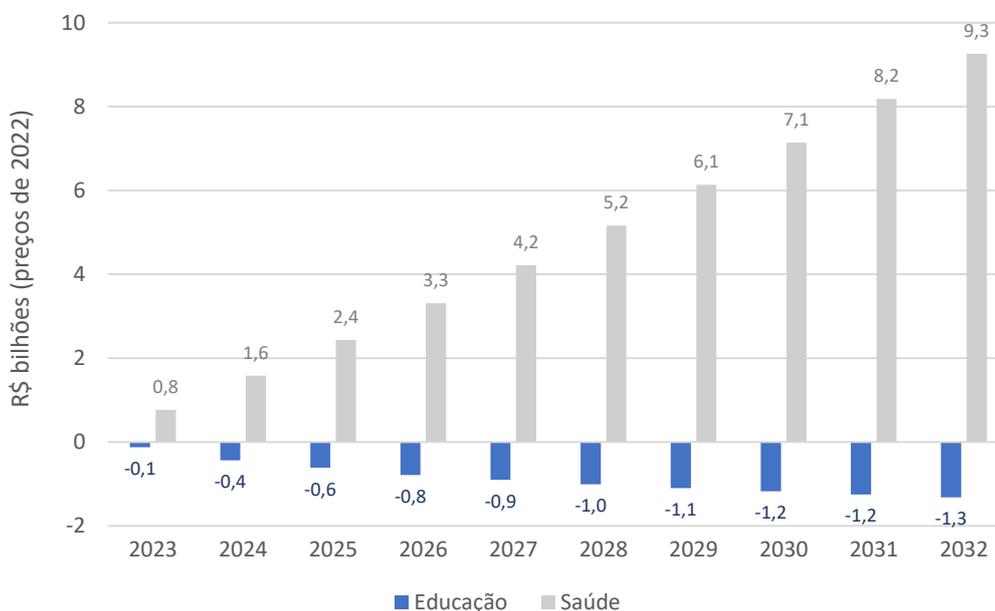
<sup>37</sup> Disponível em <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/ref>.

<sup>38</sup> As atas das reuniões do Comitê de Estabilidade Financeira (COMEF), publicadas trimestralmente pelo BCB, estão disponíveis em <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/atascomef>.

Média e Alta Complexidade (atendimento hospitalares e ambulatoriais). Nas despesas com educação, foram consideradas as chamadas despesas com controle de fluxo, que correspondem, grosso modo, a todas as despesas da área, exceto pessoal ativo e inativo, Fundeb, Salário-Educação e o impacto primário do FIES. Somadas, as despesas analisadas alcançaram R\$ 99,6 bilhões em 2022, sendo R\$ 70,3 bilhões referentes à saúde e R\$ 29,3 bilhões referentes à educação.

A Figura 22 apresenta estimativa de impacto da evolução demográfica sobre as despesas selecionadas de saúde e educação no período 2023-2032. O referido impacto foi mensurado como a diferença entre a projeção das despesas considerando a evolução demográfica da população (crescimento e mudança de composição etária), conforme projeções do IBGE<sup>39</sup>, relativamente a um cenário contrafactual em que tamanho e composição da população permanecessem constantes aos níveis de 2022. Tais cenários também assumem como constantes a cobertura atual dos serviços prestados e o nível atual de eficiência na provisão dos serviços.

Figura 22 - Impacto demográfico sobre despesas selecionadas de saúde e educação



**Fonte e elaboração:** STN/MF

Observa-se que no caso da saúde há uma pressão por expansão das despesas (+ R\$ 9,3 bilhões em 2032) decorrente da evolução demográfica (crescimento e envelhecimento populacionais). Por sua vez, a evolução demográfica diminui a pressão por gastos na educação (- R\$ 1,3 bilhão em 2032). Como consequência, observa-se, apenas para as despesas consideradas, uma demanda adicional por despesas públicas que alcançaria, em 2032, aproximadamente R\$ 8,0 bilhões a preços de 2022. Tal cifra representa 8,0% do valor despendido em 2022 nos mesmos programas.

No período 2023-2032, estima-se uma demanda líquida acumulada por despesas da União em saúde e educação, decorrente da evolução demográfica, no montante de R\$ 39,5 bilhões, em valores de 2022, considerando-se a demanda acumulada por gastos em saúde (+ R\$ 48,2 bilhões) e educação (- R\$ 8,7 bilhões).

<sup>39</sup> IBGE. Projeções da população: Brasil e Unidades da Federação: revisão 2018, 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

### 3.1.5 Riscos Ambientais

#### 3.1.5.1 Desastres e Fenômenos Naturais

Desastres podem ser entendidos como “uma grave interrupção do funcionamento de uma comunidade ou sociedade, em qualquer escala, devido a eventos perigosos que interagem com condições de exposição, vulnerabilidade e capacidade, levando a perdas e/ou impactos humanos, materiais, econômicos e ambientais”<sup>40</sup>.

Os passivos contingentes de desastres podem ser explícitos, baseados em contratos ou leis, em que há uma previsão legal para o pagamento associado à ocorrência de seus riscos, ou implícitos, quando os gastos são realizados em decorrência de expectativa moral da sociedade de que o governo atue, por pressões políticas ou tentativas de acelerar a recuperação econômica da localidade afetada.

No Brasil, os eventos associados a desastres e fenômenos naturais são, preponderantemente, secas ou excesso de chuvas regionalizadas, principalmente nas regiões Nordeste e Sul. Historicamente, a ocorrência da maioria de tais eventos caracteriza-se por sua sazonalidade e pelo seu baixo potencial de constituir impactos fiscais desfavoráveis, embora haja, muitas vezes, perdas irreparáveis de vidas. Entre os anos de 2014 e 2022, foram gastos entre 0,01% e 0,06% do PIB, ao ano, no Programa 2218 (antigo 2040) com ações voltadas a esses eventos, incluindo o planejamento e o controle dos riscos associados, conforme Tabela 95.

Tabela 95 - Execução orçamentária do Programa 2218 - Gestão de Riscos de Desastres

| Programa 2218 (antigo 2040)  | Em R\$ milhões |         |         |         |         |         |         |         |         |
|------------------------------|----------------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|
|                              | 2014           | 2015    | 2016    | 2017    | 2018    | 2019    | 2020    | 2021    | 2022    |
| Dotação Inicial              | 2.921,8        | 1.721,0 | 345,0   | 1.058,5 | 787,6   | 1.103,4 | 783,6   | 671,7   | 653,8   |
| Dotação Atualizada           | 4.398,4        | 2.928,4 | 1.801,4 | 2.072,6 | 1.777,3 | 1.161,3 | 1.886,0 | 1.229,9 | 1.941,4 |
| Pagamento Total <sup>1</sup> | 3.038,9        | 1.757,5 | 1.938,4 | 1.898,3 | 1.623,9 | 1.247,7 | 1.005,9 | 1.131,6 | 1.277,3 |
| Porcentagem do PIB           | 0,05%          | 0,03%   | 0,03%   | 0,03%   | 0,02%   | 0,02%   | 0,01%   | 0,01%   | 0,01%   |

<sup>1</sup> Inclui os pagamentos relativos a Restos a Pagar.

Fonte: Tesouro Gerencial. Elaboração: STN/MF.

O Programa 2218, Gestão de Riscos de Desastres, constante da LOA, é voltado essencialmente para ações de prevenção e controle, bem como ações de resposta aos desastres. Esse programa tem como objetivo investir na compreensão e redução do risco, ampliar a preparação e reduzir os efeitos dos desastres. Os desafios fundamentais, problemas, objetivos, indicadores, metas e programas relacionados à Gestão de Riscos de Desastres podem ser encontrados no Plano Estratégico MDR 2020-2023 – Proteção e Defesa Civil<sup>41</sup>.

<sup>40</sup> Escritório da Organização das Nações Unidas para Redução de Risco de Desastres. Disponível em: <https://www.undrr.org/terminology/disaster>

<sup>41</sup><https://www.gov.br/mdr/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/planejamento-estrategico-institucional/Cad.EstrategicoProtecaoDefesaCivil.pdf>

Além da previsão orçamentária de recursos na ação de proteção e defesa civil no programa de Gestão de Riscos de Desastres, é possível ao poder público viabilizar recursos via créditos extraordinários em situações que demandem ação célere e específica.

### 3.1.5.2 Mudanças Climáticas

As mudanças climáticas podem representar importantes impactos ao crescimento e à prosperidade de longo prazo e têm um impacto direto no bem-estar econômico dos países, de acordo com a literatura. Além disso, as medidas adotadas, ao redor do mundo, para enfrentar tais mudanças estão relacionadas à mitigação, adaptação e transição para uma economia de baixo carbono.

No Brasil, a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, instituiu a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC, que apresenta como diretrizes, dentre outras, as ações de mitigação da mudança do clima em consonância com o desenvolvimento sustentável, que sejam, sempre que possível, mensuráveis para sua adequada quantificação e verificação a posteriori; as medidas de adaptação para reduzir os efeitos adversos da mudança do clima e a vulnerabilidade dos sistemas ambiental, social e econômico; o apoio e o fomento às atividades que efetivamente reduzam as emissões ou promovam as remoções por sumidouros de gases de efeito estufa; e, a promoção da disseminação de informações, a educação, a capacitação e a conscientização pública sobre mudança do clima.

Determinados instrumentos compreendidos na Política Nacional sobre Mudança do Clima, previstos no artigo 6º da Lei nº 12.187/2009, materializam diversas medidas para lidar com o tema, sob o prisma da União. Neste sentido, o programa Mudança do Clima (Programa 1058), compreende as ações:

- a) Iniciativas para Implementação e Monitoramento da Política Nacional Sobre Mudança do Clima e da Contribuição Nacionalmente Determinada;
- b) Redução da Vulnerabilidade aos Efeitos da Desertificação; e
- c) Fomento a Estudos e Projetos para Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima.

A seguir, na Tabela 96 são detalhados os valores pagos referentes ao programa Mudança do Clima, desde o ano de 2014.

Tabela 96 - Gastos da União referentes ao programa Mudança do Clima (Programa 1058)

|                              | <i>Em R\$ milhões</i> |             |             |             |             |             |             |             |             |  |
|------------------------------|-----------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|--|
| <b>Programa 1058</b>         | <b>2014</b>           | <b>2015</b> | <b>2016</b> | <b>2017</b> | <b>2018</b> | <b>2019</b> | <b>2020</b> | <b>2021</b> | <b>2022</b> |  |
| Dotação Inicial              | 437,2                 | 413,5       | 461,2       | 131,8       | 283,5       | 436,5       | 259,4       | 340,2       | 462,0       |  |
| Dotação Atualizada           | 437,3                 | 413,1       | 473,9       | 112,9       | 458,1       | 620,2       | 257,9       | 340,2       | 462,6       |  |
| Pagamento Total <sup>1</sup> | 37,8                  | 35,6        | 73,4        | 80,6        | 448,5       | 62,1        | 603,7       | 346,1       | 458,0       |  |

<sup>1</sup> Inclui os pagamentos relativos a Restos a Pagar.

**Fonte:** Tesouro Gerencial; **Elaboração:** STN/MF.

### 3.1.5.3 Combate aos Efeitos da Pandemia da COVID-19

O Governo Federal prosseguiu nas medidas de combate aos efeitos da pandemia da COVID-19 e para tal enfrentamento, no ano de 2022, dispendeu R\$ 20,8 bilhões, conforme se apresenta na Tabela 97. Os gastos se concentraram em despesas gerais adicionais a cargo principalmente do Ministério da Saúde, aquisição de vacinas e outros insumos para prevenção e

controle da pandemia, além de pagamentos referentes a auxílio emergencial concedido a pessoas em situação de vulnerabilidade.

Tabela 97 - Gastos da União no Combate à COVID-19

*Em R\$ bilhões*

| <b>Gastos com COVID-19</b>   | <b>2020</b> | <b>2021</b> | <b>2022</b> |
|------------------------------|-------------|-------------|-------------|
| Dotação Atualizada           | 604,8       | 150,2       | 27,2        |
| Pagamento Total <sup>1</sup> | 524,0       | 121,4       | 20,8        |

<sup>1</sup>Inclui os pagamentos relativos a restos a pagar.

**Fonte:** Tesouro Gerencial (anos 2020 e 2021), Tesouro Transparente (2022).

**Elaboração:** STN/MF.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com o objetivo de prover maior previsibilidade e transparência no planejamento e apuração dos resultados fiscais e dar cumprimento ao estabelecido no art. 4º, § 3º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o Anexo de Riscos Fiscais do PLDO 2024 elencou as principais fontes de riscos fiscais para consecução do cenário base determinado no Anexo de Metas do mencionado projeto de lei.

Este Anexo de Riscos Fiscais, como as edições anteriores, visa promover maior alcance, clareza, funcionalidade e efetividade no mapeamento de riscos fiscais, com a convergência para a adoção de padrões internacionais de publicação de riscos fiscais, considerando as características específicas do país.

## Anexo VI

### Objetivos das Políticas Monetária, Creditícia e Cambial

(Art. 4º, § 4º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000)

---

**Anexo à Mensagem da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024, em cumprimento ao disposto no art. 4º, § 4º da Lei Complementar nº 101, de 2000: “A mensagem que encaminhar o projeto da União apresentará, em anexo específico, os objetivos das políticas monetária, creditícia e cambial, bem como os parâmetros e as projeções para seus principais agregados e variáveis, e ainda as metas de inflação, para o exercício seguinte.”**

As políticas monetária, creditícia e cambial têm como objetivos o alcance, pelo Banco Central do Brasil (BCB), da meta para a inflação fixada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN); a manutenção das condições prudenciais e regulamentares para que a expansão do mercado de crédito ocorra em ambiente que assegure a estabilidade do Sistema Financeiro Nacional (SFN); e a preservação do regime de taxas de câmbio flutuante, respectivamente. O alcance desses objetivos deve observar a evolução da economia brasileira, em linha com as medidas conjunturais implementadas.

A eclosão da pandemia da Covid-19 e seus fortes efeitos desinflacionários levaram o BC a reduzir a taxa Selic de 4,25% a.a. para o mínimo histórico de 2,00% a.a. ainda em 2020. Entretanto, ainda naquele ano, observou-se uma sequência de surpresas altistas nos dados de inflação. As surpresas inflacionárias, que se mostraram mais persistentes do que o esperado inicialmente, ensejaram uma mudança na comunicação do Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom), que culminou com o início de ciclo de aperto monetário no primeiro trimestre de 2021. Ao longo daquele ano, a inflação corrente, as projeções condicionais para o horizonte relevante e o balanço de riscos foram se deteriorando

Tendo em vista o aumento nas projeções e expectativas de inflação para o horizonte relevante de política monetária e o balanço de riscos, o processo de ajuste da meta para a taxa Selic se estendeu ao longo de 2022, embora em ritmo decrescente, até atingir o valor de 13,75% na reunião de agosto (Tabela 1). Durante esse ajuste, o Copom

ênfatiou a necessidade de o ciclo de aperto monetário avançar significativamente em território contracionista. Na reunião de fevereiro de 2022, foi mantido o aumento em 1,50 p.p. e, na reunião de março, o ritmo caiu para 1,0 p.p., com o Comitê indicando que o ciclo de juros nos cenários avaliados seria suficiente para a convergência da inflação para patamar em torno da meta ao longo do horizonte relevante. Na reunião de maio, o Comitê destacou que, para a próxima reunião, antevia como provável uma extensão do ciclo com um ajuste de menor magnitude, o que acabou se efetivando, com nova queda no ritmo de aumentos, para 0,50 p.p., nas reuniões de junho e agosto. Na reunião de setembro, o Copom manteve a meta para a taxa Selic, encerrando assim o ciclo de alta. Desde então, a taxa Selic se manteve constante nas últimas quatro reuniões.

**Tabela 1 - Decisões do Copom**

| Reunião          | Data da decisão | Taxa Selic (% a.a.) | Variação (p.p.) |
|------------------|-----------------|---------------------|-----------------|
| 244 <sup>a</sup> | 02/02/2022      | 10,75               | 1,50            |
| 245 <sup>a</sup> | 16/03/2022      | 11,75               | 1,00            |
| 246 <sup>a</sup> | 04/05/2022      | 12,75               | 1,00            |
| 247 <sup>a</sup> | 15/06/2022      | 13,25               | 0,50            |
| 248 <sup>a</sup> | 03/08/2022      | 13,75               | 0,50            |
| 249 <sup>a</sup> | 21/09/2022      | 13,75               | 0,00            |
| 250 <sup>a</sup> | 26/10/2022      | 13,75               | 0,00            |
| 251 <sup>a</sup> | 07/12/2022      | 13,75               | 0,00            |
| 252 <sup>a</sup> | 01/02/2023      | 13,75               | 0,00            |
| 253 <sup>a</sup> | 22/03/2023      | 13,75               | 0,00            |

Fonte: BCB

Para o ano de 2024, a política monetária continuará a ser pautada de forma coerente com o sistema de metas para a inflação, tendo como objetivo a manutenção da estabilidade monetária. A meta para a inflação fixada para 2024 é de 3,0%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual (p.p.), conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 4.918, de 24 de junho de 2021. Para 2025, a meta para a inflação foi fixada também em 3,0%, com o mesmo intervalo de tolerância de 2024 (Resolução CMN nº 5.018, de 23 de junho de 2022).

As projeções condicionais do Banco Central apontam que a inflação acumulada em quatro trimestres prossiga a trajetória de queda ao longo de 2023. As mais recentes projeções, anunciadas em março por ocasião da 253<sup>a</sup> reunião do Copom, indicavam no

cenário de referência<sup>1</sup>, inflação em 5,8% em 2023 e 3,6% em 2024. O Comitê optou novamente por dar ênfase ao horizonte de seis trimestres à frente, referente ao terceiro trimestre de 2024, cuja projeção de inflação acumulada em doze meses situa-se em 3,8%. Em cenário alternativo, no qual a taxa Selic é mantida constante ao longo de todo o horizonte relevante, as projeções de inflação situam-se em 5,7% para 2023, 3,3% para o terceiro trimestre de 2024 e 3,0% para 2024. O Comitê julga que a incerteza em torno das suas premissas e projeções atualmente é maior do que o usual.

Na sua última reunião, realizada em março de 2023, o Copom ressaltou que, em seus cenários para a inflação, permanecem fatores de risco em ambas as direções. Entre os riscos de alta para o cenário inflacionário e as expectativas de inflação, destacam-se (i) uma maior persistência das pressões inflacionárias globais; (ii) a incerteza sobre o arcabouço fiscal e seus impactos sobre as expectativas para a trajetória da dívida pública; e (iii) uma desancoragem maior, ou mais duradoura, das expectativas de inflação para prazos mais longos. Entre os riscos de baixa, ressaltam-se (i) uma queda adicional dos preços das *commodities* internacionais em moeda local; (ii) uma desaceleração da atividade econômica global mais acentuada do que a projetada, em particular em função de condições adversas no sistema financeiro global; e (iii) uma desaceleração na concessão doméstica de crédito maior do que seria compatível com o atual estágio do ciclo de política monetária.

De acordo com comunicado divulgado pelo Copom, a decisão de manter a taxa de juros em 13,75% a.a. é compatível com a estratégia de convergência da inflação para o redor da meta ao longo horizonte relevante que inclui os anos de 2023 e, em grau maior, de 2024. Adicionalmente, o Comitê afirma que, considerando a incerteza ao redor de seus cenários, segue avaliando se a estratégia de manutenção da taxa básica de juros por período prolongado será capaz de assegurar a convergência da inflação.

---

<sup>1</sup> No cenário de referência, a trajetória para a taxa de juros é extraída da pesquisa Focus e a taxa de câmbio parte de USD/BRL 5,25, evoluindo segundo a paridade do poder de compra (PPC). O preço do petróleo segue aproximadamente a curva futura pelos próximos seis meses e passa a aumentar 2% ao ano posteriormente. Além disso, adota-se a hipótese de bandeira tarifária "amarela" em dezembro de 2023 e de 2024. O valor para o câmbio é obtido pelo procedimento usual de arredondar a cotação média da taxa de câmbio USD/BRL observada nos cinco dias úteis encerrados no último dia da semana anterior à da reunião do Copom.

O ano de 2022 foi marcado pela continuidade da recuperação da atividade econômica iniciada em 2021. No primeiro semestre, o Produto Interno Bruto (PIB) registrou elevação robusta, refletindo reabertura plena do setor de serviços e expansão do consumo das famílias, em ambiente de recuperação do mercado de trabalho. Houve desaceleração da atividade no segundo semestre na medida em que o ciclo de aperto da política monetária se traduziu em condições de crédito mais restritivas e a recuperação do mercado de trabalho perdeu impulso.

Como fatores positivos para o crescimento destacam-se o papel de estímulos fiscais e o fim das medidas de distanciamento social que favoreceram a recuperação do setor de serviços, com impactos positivos também sobre o mercado de trabalho. Por outro lado, o ciclo de elevação na taxa de juros tem atuado de forma crescente no sentido contrário, encontrando-se em território significativamente contracionista, o que agiu para moderar o ritmo de atividade econômica. De fato, no 4º trimestre de 2022, o PIB registrou recuo comparativamente ao 3º trimestre, dados com ajuste sazonal.

No ano, o PIB cresceu 2,9%, ante 5,0% no anterior. Em 2022, destacou-se a recuperação do setor de serviços, em ambiente de encerramento das medidas de restrição de mobilidade adotadas durante a pandemia de Covid-19. Houve crescimento em todos os componentes da demanda, com destaque para expressiva expansão do consumo das famílias, em contexto de recuperação do mercado de trabalho e da renda. Em relação aos componentes do setor externo, as exportações tiveram mais um ano de crescimento expressivo, enquanto as importações apresentaram expansão modesta.

O ambiente externo se deteriorou recentemente. Episódios de turbulência no mercado bancário nos EUA e na Europa elevaram a incerteza e a volatilidade dos mercados e requerem monitoramento. Em paralelo, dados recentes de atividade e inflação globais se mantêm resilientes e a política monetária nas economias centrais segue avançando em trajetória contracionista.

Em 2022, o ritmo de crescimento do saldo das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN) desacelerou em relação a 2021, refletindo o impacto da política monetária mais restritiva implementada no período, principalmente no segmento de crédito livre. O saldo dos financiamentos alcançou R\$5,3 trilhões em 2022, com variação nominal de 14,0%, inferior à registrada em 2021 (16,4%). O crédito às famílias atingiu R\$3,2 trilhões, apresentando expansão de 17,7% no ano (21,0% em 2021) enquanto o crédito às empresas totalizou R\$2,1 trilhões, com alta de 9,0% (10,6% em 2021). A relação crédito/PIB atingiu 54,2%, registrando acréscimo de 1,6 p.p. no ano.

O crescimento dos empréstimos às famílias foi impulsionado, em grande parte, pelas modalidades de financiamento imobiliário e crédito rural, no segmento de crédito direcionado, e crédito consignado e cartão de crédito à vista no de recursos livres. Há que se destacar também o aumento nos saldos do cartão de crédito rotativo e do crédito renegociado, evidenciando dificuldade das famílias com os compromissos financeiros ao longo do ano. A desaceleração no ritmo de crescimento em relação a 2021, por sua vez, decorreu principalmente do arrefecimento na expansão do crédito pessoal não consignado e do cartão de crédito à vista.

A expansão do crédito às empresas em 2022 foi marcada pela desaceleração no crédito livre e pelo crescimento no direcionado. Nesse sentido, destaca-se o arrefecimento na expansão das operações de desconto de recebíveis, nas operações com recursos livres, e o crescimento dos financiamentos do crédito rural e do BNDES, assim como a retomada das operações de Pronampe e PEAC no crédito direcionado. O saldo dos empréstimos a micro, pequenas e médias empresas cresceu 15,6%, ligeiramente inferior ao registrado em 2021 (17,5%), enquanto o voltado para grandes empresas aumentou 3,6% (variação de 5,1% em 2021).

O Indicador de Custo de Crédito (ICC), média do custo de toda a carteira do sistema financeiro, situou-se em 21,5% a.a. ao final de 2022, o que significou aumento de 3,2 p.p. no ano, após alta de 1,6 p.p. em 2021.

As taxas de juros das novas operações de crédito mantiveram a trajetória de alta iniciada em 2021, seguindo o ciclo de aperto da política monetária, que elevou a Meta Selic de 2,0% a.a. em fev/21 para 13,75% a.a. em ago/22. A taxa média de juros terminou o ano de 2022 em 30,1% a.a., avanço interanual de 5,5 p.p., após variação de 6,2 p.p. em 2021. Considerando apenas operações com recursos livres, a taxa média de juros cresceu 7,9 p.p. para 41,7%, reflexo do crescimento de 10,4 p.p. nas taxas dos empréstimos para as famílias e de 3,4 p.p. nos empréstimos para as empresas. O spread das taxas de juros das concessões de crédito situou-se em 19,3 p.p., apresentando incremento de 3,3 p.p. em 2022. As operações com recursos livres, por sua vez, viram o spread aumentar 5,1 p.p. para 28,7 p.p., resultado do crescimento do spread das operações PF (+ 7,5 p.p.) e PJ (+ 0,6 p.p.)

A inadimplência da carteira de crédito do SFN subiu ao longo do ano, majoritariamente explicada pelo aumento nos atrasos no crédito livre a pessoas físicas. Ao final do ano observou-se alguma deterioração na carteira de crédito livre às empresas. A taxa de inadimplência atingiu 3,0% ao final de 2022, com variação interanual de 0,7 p.p.. No ano, ocorrem aumentos nos níveis de inadimplência dos empréstimos a pessoas físicas (+0,9 p.p.), principalmente nas modalidades de cartão de crédito rotativo e crédito pessoal não consignado, e a pessoas jurídicas (+0,4 p.p.), destacando-se as operações de capital de giro e financiamento a exportações.

No Relatório de Inflação de dezembro de 2022, apresentou-se projeção de crescimento de 8,3% do saldo total das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional, com expansão de 8,6% no segmento de crédito livre e de 8,0% no segmento de crédito direcionado. Cabe notar que a projeção deve ser atualizada no próximo Relatório de Inflação, a ser divulgado na última semana de março.

Os indicadores do setor externo em 2022 refletiram preços de exportações e importações em patamar ainda alto, apesar da queda no segundo semestre, e a conta de transportes ainda afetada pelo alto preço do petróleo. Como percentual do PIB, o *deficit* em transações correntes atingiu, em 2022, 2,9%, correspondente a US\$56 bilhões, ligeiramente maior que os 2,8% de 2021. Em linhas gerais, a aparente estabilidade do *deficit* se deve ao aumento das despesas com serviços parcialmente compensado por maior superavit da balança comercial.

As exportações tiveram em 2022 o melhor desempenho da história, em um ambiente internacional de preços de commodities em patamar ainda alto, que contribuíram para os expressivos aumentos nos valores exportados de petróleo, soja e milho. O destino principal dos produtos brasileiros continuou sendo a China, com participação de 27% nas exportações brasileiras.

As importações também registraram o maior valor da história em 2022, superando em 49% o valor de 2019, último ano do período anterior à pandemia da Covid-19. O aumento se mostrou disseminado nas categorias de uso, em especial os bens intermediários e combustíveis, impactados pelas altas nos preços internacionais de fertilizantes e dos combustíveis gerados pela invasão russa da Ucrânia.

A necessidade de financiamento externo – soma do resultado em transações correntes e dos fluxos líquidos de investimentos diretos no país (IDP) – registrou excedentes de financiamento de US\$35 bilhões, equivalentes a 1,8% do PIB, indicando que a situação prossegue favorável em termos de financiamento do *deficit* do setor externo.

O ingresso líquido de investimento direto no país (IDP), principal fonte de financiamento das contas externas brasileira, alcançou US\$91 bilhões em 2022, ante US\$46 bilhões em 2021.

Ao final de 2022, o estoque de reservas internacionais atingiu US\$325 bilhões, redução de US\$37 bilhões em comparação ao final de 2021, com forte contribuição negativa das variações por preço dos ativos de reserva de US\$24 bilhões, resultado principalmente da queda de valor dos títulos soberanos em um cenário de aumento de taxas básicas. O estoque de reservas, equivalente a 17,5% do PIB ou 13 meses de importação de bens, permanece em patamar confortável.

Para 2023, espera-se redução do *deficit* em conta corrente em relação a 2022, para US\$49 bilhões (2,5% do PIB), em decorrência da melhora esperada para o saldo da

balança comercial. Em geral, as projeções continuam indicando cenário favorável para as contas externas, com deficit em conta corrente inferior às entradas líquidas de investimento direto que devem atingir US\$75 bilhões em 2023. Essas projeções, assim como todo cenário macroeconômico, devem ser atualizadas na divulgação de março.

A Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) e a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) alcançaram, em 2022, 73,4% e 57,5% do PIB, respectivamente. O comportamento da dívida pública foi influenciado pela redução das despesas relacionadas ao combate da Covid-19, pela recuperação das receitas associadas ao crescimento da economia e ao preço das commodities em reais, pelo pagamento elevado de dividendos por parte da Petrobras e do BNDES e pelas devoluções antecipadas de recursos pelas instituições financeiras oficiais.

No ano, o setor público consolidado apresentou superavit primário de R\$126,0 bilhões (1,3% do PIB). O Governo Central registrou resultado primário superavitário de R\$54,9 bilhões, enquanto os governos regionais e as empresas estatais contribuíram com superavits de R\$64,9 bilhões e R\$6,1 bilhões, respectivamente. O superavit do setor público consolidado ficou acima da meta (*deficit* de R\$170,5 bilhões) aprovada na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2022 (Lei 14.194/2021). Vale ressaltar que a Emenda Constitucional nº 123, de 14 de julho de 2022 abriu crédito extraordinário (R\$41,2 bilhões) para enfrentamento decorrente de estado de emergência, os quais não são contabilizados para fins de meta de resultado primário.

No âmbito do resultado do Governo Central, as despesas primárias totalizaram R\$1.802,0 bilhões, ante R\$1.614,2 bilhões no ano anterior. A redução foi concentrada nos gastos de combate à Covid-19. Por sua vez, as receitas primárias totais atingiram R\$2.313,3 bilhões, ante R\$1.932,6 em 2021.

A incerteza ao redor das projeções de crescimento para 2023 é maior do que o usual, devido tanto a fatores externos como domésticos. No cenário externo, permanecem desafios para o desempenho da atividade econômica global, decorrentes de aperto da

política monetária em diversos países, da evolução da guerra na Ucrânia, da reação da economia chinesa e, mais recentemente, de incertezas no setor bancário nos Estados Unidos e Europa. No âmbito doméstico, há incerteza sobre o futuro do arcabouço fiscal e da magnitude dos estímulos fiscais em 2023 e sua transmissão para a atividade econômica. Nesse contexto, o Banco Central estima crescimento de 1% no ano, com perspectiva de arrefecimento na demanda interna e nos componentes mais cíclicos da oferta.